



APRESENTAÇÃO

O primeiro Seminário Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas (SENAPECISA) constitui-se como um espaço plural de diálogo intelectual, troca de saberes e fortalecimento da produção científica comprometida com a transformação social. Esta edição foi realizada de 03 a 05 de junho de 2025 na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Campus Mucuri.

Organizado por docentes, discentes e pesquisadores vinculados ao curso de Serviço Social. Contou no comitê científico com a participação de pesquisadores e docentes de diversas universidades brasileiras, com 395 pessoas inscritas e 84 trabalhos submetidos. Organizados em seis eixos temáticos (Serviço Social: Fundamentos, questão social e prática profissional; Classe social, Relações Étnico-Raciais, Gênero, Diversidade Sexual; Território e territorialidades nos debates climáticos ambientais; Direitos humanos, movimentos e lutas sociais e sistema sociojurídico; Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade; Capitalismo contemporâneo, desenvolvimento econômico e pobreza).

Os trabalhos apresentados – distribuídos entre comunicações orais, relatos de experiência e produções técnico-científicas – expressam o empenho de estudantes, professores e profissionais na construção de um pensamento crítico e situado. Os eixos temáticos promoveram reflexões sobre os desafios do tempo presente, revelando o compromisso com a democratização do conhecimento e com o incentivo à pesquisa e à extensão voltadas às realidades regionais e nacional.

O seminário teve nessa primeira edição o tema “*A produção do conhecimento científico e os desafios na cena contemporânea*”. Além dos eixos temáticos, organizou-se palestras que trataram sobre a produção do conhecimento, a crise ambiental, as relações étnico-raciais e de gênero; mesas coordenadas com temas variados.

O SENAPESISA foi construído a partir de um esforço coletivo, ao longo do ano de 2024. Para isso recebeu apoio financeiro da CAPES, através do Edital PAEP 22/2024, sem o qual o evento não teria sido possível. Tal demonstra a importância do financiamento público a eventos científicos que possibilitam a produção e socialização de conhecimento, bem como a interiorização do saber acadêmico.

O evento tem a pretensão de se tornar um espaço difusor e catalisador no processo de produção do conhecimento científico no campo das ciências humanas e sociais neste território, que historicamente foi alijado no atendimento de suas demandas relacionadas ao ensino superior público, gratuito, de qualidade, laico, presencial e socialmente referenciado.

Vale destacar que o SENAPECISA se articula com o Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Desenvolvimento Regional (PPGPSDR) e completa a tríade, a partir da publicação de seus anais, a Revista Pensamento e Sociedade¹. O seminário realizou-se de forma híbrida, transmitindo suas palestras e mesas coordenadas através do canal do PPGPSDR². Realizando a apresentação dos trabalhos na modalidade remota, oportunizou que pessoas de todas as regiões do Brasil pudessem compartilhar suas reflexões em apresentações organizadas por temáticas, em salas coordenadas. O resultado encontra-se publicado nesta edição especial da “Pensamento e Sociedade”.

Consideramos que conseguimos ultrapassar as expectativas que tínhamos quando iniciamos a construção do SENAPECISA, pois este foi abraçado pela comunidade acadêmica transformando-se em um espaço rico de socialização da produção científica atualizada, articulado com diversas regiões brasileiras. Somos gratos a todas as pessoas que contribuíram para a realização do seminário, bem como os que participaram dele: sejam como ouvintes, seja como apresentadores de trabalho. Certos de que a partir de agora, a cada dois anos, durante a realização do seminário: “*O Brasil se encontra no Vale do Mucuri*”.

Nesse sentido, a publicação dos anais dos trabalhos apresentados sistematiza uma coletânea de produções contemporâneas, dando a ver a diversidade e riqueza dos temas abordados. Convidamos os nossos leitores a desfrutarem desse volume, esperando nos encontrarmos em 2027, na segunda edição do SENAPECISA.

¹ Disponível em: <https://revistas.ufvjm.edu.br/revista-pensamento-sociedade/login>.

² Disponível em: <https://www.youtube.com/@mestradoppgpsdr>.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Docentes:

ANA PAULA DE MAGALHAES LEITE –
UFVJM

ANDREA KELMER DE BARROS – UFVJM

DIOGO PRADO EVANGELISTA – UFVJM

FABIO FRAGA DOS SANTOS – UFVJM

FRAN DE OLIVEIRA ALAVINA – UFVJM

MÁRCIO ACHTSCHIN SANTOS – UFVJM

RICARDO SILVESTRE DA SILVA –
UFVJM

SIDIMARA CRISTINA DE SOUZA –
UFVJM

Discentes:

ANA ALICE DE SOUZA RAMOS

PEDRO HENRIQUE DE SOUZA OLIVEIRA

RAIANE ALVES PEREIRA

VITÓRIA KELEN SOUZA SANTOS

NATÁLIA DE OLIVEIRA SANTOS

JENIFER CORDEIRO RODRIGUES
ROCHA

LARISSA DIAS GONÇALVES MUNIZ

IVANILDE CARDOSO DE OLIVEIRA

MARIA VITÓRIA MURTA SOARES

ISABELA RODRIGUES FARIAS

CATHARYNA GUIMARÃES SANTOS

RENATA NEVES BREITHAUPT

JULIANA DE OLIVEIRA VIEIRA

COMITÊ CIENTÍFICO

ADRIANA AMARAL FERREIRA – UFRRJ

ADRIANA FREIRE PEREIRA FERRIZ –
UFBA

AMANDA LACERDA JORGE – UFF

ANA PAULA DE MAGALHAES LEITE –
UFVJM

ANDRE LUIZ MONTEIRO MAYER – UFOP

ANDREA KELMER DE BARROS – UFVJM

ARIETE PONTES DE OLIVEIRA – UEMG

CAMILA POTYARA PEREIRA – UNB

CARLOS EDUARDO MONTANO
BARRETO – UFRJ

CARLOS FELIPE NUNES MOREIRA –
UERJ

CARLOS HENRIQUE LOPES – UFVJM

CEZAR LUIZ DE MARI – UFV

DANIELA CASTAMANN – UNESPAR

DIEGO TABOSA DA SILVA –
UNIMONTES



DIOGO PRADO EVANGELISTA – UFVJM
ELIANA BOLORINO CANTEIRO
MARTINS – UNESP

ELKA LIMA HOSTENSKY – UFSC

EMERSON HELENO DA CRUZ –
ESPANHA/UNESP

FABIO FRAGA DOS SANTOS – UFVJM

FRAN DE OLIVEIRA ALAVINA – UFVJM

GREYSSY KELLY ARAUJO DE SOUZA –
UNILAB

JANE SANTOS DA SILVA – UNIRIO

JOAO BOSCO HORA GOIS – UFF

JOSE CARLOS FREIRE – UFVJM

HAROLDO LUIZ BERTOLDO – UFOP

KAMILA CRISTINA DA SILVA TEIXEIRA
– UNESPAR

KATHIUCA BERTOLLO – UFOP

LATIF ANTONIA CASSAB – UNESPAR

MABLY JANE TRINDADE TENENBLAT –
UFRJ

MÁRCIO ACHTSCHIN SANTOS – UFVJM

MARCIA SANTANA TAVARES – UFBA

MARIA ANGELINA BAIA DE CARVALHO
DE ALMEIDA CAMARGO – UFES

MARLON GARCIA DA SILVA – UFOP

MONICA FREITAS FERRI – UFVJM

NAARA DE LIMA CAMPOS – UFVJM

NEY LUIZ TEIXEIRA DE ALMEIDA –
UERJ

NOEMIA DE FATIMA SILVA LOPES –
UNIMONTES

RENATO FRANCISCO DOS SANTOS
PAULA – UFGO

RICARDO SILVESTRE DA SILVA –
UFVJM

RODRIGO SILVA LIMA – UFF

RONAN PEREIRA CAPOBIANGO – UFV

SARAH THAYS NASCIMENTO
ANDRADE – UERJ

SIDIMARA CRISTINA DE SOUZA –
UFVJM

SIMONE DA CUNHA TOURINO BARROS
– UFRRJ

TELMA AMORGIANA FULANE TAMBE –
Universidade Federal do ABC

THIAGO MARQUES MANDARINO –
UFVJM

VANESSA FOLLMANN JURGENFELD –
UNESP

VIVIANE SOUZA PEREIRA – UFJF

WESLEY HELKER FELICIO SILVA –
UNIMONTES

WILSON ROGÉRIO PENTEADO JUNIOR –
UFRB



O SERVIÇO SOCIAL NO VALE DO MUCURI: GÊNESE, CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DA PROFISSÃO

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

JHONY OLIVEIRA ZIGATO¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar o percurso histórico da profissão de Serviço Social no Vale do Mucuri (MG) a partir dos anos 1980 à atualidade. A concepção de história adotada neste trabalho não coaduna com a linearidade dos fatos, mas articula-se com a dinâmica contraditória e em movimento do processo de reprodução das relações sociais. Assim, apreender a formação sócio-histórica regional é de suma importância para captar as particularidades da profissão de Serviço Social no Vale do Mucuri (MG) a partir de sujeitos sociais, de Assistentes Sociais inseridos na região a partir do lapso histórico estabelecido. Por fim, o artigo é fruto do processo de conclusão da pesquisa da Tese de Doutorado, apontando elementos inéditos para subsidiar estudos futuros sobre o Serviço Social no Vale do Mucuri (MG).

Palavras-chave: Serviço social, formação sócio-histórica regional, assistentes sociais no Vale do Mucuri (MG).

ABSTRACT: This article aims to present the historical trajectory of the Social Service profession in the Mucuri Valley (MG) from the 1980s to the present day. The conception of history adopted in this work does not match the linearity of the facts, but is articulated with the contradictory and moving dynamics of the process of reproduction of social relations. Therefore, understanding the regional socio-historical formation is of utmost importance to capture the particularities of the Social Service profession in the Mucuri Valley (MG) from social subjects, from Social Workers inserted in the region from the established historical lapse. Finally, the article is the result of the process of concluding the Doctoral Thesis research, pointing out new elements to support future studies on Social Service in the Mucuri Valley (MG).

Keywords: Social service, regional socio-historical training; social workers in the Mucuri Valley (MG).

INTRODUÇÃO

O Serviço Social é profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho na malha histórica do capitalismo em sua fase monopolista². Iamamoto e Carvalho (2014) afirmam que *captar o significado sócio-histórico desta profissão* exige o movimento de inserção e articulação na malha da reprodução das relações sociais.

A reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matérias primas). A noção de

¹ Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS-UFJF). Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8255354861877870>

² Netto (2007) explicita que o capitalismo em sua fase monopolista se faz incidente no “último quartel” do século XIX, evidenciando uma série de transformações societais e complexificando o sistema totalizante de contradições, exigindo, assim, a intervenção de um agente extra econômico, qual seja: o Estado Burguês. Intervenção sistemática para além de garantidor das condições gerais da produção capitalista, intervém na contraditória e necessária relação entre capital/trabalho, burguesia/proletariado. O autor ressalta que a fase “clássica” do monopolismo vai de 1890 a 1940.



reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas os ultrapassa. Não se trata apenas de reprodução material em seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se a reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 78).

Partir da reprodução das relações sociais, portanto históricas, incidem no cotidiano da vida dos sujeitos sociais na medida em que a realidade é “uma totalidade concreta em movimento, em processo de estruturação permanente. Entendida dessa maneira, “a reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se no trabalho, na família, no lazer, no poder, na escola como também na profissão” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 79).

Para a (o) Assistente Social há uma indissociabilidade entre a realidade vivida, na predominância de sua aparência fenomênica, fragmentos do real, e a realidade representada que marcou e marca o Serviço Social sob novas determinações em sua gênese no que tange ao primado do ser sobre o saber³, ou seja, as qualidades pessoais, o discurso altruísta e o “bem comum” reforçaram por décadas a manutenção do status quo, do caráter conservador ideológico da sociedade burguesa sobre todo o conjunto da sociedade.

Se a análise, de acordo com os autores, não passa pelo crivo da teoria social marxiana, que vai à essência fenomênica, ou seja, questionando, debatendo com as dinâmicas e estruturas produzidas e reproduzidas, pode-se incorrer na defesa e/ou legitimidade da tese unilateral que tende a acentuar:

Aprioristicamente o caráter “conservador” da profissão como esforço e apoio ao poder vigente. Não significa ainda assumir a tese oposta, amplamente divulgada no movimento de Reconceituação Latino-Americano, que sustenta, a princípio a dimensão necessariamente “transformadora ou revolucionária” da atividade profissional. Ambas as posições acentuam, apenas e de modo exclusivo, um polo do movimento contraditório do concreto, sendo nesse sentido unilaterais (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 80).

³ O Serviço Social no continente europeu, de matriz franco-belga, bem como no Brasil, em suas gêneses, resguardando as particularidades, têm forte influência da doutrina social da Igreja Católica em fins do século XIX e o século XX. A Igreja, em “concordata” com a sociabilidade e classe dominante vigentes, utiliza-se da estratégia defensiva na qualificação de quadros laicos, oriundas de moças e senhoras das frações de classes dominantes para atuarem em um ambiente e como uma população “hostil”. Entendem a “questão social” como uma questão moral e ideológica, realizando “críticas aos exageros que a sociedade industrial vem produzindo e exorcizando o socialismo/comunismo, defendendo o capitalismo sob uma roupagem ética-cristã. Essa visão de mundo, conservadora, tem um papel político: o enquadramento das massas aos ditames da Igreja e da Burguesia sob o “manto” do bem comum, da dignidade humana em que todos são iguais perante a lei e ao Divino. Maiores informações, Iamamoto e Carvalho (2014).



As classes sociais, de que sinalizam no bojo do monopolismo clássico do capital, dizem respeito ao proletariado e a burguesia industrial no cenário do desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana. A “questão social”, objeto de justificação do Serviço Social e seus agentes é compreendida em sua manifestação, na cena pública, “do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do Estado e do empresariado, manifestando a contradição entre salário e capital, burguesia e proletariado” (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 84).

O reconhecimento por parte do Estado e do empresariado demandará ações para além da caridade e da repressão, não eliminadas a partir dos anos 1930, mas em simultâneo “leque” de ações com destaque às políticas sociais, expressas nos serviços a serem prestados a uma pequena parcela do operariado urbano industrial como estratégia de manutenção do status quo e as pressões e lutas que as classes trabalhadoras desempenham.

Historicamente, passa-se da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. Passa o Estado a atuar sistematicamente sobre as sequelas da exploração do trabalho expressas nas condições de vida do conjunto dos trabalhadores (Iamamoto e Carvalho, 2014, p. 85).

Assim, o Serviço Social coloca-se como profissão, medularmente vinculado ao setor público de forma majoritária no cenário de progressivo controle e intervenção do Estado sobre a sociedade civil, vinculando-se também as organizações patronais privadas de caráter empresarial, denominando o que Netto (2015) cita como “Serviço Social de Empresa” e a (o) Assistente social consolida-se como trabalhador assalariado, como vendedor de sua força de trabalho para a reprodução da sua vida em sociedade.

Em relação ao Vale do Mucuri (MG), localizado no nordeste do estado mineiro, a região *dialoga* com os elementos da formação sócio-histórica brasileira⁴ que incidem na economia, na política e nos aspectos socioculturais, tais como a forma de exploração da terra na região pelo latifúndio, pela pecuária e a extração de pedras preciosas, utilizando as mãos de obra escrava de

⁴ Fernandes (2020) e Prado Júnior (2012) enfatizam elementos como o patrimonialismo, o clientelismo, o mandonismo, o coronelismo e o primeiro damismo como elementos estruturais, forjados na era colonial, ou seja, nas relações sociais sob a ordem senhorial escravocrata, refuncionalizados a partir da “abertura” ao modo de produção capitalista sob o crivo da dependência.



indígenas da região (Maxakali); negra e após a abolição, de negros “libertos” e de agregados que, segundo Atschim (2018) constituem de mestiços e imigrantes alemães empobrecidos, vindos da Europa para o Brasil.

Atschim (2018) contextualiza a segunda metade do século XIX como o palco de tais acontecimentos acima apontados e soma-se as ações o ideário de “desenvolvimento” e “progresso” com a construção da estrada de ferro Bahia-Minas, lento processo urbanizador desigual, expulsando as massas para as periferias da cidade de Teófilo Otoni (MG), polo de desenvolvimento regional até a atualidade.

Somente nos anos 1980 na região, no contexto da crise da autocracia burguesa e das lutas pelo processo de redemocratização da sociedade brasileira, que o Serviço Social se fará presente na região como será apresentado no item a seguir.

DESENVOLVIMENTO

A partir da pesquisa realizada com Assistentes Sociais da região, captando as *determinações do real* pela modalidade de pesquisa em sua natureza qualitativa qual seja: A história oral⁵, o Serviço Social no Vale do Mucuri (MG) tem o processo de gênese a partir do quadro real de demandas postas pela sociedade regional, cabendo o Estado mediar este processo como empregador histórico das e dos Assistentes Sociais no Brasil.

Ao me graduar, na Escola Católica de Serviço Social de Minas Gerais em 1982, trabalhei como assistente social do Hospital Espírita André Luiz (contrato temporário em Belo Horizonte) e logo depois recebi um convite de minha professora, Márcia Biondi Pinheiro, para ampliação das ações da Legião Brasileira de Assistência-LBA em Minas Gerais. Eu e alguns colegas participativos dos movimentos estudantis da PUC da época, ingressamos nesse projeto, balizados por uma vontade de fazer um Serviço Social na nova visão conceitual. Fomos contratados por Tancredo Neves (contratados por órgão do estado cedidas a LBA) no apagar das luzes de sua gestão em Minas Gerais. Fui encaminhada ao Nordeste mineiro para o município de Águas Formosas em 1984 e depois fui transferida para Teófilo Otoni, a fim de trabalhar em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais na distribuição de alimentos (Nepomuceno, 2024, s/n).

⁵ De acordo com Moljo (2002), podemos situar a História Oral dentro dos métodos qualitativos de investigação, a qual afirma dentro do mundo acadêmico em finais dos anos 1960, tendo como horizonte ampliar os conhecimentos da realidade social através de estudos em profundidade, tomando como um de seus eixos as experiências vividas pelos sujeitos. Com isso, trata-se de ultrapassar as descrições para compreender os significados em buscar os sujeitos e suas histórias. Não propõe de nenhuma maneira desconectar o sujeito em suas estruturas materiais, das condições reais de existência. Pelo contrário, trata-se de analisar como a estrutura repercute na vida cotidiana do sujeito e como o sujeito produz e reproduz nessa estrutura, mas dimensionando desde o cotidiano, desde a sua própria experiência.



Ainda no município de Águas Formosas (MG), a Assistente Social foi demandada para atuar com o Desenvolvimento de Comunidade⁶ com uma comunidade rural a partir de um viés “conservador”, de ajuste da comunidade local as “expectativas” da LBA. Contudo:

A aplicação do Desenvolvimento de Comunidade na região rural e urbana do município de Águas Formosas nos anos 1980 proporcionou o autoquestionamento da realidade local. A pobreza, a concentração de terras eram gritantes e era preciso ir além do discurso oficial de levar desenvolvimento, progresso e melhoria de vida para a população. [...] Me recordo que eu e algumas colegas íamos ao encontro da população nas casas, associações, salões de igreja e questionávamos a vida do povo, pois havia recebido uma formação crítica, o país em ebulição com a redemocratização, queríamos levar o povo a refletir e pensar estratégias de ação (Nepomuceno, 2024 s/n).

A profissional relata também que diante deste movimento de autoquestionamento das condições de vida da população e o crescente trabalho, houve resistências por parte do poder público local (prefeitura a época) e dos fazendeiros e “benfeitores” da cidade.

Me recordo de alguns fazendeiros, algumas pessoas de posse na cidade, alguns vereadores questionarem nosso trabalho, pois estávamos “agitando o povo” ao invés de ensiná-los a como superarem suas dificuldades para saírem das condições vividas. [...]. Foi aí que percebi, na pele, como que o mandonismo, o coronelismo, a benemerência eram fortes e que fomos “orientadas” a mudar o foco do trabalho para “evitarmos” problemas maiores (Nepomuceno, 2024, s/n).

Nepomuceno (2024) reitera que mesmo com as contradições, os limites impostos pela realidade regional, houveram “frutos” do seu trabalho como o fortalecimento do sindicato rural em Águas Formosas, os grupos de reflexão das CEB’S (Comunidades Eclesiais de Base), que sustentadas na vertente “progressista” da Igreja, a Teologia da Libertação, buscavam defender e reivindicar direitos e o fim da desigualdade social.

Essas pequenas conquistas me motivavam, me alimentavam: porque eu saí da minha graduação com essa vontade, esse desejo de mudar a realidade, de não reproduzir um Serviço Social Neutro, conservador, sem questionar as condições de vida da população. Sendo jovem, me desafiei a deixar a capital mineira para vir para o interior e fazer a diferença (Nepomuceno, 2024, s/n).

A profissional relatou que permaneceu trabalhando em Águas Formosas (MG) de 1984 a 1986 com Desenvolvimento de Comunidade e proporcionou conhecer um pouco a região. Em 1986 recebeu uma proposta de trabalho, via indicação, para atuar na área da saúde e pode contribuir com

⁶ Acerca do Desenvolvimento de Comunidade, Ammann (2003).



as discussões em Teófilo Otoni e região dos momentos que antecederam a criação do Sistema Único de Saúde em 1988.

Quando fui pra Saúde em 1986, fui por indicação e depois fiz um concurso interno e me efetivei após a Constituição de 1988. Trabalhei desde então somente neste campo, na Gerência Regional de Saúde, contribuindo no planejamento, monitoramento e as ações e serviços de saúde em todo o Vale do Mucuri (MG). (Nepomuceno, 2024, s/n)
[...] A partir da década de 1990 iniciou, de forma gradual, um aumento de profissionais na região e a maioria vinculados por contrato de trabalho, sem concurso público efetivo. Nessa época eu já era efetiva na Gerência Regional de Saúde (GRS), mas conhecia alguns colegas que trabalhavam em municípios da região sob indicação de vereadores, prefeitos e até os coronéis, donos de grandes extensões de terra na região. O clientelismo para conseguir emprego na região era muito forte e até hoje o “Quem Indica” é frequente na região para conseguir trabalho (Nepomuceno, 2024, s/n).

Outra profissional entrevistada, atuando também a mais tempo na região, é natural da cidade de Ataleia (MG), próximo a Teófilo Otoni, ou seja, é “filha” da região.

Sou Nadia Maria Carvalho de Oliveira Martins, nasci na cidade de Ataleia, mais ou menos uns 80 km de Teófilo Otoni. Sou a segunda filha de oito, tenho 4 irmãos e três irmãs. Tenho 58 anos, casada e mãe de dois filhos. Fui estudar na capital, nos anos 80 aqui na região não tinha nenhuma faculdade, era até o ensino médio. Quem quisesse fazer faculdade tinha que ir para Governador Valadares, Ipatinga ou Belo Horizonte e na época quem tinha essa condição de ir estudar fora, com pai e mãe pagando tudo? Fiz minha graduação na Escola de Serviço Social da então Universidade Católica de Minas Gerais entre 1985 a 1988. Lembro que me formei, quando a Constituição tinha a pouco sido promulgada (Martins, 2024, s/n).

A Assistente Social relatou que voltou para a região de origem nos anos 1990 e que à época as políticas públicas ainda eram muito escassas na região, o acesso a alguns municípios eram desafiadores devido à falta de asfaltamento, predominando uma forte cultura conservadora expressas no mandonismo, nas relações de favor, mando e obediência e um forte patriarcalismo.

No mesmo ano, em 94, prestei concurso público na prefeitura de Teófilo Otoni, passei e fui atuar na saúde mental, minha grande paixão e foi desafiador, porque não tinha quase nada, o SUS era recente, a saúde mental nem sem fala. Na época estava começando o debate da Reforma Psiquiátrica e acompanhava esse movimento e depois de muitos anos veio os caps 's e ajudei nesse processo, incentivando a criação no município e participando das reuniões de planejamento. Me aposentei na prefeitura em julho de 2022. Em 95, mantendo dois empregos, ingressei na APAE de Teófilo Otoni, onde permaneço até a presente data (Martins, 2024, s/n).

A precarização das condições de trabalho sempre se fez presentes para as e os Assistentes Sociais da região, sendo “comum” o duplo/triplo vínculo de trabalho das e dos profissionais. Contudo, Martins (2024) afirma se sentir realizada, não se vê atuando em outra profissão.

Vejo aqui na região que o Serviço Social é uma profissão muito subalterna, a gente precisar brigar por nosso lugar aqui, nos são demandadas tarefas que nada tem a ver com o Serviço Social e vejo muito aqui os mandos e desmandos de vereadores e de profissionais que



“obedecem” por medo de perder seus empregos e prestígios com os vereadores e demais autoridades locais (Martins, 2024, s/n).

A profissional elenca que um dos maiores desafios em ser Assistente Social no Vale do Mucuri (MG), para além das condições precárias de trabalho, é vencer os clientelismos que batem nas instituições, os mandos das autoridades, as requisições que nos são solicitadas sob uma lógica de reforço da ajuda, da caridade, de benevolência e a “impotência” de não romper com esses limites. Porém, ela segue se impondo, resistindo, ainda que no seu espaço cotidiano de trabalho.

Outras duas Assistentes Sociais entrevistadas, oriundas do Vale do Rio Doce (MG), cidade de Governador Valadares, tem as suas graduações realizadas em uma instituição privada, a UNIVALE (Universidade do Vale do Rio Doce), de natureza privada, cursando Serviço Social em fins dos anos 1990 e chegando no Vale do Mucuri (MG) no início dos anos 2000.

Sou Edna Chaves de Oliveira, natural de Governador Valadares, mãe de dois filhos, casada e tenho 57 anos. Vim de uma família de cinco filhos e passamos por desafios. Comecei a trabalhar desde cedo e cursar uma faculdade parecia um sonho bem distante sabe? Me recordo que eu trabalhava durante o dia e iniciei o curso de Serviço Social em 1998 na UNIVALE e terminei a minha graduação em 2001.

Ao chegar no ano de 2004 em Teófilo Otoni, a Assistente Social ingressou no mercado de trabalho em uma instituição privada de ensino de natureza confessional para ministrar algumas aulas por semana no então curso de Serviço Social da Instituição. No ano seguinte, em 2005, foi contratada para trabalhar na Legião da Boa Vontade (LBV), uma instituição filantrópica confessional (Espírita Kardecista) que acolhem idosas e idosos para serem institucionalizados, sendo muito demandada em Teófilo Otoni e região, compondo a rede socioassistencial do município.

Os desafios que eu elenco para atuar como Assistente Social na região são os coronelismos, clientelismos, o primeiro damismo muito forte, essas velhas questões políticas. Me recordo do período de transição de governos entre Maria José (PT) e Getúlio Neiva (MDB) e percebi na época um retrocesso, um corte de direitos, de assédios nos ambientes de trabalho e isso chegou na LBV. Pisava em ovos para lidar com secretários, a direção da minha instituição. Contudo, pude nessa época contribuir para a implantação do Conselho Municipal do Idoso na cidade e fiquei conhecida como profissional referência no campo do idoso, percebi, mesmo em meio a limites, respeito e conquista de espaço.

[...] A articulação com a comunidade, a rede socioassistencial foi muito difícil. Falo no lugar atuando na LBV, que é uma instituição espírita e não muito bem vista a época na cidade. Foi com o meu trabalho, me aproximando da prefeitura, ajudando na criação do Conselho do Idoso, abrindo campo de estágio na LBV que aos poucos as barreiras foram quebrando, mas até hoje os desafios e limites são grandes (Oliveira, 2024, s/n).



Esse reconhecimento sinalizado pela Assistente Social é “o motor”, a “motivação” que a faz exercer a profissão mesmo com os baixos salários e as precárias condições e afirma que nesses anos de trabalho contribuiu em alguns momentos com o Núcleo de Assistentes Sociais da região para fortalecer a categoria profissional na luta por melhores salários e condições de trabalho.

Olha, desde que cheguei aqui, me recordo de ter participado, como linha de frente do Núcleo, umas quatro vezes em momentos de mobilização e pouca adesão. Na minha visão, vejo muita queixa dos profissionais, que o CRESS nada faz. Mas quando a gente chamava para as reuniões, a adesão era baixa. Aqui o individualismo entre os colegas é grande, todos querem o “venha a nós” e não se esforçam para participar e construir o espaço coletivo (Oliveira, 2024, s/n).

A segunda profissional, graduada também na UNIVALE em Governador Valadares (MG), ingressa no curso de Serviço Social em 1995, concluindo a sua graduação em 1999

Sou a Jaqueline Maria de Souza, nasci na cidade de Muriaé, zona da mata mineira, tenho 55 anos de idade, me identifico como mulher cis. Tenho uma união estável, sem filhos. Me mudei com 11 anos de idade para a cidade de Governador Valadares (MG), porque o meu pai foi transferido por motivo de trabalho.

[...] Me graduei na Univale em Governadores Valadares, fiz parte da primeira turma desta instituição e concluí meu curso em 1999. Na formação, gostei muito da psicologia social, filosofia, sociologia. Na base operativa, no Serviço Social foi muito rasa, porque era muita teoria e pouca prática. Eu me perguntava, o que eu vou fazer com isso tudo de teoria? Me lembro de ter tido muita dificuldade nos primeiros anos no mercado de trabalho, me sentia despreparada, me questionando como faço isso, como faço aquilo? (Souza, 2024, s/n).

Assim como a profissional anterior bem como alguns outros entrevistados, o duplo/triplo vínculo de trabalho é “comum” na região em virtude das baixas remunerações que chegam a equivaler um salário mínimo e também pelas precárias condições de trabalho, impactando no fazer profissional, ou seja, na qualidade dos serviços que são ofertados aos usuários.

O que eu me lembro da profissão na região, eram das profissionais já inseridas muito aguerridas, com uma atuação mais crítica, humanizada com os usuários dos serviços, me senti muito acolhida quando cheguei. Porém, me deparei com sujeitos que não sabiam o que era o Serviço Social, confundiam com assistencialismo, ajuda, caridade e enfrentei essas situações com maestria, desmistificando essa concepção errada de profissão.

[.....] Como mulher preta, periférica, de família humilde, passei no trabalho por preconceitos pelos homens, os outros profissionais lá no Consórcio. Trabalhei com uma psicóloga que era branca, loira, bem economicamente e a tratavam de forma diferente e me menosprezava, isso no ambiente de trabalho do Consórcio Intermunicipal. Os profissionais médicos eram os mais preconceituosos, o patriarcalismo, o conservadorismo é forte.

[.....] Mesmo com essas situações, eu não me abatia, enfrentava com maestria e tentavam abafar meu trabalho, tirar as minhas ideias de cabeça. Me recordo que sofri muito assédio na instituição e também com outros assistentes sociais devido a crítica que realizava a minha formação, mais antiga. Me adoeci mentalmente e o consórcio me demitiu com justa causa, alegando que eu estava “com mania de perseguição”. Não assinei a demissão, entrei com processo judicial e tive ganho de causa, foi um período muito difícil que enfrentei (Souza, 2024, s/n).



A cultura regional, de predomínio dos valores mandonistas, clientelistas, paternalistas “interferem” na cultura profissional de que Moljo e Silva (2018)⁷ explicitam e com isso reforçam traços estruturais de subalternidade profissional com uma extrema elevação do individualismo em sua acepção neoconservadora o que não significa “polos de resistência”, de críticas, de questionamento ao instituído, mas fragmentados e em minoria, vigorando o que a profissional chamou de uma “postura conformista dos assistentes sociais”.

A expansão da profissão na região, a partir da realização das entrevistas, se dá nos anos 2000 em virtude de dois fatores fundamentais: a instalação de instituições privadas de ensino em Teófilo Otoni bem como a instalação da UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), campus Teófilo Otoni, ofertando a partir de 2006 o curso de Serviço Social em período noturno e a implantação da Política Nacional de Assistência Social no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006)⁸.

Sou Diego Soares Ferraz, tenho 34 anos de idade, homem cis, homossexual e carrego com orgulho os meus traços indígenas. Natural do município de Machacalis, aqui mesmo no Vale do Mucuri. Filho de pais agricultores e semianalfabetos tive uma infância difícil, de privações, mas com muito amor dos meus pais para comigo. Terminei o meu ensino médio na cidade e sabia vagamente da existência da universidade federal. Conheci o Serviço Social por conta de uma assistente social na minha cidade, que trabalhava na saúde e ali tive a certeza que era Serviço Social que iria cursar.

[...] Ingressei no curso de Serviço Social da UFVJM em 2010 já no campus próprio da universidade, me graduando no final de 2014. Me recordo que muitos colegas de faculdade eram naturais de outros municípios do Vale. Em 2015, graduado, fui atuar na minha cidade no cargo de Secretário da Política de Assistência Social, fortalecendo a política municipal e implantando novos serviços. Essa trajetória é motivo de orgulho para mim. Permaneci no cargo até 2021 (Ferraz, 2024 s/n).

Sou Shirley Afonso, natural de Malacacheta (MG), cidade próxima de Teófilo. Sempre quis cursar Serviço Social e em 2006 a oportunidade veio por uma bolsa que consegui nas Faculdades Doctum.

[...] Desde quando iniciei minha atuação profissional no CRAS de Topázio, isso desde 2012/2013, meu vínculo empregatício é pelo contrato de trabalho que se renova periodicamente. O salário com os descontos obrigatórios não chega ao valor líquido de um salário mínimo. A maioria dos colegas hoje que atuam na política aqui na cidade, são contratados e como eu, possuem outros vínculos empregatícios para complementar a renda (Afonso, 2024, s/n).

⁷ Para Moljo e Silva (2018), a cultura refere-se ao modo de ser, aos valores socialmente construídos com base nas determinações de existência do ser social na sua vida histórica real, decisivos nas direções sociais formadas por posicionamentos políticos amplos que se sustentam em matrizes teóricas do conhecimento).

⁸ As instituições de ensino privadas são: UNIPAC (Universidade Presidente Antônio Carlos) e as Faculdades Doctum, atualmente denominadas de Rede Unidoctum. Em 2004 é criada pelo Governo Federal a PNAS (Política Nacional de Assistência Social) e em 2005 o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), contribuindo para a expansão do mercado de trabalho para as e os Assistentes Sociais no Brasil, bem como no Vale do Mucuri (MG).



Sou Gláucia Maria Jorge. Desde os meus 17, 18 anos queria ser Assistente Social. Mas, à época, não tinha condições de ir para Belo Horizonte, pois venho de uma família numerosa e de poucos recursos. Morávamos em Novo Cruzeiro, cidadezinha pequena. Fui fazer Magistério em Teófilo Otoni. Anos depois, nos anos 2000, pude com bolsa Prouni cursar o tão sonhado Serviço Social na Doctum.

[.....] No hospital municipal onde atuo há mais de anos, sempre procuro nos meus atendimentos com os usuários e os seus familiares informarem os direitos e deveres dentro da instituição. Para além do hospital, costumo realizar encaminhamentos para os CRAS, CREAS, Postos de Saúde, orientações sobre os direitos previdenciários. Muitas das vezes sou questionada pelos usuários que nada funciona, é difícil acessar um direito e quando consegue, é um vereador, algum parente ou amigo que trabalha nas prefeituras que consegue. A partir desta fala, oriento e faço uma reflexão da importância do nosso voto, que é direito, que não é preciso ficar pedindo favor a vereador, mas eles (os usuários) alegam que é a forma mais rápida pra conseguirem o que precisam (Jorge, 2024 s/n).

Na atualidade, a herança conservadora se faz presente e se reatualiza sob as mediações impostas pelas relações sociais contemporâneas de que Ribeiro (2021) em sua citação nos apontou. Esta herança está umbilicalmente enraizada com a formação sócio-histórica brasileira em sua dimensão colonial patrimonialista, destacando nas relações cotidianas o nepotismo, o favoritismo e o clientelismo em suas diversas formas e sob o “manto” do populismo.

Vimos linhas atrás em algumas falas das e dos entrevistados que a cultura política embebida de elementos coloniais sob a “bandeira” da democracia permeia o exercício profissional no Vale do Mucuri (MG) somada aos poucos serviços e recursos da rede socioassistencial das políticas sociais. Na subjetividade do “ser Assistente Social” na região, reforçando, esta relação é presente e constante.

Muitas vezes, no atendimento imediato de uma demanda urgente, que o usuário precisa como, por exemplo, o Tratamento Fora Domicílio na Saúde (TFD), já recorri a vereadores para agilizarem o processo de liberação do transporte do usuário que estava de alta aqui no hospital e a Secretaria de Saúde do município demorava para liberar. Era pressionada pela direção do hospital a acelerar o TFD para liberar vaga para outro usuário. No início, me sentia mal, mas com o tempo fui me “acostumando” para viabilizar o direito (Jorge, 2024, s/n).

Aqui no CRAS Topázio as cestas básicas mensais são insuficientes para o atendimento da demanda emergencial das famílias cadastradas. É comum os usuários ou até mesmo alguns políticos que nos informam que podem encaminhar a demanda para eles, que eles garantem a cesta. Na necessidade de “matar a fome”, ficamos à mercê dessas ações clientelistas. A contradição na prática profissional é grande (Afonso, 2024, s/n).

Na Legião da Boa Vontade (LBV), por ser uma instituição filantrópica, espírita, sem fins lucrativos, muitas famílias recorrem a vereadores da cidade e região para conseguir, junto com o presidente da Legião, vaga para acolhimento institucional dos idosos. A demanda é alta, as vagas são poucas, a seletividade é alta e muitos familiares se queixam comigo e tendo a resposta negativa, buscam os meios de interesses para conseguirem vaga (Chaves, 2024, s/n).



Em relação a última questão do roteiro de entrevistas, questionando quais elementos podiam contribuir para a “chegada tardia” da profissão na região, as e os entrevistados foram unânimes na afirmação de que a ausência do Estado na região, dos serviços, das políticas sociais, são um elemento que “atrasa” a inserção profissional na região.

Vim para a região em 1984 a trabalho pela LBA. Fui designada para o município de Águas Formosas (MG) para trabalhar com a população rural e urbana sob o Desenvolvimento de Comunidade. Não havia na cidade nenhum serviço público voltado à população no que diz respeito aos serviços sociais. Ainda não tínhamos a Constituição de 1988 e as relações de favor, tutela, mandonismo eram muito fortes. Ouvia muito da população local que quando precisavam de remédio, carro para levar algum doente para os hospitais de Teófilo Otoni, eles procuravam os fazendeiros, as famílias abastadas para serem socorridos (Nepomuceno, 2024, s/n).

Acredito que a vinda tardia de profissionais para a região esteja ligada a falta de uma estrutura burocrática do Estado para o atendimento das demandas e necessidades da população em um contexto em que não se falava no Brasil em direitos sociais universais. A nossa formação sócio-histórica traçou uma democracia restrita, embebida de autoritarismo e mandonismo. Após a Constituição de 1988 é que, aos poucos, a presença dos serviços, equipamentos públicos vão chegando nas regiões interioranas deste vasto Brasil (Silva, 2024, s/n).

A chegada Tardia está ligada, ao meu ver, pela ausência efetiva do Estado antes da Constituição de 1988. Depois da Constituição, a saúde torna direito universal e muitos serviços são criados e implantados e demandarão Assistentes Sociais e outros profissionais também. Quando me formei em 1988 em Belo Horizonte, na PUC, voltei pra região, sou daqui da região e os municípios demandavam Assistentes Sociais nos programas e serviços de saúde (Martins, 2024, s/n).

Pra mim, a ausência de Assistentes Sociais na região está ligada a falta de cursos de Serviço Social, de faculdades. Me graduei em Governador Valadares (MG). O curso em Valadares é implantando por uma instituição privada nos anos 1990, possibilitando muitas aspirantes virem para Valadares para cursarem Serviço Social (Souza, 2024, s/n).

Atualmente na região as unidades de formação são duas, a saber: A UFVJM na modalidade presencial em turno noturno, a UNOPAR (Universidade do Paraná) e a UNIDOCTUM que ofertam os cursos de Serviço Social nas modalidades à distância, contribuindo para a expansão da profissão na região, mas cabendo questionar a qualidade da formação pelas instituições privadas em uma quadra histórica de sucateamento da educação brasileira, no avanço da extrema direita no país, reforçando e reatualizando os traços conservadores que permeiam o Vale do Mucuri (MG).

Por fim, para o Serviço Social, o futuro está “em aberto”, cabendo sucessivas pesquisas para a captura das determinações do real com vistas a fornecer “estratégias” de fortalecimento e defesa desta profissão no seu viés crítico que vindo sendo construído desde os anos 1980.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Artigo em tela objetivou apresentar a gênese, consolidação e expansão da profissão no Vale do Mucuri (MG) em articulação com os elementos da formação sócio-histórica regional o que pode indicar a *tardia chegada* da profissão na região uma vez que o Serviço Social no Brasil se institucionaliza e se legitima a partir dos anos 1930/1940.

Com a presença das primeiras profissionais na região a partir dos anos 1980 sob o contexto de crise da autocracia burguesa; a defesa pelo movimento de redemocratização da sociedade brasileira bem como o processo de ruptura do Serviço Social com o seu viés tradicional, as Assistentes Sociais pioneiras defrontam-se com os obstáculos estruturais da região sob o crivo do conservadorismo e que incidirá em uma cultura profissional regional, no *ser* Assistente Social no Vale.

A consolidação e expansão da profissão se dá com incidência em fins dos anos 1990 e nos anos 2000 em diante com as presenças de unidades de formação e o crescimento do mercado de trabalho com ênfase na política setorial de Assistência Social.

Como visto nos relatos de algumas e alguns entrevistadas (os), os limites não significam um conformismo e um imobilismo, contudo, tem por desafio a mobilização coletiva e permanente dos Assistentes Sociais na região para o enfrentamento de velhos dilemas tais como: o que é, o que faz o Serviço Social, sobre o que e sobre quem atua.

O futuro, a história é um vir a ser e a construção da história se dá pelas vias de conhecer o real, em suas múltiplas determinações para o fomento de estratégias que são coletivas para o fortalecimento da profissão de Serviço Social na região.

REFERÊNCIAS

- ACHTSCHIN, M. **A formação econômica, política, social e cultural do Vale do Mucuri**. Teófilo Otoni. 2018. 176 p.
- AMMANN, S.B. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 12^o ed, 2003.
- AFONSO, S.M. **Entrevista concedida ao pesquisador em abril de 2024**, Teófilo Otoni (MG).
- CHAVES, E.O. **Entrevista concedida ao pesquisador em fevereiro de 2024**, Teófilo Otoni (MG).
- FERRAZ, D.S. **Entrevista concedida ao pesquisador em fevereiro de 2024**, Teófilo Otoni (MG).
- FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 14 ed-Rio de Janeiro: Zahar, 2020.



IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. Ed- São Paulo: Cortez, 2014.

JORGE, G.M. **Entrevista concedida ao pesquisador em março de 2024**, Teófilo Otoni (MG).

MARTINS, N. **Entrevista concedida ao pesquisador em março de 2024**, Teófilo Otoni (MG).

MOLJO, C.B. **A História Oral como possibilidade de Reconstrução Histórica, sua relação com o Serviço Social**. Costa Rica, 2022. Disponível em: www.ts.ucr.ac.cr. Acesso em: 13 de mar. De 2025.

MOLJO, C.B; SILVA, J. F S. Cultura Profissional e Tendências Teóricas Atuais: O Serviço Social em Debate. IN: **Serviço Social e seus Fundamentos: Conhecimento e Crítica**. Orgs: Yolanda Guerra... [et al]. Campinas, Papel Social, 2018.

NEPOMUCENO, R. **Entrevista concedida ao pesquisador em fevereiro de 2024**, Teófilo Otoni (MG).

OLIVIERA, E.C. **Entrevista concedida ao pesquisador em fevereiro de 2024**, Teófilo Otoni (MG).

NETTO, J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6. Ed - São Paulo, Cortez, 2007;

_____. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. São Paulo: Cortez, 2015.

PENHA, R.W. **Entrevista concedida do pesquisador em março de 2024**, Teófilo Otoni (MG).

PRADO JÚNIOR, C. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. Companhia das letras, São Paulo, 2012.

SILVA, R.S. **Entrevista concedida ao pesquisador em fevereiro de 2024**, Teófilo Otoni (MG).

SOUZA, J.M. **Entrevista concedida ao pesquisador em abril de 2024**, Teófilo Otoni (MG).



**PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL EM ESPAÇOS
OCUPACIONAIS NÃO ACADÊMICOS: MAPEAMENTO DOS TRABALHOS
ELABORADOS POR ASSISTENTES SOCIAIS PUBLICADOS NOS ANAIS DO 8º
CONGRESSO PARANAENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS**

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

LIVIA MARIA LIMA DE JESUS¹

RESUMO: Apresenta-se o mapeamento dos trabalhos elaborados por assistentes sociais atuantes em espaços não acadêmicos publicados nos Anais do 8º Congresso Paranaense de Assistentes Sociais. Verificou-se que dos 91 trabalhos publicados 21 foram elaborados por assistentes sociais vinculados a espaços não acadêmicos, o que equivale a 24%, dos trabalhos publicados. Embora se reconheça que a academia seja o principal espaço de produção de conhecimento, esperava-se uma maior quantidade de trabalhos de autoria de profissionais atuantes em espaços não acadêmicos. No entanto, entende-se que esse número é influenciado pelos limites, desafios e possibilidades em cada contexto. Pontua-se a importância de novos estudos e produções que complementem e dialoguem com as discussões iniciadas.

Palavras-chave: Exercício profissional, dimensão investigativa, pesquisa.

ABSTRACT: This paper presents a mapping of the works produced by social workers working in non-academic settings published in the Proceedings of the 8th Paraná Congress of Social Workers. It was found that of the 91 published works, 21 were produced by social workers working in non-academic settings, which is equivalent to 24% of the published works. Although it is recognized that academia is the main space for knowledge production, a greater number of works authored by professionals working in non-academic settings were expected. However, it is understood that this number is influenced by the limits, challenges and possibilities in each context. The importance of new studies and productions that complement and dialogue with the discussions that have been initiated is highlighted.

Keywords: Professional practice, investigative dimension, research.

INTRODUÇÃO

A produção de conhecimento em Serviço Social percorreu uma trajetória marcada por transformações históricas e influências diversas, acompanhando as mudanças nas demandas sociais e nos paradigmas teóricos. Inicialmente vinculada à filantropia e às práticas assistencialistas, a profissão passou a consolidar-se como área acadêmica e científica a partir da segunda metade do século XX, com a renovação crítica na América Latina. Essa renovação, impulsionada pelo

¹ Assistente Social na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social: Infância, Juventude, Pessoa Idosa e Família de Toledo-PR; Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unioeste. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0030072709836755>. E-mail: liviamaria3359@gmail.com.



movimento de reconceitualização, promoveu uma ruptura com as perspectivas conservadoras, incorporando fundamentos marxistas e dialogando com a realidade concreta da questão social, o que foi essencial para que o Serviço Social assumisse um caráter crítico e comprometido com a transformação social. Iamamoto (2007) evidencia a pesquisa e a sistematização do conhecimento como pilares fundamentais na construção da identidade da profissão, articulando teoria, prática e um projeto ético-político comprometido com os interesses da classe trabalhadora.

Embora a produção de conhecimento seja frequentemente associada ao meio acadêmico/universitário, o profissional de Serviço Social não precisa estar vinculado a esses espaços para ser um produtor de conhecimento. A produção e a publicização do conhecimento em Serviço Social, mesmo quando o profissional não está diretamente vinculado a um espaço acadêmico/universitário, é um processo fundamental para a atualização e o aprimoramento da profissão, além de contribuir para a construção de uma prática mais crítica e transformadora. A reflexão sobre as experiências vividas, a análise crítica dos processos de intervenção e a sistematização das ações realizadas podem resultar em conhecimentos que enriquecem o campo teórico-prático do Serviço Social. No entanto, assim como no âmbito acadêmico, a produção de conhecimento enfrenta obstáculos significativos que envolvem o desmonte das políticas públicas e a precarização das relações de trabalho, a diversidade e complexidade de demandas e espaços de atuação.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é apresentar o mapeamento dos trabalhos publicados por assistentes sociais nos Anais do 8º Congresso Paranaense de Assistentes Sociais. Evidenciar a produção de conhecimento oriunda do exercício profissional em espaços não acadêmicos como fortalecedora do diálogo entre teoria e prática. Refletir sobre a importância da dimensão investigativa da profissão.

A pesquisa justifica-se pela escassez de estudos sobre a temática abordada, especialmente no que diz respeito à produção de profissionais atuantes em espaços não acadêmicos. As inquietações da autora, manifestadas desde sua formação profissional e durante o estágio obrigatório, também foram fatores determinantes na escolha do objeto de estudo. É importante destacar que essas inquietações têm se intensificado ao longo de seu exercício profissional em um espaço não acadêmico em um município do Estado do Paraná, especialmente ao observar que, embora a dimensão



investigativa seja prevista na Lei de Regulamentação da Profissão e esteja presente como princípio formativo nas Diretrizes Curriculares, a produção e a divulgação de conhecimento têm sido pouco exploradas por profissionais inseridos em contextos não acadêmicos. Assim, a pesquisa busca contribuir para o exercício profissional, aprofundando o debate sobre a relevância da produção de conhecimento por profissionais que atuam em espaços ocupacionais fora do ambiente acadêmico.

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizou-se da pesquisa exploratória e descritiva. Quanto aos procedimentos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Trata-se de uma pesquisa iniciante em que se pretende dar andamento, tendo em vista, a complexidade e importância de estudos que abordem a temática.

SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

O desenvolvimento do Serviço Social no Brasil está intimamente relacionado ao movimento histórico da sociedade e seu contexto econômico e político. Isso implica dizer que como a profissão interpreta e intervém na realidade, foi se modificando ao longo do tempo. Em sua gênese adotou uma abordagem interventiva, pragmática e conservadora, alinhada a doutrinas específicas. O perfil profissional era moldado por uma formação influenciada pela doutrina católica e mais tarde pelo modelo tecnicista norte-americano, focado na adaptação do indivíduo ao meio social (Barroso, 2016).

No que se refere a produção de conhecimento, o Serviço Social brasileiro atingiu sua maturidade intelectual e obteve reconhecimento nas agências de fomento desde a década de 1980. Esse avanço foi impulsionado não apenas pela ampliação quantitativa das produções acadêmicas, mas também pela crescente qualidade das pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação. Além disso, esse processo foi marcado por uma aproximação teórica e metodológica com o marxismo (Barroso, 2016).

O Serviço Social, ao se inserir na divisão social e técnica do trabalho, ocupa uma posição especializada. O profissional da área necessita de uma base sólida em fundamentos teórico-metodológicos, conhecimentos práticos, saberes interventivos, habilidades técnico-profissionais e uma postura ética bem definida, com clara orientação estratégica. A atuação do Serviço Social na estrutura sócio-ocupacional da sociedade capitalista, e sua função dentro da sociedade burguesa,



mediando as relações entre classes e Estado, confere à sua intervenção um caráter político, fundamental para a compreensão de seu papel e finalidade na sociedade (Guerra, 2017).

O Serviço Social, enquanto profissão, possui uma formação generalista e exige que o profissional atue de forma dupla, tanto investigativa quanto interventiva. Essas duas dimensões devem estar integradas e direcionadas pela direção social defendida pelo Projeto Ético-Político da profissão (Pinheiro, 2024). Quanto à dimensão investigativa, é importante ressaltar que, no início da profissão, essa dimensão não tinha a relevância que possui atualmente, e a pesquisa não era vista como uma atividade significativa, vindo a se tornar uma disciplina obrigatória na formação somente a partir da reforma curricular de 1982.

Esse enfoque sobre a pesquisa e, conseqüentemente, sobre a produção de conhecimento, foi fortalecido a partir do processo de reconceituação latino-americano, integrando tanto as limitações quanto os avanços proporcionados por esse movimento.

No Brasil, estudos indicam que as universidades desempenham um papel central na produção do conhecimento em Serviço Social, consideradas o principal espaço de desenvolvimento formal da área. É nesse ambiente que a pesquisa se originou e se consolidou, especialmente por meio da pós-graduação (Barroso, 2016).

Pinheiro (2024), enfatiza que desde a década de 1980, tem-se buscado mostrar que a pesquisa não é uma atividade exclusiva do ambiente acadêmico, mas deve ser vista como uma parte fundamental do trabalho profissional. O desafio tem sido demonstrar que todos os profissionais, independentemente do contexto em que atuam, devem incorporar a pesquisa em sua prática.

A década de 1990 marca grandes acontecimentos no seio da profissão, que propiciaram avanços significativos tanto no âmbito de formação acadêmica quanto no exercício profissional. Essas conquistas foram impulsionadas por marcos legais relevantes, como a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esses avanços não só legitimaram o mercado de trabalho para os assistentes sociais, mas também expandiram as temáticas de pesquisa e produção de conhecimento na área (Barroso, 2016).

Nesse contexto, tem-se a reconfiguração do Projeto Profissional do Serviço Social. Esse projeto encontrava-se em desenvolvimento desde a década de 1970, sendo resultado também da introdução dos princípios e ideias do Movimento de Reconceituação, que se espalhou por diversos



países latino-americanos, juntamente com o processo de redemocratização da sociedade brasileira. Esse processo envolveu uma ruptura teórica e política, inicialmente mais político-ideológica do que teórico-filosófica, com as abordagens tradicionalistas predominantes na época (Teixeira; Braz, 2009). Conforme Teixeira e Braz (2009), esse projeto possui materialidade em três dimensões: a produção de conhecimentos no interior da profissão, a organização política da categoria e a dimensão jurídico-política da profissão.

Outros instrumentos normativos da profissão que passaram por reatualização nesse mesmo período, colocam a pesquisa e produção de conhecimento como elementos centrais para profissão, isso passa a ser identificado, por exemplo, na Lei de Regulamentação da Profissão que integra a pesquisa ao exercício profissional nos artigos 4º e 5º, que abordam as competências e as atribuições exclusivas do assistente social. Nas Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, a dimensão investigativa se torna ainda mais relevante, entre os princípios que orientam a formação profissional, estão as dimensões investigativa e interventiva (ABEPSS, 2023).

É importante salientar que apesar de todos os avanços alcançados, o projeto profissional do Serviço Social se consolida em um cenário desafiador, em que as condições para sua manutenção e desenvolvimento se tornam adversas, especialmente devido à ofensiva neoliberal que impactou a sociedade brasileira a partir da década de 1990 (Barroso, 2016).

Os impactos das tendências neoliberais adotadas a partir dessa década, foram se intensificando ao longo do tempo e se estendendo até o momento atual. A crise, a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais trouxeram profundas mudanças que promoveram, entre outros aspectos, a flexibilização e a precarização das condições de trabalho. O Serviço Social é diretamente impactado por essas transformações sociais, o que impõe ao assistente social a necessidade de compreender não apenas as novas estruturas da sociedade, mas também as modificações nas suas funções, além de lidar com as mudanças nas condições e nas relações de trabalho (Barroso, 2016).

Neste contexto, o assistente social é chamado a contribuir na formulação, gestão e execução das políticas sociais, sendo igualmente afetado pelos danos provocados pelo neoliberalismo. A lógica de fragmentação e restrição dos direitos sociais conquistados impacta severamente as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, e, como trabalhador assalariado, o assistente social é diretamente atingido por esse processo (Barroso, 2016).



No campo da pesquisa e produção de conhecimento, observa-se um processo de desvalorização das iniciativas voltadas à defesa dos direitos humanos, dado o desalinhamento dessas ações com a ofensiva ultraconservadora neoliberal em vigor (Santos, 2022).

O assistente social não precisa estar vinculado a um espaço acadêmico para ser um produtor de conhecimento, o exercício profissional quando analisado e compartilhado, torna-se uma fonte valiosa de contribuição para o avanço da profissão. No entanto, Guerra (2009) coloca que o conhecimento precisa ser produzido com rigor científico, isso significa que não se pode limitar à mera sistematização de dados. Isso implica dizer que produzir conhecimento é um processo que demanda tempo, conhecimento teórico e metodológico, além de técnicas específicas, que são pouco aplicadas pelos assistentes sociais fora do contexto acadêmico.

Nos espaços ocupacionais não acadêmicos, a produção de conhecimento enfrenta obstáculos significativos, como o desmonte das políticas públicas e a precarização das relações de trabalho. Esses fatores comprometem o processo de formação continuada e permanente, indispensável para que o assistente social possa aprimorar a qualidade de sua intervenção e consequentemente da produção de conhecimento.

Pesquisas e análises, como as realizadas por Barroso (2016), indicam que, apesar do crescimento no volume de produções realizadas por assistentes sociais inseridos em espaços não acadêmicos, ainda há uma carência expressiva nesse campo. Entende-se que isso está atrelado às condições objetivas e subjetivas do cotidiano profissional.

MAPEAMENTO DOS TRABALHOS PUBLICADOS NOS ANAIS DO 8º CONGRESSO PARANAENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS

A produção de conhecimento se manifesta de diversas formas, isso inclui desde a participação em eventos científicos e conferências onde há trocas e discussões de ideias, através da apresentação e publicação de trabalhos. Para este trabalho utilizou-se como fonte de pesquisa os anais do 8º Congresso Paranaense de Assistentes Sociais (CPAS) realizado no ano de 2024. Esse é um evento proposto e organizado pela gestão do Conselho Regional de Serviço Social do Paraná (CRESS-PR), que é realizado a cada três anos, tendo como público-alvo assistentes sociais,



estudantes e profissionais das mais diversas áreas.

O evento possui relevância no processo de publicização de ideias e experiências da categoria e, historicamente, tem se consolidado como um espaço de discussão sobre o projeto profissional do Serviço Social. Através das produções apresentadas, ele destaca tanto os avanços significativos da profissão quanto os limites impostos pela dinâmica social.

O 8º Congresso Paranaense de Assistentes Sociais, foi realizado em 2024 na Universidade Estadual de Londrina, teve como tema "Ideologia Conservadora e as Lutas Emancipatórias: Antirracismo e Anticapacitismo". O evento incluiu a oportunidade para a submissão de trabalhos, nas modalidades de comunicação oral (trabalho completo) e resumo expandido (pôster digital). Sendo esses trabalhos classificados pelas seguintes categorias: Sistematização do trabalho profissional; Relato de Experiência; Resultado de pesquisa e Reflexão teórica.

Os Anais do 8º CPAS reúnem, um total de 91 trabalhos aceitos. É importante ressaltar que não se teve acesso ao dado correspondente ao número total de trabalhos inscritos, somente dos que foram aceitos/publicados. Diante disso, para a coleta dos dados, realizou-se um levantamento dos trabalhos publicados de autoria de assistentes sociais vinculados a instituições não acadêmicas e acadêmicas. É importante mencionar que foram considerados na contabilização das produções de assistentes sociais vinculados a espaços não acadêmicos, os trabalhos em que houve mais de um autor e participação de outras categorias profissionais.

A partir dessa seleção, os dados referentes aos trabalhos de autores vinculados a espaços não acadêmicos foram sistematizados conforme as seguintes variáveis: natureza institucional, natureza do trabalho e as temáticas abordadas.

A partir do levantamento inicial verificou-se que alguns trabalhos não apresentavam o nome da instituição, o que inviabilizou a identificação enquanto instituição acadêmica ou não acadêmica. Dentre os trabalhos levantados também foram identificados trabalhos que apresentavam autores vinculados a instituições acadêmicas e não acadêmicas em um mesmo trabalho.

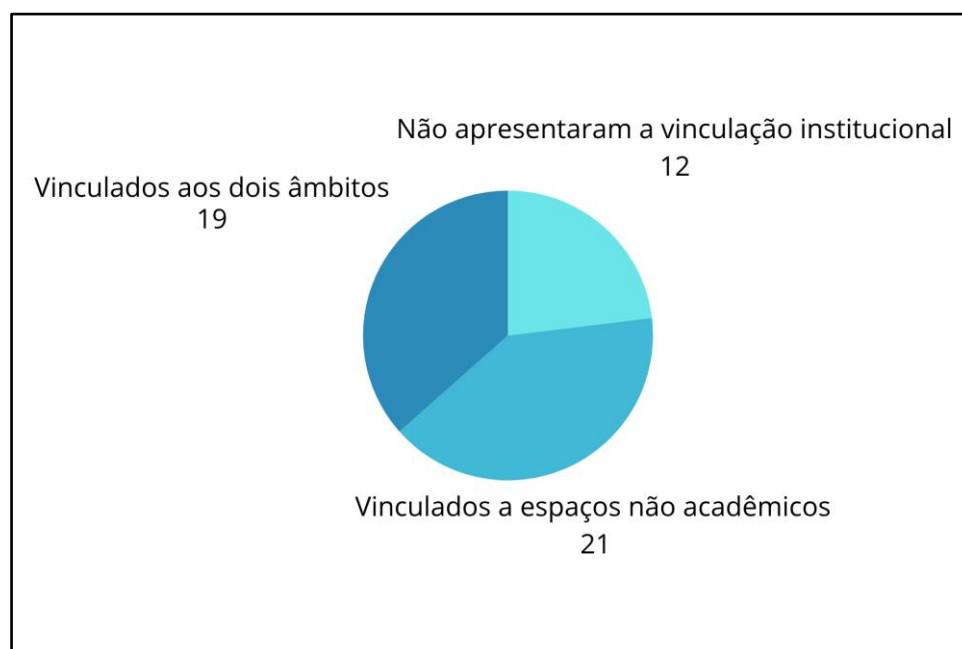
Natureza institucional

A vinculação institucional dos autores dos trabalhos se constitui em um requisito para o



alcance dos objetivos dessa pesquisa. Faz-se necessário explicitar que os espaços considerados acadêmicos neste trabalho se referem a instituições formais de ensino e pesquisa, como universidades, faculdades e centros de pesquisa. Enquanto os não acadêmicos englobam ambientes fora do meio universitário, como os serviços públicos, organizações não governamentais, movimentos sociais, dentre outros espaços de atuação.

Gráfico 1. Natureza Institucional



Fonte: CRESS/PR, 2024. Elaborado pela autora.

Através do levantamento dessa variável verificou-se que dos 91 trabalhos publicados 21 foram elaborados por assistentes sociais vinculados a espaços não acadêmicos, o que equivale a 24%, dos trabalhos publicados. Os trabalhos que não apresentaram a vinculação institucional dos autores totalizaram 12 trabalhos (13%), e os que possuem autores vinculados aos dois âmbitos em um mesmo trabalho totalizam 19 trabalhos (21%).

Natureza do trabalho

Os dados sobre o tipo de trabalho apresentados no 8º CPAS podem dar um indicativo no que se refere a motivação para a realização dos trabalhos e para a produção do conhecimento. Quanto aos



trabalhos não acadêmicos: (24%) eram reflexão teórica e (19%) eram resultado de pesquisa. Ademais, o destaque deste item refere-se aos trabalhos que trazem uma estreita relação com o objeto de intervenção do profissional, com (19%) estão os trabalhos que abordam a sistematização da prática, e com (38%) os trabalhos que trazem o relato da experiência profissional (Gráfico 2).

Gráfico 2. Natureza do Trabalho



Fonte: CRESS/PR, 2024. Elaborado pela autora.

Temáticas abordadas

O levantamento revelou que o eixo "Política Social, Seguridade e Serviço Social" concentrou a maior quantidade de trabalhos, totalizando 10 produções. Em seguida, o eixo "Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional" registrou 3 trabalhos. Já os eixos "Questão Social e Serviço Social, Ética", "Direitos Humanos e Serviço Social" e "Serviço Social, Elementos Estruturantes da Sociabilidade Desigual e Opressões" apresentaram, cada um, 2 trabalhos. Por fim, os eixos "Movimentos Sociais e Serviço Social" e "Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social" contaram com 1 trabalho cada (Tabela 1).

O número expressivo de trabalhos sobre Serviço Social e Política Social, reafirma a sua



relação interdependente, uma vez que a consolidação do Serviço Social como profissão está diretamente ligada à atuação do Estado na gestão da questão social por meio das Políticas Sociais.

Para melhor visualização, as temáticas abordadas estão relacionadas conforme os eixos temáticos propostos para submissão dos trabalhos do evento.

Tabela 1. Temáticas abordadas

EIXO TEMÁTICO	TÍTULO
Questão Social e Serviço Social	Obesidade e capitalismo: Trabalho, Modo de Vida e Alimentação.
	Violência Doméstica e Familiar: Demandas para o Serviço Social.
Política Social, Seguridade e Serviço Social	O trabalho do assistente social no CRAS.
	O isolamento social dos idosos sob a égide das ações do Estado brasileiro no contexto da pandemia de covid-19: proteção ou abandono?
	No seu lar tem afeto? - Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: uma alternativa para garantia do direito de convivência familiar para crianças e adolescentes com Medida de Proteção.
	A execução do Serviço de Família Acolhedora por organização da sociedade civil na cidade de Londrina e o fundo público.
	O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoa com Deficiência e Idosas em Londrina/PR.
	Acompanhamento de famílias para além da Segurança Alimentar: relato de experiência.
	Privatização da saúde e atuação do assistente social: desafios cotidianos e posicionamentos necessários.
	O marco regulatório das organizações da sociedade civil e o Sistema Único de Assistência Social: um relato de experiência em Campo Mourão/PR.



	Tenho um filho adolescente, e agora? - “Grupo vivendo adolescência” – um relato de experiência.
	a construção de procedimentos metodológicos para o PAEFI.
Ética, Direitos Humanos e Serviço Social	A assessoria técnica especializada em matéria de serviço social: notas introdutórias sobre o exercício profissional da/o assistente social regionalizada/o no Ministério Público do Estado do Paraná.
	Serviço social na atuação com homens autores de violência doméstica: uma proposta de trabalho com grupo reflexivo.
Movimentos Sociais e Serviço Social	A luta antirracista e o serviço social: elementos teóricos e históricos para um debate crítico, uma abordagem preambular.
Serviço Social, Elementos Estruturantes da Sociabilidade Desigual e Opressões	Nas entrelinhas do sistema: solicitações judiciais aos equipamentos CRAS e CREAS.
	Vozes silenciadas: um estudo sobre a violência contra as mulheres a partir do Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional	Entre continuidades e rupturas: a discussão do “trabalho” e do “objeto profissional” a luz dos Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social.
	A atuação do assistente social no acolhimento institucional e familiar de crianças e adolescentes no município de Irati-PR.
	Residência multiprofissional em urgência e emergência: uma breve análise dos programas vinculados aos hospitais da rede EBSEH.
Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social	Gestão e descentralização da Política Habitacional: desafios aos municípios de pequeno porte 1 - região norte do Paraná.

Fonte: CRESS/PR, 2024. Elaborado pela autora.

Tendo em vista, que a pesquisa está em estágio inicial, ainda não foi possível analisar com profundidade se as temáticas e os objetos de estudo das produções provenientes de espaços não acadêmicos estão alinhados à direção estratégica do projeto ético-político do Serviço Social. Para



isso, será necessário um maior aprofundamento e uma análise qualitativa do conteúdo teórico e metodológico dessas produções. No entanto, a partir da leitura dos títulos e resumos, é possível identificar, mesmo que de forma preliminar, temas que se configuram como elementos relevantes para compreender os processos determinantes da vida social, especialmente no âmbito da questão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa e a produção de conhecimento são fundamentais para o exercício profissional. Embora se reconheça que a academia seja o principal espaço de produção de conhecimento, esperava-se uma maior quantidade de trabalhos de autoria de profissionais atuantes em espaços não acadêmicos, no 8º CPAS, uma vez que o evento possui abrangência estadual.

Embora não sejam abordados em detalhes neste trabalho, entende-se que o número de produções de profissionais fora do ambiente acadêmico é influenciado pelos limites, desafios e possibilidades de pesquisa em cada contexto. De maneira geral, o exercício profissional ocorre em um ambiente de contradições e relações de poder, sendo marcado pela rotina, repetição de tarefas e pela necessidade de responder às diversas exigências da reprodução social.

Nos últimos anos, a profissão tem enfrentado os impactos de uma conjuntura marcada por avanços neoliberais, com o agravamento do trabalho precário imposto pelo capital, visível na sobrecarga de trabalho, na precarização dos serviços públicos e nas dificuldades de mobilização dos profissionais. Além disso, as condições de vida dos assistentes sociais são precárias, muitas vezes exigindo múltiplos vínculos empregatícios para a subsistência. Esse contexto dificulta o desenvolvimento de um processo formativo continuado e permanente, por meio de diferentes caminhos de formação e qualificação. Da mesma forma, a dimensão investigativa da profissão e a centralidade da pesquisa encontram barreiras para sua efetivação.

Uma das formas que os profissionais atuantes em espaços não acadêmicos, têm de produzir e compartilhar conhecimento, é através de eventos propostos e organizados pela categoria e/ou outras áreas relacionadas. Através do levantamento realizado observa-se que as produções submetidas por esse grupo de profissionais geralmente se classificam como relato de experiência e sistematização da



prática profissional, sendo um indicativo de que o cotidiano desses profissionais e a profissão reflete em suas produções.

Pode-se inferir que o CPAS, ao reunir profissionais de diferentes áreas e que atuam em diversas políticas sociais, proporciona um espaço para a reflexão sobre os limites, desafios e oportunidades do exercício profissional, tanto no contexto nacional quanto regional, dada a abrangência do evento. Dessa forma, o evento se configura como uma estratégia coletiva diante das adversidades impostas pela conjuntura atual.

Por se tratar de uma pesquisa em estágio inicial, espera-se que ela contribua para que novos estudos e produções complementem e dialoguem com os elementos aqui apresentados, visando ao aprofundamento desse tema.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social. 2023.** Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_202303021650422939500.pdf. Acesso em: 28 de dez. de 2024.

BARROSO, Elaine Almeida de Jesus. **A produção do conhecimento do Serviço Social:** para além da academia. 2016. 91 f. Dissertação (Pós-Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/6224>. Acesso em 02 dez. 2024.

CPAS. Congresso Paranaense de Assistentes Sociais (8.: 2024: Londrina, PR). **8º Congresso Paranaense de Assistentes Sociais** [livro eletrônico]: ideologia conservadora e a lutas emancipatórias: antirracismo e anticapacitismo. -- 1. ed. -- Londrina, PR: Conselho Regional de Serviço Social - 11ª Região - CRESS/PR, 2024. Disponível em: <https://cresspr.org.br/8congresso/8o-congresso-anais/>. Acesso em 07 dez. 2024.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: <https://www.cortezeditora.com.br>. Acesso em: 25 de dez. de 2024.



SANTOS, Angela Kaline da Silva. **A política social na produção do conhecimento do serviço social:** estado da arte das dissertações de mestrado. João Pessoa, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/24799/1/%c3%82ngelaKalimeDaSilvaSantos_Dissert.pdf. Acesso em 07 dez. 2024.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais, 2009. p. 1 - 19.

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

CARLA DO ESPÍRITO SANTO¹

EDAYZA LACERDA CASTRO²

EVELLYN CARNEIRO DA SILVA³

PAULA ATAÍDE⁴

TAYANE BRABO⁵

VITÓRIA VASCONCELOS⁶

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo analisar como se desenvolve o trabalho do assistente social no atendimento a alunos com deficiência nas escolas públicas do estado do Pará, investigando suas principais demandas, instrumentais técnicos, desafios enfrentados e contribuições para a inclusão educacional. Essa problemática surgiu após a constatação de uma certa deficiência do número de profissionais presentes nas instituições educacionais, principalmente as de base. Desse modo, para o desenvolvimento desse estudo foi selecionada o tipo de pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, tendo como base o estudo de caso (SEDUC/PA), entrevista com assistente social da SEDUC/PA e pesquisa bibliográfica com foco na política de educação (básica), no trabalho do assistente social na política de educação (básica) e em escolas públicas com alunos com deficiência.

Palavras-Chave: Educação inclusiva, pessoa com deficiência, política de educação, educação básica, serviço social.

ABSTRACT: This research aims to analyze how is developed the work of social workers in the support of students with disabilities in public schools in the state of Pará, investigating the main demands, technical tools, job challenges and their contributions to educational inclusion. This issue emerged after the realization of a shortage of professionals in educational institutions, especially at the basic education level. Therefore, for the development of this study, the exploratory research was selected, in the qualitative approach. The instruments used were a case study (SEDUC/PA), an

¹ Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email: carlacris0609@gmail.com, Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4515863859830458>.

² Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email: edayzal@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4851015222403816>.

³ Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email: evy1104.silva@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7012535377505338>.

⁴ Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email: ataidepaula725@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5214430757616524>.

⁵ Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email: tayanecab@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6025641418927087>.

⁶ Discente do curso de Serviço Social, ofertado pela Universidade Federal do Pará. Email: vitoriavasconcelos0@gmail.com, Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7363876569109271>.



interview with a social worker from SEDUC/PA, and a literature review focused on education policy (basic education), the social worker role in basic education policy and in public schools with students with disabilities.

Keywords: Inclusive education, people with disabilities, education policy, basic education, social work.

INTRODUÇÃO

As expressões da questão social são manifestações estabelecidas pela contradição entre a burguesia e o proletariado. Logo, umas das principais atribuições do assistente social é a mitigação dessas expressões através de intervenções que perpassem o assistencialismo e a caridade, rompendo com as imposições delegadas pelo sistema capitalista, visando justiça e equidade social. Desse modo, as políticas públicas surgem não apenas como uma resposta, mas também como um instrumento para a democratização e asseguramento dos direitos sociais estabelecidos constitucionalmente, sendo a política de inclusão na educação básica o foco deste trabalho.

A educação especial passa a ter sua regulamentação através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9.394/1996, sendo ratificado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Nº 8.069/1990, que garante o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição. Contudo, dentro de uma perspectiva integracionista, ou seja, a adaptação partia do aluno, não proporcionava meios para que o discente se desenvolvesse e alcançasse sua independência, impondo uma espécie de meritocracia visto que sua integração dependeria de sua “superação”.

É a partir da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146/2015, que a inclusão passa de fato a ter seu reconhecimento, já que através dessa lei se assegura e legitima o direito da pessoa com deficiência visando à sua inclusão social e cidadania, consequentemente o direito da inserção da pessoa com deficiência no meio escolar torna-se um direito reconhecido por lei.

Essa mudança, que visa a adaptação das instituições e dos profissionais, está em consonância com as diretrizes da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEPEI), que orienta a implementação da educação inclusiva nas escolas, com o objetivo na



garantia de direitos e na promoção de autonomia dos alunos com deficiência. Assim, ocorre uma ruptura com a perspectiva integracionista pois diante desse novo panorama a adaptação deve ocorrer nas instituições e nos profissionais, ou seja, as condições de ensino devem ser justas a todos, sem distinção ou exclusão.

Vinculando ao contexto Amazônico, no Pará são desenvolvidas ações, por meio da Secretária de Educação (SEDUC), objetivando a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, essas, porém, não suportam efetivamente as demandas tanto dos alunos quanto dos profissionais da área. Como resultado, há uma certa ineficácia na prática da educação inclusiva, seja pela falta de organização institucional escolar, no direcionamento psicopedagógico, de acolhimento para com esses alunos e/ou ausência de profissionais qualificados nessa área.

Portanto, mediante o exposto, levantou-se o seguinte questionamento “Como é realizado o trabalho profissional da/o assistente social com alunos com deficiência nas escolas públicas do estado do Pará?”, a fim de compreender os desafios que são apresentados diante das demandas, como a atuação do assistente social tem impactado dentro do contexto escolar inclusivo e como as dimensões do serviço social estão sendo articuladas nesse campo profissional.

METODOLOGIA

Para a realização desse estudo foi utilizada a pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, com foco em um estudo de caso na Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA). A pesquisa se desenvolveu por meio de uma revisão bibliográfica, com análise de artigos, livros, teses e dissertações, abordando temas como a política de educação básica, o papel do assistente social na política educacional, e a atuação desse profissional nas escolas públicas com alunos com deficiência. Além disso, foi realizado uma pesquisa de campo, consistindo em uma entrevista com uma assistente social da SEDUC/PA, para compreender a atuação desses profissionais nesse contexto específico.

A utilização da pesquisa documental também desempenha um papel fundamental ao analisar e interpretar as leis que garantem a inclusão, proteção, participação e bem-estar dos alunos com deficiência. Ademais, a entrevista se revela um instrumento essencial, pois, quando aplicada de



maneira eficaz, amplia as possibilidades de uma atuação integrada do assistente social junto a esses estudantes. “É importante que o assistente social se organize para realizar a entrevista, considerando que sua ação esteja sustentada pelos eixos teórico, técnico e ético-política” (Lewgoy e Silveira, 2007, p. 236).

DESENVOLVIMENTO

O sistema capitalista tem como um de seus preceitos a segregação de corpos e classes sociais, assim aqueles que fogem ao padrão estabelecido socialmente tendem a ser marginalizados e/ou excluídos, corroborando no processo de invisibilização desses sujeitos. Nesse contexto, a concepção sobre deficiência é um reflexo histórico, predominante desde a Antiguidade, ao considerar as pessoas com deficiência empecilhos para sociedade e um impedimento ao convívio no meio social. Por ser uma expressão da questão social deve ser entendida como uma categoria socialmente criada, enraizada nas desigualdades impostas pelo sistema capitalista e vinculada a fatores históricos, econômicos e sociais.

Nesse viés, o profissional do serviço social é apresentado como um agente essencial para a promoção da educação inclusiva através de práticas como a atuação no atendimento a famílias, na mediação entre escola e comunidade, e na articulação de redes socioassistenciais. Contudo, limitações estruturais e materiais, bem como a sobrecarga de políticas públicas, comprometem a atuação, principalmente devido à redução de investimentos nessas políticas. A luta por recursos e a resistência para a implementação de mudanças estruturais são barreiras contínuas no caminho para a educação justa e inclusiva.

Cronemberger e Teixeira (2017), pontuam, que historicamente, tanto no âmbito nacional quanto internacional, crianças e adolescentes foram marginalizados no que diz respeito às regulamentações da convivência familiar e comunitária. Muitas vezes rejeitados e ignorados, direcionados a abrigos superlotados, sem qualquer garantia de cuidado adequado ou inserção social. No Brasil, voltando-se para o tema da educação inclusiva, as primeiras políticas públicas voltadas para essa população seguiram uma lógica punitiva e higienista, tratando a deficiência um problema a ser isolado, e não como uma característica que proporciona inclusão e acessibilidade.



Logo, o assistente social, como categoria profissional plural, atua em diversos âmbitos para além da assistência, se fazendo presente na habitação, movimentos sociais, sociojurídico, educação, entre outros setores. A criticidade na conduta do assistente social deve ser atrelada a dimensão ético-política da profissão, viabilizando voz as pessoas com deficiência, atuando na promoção dos direitos sociais desses sujeitos e garantindo equidade, inclusão, diversidade e, principalmente, respeito dentro dos espaços sócio-ocupacionais. Por conseguinte, como o objeto de pesquisa do serviço social é o sujeito, geralmente a política social é construída, em grande parte, pelos assistentes sociais.

Diante disso, é fundamental destacar o impacto da política de atuação do Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) nas escolas. Esse programa tem como objetivo identificar e enfrentar as dificuldades perpassadas pelos alunos com deficiência, promovendo maior inclusão educacional. Sendo o maior benefício em termos orçamentários no Brasil, o BPC garante um auxílio financeiro equivalente a um salário-mínimo para pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade. Contudo, apesar de apresentar avanço significativo para a inclusão, ainda há desafios.

Segundo Beserra (2022), o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência, instituído pela Portaria Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007, do Governo Federal, busca certificar-se de alguns eixos desses alunos, como a garantia na escola até 18 anos. Para isso, procura-se técnicas que superem os desafios ao longo do processo educacional. O autor também pontua que o programa viabiliza a capacitação profissional, desenvolve os vínculos familiares para as contribuições de uma rede de apoio e promove atividades socioeducacionais que beneficiam o aprimoramento integral dos beneficiários.

A presença do Serviço Social e da(o) assistente social na tessitura das instituições, por onde materialidade do seu fazer profissional se corporifica, configura-se em um campo de tensionamento entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, ou seja, como dimensões diferentes e complementares, dialeticamente falando (Amoras e Pontes, 2022, p. 401).

Assim, através da educação, objetiva-se a mitigação das expressões da questão social e suas formas de opressão a fim de reestabelecer o fortalecimento social, identitário e a resistência dos sujeitos. Mediante isso, a implementação de leis direcionadas a educação inclusiva são imprescindíveis na garantia de direitos ao assegurar constitucionalmente o acesso à educação e



inclusão da criança com deficiência no contexto escolar, principalmente através da Lei Brasileira de Inclusão, ao romper com a ótica integracionista educacional e consolidar a inclusão em sua essência.

Com base na implementação de políticas públicas para a inclusão no contexto escolar, a educação se torna, portanto, um campo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equalitária. Durkheim, ao debater sobre a educação, enfatiza que ela possui uma função vital na integração social, uma vez que contribui na formação dos indivíduos e garante a coesão social. Nesse sentido, a educação inclusiva contribui e fortalece esse conceito de coesão social trazido pelo autor, pois promove o debate da aceitação e integração de todas as pessoas e oferece a aprendizagem no ambiente escolar independentemente de suas limitações.

Alinhado a essa perspectiva do sociólogo, a implementação de políticas públicas como a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) surge como um marco fundamental para a garantia de inclusão nas escolas. A PNEEPEI, criada com o intuito de ampliar a promoção da educação inclusiva de qualidade, visa assegurar o atendimento e acolhimento das necessidades dos estudantes com deficiências, transtornos do espectro autista e outras condições e proporciona um ambiente educativo que respeita e atenda suas especificidades.

A política busca a adaptação das escolas, a formação continuada dos professores, e os demais profissionais, para que haja um atendimento educacional especializado e garanta a acessibilidade nos mais diversos espaços da escola. Assim eliminando barreiras que dificultam o pleno acesso a educação como um todo, ainda que desafiadores, os resultados da implementação dessa política demonstram progressos muitos significativos e isso reflete diretamente no avanço na luta pela equidade de direitos e oportunidades para todos os estudantes. “[...] A criança com deficiência passa a ser sujeito de direitos que devem ser colocados em prática, pois estes compõem princípios de direitos humanos, essenciais para qualquer ser humano sem distinção [...]” (Souza, Freitas e Cardoso, 2023, p. 8).

Nesse sentido, a atuação do assistente social torna-se essencial para a efetivação da PNEEPEI, pois a profissão contribui ativamente na articulação das redes de apoio, na mediação entre escola, família e sociedade e no enfrentamento dos desafios que dificultam o processo de inclusão escolar. A partir do seu compromisso ético-político, o assistente social trabalha para garantir que as políticas públicas sejam implementadas e efetivadas, assegurando que os direitos educacionais dos alunos com deficiência sejam respeitados e promove estratégias que minimizem os obstáculos



enfrentados por esses estudantes. A profissão, ao ter sua presença na esfera educacional, é fundamental para o processo de orientação sobre as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, visando uma educação pública, presencial e de qualidade enquanto direito social.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos e um dever do Estado garanti-la sem restrições. No entanto, a realidade vivida por muitas crianças e adolescentes com deficiência é bem diferente, permeada por diversos obstáculos que impedem o pleno acesso a esse direito. Esses impedimentos decorrem tanto de limitações físicas e/ou mentais, quanto dos estigmas já enraizados na sociedade.

Esses estigmas são recorrentes dentro do círculo familiar, representando um desafio significativo para a profissão, já que a família muitas vezes não aceita e impõe limitações aos estudantes. Problemas como bullying e abusos, vivenciados pelos alunos no ambiente escolar, em casa ou até mesmo em interações com profissionais não confrontados, representam um grande fator de constrangimento. Essas experiências negativas não impactam apenas o bem-estar emocional dos estudantes, mas também comprometem seu desenvolvimento acadêmico e social. Nesse contexto, a atuação do assistente social é essencial para intervir no processo de sociabilização, promovendo a disseminação de informações que desconstruam esses paradigmas.

É válido enfatizar que a educação familiar se torna fundamental nesse processo, pois é nesse núcleo que o aluno desenvolve suas primeiras convicções, o que ao longo da sua vida pode de fato modificarem-se, mas, sobre a existência de indivíduos que possuem certas limitações físicas ou necessidades mais específicas e que nem por isso eles deixam de ser pessoas, e que precisam receber o devido respeito tem que ser imutável. Outro ponto importante a respeito das famílias, em particular aquelas que convivem com alunos com deficiência, é que é preciso conscientizar-se sobre as limitações da intervenção do assistente social e da instituição de ensino, pois nem tudo é cargo desses agentes; além disso, a colaboração do núcleo familiar precisa ser mais ativa, facilitando a vida dos envolvidos.

Além disso, há uma necessidade de profissionais qualificados e estruturas seguras que atendam as demandas dos alunos na educação básica, logo, é indispensável que a instituição de ensino se certifique que o relacionamento social entre os alunos seja respeitoso e inclusivo, proporcionando um ambiente saudável e acolhedor, facilitando assim o aprendizado para ambos. Nesse caso, Souza, Freitas e Cardoso (2023) defendem a utilização de palestras abordando temas como inclusão, direitos



humanos e solidariedade podem contribuir para ampliar a percepção das pessoas participantes da instituição, enquadrando alunos, funcionários e professores.

É importante pontuar que a atuação multiprofissional envolvendo assistentes sociais, psicólogos, e a própria gestão pedagógica da instituição de ensino, é um instrumento primordial na intermediação das contradições dentro do ambiente escolar como evasão escolar; bullying; e até mesmo violência no meio escolar ou em casa. Portanto, a partir da relação entre esses profissionais e o usuário é possível analisar, definir e encaminhar as demandas de acordo com o que os alunos e/ou a família dos discentes buscam.

Porém, um dos principais desafios enfrentados pelo assistente social é a resistência das famílias em aceitar e buscar apoio para seus filhos. A negligência das famílias em não utilizar os recursos disponíveis nas redes de serviços, como as usinas da paz, que oferecem terapias e atendimento psicoterapeuta, é um obstáculo significativo. Além disso, a gestão escolar também enfrenta desafios em proporcionar uma infraestrutura adequada para esses alunos, incluindo a falta de planejamento de atividades inclusivas, a carência de intérpretes de libras e a necessidade de profissionais de apoio em sala de aula, o que pode impedir que esses alunos tenham acesso à educação de qualidade.

“No acolhimento, o foco da atuação do assistente social é o trabalho com a família buscando a reintegração familiar como prioridade. Contudo, o trabalho a ser realizado com a família de origem ainda é esporádico, assistemático, um trabalho que reflete as contradições de competência técnico-operativa e normativa” (Cardoso e Teixeira, 2017, p. 87).

Para que as mudanças normativas sejam, de fato, aplicadas, é necessário que os profissionais se comprometam com a efetivação dos direitos. A interseccionalidade dos serviços sociais, educacionais e de saúde são essenciais para assegurar a inclusão desses jovens na escola e na sociedade, auxiliando no desenvolvimento pessoal e intelectual. Apenas por meio de ações concretas e integradas será possível superar lacunas entre legislação e realidade.

RESULTADOS



O estudo de caso, focado na área da educação básica, foi conduzido por meio de uma entrevista com Cristiane Silva, assistente social na Secretaria de Educação do Estado do Pará desde 2023. A profissional atua no programa 'Escola Segura', que tem como objetivo combater a violência no contexto escolar. Cristiane enfatiza que a parceria entre o assistente social e o psicólogo é imprescindível para a construção de uma educação inclusiva pois essa colaboração mútua e integrada permite uma abordagem mais eficaz no atendimento às diversas necessidades dos alunos.

Enquanto o psicólogo desempenha um papel fundamental no acompanhamento psicológico e emocional direto dos estudantes, o assistente social se concentra no apoio à rede familiar, auxiliando na identificação e no enfrentamento das condições socioeconômicas e familiares que podem impactar o desempenho e bem-estar dos alunos. Dessa forma, a atuação conjunta dessas duas áreas profissionais cria um suporte abrangente, que não só atende às demandas individuais dos estudantes, mas também contribui para um ambiente escolar mais acolhedor e integrador.

Na entrevista foi evidenciado como o acolhimento e a escuta da família e do próprio aluno são elementos indispensáveis para as tomadas de decisões do assistente social, possibilitando identificar as necessidades do estudante, facilitando o direcionamento da abordagem para melhor atender a demanda. Segundo Lewgoy e Silveira (2007), a técnica do acolhimento, essencial no primeiro momento da entrevista, muitas vezes corre o risco de ser banalizada, no entanto, sua efetividade depende da comunicação clara sobre os temas a serem envolvidos com o usuário, bem como da escolha cuidadosa das palavras, evitando termos pejorativos. Esses aspectos, quando bem aplicados, resultam em uma abordagem mais humanizada e para uma “intervenção resolutiva”.

Além disso, é válido ressaltar que a escola, enquanto agente de educação, também deve agir como agente de inclusão social, ajustando dinâmicas e/ou espaço que atendem ou que busquem atender da melhor forma os alunos que possuem necessidades mais específicas. De outro modo, em alguns casos a família torna-se um agente que impossibilita ou dificulta o desenvolvimento próprio do aluno por meio da falta de autonomia; ocorre também a resistência do núcleo familiar em relação aos encaminhamentos dos profissionais, de modo que não se realiza de maneira "correta", dificultando ainda mais o diálogo entre a escola e a família.

A assistente social também destaca a importância dos instrumentos técnicos e metodológicos utilizados no acompanhamento desses alunos, como a ficha de atendimento psicossocial, que desempenha um papel fundamental na organização do perfil e das demandas de cada estudante. Para



ela, essa ferramenta é essencial para sistematizar as informações, além de orientar os encaminhamentos e os suportes necessários para atender às necessidades individuais dos alunos.

O relatório gerado a partir dessas fichas é um documento crucial, especialmente quando envolve a notificação de casos de violência à Secretaria de Educação (SEDUC), ao Ministério Público ou ao programa Pro Paz Integrado, que é responsável pelo atendimento a crianças vítimas de violência sexual. Esse relatório contém relatos detalhados e pareceres técnicos, sendo tratado com a máxima confidencialidade, pois é um documento sigiloso e restrito, não acessível ao público.

Nesse viés, observa-se que é imprescindível que os instrumentos e técnicas sejam aplicados de maneira adequada e eficaz, uma vez que são fundamentais para a análise das situações que se apresentam e para a intervenção nas demandas sociais. A eficácia do trabalho no campo do Serviço Social depende diretamente da utilização criteriosa e reflexiva dessas ferramentas, pois são a partir delas que os profissionais conseguem compreender a realidade social, identificar as necessidades da população e desenvolver estratégias de atuação que possam contribuir para a resolução dos problemas identificados.

Francisco (2018), destaca a relevância da dimensão técnico-operativa no Serviço Social, apontando como ela permeia todo o processo de atuação do profissional. A autora sublinha que a aplicação dos instrumentos e técnicas não se resume à sua utilização mecânica, mas envolve uma reflexão contínua e uma escolha estratégica das metodologias que se adequam às especificidades de cada situação. Nesse sentido, a atualização constante dos profissionais e a busca por práticas que considerem as transformações sociais e as novas demandas da população são apontadas como essenciais para garantir a qualidade e a efetividade da intervenção social.

Ainda durante a pesquisa de campo com a assistente social, ela menciona que, embora se dedique a atender da melhor forma possível as demandas dos alunos e buscar soluções adequadas para as necessidades da comunidade escolar, não realiza visitas domiciliares por não dispor de transporte adequado. Apesar de reconhecer a importância dessas visitas para um acompanhamento mais próximo e eficaz, a profissional não tem os meios necessários para realizá-las. Posto isto, Souza e Silva (2017) afirmam que se torna essencial articular a rede de serviços socioassistenciais juntamente com outras políticas públicas, essa integração contribui para superar a fragmentação tanto dos conhecimentos quanto das políticas, articulando um atendimento mais completo aos cidadãos.



Portanto, a assistente social adota uma estratégia para garantir que as necessidades dos alunos sejam atendidas. Ela encaminha os casos que demandam visitas domiciliares ou um acompanhamento mais aprofundado para instituições parceiras, como o Conselho Tutelar, o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). Essas instituições possuem a infraestrutura necessária, incluindo transporte adequado, o que possibilita a realização das visitas e a colaboração com a equipe da escola, esse encaminhamento para outros órgãos evidencia a importância da articulação entre os serviços de assistência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, portanto, buscou explorar a viabilidade e a importância da atuação do Serviço Social na educação inclusiva, destacando a necessidade de uma abordagem mais aprofundada sobre o tema na teoria da profissão. É fundamental que o Serviço Social, como profissão de direitos, assuma um papel mais proativo na promoção da inclusão educacional. Além disso, é essencial reconhecer as dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuam diretamente com educandos com deficiência, a falta de profissionais em fortalecer suas habilidades e competências para uma atuação mais eficaz. A especialização profissional é essencial para desenvolver habilidades de comunicação mais diversificadas e inclusivas, permitindo que os profissionais atendam às necessidades de todos de forma igualitária. O aprendizado de Libras é um exemplo disso, e pode ser aplicado em diversos contextos, além do ambiente escolar.

Sua atuação é fundamental na construção de uma educação inclusiva que promove a conscientização sobre a temática e que contribui efetivamente na implementação de políticas públicas que atendam diretamente tais demandas, seja da pessoa com deficiência, seu núcleo familiar ou o ambiente escolar em que está inserido. Diante disso, se faz necessário enfatizar e ampliar o debate sobre a atuação profissional do assistente social no âmbito da educação, pois não é somente uma área de atribuições e deveres pedagógicos, mas também é um movimento em prol da inclusão de caráter social e político pois abrange as diversas expressões da questão social presentes no ambiente escolar.



Desse modo, a efetivação da educação inclusiva não depende somente da existência das políticas públicas como o BPC e a PNEEPEI, mas também do compromisso das instituições de ensino, dos profissionais e da sociedade como um todo. É necessário que o Estado amplie investimentos na formação dos docentes, na infraestrutura escolar e na articulação entre as políticas educacionais e assistenciais, garantindo que a inclusão aconteça de maneira plena. Além disso a desconstrução de estigmas e preconceitos é essencial para que a educação cumpra sua função como instrumento de transformação social, promovendo não só o acesso, mas também a permanência desses estudantes e a conscientização de uma sociedade anti-capacitista. Espera-se que este estudo contribua para uma maior conscientização e interesse sobre o tema, inspirando futuros profissionais a se dedicarem à causa da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carla Alcyone Da Silva. Desafios Do Serviço Social Na Educação Inclusiva. In: **XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**: Ceará, 2022.
- AMORAS, M.; PONTES, A. M. Antropologia e Serviço Social: interseccionalidade e a crise humanitária de 2020. **Ser Social**, v. 24, n. 51, p. 385-407, 28 jul. 2022. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/42065
- BESERRA, Marcio do Santos. **Inclusão escolar de pessoas com deficiência**: Uma análise a partir do Programa BPC na Escola no município de Limoeiro do Norte/CE. 2022. 180f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais, Mossoró, 2022.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 22 de fev. 2025.
- _____, **Estatuto da Criança e do Adolescente, nº 8.069/1990**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 22 de fev. 2025.
- _____, **Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1994**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 22 de fev. 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 mar. 2025.



BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/descontinuado/pnee.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2025.

CARDOSO, Ana Valéria Matias; TEIXEIRA, Solange Maria. Serviço de acolhimento institucional e trabalho profissional do assistente social. In: TEIXEIRA, Solange Maria; MACEDO, João Paulo Sales (Org.). **Políticas sociais na contemporaneidade: programas, serviços e trabalho profissional**. Teresina: EDUFPI, 2017.

CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias; TEIXEIRA, Solange Maria. Direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional sob o crivo dos direitos humanos: limites e perspectivas. In: TEIXEIRA, Solange Maria; MACEDO, João Paulo Sales (Org.). **Políticas sociais na contemporaneidade: programas, serviços e trabalho profissional**. Teresina: EDUFPI, 2017.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. Lisboa: Edições 70 LDA, 2001.

FRANCISCO, Erica Aparecida dos Santos. Reflexões sobre a dimensão técnico-operativa no serviço social com enfoque nos instrumentos e técnicas. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n.1, 2018.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 2, pág. 233-251, jul./dez. 2007.

SOUZA, Letícia Chaves de; FREITAS, Rayssa Rodrigues; CARDOSO, Roseline de Sousa. **A Atuação do Assistente Social na Educação Especial**. Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF: Maranhão, 2023.

SOUZA, Lenara Antão de Alencar Ribeiro; SILVA, Sheila Kaline Leal da. **O Serviço Social e Educação Especial: Análise da atuação profissional no DEE do município de Marabá-PA**. IV congresso paraense de educação especial. Unifesspa: Marabá. Outubro/2017.

REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

SUZANA DE LYRA PEREIRA¹

RESUMO: O presente artigo aborda as principais vivências e desafios profissionais como assistente social no campo da educação, com foco nas percepções acerca das manifestações de violência. Buscou-se apresentar como foi a inserção profissional nesse espaço, quais foram as dificuldades e como a atual gestão da política educacional estadual, tem lidado com problemas produzidos socialmente, e frequentemente, reproduzidos nas escolas. A revisão da literatura e as informações veiculadas nos últimos dois anos pela SEEDUC/RJ, permitiram identificar a pouca importância dada aos profissionais de educação e demais técnicos de apoio especializado, inclusive, quando as ações governamentais se sobrepõem a uma política educacional, que priorize o enfrentamento adequado ao fenômeno da violência.

Palavras-Chave: Educação, violência, trabalho profissional.

ABSTRACT: This article addresses the main professional experiences and challenges as a social worker in the field of education, focusing on perceptions about manifestations of violence. The aim was to present how the professional insertion in this space was, what the difficulties were and how the current management of the state education policy has dealt with socially produced problems, which are frequently reproduced in schools. The review of the literature and the information disseminated in the last two years by SEEDUC/RJ, allowed us to identify the little importance given to education professionals and other specialized support technicians, even when government actions overlap with an educational policy that prioritizes the adequate confrontation of the phenomenon of violence.

Keywords: Education, violence, professional work.

INTRODUÇÃO

O enfrentamento à violência² na educação básica no Brasil apresenta diversos desafios complexos. Entre os principais obstáculos, destacam-se questões estruturais, sociais e culturais que afetam a segurança das instituições de ensino e o bem-estar de alunos e professores. Vale ressaltar que a iniquidade social e as disparidades socioeconômicas se constituem como elementos centrais no crescimento da violência. Em muitas ocasiões, os atos violentos nas escolas são um reflexo das

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF), Gragoatá, Niterói – Rio de Janeiro – Brasil. Mestranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-6290-1759> <link>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8359017365689541>. E-mail: suzanalp@id.uff.br O presente trabalho conta com autorização expressa para sua publicação.

² De acordo com relatório da OMS (2002), violência deve ser definida como “O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.



tensões sociais presentes nas comunidades ao redor. Famílias em situação de vulnerabilidade financeira costumam enfrentar pressões que acabam se manifestando no ambiente escolar. São inúmeras crianças e jovens que crescem em contextos violentos, podendo replicar esses comportamentos dentro da escola. A insuficiência de infraestrutura se apresenta como um fator de grande relevância, pois muitas escolas brasileiras, principalmente em áreas rurais e nas periferias, lidam com a carência de uma infraestrutura adequada. Edificações inapropriadas, bem como, sistemas de segurança e iluminação deficientes, facilitam a entrada de pessoas estranhas, criando um ambiente propenso ao medo. A precariedade das instalações compromete também a segurança interna dos estudantes, aumentando o risco de acidentes e tornando-os vulneráveis a comportamentos violentos entre eles.

Outro aspecto de grande relevância na atualidade refere-se aos conflitos entre estudantes, mais conhecido como bullying³. Trata-se de uma forma recorrente de violência nas escolas, que pode prejudicar tanto a saúde mental quanto o desempenho pedagógico dos alunos. Ademais, atitudes agressivas e a falta de suporte psicológico adequado agravam as tensões entre colegas. Sabe-se que certas localidades, grupos e organizações criminosas adentram o espaço escolar, fomentando a violência e recrutando jovens para suas atividades ilícitas.

As agressões aos docentes e demais educadores ou colaboradores das instituições de ensino tornou-se uma prática constante, uma vez que, frequentemente sofrem ataques verbais e físicos. A desvalorização da profissão, aliada a remunerações inadequadas e condições de trabalho desfavoráveis, pode intensificar o estresse e diminuir a capacidade de lidar com episódios de violência.

Nota-se que o atendimento psicológico para alunos e professores ainda é bastante limitado. Muitas instituições não dispõem de psicólogos, assistentes sociais ou equipes voltadas à mediação de conflitos. Isso torna mais difícil identificar e tratar questões como agressividade, traumas e dificuldades na convivência. A falta de programas efetivos para a mediação de conflitos também intensifica as reações às situações violentas. Destaca-se, pois, que educadores e gestores escolares frequentemente carecem de uma formação apropriada para lidar com conflitos e episódios de

³ Segundo a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a palavra *bullying* é um termo em inglês para descrever um ato de violência física, verbal e/ou psicológica, sendo intencional e repetitiva.

violência dentro das escolas. Isso pode gerar uma sensação de inadequação ao tentar intermediar desavenças ou tratar de questões sensíveis com os alunos com os alunos.

Por fim, cabe salientar o importante papel do Estado no que se refere ao conjunto de políticas públicas necessárias a efetivação do acesso à educação pública como direito. Contudo, é inegável que no cenário atual há uma carência de investimentos contínuos em políticas públicas voltadas à prevenção da violência nas instituições de ensino. Embora existam iniciativas isoladas, elas geralmente são interrompidas ou mal executadas. A colaboração entre diferentes áreas (educação, saúde, segurança pública) ainda é incipiente. Portanto, promover a segurança nas escolas demanda uma abordagem integrada e coordenada, que nem sempre ocorre de maneira eficaz.

DESENVOLVIMENTO

No ano de 2022, partilhei com outras assistentes sociais do Estado, a oportunidade de atuar profissionalmente no âmbito educacional, com inserção no projeto M.A.E. (Mulheres que Apoiam a Educação), vinculado a uma iniciativa chamada Escola Criativa de Oportunidades (ECO), criada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro -SEEDUC-RJ. O projeto contou com a contratação inicial de 1.500 assistentes sociais, que foram designadas para colégios estaduais de todas as regiões do Rio de Janeiro, onde puderam permanecer até o término dos contratos em dezembro de 2022. Tratava-se de uma atuação inédita dessas profissionais *in loco*, ou seja, no âmbito das escolas públicas do Estado.

O chamamento para compor as equipes de apoio escolar, teve como justificativa a urgência de se trabalhar na busca ativa dos alunos infrequentes, assim como, combater a evasão escolar. Essa situação seria resultado dos impactos pós-covid 19 na área da educação. Também era esperado do profissional de serviço social o desempenho de atividades de apoio às equipes técnicas da SEEDUC e da referida Universidade, bem como, promover a capacitação e treinamento das mulheres, que eram ao mesmo tempo bolsistas do projeto e mães de alunos da própria unidade escolar. Por fim, a expectativa era para que houvesse um aumento da aproximação entre unidade de ensino, famílias e instituições de referência. Com isso, buscava-se atingir melhores níveis de desempenho escolar dos

alunos e maior envolvimento da sociedade na promoção e valorização da educação na rede estadual de ensino.

Destaca-se que, com o fechamento das escolas durante a pandemia, uma parcela significativa de alunos e famílias perderam os vínculos com as instituições de educação, especialmente as públicas. As causas apontadas pela própria comunidade escolar são dificuldades financeiras, adoecimento, perdas familiares, mudança de endereço, inclusão precarizada de adolescentes no mercado de trabalho, lacunas na aprendizagem e atraso escolar. Na educação de jovens e adultos, observou-se que fatores como incompatibilidade entre os horários de trabalho e rotina escolar, mau funcionamento do transporte público, vulnerabilidade social e problemas relacionados à dependência química corroboraram de modo nefasto para o afastamento desses indivíduos dos espaços formais de ensino-aprendizagem.

O primeiro grande desafio posto, consistiu na distribuição das assistentes sociais pela rede pública estadual, uma vez que, na prática a lotação por escolas não ocorreu de modo a atender satisfatoriamente as 1.200 unidades de ensino existentes. Além disso, houve instituições com mais profissionais do que outras. E unidades que sequer foram contempladas.

Outra questão que deve ser abordada, se refere a seleção e lotação das mães “bolsistas” nas escolas, visto que se deu cerca de três meses antes do início do trabalho pelas assistentes sociais. Tal ocorrência levou a observação de certas dificuldades para o alinhamento da atuação conjunta em muitos locais ou mesmo a sua inexistência.

Chama-se atenção ainda, para o lugar das vivências aqui tratadas particularmente, isto é, uma escola de médio porte, localizada na região Sul Fluminense do Estado, em bairro periférico da Cidade. A referida unidade de ensino funcionava nos três turnos, sendo ensino médio no período matutino, ensino fundamental no período vespertino e a educação para jovens e adultos no período noturno. Um aspecto que merece destaque é o esvaziamento das turmas de ensino para jovens e adultos. E quanto a implementação do formato de trabalho inicialmente esperado, observou-se contrariamente, que a escola não contou com mães ligadas ao projeto, apenas com o serviço social do início ao fim. Soma-se a isso, o fato de que havia uma perspectiva para a inclusão de psicólogas em fase posterior, o que também não aconteceu. Isso também colaborou para o enfrentamento de

inúmeros desafios à prática profissional cotidiana e ao alcance bem-sucedido de todos os objetivos contidos no projeto.

Outrossim, a incorporação tardia das supervisões técnicas, incumbidas do papel de apoiar e direcionar qualitativamente as profissionais, se constituiu como um ponto de fragilidade dentro da proposta em questão, pois essas categorias chegaram após o início das atividades das assistentes sociais. Posteriormente, ocorreram sucessivas substituições dessas responsáveis técnicas, corroborando para o declínio do plano de trabalho e falta de devolutivas sobre a sistematização de informações produzidas nas atividades diárias de campo.

Dito isso, cabe ressaltar que, para além das demandas explícitas norteadoras do projeto M.A.E., a dinâmica que se delineava, evidenciava inúmeras questões antes mais implícitas na unidade educacional ou mesmo difíceis de lidar, dada a complexidade dos casos, tais como: situações sugestivas ou confirmadas de maus-tratos, abusos, negligência, abandono, sofrimento psíquico (bullying, depressão, automutilação e ansiedade), insegurança alimentar, risco social, uso abusivo de substâncias psicoativas, comunicação deficiente entre escola e família, envolvimento de alunos e/ou familiares com a criminalidade, instabilidade nos territórios conflagrados e frequentes acionamentos da patrulha policial responsável pela condução dos casos de infração ou delito.

Nessa mesma linha de ação, adotou-se como estratégia inicial o mapeamento da rede de apoio institucional, com o levantamento dos recursos disponíveis no território da unidade de ensino, a participação nas reuniões da rede de proteção à infância e adolescência e a construção de parcerias para o desenvolvimento do trabalho. Todavia, as tensões e contradições existentes dentro e fora dos espaços de atuação profissional, demonstraram a presença de obstáculos, frente à execução e plena concretização de todas as atividades anteriormente citadas.

Outro ponto bastante relevante diz respeito ao número insuficiente de professores, inspetores, equipe pedagógica e de apoio, culminando com uma sobrecarga de trabalho desses indivíduos. Além disso, o aumento dos problemas de relacionamento interpessoal entre alunos e de alunos com professores, geravam rebatimentos na dinâmica escolar. Segundo relato de educadores e comunidade escolar em geral, esse seria um dos principais desafios a serem superados nesse ambiente.

Notadamente, havia uma dificuldade que não era restrita às escolas centrais, periféricas ou interioranas, mas comum a maioria das unidades que receberam as assistentes sociais, qual seja, a falta de locais para a realização dos atendimentos, elaboração de documentos e armazenamento adequado deles. Era recorrente o compartilhamento de salas, computadores e telefones com outros profissionais da educação. Tais aspectos refletem a falta de investimentos suficientes e adequados à política de educação, com práticas recorrentes de governos que não priorizam os recursos humanos e, tão pouco, o aprofundamento das metas para elevar o nível da educação básica no país.

Ainda sobre o ofício, um outro ponto bastante sensível que se evidenciou, corresponde a necessidade de incentivo e defesa do exercício multiprofissional no âmbito educacional. Os principais objetivos seriam o aprimorando, o conhecimento e a colaboração entre as diferentes áreas de formação em prol da melhoria da qualidade de vida dos estudantes nas diversas áreas que os compõem enquanto sujeitos. Isso possibilita intervenções tanto conjuntas, como individuais, primando sempre pelo respeito aos limites de atuação de cada categoria profissional.

Nesse sentido, era notória a concepção divergente relativa as competências profissionais das assistentes sociais segundo o edital, equiparadas as atribuições privativas das profissionais do serviço social conforme o Código de Ética Profissional. Um exemplo disso, consiste na busca ativa e verificação da frequência escolar por meio da visita domiciliar. Diferentes aspectos foram discutidos nesse período, visto que existem questões complexas acerca dessa expectativa posta à época. Importante esclarecer, portanto, que se trata de um dos instrumentos que pode ou não ser utilizado durante a intervenção. Isso irá depender da avaliação, pertinência, condição e indicação à sua realização. Acrescenta-se a isso, outros elementos que inviabilizavam esse tipo de busca ativa, ou seja, a falta de custeio para o transporte, a inexistência de vinculação à instituição com legitimidade para ir até os domicílios e ausência de outros atores da educação impossibilitados para essa atividade conjunta em razão do quantitativo reduzido de funcionários. A estratégia comumente adotada, consistia em referenciar os alunos aos órgãos da saúde e assistência social, a fim de que eles pudessem auxiliar na localização e suporte em rede. Cabe mencionar, pois, que fenômeno da violência presente em partes do território se constituiu e ainda se coloca como um fator de grande relevância para considerar as possíveis formas de acesso à educação de qualidade.

Visando responder com seriedade e consonância ao que está preconizado no respectivo código profissional vigente, assistentes sociais de diferentes regiões acionaram a Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional de Serviço Social da 7ª Região. Foram descritas as situações que se colocavam como obstáculos ao cumprimento dos princípios fundamentais da profissão. Tal iniciativa culminou com a elaboração de um termo de orientações teóricas, técnicas e ético-políticas às assistentes sociais.

Vale ressaltar, que diante das requisições institucionais e da defesa dos princípios profissionais, observa-se a prevalência dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional de 1993, norteando a conduta profissional a partir do seu lugar de atuação, sem deixar de considerar as demandas apresentadas cotidianamente pela população atendida e as condições concretas apresentadas pelas instituições. É imprescindível fazer uma análise crítica sobre as condições objetivas e subjetivas que configuram as dinâmicas com as quais as profissionais se deparam. Nesse sentido, compreende-se que:

O existir histórico dos homens realiza-se objetivamente nas circunstâncias dadas pelo mundo material (a natureza física) e pelo mundo social (a sociedade e a cultura) como referências externas de sua vida. No entanto, essa condição objetiva de seu existir concreto está intimamente articulada à vivência subjetiva, esfera constituída de diferentes e complexas expressões de seus sentimentos, sensibilidades, consciência, memória, imaginação. Esses processos põe em cena a intervenção subjetiva dos homens no fluxo de suas práticas reais, marcando-as intensamente (Severino, 2006, p. 290).

As experiências relatadas nesse período foram vastas e intensas, assim como, os desafios postos ao exercício profissional, principalmente, numa conjuntura permeada por tensionamentos de ordem político-partidária e econômica, dado o momento de campanhas eleitorais para a manutenção ou substituição do cargo de governador do Estado do Rio de Janeiro. As incertezas quanto a continuidade ou não do projeto eram fortes. Portanto, fato é que, com o encerramento dos contratos, o projeto foi descontinuado. Acrescenta-se ainda, que a falta de *feedback* sobre os materiais gerados a partir das notificações, fichas, planilhas e relatórios enviados às coordenadorias de educação, não permitiram uma análise mais aprofundada, palpável e contributiva no que concerne ao trabalho desenvolvido.

Essa é uma realidade enfrentada por muitas assistentes sociais com vínculos empregatícios precários, independentemente do espaço sócio-ocupacional e da política social na qual estejam inseridas prioritariamente.

Em síntese, vale salientar que todas essas vivências geraram uma motivação clara, no sentido de identificar elementos importantes, que permitiram uma percepção mais ampla e crítica acerca das demandas postas na prática cotidiana. Consequentemente, eclodiram pensamentos e questionamentos, que merecem ser analisados, pois evidenciam a complexidade de elementos inseridos nesse contexto.

Portanto, o retrato que se configurou nesses meses de intervenção e observação profissional, bem como, ao final desse processo, foi fundamental para emergirem as seguintes questões: qual o entendimento que se tem sobre a profissão; o que se espera da categoria profissional e a maneira como se dá a sua incorporação nesses espaços; qual a importância dada para a promoção de espaço físico ideal ao bom desenvolvimento das atividades individuais ou conjuntas; quais são os reais efeitos diretos e indiretos das intervenções do serviço social para a comunidade escolar; saber em que medida as ações profissionais impactam no cotidiano das unidades de ensino, na vida dos alunos e de suas famílias; como o trabalho em rede tem se mostrado ou não eficaz no enfrentamento às múltiplas formas de violência presentes nas escolas; e por último, como o governo estadual se comporta frente às demandas psicossociais reprimidas e crescentes evidenciadas constantemente nas escolas.

Dito isso, vale salientar que não existe a pretensão de responder ou dar conta da diversidade de situações aqui levantadas, pois sabe-se que cada um desses pontos exige um esforço analítico aprofundado sobre dados, informações e possíveis indicadores que não foram disponibilizados pela SEEDUC/RJ. Porém, a proposta colocada, reside no exercício necessário de refletir sobre a referida prática profissional iniciada, suas necessidades, avanços e perspectivas futuras. Sendo assim, do ponto de vista da intervenção profissional, nota-se a urgência de contar com o suporte multiprofissional e interdisciplinar nos espaços públicos de educação, sendo um meio eficaz de identificar e combater continuamente as múltiplas manifestações de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



As reflexões apresentadas neste trabalho mostram, primeiramente, que o serviço social é uma profissão que tem uma trajetória histórica consolidada de lutas em prol dos direitos sociais. E que, embora existam desafios para a ampliação do exercício profissional no campo da educação, percebe-se que no caso da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro em particular, a presença das assistentes sociais foi uma importante medida, sobretudo, pela expressiva necessidade de mediação sobre os problemas de vulnerabilidade social, baixa frequência escolar e casos sugestivos de violência, agravados pela crise sanitária que atingiu o mundo e afastou os docentes dos espaços formais de educação.

Desse modo, entende-se que a educação pública entrecruzamento das expressões das desigualdades sociais sofridas pela população mais pobre, com os impactos que isso tem sobre o tipo de acesso à educação, revela que a maneira como a sociedade está (des)estruturada e (des)organizada, permitirá o avanço profícuo ou o retrocesso frente aos problemas socioeconômicos e psicossociais, próprios do modelo atual de sociedade, refletidos em todos os espaços, inclusive nas escolas. Além disso, vale salientar, que a maneira como são percebidas e tratadas as necessidades dos diferentes grupos, é determinante para o sucesso ou fracasso das ações.

Assim, dentre os aspectos abordados, a partir da experiência trazida em particular, destaca-se como pontos negativos a saída das assistentes sociais das escolas, somada à falta de transparência sobre o que de fato foi feito com as informações produzidas ao longo do trabalho desenvolvido e, por fim, as medidas adotadas para o enfrentamento dos problemas nesse ambiente.

Cabe ressaltar, portanto, que as escolas do Estado têm incorporado em suas rotinas novos dispositivos tecnológicos de notificação/acionamento propostos pelo governo, como por exemplo, o chamado “Botão do pânico”⁴, além de contarem com a participação crescente de atores ligados a área da segurança pública estadual.

A respeito dos recursos ligados ao uso das patrulhas escolares e a atuação das forças de segurança do estado nas escolas, acredita-se que estas possam ser agregadas de maneira complementar, em situações com melhor formulação e delimitação pela gestão pública educacional.

⁴ Em 30 de março de 2023, segundo notícia publicizada no site G1, entrou em funcionamento um aplicativo denominado ‘Rede Escola’, com a possibilidade de acionamento do chamado “botão do pânico”, cuja finalidade seria a de inibir ou mitigar possíveis ataques no interior das salas de aula. A ideia é permitir que alunos e profissionais da educação tenham acesso rápido e direto a Polícia Militar.

Com efeito, nota-se que onde não há um trabalho intersetorial e multiprofissional bem desenhado, as múltiplas demandas acabam extrapolado os limites político-pedagógicos da instituição de ensino. E o serviço social, bem como, outras profissões dotadas conhecimento técnico-científico, contribuem de forma analítica, preventiva, interventiva e contínua, colocando-se como áreas profícuas extremamente potentes e necessárias no interior das escolas. Desse modo, cabe frisar que tais profissões são de suma importância nos estudos, elaboração, implementação e avaliação das políticas sociais.

Nesse sentido, chama-se atenção para a conjuntura de incertezas relacionadas ao trabalho profissional das assistentes sociais, visto que, em janeiro de 2024, a SEEDUC - RJ realizou uma publicação em sua página oficial de comunicação, sobre projeções de investimentos para o referido ano, relacionados ao aumento do quantitativo de educadores, inspetores, assistentes sociais, psicólogos, mediadores, dentre outros. No entanto, medidas pouco ou nada efetivas foram priorizadas e colocadas em andamento, tal como explicitado anteriormente. Sendo assim, partindo da experiência no serviço social, nota-se que a via do concurso público e a presença constante desses profissionais, se apresenta como uma das alternativas ideais de construir um caminho sólido e efetivo, especialmente, contra as manifestações de violência nas escolas.

Logo, a crítica a condução dada pelos gestores da política educacional, não reside na viabilidade de articulação entre setores que partilhem do objetivo de prevenir ações violentas e proteger a integridade dos educandos, mas na urgente necessidade de rever as repetidas e malsucedidas formas de lidar com as manifestações de violência existentes no cotidiano escolar. Trata-se de um espaço que reflete a atual política de governo, em que não são priorizadas propostas de caráter contínuo, e menos ainda, alinhadas com o que está preconizado na Lei 13.935/19⁵, por exemplo. Isso somente reforça o caráter pontual, imediatista e pouco resolutivo das medidas atualmente adotadas na educação estadual.

Nesse sentido, cabe considerar que do ponto de vista da atuação multidisciplinar, os profissionais especializados como assistentes sociais e psicólogos, são essenciais para promover educação cidadã, proteção social, prevenção às violações e maior ampliação do acesso aos direitos

⁵ A lei 13.935/19 em seu Art. 1º diz que “As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais”.

sociais. Enxergar sob essa ótica, significa valorizar a transformação efetiva na vida dos educandos, durante as várias etapas do seu processo de desenvolvimento. Em outras palavras:

A mobilização social, desencadeada pelo assistente social no âmbito das instituições educacionais, é estratégia de organização de espaços de luta, por melhores condições educacionais, constituindo-se também num exercício democrático que pode ser ampliado para a comunidade visando fortalecer seus interesses. Outra forma de contribuir para a democratização da escola é a inclusão do assistente social nas equipes interdisciplinares, efetivando ações de acompanhamento e assessoria aos educadores, elaborando ações conjuntas para resolver um determinado problema e até a participação na construção do projeto político-pedagógico da unidade educacional, em sua totalidade (Martins, 2012, p. 226).

De igual modo, acredita-se, pois, que todas as categorias com formação técnica e especializada, formam o escopo mínimo de especialidades necessárias para a melhoria dos índices de acesso, permanência e rendimento dos alunos nas escolas públicas estaduais. Ademais, não se pode ignorar que existem limites profissionais e humanos para os educadores, principalmente, quando se pensa na quantidade de funções e atribuições que lhes são incumbidas. Logo, a transferência de responsabilidades relativas à condução das situações de maior complexidade, e que não sejam de natureza pedagógica, também aparece como um ponto sensível no terreno das escolas.

Deve-se, portanto, considerar o papel de grande relevância da profissão, especialmente, na sua capacidade política de articulação, transformação e realização das mediações necessárias para uma leitura crítica da realidade, identificando os múltiplos determinantes que a perpassam. Logo:

O campo educacional torna-se para o assistente social hoje não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, política e instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que se expressam na esfera da cultura e do trabalho, centrais nessa passagem de milênio (Almeida, 2000, p. 74).

Sendo assim, à medida que haja avanços e maior conhecimento sobre as questões presentes no cotidiano escolar, no campo da política educacional e nos espaços que podem ser ocupados pelo serviço social, será possível vislumbrar novas perspectivas de expansão de sua atuação, sua efetiva inserção na construção das políticas de combate às violências identificadas no ambiente escolar e cumprimento das legislações consonantes ao exercício da profissão.

Desse modo, o que se almeja alcançar na política de educação envolve a valorização dos profissionais, o aumento dos investimentos em infraestrutura escolar, segurança, iluminação adequada, espaços acolhedores e acesso a locais recreativos atrativos. Para isso, é indispensável implementar programas que priorizem o bem-estar da comunidade escolar e a prevenção aos riscos de maneira concreta e eficiente. Significa, portanto, proporcionar suporte psicológico e social aos alunos, por meio da presença de equipes especializadas e focadas na identificação e possível resolução de conflitos. E para agregar positivamente, há que se promover a formação continuada dos profissionais de educação, visando aprimorar as estratégias de enfrentamento à violência escolar com preparação, empatia e eficácia adequadas.

Por fim, a intenção aqui exposta consiste na defesa de políticas públicas que considerem indicadores ligados à qualidade do ambiente escolar e perspectivas de desenvolvimento integral dos sujeitos inseridos nesses espaços, bem como, seus múltiplos aspectos. Logo, o debate em defesa da Lei 13.935/2019 se apresenta como maneira de fortalecer o trabalho interdisciplinar e intersetorial, rumo à garantia de direitos sociais, contribuindo essencialmente para a construção de uma educação de fato acessível, humanizada, transformadora e alinhada às necessidades da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. L. T. Educação Pública e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2000, nº. 63, p. 62 - 75.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm. Consulta em 06 de mar. de 2024.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação**. Brasília: CFESS, 2013.
- CFESS. Diálogos do cotidiano – **Assistente Social: reflexões sobre o trabalho profissional**. Caderno 4. CEFESS-DF, 2023.
- Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Consulta em 27 de fev. de 2024.

CRESS/ 7ª Região. Conselho Regional de Serviço Social – RJ. **Orientação às/aos assistentes sociais que atuam no projeto MAE no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.** Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wpcontent/uploads/2022/07/documentodeorientacaoaosadoprojetomae.pdf> Consulta em 27 de fev. de 2024.

DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar. 2015.

G1 Rio. Sobre aplicativo com “botão de pânico” para evitar ataques em escolas do Rio de Janeiro. Em 30 de março de 2023. **G1 Rio**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/30/castro-detalha-acoes-contra-situacoes-de-violencia-nas-escolas-do-rj.ghtml> Consulta em 26 de fev. de 2024.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 17ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

MARTINS, EBC. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania** [online]. São Paulo: Editora UNESP. 2012. Consulta em 28 de fevereiro de 2024.

OMS. **Relatório Mundial da Saúde, 2002**. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>

SEEDUC RJ. Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. **Sobre o programa Papo de Resposta na rede estadual de ensino**. Em 20 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.seeduc.rj.gov.br/not%C3%ADcias#h.l43sjcvoq9nf>. Consulta em 28 de fev. de 2024.

_____. **Em 30 de janeiro de 2024. Sobre a implementação de equipes especializadas nas escolas do estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://www.seeduc.rj.gov.br/not%C3%ADcias#h.o5uehg9xtmdf>. Consulta em 28 de fevereiro de 2024.

SEVERINO, A.J. Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje. In: LIMA, J.C.F., and NEVES, L.M.W., org. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, pp. 289-320. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/j5cv4/epub/lima-9788575416129.epub> Consulta em 28 de fev. de 2024.

UNICEF BRASIL. **Bullying e violência escolar**. Suas consequências e como combater. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/blog/bullying-e-violencia-escolar> Consulta em 21 de out. 2024

SAÚDE MENTAL: REFLEXÕES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATUALIDADE

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

GLAUCIA DE ALMEIDA RAMOS¹

KETLYN LESSA DO NASCIMENTO²

NAYARA HAKIME DUTRA³

RESUMO: Este texto tem como objetivo abordar sobre Saúde Mental, bem como o movimento da reforma psiquiátrica no Brasil, trajetória, conquistas, avanços e desafios ao longo desse período, e as instituições das obrigações legais. Como também, discorrer em relação a atuação do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional, e o exercício profissional do assistente social numa perspectiva crítico interventivo, com intervenções direcionadas pelo Projeto Ético Político Profissional do serviço social brasileiro.

Palavras-chave: Saúde mental, CAPS, serviço social, exercício profissional.

ABSTRACT: This text aims to address Mental Health, as well as the psychiatric reform movement in Brazil, its trajectory, achievements, advances and challenges throughout this period, and the institutions of legal obligations. It also discusses the role of Social Services in this socio-occupational space, and the professional practice of the social worker from a critical interventionist perspective, with interventions directed by the Professional Political Ethical Project of Brazilian Social Services.

Keywords: Mental health, CAPS, social service, professional practice.

INTRODUÇÃO

A Política de Saúde Mental no Brasil tem passado por uma série de transformações ao longo das últimas décadas, impulsionadas por movimentos sociais e mudanças na legislação. O movimento da reforma psiquiátrica, iniciado na década de 1970, foi fundamental para a criação de um novo

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS. Instituição de formação: UNESP – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mequista Filho”. E-mail: glaucia.amos@unesp.br.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS. Instituição de formação: UNESP – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mequista Filho”. E-mail: ketlyn.lessa@unesp.br.

³ Doutora em Serviço Social. Instituição de formação: UNESP – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mequista Filho”. E-mail: nayara.hakime@unesp.br.



modelo de assistência à saúde mental no país. Essa reforma visou a desinstitucionalização do atendimento psiquiátrico, substituindo os hospitais psiquiátricos por serviços comunitários, com o objetivo de promover a reintegração social dos indivíduos com transtornos mentais e garantir seus direitos humanos. Esse processo foi consolidado com a Lei nº 10.216, de 2001, que estabeleceu um novo paradigma para o tratamento de pessoas com transtornos mentais, reforçando a proteção e os direitos dos usuários e priorizando o atendimento em liberdade.

Dentro desse contexto de mudança, a institucionalização dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) representou um avanço significativo na reestruturação do modelo assistencial em saúde mental. Os CAPS foram concebidos como serviços comunitários e ambulatoriais, destinados a oferecer cuidados mais próximos da realidade dos pacientes, em ambientes menos isolados e mais integrados à comunidade.

Nesse cenário, o papel do assistente social na saúde mental tem se tornado cada vez mais relevante. A atuação desses profissionais abrange diversas áreas, como a implementação de projetos terapêuticos, a promoção da reintegração social e o acompanhamento diário dos usuários em diferentes contextos. No entanto, a prática do assistente social na saúde mental envolve desafios, dado que o trabalho exige a articulação entre a teoria e a prática, com uma constante reflexão sobre questões como a loucura, a exclusão social e a atuação profissional.

Além disso, o assistente social deve lidar com as complexidades do modelo de cuidado em saúde mental, que, embora tenha avançado com a reforma psiquiátrica, ainda enfrenta desafios relacionados à efetivação dos direitos e à superação de práticas excludentes em algumas esferas da assistência. Dessa forma, a análise da atuação do assistente social nesse campo contribui para a compreensão das implicações da política de saúde mental na vida dos indivíduos e na sociedade como um todo.

A POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para darmos início à discussão, torna-se imprescindível destacar alguns aspectos da saúde mental enquanto política pública e um campo de reivindicação dos direitos das pessoas com



transtornos mentais, com o propósito de fornecer subsídios para uma reflexão sobre as particularidades dessa política e como essas influenciam o cotidiano do trabalho do assistente social.

O movimento da reforma psiquiátrica brasileira, que originou a atual política de saúde mental, teve seu início marcado pela crise na Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM) em 1978. Naquele período, profissionais de saúde, particularmente do Centro Psiquiátrico Pedro II (CPPII), deflagraram uma greve devido a diversas irregularidades, como a falta de recursos e as precárias condições de trabalho e assistência aos pacientes. Tais condições geraram um ambiente de violência institucional, evidenciado pela exclusão e marginalização dos pacientes, além da exploração dos serviços de saúde mental pela chamada "indústria da loucura", termo que descreve o modelo assistencial então vigente (Amarante, 2010).

Esse modelo hospitalocêntrico de assistência, sustentado por fundos públicos, mas administrado pela iniciativa privada, priorizava o lucro e a internação dos pacientes, em detrimento da reintegração social e da humanização do atendimento. De acordo com Resende (2001), a política de saúde mental no Brasil ainda estava fortemente influenciada por práticas de institucionalização e exclusão, especialmente no setor privado, o que agravava a vulnerabilidade dos indivíduos com transtornos mentais.

Além das condições estruturais, a crise na DINSAM também foi um ponto de inflexão para o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), que passou a defender a desinstitucionalização e a criação de uma rede de cuidados substitutiva ao modelo hospitalar. A mobilização dos profissionais de saúde mental, acompanhada por uma crescente sensibilização da sociedade, resultou em modificações significativas na legislação e na organização dos serviços de saúde mental no Brasil, com a implementação de estratégias que buscavam garantir os direitos humanos e a autonomia dos pacientes (Amarante, 2010; Resende, 2001).

A década de 1980 foi, de fato, marcada pela expansão e formalização do modelo sanitarista no Brasil, com destaque para as "ações integradas em saúde". Essas ações enfatizavam o atendimento ambulatorial e integravam sistemas de referência e contrarreferência no trabalho das equipes de saúde mental, priorizando o cuidado extra-hospitalar. Paralelamente, buscava-se implementar maior rigor no controle das internações hospitalares.



As ações no campo da saúde mental no Brasil foram, de fato, influenciadas pela proposta de desospitalização norte-americana. No entanto, no contexto brasileiro, essa influência não resultou em um confronto direto com os hospitais psiquiátricos existentes, mas sim na possibilidade de reforma e humanização desses hospitais públicos. O Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) desempenhou um papel ativo nesse processo, negociando com os Ministérios da Saúde e da Previdência Social, sem, contudo, apontar para a extinção imediata dos hospitais psiquiátricos.

De acordo com Vasconcellos (2000, p. 25), o movimento que defendia mudanças na política de assistência à saúde mental, até aquele momento, sustentava um modelo baseado no sanitarismo, cujo foco estava "no controle e na humanização dos hospitais psiquiátricos, bem como na difusão de serviços ambulatoriais". Dentro desse cenário, o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) emergiu com importantes reivindicações, que incluíam, entre outras, a não criação de novos leitos em hospitais psiquiátricos especializados, a regionalização das ações em saúde mental, o controle das internações na rede conveniada de hospitais psiquiátricos privados, a expansão da rede ambulatorial e, principalmente, a humanização e reintegração social dos pacientes nos asilos estatais. Tais demandas refletiam uma busca por um modelo de assistência mais descentralizado e humanizado, alinhado aos princípios da reforma psiquiátrica e à luta antimanicomial no Brasil, visando à transformação do cuidado em saúde mental e à reintegração social dos indivíduos com transtornos mentais.

Segundo Vasconcelos (2000, p. 25), o final da década de 1980 foi marcado pelo fechamento temporário do espaço político no âmbito do Estado, o que afetou diretamente os interesses democráticos-populares e a política de saúde mental. Esse cenário gerou conflitos internos dentro do movimento MTSM. Um dos principais aspectos desse conflito estava relacionado aos objetivos do movimento no que diz respeito à reforma psiquiátrica. A corrente que defendia a aliança do movimento de saúde mental com os movimentos populares passou também a apoiar a necessidade de alinhar as reivindicações do movimento com as propostas do movimento de reforma psiquiátrica italiano, que foi além da reforma dos manicômios, ao reivindicar sua extinção. Dessa forma, na segunda metade da década de 1980, o MTSM se transformou no Movimento da Luta Antimanicomial (MLA), direcionando seus esforços para o fechamento dos manicômios e a criação de serviços substitutivos ao modelo manicomial.



O movimento da reforma psiquiátrica brasileira emergiu como um agente crucial na reestruturação da assistência à saúde mental no Brasil, desafiando o modelo hospitalocêntrico e o paradigma da doença, promovendo transformações nas relações entre a sociedade, o indivíduo em sofrimento psíquico e a concepção de loucura.

Em 1989, no contexto da reforma em andamento, o deputado Paulo Delgado apresentou um projeto de lei que propunha a extinção gradual dos hospitais psiquiátricos e a proibição da construção de novos hospitais psiquiátricos públicos. O projeto tramitou por doze anos no Congresso Nacional, sem ser aprovado, até que um segundo projeto, mais "ameno" do ponto de vista econômico e político, substituiu o de 1989 e foi aprovado em 2001, transformando-se na Lei nº 10.216, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica. Reconhecida como uma legislação de grande impacto social, talvez a mais abrangente entre as leis médicas brasileiras, a lei estabeleceu um novo modelo de tratamento para os transtornos mentais no Brasil.

INSTRUMENTOS LEGAIS NA SAÚDE MENTAL: A LEI Nº 10.216 E A PORTARIA GM/MS Nº 336"

A aprovação da Lei nº 10.216, em 6 de abril de 2001, representou um marco significativo na saúde mental brasileira, estabelecendo um novo modelo de tratamento para os transtornos mentais, com foco na proteção e nos direitos das pessoas afetadas, além de redirecionar o modelo assistencial em saúde mental. No contexto da promulgação desta lei e da realização da III Conferência Nacional de Saúde Mental, a política de Saúde Mental do governo federal, em consonância com as diretrizes da Reforma Psiquiátrica, começa a se consolidar, ganhando maior apoio e visibilidade.

Nesta conjuntura, a Portaria GM/MS nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, estabeleceu a implementação dos diferentes tipos de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no Brasil, com o objetivo de organizar e qualificar o atendimento em saúde mental. Os CAPS foram classificados em diversas modalidades, conforme o porte populacional dos municípios e as especificidades de atendimento. Assim, a Portaria define o CAPS I para municípios com até 70.000 habitantes, o CAPS II para municípios entre 70.000 e 200.000 habitantes, e o CAPS III para aqueles com população superior a 200.000 habitantes. Além disso, contempla o CAPS i, destinado ao atendimento de crianças e adolescentes, e o CAPS ad, voltado para usuários de álcool e outras drogas. Cada modalidade possui



critérios específicos de funcionamento, incluindo a composição das equipes de profissionais e os serviços oferecidos, com o intuito de assegurar um atendimento adequado e integrado à comunidade.

Essas instituições devem adotar a abordagem de gerenciamento de casos, desenvolvendo projetos terapêuticos individualizados para cada usuário, tanto no ambiente interno quanto externo à unidade, e promovendo atividades que assegurem a continuidade diária dos serviços. Nesse contexto, a Política Nacional de Saúde Mental tem como objetivo fornecer atendimento aos indivíduos com transtornos mentais, visando à sua reintegração social. A Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, reforça a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, redirecionando o modelo assistencial em saúde mental no país (Ministério da Saúde, 2010).

A institucionalização dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) foi um passo decisivo para a saúde mental brasileira, impulsionando a substituição dos hospitais psiquiátricos por serviços comunitários de saúde mental. Essa mudança abriu novas perspectivas para a realização de trabalhos interdisciplinares. Nesse contexto, os CAPS destacam-se como ambientes privilegiados para a execução desse tipo de trabalho, devido à composição diversificada de suas equipes multiprofissionais, que incluem psiquiatras, enfermeiros com formação em saúde mental, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, entre outros profissionais (Ministério da Saúde, 2014).

É nesse cenário que se insere o profissional de Serviço Social. Assim, refletir sobre o papel do assistente social na saúde mental exige um debate entre loucura e sociedade, alienação social e a prática profissional. O Serviço Social participa de vários programas e projetos nas instituições psiquiátricas, e sua atuação tem se alterado em função das mudanças pelas quais a assistência psiquiátrica no Brasil tem passado. A diversidade de sua intervenção remete a uma complexidade que pode se tornar, em alguns casos, contraditória.

SERVIÇO SOCIAL E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

O Serviço Social, profissão surgida no Brasil, nos lustres de 1936, atualmente é regulamentada pela Lei 8662/93, tem se redefinido cotidianamente, considerando as contradições da vida social e sua inserção na realidade social, se desenvolve legitima-se enquanto profissão inserida na divisão social, sexual, étnica racial, técnica do trabalho. Atua nas mais diversas expressões da



questão social, reveladas pelas desigualdades sociais, econômicas, tais como: a pobreza, a violência, a fome, o desemprego, carências materiais e existenciais, dentre outras necessidades, orienta os indivíduos para acesso aos direitos e pela luta da dignidade humana, pela democracia, pela igualdade, equidade e justiça social.

As atividades laborativas dos/das assistentes sociais são constituídas com critérios específicos que estão previstos na Lei que regula a Profissão de Assistente Social e onde estão estabelecidas as competências e atribuições privativas do/a assistente social no exercício profissional.

No que se refere aos direitos e deveres dos assistentes sociais, os artigos 2º e 3º do Código de Ética estabelecem, entre outros: a garantia e a defesa de suas atribuições e prerrogativas, com o livre exercício das atividades inerentes à profissão, participando da elaboração e gerenciamento das políticas sociais, com liberdade na realização de estudos e de pesquisas. E se constitui como dever do assistente social desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação sempre em vigor (Brasil, 2009).

Para Netto (2018), os projetos profissionais devem apresentar a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos, e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais, além de estabelecerem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas.

O projeto de profissão compõe um determinado projeto societário e tem como pilar de edificação: 1. A produção de conhecimento; 2. A dimensão jurídica; e 3. A dimensão política organizativa. Nesta última, a profissão no Brasil tem sua representatividade por entidades consolidadas como CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESO.

O assistente social crítico, propositivo, interventivo, investigativo desenvolve uma instrumentalidade das demandas oriundas da área da saúde mental, considerado um espaço sócio-ocupacional proposto, por intermédio da Portaria GM/MS nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. O fazer profissional inserido numa perspectiva de totalidade pauta-se numa matriz crítica, guiando-se pela trilogia da intervenção, conforme Guerra (2012), ou seja, as dimensões teórico-metodológica, ético-



política, técnico-operativa, investigativa e formativa. Considera-se que as relações e condições de trabalho estão precarizadas, e os profissionais têm acumulado experiências importantes no atendimento aos usuários do serviço, e encontram estratégias de intervenção conforme proposto no Projeto Ético-Político Profissional.

O exercício profissional requer uma epistemologia rigorosa para desenvolver o trabalho profissional buscando a particularidade na intervenção para guindá-la à universalidade em que estão inseridos os fenômenos do cotidiano das vidas em tela. Para o/a assistente social atuar ontológica e historicamente na totalidade a sua ação necessita esquivar-se de fragmentações e viciações tecnocráticas, garantindo a dimensão ético-política da ação profissional, sem prejuízo do teórico metodológico e técnico operativo. As instituições desenvolvem protocolos que orientam o trabalho social ancorando-se em uma tecnocracia inerente à racionalidade-formal acentuada na cultura conservadora. Há uma exacerbada preocupação com a dimensão técnico-operativa, em resposta aos protocolos. Tendencialmente, na história do serviço social herdou do conservadorismo a preocupação com “um serviço social da prática” que via na execução automática das tarefas a maneira de legitimação profissional.

A partir da erosão do serviço social tradicional e a impugnação do funcionalismo, quantitativismo e da superficialidade presentes na matriz conservadora (Netto, 2009), coube aos assistentes sociais fazer um caminho outro, na “intenção de ruptura”. Esse momento evoluiu para o serviço social de inspiração marxiana.

Laicizado e diferenciado, o Serviço Social que atravessa os anos oitenta – com muito mais fidelidade que em qualquer outro momento da sua história no Brasil – expressa a complexidade e a diferenciação pertinentes à contemporaneidade da sociedade brasileira. (Netto, 2009, p.307).

O serviço social na contemporaneidade tem importantes contribuições numa perspectiva democrática e de garantia de direitos. Os saberes adquiridos por intermédio da formação continuada e permanente, contribui para realizar uma análise crítica da realidade, para elucidar as relações capital x trabalho, na sociedade de classes.

O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE MENTAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS



É baseado na perspectiva crítica como referência profissional que o trabalho na saúde mental é realizado, embora, a precarização inerente às condições e relações de trabalho, submeta a categoria a atender as requisições institucionais. E que por ora encontra-se num projeto privatista, com restrição do financiamento público, privatização e mercantilização da saúde, constante processo de contrarreforma do estado por intermédio conservador e neoliberal.

Nesse espaço sócio-ocupacional, o assistente social realiza diversas intervenções sendo elas: acolhimento aos usuários, familiares ou acompanhantes, atendimento inicial; admissão social dos pacientes; realiza entrevistas sociais, respeitando a privacidade e sigilo profissional; orientações sociais necessárias sobre direitos sociais; serviços da rede socioassistencial e de saúde; benefícios sociais, normas e rotina da unidade; registros de atendimentos realizados e evoluções sociais; debate de casos com a equipe multiprofissional (troca e construção de saberes); realiza contato com familiares, responsáveis ou rede de apoio dos usuários; realiza encaminhamentos para a Rede referenciada de Saúde; realização de encaminhamentos para a rede socioassistencial: CRAS; CREAS, entre outros.

Orienta sobre auxílios e benefícios eventuais; benefícios previdenciários, direitos trabalhistas; desenvolve ações socioeducativas em saúde; emite declaração de atendimento/acompanhantes para os casos atendidos pelo serviço social; elaboração de Relatórios Sociais/Pareceres Sociais; realização de planejamento de atividades do serviço social; coordena assembleia dos usuários do serviço.

Assim, é necessário que exercício profissional ocorra numa perspectiva crítica, investigativa e interventiva fundamentada pelo projeto ético político da profissão, e demais legislações; a fim de que seja realizado abordagens individuais, grupais ou coletivas de forma reflexivas, evitar que sejam na perspectiva de subalternização e controle deles. De forma que, o trabalho profissional do assistente social na saúde mental é adverso, exige conhecimento aprofundado do cenário social, cultural econômico e conexão com a teoria, para interpretar a realidade e exercer as intervenções profissionais necessárias.

O trabalho do assistente social requer uma epistemologia rigorosa para o exercício profissional, de tal forma que alcance as singularidades, as particularidades e a universalidade em que

estão inseridos os fenômenos da cotidianidade da vida social. Contudo, na atual conjuntura, esses profissionais vivenciam no cotidiano profissional relações de trabalho marcadas pela contradição na qual é observada uma reestruturação do mercado de trabalho e das condições para a sua realização, bem como, na reconfiguração de políticas sociais “germinando novas demandas institucionais, “limitando” as respostas profissionais aos usuários e predeterminando as demandas que os usuários apresentarão e que poderão ter respostas no espaço institucional específico de trabalho do assistente social” (Moraes, 2016, p. 590). Nessa linha, o trabalho social também não foge dos desdobramentos da ofensiva do capital.

Acerca do trabalho social, Raichellis (2011) destaca:

a) Desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais; b) Desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas; c) Subordina as ações desenvolvidas a prazos contratuais e aos recursos financeiros definidos, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas; d) Realiza uma cisão entre prestação de serviço e direito, pois o que preside o trabalho não é a lógica pública, obscurecendo-se a responsabilidade do Estado perante seus cidadãos, comprimindo ainda mais as possibilidades de inscrever as ações públicas no campo do direito (Raichellis, 2011, p. 432).

As consequências que a terceirização do trabalho traz são imensas, impactando as relações de trabalho, o vínculo com os usuários dos serviços, obscurecendo o papel e responsabilidade do Estado. Dentre tantas outras implicações proporciona a fragmentação dos trabalhadores, por meio de contrato e de salários de trabalho diversos (Raichellis, 2011).

Refletir sobre o exercício profissional do assistente social exige uma análise cuidadosa da complexa e heterogênea realidade social. Sendo primordial identificar as limitações e as possibilidades presentes na realidade social para que o Serviço Social não adote uma postura fatalista (nada pode ser mudado), ou por outro lado uma postura messiânica. Romper com as unilateralidades presentes no exercício profissional constitui um dos desafios enfrentados na atualidade.

CONCLUSÃO



Nesse estudo observou-se que a política de saúde mental iniciou movimento na década de 70, com ações dos trabalhadores, devido à precarização das condições, dos cuidados, violência institucional, segregação e isolamento dos pacientes. A regulamentação ocorreu apenas em 2001, após esforços diversos atores sociais envolvidos com a causa. E no ano seguinte a implementação dos diferentes tipos de CAPS, para atender os usuários conforme as necessidades e carências.

Assim os resultados desse estudo identificaram que a reforma psiquiátrica colaborou para a desinstitucionalização das pessoas em sofrimento psíquico, por intermédio dos serviços substitutivos ao modelo manicomial, possibilitando a reintegração e inclusão social. E também permitiu aproximar do caminho percorrido pelo assistente social, os preceitos legais aplicados, as atividades desempenhadas para e com os usuários dos CAPS. Além de elucidar a perspectiva ilimitada da profissão, lembrando que para o exercício profissional o assistente social, necessita ser um profissional crítico, propositivo, interventivo, investigativo, sendo necessário a formação continuada e permanente, e o comprometimento com a qualidade dos serviços prestados.

Para finalizar considera-se necessária a intensificação de pesquisas sobre o exercício profissional do assistente social na Política de Saúde Mental, até o atual momento é escassa a publicação sobre essa temática. Ressalta-se a relevância de socializar as experiências nesse espaço sócio-ocupacional, que contribuirá com as ações transdisciplinares, a favor dos usuários dessa política pública. Embora haja a precarização nas relações de trabalho, que afeta a continuidade do vínculo empregatício nas mudanças de gestões governamentais.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como dispositivos substitutivos aos hospitais psiquiátricos**. Brasília, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros_atencao_psicossocial_unidades_acolhimento.pdf. Acesso em: 26 de mar. de 2025.

_____. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 abr. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm. Acesso em: 19 de mar. de 2025.



_____, Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 336, de 19 de fevereiro de 2002.** Estabelece os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e suas modalidades de funcionamento. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 fev. 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html. Acesso em: 19 de mar. de 2025.

CFESS. Código de Ética do/a Assistente Social. CFESS, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 01 de jul. de 2024.

_____. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. CFESS, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 15 de mar. de 2025.

_____. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional.** CFESS, 2022. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>>. Acesso em: 05 de mar. de 2025.

GUERRA, Y. A. dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2012.

IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. IN: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: *CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional. *Serv. Soc. Soc.* [online], n.127, pp.587-607, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/mXcmbGVxMFzHYVMxKwZ9tDb/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 26 de mar. de 2025.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano conhecimento e crítica.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis.** ABEPSS, Brasília, 2001, nº3, pp. 41-45, janeiro/junho de 2001.

_____, J. P. **Ditadura e Serviço Social.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, J. P. **Introdução ao método da teoria social.** Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 668-700, 2009.



MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Saúde Mental**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.saude.gov.br>. Acesso em: 26 de mar. de 2025.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serv. soc. soc;** (107): 420-437, jul.-set. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/xJZpht8LVT96vSvn7cPNQMR/?lang=pt>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

RESENDE, Heitor. **Cidadania e loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUSA, C. T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/119/117>>. Acesso em: 03 de abr. de 2025.

VASCONCELLOS, Eduardo Mourão (Org.). **Saúde mental e Serviço Social**: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2000.



INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NOS MUNICÍPIOS DE ALMENARA E JEQUITINHONHA

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

LÍVIA MARIA ALVES TAVARES¹

MARIANA MENDES MURTA²

RESUMO: Este artigo parte da experiência de duas assistentes sociais atuantes nos Núcleos de Acolhimento Educacional (NAE's) dos municípios de Almenara e Jequitinhonha, no interior de Minas Gerais, abordando particularidades da atuação do Assistente Social inserido na rede estadual de educação básica nessas regiões, além de descrever o processo de implementação, traz reflexões sobre a prática profissional, desafios encontrados e possibilidades de atuação pautadas na direção ético-política da profissão e referenciais teóricos sobre a temática.

Palavras-chave: Serviço social, educação, lei 13.935/19, políticas sociais.

ABSTRACT: This paper is based on the experience of two social workers working in the Educational Reception Centers (NAEs) in the cities of Almenara and Jequitinhonha, in the interior of Minas Gerais, addressing particularities of the work of the Social Worker inserted in the state basic education network in these regions, in addition to describing the implementation process, it also brings reflections on the professional practice, challenges encountered and possibilities of action based on the ethical-political direction of the profession and theoretical references on the subject.

Keywords: Social service, education, law 13.935/19, social policies.

INTRODUÇÃO

O processo de construção da política de educação brasileira é marcado por desafios, tais como, a evasão escolar, as desigualdades sociais e as diversas manifestações de violência, realidade que torna a atuação do/a Assistente Social cada vez mais crucial, sendo este profissional chamado a atuar na relação entre a educação e as políticas sociais, com vistas à promoção do acesso, da permanência e da viabilização da qualidade da educação para todos.

¹ Assistente Social. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Teófilo Otoni, MG, Brasil. E-mail: liviamatavares.lvt@gmail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4209136859097032>.

² Assistente Social. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Teófilo Otoni, MG, Brasil. E-mail: maryanamurta@gmail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3375782416653934>.



Ao abordar a inserção do Serviço Social na Educação, é importante dizer qual é a concepção de Educação defendida pelo Serviço Social, qual seja, a de direito social (Martins, 2012, p. 253). Essa concepção encontra respaldo na Constituição Federal de 1988 que, em seu Artigo 205³, reconhece a educação como direito fundamental a ser garantido por uma tríade composta pelo estado, pela família e pela sociedade. Essa perspectiva é retomada no Caderno Orientador⁴ para o trabalho do psicólogo e do assistente social na educação, ao afirmar que

é fundamental adensar a luta pelo acesso à educação pública como direito social, laico, gratuito, socialmente referenciado, presencial e de qualidade, entendendo que as (os) profissionais de serviço social e de psicologia podem cumprir com a sua função nesse espaço ocupacional, a partir da direção presente no projeto ético-político, exercendo sua autonomia profissional com competência crítica, propositiva, em uma perspectiva de totalidade, construindo mediações para emancipação humana (Minas Gerais, 2022, p. 06).

No intuito de dar corpo teórico às reflexões aqui apresentadas, utilizou-se análise bibliográfica de autores como Martins (2012), Lessa (2013) e Almeida (2011) que já discutem a atuação profissional contemporânea e na política de Educação a partir dos anos 2000, além de reflexões mais recentes trazidas pelos órgãos representativos da categoria profissional, tais como CRESS-MG⁵ e CFESS⁶.

O trabalho aborda ainda aspectos sobre a dimensão educativa da intervenção profissional do/a assistente social, bem como as mediações necessárias a essa prática profissional, aspectos aos quais consideramos relevantes para o debate ora estabelecido.

Ademais, o artigo visa contribuir e enriquecer o debate sobre a atuação do/a assistente social na educação, que, embora tenha a sua gênese ainda na década de 1930, enfrenta atualmente as complexas e multifacetadas expressões da questão social que se manifestam nas instituições educacionais.

³ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 205. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03/05/2025.

⁴ MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. *Caderno Orientador 2022: atuação do psicólogo e do assistente social na educação*. Belo Horizonte: SEE/MG, 2022. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/caderno-orientador-2022-atuacao-de-psicologo-e-assistente-social/>. Acesso em: 03/05/2025.

⁵ Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais.

⁶ Conselho Federal de Serviço Social.



IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ACOLHIMENTO EDUCACIONAIS - NAEs

A inserção do Serviço Social na rede estadual de educação básica em Minas Gerais, ocorreu em 2022, por meio de processo seletivo simplificado⁷ realizado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - SEE/MG, a fim de contratar uma dupla de profissionais — Assistente Social e Psicólogo — para atuarem nos Núcleos de Acolhimento Educacionais (NAE's), na função de Analistas de Educação Básica (AEB), cargo descentralizado, lotado nas escolas.

O processo de seleção aconteceu em duas etapas: avaliação de títulos e entrevista coletiva, sendo a entrevista realizada virtualmente e agendada por categoria, conforme a localidade dos candidatos inscritos.

Ao final do processo de seleção, os profissionais apresentaram-se à Superintendência Regional de Ensino (SRE) de sua circunscrição, a qual os direcionou às escolas polo dos municípios em que concorreram à vaga, para inserção no cotidiano escolar.

Desta forma, os NAEs foram instituídos pela Resolução SEE n.º 4.701⁸, de 14 de janeiro de 2022, com base na Lei 13.935⁹, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas Redes Públicas de Educação Básica. A referida lei preconiza em seu § 1º que “as equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais”.

Conforme a referida resolução, em seu art. 7º, incisos I e II, cada NAE deve atender, de forma itinerante.

⁷ Em Minas Gerais, o processo seletivo simplificado é regulamentado pela Lei Estadual nº 18.185/2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Essa modalidade tem sido amplamente utilizada pelo Estado, especialmente na área da educação, para suprir carências de pessoal de forma rápida. No entanto, ao se tornar prática recorrente, mesmo em situação previsíveis e permanentes, materializa uma forma de contratação precária, sem os mesmos direitos, garantias e estabilidade assegurados aos servidores efetivos por meio de concurso público. Prática que contraria os princípios da continuidade do serviço público e fragilizam as políticas públicas.

⁸ MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEE nº 4.701, de 14 de janeiro de 2022. Dispõe sobre a atuação dos profissionais de psicologia e serviço social na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/resolucao-see-no-4701-2022/>. Acesso em: 03/05/2025.

⁹ BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm. Acesso em: 03/05/2025.



- I - municípios com o quantitativo de seis ou mais escolas estaduais;
- II - priorização dos municípios cujas escolas e Superintendência Regional de Ensino (SRE) tenham mais registros de situações de violação de direitos dos estudantes na rede estadual de ensino, conforme resolução vigente especificado em documento orientador. (Minas Gerais, 2022, p. 1)

Assim, considerando as peculiaridades desta resolução, foram criadas três equipes NAE, na circunscrição da SRE Almenara¹⁰, implementadas nos municípios de Almenara, Jequitinhonha e Pedra Azul, sendo cada equipe composta por um assistente social e um psicólogo. Em Almenara, a equipe atende um quantitativo de sete escolas, uma das quais localizada na zona rural do município; em Jequitinhonha, atende oito escolas, sendo três situadas na zona rural; e em Pedra Azul, atende cinco escolas, com a extensão de uma delas localizada na zona rural.

Cabe informar que, no período de implementação dos núcleos, o quantitativo de escolas do município de Pedra Azul estava em processo de redução, devido à municipalização de uma das escolas atendidas.

Inicialmente, o contrato desses profissionais se deu de forma administrativa, com carga horária semanal de trinta horas e duração de um ano, tendo como possibilidade a prorrogação por igual período. Dessa forma, os profissionais que iniciaram o trabalho em junho de 2022 permaneceram por dois anos consecutivos. Nesse ínterim, foi realizado o concurso público da SEE-MG, que oportunizou a efetivação das assistentes sociais que já atuavam em Jequitinhonha e Almenara. Porém, não houve aprovação de profissionais de psicologia para os citados núcleos, acarretando um desfalque das equipes, ocasionando que as assistentes sociais atuassem por seis meses sozinhas, até que o estado abrisse novo processo de contratação.

Assim, em janeiro de 2025, foi realizado novo processo de contratação, por meio de edital de convocação para designação. Todavia, no município de Jequitinhonha, não houve comparecimento de candidatos da área de psicologia para concorrer ao edital e, por esse motivo, o NAE de Jequitinhonha permanece atuando somente com a assistente social.

¹⁰ A região de abrangência mencionada refere-se à circunscrição da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Almenara, localizada no Vale do Jequitinhonha, região nordeste do estado de Minas Gerais. Essa circunscrição abrange os municípios de: Almenara, Bandeira, Felisburgo, Jacinto, Jequitinhonha, Joáima, Jordânia, Medina, Monte Formoso, Palmópolis, Pedra Azul, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto e Santo Antônio do Jacinto.



Cabe ressaltar, que essa ausência de profissionais no município não se restringe ao campo da educação estadual, sendo reflexo de um cenário mais amplo. O próprio município enfrenta dificuldades semelhantes no que se refere a ampliação da oferta de atendimentos em Psicologia na atenção básica de saúde e na educação municipal.

Desde a implantação da Lei 13.935/2019, também implementada localmente em 2022, a rede municipal de ensino nunca contou com a atuação de psicólogos, o que evidencia a escassez desses profissionais para atuação no setor público. Realidade essa que impõe limites concretos à efetivação de políticas públicas que exigem uma abordagem intersetorial para o enfrentamento das desigualdades sociais vivenciadas por crianças e adolescentes.

As duplas de profissionais, vinculadas ao cargo de Analista de Educação Básica, foram empossadas na mesma “escola polo” referenciada. Essa escola continuou responsável por organizar a vida funcional desses profissionais, enquanto a SRE manteve a responsabilidade pelas diretrizes, orientação, acompanhamento e monitoramento do trabalho das duplas.

O “Ponto Focal”, criado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - SEE/MG, para coordenar o trabalho dos NAEs, é composto por duas Analistas Educacionais da SRE, que monitoram o trabalho por meio dos documentos e registros compartilhados pelos profissionais remotamente. Elas também organizam reuniões mensais online com as equipes dos NAEs. Além disso, anualmente, acontece o compartilhamento de Boas Práticas/Práticas Exitosas com a SEE/MG, nas quais, organizados por grupos de SRE de todo estado, já definidos pela secretaria, são apresentadas ações realizadas durante o ano letivo anterior, estabelecendo espaço para troca de experiências.

É importante ressaltar que a inserção desses profissionais na rede estadual de Minas Gerais é uma conquista da classe trabalhadora, entendendo que a garantia e a legitimidade da atuação das/os assistentes sociais e psicólogos é imprescindível para o processo de ensino-aprendizagem.

CONDIÇÕES OBJETIVAS DA PRÁTICA PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES



No contexto da rede estadual de ensino, as atribuições profissionais estão delimitadas no *Caderno Orientador para atuação de Psicólogos e Assistentes Sociais*, cujas ações visam: “garantir as orientações e fortalecimento de vínculos à comunidade escolar quanto à importância do respeito, clareza dos direitos sociais e deveres individuais e coletivos nas relações de ensino-aprendizagem e na formação do cidadão” (Minas Gerais, 2022, p. 05).

Enquanto atribuições delegadas especificamente ao assistente social, destacam-se:

- I - contribuir para o ingresso, retorno, permanência do estudante, desenvolvendo ações de intervenções para minimizar os problemas sociais que impactam no processo de escolarização;
- II - desenvolver estratégias para estimular a participação da família na escola e no processo educativo dos estudantes;
- III - promover e auxiliar a gestão escolar em ações coletivas que contribuam para o acolhimento e a permanência dos estudantes no ambiente escolar. (Minas Gerais, 2022, p. 12).

Nesse aspecto, existe uma dificuldade de implementação real do trabalho multiprofissional, o que está relacionado à necessidade de articulação efetiva com as equipes pedagógicas, já que o assistente social e o psicólogo atendem a um quantitativo de no mínimo seis escolas por núcleo, com demandas variadas e complexas, que requerem intervenções baseadas em estudo, reflexão e planejamento coletivo, para responder efetivamente às demandas apresentadas, já que o documento orientador deixa claro que “essa contribuição não deve atingir demandas individuais e, sim, estar amparada em uma perspectiva coletiva do contexto escolar” (Minas Gerais, 2022, p. 06).

Além disso, os profissionais cumprem trinta horas semanais, e as escolas estaduais atendem, em sua maioria, aos três turnos (manhã, tarde e noite), o que dificulta sobremaneira o efetivo trabalho do profissional, que mesmo fazendo um máximo esforço, não tem condições de atender toda a demanda escolar.

Para Iamamoto (2000, p. 20),

“Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano [...] ser um profissional propositivo e não só executivo”.



Essa compreensão rompe com práticas meramente burocráticas e assistencialistas, reafirmando a dimensão interventiva da profissão, voltada para a defesa dos direitos sociais e o fortalecimento das condições de permanência e aprendizagem dos estudantes.

No espaço escolar, isso implica, entre outros aspectos, reconhecer as desigualdades que impactam o processo educativo e atuar de forma articulada com a comunidade escolar, com a rede socioassistencial que dispõe o município de atuação, buscando construir respostas coletivas e estratégias intersetoriais, ampliando a visão dos envolvidos para o olhar do/a estudante como sujeito de direitos que lida cotidianamente com as desigualdades e é alvo das diversas negligências criadas e reproduzidas por este sistema de produção.

Conforme Almeida, *et. al* (2011, p. 26),

As atribuições e competências dos/as assistentes sociais, sejam aquelas realizadas na educação ou em qualquer outro espaço sócio-ocupacional, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

Ainda de acordo com Almeida, *et. al* (2011), esses documentos fundamentam a concepção hegemônica do projeto ético-político no Serviço Social brasileiro, que se desenvolveu desde o final da década de 1970.

Na perspectiva de trabalho direcionada pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, é particularmente desafiador perceber que os ambientes educacionais refletem valores e práticas por vezes conservadores, e, portanto, tem-se essa percepção de que algumas abordagens trazidas pelo Serviço Social ainda não encontram terreno ou respaldo institucional, ilustrando bem as chamadas “correlações de forças” e o papel ideológico exercido pela educação nos moldes tradicionais.

É notório que, mesmo após os avanços legais e institucionais, ainda somos percebidos como “um corpo estranho” no ambiente escolar, por parte de alguns trabalhadores da educação. Essa percepção é corroborada pelo teor de uma nota pública, elaborada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE, em 23 de novembro de 2023, cujo título afirma que: “A inclusão de psicólogos e assistentes sociais na LDB descaracteriza e afronta a profissão dos/as trabalhadores/as em educação”¹¹.

¹¹ Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). *Nota Técnica sobre o PL n.º 3.599/2023*, que dispõe sobre a inclusão de assistentes sociais e psicólogos como profissionais da educação. Brasília, 2023. Disponível



Tal posicionamento revela uma resistência à interdisciplinaridade e à construção de um trabalho coletivo mais integrador e democrático nas escolas, mas também evidencia traços de um corporativismo que, mesmo sob discursos progressistas, atua de forma conservadora ao defender uma visão restrita das funções educativas. Postura esta que desconsidera as múltiplas determinações sociais que atravessam o cotidiano escolar e impede o reconhecimento de que os processos educativos são profundamente marcados por desigualdades estruturais, exigindo, portanto, abordagens interdisciplinares e integradas.

Diante disso, torna-se ainda mais urgente ampliar o diálogo com os profissionais da educação, esclarecendo as atribuições e os objetivos do Serviço Social e da Psicologia no âmbito escolar, que não são concorrentes, mas complementares na promoção de uma educação de qualidade, inclusiva e socialmente referenciada.

Ao citar o Projeto de Lei n.º 3.599/23¹², que visa incluir entre os profissionais da educação “os psicólogos e assistentes sociais integrantes das equipes multiprofissionais mantidas pelas redes públicas de educação básica”, a CNTE se posiciona de forma contrária. Em uma demonstração de que a CNTE vincula a profissão de Assistente Social somente à Política de Assistência Social, o documento afirma ainda que:

Tanto a psicologia como a ‘assistência social’ (*grifo nosso*) são profissões com regulamentações próprias que as diferenciam dos profissionais da educação, ainda que, em determinados casos, haja previsão de atuação de seus profissionais para prestar suporte às redes escolares. E essa diferenciação ocorre tanto no aspecto acadêmico quanto social e de categorização do trabalho no Brasil. (CNTE, 2023).

Os argumentos trazidos na nota foram confrontados por uma publicação do CRESS/MG realizada em 28 de novembro de 2023. Nesta, menciona-se a luta histórica de mais de vinte anos dos assistentes sociais, psicólogos e sociedade para que houvesse a inserção desses profissionais na

em: <https://cnte.org.br/noticias/a-inclusao-de-psicologos-e-assistentes-sociais-na-ldb-descaracteriza-e-afronta-a-profissao-dos-trabalhadores-em-educacao-bd05> . Acesso em: 10/03/2025.

¹²Projeto de Lei que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir os profissionais da área de psicologia e de serviço social no quadro funcional dos estabelecimentos de educação básica. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2374318&fichaAmigavel=nao> . Acesso em 10/03/2025.



Política de Educação, e argumenta que não se trata de “medida oportunista ou corporativa, como sugere a nota, pelo contrário, ela é histórica e possui grande relevância social no que se refere à escola pública que o Brasil necessita e merece” (CRESS/MG, 2023).

Foi salutar ainda o esclarecimento de que a Lei 13.935 de 11 de dezembro de 2019 não trata sobre os profissionais de serviço social e psicologia inseridos em outras políticas públicas, como associa de forma errônea a nota divulgada pela CNTE, mas que estes estão inseridos “nessa política por seus processos próprios. A lei trata de profissionais de Psicologia e do Serviço Social da/na educação, que vêm somar esforços para garantir uma educação de qualidade [...]”

Em entrevista realizada por Martins ao CRESS/MG (2025), esta afirma que é

[...] neste cenário de instabilidade que pairam os retrocessos em relação ao reconhecimento de assistentes sociais, psicólogas e psicólogos como profissionais da educação. Trata-se de uma expressão da disputa pelo fundo público, que vai desde o interesse dos empresários da educação, que não querem que a educação pública se fortaleça, até os equívocos dos próprios educadores em relação à real contribuição dessas e desses profissionais como parceiros na efetivação da educação básica como direito social.

Compreende-se, a partir das considerações realizadas por Mészáros *apud* Almeida (2011), que a educação formal não é a principal força ideológica que sustenta o sistema capitalista, mas sim um espaço onde se reproduzem consensos que favorecem a manutenção desse sistema.

Nesse sentido, é importante pensar a atuação profissional a partir da sua visão de totalidade, fomentando a formação de pensamento crítico dos atores escolares. Uma possibilidade de fortalecimento de espaços mais democráticos é por meio do incentivo e fortalecimento dos Grêmios Estudantis, na perspectiva do protagonismo juvenil. Outra possibilidade profícua de atuação é por meio do desenvolvimento de projetos que possibilitem aprofundamento de temáticas tais como inclusão social, combate ao racismo e outras formas de preconceito; debate sobre o papel da mulher na sociedade etc. Esse trabalho demanda dedicação intensa para mobilizar os atores educacionais, muitas vezes sendo necessário fazer um trabalho de convencimento para os profissionais compreenderem a importância de se estabelecer determinados debates no ambiente escolar.

Assim, conforme Martins (2012, p. 254),

Potencializar ações que visem mobilizar a organização dos sujeitos coletivos representa ampliar as bases de legitimação de um projeto contra-hegemônico a favor dos interesses da maioria. É sabido que os espaços de participação popular existentes nas instituições públicas — no caso da educação, os conselhos de escolas, grêmios estudantis, associações de pais e



mestres —, não estão definidos a priori, são espaços a serem conquistados, que podem traduzir experiências democráticas, de partilha de poder ou experiências autoritárias.

Atualmente, as demandas colocadas aos profissionais do NAE tanto pela escola quanto pelos órgãos gestores, estão atreladas as intervenções focadas na questão socioemocional, em que os olhares da escola estão voltados para o profissional de psicologia, em busca de resolução dos problemas focalizada nos sujeitos e não no contexto social. Essa realidade leva o profissional de Serviço Social a uma posição de defesa de intervenções para além dessa focalização, o que pressupõe trabalhar numa perspectiva de totalidade, incluindo outros atores, tais como a rede socioassistencial e a própria família, além de um olhar e de uma intervenção voltados para a preservação dos direitos do aluno, o que demanda mais do profissional, bem como das equipes gestoras e pedagógicas.

O PAPEL EDUCATIVO DO ASSISTENTE SOCIAL

De acordo com o documento consolidado pelo Ponto Focal da SRE Almenara e pelas equipes NAE dessa circunscrição, no final de 2022, o NAE atendeu, de forma coletiva, um quantitativo de aproximadamente 8.069 estudantes com ações voltadas às campanhas de sensibilização e conscientização sobre temáticas prioritárias para o espaço escolar, visando à prevenção. Entre essas campanhas destacam-se Maio Laranja, Setembro Amarelo, Violência contra Mulher e Bullying. Além disso, foram coletadas informações para diagnóstico escolar de 420 pessoas, incluindo Especialistas de Educação Básica (EEB) e líderes de turmas, bem como foram realizadas reuniões de planejamento e alinhamento com quantitativo de 80 profissionais, sendo estes especialistas e diretores escolares.

Levando-se em consideração esses dados, é importante pontuar sobre o papel educativo do assistente social, que pode contribuir para “um alargamento da consciência social crítica nos espaços educacionais, para atender as necessidades e interesses das classes menos favorecidas” (Martins, 2012). Nesse sentido, Iamamoto (1998) afirma que o assistente social se coloca, portanto, como um

[...] intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas na ação de consenso na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituinte: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social. (Iamamoto, 1998, p.48).



No campo da educação, portanto, essa dimensão se manifesta, por meio da troca de conhecimentos, escuta ativa e debates, em que diferentes percepções de mundo são analisadas, questionadas e ressignificadas. Como afirma Lessa (2013, p. 114):

A dimensão educativa de nossa prática nos espaços onde atuamos é visível e fundamental, visto que nossa ação vem sempre acompanhada da palavra, da informação, da troca, da escuta apurada (que deve ser crítica e solidária), do debate, situações em que percepções de mundo são difundidas, analisadas, questionadas. Esta importante característica política e educativa de nossa intervenção profissional se faz presente, como não poderia deixar de ser, também no campo da educação.

Deste modo, ao atuar nesse contexto, o/a assistente social, além de orientar e informar, contribui para o desenvolvimento crítico dos sujeitos atendidos, promovendo reflexões sobre suas condições de vida, reprodução das relações sociais e exercício da cidadania, estimulando os usuários da política de educação a se reconhecerem como sujeitos histórico-sociais. Tal dimensão não se limita à transmissão de informações, mas se concretiza como um processo dialógico e transformador, alinhado com os princípios ético-políticos da profissão e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Contudo, é necessário reconhecer que essa atuação não ocorre em um vácuo histórico ou político. As práticas profissionais estão inseridas em um contexto de sociabilidade capitalista, que impõe limites objetivos à efetivação dos direitos sociais, mercantiliza a vida e aprofunda as desigualdades. Dessa forma, ao invés de idealizar de forma ingênua o papel do/a assistente social, é fundamental compreender que o exercício profissional se dá em permanente tensão entre o projeto ético-político da profissão e as contradições estruturais da realidade.

Ainda assim, mesmo diante das amarras impostas pelo capital, o espaço da escola pode se constituir como um campo de disputas e possibilidades. Como defende Paulo Freire (1987), “*a leitura do mundo precede a leitura da palavra*”, ou seja, na educação, assim como em todos os espaços sócio-ocupacionais, nossa intervenção profissional deve partir da realidade concreta das pessoas, promovendo a consciência crítica e a ação coletiva para a transformação da realidade. É nesse movimento que se criam brechas para resistência e para reinvenção de práticas emancipadoras, ancoradas no nosso compromisso ético com a classe trabalhadora.



Para Martins (2012), essa dimensão educativa da prática profissional do/da assistente social fortalece o processo de organização de uma nova cultura na comunidade escolar, fundamentada nos princípios e valores do pensamento crítico-humanista, que corresponde ao projeto ético-político do serviço social e dos educadores que concebem a educação numa perspectiva crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os apontamentos realizados, é possível afirmar que seria extremamente relevante que a coordenação do Núcleo de Acolhimento Educacional fosse realizada por um profissional do Serviço Social e/ou da Psicologia, em razão dos debates necessários a uma intervenção mais alinhada ao Projeto Ético-Político do Assistente Social.

Conforme Almeida (2011), em publicação do CFESS:

A educação, como dimensão da vida social, encerra as contradições que particularizam a vida social. Portanto, se a educação, sob o prisma do capital, se converte em um conjunto de práticas sociais que contribuem para a internalização dos consensos necessários à reprodução ampliada deste sistema metabólico, também e a partir dessa dinâmica é que se instauram as possibilidades de construção histórica de uma educação emancipadora, cujas condições dependem de um amplo processo de universalização do trabalho e da educação como atividade humana auto-realizadora (Almeida *et. al.*, 2011).

Além disso, embora o Documento Orientador disponha que “para o trabalho de cada equipe, faz-se necessário a disponibilização de uma sala e equipamentos na escola-polo, imprescindíveis ao desenvolvimento do trabalho no núcleo de atuação destes profissionais” (Minas Gerais, 2022, p. 09), as condições de trabalho dos profissionais continuam aquém do preconizado. Muitos profissionais, ou não possuem local adequado para garantir condições de sigilo ao trabalho profissional, ou não possuem equipamentos e recursos necessários à natureza do trabalho. Além disso, a falta de transporte ou ajuda de custo para o deslocamento e/ou alimentação é uma realidade de todos os núcleos existentes no estado de Minas Gerais. Isso impacta diretamente no atendimento, especialmente nas escolas mais distantes ou localizadas em áreas rurais, que acabam recebendo uma assistência insuficiente ou nenhuma desses profissionais, que utilizam meios ou veículo próprio para se deslocarem.



No geral, observa-se uma desvalorização e sobrecarga dos profissionais da educação, que, não raro, demonstram uma exaustão e descrença nos projetos e iniciativas do governo e, conseqüentemente, nas ações e propostas desenvolvidas pelo NAE, refletindo, assim, no desgaste dos trabalhadores do NAE.

O debate do Serviço Social na educação é denso e exige um trabalho contínuo de estudo e pesquisa mais aprofundado, no sentido de compreender os entrelaçamentos que perpassam essa política, que se insere no cerne da luta de classes e é motor que, nos moldes atuais, impulsiona e legitima o Sistema Capitalista. Em entrevista para uma publicação do CRESS (2022), Martins afirma que

[...] o desafio da e do assistente social é encontrar estratégias para possibilitar a construção da contra-hegemonia nos espaços da política de educação e, para tal, é preciso potencializar o seu arcabouço de conhecimentos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político que elucidam a “escola” como espaço que pode possibilitar a construção de sujeitos históricos críticos, propositivos conhecedores dos seus direitos, mesmo com os limites reais da sociedade capitalista.

Nesse sentido, nota-se que há um caminho a ser trilhado pelo Serviço Social dentro dessa política, a partir da construção coletiva, tanto de debates e da produção de conhecimento teórico sobre as diversas expressões da questão social que se manifestam nesses espaços e os caminhos possíveis para a atuação profissional.

Consideramos que a partir da produção de conhecimento sobre essa nova realidade, poderão ser traçados novos rumos e novos caminhos para a prática profissional, seja a partir de tensionamento para mudanças nas legislações, seja no embasamento teórico para construção de estratégias de intervenção, no sentido de permitir que o profissional exerça de forma efetiva a sua “relativa autonomia” na condução da sua prática profissional e não se veja tão engessado pelas requisições institucionais, que por vezes destoam do seu efetivo papel enquanto profissional da educação.

Em 2025, o MEC, em parceria com órgãos representantes das categorias profissionais, como o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e o Conselho Federal de Psicologia - CFP, elaborou orientações voltadas para a atuação do/a assistente social e do/a profissional de psicologia na Política de Educação, demonstrando um amadurecimento das possibilidades de intervenção. Esse processo de produção e reflexão é fundamental, pois os ambientes educacionais, embora repletos de possibilidades, ainda apresentam poucos espaços efetivos para o debate e para a construção de



consciência de classe, refletindo, portanto, a hegemonia de um projeto capitalista. Contudo, ao compreendermos a atuação do assistente social como prática voltada à emancipação humana e ao direcionamento de outro projeto profissional, é preciso construir esses espaços, embora o caminho ainda seja inóspito.

Em entrevista ao CRESS/MG em 2025, Martins afirma que “uma forma de avançar é fortalecendo as articulações com os órgãos representativos da categoria profissional das educadoras e educadores e também com os movimentos sociais que lutam pela educação pública, laica e de qualidade socialmente referendada”.

Nesta perspectiva, a autora reforça o necessário fortalecimento da categoria no que se refere à promoção de eventos que discutam a atuação dos/as assistentes sociais na educação básica, o que possibilitará a criação de espaços para a troca de conhecimentos e estratégias de luta. Ademais, é fundamental estabelecer um contato direto com educadores e educadoras da educação básica em eventos regionais, com o intuito de “apresentar” as áreas do Serviço Social e da Psicologia, esclarecendo o verdadeiro papel dessas profissões nesse contexto.

É evidente que os educadores e educadoras desempenham um papel central na política educacional, enquanto assistentes sociais e psicólogos atuam como aliados no enfrentamento das desigualdades sociais e educacionais, viabilizando a garantia do acesso e da permanência dos estudantes e suas famílias, a promoção da democratização da gestão e a melhoria da qualidade da educação.

Além disso, o desconhecimento do fazer profissional do assistente social pelos demais profissionais da educação reflete na imagem social da profissão, que historicamente foi construída, em torno de uma prática fiscalizadora, superada pelo Serviço Social no processo de ruptura e reconceitualização da profissão. No cotidiano escolar, muitas vezes somos chamados a atender demandas que nos posicionam como meros executores de políticas de fiscalização ou de gestores das carências institucionais.

Essa realidade decorre da urgência por respostas imediatas, que dificultam o processo analítico e reflexivo necessário para uma intervenção qualificada. Portanto, a articulação entre Serviço Social e educação deve ser fundamentada em uma concepção que reconheça as particularidades da classe trabalhadora e busque transformar as condições sociais atuais, promovendo



uma educação que não apenas forme, mas que também emancipe todos os atores envolvidos no processo educativo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. de, *et. al.* “Apontamentos sobre a Política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais”. In: **CFESS: Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília, 2011. Disponível em <<https://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: 03 de mai. de 2025.

_____. CFESS/CRESS. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Gestão tempo de luta e resistência: 2011-2014. Disponível em <https://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 03 de mai. de 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 03 de mai. de 2025.

_____. **LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 7ª edição, atualizada até agosto de 2023. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf>. Acesso em: 13 de mar. de 2025.

_____. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113935.html>. Acesso em: 03 de mai. de 2025.

_____. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm. Acesso em: 10 de mar. de 2025.

BRAZ, Marcelo. Projeto ético-político e lutas sociais: história e processo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e Silva (org.). **Congresso da virada e o serviço social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez, 2019.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Bandeiras de Luta do Conjunto CFESS-CRESS**. Brasília, 2020. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/FolderBandeiradeLutas-Livreto.pdf>>. Acesso em: 03 de mai. de 2025.



_____. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução CFESS 273, de 13 de março de 1993.** Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Disponível em <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 03 de mai. de 2025.

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **A inclusão de psicólogos e assistentes sociais na LDB descaracteriza e afronta a profissão dos/as trabalhadores/as em educação.** Publicado: 24 novembro, 2023 - 16h46. Disponível em <<https://cnte.org.br/noticias/a-inclusao-de-psicologos-e-assistentes-sociais-na-ldb-descaracteriza-e-afronta-a-profissao-dos-as-trabalhadores-as-em-educacao-bd05>>. Acesso em: 10 de mar. de 2025.

CRESS-MG. **Nota pública:** Assistentes Sociais e Psicólogas(os) são trabalhadoras(es) da Educação e lutam pelo Financiamento que garanta uma Educação pública de qualidade. Publicado em 28/11/2023. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000100005>>. Acesso em: 05 de mai. de 2025.

_____. **Entre avanços custosos e a iminência de retrocessos, quais são os possíveis caminhos para a atuação profissional na Educação?** Série: Assistentes Sociais na Educação. 2022. Disponível em <<https://www.cress-mg.org.br/2022/02/01/assistentes-sociais-na-educacao-leia-ultima-materia-da-serie-sobre-atuacao-profissional-nesta-area/>>. Acesso em: 05 de mai. de 2025.

IAMAMOTO, M. V.. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

LESSA, S. E. C. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 113, p. 106-130, jan./mar. 2013.

MARTINS, E. B. C. **Educação e serviço social:** elo para a construção da cidadania. São Paulo: Editora UNESP. 2012. 277 p. ISBN 978-85-3930-243-7. Disponível em <<https://static.scielo.org/scielobooks/d4swh/pdf/martins-9788539302437.pdf>>. Acesso em: 03 de mai. de 2025.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Educação: SEE/MG. **Núcleo de Acolhimento Educacional:** Atuação de psicólogo e assistente social. 2022. Disponível em <<https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/PSICOLOGO%20E%20ASSISTENTE%20SOCIAL%20NA%20SEE.pdf>>. Acesso em: 03 de mai. de 2025.

SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DEBATE CRÍTICO FRENTE ÀS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

ADRIANA RAMOS¹

JUAN CARLOS SIQUEIRA CARDOSO²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar alguns dos desafios postos ao Serviço Social brasileiro, frente às tendências conservadoras na relação com o projeto ético-político, a partir de modificações ocorridas na sociedade brasileira nos anos de 2018. Para isso, são abordados os constituintes históricos frente à potencialização da emergência da extrema-direita ao poder. Em vista disso, apresenta-se o conceito sobre o conservadorismo, o poder das mídias sociais e a capilaridade de argumentos conservadores, e suas incidências que caminham na direção contrária ao processo crítico do Serviço Social brasileiro. Por fim, colocam-se questionamentos sobre a direção estratégica assumida pela categoria no sentido de refletir qual a potencialidade deste projeto profissional.

Palavras-chaves: Serviço social, conservadorismo, projeto ético-político.

ABSTRACT: This article aims to present some of the challenges posed to Brazilian Social Work, in the face of conservative tendencies in relation to the ethical-political project, based on changes that occurred in Brazilian society in the years 2018. To this end, the socio-historical constituents in the face of the potentiation of the emergence of the extreme right to power are addressed. In view of this, the concept of conservatism, the power of social media and capillarity of conservative arguments, and theirs conservative incidents that go in the opposite direction to the critical process of Brazilian Social Work.. Finally, questions are raised about the strategic social direction assumed by Social Work in order to reflect on the potentiality of this professional project.

Keywords: Social work; conservatism; political ethical Project.

INTRODUÇÃO

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora Associada do curso de graduação e Pós-Graduação de Serviço Social de Niterói da Universidade Federal Fluminense (UFF), líder pelo CNPQ do Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS) coordenadora do projeto “Conservadorismo e Serviço Social: as influências contemporâneas no processo de produção do conhecimento e no trabalho profissional”. E-mail: adriana.ramos.4791@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1988717802364396>.

² Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); bolsista de Iniciação Científica do CNPq no Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS) orientado pela Profa. Dra. Adriana Ramos no projeto Conservadorismo e Serviço Social: as influências contemporâneas no processo de produção do conhecimento e no trabalho profissional. E-mail: juansiqueira5678@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1620887387386379>.



As reflexões que se seguem são produto da pesquisa intitulada Conservadorismo e Serviço Social: “As influências contemporâneas no processo de produção do conhecimento e no trabalho profissional” realizada pelo Núcleo de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social (NEFSS) que tem como objetivo compreender em até que ponto no Serviço Social brasileiro há uma permeabilidade, no campo da produção do conhecimento, de tendências conservadoras. Para que possamos pensar acerca da produção do conhecimento, e aqui particularmente, é necessário situá-lo num determinado contexto social, político, econômico e cultural no qual se encontra inserido. Portanto, pontua-se na perspectiva da construção de uma sociedade burguesa frente às instabilidades capitalistas, orgânicas a sua própria natureza, que coadunam com as dinâmicas repressivas e contraditórias desse mesmo sistema.

É nesse sentido que, historicamente, o conhecimento científico nunca performou um lugar de neutralidade dentro da conformidade burguesa. No caso das Ciências Sociais, por exemplo, é válido ressaltar que esse conhecimento se expressa como um objeto de disputa de interesses, fundado nas contradições forjadas pelas relações de produção e reprodução social. Isto é, a fundamentação das bases históricas estudadas pelas áreas das Ciências Sociais, trazidas aqui nas suas particularidades, como área do conhecimento na qual se insere o Serviço Social, se dá necessariamente no bojo do capitalismo industrial, entre os séculos XVIII e XIX. O que fomenta a construção e proposição de frentes como o Positivismo, que em sua estrutura possui uma perspectiva acrítica e a-histórica frente às dinâmicas capitalistas que possuem como um de seus eixos centrais, a questão das desigualdades sociais, políticas e econômicas. Ou seja, tais ciências ocuparam o lugar da racionalidade, no sentido da criação de um discurso e justificativa, para legitimar a permanência da burguesia no poder.

Portanto, esta conjuntura se constitui como o alicerce de base científica e que se expressa no campo da produção do conhecimento e do saber científico, fundamental para a garantia da estrutura que aqui trataremos: o pensamento conservador. Considerando que, “[...] o pensamento conservador é uma expressão cultural [...] particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito preciso: *o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa* [...]” (Escorsim Netto, 2011, p. 40-41, grifos da autora). Na sua gênese, é o pensamento que valoriza o passado, suas instituições representantes e que apresenta



uma reação refratária a qualquer tipo de ideias de transformação social, sobretudo aquelas fundadas pelo Iluminismo que fazem a ruptura com um passado feudal.

Assim, se é contrário aos ideários iluministas, por consequência será contra a racionalidade e as ideias progressistas, que se instauram nesse período. “Com essa operação reificada, [se] elabora mais um pilar duradouro do conservadorismo: a negação da razão e a entronização de uma concepção pragmática, imediatista, de ação e pensamento.” (Souza, 2015, p.369).

Após a revolução de 1848, identifica-se que já não havia mais apenas uma frente de luta burguesa, mas a supressão das demandas da classe operária que almejava a sua participação efetiva nessa divisão sócio-política. Sob esse expoente, a caracterização de uma classe revolucionária, traço que marca a burguesia na sua gênese, perde espaço para uma classe conservadora - lida como reacionária - que tenciona as proposições críticas, que não surgem espontaneamente ao longo da história, mas são resultados pela práxis sócio-histórica do próprio capitalismo. Não tão longe dessa mediação, o pensamento irracional toma o cerne das constituintes de uma classe, quando da sua tomada de poder político, que fora revolucionária e transita para um cariz conservador.

Este pensamento envolve o entendimento da naturalização das desigualdades sociais, considerando que essas são parte da ordem natural das coisas, que já está dada e que não é passível de alterações, homogeneizando-as no bojo das contradições das relações sociais. Como já sinalizado, notadamente a partir da revolução de 1848, a burguesia com receio de perda de seu poder, necessita de determinados fundamentos no campo científico, que justifiquem, mantenham e a legitimem como classe economicamente dirigente na sociedade capitalista. Neste escopo é que as Ciências Sociais são construídas e elas se configuram como o substrato ideopolítico e teórico da sociedade burguesa. Isto reafirma a “[...] vinculação histórico-genética entre o pensamento conservador e as ciências sociais [...]” (Escorsim Netto, 2011, p. 17).

Conforme a processualidade histórica, esse pensamento conservador também sofrerá mudanças aparentes sem que se altere, efetivamente a sua essência, já que “a característica mais imediata do conservadorismo contemporâneo [...] consiste em que ele não se apresenta como conservadorismo e, portanto, oculta e escamoteia sua raiz e conteúdos conservadores” (Escorsim Netto, 2011, p. 16). Seu



núcleo duro se mantém na conservação da ordem subsidiada em valores que não são compatíveis com os avanços da modernidade, sobretudo com os democráticos, alcançados em grande parte do mundo atual. Seu caráter antirrevolucionário também é mantido defendendo o padrão de formas de ser e de pensar da sociabilidade burguesa que tem seu substrato na irracionalidade e na razão miserável, indicando a forte presença do imediatismo e do pragmatismo como fonte de leitura da realidade social.

O PENSAMENTO CONSERVADOR E SUA RELAÇÃO COM A PROFISSÃO

Mediante as interlocuções vividas já em sua fase de capitalismo monopolista, a emergência do Serviço Social, no cenário internacional, se dá necessariamente entre o pensamento conservador, a necessidade de profissões que “lidem” com as ‘expressões da questão social’ e o Estado com caráter interventor no âmbito social, através das políticas sociais. Na realidade brasileira, é perante a esse campo, de mobilização estatal e dos interesses da classe economicamente dirigente (burguesia agrária e industrial) e da interlocução direta com a Igreja Católica, que emerge a profissão numa nítida necessidade do capital, no sentido de conter a organização e mobilização política da classe trabalhadora.

A condução de uma nova profissão, naquele momento, e estamos falando da conjuntura dos anos de 1930, com um perfil que se aglutina aos princípios essenciais do capitalismo e a relação direta de controle social, fez-se um pilar central para as mediações dessas relações que em sua base sustentam este sistema. A Doutrina Social da Igreja Católica será o referencial que absorve novas formas de se apresentar, sendo subsidiada pelo pensamento filosófico de São Tomás de Aquino, que tem como aporte, os princípios da dignidade humana e do bem comum. É em relação a esse cenário que o Brasil experimenta a chegada do Serviço Social em seu território nos anos de 1930 atrelado a experiência europeia e aos princípios católicos, daí seu arranjo teórico doutrinário.

Partindo destas breves considerações, identifica-se que a profissão apresenta em sua gênese, uma relação intrínseca com o pensamento conservador. Não somente porque é ele quem subsidia sua intervenção profissional, mas porque está organicamente vinculado ao próprio padrão de sociabilidade burguesa, como vimos anteriormente. A inflexão no Serviço Social brasileiro, somente será possibilitada



a partir de um processo compreendido na sua totalidade: o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, ocorrido em 1965. A conjuntura desta época tem capilaridade para a construção de uma perspectiva propriamente progressista e crítica à frente conservadora. É importante lembrar que esse movimento se caracterizava por uma contraposição ao que se chamava de Serviço Social tradicional, ou seja, aquele vinculado à herança conservadora. Portanto, nesse contexto histórico das décadas de 1960 a 1970, na análise de Netto (2005), nos países em que o Serviço Social já estava consolidado como categoria profissional, o desgaste do modelo “tradicional”³ é propiciado pela conjuntura global demarcada pela crise dos países de capitalismo central e periféricos.

Essa dinâmica faz com que o Serviço Social se aproxime de literaturas provenientes de vertentes mais críticas das Ciências Sociais, com destaque aos textos considerados marxistas. Essa apropriação, ainda que tenha se dado de forma enviesada, é que possibilitou a emergência da perspectiva crítica no interior do Serviço Social, coordenada pela vanguarda profissional. Na realidade brasileira, o movimento de reconceituação apresenta uma expressão denominada de processo de renovação do Serviço Social brasileiro (Netto, 2024), onde estarão convivendo perspectivas conservadoras e marxistas, sendo estas últimas vinculadas à “intenção de ruptura” (Netto, 1991). Neste cenário, o Serviço Social brasileiro avançou na perspectiva mais crítica modificando sua forma de análise da realidade social e do significado social da profissão.

O marco histórico entre o conservadorismo e sua ruptura se dá na relação em que a categoria profissional de assistentes sociais brasileiros vivenciou no ano de 1979, no chamado III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS) ou “Congresso da Virada”. Este momento foi responsável pelo evidente posicionamento disruptivo dos profissionais frente às nuances antidemocráticas e retroalimentadoras de um sistema que carece de um debate com viés crítico, interventivo e propositivo que se intermediou numa relação conjuntural oriunda de países de capitalismo central e uma lógica reguladora e justificável para as mazelas da sociedade. Esse Congresso se configura como um divisor de águas para o Serviço Social brasileiro na medida em que rompe com o conservadorismo na profissão em

³ Entende-se como tradicional a ação do Serviço Social alinhada aos princípios burgueses, atividades de cunho psicologizante da profissão e a acriticidade estrutural subsidiados pelas perspectivas da Fenomenologia e do Positivismo.



favor de uma renovação histórico-crítica vinculada a defesa dos interesses da classe trabalhadora, contestando perspectivas endógenas na análise da profissão. Desta forma é construído um Serviço Social que questiona a base conservadora da profissão e indica outra referencialidade no campo teórico-metodológico fundamentada no campo da tradição marxista e no método do materialismo histórico dialético. Para que possamos compreender como tais tendências retornam à profissão, é necessário um breve mapeamento acerca da conjuntura social, política e econômica brasileira.

O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO BRASILEIRO E O REASCENSO DO CONSERVADORISMO: OS ANOS DE 2018 A 2022

Apesar da frente democrática e da ampliação dos direitos sociais, vivenciadas sobretudo nos anos de 1980 no Brasil, após o período ditatorial, as crises cíclicas do capital, tensionam a retomada do viés conservador. É nessa análise que o pós-golpe do Governo Dilma (2016), anuncia a derrocada da “esquerda” e o despertar de vertentes conservadoras - aparentemente - “adormecidas”. Esse momento histórico é frutífero para propiciar a eleição de Jair Bolsonaro como presidente da República no ano de 2018.

Para se pensar a conjuntura do período de 2018 a 2022, no qual consideramos que há uma potencialização das tendências conservadoras na sociedade brasileira, faz-se necessário um breve resgate acerca do solo fértil que irá possibilitar a produção de perspectivas conservadoras nesse contexto. Particularmente a partir dos anos 2016, a sociedade brasileira atravessa um período de expressivas modificações no âmbito econômico, político e social. Após treze anos dos governos petistas, esse período é findado com o golpe da presidente Dilma Rousseff que se reverbera numa ofensiva reacionária e conservadora. Esta é direcionada na contramão dos interesses dos diversos segmentos da classe trabalhadora brasileira, rompendo com um possível pacto de coalizão entre as classes.

Com o governo ilegítimo de Michel Temer (2016), que se engendra na sociedade brasileira a partir de um conjunto de proposições oriundas do que se denomina “nova direita”, inaugura-se uma outra conjuntura, onde emerge a crença em teorias conspiratórias, na medida em que oculta os conflitos sociais.



Também se caracteriza pelo avanço do pensamento conservador, questionando dimensões caras à democracia e seus sujeitos políticos, contribuindo para a construção de um conjunto de políticas que sejam funcionais a lógica do capital (Yazbek; Degenszajn; Paz, 2019). Como um dos desdobramentos conjunturais, tem-se a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, para a presidência do Brasil, como sua expressão maior.

Esse cenário se recrudesce pois identifica-se que esse governo se sustenta num ultraneoliberalismo articulado às forças políticas autocráticas, o que fortalece a defesa de interesses de determinadas frações da elite burguesa, economicamente dirigentes. As ações adotadas, afinadas com os organismos multilaterais, retrocedem em massa os direitos sociais e trabalhistas, acentuando-se a pauta de privatização e o desfinanciamento das políticas sociais. O ajuste fiscal já em curso se potencializa e se tem uma exponenciação da contrarreforma do Estado e esses processos se respaldam em ações que se tornam favorecedoras dos interesses dos capitais internacionais aliados ao do empresariado nacional, articulados com as pautas normativas das instituições multilaterais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Assiste-se um apelo a determinados valores e princípios muito ao gosto de tendências conservadoras que esvaziam os conteúdos políticos, desistoricizando a política em sua processualidade e contradições, em troca da construção das verdades a partir da empiria e do pragmatismo, onde cada um tem a sua verdade e liberdade de expressão sem que tal questão tenha uma conexão com o coletivo. O ascenso de Bolsonaro ao poder, marca a chegada de uma extrema direita, que na realidade se vincula a uma tendência mundial, quando se analisa a totalidade de processos de governos internacionais que avançam na perspectiva da direita e da extrema direita.

No escopo político articulado ao campo das relações sociais, apresentam-se tendências ao autoritarismo, a pouca afeição às perspectivas democráticas e, portanto, à participação popular, ratificando o histórico horror que as classes dominantes brasileiras têm da participação das massas na política. Esse cenário é constituído por pensamentos antiprogressistas, que caminham na direção contrária dos princípios democráticos, portanto antidemocráticos e se configuram como uma nova onda conservadora que certamente impacta a profissão. Portanto,



nesse âmbito, vivemos tempos de ofensiva conservadora, de avanço do irracionalismo, do obscurantismo de ameaças à democracia e de redução dos direitos, tempos de regressão conservadora que se expressa no avanço da defesa das instituições tradicionais, na naturalização da desigualdade, no acirramento dos preconceitos, no racismo, no feminicídio, na homofobia e na criminalização dos movimentos sociais, entre outros aspectos (Yazbek, 2020, p.299).

No que se refere ao Serviço Social, afirmando que há na profissão um caráter histórico e político que é engendrado a partir da incidência do conjunto de relações econômicas, políticas, sociais, culturais e de sua necessidade social, o pressuposto necessário é entendê-la como um produto histórico inserido nos processos de produção e reprodução das relações sociais capitalistas (Yazbek, 2020). Ou seja, como uma profissão orgânica e historicamente vinculada ao conservadorismo e por essa particularidade identifica-se que a conjuntura descrita, propicia condições favorecedoras para a intensificação de disputas relacionadas aos projetos de profissão com tendências conservadoras, que tensionam o projeto hegemônico, o projeto ético-político de bases democráticas e progressistas

Articulado a esse cenário, amplia-se a utilização exacerbada de recursos tecnológicos, sobretudo através das mídias sociais que “funcionam” como um dos mecanismos produzidos pela lógica do capital, de expansão de seu ideário, de suas formas de ser e pensar construídas social e historicamente. E, será através dessas mídias que diversos pensamentos e ideias se disseminam, arena esta onde os desafios para profissão também serão colocados.

A POTENCIALIDADE DAS MÍDIAS SOCIAIS PARA A EXPANSÃO DO CONSERVADORISMO

Os pilares de sustentação de uma sociedade que agudiza as relações sociais que permeiam as desigualdades nos moldes capitalistas, em seu âmago, necessitam de mediações intermitentes. Essa conjuntura conservadora ganha fôlego no espraiamento de pensamentos e referencialidades que perdem o seu perfil clássico e aglutinam uma nova conjuntura moderna (Souza, 2015). E essa compreensão se dá nas potencialidades dos meios de comunicação que subsidiam a relação intrínseca entre a manutenção da normalidade e banalização das ‘expressões da questão social’.



Sites como o Facebook e o YouTube são plataformas⁴ que possuem um grande alcance midiático e instantâneo para todos os perfis de usuários. E paralelamente a esse grande poder, não há um afastamento ou vigilância efetiva das milhares de publicações que possam disseminar as chamadas *fake news* (notícias falsas) ou propagação de conteúdos de extrema-direita que firam os direitos humanos, por exemplo. Esses dispositivos refletem um cotidiano que não está isento das agruras do sistema capitalista e suas constantes crises, na medida que propaga seus valores. Tampouco esses sites exercem uma leitura que se desvencilha da lógica burguesa capitalista. Essa realidade deve ser analisada na sua complexidade, nas suas contradições e não no nível do fragmentário e do efêmero, que passa a ser o mais relevante nos dias atuais. Sem necessidade de uma prévia avaliação ou um comitê de ética, por exemplo, canais de comunicação como o Facebook, YouTube e Instagram, tornaram-se meios de propagação de diversas ideias. Esses espaços possibilitam o compartilhamento de pensamentos, de forma aligeirada, que se confluem entre os participantes, ou seja, as redes sociais tornam-se espaços de debate ainda que sejam realizados de forma superficial.

A questão sobre as redes sociais (sua existência e formas de utilização), torna-se relevante na medida em que na pesquisa realizada, um número significativo de materiais sobre o Serviço Social foram localizados. Materiais esses que contêm nitidamente perspectivas conservadoras que inclusive defendem a construção de uma “nova profissão de Serviço Social”. Dessa forma, o texto publicizado por Oliveira (2017) que problematizaremos na sequência de nossa análise, está disponibilizado na página do Facebook e é chamado de “Serviço Social Libertário”⁵, que contém, segundo sua afirmativa, uma nova proposta para o Serviço Social. Esse conteúdo fomenta entre os autodenominados interessados, debates que em sua aparência propõem a ampliação de uma discussão na construção de uma categoria profissional que seja de fato “livre”. Todavia, é na busca da reconstituição de suas raízes e entrelaçamento nos aportes

⁴ Apesar de uma perspectiva crítica sobre a utilização destas plataformas, não estamos em momento algum rechaçando o uso da tecnologia, ou tendo uma visão dualista, pois reconhecemos a importância dos avanços tecnológicos para toda a sociedade. Mas aqui destaca-se que exatamente, por guardar o caráter contraditório desta sociedade, as mídias sociais também podem ser utilizadas de forma equivocada, daí deriva a necessidade de uma regulamentação para suas ações.

⁵ Após leituras sobre a concepção de profissão defendida por esse autor, concluímos que Serviço Social Libertário, as “23 teses” e Serviço Social Clínico são denominações distintas para o mesmo projeto de profissão por ele defendido.



políticos que o conservadorismo adota sua expressividade e alcança novos eixos. Em termos de ideias inéditas, frente às novas possibilidades tecnológicas, o pensamento conservador “[...] possui a mais ampla adesão aos meios midiáticos e colabora para a propagação cada vez maior do seu ideário (Silva, 2022, p. 107)”.

Para além da produção física/textual, Oliveira (2017) utiliza de meios virtuais, como os vídeos, para disseminar sua leitura acerca da atual conjuntura do Serviço Social. Em seu canal do YouTube, Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico (SOBSSC), o autor se propõe a explicar a capilaridade dessa proposta na atual conjuntura brasileira sobre o “Serviço Social Clínico”⁶ no Brasil: O que é e o que não é”. Portanto torna-se necessária a reflexão crítica acerca das propostas que o autor apresenta se utilizando dessas mídias sociais, onde defende que o Serviço Social brasileiro está obsoleto em sua forma de ser e de pensar.

TENDÊNCIAS CONSERVADORAS NO SERVIÇO SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES NECESSÁRIAS

As reflexões trazidas neste item foram extraídas da pesquisa realizada com o objetivo de identificar em que medida, na produção de conhecimento da profissão, há tendências conservadoras. Do conjunto de materiais que foram analisados⁷, se destacam as produções de Oliveira (2017; 2020) que de forma muito explícita, defende uma “refundação do Serviço Social Brasileiro”. Esta proposta para a profissão, será nosso objeto de análise e problematizações⁸ nesse item.

⁶ A publicação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) da resolução Nº 569, de 25 de março de 2010 com a Ementa: Dispõe sobre a VEDAÇÃO da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social, estabelece que essa forma de intervenção profissional, não é de competência do assistente social. Esse debate, inclusive, já foi superado no interior da profissão que atualmente defende um Serviço Social crítico, propositivo, reflexivo que defende valores democráticos e progressistas.

⁷ Os textos pesquisados, compreendendo o período de 2018 a 2022, foram selecionados das revistas da área de ampla circulação e acesso no Serviço Social: *Temporalis*, *Ser Social*, *Libertas*, *O social em questão*, *Argumentum*, *Serviço Social e Sociedade* e *Katalysis*, contando com 9 dissertações e 1 tese de doutorado, além de cinco *lives* disponíveis no canal do *YouTube*, todas com a presença do professor Edson Oliveira, além do livro “Serviço Social para corajosos: entre falácias, mitos e realidade carne e osso”. Os descritores utilizados foram: serviço social; projeto ético-político; conservadorismo.

⁸ Neste texto elaboramos, a partir de nossa pesquisa, uma análise crítica sobre o conjunto de materiais produzidos pelo autor, mas é importante considerar, que nossas problematizações se expressam no campo do debate respeitoso, reconhecendo a trajetória deste profissional.



Nomeada como “23 Teses pela Reforma do Serviço Social brasileiro: Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante”⁹ (as 23 Teses, como vem sendo chamada), Oliveira (2017)¹⁰ constrói, em suas palavras, um manifesto pela retomada da profissão de assistente social sem militância, ideologias, e sem que se configure como uma profissão militante político-partidária. Nesse texto, que, de acordo com Oliveira, possui um caráter introdutório, ele argumenta que

Essa concretização [de mudar o Serviço Social] só será possível a partir do acesso a conhecimentos, serviços e estratégias objetivas e não apenas ideológicas e idealistas, para o enfrentamento das agruras de nosso tempo, de modo profissional, pautado na capacidade de uma *práxis* (agir pensado) e de uma *pragma* (ação efetuada) e isso por meio de uma abordagem praxipragmalógica (investigação da ação pensada sobre a realidade para proposição inovadora e efetiva consolidando assim a intervenção na realidade), que vai além do mero discurso utópico ilusório e, portanto, um pensar com um agir profissional objetivo, claro e congruente (Oliveira, 2017, p.1).

Nesta citação se expressa a ideia do autor sobre a profissão, ou seja, pondera que é necessária uma mudança para que se torne efetiva a atuação profissional que deve ser afastada de “estratégias ideológicas e idealistas” e se tornar mais concreta. Mas, se lidamos com uma população extremamente pauperizada, no contexto dos espaços sócio-ocupacionais, na oferta de serviço sociais, o que há de ideológico nisso? O trabalho profissional se manifesta na realidade concreta, na vida dos usuários que são atendidos e por mais que as políticas públicas estejam precarizadas, ainda assim são pensadas formas de atendimento das demandas sociais dos estratos mais empobrecidos da classe trabalhadora. Na sequência Oliveira (2017) afirma:

A visão aqui apresentada é de um Serviço Social como uma profissão, que é tacitamente diferente de militância política-partidária-ideológica e de movimentos sociais, ou sindicatos, ativismo social, atividades as quais têm natureza, identidade, objetivos e sentidos distintos de uma profissão. Logo, quem é formado nessa área, é considerado um profissional que deve mesclar a capacidade científica de produzir conhecimento para intervir na realidade e trazer resultados tangíveis e satisfatórios aos seus clientes, às organizações que os contratam e à sociedade que espera um profissional comprometido com o bem-estar, justiça e dignidade humana (Oliveira, 2017, p.2).

⁹ Em nossa pesquisa analisamos um conjunto expressivo de materiais produzidos pelo autor, mas pela natureza deste trabalho contemplaremos as linhas gerais de seu pensamento.

¹⁰ Para acessar maiores informações sobre este autor: <http://lattes.cnpq.br/7211302835649885>.



Essa defesa intransigente de uma nova organização do Serviço Social, ou como Oliveira propõe “um resgate da identidade”, é em sua real essência a construção de um pensar e fazer alinhado à lógica conservadora. E a fundamentação teórica proposta pelo autor se revela parte de um processo de retomada daquela que conduziu as primeiras ações profissionais. O autor defende a utilização de uma perspectiva vinculada a uma cosmovisão teórica metodológica oriunda das Ciências da Gestão e das Ciências Humanas e Naturais, que dialoga com o pragmatismo, a teoria geral de sistemas, entre outras. Essa percepção para a profissão representa um ecletismo teórico - aspecto vinculado a tendências conservadoras - que ao invés de subsidiar as análises críticas do Serviço Social reconhecendo as contradições no trabalho profissional, termina por ocultar ao invés de contribuir para o desvendamento da essência dos fenômenos sociais. Os valores apresentados pelo autor como dignidade humana, retoma para a profissão, o aspecto de benevolência e amor ao próximo, extremamente relacionado ao Serviço Social, como vimos anteriormente, influenciado pela Doutrina Social da Igreja, portanto, um pensamento que representa um retrocesso na cena contemporânea.

Nota-se então que a demanda por uma releitura do Serviço Social proposta pelo autor não condiciona uma abordagem com intuito de “revolucionar” a profissão de forma propositiva e contributiva, mas alicerçar sua atuação em perspectivas teóricas distintas da que confere a direção social estratégica do projeto profissional crítico. O campo da psicologização do indivíduo, também se faz presente ao se demonstrar uma preocupação com o “bem-estar” dos clientes, ocasionando um teorismo acrítico, esvaziado de uma racionalidade, o que particulariza o pensamento conservador. Na medida em que contém discussões relacionadas ao “fim da história”, a defesa de relações mercantis dentre outros elementos, não problematiza o conjunto de contradições estruturais do sistema capitalista que são o subsídio dessa sociedade. Esse movimento contribui para a construção de uma arma de conservação que se expressa em determinados conceitos presentes nas políticas públicas como: vulnerabilidade, justiça social, empoderamento, entre outros. (Boschetti, 2015, p. 647).

Oliveira (2017) defende um posicionamento de, atualmente, não haver uma “identidade profissional”, mas uma “identidade de classe”, e com essa afirmativa, apresenta alguns equívocos na sua compreensão. Esse tipo de leitura demonstra um desconhecimento acerca dos princípios básicos da



profissão, uma vez que a construção do Serviço Social se deu no seio de mudanças conjunturais da sociedade brasileira, em alinhamento com o conjunto das lutas políticas da classe trabalhadora. De acordo com Oliveira (2017, p.8) “isso ocorre pois se investe tempo e recursos em todas as causas e frentes das questões sociais do mundo, menos no campo profissional [...]”. Em síntese, essa defesa não possui apenas uma intencionalidade de reforma da categoria profissional, mas um posicionamento que demonstra uma total ausência de debates teóricos que expliquem as contradições da sociedade na qual estamos inseridos. A defesa de Oliveira (2017) sob uma perspectiva de uma produção alheia aos processos políticos e também de uma leitura social que não abarque as desigualdades sociais condizentes dessa forma de sociabilidade se condensam nas outras análises do autor.

Nessa conjuntura, sua postura frente às mudanças constituintes do atual perfil do Serviço Social enrijece ao ponto de associar o Congresso da Virada como “ações grotescas e violentas”. Ademais, conduz uma narrativa que incide na leitura da atual hegemonia como imposição de uma única vertente “teórica, filosófica, ideológica, política e partidária” (Oliveira, 2017, p.9). Esta “constatação” do autor contém uma ideia equivocada, pois a hegemonia prevê dissensos e consensos, debates políticos e não simplesmente algo imposto. Essa leitura enviesada não confere com o real conceito que prescinde a hegemonia, que é exatamente o reconhecimento de disputas no interior de projetos distintos entre si, e aqui particularmente, falamos do projeto de profissão.

Outra proposta do autor é a retomada, com novas configurações, do Serviço Social Clínico, identificado como uma inovação, pois se apresenta diferenciado daqueles pressupostos das décadas de 1940/1950, período em que a profissão adotava esse “modelo de intervenção”. A construção de seu argumento, está pautada na defesa de que o Serviço Social Clínico é uma tendência mundial, da qual, na sua ponderação, o Serviço Social brasileiro não pode estar alheio a esse momento. Entretanto, há um marco temporal que incide na derrocada dessa argumentação, porque de acordo com Netto (2005), a deflagração entre Serviço Social e o conservadorismo no contexto latino-americano, se dá, necessariamente, no reconhecimento do Movimento de Reconceituação no ano de 1965, processo esse que se dispôs a questionar o Serviço Social Tradicional, incluindo aí o Serviço Social Clínico.



Ainda na análise de Netto (2005), este processo em sua historicidade não pode ser entendido como hegemônico, uma vez que frentes conservadoras e reacionárias tendem a questionar a sua concretude, ao ponto de tentar extinguir o seu marco histórico. Enquanto isso, Oliveira (2020) constrói uma proposta “disruptiva” e alinhada ao cenário internacional, acena para a retomada conservadora acrítica na profissão, entendendo que sua perspectiva é a melhor para dar conta das questões contemporâneas que atravessam a profissão, pois o Serviço Social Clínico, atende a perspectiva do ser humano nas suas questões exclusivamente subjetivas, que na opinião do autor, devem ser trabalhadas pela profissão.

No avançar de suas colocações, aponta que, no debate atual do Serviço Social brasileiro há um movimento que tenta apagar as contribuições de Mary Richmond (1917) e seu protagonismo histórico no Serviço Social. O que precisa ser ponderado são as bases de sustentação do tipo de intervenção proposta pela autora, como em seu livro “Diagnóstico Social” (1917)¹¹, que já não contempla mais as formas de intervenção profissional subsidiadas numa perspectiva crítica. Para Oliveira (2020), é inconcebível a postura democrática apoiada na diversidade, e critica o Serviço Social por possuir um projeto ético-político que almeja instaurar o socialismo, comunismo, além de apoiar as minorias. Essa concepção reforça seu equívoco de leitura na compreensão da profissão, que ocorre de forma abstrata, sem considerar a dinâmica da realidade em sua processualidade histórica. E o fato que se refere ao projeto profissional estar comprometido com a construção de outra ordem societária, não significa, sem as mediações necessárias, que é um projeto comunista, até porque este se refere a uma profissão e não a uma sociedade, ainda que este projeto contenha uma visão de homem, mundo e por consequência, de sociedade.

Na concepção de sociedade, o autor se refere a construção de uma sociedade mais justa e digna com soluções (como se fosse viável, no sistema capitalista, solucionar as desigualdades sociais) para seus *clientes* através de *serviços dignos* (grifos nossos), ao invés de primar por uma sociedade emancipatória, sem exploração e opressão de classes. A partir disso exerce a crítica às formas de pensar e analisar oriundas do pensamento vinculado ao campo de tradição marxista, reivindicando para si, a empiria e o

¹¹ Traduzido para a língua portuguesa em 1950.



pragmatismo como forma de compreensão verdadeira da realidade, subsidiado pela teoria sistêmica. Este fato se desdobra num pensamento abstrato e reducionista de que a teoria social hegemônica no Serviço Social brasileiro, não dá conta do trabalho profissional, ratificando o equívoco de que a teoria em nada se relaciona com a prática. Ora, se entendemos a teoria como apreensão do movimento real do objeto, entende-se que ela é aproximativa em relação à dinamicidade deste mesmo objeto que é extraído da realidade social, constituída pela dinâmica histórica. Por outro lado, também é importante resgatar que a teoria social de Marx não foi elaborada para pensar uma profissão, e sim a essência da sociedade capitalista no bojo de suas contradições. Portanto, não é procedente a afirmativa de Oliveira (2017) de que o campo da tradição marxista não oferece subsídios teóricos para analisar o significado social da profissão, as relações contraditórias da sociabilidade burguesa, e como esses e outros elementos se configuram como o “chão” em que a profissão surge por uma necessidade social, num determinado período histórico. Nesse sentido, não há como retornar as elaborações de Mary Richmond, para a atualidade, uma vez que seus referenciais teóricos, e esses sim, não dão conta de explicar a realidade contemporânea nas suas mazelas sociais, que se expressam de formas mais deletérias nos países de capitalismo dependente periférico. Portanto as ‘expressões da questão social’, como produto histórico do capitalismo no bojo da luta de classes, se potencializam com o desenvolvimento das forças produtivas e se constituem sim como o âmbito de atuação do Assistente Social. Diferentemente da concepção de Oliveira (2017) que nega a “questão social” como objeto de trabalho da profissão e coloca que a centralidade do nosso trabalho profissional é no “ser humano em condição de vulnerabilidade social”.

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA DISPUTA COM AS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS

O debate acerca do projeto ético político do Serviço Social brasileiro, envolve a compreensão acerca do movimento da realidade social em suas contradições, a conjuntura social e política no qual ele é produzido. Portanto é fundamental identificar que esse projeto é produto de uma construção sócio-histórica da vanguarda profissional, de sujeitos coletivos que a partir da formação de uma massa crítica, propõem o rompimento com tendências conservadoras na profissão. Esse projeto se afina com um projeto



societário distinto do que está em curso, primando pela defesa da emancipação humana. Nesse sentido, esse projeto confere ao Serviço Social brasileiro uma perspectiva crítica de análise das contradições sociais, seu entendimento como uma profissão assalariada e, portanto, desconstruindo as posturas messiânicas que fizeram parte do discurso profissional, além de ser uma profissão que subsidia seu trabalho na lógica de defesa dos direitos sociais. Esse projeto contém a autoimagem da profissão, valores e princípios que defende, seu saber teórico e prático, além de regulações éticas normativas (Netto, 2024), considerando que “os projetos profissionais também [são] estruturas dinâmicas, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera [...]” (Netto, 2024, p.4).

As modificações pelas quais o Serviço Social, como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, como uma especialização do trabalho coletivo e que atua nas expressões da “questão social” através do conjunto das políticas sociais promovidas pelo Estado, no seu desenvolvimento sócio-histórico vem atravessando, são passíveis de análises, sem perder de vista que na contemporaneidade a análise de seus fundamentos se originam na matriz histórico-ontológica (Yazbek, 2020) e estão relacionadas a aproximação com a tradição marxista que subsidiará as reflexões e problematizações da profissão.

Este projeto, consolidado entre as décadas de 1980 e 1990, vem sendo constantemente tensionado se compreendemos que a profissão não é homogênea e, portanto, um campo de disputa de projetos de profissões. O que parece haver nesta quadra histórica é uma retomada do conservadorismo, sob “novas” expressões e daí derivam as influências conservadoras na profissão. Nesse sentido, identifica-se que ela vem sendo colocada a prova naquilo que lhe é mais caro: suas bases democráticas e progressistas que defendem, dentre outras questões, a necessidade de construção de direitos “[...] e outras mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais [...]” (Yazbek, 2020, p. 305).

A relevância desse projeto, é que ele permite o exercício de uma concepção crítica de sociedade, entendendo suas contradições, suas desigualdades, suas diversas formas de exploração e opressão que se refinam com o desenvolvimento sócio-histórico do capitalismo. Este projeto profissional contribui para



a compreensão do homem como sujeito histórico com a potencialidade de entender a classe trabalhadora como sujeito histórico da revolução e da transformação social. Por outro lado, nos permite reconhecer as correlações de força institucionais, as diferenças entre as demandas dos usuários e as da instituição, as possibilidades de criar alternativas de intervenção que estejam direcionadas para o atendimento das demandas dos usuários, a partir de nossa mediação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante tais ponderações, concluímos este breve artigo, na defesa da manutenção do projeto ético político, por considerar sua construção sócio-histórica e que seus conteúdos guardam uma relação maior, a partir da construção de determinadas mediações, com a teoria do campo da tradição marxista, extremamente válida para a leitura da contemporaneidade. Este é o referencial teórico que nos possibilita retirar a venda dos olhos e analisar criticamente esta sociedade na sua estrutura, na qual estamos imersos. É isto que esse referencial teórico nos possibilita, ser radical, ou seja, ir à raiz das expressões da questão social e compreendê-las na sua totalidade, entendendo que neste padrão de sociabilidade, elas não serão exterminadas, mas sim amenizadas. Daí a necessidade de assumirmos, como profissionais, uma leitura crítica da realidade social, investigando a essência dos fenômenos sociais, que diz respeito à dimensão investigativa da profissão. Aliás, as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, não podem ser compreendidas de forma apartada, mas sim de forma articulada, pois ainda que cada uma delas contenha uma particularidade, na relação entre elas, formam a totalidade da profissão e compõem o trabalho profissional. Portanto, este projeto confere materialidade a essa intervenção considerando que para que se execute uma ação (fazer profissional) é necessário que se tenha um referencial teórico que sustente esta mesma intervenção que guarda aspectos éticos, como princípios de escolha e daí deriva sua potencialidade política no sentido do exercício do poder, bem como sua questão normativa e regulamentar. Assim o exercício da profissão se fundamenta numa base com solidez teórica que nos qualifica para uma análise crítica e propositiva, pois a partir da análise do real, é viável que se construam estratégias de intervenção nesse mesmo real, no sentido de modificá-lo. Essa é uma



particularidade fundamental que possui o projeto ético-político, portanto se reconhece a sua contemporaneidade.

Este mesmo projeto, nos direciona para a construção de outra ordem societária, não ignorando que estamos em outra lógica: a da sociabilidade burguesa. Este projeto nos faz continuar a luta mais do que necessária (coletivamente articulados a outras categorias profissionais que compartilhem dessa perspectiva) contra as desigualdades sociais, a miséria e pobreza existentes em nosso país. Certamente há o entendimento de que como assistentes sociais, integramos a classe trabalhadora, não cabendo a nós a transformação social, mas compreendendo que o sujeito histórico da revolução é a classe trabalhadora. Logo, é para ela que prestamos nossos serviços com a qualidade que defendemos em nossas reflexões, ainda que tenhamos consciência, de que nessa sociedade, a miséria concreta e material assim como a razão miserável, não se extinguirão.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 124, 637-651, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.043>. Acesso em: 10 de abr. de 2024.

ESCORSIM NETTO, L. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Editora Cortez, (3ª edição), 1991.

_____. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-constru...> Acesso em: 18 de abr. de 2024.

_____. **O Movimento de Reconceituação**: 40 anos depois. *Revista Serviço Social e Sociedade*. nº 84. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, E. M. **23 teses pela reforma do Serviço Social brasileiro**: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. Paraná, 2017. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/499458877/23-Teses-Final-v6>>. Acesso em: 24 de abr. de 2024.

_____. **Serviço Social para corajosos**: entre falácias, mitos, e realidade carne e osso. Maringá: Editora Viseu, 2020.



SILVA, S. B. L. da. **Conservadorismo, pertencimento religioso e profissão:** o caso do Serviço Social. Tese Doutorado em Ciências da Religião, Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Universidade Católica de Pernambuco. Recife, Brasil, 2022.

SOUZA, J. M. A. de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.122, 199-223, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.020, 2015>. Acesso em: 03 de abr. de 2024.

YAZBEK, M. C., DEGENSZAJN, R. R. & PAZ, R. D. O. da. Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 134, 7-12, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.162>. Acesso em: 11 de abr. de 2024.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos do serviço social e o enfrentamento ao conservadorismo. **Revista Libertas**, v. 20, n.2, p. 293-306, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2020.v20.3>. Acesso em 14 de abr. de 2024.



ATUALIZAÇÃO ADMISITRATIVO-TECNOLÓGICA COM INCLUSÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL DO HOSPITAL MUNICIPAL PÚBLICO DA SERRA (HPMS)

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

DAVID AUGUSTO ALVES DOS SANTOS¹

JULIANA MARIA DA SILVA MAXIMILIANO²

EMÍLIA GUIMARÃES OLIVEIRA³

RESUMO: O texto procura apresentar o processo de mudanças administrativas e tecnológicas com a utilização de softwares de textos aplicados nos instrumentos tradicionalmente utilizados pela equipe de Serviço Social do Hospital Público Municipal da Serra (HPMS), localizado na cidade de Macaé-RJ. Aborda a aplicação dos elementos da Tecnologia da Informação como um facilitador da prática do Serviço Social. Apresenta também alternativas dos padrões produtivos e da organização do trabalho durante a pandemia da COVID-19 que geraram transformações na esfera do trabalho do profissional Assistente Social.

Palavras-Chave: Serviço social, tecnologia da informação.

ABSTRACT: The text presents the administrative and technological process's changes, using the text software text applied to the instruments traditionally used by the Social Work Team of the Hospital Público Municipal da Serra (HPMS), located in the city of Macaé-RJ. It addresses a application the elements of Information Technology as a facilitator for the practical of Social Work. It also presents many alternatives for production patterns and work organization during the COVID-19 pandemic, that generated transformations in the sphere of the Social Workers professional.

Keywords: Social work, information technology.

APRESENTAÇÃO

¹ Assistente Social. Supervisor de equipe do Serviço Social do Hospital Público Municipal da Serra no período de 01 de julho 2016 a 16 maio de 2024, na Secretaria Municipal de Saúde de Alta e Média Complexidade, da Prefeitura Municipal de Macaé. E-mail: social.hpms@gmail.com.

² Acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Pólo de Rio das Ostras/RJ. Estagiária de Serviço Social do Hospital Público Municipal da Serra no período de janeiro de 2022 a dezembro de 2023. E-mail: jumaxximiliano@gmail.com.

³ Acadêmica de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Pólo de Rio das Ostras/RJ. Estagiária de Serviço Social do Hospital Público Municipal da Serra no período de janeiro de 2022 a dezembro de 2023. E-mail: emiliaguimaraesoliveira84@gmail.com.



Identificação da unidade e do Setor

O Hospital Evangelina Flores da Silva foi fundado em 2006, localizado em um dos distritos da região serrana de Macaé, Trapiche. O hospital é referência na área rural, atende baixa e média complexidade, internações, emergência e ambulatório. Conta com equipe multiprofissional e com atendimentos 24 horas, tanto na emergência clínica quanto pediátrica. O hospital também é referência nas cirurgias eletivas de baixa e média complexidade da saúde.

O Serviço Social é uma das especialidades que funciona ininterruptamente com sete profissionais por semana, sendo uma a cada plantão. No Hospital há uma sala exclusiva para o setor, com computador, duas mesas e cadeiras onde é realizado o acolhimento, o preenchimento da ficha social, orientação, dentre outros procedimentos.

INTRODUÇÃO

No final do ano de 2019, tivemos uma queda no fornecimento de insumos de trabalho, tais como livros-ata, queda do número de impressão de formulários e outros materiais administrativos. Uma das razões que explicam esse déficit é que neste período coincidiu com o final de mandato municipal e consequente encerramento de contratos, ficando esse passivo para a próxima gestão.

Em 2020 assume nova gestão municipal e em seguida, em 11 de março de 2020 é decretado pela OMS a pandemia do coronavírus, que veio a modificar completamente todas as relações sociais e trabalhistas face aos bloqueios sanitários impostos para controlar o contágio da doença.

Se, na virada de gestão municipal, sofriamos com a falta de materiais para trabalho, em tempos de pandemia o quadro se agravou. Foi dentro deste contexto que tomamos a decisão de realizar os primeiros registros do plantão utilizando software de processamento de texto, escrevendo digitalmente e salvando em nosso computador. Os desdobramentos iremos apresentar ao longo deste artigo.



Motivos que levam a tomada de decisão cujas tarefas preparatórias para implantação da informatização do Serviço Social foram sendo elaboradas:

Nesta etapa do trabalho, fizemos um levantamento do material que o Serviço Social dispunha para a informatização e digitalização dos documentos. Dispomos de um computador com o pacote office (para produção de documentos digitais) que foi doado ao Setor, juntamente com uma impressora e scanner. Pesquisamos dentre as profissionais da equipe sobre: manuseio do software necessário para digitação das ocorrências utilizando os programas *LibreOffice Writer* e *LibreOffice Calc*, gravar os documentos digitados, produzir planilhas e escanear os documentos do acervo.

Realizamos o desarquivamento de todo o material produzido em papel pela equipe desde o início do trabalho do Serviço Social no Hospital, datado de 15 de janeiro de 2007, a saber: livros de registro de plantão, fichas sociais, encaminhamentos, fichas SINAN, ofícios, memorandos e relatórios.

Todas essas documentações físicas ficam arquivadas em caixas na sala do Serviço Social do Hospital. Há pacientes com internações recorrentes e a forma de arquivamento das fichas não tornava dinâmico o resgate do histórico das internações face ao volume de arquivos documentos físicos, somada a ausência de pessoal administrativo para efetuar buscas de informações dos pacientes. Para além, o levantamento de dados era precário devido a complexidade de análise e pouca praticidade. Dadas essas circunstâncias, tornou-se necessário a atualização dos procedimentos de arquivamento dos documentos.

Como não dispomos de pessoal de apoio para dar suporte, distribuímos o material desarquivado para ser escaneado pelas profissionais durante os plantões, de maneira que, nos momentos possíveis durante o expediente, pudessemos gravar o material.

Levamos exatamente dois anos de escaneamento, com destaque para as fichas sociais que foram mais de 2500 fichas. Importante registrar que cada paciente internado na clínica médica é gerado uma ficha social com a evolução exclusiva do Serviço Social durante a permanência do paciente na unidade até a sua alta.

Concomitante ao escaneamento, o registro de plantão passou a ser feito de forma digital. Salvos num serviço de armazenamento virtual fornecido gratuitamente pela empresa Google, criptografado por senha. Como medida de segurança, é realizado um backup (salvamento de dados)



externo em mídia física periodicamente.

Tanto as fichas sociais quanto os SINANs passaram a ser preenchidos digitalmente, assim como os relatórios de plantão. As fichas sociais são impressas com as informações do paciente, a evolução é feita a mão, quando o paciente recebe alta, é escaneado e arquivado digitalmente seguindo um padrão de nomenclatura.

Aprimorar o processo de armazenamento dos arquivos também implica na otimização do trabalho do Assistente Social. A nível institucional, a forma de atendimento digitalizada viabiliza maior qualidade no momento de preenchimento da ficha concomitante a entrevista com o usuário. Importante frisar que a possibilidade de digitalização não exclui a forma manual de preenchimento das fichas, contudo, será necessário que todo o material seja digitalizado após o preenchimento.

Justificativa

Este artigo tem por objetivo explicitar o processo de *Atualização Administrativo-tecnológica com inclusão da informática no setor de Serviço Social do Hospital Municipal da Serra* (HPMS). Este processo foi sistematizado em forma de projeto de trabalho e concorreu ao Prêmio Servidores Inovadores do ano de 2022, tendo conquistado o segundo lugar, na categoria Gestão, subcategoria Pequenas Iniciativas, promovido pela Secretaria de Ensino Superior da Prefeitura de Macaé. Foi escrito pelo Assistente Social David Santos, tendo como referência o trabalho desenvolvido no Projeto de Pesquisa “Tecnologia da Informação a Serviço do Social: um estudo sobre o seu potencial para a gestão pública”, coordenado pelo Professor Dr. Renato Veloso, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Na pesquisa desenvolvida por Veloso (2008), “dados já coletados por meio de questionários eletrônicos aplicados à categoria profissional permitem afirmar que o uso da Tecnologia da Informação já se faz presente em nossa profissão como um dos recursos utilizados na condução do trabalho profissional”.

O debate sobre o uso da tecnologia da informação nos processos de trabalho do Serviço Social não pode ser encarado como algo isolado do conjunto das condições históricas e sociais. Nesse sentido, afirma-se, mais do que nunca, a necessidade de focar estas tecnologias como parte das



forças produtivas sociais. Categoria central no edifício teórico do materialismo histórico, as forças produtivas são o elemento dinâmico no desenvolvimento dos diversos modos de produção.

Inspiração Teórica

Em 2019, iniciou-se mundialmente uma pandemia devido ao Novo Coronavírus, intitulado COVID-19. A crise sanitária matou milhares de pessoas no mundo; as medidas para evitar o contágio consistiam no distanciamento social, higienização constante das mãos e objetos com uso de álcool em gel, sabonetes e detergentes; e uso de máscaras constantes.

A pandemia da covid-19 consiste em uma crise sanitária que se soma à crise do capital, que já vinha sendo vivenciada mundialmente, o que catalisou e escancarou as desigualdades estruturais, assim como as dificuldades de atendimento à população com o recorrente desmonte e desfinanciamento das políticas sociais pelo projeto neoliberal (CFESS, 2020, s/p).

O setor da saúde foi um dos mais afetados durante a pandemia. Os hospitais lotaram e os profissionais da saúde também adoeceram. A falta de insumos, mão de obra e políticas públicas tornaram ainda mais evidente as expressões da questão social que foi agravada pelo posicionamento ultraliberal e negacionista do Governo Bolsonaro.

Ao não investir recursos suficientes e de forma racional, ao não articular a política em nível federal, ao apresentar um discurso negacionista e não alinhado com as recomendações da OMS e ao desestruturar tecnicamente o órgão gestor máximo da política de saúde. Enfim, ao contrário de articular e organizar o enfrentamento, a política de saúde do governo federal desarticulou e desorganizou as respostas necessárias e urgentes requeridas (Soares *et al*, 2021, p. 123).

Os desdobramentos da pandemia impactaram diretamente os profissionais de Serviço Social, exigindo uma nova proposta de atuação, articulações intersetoriais e inserção imediata da tecnologia da informação em vários setores para viabilizar o atendimento de forma remota. A precarização dos serviços públicos (educação, assistência, saúde, entre outros), dificultou ainda mais que a população pauperizada tivesse acesso a meios básicos de subsistência. O isolamento social ascendeu as violências domésticas, familiares, desemprego e afastamento dos estudantes das escolas, fomentando o abandono escolar.



O período trágico da pandemia reafirmou a necessidade da TI no desenvolvimento do trabalho do Assistente Social no HPMS, sob o viés de registrar de forma permanente e qualitativa os casos apresentados na região. Pode-se dizer que a pandemia evidenciou a importância da coleta de dados dos pacientes para que fosse possível identificar as demandas e as possibilidades de atuação dos profissionais de forma mais eficaz. Além de produzir registros em direção a memória histórica do Hospital.

A pandemia acelerou o processo de entrada das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no trabalho profissional de assistentes sociais, algo que já estava sendo gradualmente incorporado e vinha nos desafiando, diante das metamorfoses do mundo do trabalho. A introdução das TICs e dos meios remotos repercute nos processos de trabalho em que nos inserimos, na relação com outras profissões e trabalhadores/as, na relação com usuários/as e nas condições éticas e técnicas de trabalho [...] (CFESS, 2020, s/p).

O uso da tecnologia inserido no modo de produção capitalista, tende a reproduzir e intensificar a força de trabalho, na mesma medida que substitui a mão de obra com intenção de tornar mais efetiva a obtenção de lucro. O que determina a intencionalidade do uso da tecnologia nos espaços de trabalho e reprodução social é o projeto que ela está inserida. É possível através do uso tecnológico viabilizar acesso as aulas de maneira remota, por exemplo, na mesma medida que é possível excluir os alunos que não têm acesso a tecnologia suficiente para acessar as aulas neste mesmo modelo, assim como vimos na pandemia (Veloso, 2011).

Por isso, salienta-se o quão importante é o uso da tecnologia da informação no Serviço Social a partir de uma perspectiva democrática. A atuação crítica, direciona o percurso e o resultado, compreendendo a capacidade de expandir as possibilidades de forma positiva ao usuário. Mesmo que beneficie a instituição e o Estado sob a perspectiva do controle, a atuação do profissional é determinante na execução e planejamento do uso da T.I.

De forma geral, em definição de TI, remete ao conjunto de dispositivos, serviços e conhecimentos, relacionados a uma determinada infraestrutura, da qual fazem parte computadores, softwares, sistemas de redes etc., que teriam a capacidade de processar e distribuir informações para as organizações e os sujeitos sociais (Veloso, 2012, p. 75-76).

A atuação do Assistente Social também é atravessada pela precariedade dos dispositivos nas



instituições e apropriação intelectual dos profissionais. A superação da mecanização manual do trabalho consiste numa desconstrução da resistência dos profissionais à adesão da TI através de capacitação e inserção do debate já na formação acadêmica. O tecnicismo, atrelado a utilização de dispositivos digitais, deve ser rompido quando articulado com a realidade da instituição a fim de favorecer o andamento e agilidade da atuação em favor dos sujeitos sociais.

Aplicação da tecnologia da informação nos instrumentos do Serviço Social:

I.a. Instrumentos necessários para a elaboração de documentos.

I.a.1. Ficha Social:

Dentre os instrumentos de trabalho do Serviço Social a ficha social é o principal instrumento utilizado pela equipe. É aplicado na oportunidade do acolhimento do paciente no hospital. São coletadas todas as informações sociais relatadas pelos pacientes ou seus familiares. Todos os pacientes internados possuem fichas sociais, eventualmente, quando a profissional julgar necessário, poderá ser redigido fichas sociais dos pacientes atendidos na emergência.

As fichas sociais contém a entrevista inicial, anamnese social e o acompanhamento dos pacientes desde o primeiro dia de internação até a sua alta. Os registros de acompanhamento são feitos a partir das visitas aos leitos, que são diárias. Além das informações sobre dados básicos cadastrais, também possui espaços para preenchimento de escolaridade, acompanhante, composição familiar (nome, idade, ocupação e parentesco), diagnóstico inicial, entre outros dados que dão informações básicas para acompanhar a evolução do paciente. A ficha social é alocada em dois lugares com tipos diferentes de registro de acordo com a evolução dos casos: a ficha alocada no setor de Serviço Social com anotações e atribuições importantes para a equipe, de caráter sigiloso. A outra cópia é arquivada no prontuário geral do paciente (fichário físico), com uma evolução mais genérica e informações importantes para a equipe multidisciplinar. Através desse prontuário também é possível acompanhar a evolução do mesmo paciente, porém em outros setores como psicologia, clínica médica, resultado de exame, entre outros. Quando o paciente recebe alta, a ficha social é arquivada.

Os pacientes com demandas exclusivamente sociais são de grande relevância para o Serviço Social. São pacientes que apresentam vulnerabilidades sociais como adversidades nos



relacionamentos familiares, ausência de cuidado, pessoas em situação de rua, transtornos mentais que impossibilitam a autonomia e afetam diretamente a sua condição de saúde. Muitas vezes o paciente necessita de cuidados constantes diários, considerando o alto custo, os familiares e o paciente não têm condições financeiras para continuar com os cuidados necessários em casa. Assim, então, o paciente não recebe alta social e permanece sob os cuidados do Hospital.

O paciente internado que foi identificado pela equipe com vulnerabilidades sociais, é encaminhado para uma das Assistentes Sociais da equipe para um acompanhamento individualizado com o objetivo de identificar caminhos possíveis para solucioná-los. Esta Assistente Social passa ser a técnica de referência do paciente, ficando responsável por mediar os desdobramentos. Então, mesmo que todos “evoluam” nas fichas sociais dos respectivos pacientes com as atividades cotidianas, somente o Assistente Social responsável pelo caso se debruçará num processo investigativo, se necessário, para resolutividade ou devido encaminhamento da demanda do paciente.

I.a.2. Livro de plantão:

Os procedimentos realizados durante o plantão são relatados em um único documento diário formando o livro de plantão.

I.a.3. Ficha SINAN:

A ficha do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) é um formulário que pode ser preenchido de forma compulsória, sem que seja necessária a solicitação do paciente. É de extrema importância as informações coletadas através deste instrumento porque a partir dele é possível identificar determinadas doenças, agravos, epidemias e qualidade da saúde da população em determinado território.

O SINAN tem por objetivo o registro e processamento dos dados sobre agravos de notificação em todo o território nacional, fornecendo informações para análise do perfil da morbidade e contribuindo, desta forma, para a tomada de decisões em nível municipal, estadual e federal



(IBGE, 2023, s/p).

III. b: do uso do software

Software é uma sequência de instruções escritas para serem interpretadas por um computador para executar tarefas específicas. Também pode ser definido como os programas, dados e instruções que comandam o funcionamento de um computador, *smartphone*, *tablet* e outros dispositivos eletrônicos (Coelho, 2023).

Os programas utilizados para o trabalho com os instrumentos do Serviço Social são do pacote LibreOffice, que reúne softwares de texto, planilha e apresentação desenvolvido e trabalhado por um projeto da organização sem fins lucrativos, a The Document Foundation. É uma fundação sem fins lucrativos, independente, autônoma e democrática para promover o

desenvolvimento do software de escritório. Os objetivos da entidade são: “prover acesso a nossas ferramentas de produtividade sem custo; encorajarmos as traduções, documentação, e suporte de nosso software no idioma do usuário; promovermos e participarmos ativamente na criação e no desenvolvimento de padrões abertos e software livre com processos transparentes, abertos e de revisão por pares.”

Com a utilização destes softwares está sendo possível a criação, arquivamento e catalogação de diversos documentos e a geração de um banco de dados, que pode potencializar a dimensão investigativa do trabalho profissional, oferecendo elementos e condições para melhorar o trabalho profissional (Velooso, 2011).

VI. Sensibilização da equipe, quebra de paradigmas com mudanças das rotinas administrativas e avaliações dos processos. (Treinamento da equipe):

As modificações da base técnica da produção com a informática, a biotecnologia, a robótica entre outras inovações tecnológicas influenciam os contornos do mercado profissional dos assistentes sociais (Iamamoto, 2009, p. 243).

O Parecer 492/2001 do *Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação*,



que determina as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social define no seu segundo item, as competências e habilidades dos profissionais. Dentre estas, as primeiras são as Competências e habilidades (gerais) que ficaram assim definidas:

2. Competências e Habilidades:

A) Gerais

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico- metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à:

(....) utilização dos recursos da informática. (destaque nosso).

As novas requisições e demandas postas à profissão exigem novas habilidades, competências e atribuições, exigindo do profissional não tratar o espaço profissional apenas a partir das demandas, mas também buscar formação contínua para impulsionar o “fortalecimento da luta contra-hegemônica comprometida com o universo do trabalho” (Iamamoto, 2009, p. 344), pois os espaços profissionais contêm elementos simultaneamente reprodutores e superadores da ordem.

À luz dessa discussão é que podemos espriar entre a equipe a urgência na atualização dos procedimentos profissionais que, através de reuniões e treinamentos práticos, conseguimos sensibilizar a equipe para tais mudanças, entendendo os limites e possibilidades do cotidiano.

V. Resultados. Benefícios coletados após a implantação dos novos procedimentos administrativos;

Atualmente, com a rotina exercida pelos Assistentes Sociais no Hospital Municipal da Serra, os métodos de organização e arquivamento dos dados dos pacientes encontram-se com acesso seguro e digitalizado. A quantidade de casos sociais no hospital é significativa, trazendo relevância para a memória dos pacientes que passam por aqui e tem seus registros e históricos registrados.

Como um espaço também educacional e aprimoramento profissional, a digitalização das fichas possibilitaram estudos dinâmicos pelas estagiárias e um levantamento de dados significativo para a perfilação de usuários do Hospital.

A inserção da tecnologia da informação possibilitou praticidade no cotidiano do profissional. A busca por prontuários com reincidência facilita a construção do histórico dos pacientes e usuários, o que pode ser útil para outros equipamentos também.



O processo de inserção do TI é contínuo e o aprimoramento constante. Os desafios começam na formação acadêmica do Assistente Social e a atravessam sua atuação no que tange a disponibilidade de dispositivos, materiais, acesso a internet, dentre outros meios necessários para possibilitar o avanço tecnológico nas instituições.

Concordando com Colmán (2004):

Que a inclusão do ensino de informática nos cursos de Serviço Social é um passo importante como reconhecimento do papel que as novas tecnologias têm nos ambientes de trabalho mas, é nossa tarefa, enquanto responsáveis pela formação profissional, propor conteúdos que qualifiquem a apropriação das tecnologias de informação e os sistemas de informação pela nossa profissão. Nesse sentido, amplia-se necessariamente o sentido dado à “informática” pelas diretrizes curriculares. Diante da atual conjuntura, apesar das dificuldades, o Hospital Público Municipal da Serra tem os dispositivos necessários para que o setor do Serviço Social continue a integração com a Tecnologia da Informação. Apresentando cada vez mais benefícios à população usuária, conservando a memória e história da instituição e sendo referência em novos métodos de organização e logística documental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das mudanças organizacionais, administrativas e trabalhistas forçadas pela epidemia da COVID-19, pudemos perceber que houve necessidade urgente de recriar o que se vivia na prática profissional antes da pandemia e o que se vê na realidade como desejável em relação às práticas e representações em torno da ação profissional do Assistente Social. A aplicação da Tecnologia da Informação está sendo, em nosso olhar, um primeiro passo para que possamos vislumbrar, a partir da interlocução com outras áreas da saúde, no nosso caso no âmbito hospitalar, saídas possíveis para entregar resultados com maior eficiência à população.

Esse primeiro diagnóstico aponta para a necessidade de atualização continuada das Assistentes Sociais no uso dos instrumentos da informática, necessária para acompanhar o processo evolutivo. Para superar esse desafio passa pela sensibilização administrativa no investimento material e treinamento dos servidores, essenciais para construção de uma prática avançada e humanizada. Concordando com Veloso (2011): “A apropriação da Tecnologia da Informação pelos assistentes sociais depende, de um lado, da existência de condições de trabalho adequadas, e de outro, de um processo de formação profissional que dê conta das demandas postas à profissão e auxilie esse



processo.”

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parecer CNE/CES 492/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília. Publicado no Diário Oficial da União de 09/7/2001, Seção 1, p. 50.

CFESS. **Trabalho e Teleperícia**: orientações para assistentes sociais. CFESS, 2020. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/teletrabalho-telepericia2020CFESS.pdf>>. Acesso em: 30 de ago. de 2023.

COELHO, Taisa. **O que é software**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/software/>. Acesso em 14 de out. de 2023.

COLMÁN, Evaristo. “Notas sobre o ensino de “informática” nos cursos de serviço social”. **Serviço Social em revista**. Vol. 7 nº1. Jul/ Dez 2004.

IBGE. Comitê de Estatísticas Sociais. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação de Violência Interpessoal ou autoprovocada**, 2023. Disponível em : <<https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/ministerio-da-saude/sistema-de-informacao-s-de-agravos-de-notificacao-sinan>>. Acesso em: 30 de set. de 2023.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade** , nº62. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, M. “Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABPESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. publicação Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Brasília, 2009.

SOUZA, Martha Coelho de. “Processo de trabalho e demandas postas ao serviço social”. Notas de aula. **Revista Universitas**. Ano 10, nº 19 - Julho/Dezembro 2016.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde: Histórico da Pandemia de Covid-19, disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> . Acesso em 16/09/2023.

PORTAL CIDADES BR. **Servidores Inovadores foram premiados em 2ª edição de Prêmio**. Disponível em: <https://cidadesbr.com.br/2022/12/15/servidor-publico/>. Acesso em: 26 de nov. De 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. **Divulgação do resultado do Prêmio Servidores Inovadores**. Disponível em: <https://www.macaee.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1671224797.pdf>. Acesso em: 26 de nov. de 2024



SINAN. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação de Violência Interpessoal ou autoprovocada**. Disponível em: <https://portalsinan.saude.gov.br>. Acesso em: 25 de jun. de 2023.

SILVA, Cavalcante Soares; CORREIA, Maria Valéria Costa; SANTOS, Viviane Medeiros dos. “Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19”. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 140, p. 118-133, jan./abr. 2021.

SILVA, Márcio Antunes. Assistente Social e Tecnologias da Informação. **Serviço Social em Revista**. Disponível em https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v6n1_marcio.htm. Acesso em 24 de ago. de 2023.

SOUZA, Elba Alice Santos de. A instrumentalidade na prática do assistente social. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano. 07, Ed. 07, Vol. 06, pp. 126-136. Julho de 2022. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/a-instrumentalidade>. Acesso em 24 de ago. de 2023.

THE DOCUMENT FOUNDATION. **História do LibreOffice**. Disponível em <https://pt-br.libreoffice.org/sobre-nos/historia-do-libreoffice/>. Acesso em 14 de out. de 2023.

VELOSO, Renato dos Santos. Serviço Social, Trabalho e Tecnologia da Informação. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, RJ, v.9, nº 27, p. 71-90. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2011

_____. “**Tecnologia da informação**: contribuição importante para o exercício profissional?”. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL E O RIGOR TEÓRICO-METODOLÓGICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS TESES DE DOUTORADO

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

HERMANO GOMES DE FARIAS JUNIOR¹

ELISANGELA DE OLIVEIRA INÁCIO²

DANIELLE VIANA LUGO PEREIRA³

RESUMO: O trabalho objetivou apresentar resultados da pesquisa desenvolvida no âmbito da Iniciação Científica (PIBIC), analisando a relação teoria-método na produção do conhecimento em Serviço Social a partir das teses defendidas no âmbito dos PPGSS de 2006 a 2019. Atestou-se nas produções analisadas certa resistência e incipiência na apropriação e adoção do materialismo histórico dialético.

Palavras-chave: Rigor teórico-metodológico, produção do conhecimento, pós-graduação, serviço social.

ABSTRACT: The aim of this study was to present the results of research developed within the scope of Scientific Initiation (ISISIP), analyzing the theory-method relationship in the production of knowledge in Social Work based on the theses defended within the scope of the PPSW from 2006 to 2019. The analyzed productions demonstrated a certain resistance and incipience in the appropriation and adoption of dialectical historical materialism.

Keywords: Theoretical-methodological rigor, knowledge production, postgraduate studies, social work.

¹ Assistente Social. Especialista em Instrumentalidade do Serviço Social (FAVENI). Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (/PPGSS/UFPB) com bolsa CAPES. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (GEPACOPS/UFPB). E-mail: hermano.jr1@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7820-6293>.

² Professora Associada do Departamento de Serviço Social (DSS/UFPB). Membro da Coordenação Pedagógica da RESMEN - Residência em Saúde Mental (NESC/ CCS/ UFPB). Tutora de Serviço Social junto a RIMUSH - Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Hospitalar (HULW/ CCS/ UFPB). Coordenadora do Grupo de Trabalho Raça e Etnia junto ao programa PET Saúde Equidade/ UFPB/ DSEI-PB (2024-2026). Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (GEPACOPS/UFPB). Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS/UFPE), E-mail: ellysinacio@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-7205-1210>.

³ Professora Associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/PPGSS/UFPB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (GEPACOPS/UFPB). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Assistente Social. E-mail: danielle.lugo@academico.ufpb.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5329-0791>.



INTRODUÇÃO

*In memoriam de Luciana Cantalice
Em cada linha uma lembrança e uma saudade...
Presente eternamente em nossos corações, mentes e na luta por uma profissão
crítica, reflexiva e propositiva!*

O presente trabalho se refere à exposição dos resultados da pesquisa desenvolvida na qualidade de bolsista vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) vigência 2020-2021 (UFPB/CNPq) tendo como objetivo central analisar de forma imanente a relação teoria e método na produção do conhecimento em Serviço Social, a partir dos estudos das teses defendidas no âmbito dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) do território nacional com recorte temporal de 2006 a 2019⁴.

Optou-se pela investigação em torno das teses de doutorado pela probabilidade de se encontrar nelas um maior acúmulo teórico, uma vez que são estudos inseridos em Programas de Pós-graduação e demandam maior adensamento teórico-metodológico, diferentemente de artigos publicados em periódicos e anais de eventos da categoria, pois estes possuem uma natureza mais objetiva e por vezes não há possibilidade de adensar o debate a partir do método.

Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória, bibliográfica e documental à luz do materialismo histórico-dialético e de natureza predominantemente qualitativa por se tratar de investigação acerca da produção do conhecimento.

As fontes exploratórias se deram por meio do acesso das páginas *on-line* dos PPGSS, bem como dos Repositórios Institucionais e Bancos Digitais de Teses e Dissertações (BDTD) dos Programas para a consulta das teses publicadas e disponíveis para *download* no período de 2006 a 2019, o que resultou em um total de 1.005 trabalhos.

Dado o quantitativo expressivo de teses, recorreu-se ao estabelecimento de alguns critérios para definição amostral:

⁴ Neste trabalho reconhecemos todo o esforço intelectual da professora Dra. Luciana Cantalice que coordenou a referida pesquisa desde a elaboração do Projeto e submissão da proposta junto ao Edital Interno de Iniciação Científica na UFPB. A pesquisa que iniciou em 2020 e findou em 2021 referenda as últimas contribuições da produção do conhecimento desenvolvida pela professora Luciana junto ao curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).



- **1º critério:** abordagem de dados amostrais por região durante o período temporal classificado entre 2006 a 2019 onde o Sudeste ficou reconhecido com maior concentração de defesas (68,8%). Seguida da região Sul (18,9%) e da região Nordeste (12,2%);
- **2º critério:** mapeamento de PPGSS com maior concentração de defesas por região. Na região Sudeste, os cursos de doutorados compreendem 05 (cinco) PPGSS, distribuídos entre a UFRJ, PUC-SP, UNESP-FR, UERJ e PUC-Rio. A região Sul concentra 03 (três) programas de doutorado concentrados na PUC-RS, na UEL e na UFSC. Na região Nordeste foram mapeados 02 (dois) programas, sendo na UFPE e na UFRN;
- **3º critério:** eixos de trabalho articulados com a escolha dos Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPPS (GTPs). Priorizou-se os 03 (três) GTPs com maior concentração de trabalhos publicados: Política Social e Serviço Social (28%); Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional (22%); Trabalho, Questão Social e Serviço Social (19%). Correspondendo a uma amostra total simplificada de 27 (vinte e sete) teses que foram analisadas pelos/pelas pesquisadores/as.

No desenvolvimento deste trabalho estão apresentadas breves exposições referentes ao Serviço Social e a produção do conhecimento, bem como seu reconhecimento perante as agências de fomento CAPES/CNPq; reflexões sobre a importância do rigor teórico-metodológico e um esforço analítico/reflexivo acerca dos dados coletados.

SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar.
– Marilda Iamamoto.



O Serviço Social é uma profissão inscrita historicamente na divisão social, sexual e racial do trabalho ao emergir a partir das relações capitalistas de produção em sua fase monopolista, cujo *status* de profissão de nada impede a produção de conhecimentos relevantes a sua área e áreas afins.

Mota (2013) assinala que o Serviço Social enquanto profissão assume uma dimensão investigativa e interventiva, sendo reconhecido como área do conhecimento no campo dos saberes existentes. Também defende haver uma unidade entre os/as profissionais que atuam nas mais diversas políticas sociais e àqueles/as que se dedicam a pesquisa e a produção do conhecimento.

Contudo, a autora afirma que essa unidade não implica necessariamente em uma identidade, visto que há distinções, limites e particularidades no que tange a atividade da pesquisa e a produção intelectual no âmbito acadêmico e a prática profissional inscrita nos espaços sócio-ocupacionais.

A inserção do Serviço Social no espaço universitário não ocorreu sem problemas, tendo em vista o cenário teórico-político que se firmava no referido contexto sócio-histórico permeado pela ditadura militar que processava uma reforma no sistema educacional que “refuncionalizou” a política de educação, sobretudo, no cenário do ensino superior, o que trouxe consequências à formação de Assistentes Sociais (Cantalice, 2013).

É, portanto, sob essas duas distintas influências que o Serviço Social se consolidará no meio universitário e se dará início o investimento da profissão em produção do conhecimento, sobretudo, através da abertura dos cursos de pós-graduação na entrada dos anos 1970 (Cantalice, 2013).

O amadurecimento da categoria profissional e sua aproximação com a teoria social de Marx, com o método do materialismo histórico-dialético e o diálogo com interlocutores da tradição marxista possibilitaram o adensamento teórico-metodológico na profissão no que tange a apreensão do real e o aprimoramento do seu trabalho de intervenção.

O avanço na produção das pesquisas em Serviço Social contribuiu para o seu reconhecimento enquanto área do conhecimento, procurando evidenciar a importância da profissão a partir do trabalho interventivo que desenvolve, mas também, enquanto profissão que produz e reproduz conhecimentos sobre a realidade.

O reconhecimento institucional do Serviço Social como área de conhecimento em 1985, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), possibilitou o financiamento para as pesquisas



nesta área e a inclusão de pesquisadores/as do Serviço Social no quadro geral de pesquisadores/as do CNPq (Sposati, 2007).

Segundo Kameyama (1998) a produção do conhecimento na área do Serviço Social inicialmente se dava por meio das dissertações de mestrado produzidas a partir de 1975 e nas teses de doutorado elaboradas a partir de 1984, nos programas de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade de Brasília (UNB) e Universidade Estadual Paulista (UNESP-FR).

A autora supramencionada acrescenta que o Serviço Social a partir dos anos 1980 não se restringia mais a consumir conhecimentos oriundos de outras áreas das Ciências Sociais, tornando-se também produtor de conhecimentos que subsidiam as reflexões dos/as Assistentes Sociais na formação e na prática profissional.

Diante do exposto, observa-se a relevância da produção do conhecimento em Serviço Social para o adensamento teórico da profissão no que concerne a apreensão de seus próprios fundamentos, e as contribuições das pesquisas para a sociedade ao decifrar inúmeras manifestações da “questão social” e em torno do trabalho dos/das Assistentes Sociais.

O RIGOR TEÓRICO-METODOLÓGICO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL

A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem o suporte sem fantasias ou consolo, mas para que lance fora os grilhões e a flor viva brote.
– Karl Marx.

Cabe assinalar que “rigor” teórico-metodológico, não se trata de autoritarismo ou “engessamento” no que concerne a investigação da realidade, mas sim, fidelidade ao método e a sua perspectiva de análise.

A produção de conhecimento possui íntima relação com a realidade social, pois está interligada ao desenvolvimento da sociedade e acompanha as transformações societárias, as mutações



no modo de produção, do mundo do trabalho e a reprodução da vida material e as relações dela decorrentes (Rodrigues, 2021). Portanto, as pesquisas são essenciais para apreender, conhecer o modo como sujeitos sociais pensam, constroem e reconstróem os conhecimentos e para decifrar o real.

O real em sua imediatez não possibilita a apreensão de sua essência, para que isto ocorra, Zacarias (2017) destaca a necessidade de adotar um método científico que subsidie essa captura, sendo capaz de acompanhar o movimento da realidade em suas múltiplas determinações. A produção do conhecimento tem como função orientar a apropriação dos diversos elementos que constituem os fatos a serem estudados, desde os seus determinantes estruturais, os aspectos conjunturais, históricos, políticos e sociais, os sujeitos, as contradições, a totalidade e dinamicidade do fenômeno.

A teoria é para Marx, uma modalidade específica de conhecimento⁵ que tem especificidade: o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto tal como este se apresenta em sua existência real e concreta. Em outros termos, a teoria é “a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” (Netto, 2011, p.21).

Dessa maneira, o indivíduo que pesquisa, reproduz no seu pensamento a estrutura dinâmica de seu objeto de estudo, constituindo-se como conhecimento teórico de modo a se ter um concreto pensado constituído de uma reflexão sobre as múltiplas determinações da realidade.

O método, por sua vez não pode ser simplificado a esquemas explicativos, muito menos a um conjunto de técnicas de pesquisa, objetiva-se como um caminho capaz de orientar as bases para que a razão possa conhecer a realidade e seu movimento, produzindo conhecimento teórico sobre ela. Esse processo está imerso na historicidade, nas lutas objetivamente dadas, mediadas pelos interesses de classe, pelas bases materiais, tomadas de decisões e elaborações de alternativas e nos marcos da sociedade do capital (Silva, 2018).

Para Sant’ana e Silva (2013) o método em Marx juntamente com a teoria do valor-trabalho e a perspectiva da revolução como possibilidade histórica⁶ formam o tripé de sua teoria social,

⁵ Netto (2011) sinaliza que outras modalidades de conhecimento são, por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso, todavia, a teoria se distingue destas.

⁶ O vínculo estrutural do método em Marx com a teoria do valor trabalho e a perspectiva da revolução (sempre como possibilidade materialmente posta a partir de condições históricas reais) possui o exato sentido de explicar a produção e a reprodução do ser, tendo o trabalho como categoria fundante de sua sociabilidade como práxis primeira, como categoria



orientando-se ontologicamente. Ou seja, é pela razão que mira a vida real de seres reais, a produção e reprodução material e espiritual destes seres sociais. Em outros termos, o método de Marx não possui cariz de qualquer abstração técnico-científica que prioriza a razão idealista que paira em torno de si mesma.

[...] para Marx o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação (Netto, 2011, p. 52).

Tanto é que o próprio Marx não se dedicou a escrever especificamente sobre o seu método, uma vez que o método não é algo “rígido” e “programado” como ocorre nas ciências naturais ou como querem as vertentes das ciências sociais filiadas às correntes funcionalistas/estruturalistas/positivistas. A realidade social é demasiadamente dinâmica e complexa, dessa maneira, indicando a impossibilidade de enquadrá-la em um conjunto de regras e padrões.

De acordo com Netto (2011, p. 53) “o método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”.

Cantalice (2013, p.22) acrescenta que o método se fundamenta na concepção de que os fenômenos da realidade social não são fragmentos isolados ou justapostos, mas sim, compõem um todo integrado e orgânico, portanto, “uma totalidade concreta, processual e histórica”. Dessa forma, para apreender determinado objeto de análise, faz-se necessário compreendê-lo em toda a sua complexidade e processualidade, isto é, a partir de sua dinâmica histórica, contraditória, movente, e sua relação com o todo (Cantalice, 2020).

Netto (2011) pontua que Marx ao articular as três categorias nucleares contradição, mediação e totalidade, foi capaz de descobrir a perspectiva teórico-metodológica que lhe possibilitou a construção de seu edifício teórico. A contradição é intrínseca à existência dos fenômenos, sendo a origem do seu movimento e desenvolvimento; é insustentável em si mesma, as partes que a compõem traduzem uma relação conflituosa, ao mesmo tempo em que a existência de cada uma delas é essencial para a existência da outra em uma relação recíproca (Zacarias, 2017).

que permite aos homens diminuir paulatinamente as barreiras naturais, humanizar a natureza e ser modificado por essa relação (Sant’ana; Silva, 2013).



Portanto, de acordo com Silva (2019) a leitura da realidade à luz do materialismo histórico dialético, permite apreender o todo vivo e articulado, construído objetiva e subjetivamente pelos sujeitos sociais. Cabe destacar que o método não é neutro, possui direção ético-política capaz de desvendar os interesses de classe e filia-se a emancipação humana, defendendo um projeto societário alternativo ao capital.

Rodrigues (2021) reconhece a importante contribuição do método para o Serviço Social no que concerne ao seu avanço teórico e político no processo de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional, proporcionando a profissão um salto significativo quanto ao acúmulo e a produção de conhecimento.

Contudo, isso não significa afirmar que a adoção da teoria social crítica e do materialismo histórico dialético como perspectiva de análise do real isentou o Serviço Social de tensões internas e externas quanto à apreensão dos fenômenos, reverberando, portanto, na produção de conhecimentos e o trabalho profissional.

Cantalice (2013) em sua tese doutoral atentou para o fato de que a produção do conhecimento é uma das expressões da extensão de influências e tendências teórico-metodológicas incorporadas pela profissão. Nos resultados obtidos, a autora identificou um conjunto de trabalhos que não sinalizavam o tipo de método de análise utilizado e que refletiam uma discussão metodológica limitada a mera descrição dos instrumentos e técnicas de pesquisa.

Em outra parte desses trabalhos analisados, a autora conseguiu verificar por meio da articulação das categorias de análise, a perspectiva teórico-metodológica descrita na fundamentação do trabalho, na maneira de abordagem do tema, na problematização do objeto e na articulação das categorias e/ou conceitos e referências qual era o método de análise era utilizado.

Também foi observada em outros trabalhos analisados por Cantalice (2013) a ausência de indicação de um método apropriado, conforme explicitamente a seguir:

Início sem rumo certo, ora seguindo um pensamento dedutivo ora indutivo. Acaso seria esta a possibilidade de se permitir a resolução do conflito sobre a transição paradigmática que hoje define o pesquisador do nosso tempo? (Arruda, 2003, p.24 *apud* Cantalice 2013, p.171).

O método será absolutamente livre. Quem tiver o seu que use [...] o não-estruturado se constitui enquanto potencial para a inovação e atualização de métodos, de pensamento e de ações (Almeida Neto, 2003, p.169 *apud* Cantalice, 2013, p.171).



Tais achados indicam o esvaziamento do rigor teórico-metodológico desses trabalhos analisados, os quais ao realizarem tais escolhas, evidentemente distanciam-se da teoria social crítica e do materialismo histórico dialético como perspectiva de análise do objeto, incorrendo possivelmente no seu descolamento da totalidade, deixando de estabelecer mediações entre a universalidade e a singularidade.

Com relação aos achados da pesquisa de Iniciação Científica “*As atuais tendências teórico-metodológicas da produção do conhecimento em Serviço Social*” (2016-2017), Cantalice *et al.* (2019) observaram que alguns dos trabalhos indicavam o materialismo histórico dialético como recorte teórico-metodológico utilizado, todavia, a fidelidade ao método de análise no decorrer do trabalho não era verificada, ocasionando a fuga dessa direção analítica no desenvolvimento do trabalho.

Dessa maneira, constata-se que há a anunciação formal do método, mas que não se detêm de fato a análise, problematização, apreensão do objeto de pesquisa à luz do materialismo histórico dialético, pois acabam assumindo rumos analíticos diferentes.

Tal problemática pode ser um indicativo de que na produção do conhecimento em Serviço Social a anunciação da utilização do materialismo histórico dialético como método de análise não vem se dando pela convicção teórico-metodológica de que este é o método que melhor permite a apreensão da realidade investigada em sua complexidade, e, dessa maneira, possibilita a construção de conhecimentos amplos e coerentes, capazes de elucidarem os objetos tomados como problemáticas de análises.

Cantalice (2020) acrescenta que as dimensões próprias da teoria social e do método que a subjaz deveriam oferecer um caminho teórico-metodológico para apreensão crítica do processo histórico enquanto totalidade, uma investigação acerca da formação sócio-histórica e dos processos contemporâneos da sociedade brasileira, bem como o significado social do Serviço Social e das suas mediações com a apreensão das demandas postas ao exercício profissional.

Portanto, os achados da autora são possíveis pistas que alertam para a necessidade de investigação a respeito de como tais elementos estão sendo assimilados durante o processo de formação e nas pesquisas desenvolvidas no âmbito do Serviço Social no que diz respeito à apropriação teórico-metodológica de análise do real.



O destaque sobre a importância do rigor para a produção de conhecimento em Serviço Social tratada nesse tópico veio possibilitar uma reflexão sobre a imaturidade intelectual ainda presente entre alguns profissionais que desconhecem a exigência do rigor metodológico na produção de suas pesquisas, ou ainda por se distanciarem do aporte do método em Marx para a análise sobre o real.

ANÁLISE E DISCUSSÕES SOBRE AS TESES DE DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas.
– Karl Marx.

Neste tópico serão apresentados os dados referentes à análise das 27 (vinte e sete) teses analisadas ao longo da pesquisa. Cabe ressaltar que os recortes aqui apresentados foram indicados pelos/as pesquisadores/as a partir da consulta aos originais encontrados na base de dados analisadas. Para a análise das teses foi elaborada uma ficha de leitura compreendendo um recorte analítico dos seguintes elementos: recorte teórico-método de análise, categorias/conceitos centrais e principais referências.

Com relação à indicação do recorte teórico-metodológico, constatou-se um total de 44,4% de teses que não indicaram nenhum método de análise, o que pode demonstrar uma fragilidade quanto à compreensão de alguns/algumas doutorandos/as que parecem não dominar o debate sobre o método nas Ciências Sociais, em especial, a incorrência ao materialismo histórico-dialético.

Os demais trabalhos juntos, quando somados, alcançam o total 55,3% de teses que mencionam utilizar um aporte teórico-metodológico específico. Entre eles, 22,2% indicam que recorreram ao materialismo histórico-dialético. Outros 14,8% mencionam o recurso à teoria social crítica. E nas outras 05 teses prevaleceram o indicador de 3,7% em cada uma delas há uma filiação, respectivamente, com marxismo-leninismo; estudo histórico institucional; hermenêutico-dialético; dialético e o genealógico.

Com relação ao método dialético, cabe afirmar que ele possui divergências entre o materialismo histórico-dialético, uma vez que a dialética adotada a partir das análises em Platão possui particularidades distintas do método dialético em Marx. Já o método genealógico estava presente em uma das teses que confere a um estudo antropológico.



A análise a partir dos métodos indicados nas teses nos apresenta que a maioria dos trabalhos que indicaram à vinculação a tradição marxista (teoria e método) ainda conformam um quantitativo menor em relação ao quantitativo de trabalhos que não indicam método algum.

Durante o processo de identificação de categorias e conceitos nas teses analisadas constatou-se em alguns trabalhos a imprecisão no entendimento de conceito e categoria, pois parte dos/as pesquisadores/as mencionavam estruturar seus estudos em determinadas categorias, sendo que estas eram na verdade conceitos.

Outro grupo classificava eixos de análise como sendo as categorias e/ou conceitos que estruturavam a discussão, como também houve a presença de autores/as que não indicavam no trabalho quais categorias/conceitos de análises eram centrais para a elaboração. Neste caso, a identificação se deu por meio da observação dos títulos e subtítulos dispostos no sumário, assim como leitura de partes dos trabalhos.

Por fim, um pequeno grupo, ainda que reduzido, apresentou quais eram as categorias e conceitos utilizados para a problematização dos seus respectivos objetos de pesquisa.

As categorias exprimem formas de ser e determinações de existência, cujo resultado de seu movimento é o mundo (Marx, 1986). De acordo com Cantalice (2013) elas são essencialmente históricas, são dotadas de uma estrutura objetiva e estão na articulação interna dos fenômenos. Tal característica as torna entidades móveis, eternas, imutáveis e transitórias que encontram sentido e inteligibilidade no marco da sociedade da qual são a expressão. São objetivas e reais, mas também reflexivas, pois, através da abstração se torna possível reproduzi-las teoricamente.

As categorias trazem consigo uma dupla dimensão: a ontológica – formas de ser presentes no real e que existem no mundo objetivo independente do conhecimento do sujeito cognoscente; e a reflexiva – mediada pela razão para representar o mundo objetivo. Ressaltando a primazia da dimensão ontológica da realidade, haja vista que o conhecimento sobre qualquer objeto desse mundo objetivo existe em decorrência e em relação a uma substância real sobre a qual a razão se ocupa (Cantalice, 2013, p. 189-190).

A autora ainda considera que as categorias possibilitam, através da apreensão de suas mediações, conhecer as particularidades e singularidades de determinadas manifestações do real.

Por sua vez, os conceitos podem ser entendidos como resultados de processos de abstração, decorrentes da atividade intelectual que parte do real concreto, não se resumindo às questões de associação, de tendências imagéticas ou de inferências. Estes são elaborados a partir de experiências



concretas dos/as sujeitos/as para com o mundo, do confronto com novos objetos, objetivos e tarefas que proporcionam a expansão das capacidades de elaboração conceitual (Cantalice, 2013).

Cantalice (2013) destaca que inexiste o movimento autônomo dos conceitos, eles partem da concretude do mundo. O distanciamento entre o pensamento e o concreto resulta na especulação. Por isso, os conceitos se constituem como uma representação mental, como reprodução, elaborada a partir de coisas existentes no mundo.

A autora ainda acrescenta que os conceitos não possuem dimensão ontológica, o que os diferenciam das categorias, pois eles se referem ao mundo sensível por meio de processos de abstração, sendo portadores de significados únicos e se inscrevendo enquanto generalidades (Cantalice, 2013).

Com relação às categorias centrais de análise nos trabalhos pesquisados, foi evidenciada a expressiva utilização das seguintes: trabalho, Estado, capital, luta de classes, sociedade civil, hegemonia e valor.

Os conceitos com maior incidência compreendem: “questão social”, gênero, acumulação flexível, reestruturação produtiva, globalização, neoliberalismo. Também houve a presença de outros conceitos como: empoderamento, vulnerabilidade, risco social, poder simbólico.

Importante destacar que nem sempre a apropriação das categorias de análise nas pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação compreende de forma ontológica o debate à luz do método em Marx e/ ou incorporam o legado da tradição marxista. A exemplo da discussão em torno da categoria trabalho encontrada em algumas teses cujo referencial teórico fazia alusão a autores/as desconhecidos/as dos clássicos do marxismo, e sequer incorporava o próprio Marx.

Diante do vasto panorama de categorias centrais e conceitos fundamentais que nortearam os objetos de estudos nas teses analisadas é possível afirmar haver a influência de diferentes perspectivas teóricas, algumas com tendências conservadoras, e outras mais críticas, bem como identificar o ecletismo teórico ainda presente nas produções do Serviço Social.

Outrossim, não há como negar que as produções alinhadas a teoria social crítica de Marx possuem maior expressividade entre as teses analisadas a partir da presente pesquisa.



Muito embora, a presença do marxismo tenha predominância, na produção Serviço Social a tendência do pós-modernismo se encontra na disputa, rondando os estudos produzidos, principalmente no campo das políticas sociais.

Quanto aos principais expoentes teóricos que permanecem como principais referências no Serviço Social houve o apontamento de autores e autoras que contribuem historicamente com a produção de conhecimento na profissão, a exemplo de Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Yolanda Guerra, Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti, Maria Lucia Silva Barroco e Carmelita Yazbek.

Também foram identificadas referências junto aos clássicos do pensamento moderno, e que estão atrelados à tradição marxiana e marxista, como: Karl Marx, Engels, Vladimir Lenin, Antonio Gramsci, György Lukács, István Mészáros, Ernest Mandel, David Harvey, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Carlos Nelson Coutinho.

De uma forma mais residual também se constatou a presença de autores/as de outras vertentes teóricas, sobretudo nas teses com objetos vinculados às políticas sociais e relacionados à prática profissional nas instituições, entre ele/as: Gilles Deleuze, Jacques Donzelot, Michel Foucault, Christophe Dejours e Pierre Bourdieu.

Diante dos referenciais utilizados na construção das teses, vislumbra-se que a maioria delas se filiou à tradição marxista, mesmo quando se observou a tímida presença de autores/as pós-modernos e pós-estruturalistas, evidenciando um nítido veio eclético herdado e ainda presente no interior das produções da categoria. Portanto, o pleno rompimento com o ecletismo ainda se põe como um desafio a ser superado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Cabe a nós resistir”.
– Luciana Cantalice.

Das 27 teses analisadas, apenas 06 (seis) delas confirmaram adotar o método materialista histórico dialético como norteador de suas análises, enquanto a maior parte, 12 (doze) delas, não enunciaram o método de análise. Ainda houve constatação de teses que se utilizaram de outros



métodos, como o genealógico, histórico institucional, hermenêutico-dialético, dialético e esse último, endossa a constatação de existir uma nítida relativização do materialismo dialético à dialética.

Todavia, dentre os 12 trabalhos que não reportaram de forma explícita o recorte teórico-metodológico, ao aprofundar a leitura, verificou-se em alguns deles uma tímida evidência com a aproximação ao materialismo histórico-dialético, desde a sua estruturação, a escolha das categorias de análises e do referencial.

Constatou-se, portanto, que a amostra analisada pode ser subdividida em três grupos, são eles:

a) **Grupo um:** teses, em menor número, que anunciaram o recorte teórico-metodológico, e se mantiveram fiéis a perspectiva adotada por meio da forma como interpreta o objeto inscrito na realidade social, articulando-o com categorias e referenciais adeptos a tradição.

b) **Grupo dois:** concentra o maior número de teses que não anunciaram o recorte teórico-metodológico, mas que após a leitura e análise do problema de pesquisa, das categorias e referenciais foi possível indicá-las como filiadas ao método de Marx.

c) **Grupo três:** teses que apresentaram traços ecléticos na incorporação do referencial, categorias e conceitos analíticos e, portanto, corroboram com o desafio de romper com a herança conservadora persistente no Serviço Social desde a sua gênese. A maior incidência se deu nas teses do **eixo política social**.

Inferese também que a árdua tentativa de romper com o ecletismo teórico ainda não foi superada, tendo em vista a identificação desse movimento eclético em algumas teses avaliadas. O que assinala certa fragilidade epistemológica em alguns estudos produzidos em nível de graduação e pós-graduação, conforme constatado e apresentado neste trabalho. Tais questões são problemáticas porque reverberam no trabalho profissional de Assistentes Sociais e nas respostas às demandas sociais postas no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais.

Por fim foi possível notar que no âmbito das produções do Serviço Social analisadas ainda há certa resistência, confusão e/ ou incipiência epistemológica quanto a apropriação e adoção do método materialista histórico-dialético. Cabe ressaltar que sua adoção não está atrelada a dogmatismos, mas ao fato de que a teoria social crítica de Marx e sua perspectiva de análise do real,



embora mais complexa, é indispensável para que a profissão possa emitir respostas profissionais qualificadas através da análise crítica acerca da realidade em suas múltiplas dimensões.

Neste sentido, enveredar por outras perspectivas teóricas ou buscar conciliar perspectivas divergentes acabam por comprometer a análise qualitativa nas pesquisas desenvolvidas no Serviço Social e, conseqüentemente, resultará em estudos mais descritivos e que trarão respostas superficiais e mais imediatas quanto voltadas para a apreensão da dinamicidade da profissão.

REFERÊNCIAS

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **As Incidências Pós-modernas na Produção do Conhecimento em Serviço Social**. 2013, 254 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/16912>. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **A produção do conhecimento em serviço social e o rigor teórico-metodológico: uma análise em torno das teses e dissertações defendidas nos Programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil dos anos 2000 a 2019**. 2020. 10 f. Projeto de pesquisa (Iniciação Científica) – PROPESQ, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. (mimeo).

CANTALICE, L.B.O. et. al. As atuais tendências teórico-metodológicas na produção do conhecimento em serviço social no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. 16., 2019. Brasília-DF, **Anais do 16º CBAS**. Brasília-DF. 2019. p. 1-13. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/830/810>. Acesso em: 29 de ago. de 2023.

KAMEYAMA, Nobuko. A trajetória da produção de conhecimentos em serviço Social: avanços e tendências (1975-1997). IN: ABESS, **Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social**. Cadernos ABESS nº 8 (nov.) São Paulo: Cortez, 1998. pp. 33-76. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-088.pdf>. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

MARX, Karl. Introdução. In: MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. (Coleção Os Economistas) São Paulo: Nova Cultural, 1986. pp.03-21.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/9kN3x6tySLZWBNKGKsHk4rbS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 de nov. de 2021.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RODRIGUES, Neyde Jussara Gomes Abdala. **A direção social estratégica da produção do conhecimento no serviço social: uma análise da produção teórico-metodológica da pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba**. 2021. 170 f. Dissertação (Mestrado em



Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2021. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3804>. Acesso em: 21 de set. de 2023.

SANT'ANA, Raquel Santos; SILVA, José Fernando Siqueira da. O método na teoria social de Marx: e o serviço social? **Temporalis**, Brasília (DF), v.13, n. 25, p. 181-203, jan/jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4889>. Acesso em: 23 de nov. de 2021.

SILVA, Christiane Pimentel e. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 34-51, jan/abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dQkqhQYS3WDkMNX3N44JCKf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Marx: considerações sobre o seu legado. **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 2, p. 56-69, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/19665>. Acesso em: 23 de nov. de 2021.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 15-25, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/vdTf77kKdcRQKfjKY9qrgjF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/vdTf77kKdcRQKfjKY9qrgjF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 de nov. de 2021.

ZACARIAS, Inez Rocha. **A mediação da teoria e do método em Marx na formação profissional em serviço social**. 2017, 205 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7213>. Acesso em: 13 de nov. de 2021.



SERVIÇO SOCIAL E PENSAMENTO CRÍTICO NA AMÉRICA LATINA: ALGUMAS INTERLOCUÇÕES E REFLEXÕES SOBRE A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

CHAYANNA NASCIMENTO MESQUITA¹

RESUMO: O presente texto, fruto de reflexões desenvolvidas na disciplina pensamento crítico latino-americano no mestrado acadêmico em Serviço Social, traz algumas reflexões acerca das aproximações do Serviço Social com o pensamento crítico, sobretudo durante o período de reconceitualização. Reflete também acerca da teoria da dependência e sua contribuição para os debates da profissão. A pesquisa é de cunho bibliográfico e se fundamentou principalmente em autores críticos e no autor Rui Mauro Marini. A pesquisa possibilitou à compreensão a importância da apropriação pelo Serviço Social do debate da teoria da dependência, visto sua contribuição para entendimento crítico dos processos sociais, econômicos e políticos que perpassam e perpassaram as sociedades latino-americanas historicamente.

Palavras-chaves: Serviço social, pensamento crítico, teoria da dependência.

ABSTRACT: This text, the result of reflections developed in the discipline of Latin American critical thinking in the academic master's degree in Social Work, presents some reflections on the approaches of Social Work to critical thinking, especially during the period of reconceptualization. It also reflects on the theory of dependency and its contribution to the debates of the profession. The research is of a bibliographic nature and was based mainly on critical authors and on the author Rui Mauro Marini. The research made it possible to understand the importance of the appropriation by Social Work of the debate of the theory of dependency, given its contribution to the critical understanding of the social, economic and political processes that permeate and have permeated Latin American societies historically.

Keywords: Social work, critical thinking, theory of dependency.

INTRODUÇÃO

Este artigo resulta das reflexões desenvolvidas a partir da disciplina "Pensamento Crítico Latino-Americano", parte do mestrado acadêmico em Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará. A disciplina proporcionou a reflexão da importância de se compreender as contradições e particularidades próprias da América Latina, de modo que avancemos na construção de um conhecimento crítico e transformador.

¹ Mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará – chayanna.mesquita@aluno.uece.br. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6962308795895706>.



Durante a disciplina, observou-se que os marcos históricos políticos e econômicos apresentados durante as ministrações das aulas, pelo sociólogo doutor Lúcio Fernando Oliver Costilla, expressavam uma certa simultaneidade entre os processos do avanço do pensamento crítico latino-americano e do conhecido movimento de reconceituação do Serviço Social. Dito isto, surgiram os seguintes questionamentos: quais as possíveis interlocuções entre o período de reconceituação do Serviço Social e o pensamento crítico latino americano? O que é a teoria da dependência e sua contribuição para os debates do Serviço Social?

Tendo como enfoque o objetivo de responder a estas reflexões, buscou-se, realizar uma pesquisa bibliográfica, tendo como principal autor Rui Mauro Marini e outros teóricos que desenvolvem os pensamentos deste autor, além dos artigos que compõem o livro perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA. (Eiras; Moljo e Duriguetto, 2022) O presente trabalho, para melhor entendimento do leitor, se dividiu além da presente introdução, em dois tópicos: 1) buscou-se falar acerca do movimento de reconceituação e aproximação do Serviço Social com o pensamento crítico e o 2) alguns apontamentos sobre a teoria da dependência.

O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO E A APROXIMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM O PENSAMENTO CRÍTICO

Iamamoto (2014), bem destaca que compreender os fundamentos e a história do Serviço Social, contempla-se a partir da perspectiva da totalidade histórica. O que implica afirmar a importância do diálogo constante com os processos históricos da profissão e o terreno fértil que é o contexto social onde se insere, que por sua vez é multifacetado e compreende a relação contraditória entre classes e Estado, capital e trabalho.

Para Iamamoto (2014, p. 621-622), compreender o Serviço Social supõe,

nesse sentido, elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social, o significado de suas ações no campo das relações de poder econômico e político — das relações entre as classes e destas com o Estado —, assim como a inscrição do Serviço Social no debate teórico e cultural de seu tempo. Portanto, situar o Serviço Social na história é distinto de uma história do Serviço Social reduzida aos muros da profissão.



Desta forma, buscando ir além dos muros, pretende-se a seguir subsidiar breves reflexões de um movimento histórico do Serviço Social: o movimento de reconceituação, e também acerca das contribuições do pensamento Latino americano para a profissão. Pensar o movimento de reconceituação é fundamental para compreensão das aproximações do Serviço Social com os debates acerca dos movimentos sociais e com um projeto societário pautado pelos direitos sociais e interesses da classe subalterna, uma vez que foi um marco entre esses postulados e a profissão.

De acordo com Eiras, Moljo e Duriguetto (2022), o período de reconceituação é marcado pela ofensiva da hegemonia do imperialismo norte-americano, que ocorreu nos anos de 1945 a 1973, as ditas décadas de ouro. Que por sua vez desvelaram as contradições desse processo e impulsionaram a crise estrutural do capital. O movimento tem seu início na década de 60, iniciando em países como o Brasil, Chile e Argentina, propagando-se posteriormente por toda a América Latina.

O recente livro perspectivas histórica-críticas no Serviço: América Latina, Europa e EUA (2022), das autoras Eiras, Moljo e Duriguetto é uma leitura obrigatória para mergulhar no contexto histórico, político e social do movimento e as heranças que ficaram para a profissão. Trazem um leque do cenário da época que ilustra os importantes acontecimentos que ocasionaram o movimento. Para as autoras, a década de 60 é emoldurada por dois processos que ocorriam em simultaneidade: o contexto geopolítico da guerra fria e o financiamento do Estados Unidos às ditaduras e ao mesmo tempo as experiências de inspiração socialista e/ou democrática popular que desabrochavam na América Latina.

As autoras citam algumas dessas experiências:

a de Allende, no Chile, até 1973; de Granada, sob a liderança de Maurice Bishop, destruída pela invasão norte-americana em 1983; a vitória da Revolução Sandinista da Nicarágua; a Revolução Popular em El Salvador, com duração de 12 anos, desativada em 1992; a Revolução Popular na República Dominicana, interrompida em 1965 por invasão de forças norte-americanas e brasileiras. Enquanto as forças da contrarrevolução, impulsionadas pelos EUA, afirmavam-se no fascismo de Pinochet, nas ditaduras militares na Argentina, Brasil e Uruguai, destroçando ensaios democráticos importantes; seguidas da invasão do Panamá pelos Estados Unidos em 1989 (Eiras, Moljo e Duriguetto, 2022, p. 08).

Como visto, esse período foi marcado por um efervescente contexto político e social das décadas de 60 e 70, que, importa ressaltar, encontrou impulso na experiência cubana de 1959, que foi precursora em colocar na sua agenda a perspectiva da revolução socialista e a contrarrevolução pelo imperialismo (Eiras, Moljo e Duriguetto, 2022). Nesse cenário envolto de mobilização social em

resposta as refrações da crise estrutural do capital, resultou, segundo a ótica de José Paulo Netto (2005), na erosão do Serviço Social tradicional.

De acordo com José Paulo Netto (2005), o período de reconceituação pode ser dividido entre três perspectivas distintas: a modernização conservadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. A modernização conservadora tem como principal marca a adequação ideológica do Serviço Social ao desenvolvimentismo, tendo como principais vertentes o positivismo e o funcionalismo sistêmico. Nesse momento, percebe-se a tendência da categoria em cientificizar sua atuação, aperfeiçoando-se por meio de procedimentos metodológicos e técnicos, visando o padrão de eficiência, conceito que fazia parte do desenvolvimentismo em avanço na época.

[...] uma perspectiva modernizadora para as concepções profissionais - um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64 (Netto, 2005, p. 154).

Observa-se que nessa vertente, embora se tentasse introduzir elementos novos, a profissão se manteve dentro dos limites do sistema capitalista, sem de fato questioná-lo.

Já na reatualização do conservadorismo, recuperou-se elementos históricos e conservadores da profissão, porém com uma nova roupagem. “supunha reatualizar o conservadorismo, embutindo-o numa ‘nova proposta’, ‘aberta’ e ‘em construção’” (Netto, 2005, p. 203) Essa vertente é complexa, devido sua dualidade. Pois ao mesmo tempo que havia uma inclinação em romper com o funcionalismo e positivismo na profissão, ainda havia a permanência de elementos do Serviço Social tradicional.

A terceira dimensão trazida pelo autor, foi a intenção de ruptura que por sua vez diz respeito à pretensão de romper com a tradição positivista e com a direção do reformismo conservador. Tem como crítica central o tradicionalismo da profissão, “A perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico - metodológicas e prático-profissionais” (Netto, 2005. p. 250)

Ressalta-se que essa vertente também se caracteriza pelo reforço a teoria Marxista, principalmente o marxismo acadêmico. A mesma ganhou ainda mais concretude com a publicação do



Livro de Marilda Iamamoto com o livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, que representa uma efetivo diálogo com a perspectiva crítica marxista.

Fruto desses questionamentos, ocorrem em construção coletiva uma ampla articulação profissional por meio de seminário no Brasil e em outros países. Destaca-se também, a criação da Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (1965) e do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (1974). (Scheffer; Closs, 2018) esse processo ocorre, como já dito, tendo como pano de fundo a guerra fria e o financiamento estadunidense às ditaduras e aos golpes na América Latina. Em contrapartida a esses processos, se endossam significativos movimentos sociais: no âmbito da juventude, nos setores progressistas da igreja, na organização dos trabalhadores e da esquerda, intercorrem debates antirracistas, feministas e pacíficos. Etc.

Apesar desse momento histórico ter subsidiando questionamentos no âmbito da profissão e ter introduzido embora de forma tímida, uma teoria mais crítica, o que se sabe é que em maioria as influências teóricas ainda assim foram tradicionais e conservadoras. Esse momento de acordo com José Paulo Netto (2005), foi de mudança no tom da adequação para posteriormente, no período de renovação haver uma maior interlocução marxista.

Nesse cenário, alguns elementos se apresentaram fundamentais para o processo em curso, como o pluralismo, onde o Serviço Social inicia uma laicização, isto é, o afastamento com os ideais da igreja católica e a inserção no circuito universitário e a constituição de uma massa crítica, como psicologia social, antropologia, ciências sociais etc. É nesse contexto que o Serviço Social se aproxima ao marxismo e ao pensamento crítico (Netto, 2005).

Esse contexto de reconceituação na América Latina, marcado pela crise política, e o florescer de novos valores e a ruptura com as velhas tradições, assim como às revoluções socialistas e populares (Iamamoto, *et al*, 2022, p. 41) impulsionaram,

a procura dos “marxismos” de vários naipes, alimentaram ideários libertários e soldaram a contestação ao instituído, isto é: a exploração colonial, as relações de dependência com os centros mundiais, a exploração dos assalariados, as expropriações de camponeses, as disparidades étnico-raciais, de gênero e as intolerâncias religiosas.

Diante do exposto até aqui, pode-se observar que o movimento de reconceituação foi momento chave para o questionamento das bases do Serviço Social tradicional, assim como da sua aproximação com a teoria crítica e o marxismo. Pode-se inferir também, que nesse processo a



profissão se depara com diversos debates que também compõe o pensamento crítico latino americano, como por exemplo o questionamento das relações de dependência dos países do cone sul com os centros mundiais. No próximo tópico, pretende-se trazer acerca da teoria da dependência, importante teoria debatida no âmbito do pensamento crítico latino americano e como esta pode contribuir para os debates do Serviço Social.

O PENSAMENTO CRÍTICO NA AMÉRICA LATINA E SERVIÇO SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Antes de mais nada, importa evidenciar que foi na segunda metade do século XIX que a sociologia chegou à América Latina, tendo a princípio, suas raízes fincadas na sociologia Europeia e sob dominação colonial. De acordo com Martins (2015), nesse período ser intelectual na região significava estar atualizado com o desenvolvimento que ocorria na Europa. Sendo assim, a região se apropriava de forma subordinada ao pensamento Europeu, incluindo o racismo e a culpabilização da miscigenação como causador dos atrasos sociais e econômicos, e isso ocorre em países com quantidade significativa de população indígena e negra. Porém não se demorou de surgirem pensadores que discordassem desses discursos, o que aflora no horizonte um pensamento mais crítico na América Latina, que diga-se de passagem surge utilizando-se em grande medida, do marxismo (Martins, 2015).

De acordo com Martins (2015), a partir da década de 50, após a institucionalização da sociologia na região, começam a surgir trabalhos de qualidade teórica e metodológica, entre tantos autores de perspectivas mais críticas. Nas décadas seguintes, o pensamento se tornou ainda mais latente, sobretudo com a criação da teoria da dependência, apesar das transformações sociais na América Latina galgadas no contexto de crise e dos regimes militares. (Martins, 2015).

A teoria da dependência entre os pensadores da América Latina surge como resposta e crítica ao desenvolvimentismo, onde nesse contexto se gesta

uma ciência social crítica, focada nos problemas da nossa economia, social, políticas e ideológicas [...] a partir daí a produção teórica latino-americana terá impacto, devido à sua riqueza e originalidade, aos grandes centros produtores culturais, na Europa e nos Estados Unidos, invertendo o sentido do fluxo das ideias que prevaleceram no passado (Martins, 2015, p. 244) ².

² Tradução livre realizada pelo autor.



É importante destacar que a produção crítica da América Latina surge diretamente relacionada à forma subordinada pela qual a região foi inserida no processo capitalista mundial. Através da busca pela essência e da compressão das próprias contradições da região, que diversos intelectuais buscaram a teorização e a reflexão de diversos processos. Pensar a América Latina na sua particularidade, portanto, demandou dos pensadores, a teorização de fenômenos sociais da região, assim como a fundamentação de categorias para explicar as contradições e realidades existentes das particularidades do cone sul.

Como visto, no período histórico em que acontece o movimento de reconceituação ocorre também um processo de avanço do pensamento crítico no âmbito da América Latina e essa simultaneidade não é coincidência, visto que ambos esses processos tem sua nascente no mesmo contexto social, político e histórico que inspirou a ascendência desses processos. A reconceituação foi, portanto, cenário fundamental de influência crítica, tanto para as reflexões que se seguiram entre pensadores da América Latina como para o Serviço Social.

Como visto no tópico anterior, o movimento de reconceituação foi fundamental para uma aproximação do Serviço Social com a teoria social crítica. De acordo com Eiras, Moljo e Duriguetto (2022), o movimento é dotado de várias vertentes e expressões particulares de cada país, porém sua unidade se fundamenta na busca por um Serviço Social Latino Americano, que se ancora “na recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social” e no propósito de atribuir um caráter científico às atividades profissionais. (p. 09)

De acordo com Iamamoto *et al* (2022), a década de 60 foi palco de um quadro político intenso de mobilização e polarização, tendo como viés a transformação social. Que foi expressa por sua vez, “pelo despertar de uma consciência política sobre a situação de subdesenvolvimento, dependência, dominação e exploração a que eram submetidos os povos desse continente.” (p. 35) Esse processo teve como pano de fundo um crescente nacionalismo antinorte-americano que foi expresso sobretudo, na dinâmica da revolução cubana, desta forma nasce no seio desse período a crença na revolução socialista e é diante disto, dentro desse contexto diverso que o Serviço Social



tem o engajamento necessário para questionar o Serviço Social tradicional, que tinha forte influência do Serviço Social norte-americano. (Iamamoto *et al*, 2022)

É importante frisar que esse processo evidencia como a profissão em dado momento do período de reconceituação se aproximou de alguns dos debates acerca da teoria da dependência, um dos principais conceitos do pensamento da região. Inicialmente, esse movimento foi polarizado pelas teorias desenvolvimentistas, diga-se de passagem. Foi a partir de 1969, que o Serviço Social condensou as suas primeiras aproximações com a tradição marxista. O Serviço Social teve forte influência do ideário desenvolvimentista e também se aproximou da vertente que surge como crítica: a teoria da dependência.

Como afirma Layon e Molina (2004, p. 32),

Acreditamos ser oportuno destacar as grandes influências teóricas e políticas que o movimento recebeu. As principais contribuições vieram da teoria da dominação e da dependência, do marxismo, das propostas "consciencializantes" do pedagogo brasileiro Paulo Freire e também da teologia da libertação³.

Dentre os principais autores que contribuíram para a teorização dos processos da América Latina, está Ruy Mauro Marini, um dos principais pensadores da Teoria Marxista da Dependência, que analisou, conforme Martins (2015), como a inserção periférica das economias latino-americanas no capitalismo global gera ciclos de crises e subdesenvolvimento. Marini, em suas obras, destacou também acerca da superexploração da força de trabalho, que segundo o mesmo é um dos mecanismos centrais para entender essas crises econômicas e sociais na região.

Rui Mauro Marini (2000), na conceituação da teoria da dependência, olha de forma crítica para as relações entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mostrando como os países da periferia são explorados e mantidos em uma posição subordinada no sistema capitalista global. Marini diz que a entrada dos países latino-americanos no mercado mundial não traz desenvolvimento, mas sim perpetua o subdesenvolvimento e a dependência. Em vez de progredirem, esses países continuam presos em um ciclo de exploração e desigualdade.

Bambirra (1978), afirma que a dependência é uma característica intrínseca dos países subdesenvolvidos. Para ela, a dependência,

Não é apenas um fenómeno de relações internacionais, de trocas comerciais desfavoráveis aos países subdesenvolvidos; mas são antes relações internas, que configuram uma estrutura

³ Tradução livre realizada pelo autor.



econômico-social cujo caráter e dinâmica são condicionados pela subjugação, exploração e dominação imperialista.⁴

Como afirma Bambirra (1978), essa condição de dependência é bem mais complexa do que se imagina, ultrapassa meras questões econômicas e comerciais, pautando-se em uma condição complexa de dominação. Nessa relação de dependência, há sobretudo a condição da superexploração. Isto é, nos países menos desenvolvidos a exploração do trabalhador ocorre de forma ainda mais intensa. Em termos econômicos, Marini (2000), vai falar acerca da troca desigual entre esses países, isto é, aquilo que é produzido pelos países subdesenvolvidos não é apropriado neles, mas sim nos países desenvolvidos e isso se configura como parte da própria dinâmica de acumulação do capital.

Para Marini (2000), a dependência é uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, onde as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada dessa dependência. Portanto, para o autor, a dependência não pode resultar em nada além de uma maior dependência, e sua superação exige necessariamente a eliminação das relações de produção que a sustentam.

Diante destas exposições, pode-se inferir, portanto, que superar as relações de produção que sustentam a dependência, é superar o próprio capitalismo em si, visto que faz parte da própria estrutura do capital realizar a subordinação dos países subdesenvolvidos para gerar desenvolvimento para os dominantes.

Lira (2022, p. 904), também esclarece que o desenvolvimento da América Latina no sistema capitalista é fruto da expansão capitalista, e assume por sua vez algumas características específicas e são inseridos em um processo

de monopolização, centralização e concentração de empresas multinacionais, seu desenvolvimento encontra-se submetido à aplicação de investimentos do capital estrangeiro. A base material do processo de industrialização da América Latina foi essencialmente dada pelo capital estrangeiro, o que irá condicionar suas estruturas econômicas, políticas e sociais como atrasadas e dependentes.

O questionamento que se faz, diante da definição de países subdesenvolvidos, é: Quais os fatores que levam esses países a serem considerados subdesenvolvidos? Podem evoluir e se tornarem desenvolvidos? A teoria desenvolvimentista, afirma que sim, é possível haver esse desenvolvimento,

⁴ Tradução livre.



porém, a teoria da dependência já afirma, sobretudo como crítica, que essa condição do desenvolvimento, como já dito, faz parte da lógica de produção do capital.

Marini (1973, *apud* Lira, 2018), vai apontar que há dois elementos singulares na formação econômica dos países latino-americanos. Estes elementos são a dependência e a superexploração do trabalho. Nesse contexto, se combina extração absoluta e relativa da mais valia, o que dimensiona o nível desta para apropriação do capital. Para Lira (2022), esta explicação de Marini se baseia na redução da taxa de lucro dos países subdesenvolvidos. Que é fruto por sua vez da transferência desses valores dos países dependentes para os países dominantes.

De acordo com Paz (2023), no contexto da acumulação primitiva, o processo de concentração de capital favoreceu a grande indústria e impulsionou a revolução industrial, e é nesse contexto que a Inglaterra se torna potência econômica da época e em simultaneidade ocorre também a independência dos países da América Latina. (Paz, 2023) Após esse processo de independência política, estes países passam a produzir de forma especializada alimentos e bens primários e enquanto isso, a Europa se especializou na produção de manufatura. Então nesse cenário do capitalismo concorrencial, no século XVIII, se estabelece a divisão internacional do trabalho, tendo dentre suas características essa diferenciação na produção entre os países.

Desta forma, os países do cone sul passam a exportar os bens primários que tem por sua vez, menor valor agregado, enquanto os países dominantes exportam produtos manufaturados que tem maior valor agregado, o que gera esse intercâmbio desigual.

Nesse sentido,

esses monopólios estabelecem, no mercado, um preço superior ao valor da mercadoria. Por meio desse processo, as nações desfavorecidas na troca desigual cedem gratuitamente parte do valor produzido no processo de produção e desenvolvem um mecanismo de compensação à perda de valor no mercado mundial, que é uma maior exploração da força de trabalho, que Marini chama de superexploração do trabalho, constituindo-se uma categoria que está no centro de sua interpretação sobre o capitalismo latino-americano (Paz, 2023, p. 11).

A superexploração, de acordo Marini (1973, *apud* Lira, 2018) é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, que por sua vez tem a remuneração pelo seu trabalho abaixo do seu valor real. Esse processo até aqui apresentado de forma breve, culmina então, no que Marini chama de mais-valia extraordinária, isto, é super lucros dos países dominantes, que é proporcionada por sua vez, por esta dinâmica desigual com os países do cone sul.



Diante do exposto, pode-se inferir que a dependência e suas expressões, como a superexploração, não foram construídas de forma “natural” na história da América Latina, mas sim de forma direcionada pela lógica do capital dos países dependentes, portanto, falar sobre dominação é falar também sobre o sistema capitalista. Desta forma, o debate sobre a teoria da dependência se torna fundamental e contribui sobremaneira a construção do conhecimento do Serviço Social, visto que refletir acerca da sociabilidade capitalista, principalmente sob a ótica de Marx, faz parte do arcabouço teórico e metodológico construído ao longo dos anos na profissão. Então trazer este debate é imprescindível para o Serviço Social Latino-americano, se o objetivo for uma reflexão crítica acerca da realidade particular em que estes países historicamente e atualmente são situados, sobretudo no contexto do aprofundamento da crise do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que nas últimas décadas o Serviço Social tem avançado na construção do conhecimento da profissão, o que cada vez mais dimensiona o Serviço Social como lugar de destaque no universo das Ciências Sociais e humanas. Acredita-se que compreender tais debates, aqui apresentados, é fundamental para a construção do conhecimento do Serviço Social. Uma vez que faz parte também dos seus estudos e produções acadêmicas, pensar de forma crítica os processos da sociedade capitalista.

Como observou-se ao longo desta breve apreciação, foi principalmente durante o movimento de reconceituação que o Serviço Social se aproximou de uma perspectiva mais crítica e com a construção de um Serviço Social Latino-americano. Sobretudo a partir de 1969, que se condensa a aproximação com a tradição marxista que também estava imbricada no pensamento crítico da América Latina através das teorias e metodologias, como por exemplo a “a teoria da dependência”, que se encontra em autores como Rui Mauro Marini.

O presente trabalho também demonstra a necessidade de aprofundamento da presente temática. Visto que este tema ainda se apresenta como uma lacuna, que só pode ser respondida com maior rigor científico através de pesquisas mais amplas e densas, portanto, as reflexões aqui trazidas foram introdutórias e enseja pesquisas futuras.



REFERÊNCIAS

- ALAYÓN, N., MOLINA, M. Acerca del Movimiento de la Reconceptualización. **Revista Prospectiva**/ Universidad Del 32 Valle / 2004 / Nº 9, 2004.
- BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la dependencia**: una anticrítica. México: Era, 1978.
- EIRAS, Alexandra A. L. T. S.; MOLJO, Carina Berta; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Perspectivas histórico-críticas no serviço social**: América Latina, Europa e EUA. Juiz de Fora: Editora Juiz de Fora, 2022.
- IAMAMOTO *et al.* A importância do Centro Americano de Trabajo Social (CELATS) no contexto da reconceituação do Serviço Social na América Latina. In: EIRAS, Alexandra A. L. T. S.; MOLJO, Carina Berta; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Perspectivas histórico-críticas no serviço social: América Latina, Europa e EUA**. Juiz de Fora: Editora Juiz de Fora, 2022.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, p. 608-639, 2014.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: SADER, E. (Org.). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes/CLACSO/Laboratório de Políticas Públicas, 2000. pp. 105-165.
- MARTINS, Carlos Eduardo. **América Latina, dependencia y globalización** / Ruy Mauro Marini; antología y presentación, México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.
- PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós 64. São Paulo: Cortez, 2005.
- PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. Notas sobre Dialética da dependência, de Ruy Mauro Marini. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, p. e-6628340, 2023.

ENTRE DIREITOS E DESAFIOS: O COTIDIANO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CREAS NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO EM PERNAMBUCO

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

LEONARDO PEREIRA DE LIMA ¹

RESUMO: O artigo Entre Direitos e Desafios analisa a atuação do assistente social na execução de medidas socioeducativas em meio aberto no Sertão do São Francisco, em Pernambuco, com ênfase na realidade vivenciada nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). A pesquisa, de abordagem qualitativa e fundamentação teórico-metodológica dialética, parte da experiência profissional do autor e da análise documental e bibliográfica. Os resultados evidenciam desafios estruturais, fragilidade das redes intersetoriais e práticas de resistência que marcam o cotidiano dos profissionais. A análise destaca a centralidade do trabalho ético-político do assistente social na promoção de direitos, inclusão social e fortalecimento da cidadania de adolescentes em conflito com a lei.

Palavras-chave: Serviço social, socioeducação, Sertão, CREAS.

Abstract: The article Between Rights and Challenges analyzes the role of social workers in implementing open socio-educational measures in the São Francisco backlands of Pernambuco, Brazil, focusing on the reality of the Specialized Social Assistance Reference Centers (CREAS). Based on a qualitative approach and a dialectical theoretical-methodological foundation, the study draws from the author's professional experience and documentary and bibliographic analysis. The findings reveal structural challenges, weak intersectoral networks, and resistance practices that shape daily professional routines. The analysis emphasizes the ethical-political role of social workers in promoting rights, social inclusion, and citizenship for adolescents in conflict with the law.

Keywords: Social Work, socio-education, Sertão, CREAS.

INTRODUÇÃO

A presente investigação empírica emerge da vivência profissional do pesquisador no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no município de Dormentes, interior do Sertão do São Francisco, em Pernambuco. Essa experiência cotidiana permitiu observar de forma sistemática os entraves, as potencialidades e as contradições que envolvem a atuação do assistente social na execução das medidas socioeducativas em meio aberto. Diante de um cenário marcado por expressões agudas da questão social, escassez de políticas públicas estruturadas e fragilidade das

¹ Pós-graduado em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho – Universidade Federal do Piauí, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1320498736020733>. Email: leonardo.p.lima@ufms.br. Assistente Social na Prefeitura Municipal de Dormentes – PE. Bacharel em Serviço Social – UCSAL.



redes de apoio, evidencia-se a centralidade do trabalho do assistente social na mediação entre adolescentes em conflito com a lei, suas famílias e os serviços públicos disponíveis.

O CREAS, enquanto equipamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é responsável pela operacionalização das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), conforme estabelecido pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009). A aplicação dessas medidas deve considerar a singularidade de cada adolescente e ocorrer de forma integrada, pedagógica e respeitosa, conforme orienta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990), que enfatiza o caráter educativo, e não punitivo, da responsabilização juvenil.

A atuação profissional nesse contexto se complexifica frente às peculiaridades socioterritoriais do Sertão do São Francisco. A realidade local é marcada por altos índices de pobreza, desemprego, evasão escolar, acesso limitado a serviços especializados e um histórico de invisibilização por parte das políticas públicas. Essas condições favorecem a reincidência de adolescentes em situações de conflito com a lei, exigindo dos profissionais uma atuação proativa, criativa e sensível às particularidades regionais.

Observa-se, na prática cotidiana do CREAS, que o assistente social não apenas executa tecnicamente os encaminhamentos exigidos pelas normativas, mas se envolve em processos de escuta, orientação e articulação com outros setores da rede, como educação, saúde, justiça e cultura. Esse trabalho requer não apenas competência técnica, mas também compromisso ético-político, postura crítica e disposição para o diálogo intersetorial, visando romper ciclos de exclusão social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Entretanto, diversos obstáculos limitam a efetividade da atuação. Entre os principais, destacam-se a sobrecarga de demandas, a insuficiência de profissionais qualificados, a rotatividade nas equipes e a precariedade estrutural dos equipamentos socioassistenciais. Tais desafios são agravados pelo descompasso entre as normativas nacionais e as condições materiais disponíveis nos territórios do interior nordestino, o que impõe ao profissional a necessidade de constante reinvenção de suas estratégias de intervenção.

Para compreender essas dinâmicas, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa de cunho empírico, fundamentada na observação sistemática do cotidiano profissional no CREAS, articulada com o referencial teórico do método dialético, conforme Lakatos (1992), que permite apreender as



contradições sociais e as mediações presentes na realidade. A análise parte da experiência vivida para refletir criticamente sobre a atuação do assistente social, considerando os limites e as possibilidades da prática profissional em contextos de vulnerabilidade e exclusão.

A problemática que orienta este estudo não se resume à efetividade das medidas socioeducativas, mas busca compreender: como a atuação do assistente social no CREAS contribui para a promoção de direitos e o enfrentamento dos desafios impostos pelo contexto social do Sertão do São Francisco - PE? Trata-se, portanto, de uma reflexão que ultrapassa a dimensão técnica da medida e se insere no campo político da defesa de direitos e da transformação social.

Além de buscar:

- Identificar os principais entraves enfrentados pelo assistente social no cotidiano do CREAS;
- Analisar as estratégias desenvolvidas pelos profissionais frente às limitações estruturais e institucionais;
- Refletir sobre o papel político-pedagógico do assistente social na defesa dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei;
- Discutir possibilidades de fortalecimento das práticas profissionais e da rede de proteção no contexto regional.

A relevância deste estudo reside na sistematização crítica de uma prática profissional desenvolvida em território historicamente negligenciado pelas políticas sociais. Ao iluminar as contradições e potências presentes na atuação do assistente social no CREAS, busca-se contribuir para a construção de caminhos mais eficazes e comprometidos com a justiça social, a inclusão e o fortalecimento da cidadania juvenil.

REFERENCIAL TEÓRICO

A atuação do assistente social junto a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas está ancorada em um conjunto de legislações, normativas e diretrizes que orientam o exercício profissional à luz dos direitos humanos e da justiça social. O principal marco legal é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, que garante a proteção integral de crianças e adolescentes e estabelece as medidas socioeducativas como mecanismos



pedagógicos, não punitivos, voltados à responsabilização e à reintegração social dos jovens em conflito com a lei (Brasil, 1990).

Complementando o ECA, a Lei nº 12.594/2012 instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), cuja proposta é organizar e padronizar a execução das medidas em nível nacional. O SINASE enfatiza a corresponsabilidade dos entes federativos e a articulação intersetorial como condições essenciais para a efetividade do atendimento, bem como propõe um atendimento pautado em ações socioeducativas individualizadas e integradas às políticas públicas de saúde, educação, cultura e assistência social (Brasil, 2012).

A atuação do assistente social também é orientada pela Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão, e pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social, estabelecido pela Resolução CFESS nº 273/1993. Esses instrumentos normativos reforçam o compromisso ético-político da profissão com a defesa intransigente dos direitos humanos, o combate às desigualdades sociais e a promoção da cidadania (CFESS, 1993). Nesse sentido, o profissional deve desenvolver sua prática a partir da escuta qualificada, do acolhimento e do respeito às singularidades dos sujeitos atendidos.

A Constituição Federal de 1988 também representa um pilar de sustentação jurídica para a atuação socioassistencial, especialmente por meio dos artigos 203 e 227. O primeiro assegura o direito à assistência social como política pública garantidora de proteção a quem dela necessitar, independentemente de contribuição prévia. Já o segundo explicita a responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade e família na garantia dos direitos das crianças, adolescentes e jovens, conferindo legitimidade às intervenções realizadas no âmbito das medidas socioeducativas.

Além desses marcos legais, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) define diretrizes que orientam a organização dos serviços socioassistenciais, especialmente por meio da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009). A tipificação define que as medidas socioeducativas em meio aberto – Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) – são de competência dos CREAS e integram a Proteção Social Especial de Média Complexidade. Esses serviços devem ser prestados de forma padronizada, garantindo acesso universal, respeito à dignidade e foco na autonomia dos adolescentes.

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é outro componente importante da rede de atendimento. Destinado a indivíduos em situação de violações de direitos, o PAEFI contribui para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, articulando



ações que favorecem a superação das situações de vulnerabilidade. O atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas é realizado de forma integrada a esse serviço, com foco no acompanhamento individualizado, orientação socioeducativa e elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA).

A operacionalização das medidas socioeducativas em meio aberto também é orientada pelo Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, elaborado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2016). Esse documento oferece diretrizes metodológicas para a execução das medidas, destacando a importância da atuação em equipe multidisciplinar, da construção de vínculos e da escuta qualificada como estratégias para fortalecer a adesão dos adolescentes às propostas socioeducativas.

Outro documento relevante é o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, que estabelece princípios e objetivos para o aprimoramento das políticas públicas voltadas ao segmento juvenil em conflito com a lei. Embora não tenha caráter legal, esse plano reforça a necessidade de ações articuladas, contínuas e regionalmente contextualizadas, promovendo o protagonismo juvenil e a valorização da diversidade cultural, étnico-racial e de gênero (Brasil, 2006).

Portanto, a atuação do assistente social no contexto das medidas socioeducativas é respaldada por um arcabouço legal e normativo que lhe confere segurança técnica e política. No entanto, a aplicação desses instrumentos depende diretamente da estruturação adequada dos serviços, da formação contínua dos profissionais e da efetiva articulação com a rede intersetorial. Em regiões como o Sertão do São Francisco, onde há precariedade estrutural e dificuldades específicas, tais diretrizes precisam ser adaptadas à realidade local, respeitando as singularidades socioterritoriais dos adolescentes e suas famílias.

Assim, o trabalho do assistente social se concretiza como um elo entre a norma e a realidade social, exigindo um posicionamento ético, crítico e propositivo. É nesse entrelaçamento entre princípios legais e vivência prática que se constrói uma intervenção comprometida com a transformação das condições de vida dos adolescentes em conflito com a lei, contribuindo para sua inclusão cidadã e a promoção da justiça social.

METODOLOGIA



Esta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza empírica, com caráter exploratório e fundamentação teórico-metodológica baseada no materialismo histórico-dialético. Tal escolha se justifica pela complexidade do objeto investigado — a atuação do assistente social no cumprimento de medidas socioeducativas no Sertão do São Francisco — e pela necessidade de captar as contradições e determinações sociais que permeiam essa prática em contextos de vulnerabilidade.

A pesquisa parte da observação sistemática do fazer profissional do autor enquanto assistente social atuante no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de Dormentes-PE. Essa vivência cotidiana permitiu a construção de uma análise crítica e situada, ancorada na realidade concreta dos sujeitos atendidos e nas dinâmicas institucionais que envolvem a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, como a Liberdade Assistida (LA) e a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Com base nessa experiência prática, a investigação buscou identificar regularidades, desafios, estratégias e mediações presentes no cotidiano dos CREAS que atuam na região. A inserção direta no campo possibilitou não apenas o registro de situações empíricas, mas também a reflexão crítica sobre os limites e as potencialidades da intervenção profissional no interior do Sertão nordestino, espaço historicamente marcado pela ausência de políticas públicas estruturadas.

A metodologia adotada contempla ainda o levantamento e a análise de documentos normativos e orientações técnicas que embasam a política de atendimento socioeducativo. Entre os principais marcos legais utilizados estão o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei do SINASE, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Código de Ética Profissional do Assistente Social e a Constituição Federal de 1988. Esses documentos permitiram correlacionar a prática observada às diretrizes legais e éticas que regem o trabalho profissional.

Para aprofundar o embasamento teórico, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em bases acadêmicas como *SciELO*, *CAPES* e *ResearchGate*, buscando obras que dialogassem com a temática do Serviço Social, medidas socioeducativas, proteção social e juventude em conflito com a lei. O referencial teórico selecionado possibilitou articular os dados empíricos com as discussões contemporâneas da área, contribuindo para o fortalecimento da análise crítica.

A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016), o que possibilitou a identificação de categorias temáticas emergentes da realidade



observada, tais como: fragilidade das redes de apoio, desafios intersetoriais, ausência de infraestrutura, estratégias de mediação e resistência institucional. Essas categorias orientaram a organização dos achados e permitiram sistematizar os elementos mais recorrentes na prática cotidiana dos CREAS.

Importante ressaltar que, embora a pesquisa esteja centrada na experiência do pesquisador, seu caráter empírico e teórico visa ir além do relato pessoal, propondo uma interpretação crítica da realidade observada, com potencial de contribuição para o campo do Serviço Social e das políticas públicas voltadas à socioeducação. A vivência foi tratada não apenas como fonte de dados, mas como instrumento de análise estruturado, mediado por categorias teóricas e princípios ético-políticos da profissão.

Assim, a metodologia adotada neste estudo reflete o compromisso com uma abordagem crítica e situada, que reconhece a complexidade dos fenômenos sociais e valoriza o conhecimento produzido no e a partir do cotidiano profissional. Ao articular observação empírica, análise documental e fundamentação teórica, busca-se conferir rigor analítico e densidade interpretativa à reflexão proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados da pesquisa evidenciam que a atuação do assistente social no CREAS, no contexto do Sertão do São Francisco, é fortemente marcada por barreiras estruturais e institucionais. A precariedade das políticas públicas, a insuficiência de recursos humanos e materiais, e a fragilidade das redes intersetoriais compõem o cenário cotidiano desses profissionais. Tais limitações impactam diretamente a qualidade do atendimento prestado aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, dificultando a efetivação de ações continuadas e integradas.

A ausência de serviços especializados, como atendimento psicológico, pedagógico ou de saúde mental, compromete a articulação necessária para a construção de um projeto de vida viável para os jovens em conflito com a lei. Em muitos municípios da região, o CREAS é o único equipamento público voltado à proteção social especial de média complexidade, o que sobrecarrega

a equipe técnica e limita as possibilidades de atendimento integral, como preconiza o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Ainda que o ECA e demais normativas estabeleçam o caráter pedagógico e não-punitivo das medidas socioeducativas, a realidade vivida nos territórios investigados revela contradições profundas entre o previsto legalmente e o possível de ser implementado. A carência de formação continuada, a rotatividade das equipes e a ausência de diretrizes locais adaptadas às especificidades do Sertão agravam esse descompasso, exigindo dos profissionais criatividade, resistência e engajamento ético-político para garantir o mínimo de proteção aos adolescentes.

O CREAS, nesse contexto, torna-se um ponto de apoio fundamental para os adolescentes e suas famílias. O assistente social atua como mediador entre o sistema de justiça, os serviços públicos e a realidade dos sujeitos atendidos. A construção de vínculos de confiança, o acolhimento humanizado e o reconhecimento das trajetórias de vida são estratégias fundamentais observadas no exercício profissional, sendo esses elementos imprescindíveis para a adesão dos jovens às medidas e para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Um dos desafios frequentemente enfrentados refere-se à distância geográfica entre os municípios do Sertão e os centros urbanos que concentram serviços especializados. Esse fator agrava o isolamento social dos adolescentes e de suas famílias, dificultando o acesso a políticas complementares de saúde, educação, cultura e lazer. A ausência de transporte público regular, de tecnologia da informação adequada e de equipes multidisciplinares reforça o caráter fragmentado e limitado da rede de proteção existente.

Além disso, é notável a falta de instrumentos de planejamento local voltados à realidade da juventude em conflito com a lei. Muitos municípios carecem de diagnósticos socioassistenciais atualizados e de planos de ação intersetoriais que orientem as intervenções do CREAS de forma articulada com outras políticas públicas. Essa lacuna compromete a efetividade do trabalho social, tornando as ações descontinuadas e dependentes da iniciativa individual dos profissionais envolvidos.

Outro ponto crítico é o descompasso entre a legislação e a cultura institucional dos órgãos envolvidos na responsabilização juvenil. Em diversos casos, observa-se que as medidas socioeducativas são tratadas de forma punitiva por setores da justiça e segurança, o que compromete a perspectiva pedagógica e inclusiva prevista em lei. O assistente social, nesse cenário, assume

também o papel de educador dos próprios operadores do sistema, ao promover o debate sobre os direitos da infância e adolescência e sobre o papel emancipador das políticas públicas.

Por fim, destaca-se que, mesmo diante das adversidades, os CREAS do Sertão do São Francisco têm se consolidado como espaços de resistência e cuidado. A atuação dos assistentes sociais, pautada na ética, no compromisso com a justiça social e na defesa dos direitos humanos, tem possibilitado práticas inovadoras e sensíveis ao contexto territorial. A escuta qualificada, a valorização das histórias de vida e o estímulo ao protagonismo juvenil são estratégias que vêm sendo construídas cotidianamente, reafirmando o papel transformador do Serviço Social na promoção de uma cidadania ativa e inclusiva.

A prática profissional aponta que o êxito das medidas socioeducativas está diretamente relacionado à capacidade do assistente social de compreender a complexidade das demandas e as singularidades de cada adolescente. Muitos desses jovens enfrentam rupturas afetivas, estigmas sociais e exclusão histórica, o que reforça a necessidade de abordagens que valorizem o protagonismo juvenil e promovam a autonomia de forma crítica e emancipada.

Outro aspecto central observado é a fragilidade das articulações intersetoriais. Ainda que o discurso institucional reforce a importância do trabalho em rede, na prática há grande dificuldade de envolvimento dos setores da saúde, educação, cultura e segurança na efetivação de um atendimento integrado. Muitas vezes, o CREAS acaba assumindo responsabilidades que extrapolam sua competência técnica e legal, em razão da omissão ou inexistência de outros serviços.

Apesar dos desafios, a prática revela também experiências significativas de resistência e criatividade no enfrentamento das adversidades. Profissionais desenvolvem ações educativas, rodas de conversa, visitas domiciliares qualificadas e articulações com lideranças comunitárias como estratégias de enfrentamento às ausências institucionais. Essas práticas, embora muitas vezes isoladas e pouco valorizadas, demonstram o compromisso dos assistentes sociais com a defesa dos direitos e com a construção de alternativas possíveis no interior do Sertão.

Assim, os resultados da pesquisa indicam que a atuação do assistente social no CREAS é marcada por contradições que expressam as desigualdades estruturais do território. Ao mesmo tempo em que enfrentam limitações institucionais, esses profissionais constroem práticas que buscam ressignificar as medidas socioeducativas como espaços de escuta, cuidado e transformação social.

Nesse processo, a dimensão ética, crítica e política do Serviço Social se afirma como elemento fundamental na promoção dos direitos da juventude sertaneja.

PROPOSIÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA SOCIOEDUCAÇÃO NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO EM PERNAMBUCO

Considerando os desafios identificados ao longo deste estudo, bem como a complexidade que envolve a prática profissional no CREAS, torna-se imprescindível avançar na formulação de propostas concretas que contribuam para o fortalecimento da política de socioeducação em meio aberto. Essas proposições devem dialogar com as especificidades territoriais do Sertão do São Francisco e estar alinhadas ao projeto ético-político do Serviço Social, que preconiza a defesa intransigente dos direitos humanos e a promoção da justiça social (CFESS, 1993).

Uma das proposições centrais refere-se à formação continuada dos profissionais que atuam no CREAS. A constante atualização teórica, metodológica e ética é fundamental para enfrentar os desafios impostos pela precarização institucional e pela complexidade das demandas apresentadas pelos adolescentes em conflito com a lei. A ausência de formação sistemática compromete a qualidade da intervenção e fragiliza a postura crítica necessária ao enfrentamento das desigualdades sociais. Nesse sentido, é urgente a implementação de programas de capacitação permanentes, com temáticas voltadas à socioeducação, juventude, direitos humanos, intersetorialidade e análise de conjuntura.

Além disso, é fundamental o fortalecimento da supervisão técnica e do apoio institucional às equipes. A supervisão, prevista nas normativas do SUAS, deve ser compreendida como espaço de análise da prática, de elaboração coletiva de estratégias e de enfrentamento do desgaste emocional inerente ao trabalho com violações de direitos. No Sertão, onde a realidade é marcada pela sobrecarga de trabalho e pela carência de suporte institucional, a ausência da supervisão configura-se como uma violação ao direito dos próprios trabalhadores do SUAS.

Outro aspecto crucial diz respeito à necessidade de planejamento territorializado das ações socioeducativas. A elaboração de diagnósticos sociais locais e a sistematização de dados sobre a realidade da juventude atendida são ferramentas essenciais para orientar as intervenções de forma qualificada. O Plano Individual de Atendimento (PIA), por exemplo, precisa refletir as reais condições de vida do adolescente e apontar estratégias viáveis de acompanhamento, considerando os



limites e as potencialidades do território. Quando o PIA é elaborado de forma genérica e descolada da realidade, ele se torna apenas um instrumento burocrático, esvaziado de efetividade.

No mesmo sentido, propõe-se a criação de comissões intersetoriais permanentes nos municípios, com a participação de representantes da assistência social, saúde, educação, cultura, segurança pública e do sistema de justiça. Essas comissões devem se reunir regularmente para discutir casos, articular fluxos e planejar ações integradas. A lógica da corresponsabilidade, prevista no SINASE (Brasil, 2012), precisa ser materializada na prática cotidiana, superando a fragmentação das políticas públicas e evitando que o CREAS se torne o único responsável pela execução das medidas.

A interiorização dos serviços especializados também é uma medida necessária para garantir o acesso integral aos direitos. Psicólogos, pedagogos, terapeutas ocupacionais, orientadores culturais e profissionais da saúde mental devem estar disponíveis de forma regular aos adolescentes em cumprimento de medidas. Em muitos municípios do Sertão, esses serviços simplesmente não existem ou são oferecidos de forma extremamente limitada, comprometendo a efetividade das ações previstas no acompanhamento socioeducativo. A ampliação das equipes multidisciplinares é, portanto, uma condição estruturante para qualificar o atendimento.

Além da ampliação dos serviços, é fundamental promover a valorização do protagonismo juvenil como princípio orientador das ações. Os adolescentes atendidos pelas medidas socioeducativas não devem ser vistos apenas como destinatários passivos de intervenções, mas como sujeitos de direitos, com voz e potencialidades. A realização de oficinas, grupos temáticos, atividades culturais, rodas de conversa e espaços de escuta qualificada são práticas que fortalecem a autonomia, o senso crítico e o pertencimento comunitário, conforme orienta o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (Brasil, 2006).

A participação das famílias no processo socioeducativo é outro elemento indispensável. O envolvimento familiar contribui para a ressignificação dos vínculos, o fortalecimento da rede de apoio afetivo e a construção de alternativas ao ciclo da exclusão. Contudo, esse envolvimento não pode ocorrer de forma impositiva ou moralizante. É necessário reconhecer os limites objetivos enfrentados pelas famílias — como pobreza, desemprego, baixa escolarização e acesso precário a políticas públicas — e oferecer suporte técnico e humanizado no acompanhamento, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).



Adicionalmente, é urgente o investimento na infraestrutura física e tecnológica dos CREAS. Muitos desses equipamentos funcionam em prédios inadequados, com salas improvisadas, ausência de privacidade para os atendimentos e carência de recursos básicos, como transporte e internet. A superação dessas precariedades deve ser vista como prioridade pelos gestores municipais, estaduais e federais, uma vez que comprometem diretamente a dignidade do atendimento e a segurança dos profissionais e usuários.

Outra proposta importante refere-se à implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação contínua das medidas socioeducativas em meio aberto. A sistematização de dados, a produção de indicadores locais e a escuta dos adolescentes e famílias atendidas podem contribuir significativamente para o aprimoramento das práticas e para o enfrentamento das desigualdades estruturais. O uso da pesquisa como instrumento de gestão e planejamento deve ser estimulado nos municípios, em articulação com universidades, conselhos de direitos e fóruns regionais.

Cabe também destacar a importância de ações de incidência política e mobilização social. O assistente social, como sujeito histórico, deve estar inserido em espaços coletivos de formulação e controle social das políticas públicas. A articulação com conselhos municipais, fóruns de defesa de direitos e movimentos sociais amplia o alcance da atuação profissional e fortalece a luta por políticas públicas estruturantes no interior do país. A prática crítica e propositiva, nesse sentido, é inseparável da dimensão política do trabalho social.

Além das propostas técnicas e institucionais, é necessário reafirmar a centralidade da dimensão ética na prática do assistente social. Em contextos adversos como o do Sertão do São Francisco, manter o compromisso com a dignidade dos sujeitos, com a escuta sensível e com a mediação respeitosa é, por si só, uma forma de resistência. A postura ética se manifesta nas pequenas ações cotidianas, na linguagem utilizada, na forma como se acolhe, orienta e acompanha os adolescentes e suas famílias.

A construção de protocolos locais de atendimento, elaborados de forma participativa pelas equipes dos CREAS, pode contribuir para dar maior segurança e sistematização às práticas. Tais protocolos devem respeitar a flexibilidade exigida pela complexidade dos casos, mas também oferecer parâmetros claros de atuação, baseados nas normativas nacionais e na realidade regional. Isso fortalece a autonomia dos profissionais e reduz as arbitrariedades decorrentes da ausência de diretrizes locais.



É igualmente necessário investir na visibilidade pública das ações desenvolvidas pelos CREAS, a fim de sensibilizar a sociedade sobre a importância das medidas socioeducativas e combater o estigma que recai sobre os adolescentes em conflito com a lei. Ações educativas nas escolas, campanhas de valorização da juventude e eventos comunitários podem ajudar a construir uma cultura de direitos no território e fortalecer os vínculos entre os equipamentos públicos e a população.

Por fim, todas essas proposições só poderão se materializar a partir do compromisso político dos gestores e da garantia de financiamento público estável e suficiente. Sem recursos, nenhuma diretriz será efetivada de forma consistente. Por isso, é fundamental que os planos municipais e estaduais de assistência social incorporem de forma clara as demandas da socioeducação, incluindo previsão orçamentária, metas de expansão de serviços e estratégias de interiorização das políticas.

Essas proposições, ancoradas nas análises desenvolvidas neste estudo, não se pretendem exaustivas, mas apontam caminhos possíveis para qualificar a atuação dos assistentes sociais e fortalecer a rede de proteção no Sertão do São Francisco. Trata-se de reafirmar que a efetividade das medidas socioeducativas em meio aberto depende, sobretudo, de vontade política, escuta qualificada e compromisso ético com os sujeitos que vivem nas margens do direito, mas que seguem insistindo em reinventar possibilidades de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O compromisso ético-político do assistente social, conforme orienta o projeto profissional crítico, exige uma leitura aprofundada da realidade e a busca por estratégias que articulem a garantia de direitos com a transformação social. No contexto do Sertão do São Francisco, essa postura se materializa em ações que vão além da resposta imediata às violações de direitos. Envolve o reconhecimento das múltiplas determinações que atravessam a vida dos adolescentes — como o racismo, a pobreza, a violência institucional e a negação histórica de políticas públicas efetivas — e a construção de práticas que busquem enfrentar essas desigualdades de forma crítica e propositiva.

A ausência de políticas públicas territorializadas, aliada à centralização de decisões em esferas distantes da realidade local, compromete diretamente a efetividade da socioeducação em meio



aberto. O planejamento das ações, muitas vezes, desconsidera os saberes produzidos pelos profissionais que atuam nos territórios, o que dificulta a elaboração de respostas que dialoguem com as necessidades reais dos sujeitos atendidos. A construção de Planos Individuais de Atendimento (PIA), por exemplo, se fragiliza quando não há articulação intersetorial efetiva ou quando os serviços previstos no plano simplesmente não existem no município.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer a dimensão formativa do trabalho do assistente social, não apenas no acompanhamento dos adolescentes, mas também na sensibilização da rede e na incidência política junto aos gestores locais. A formação continuada das equipes, conforme previsto nas diretrizes do SUAS e do SINASE, deve ser compreendida como um investimento estratégico para a qualificação das práticas e para a construção de uma rede de proteção mais integrada, crítica e comprometida com a defesa dos direitos humanos. Sem isso, as medidas correm o risco de serem esvaziadas de seu conteúdo emancipatório, tornando-se meras formalidades processuais.

Por fim, este estudo evidencia que a eficácia das medidas socioeducativas em meio aberto depende menos da rigidez dos protocolos e mais da escuta, do diálogo e da construção coletiva de alternativas viáveis à realidade dos adolescentes. A atuação do assistente social, ao incorporar a complexidade dos contextos em que está inserido, revela-se como um espaço privilegiado de mediação entre o legal e o real, entre a política e o território. É nessa mediação que reside a potência do Serviço Social: transformar desafios em possibilidades, reafirmando o compromisso com uma sociedade mais justa, plural e democrática.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 jan. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2009.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Resolução CFESS nº 273/1993. Brasília: CFESS, 1993.



IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2013.



SERVIÇO SOCIAL E O CÁRCERE: CONSTRUÇÕES E TRAVESSIAS

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

RENATA MARIÁ BORSOI¹

CRISTIANE CARLA KONNO²

RESUMO: Ante a realidade social constituída pelas expressões da “questão social”, o Serviço Social se mobiliza na construção cotidiana do projeto ético-político profissional que tem a liberdade como valor central e a defesa intransigente dos direitos humanos, dentre os princípios éticos, que embasam a intervenção profissional sob um conjunto de desigualdades sociais. Assim, o Serviço Social, se posiciona contra toda forma de exploração e opressão, em favor das bases que legitimam o projeto societário em defesa da classe trabalhadora. Neste sentido, este escrito se mobiliza no objetivo de traçar os caminhos históricos vivenciados pela profissão de Serviço Social, na especificidade do espaço ocupacional sócio-jurídico, atravessado pelo cárcere, considerando-o como uma instância de controle social para a manutenção da sociabilidade do capital.

Palavras-Chave: Serviço social, cárcere, intervenção profissional.

ABSTRACT: In the face of the social reality constituted by the expressions of the ‘social question’, the Social Service mobilizes in the day-to-day construction of the ethical-political professional who has liberty as a core value and the uncompromised defense of human rights, among the ethical principles, which support the professional intervention of a set of social inequalities. Thereby, the Social Service, positions itself against all forms of exploration and oppression, in favor of the bases who legitimize the social project in defense of the working class. In this sense, this writing mobilizes in the objective of tracing the historical ways lived by the Social Services profession, more specific in the occupational social-legal space, crossed by jail, considering it like an instance of social control for the maintaining of sociability of capital.

KEYWORDS: Social work, prison, professional intervention.

INTRODUÇÃO

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro Oeste- UNICENTRO, (2022). Discente do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Serviço Social, nível de Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Residente Técnica de Serviço Social, pelo Programa de Especialização em Gestão da Segurança Pública da Universidade Estadual do Paraná UNESPAR, RESTEC/GESP - na modalidade residência técnica-especialização. Especialista em Serviço Social no campo Sociojurídico e Gênero e Sexualidade- pela instituição educacional Educa Minas (2022) e Gestão da Segurança Pública (UNESPAR). ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4949653052958751>.

² Graduada (1994) em Serviço Social, mestre (2003) e doutora(2020) em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Docente do Curso de graduação e Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/Campus de Toledo-Pr. Membro do Grupo de Pesquisa em Fundamentos do Serviço Social: trabalho e "questão social", do Curso de Serviço da Unioeste/Campus de Toledo-Pr, Coordenadora Geral do Programa CapacitaSUAS executado pela Unioeste, Membro do Núcleo Nacional de Educação Permanente do SUAS,(NUNEPSUAS) como professora pesquisadora da área. ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7177909103669155>.



O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, regulamentada por leis e legitimada por um conjunto de práticas, que estabelecem competências, atribuições e que mobilizam discussões sólidas, que envolvem escolhas teóricas, técnicas, éticas e políticas. Trata-se de uma profissão orientada por um compromisso ético, em que a liberdade é o valor central. Esse compromisso está inserido em um projeto radicalmente democrático, fundamentado na análise da totalidade social e sustentado por uma perspectiva crítica e reflexiva.

Esta profissão, nasce sob o contexto do capitalismo, em que se expressam características conservadoras, pautadas na doutrina religiosa e no racionalismo higienista. No ato inicial, a profissão se coloca no terreno interventivo, como solucionador de problemas, no atendimento de necessidades, sejam elas morais, materiais e sociais, que culminam numa imagem social da profissão como expressão de ajuda, caridade e filantropia (Yazbek, 2009).

Desde sua gênese até a contemporaneidade, o Serviço Social tem passado por um processo contínuo de renovação, refletido em suas intervenções profissionais. Essa renovação baseia-se na formulação de tendências e na apropriação de teorias sociais, que se consolidam na interlocução com a profissão. Assim, delineiam-se eixos de discussão orientados por uma perspectiva dialética, na qual a realidade é compreendida como um movimento não linear, contraditório e gerador de novas formas de reprodução social.

Sob a égide da sociabilidade capitalista, o Serviço Social, como profissão se estabelece num elo de enfrentamento à denominada “questão social”³, as suas expressões e características que dinamizam a forma com que a classe trabalhadora organiza e vivencia a sua existência.

Neste escrito, será abordada a mobilização histórica e teórico-metodológica que fundamenta o Serviço Social e suas intervenções, especificamente, no espaço sócio ocupacional no âmbito do sistema prisional.

UM RESGATE HISTÓRICO: O SERVIÇO SOCIAL EM CONSTRUÇÃO

³ Conforme Iamamoto (2008, p. 10) a questão social é “parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social”.



As concepções que consolidam o Serviço Social como uma profissão interventiva e crítica são fruto de uma trajetória histórica e processual marcada por construções, reconstruções, rompimentos, renovações e reconceituações. Ao longo desse percurso, que vai desde suas origens até a contemporaneidade, a profissão tem se legitimado por meio de ideais democráticos, anticapacitistas, antirracistas e, sobretudo, anticapitalistas.

Em sua gênese, o Serviço Social surge vinculado à prática da ajuda, orientada por princípios da doutrina social da Igreja Católica, sustentados em valores como a benevolência, o cuidado e o amor ao próximo. Essa origem se insere no contexto da expansão do capitalismo industrial, período em que amplos contingentes populacionais se encontravam em situação de empobrecimento. Nesse cenário, a profissão, então ancorada em ideais doutrinários católicos, se propunha a “solucionar problemas” e a intervir sobre a “moral” dos sujeitos, oferecendo conselhos e “ajuda” material.

Essas práticas derivam de um processo no qual o Serviço Social era mediado por um pensamento de base neotomista e tomista, influenciado por São Tomás de Aquino e pelo ideário franco-belga (Yazbek, 2009).

Nesse contexto de relação com a Igreja Católica, o Serviço Social estabelece seus primeiros objetivos políticos e sociais, fundamentados em princípios conservadores e influenciados pela teoria social positivista. Essa teoria buscava tecnificar o conservadorismo católico, orientando a intervenção profissional para as relações sociais aparentes, com o objetivo de promover ajustes e conservar os moldes sociais existentes, especialmente no que se refere à ordem, à moral e à caridade. Tal processo emergiu como resposta às novas exigências do capital, que demandavam do Serviço Social uma atuação mais qualificada e sistematizada em seu espaço sócio-ocupacional. Iamamoto (1992, p. 21) descreve esse momento como um “arranjo teórico-doutrinário”, no qual se articulam o discurso humanista cristão e o instrumental técnico de base positivista.

A partir da década de 1960, diante da imposição de um modelo de desenvolvimento excludente e subordinado na América Latina, a profissão passou a questionar seu tradicionalismo e suas funções doutrinárias. Esse cenário impulsionou um movimento de revisão crítica e ampla da prática profissional, conhecido como Movimento de Reconceituação. Esse processo desencadeou debates e transformações nos âmbitos teórico, metodológico, operativo e político, provocando a emergência de novas tendências e posicionamentos no interior da profissão.



Durante esse período, a ascensão de ditaduras militares e regimes autoritários na região marcou profundamente a conjuntura social e política, influenciando também o campo das ciências sociais e o Serviço Social. Diante disso, novas e amplas discussões foram mobilizadas, contribuindo para a redefinição do projeto ético-político da profissão (Yazbek, 2009).

Com o passar do tempo e o acúmulo de discussões em diferentes esferas, especialmente em eventos como o Seminário de Araxá (1967) e o Seminário de Teresópolis (1970), o Serviço Social passou a se reorganizar em torno de diferentes vertentes de análise. Dentre elas, destaca-se a vertente modernizadora, vinculada à matriz positivista, que propunha uma modernização conservadora da profissão, mantendo os fundamentos técnico-burocráticos e ajustando-se às exigências do capital. Outra vertente foi a fenomenológica, caracterizada por uma metodologia dialógica e subjetivista, que promoveu uma reatualização do conservadorismo por meio de uma abordagem centrada na experiência individual e na relação interpessoal entre assistente social e usuário.

Por fim, a vertente marxista representou um marco de ruptura com as abordagens anteriores, ao direcionar a consciência profissional para a análise da sociedade de classes, especialmente a classe trabalhadora, e suas contradições estruturais. Essa perspectiva propunha uma intervenção crítica e transformadora, pautada na compreensão das expressões da questão social como resultantes da lógica do modo de produção capitalista.

A vertente marxista, porém, adentrou a profissão de maneira contraditória e frágil, num processo de marxismo equivocado. No entanto, mesmo com um referencial precário, a profissão, inicia o processo de ruptura com o Serviço Social Tradicional, pensando a profissão em sua dimensão sociopolítica (Yazbek, 2009).

De forma processual e não linear, as décadas de 1980 e 1990 marcaram o Serviço Social por um fortalecimento do referencial teórico marxista, que passou a fundamentar uma abordagem analítica crítica da profissão, compreendendo-a como parte integrante da sociedade e participante dos processos de reprodução das relações sociais. Nesse período, destacam-se análises voltadas ao rompimento com as bases conservadoras, sendo incorporadas contribuições fundamentais de autores como Antonio Gramsci (com o conceito de hegemonia e o papel da sociedade civil), Agnes Heller (com a valorização do cotidiano) e Georg Lukács (com a ontologia do ser social e o papel do trabalho como princípio fundante do ser social). Essas influências alinham a profissão a novas perspectivas ideopolíticas e teórico-metodológicas.



Sob esse horizonte, discutir temas como Estado, sociedade civil, mundo dos valores, hegemonia, cotidiano, ontologia do ser social e trabalho significa posicionar o Serviço Social dentro de um projeto crítico, comprometido com transformações sociais e com uma leitura ampliada e dialética da realidade social (Yazbek, 2009).

Esse processo de renovação teórica, metodológica e interventiva é fruto de um debate plural, marcado pela interlocução entre diferentes correntes de pensamento e tendências político-profissionais. Essa pluralidade, por sua vez, emerge em meio a contradições e disputas, configurando um campo de confronto no interior da profissão, não apenas teórico, mas também prático e político.

Nesse cenário, o marxismo assume centralidade, orientando a produção de conhecimento no Serviço Social, que passa a construir uma bibliografia própria e crítica, fortalecendo sua autonomia intelectual. Essa produção ocorre em interlocução com o campo das ciências sociais e humanas, tanto no Brasil quanto internacionalmente.

A pós-graduação emerge, então, como um espaço privilegiado para o desenvolvimento teórico e o aprofundamento das discussões sobre a profissão, consolidando o Serviço Social como campo de conhecimento e prática no interior da divisão social e técnica do trabalho, não mais como uma profissão em afirmação, mas em processo de consolidação. Nesse período, ampliam-se as reflexões sobre o capitalismo, a democracia, as políticas sociais e a assistência social, ao mesmo tempo em que a profissão se mobiliza no campo interdisciplinar, ganhando reconhecimento institucional como área de pesquisa junto ao CNPQ.

Neste movimento de representação e afirmação profissional, o Serviço Social vivencia um processo de maturação teórica, ética e política. Conforme aponta Yazbek (2009, p. 13), trata-se de uma "maturação que se expressa na passagem dos anos 1980 para os anos 1990, com rupturas em relação ao tradicional conservadorismo". Essa maturidade se manifesta por meio da ampliação e democratização dos posicionamentos teórico-metodológicos e ideopolíticos, amparada por importantes marcos institucionais e legais, como a Constituição Federal de 1988, o Código de Ética Profissional de 1993, as Diretrizes Curriculares de 1996 e a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662, de 07/06/1993).

Nesse contexto, o Serviço Social passa a ocupar uma nova posição na cena pública: deixa de atuar apenas como executor de políticas sociais para se inserir nos processos de elaboração, formulação e gestão dessas políticas. Um exemplo significativo desse avanço é a participação da



categoria na construção e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), marco importante na consolidação da assistência social como política pública de direito.

Na contemporaneidade, diante do avanço do neoliberalismo, do sucateamento das políticas sociais, da precarização das condições de trabalho e do desmonte de direitos historicamente conquistados, o Serviço Social se depara com novos desafios. Entre eles, destaca-se a necessidade de compreender as dinâmicas do capital, do trabalho e do sistema de proteção social, que moldam as expressões da questão social na atualidade. Em um cenário marcado pela lógica filantrópica e por transformações societárias profundas, a profissão é desafiada a criar e mobilizar estratégias críticas de intervenção.

Segundo Yazbek (2009), esses desafios devem ser enfrentados por um Serviço Social maduro, articulado a um projeto ético-político que promova um posicionamento crítico, integrando "valores, escolhas teóricas e interventivas, ideológicas, políticas, éticas" (Yazbek, 2009, p. 18). Assim, a década de 1990 representa um marco na consolidação desse projeto, fundamentado na recusa ao conservadorismo e na adoção de práticas pautadas por uma intervenção crítica, reflexiva e não meramente tecnicista ou pragmática.

Portanto, é nesse percurso histórico que o Serviço Social se firma como profissão interventiva, presente em distintos espaços sócio-ocupacionais e políticas públicas, atuando em múltiplas dimensões da realidade social. Dentre esses espaços, destaca-se a política de segurança pública, com ênfase no sistema penitenciário, foco central da presente reflexão.

O CÁRCERE COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL E A INTERVENÇÃO REQUISITADA AO SERVIÇO SOCIAL

Segundo Lemos *et al.* (2021, p. 31), “a história do capitalismo é, sobretudo, uma história de desigualdades”, marcada por feitos racistas, eurocêntricos e atravessada por relações de poder e apropriação. Esta história estrutura a realidade social, constituídas por desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais que acometem as condições de vida da população, sob variadas expressões da questão social: desemprego, fome, acesso precário ou nulo a saúde, educação, moradia, dentro outras necessidades concretas, mas também expressas no racismo, na violência e violação de direitos. Sob esta realidade que se institui a intervenção profissional do Serviço Social, que na medida



em que o capitalismo age para acumular e concentrar o capital, por meio do acirramento da exploração do capital sobre o trabalho, mais aprofunda a questão social, e, por conseguinte, complexifica e amplia as demandas para o Serviço Social

A partir da reconceitualização do Serviço Social, alinhado à teoria social crítica, a profissão é convocada a intervir sobre as expressões da questão social, construídas e agravadas pelas contradições do sistema capitalista. Sua atuação busca contribuir para a garantia de direitos, a promoção da dignidade humana e a efetivação da justiça social, por meio de práticas voltadas à defesa dos direitos humanos e sociais (Lemos *et al*, 2021)

Em contrapartida, o capitalismo para manter-se vigente, se estrutura pela necessidade de controle social, regulação de comportamentos e manutenção da propriedade privada, apoiado pelo Estado em sua fase monopolista, que além de exponenciar no fenômeno basilar que o sustento - a exploração, refuncionaliza as funções do Estado, que deixa de interferir na esfera econômicas para intervir pontualmente na esfera social, sob a forma de políticas sociais setoriais.

A classe trabalhadora explorada e expropriada, especialmente suas frações mais vulnerabilizadas, como a juventude negra, periférica e empobrecida, é quem mais vivencia as expressões da questão social e, por consequência, torna-se alvo prioritário das políticas repressivas do Estado, tendo o sistema penal como um de seus pilares, e, simultaneamente, se dispõe como espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social

Se faz necessário mencionar que historicamente apropriado o sistema prisional, exerce a função de manter a ordem social vigente e proteger os interesses da classe dominante. Essa relação entre sistema penal e capitalismo é carregada de uma dimensão histórica e funcional, pois é a partir dela que se revelam os mecanismos de punição e controle dos corpos considerados disfuncionais à lógica da produção e da acumulação capitalista.

No Brasil, conforme aponta Iamamoto (2008), o capitalismo se desenvolveu sob forte domínio imperialista e é marcado por desigualdades internas profundas. Essas desigualdades se expressam na concentração de renda, de poder e de prestígio, especialmente em dimensões raciais e regionais. Nesse contexto, o sistema penal assume um papel ativo na manutenção da ordem, ao criminalizar e punir os corpos que ameaçam essa estrutura, principalmente os negros, indígenas e pobres, que têm sua existência marginalizada e constantemente criminalizada.



A prisão, portanto, torna-se uma instituição central na dinâmica punitiva do capital, fundamentada na proteção da propriedade privada e na repressão daqueles que, de alguma forma, desafiam a normatividade estabelecida. No ordenamento jurídico brasileiro, essa lógica está presente na Constituição Federal de 1988 e no Código de Processo Penal (1941), aos quais estabelecem os marcos legais para a privação de liberdade, entendida como resposta às chamadas “quebras de pacto social”⁴ (Conceição, 2021).

A atual conjuntura do sistema carcerário, de acordo com a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) o levantamento de informações penitenciárias realizado no segundo semestre de 2024, divulga em site oficial:

O total da população em cumprimento de pena no Brasil é de 909.067 pessoas, número que soma pessoas em prisão domiciliar (235.051) com pessoas em celas físicas (674.016), aqueles que, independentemente de saídas para trabalhar e estudar, dormem no estabelecimento prisional. Também houve aumento na quantidade de custodiados em monitoração eletrônica: são 122.102 monitorados. A população em prisão domiciliar, que não usa equipamento de tornozeleira eletrônica, é de 112.949 pessoas. Os dados apontaram que subiu para 170.415 o número de indivíduos em atividades laborais (aumento de 25,41%) e que o número de indivíduos em atividades educacionais subiu para 151.666 (aumento de 27,39%). Na saúde foram realizados mais de 10 milhões de procedimentos entre consultas médicas, odontológicas, intervenções cirúrgicas, exames, testagens, vacinas, suturas e curativos (SENAPPEN, 2025).

De acordo com Agência Brasil de Comunicação, em pesquisa “dos mais de 850 mil presos no país, cerca de 70% são negros, um universo de 470 mil pessoas. Os números escancaram o racismo estrutural no sistema carcerário brasileiro” (Ribeiro, 2024). Importante evidenciar, que desde que o dado do Anuário Brasileiro de Segurança Pública iniciou os registros, em 2005, a questão racial preservou esta proporção, admitindo, portanto, que o processo criminal tem cor, além do lotamento, da má qualidade de saúde e higiene, do tempo de prisão maior do que o estabelecido na condenação, e da presença de facções criminosas que tensionam constantemente o ambiente.

É nesse contexto que o Serviço Social é inserido no sistema prisional, com atribuições definidas pela Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984). A legislação estabelece, nos artigos 22 e 23, as funções da assistência social na prisão, como o amparo ao preso e ao internado e a preparação para o retorno à liberdade. Contudo, a forma como o texto legal refere-se ao "Serviço Social" ainda traz resquícios conservadores, mantendo a confusão conceitual entre assistência social, denominada

⁴ Quebra de pacto social: quebra dos consensos estabelecidos para a vida em sociedade.



como política social e a profissão de Serviço Social, que mediante o curso e nível superior, forma profissionais assistentes sociais.

Outras manifestações de concepções conservadoras presentes no mesmo documento, referem-se aos termos: como "família desintegrada" ou "indivíduo disfuncional" (Brasil, 1984). Estas tendências estiveram presentes no Serviço Social tradicional, fomentado no contexto inicial da história da profissão no Brasil, entre 1930 e 1940, pautado no positivismo reforçado pelo moralismo cristão e pela prática da psicologização das mazelas da questão social, tratada como responsabilização individual. Para Netto, o Serviço Social tradicional era a

[...] A prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa que, de um ponto de vista claramente funcionalista visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável (Netto, 2001, p. 6).

Contudo, os modelos importados para o Serviço Social e a dimensão teórico- metodológicas e ético-políticas não sustentavam a complexidade em que a realidade capitalista, associada a conjuntura militar, deram conta de provocar no contexto da América Latina e Brasil, instaurando um amplo movimento de questionamento da profissão e do imperialismo capitalista em efetivação, denominado de Movimento de Reconceituação do Serviço Social:

A reconceituação do Serviço Social, além de ser um grande marco para a profissão, foi a transformação do Serviço Social perante a realidade, mas principalmente a tentativa de construir um serviço social questionador, com um novo paradigma, buscando a criticidade e a formulação de novas teorias, como também o investimento na pesquisa. [...] reconceituação do serviço social como um movimento, que tem se caracterizado, para muitos de nós, como um processo de desconstrução de um paradigma dominante na formulação teórica e prática do serviço social e de construção de um paradigma questionador e crítico da ordem dominante, expresso de distintas formas, como: “serviço social crítico”, “serviço social dialético” ou “serviço social marxista” (Faleiros, 2005, p. 22).

Nesse sentido, embora a profissão tenha se renovado, amparado pela teoria crítica na construção do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, do Código Ético Profissional de 1993, e das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social de 1996, bem como o conjunto de resoluções e normativas profissionais do Conselho Federal de Serviço Social, como instrumentos orientadores da profissão na contemporaneidade - o sistema prisional preserva a perspectiva tradicional positivista.



Assim, a atuação profissional neste campo sofre tensões entre determinações institucionais burocráticas e imediatistas e as possibilidades de uma prática crítica e propositiva. Frequentemente, a ação do assistente social é reduzida à operacionalização de serviços, o que limita sua função pedagógica, de mobilização, planejamento, investigação e promoção de direitos (Conceição, 2021).

Para Silva (2010, p. 150) “[...] num campo de extrema tensão entre duas requisições: manter a ordem social – por meio de instrumentos e práticas de coerção e controle que integram a natureza e as funções precípuas das instituições empregadoras – e garantir direitos.

Apesar dos avanços teóricos, metodológicos e éticos, conforme discutido neste ensaio, o Serviço Social, ainda enfrenta barreiras institucionais e culturais que o remetem a um modelo tradicional. Cabe, portanto, à categoria profissional afirmar a sua atuação sob bases críticas, dialéticas e emancipatórias, conforme os princípios do Código de Ética Profissional de 1993, comprometido com a liberdade, os direitos humanos, a justiça social e a equidade.

Assim, o campo do exercício profissional de assistentes sociais no sistema prisional deve ser constantemente tensionado, em direção a uma intervenção que não se limite à execução de procedimentos, mas que seja pautada por uma perspectiva crítica, reflexiva e comprometida ético-politicamente.

Conceição (2019) aponta para a necessidade urgente de romper com as limitações impostas por um campo profissional marcado por contradições e determinações institucionais que reproduzem uma visão tecnicista e assistencialista da profissão. Tal ruptura está em consonância com a perspectiva crítica e dialética, que enfatiza o Serviço Social como instrumento de resistência às dinâmicas punitivas do capitalismo contemporâneo, buscando construir possibilidades reais de defesa intransigente dos direitos humanos e sociais para os sujeitos privados de liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contradições, desigualdades e violações sociais tornam-se, no contexto da sociabilidade do capital, mecanismos de sustentação e de acumulação de riqueza concentrada em um polo dominante da sociedade, representado por uma elite econômica e política. E em contrapartida, a maior parte da população é submetida a experiências de privação, como a fome, a exclusão do acesso à



educação e à saúde, e à vivência cotidiana da desigualdade, culminando, muitas vezes, no encarceramento como resultado de um pacto social excludente.

Nessa realidade, o Serviço Social é convocado a intervir, tomando como eixo formativo e interventivo os princípios pautados na liberdade, na justiça social e em uma análise crítica da realidade social. Sua formação se ancora em um projeto ético-político comprometido com a transformação das condições sociais e com a ruptura da lógica exploradora/opressora do capital. A profissão propõe, assim, uma prática pedagógica emancipadora, capaz de promover nos sujeitos, a resistência em defesa das possibilidades de mudança e acesso a direitos.

No cenário contemporâneo, sob as determinações de um contrato social moldado pelo modelo capitalista e atravessado pelo racismo estrutural, a punição assume uma função essencial para a continuidade dessa ordem social. O encarceramento, nesse contexto, apresenta desigualdades de classe, gênero, raça e etnia, atravessados pelo etarismo, sexismo, racismo e pelo cisheteropatrificado, que produz e reproduz as condições aqui descritas do sistema prisional brasileiro. A criminalização da pobreza se insere como estratégia funcional ao capital, sustentada por concepções racistas que estruturam o sistema penal e normatizam o que é crime ou não, quem deve ser punido e de que forma.

As formas de punição, portanto, ultrapassam os limites físicos do cárcere. Elas se expressam em dispositivos sociais, econômicos e políticos que operam para além dos muros das instituições penais, atravessando corpos e trajetórias.

É nesse cenário de intensificação das desigualdades e recrudescimento das formas de punição social que o Serviço Social reafirma seu compromisso com uma prática profissional crítica, interventiva e transformadora. A profissão, ciente de seus limites e mediações, busca construir estratégias de resistência e fortalecimento dos sujeitos coletivos, articulando-se a movimentos sociais e lutas populares na perspectiva da radicalização da democracia e da superação das formas históricas de dominação.

Dessa forma, o Serviço Social, enquanto prática sociopolítica e pedagógica, atua na contramão da lógica reificada do capital, propondo uma intervenção profissional orientada pelos direitos humanos, pela equidade e por um horizonte de emancipação humana e justiça social. Ao tensionar os limites postos pela ordem vigente, a profissão não apenas denuncia as expressões da questão social, mas busca contribuir para sua superação histórica, afirmando a centralidade do projeto



ético-político na construção de uma nova sociabilidade, livre da exploração, da opressão e da exclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). **SENAPPEN divulga levantamento de informações penitenciárias referente ao segundo semestre de 2024**. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-divulga-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referente-ao-segundo-semester-de-2024.n> Acessado em 25 de mai. de 2025.

CONCEIÇÃO, João Rafael. **O Serviço Social no sistema prisional: reflexões acerca do trabalho profissional dos assistentes sociais nas prisões do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2019. 107p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL/CFESS. **Código de Ética Profissional e Lei nº 8.662**. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 24 de jun. de 2024.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? **Revista Serviço Social & Sociedade** nº 84. p 21-36. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, p. 17 – 53, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008

LEMOS, Esther Luíza de Souza; DINIZ, Tania Maria Ramos de Godoi; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. Desigualdades e mundialização no contexto da pandemia: desafios ao Serviço Social no âmbito internacional. In: GHIRALDELLI, Reginaldo; YANNOULAS, Silvia Cristina. **Política social, desigualdades e mundialização no contexto da pandemia: uma perspectiva intercontinental**. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural, 2021

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, Renato. **Estudo: 70% da população carcerária no Brasil é negra**. Pesquisa mostra racismo estrutural no sistema carcerário. Agência Brasil Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-07/estudo-70-da-populacao-carceraria-no-brasil-e-negra>. Acessado em: 23 de mai. de 2025.

SILVA, Márcia Nogueira da. Assessoria em Serviço Social: breves notas sobre o trabalho profissional na Área de Infância e Juventude no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.

YAZBEK, Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UnB (org.). **Serviço Social: Direitos**

173

e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, v.1, p.143 - 164, 2009. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/yazbek-201608060401395873620.pdf>. Acesso em: 21 de jun. 2024.

A INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS SOCIAIS: DESAFIOS, AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

DIUSLENE RODRIGUES DA SILVA¹

RESUMO: A intersectorialidade é uma abordagem estratégica que busca integrar diferentes setores das políticas públicas para enfrentar, de forma mais eficaz, os complexos desafios sociais. Este artigo propõe uma análise crítica da intersectorialidade nas políticas sociais brasileiras, discutindo seus fundamentos teóricos, sua implementação prática e os entraves enfrentados na articulação entre áreas como saúde, educação, assistência social e segurança pública. A partir de uma revisão bibliográfica, o texto apresenta avanços e limitações da intersectorialidade, destacando a importância do planejamento integrado, da comunicação entre setores e da formação de profissionais com visão sistêmica. Conclui-se que, apesar dos obstáculos, a intersectorialidade constitui um caminho promissor para a construção de políticas públicas mais eficazes e democráticas.

Palavras-chave: Intersectorialidade, políticas sociais, gestão pública, integração de serviços.

ABSTRACT: Intersectorality is a strategic approach that seeks to integrate different sectors of public policies to more effectively address complex social challenges. This article proposes a critical analysis of intersectorality in Brazilian social policies, discussing its theoretical foundations, its practical implementation, and the obstacles faced in the articulation between areas such as health, education, social assistance, and public safety. Based on a literature review, the text presents advances and limitations of intersectorality, highlighting the importance of integrated planning, communication between sectors, and the training of professionals with a systemic vision. It is concluded that, despite the obstacles, intersectorality constitutes a promising path for the construction of more effective and democratic public policies.

Keywords: Intersectorality, social policies, public management, integration of services.

INTRODUÇÃO

¹ Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2017); Mestre em Letras - Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2006); graduada em Serviço Social, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1992); Professora na graduação e pós-graduação stricto sensu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: diuslene.silva@unioeste.br. Endereço para acessar CV: <http://lattes.cnpq.br/6862095446152400>.



Lima e Garcia (2011) destacam que a intersetorialidade promove a construção de redes colaborativas, fortalecendo a capacidade de resposta dos sistemas públicos frente às demandas sociais complexas. Além disso, essa abordagem possibilita a inclusão de diferentes saberes e práticas, promovendo a inovação e a adaptação contínua das políticas.

No entanto, para além do aspecto técnico, a intersetorialidade é um compromisso político que requer a superação de interesses setoriais e o desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada para o trabalho coletivo. Raichelis (2008) aponta que a intersetorialidade desafia os modelos tradicionais de gestão, exigindo lideranças capacitadas, formação contínua dos profissionais e mecanismos eficazes de participação social.

A intersetorialidade nas políticas sociais representa uma abordagem fundamental para o desenvolvimento de ações públicas mais integradas e eficazes. Em um contexto marcado pela complexidade dos problemas sociais, onde as demandas ultrapassam a capacidade isolada de qualquer setor governamental, a articulação entre diferentes áreas torna-se imprescindível para alcançar resultados significativos. Tal integração permite enfrentar desafios estruturais como a desigualdade, a pobreza, a exclusão social e a vulnerabilidade, contemplando as múltiplas dimensões que esses fenômenos apresentam.

A crescente urbanização, as transformações econômicas e sociais, bem como a diversificação dos perfis populacionais, exigem uma resposta conjunta dos órgãos públicos, das organizações não governamentais e da sociedade civil. Nesse sentido, a intersetorialidade emerge não apenas como um método operacional, mas como uma concepção política que reflete a necessidade de uma governança colaborativa, democrática e orientada para a justiça social.

Este artigo pretende, portanto, aprofundar a análise da intersetorialidade nas políticas sociais brasileiras, destacando sua relevância teórica, os principais desafios de implementação, e as perspectivas para sua ampliação e consolidação. Por meio de uma revisão bibliográfica crítica e da análise de casos práticos, busca-se compreender em que medida a intersetorialidade contribui para a efetivação dos direitos sociais e para o aprimoramento da gestão pública.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA INTERSETORIALIDADE

Ao observar a produção teórica acerca do tema da intersectorialidade, fica evidente que esse debate passou a ser enfatizado no final dos anos de 1970, quando a sociedade capitalista passa a enfrentar uma nova crise com o neoliberalismo, que tem na articulação dos setores a maneira de enfrentar problemas complexos, a partir de uma lógica de redução de custos operacionais, e otimização dos serviços públicos, descentralizando a aplicação do orçamento público. Nogueira (1997) pondera que a intersectorialidade é apenas tratada como uma forma de otimização de recursos, e a descentralização é, muitas vezes, empregada para neutralizar o excesso de atribuições do Estado, e não para a democratização.

Neste sentido, a intersectorialidade tem se consolidado como um conceito-chave nas políticas públicas contemporâneas, especialmente naquelas voltadas à promoção de direitos sociais e à superação de desigualdades. Trata-se de uma abordagem que propõe a articulação entre diferentes setores (saúde, educação, assistência social, segurança, habitação, entre outros) com vistas à construção de respostas integradas e eficazes para problemas complexos que transcendem os limites de atuação de um único setor. Este texto se propõe a discutir os fundamentos teóricos da intersectorialidade, com base em referenciais da ciência política, sociologia, administração pública e ciência social aplicada.

A intersectorialidade é um conceito que ganha corpo a partir das teorias da complexidade e das políticas públicas integradas. Fundamenta-se na ideia de que os problemas sociais são multidimensionais e demandam respostas articuladas entre diversos setores governamentais e atores sociais. Segundo Morin (2005), a compreensão da realidade social requer uma abordagem que reconheça a interdependência entre seus elementos, rompendo com a fragmentação tradicional do conhecimento e da gestão pública.

A intersectorialidade pode ser compreendida como um processo que visa à integração de diferentes setores governamentais e não governamentais na formulação, execução e avaliação de políticas públicas. De acordo com Junqueira (2009), trata-se de uma estratégia para a superação da fragmentação administrativa e da atuação isolada das instituições, permitindo uma visão mais holística e integrada dos problemas sociais.



Sob a ótica da administração pública, a intersetorialidade está associada à governança colaborativa, na qual diferentes atores públicos e privados compartilham responsabilidades e tomam decisões em conjunto. No campo da sociologia, o conceito está ligado à ideia de redes sociais e à interdependência entre setores e organizações, como discutido por Castells (2000) na teoria da sociedade em rede.

O debate teórico sobre a intersetorialidade está ancorado em diversas correntes. Uma das mais influentes é a teoria dos sistemas, particularmente a partir das contribuições de Niklas Luhmann, que entende a sociedade como composta por sistemas autopoieticos, relativamente autônomos, mas que necessitam de acoplamentos estruturais para interagir. Nesse sentido, a intersetorialidade representa uma forma de acoplamento entre diferentes sistemas (ex.: saúde e educação) para enfrentar demandas comuns.

Outra base importante é a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, que enfatiza a importância do diálogo e do entendimento intersubjetivo entre os diferentes atores envolvidos na formulação de políticas. A intersetorialidade, sob essa perspectiva, é resultado de processos deliberativos e comunicacionais que visam a construção de consensos.

A análise de redes também oferece subsídios relevantes. De acordo com Rhodes (1997), a governança moderna não é mais centrada na hierarquia estatal, mas em redes de interdependência que incluem diferentes níveis de governo, setor privado e sociedade civil. A intersetorialidade emerge nesse contexto como uma estratégia de articulação horizontal entre diversos nós da rede.

Na perspectiva das políticas sociais, a intersetorialidade implica uma ação conjunta entre áreas como saúde, educação, assistência social, habitação, segurança pública, entre outras, para a formulação e execução de programas que atendam às necessidades de forma holística. Essa integração exige não apenas coordenação administrativa, mas também compartilhamento de informações, recursos e estratégias.

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS SOCIAIS



Apesar de suas potencialidades, a intersetorialidade enfrenta vários desafios. Um deles é a resistência institucional à cooperação, decorrente de culturas organizacionais centradas na especialização e na autonomia setorial. Além disso, a falta de mecanismos formais de coordenação e a disputa por recursos também limitam a efetividade das ações intersetoriais.

A intersetorialidade representa uma mudança de paradigma na formação e execução das políticas públicas. Ao romper com a lógica setorializada, ela propicia uma abordagem mais abrangente e integrada dos problemas sociais. Os fundamentos teóricos discutidos neste texto demonstram que a intersetorialidade é um conceito complexo, multifacetado, e que requer condições institucionais, culturais e políticas para sua efetiva implementação. A compreensão de suas bases teóricas é essencial para o avanço de práticas intersetoriais mais eficazes e transformadoras.

Monnerat e Souza (2010) destacam que as principais publicações sobre o tema da intersetorialidade, provém das áreas de Administração Pública e Saúde Coletiva e ressaltam que existem muitas limitações e escassas informações no que se refere à sua aplicação na gestão das políticas públicas.

Para Junqueira e Inojosa (1997), a intersetorialidade é uma forma de articulação de experiências ao longo do planejamento, implementação e avaliação das ações para que ocorram o desenvolvimento e a inclusão social.

Como expõe Bonalume (2011, p. 10),

uma ação intersetorial deve ser capaz de: [...] articular os vários campos sociais de um território no trato das demandas a serem atendidas na sua globalidade. Esse desafio implica a compreensão das necessidades socioculturais dos envolvidos nas ações políticas (familiares, escolares, de trabalho, esporte, lazer, cultura etc.) e de como cada ação governamental pode atuar sobre elas. A integração das ações caracteriza-se pela definição de finalidades compartilhadas, estruturadas de forma interdependente e complementar.

A operacionalização da intersetorialidade enfrenta diversos desafios que vão desde aspectos estruturais até culturais. Um dos principais obstáculos está na organização burocrática tradicional do Estado, caracterizada pela segmentação dos setores e pela competição por recursos e protagonismo institucional.

Além disso, a ausência de mecanismos claros de coordenação e comunicação entre setores pode resultar em ações fragmentadas ou sobrepostas, que prejudicam a efetividade das políticas. A falta de indicadores e sistemas de monitoramento integrados dificulta a avaliação dos resultados e o aprimoramento das estratégias.

Outro desafio reside na formação dos profissionais envolvidos, que muitas vezes não possuem uma visão sistêmica ou habilidades para atuar em equipes multidisciplinares. A cultura organizacional resistente à mudança e a prevalência de interesses setoriais também comprometem a colaboração necessária.

No entanto, quando bem implementada, a intersetorialidade permite respostas mais integradas, eficazes e sustentáveis a problemas sociais complexos, como a violência urbana, a pobreza multidimensional e as desigualdades em saúde. Ela favorece a inovação nas políticas públicas, ao promover a articulação de saberes, recursos e práticas de diferentes setores.

Por fim, é importante destacar a influência das desigualdades socioeconômicas e regionais no sucesso da intersetorialidade. Realidades locais diversas exigem adaptações específicas, e a centralização das decisões pode limitar a flexibilidade necessária para a adequação das políticas.

AValiação e Monitoramento de Políticas Intersetoriais

A complexidade dos problemas sociais contemporâneos exige respostas integradas e multissetoriais. As políticas intersetoriais surgem como alternativa para articular diferentes setores na promoção de soluções abrangentes e sustentáveis. Contudo, a efetividade dessas políticas depende da existência de mecanismos sólidos de avaliação e monitoramento. Este texto busca discutir a importância da avaliação e do monitoramento nas políticas intersetoriais, destacando seus fundamentos, desafios e contribuições para a melhoria da gestão pública.

Avaliação e monitoramento são instrumentos essenciais para a gestão de políticas públicas. O monitoramento diz respeito ao acompanhamento sistemático das atividades, processos e resultados das ações implementadas, permitindo ajustes em tempo real. A avaliação, por sua vez, analisa a efetividade,

eficiência e relevância das políticas, com base em indicadores e metas previamente definidos (Weiss, 1998).

Nas políticas intersetoriais, esses instrumentos ganham ainda mais importância, uma vez que envolvem múltiplos atores, setores e órgãos, exigindo maior articulação, transparência e responsabilização. A avaliação permite compreender se a integração entre os setores está gerando sinergias positivas, enquanto o monitoramento assegura a continuidade e a coerência das ações intersetoriais.

A avaliação de políticas intersetoriais enfrenta vários desafios metodológicos e institucionais. Primeiramente, a definição de indicadores apropriados para mensurar a intersetorialidade não é trivial, pois os efeitos das ações integradas costumam ser indiretos, de longo prazo e difíceis de isolar. Além disso, a coleta e integração de dados entre setores diferentes requerem sistemas compatíveis e abertura institucional.

Outro obstáculo importante é a cultura avaliativa ainda incipiente em muitos órgãos da administração pública, especialmente no que tange ao trabalho conjunto entre setores. A resistência à transparência e à responsabilização por resultados compartilhados pode comprometer o processo de avaliação.

Apesar dos desafios, a avaliação e o monitoramento trazem inúmeros benefícios para as políticas intersetoriais. Em primeiro lugar, favorecem a *accountability*, ao permitir que gestores, cidadãos e órgãos de controle acompanhem a implementação das ações. Em segundo lugar, contribuem para a aprendizagem institucional, identificando boas práticas, gargalos e necessidades de aperfeiçoamento.

Esses instrumentos também ajudam a fortalecer a governança intersetorial, ao estabelecer objetivos comuns, alinhar expectativas e promover o diálogo entre setores. Quando utilizados de forma participativa, envolvendo usuários, técnicos e gestores, potencializam o empoderamento dos atores e a efetividade das ações.

A produção de evidências empíricas sobre os efeitos das políticas intersetoriais é essencial para justificar a continuidade, ampliação ou reorientação de programas. Além disso, contribui para o desenvolvimento de modelos replicáveis e adaptáveis a diferentes contextos.



A avaliação e o monitoramento são ferramentas centrais para o fortalecimento das políticas intersetoriais. Ao oferecerem subsídios técnicos e estratégicos para a gestão, contribuem para maior eficácia, transparência e sustentabilidade das intervenções públicas. Para tanto, é necessário avançar na institucionalização desses processos, fomentar a cultura avaliativa e promover a capacitação técnica dos envolvidos.

Por todas as especificidades inerentes ao tema, cabe destacar que a avaliação da intersectorialidade exige metodologias que considerem a complexidade e a dinâmica das políticas públicas integradas. Indicadores tradicionais muitas vezes não capturam os resultados indiretos ou as sinergias entre setores.

Para isso, propõe-se o uso de abordagens qualitativas complementares, como estudos de caso, entrevistas e análise de redes colaborativas. Essas metodologias permitem compreender as relações entre atores, os processos de articulação e os impactos percebidos pela população.

O monitoramento contínuo e a retroalimentação dos dados são essenciais para ajustar as políticas, promover o aprendizado institucional e garantir a transparência. Sistemas de informação integrados, que agreguem dados de diferentes setores, são ferramentas valiosas nesse processo.

PERSPECTIVAS E PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO DA INTERSETORIALIDADE

O fortalecimento da intersectorialidade pressupõe uma mudança de paradigma na administração pública, com a transição de modelos burocráticos e fragmentados para arranjos mais colaborativos e integrados. A perspectiva da governança relacional (Osborne, 2010) oferece um arcabouço teórico relevante ao propor a gestão pública como um processo interativo entre vários atores, com foco na coprodução de soluções e na articulação horizontal.

Institucionalmente, é necessário o fortalecimento de espaços e mecanismos que promovam a articulação entre setores, como comissões intersetoriais, grupos de trabalho temáticos, conselhos de



gestão compartilhada e instrumentos normativos que incentivem a cooperação. Também se destaca a importância da descentralização e da coordenação federativa, especialmente no contexto brasileiro.

Neste sentido, cabe destacar propostas e estratégias capazes de promover o fortalecimento da intersetorialidade em diferentes níveis de gestão, quais sejam: **a) Capacitação e formação continuada** é uma das condições fundamentais para o fortalecimento da intersetorialidade é a capacitação de gestores, técnicos e profissionais de diferentes setores para atuarem de forma integrada. Isso inclui o desenvolvimento de competências em trabalho em equipe, comunicação interinstitucional, resolução de conflitos e gestão por resultados compartilhados. **b) Planejamento integrado** que deve incorporar instrumentos que favoreçam a visão sistêmica e a definição de metas intersetoriais. A adoção de planos plurianuais intersetoriais, com objetivos comuns entre secretarias e órgãos distintos, é uma estratégia promissora. Além disso, a utilização de ferramentas como matrizes de responsabilidades cruzadas e sistemas de informação compartilhados pode favorecer a coordenação. **c) Financiamento articulado** a destinação de recursos financeiros específicos para ações intersetoriais, com critérios de repasse baseados na cooperação entre setores, pode induzir comportamentos colaborativos. Fundos intersetoriais ou mecanismos de cofinanciamento são exemplos de alternativas que promovem a corresponsabilização. **d) Participação social e controle democrático** pois a intersetorialidade também deve ser fortalecida pela participação cidadã. Conselhos de políticas, conferências e fóruns participativos são espaços importantes para a deliberação conjunta e a integração de demandas sociais diversas. A transparência na gestão intersetorial e a prestação de contas favorecem a legitimação social das políticas. E por fim a e) **Avaliação e monitoramento integrados** a fim de capturarem os resultados da intersetorialidade é essencial. Indicadores compartilhados, relatórios intersetoriais e pesquisas de impacto social devem ser fomentados para garantir a melhoria contínua das ações.

Para avançar na consolidação da intersetorialidade, é fundamental promover reformas na gestão pública que incentivem a cooperação e a governança compartilhada. A capacitação dos profissionais, com ênfase em competências transversais e trabalho em equipe, deve ser prioridade.

O fortalecimento dos mecanismos de participação social, como conselhos e fóruns, contribui para legitimar as decisões e adequar as políticas às necessidades locais. Além disso, a descentralização do poder decisório e o estímulo à inovação nos territórios são caminhos promissores.

Outra proposta é o desenvolvimento de políticas de financiamento que incentivem a integração, quebrando barreiras orçamentárias entre setores. Investir em tecnologia da informação para o compartilhamento de dados e o monitoramento integrado também é essencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intersetorialidade nas políticas sociais apresenta-se como um desafio complexo, mas indispensável para enfrentar as demandas multifacetadas da sociedade contemporânea. Embora existam obstáculos significativos, as experiências brasileiras indicam que a integração entre setores é possível e pode trazer resultados positivos.

A efetiva implementação da intersetorialidade encontra diversos entraves. Um dos principais é a cultura institucional centrada na setorialização, com estruturas administrativas e lógicas de funcionamento que privilegiam a autonomia e a especialização. Essa organização dificulta a comunicação entre setores e a construção de objetivos comuns.

O caminho para o fortalecimento da intersetorialidade passa pela construção de uma cultura organizacional colaborativa, pelo desenvolvimento de competências específicas e pelo engajamento dos diversos atores envolvidos. A continuidade e o aprimoramento das práticas intersetoriais contribuirão para políticas públicas mais efetivas, inclusivas e democráticas.

Outro desafio está relacionado à escassez de mecanismos formais de articulação e coordenação. Muitas vezes, as iniciativas intersetoriais dependem de lideranças locais ou da boa vontade dos gestores, o que as torna vulneráveis à descontinuidade política e institucional. Além disso, há dificuldades na construção de indicadores compartilhados e na realização de monitoramento conjunto.



O fortalecimento da intersetorialidade é um desafio político e técnico que exige vontade política, capacidade institucional e inovação na gestão pública.

Ao promover a cooperação entre setores e a escuta das demandas sociais, a intersetorialidade contribui para a construção de políticas públicas mais justas e transformadoras. O fortalecimento da intersetorialidade nas políticas sociais depende de ações em várias frentes. No plano institucional, é essencial consolidar espaços de coordenação intersetorial, como comissões, grupos de trabalho e conselhos, com capacidade decisória e suporte técnico. Também se faz necessário aprimorar os mecanismos de planejamento, implementação e avaliação integrados.

A capacitação dos profissionais também é estratégica, promovendo formação continuada com enfoque na gestão colaborativa, trabalho em equipe, escuta ativa e mediação de conflitos. Ademais, é fundamental promover a participação social qualificada, garantindo que os usuários das políticas possam contribuir para sua formulação e avaliação.

As novas tecnologias também oferecem possibilidades, por meio de sistemas integrados de informação e plataformas digitais colaborativas, que facilitam a troca de dados e a gestão por resultados compartilhados.

REFERÊNCIAS

- BONALUME, C. R. O paradigma da intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **Licere**. Belo Horizonte, v.14, n.1, mar/2011.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- JUNQUEIRA, L. A. P; INOJOSA, R. M. **Desenvolvimento social e intersetorialidade**: a cidade solidária. São Paulo: Fundap, 1997.
- JUNQUEIRA, L. A. P. **Intersetorialidade e gestão da política social**. São Paulo: Cortez, 2009.
- LIMA, Juliana Cristina; GARCIA, Rosa Amélia. **Intersetorialidade**: o desafio da integração na política social. São Paulo: Cortez, 2011.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.



MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. de. Política social e intersetorialidade: consensos teóricos e desafios práticos. **Ser Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 200-220, jan./jun. 2010.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NOGUEIRA, M. A. A dimensão política da descentralização participativa. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 03, jul.set./1997.

OSBORNE, S. P. **The New Public Governance?** Emerging Perspectives on the Theory and Practice of Public Governance. London: Routledge, 2010.

RAICHELIS, Raquel R. S. A intersetorialidade na gestão da política social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 94, p. 87–114, 2008.

RAICHELIS, R. **A intersetorialidade na gestão de políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

RAICHELIS, R. **Intersetorialidade e políticas públicas: construção e desafios**. São Paulo: Cortez, 2008.

RHODES, R. A. W. **Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability**. Buckingham: Open University Press, 1997.

WEISS, C. H. **Evaluation: Methods for Studying Programs and Policies**. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. Intersetorialidade e a política de assistência social: desafios e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 108, p. 642–660, 2011.



PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: TENDÊNCIAS, AVANÇOS E CONTRADIÇÕES

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

GEYZON COSME SANTOS RODRIGUES¹

RESUMO: O artigo apresenta dados da pesquisa de mestrado intitulada “Serviço Social e Educação no Brasil: limites e desafios do trabalho profissional”, que objetivou investigar a produção do conhecimento sobre o trabalho do assistente social na educação entre 2000 a 2020, no Brasil. Trata-se de uma pesquisa sobre o estado da arte. Os resultados apontam, além de um perfil peculiar de assistentes sociais, três tendências presentes no trabalho profissional nessa política: a) trabalho inter/multi; b) técnico *versus* teórico; e c) formação generalista *versus* trabalho polivalente. Com isso, a pesquisa revelou que a prática do assistente social na educação guarda latentes as ações reguladoras e controlista de comportamento de sujeitos de políticas sociais, no âmbito das instituições educacionais.

Palavras-chave: Serviço social, educação, trabalho profissional, produção do conhecimento.

ABSTRACT: This article presents data from a master's research project entitled “Social Service and Education in Brazil: limits and challenges of professional work”, which aimed to investigate the production of knowledge about the work of social workers in education between 2000 and 2020 in Brazil. This is a state-of-the-art research project. In addition to a unique profile of social workers, the results indicate three trends present in the professional work in this policy: a) inter/multi-purpose work; b) technical versus theoretical; and c) generalist training versus multi-purpose work. Thus, the research revealed that the practice of social workers in education holds latent regulatory and behavioral control actions of subjects of social policies within educational institutions.

Keywords: Social service, education, professional work, knowledge production.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os dados da pesquisa de mestrado intitulada “Serviço Social e Educação no Brasil: limites e desafios do trabalho profissional”, defendido pelo autor em 2016, em que é analisada a produção do conhecimento sobre Serviço Social na educação entre 2000 e 2020.

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE-UFG). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área de Educação (Gepesse/Unesp). Assistente Social do quadro efetivo do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae-UFG). Email: geyzon20@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8107255790728285>.



No decorrer deste artigo, serão apresentados os dados da pesquisa de Estado da Arte, que mostra uma caracterização das produções científicas do Serviço Social brasileira sobre o trabalho na área da educação.

São apresentadas dados sobre o sexo, em que há uma importante participação feminina nessas, trazendo a característica de gênero principal da profissão no país; os dados sobre o nível de instrução trazem importante participação de profissionais somente com graduação, e também a importância do CBAS para que esses profissionais possam apresentar suas experiências profissionais; informações sobre a instituição formadora revela majoritário presença de instituições públicas federais, demonstrando, assim, a importância da universidade na produção de conhecimento no Brasil; aspectos sobre região de origem mostra forte produção de profissionais da região nordestes, também impulsionados pelos CBAS.

A pesquisa também apresenta as principais categorias emergentes nos trabalhos analisados. Essas categorias foram, em grande medida, os principais objetos de envolvimento, problematização e destaque apresentado pelos profissionais nos seus escritos, tido como necessários ao trabalho profissional na educação. A relação teoria e prática, a relação entre trabalhador generalista e polivalente e a questão do trabalho multi/inter são os elementos escolhidos para apresentar neste artigo.

MÉTODO E METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos do estudo, optou-se pela pesquisa documental e bibliográfica, envolvendo o estado da arte sobre o assunto.

As fontes pesquisadas foram as revistas indexadas da área de Serviço Social no Brasil, com foco nas de *Qualis* A1 e A2, tais como: Serviço Social & Sociedade, Katálysis, Em Pauta, Ser Social e Textos & Contextos. O período temporal foi entre 2000 a 2020.

Também foram usadas como fonte os Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), bem como tese e dissertações. Após seleção das produções, foram analisados 17 artigos de Anais de CBAS, 12 artigos de revistas, 20 dissertações de mestrado e 8 teses de doutorado.

Para a análise dos dados, foi criado um quadro referencial em que constavam os principais conjuntos de possíveis categorias capazes de gerar sínteses analíticas em torno do trabalho do assistente social na educação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Panorama da produção do conhecimento em Serviço Social e Educação no Brasil (2000-2020)

Os dados que seguem são fruto da análise de artigos de periódicos A1 e A2, como: *Ser Social* (UnB), Políticas Públicas (UFMA), Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea (UERJ), Argumentum (UFES), Textos & Contextos (PUCRS) e Serviço Social Em Revista (UEL). Em relação ao Anais do CBAS, como não tivemos acesso aos anais de 2000 a 2012, pesquisou-se os Anais de 2016 (15ª edição) e 2019 (16ª edição). As dissertações de mestrado e teses de doutorado foram pesquisadas no Banco de Dissertações e Teses da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Para fins de explicitação, apresenta-se abaixo o quantitativo de 57 (Tabela 1) produções selecionadas para análise e decomposição nos seguintes critérios: a) produção de conhecimento por sexo; b) participação das instituições de ensino; c) produção de conhecimento por região do Brasil; e) temas privilegiados.

Tabela 1. Natureza das produções científicas

Produções	Quantidade
Artigos Anais CBAS	17
Artigos de revistas	12
Dissertações	20
Teses	8
TOTAL	57

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados.

Em relação à *divisão sexual do trabalho no âmbito do Serviço Social*, como se verifica na Tabela 2, é notável a participação feminina na produção de conhecimento. Durante o processo de pesquisa, foram identificadas 134 autoras e apenas 06 autores do sexo masculino. O sexo feminino



não é só preponderante na produção de conhecimento, mas é maioria na profissão.

Destacamos que muitos artigos foram escritos por mais de um/a autor/a, por isso há não só uma quantidade maior de pessoas do sexo feminino quanto uma quantidade de trabalhos por pessoa. *Mutatis Mutantis*, a prevalência do sexo feminino na profissão reforça a pesquisa “Assistentes Sociais no Brasil”, realizada em 2005, pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), afirmando que a profissão é composta majoritariamente por mulheres (pouco mais de 90%). Portanto, evidencia-se o processo histórico chamado de feminização da profissão.

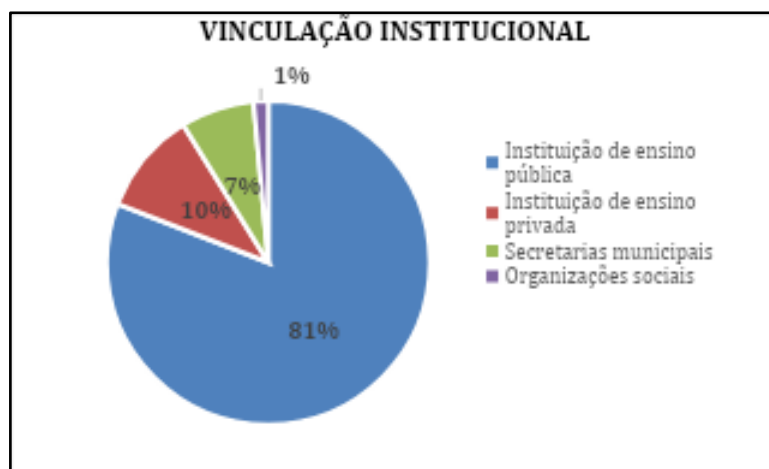
Tabela 2. Produções científicas por sexo



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados.

Ademais, este estudo também confirma a tendência de inserção do serviço social em instituições de natureza pública, com quase 80% da categoria ativa trabalhando nessa esfera. A saúde, a assistência social e a previdência social são as áreas que mais empregam profissionais. A educação vem crescendo nos últimos anos, considerando a emergência de ações estratégicas do governo brasileiro, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem aberto muitos espaços de atuação para assistentes, entre 2007 e 2010.

Tabela 3. Produção por vinculação institucional

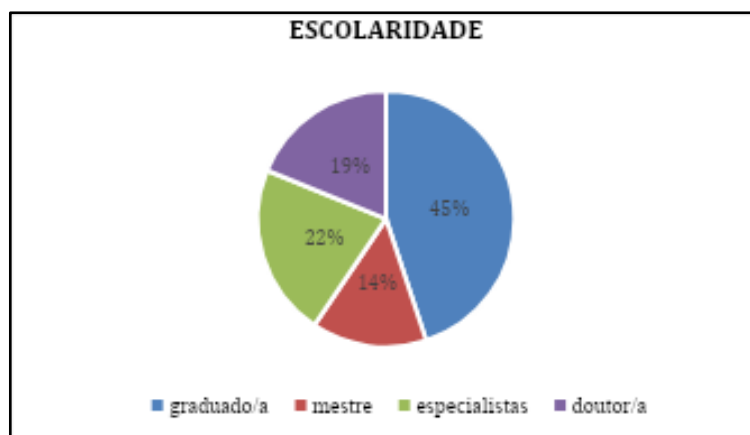


Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados.

Com relação à produção de conhecimento a partir da natureza institucional, é majoritária a participação das universidades públicas, sejam elas estaduais, técnicas e ou federais. Das 40 instituições vinculadas aos/às autores/as, 31 delas são instituições de ensino. Destas, 29 são de universidades públicas: sendo 14 federais, 9 estaduais e 6 escolas técnicas (institutos federais). Os demais 9% das participações dividem-se em secretarias municipais (ambiental, de educação e socioeducativa) e organizações sociais (ONG's), tal como consta no gráfico abaixo.

A participação de universidades privadas e centros de ensino privados, como se pode notar no gráfico abaixo, o que não lhes tira o mérito e contribuições importantes na produção de conhecimento. Entre as universidades privadas, duas são pontifícias universidades católicas, ou seja, instituições confessionais. A PUC São Paulo, por exemplo, foi o berço das primeiras produções sobre a profissionalização do Serviço Social no Brasil e ainda hoje tem essa marca.

Tabela 4. Produção por vinculação institucional



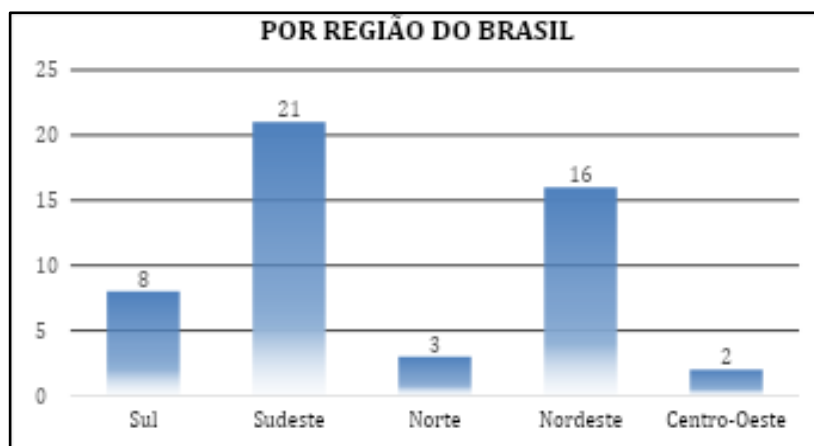
Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados.

Ao analisar as produções segundo a escolaridade dos seus autores, apreendeu-se que no universo de 117 autores/as, 114 são de assistentes sociais. Os demais dividem-se em Cientista Social (2) e Letras (1).

Entre os/as assistentes sociais, 31 eram graduados, 10 mestres, 15 especialistas e 13 doutores/as. Nesse sentido, para fins de aprofundamento sobre o objeto posto, delimitou-se como universo da pesquisa somente trabalhos de autoria de assistentes sociais.

Na tabela 5, destaca-se, uma produção importante de profissionais com nível de graduação. Essa porcentagem se deve à participação de artigos apresentados nas edições 15º e 16º do CBAS, o qual tem pouca exigência de graus mais elevados. Se considerarmos o conjunto dos elementos examinados, trata-se de um dado muito importante para a profissão e para a contribuição na produção de conhecimento na área de educação.

Tabela 5. Produção científica por região do Brasil



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados.

Nas produções de conhecimento por região do Brasil, por sua vez, destacam-se 11 Estados brasileiros: os Estados que compõem a região Sul (Santa Catarina e Paraná) tiveram um total de 8 produções; os Estados que compõem a região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) tiveram uma participação de 21 produções; a região Centro-Oeste (Goiás e Mato-Grosso) obteve 2 participações. Em relação à participação dos Estados do Norte (Pará e Amazonas), essa foi de 3 participações. A participação dos Estados do Nordeste brasileiro (Ceará, Paraíba, Bahia, Sergipe, Pernambuco e Piauí) foi de 16 produções².

Tabela 6. Temas privilegiados

² Destacamos que a região Nordeste só obteve tantas participações por ocasião da realização do 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, ocorrido em Olinda-PE, o que proporcionou uma participação ímpar de profissionais da região Nordeste do país.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados.

Os *temas privilegiados* são aqueles sobre os quais o conjunto dos profissionais vem se debruçando em estudos e pesquisas durante os últimos 20 anos. Como verifica-se na tabela abaixo, os temas mais privilegiados somam 5, entre os 20 temas conjugados sobre educação e serviço social. É possível verificar que alguns temas estão relacionados com o mesmo nível de ensino como, por exemplo, o da assistência estudantil, que é desenvolvida tanto nos institutos federais, quanto no âmbito do ensino superior.

Como se pode verificar, as temáticas mais privilegiadas nas produções de assistentes sociais foram: a) educação básica, b) assistência estudantil; c) educação popular; d) socioeducação; e e) ensino técnico. O desenvolvimento de cada uma dessas categorias não será objetivo deste artigo, mas a análise, na íntegra consta na dissertação intitulada *Serviço Social e Educação no Brasil: limites e desafios do trabalho profissional*³. Em relação à educação básica pública, a expectativa é que haja cada vez mais produções, haja vista a aprovação da Lei 13.935/2019, que garante a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas escolas.

Categorias emergentes

Durante nossa investigação, também identificamos algumas categorias atinentes às estratégias de trabalho no campo da educação, que consideramos importante apresentar neste artigo.

³ Disponível nas referências.



Na busca por capturar a tendência do trabalho do assistente social na área da educação, identificamos algumas categorias-chaves: primazia do multi/inter; a genericidade do trabalho educativo; trabalho generalista *versus* trabalho polivalente; técnico *versus* ético e teórico.

O trabalho multi/inter no trabalho profissional

Inicia-se esta discussão considerando a diversidade de conceituações que, em geral, geram dubiedades conceituais e divergências teóricas, pesando, conseqüentemente, sobre as expectativas e frustrações da prática profissional cotidiana.

Defensores (On, 1995; Ely, 2003; Minaya, 2010) das práticas inter e multidisciplinares tendem a apontar que o processo de industrialização e complexificação das relações sociais contribuíram enormemente para a ampliação e a variedade dos campos dos saberes, constituindo uma sociedade cada vez mais hiperespecializada, portanto fragmentada.

Dessa forma, as práticas as diversas práticas consideradas coletivas (inter, multi, pluri e trans) seriam a proposta central para resolver o problema da visão atomizada e fragmentada, a fim de alcançar uma abordagem ampliada de um objeto singular imediato.

Mas a única possibilidade de construir uma postura profissional pluralista, generalista com visão crítica totalizante seria somente por meio da adoção de um trabalho interdisciplinar ou quaisquer outro termo no interior das instituições?

Ao pensar nos limites dessas práticas, Tonet (2013) nos aponta cinco equívocos sobre esse modo de pensar: 1) pressupõe que a complexificação e fragmentação são resultados naturais do processo social; 2) suprime a dependência ontológica entre conhecer e ser, atribuindo ao conhecimento uma autonomia que ela não tem; 3) partem do objeto transformado e não das condições que levou à transformação do objeto; 4) toma como verdadeiro o padrão moderno de cientificidade: o próprio causador dessa fragmentação e, por último 5) ignoram que o padrão moderno de cientificidade tem no sujeito o polo reagente do conhecimento.

Compreendemos que essa fragmentação é produto das transformações modernas do mundo capitalismo e por esse motivo a defesa das práticas inter/multi podem ser e são facilmente instrumentalizadas pelas estratégias de socialização burguesa, tanto na socialização de conhecimento,



quanto nas práticas profissionais e sociais. E é no âmbito das práticas sociais que apontamos o lugar que ocupa o Serviço Social na defesa dessas propostas modernas. No entanto, em nossa revisão de literatura, notamos que em nenhum dos trabalhos analisados foi identificada a defesa de um trabalho multi/inter com a proposta de construção de uma práxis profissional para além do corporativismo profissional.

Generalista versus polivalente

Nossa revisão identificou que em muitas produções científicas afirmam que a maioria dos assistentes sociais se pautam pelo projeto profissional crítico, sendo também hegemonicamente filiados à teoria social crítica de Marx e Engels. Trata-se de um assunto bastante questionável na profissão, haja vista a profusão de cursos de EaD, com grades curriculares aquém das orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), pondo em xeque todo o legado profissional.

Em relação à questão específica da relação entre trabalho polivalente e generalista, identificamos alguns trechos que trazem equívoco comparativo. A seguir, um trecho da pesquisa de mestrado de Oliveira (2013):

É oportuno destacar que uma parcela significativa das atividades [de assistentes sociais] é desenvolvida com uma equipe multiprofissional e também em parceria com uma rede de proteção social, assim, muitas vezes não se visualiza as atribuições privativas do assistente social, pois as demandas exigem atuação **generalista e polivalente** (Oliveira, 2013, p. 139, grifos nossos)⁴.

Generalista e polivalente tal como a autora expõe pode soar como uma atuação desafiadora, testando-se os limites da atuação privativa, nota-se mais nitidamente que essas duas expressões estão colocadas enquanto sinônimas, quando em nossa compreensão são duas coisas totalmente distintas.

Outra pesquisa é a de Damasceno (2013), que afirma que “o assistente social possui formação generalista, tornando-se apto a atuar em quaisquer políticas sociais no âmbito privado e/ou público” (Damasceno, 2013, p. 103). Aqui, mais uma vez, identifica-se a afirmação de que a formação está quase que naturalmente incorporada à prática e ao cotidiano profissional.

⁴ Trabalho disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8383/2/arquivo%20total.pdf>.



O primeiro equívoco é achar que a graduação, com todas as suas limitações que conhecemos, seria capaz de “entregar” ao mercado de trabalho um profissional com característica generalista, uma vez que o próprio conhecimento científico da sociedade burguesa é em essência fragmentado. O segundo equívoco é que, ainda que este ou aquele profissional tenha tido uma ótima inserção e experiência no estágio obrigatório, a realidade do trabalho cotidiano nas políticas sociais (no “chão de fábrica”) não se dá por meio de aplicação de teorias – ainda que qualitativamente críticas – no contexto social e político dos diversos espaços de trabalho onde cabem assistentes sociais.

O desafio posto entre formação e ação é a pós-formação e a atuação e convívio contínuo com a realidade social e os movimentos sociais que nos cercam. Nesse sentido, ser um profissional generalista atualmente é algo quase em extinção. A graduação não entrega generalistas, o profissional, ao longo de sua trajetória, pode, ou não, tornar-se generalista. Essa qualidade exige do profissional conhecimento dos três núcleos de fundamentação: teórico-metodológico do ser social; teórico-metodológico da formação social brasileira; e os fundamentos do trabalho profissional.

O profissional generalista não é aquele que enfia ideias na realidade, mas sim aquele que toma a realidade - escolar e da comunidade - como referência social e dá direção a ela, numa perspectiva de trabalho coletivo, na qual compõe outros profissionais. O trabalho na educação, a escola exige, por sua própria natureza dinâmica complexa, do profissional de Serviço Social uma postura e atuação com essas características.

O técnico versus o teórico e ético

Nos trabalhos analisados também foram identificados trechos que nos levam a compreender uma cisão ou independência entre as dimensões constitutivas do trabalho profissional, especialmente, colocando a dimensão técnico-operativa como algo separado da teórica e ética.

Sua justificativa funda-se a partir da concepção de trabalho em que o intelectual se separa do trabalho do manual. Ou seja, considerada uma profissão de caráter técnico, basta que se utilizem das ferramentas já cristalizadas para dar encaminhamentos e resoluções para questões do cotidiano. Esse tem sido o lugar que as instituições burguesas têm reservado ao Serviço Social em diversas instituições. Esse pensamento também reforça a relação de subalternidade constituída no interior



dessas instituições entre o Serviço Social e outras profissões. Na saúde, com os médicos; no Poder Judiciário, com os magistrados em geral; nas instituições educacionais, com o corpo docente.

Os assistentes sociais, enquanto trabalhadores assalariados, não estão imunes às consequências advindas do processo de reestruturação produtiva e com ela os novos princípios educativos que organizam a força de trabalho em todo o mundo.

Segundo as observações de Kuenzer (2016), a acumulação flexível impôs suas demandas de competitividade, com a crescente incorporação de ciência e tecnologia, com a crise do trabalho assalariado, com progressiva simplificação do trabalho, cada vez mais abstrato, menos transparente e acessível para um trabalhador que, de modo geral, espia a máquina sem compreender os processos e a ciência que ela incorpora, há um novo princípio educativo, qual seja: as habilidades psicofísicas, a destreza, os modos de fazer, o disciplinamento baseado na submissão e na obediência, que eram centrais no princípio educativo taylorista/fordista, e que determinavam uma prática pedagógica escolar fundamentada na rigidez, na repetição e na memorização, passam a ser substituídas pela necessidade de sólida educação básica de pelo menos nível médio, mas sendo desejável de nível superior, com domínio das diferentes formas de linguagem e de comunicação, com raciocínio lógico-formal, criatividade, autonomia, capacidade de educar-se permanentemente.

Por isso, ratifica-se que ainda haja uma negação da teoria ou uma primazia do técnico sobre o teórico e ético em muitos dos discursos profissionais, acaba-se por materializar um modelo ético e teórico de sociabilidade e trabalho profissional, independente da vontade do sujeito.

Importa destacar que o técnico-operativo aqui não se reduz a modelos de encaminhamentos, documentos técnicos pré-moldados e sem mediação ou a uma destreza na forma como o profissional operacionaliza programas, políticas e serviços sociais, desde atendimentos a famílias até encaminhamento ao Conselho tutelar, mas refere-se, sobretudo, a táticas e estratégias construídas pelo profissional que sejam capazes de mobilizar sujeitos e ou aliados dentro da instituição em direção àquilo onde se quer chegar; e isso requer uma análise teórico-crítica do contexto institucional (e escolar ou universitário) onde se está inserido.

Nesse sentido, no momento da viabilização de direitos, o nosso Parecer Técnico imprimirá, coerentemente, o mesmo pensamento crítico usado para a construção das possibilidades e meios institucionais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresentamos dados da pesquisa de estado da arte sobre o trabalho de assistente sociais na área de educação no Brasil, entre 2000 e 2020, que foi fruto da dissertação de mestrado, defendida em 2016.

Os dados do perfil dos profissionais que produzem conhecimento na área de Serviço Social e educação traz, como já sabemos, uma hegemonia do gênero feminino na produção de saberes ao longo dos 20 anos pesquisados. Importante destacar essa participação, pois reverte-se não só a um dado quantitativo, mas sim à qualidade da participação e na formação.

As três tendências (há outras) apresentadas sobre as produções devem ser objeto constante de análises e reanálises, sobretudo a relação muitas vezes equivocada entre a prática e a teoria. Se o Serviço Social atua na educação desde os anos 1930, ressignificando após 1979, por que ainda encontramos esses equívocos no interior da profissão? Ainda há lacunas formativas a serem resolvidas.

A questão do trabalho multi/interdisciplinar, ferrenhamente defendido pela profissão, em todos os espaços sócio-ocupacionais, também é algo que deve sempre ser questionado. O multi/inter não pode ser somente um juntada de especialista numa escola, prontos para resolvermos os problemas emergentes no cotidiano, sem considerar a participação orgânica dos estudantes e da comunidade na elaboração de estratégias de mitigação das expressões da questão social escola.

Embora a pesquisa tenha demonstrado acentuado aumento quanto ao quantitativo de artigos publicados e a criação de novas revistas, constatou-se uma estagnação ou linearidade da quantidade de artigos publicados sobre o trabalho de assistentes sociais na área da educação no Brasil. As produções científicas sobre trabalho de assistentes sociais na educação, entre 2000 e 2020, não alcançaram 1% do total de produções pesquisadas dentro da profissão. Por outro lado, de entre 2000 e 2020, a produção de conhecimento na área da educação deixou a desejar, esse cenário pode ter mudado significativamente de 2019 em diante, ano que foi aprovada a Lei 13.935, que garante a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas. Isso mostra que a produção de saberes não pode estar desligada do movimento real da sociedade.



Como demonstramos, essa área ainda carece de mais produções e de experiências cotidianas para que possa se fortalecer prática e teoricamente, seja pelo respaldo da academia, seja pela legitimação dos sujeitos sociais atendidos por esses profissionais.

REFERÊNCIAS

DAMASCENO, Heide de Jesus. **Serviço Social na educação: a intersectorialidade no exercício profissional do assistente social no IFBA**. Dissertação (Mestrado em Serviço social), Universidade Federal de Sergipe, 2013.

KUENZER, A. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. In: **Reunião Científica da ANPED: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais**. UFPR, Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-21-Educa%C3%A7ao-e-Trabalho.pdf>. Acesso em: mar./2024.

MINAYO, Maria C. S. **Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade**. Doi: 10.5212/Emancipacao.v.10i2.435-442. Revista Emancipação, Ponta Grossa, 10(2): 435-442, 2010. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/1937/1880>. Acesso em: 10 de mar. de 2024.

ON, Maria Lucia Rodrigues. Serviço Social e perspectiva interdisciplinar. In: Maria L. M., Maria L. R. On, Salma T. m (Orgs.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, Jullymara Lais Rolim de. **Explorando outros cenários: o Serviço Social no espaço escolar**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2013.

ELY, Fabiana, R. Serviço Social e interdisciplinaridade. Florianópolis SC 113-117, **Katálisis**, v. 6, n. 1, jan./dez, 2003. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.redalyc.org/pdf/1796/179618281013.pdf>. Acesso em: 12 de mar. de 2024.

RODRIGUES, Geyzon Cosme Santos. **Educação e Serviço Social no Brasil: limites e desafios do trabalho profissional**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiás, 2022.

TONET, Ivo. Interdisciplinaridade: Emancipação e formação humana. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 725-742, out./dez. 2013.



A DIMENSÃO INVESTIGATIVA E OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

LUCIANE FRANCIELLI ZORZETTI MARONEZE¹

RESUMO: Este artigo busca apresentar algumas reflexões a respeito da dimensão investigativa do Serviço Social considerando a lógica dialética constitutiva dos fundamentos. Trata-se de uma revisão bibliográfica, ancorada em autores que discutem o projeto profissional numa perspectiva crítica e buscam evidenciar a relevância desta dimensão para um exercício profissional competente e sintonizado com as transformações societárias na defesa dos direitos sociais. Ao trazer o debate dos fundamentos na apreensão do exercício investigativo, requisita-se o entendimento da relação entre teoria e realidade e a necessária apreensão da natureza da profissão, suas competências e atribuições profissionais.

Palavras-chave: Fundamentos do serviço social, dimensão investigativa, cotidiano;

ABSTRACT: This article seeks to present some reflections on the investigative dimension of Social Service, considering the dialectical logic that constitutes its foundations. It is a bibliographic review, anchored by authors who discuss the professional project from a critical perspective and seek to highlight the relevance of this dimension for competent professional practice, in tune with societal transformations in the defense of social rights. In raising the debate on the foundations of understanding investigative practice, it is necessary to understand the relationship between theory and reality, as well as the necessary understanding of the nature of the profession, its competencies, and professional attributions.

Keywords: Fundamentals of social service, research dimension; daily life

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões a respeito da dimensão investigativa no exercício profissional de assistentes sociais, tendo como pano de fundo a necessária apreensão dos fundamentos do Serviço Social, considerando que esta apreensão permite entender o exercício investigativo como dimensão intrínseca a natureza interventiva da profissão. Além disso, possibilita reconhecer os diferentes níveis de apreensão da realidade na

¹ Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina- UEL (2022), Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá- UEM (2011), Especialista em Pesquisa Educacional pela Universidade Estadual de Maringá (2006) e graduada em Serviço Social pela UEL (1999). Atualmente é professora adjunta efetiva da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR. Coordenadora do Curso de Serviço Social. E-mail: luciane.maroneze@unespar.edu.br.



elucidação das situações nas quais o profissional é requisitado a intervir.

Considera-se que esta discussão é pertinente uma vez que os assistentes sociais no seu cotidiano profissional desenvolvem diferentes ações, produzem conhecimento que expressam diferentes aproximações do objeto de intervenção, entretanto, nem sempre consideram aquilo que elaboram como produção de conhecimento.

A investigação, embora intrínseca ao exercício, não é algo acessório ou eventual. Quer o profissional tenha consciência ou não, esta dinâmica está presente no seu exercício e se coloca de diferentes formas na apropriação da realidade social.

Cabe destacar que as reflexões aqui desenvolvidas são frutos do trabalho investigativo desenvolvido no processo de doutoramento ocorrido no ano de 2022 e de reflexões posteriores. Na ocasião buscamos entender a dimensão investigativa no processo de formação acadêmica dos assistentes sociais, tendo como universo os cursos de Serviço Social das universidades estaduais do Paraná.

Tal pesquisa, possibilitou adensar o conhecimento a respeito das particularidades dos cursos, sobretudo a partir da análise documental dos projetos políticos pedagógicos das escolas, e identificar os limites e possibilidades no ensino da dimensão investigativa, seu conteúdo transversal, inerente a lógica dialética das diretrizes curriculares da ABEPSS/1996.

Tendo como base os estudos já realizados, buscamos com estas reflexões apontar novos elementos de análise a partir do debate dos fundamentos do Serviço Social. Diante das transformações que cercam o trabalho do assistente social nas políticas sociais, transformações estas apoiadas na racionalidade instrumental, em que o tecnicismo ganha centralidade em detrimento da competência crítica e dos valores, princípios e direção social construídos historicamente pela profissão, observa-se a relevância desta temática para problematizar os desafios que atravessam o cotidiano de trabalho, e que impõe, de modo intensivo e ofensivo, rotinas que sufocam as possibilidades investigativas e o exercício intelectual dos profissionais.

Para o encaminhamento das discussões, este estudo encontra-se organizado em três momentos: no primeiro abordamos a concepção de fundamentos do Serviço Social construída historicamente pela profissão e que expressa o acúmulo traduzido na cultura profissional. Nesse ponto, destacamos a natureza e o significado social da profissão, evidenciando a caracterização da dimensão investigativa. No segundo, abordamos a respeito do cotidiano como espaço no qual



se materializa a intervenção profissional, por fim, destacamos a dimensão investigativa a partir de seus diferentes níveis de apreensão da realidade.

OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NA APREENSÃO DA DIMENSÃO INVESTIGATIVA

Nas últimas décadas as instituições representativas da categoria: ABEPPS²; CEFESS/CRESS; ENESSO, entre outras, tem evidenciado em suas pautas a importância de se discutir os fundamentos do Serviço Social.

O Seminário ocorrido em 2019, intitulado “I Seminário Nacional sobre os Fundamentos do Serviço Social”, ocorrido em 2017, trouxe a preocupação com essa temática e o esforço teórico-político da categoria em capilarizar tal discussão a partir do Projeto ABEPSS Itinerante.

Tal movimento não foi algo ocasional, à medida que as tendências conservadoras sinalizam avanços em seu projeto, o qual se expressa entre outros aspectos, na formação aligeirada, centrada na certificação do ensino à distância, nas contrarreformas das políticas sociais, nas precárias condições de trabalho e práticas reduzidas ao imediatismo, a categoria profissional aponta, na contratendência, a importância da centralidade do debate dos fundamentos.

Isso porque os fundamentos do Serviço Social fornecem as bases, o chão sócio-histórico que permite o conhecimento e apreensão dos fenômenos sociais existentes na realidade. Isso significa dizer que a partir dos fundamentos é possível captar as tendências atuais e pensar o dever histórico, ou seja, às possibilidades construídas no processo das relações sociais entre os homens.

De acordo com Yasbek (2019, p. 47),

os fundamentos consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, permeando

² Cabe mencionar aqui o Projeto ABEPSS Itinerante, realizado em 2012 que tratou do tema dos fundamentos, evidenciando as dificuldades dos docentes na compreensão da lógica das diretrizes curriculares. A Gestão 2014/2016, também abordou esse tema. Cabe mencionar que os fundamentos vem sendo objeto de investigação de todos os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPS) da ABEPSS que lançam luzes sobre temas contemporâneos que se expressam na realidade social.



a interlocução ente o Serviço Social e a sociedade. É no âmbito da análise dos fundamentos que se observa a incorporação pela profissão de matrizes fundamentais de conhecimento do social na sociedade burguesa.

Nesse sentido, os fundamentos não dizem respeito a um conjunto de orientações teóricas assumidas nos diferentes períodos sócio-históricos da profissão, também não está relacionado à disciplina de fundamentos histórico e teórico-metodológico do Serviço Social. Quando nos reportamos aos fundamentos estamos nos referindo, como bem apontado por Yasbek (2019) a matriz teórico-metodológica que explica a profissão e a realidade social. Assim, as possibilidades de a profissão produzir conhecimento, avançar na crítica, no planejamento, nas formulações a respeito de arsenal de instrumentos que constituem o seu fazer profissional, estão ancoradas nos fundamentos.

É importante observar que no Serviço Social esse debate ganha centralidade em um determinado período histórico, especialmente no processo de revisão do Currículo mínimo de 1982. Nesse processo histórico, Guerra (2019) assinala que “o debate dos fundamentos se adensa diante da necessidade de superar a tricotomia história/teoria/método resultante da revisão do projeto de formação dos anos de 1980”. Segundo a autora, esse debate possibilitou avançar na superação da visão tradicional do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade e demarcar a direção social assumida pela categoria e expressa na elaboração no novo projeto de profissão.

A revisão deste currículo trouxe, nas palavras de Iamamoto (2008), avanços qualitativos tanto a formação quanto ao trabalho profissional. O adensamento de categorias fundamentais da teoria social de Marx, à exemplo do trabalho em seu sentido ontológico possibilitou a categoria profissional elaborar a crítica ao metodologismo e avançar no sentido de entender que a profissão não está desconectada da realidade social, que pensamento e ação, embora com particularidades distintas em sua natureza, estão intrinsecamente relacionados.

Yasbek (2019, p. 48, grifo nosso) destaca que na abordagem dos fundamentos há elementos que são fundantes:

a concepção de profissão no movimento histórico da sociedade capitalista; **a questão social** e suas expressões e configurações no âmbito privilegiado do exercício profissional; **e o trabalho** como categoria fundante para analisar o exercício do Serviço Social na sociedade capitalista.

Tais elementos deram concreção para avançar no processo de elaboração da Construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS em 1996. Ao apreender que o significado social da



profissão só se explica na dinâmica das relações contraditórias da sociedade e que, portanto, “[...] decifrar essa especialização do trabalho supõe elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social” (Iamamoto, 2017, p. 21) isso permitiu elucidar a natureza interventiva da profissão e entender que a investigação está no projeto de profissão, e se expressa nas atribuições e competências profissionais.

Trouxe também o entendimento de que a formação profissional não está no plano das abstrações, ou seja, ao eleger a questão social como eixo central da formação, reforça a perspectiva de que a atuação dos assistentes sociais se dá no âmbito das relações contraditórias entre as classes, e que a inserção no mercado de trabalho depende da venda da especialização desse trabalho que particulariza o Serviço Social.

Tanto na formação, quanto no trabalho profissional, a dimensão investigativa passou a ser entendida como elemento intrínseco a própria lógica dialética dos fundamentos, ou seja, não se pensa em uma formação somente teórica ou prática, mas, uma formação teórico-prática (Guerra, 2005).

Isso reforçou no processo de revisão da formação, à perspectiva de que os conteúdos da formação se reportam a realidade e que os componentes curriculares devem estimular, com maior ou menor ênfase, o exercício investigativo que tem sua razão de ser, se mediado nos e pelos fundamentos. Nas diretrizes curriculares da ABEPSS/1996,

a postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. Este conteúdo da formação profissional está vinculado à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 67).

No trabalho profissional a investigação é o meio de se mobilizar os conteúdos teórico-metodológico, ético político na apreensão das determinações sociais constitutivas da realidade. Imbuído dos fundamentos, os profissionais potencializam a investigação, uma vez que os fundamentos edificam a competência crítica e permitem uma leitura mais afinada da realidade, em condições de avançar para além das abstrações preliminares.

Nessa perspectiva, não se trata de uma investigação voltada para um inquérito, com sentido fiscalizatório e policialesco. A investigação na formação e no trabalho profissional é um



instrumento de aproximação sucessiva da realidade. No exercício profissional, esta dimensão alarga os horizontes, influi no sentido de o profissional captar as nuances que não se revelam num primeiro momento e que exigem um esforço intelectual na sua apreensão. A análise de conjuntura, as articulações micro e macrosocietárias são fundamentais nesse processo, assim como o entendimento dos aspectos particulares que caracterizam as políticas sociais e que somente são desvelados nas articulações teóricas expressas nos fundamentos.

As diretrizes curriculares na proposta dos fundamentos do Serviço Social vêm com a exigência de se compreender a dinâmica societária. Revelam um modo particular de se apreender a realidade e a profissão, informada por uma perspectiva de totalidade histórica (Santos, 2019), incluindo uma concepção de homem e mundo que não se desconecta da perspectiva de classe. Mostram, também, uma nova organicidade de conteúdos constituídos a partir dos núcleos de fundamentação que contemplam uma direção social que se almeja para a formação. Pressupõem a apreensão do método e exigem um esforço teórico para além dos documentos que expressam o projeto de formação. Sem essa leitura mais adensada, não é possível captarmos a relação intrínseca entre os fundamentos do Serviço Social e a dimensão investigativa.

Ora, o assistente social, em seu campo ocupacional lida diariamente com inúmeros desafios: violência e estímulo a naturalização de práticas violentas, pobreza e empobrecimento da população, corte dos gastos públicos, articulação predatória entre setor público e privado, insegurança no trabalho, entre outros. Tais desafios demandam a dimensão investigativa como condição de mobilizar o exercício profissional na formulação e execução das políticas, elaboração de ações, análise das condições de vida dos usuários, articulação da rede de serviços, informações sobre o território, etc.

Nesse sentido, apontamos que a compreensão do objeto do Serviço Social requer um caminho investigativo da realidade de modo a apreender, no movimento mais geral da sociedade capitalista, os processos e as dinâmicas particulares que trazem, para a profissão, uma série de situações que devem ser problematizadas. Isso porque o espaço do cotidiano que fundamenta e materializa o trabalho do assistente social não se dá a conhecer de forma imediata, não se configura apenas nos dados empíricos que se apresentam espontaneamente.

Nesse sentido, a investigação se afirma como estratégia que mobiliza conhecimento e intervenção, estando vinculada à realidade de trabalho do profissional, aos objetos de



intervenção que fazem parte das demandas profissionais. Assim, é consenso na literatura da área que o caráter interventivo da profissão pressupõe a investigação, isso porque são dinâmicas que apresentam identidades distintas, mas inseparáveis, ou seja, “[...] não se pode pensar a intervenção sem o conhecimento dos objetos e processos sobre os quais se intervém” (Neto, 1992, p. 105).

É importante destacar que compreender essa realidade não se faz de forma aleatória e intuitiva, desentranhar desse complexo as conectividades que permitem desvelarem a condição de vida dos sujeitos com os quais o assistente social se depara no seu cotidiano, impõe uma exigência teórico-metodológica à formação profissional no sentido de se apreender, por meio dos fundamentos, a realidade social e as relações estabelecidas entre as classes sociais e como isso se traduz em demandas profissionais.

Entendendo que a apreensão crítica da realidade tem como ponto de partida a própria realidade que se manifesta da vida cotidiana, apresentamos algumas reflexões sobre o cotidiano, visto que apreender as determinações postas neste âmbito, a partir de um rigor na postura teórico-metodológica, é tarefa precípua para pensar a dimensão investigativa como mediação que entrelaçam as dimensões instrumental, formativa, política e intelectual do exercício profissional, como veremos a seguir.

O COTIDIANO: APROXIMAÇÕES À SUA CONCEPÇÃO

A apreensão crítica da realidade tem como ponto de partida os dados concretos que se manifesta na vida cotidiana. Destacamos anteriormente que é na complexidade das relações estabelecidas no cotidiano que o assistente social atua, assim, apreender as determinações postas neste âmbito, a partir de um rigor na postura teórico-metodológica, é tarefa precípua para pensar a dimensão investigativa como mediação que entrelaçam as dimensões instrumental, formativa, política e intelectual do exercício profissional.

Podemos afirmar que a vida cotidiana é a vida de todos os dias. A vida na qual o indivíduo não pode suprimir com a opção de manter uma certa independência permanente ou provisória. Netto (2000) apoiado nos estudos de Lukács destaca que nenhuma existência individual cancela a cotidianidade, ou seja, enquanto espaço de produção e reprodução do ser



social a vida cotidiana está posta em toda sociedade e na vida de todo homem, mas, obviamente, não de forma a-histórica. Traz consigo às marcas de seu tempo, por isso, a estrutura da vida cotidiana (seu âmbito, ritmos, regularidades, comportamentos dos sujeitos coletivos) se apresenta de maneira distinta em cada sociedade.

De acordo com Heller (1972) o homem participa da vida cotidiana por inteiro. Todas as suas capacidades, habilidades, ideias, paixões, sentimentos, ideologias, são colocadas em funcionamento na cotidianidade, mas não com toda intensidade, isso porque a vida cotidiana é marcada, dentre outros aspectos, pela heterogeneidade que representa o conjunto de atividades próprias das objetivações do ser social: a organização do trabalho, a vida privada, o lazer, o descanso, a linguagem, a vida política, etc.

A vida cotidiana expressa, como tendência, o caráter espontâneo, a rotina, a repetição dos gestos e tarefas, isso porque a atitude do homem diante da realidade não é, como observa Kosik (1976), de um sujeito cognoscente, de uma mente que busca a todo momento examinar especulativamente a realidade, mas de um ser que age objetivamente na realidade buscando satisfazer suas necessidades.

Por isso, é próprio do modo de ser cotidiano o vínculo imediato entre pensamento e ação, entretanto, isso não significa dizer que não existe mediações. Barroco (2007) explica que no âmbito do cotidiano as mediações permanecem ocultas pela aparência imediata dos fatos, pela rapidez e espontaneidade com que são apreendidas e a forma como se manifestam no âmbito da alienação.

Esses aspectos, intrínsecos a dinâmica da vida cotidiana, requisita dos indivíduos respostas pontuais que se colocam no limite da resolução das situações, sem apresentar maior profundidade. Barroco (2007) esclarece que não faz parte do cotidiano a amplitude e a intensidade das atividades que possibilitam ao homem entrar em contato com suas capacidades essenciais, qual seja, sua capacidade de criar, transformar e valorizar de forma consciente. Isso porque se o homem se dispusesse a refletir sobre o conteúdo de verdade contido em cada uma das formas das atividades cotidianas seria impossível a produção e a reprodução da vida da sociedade humana. A realidade é complexa de determinações que extrapolam a capacidade do homem de absorvê-las Heller (1972).

Complementando essa discussão, podemos dizer que na vida cotidiana reside o



pensamento do homem comum. E o que é o pensamento comum? Kosik (1976) explica que é a forma ideológica do agir humano de todos os dias, na qual são captadas o aspecto superficial das coisas, as formas fenomênicas³ com que se apresentam na realidade. Segundo o autor (*Idem*, p. 14) a *práxis* utilitária cotidiana cria o pensamento comum, este coloca o homem em condições de orientar-se no mundo e de familiarizar-se com as coisas, entretanto, não é sua finalidade proporcionar a compreensão das coisas e da realidade.

A dimensão da vida cotidiana na forma imediata como se coloca é campo para a reprodução das relações sociais capitalistas, marcadas essencialmente pelas formas mistificadas com as quais os homens, por intermédio da mercadoria, se relacionam. Nessa perspectiva Heller (1972) mostra que de todas as esferas da realidade, a vida cotidiana é aquela que mais tende à alienação. As formas hegemônicas de exploração são ocultadas por esses processos de alienação⁴ que invade o cotidiano dos indivíduos em toda sua instância, “[...] o que aqui se universalizou, na imediatez da vida social, são os processos, peculiares ao modo de produção capitalista, que se encontram na base do mistério da forma mercadoria” (Netto, 2000, p. 88).

Desse modo, entendemos que a vida cotidiana é tangenciada pela objetividade imediata que conforma o modo de produção capitalista, no qual a mercadoria é expressão viva das formas fetichizadas que caracterizam as relações entre os homens. Há um estranhamento no processo de produção, sob a aparência de realidades “naturais” que se apresentam independentes de sua ação. Barroco (2007) observa que os modos de comportamento, valores e motivações se manifestam à consciência como elementos que já estão dados e dispostos “funcionam em si e por si mesmos”, sem quaisquer relações e vínculos sociais.

Nessa direção, Heller aponta que a alienação existe quando se tem um abismo entre a

³ Kosik (1976) o mundo dos fenômenos que constitui a *práxis* utilitária cotidiana como mundo da *pseudoconcreticidade*. A esse mundo pertence as relações fetichizadas, os fenômenos externos que se apresentam de forma superficial, na epiderme das relações sociais que configuram a *práxis* fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão da sociedade em classes. Assim, o mundo da pseudoconcreticidade “[...] é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde” (1976, p. 15).

⁴ Com base em Netto (1981, p. 57) compreendemos que a alienação se constitui em uma forma específica de objetivação, na qual o trabalho – atividade prática negativa – é unidimensional, ou seja, se reduz à dimensão da lucratividade, produção de valores de troca, mercadorias. “No trabalho alienado, o trabalhador não se realiza e não se reconhece no seu próprio produto; inversamente, o que ocorre é que a realização do trabalho, a produção, implica a sua perda, a sua despossessão: o produto do trabalho se lhe aparece como algo alheio, autônomo. Nisto consiste a matriz da alienação”



produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção. Esse abismo toma proporções maiores a partir do desenvolvimento capitalista com o acirramento das contradições. A estrutura da cotidianidade alienada se expande e penetra todas as camadas sociais.

De fato, entendemos que as determinações da vida cotidiana (imediaticidade, heterogeneidade e a superficialidade extensiva), se manifestam numa aparente naturalidade, mas, como o cotidiano não está à margem da histórica, podemos dizer que tais determinações são recompostas em razão do movimento dos processos históricos.

Assim, quanto mais complexa a regulação da vida social e as funções que o homem desempenha, mais necessário são os mecanismos de controle, de reforço a automatização das rotinas, da burocracia e das atividades do cotidiano. Como assinala Heller (1972, p. 38), “Quanto maior for a alienação produzida pela estrutura econômica de uma sociedade dada, tanto mais a vida cotidiana irradiará sua própria alienação para as demais esferas”.

O que a vida cotidiana revela é um mundo aparente, guiado pelas relações e concepções fragmentadas que impõe a consciência aquilo que está posto de modo superficial e recorrente. O rotineiro e o familiar são aspectos que conformam esta cotidianidade na qual o indivíduo transita e orienta sua ação por meio de um pensamento espontâneo, pautado, de certo modo, na reprodução de um padrão de comportamento e nas experiências já conhecidas.

Dadas as características acima mencionadas podemos dizer que na vida cotidiana o pensamento comum reconhece a prática em seu sentido estritamente utilitário, imediatista e direta. Esse nível de conhecimento pautado na intuição⁵, se vê em oposição à teoria, já que as explicações estão postas nas representações da realidade, assim, esse pensamento comprova sua validade à medida que mostra sua eficiência e utilidade em responder as questões prático/empíricas. Nesse contexto Heller (1972, p.32) nos diz:

As ideias necessárias à cotidianidade jamais se elevam ao plano da teoria, do mesmo modo como a atividade cotidiana não é práxis. A atividade prática do indivíduo só se eleva ao nível da práxis quando é atividade humano -genérica consciente; na unidade viva e muda de particularidade e genericidade, ou seja, na cotidianidade, a atividade individual não é mais que uma parte da práxis, da ação total da humanidade que,

⁵ De acordo com Lefebvre (1991, p. 105) o conhecimento intuitivo ou imediato refere-se a todo conhecimento que não é obtido por meio de um processo, de um caminho apoiado através de etapas intermediárias. Este nível de conhecimento “Indica a coisa a conhecer e não aquilo que a coisa é”, assim, aponta para o “ser” geral de cada coisa, mas, no seu mais vago sentido.



construindo a partir do dado, produz algo novo, sem com isso transformar em novo o já dado.

O contexto da vida cotidiana é o espaço no qual o indivíduo põe em prática suas capacidades, mas somente no âmbito da singularidade. Para superar a consciência comum e elevá-la ao humano-genérico, é necessário, segundo Heller (1972) fazer uma suspensão momentânea, ou seja, concentrar toda a atenção sobre uma única questão. Esse movimento de elevação da consciência não se faz sem esforço.

Na cotidianidade há sempre uma margem de possibilidade e movimento para elevar o modo de apropriação e compreensão do real, entretanto, cabe destacar que esta suspensão não suprime a vida cotidiana. Ao suspendê-la e a ela retornar explicitam-se capacidades que, segundo Barroco (2007, p. 41) possibilitam criar, fazer escolhas, transformar e valorizar de forma consciente, em outras palavras, “[...] supõe a supressão da alienação, não da vida cotidiana”. A arte, a filosofia, a ciência, a política e a ética são apontadas como atividades de elevação acima da cotidianidade, pois levam a compreensão de que o mundo não se põe de forma transparente.

Compreender a possibilidade dessa suspensão é compreender que no mundo fenomênico em que a realidade se manifesta estão imbricados o fenômeno e a essência (coisa em si), entretanto, como nos mostra Kosik (1976, p. 15) isso de modo algum significa dois mundos distintos,

a essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediada ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é.

A realidade possui regularidades, leis imanentes, formas e aspectos isolados que permitem ser compreendidos, mas que não se revelam de modo imediato. Captar esses dados aparentes no plano do intelecto e organizá-los, ainda que em bases empíricas, no pensamento, representa um modo inicial de se aproximar do objeto que não pode ser desconsiderado no processo de conhecimento.

Sobre isso Guerra (2009) explica que esse processo já se inicia pelos órgãos dos sentidos, pela intuição, formas de representação, e vai se adensando à medida que passa por outros condutos da razão até chegar ao nível mais alto da razão crítico-dialética. A autora



observa que o conhecimento que se atém ao nível da intuição, que não submete os dados a uma crítica, conduz sempre a uma realidade que aparece de forma mistificada.

Para elevar esse nível de compreensão no sentido de desobscurecer o mundo da positividade que marca os processos sociais da sociedade burguesa, é necessário percorrer um caminho no qual seja possível interrogar como a coisa se constitui, como ela é, considerando o seu próprio movimento.

A partir do exposto entendemos que os fatos elementares da vida cotidiana se elevam a um outro nível de compreensão pela práxis que expressa justamente a unidade de duas dimensões distintas no processo de conhecimento: a teoria e a atividade prática dos homens. Pela via de uma ação refletida, que não se desconecta dos fatos, é possível apreendê-los para além da aparência na qual se mostram.

Nesse sentido, é impensável superar a imediatez dos fatos sem se pôr em movimento uma série de recursos que possibilita ao sujeito se aproximar da realidade. Isso significa dizer que às determinações do objeto devem ser exploradas, negadas, testadas e confirmadas de modo sempre aproximativo e provisório e isso se faz mediante um processo investigativo e de uma orientação teórico-metodológica com uma clara direção política.

A DIMENSÃO INVESTIGATIVA A PARTIR DE SEUS DIFERENTES NÍVEIS DE APREENSÃO DA REALIDADE

Considerando que o movimento de ultrapassagem das ações pragmáticas decorre de um determinado conhecimento orientado pela razão dialética, expresso nos fundamentos do Serviço Social, cabe apontar que ao mobilizar a dimensão investigativa, os profissionais produzem conhecimento em diferentes níveis.

Tais conhecimentos abrangem tanto aqueles que envolvem uma abordagem mais instrumental, relacionado as questões mais imediatas, pertinentes ao cotidiano profissional, o que não retira dessa abordagem a necessária apreensão de referenciais teóricos, quanto conhecimentos que podem decorrer de uma pesquisa acadêmico-científica, mediante por exemplo a inserção do profissional em programas de pós-graduação, com o desenvolvimento de pesquisas relacionadas, ou não, ao campo de atuação. Como salienta Iamamoto (2008, p.



239)

O fato de o Serviço Social constituir-se uma *profissão*, traz inerente uma exigência de ação na sociedade, o que não exclui a possibilidade e a necessidade de dedicar-se a investigações e pesquisas no amplo campo das ciências sociais e da teoria social, adensando o acervo da produção intelectual sobre intercorrências da questão social e das políticas sociais, contribuindo para o crescimento do patrimônio científico das Ciências Humanas e Sociais.

A questão que se coloca aqui é afirmar a não existência de um campo que separa o Serviço Social como profissão e como área de conhecimento, a conhecida e recorrente expressão dos “profissionais pesquisadores” e dos “profissionais que competem a execução”, mas reconhecer que a pesquisa cumpre finalidades diferentes relacionadas às necessidades que decorrem dos espaços de inserção profissional reconhecendo os níveis diferenciados de aproximação que ela – a investigação – estabelece com a realidade e que se expressam na postura investigativa, na sistematização de dados, na ação investigativa e na pesquisa científica, sabendo que são níveis que se complementam e se articulam (Chaves, 2013).

Mesmo correndo risco de procedermos a um raciocínio esquemático, consideramos importante trazer as discussões que têm sido apresentadas na literatura da área para clarificarmos essas diferentes formas de aproximação da realidade e, ao mesmo tempo, possibilitarmos, a partir dessa exposição, reconhecermos, nos componentes curriculares, as possibilidades de se pensar em estratégias que favoreçam esses processos investigativos.

A sistematização de dados não se restringe a levantamentos de informação, junção de dados, mas a um procedimento que exige estudo, organização, revisão e análise. Como explicita Bourguignon (2008), o cotidiano é fonte de conhecimento para o assistente social, assim, deve ser sistematizado, problematizado, saber como trabalhar com o conjunto das informações colhidas na realidade, de modo que possa fortalecer alternativas de defesa aos direitos sociais dos usuários.

[...] o profissional precisa posicionar-se e reconhecer na sua prática oportunidades não só de colher informações junto aos sujeitos – cujo armazenamento muitas vezes gera documentos estéreis, incapazes de suscitar mudanças –, mas também transformar as informações através de diálogo e problematização sistemáticos com a realidade, com os seus protagonistas, e sustentados no suporte teórico-metodológico construído pela profissão (Bourguignon, 2008, p. 163).

Por se tratar de um “[...] esforço crítico, de natureza teórica, sobre a condução da atividade profissional” (Almeida, 2006, p. 4), a sistematização de dados é acionada pela atitude



investigativa e se constitui em um procedimento fundamental para a construção de ações interventivas. Possibilita ao assistente social reunir um conjunto de informações e dados para identificar e compreender as necessidades apresentadas pelos usuários, as demandas que chegam aos serviços, o espaço e as condições em que o exercício profissional se realiza.

Impulsiona, a um nível mais elevado, a compreensão dos dados empíricos que abarcam o trabalho profissional, com o registro criterioso dos dados, mas, como observa Netto (1989), opera basicamente para circunscrever, ainda que de modo provisório e precário, um campo de reflexão, mas não constitui o processo teórico. Este implica na ultrapassagem das abstrações – objetos sobre os quais se debruça a razão –, na captura e na compreensão de seu movimento na totalidade concreta.

Segundo Chaves (2013), a sistematização pode gerar dois níveis de produção: aquelas que respondem diretamente às demandas profissionais, como a elaboração de projetos, avaliação de políticas sociais etc.; ao mesmo tempo, esses dados podem ser problematizados e analisados pelos próprios profissionais ou por aqueles vinculados às instituições de pesquisa em nível acadêmico. Esses dois níveis correspondem à *ação investigativa* ou *pesquisa em serviço* e à *pesquisa científica*.

A ação investigativa fornece subsídios para a definição de estratégias profissionais, já que traz uma síntese mais adensada e refletida dos dados sistematizados; aqui captamos as particularidades, as contradições, as possibilidades e os entraves que permitem se avançar ou até mesmo recuar nas ações profissionais. Esse nível de pesquisa, como salienta Chaves (2013), afirma-se enquanto competência profissional para a formulação de políticas sociais, seu acompanhamento e avaliação bem como permite se subsidiar a elaboração de projetos de intervenção que demandam análise das particularidades do objeto sob o qual se busca implementar. Nesse sentido, são frutos de reflexões teórico-práticas, são produções de conhecimento que podem e devem ser coletivizadas pela categoria e contribuir para subsidiar a própria intervenção profissional.

Além disso, esse nível de investigação traz elementos importantes que podem se constituir em bases para o aprofundamento teórico de uma pesquisa científica. Esta pesquisa refere-se a um processo que instrumentaliza o pesquisador a reconstruir, em nível do pensamento e por sucessivas abstrações, a estrutura dos fenômenos sociais, de modo a tornar concretamente



pensadas as suas representações. Portanto, exige o esforço rigoroso de perquirir permanentemente os dados aparentes, saturando o objeto, apreendendo-o em sua totalidade histórica. Como assinala Bourguignon (2008, p. 71), “[...] Nesta modalidade de práxis, a finalidade imediata é teórica, porém mediada pela prática investigativa”.

Ao expormos essas diferentes formas por meio das quais a dimensão investigativa se movimenta na formação, fica claro que o Serviço Social propõe um projeto de formação profissional no qual a produção do conhecimento se dá em diferentes níveis não dissociados: aqueles voltados diretamente à intervenção até aqueles que exigem maior rigor, métodos, técnicas e que pressupõem a construção de formulações teóricas (Chaves, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões tecidas neste estudo, reforçamos que a apreensão dos fundamentos do Serviço Social possibilita aos assistentes sociais reconhecer e potencializar a dimensão investigativa no exercício profissional, uma vez que mobiliza a ultrapassagem do senso comum, impulsiona o profissional a construir ações com compromisso ético-político na defesa de seu projeto de profissão e de sociedade.

Conforme afirmamos, os fundamentos do Serviço Social não se constituem, em hipótese alguma, em um receituário, ou algo que pertence espaço da academia, os fundamentos dependem de um esforço por parte dos profissionais em manterem uma formação continuada, aliás, a dimensão formativa, articulada com os princípios humanos e emancipatórios, é parte constitutiva do exercício profissional.

Sem o entendimento dos fundamentos, a dimensão investigativa ocupa um lugar pontual e esporádico no trabalho profissional, a pesquisa acontece “quando se dispõe de tempo ou quando é demandada”, também não se reconhece que muitas das ações desenvolvidas e sistematizadas são conhecimentos que resultam de um movimento de aproximações e ultrapassagem de um determinado nível de apreensão da realidade.

É importante ter claro que esse movimento de apreensão teórico- crítica da vida social, nas particularidades das refrações da questão social com as quais os profissionais se ocupam, ocorrem na dinâmica das relações sociais, com toda às contradições e transformações que lhes



são inerentes, assim, há que se reconhecer que as limitações impostas pelas precárias condições de trabalho e todas as demais situações que atravancam o trabalho profissional, influem nesta apreensão, entretanto, é preciso pontuar também a opção política do profissional de se preparar técnica e intelectualmente para uma atuação qualificada, com posicionamento crítico que permita estabelecer alternativas para transcender o trabalho imediato.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de serviço social. In: Formação Profissional: trajetória e desafios. **Cadernos ABESS**, n. 7. São Paulo: Cortez. São Paulo, 1997.

ALMEIDA, N. L. T. Retomando a temática da “sistematização da prática” em Serviço Social. In: MOTA, A. E.; BRAVO, M. I. S.; UCHÔA, R.; NOGUEIRA, V.; MARSIGLIA, R.; GOMES, L.; TEIXEIRA, M. **Serviço Social e saúde: formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. P. 399-408.

BARROCO, M.L.S. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 5ª Ed. São Paulo, Cortez, 2007.

BOURGUIGNON, J.A. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2008.

CHAVES, C. N. **Serviço social e produção de conhecimentos: o papel da pesquisa para o projeto de formação profissional**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ, Rio de Janeiro.

GUERRA, Y. O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo: elementos para o debate. **Revista Katálysis**. v. 8, n. 2, jul./dez., 2005.

_____. A dimensão investigativa no exercício profissional. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, 2009, v.1, p. 701-717.

_____. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos e uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Y. et.al. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. 2ª ed. Campinas: Papel Social, 2019.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1972.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 128, jan/abr, 2017, p.13-38.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal e lógica dialética**. Rio de Janeiro: Editora Civilização



Brasileira, 1991.

NETTO, J. P. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 30., São Paulo: Cortez, 1989. p. 89-102.

_____. **Para a crítica da vida cotidiana**. In: CARVALHO, M. C. B.; NETTO, J. P. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NETO, A. M. Q. F. “Taller” de investigação e projetos sociais. In: ABESS. Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social. **A produção do conhecimento e o serviço social**. Cadernos ABESS nº 5, p. 96-107. São Paulo: Cortez, 1992.

SANTOS. C.M. Prefácio. In: GUERRA, Y. et.al. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. 2ª ed. Campinas: Papel Social, 2019, p. 11-17.

YASBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y. et.al. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. 2ª ed. Campinas: Papel Social, 2019, p. 47-84.

O TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA SOCIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

CRISTIANE CARLA KONNO¹

MARCIANA ALEXANDRE²

RESUMO: O presente estudo debate os fundamentos do exercício do Serviço Social, determinado pelo contexto sócio-histórico da sociabilidade do capital: as transformações societárias do modo de produção capitalista e os respectivos rebatimentos no exercício profissional de assistentes sociais. Aborda sobre o trabalho profissional de assistentes sociais no âmbito da política social de assistência social, no Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Palavras-Chaves: Fundamentos do serviço social, exercício profissional, política social.

ABSTRACT: This study discusses the foundations of the practice of Social Work, determined by the socio-historical context of the sociability of capital: the societal transformations of the capitalist mode of production and their respective repercussions on the professional practice of social workers. It addresses the professional work of social workers within the scope of social welfare policy, in the Unified Social Welfare System – SUAS.

Keywords: Fundamentals of social work, professional practice, social policy.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão inscrita na especialização do trabalho coletivo, na divisão social e técnica do trabalho, de natureza interventiva e investigativa na realidade social, constituída por relações e contradições sociais advindas do contexto de desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais inerente à sociedade capitalista. Neste sentido, o exercício profissional de assistentes sociais se inscreve num processo de mediação das relações sociais determinadas pelo

¹Assistente Social, Professora Doutora do Curso de Graduação e Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/Campus de Toledo-Pr; e-mail: crikonno@gmail.com, currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7177909103669155>.

²Assistente Social, Discente do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social, nível de Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/Campus de Toledo-Pr; e-mail: marcianaalexandre@gmail.com, currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5978586467425503>.



antagonismo entre as classes sociais fundamentais desta sociedade, quais sejam: a classe burguesa e a classe trabalhadora (Iamamoto; Carvalho, 2012). Assim, o presente artigo objetiva compreender os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que orientam o Serviço Social na intervenção profissional (dimensão técnico-operativa) no âmbito da política social de assistência social. Por conseguinte, procurou-se entender sobre os rebatimentos das transformações societárias para o mundo trabalho e para o exercício profissional de assistentes sociais enquanto trabalhador (a) assalariado (a).

Para tanto, se fez necessário compreender a gênese da “questão social” no modo de produção capitalista, uma vez que está se configura como objeto de intervenção profissional para a profissão de Serviço Social. Mais especificamente, busca-se refletir sobre este trabalho profissional no âmbito da política social de assistência social, no Sistema Único de Assistência Social - SUAS³.

OS FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E TEÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL

Os fundamentos sócio-históricos e teóricos do Serviço Social imprimem a direção social ao trabalho profissional de assistentes sociais na realidade social, sob o conjunto de expressões da “questão social” como próprio da sociedade capitalista.

Para Netto (1992), a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, posicionou o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, espaço para legitimação enquanto profissão e venda da força de trabalho, colocando o profissional na categoria de assalariado, cuja concepção de intervenção social estava baseada na matriz positivista, constituindo no processo denominado pela Iamamoto (2012) de “arranjo teórico doutrinário”, caracterizado pelo discurso humanista cristão de bases técnico-científico de inspiração na teoria social positivista.

Para tanto, nos ancoramos ao pensamento de Yazbek (2009), no debate que realiza sobre a constituição dos fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social. Trata-se da vinculação do Serviço Social ao pensamento social da Igreja Católica em seu processo de institucionalização profissional a partir da década de 1930, na qual conferiu ao Serviço Social, a abordagem da questão

³ O SUAS é constituído por um conjunto de serviços, benefícios e programas socioassistenciais, a serem implementados por níveis de proteção social: proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade (Konno, 2022, p. 2).



social como um problema moral e religioso, que priorizava uma “atuação focalizada na formação dos indivíduos e famílias para soluções dos seus problemas”⁴, como a correção dos comportamentos de forma a integrar os sujeitos à ordem social capitalista vigente.

Nesse contexto social, os principais parâmetros que norteavam a atuação e o pensamento do Serviço Social, baseavam-se na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII): o tomismo e o neotomismo, retomada pelo Jacques Maritain e pelo Cardeal Mercier. O conservadorismo católico alimentou o pensamento e a intervenção do Serviço Social brasileiro nos anos iniciais, principalmente a partir dos anos de 1940. O Estado começava a implementar políticas no âmbito social devido as novas demandas postas pela sociedade capitalista, impondo a necessidade de tecnificação e organização do Serviço Social, para responder as demandas que se apresentavam à profissão no contexto do desenvolvimento do capitalismo industrial, aproximando-se do Serviço Social norte-americano e embasado na teoria social positivista (Yazbek 2009).

O Serviço Social brasileiro apoiado na teoria positivista, dará suporte teórico e metodológico para qualificação técnica da atuação conservadora dos assistentes sociais, que estabelecia a intervenção social baseada na leitura imediata dos fenômenos sociais de forma extremamente manipulada e instrumental. Desta forma, abordava as relações sociais no plano das vivências imediatas e dos fatos aparentes que se apresentavam na objetividade do ser social.

A partir dos meados da década de 1960, a teoria positivista começou a ser questionada pelo Serviço Social devido ao contexto das transformações societárias, econômicas, políticas e culturais que expressam novas configurações da sociedade capitalista. Assim, o Serviço Social tradicional passou a ser contestado por um amplo movimento, que daria origem ao Movimento de Reconceituação, dando espaço a indagações sobre os processos teóricos, metodológicos, operacionais e políticos da profissão.

O Movimento de Reconceituação surgiu em toda a sociedade Latino-Americana, exigindo dos assistentes sociais novas práticas que deveriam estar alinhadas às mudanças societárias e comprometida com as classes subalternas diante do estabelecimento de um novo projeto social. É

⁴ Aspas utilizada pelas autoras deste trabalho: refere-se à individualização das situações de desigualdades sociais que acometiam as condições de vida da população, portanto, de caráter social.



neste espaço de questionamento, tanto à sociabilidade capitalista imposta aos países latino-americanos, à profissão e embates heterogêneos internos à categoria profissional, que o Serviço Social apropria-se das discussões e reflexões da teoria social de Karl Marx (Yazbek, 2009).

O Movimento de Reconceituação brasileiro foi essencialmente conservador dada a conjuntura social da época, surgindo, sob o viés do conservadorismo, tendências voltadas à fundamentação do exercício e do posicionamento do Serviço Social. No âmbito do Movimento de Reconceituação, surgiram as seguintes vertentes de análise teórica-metodológica: a vertente modernizadora que reafirmava as bases do Serviço Social tradicional, a vertente inspirada na fenomenologia, identificada como a reatualização do conservadorismo e a vertente marxista, que trazia em seu bojo a intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional. A vertente marxista, embora naquele momento era deficitária em termos de corpo teórico, estava posicionada no campo social e político, possibilitando a profissão formular questionamentos sobre a prática institucional. O grupo de assistentes sociais defensor desta vertente, alinhado aos movimentos sociais da época, gerou forças para iniciar o processo de ruptura com o conservadorismo na profissão (Yazbek, 2009).

É somente no início dos anos de 1980, mediante pesquisa e estudos Marilda Vilela Iamamoto, expresso na obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, que a teoria social marxista tem respaldo efetivo de diálogo com a profissão, imprimindo direção ao pensamento e à intervenção do Serviço Social brasileiro, na qual

[...]apreende o ser social a partir de mediações. Ou seja, parte da posição de que a natureza relacional do ser social não é percebida em sua imediatez (...). Ou seja, as relações sociais são sempre mediatizadas por situações, instituições etc., que ao mesmo tempo revelam/ocultam as relações sociais imediatas. Por isso, nesta matriz o ponto de partida é aceitar fatos, dados como indicadores, como sinais, mas não como fundamentos últimos do horizonte analítico (Yazbek, 2009, p. 10).

O pensamento social crítico consolida-se com base para a formação de assistentes sociais, espalhando-se nas discussões de eventos acadêmicos, nos movimentos associativos da categoria e no Código de Ética de 1988. A teoria social marxista possibilitou à profissão questionamentos sobre a perspectiva teórica, metodológica, operativa, política e fomentou reflexões para o rompimento com os processos conservadores, resultando em um projeto profissional crítico, comprometido com os interesses da classe trabalhadora.

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E OS REBATIMENTOS PARA OS ASSISTENTES SOCIAIS

De acordo com Netto (1996), as transformações societárias no mundo capitalista, afetam o conjunto da vida social e incidem sobremaneira nas profissões e nas áreas de atuação da profissão. As mudanças no mundo do trabalho decorrentes do esgotamento do capital, produzem ajustes nos processos de trabalho e na ação do Estado, com rebatimentos concretos nas políticas sociais e nas profissões. O Estado é espaço contraditório que responde às requisições do grande capital, e não obstante, pelas exigências advindas das lutas de classes engendradas nesse movimento, a partir de mediações e formulações de respostas institucionais e profissionais, em razão das demandas impostas pelas múltiplas expressões da contradição entre capital e trabalho.

A crise do capitalismo instaurada nos anos de 1970, começou a ruir o pacto fordista-keynesiano centrado na superprodução de mercadorias e de trabalho. Em contrapartida, os baixos salários e o desemprego crescente resultaram em estoques de mercadorias, provocando a queda substancial da taxa de lucro. Sendo assim, o modo de produção não conseguiu sustentar-se diante do excesso de mercadorias produzidas, exigindo alterações no padrão de produção, no qual foi deslocado para o toyotismo, configurando um novo modelo produtivo, baseado nas demandas específicas de parte da população e na acumulação flexível (Netto, 1996).

De acordo com os autores Yazbek (2009) e Netto (1996), países subdesenvolvidos, as repercussões foram diferentes do que em países desenvolvidos, pois, os efeitos das crises cíclicas do capital, decorrentes do esgotamento das taxas de lucro, foram molas propulsoras para a imposição e desenvolvimento do neoliberalismo. No Brasil, os rebatimentos da crise do capital, foram sentidos a partir da década de 1990, demarcando uma nova fase de acumulação capitalista.

O modelo de produção taylorista se transformou em um processo permanente de erosão das bases do trabalho, isto é, o trabalho protegido, regulamentado e com vínculos formais, foi substituído pelas mais diversas formas de desregulamentação, flexibilização e terceirização das relações de trabalho. Tal processo deflagrou nos trabalhadores o sofrimento, o adoecimento e o assédio como regra no desenvolvimento das relações de trabalho.



Raichelis (2020), aponta que a crise contemporânea do capital desencadeou transformações societárias que provocaram uma reestruturação nos processos de (re) produção das relações sociais e no mundo do trabalho, repercutindo no espaço de trabalho e no exercício do Serviço Social. Sob a lógica de erosão do trabalho e dos processos de precarização das relações e condições em que o trabalho é exercido, impactou nas condições objetivas e subjetivas dos sujeitos.

Para a autora, esse processo deflagrou a nova morfologia do trabalho, na qual

(...) trata-se de um processo abrangente e de grande complexidade, que atinge a totalidade da força de trabalho, as relações de trabalho no espaço estatal das políticas sociais e, portanto, o trabalho de assistentes sociais e demais profissionais, ainda que com diferenciações (Raichelis, 2020, p.24).

De acordo com a autora, a nova morfologia do trabalho está expressa no tripé terceirização, flexibilização e precarização, que promove uma profunda degradação nas formas de realização do trabalho. Essa realidade afeta o conjunto dos trabalhadores, entre eles a/o assistente social, gerando a insegurança das e nas relações de trabalho, decorrentes das precárias formas de contratação e subcontratação, pelos baixos salários, benefícios e direitos trabalhistas, pela intensificação da jornada de trabalho, aumento da produtividade e cumprimento de resultados e metas institucionais.

Nas políticas sociais, observa-se a generalização do modelo de gestão do trabalho e de prestação de serviço pelas fundações, como as Organizações Sociais, entidades privadas sob o discurso de falta de recursos para a criação de cargos. Além da precarização dos vínculos de trabalho, incerteza e desproteção social aos trabalhadores, as consequências da terceirização do trabalho são grandiosas. Pois o trabalho é deslocado da lógica pública e universal de direito social básico, para contratos privados, obscurecendo a responsabilidade estatal frente aos cidadãos e restringindo a possibilidade na área do direito.

POLÍTICA SOCIAL E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Considerando, que o Estado administra as expressões da questão social por meio das políticas sociais, atendendo demandas tanto dos trabalhadores quanto do capital, Raichelis (2013)



ênfatisa a necessidade de uma análise das políticas sociais, as quais também se caracterizam como o locus profissional da/o assistente social enquanto trabalhador/a assalariado/a⁵.

Neste cenário, é inevitável tecer considerações acerca da financeirização do capital, pois o rebatimento do desenvolvimento desigual e combinado incide nas condições de trabalho e afeta profundamente o campo das políticas sociais, considerando a redução da intensidade protetora do Estado e o delineamento de mudanças na direção da remercantilização de bens e serviços.

No Brasil, as ideias neoliberais absorvidas pelo Estado ao longo da década de 1990, recaíram sobre a justificativa de reduzir os gastos públicos, sobretudo aquele destinado às políticas sociais e de privatização de empresas públicas para o ajuste fiscal. De acordo com Behring (2003), a densidade de tais ideias se deram sobretudo no governo de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso, pouco após a consagração do sistema da Seguridade Social pela Carta Magna de 1988.

Para autora, é impossível falar de uma "reforma" no sentido redistributivo, tradicionalmente associado à esquerda de orientação social-democrata. Pelo contrário, trata-se de uma "contrarreforma" do Estado, que resultou na retração de direitos sociais conquistados pelo movimento popular e garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Os impactos negativos da reforma conservadora do Estado, resultaram em uma ofensiva de sucateamento dos serviços públicos e no esvaziamento da própria noção de direitos e de tudo o que é público e estatal. Neste cenário, o aprofundamento do desemprego, aliado a outras expressões da questão social, está diretamente relacionado à intensificação da lógica neoliberal, ao desemprego estrutural e à reestruturação produtiva, que impactam significativamente o campo de trabalho do assistente social.

Contexto em que as

[...]relações de trabalho são mobilizadas pelos constrangimentos da alienação e das determinações sociais que abatem a coletividade dos trabalhadores na sociabilidade E como tal, admite a apropriação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, estabelecidas no contrato de trabalho que indicam as condições em que este trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho etc. (Konno, 2022, p. 2).

⁵ De acordo com Iamamoto (2009), o Estado é o maior empregador do assistente social, sendo as políticas sociais seu maior mercado.



Conforme apontam Alves e Braga (2023), há, simultaneamente, uma intensificação das demandas dirigidas aos profissionais de Serviço Social e uma precarização das condições de trabalho, exigindo respostas que articulem dimensões individuais e coletivas da intervenção profissional. Como destacam os autores, “(re)atualiza-se o significado da profissão no atendimento às demandas sociais, embora tais requisições reflitam as contradições da apropriação desigual das riquezas socialmente produzidas.” (Alves; Braga, 2023, p. 891).

Em contrapartida, o aprofundamento das expressões da questão social implica diretamente no aumento da demanda por serviços e benefícios socioassistenciais ao passo que os profissionais do SUAS encontram fragilidade das relações de trabalho marcadas por alta rotatividade, contratos temporários e comissionados, e até mesmo pela ausência de vínculo trabalhista formal nos casos de prestadores de serviços. (Lima; Cunha, 2020, s/p).

Em relação a forma de operacionalização, Raichelis (2013) exemplifica que a política de assistência social é um exemplo clássico de seletividade e alto grau de focalização na miséria e na pobreza absoluta, sem que haja impacto significativo no nível de desigualdade do país, uma vez que os Programas de Transferência de Renda (PTR) apenas alivia a pobreza.

Como exemplo, o Programa Bolsa Família (PBF), embora represente importante via de acesso a benefícios não contributivos para a parcela da população que dela necessita, produz rápidos impactos positivos na vida de seus beneficiários e na dinâmica da economia local, especialmente de municípios de pequeno e médio porte e da zona rural. O PBF, caracteriza-se como um exemplo clássico de ultra focalização na extrema pobreza, sendo ainda que sua operacionalização se dá por um conjunto de condicionalidades mediante a práticas “disciplinadoras e exigências de contrapartidas que constroem as famílias beneficiárias a buscar as chamadas “portas de saída” pela perspectiva da empregabilidade e do assim chamado empreendedorismo” (Raichelis, 2013, p. 619).

Desta forma, está mais que presente a ideologia do workfare, visto que há um endurecimento das contrapartidas e critérios de elegibilidade (*means testing*), fatores estes que pressionam os beneficiários da política de assistência social, considerados “aptos ao trabalho”, a ingressar no mundo do trabalho simplesmente para “estabilizar os instáveis” dentro da lógica dominante do sistema capitalista, envolvendo relação de precariedade laboral e baixos rendimentos (Raichelis, 2013).



O paradoxo centra-se no fato de haver marcos legais que garantem reconhecimento de direitos pelo Estado, contudo, por outro lado, interferências das configurações de base capitalista internacional⁶, que em seu viés regressivo, conservador e focalizador “ameaça o direito e a cidadania, trazem de volta a meritocracia, a disciplinarização, a refilantropização, a criminalização da questão social⁷” (Raichelis, 2013, p. 619).

Este é o cenário que conjuga os espaços sócio-ocupacionais e exercício profissional da/o assistente social, e recapitula que “historicamente, a assistência social e o trabalho tiveram uma relação contraditória, decorrente da direção de política social e econômica vigentes” (Alves; Braga, 2023, p. 883).

Isso remete inclusive para uma reflexão acerca do trabalho social com famílias desenvolvido pelo Serviço Social, pois, quando suas bases metodológicas, teóricas e técnicas eram pautadas pelo viés funcionalista/positivista, havia nítida conformação das classes subalternas às normas institucionais e, por conseguinte, forte processo de culpabilização dos sujeitos pelas situações por eles vivenciadas, apesar de ser diretamente causada pela exclusão da divisão social e técnica do trabalho. (Alves; Braga, 2023, p. 888).

Se hegemonicamente há direcionamento teórico-metodológico e ético-político, é fundamental refletir acerca do conservadorismo no interior da profissão, pois a ideologia do *workfare*⁸ está posta e impacta diretamente na dimensão técnico-operativa do Serviço Social, principalmente quando relacionada às exigências institucionais e aos impactos negativos da nova morfologia do trabalho ao exercício profissional de assistentes sociais. Agregado a isso, para além da relativa autonomia profissional, parece haver uma contínua simbiose entre as primeiras experiências de

⁶ Receituários ditados pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Mundial.

⁷ De acordo com Netto (2001), a questão social é produto da contradição capital-trabalho, manifestada pela exploração da força de trabalho pela ordem burguesa. O trabalho, nesse processo, se torna cada vez mais desenvolvido socialmente, enquanto as relações de produção se concentram na apropriação privada do excedente. Ainda para o autor, o desenvolvimento capitalista produz obrigatoriamente a manifestação das mais variadas expressões da questão social, expressa pela forte desigualdade social, pelos índices de desemprego social, miséria, fome, doenças e desproteções sociais, intrínsecas do modo de produção capitalista.

⁸ Trata-se do novo modelo de regulação estatal em que o núcleo estruturante do padrão de políticas sociais, “[...] busca consolidar nova racionalidade redistributiva, fundada no compromisso obrigatório dos cidadãos de se subordinarem a medidas de “ativação” (políticas ativas de emprego) para a inserção e a integração no mercado de trabalho, como contrapartida do acesso à “proteção social” (Raichelis, 2013, p. 616).



proteção social, seu desenvolvimento e as novas requisições dada pelo novo modelo de reestruturação produtiva do capitalismo.

A fim de não recair numa dimensão fatalista, pauta-se em Alves; Braga (2023, *apud* Teixeira, 2013), para dizer que é essencial reconhecer que nem sempre existe alinhamento entre a concepção e direção da política de assistência social e o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Como citado anteriormente, exemplificamos a matriz familista, expressa nos documentos e regulamentos oficiais da Política de Assistência Social.

Neste cenário, há de se considerar que o esgotamento do pacto de conciliação de classes, que culminou com o golpe Parlamentar, Midiático e Jurídico, durante o governo Dilma pelo seu vice em 2016, (Alves; Braga, 2023, *apud* Braz, 2017) introjetou “a ponte para o passado” na medida em que a contrarreforma trabalhista avançava e a aprovação do congelamento dos gastos em investimento público pelo período de 20 anos⁹ se torna realidade. Tais medidas de regressão de direitos permaneceram em fluxo no governo Bolsonaro, evidenciado pela contrarreforma da previdência social¹⁰ que somado ao cenário da desproteção social da pandemia da Covid-19, aprofundou os desafios enfrentados pela seguridade social.

É nesta conjuntura que se desenvolve o trabalho social no âmbito SUAS, nos serviços de proteção social básica, de média ou alta complexidade, na qual as atividades de trabalho de assistentes sociais “[...] são atravessadas pelas demandas sociais que expressam necessidades de sujeitos/usuários, que se transformam em demandas profissionais, [...]” (Konno, 2022, p. 2) as quais

[...] são reelaboradas sob a ótica do Estado/SUAS que responde sob a forma de serviços e benefícios socioassistenciais. Sendo assim, os trabalhadores do SUAS atuam no âmbito da reprodução das relações sociais, pois se inscrevem na operacionalização dos serviços sociais, materializados em direitos sociais (Konno, 2022, p. 2).

Isto requer dos assistentes sociais o reconhecimento de que eles estão inscritos em “processos sociais mais amplos, no conjunto da classe trabalhadora.” (Konno, 2022, p. 2) e como tal “as condições objetivas de trabalho postas atualmente pelo mundo do trabalho, interferem na construção da identidade como classe trabalhadora,” (Konno, 2022, p. 2), tendo em vista que a

⁹ Isso ocorre através da Emenda Constitucional nº 95.

¹⁰ Este processo representou uma tentativa de alcançar o último, e “talvez mais cobiçado, nicho de fundo público disponível, considerando a queda nas taxas de lucro do capital” (Alves; Braga, 2023, p. 891).



fragmentação subjetiva interfere na apreensão crítica da realidade social, “ao qual se inscrevem como sujeitos históricos, como profissionais diante das demandas sociais postas para sua intervenção, o que contribui com a preservação da cultura ideopolítica da sociabilidade do capital.” (Konno, 2022, p. 2)

Embasada em Antunes (2008) a autora cita que a captura da subjetividade compromete também o processo de organização política das/os trabalhadoras/es do SUAS ao qual a/o assistente social integra. Essa captura se expressa frequentemente na apatia e na aceitação das condições laborais impostas, marcadas pela insegurança dos contratos temporários, pela sobrecarga de trabalho e pela lógica individualista, competitiva e produtivista instaurada pelo capital. Tais elementos são reforçados ainda pela cultura gerencialista que se consolidou na administração pública.

Outro aspecto que se denota está atrelado a questão do aprimoramento teórico-intelectual, que está previsto no Código de Ética da/o Assistente Social e é alargado aos demais trabalhadores/as do SUAS como estratégia fundamental para o enfrentamento das condições anteriormente mencionadas. Esse aprimoramento contribui para a qualificação e valorização profissional, bem como para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados aos sujeitos de atenção da Política de Assistência Social. Tal processo é viabilizado pela implementação da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS), instituída legalmente para atender trabalhadores, gestores e conselheiros da assistência social (Konno, 2022).

Foi justamente a realidade enfrentada pelos trabalhadores no âmbito do SUAS que impulsionou a sua mobilização política em nível nacional, resultando na criação do Fórum Nacional de Trabalhadores do SUAS (FNTS). Este fórum propôs uma estrutura organizativa articulada nas esferas estaduais, municipais e regionais. O FNTS conta com representação no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), instância máxima de deliberação da política de assistência social, onde atua em defesa da melhoria das condições e das relações de trabalho no SUAS, além de outras pautas relevantes (Konno, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho intervém nas expressões da questão social, advindas dos processos e fenômenos sociais da sociedade capitalista. Desta forma, a própria questão da profissionalização do Serviço Social perpassa o



movimento da sociedade e do capital, de modo que, na medida em que ocorre o amadurecimento teórico e metodológico da categoria a partir da concepção da teoria social crítica, há posicionamentos éticos, políticos, técnicos e operativos que buscam romper com o conservadorismo dentro da profissão e passam ser refletidos de forma crítica haja vista a nova direção social e concepção dos fundamentos teóricos e metodológicos do Serviço Social brasileiro.

Considerando a regulamentação histórica como profissional, o exercício profissional da/o assistente social se deu mediatizado por instituições públicas e privadas, tensionado pelas contradições que atravessam as classes sociais na sociedade do capital e o/a assistente social encontra-se submetido à condição de trabalhador assalariado, cuja atividade se assenta em normas próprias que orientam as relações de trabalho entre instituições e usuários.

Logo, o trabalho da/o assistente social também é tensionado pela relação de compra e venda da sua força de trabalho especializada, ou seja, sua condição de trabalhador assalariado faz com que os profissionais não disponham totalmente, nem tenham controle sobre as condições e os meios de trabalho postos à sua disposição no espaço institucional, conforme sinaliza Raichelis (2013). Por tal motivo, também sofrem os impactos da nova morfologia do trabalho, como precárias formas de contratação e subcontratação, pelos baixos salários, benefícios e direitos trabalhistas, pela intensificação da jornada de trabalho, produtividade e cumprimento de resultados e metas institucionais.

Tendo em vista que o Estado é o maior empregador dos assistentes sociais, o presente artigo desenvolveu sobre o exercício profissional da/o assistente social na política de assistência social, considerando que ela desenvolve ações de proteção social, conforme eixos de proteção social¹¹ e pelas seguranças sociais afiançadas previstas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (TNSS), que devem embasar as respostas profissionais.

Haja vista que os rebatimentos na política de assistência são inevitáveis considerando que a correlação com o aumento/ampliação da superpopulação relativa e do agravamento das expressões da questão social, impactam significativamente o campo de trabalho da/o assistente social através das demandas sociais dos sujeitos de atenção da política social de assistência social. Tais demandas

¹¹A Política de Assistência Social se estrutura em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, tendo em vista a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (TNSS).



requerem intervenções profissionais cujas respostas são concretizadas sob a forma de serviços e benefícios socioassistenciais que materializam os direitos sociais.

Nesta seara, considera-se dentre as alternativas de fortalecimento do projeto ético-político profissional do Serviço Social a organização política da categoria profissional e a análise crítica da realidade social sob o qual se dá o trabalho profissional, que ao serem debatidos no contexto do trabalho profissional no SUAS, reforça-se a importância da constituição e atividades dos Fóruns – nacional, estadual e regional de trabalhadoras e trabalhadores do SUAS e o aprimoramento teórico-intelectual enquanto ferramenta fundamental para a qualidade do trabalho social desenvolvido junto aos sujeitos de direitos, além de assegurar a valorização funcional do trabalhador e da trabalhadora do SUAS, o que demanda a implantações e execução de processos formativos de educação permanente do SUAS.

REFERÊNCIAS

ALVES, Dannylo Cavalcante; BRAGA, Iracilda Alves. Trabalho profissional Do/a assistente social no SUAS: tensionamentos em tempos de “falso normal”. **Revista de Políticas Públicas**. v. 26, n. 2, p. 880–899, 14 Jan 2023. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20674/11655>>. Acesso em: 20 de mai. de 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **Aumenta em 25% o número de pessoas em situação de rua no país**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-01/aumenta-em-25-o-numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-no-pais>>. Acesso em: 10 de mai. de 2025.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrareforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRAZ, M. “O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário”. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 128, jan./abr. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e o Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 36. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2009

KONNO, Cristine Carla. **O trabalho no âmbito da política de assistência social**: o espaço ocupacional dos trabalhadores do SUAS. XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. CBAS, 2022. Disponível em: <<https://cbas.silvaebrisch.com.br/uploads/posters/0000000782.pdf>>. Acesso em: 27 de mar. de 2024.



LIMA, Isteice Nogueira de, CUNHA, Marinez Gil Nogueira. O trabalho profissional do assistente social na gestão do SUAS: demandas e desafios no contexto neoliberal. In.: Seminário Regional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família, 5., 2020, Porto Alegre, RS. **Anais do V SERPINF - Seminário Regional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família, III SENPINF - Seminário Nacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família: inflexões da pandemia covid 19 na vida, nas políticas públicas e no trabalho** [recurso eletrônico]. **Organizadores:** Maria Isabel Barros Bellini ... [et al.]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. s/p. Disponível em: <<https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/serpinfsenpinf/assets/edicoes/2020/arquivos/67.pdf>>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 3ª ed. ampliada. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Transformações societárias e o Serviço Social- Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.50, 1996. Disponível em: <<https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/vanessa.bezerra/2022-1/disciplinas/servico-social-2/unidade-2-texto-5/transformacoes%20societarias%20Netto%20-1.pdf/view>>. Acesso em: 30 de abr. de 2024.

NOGUERA, José A. La reestructuración de la política social en España. In: ADELANTADO, José (Coord.). **Cambios en el Estado del bienestar: políticas sociales y desigualdades en España**. Barcelona: Icaria Editorial/Universitat Autònoma de Barcelona, 2000

RAICHELIS, Raquel. As atribuições e competências profissionais à luz da “nova” morfologia do trabalho. In: CFESS. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão**. Volume 2. Brasília: CFESS, p. 11-42, 2020.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, n. 116, p. 609–635, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nWD4BRgjxy4H54tJtXyxVst/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 de mai. de 2024.

SILVA, Tatiana Dias; NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito. **População em Situação de Rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais**. Nota técnica nº 74, IPEA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10078/1/NT_74_Diest_Disoc_Populacao%20em%20Situacao%20de%20Rua%20em%20Tempos%20de%20Pandemia.pdf> . Acesso em: 05 de mai. de 2024.

YAZBEK, Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico- metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UnB (org.). **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, v.1, p.143 - 164, 2009. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/yazbek-201608060401395873620.pdf>>. Acesso em: 24 de jul. de 2020.



TRABALHO, SAÚDE E EXPLORAÇÃO NO CAPITALISMO: O ADOECIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA E O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

ADELIA RODRIGUES DE SOUZA¹

DIUSLENE RODRIGUES DA SILVA²

RESUMO: Este artigo científico analisa, sob perspectiva crítica, as determinações do modo de produção capitalista sobre o trabalho e sua repercussão no adoecimento da classe trabalhadora, enfocando categorias como exploração, alienação e precarização. Discute como a intensificação da expropriação e a desestruturação dos direitos sociais vêm agravando o desgaste físico e mental dos/as trabalhadores/as, ampliando o desemprego e a insegurança. Examina, ainda, o papel estratégico do serviço social, enquanto expressão da própria classe, na mediação, defesa e ampliação de direitos sociais, e na atuação comprometida com a saúde do trabalhador e superação das desigualdades estruturais.

Palavras-Chave: Saúde do trabalhador, exploração do trabalho, capitalismo e alienação, mais valia e precarização, serviço social e direitos.

ABSTRACT: This scientific article critically analyzes the determinations of the capitalist mode of production on labor and its repercussions on the illness of the working class, focusing on categories such as exploitation, alienation, and precarity. It discusses how the intensification of expropriation and the dismantling of social rights have been worsening the physical and mental exhaustion of workers, increasing unemployment and insecurity. Furthermore, it examines the strategic role of social work, as an expression of the working class itself, in mediating, defending, and expanding social rights, as well as in actions committed to workers' health and overcoming structural inequalities.

Keywords: Labor exploitation, worker's health, capitalism and alienation, surplus value and precarization, social work and labor rights.

INTRODUÇÃO

Ao discutir a saúde do trabalhador e o papel do assistente social no combate ao adoecimento da classe trabalhadora, se fazem necessário a análise de categorias centrais, sendo essas: o trabalho;

¹ Assistente social, mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, e-mail: adeliarodriguesdesouza@gmail.com, currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6843113353081028>.

² Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2017); Mestre em Letras - Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2006); graduada em Serviço Social, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1992); Professora na graduação e pós-graduação stricto sensu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: diuslene.silva@unioeste.br. Endereço para acessar CV: <http://lattes.cnpq.br/6862095446152400>.



o modo de produção capitalista; a exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista; a relação entre direitos sociais e adoecimento; o adoecimento decorrente da exploração trabalhista; o papel do assistente social na garantia de direitos.

A partir destes tópicos, podemos marcar um fio condutor, que delimita o objetivo da discussão neste texto, que objetiva destacar como o modo de produção capitalista, a alienação e a derrocada de direitos vêm acarretando uma pandemia de adoecimento da classe trabalhadora, que se vê cada vez mais expropriada de sua individualidade, forçada a jornadas exaustivas e com ritmo de trabalho sobre-humano, alienada e insegura. Mas também se faz o destaque para o papel da classe trabalhadora como única a ser capaz de combater o mal que aflige, através da luta para retomar direitos expropriados e conquistar aqueles que ainda não foram alcançados.

O TRABALHO E O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O trabalho, enquanto forma de subsistência possui papel central na sociabilidade de todos que compõem a sociedade, de forma que quando analisamos o trabalho como uma das categorias fundantes da sociedade, devemos destacar também o papel do trabalho como fundante da própria sociabilidade que rege as interações humanas. Para isso, podemos definir trabalho como:

[...] um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma de matéria natural; realiza ao mesmo tempo, na matéria natural o seu objetivo (Marx *apud* França Júnior, 2016, p. 390).

Sendo assim, o trabalho se define como a alteração da natureza, mas não de forma leviana, mas embasa com a intencionalidade de um produto, uma potência, uma teleologia. Este conceito de teleologia é definido por Lukács (*apud* França Júnior, 2016, p.391) como: “uma categoria posta [e] guiada através da consciência ao estabelecer um fim”, ou seja, é a partir da intencionalidade de fim que se expressa a racionalidade humana. França Júnior (2016) destaca que o trabalho é responsável por satisfazer as necessidades coletivas da sociedade. Deste modo, o trabalho não pode ser reduzido apenas a sua função de modificar a natureza, pois também possui um caráter coletivo agregado.



Afinal, é a partir do trabalho que se pode desenvolver potencialidades, sanar necessidades e alcançar a dimensão de humanos-genéricos, como definido por Marx:

O homem é um ente-espécie não apenas no sentido de que ele faz da comunidade (sua própria assim como a de outras coisas) seu objeto, tanto prática, quanto teoricamente, mas também (e isto é simplesmente outra expressão da mesma coisa) no sentido de tratar-se a si mesmo como espécie vivente, atual, como um ser universal e consequentemente livre (Marx, 2016, p. 106).

Entretanto, com a introdução do modo de produção capitalista moderno, a exploração do trabalho expandiu, sofisticou e se complexificou de uma forma particular na relação homem-natureza. É necessário destacar, entretanto, que “não foi o capitalismo que inventou o trabalho excedente” (MARX, 2016, p. 273), antes dele toda sociabilidade que possuía monopólio já fazia a exigência do dispêndio da força do trabalhador para além de gerar a sua subsistência (Marx, 2016). Mas quando se trata do modo de produção capitalista, temos um sistema onde:

A circulação de mercadorias é o ponto de partida [...]. A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem as condições históricas que dão origem ao capital. O comércio e o mercado mundiais inauguram no século XVI a moderna história do capital (Marx, 2016, p. 177).

O próprio trabalho passa a ser visto como uma mercadoria que viabiliza a possibilidade de lucro. Dessa forma, no modo de produção capitalista, o trabalho ganha uma nova dimensão: gerar necessidades. Afinal, “no capitalismo, aquilo que é produzido pelo trabalhador na esfera privada torna-se social a partir das necessidades coletivas” (França Júnior, 2016, p. 392).

Deste modo, no capitalismo moderno temos um modo de produção baseado na circulação de mercadorias, em particular e de forma especial o próprio trabalho é uma mercadoria detentora de valor que é explorada pelos detentores dos meios privados fundamentais de produção, transformando a extração da força de trabalho em trabalho que se configura em necessário e excedente. Diferente de outros momentos na história das classes sociais, o capitalismo moderno extraia o trabalho excedente e transforma-o em mais-valia absoluta e relativa, em seguida em mais-valia social e finalmente em lucro.

Conforme nos ensina Marx (2016, p. 270), “a jornada de trabalho não é uma grandeza constante, mas variável” deste modo, para a obtenção de mais-valia, o capitalista passa a explorar



cada vez mais a força de trabalho da classe trabalhadora, destacando que para ampliar a mais-valia absoluta “[...] a avidez da mais-valia do capitalista se manifesta no empenho de prolongar desmesuradamente o dia de trabalho” (Marx, 2016, p. 275), ao mesmo tempo que, a partir da exploração via maquinaria, desenvolve e aprimora a exploração por meio da extração da mais-valia em sua forma relativa. De modo que a exploração seja limitada apenas pelo fator moral – de satisfação das necessidades do espírito – e por fatores físicos – de esgotamento biológico (Marx, 2016).

A obtenção de mais-valia passa a se sofisticar conforme avança e amadurece o capitalismo, todavia esse avanço não representa uma superação da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, mas ao contrário, uma maior precarização das condições de vida e trabalho aos quais os trabalhadores são submetidos. Entre os avanços impulsionados pelo capital temos a introdução da maquinaria no modo de produção, ou seja, o avanço do trabalho morto (trabalho vivo acumulado) sobre o trabalho vivo. Essa mudança gera uma transformação essencial e profunda no modo de produção, de modo que quando o homem passa a ter a sua força de trabalho substituída pela máquina, revoluciona-se a forma de produzir capitalista: nasce a Revolução Industrial.

A PRIMEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A TECNOLOGIA A TRABALHO DO CAPITAL

Essa primeira grande revolução ocorre a partir da última quadra do século XVIII, momento que a máquina-ferramenta movida a vapor é inventada e começa a ser utilizada em larga escala. A primeira revolução industrial estendeu-se até o final do século XIX. Com o avanço da maquinaria o capitalismo moderno passou a ver a sua capacidade de obtenção de mais-valia se expandir, afinal:

O número de ferramentas que o homem pode operar ao mesmo tempo é limitado pelo número de seus instrumentos naturais de produção, seus órgãos. [...] [enquanto] O número de ferramentas com que opera simultaneamente a máquina-ferramenta emancipa-se, desde o início, da barreira orgânica que a ferramenta manual de um trabalhador não podia ultrapassar (Marx, 2016, p.430).

Este momento em que o trabalho vivo perde espaço para o trabalho morto seria a oportunidade para que se desenvolvesse uma nova sociabilidade, afinal, havendo a possibilidade de substituir parte da força humana por máquina, seria possível substituir parte do tempo despendido



como trabalho excedente e transformá-lo em tempo para desenvolver as necessidades do espírito.

Contudo:

Não é esse o objetivo do capital, quando emprega a maquinaria. Esse emprego, como qualquer outro tipo de desenvolvimento de força produtiva de trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é o meio para produzir mais-valia (Marx, 2016, p.427).

A produção da mais-valia relativa ocorre devido ao modo que a máquina tem a sua produtividade calculada, já que a máquina é mais lucrativa considerando que “uma vez que não paga o trabalho empregado, mas o valor da força de trabalho utilizada, a aplicação da maquinaria, para o capital, fica limitada pela diferença entre o valor da maquinaria e o valor da força de trabalho que ela substitui” (Marx, 2016, p. 449). Deste modo a comparação entre a força de trabalho humana e a máquina se estabelece a partir da quantidade de trabalho humano que é reduzida para se produzir determinada mercadoria. Sendo então um cálculo não do quanto a máquina produz, mas quanta força humana deixa de ser necessária. Não é a máquina que é submetida ao proletariado, mas o proletariado a máquina.

A disputa entre a força de trabalho humana e a produção das máquinas é desigual, o que leva a ampliar exponencialmente o exército industrial de reserva, ou seja, parte da classe trabalhadora passa a compor um grupo de desempregados que disputam entre si um espaço no mercado de trabalho. Esse processo gera o que é a própria negação da unidade de classe, ou seja, a concorrência entre os próprios trabalhadores. Esse processo fragiliza a organização da classe trabalhadora para enfrentar os comandos do capital, como consequência ocorre a redução dos salários, a decadência de condições humanizadas nos espaços de trabalho e a fragilização no ato de contratação da força de trabalho. A partir desse cenário:

[...] quando a máquina passa a manejar a ferramenta, o valor da força de trabalho desaparece ao desvanecer seu valor de uso. O trabalhador é posto fora do mercado como o papel moeda retirado de circulação. A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, não mais imediatamente necessária a auto expansão do capital, segue uma das pontas de um dilema inarredável: ou sucumbe na luta desigual dos velhos ofícios e das antigas manufaturas contra a produção mecanizada, ou inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho e fazendo o preço da força de trabalho cair abaixo do seu valor (Marx, 2016, p. 491).



Enfatizamos que o exército industrial de reserva é uma condição inerente ao capitalismo, como destaca Netto e Braz “assim, o exército industrial de reserva inicialmente resulta da acumulação capitalista, torna-se em seguida indispensável para o prosseguimento dela; por isso mesmo, constitui um componente ineliminável da dinâmica capitalista” (2006, p. 135). Assim sendo, esta categoria é peça chave para a manutenção da força capitalista, sendo resultado desta disputa entre os que detêm a força de trabalho e os detentores do meio de produção.

Desde o início do capital existe a luta entre o proletário e o capitalista, contudo é apenas com a maquinaria que “passa o trabalhador a combater o próprio instrumental de trabalho, a configuração material do capital. Revolta-se contra essa forma determinada dos meios de produção, vendo nela o fundamento material do modo capitalista de produção” (Marx, 2016, p. 488). Assim, a classe proletária passa a se organizar para lutar contra esse novo vilão que se coloca em sua realidade, a maquinaria, “o instrumental de trabalho liquida, então, o trabalhador” (Marx, 2016, p. 492). Porém é necessário que os trabalhadores compreendessem que a luta contra o meio de trabalho seria infrutífera, já que a mudança só realmente aconteceria quando passassem a lutar contra a origem de sua exploração (Marx, 2016).

O ACIRRAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO TRABALHO E NA SAÚDE DO TRABALHADOR

A expansão do capital trouxe grandes transformações sociais, políticas, econômicas, e geográficas, como coloca Marx “não é menos certo que o florescimento da indústria de lã mecanizada na Inglaterra, juntamente com a progressiva transformação das áreas rurais em pastagens de ovelhas, levou ao êxodo forçado dos trabalhadores agrícolas que se tornaram supérfluos” (2016, p.506). É possível ver então que o aumento da necessidade de matérias primas, somado tanto ao fato das fábricas não necessitarem mais serem fixas em locais onde se pudesse obter uma força motriz da natureza, quanto ao fato de grande parte dos trabalhadores que até então se dedicavam ao trabalho agrícola terem se tornado supérfluos em suas áreas de origem e necessitam buscar novas áreas de trabalho, criando um grande êxodo rural para as cidades que vinham se desenvolvendo ao entorno das grandes fábricas.



Ademais, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto traz uma consequência que desde o início foi negada pelo capital, a expansão do exército industrial de reserva: “[...] toda uma série de economistas burgueses afirmam que toda a maquinaria, ao desempregar trabalhadores, sempre libera, simultaneamente e necessariamente, capital adequado para empregar esses trabalhadores desempregados” (Marx, 2016, p. 499). É importante destacar que a máquina por si só não é um retrocesso, pelo contrário é um avanço, já que usada corretamente permite facilitar a ação do homem sobre a natureza encurtando assim o tempo de trabalho necessário e possibilitando uma maior disponibilidade de tempo livre à disposição para as atividades do indivíduo, “mas com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta a sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores” (Marx, 2016, p. 503).

Netto e Braz destacam que é necessário observar e compreender que a aplicação da maquinaria deve ser pautada no seu tempo e espaço e, não atribuir a criação do exército industrial de reserva ao processo de desenvolvimento e aprimoramento da maquinaria.

A explicação que estamos oferecendo para o permanente desemprego sob o capitalismo não significa que ele seja o produto do desenvolvimento tecnológico. O leitor poderia ser levado a essa falsa conclusão, uma vez que já sabe elevação da composição orgânica do capital sinaliza o crescimento da produtividade do trabalho mediante a incorporação de novas tecnologias que potencializam e desenvolvem as forças produtivas; daí que o leitor passa a ser induzido que o progresso tecnológico e o desenvolvimento das forças capitalistas têm como preço o desemprego maciço. Isso não é verdade e o problema é muito mais complexo, porque exige considerar o nível em que se opera, numa situação determinada, a acumulação. Como assinalara Salama e Valier (1975: 86-89), a demanda de força de trabalho pelos capitalistas aumenta ou diminui conforme o nível de acumulação; o que se pode afirmar é que, sendo a taxa de acumulação inferior a taxa de crescimento da produtividade do trabalho, a demanda de força de trabalho cairá. Numa palavra, o desemprego em massa não resulta do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas sob as relações sociais de produção capitalista (Netto; Braz, 2006, p. 134).

A ideia de que o trabalhador fosse desapropriado de seu emprego devido a maquinização de sua função, seria prontamente absorvido por outro ramo devido a expansão do capital gerado pela máquina, se mostrou prontamente um eufemismo. Em primeiro lugar por que “o acréscimo desses trabalhadores fabris corresponde, portanto, a um decréscimo no número global de trabalhadores ocupados” (Marx, 2019, p. 511). E segundo, por que o trabalhador que passa a compor o exército industrial de reserva acaba por ter um destino incerto, podendo estar retornando como um trabalhador



assalariado, mas de modo geral em uma área diferente da que atuava, com uma remuneração menor e piores condições de trabalho (Marx, 2016), ou ainda, pode acabar por ser estagnado como exército industrial de reserva, de modo a se tornar um produto descartável do capital.

A relação capital-trabalho traz em sua raiz conteúdos de contradição, gerando a criação de duas classes determinadas na história. Nesse cenário, o aumento permanente da produção de mercadorias por meio direto do trabalho vivo ou das máquinas criou uma condição de ampliação da riqueza para a classe burguesa e de miséria para a classe trabalhadora. E, em condições desiguais, a classe trabalhadora de um lado resiste, porém, na maioria das vezes é obrigada a aceitar as condições negadoras da existência humana em seu cotidiano e de seus familiares. O mundo da precarização é intrínseco ao modo de produção capitalista, porém, conforme avança o domínio do capital em relação ao trabalho, as condições de precarização aumentam e aprofunda seus conteúdos.

Podemos ver então que através dos anos a expansão do trabalho morto sobre o vivo vem se aprimorando e trazendo novas expressões da “Questão Social”. A sofisticação deste tipo de trabalho vem levando a uma mecanização em massa das indústrias na contemporaneidade, gerando mazelas que afetam o proletariado. Isso se dá porque o movimento de complexificação do capital acaba por afetar o trabalhador coletivo, de modo a gerar novos campos de exploração da força de trabalho:

Envolve trabalhadores manuais, mas também, e numa escala progressivamente maior, trabalhadores intelectuais (engenheiros, pesquisadores, projetistas etc.). Quanto mais se desenvolve a produção especificamente capitalista, mais se expandem as fronteiras do trabalhador coletivo, que deixa de se situar apenas nos limites físicos da grande indústria e se insere em espaços sócio-ocupacionais muito diferentes (Netto; Braz, 2006, p.114).

Com o avanço da técnica aplicada à tecnologia, há também um avanço na exploração da classe trabalhadora, que passa agora a ser sofisticada e se metamorfoseia para adequar-se à realidade do modo de produção capitalista contemporânea, como destaca Lara (2016, p. 18):

A produção capitalista nos últimos 50 anos intensificou mudanças no espaço produtivo. O processo de reestruturação produtiva trouxe mudanças como a robótica e a automação microeletrônica aplicadas à produção; as novas modalidades de gestão de produção tais como Círculos de Controle de qualidade e Programas de Qualidade Total [...] que implicaram (e ainda implicam) em demissões em massa. Além disso, são importantes componentes do complexo de reestruturação produtiva dos vários tipos de descentralização, tais como a terceirização ou as realocações industriais, que implicam o fechamento de fábricas num local e a abertura em outro, ou, ainda, a instauração de legislações trabalhistas de caráter flexível,



que criam regulamentação institucional do trabalho assalariado, adaptando as necessidades imperiosas do Capital em fase de mundialização.

Dessa forma, a insegurança passa a exercer forte papel na rotina diária do trabalhador, sendo usada como uma das principais armas do capital como forma de expropriação de direitos. Para além disso, vemos elementos neoliberais como a flexibilização dos direitos trabalhistas, que cada vez mais visa o aumento do lucro em detrimento da saúde do trabalhador. Dessa forma, “as relações sociais de trabalho tornam-se frágeis instáveis por toda parte. [...] Ao mesmo tempo, a ética e o respeito à dignidade humana foram ocupando posição cada vez menor no cotidiano social a precarização se instalou não apenas nas situações de trabalho, mas também no mundo contemporâneo” (Seligmann-Silva, 2011, p. 459).

Alinhado ao desmonte do trabalho, existe ainda o desmonte das políticas relacionadas à saúde de modo geral, que vem através dos anos

passando por um verdadeiro desmonte [...] mas dois grandes limites que a política de saúde no Brasil enfrenta hoje e que não podemos deixar de mencionar são: o aumento da demanda em decorrência do processo de reestruturação do capital e degradação das procriação da saúde da vida; e a própria estrutura da política de saúde, sobretudo, no que se refere ao patrimônio público Universal, que vem sendo fortemente atacado pelos ideais neoliberais ditados pelo Banco Mundial e pelos empresários do setor, os quais se junto ao governo sem compromisso social para transformar um bem público em apenas uma mercadoria obtida via mercado” (Lara, 2016, p. 39).

Assim, é necessário estabelecer a relação entre trabalho no modo de produção capitalista e saúde. A relação saúde emprego já possui um arcabouço teórico, principalmente no que se refere à dimensão psicológica desta relação. Destaca-se aqui a definição de alienação através de seu viés psicossocial “Entende-se, na perspectiva psicossocial, alienação como distanciamento afetivo em que o indivíduo se afasta tanto do seu próprio mundo interior - que passa a ser a lei o estranho - como dos significados do mundo social - o que já havia sido analisado por Marx” (Seligmann-Silva, 2011, p. 211). A autora, ainda destaca como, essa alienação, caminhando junto da opressão sofrida pelo trabalhador gera uma *identidade coletiva* que resulta em um conformismo e rechaço às expressões de individualidade, podendo culminar em um totalitarismo societário (Seligmann-Silva, 2011).

Apesar da geração de uma identidade coletiva, criada pelo capital, a partir da alienação. É necessária a análise da onda individualista que vem se intensificando na sociedade, onde o trabalhador



é incentivado através de mecânicas sofisticadas de gerenciamento laboral dos líderes capitalistas, como a precarização sindical, um discurso ideológico de concorrência entre a própria classe trabalhadora, o aumento do exército industrial de reserva e a exaustão laborativa. Que visam impedir a classe trabalhadora atingir o patamar de classe para si.

A percepção do próprio cansaço e do isolamento, juntamente com a inexistência de reconhecimento, leva cada assalariado a vivências profundas de insegurança. Dessa forma, esses modos de gestão tornam-se desgastantes e fomentam o crescimento da incerteza e do medo quanto ao futuro (Seligmann-Silva, 2011, p. 468).

A discussão da saúde do trabalhador também é pertinente no campo do trabalho não manual, onde o trabalho mental/intelectual vem gerando desgastes psíquicos e estafa mental, já que, durante a reestruturação produtiva, esta categoria de trabalho não teve suas particularidades assistida, aumentando consideravelmente o número de doenças laborais relativas à saúde física e mental do trabalhador não braçal (Seligmann-Silva, 2011).

Cresce em ritmo a abstenção do Estado e o discurso ideológico de *capital social/responsabilidade social*. Soma-se ao acelerado ritmo de trabalho, a exaustão física e mental, a constante pressão sofrida pelo trabalhador, o desemprego e a taxa alarmante de subemprego e é possível reconhecer o elevado número de subnotificação de acidentes de trabalho que vemos na contemporaneidade, afinal “o desgaste mental gerado nas situações de trabalho pode ter papel importante na gênese de acidentes de trabalho. Pois o desgaste atinge os dois âmbitos que se entrelaçam na vida mental - o cognitivo e o psicoafetivo” (Seligmann-Silva, 2011, p. 304).

Como destacado no texto, o modo de produção capitalista se vale de diversas armas para enfraquecer a classe trabalhadora e tem como uma de suas principais estratégias o desmonte de direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora. É neste cenário conflituoso que se instala a categoria profissionais do serviço social, que enquanto classe trabalhadora se submete aos mesmos desafios dos seus demais irmãos trabalhadores, mas que tem fundamentação em sua profissão para lutar pelos direitos sociais ao lado de sua classe.

O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA PELA SAÚDE DO TRABALHADOR



Seligmann-Silva (2011) destaca o papel multidisciplinar do estudo da saúde do trabalhador, destacando que categorias diferentes possuem diferentes abordagens que se complementam sobre o tema, destacando a importância das profissões ligadas diretamente ao estudo da saúde, mas também disciplinas ligadas ao estudo de ciências sociais e ciências sociais aplicadas para desenvolver uma compreensão e arcabouço teórico fundamentado o suficiente para combater o avanço do desgaste mental do trabalhador neste modo de produção capitalista.

O serviço social brasileiro surge no seio da objetivação capitalista, mas através do amadurecimento dos debates da categoria e o desenvolvimento da consciência de classe, passa por um movimento de reconceituação que o coloca a serviço da classe trabalhadora, lutando para manter e conquistar direitos sociais, visando a emancipação humana em uma nova sociabilidade. Todos esses preceitos fazem com que esta categoria profissional tenha um papel importante na luta pela saúde da classe trabalhadora, afinal é parte desta e de seus males.

Conclui-se então que o trabalho teve seu objetivo alterado ao longo da história, mais bruscamente no capitalismo, de modo que lhe foi extraído o fator teleológico e implementado um distanciamento que gera um estranhamento por parte do trabalhador. Soma-se a isso os altos índices de desemprego e a exaustão causada pelas exigências cada vez mais atenuantes dos donos do meio de produção.

Para além disso, a desresponsabilização do Estado, uma retomada neoliberal, a competitividade promovida pelos capitalistas gera o enfraquecimento da consciência de classe, o individualismo e o esgotamento físico e mental dos trabalhadores, resultando assim nesta crise cada vez maior de doenças mentais relacionadas e ocasionadas pelo trabalho.

Cabe ao serviço social lutar junto a sua classe, apoiando-a e dando subsídios necessários para avançar na retomada de direitos sociais e conquistas de novos direitos. Cabe também ao serviço social, muitas vezes, enquanto representante do Estado, fortalecer os trabalhadores viabilizando o seu acesso aos direitos que possuem e realizando um trabalho de dimensão pedagógica com a classe trabalhadora em relação ao seu poder e necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Ao analisar como o modo de produção capitalista influencia nas relações de produção e reprodução social da sociedade, é inegável o impacto deste modo de produção na vida da classe trabalhadora. Através da sua exploração, alienação e desgaste físico e mental, o capital busca ampliar a sua margem de lucro, nem que isso venha a custar a saúde física e mental da classe trabalhadora. Tal fenômeno só é possível pois a existência de um exército industrial de reserva garante um desemprego estrutural, que garante uma rotatividade permanente que facilita o lucro do capitalista, mas gera uma insegurança a classe trabalhadora.

Com o avanço da tecnologia aplicada ao capital, a maquinaria (trabalho morto) vem sendo aplicada para a substituição do trabalho vivo (humano), ampliando não só a margem de lucro dos donos dos meios de produção, mas também a sua margem de impacto nesse exército industrial de reserva.

Soma-se a essa insegurança imposta à classe trabalhadora, a precarização constante nas condições de trabalho, o aumento da exploração da força de trabalho (seja através da mais-valia relativa ou da absoluta), alienação constatada sofrida pelo trabalhador além da desproteção social que vem se intensificando com o desmonte das garantias sociais exercidas pelo Estado. Todo esse cenário destaca como as relações sociais encontram-se cada vez mais propícias para o adoecimento da classe trabalhadora, física e mentalmente.

Diante essa realidade, é importante destacar o papel do Serviço Social, uma profissão inserida nas contradições do capital, mas que, com seu referencial teórico crítico, busca através de seu compromisso ético-político lutar pela garantia e ampliação de direitos e o fortalecimento da classe trabalhadora no embate às expressões da “Questão Social”.

Portanto, a superação do adoecimento da classe trabalhadora exige uma atuação que vá além do atendimento às demandas imediatas, colocando-se como estratégia fundamental a construção de alternativas emancipatórias que enfrentem as raízes estruturais da exploração e da alienação. Reafirma-se, assim, a centralidade do serviço social na luta pela ampliação e efetivação dos direitos sociais, pelo reconhecimento da dignidade humana e pela transformação das condições sociais, políticas e econômicas que sustentam o ciclo de precarização e expropriação vigente na sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS



FRANÇA JUNIOR, Reginaldo Pereira. **Trabalho e serviço social**: reflexões à luz da ontologia do ser social. In: LOURENÇO, Edânia Angela de Souza (Org.). *Saúde do trabalhador e da trabalhadora e serviço social: estudos da relação trabalho e saúde no capitalismo contemporâneo*. Campinas, SP: Papel Social, 2016.

LARA, Ricardo. *Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política*. In: LOURENÇO, Edânia Angela de Souza (Org.). **Saúde do trabalhador e da trabalhadora e serviço social**: estudos da relação trabalho e saúde no capitalismo contemporâneo. Campinas, SP: Papel Social, 2016.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1. 34. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B1nta3CLzwJXRHpOUzI4d1pGdW8/edit>. Acesso em: 9 de mai. de 2024.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **O trabalho e o desgaste mental**: o direito de ser dono de si. São Paulo: Cortez, 2011.

UM ENCONTRO, NOVAS CONFLUÊNCIAS: NOVOS PARADIGMAS PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

MÁRCIA ARAÚJO BASTOS¹

LOHANA CAMPOS RIBEIRO²

PATRICK ALMEIDA SOARES³

ARISTELA VIEIRA SOUZA⁴

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas considerações sobre a produção de conhecimento em Serviço Social, a partir de temáticas que representam paradigmas de pesquisa não habituais nesta área disciplinar. A ideia de confluência temática, adquire corpo, por ocasião da experiência de estágio docência no curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Este processo oportunizou uma valiosa experiência de partilha e reflexões junto aos estudantes. Parte destas reflexões serão apresentadas adiante, orientadas pela premissa que destaca que o estatuto teórico do Serviço Social condensa a condição de profissão à dimensão de disciplina científica, produzindo uma valiosa contribuição no âmbito das ciências sociais aplicadas.

Palavras-chave: Produção de conhecimento em serviço social, agricultura urbana; capoeira Angola; comunidades quilombolas.

ABSTRACT: This article aims to present some considerations on the production of knowledge in Social Work, based on themes that represent unusual research paradigms in this disciplinary area. The idea of thematic confluence took shape during the teaching internship experience in the Social Work course at the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-Rio). This process provided a valuable experience of sharing and reflections with the students. Some of these reflections will be presented below, guided by the premise that highlights that the theoretical status of Social Work condenses the condition of a profession to the dimension of a scientific discipline, producing a valuable contribution in the field of applied social sciences.

Keywords: Knowledge production in social work, urban agriculture, capoeira Angola; quilombola communities.

¹ Assistente Social. Mestre e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Puc-Rio. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0155979801365016>. E-mail: marciabastos.s21@gmail.com.

² Graduada em Serviço Social (PUC-Rio). Mestra em Serviço Social (PUC-Rio). Doutoranda em Serviço Social (PUC-Rio). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3464380950061470> E-mail: lohana_r@outlook.com

³ Graduado em Gestão Ambiental (UVA-Cabo Frio). Mestre em Serviço Social (PUC-Rio). Doutorando em Serviço Social (PUC-Rio). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2165453221969371> E-mail: patricksoares_CF@hotmail.com.

⁴ Graduada em Serviço Social (UFES). Especialista em Serviço Social e Saúde (UERJ). Mestra em Serviço Social (UFRJ). Doutoranda em Serviço Social (PUC-Rio). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1319130543409625> E-mail: aristelavieira08@gmail.com.



INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas considerações sobre a produção de conhecimento em Serviço Social, a partir de temáticas que representam paradigmas de pesquisa não habituais nesta área disciplinar. Verifica-se, nesse contexto, o debate dos estudos urbanos e socioambientais, a partir do diálogo com questões como: agricultura urbana, capoeira Angola, pesca artesanal e quilombos.

O estopim de elaboração coletiva do presente texto tem seu nascedouro em uma experiência em comum enquanto pesquisadores, inseridos em uma mesma linha de pesquisa, que compartilharam uma mesma experiência de estágio docência no âmbito da disciplina de “Questão Urbana e Movimentos Sociais” no programa de graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). A presente disciplina teve por objetivo debater a questão urbana brasileira e o papel desempenhado pelos movimentos sociais, e aqui, se confluem as temáticas de pesquisa dos respectivos pesquisadores.

Este processo oportunizou uma valiosa experiência de partilha e reflexões junto aos estudantes de graduação, que serão apresentadas adiante, orientadas pela premissa que destaca que o estatuto teórico do Serviço Social condensa a condição de profissão à dimensão de disciplina científica. Nas palavras de Iamamoto (2017), tal afirmação implica considerar a contribuição à produção de uma massa de conhecimento crítico na formação de uma cultura contra hegemônica.

Mota (2016) acrescenta que o processo de consolidação da profissão vincula o Serviço Social a dimensões que não se restringem à intervenção, sendo também complementares a dimensão da formação, produção de conhecimento e organização política da categoria em conformidade com o projeto ético-político profissional. Em complemento, considera-se ainda fundamental disputar o próprio sentido e o papel do Serviço Social na contemporaneidade para a defesa de valores democráticos, direitos humanos e liberdade, na medida em que como toda e qualquer área do conhecimento influencia e é influenciada pelos movimentos da história.

Nesse sentido, “*Um encontro, novas confluências*”, reflete a importância de conjugar mediações teórico-metodológicas que forneçam subsídios de análise e apreensão sobre as mais



variadas determinações materiais e imateriais em que o Ser Social produz e é produzido na sociedade capitalista, agregando em si possibilidades para a produção de efeitos objetivos na realidade social em torno das projeções de transformação societária.

Para tanto, o referido texto será estruturado em quatro seções organizadas da seguinte forma:

- (i) Agricultura Urbana como *ideia fronteira*; (ii) Capoeira Angola como resistência negra nas cidades;
- (iii) A espoliação do território pesqueiro pelo capital: velhas e novas roupagens da “questão social”;
- e (iv) Breve nova sobre comunidades quilombolas, questão racial e Serviço Social.

AGRICULTURA URBANA COMO *IDEIA FRONTEIRA*

Situar a Agricultura Urbana (AU) no contexto da produção de conhecimento em Serviço Social é ao mesmo tempo inusitado e banal. Inusitado pela aparência imediata de não diálogo entre os dois campos, e banal porque o que importa não é se há ou não ineditismo, mas sim a possibilidade de consolidação de mediações teórico-metodológicas que se renovam e/ou atualizam acerca do “mundo do cotidiano, das ações institucionais e das condições objetivas sob as quais se dá a efetivação de políticas e projetos sociais” (Mota, 2013, p. 19). Tal condição é inerente ao modo de ser da profissão.

Essa provocação não identifica hierarquia ou dicotomia entre o exercício profissional e a *produção teórico - intelectual* (Mota, 2013). Ao contrário, identifica a existência de patamares diferenciados da intervenção do Serviço Social, na medida em que ao mesmo tempo que essa produção teórico-intelectual pode não materializar respostas imediatas à prática profissional, ela produz uma unidade temática, de natureza insurgente, que dialoga com a realidade material objetiva de produção e reprodução da vida.

É bom lembrar que algumas lacunas podem ser explicadas por conjunturas históricas que refletem a dissimulação com que certas discussões foram tratadas pela autocracia burguesa ao longo do tempo na sociedade brasileira. Por muito tempo, a aproximação da profissão com as ideias marxianas e marxistas, não só representou o benefício da ruptura com o conservadorismo, mas também gerou em seu interior a necessidade de uma elaboração teórica a serviço do enfrentamento político, sobretudo no contexto da Ditadura Civil Militar, que contribuiu com a centralidade dada à dimensão de classe.



Com os novos contornos adquiridos em torno das próprias relações sociais, especialmente no processo de redemocratização, os assistentes sociais são chamados a novos patamares de compressão da sociedade e de seus processos de reprodução social. Avançando, portanto, debates mais amplos acerca das questões étnico-raciais, de gênero entre outros.

Já a agricultura como expoente de organização econômica e política na sociedade brasileira, não é em si um debate recente ao Serviço Social, mas o incremento do atributo *urbano* condensa em si uma diversidade de escalas e camadas que podem se estabelecer, de acordo com Almeida (2015), como *ideia fronteira* capaz de promover conexões e tornar permeáveis a outros saberes e práticas campos que usualmente não dialogam entre si.

Dito isso, convém destacar a interface da AU com as políticas públicas em âmbito nacional, demonstrando o caráter de inflexão com políticas que se constituem como locus privilegiado de atuação do profissional de Serviço Social.

Nos anos 2000, o tema da AU ganha uma proporção pública importante no cenário nacional e internacional. De acordo com Fernandez e Filho (2019), nesse período algumas organizações vinham desenvolvendo ações de estímulo às expressões das agriculturas em diversos espaços urbanos, como hortas, quintais, escolas, creches, espaços comunitários em suas conexões com a saúde, cultura, meio ambiente e segurança alimentar.

Na instância federal, o marco desta mobilização é o ano de 2003, durante o primeiro Governo Lula, com a campanha de combate à fome e à pobreza, quando houve o incentivo às hortas comunitárias em espaços urbanos, a partir do programa Fome Zero gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A agricultura urbana, nesta perspectiva, era compreendida como parte de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, capaz de produzir alimentos saudáveis e acessíveis aos moradores da cidade (Fernandez e Filho, 2019).

No entanto, apesar da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil ser uma janela institucional importante para a inserção do tema da AU na esfera pública, sobretudo a partir dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAS) que atuam no âmbito das três esferas de governo como instâncias participativas importantes para a discussão da agricultura urbana, ela depende de outras ações públicas para manutenção da sua atividade produtiva nas cidades. Dessa forma, com base na necessidade de regras gerais, instrumentos de organização e incentivos federais,



diferentes redes associativas em torno da AU se organizam na cidade elaborando demandas e denúncias.

Entre os avanços mais recentes, fruto do esforço associativo e político dos sujeitos sociais da agricultura urbana, listam-se o Decreto nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023, que instituiu a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades, com o objetivo de ampliar a produção, o acesso, a disponibilidade e o consumo de alimentos adequados e saudáveis, priorizando os territórios periféricos urbanos e as populações em situação de vulnerabilidade e risco social e a Lei nº 14.935 de 26 de julho de 2024, que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.

Para esta estratégia, o atual Ministério de Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) realizou um estudo onde foi constatado que 48% da população está cadastrada no CadÚnico, sendo que 80,5% dos domicílios do CadÚnico são urbanos. Reconhece-se nesses dados o esforço de pensar que os ambientes urbanos não favorecem uma alimentação adequada e saudável, constituindo-se como barreiras para a concretização da Segurança Alimentar e Nutricional, especialmente nos locais identificados pelo MDS como territórios periféricos.

Existem ainda outras dimensões que podem ser estudadas e analisadas, e que por meio da identificação de interfaces e lacunas entre estas disciplinas, é possível consolidar um campo de pesquisa e ação sobre a agricultura urbana no Brasil, considerando no bojo dessa discussão as contribuições do Serviço Social.

CAPOEIRA ANGOLA COMO RESISTÊNCIA NEGRA NA CIDADE

Os estudos sobre a capoeira estão inseridos em um universo multidisciplinar e heterogêneo, evidenciando as mais diversas possibilidades de abordagem, sendo amplamente discutido em áreas como História, Antropologia, Sociologia, Educação Física e outras. No entanto, sua abordagem no Serviço Social ainda é muito recente, apresentando uma gama de oportunidades para reflexões e debates interdisciplinares.

A formação e o exercício profissional de assistentes sociais exigem competência teórica e ético-política para apreender as expressões da questão social e formular respostas comprometidas com a realidade concreta. As mediações feitas pela categoria devem considerar os interesses da classe trabalhadora e dos sujeitos historicamente subalternizados, visando mudanças nas instituições e



dinâmicas sociais, que expressam e reproduzem as formas de dominação e opressão nas relações de classe, gênero, étnico-raciais e demais formas de desigualdade (Brites e Barroco, 2022).

A discussão sobre a capoeira Angola como forma de resistência negra nas cidades está articulada a um debate mais amplo sobre as estratégias de sujeitos coletivos diante da distribuição desigual de recursos e oportunidades nas cidades brasileiras, considerando as relações raciais como eixo importante para análise. Entende-se que seu estudo possibilita a valorização das manifestações afro-brasileiras e suas formas de sociabilidade no espaço urbano.

Considerando que a capoeira apresenta diferentes estilos, narrativas e expressões históricas, situar a discussão sobre a capoeira Angola é demarcar um recorte político de reconhecer a contribuição africana para a sociedade brasileira. Mais do que uma simples modalidade, a capoeira Angola é reconhecida como uma manifestação tradicional afro-brasileira e uma verdadeira “escola viva” da luta da população negra, que traz a possibilidade de reflexões sobre formas de resgate cultural, além de, assim como aborda Gallep (2022), valorizar saberes populares e periféricos.

A capoeira foi duramente perseguida por seu caráter de resistência negra no período escravista, sendo criminalizada pelo Código Penal de 1890. Durante o Estado Novo, Mestre Bimba iniciou um processo de institucionalização e “branqueamento” da prática, sistematizando o ensino e adaptando a capoeira como luta e esporte, descaracterizando seus traços étnicos e populares, o que resultou na criação da capoeira regional. Para o autor, esse movimento buscou afastar a capoeira de sua essência em vista de obter a aceitação social. Já Mestre Pastinha, reafirmava a capoeira Angola como tradição ancestral, preservando a expressão de cultura negra (Frigério, 1989).

A ideia de “tradição” na capoeira é construída através de disputas de narrativas entre capoeiristas, Estado brasileiro e intelectuais, especialmente em dois momentos históricos distintos. O primeiro ocorreu entre os anos de 1930 e 1940, período marcado pela “modernização” da capoeira. O segundo momento, entre os anos de 1970 e 1980, quando ocorrem ressignificações e reconstruções identitárias em resposta ao embate entre capoeira como “esporte” e como “cultura”. Nesse contexto, o Grupo de Capoeira Angola Pelourinho (GCAP) se aproxima do Movimento Negro, enfatizando a capoeira Angola como expressão cultural e resgate da tradição africana. Além de tecer uma crítica ao processo de colonialismo ocidental, tanto no Brasil quanto na África (Britto, 2016).



Esse processo de disputas simbólicas adquire novos contornos com a patrimonialização da capoeira pelo Estado brasileiro, iniciada em 2003 com seu registro como Patrimônio Cultural Imaterial e consolidada em 2008 com a inclusão do “Ofício dos Mestres” no Livro dos Saberes e da “Roda de Capoeira” no Livro das Formas de Expressão. Frente ao risco de homogeneização cultural pela globalização, criaram-se Programas de Salvaguarda para valorizar os saberes dos Mestres, propor o reconhecimento pelo Ministério da Educação, previdência especial e incentivos à capoeira no exterior (Britto, 2016).

A ideia de “tradição” presente no plano de salvaguarda é espaço de disputa entre os praticantes, mas em vista de apreender a capoeira como manifestação cultural e instrumento alternativo para reconhecimento do protagonismo da população negra na construção da identidade nacional brasileira, consideramos a distinção da capoeira Angola como vertente “tradicional”. Nesse sentido, podemos trazer elementos sobre as rodas de rua e a importância da atuação dos grupos de capoeira Angola em regiões periféricas da cidade (Silva e Guimarães, 2019).

Para Nascimento e Silva (2017), as ruas são espaços privilegiados de ações e manifestações artísticas e políticas, lugares das cidades onde se dão as práticas sociais. As cidades são espaços onde estão materializadas as contradições sociais, as desigualdades raciais e de gênero. Ao mesmo tempo, esses territórios são espaços de luta dos sujeitos subalternizados, onde se constroem outras formas de viver e ocupar o espaço urbano. Nas rodas de capoeira Angola realizadas nos centros e lugares periféricos da cidade, é possível refletir sobre a afirmação de uma identidade negra, de pertencimento histórico e formas de resistência que desafiam a ideia de “não-lugar” inerente ao racismo estrutural.

Segundo Kanitz (2011), a capoeira Angola pode ser uma prática transformadora em regiões periféricas da cidade, sendo um instrumento importante para construção de novas formas de representação e produção de sentidos sobre lugares e sujeitos estigmatizados pela construção midiática e enfrentamento das violências direcionadas à juventude negra moradora desses territórios. Acreditamos que a manifestação cultural afro-brasileira também pode ser ferramenta para desestruturar as “barreiras” simbólicas que dividem a cidade, permitindo que sujeitos subalternizados se apropriem dos espaços, desafiando a lógica de segregação geográfica dos grupos raciais (Gonzalez e Hasenbalg, 1982).

Assim, ressaltamos a importância de produzir conhecimento a partir das formas organizativas e de resistência negra nos espaços urbanos. Pensar a capoeira Angola como expressão



de resistência negra para o campo do Serviço Social se expressa em um esforço de compreender as cidades e suas margens⁵ não apenas como lugar de desigualdades e ausências, mas também um espaço de potencialidades (Fernandes, Silva e Barbosa, 2018) e enfrentamento das lógicas de opressão.

A ESPOLIAÇÃO DO TERRITÓRIO PESQUEIRO PELO CAPITAL: VELHAS E NOVAS ROUPAGENS DA “QUESTÃO SOCIAL”

O debate sobre a “questão social” não é uma novidade dentro das discussões do Serviço Social. Essa expressão aparece pela primeira vez na história em 1830, como forma de explicar o crescimento da escassez em meio a uma sociabilidade de abundância, produzida pelo *trabalho livre*, como consequência dos *atos revolucionários* de uma nascente burguesia disposta a romper com as práticas políticas, econômicas, culturais e sociais provenientes das relações feudais (Rubin, 2014; Netto, 2011).

Ela nasce ancorada à Modernidade, sob a égide do capital, que na produção e reprodução das relações sociais, constrói e reconstrói o espaço geográfico aos desígnios da valorização do valor, transformando tanto a Natureza quanto os *homens de carne e osso* em mercadorias expropriadas na produção e acumulação de capitais (Harvey, 2015; Marx; Engels, 2007).

Porém, o que na *aparência* se revela como um fatalismo no trato moral - a incapacidade dos indivíduos produzirem suas próprias condições de subsistência - sua *essência* desnuda as contradições inerentes a esse modo de produção, pois na medida em que explora a força de trabalho produzindo mais-valor para a acumulação, reproduz uma intensa desigualdade social, que se manifesta em múltiplas refrações no cotidiano, exigindo uma intervenção técnica para além da caridade, tornando-a matéria-prima do objeto de trabalho dos assistentes sociais⁶ (Netto, 2011; Iamamoto, 2022).

⁵ Neste artigo, entendemos as margens urbanas como territórios estigmatizados e racializados, produzidos pela ação seletiva do Estado, que regula a oferta de serviços e infraestrutura de forma desigual (Gonçalves e Santos, 2021). Esses espaços, majoritariamente ocupados por populações negras, expressam a segregação urbana com marca racial apontada por Panta e Silva (2020).

⁶ Importante salientar que em seu processo sócio-histórico, o serviço social se constitui enquanto profissão a partir de uma perspectiva conservadora, vinculado ao ideário católico, apreendendo a “questão social” como um problema de ordem moral, que deveria ser ajustado para o bom funcionamento da sociedade em sua integralidade (Iamamoto; Carvalho, 2014). Porém, a partir de 1965, com o Movimento de Reconceituação latino-americano, a construção teórico-prática e ético-política se vincula organicamente à teoria social de Marx. Cf. Netto (2015).



Partindo do pressuposto de que a “questão social” e suas múltiplas expressões caminham em consonância com a sociabilidade capitalista, e que está, por invocar uma acumulação de mais-valor *infinito* ancorado sobre recursos *finitos* - como a Natureza e o trabalho humano - cria sua própria contradição e formas de superação, que se materializam em sucessivas crises de duração cada vez mais curta (Altvater, 2010).

As crises, segundo Altvater (2010), refletem a capacidade camaleoa do capital permanecer o mesmo durante os séculos, e se adaptar às novas configurações de organização social, conferindo a ele um caráter permanente. Para Mészáros (2011), o processo de renovação do sistema, através de suas crises, tem imposto limites ao seu processo de valorização.

Para o autor, a última grande crise do capital na década de 1970 - a qual o autor denomina *crise estrutural* - marca um período em que o sistema encontra seus limites estruturais, atingindo sua estrutura em âmbito global, colocando entraves ao seu processo de valorização através da destruição da Natureza, tornando-o incompatível com a reprodução da vida social.

Dessa forma, é impossível na contemporaneidade travar o debate sobre a “questão social” desconsiderando suas implicações sobre a Natureza, neste caso, sobre o território das águas. Espaço de valoração simbólica, espiritual e material de mulheres e homens do mar, que em contradição à práxis cotidiana da pescaria, enfrentam processos de espoliação territorial (Ramalho, 2022; Diegues, 1983).

O conceito de espoliação ou de acumulação por despossessão se caracteriza como uma renovação da categoria marxista de acumulação originária. Para Harvey (2014), esse processo não é datado da origem do capital, mas perpassa todo o processo de consolidação do capitalismo em caráter permanente e não circunstancial.

De acordo com o autor, a acumulação por espoliação na contemporaneidade, além de ser o princípio originário da acumulação e valorização do valor, torna-se uma forma de ressignificar o processo de reprodução ampliada do capital, de forma dinâmica e flexibilizada, permitindo, assim, a circulação e a rotatividade de mercadorias, tanto tecnológicas quanto naturais (Harvey, 2014).

Esse fenômeno se manifesta, no âmbito da pesca artesanal, na ocupação dos rios e mares por grandes empreendimentos industriais, sobretudo no que diz respeito à pesca industrial. A diferença primordial entre essas duas modalidades de pesca (artesanal e a industrial) se dá pela forma do manejo das águas, onde a primeira compreende os rios e mares “[...]como entes vivos, dotados de



personalidades, de significados simbólicos e religiosos – e não apenas como um lugar de apropriação econômica [...]” (Ramalho, 2022, p. 7), e a segunda tem por objetivo a predação intensiva do território coletivo, vinculado à produção e exportação de *commodities*.

Além dessa modalidade de pescaria, importante salientar as disputas territoriais em torno da instalação de grandes parques industriais como plataformas de perfuração, exploração e extração de petróleo e gás, portos, as grandes embarcações de transporte aquaviário, além do manancial de resíduos químicos e sólidos depositados nos rios e mares, em decorrência dessa complexa estrutura extrativista-produtiva global (Gudynas, 2009).

Essa relação utilitarista e mercadológica com o meio natural, como forma de garantir o processo de valorização do capital, escancara o que Aráoz (2013) analisa como três modalidades próprias de expropriação da Natureza, sendo elas, a *expropriação geográfica*, na desarticulação do conceito de território, enquanto espaços de produção de experiências individuais e coletivas em âmbito local, para se tornarem territórios do mundo - global; a *expropriação econômica*, ou seja, a transformação do espaço comum para investimento em capital fixo, a corporificação da Natureza em bens valoráveis nas cadeias produtivas globais e, por fim, a *expropriação ecológica*, que se materializa nas mazelas produzidas pelo extrativismo, que impossibilita o uso do território pelas populações que ali residem.

Essas múltiplas formas de predação territorial, produzem uma série de desigualdades para os sujeitos que ocupam o território, sejam elas ligadas a fatores econômicos, como impossibilidade de realização do trabalho ou perda dos espaços de moradia, a fatores políticos sociais como a impossibilidade de exercer práticas culturais que moldam a vida e a identidade de determinadas populações, como são o caso dos pescadores artesanais.

Portanto, analisar as consequências dos diversos atravessamentos do grande capital sobre o território pesqueiro, se conforma como um campo frutífero e necessário de investigação do Serviço Social, tanto para apreender a totalidade das relações sociais, quanto para propor respostas efetivas às diversas formas de materialização das expressões da questão social.

BREVE NOTA SOBRE COMUNIDADES QUILOMBOLAS, QUESTÃO RACIAL E SERVIÇO SOCIAL



A temática das comunidades quilombolas enquanto problema de pesquisa não é algo raro no rol de formulações do Serviço Social⁷, a despeito de sua inserção relativamente recente no conjunto de preocupações da profissão, tanto no que se refere aos desafios da prática profissional quanto a uma reflexão mais afinada em torno do “quilombo” enquanto categoria e experiência de territorialização e identidade étnica.

Não obstante, dado o quadro de conflitos fundiários a que quilombos rurais e urbanos são submetidos, e o cenário de desproteção social e falta de acesso pleno a direitos constitucionalmente garantidos, os esforços de pesquisa ainda se mostram aquém do necessário, sobretudo quando se consideram as possibilidades de aportes teóricos e metodológicos que o Serviço Social, enquanto profissão engajada, pode inserir nos marcos da discussão contemporânea sobre comunidades quilombolas.

Algo que talvez seja uma problemática ainda mais original é o fato de um profissional da área das ciências agrárias ingressar no Serviço Social a título de investigação sobre essas comunidades tradicionais. Mas é uma escolha justificada: a garantia de pluralismo e respeito, bem como a possibilidade de articulação entre diferentes categorias profissionais que comunguem dos mesmos princípios ético-políticos de ampliação e fortalecimento da cidadania por meio da garantia dos direitos civis, sociais e políticos, contemplados no Código de Ética da profissão, abre margem para diálogos de saberes que desembocam em formulações mais amplas e profundas sobre a realidade social (CFESS, 2012).

Isso nos conduz ao ponto central: a criação de novos paradigmas para a produção de conhecimento em Serviço Social sobre as condições da população negra no Brasil contemporâneo, no geral, e sobre comunidades quilombolas, em específico. No que tange à formação de futuros profissionais em nível de graduação, isso se converte em urgência.

Moura (2019), em texto escrito originalmente em 1988, nos fornece subsídio importante no aprofundamento dessa análise, ao propor um balanço crítico da problemática racial e social no Brasil

⁷ Para citar alguns exemplos: há investigações sobre o trabalho profissional de assistentes sociais junto às comunidades quilombolas (Santos, 2014); estudos sobre os processos de formação da identidade étnica quilombola e as lutas sociais no campo institucional que se desdobram a partir do autorreconhecimento enquanto sujeitos coletivos de direito, muitos dos quais centrados na dimensão de gênero (Nespoli, 2021; Santos, 2023); até reflexões voltadas para o quilombo enquanto expressão de uma práxis negra no pensamento social brasileiro (Silva, 2017).



em pleno centenário da Abolição e às portas da promulgação da Constituição. Esses dois marcos são centrais, tendo em vista o processo inconcluso de Abolição que legou às gerações de negros e negras pós-1888 as chagas abertas dos efeitos da escravidão racial e do racismo, a despeito das tentativas de escamoteá-las, ecoando no presente enquanto pautas irresolutas na formação social brasileira, ao mesmo tempo em que pairava certa dúvida e desconfiança nas possibilidades concretas de acesso à cidadania e projeto de futuro para a população negra a partir das garantias constitucionais, em especial no que tange ao reconhecimento das comunidades de remanescentes quilombolas enquanto sujeitos coletivos de direito.

Em meio a essas tensões reflexivas, o subsídio dado por Clóvis Moura para a abordagem da questão racial no Brasil encontra duas respostas, que incorporaremos em nossa proposta de reflexão acerca da produção de conhecimento em Serviço Social sobre comunidades quilombolas.

Primeiramente em nível teórico, à luz de Guerreiro Ramos (1996), faz-se necessário liquidar a mentalidade colonial e o pensamento social subordinado, isto é, romper com uma perspectiva sociológica embranquecida e eurocentrada como lente privilegiada para mirar o universo social, ou seja, reconhecer que “há subjacente um conjunto conceitual branco aplicado sobre a realidade do negro brasileiro, como se ele fosse apenas objeto de estudo e não sujeito dinâmico de um problema dos mais importantes para o reajustamento estrutural da sociedade brasileira” (Moura, 2019, p. 27).

E isso nos leva ao segundo ponto, revestido de importância capital, tendo em vista o princípio ético de construção de um projeto profissional vinculado à construção de uma ordem societária livre de toda forma de exploração e opressão, inclusa a de ordem racial: o reconhecimento e o fortalecimento da rebeldia e insurgência das lutas sociais do negro brasileiro como vetores que impõem ritmos próprios à totalidade social, leque vasto de experiências, das quais o quilombo é o principal nessa reflexão. Em outro texto, Moura (1981) chega mesmo a afirmar que o quilombo era fato normal no interior da sociedade escravista, unidade básica de resistência do negro, responsável pelo desgaste das forças produtivas coloniais, não apenas pela ação militar, mas pela busca de autonomia produtiva no contexto de uma sociedade de capitalismo colonial (Almeida, 2002; Bagu, 1949), “plantando a sua roça, constituindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa” (Moura, 1981, p. 87).

Em suma, urge avançar na produção de conhecimento em Serviço Social junto às comunidades quilombolas, entendendo suas múltiplas dimensões enquanto sujeitos históricos



simultaneamente coletivos e fraturados no corpo social; enquanto “territórios prenhes de significado” (Gusmão, 1995, p. 68), alicerçados sobre experiências forjadas no convívio familiar e na resistência diante dos conflitos fundiários; enquanto patrimônio cultural, dotado de estética, sensibilidade, arte, cores e sabores; e enquanto projeto político-ideológico, reelaborando o passado em busca de um futuro comum (Leite, 2016).

À GUIA DE CONCLUSÃO: O PONTO DE CONFLUÊNCIA

O desafio de elaborar uma reflexão sobre a produção de conhecimento em Serviço Social a partir de quatro áreas de estudo, à primeira vista desconectadas, surgiu de que existiam entre elas pontos de confluência ainda não teorizados. Essa ideia se fortaleceu durante o estágio docência no curso de graduação em Serviço Social, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais da PUC-Rio, quando o encontro desses temas evidenciou desafios comuns.

Nos marcos do capitalismo periférico e dependente brasileiro, as cidades concentram em si, de modo febricitante, as contradições e transformações mais viscerais oriundas do processo ampliado de reprodução do capital. Com efeito, a cidade é cindida por linhas de cor (Fanon, 2022), que, não-raro, formam geografias da fome, definindo, racialmente, o que é ou não sujeito no espaço urbano: “toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome” (Castro, 1984, p. 48), e nas terras de homens e mulheres negros, essa verdade é dupla.

São atuais e urgentes os debates em torno da disputa simbólica e material da cidade, ressignificando os sentidos dados ao espaço urbano, em especial em suas margens, a partir da experiência cultural negra, expressa e (in)corporada pela capoeira Angola, concomitantemente às disputas em torno do reconhecimento de formas de produção do urbano permeadas por usos e práticas de agricultura que, em um horizonte mais amplo, tensionam um projeto de cidade que possibilite a dignidade de uma alimentação saudável em suas franjas.

Em outro polo, pescadores artesanais, comunidades quilombolas e outros 26 segmentos espalhados pelo Brasil são reconhecidos como comunidades tradicionais, que têm em comum a centralidade do acesso ao território como pré-condição para sua produção e reprodução social (Brasil, 2007). Apesar da tentativa de setores conservadores, durante a Constituinte, de associar o



“tradicional” a um passado “imemorial” e difícil de comprovar, o que limitaria o reconhecimento de formas coletivas do uso da terra, a qualificação enquanto “tradicional” diz respeito a demandas atuais desses grupos específicos. Essas demandas não representam um atraso frente ao “desenvolvimento”, mas emergem como respostas ao fracasso da sanha desenvolvimentista, muitas vezes, rotulada como “sustentável”. No centro da disputa está a defesa da permanência e dos modos próprios de uso da terra, rios e mares (Almeida, 2008).

Neste ponto, fica evidente a confluência: é a partir dos territórios que essas temáticas de pesquisa emergem, enraizadas nas experiências concretas dos sujeitos históricos que, na práxis cotidiana, compartilham formas diversas de resistência e pertencimento. Pensar o território, portanto, não apenas como espaço físico ou geográfico, mas como espaço dinâmico, atravessado por relações de poder, conflitos sociais, práticas cotidianas, é reconhecer que ele é cenário e protagonista das lutas de sujeitos coletivos e suas formas de sociabilidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 43-82.

_____. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2ª Ed, Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira. Agricultura Urbana: Isto ou Aquilo. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa S. M. (Org.). **Teorias e Práticas Urbanas: Condições Para a Sociedade Urbana**. Belo Horizonte: Com Arte Editora, 2015. p. 419-447.

ALTWATER, E. **O fim do capitalismo como o conhecemos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ARÁOZ, H. M. Extractivismo y “Consenso Social”: Expropiación – consumo y fabricación de subjetividades (capitalistas) en contextos neocoloniales. **Revista Cuestiones de Población y Sociedad**, v. 3, n. 3, 2013.

BAGU, Sérgio. **Economia de la Sociedad Colonial**: Ensayo de historia comparada de America Latina. Buenos Aires: Gráficas Bartolomé, 1949.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 de fevereiro de 2007.



BRITO, Celso. A política cultural da capoeira contemporânea: uma etnografia sobre os casos brasileiro e português. **Mediações**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 97-122, 2016.

BRITES, Cristina Maria; BARROCO, Maria Lucia. **Serviço Social e Ética Profissional: fundamentos e intervenções críticas**. São Paulo: Cortez, 2023.

CASTRO, Josué de. **Geografias da fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 10ª ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga; FILHO, Almir Baptista. Agricultura familiar urbana: limites da política pública e das representações sociais. **Cidades, Comunidades e Territórios**, n. 39, p. 141-154, dez. 2019.

FERNANDES, F.; SILVA, J. S., BARBOSA, J. O paradigma da potência e a pedagogia da convivência. **Revista periferias**, Rio de Janeiro: Instituto Maria e João Aleixo, 2018. Disponível em: <<https://revistaperiferias.org/materia/o-paradigma-da-potencia-e-a-pedagogia-daconvivencia/>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FRIGERIO, Alejandro. Capoeira: de arte negra a esporte branco. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 85-98, 1989.

GALLEP, Cristiano de Mello. A Capoeira Angola diversificando a universidade: semeando ecologia de saberes nas artes da cena. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, e113063, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-2660113063>. Acesso em: 20 maio 2025.

GONÇALVES, Rafael Soares; SANTOS, Caroline Rocha dos. Favelas cariocas: da noção de marginalidade à ideia de margens urbanas. **Revista de Direito da Cidade**, v. 14, n. 3, p. 1884–1905, 2022. DOI: 10.12957/rdc.2022.59544. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/59544>. Acesso em: 23 de mai. de 2025.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. **Centro Latinoamericano de Ecología Social**, 2009. Disponível em: <https://www.gudynas.com/publicaciones/GudynasNuevoExtractivismo10Tesis09x2.pdf>. Acesso em: 22 maio 2025.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Caminhos Transversos: Território e Cidadania Negra. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Terra de Quilombos**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 1995. p. 61-78.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.



IAMAMOTO, Marilda Vilela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

_____. Nas trilhas coletivas da resistência: serviço social e lutas sociais na América Latina. **Temporalis**, Brasília, v. 22, n. 44, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

KANITZ, Roberto Camargos Malcher. **Capoeira Angola na favela: juventudes, sentidos e redes sociais** [manuscrito]. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

LEITE, Ilka Boaventura. Diásporas Africanas e Direitos Territoriais. In: OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (Org.). **Direitos quilombolas & Dever de Estado**. Rio de Janeiro: ABA, 2016. p. 289-304.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elisabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. especial, p. 17-27, 2013.

_____. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de rupturas**. São Paulo: Cortez, 2016.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**. 3. ed. São Paulo: Global, 1981.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Rafael; MONTEIRO, I. M. Capoeira, cidade e cultura: notas etnográficas sobre ocupações criativas em Fortaleza-CE. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 15, n. 29, p. 55–72, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2205>. Acesso em: 20 de mai. de 2025.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2015.

NESPOLI, Daniella de Souza Santos. **Expressões quilombolas: a arte na afirmação da identidade e da memória quilombola**. 310 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – UNESP, 2022.

PANTA, Mariana; SILVA, Maria Nilza da. Cidade, branqueamento e colonialidade: a construção dos matizes da identidade de Londrina. **Crítica e Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 28-49, 2020.

RAMALHO, C. W. N. Reprodução social das pescadoras e pescadores artesanais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 30, n. 2, 2022.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

RUBIN, I. I. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2014.



SANTOS, Jessika Cristina Silva. **Das memórias ancestrais à resistência feminina**: a construção da identidade das mulheres quilombolas dos Rufinos-PB. 140 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UEPB, 2023.

SANTOS, Juliana Abramides dos. **Serviço Social e Cultura**: Processos criativos na mediação do trabalho profissional. 162 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PUC-SP, 2014.

SILVA, Ana Paula Procopio da. **O contrário de “casa grande” não é senzala**. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura. 293 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – UFRJ, 2022.

SILVA, Luciene Gustavo; GUIMARÃES, Reilnaldo da Silva. Capoeira: instrumento alternativo para fomentar a afrocidadanização na perspectiva do Serviço Social. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 2019. Anais [...], 2019.

SILVA, Igor; NASCIMENTO, R. C.C. “Pernadas nas ruas”: Expressões da capoeira como forma de ocupação urbana. **Revista Desenvolvimento Social**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 38–59, 2021. DOI: 10.46551/issn2179-6807v26n1p38-59. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/3260>. Acesso em: 23 de mai. de 2025.

RACIONALIDADE MODERNA E AS APROXIMAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL COM A TEORIA SOCIAL CRÍTICA

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

HERMANO GOMES DE FARIAS JUNIOR¹

ELISANGELA DE OLIVEIRA INÁCIO²

DANIELLE VIANA LUGO PEREIRA³

RESUMO: O trabalho em tela tem por objetivo apresentar um resgate histórico e conjuntural acerca das aproximações do Serviço Social com a tradição marxista. Metodologicamente realizado por meio de revisão da literatura, na qual privilegia os clássicos do Serviço Social que discutem a temática, a saber: Batistoni (2017); Netto (2015); Iamamoto (2015) e Yazbek (2009). Após a sua elaboração, tem-se a reflexão de que o legado deixado pela perspectiva de intenção de ruptura foi a direção social que a profissão assume coletivamente alinhada aos interesses da classe trabalhadora, culminando na elaboração de seu Projeto Ético-político Profissional diante das provocações e reflexões críticas construídas no interior da categoria à luz da teoria social crítica de Marx.

Palavras-chave: Serviço social, reconceitualização, marxismo.

ABSTRACT: The objective of this work is to present a historical and conjunctural review of the approaches of Social Work to the Marxist tradition. Methodologically, it was carried out through a literature review, which prioritizes the classics of Social Work that discuss the theme, namely: Batistoni (2017); Netto (2015); Iamamoto (2015) and Yazbek (2009). After its elaboration, it is reflected that the legacy left by the perspective of intention of rupture was the social direction that the profession collectively assumes aligned with the interests of the working class, culminating in the elaboration of its Professional Ethical-Political Project in the face of the provocations and critical reflections constructed within the category in the light of Marx's critical social theory.

¹ Assistente Social Especialista em Instrumentalidade do Serviço Social. Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (/PPGSS/UFPB). Bolsista CAPES. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (GEPACOPS/UFPB). E-mail: hermano.jr1@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7820-6293>.

² Professora Associada do Departamento de Serviço Social (DSS/UFPB). Membro da Coordenação Pedagógica da RESMEN - Residência em Saúde Mental (NESC/ CCS/ UFPB). Tutora de Serviço Social junto a RIMUSH - Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Hospitalar (HULW/ CCS/ UFPB). Coordenadora do Grupo de Trabalho Raça e Etnia junto ao programa PET Saúde Equidade/ UFPB/ DSEI-PB (2024-2026). Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (GEPACOPS/UFPB). Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS/UFPE), E-mail: ellysinacio@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-7205-1210>.

³ Professora Associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/PPGSS/UFPB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (GEPACOPS/UFPB). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Assistente Social. E-mail: danielle.lugo@academico.ufpb.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5329-0791>.



Keywords: Social service, reconceptualization, marxism.

INTRODUÇÃO

A teoria elaborada por Marx se faz atual para o Serviço Social tanto na produção do conhecimento científico quanto no campo de atuação profissional, pois incorpora elementos, conceitos e categorias que alcançam a historicidade e a totalidade no movimento de apreensão do real e a da formação das relações capitalistas da sociabilidade e que se fazem indispensáveis para analisar o tempo presente.

Indica caminhos para a análise das expressões da “questão social”, a exemplo dos estudos sobre a pobreza, a fome, a exploração, a violência e as diversas formas de desigualdades e de violações dos direitos humanos que possuem como raiz determinante as formas de reprodução social e a apropriação desigual da riqueza face ao desenvolvimento do Capital.

O Serviço Social é uma profissão que adquire sentido e inteligibilidade nos marcos da sociedade moderna e passa a assumir uma perspectiva crítica ao renovar seus referenciais teórico-metodológicos durante o processo de renovação da profissão, em especial na sua vertente de intenção de ruptura, momento no qual assume a teoria social de Marx e o método que a sustenta, tomada pelas fontes originais.

O legado da intenção de ruptura nos marcos da razão dialética, possibilitaram a profissão uma forma de entendimento do real, sob a qual é possível captar as contradições e mediações, dessa maneira, contribuindo para o entendimento dos fenômenos societários em uma perspectiva de totalidade. O que impacta no âmbito da intervenção profissional, na apreensão das demandas postas pelos/as usuários/as e as requisições institucionais.

Diante do exposto, este trabalho tem por objetivo apresentar um resgate histórico e conjuntural acerca das aproximações do Serviço Social com a tradição marxista⁴. Para tanto,

⁴ Este trabalho é um recorte extraído do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido e aprovado em 2023 no curso de Serviço Social da UFPB, tendo por título o “A Produção do Conhecimento em Serviço Social e o Rigor Teórico-Metodológico: análises de teses defendidas nos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil dos anos 2006 a 2019”.



foi realizada revisão da literatura clássica elaborada pela profissão, dentre as principais referências, damos destaque a Batistoni (2017); Netto (2015); Iamamoto (2015) e Yazbek (2009).

Em seu desenvolvimento discute sobre a racionalidade moderna e as aproximações do Serviço Social com a teoria social crítica e o legado da intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional que permite o Serviço Social dar saltos qualitativos nos campos político, prático e teórico. Bem como assume uma direção social crítica e alinhada aos interesses da classe trabalhadora, contribuindo também para a construção do Projeto Ético-político Profissional (PEP).

APROXIMAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE RAZÃO MODERNA E RAZÃO DIALÉTICA

Pensar sobre a racionalidade moderna requer abordar, mesmo de uma forma sucinta, o conceito sobre modernidade. *A priori*, a perspectiva de modernidade desponta a partir dos principais fenômenos do século XVI – XVII perante o Humanismo que concebe o homem como prioridade no cerne da compreensão sobre o mundo e o Iluminismo que incide sobre a crítica à autoridade política e religiosa rompendo com teocentrismo e inaugurando a defesa pela igualdade e da liberdade e pela valorização da razão e o progresso da ciência.

De acordo com Simionatto (2009) nesse período houve uma revolução científica na forma de observar e explicar o mundo, sob qual as formas explicativas da realidade sustentadas na fé e na religião são refutadas pelas observações e experimentações científicas. Esse abandono de concepções dogmáticas e restritas repercutiu não apenas no campo da epistemologia, mas também na economia, na política, na ética e na estética.

A modernidade, então, firma a racionalidade como um novo modelo norteador para explicar o real, ou em outros termos, na capacidade de formular teorias científicas a partir de leis objetivas, concretas. Iniciado a partir do projeto epistemológico da tradição racionalista apresentada por René Descartes e da perspectiva empirista inaugurada por Francis Bacon (Simionatto, 2009).



O movimento da racionalidade moderna se espraia no mundo na passagem do século XVIII ao XIX, quando a história da humanidade assistiu dois marcos revolucionários importantes para o desenvolvimento da racionalidade moderna: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa.

A Revolução Industrial consistiu na substituição do esforço humano pela força da máquina a vapor na produção. Esse processo passou a aumentar a produtividade do trabalho humano, produzir lucros e contribuir para o desenvolvimento da acumulação.

Tanto a Revolução Francesa quanto a Revolução Industrial possuem caráter societário, pois consolidam um novo modo de ser, pensar e agir para a humanidade: a sociedade capitalista (Galdino, 2016). A política da Revolução Francesa se concentrou no embate da população contra a monarquia aristocrática e o alto clero (Therborn, 2013 *apud* Galdino, 2016).

De acordo com Netto e Braz (2013) a burguesia da época em sua fase revolucionária se alinhava a cultura ilustrada, cultura essa que no plano das ideias se apresentava como Programa da Modernidade, condensando um projeto de emancipação humana presente no *slogan* “liberdade, igualdade, fraternidade”.

Para Simionatto (2009) a emergência da sociedade burguesa deu origem a um fervoroso processo de modernização por meio de uma série de transformações em diversas áreas como: ciência, tecnologia, organização política, trabalho, propriedade da terra, distribuição do poder e riqueza entre as classes sociais. Tais mudanças estão na base de duas grandes matrizes teóricas da razão moderna: o Positivismo de Auguste Comte e a Teoria Social de Karl Marx.

A razão moderna é objetiva ao considerar a racionalidade como,

Um princípio inerente à realidade [...] não apenas na consciência individual, mas também no mundo objetivo: nas relações entre os homens e entre classes sociais, nas instituições sociais, na natureza e suas manifestações (Horkheimer, 1973 *apud* Netto, 1994, p. 28).

Para Netto (1994) a reconstrução da ideação racional a partir da objetividade do real apreendida pela consciência é um processo árduo e complexo, por meio do qual é possível conhecer a materialidade e se reconhecer como parte constitutiva, sem que haja uma fratura ontológica entre consciência e o mundo objetivo.



A racionalidade objetiva entendida como um princípio inerente ao real se relaciona com a racionalidade subjetiva pautada na reconstrução da consciência da racionalidade objetiva (Netto, 1994).

Contudo, para o mesmo autor, esta unidade se dá de maneira processual e em dois sentidos, a saber: o mundo é apreendido enquanto movimento dinamizado contraditoriamente, o ser social possui efetividade nos processos de colisão, este sendo o modo específico de sua existência; e a consciência, responsável pela reconstrução desse movimento, como um auto movimento, sendo ela mesma aproximativa.

“O intelecto determina e mantém firmes as determinações. A razão é negativa e dialética porque resolve no nada as determinações do intelecto; é positiva, porque cria o universal e nele compreende o particular” (Hegel, 1968 *apud* Netto, 1994, p30).

Portanto, Netto (1994) assinala que Hegel ao mesmo tempo em que ressalta a razão dialética supera intelecção, indicando a validade e a limitação do entendimento, substância do que é a razão analítica, cujos procedimentos conaturais consistem na distinção, na classificação, no processo de decomposição de conjuntos em suas partes, e enfatiza as inferências pela via dedutiva e por meio dos modelos de caráter lógico e matemático.

Ao recorrer ao pensamento de Kosik (1969), podemos apreender a razão dialética como um processo universal e necessário para conhecer o real, sem deixar de fora nada de si. Desse modo, a razão decorre da ciência e do pensamento, como também da liberdade e da realidade humana.

De acordo com Guerra (1999) pela via da razão dialética é possível se libertar das concepções religiosas fundamentadas nos preceitos conservadores centrados no divino, concebendo-se assim uma nova forma de se entender o mundo. Para a autora, o ser social e o seu horizonte portam a capacidade de explicar os processos históricos que constituem e são constituintes da estrutura social, apresentando seus limites e possibilidades de autonomia. Esta razão se funda em um novo período da história da humanidade que ficou conhecida como a era moderna.

Guerra (2007, p. 14) complementa que a razão dialética é identificada como sendo o maior nível de razão, crítica e emancipatória. A razão humana é dialética, “incorpora a



contradição, o movimento, a negatividade, a totalidade, as mediações, buscando a lógica de constituição dos fenômenos, sua essência ou substância”. Portanto, a razão dialética diz respeito à lógica objetiva dos processos sociais e às condições que possibilitam a reconstrução desta lógica, por meio do pensamento.

Assim, a razão dialética se refere a uma lógica objetiva na qual os processos sociais propiciam a reconstrução desta lógica, por meio do pensamento. Contudo, no modelo de sociabilidade capitalista, esta razão está limitada a uma de suas dimensões: à instrumental, que se reduz “a operações formal-abstratas e às práticas manipuladoras e instrumentais, fragmentadas, descontextualizadas e segmentadas” (Guerra, 2007, p. 14).

Tais características fazem com que ela seja funcional e indispensável para a reprodução social da ordem burguesa e do sistema capitalista, visto que dificulta o processo reflexivo, crítico e autocrítico, reforçando a tendência de naturalização dos processos sociais, tais como a exploração do trabalho e a apropriação privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida e a reificação das relações sociais.

O conhecimento proveniente da razão dialética permite captar o movimento do objeto e sua lógica de constituição, apreendendo-o como tal e como chegou a se tornar o que é. Em outros termos, o seu processo de constituição, bem como os seus fundamentos e a sua capacidade de transformar-se em concreto pensado ultrapassa a imediatez da vida cotidiana e capta a processualidade contraditória do real, elevando-o à sua compreensão em nível da razão (Guerra, 2009).

Nesta direção, a autora supramencionada reafirma que o conhecimento se organiza através de categorias analíticas entendidas como sínteses mentais oriundas dos esforços em apreender o movimento do real, sua lógica constitutiva e o nosso comportamento frente a ele.

Desse modo, o conhecimento se torna cada vez mais próximo da verdade ao passo que consegue captar por meio dessas categorias, o movimento, as determinações, os modos de ser dos processos analisados entre o abstrato ao concreto.

BREVE RESGATE HISTÓRICO E CONJUNTURAL DOS MOVIMENTOS DE RECONCEITUAÇÃO E DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL



Para apreender o processo de intenção de ruptura com o conservadorismo pelo Serviço Social, deve-se inicialmente problematizar o movimento de reconceitualização latino-americano ocorrido a partir de meados da década de 1960, período em que países do continente, como Chile, Peru, Argentina, Bolívia, Uruguai e Brasil sofreram fortes golpes ditatoriais.

Zacarias (2017) assinala que no início dos anos 1960, a América Latina vivenciava uma crise de instabilidade do capitalismo em nível internacional, marcada pelo afloramento da insatisfação popular frente aos sinais de exaurimento do modelo econômico constituído no pós-guerra. Inclusive, os chamados “anos dourados” de crescimento econômico e ampliação dos sistemas de proteção social mantidas pelos Estados, norteados principalmente pelas teorias econômicas de John Maynard Keynes, demonstravam fortes sinais de esgotamento desde o final dos anos 1950.

Segundo Batistoni (2017) nesta conjuntura de efervescência social inscrita em um momento histórico de grande expressão mundial se delineava uma expansão da crise estrutural do capital que resultou em medidas de ajustes econômicos e sociais em todo o território latino-americano.

Entre as medidas radicais adotadas, destaca-se a instauração de regimes autocráticos, como sendo uma estratégia de controle dos países de capitalismo periférico restando qualquer possível inclinação ao socialismo. Além disso, os golpes ditatoriais buscavam restaurar a ordem e o crescimento dos padrões de produção desenvolvimentista como tentativa de saída para a crise.

Ao passo que esse contexto se firmava, era deflagrada a insatisfação popular no interior da classe trabalhadora, lutava pela defesa da democracia uma vez que o cerceamento da liberdade e o autoritarismo impediam quaisquer chances de diálogo e o suposto desenvolvimento econômico promovido pela autocracia não beneficiava a população, mas apenas frações do capital internacional.

Cantalice (2013) sinaliza que nesta atmosfera se ascenderam lutas sociais na América Latina, movidas pela insatisfação trabalhista e popular diante do avanço das novas



configurações mundiais do capital, que elevavam cada vez mais a condição de subordinação ao capitalismo central.

De acordo com Netto (2015) tais fatores corroboraram para que o Serviço Social passasse a refletir sobre o seu papel enquanto profissão frente aos novos desafios sócio-históricos postos a partir dessa conjuntura.

Foram esses processos societários, suas mediações históricas e geopolíticas que favoreceram “a erosão do Serviço Social tradicional” na América Latina e demarcaram as bases condensadas pelo Movimento de Reconceituação em amplo processo de autorreflexão profissional em seus diversos aspectos, a saber: finalidades; fundamentação; formação; compromisso ético-político, metodológico e operativo (Netto, 2015).

Segundo Iamamoto, o Movimento de Reconceituação,

[...] perfilou-se, desde o seu nascedouro, como um *movimento de denúncia – de autocritica e de questionamentos societários* – que tinha como contraface um processo seletivo de *busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos* (Iamamoto, 2015, p. 207, grifo nosso).

E dessa forma assumiu um caráter revolucionário e autorreflexivo, passando a analisar criticamente a profissão, o seu significado socioinstitucional e a sua forma de inserção na divisão social e técnica do trabalho, assim como a utilidade social da profissão a partir da reprodução da prática profissional no sentido de entender a quem essa prática se destina e quais os interesses que ela reforça.

Muito embora não se restrinja endogenamente a profissão, mas a sociedade em sua totalidade e para apreender a construção de uma sociabilidade em que os sujeitos sociais assumam autonomia e protagonismo, além de questionar o arbítrio, o autoritarismo e o modelo de acumulação exploratório vigente.

Por se tratar de um movimento heterogêneo, entende-se que para apreendê-lo na particularidade da realidade brasileira, requer que o mesmo seja historicizado face ao significado econômico e social no período da ditadura civil militar (1964-1985), apreendendo sua constituição, crise e desdobramentos no decurso da transição democrática, além da natureza do Estado autocrático burguês e o novo padrão de acumulação, exploração e dominação da classe trabalhadora (Batistoni, 2017).

No caso do Brasil, diferentemente de outros países da América Latina, a interlocução com o legado do movimento de reconceituação e, conseqüentemente, o embate com o



tradicionalismo da profissão se dará tardiamente e com uma direção distinta dos demais países. Pois, enquanto em países como o Chile, Argentina, Venezuela e Colômbia esse movimento apontou para alternativas de ruptura com o Serviço Social tradicional, no caso brasileiro [...] o processo se expressou nos termos da tecnificação pragmatista do Serviço Social, haja vista que sua revisão se restringia a uma discussão interna da profissão, cujas preocupações se voltavam para o aperfeiçoamento de seus instrumentos técnico-operativos (Cantalice, 2013, pp. 99-100, grifo nosso).

Os fatores que incidiram diretamente nas nuances do movimento reconceituador nos países latino-americanos dizem respeito à efervescência política e aos momentos de acirramento da autocracia em cada um deles, visto que os modelos ditatoriais incorporados pelos seus países seguiram momentos distintos.

Dessa forma, os países com maior abertura para o debate político crítico possibilitavam ao Serviço Social avançar na crítica ao tradicionalismo profissional. Por outro lado, àqueles em que a conjuntura ditatorial apresentava maior opressão, enveredaram por outros caminhos, até que se tornasse possível a abertura à reflexão na profissão com maior tom de criticidade.

Cantalice (2013) ressalta que o Serviço Social brasileiro se aproxima das elaborações do Movimento de Reconceituação nos termos dos demais países da América Latina, alinhado a crítica radical ao tradicionalismo da atuação profissional durante a segunda metade dos anos 1970, mediante a conjuntura de crise econômica e política da Ditadura Militar e a abertura democrática que se iniciava.

Foi nessa conjuntura adversa que a profissão influenciada pelo Movimento de Reconceituação passou a expandir o seu debate teórico-metodológico e ético-político para um momento que ficou conhecido segundo Netto (2015) como Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro.

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (Netto, 2015, p. 131).

Muito mais do que buscar uma nova roupagem, nesta fase, o Serviço Social brasileiro se propunha a alinhar os interesses da profissão mais diretamente às demandas dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como incorporar pautas sociais reivindicadas por outros movimentos sociais e de base.



Cabe ressaltar que esse movimento é genuinamente brasileiro e segundo Netto (2015) possui três vertentes estudadas ao longo da formação profissional, denominadas, respectivamente, **Modernização Conservadora; Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura.**

A perspectiva adotada pela **Modernização Conservadora** buscava adequar a profissão às exigências impostas pelos processos sócio-políticos inerentes ao período ditatorial, apropriando-se dos valores e concepções tradicionais, introduzindo-os por meio de uma nova roupagem de base teórica, metodológica e técnica. Valia-se de aportes teóricos do funcionalismo, do estruturalismo e posteriormente do positivismo. Suas elaborações foram afirmadas nos Seminários de Teorização do Serviço Social, realizados em Araxá/MG no ano de 1967 e Teresópolis/RJ em 1970 (Netto, 2015).

Por sua vez, a **Reatualização do Conservadorismo**, sustentou-se no referencial teórico-metodológico da fenomenologia e orientava a profissão para a ajuda psicossocial, consequentemente reiterando a psicologização da “questão social”. Tal perspectiva é cristalizada nos Seminários de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984). Tinha por objetivo interromper a erosão do Serviço Social tradicional e neutralizar as influências de referências marxistas. Seu aporte teórico não apresentava o aprofundamento de seus pressupostos e a ausência da interlocução com autores e fontes originais da fenomenologia. Suas formulações nortearam a reafirmação da direção social da profissão sustentada em valores conservadores, moralistas, centralizada na responsabilização individual e manutenção da ordem (Netto, 2015).

Em se tratando da **Intenção de Ruptura**, Cantalice assinala que

O processo de contestação e de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional não é fruto da evolução natural e sistêmica de tendências endógenas da profissão. Firma-se como resultado de um processo que combina alterações na realidade social, que alteram as condições de formação e intervenção profissional e, notadamente, de uma busca intermitente por legitimação social e validação teórico-prática da profissão. Perseguindo essa ideia, a profissão vai estabelecer um novo patamar no processo de interlocução entre os problemas da cena contemporânea e as matizes das ciências sociais, pois não tomarão estas matizes apenas como insumos para sistematização de sua prática, mas, inaugurarão um novo debate com estas disciplinas, uma problematização, cujos frutos serão o desenvolvimento da produção do conhecimento em Serviço Social, através da crítica de seus fundamentos (Cantalice, 2013, p. 103).

Contudo, não se deve apreender as vertentes do movimento de renovação do Serviço Social como uma processualidade historicamente datada, mas influenciada pelos processos societários de cada época e como o Serviço Social se colocava frente a eles na busca por legitimidade social e validação teórico-prática e ético-política.



AS APROXIMAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL COM O MARXISMO

A primeira aproximação do Serviço Social com a tradição marxista aconteceu de maneira precária do ponto de vista das condições políticas da época ditatorial, desse modo, deu-se por intermédio de manuscritos produzidos por sujeitos e profissionais vinculados à militância político-partidária e de pouca densidade teórico-metodológica. Havia ainda um restrito acesso às produções marxistas com maior consistência traduzidas para a língua portuguesa limitando as aproximações com maior nível de aprofundamento (Netto, 2015; Zacarias, 2017).

Evidentemente que isso ocorreu em decorrência do período ditatorial não ser o mais favorável para a circulação das obras de Marx e elaborações marxistas, o que indiscutivelmente comprometeu o acesso a produção com maior rigor teórico-metodológico, posteriormente com a derrocada da autocracia burguesa e a reabertura democrática no país tornaria mais viável o acesso a esses referenciais.

Conforme assinala Yazbek (2009), a apropriação com a vertente marxista no Serviço Social brasileiro e latino-americano passa por incontáveis problemas, caracterizando-se por abordagens reducionistas dos marxismos de manual sob influência do cientificismo e do formalismo metodológico presente no "marxismo" de Louis Althusser, cuja leitura e interpretação da obra de marxiana influenciou na proposta do Método de Belo Horizonte (Método BH).

O “Método BH”, como é conhecido na história da profissão foi formulado e desenvolvido de 1972 a 1975 na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG). Valia-se do aporte da teoria social de Marx e do materialismo histórico dialético para a compreensão do significado social do Serviço Social, contradições e antagonismos da sociedade capitalista, exploração da força de trabalho e no direcionamento a uma nova sociabilidade humana (Batistoni, 2017; Abramides, 2016).

Contudo, Batistoni (2019) ressalta que tal aproximação com o marxismo encontrada na proposta da ESS possuía lastro eclético, que percorria suas formulações, expressando-se em empirismo constituinte da estruturação do método, orientando-se por reflexões sustentadas no epistemologismo, sinalizando a introjeção positivista no marxismo. Tal fragilidade faz com que



não seja possível a iluminação teórica que se pretendia, pelo fato de que apenas “[...] chancelaram os equívocos próprios da instrumentalização eivada da via política da militância” (Batistoni, 2019, p. 554).

Mas a partir da inserção no espaço universitário proporcionou a interação intelectual entre profissionais que conseguiam se dedicar a pesquisa sem se preocupar exclusivamente com as demandas imediatas do campo da prática, dialogando com estudiosos de outras áreas, dessa maneira, “[...] vê-se, quebrar o *isolamento intelectual* do assistente social e viabilizar experiências de práticas *autogeridas*” (Netto, 2015, p. 320, grifos do autor).

À medida que a ditadura ia perdendo forças na transição para a década de 1980, o Serviço Social passava a galgar espaço para além dos muros da universidade, ressoando nos foros e organizações da categoria profissional e ganhando forças junto ao processo de luta pela reabertura democrática, fortalecendo a perspectiva de ruptura e colidindo com “a ordem autocrática no plano teórico-cultural [...] no plano profissional [...] e no plano político”⁵ (Netto, 2015, p. 316).

Pois, segundo Netto (2015) com a derrocada da ditadura, a classe trabalhadora voltava a se inserir no cenário político da sociedade, adotando uma dinâmica de resistência democrática. Nesta direção, a perspectiva de intenção de ruptura demonstrava transcender as fronteiras dos pequenos círculos acadêmicos de discussão e alcançar segmentos profissionais.

Todavia, Cantalice (2013) assevera que foi justamente por meio da perspectiva de ruptura com o Serviço Social tradicional, que a categoria passou a questionar as bases tradicionais de orientação e de intervenção profissional. Portanto, essa perspectiva passou a ser concebida

[...] como lastro um movimento, um processo de revisão da profissão em seu âmbito teórico, metodológico, político e operativo, que incidirá sobre o ensino, a pesquisa, a organização política da categoria e o próprio mercado de trabalho (Cantalice, 2013, p.101).

⁵ As divergências quanto ao primeiro plano citado, dá-se pelo fato de que os referenciais nos quais a perspectiva se ancorava negavam as legitimações da autocracia; no que concerne ao segundo, diz respeito à divergência entre os objetivos que se propunham que eram nitidamente contrários ao perfil profissional dos/das Assistentes Sociais requisitados pela modernização conservadora; por fim, o terceiro ponto de discordância, as concepções de participação social, cidadania e projeções societárias, totalmente opostas ao autoritarismo ditatorial (Netto, 2015).



Se antes essas elaborações se apresentavam como equívocos teórico-metodológicos e refletiam a ausência das fontes originais, como aludido anteriormente, a partir dos anos 1980 mediante a contribuição significativa que Iamamoto (1982) trouxe para o debate ao publicar o primeiro estudo ancorado na tradição marxiana e marxista. Demonstrando a maioridade intelectual da perspectiva de intenção de ruptura, cristalizada na clássica obra *“Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica”* escrita em coautoria com Raul de Carvalho e publicada em 1982.

De acordo com Netto (2015) a elaboração de Marilda Iamamoto é a primeira incorporação exitosa da obra marxiana no Brasil para a compreensão profissional do Serviço Social, uma vez que nela a instituição profissional é apreendida sob uma perspectiva teórico-metodológica e crítico-dialética por meio de um trabalho sistemático, ancorado na fonte marxiana, sendo capaz de dar novos rumos ao debate profissional, qualificando-o teórica e politicamente.

Assim o Serviço Social se reveste de uma perspectiva autocrítica no processo de revisão de seu arcabouço teórico-metodológico, político e técnico-operativo, reverberando na formação, na pesquisa, no trabalho profissional e na organização política de Assistentes Sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento da racionalidade moderna no Brasil foram impostas barreiras mediante as influências herdadas pela autocracia burguesa e do autoritarismo vigente no período ditatorial. A predominância do conservadorismo contribuiu para o sufocamento do debate crítico nos espaços societários, dessa forma, estrategicamente, o âmbito acadêmico se tornou a principal porta de entrada do acolhimento para os debates referentes a Teoria Social e as discussões alinhadas ao pensamento científico pautado na razão dialética.

No âmbito do Serviço Social, a razão dialética pode ser responsável pela reflexão crítica e propositiva da profissão e na apreensão da realidade social, refletindo sobre ela e dessa



forma romper com posturas e práticas acríticas, conservadoras, imediatas, manipulatórias e fragmentárias.

Dessa maneira, o movimento de renovação do Serviço Social é considerado um marco emblemático para a profissão que incide na aproximação com a teoria social crítica ancorada na razão dialética, especialmente em sua última vertente: a intenção de ruptura com o conservadorismo, na qual a categoria profissional passou a aproximar-se do pensamento marxiano e marxista.

A vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo deixou para o coletivo profissional um legado marcado por lutas e resistências, do qual se obtém um saldo positivo para a maturação intelectual da profissão através do contato com a tradição marxista.

Nessa perspectiva, a maturidade intelectual crítica na produção do conhecimento no Serviço Social aprofunda temas sociais e incentiva novas análises em torno das múltiplas expressões da “questão social” e do cotidiano da profissão, com adensamento teórico de qualidade e com capacidade de produzir conhecimentos sobre e para si, e dialogar com as demais áreas do conhecimento.

Ainda se tornando parte desse legado, a direção social assumida coletivamente pela profissão, alinha-se aos interesses da classe trabalhadora, que posteriormente culmina na construção do Projeto Ético-político Profissional mediante as provocações e reflexões críticas elaboradas no interior da categoria à luz da teoria social crítica de Marx e o método que a ancora, e culminando revisões necessárias em torno das diretrizes curriculares dos cursos de graduação no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set/dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/sdGtjJNHNJQrfKn5zZKf4Sd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

BATISTONI, Maria Rosângela. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-



1980). **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, p. 136-50, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32745>. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

BATISTONI, Maria Rosângela. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte - 1960-1975: uma reconstrução histórica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 538-558, set/dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/PCVBqNLRKdpcgV5TTY6Ff7y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **As Incidências Pós-modernas na Produção do Conhecimento em Serviço Social**. 2013, 254 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/16912>. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

GALDINO, Shellen Batista. **A produção do conhecimento no Serviço Social: entre a hegemonia do marxismo e a pós-modernidade**. 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11716?locale=pt_BR. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS (orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade no trabalho do assistente social.**, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/ces/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf>. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1982.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**, Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. Razão, ontologia e práxis. **Serviço Social & Sociedade**. n. 44 Ano XV (abr.). São Paulo: Cortez, 1994. pp.26-42. ISSN 0101- 6628. (mimeo).



NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. v. 1. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade. *In*: CFESS/ABEPSS (orgs.). **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/expressoes-ideoculturais-da-crise-capitalista-na-atualidade-e-sua-influencia-teorica-pratica-201608200510070371440.pdf>. Acesso em: 21 de set. de 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. *In*: CFESS/ABEPSS (orgs.). **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em: 15 de nov. de 2021.

ZACARIAS, Inez Rocha. **A mediação da teoria e do método em Marx na formação profissional em serviço social.** 2017, 205 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)– Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7213>. Acesso em: 13 de nov. de 2021.



MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E ADOLESCENTES EM CONFLITOS COM A LEI: EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NA 2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SÃO LUÍS (MA)

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

KRISTIN CARINA MOURA MELO¹

RESUMO: O presente estudo apresenta um relato de experiência de estágio supervisionado em Serviço Social, realizado na 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís (MA). Tem como objeto central analisar a atuação do Serviço Social no acompanhamento das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes em conflito com a lei, a partir da experiência de estágio supervisionado na 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís (MA), durante o ano de 2023. Consiste em uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e exploratória, cujas análises foram realizadas sob a luz do materialismo histórico dialético de Karl Marx. A discussão dos resultados aborda a configuração da 2ªVIJ de São Luís (MA) em 2023, bem como a atuação do Serviço Social em seu âmbito; relata também as principais atividades, instrumentos técnicos-operativos, desafios e avanços. Em suma, o estudo contribui para a ampliação da compreensão acerca do trabalho do assistente social no campo sociojurídico, especificamente no acompanhamento das medidas socioeducativas.

Palavras-chave: Medidas socioeducativas, adolescentes, estágio supervisionado.

ABSTRACT: This study reports on the experience of a supervised internship in Social Work, carried out at the 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís (MA) (2nd Children and Youth Court in São Luís- MA). Its central object is to analyze the role of Social Work in monitoring socio-educational measures applied to adolescents in conflict with the law, based on the experience of a supervised internship at the 2ªVIJ, during the year 2023. This is a qualitative, bibliographical and exploratory study, the analysis of which was carried out using Karl Marx's dialectical historical materialism. The discussion of the results addresses the configuration of the 2ªVIJ of São Luís (MA) in 2023, as well as the work of the Social Service within its scope; it also reports on the main activities, technical-operational instruments, challenges and advances. In short, the study contributes to a broader understanding of the work of social workers in the socio-legal field, specifically in the monitoring of socio-educational measures.

Keywords: Socio-educational measures, adolescents, supervised internship.

INTRODUÇÃO

O presente estudo trata sobre os conhecimentos e experiência obtidos durante o Estágio em Serviço Social I e II, do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão – UFMA,

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); E-mail: kristinmoura@hotmail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8772876309147670>.



com recorte temporal em 2023. O estágio se configura como importante instrumento de aprendizagem e aprimoramento acadêmico-profissional, visto que viabiliza a articulação entre teoria e prática. No âmbito do Curso de Serviço Social deve ser organizado, executado e supervisionado a partir de princípios e diretrizes dispostos nos principais marcos legais da profissão, a saber: Lei nº 8.662/1993, Lei de Regulamentação da Profissão; a Resolução CFESS Nº 533, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social; e a Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

A Lei 8.662/1993, em seu artigo 5º, inciso VI, prevê como atribuição privativa do assistente social o “treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social” (Brasil, 1993). Em consonância, o Código de Ética da profissão expressa que é vedado ao profissional permitir ou exercer a supervisão de estudantes de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas, que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário (Brasil, 2012). Logo, somente assistentes sociais podem ser responsáveis por atividades de supervisão direta aos discentes do Serviço Social.

Em 2010, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) elaborou a Política Nacional de Estágio (PNE) na área do Serviço Social, com o intuito de construir parâmetros orientadores para a integralização da formação profissional do assistente social, no horizonte do projeto ético-político profissional do Serviço Social (ABEPSS, 2010). No contexto do Curso de Serviço Social da UFMA, o projeto pedagógico estabelece que o estágio obrigatório deve ter duração de 720h (setecentos e vinte horas), dispostas em Estágio em Serviço Social I e II, com duração de 360h (trezentos e sessenta horas) cada e com vinte e cinco horas semanais, sendo acrescidas duas horas semanais para realização de estudos e sistematização de documentação.

Tendo em vista a complexidade das expressões da questão social, as quais reverberam na desproteção e acesso precarizado a direitos, o assistente social pode trabalhar com diversos públicos, sendo estes: criança e adolescente em situação de violência; a pessoa idosa; pessoa com deficiência; mulher em situação de violência de gênero; a classe trabalhadora; pessoas da comunidade LGBTQIA+; populações de comunidades tradicionais; ou, foco do presente trabalho, adolescentes autores de atos infracionais.



A partir da Constituição Federal de 1988, a Doutrina da Proteção Integral entrou em vigor como novo princípio para construção dos direitos infanto-juvenis, de modo que tornou as crianças e os adolescentes em sujeitos de direitos, “colocando-os em posição de igualdade em relação aos adultos, pois são vistos como pessoa humana, possuindo direitos subjetivos que podem ser exigidos judicialmente” (Andreucci, 2017).

A perspectiva da proteção integral reconhece a criança e ao adolescente como sujeitos de direitos, indivíduos em condições de desenvolvimento específicas, as quais demandam atenção especial que proporcionem um desenvolvimento físico e psicológico saudável e seguro. Nessa lógica, era importante a construção de documentos legais e regulatórios que consolidassem essa política e compreendessem as particularidades e vulnerabilidade características do momento da infância e da adolescência, de forma a garantir seus direitos fundamentais e protegê-los das diversas manifestações da violência.

Assim, em 13 de julho de 1990 foi promulgado a Lei nº 8.069, referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual dispõe sobre a proteção integral e os direitos fundamentais da criança e do adolescente no Brasil. A Lei conseguiu superar a diferenciação entre as crianças e adolescentes pertencentes a classes subalternizadas e classes privilegiadas. Além disso, legitimou o processo de ruptura com a perspectiva assistencialista para a afirmação de direitos, a de delinquência para a de proteção integral (Castro; Macedo, 2019).

O ECA contribuiu para a construção de novas concepções de infância e adolescência no Brasil, entendidas como estágios de desenvolvimento fundamentais da vida humana, peculiares e que precisam ser protegidos. Assim, caracterizou etariamente a infância como o período até os doze anos incompletos, e a adolescência como o período que compreende de doze a dezoito anos completos (Brasil, 1990). Esse avanço se refletiu na atenção, proteção e formas de responsabilização destinadas a crianças e adolescentes: às crianças são aplicadas as medidas de proteção enquanto aos adolescentes são destinadas as medidas socioeducativas.

As Medidas Socioeducativas referem-se a critérios de responsabilização, de caráter pedagógico, aplicáveis a adolescentes envolvidos na prática de atos infracionais e que possuam conflitos com a Lei. Por isso, dispõem de caráter penal sancionatório, de modo que são condicionadas à existência de ato anterior que seja definido como crime ou contravenção (Ruffo; Toledo, 2015).



Nesse sentido, as Medidas Socioeducativas estão classificadas conforme a forma de cumprimento, podendo ser em *meio aberto* (advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida) ou *meio privativo* (inserção em regime de semiliberdade e a internação em estabelecimento educacional) (Brasil, 1990).

Diante o exposto, objetivamos analisar a atuação do Serviço Social no acompanhamento das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes em conflito com a lei, a partir da experiência de estágio supervisionado na 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís (MA), durante o ano de 2023. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos resultados foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e exploratória. Realizamos levantamento bibliográfico nos indexadores científicos Scientific Eletronic Library Online – Scielo, Google Acadêmico e Web of Science, com base nos descritores: medida socioeducativa; adolescentes; Serviço Social. Quanto ao método, as análises foram realizadas sob a luz do materialismo histórico dialético de Karl Marx.

Dessa forma, a justificativa deste estudo se pauta em contribuir para compreensão das atribuições do assistente social nesse espaço sócio-ocupacional, bem como as contradições e desafios enfrentados no cotidiano profissional. Além disso, pretendemos contribuir para construção do panorama da atividade profissional na área sociojurídica no Maranhão, bem como subsidiar pesquisas e futuras experiências de outros discentes de Serviço Social acerca do trabalho profissional no âmbito das Varas da Infância e Juventude.

Para fins de esclarecimentos, organizamos o artigo em dois capítulos de discussão: no primeiro, apresentamos a 2ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís (MA) e o Serviço Social em seu âmbito; no segundo, relatamos as principais atividades, instrumentos e processos de trabalhos, desafios e limites para atuação do Serviço Social em seu âmbito.

CONFIGURAÇÃO DA 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE SÃO LUÍS, 2023

As Varas da Infância e Juventude (VIJ) são unidades judiciais incumbidas de julgar processos relacionados a garantia, proteção e violação dos direitos da criança e do adolescente a partir dos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). De acordo com Código de Divisão



Judiciária do Maranhão (Maranhão, 2022), existem duas Varas da Infância e da Juventude em São Luís (MA):

Art. 9º. Os serviços judiciários do Termo Judiciário de São Luís serão distribuídos da seguinte forma: I – 1ª Vara da Infância e da Juventude, com as atribuições cíveis e administrativas definidas na legislação específica; II – 2ª Vara da Infância e da Juventude, com atribuições de processar e julgar atos infracionais, de acordo com a legislação específica. Habeas corpus (Maranhão, 2022, p. 9).

Nesse sentido, a 2ª VIJ é responsável por processar e julgar as representações promovidas pelo Ministério Público para apuração de ato infracional atribuído a adolescente; identificar as Unidades Executoras de Internação Provisória, inclusive com a proposta de intervenção de cada uma; providenciar, junto às unidades executoras informações e relatórios dos adolescentes que serão ouvidos em audiência, quando necessário.

Em São Luís, a 2ª VIJ atua tanto na fase de conhecimento do processo, quanto na de execução das Medidas Socioeducativas. Em 2017, o Governo do Estado do Maranhão inaugurou o primeiro Centro Integrado de Justiça Juvenil de São Luís - CIJJUV, conforme o art. 88 do ECA. O CIJJUV está localizado na Rua das Cajazeiras, nº 190 - Centro, São Luís - MA, sendo constituído por uma equipe interinstitucional, que deve atuar de forma harmoniosa e respeitando a autonomia das atribuições de cada um.

De acordo com o regimento interno (FUNAC, 2016, p. 3 - 4), o CIJJUV é constituído por representantes dos seguintes órgãos:

I. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, representada pela Fundação da Criança e do Adolescente -FUNAC; II. Defensoria Pública do Estado, representada pelo Núcleo de Proteção da Criança e do Adolescente, com atribuições na área do conflito com a lei; III. Ministério Público do Estado, representada pelas Promotorias de Justiça Especializadas da Infância e Juventude, com atribuições na área do adolescente em conflito com a lei; IV. Secretaria de Estado da Segurança Pública, representada pela Delegacia do Adolescente Infrator – DAI; V. Poder Judiciário do Estado, representado pela 2ª Vara da Infância e Juventude com atribuições na área do conflito com a lei (FUNAC, 2016, p. 3 – 4).

A partir da CF/1988 e do ECA/1990 foi instaurado um sistema de proteção dos direitos da criança e do adolescente, cujo objetivo é a efetiva implementação da Doutrina da Proteção Integral, denominado Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Esse Sistema dispõe de princípios e diretrizes



que regem a política de atenção a crianças e adolescentes, cujas ações são promovidas pelo Poder Público, bem como pelos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e pela sociedade civil, a partir de três eixos: Promoção, Defesa e Controle Social (Brasil, 2006).

No bojo do SGD existem subsistemas específicos que tratam de situações peculiares. Nesse sentido, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) é o subsistema responsável pelo atendimento de adolescentes em conflito com a lei, pela apuração, aplicação e execução de medidas socioeducativas (Brasil, 2006).

O SINASE é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde a apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. Esse sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todas as políticas, planos e programas específicos de atenção a esse público (Brasil, 2006, p. 22).

Tendo em vista o princípio da intersetorialidade, o SINASE é articulado com os demais sistemas das políticas públicas e sociais, tais como o Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Sistema de Justiça e Segurança Pública e o Sistema de Educação. Exemplificando, o art. 88 do ECA descreve as diretrizes da política de atendimento, cujo incisos V e IV tratam sobre a integração de órgãos de defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente no mesmo espaço:

Art. 88, inciso V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional; Inciso VI - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta[...] (Brasil, 1990).

Dessa forma, compreendemos a importância da intersetorialidade para celeridade no atendimento e responsabilização do adolescente que comete ato infracional, respeitando a garantia dos seus direitos sociais. Por isso, a iniciativa do Governo maranhense em inaugurar o CIJJUV reflete o avanço nos direitos da criança e do adolescente no estado, mesmo que a passos largos.



Em 2023, a estrutura organizacional da 2ª VIJ de São Luís (MA) consistia em: recepção, composta por um técnico; o Gabinete do Juiz, formado pelo magistrado e sua equipe de assessoria; a Secretaria Judicial, composta por secretários, técnicos e analistas judiciários; o Setor dos Oficiais de Justiça; o Setor dos Comissários da Infância e da Juventude; e o Setor Psicossocial, integrado apenas por assistentes sociais. A equipe de Serviço Social organizava-se de modo que duas profissionais eram responsáveis pela elaboração de estudos sociais, enquanto a terceira atuava na execução das medidas socioeducativas, embora todas mantivessem articulação entre si para o desenvolvimento das ações.

Identificamos que as atribuições mais relevantes desenvolvidas pelo assistente social no Poder Judiciário dizem respeito a: perícia e acompanhamento; execução de serviços; rede/avaliação de políticas públicas; recursos humanos; assessoria institucional; planejamento e organização do Serviço Social. Cumpre destacar que a intervenção profissional dos assistentes sociais no Poder Judiciário, historicamente, tem se dado em maior escala na Justiça Estadual, de maneira que a atuação se materializa, prioritariamente, na elaboração de documentos técnicos (laudos e pareceres) (CFESS, 2014).

De modo geral, observamos que os processos eram iniciados a partir da fase policial (inquérito policial) e a fase ministerial (representação do promotor de justiça contra o(s)/a(s) adolescente(s). Em seguida, ocorria a fase no Judiciário com instrução e julgamento dos processos judiciais e, por fim, a fase da execução da medida socioeducativa.

Era durante a fase dos processos judiciais de conhecimento e de execução da medida socioeducativa que o assistente social contribuía com seu trabalho, seja na elaboração de estudos sociais, seja no acompanhamento dos adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas. Assim, verificamos que embora o assistente social seja um profissional que possua autonomia, o exercício do assistente social na 2ªVIJ está ligado diretamente à determinação judicial.

Nesse contexto, cumpre destacar que existem termos apropriados que devem ser utilizados pelo profissional do Serviço Social, a saber: adolescente que cometeu o ato infracional ou adolescente em conflito com a lei, em vez de menor infrator ou criminoso; ato infracional quando se referir a conduta descrita como crimes e contravenções penais equiparadas ao Código Penal Brasileiro; medidas socioeducativas no lugar de pena, e unidade socioeducativa em vez de prisão ou presídio. Além disso, compreendemos que a proposta das medidas socioeducativas, as unidades



socioeducativas e os profissionais que trabalham em seu âmbito se diferem do Sistema Prisional, visto que considera a característica de desenvolvimento peculiar do adolescente, respeitando assim, o ECA (Brasil, 1990).

Os sujeitos que acessam o Poder Judiciário apresentam demandas diversas, embora esse acesso seja restrito a competência da unidade judiciária, *exempli gratia*, adolescentes em conflitos com a lei que acessam a 2ª Vara da Infância e da Juventude. Essas demandas são identificadas somente a partir de atendimento realizado pelo Setor Psicossocial, uma vez que possibilitam um espaço de escuta para o sujeito. Nessa lógica, o trabalho da Equipe Multidisciplinar, em especial dos assistentes sociais na 2ªVIJ é imprescindível para compreender as expressões da Questão Social que atravessam a realidade dos indivíduos. Isso contribui para a humanização do adolescente, que deve ser percebido como sujeito de direitos.

Durante o período de estágio, identificamos que as demandas mais preponderantes dos adolescentes e suas famílias foram: acesso precarizado à políticas públicas, sobretudo a Política de Habitação e Educação; adesão à facções criminosas; desemprego; envolvimento com tráfico de drogas; insegurança alimentar; situação de extrema pobreza; situação de negligência; situações de vulnerabilidade socioeconômica e/ou risco social; vínculos familiares e comunitários fragilizados ou rompidos; violência doméstica; violência policial; violência psicológica; violência Sexual.

Diante disso, compreendemos que as demandas apresentadas pelos adolescentes e por suas famílias estavam relacionadas às vicissitudes decorrentes das expressões da Questão Social. Por essa razão, o assistente social deve ter conhecimento sobre as demais Políticas Sociais, como as Políticas de Saúde, Assistência Social, Previdência Social, Educação e Habitação, para direcionar os sujeitos corretamente. A articulação intersetorial é essencial para atuação conjunta, que possa garantir o acesso à direitos sociais dos adolescentes e seus familiares.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE: EXPERIÊNCIAS E APRENDIZAGENS NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Para compreender o trabalho do assistente social na 2ª VIJ, faz-se necessário tratar sobre a instrumentalidade e os instrumentos técnicos-operativos do Serviço Social. A instrumentalidade é atinente a uma determinada capacidade, qualidade ou propriedade que a profissão adquire na sua



trajetória sócio-histórica, como resultado do confronto entre teleologia (intencionalidade) e causalidade (condições objetivas e subjetivas) (Guerra, 2000). Nessa perspectiva, a instrumentalidade é vinculada a três dimensões que constituem o trabalho do assistente social: a dimensão teórico-metodológica, a dimensão ético-política e a dimensão técnico-operativa.

Levando em consideração que a dimensão técnico-operativa do Serviço Social demanda conhecimento teórico e prático, estudamos os livros do CFESS intitulados: “Sistematização e Análise de Registros da Opinião Técnica Emitida pela/o Assistente Social em Relatórios, Laudos e Pareceres, Objeto De Denúncias Éticas Presentes em Recursos Disciplinares Julgados Pelo Conselho Federal De Serviço Social (CFESS, 2020)” e “Produção de Documentos e Emissão de Opinião Técnica em Serviço Social (CFESS, 2022).”

Com base nos livros supramencionados, foi possível identificar os principais instrumentos técnicos-operativos utilizados pelo Serviço Social na 2ªVIJ em 2023, a saber:

- **Atendimento direto ao adolescente e seu responsável**

O atendimento se configura como o contato entre o profissional e o usuário. No cenário da 2ªVIJ, o atendimento ocorria, primordialmente, com o responsável do adolescente, de maneira remota ou presencial. Durante o atendimento inicial, era explicado sobre o processo e as medidas socioeducativas, bem como as decisões judiciais que solicitavam o estudo social para compreensão da realidade social do adolescente em questão.

Observamos que, muito embora fosse o primeiro contato, o responsável demonstrava querer dialogar, trazendo elementos sobre sua situação ou até mesmo sobre o ato infracional praticado pelo adolescente. Por isso, buscávamos realizar o atendimento inicial de forma atenta, anotando os aspectos que chamavam a atenção, mas sem a necessidade de instigar perguntas, deixando-as para o momento do atendimento no decorrer das entrevistas. Nesse sentido, era possível escutar o responsável, sem esgotar as informações prestadas antes da entrevista.

- **Entrevista estruturada e semiestruturada**



De acordo com Guerra (2009, p. 713) “a entrevista integra a dimensão investigativa da profissão e é instrumento largamente utilizado, constituindo-se em recurso indispensável para que se estabeleça um vínculo entre a(o) profissional com uma ou mais pessoas”. Assim, é instrumento importante para estabelecer interações entre o profissional e o usuário.

No momento em que realiza a entrevista, o assistente social obtém informações diretamente da realidade e a sua preparação depende de conhecimentos indiretos sobre vários temas, habilitando-o para a intervenção (Guerra, 2009). Nessa lógica, deve ser estruturada com base em fundamentos teóricos, a partir de uma perspectiva crítica. Em virtude disso, a entrevista pode ter dois objetivos principais: conhecer a realidade dos usuários e prestar informações sobre as situações vivenciadas por esses, além de fazer encaminhamentos e orientações com vistas a garantias de seus direitos fundamentais (Lavoratti, 2016).

A entrevista pode ser classificada de acordo com as suas características estruturais e objetivos específicos em: entrevistas estruturadas, não-estruturadas e semiestruturadas. As entrevistas não-estruturadas, como diz seu nome, não possuem um roteiro com perguntas formalizadas, mas exigem o conhecimento prévio da demanda e raciocínio aguçado para elaboração de perguntas pertinentes ao usuário. Por esse motivo, “apesar de parecer bastante informal, não é uma simples conversa sem intencionalidade” (Lavoratti, 2016, p. 89).

Por sua vez, a entrevista semiestruturada articula essas duas características, estabelecendo um roteiro previamente, mas na medida em que o usuário apresenta elementos, o profissional tem liberdade para formular novas perguntas. A entrevista semiestruturada é entendida, portanto, como aquela que, além de possuir questões norteadoras e objetivos preestabelecidos, deixa espaço para o surgimento de outros aspectos não previstos pelo entrevistador (Lavoratti, 2016).

Posto isso, durante os atendimentos utilizamos a entrevista semiestruturada, de modo que as perguntas eram formuladas mediante análise documental e atendimento inicial. Sendo assim, notamos que a entrevista não se tornava uma interação engessada, tal como a aplicação de um questionário de perfil socioeconômico, contudo era possível expressar o caráter investigativo da profissão.

• **Orientação**

A orientação social concerne aos direcionamentos que o assistente social sugere ao usuário, considerando sua demanda e as particularidades identificadas. Isto é, a orientação social se volta para



o acesso a direitos sociais e seu propósito deve ser coerente com o projeto profissional. Isso requer do profissional amplo conhecimento da política em que trabalha, mas também daquelas nas quais as/os usuários/as mais apresentam demandas.

Por essa razão, faz- estabelecer relações interinstitucionais e intersetoriais são competências fundamentais para o assistente social (CFESS, 2022). Ao longo dos estudos sociais realizados, as orientações eram prestadas de acordo com a demanda da família e do adolescente.

- **Parecer social em Serviço Social**

O parecer social em Serviço Social diz respeito à síntese da opinião técnica do assistente social, apresentando esclarecimentos e análises, assentes aos conhecimentos específicos do Serviço Social, a uma questão ou questões relacionadas a decisões a serem tomadas” (CFESS, 2020). Portanto, deve ser elaborado em forma de redação sucinta, com foco na expressão da questão social analisada e nos objetivos do trabalho.

Nessa perspectiva, o parecer social possui caráter conclusivo ou indicativo, contudo não tem como finalidade sugerir a inocência ou culpabilidade de um sujeito, bem como não busca indicar a medida legal a ser tomada. Por outro lado, o parecer social “deve expressar claramente a perspectiva profissional em relação à situação analisada” (Fávero, 2014, p. 58-59).

Devido ao seu caráter conclusivo, o parecer social pode ser organizado como conclusão no laudo ou relatório social. Nesses termos, considera-se o componente mais importante do documento, visto que contém a opinião técnica do assistente social em relação ao sujeito. Assim, exige do profissional a habilidade de sintetizar informações e articulá-las com as análises realizadas sobre as expressões da questão social.

No âmbito da 2ªVIJ, observamos que o magistrado e os demais profissionais davam ênfase no parecer social na hora da leitura do relatório social e, às vezes, analisavam superficialmente os outros elementos que o constituíam. Por se tratar de uma redação concisa das informações apresentadas e reflexões do assistente social, os por Outrossim, a partir dessas experiências, ensejou-se desenvolver pesquisas atinentes a esses espaços sócio-ocupacionais, com o intuito de contribuir para o debate sobre o trabalho do assistente social na área sociojurídica, com ênfase no Tribunal de Justiça do Maranhão, ressaltando suas particularidades e cotejando as suas semelhanças menores



eram percorridos nos outros tópicos do documento, podendo ter afetado a compreensão da realidade do sujeito.

- **Relatório social em Serviço Social**

Trata-se de apresentação descritiva e interpretativa de uma situação, demanda ou expressão da questão social. É produto do estudo social, cujo objetivo é prestar esclarecimentos sobre as particularidades da realidade social de um sujeito. A natureza do registro pode caracterizar o relatório social em: relatório informativo, o qual informa brevemente novos fatos, encaminhamentos e atividades de triagem; relatório circunstanciado, cujo objetivo é descrever situações de emergência para aprofundamento posterior; relatório de visita domiciliar, que deve ser descritivo e analítico; relatório de inspeção, o qual expõe e descreve aquilo que foi observado durante a visita domiciliar ou institucional; e relatório de acompanhamento, que relata as intervenções profissionais diretas, de maneira avaliativa (CFESS, 2022).

No decorrer do estágio, elaboramos relatórios sociais a partir de estudos sociais realizados sob supervisão da assistente social que era a supervisora técnica. Percebemos que o maior desafio estava nas análises, que não podiam se ater inteiramente ao ato infracional ou a sua autoria, mas deveriam focar no adolescente.

- **Entrevista (visita) domiciliar**

A visita domiciliar se refere a uma técnica social, de natureza qualitativa, por meio da qual o profissional se debruça sobre a realidade social com a intenção de conhecê-la, descrevê-la, compreendê-la ou explicá-la (Amaro, 2014, p. 19). É compreendida como importante instrumento para observar o sujeito in loco, sua rotina, convívio familiar e comunitário. Enfatizamos que o objetivo da visita domiciliar não é averiguar as condições de infraestrutura da residência do indivíduo, mas sim analisar o seu acesso à Política de Habitação, por exemplo se existe saneamento básico no bairro, energia elétrica e água encanada.

Por isso, se constitui como um dos mais desafiadores instrumentos do Serviço Social, pois não se pode confundir com uma visita normal: “não raro, em alguns ofícios, a visita se confunde com



uma simples atividade de campo ou extensionista, alinhada a bases mais empiristas e pragmáticas — afastando-se de sua natureza técnica e rigor metodológico” (Amaro, 2014, p. 20).

- **Entrevista (visita) institucional**

Recorre-se à visita institucional para conhecer e mobilizar a rede de serviços, de maneira que se relaciona ao papel de fiscalização de serviços para os quais a/o assistente social é convocado/a a contribuir. Por exemplo, na 2ªVIJ era realizada visita institucional, periodicamente, nos cinco Centros Socioeducativos de Internação da cidade de São Luís (MA), a saber: Centro Socioeducativo Florescer (unidade feminina), Centro Socioeducativo de Internação de São José de Ribamar, Centro Socioeducativo de Internação do São Cristóvão, Centro Socioeducativo de Internação Sítio Nova Vida e o Centro Socioeducativo de Internação Provisória Canaã.

A visita institucional também pode ser realizada em outras circunstâncias, tendo como exemplo a visita institucional realizada com um jovem, na época do ato infracional adolescente, que respondia um processo de medidas socioeducativas e estava internado em centro de reabilitação para usuários de substâncias psicoativas. Outra situação análoga foi a visita institucional para realização de entrevista com adolescente que estava acolhida em instituição de acolhimento.

Se tratando dos limites e dificuldades enfrentados pelo assistente social na 2ªVIJ, verificamos que a autonomia relativa se configurava como principal desafio cotidiano. “Independente do seu caráter público, privado ou filantrópico, as instituições também são espaços de lutas e disputas hegemônicas” (Taborda; Mann; Pfeifer; 2015, p. 2).

Como citado anteriormente, o Conselho Nacional de Justiça concebe o juiz como autoridade máxima do primeiro grau de jurisdição, sendo subordinado somente aos desembargadores do segundo grau (CNJ, 2023). Exemplificando uma recomendação que se caracteriza como desafio destacamos o prazo para realização de estudo social, o qual era estabelecido entre 10 (dez) a 15 (quinze) dias.

Nesse curto período, os assistentes sociais da 2ªVIJ deveriam realizar a análise do processo, os atendimentos, organizar as entrevistas e elaborar os relatórios sociais. Isso seria possível se fosse solicitado um estudo social de cada vez, entretanto os estudos eram requisitados concomitantemente. Logo, o tempo reduzido dificultava o aprofundamento de aspectos importantes para compreensão da realidade do adolescente.



Para a execução de sua prática profissional o assistente social tem que lidar com o viés de sua relativa autonomia, tendo que atuar entre as demandas dos usuários, incentivando-os a lutarem por seus direitos, e as possibilidades que a Instituição lhe oferece (Taborda; Mann; Pfeifer; 2015, p. 3).

Portanto, as recomendações do juiz da unidade judiciária também devem ser consideradas durante o exercício do assistente social. Ressaltamos que o assistente social pode formular denúncias para o Conselho Nacional de Justiça caso identifique irregularidades por parte do Magistrado ou sua assessoria, bem como para o Conselho Regional de Serviço Social em caso de precarização do seu trabalho.

Além disso, outra dificuldade enfrentada cotidianamente pelos assistentes sociais da 2ª VIJ dizia respeito ao grande volume de demanda em relação a reduzida quantidade de profissionais. Entendemos que este é um desafio posto em vários espaços sócio-ocupacionais, porém, no Poder Judiciário, observamos um movimento de terceirização do trabalho do assistente social como alternativa para contornar a contratação de mais profissionais.

Em dezembro de 2022 foi realizado o primeiro processo seletivo de estágio extracurricular de pós-graduação para profissionais da Psicologia e do Serviço Social, no edital nº 001 de 31/10/2022. O estágio de pós-graduação no Poder Judiciário consiste na Residência Judicial, que se distingue da Residência em Saúde pois não existe um programa específico de residência, com disciplinas e elaboração de trabalho de conclusão de curso.

A residência judicial, nos moldes delimitados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, pode ser analisada sob duplo ângulo: como oportunidade para profissionais que estão na pós-graduação e não possuem vínculo empregatício; assim como uma estratégia de contratação de mão de obra qualificada, com mesma carga-horária de 30h semanais, por tempo determinado (dois a três anos) e sem a obrigatoriedade de subsidiar o salário e benefícios garantidos através de concurso público.

Dessa forma, em vez de realizar novos concursos públicos, os quais são importantes para engajar profissionais, mas onerosos para o Poder Judiciário, a terceirização da mão de obra do assistente social se constitui como subterfúgio para contratação de profissionais formados e que estão aprimorando seus conhecimentos.

Ao longo da experiência de estágio, analisamos como pontos positivos o Setor Psicossocial dispor de infraestrutura e recursos materiais para o exercício do trabalho do assistente social, não



obstante a dificuldade de recursos humanos. O ambiente de trabalho era organizado e climatizado, com espaço individual para cada profissional e estagiárias de Serviço Social e sala de atendimento que possibilitava o sigilo de informações.

Constatamos que existia o reconhecimento por parte dos outros profissionais da 2ªVIJ da importância do trabalho do assistente social para o processo judicial, bem como as suas atribuições privativas e competências. Analisamos que, isso ocorria, sobretudo, devido ao posicionamento das assistentes sociais da unidade, as quais esclareciam qual era o seu trabalho e as suas limitações por meio de diálogos e debates. Diante disso, compreendemos que o trabalho do assistente social contribui significativamente para os direitos infantojuvenis, de maneira que as informações colhidas sobre os sujeitos e as intervenções realizadas são consideradas no momento da decisão judicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inferimos que o estágio é um período importante para proporcionar a relação dialética entre a aprendizagem e aquisição de experiência, pois é um processo educativo, por meio do qual é viabilizado a aproximação entre o conhecimento teórico e a prática. Dessa forma, é elemento imprescindível para possibilitar a reflexão crítica sobre o exercício profissional e as condições de trabalho dos assistentes sociais nos campos de atuação, com destaque para a área sociojurídica.

A experiência empírica proporcionada a partir do estágio curricular na 2ª Vara da Infância e da Juventude contribuiu para analisarmos a importância da atuação do Serviço Social nos processos relacionados às medidas socioeducativas. O estágio supervisionado demonstrou-se essencial para o aprimoramento teórico, técnico e ético-político necessários para uma atuação profissional de qualidade. Ressaltamos, ainda, a relevância dessa experiência para a sensibilização dos discentes quanto à organização da categoria e a defesa de um Projeto ético-político coerente com os princípios defendidos pelo Código de Ética profissional. Além disso, o estágio possibilitou a perspectiva totalizante da profissão, ao articular teoria e prática e ao possibilitar a reflexão crítica sobre as relações dos assistentes sociais com os sujeitos e com a sociedade.

Outrossim, a partir dessas experiências, ensejamos desenvolver pesquisas atinentes a esses espaços sócio-ocupacionais, com o intuito de contribuir para o debate sobre o trabalho do assistente



social na área sociojurídica, com ênfase no Tribunal de Justiça do Maranhão, ressaltando suas particularidades e cotejando as suas semelhanças.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2009.

AMARO, Sarita. **Visita domiciliar: teoria e prática**. 1ª ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014. Cap. 1 – 6.

ANDREUCCI, R. A. **A Doutrina da Proteção Integral e os direitos da criança e do adolescente na Constituição Federal**. Empório do Direito, [S. l.], p. 1-3, 27 abr. 2017. Disponível em: <http://emporiiododireito.com.br/leitura/a-doutrina-da-protecao-integral-e-os-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-na-constituicao-federal-por-ricardo-antonio-andreucci>. Acesso em: 13 de dez. de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 abr. 2022

CASTRO, E. G. C.; MACEDO, S. C. Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementaridade, desafios e diferenças. **Revista Direito e Práxis** [online]. 2019, v. 10, n. 2, pp. 1214-1238. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40670>. Acesso em: 12 de abr. de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Aprovado em 13 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília: CFESS, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos**. Contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Produção de Documentos e Emissão de Opinião Técnica em Serviço Social**. 1ª ed. Brasília, DF: CFESS, 2022. E-book. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCfess-DocOpinioTecnica2022-Final.pdf>. Acesso em: 20/04/2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Resolução Nº 533, de 29 de setembro de 2008** - Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Disponível em Acesso em 02 de maio de 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão – 1993**. 9. Ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.



DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Ildeara Amorim. **Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado**. Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, v. 6, 2013.

FÁVERO, Eunice T.; FRANCO, Abigail A. P.; OLIVEIRA, Rita C. S. **Perícia em Serviço Social**. Papel Social, 2021.

FÁVERO, Eunice T. O Estudo Social – fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária. In CFESS (org.). **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**. Debates atuais no Judiciário, no Penitenciário e na Previdência Social. 11. ed. Rev. Ampl. São Paulo: Cortez, 2014. [1ª ed. 2003].

GUERRA, Yolanda. (orgs) **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora/MG: Editora UFJF, 2012.

LAVORATTI, Cleide. A entrevista no Serviço Social: características, usos e significados. In: **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário**. LAVORATTI, C.; DORIVAL, C. (Org.). Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. p. 79-102. Disponível em: <https://www2.uepg.br/proex/wpcontent/uploads/sites/8/2018/10/LIVROINSTRUMENTAISTECNICO-OPERATIVOS-NO-SERVICO-SOCIAL.pdf>. Acesso em: 18 de abr. 2023

MARANHÃO. Tribunal de Justiça. **Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão**: Consolidado até Lei Complementar n.º 257/2022. São Luís: 2022

RUFFO, M.; TOLEDO, C. A Responsabilização do Adolescente na Justiça Restaurativa. **Revista Vianna Sapiens**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 36, 2017. Disponível em: <https://viannasapiens.com.br/revista/article/view/169>. Acesso em: 13 de dez. de 2022.

TABORDA, Elis; MANN, L. S.; PFEIFER, M.; A autonomia relativa no exercício profissional do assistente social. In: **I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**, 2015, Santa Catarina. Anais eletrônicos [...] Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_61.pdf.



REFLEXÕES ACERCA DO USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM PROCESSOS SELETIVOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

REBECA BARRETO DUARTE PATERSON¹

RESUMO: Na atual fase do capitalismo, observa-se um alargamento do uso das tecnologias da informação e comunicação, acompanhado de diversas transformações das condições de trabalho, bem como de toda a vida em sociedade. Este trabalho visa refletir acerca do uso das tecnologias da informação e comunicação em processos seletivos da assistência estudantil, tomando como base a experiência do *campus* Campos centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense nos anos 2023 e 2024. A partir do estudo empreendido, observou-se um maior número de inscrições e um menor percentual de indeferimentos das inscrições realizadas quando da entrega da documentação em formato físico, em comparação à entrega em formato digital.

Palavras-chave: tecnologias da informação e comunicação, serviço social, assistência estudantil.

ABSTRACT: In the current phase of capitalism, there has been an increase in the use of information and communication technologies, accompanied by several transformations in working conditions, as well as in life in society as a whole. This work aims to reflect on the use of information and communication technologies in student assistance selection processes, based on the experience of the Campos Centro *campus* of the Fluminense Federal Institute of Education, Science and Technology in 2023 and 2024. Based on the study undertaken, a greater number of applications and a lower percentage of rejections of applications made when the documentation was submitted in physical format, compared to submission in digital format, were observed.

Keywords: information and communication technologies, social service, student assistance.

INTRODUÇÃO

A assistência estudantil configura uma política pública na área da educação que atualmente é regulamentada pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), publicada em julho de

¹ Assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, *campus* Campos centro e doutoranda no Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E-mail: rebecabduarte@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4150640946899119>. Concordo com a publicação do trabalho em questão.



2024, por meio da Lei nº 14.914/2024². A PNAES, antes regida pelo Decreto nº 7.234/2010³ adquiriu caráter de lei em 2024. A referida lei determina algumas mudanças na materialização da assistência estudantil, como por exemplo, a articulação com outras políticas sociais da União, especialmente as de transferência de renda e a mudança do público prioritário a ser atendido, que passou a ser mais restrito com relação à renda per capita - de 1,5 salário mínimo para 1 salário mínimo - mas em compensação abrangeu para outras categorias: ser estudante egresso da rede pública de educação básica; egresso da rede privada na condição de bolsista integral na educação básica; quilombola, indígena ou de comunidades tradicionais; estrangeiro em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou refugiado; entre outros critérios. Antes, além da renda per capita, o público prioritário eram apenas estudantes cotistas. Porém a nova lei mantém as instituições de ensino como responsáveis pelo estabelecimento dos critérios e metodologias a serem utilizados na seleção dos estudantes beneficiários dos programas de assistência estudantil.

A PNAES visa ampliar e garantir a permanência de alunos em universidades e institutos federais, na busca pela construção de uma educação pública, gratuita, de qualidade, mais inclusiva e equitativa. O público da referida lei são estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais de graduação e em cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio. A PNAES estabelece sete objetivos, dispostos em seu Art. 2º, como por exemplo, “II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência de estudantes nos cursos da educação pública federal e na conclusão desses cursos [...]”.

As assistentes sociais têm como uma de suas atribuições a realização de estudos socioeconômicos com usuários para concessão de benefícios e serviços sociais, conforme proposto pela lei que regulamenta a profissão⁴. Estes estudos desafiam a transformar em dados objetivos questões complexas e subjetivas que são apresentadas pelos usuários. Ao mesmo tempo, representam um momento privilegiado do exercício profissional, ao viabilizarem o conhecimento das condições

² Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.914-de-3-de-julho-de-2024-569928638>. Acesso em: 26 de dez. de 2024.

³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 14/06/2024. Acesso em: 26 de dez. de 2024.

⁴ Lei Nº 8.662 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em 07 de jan. de 2025.



de vida dos estudantes para a implementação do Programa de Assistência Estudantil, bem como traçar o perfil dos estudantes atendidos.

Atualmente tem-se discutido acerca dos impactos causados pela intensificação do uso das novas tecnologias da informação e comunicação nas relações sociais e dinâmicas societárias de forma geral, fator típico desta fase do capitalismo. Esta intensificação tem sido observada também nos processos de trabalho, onde por trás de um discurso de busca por aumento da produtividade e economia das contas públicas, tem se ampliado as fronteiras de tempo e espaço do trabalho, propiciando um ambiente favorável a novas formas de controle sobre o trabalho, além da individualização e competição entre pares (Raichelis, 2022).

O presente trabalho pretende discutir acerca do uso das tecnologias da informação e comunicação em processos seletivos para inserção em benefícios da assistência estudantil na educação profissional e tecnológica. Para tal discussão, toma como referência o *campus* Campos Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense). Importa destacar que os Institutos Federais são instituições com características específicas, como a oferta verticalizada do ensino (um estudante pode ingressar num curso de nível médio e concluir o doutorado na mesma instituição), o sistema de cotas e as políticas de permanência dos estudantes e a inserção das atividades de pesquisa e de extensão, em todos os níveis de ensino.

DESENVOLVIMENTO

No IFFluminense, a assistência estudantil tem suas ações orientadas, além do PNAES, a nível institucional pelo Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal Fluminense, aprovado por meio da Resolução nº 39 de 2016⁵. Atualmente, os benefícios da assistência estudantil no IFFluminense se organizam da seguinte forma: Auxílio Alimentação (concessão de almoço no refeitório do *campus* para estudantes com atividades acadêmicas regulares em dois turnos no *campus*), Auxílio Moradia (concessão de subsídio financeiro mensal aos estudantes para custear gastos com aluguel em imóvel residencial para fins de estudo), Auxílio Transporte (concessão de

⁵ Resolução nº 39 de 11 de março de 2016: <http://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2016/resolucao-no-39-de-11-de-marco-de-2016>. Acesso em 13 de jun. de 2024.



subsídio financeiro mensal aos estudantes para custear seu deslocamento no percurso residência x *campus* Campos Centro), Bolsa Permanência IFF (concessão de subsídio financeiro mensal aos estudantes visando à permanência e êxito no curso), Bolsa Educação para Necessidades Educacionais Especiais (concessão de subsídio financeiro mensal aos estudantes com necessidades educacionais especiais para apoiá-los na aquisição de recursos ou materiais específicos, tecnologias assistivas, dentre outros).

No *campus* Campos centro, a Diretoria de Assuntos Estudantis (DIRAE) é o principal setor responsável pela assistência estudantil, e a ela está vinculada a Coordenação de Apoio ao Estudante (CAE)⁶. A equipe da CAE é formada por quatro assistentes sociais, duas psicólogas, nutricionista, dois técnicos em assuntos educacionais e servidores com função administrativa. Esta equipe multidisciplinar é responsável por realizar acompanhamento social, psicológico e pedagógico dos bolsistas da assistência estudantil, que consiste em acompanhamento da frequência mensal dos estudantes pelo sistema acadêmico e por informações repassadas pelas coordenações dos cursos, Direção de Ensino e livre demanda, além de reuniões com os grupos de bolsistas. Os bolsistas são selecionados anualmente por meio de edital, elaborado, publicado e executado pelas assistentes sociais, via Coordenação de Apoio Ao Estudante.

A destinação dos recursos do PNAES, materializada especialmente nos estudos socioeconômicos para concessão de bolsas e auxílios e tudo o que esse processo envolve - construção e publicação de editais, reuniões para explicação sobre os documentos a serem entregues, análises socioeconômicas, entrevistas com os candidatos, respostas aos recursos, divulgação de resultados, encontro com os bolsistas para assinatura de termos de compromisso e entrega de dados bancários, lançamento dos dados dos estudantes selecionados no sistema para pagamento e elaboração de folhas de pagamento dos bolsistas -, representa uma parcela considerável de todo o esforço das assistentes sociais inseridas na assistência estudantil dos Institutos Federais. Ademais, identifica-se esforços por parte das profissionais para desenvolver ações que vão além da concessão de bolsas e auxílios, como sinalizam Prada e Garcia (2019) em estudo acerca da atuação de assistentes sociais em Institutos Federais.

⁶ Além da Coordenação de Apoio Ao Estudante, estão vinculadas à Diretoria de Assuntos Estudantis, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, a Coordenação de Saúde e Qualidade de Vida e a Coordenação da Biblioteca.



Em conjunto com a equipe de assistência estudantil do *campus*, o serviço social realiza, além dos editais de assistência estudantil e do acompanhamento dos bolsistas, oficinas de formação quinzenais com as turmas do Ensino Médio Integrado, acolhimentos individuais pontuais de estudantes e familiares, encaminhamentos dos estudantes que demandam atendimentos de saúde e serviços socioassistenciais, participação em projetos de extensão, participação e apresentação de trabalhos em conferências, congressos, simpósios e etc., educação permanente através de qualificações e capacitações, reuniões de equipe, articulações para construção de redes de trabalho conjunto com outras instituições públicas de educação, saúde e assistência social, participações em conselhos, comissões e grupos de trabalho, divulgação para mídia interna e externa sobre o setor e seus trabalhos desenvolvidos, atendimento ao público interno (estudantes, responsáveis e servidores) e externo, elaboração de processos administrativo-burocráticos, oferta das quatro refeições básicas diárias, pesquisas sobre temas e o trabalho relacionados à assistência estudantil, produção de trabalhos e pesquisas acadêmicas sobre a assistência estudantil, escrita e publicação de artigos, capítulos de livros e anais em congressos, acolhimento aos estudantes informando sobre as possíveis intervenções da equipe, e especialmente aos ingressantes sobre informações da assistência estudantil, bem como sobre o Programa de Assistência Estudantil, confecção de materiais educativos e informacionais, participação nas reuniões do Fórum de Assistentes Sociais do IFFluminense (FASIFF), participação em projetos institucionais: Projeto EJA Integrada – EPT e no Programa Autonomia & Renda Petrobras, entre outras atividades⁷.

Imersos neste contexto de demandas ao exercício profissional do serviço social no IFFluminense, tem-se observado considerável avanço no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), especialmente no período pós pandemia, em diversas ações profissionais, além da implementação de novas modalidades de trabalho remoto, via teletrabalho, adotado pelo IFFluminense. Neste quadro, pode-se observar um “[...] abandono de práticas coletivas de trabalho e solidariedade, assim como o aumento da indiferença política e o resguardo na esfera doméstica.” (Murillo, 2007, p. 56)

Na esteira das mutações nas relações sociais e especialmente relações de trabalho, Murillo (2007) analisa, de forma mais geral, o surgimento de um “paradigma sociotécnico”. Este processo teria iniciado a partir dos anos 1970, com a construção de um modelo de desenvolvimento que engloba um conjunto de processos tecno-produtivos, uma organização do trabalho, um regime de acumulação e um modo de regulação. A construção de tal paradigma sociotécnico promoveu a

⁷ Dados retirados do relatório de gestão da Coordenação de Apoio ao Estudante – 2024 (em elaboração).



inclusão de novos meios de trabalho e a transformação dos padrões de acumulação, por meio da constituição das “novas tecnologias”, que permitiu haver uma extraordinária mutação histórica, permitindo ao processo de acumulação capitalista se tornar independente das limitações postas pela natureza e pela história⁸ (Murillo, 2007).

Considera-se que durante os anos 1980 tenha ocorrido uma revolução tecnológica e organizacional da produção, denominada de “reestruturação produtiva”, que seria, de forma resumida, uma corrida tecnológica em busca pelo diferencial de produtividade como fonte de superlucros. Este processo de reestruturação produtiva veio acompanhado da mundialização da economia: uma “reformulação das estratégias empresariais e dos países no âmbito do mercado mundial de mercadorias e capitais, que implica uma nova divisão do trabalho e uma relação centro/periferia diferenciados do período anterior, combinada ao processo de financeirização [...]” (Behring, 2008, p. 34) e dos ajustes neoliberais, processo de reconfiguração do perfil das políticas econômicas e industriais operadas pelos Estados, e um novo formato de relações entre Estado e sociedade civil, “[...] com fortes implicações para o desenvolvimento de políticas públicas, para a democracia e para o ambiente intelectual e moral.” (Idem).

Segundo a autora, a partir da reestruturação produtiva, ocorre o aprofundamento do desemprego estrutural, além da destruição e reconstrução de habilidades, de perda salarial e retrocesso da luta sindical. Na esteira da reestruturação do mercado de trabalho, observa-se a adoção de contratos de trabalho flexíveis e o aumento de empregos em tempo parcial e temporário em detrimento de empregos regulares em tempo integral. Busca-se alcançar o máximo de produtividade com o mínimo de custo, o que invariavelmente leva à superexploração da força de trabalho. Ela acrescenta que os efeitos desse processo “sobre a força de trabalho têm sido devastadores, caracterizando um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora” (Behring, 2008, p. 35).

Em sintonia com a reestruturação produtiva e seus desdobramentos no mundo do trabalho, tem-se observado também uma reestruturação do Estado, seguindo a racionalidade neoliberal e, inclusive, adequando sua lógica de operação à lógica mercadológica. Este processo é analisado criticamente no Brasil, também por Behring (2008). A reforma operada no Estado brasileiro nos anos

⁸ Com relação às limitações naturais superadas, refere-se tanto aos recursos naturais, quanto à própria força de trabalho. Já com relação às limitações históricas, a autora sustenta que o processo produtivo dispensa cada vez mais a força de trabalho, o que faz com que se reduzam as possibilidades de resistências sindicais. (Murillo, 2007)



90, que a autora denomina contrarreforma, consistiria numa redefinição do papel do Estado para aumentar sua eficiência, com a transferência para o setor privado de atividades que podem ser controladas pelo mercado (privatizações) e descentralização para o “setor público não-estatal” de determinados serviços (publicização). Sob a justificativa de garantir a “*governance*”, transiciona-se de um tipo “rígido” e “ineficiente” de administração pública, para uma administração “gerencial”, “flexível” e “eficiente”. “A perspectiva gerencial introduz a eficiência e a qualidade como cultura na administração pública, inspirada em elementos da gestão empresarial. O controle se faz pelos resultados, e não pelos processos [...]” (Behring, 2008, p. 179).

A partir da análise realizada por Gentili (2013), observa-se que a história do processo de produção capitalista passa necessariamente pela sua autotransformação, por crises cíclicas e das transformações das condições de trabalho, do controle sobre os trabalhadores, bem como de toda a vida em sociedade. “Integrando homens às máquinas como extensão deles mesmos, [...]; mortificou o homem-que-trabalha ao capital na forma de ferramentas e tecnologias e impôs-se externamente, tornando-os apêndices do processo produtivo” (Gentili, 2013 p. 312). E observa que:

O capitalismo erige um complexo conjunto de instituições destinadas a moldar as relações de trabalho nas organizações, como também idealiza um novo mundo do trabalho, de tecnologias e competitividade cada vez mais complexo, fragmentário e heterogêneo [...] (Gentili, 2013, p. 315).

O serviço social enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, vivencia estes processos de intensificação laboral e está também submetido ao movimento geral do modo de produção do capital. Assim como Raichelis (2022), pressupomos que a intensa disseminação do uso das TICs é constitutiva da nova fase de aprofundamento da reestruturação produtiva do capital ora em curso, em que as novas tecnologias possuem centralidade na “instrumentalização de novos produtos e negócios, bem como na conformação de relações dinâmicas de trabalho que promovem inusitadas formas de intensificação e exploração do trabalho” (Raichelis, 2022, p. 37). Conforme analisa a autora:

Tais dinâmicas societárias, que articulam contraditoriamente produção e reprodução social, foram intensificadas e potencializadas nos quadros do capitalismo pandêmico, ganhando novo impulso com a incorporação maciça das tecnologias de informação e comunicação. A intensidade, velocidade e disseminação do teletrabalho, mediado por plataformas digitais, desencadeiam complexas situações que reconfiguram as fronteiras temporais e espaciais do trabalho: favorecem novas modalidades de controle e vigilância dos processos e resultados do trabalho; transferem o gerenciamento do trabalho para trabalhadoras/es, com a imposição de metas de produtividade frequentemente inaceitáveis; instalam um tipo de gestão por pressão que reforça a individualização do trabalho e estimula a competição entre pares. Trata-



se de um quadro propício ao crescimento do assédio moral, desgaste mental, inúmeras formas de sofrimento e adoecimentos provocados pelos processos de reestruturação produtiva em curso (Raichellis, 2022, p. 48).

Diante das alterações ora em curso em seu exercício profissional, as assistentes sociais do *campus* Campos Centro do IFFluminense vivenciaram em 2023 uma mudança considerável na operacionalização do edital de assistência estudantil. Foi realizada a informatização de todas as etapas do Edital nº 27, de 17 de maio de 2023⁹, por meio do módulo de Assistência Estudantil do Sistema Único de Administração Pública (SUAP): inscrição e envio da documentação, análise socioeconômica, classificação e convocação para os benefícios e envio do termo de compromisso¹⁰.

Neste processo de informatização, deparou-se com erros de funcionamento no SUAP que impactaram consideravelmente o desenvolvimento dos trabalhos com relação ao cumprimento dos prazos previstos no edital, bem como a confiabilidade e segurança na utilização do sistema. Questões não previstas no momento de elaboração do módulo, assim como outras já sinalizadas, mas que não funcionaram como o esperado. Durante a execução do edital, foi estabelecido diálogo com a equipe de tecnologia da informação responsável pela elaboração do módulo, porém muitas das questões apresentadas não eram solucionadas em tempo hábil para a utilização no edital vigente. Além das questões enfrentadas pelas assistentes sociais, observou-se grande dificuldade por parte dos estudantes que, para realizarem suas inscrições nos benefícios, precisaram inserir toda a documentação familiar, pela primeira vez, via SUAP. Até então, a inscrição nos benefícios era feita de forma remota, porém a documentação era entregue em formato físico, presencialmente em um envelope.

A equipe da assistência estudantil realizou um trabalho intenso de divulgação e informação com disponibilidade para os candidatos tirarem dúvidas acerca do edital em questão. Além da publicação do edital no site institucional, utilizou-se também como estratégia de divulgação e orientação aos estudantes e seus familiares as publicações no Instagram do *campus* e do setor, cartazes no mural do setor e em pontos de maior circulação de estudantes, mensagem em grupos de whatsapp, visita às salas de aulas, três turnos de reuniões presenciais e uma on-line no YouTube do *campus*.

⁹ https://selecoes.iff.edu.br/assistencia-estudantil/camposcentro/2023/processo_seletivo-2



Previendo possíveis dificuldades na realização das inscrições, especialmente devido ao novo formato, para auxiliar os estudantes na realização das inscrições, ofertou-se computadores com internet no microdromo e estudantes bolsistas devidamente capacitados, além do trabalho de toda equipe da Coordenação de Apoio ao Estudante, tirando dúvidas diariamente a partir de demandas espontâneas.

Devido aos desafios enfrentados na realização do edital no ano de 2023, as assistentes sociais do *campus* realizaram novos testes no módulo de assistência estudantil no SUAP no mês de agosto de 2024, com objetivo de constatar se as questões problemáticas apresentadas pelo sistema na execução do edital em questão haviam sido solucionadas. A partir da realização dos testes, identificou-se que a maioria das questões estavam ainda apresentando problemas, e defendeu-se o não uso do módulo na realização do edital de assistência estudantil em 2024.

Deste modo, no ano de 2024, realizou-se o edital de assistência estudantil em formato similar aos realizados até o ano de 2019 - até o advento da pandemia, visto que entre os anos de 2020 e 2022, realizou-se processos seletivos simplificados para a seleção de bolsistas da assistência estudantil. Foi publicado então o Edital nº 29 de 5 de setembro de 2024¹¹, que determinava o processo seletivo para o Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal Fluminense *campus* Campos Centro referente ao ano letivo de 2024. A seleção para este processo seletivo consistiu em duas etapas principais: inicialmente o estudante deveria preencher um formulário com suas informações socioeconômicas e a indicação do (s) benefício (s) que pretendia concorrer, e posteriormente, a entrega da documentação exigida de forma presencial, em reunião realizada pela equipe da CAE.

A principal mudança operacional – não única, obviamente - para as assistentes sociais com relação ao processo seletivo de 2023 e de 2024 foi o formato de realização do estudo socioeconômico: inicialmente, via módulo da assistência estudantil no SUAP, e posteriormente, via Planilha previamente configurada para inserir os dados dos estudantes e gerar um índice de classificação (elaborada pelo FASIFF em conjunto com um estatístico da instituição).

Importa destacar que, devido ao número expressivo de inscrições no edital de assistência estudantil, o *campus* Campos Centro é o único do IFFluminense que realiza o estudo socioeconômico em duas etapas: a primeira, com informações fornecidas pelo estudante no questionário

¹¹ Disponível em: https://selecoes.iff.edu.br/estudantes/assistencia-estudantil/campos-centro/2024/processo_seletivo-1. Acesso em: 01 de jan. de 2025.

socioeconômico no momento de sua inscrição e oriundas de sua matrícula no curso, registradas no sistema acadêmico do *campus*. E a segunda, destinada aos estudantes selecionados na primeira etapa, que passam pelo estudo socioeconômico realizado pelas assistentes sociais, a partir da documentação solicitada via edital e entregue pelos estudantes. Este formato se mantém o mesmo, tanto pra editais com inscrições e estudos socioeconômicos via SUAP ou não.

Abaixo apresentamos tabelas com os dados referentes ao número de inscrições, de estudos socioeconômicos realizados (na segunda etapa) e de estudantes contemplados nos Editais regulares de 2023 e de 2024.

Tabela 1. Relação entre inscritos, analisados e contemplados no Edital 27/2023

Benefício	Inscritos	Analisados	Contemplados*
Auxílio Alimentação	814	-	723
Auxílio Transporte	418	418	82
Auxílio Moradia	173	154	72
Bolsa Permanência IFF	998	861	375
Bolsa ENEE	15	15	15

Fonte: Relatório de gestão da Coordenação de Apoio ao Estudante (2023).

Legenda: *Em novembro de 2024.

Tabela 2. Relação entre inscritos, analisados e contemplados no Edital 29/2024

Benefício	Inscritos	Analisados	Contemplados*
Auxílio Alimentação	349	216	160
Auxílio Transporte	448	262	41
Auxílio Moradia	203	114	32
Bolsa Permanência IFF	1.048	515	128
Bolsa ENEE	25	25	12

Fonte: Relatório de gestão da Coordenação de Apoio ao Estudante – 2024 (em elaboração).

Legenda: * Dados de dezembro de 2024.

Com relação à quantidade de inscritos, observou-se no edital regular de 2024 um número maior de inscrições nos benefícios em comparação ao edital regular de 2023, exceto para o auxílio

alimentação. A grande diferença no número de inscritos para o auxílio alimentação explica-se devido à mudança no público do benefício entre os editais em questão. No ano de 2023, todos os estudantes que precisassem do benefício deveriam demandá-lo via edital. Já no ano de 2024, todos os estudantes do ensino médio integrado que manifestassem interesse, poderiam acessar o benefício (uma conquista demandada há muito tempo pela equipe da assistência estudantil), sendo assim, o público do benefício no edital de 2024 tornou-se apenas estudantes dos demais cursos com atividades acadêmicas regulares comprovadas nos turnos da manhã e da tarde.

Se não considerarmos as inscrições para o auxílio alimentação, foram 1.604 inscrições no edital de 2023, e 1.724 inscrições no edital de 2024. À diferença do número de inscritos entre os dois editais, acrescenta-se um fato relevante: no ano de 2024, antes do edital regular que está em análise neste trabalho, foi publicado o Edital nº 22 de 19 de julho de 2024¹², cujo objetivo era realizar o recadastramento nas bolsas e auxílios dos estudantes atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil por meio do Edital nº 27/2023, que cumpriam os critérios previstos no edital e estavam aptos ao recadastramento – basicamente estudantes que continuavam com suas matrículas regulares e não haviam tido mudanças em sua situação socioeconômica. Os dados do edital de recadastramento estão expostos na tabela abaixo:

Tabela 3. Número de contemplados no Edital N.º 22/2024 de Recadastramento

Benefício	Recadastrados*
Auxílio Transporte	54
Auxílio Moradia	38
Bolsa Permanência IFF	229
Bolsa ENEE	05

Fonte: Relatório de gestão da Coordenação de Apoio ao Estudante – 2024 (em elaboração).

Legenda: * Dados de dezembro de 2024.

O edital de recadastramento em 2024 teve um total de trezentos e vinte e seis (326) benefícios recadastrados (retirando o quantitativo do auxílio alimentação, seriam 272 benefícios recadastrados),

¹² Disponível em: https://selecoes.iff.edu.br/estudantes/assistencia-estudantil/campos-centro/2024/processo_seletivo. Acesso em: 08 de jan. de 2025.



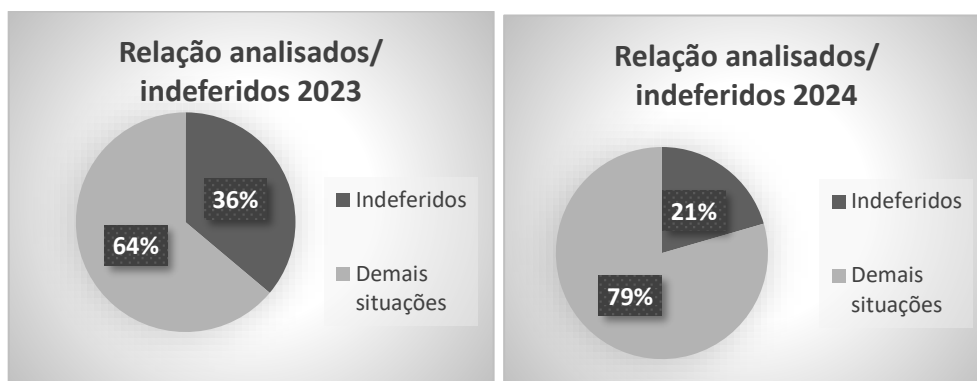
ou seja, essa quantidade de benefícios poderia ser somada à demanda apresentada no edital regular de 2024, gerando uma diferença ainda maior na quantidade de inscrições se compararmos os editais regulares de 2023¹³ (1604 inscrições) e de 2024 (272 do recadastramento + 1724 inscrições no edital regular = 1996 inscrições).

Esta diferença no número de inscritos entre os anos em análise pode ter relação com o formato de inscrição, visto que em 2024 não foi exigida a entrega de documentos digitalizados (o que pode complexificar a entrega para determinados candidatos) no momento da inscrição, mas sim entrega em formato físico em momento posterior. Outro fator que pode justificar a diferença na quantidade de inscritos é o próprio formulário a ser preenchido no momento da inscrição. No edital de 2023, era preciso criar um login no SUAP, e preencher formulários dentro do módulo para cada benefício que desejava-se concorrer e ir enviando os documentos digitalizados um a um, em campos e momentos específicos para cada documento, o que pode ser considerado mais complexo do que preencher apenas um formulário - sinalizando a qual ou quais benefício(s) deseja concorrer - cuja única exigência era fazer login com um e-mail de domínio específico (*gmail* ou *gsuite*).

Nos gráficos abaixo, apresenta-se a porcentagem de indeferimentos a partir dos estudos socioeconômicos realizados na totalidade dos benefícios (exceto auxílio alimentação, pelo motivo exposto acima) dos editais regulares de assistência estudantil dos anos 2023 e 2024.

Gráficos 1 e 2. Relação porcentual entre analisados e indeferidos nos editais regulares de assistência estudantil – anos 2023 e 2024

¹³ No ano de 2023, não foi realizado edital de recadastramento, foram retirados todos os estudantes que estavam sendo contemplados nos editais anteriores, para que todos os demandantes concorressem juntos no edital regular (Edital nº 27, de 17 de maio de 2023), visto que em 2023 foi o primeiro edital regular com entrega de toda documentação comprobatória realizado desde o advento da pandemia do Covid 19. Ou seja, a demanda de todos os estudantes por benefícios da assistência estudantil deveria ser manifestada no edital em tela. Já no ano de 2024, como exposto no texto, além das inscrições no edital regular, mais 326 benefícios já estavam sendo oferecidos via edital de recadastramento.



Fonte: elaboração própria.

A partir dos gráficos acima, observa-se uma considerável redução no número de indeferimentos¹⁴ de inscrições entre os anos de 2023 e 2024. É possível que essa redução no número de indeferimentos tenha relação com a diferença do formato de entrega dos documentos entre os editais analisados. Uma diferença significativa entre o processo de 2023 e o de 2024 é o momento da entrega dos documentos. Na inscrição via SUAP, todos os estudantes que se inscreveram precisavam enviar seus documentos digitalizados no momento da inscrição, independentemente de serem selecionados ou não para a análise socioeconômica de seus documentos na segunda etapa do edital. Já no formato de inscrição operacionalizado em 2024, apenas os estudantes que seriam analisados na segunda etapa entregaram seus documentos, em formato físico, com a obrigatoriedade de participação em reuniões com explicação de item por item da documentação a ser entregue, e a possibilidade de tirarem dúvidas coletivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados apresentados, pode-se concluir que o edital regular da assistência estudantil do ano de 2023 foi um pouco mais complexo com relação à sua operacionalização, tanto para as assistentes sociais, quanto para o público demandante dos benefícios, se comparado ao edital

¹⁴ Os indeferimentos ocorrem, em sua maioria, devido à entrega de documentos faltantes ou equivocados. Um número menos expressivo de indeferimentos ocorre devido ao não pertencimento ao público de determinado benefício.



de 2024. Especialmente para os estudantes, este fato pode ser observado a partir do maior número de inscrições acompanhado de um menor número de indeferimentos relativos, no ano de 2024.

Neste trabalho, não temos o objetivo de determinar que um formato ou o outro é o ideal para a operacionalização de editais de assistência estudantil, apenas trazer elementos que possam suscitar reflexões e debates acerca do uso das tecnologias da informação e comunicação, tanto para as profissionais do serviço social, quanto para os estudantes que demandam os benefícios da assistência estudantil. E a partir destas reflexões, sugerir a construção de novas metodologias, que possam colaborar com o trabalho das assistentes sociais e com a vida de quem faz uso delas para acessar seus direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.914-de-3-de-julho-de-2024-569928638>. Acesso em: 26 de dez. de 2024.

BEHRING, Elaine. **Brasil em Contra-reforma: desestruturação e perda de direitos**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2008.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. Sociabilidade e Subjetividade: aproximações para o Serviço Social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.12, n. 02, 2013. p. 312-324.

MURILLO, Susana. Produção de pobreza e construção de subjetividade. In: **Produção de pobreza e desigualdade da América Latina**. Clacso, 2007.

PRADA, Talita; GARCIA, Maria Lucia Teixeira. Assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: expansão, dilemas e desafios. In: DUARTE, Amanda. et. al. (org.) **Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo, Cortez, p. 85-106, 2019.

RAICHELIS, Raquel. Serviço social, trabalho e tecnologia – o trabalho profissional em tempos pandêmicos. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; VIEIRA, Nuria. **Nova-velha morfologia do trabalho no serviço social – TICS e pandemia**. São Paulo: EDUC: CAPES, 2022.



O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS PROFISSIONAIS NO NEOCONSERVADORISMO CONTEMPORÂNEO

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

MARIANA FIGUEIREDO DE CASTRO PEREIRA¹

RESUMO: Esse artigo apresenta reflexões sobre o trabalho do assistente social dentro da política social de assistência social e os desafios profissionais dentro da conjuntura neoconservadora e neoliberal no Brasil após 2016, sendo resultado da minha tese de doutorado. A partir de pesquisa bibliográfica sobre as produções científicas da categoria se obteve como resultado que a intensificação do trabalho e a precarização das suas condições veio acompanhada de problemas de autonomia, individualização dos atendimentos, retorno de práticas moralistas e conservadoras, além da burocratização do seu trabalho intensificado pelo uso das tecnologias. Dilemas sobre sua dimensão ético-política além do esvaziamento do protagonismo político dos usuários apareceram na pesquisa, o que indica grandes desafios.

Palavras-Chave: Serviço social, trabalho, assistência social; neoconservadorismo;

ABSTRACT: This text presents reflections on the work of the social worker within the social policy of social assistance and the professional challenges within the neoconservative and neoliberal conjuncture in Brazil after 2016, being the result of my doctoral thesis. Based on a bibliographic research on the scientific productions of the category, the objective was to analyze the repercussions for social workers about their working conditions, functions and attributions in the management and execution of the SUAS. From this investigation, it was obtained as a result that the intensification of work and the precariousness of its conditions were accompanied by problems of autonomy, individualization of care, return of moralistic and conservative practices, in addition to the bureaucratization of their work intensified by the use of technologies. Dilemmas about its ethical-political dimension and involvement in broader social struggles, in addition to the emptying of users' political protagonism appeared in the research, which indicates great challenges to the professional category.

Keywords: Social work, work, social assistance, neoconservatism.

INTRODUÇÃO

¹ Assistente Social (UFRJ). Mestre em Serviço Social (PUC-RJ). Doutora em Serviço Social pela ESS/UFRJ com bolsa da CAPES. Instituição a qual está vinculado: Escola de Serviço Social -UFRJ. E-mail: marianafcp12@gmail.com. Plataforma Lattes/CNPq: <https://lattes.cnpq.br/6197274071641517>.



Em um contexto de banalização da vida social, de fragilização dos direitos socialmente adquiridos e de refuncionalização do Estado - cada vez mais alinhado à agenda neoliberal - vislumbra-se grandes desafios à classe trabalhadora no que tange à precarização dos serviços públicos dos quais ela usufrui e a própria deterioração das condições de trabalho e de sua proteção.

Combinado a esse cenário, identificam-se elementos do conservadorismo que se reatualizam e são sustentados por orientações ideológicas da extrema direita e que vem ganhando força não somente no Brasil, mas em outros países. Conservadorismo esse sob “roupagem moderna”, pois apesar das suas origens no movimento Iluminista e como consequência da Revolução Francesa, adquire aspectos distintos dentro do capitalismo contemporâneo: abertamente reacionário, que flerta com elementos do nazismo e fascismo e se coloca contra pautas progressistas e democráticas acerca das minorias.

Essas pautas retrógradas em defesa da família tradicional, entendida como monogâmica e cristã – e contra tudo que é diverso, rejeitando grupos que desafiam essa normativa de vida moralista – não encontra contradições ou conflitos com as propostas de contrarreforma do Estado e de ajuste fiscal da economia. As diretrizes postas às políticas sociais de focalização, precarização e privatização ganham “novo frescor” pelo campo da moralidade e coerção alcançando assim uma associação que caminha no sentido de rechaçar e condenar ideias, agendas e grupos que desafiam o *status quo* (Mota; Rodrigues, 2020)

Além disso, o deslocamento para o âmbito individual dado ao trato da **Questão Social** e seu deslocamento de responsabilidades ao setor privado, o Mercado e o Terceiro Setor, despolitizam e desqualificam o debate público e impulsionam o processo de responsabilização dos sujeitos, num hiper-individualismo, que converte em problemas pessoais tais expressões da sociabilidade burguesa. A cultura do individualismo fragiliza ainda mais os projetos societários de esquerda e os projetos coletivos progressistas que haviam se conformado durante o processo de redemocratização da sociedade brasileira. Vivenciamos a fragilização total dos direitos trabalhistas e a própria crise das organizações sindicais dos trabalhadores e dos partidos políticos, como algumas das principais expressões do desmonte colocado em curso.

No Brasil tais pautas neoconservadoras encontram no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), de característica autocrática, antipopular e firmada no fundamentalismo religioso um caminho



para a aprovação da agenda do capital financeiro, por meio de ações de natureza antidemocrática com subtração de direitos sociais e trabalhistas.

Esse projeto neoconservador é alinhado à agenda político-econômica neoliberal no Governo anterior, de Michel Temer (2016-2018), que justificava a reforma trabalhista (Lei nº 13.467 de 2017) como pretensa forma de gerar milhões de empregos, mas que resultou na legalização da precarização do trabalho e no aumento da prática na informalidade, a exemplo dos processos de **uberização** do trabalho individual². Tal agenda não se caracteriza como um processo recente no Brasil, tendo seu marco histórico a partir do governo Fernando Collor e mais intensamente no governo Fernando Henrique Cardoso.

A gestão pública a partir dos anos 1990 estará fundada no modelo do **gerencialismo**, que no campo das políticas públicas receberá orientações de cortes, desmonte e uma gestão nos moldes das empresas privadas. A seguridade social sofrerá um processo ambíguo: de um lado, a universalização dos direitos sociais, constitucionalmente garantida e, de outro, ações de privatização, seletividade e **publicização** (Bresser-Pereira; Grau, 1999).

Tendo a Assistência social como campo da pesquisa, partiu-se da hipótese que o processo de profissionalização dessa política social, alçada ao campo do direito social, vem ganhando contornos neoconservadores com retorno ao primeiro-damismo e da reforma neoliberal-gerencial, principalmente a partir de 2016:

[...] os direitos sociais estão sendo literalmente destruídos e a perspectiva constitucional da Assistência Social corre o risco de fazer uma travessia inversa, do direito legal rumo ao “dever” moral de ajuda. Desde 2016, há sério risco de uma retomada da perspectiva filantrópica e primeiro-damista, que reedita programas clientelistas e provoca desmonte institucional e impõe debilidade ao financiamento do Suas (CFESS, 2021, p. 23).

No âmbito do SUAS o cenário após 2016 acirrou tensões no campo do trabalho e dos trabalhadores da política pública, identificando o aumento das relações de contratação por cargos comissionados, que historicamente são atrelados a cargos políticos, refletindo no retorno do primeiro damismo³ e da cultura assistencialista, principalmente em municípios de pequeno porte.

² Para maiores debates ver Antunes (2020).

³ O **Primeiro damismo** é aqui entendido, em referência a Iraildes Caldas Torres (2002), como um trabalho desenvolvido pelas primeiras-damas, mulheres dos gestores públicos eleitos (prefeitos, governadores e presidentes ou outros cargos da



Além disso, essa combinação neoconservadorismo- gerencialismo conferiu precarização aos seus trabalhadores, inclusos os assistentes sociais, com impactos nas condições de trabalho e inclusive na sua dimensão ético-política. Conforme se verifica na pesquisa, a reafirmação de condutas e práticas no Serviço Social que se concebia como superadas, estão vivas e presentes nas próprias orientações ideopolíticas dos profissionais, expressas no enquadramento e disciplinarização dos sujeitos e alimentadas institucionalmente.

Para pesquisa bibliográfica e documental levantou-se dados das produções científicas da própria categoria profissional, tendo como recorte a constituição da Política de Assistência Social (2004) até 2022, data das publicações mais recentes. Foram consideradas as reflexões e problematizações dos assistentes sociais (relatos de prática, pesquisas e teses e dissertações) expostas nos anais do ENPESS e CBAS. Também foram analisadas as resoluções da PNAS, documentos governamentais como os produzidos pelo MDS, pela CIT, CNAS e CONGEMAS; além de produções do conjunto CFESS-CRESS onde esse debate já vem sendo apontado, e materiais informativos que tratam especificamente da gestão do SUAS e dados estatísticos do CensoSUAS.

NEOCONSERVADORISMO E NEOLIBERALISMO NO BRASIL: A (DES)PROTEÇÃO SOCIAL EM VIGOR

O **conservadorismo** enquanto corrente filosófica originalmente é marcado por um discurso em defesa da retomada de padrões morais perdidos e por episódios de crise de hegemonia, que expõem a dificuldade de classes dominantes em se manterem no poder como dirigentes e protagonistas de projetos revolucionários. A obra de Edmund Burke (1729-1797), e seu desprezo às instituições republicanas e democráticas, combinado a ideia de reformas e mudanças “pelo alto”, estabelecem o marco do pensamento conservador que irá adquirir nuances e diferentes correntes ao longo da história, em especial após períodos de crises.

administração pública) inaugurado no Governo Vargas e pela figura de sua mulher, Darcy Vargas. Ele atribui um papel ativo e filantrópico a um cargo solene e simbólico, com uma relação de poder e de dependência da primeira-dama e/ ou governante com a população usuária: “[...] Ou seja, a assistência social não é representada aos usuários como um serviço, mas como uma bondade acompanhada do espírito de caridade e de solidariedade para com os mais necessitados, transformando os usuários em seres dependentes e incapazes (Torres, 2002, p. 40).



O pensamento conservador se revitalizará em razão dos eventos da Primeira e Segunda Guerra Mundial, no século XX, sob influências do fascismo, nazismo e socialismo, assim mantendo sua função ideológica. Adquire elementos do **utilitarismo**, do **interacionismo**, da burocracia (como em Max Weber), da **institucionalidade**, mantendo o aspecto moral e reformulando e ampliando valores e princípios da tradição conservadora, direta ou indiretamente (Souza, 2020).

Assim, o termo **conservador** ou **conservadorismo** vem assumindo sentido genérico representando qualquer posição política que não seja revolucionária, com pouco potencial crítico sobre a sociedade capitalista na tentativa de sua manutenção.

A profunda insatisfação quanto ao contexto mundial após duas guerras mundiais e o **New Deal**, aparece em novos pensadores (como Robert Nisbet e Russel Kirk), avessos aos efeitos do progresso e da ciência, a exemplo da crítica quanto à bomba nuclear. Também ganhará respaldo político com o movimento de “caça às bruxas” do governo americano (liderado pelo senador republicano Joseph McCarthy), de censura e “demonização” do comunismo e de qualquer pensamento considerado revolucionário. Objetivava a retomada da religião e o resgate de valores tradicionais norte-americanos (o “american way of life”) tendo influenciado inclusive nas eleições que elegeram Donald Trump (2017-2020). Assim, apresenta-se como uma saída da crise, de combate a socialdemocracia e às correntes ideológicas de esquerda que apoiaram o **Estado de Bem-Estar**.

A aderência desse pensamento com o projeto econômico neoliberal de Estado mínimo e de propostas de privatização e terceirização aparece sem muitos conflitos teóricos e revitalizado (neoconservador). No Brasil, a partir dos anos 1990, a questão em torno da **refilantropização** da assistência social sofreu influência direta dessa corrente não somente em espaços acadêmicos, mas adentrando os espaços partidários.

A heterogeneidade do neoconservadorismo não impede pontos em comum como a questão da moralidade, a santificação da família e a exaltação da vida privada, que ganham novos contornos com a aceleração das novas tecnologias e do mundo virtual como parte da sociabilidade contemporânea.

Segundo Guerra (1999), a renovação desse pensamento se gesta na chamada **crise de paradigmas** que após a Segunda Guerra Mundial revela que os paradigmas clássicos já não serviam para explicar os fenômenos contemporâneos, sendo necessário novas teorias e a alteração no objeto



da Sociologia. Na esteira da crise econômica e dos projetos ideológicos do fascismo, socialismo e do próprio questionamento do capitalismo, se desvela a ausência de respostas sobre esse cenário no campo epistemológico. Nessa lacuna intelectual, aparecem respostas nebulosas e obscuras, que segundo a autora, permitem o ecletismo das teorias consensualistas e um relativismo extremado, permissivo aos discursos apocalípticos.

A percepção geral é de sentimento de insegurança, medo e de relações sociais percebidas como efêmeras e instáveis, com tendência ao intimismo e retorno a questões privadas (como a família e o clã), que são justificadas pelo cenário de globalização, instabilidade econômica, guerras televisionadas, no empobrecimento da classe trabalhadora e na desregulamentação do trabalho. Pode se adicionar a esse processo, a partir dos anos 2000, o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) de maneira mais generalizada pela população nas relações de trabalho, intensificando-as pela via do **trabalho remoto**, e na fragmentação do acesso à informação produzindo desde análises conjunturais aligeiradas e imediatistas e até a produção das *fake news*.

Essa conjuntura é extremamente favorável para a desqualificação da política, na despolitização dos espaços públicos e no ocultamento da luta de classes, que combinados ao fim das experiências socialistas - como a União Soviética – impactaram na crise dos partidos políticos da classe trabalhadora e na crise econômica nos anos 1980 e 1990, o que possibilitou a retomada dos partidos conservadores e de fortalecimento da extrema direita.

O **neoconservadorismo** se instala dessa forma nesse contexto de deslocamento do poder público para instâncias particulares, com a valorização de autoridades religiosas, místicas ou formas despóticas que se sobrepõem ao Estado democrático de direito, refletindo na repressão aos movimentos sociais e sindicais, na criminalização da pobreza e da **negação do outro**: “[...] quando o outro é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças” (Barroco, 2011, p. 209).

Nas instituições não encontrará resistência ao aliar-se às formas de controle da classe trabalhadora pautadas na racionalidade tecnocrática objetivando produtividade, atendimento de metas e com alta competitividade. Busca-se assim um perfil de trabalhador pouco crítico, entendido aqui na sua dimensão política e puramente técnico, onde os trabalhos repetitivo e burocrático se tornam práticas a serem destacadas e a dimensão intelectual-criativa é esvaziada e moralizada.



No caso do Brasil nota-se uma diversidade do repertório conservador “à brasileira”, sustentado pelo desenvolvimento das classes sociais e da constituição do Estado republicano, do passado colonial-escravocrata, pelas formas autocráticas e preconceituosas das relações de poder que formam o país.

Souza (2020) dedica-se a analisar o conservadorismo como **ideologia**, resgatando sua gênese e matriz explicativa dentro da modernidade capitalista e assim objetivando destacar os interesses classistas por trás, tendo como hipótese a ideia de que no Brasil atual está em andamento uma tendência de elevação da ideologia do conservadorismo enquanto projeto político hegemônico das classes dominantes, o que explica as eleições de 2018 e o **impeachment** de 2016. Para o autor, a combinação da política econômica neoliberal com a associação eclética no campo teórico demarca esse projeto neoconservador das elites nacionais.

O cenário que demarca a volta dos grupos conservadores no poder e a perda da hegemonia política e popular do PT se gesta a partir das chamadas **jornadas de junho**. Ocorridas em 2013 sob a pauta dos **movimentos do passe-livre** em torno da redução das tarifas de transporte público ganham adesão de outras camadas sociais insatisfeitas com a corrupção atribuída à gestão petista dos últimos anos (“o escândalo do mensalão”⁴) e mais detidamente ao governo Dilma Rousseff (Quintela, 2020).

Apesar da impopularidade, a presidenta é reeleita em 2014, contudo, o cenário de recessão econômica mundial de 2015, o crescimento dos índices de desemprego e os desdobramentos da **Operação Lava-jato** em 2014 alavancaram o movimento antipetista no país. O apoio popular e da maioria dos grandes partidos políticos foi liderado por Eduardo Cunha (PTB), à época presidente da Câmara dos Deputados, cuja função e alianças com a direita e extrema-direita, abriu o processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

Além disso, o resultado das eleições para o Congresso em 2015, composto por grupos religiosos conservadores e de alas diretamente relacionadas aos grupos militares e policiais, além dos ruralistas, permitiram a composição de uma bancada que se utilizava de pautas moralistas, retomava

⁴ O Mensalão foi considerado pelos veículos de mídia um dos maiores escândalos da história política do Brasil. Foi um caso de corrupção e tráfico de influência exposto pelo deputado federal Roberto Jefferson (PTB) que ao ser acusado de chefiar um esquema de corrupção nos Correios em maio de 2005, expôs e denunciou o esquema de negociação de cargos e repasse de dinheiro - como uma mesada - a deputados da base aliada do governo no Congresso, acusando assim o envolvimento e ciência de Delúbio Soares, tesoureiro do PT, do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2012, o caso foi julgado pelo STF (Jornal O Globo, 2005; 2012).



princípios neoliberais e recusava a gestão de cunho socialdemocrata dos governos do PT. Se tornou assim a base da oposição político-partidária para a saída de Dilma Rousseff no poder executivo; base essa com recursos financeiros e instrumental de influência (via mídias sociais, canais de televisão e jornais) para atingir o apoio popular e partidário do governo.

A saída de Dilma Rousseff representou muitas coisas, dentre elas o fim da **era PT**, um partido de origem sindicalista e popular, que representou a ruptura da trajetória histórica no poder republicano sempre feita pelas elites, e com agendas focadas em políticas sociais atentas as desigualdades. Esse elemento em conjunto ao protagonismo feminino e pioneiro no mais alto cargo executivo do país - criando secretarias e programas voltados às minorias com foco na participação popular, diversidade e inclusão - incomodavam os grupos conservadores e as ideias da normativa da moralidade cristã e do *ethos* conservador.

Ao retomar e renovar o campo da moralidade polarizando-o e incluindo-o no espaço público e com certa adesão popular, os neoconservadores encontram espaço na conjuntura de crise externa para se assumirem como uma solução possível, antipetista e anticomunista às elites, que compraram essa ideia. Assim, Michel Temer (MDB), vice-presidente, assume o comando da presidência (2016-2018) dando institucionalidade ao projeto neoliberal-gerencialista e neoconservador, intensificando contrarreformas do Estado e com um modelo de governo autoritário e liderado pela extrema-direita, como alternativa funcional às elites nacionais⁵. O aumento da taxa de informalidade, a queda no subconsumo da classe trabalhadora e os aumentos da pobreza contraditoriamente serviram para a aprovação da **Emenda Constitucional 95** e da nova legislação trabalhista.

A continuidade desse modelo de governo se dará na busca por um representante historicamente conservador e que se aproximasse de novas pautas neoconservadoras não mais exclusivamente católicas, mas evangélicas (e de outras religiões conservadoras) e que garantissem uma frente de apoio para as disputas eleitorais em 2018.

Com longa trajetória na política do país e tendo sido eleito o deputado federal mais votado no estado do Rio de Janeiro em 2015, Jair Bolsonaro (PP) ocupa o cargo até 2018 e renuncia para assumir a presidência em 01 de janeiro de 2019. Eleito como 38º presidente da república pelo PSL (Partido Social Liberal) em 2018 – partido antes pequeno e insignificante politicamente – priorizou

⁵ Propostas presentes no Programa do Governo chamado de “Ponte para o futuro”.



em seu governo questões como: segurança pública e a política pró-armamento, a defesa da propriedade privada via reforma estatal e políticas econômicas liberais; contra o comunismo e partidos de esquerda bolivariana; contra cotas raciais e a ideologia de gênero, conferindo assim características abertamente racistas, misóginas e homofóbicas.

A construção de um **hibridismo** entre neoliberalismo e neoconservadorismo, ou seja, “Liberal na economia, conservadora nos costumes” demarcam o perfil da gestão de Jair Bolsonaro, que é adicionada ao fenômeno do **mito**, uma manobra de pessoalizar sua função e descaracterizar seu papel burocrático-legal, trazendo legitimidade carismática e popular.

Em consonância com a gestão de Temer, e agora com base maior de apoio popular e parlamentar, o Governo Bolsonaro atuou na revisão de programas e ações criadas nos governos petistas. Os efeitos às políticas sociais públicas e as orientações finalísticas dadas a elas, sob a justificativa do corte orçamentário e congelamento dos investimentos, aparecem de forma perversa aos usuários dessas políticas permeadas pelo neoconservadorismo. No caso do SUAS, a Portaria nº 2362/2019 do Ministério da Cidadania indicou aos municípios os sucessivos cortes nessa política pública pelo Governo federal, pondo em risco o pacto federativo e a continuidade dos serviços.

A queda progressiva dos recursos destinados ao SUAS, tanto orçamentários quanto financeiros impediam o repasse automático, regular e que assegure serviços e direitos constitucionais. A queda orçamentária acentuada a partir de 2019 retornou ao patamar da década de 1990, num evidente retrocesso no país. As práticas de emendas viabilizadas pelo **orçamento secreto** operam-se no intuito dos interesses particulares partidários e clientelistas, desorganizando o SUAS e enfraquecendo a gestão orientada por pactos, acordos e planejamentos, na contramão da lógica republicana. Além disso, afetam a população usuária e na garantia dos serviços e das equipes de trabalhadores, sendo necessário “refundar a proteção social brasileira”, segundo publicação em nota pública do Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS) em 2022.

Essa lógica do Governo Bolsonaro caminhou contrariamente ao Estado democrático de direito, e se potencializou com a criação do **Auxílio Emergencial** durante a pandemia de COVID-19 desarticulando programas como o **Bolsa-Família**, depois transmutado no Programa **Auxílio-Brasil**, que em si já envolve problemas quanto a fonte de recursos e público-alvo.



Entende-se assim que perpetuando a cartilha neoliberal dos governos anteriores, desde a era FHC, a lógica da racionalidade gerencial não sofreu constrangimentos ao se defrontar com o neoconservadorismo de base teológica evangélica no Governo Bolsonaro.

A retomada do conservadorismo, ou do movimento neoconservador, teve certa retração a partir da PNAS em 2004 se pensarmos a valorização da profissão e expansão vertiginosa do mercado de trabalho para os assistentes sociais, muito pela agenda governamental do Presidente Lula e os concursos municipais alinhados aos pressupostos do SUAS em 2011. Porém, o processo de precarização das condições de trabalho da classe trabalhadora – presentes pela reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho – se intensificaram a partir da crise em 2008 e mais ainda a partir de 2016, penetrando em espaços sócio-ocupacionais que sempre sofreram mudanças “ao sabor dos ventos eleitorais”, e em especial, a partir do Governo Temer e suas pautas conservadoras-liberais.

Afetou em boa medida os assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais nas políticas sociais, historicamente tratadas como barganha política, e disso nos referimos à assistência social e à saúde, com diversificação de relações de contrato de trabalho e alta rotatividade (CFESS, 2022). A despolitização dos trabalhadores e descrédito dos organismos sindicais – como estratégia ideológica neoliberal – possibilitou o questionamento quanto à importância das entidades representativas das classes e a fragilização das identidades profissionais.

Quanto ao Serviço Social, os debates sobre o exercício profissional e sua formação foram considerados na pesquisa documental e bibliográfica sendo discriminados em três partes: (a) relações e condições de trabalho; (b) competências profissionais na gestão do SUAS e; (c) desafios contemporâneos. Em função do tamanho da pesquisa, os resultados foram condensados e resumidos para se adequarem ao formato da publicação.

O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO SUAS: CONDIÇÕES, FUNÇÕES E DILEMAS ÉTICOS

Tomou-se como ponto de partida para a pesquisa bibliográfica a análise do objeto (o trabalho profissional na assistência social) a partir das produções dos próprios profissionais que discutem, investigam e atuam nessa área permitindo um panorama de informações e dados ricos e atuais (anais



CBAS e ENPESS, a partir de 2004)⁶. Se considerou que as produções científicas sobre a gestão na assistência social cresceram em vista da criação da PNAS em 2004 e da LOAS em 1993. A criação de leis específicas para a política de assistência social e de resoluções e regulamentações que incluíram o trabalho dos assistentes sociais na gestão e execução de tal política (a NOB-RH, por exemplo) indicaram o aumento da produção científica, seja com relatos de experiências em eventos quanto em artigos e em livros.

No total foram levantadas e analisadas 131 (cento e trinta e um) produções nos anais. Também foram considerados para essa pesquisa materiais produzidos pela categoria, como o produto do Seminário SUAS (CFESS, 2011), o material acerca do perfil dos assistentes sociais no Brasil (CFESS, 2022), além de materiais informativos, estatísticos e orientadores da política de assistência social.

O debate sobre as condições de trabalho do assistente social é intrinsecamente relacionado aos determinantes que incidem sobre o mundo do trabalho na contemporaneidade. Estabelecer esse paralelo é essencial, pois a precarização do trabalho incide sobre toda classe trabalhadora e seus rebatimentos implicam na qualidade de vida das pessoas, nas formas de acesso aos serviços públicos e privados e na garantia dos direitos socialmente construídos por essa mesma classe. No campo da assistência social não é diferente.

Aos trabalhadores da assistência social aparece o paradoxo entre as conquistas constitucionais no campo do direito social em paralelo à agenda econômica neoliberal dos mínimos sociais. A instrução dessa agenda chancela o trabalho precarizado, orienta acerca da redução de concursos públicos e do enfraquecimento do funcionalismo público comprometendo a gestão das políticas sociais e impactando na qualidade do atendimento à população usuária. A exemplo de: congelamento dos salários dos servidores públicos em relação à inflação, exigências de metas sobre

⁶ A escolha por edições mais recentes dos eventos profissionais se deve por algumas razões: a) o marco histórico a partir dos eventos do golpe de 2016 e o ingresso de governos ultraconservadores tanto nas esferas executivas quanto no próprio legislativo brasileiro com seus projetos de desconstrução e desmonte das políticas sociais em especial da educação, saúde e assistência social; b) as dificuldades em acessar anais de algumas edições de maneira física muito em decorrência da pandemia do COVID-19, que restringiu o acesso às bibliotecas e instituições, além da indisponibilidade de materiais digitalizados; c) o acúmulo já existente de debates e pesquisas que analisaram os anais e eventos a partir de 2004 e 2011, com a PNAS e o SUAS.



a produtividade a partir de valores de eficiência, na ampliação de contratos temporários e de pessoal terceirizado na esfera pública.

Nas produções analisadas são enfatizados relatos de experiência acerca do trabalho dos assistentes sociais nos equipamentos públicos como CRAS e CREAS apontando: baixos salários, relações trabalhistas frágeis com tipos de contratos precários através de projetos por tempo determinado, onde a inserção nesses espaços sócio-ocupacionais é marcada por relações de afinidade pessoal ou indicação política, sendo desconsiderada a qualificação e formação profissional. O processo de contratações precárias não é exclusivo dos municípios de pequeno porte, inclusive em gestões estaduais no território brasileiro, a exemplo do Governo do Estado do Rio de Janeiro que vem realizando na última década processos seletivos pouco publicizados ou por meio de indicações políticas⁷. Nesses processos, os assistentes sociais e outros trabalhadores se enquadram como prestadores de serviços por tempo determinado, sem vínculo empregatício ou qualquer proteção trabalhista

Tal enquadramento funcional pasteuriza as especificidades das categorias profissionais, não respeitando as leis e conquistas das profissões, tampouco as atribuições privativas de cada uma. Além desse tipo de contrato, coexistem cargos comissionados por indicação política onde não há qualquer obrigatoriedade de formação ou especialização, junto aos servidores concursados e terceirizados, onde todos realizam as mesmas funções. Há outra tendência também de transformar o trabalhador em pessoa jurídica, conhecida como **pejotização**, onde ele assume os custos previdenciários e as instituições não assumem encargos trabalhistas.

Referente à remuneração dos assistentes sociais que trabalham no SUAS, verifica-se que a média de rendimento é de 2 (dois) a até 3 (três) salários-mínimos, em forma de RPA ou CLT e muitas vezes com recebimento em atraso em relação ao restante da equipe de servidores e comissionados, que ganham mais. Em função dos baixos salários, verifica-se que muitos assistentes sociais recorrem a duplicidade de cargos, atuando em mais de um município e emprego para aumento de sua renda familiar.

⁷ Essa afirmativa refere-se a minha experiência como assistente social no Governo do Estado do Rio de Janeiro (RJ) em 2015, estando enquadrada como especialista, por via de bolsa de pesquisa vinculada à UERJ, com carga de 40 horas semanais.



Os governos Temer e Bolsonaro deram continuidade à reforma trabalhista com proposta de retrocesso no quantitativo de servidores públicos, o que explica a redução significativa de concursos públicos nos anos 2016 em diante. Na gestão dos governos de Lula e Dilma Rousseff já estava em curso o projeto de reforma do funcionalismo público⁸, mas os números se mesclam paralelamente ao aumento de concursos e processos seletivos iniciados pela PNAS (2004) e o SUAS (2011), que exigiam a criação dos equipamentos socioassistenciais e de equipes.

No caso dos assistentes sociais servidores públicos, sua condição de estabilidade não impede que haja a precariedade nas relações de trabalho, pois ela é acompanhada pela estagnação dos seus salários em relação à inflação, por situações de submissão hierárquica e assédio, o que gera um desestímulo dos profissionais, segundo as produções analisadas.

Também foram encontrados inúmeros relatos nas produções da categoria acerca da falta de ambiente de trabalho adequado para o atendimento de qualidade, com dificuldades em assegurar o sigilo profissional, previsto no Código de Ética profissional. Outro ponto é a falta de material de escritório e equipamentos eletrônicos para a garantia do atendimento dentro do que é disposto nessa política e nos programas relacionados a ela: computador, impressora, telefone, internet; além de poucos recursos para transporte para realização de visitas.

Verifica-se que o aumento de contratações de assistentes sociais a partir da implantação do SUAS em 2011 não acompanhou relações e condições de trabalho melhores, pois muito possuem contratos temporários e cargos indicados por políticos ou seus familiares (como vereadores, secretários, os prefeitos e suas mulheres) sob alta rotatividade e instabilidade, o que reflete na qualidade do atendimento, na autonomia profissional e na descontinuidade das intervenções que adquirem caráter pontual e imediatista.

O uso das TICs é também um ponto intrínseco ao trabalho profissional na contemporaneidade, influenciando no processo de burocratização nos diversos espaços sócio-ocupacionais, visto que impactou no cotidiano profissional e na formação (graduação, pós-graduação e capacitações). Ganhou ampliação e intensificou-se após a pandemia de COVID-19, a partir de 2020. A técnica de “gestão por resultado”, outra forma de intensificação do trabalho, vem sendo incorporada ao serviço público e impactado na saúde mental dos trabalhadores.

⁸ Como a Emenda Constitucional n. 41/2003.



Nota-se a partir dessas informações coletadas que a competência profissional é esvaziada de cada especialidade e mais, que são transformadas como **“qualidade de se trabalhar com recursos escassos”**, com clara valorização da precariedade. A pulverização das ações se torna **modus operandi** e lugar comum sendo uma tentativa de viabilizar o trabalho nesses espaços, mas que nada tem a ver com a criação de estratégias profissionais e sim a forma mais pura de flexibilização do trabalho.

Essas novas exigências resultam em novas habilidades, que fogem à formação profissional resultando na procura por qualificações e cursos de especialização que não possuem proximidade com a área e a inserção sócio-ocupacional⁹, sendo no fim respostas para ingresso e permanência no mercado de trabalho. Assim, a questão da identidade profissional aparece em limitações postas ao trabalho interdisciplinar, sem saber “onde começa e termina seu fazer profissional”, e perpassa no sentido de quais aportes teórico-metodológicos o assistente social se utiliza e como segue as prerrogativas ético-legais de cada profissão, onde a pauta político-organizativa não pode estar desvinculada.

Na pesquisa bibliográfica identificou-se a retomada da moralização e culpabilização dos assistentes sociais no atendimento aos usuários e famílias do SUAS, além da pasteurização das funções entre trabalhadores do SUAS, o que implica em questões quanto às atribuições privativas e fragilidade da especialidade profissional.

Credita-se a esse ponto da pasteurização ao uso das normativas e orientações técnicas produzidas para os trabalhadores do SUAS, que acabaram por se transformar em um “manual” a se seguir estritamente nesses espaços. O gerencialismo presente nas políticas públicas tem imputado uma burocratização exacerbada nos processos de trabalho, com metas de produtividade que foram dinamizadas com o uso das TICs (reuniões remotas longas e seguidas, softwares para medir as atividades do trabalhador, bem como fiscalizá-lo).

Nas pesquisas e produções analisadas encontrou-se inúmeros relatos de impactos na saúde física e mental desses trabalhadores – concursados ou não – e que foram intensificados a partir da pandemia nos anos de 2020 e 2021, e que precisam ser mais detidamente analisados quanto aos

⁹ Alguns trabalhos publicados no CBAS e ENPESS apontam cursos como terapia sistêmica realizados por assistentes sociais em capacitações complementares, e que embora não seja um ponto novo no debate profissional reacendem a reflexão sobre a formação e o papel das Instituições de ensino.

impactos futuros sobre os profissionais. Casos de morte¹⁰, afastamento por meio de licenças médicas, pedidos de exoneração ou mudança de setor também foram apontados em razão dessa conjuntura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conservadorismo em toda a sua complexidade dentro da ordem burguesa vem assumindo formas contemporâneas expressas na sociabilidade, nos projetos dos governos e organizações, além do campo das políticas sociais. A racionalidade técnico-burocrática aliada a ele se assenta no mundo do trabalho – com exigências sobre a produtividade e eficiência – e incide na execução dos serviços sociais, na medida em que retoma aspectos de culpabilização das famílias, criminalização da pobreza e destituição da assistência social como campo do direito.

Após 2016, com ingresso do governo Temer e sucessão do Governo Bolsonaro esse movimento ganha força, personificação e discurso. O assistencialismo, o irracionalismo e a religiosidade saem do seu papel secundários, muito combatidos anteriormente, para se tornarem protagonistas da agenda dos governos e expressos nos programas sociais

Essa conjuntura aparece refletida nos eventos da categoria profissional (ENPESS, 2018; CBAS 2016 e CBAS 2019), externando a preocupação acerca do desenvolvimento e execução das políticas públicas, apontando obstáculos quanto a garantia dos direitos dos usuários, transmutados em ajuda e despolitizados quanto ao viés da universalidade e organização política popular. Essa retomada da herança assistencialista é inclusive problematizada nos trabalhos apresentados pelos assistentes sociais que atuam na execução das políticas e em especial nos que debatem o tema família e por isso foram consideradas nas análises dos anais.

No que diz respeito aos usuários do SUAS, em particular dos programas de transferência de renda, nas pesquisas foram descritos os aspectos subjetivos acerca dos sujeitos atendidos, com referências a sentimentos de “vergonha” e “culpa” na procura pelos serviços socioassistenciais, posições de conformismo, apatia e espera de “ajuda divina”; como se os seus problemas e demandas fossem descolados da realidade. Apesar da valorização do papel dos equipamentos socioassistenciais

¹⁰ Ver nota Conjunto CFESS/CRESS sobre o falecimento de assistentes sociais e estudantes em decorrência da COVID-19. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/memorial>. Acesso em: 10 de out. de 2023.



e da equipe técnica foram identificadas nas publicações o desconhecimento da população sobre a política de assistência social, reflexo da falta de fortalecimento dos espaços de controle social que asseguram o campo dos direitos (seu acesso, ampliação e fiscalização) e das intencionalidades dos governos na despolitização do SUAS.

De um lado sobrecarrega-se os trabalhadores atuantes nesses espaços, em função da crescente demanda, o que impacta a qualidade dos serviços públicos. De outro, reforçam a dinâmica da privatização do setor público – a exemplo das Organizações Sociais (OSs) – e alimentam os diversos tipos de contratações precárias de trabalho, sejam terceirizados, temporários ou por indicação política, reforçadas pelo primeiro damismo e pressionadas pelos discursos conservadores e assistencialistas. Esses discursos atravessam as relações e transbordam-se nas práticas sociais, nos atendimentos e em como os usuários “leem” essa política social.

A questão de mobilização organizativo-sindical foi outro ponto observado nesse espaço sócio-ocupacional. Tratada de forma fragmentada, a coletivização de lutas era desconstruída em vista dos diferentes modelos de contratação e salários, o que incutia à dimensão política um conteúdo “negativo”. Dito de outra forma, eram valorizados os profissionais da equipe que se apresentavam como “puramente técnicos” e produtivistas, e quando emergia algum debate quanto às condições de trabalho (como salários atrasados, sem proteção trabalhista etc.) sofriam críticas da própria equipe numa tentativa de fragmentar a questão trabalhista enquanto um problema de determinada forma de contratação e não relativo a luta de classes.

Por último, acredita-se que no caso da política de assistência social o caminho siga no fortalecimento dos espaços de controle social, em especial as conferências, em vista de sua característica democrática desses espaços onde é possível transparecer os diferentes projetos de classe latentes, não sendo por acaso que foram sistematicamente desvalorizados no governo Bolsonaro, conforme própria análise do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)¹¹.

Retomar o protagonismo popular, além da organização sindical e dos movimentos sociais (tão combatida nos governos anteriores) é necessário. Entendê-los como atividade política e educativa inclusive para os trabalhadores do SUAS pode ser uma estratégia de mobilização contra os projetos

¹¹ Manifesto CNAS: “Representação e representatividade nos espaços de controle social”, de 07 de fevereiro de 2023.



neoconservadores, evidenciando-os e questionando seus compromissos e objetivos e assim, fortalecendo a dimensão política do trabalho.

REFERÊNCIAS

- BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 106. p. 205-218. Abril/junho. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- CFESS. **O trabalho do/a Assistente Social no Suas**: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011.
- CFESS. **Assistentes sociais no esquentando da Conferência - Reflexões para 12ª Conferência Nacional de Assistência Social (2021)**. Coletânea de textos. Brasília- DF. CFESS, 2021.
- CFESS. **Perfil de Assistentes sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília- DF: CFESS, 2022.
- GUERRA, Yolanda Demetrio. Modernidade: crise de paradigmas ou final do sonho? In: Libro Docente. **Escuela de Trabajo Social**. Universidade de Costa Rica. 1999. p. 01-18. Disponível em: <<https://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000421.pdf>>. Acesso em: 03 de abr. de 2022.
- MEDEIROS, Moíza Sibéria Silva de. O Primeiro-Damismo e a Gestão da Assistência Social: Desafios ao Serviço Social. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.29, n. 1 (especial). p. 311-338, 2019.
- MOTA, Ana Elizabeth; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212. maio/ago. 2020.
- QUINTELA, Débora F. A direita bolsonarista: neoliberalismo, neoconservadorismo e a instrumentalização política da “família”. In. **Anais do Encontro ANPOCS**, 44, 2020. São Paulo: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, p.01-25, 2020
- SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo** [recurso eletrônico]. Recife: Ed. UFPE, 2020.
- TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a Assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM DESAFIO POSTO À FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

MARCO AURÉLIO SILVA JUSCELINO¹

RESUMO: O trabalho em tela é uma revisão teórica, fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que canaliza esforços para a compreensão dos desafios e potencialidades postos pelo processo de Curricularização da Extensão no âmbito da formação em Serviço Social. De caráter qualitativo, utilizou-se das publicações recentes que giram em torno do processo de curricularização da extensão, revisitando as concepções de extensão universitária; as tendências do ensino superior sob a égide do modo de produção capitalista; e as principais discussões acerca do processo de curricularização. Os resultados alcançados apontam que o processo de curricularização da extensão é um processo em aberto, exigindo que debates em torno dele façam parte das agendas de discussão da categoria de forma sistemática.

Palavras-chave: Curricularização da extensão universitária, serviço social, formação profissional.

ABSTRACT: The work in question is a theoretical review, the result of a Course Conclusion Work (TCC), which channels efforts towards understanding the limits and challenges posed by the process of Curricularization of Extension within the scope of Social Work training. It was qualitative in nature, using recent publications on the process of curricularization of extension, revisiting the conceptions of university extension; the trends in higher education under the aegis of the capitalist mode of production; and the main discussions on the process of curricularization. The results show that the process of curricularizing extension is an open-ended process, requiring that debates around it form part of the category's discussion agendas in a systematic way.

Keywords: Curricularization of university extension, social work, professional formation.

INTRODUÇÃO

Debruçar-se sobre a formação profissional é um exercício necessário, sendo este movimento parte constituinte de uma extensa agenda de discussões no âmbito do Serviço Social brasileiro há décadas. É inegável que o processo de questionamento das bases tradicionais do Serviço Social aqueceu as discussões sobre a formação profissional em Serviço Social, ampliando-se com a construção coletiva das Diretrizes Curriculares de 1996, sendo necessário dar continuidade e

¹ Discente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, na linha de pesquisa “Serviço Social e Sujeitos Sociais”. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: marco.aurelio.prfs@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8007302711060731>.



fortalecer os debates inaugurados neste importante momento na história da profissão — o que as entidades representativas da categoria têm realizado de forma sistemática.

O debate proposto por esse trabalho é uma revisão teórica que tem por objetivo somar às discussões contemporâneas acerca da formação profissional em Serviço Social, levando em consideração o processo de Curricularização da Extensão Universitária (CEU) e as modificações inerentes que são inauguradas por ele. Este que, por sua vez, também tem sido alvo de diversas discussões da categoria, principalmente ao levarmos em consideração a publicação, em 2022, do documento “Curricularização da Extensão e Serviço Social” pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e também pela realização da “Mostra de Curricularização da Extensão”, que ocorreu no 18º Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), que contou com a apresentação e publicação de 20 trabalhos. Sem dúvidas, tais contribuições permitiram o avanço da compreensão do processo de CEU no âmbito da formação em Serviço Social, além de promover debates basilares e essenciais sobre esse processo.

E é justamente neste espaço de construção coletiva de saberes e, como denota Iamamoto (2001), de “(in)certezas partilhadas” de que este artigo, fruto de inquietações teóricas provenientes de um Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 2024, se localiza.

Desse modo, a discussão presente no artigo se divide da seguinte forma: Em seu desenvolvimento, optou-se pela aproximação inicial dos marcos legais da CEU; em seguida, adentra-se no campo do debate acerca das concepções de extensão universitária, resgatando sua natureza extremamente dinamizada pelo conflito em torno de um direcionamento hegemônico às ações extensionistas; ademais, realizou-se um breve resgate histórico do Serviço Social brasileiro, apontando importantes marcos para o direcionamento social concretizado pelo Projeto Ético-Político e sua relação com a extensão universitária; em continuidade, apontamos brevemente o cenário destrutivo do avanço capitalista contra o ensino superior brasileiro, que possui consequências deletérias para as conquistas da classe trabalhadora; por fim, apontamos os principais direcionamentos e apontamentos do Serviço Social em relação à CEU, delegando os principais limites e potencialidades desse processo na formação de futuras/os assistentes sociais.

DESENVOLVIMENTO



A Curricularização da Extensão Universitária (CEU) é um processo que tem promovido um debate latente no âmbito da educação superior brasileira, compondo a agenda de discussões de diversas instituições de ensino e demais espaços. No entanto, seria um engano afirmar que se trata de uma novidade, uma vez que a inserção curricular da extensão universitária no ensino superior possui importantes marcos que datam da promulgação da Constituição Federal de 1988. O documento que inaugura a obrigatoriedade da extensão é o Plano Nacional de Educação (PNE) do decênio de 2001 a 2010, reforçando sua aparição no Plano do decênio de 2014 a 2024 (Lei 13.005/2014), que em sua meta 12.7, assegura o mínimo de carga horária de extensão de 10%, a partir da realização de programas e projetos que atuem, preferencialmente, em áreas sociais (Brasil, 2014).

No entanto, é a partir da publicação da resolução nº 7 de dezembro de 2018, pelo Ministério da Educação, que as discussões sobre a CEU se tornam cada vez mais sistemáticas, através de extensos debates que buscam resgatar o sentido da extensão na universidade brasileira, seu papel, suas possibilidades e seus limites. A resolução, além de reiterar a meta 12.7 do PNE 2014/2024, canaliza esforços para a construção das bases de implementação da CEU, com a delimitação de um prazo, que foi prorrogado para o ano de 2022, tendo em vista o cenário pandêmico em decorrência da Covid-19 (FORPROEX, 2021).

É importante, nessa linha, entendermos que o campo de conceituação da extensão universitária é uma verdadeira arena teórica, com pensamentos que podem divergir, se complementar ou se oporem. Dias (2021) sistematiza as principais correntes de compreensão da extensão, sendo elas: a missionária, filantrópica ou cultural; a profissionalizante; a assistencialista; a mercantilista; e a popular ou emancipatória. Como não é o objetivo do trabalho esmiuçar os pormenores acerca das correntes de compreensão da extensão universitária, é válido afirmar que se trata de uma correlação de forças típica de uma sociedade engendrada na luta de classes, isto é: as concepções de extensão são reflexos diretos da disputa de projetos societários antagônicos, que carregam em seu âmago ideias que fortalecem ideais vinculados à burguesia ou à classe trabalhadora. No diverso rol de representações da extensão universitária, é possível afirmar com firmeza que a única que é dotada de um projeto societário vinculado à construção de uma nova ordem societária é a extensão popular ou emancipatória.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) é um importante órgão representativo a nível nacional, que há décadas tem



lançado mão de estratégias para afinar a compreensão de extensão universitária, que após um longo processo — que é contínuo —, hoje é reconhecida como:

[...], sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 16).

O Serviço Social possui uma relação de proximidade com a extensão universitária, em especial por seu caráter interventivo (ABEPSS, 2022). Mesmo que inicialmente de caráter conservador e descolado da perspectiva de classe, a extensão se fez presente, a exemplo das experiências de Desenvolvimento de Comunidade desenvolvidas na década de 1970, que à época, mesmo que não fosse configurada enquanto extensão universitária, “[...] quando envolvia estudantes e professores trazia elementos que depois vieram a ser denominadas de práticas extensionistas” (Ferraz, 2019, p. 63).

Fruto de um amplo movimento de contestação das bases tradicionais do Serviço Social na América Latina — o processo de Reconceituação —, o Serviço Social brasileiro passa a experimentar, a partir da segunda metade da década de 1960, seu processo de Renovação, inaugurado com o início do Ciclo Autocrático Burguês (Netto, 2015). Nesse cenário, de forma contraditória, sob necessidade de adequar o perfil profissional das/dos assistentes sociais às exigências da “modernização conservadora”, efervesceram as discussões² sobre o perfil profissional no âmbito da atuação e formação profissional, que foram justamente as responsáveis pela criação de vetores de erosão das bases do Serviço Social Tradicional e de suas práticas, de frágil tradição teórica (Netto, 2015). Em síntese: “[...] a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se esgotarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava” (Netto, 2015, p. 170).

Como observa o autor, parte importante desse processo, o meio formativo aqueceu as discussões e foi um importante catalisador, que buscava imbuir o status de acadêmico ao Serviço Social. Nessa seara, três principais perspectivas disputavam a hegemonia, sendo elas: A Modernização Conservadora, a Reatualização do Conservadorismo e a Intenção de Ruptura, tendo

² A aproximação da formação em Serviço Social dos debates das Ciências Sociais e Ciências Humanas no âmbito da América Latina também foi um importante vetor de questionamento das bases do Serviço Social Tradicional.



esta última conquistado a hegemonia — em especial no meio acadêmico —, localizando a marca simbólica dessa conquista na realização do 3º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), conhecido também como “Congresso da Virada”³. A Intenção de Ruptura, dinamizada fortemente pela aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais e populares, é intimamente vinculada à Teoria Social de Marx, potencializada pela tese de Marilda Vilela Iamamoto sobre o Serviço Social na produção e reprodução das relações sociais capitalistas, e denota um direcionamento crítico para a ação e formação profissional, além da compreensão do assistente social enquanto trabalhador assalariado, portador de autonomia relativa em sua prática (Iamamoto; Carvalho, 2014). É mister destacar, nesse sentido, a forte influência da introdução do Serviço Social em programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, em especial a nível de mestrado, e também a dinâmica do Movimento Estudantil na potencialização da perspectiva em tela.

Com articulação das principais entidades da categoria, os documentos seguintes à conquista da hegemonia da Intenção de Ruptura demonstraram de forma direta sua vinculação com os seus ideais, articulados fortemente com demandas da classe trabalhadora, com centralidade no processo formativo de futuros assistentes sociais, sob orientação do materialismo histórico-dialético. A construção coletiva do currículo de 1982 denota a concretização da vinculação política da profissão e formação profissional, tal qual sua relação com o marxismo (Cardoso, 2017), e mesmo não tratando diretamente da extensão universitária, inaugura no âmbito da formação, a proposição da quebra da dicotomia entre teoria e prática (Ferraz, 2019).

No entanto, como afirma Ferraz (2009), foi a ebulição dos movimentos sociais na década de 1980 que oxigenaram a perspectiva de extensão popular e sua vinculação com o Serviço Social, através de uma prática extensionista voltada para a militância política, estágios em projetos de assessoria e articulação com os sujeitos envolvidos nesses processos.

Seguindo na esteira de pensamento observada, o Serviço Social passa a construir o seu Projeto Ético-Político (PEP), que congrega importantes documentos, posicionamentos e orientações que visam adensar o direcionamento teórico-metodológico e ético-político da categoria profissional. Constituinte do PEP, as Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS denotam a indissociabilidade

³ Segundo Abramides e Cabral (2019), o Congresso da Virada é um importante marco na inauguração da “direção social” da profissão, articulada com as lutas políticas da classe trabalhadora, reconhecendo os assistentes sociais como partícipes dessa classe.



entre ensino, pesquisa e extensão, a partir de “[...] uma lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade” (ABEPSS, 1996, p. 9). Além disso, o Plano Nacional de Estágio (ABEPSS, 2009) também nos permite vislumbrar o tipo de relação entre Serviço Social e extensão universitária que é construída, resgatando a indissociabilidade do tripé universitário observada nas Diretrizes Curriculares, entendendo-a enquanto potencializadora na absorção pelos discentes e demais sujeitos envolvidos, a partir de uma orientação crítica e comprometida com os setores populares, postura extremamente cara ao PEP. O Plano em tela também indica a possibilidade de realização de estágio em determinadas atividades de extensão, sob critérios observados no documento.

Desse modo, a partir da lente analítica de Ferraz (2019), é possível afirmar que a extensão universitária possui um importante papel na formação de futuras e futuros assistentes sociais, enquanto espaço privilegiado de articulação entre o conteúdo teórico-metodológico absorvido durante as disciplinas do ciclo de formação com aqueles adquiridos a partir das práticas extensionistas que dialogam com a realidade social. Em documento, a ABEPSS denota um importante posicionamento acerca da concepção de extensão defendida pelo Serviço Social, que “[...] pode ser chamada de popular, comunicativa e orientada para os processos de uma educação emancipatória (ABEPSS, 2022, p. 26).

Tendo em mente o papel da extensão universitária na formação acadêmica em Serviço Social e a concepção defendida pela profissão, é possível que agora nos aproximemos dos debates acerca da CEU, que como afirmado anteriormente, compõe a agenda de discussões contemporâneas da profissão, e, mesmo enquanto um processo em andamento, é possível extrair importantes posicionamentos que denotam um direcionamento dele no âmbito da formação acadêmica em Serviço Social.

Trata-se, dessa forma, de um campo de debate fértil, mas que deve ser orientado pelos princípios do PEP, opondo-se às concepções e orientações que visam submeter a educação — e por sua vez, a extensão — à lógica predatória do mercado.

Temos acompanhado um ataque sistemático às políticas sociais e às conquistas logradas com o sangue e o suor da classe trabalhadora brasileira, o que inclui a política de educação e, em especial, a política de educação superior. Nesse cenário, o Estado tem reafirmado seu caráter de “Comitê



Executivo da burguesia” (Marx; Engels, 1988), curvando-se aos interesses predatórios do capital através de diversos mecanismos que atuam, em última instância, na desvalorização do ensino público em função da valorização do ensino privado. Nessa conjuntura, o discurso de acesso à educação superior, ao invés de alinhar-se ao discurso da democratização do acesso ao ensino público, de qualidade e laico, se direciona para as instituições de ensino superior privadas, em especial às que ofertam cursos de graduação pela modalidade de Ensino à Distância (EaD). Trata-se da concepção da educação enquanto uma mercadoria, esvaziando a função social das universidades, transformadas em verdadeiras “fábricas de diplomas”, pouco comprometidas com a qualidade e criticidade do ensino ou mesmo as condições em que ele se realiza, através do sucateamento das instituições públicas e esvaziamento das políticas de permanência e assistência estudantis (Andrade; Simões, 2020).

Essa realidade que, a esse ponto, alcança as dimensões de uma verdadeira tragédia social, conforme contribuições de Silva (2024), é aprofundada e potencializada a partir do governo de Jair Messias Bolsonaro, com a abertura indiscriminada dos lucros às grandes corporações da educação e o acirramento cada vez mais aprofundado da disputa do fundo público, inclinando-se aos benefícios aos lucros capitalistas. Nesse sentido, os ideais neoliberais são colocados em seu limite, com a privatização generalizada de serviços, além da proliferação de ideologias de caráter fortemente conservadores e anticiência, reiterando práticas excludentes, autoritárias e violentas (Silva, 2024).

Em contracorrente, como afirmado anteriormente, as defesas no âmbito do Serviço Social, alimentadas e dinamizadas pelo PEP, posicionam-se fortemente a favor do projeto societário da classe trabalhadora, o que não seria diferente no âmbito do ensino superior. Em resposta a estes ataques sistemáticos, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a ABEPSS e a Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social (ENESSO) têm se mantido firmes e afinados ao PEP, sobretudo em relação à defesa por uma educação socialmente referenciada e enquanto direito a ser garantido pela via do Estado, reiterando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, sobretudo, no âmbito da defesa da formação em Serviço Social, através da campanha “Educação não é fast-food: diga não para a graduação à distância em Serviço Social”, que reitera a incompatibilidade entre a formação de futuras/os assistentes sociais e a modalidade de EaD (CFESS; ABEPSS; ENESSO, 2011). Além disso, uma recente nota pública das entidades da categoria torna pública a indignação em relação ao decreto nº 12.456/2025, que tem o potencial de flexibilizar o EaD. O posicionamento dessas entidades é objetivo:



O acesso à educação superior deve ocorrer com o fortalecimento das instituições de ensino público, valorização técnico-docente, adequadas condições de trabalho e financiamento público, assim como a interiorização de cursos, a garantia da autonomia universitária e ampliação e execução qualificada da política de assistência estudantil que possibilite o fortalecimento dos grupos historicamente minorizados a partir de uma perspectiva de educação popular, gratuita, laica, socialmente referenciada, sem barreiras atitudinais e tecnológicas (ABEPSS; CFESS; ENESSO, 2025, s/p).

A lógica da CEU não é descolada dessa realidade, estando imersa nesse cenário de intensa correlação de forças em busca pelo direcionamento da educação superior no Brasil. No entanto, somando à luta e aos anseios da classe trabalhadora, os princípios orientadores do PEP são visíveis na defesa pela orientação desse processo a partir de uma lógica extensionista de caráter “popular, comunicativo e orientado para processos de uma educação emancipatória”, alinhando-se a uma concepção de formação profissional que seja capaz de captar de forma crítica os movimentos contraditórios do modo de produção capitalista, seus elementos fundantes e propor formas de atuação referenciadas a partir da construção de uma nova ordem societária (ABEPSS, 2022). Essa concepção alimenta princípios democráticos que se opõem puramente ao difusionismo, concepção que tem ganhado espaço cada vez mais no meio extensionista, articulando com movimentos e organizações populares através de uma dinâmica não-hierarquizada do conhecimento, a partir da valorização dos saberes populares e da participação social (Fontenele, 2024).

As potencialidades observadas em relação à CEU no processo de formação acadêmica em Serviço Social, dessa forma, se localizam justamente na possibilidade de articulação entre teoria e prática, a partir de uma concepção classista (Bertollo, 2021), em consonância com as necessidades sociais dos sujeitos e comunidades envolvidas em suas atividades. Trata-se do esforço de resgatar o sentido social da universidade brasileira, estreitando os seus vínculos com a sociedade. Segundo Silva *et al* (2019), pode possibilitar o contato direto dos estudantes com as múltiplas realidades que cercam a realidade brasileira, podendo expressar um contato cada vez mais latente nos espaços de reafirmação das lutas firmadas historicamente nesses cenários, através do compromisso com os movimentos sociais e organizações populares e suas agendas de lutas. Em síntese: “[...] Uma extensão em sintonia com os princípios e valores do Projeto Ético-Político do Serviço Social” (Silva *et al*, 2019, p. 5).

Os limites observados se esbarram principalmente em fatores estruturais de ordem econômica e política, relacionados principalmente aos ataques paulatinos à educação pública, nesse



cenário em específico, a educação superior. Esses processos interferem diretamente no cotidiano das instituições de ensino, que são minadas cada vez mais com cortes de gastos que afetam na qualidade do ensino, nas condições de trabalho docente e também nas condições de participação dos discentes, compostos essencialmente pela classe trabalhadora. Aprofundando-se nos limites da curricularização da extensão universitária na cena atual, Fontenele (2024) é certa em observar alguns fatores contundentes: em primeiro lugar, observa o esvaziamento do sentido social da universidade, consequência direta da crise do ensino superior brasileiro, que se deflagra, na verdade, enquanto um programa; em segundo, ao fato de que, ao passo que a CEU aparentemente resulta de esforços para aprimoramento da formação profissional e acadêmica no ensino superior a partir da interação entre sociedade e universidade, também pode simbolizar a reiteração de lógicas empresariais, “[...] pautadas nas regras do mercado e da competitividade, e ainda com metas altamente quantitativas, definidas hierarquicamente pelo ranking das pontuações em produções científicas e publicações” (Fontenele, 2024, p. 7), que, na verdade, aprofunda as problemáticas vivenciadas no meio acadêmico e extensionista, reiterando práticas conservadoras e difusionistas que esvaziam o sentido social dessa prática, apresentando consonância ao modo de produção capitalista através da prestação de serviços e ênfase de lógicas voluntaristas.

A partir desse contexto, a ABEPSS (2022) chama atenção para determinantes que devem ser levados em consideração em cada uma das instituições, sendo elas: a concepção de extensão que deve ser adotada; a computação das cargas horárias docentes; a natureza e tipo das atividades que podem ser computadas como atividades extensionistas; as fontes de financiamento das atividades de extensão; a realidade dos estudantes, em especial, dos estudantes trabalhadores; as relações entre o estágio e tais atividades; e, por fim, a diferenciação, nos currículos, entre atividades complementares e atividades de extensão.

No entanto, a CEU é um processo em aberto, ainda em construção e de caráter heterogêneo. Dessa forma, é essencial levar em consideração as particularidades históricas, geográficas, culturais, sociais etc. de cada instituição de ensino, de modo a alcançar resultados possíveis dentro de seus limites e possibilidades. Isso se faz necessário uma vez que as unidades de ensino possuem autonomia para absorver as exigências da CEU em seus projetos pedagógicos, o que exige atenção especial a tais características.



Nesse sentido, as orientações de Bertollo (2021) são fulcrais: É necessário que haja uma articulação entre as graduações e os programas de pós-graduação; que as Diretrizes Curriculares de 1996, e por sua vez, o PEP e seus princípios, sejam plenamente absorvidos pelos projetos político-pedagógicos dos cursos; que o debate acerca das condições em que se fazem as atividades de extensão universitária, em especial em relação à disputa orçamentária no cenário da educação superior, componha a agenda de discussões e bandeiras de luta da categoria e das instituições de ensino superior; que haja a superação da hierarquização entre ensino, pesquisa e extensão, entendendo-as enquanto parte constitutivas essenciais de um todo, que alcança suas plenas potencialidades apenas quando estão em articulação.

A autora destaca, essencialmente, as normativas que orientam a formação e ação profissional, com destaque especial para as Diretrizes curriculares, que

[...] uma vez que já preveem a formação a partir de componentes curriculares e dentre estes a extensão, e que estes componentes possam ser vivenciados pelos/as discentes de modo gradativo ao longo da formação, isto é, desde os primeiros períodos até a fase de maior amadurecimento teórico e político sobre a atuação profissional (Bertollo, 2021, p. 160).

Segundo a autora, é tarefa necessária ao Serviço Social compor teórica e interventivamente a massa crítica na concepção de extensão universitária e no direcionamento da CEU, engajando-se na construção de uma perspectiva socialmente referenciada e de forte caráter de classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os tempos contemporâneos imperam e engendram a ordem brutal do capital, revelando a necessidade de reforçar a indignação presente nos versos de Bertolt Brecht: “Que tempos são esses/ Quando falar sobre flores é quase um crime”. De fato, vivemos tempos que são desafiadores, sobretudo àquelas categorias que se posicionam a favor da construção de uma nova ordem societária, livre de quaisquer tipos de discriminação e exploração, como tem feito o Serviço Social brasileiros e suas entidades.

No entanto, sob cenário de destruição das conquistas dos trabalhadores, desfinanciamento das políticas sociais e captura do fundo público pela burguesia, a teoria de Marx é capaz de alimentar a esperança por um futuro distinto ao nos localizarmos enquanto sujeitos da história, em seu



movimento dialético, que faz parte da dinâmica das disputas de projetos societários no âmbito da luta de classes. Nesse sentido, “[...] Não basta somente alcançar as conquistas sociais e pensar na consolidação delas, mas é preciso a disputa e a luta permanente nos processos sociais. **Nenhuma luta naturaliza-se consagrada**” (Silva, 2019, p. 17, grifo nosso).

Nesse sentido, no campo da disputa da educação e da CEU, o debate contínuo é um requisito obrigatório, visto que não se trata de um processo dado, mas em construção, sendo necessário aproximar-se das particularidades históricas, geográficas, sociais, culturais e políticas das instituições de ensino superior e das comunidades, organizações e sujeitos envolvidos, de modo a compreender as potencialidades e identificar os limites, possibilitando a construção de respostas efetivas e a construção de saberes coletivos (Silva *et al.*, 2024). À vista disso, os autores indicam que pensar as formas de extensão que se adequam às práticas extensionistas de forma curricularizadas é essencial, assim como a operacionalização dessas atividades, que devem compor o ciclo de debates obrigatórios na composição curricular dos cursos de graduação e pós-graduação.

Trata-se, enfim, do vislumbre de caminhos que se deflagram enquanto possíveis para a CEU e sua articulação com a formação em Serviço Social, que deve apontar para o fortalecimento dos ideais e direcionamentos de seu PEP.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Jemina de Araújo Moraes; SIMÕES, Helena Cristina Guimarães Queiroz. Educação superior: um direito de todos?. **Práxis Educacional**, v. 16, n. 37, p. 393-407, 2020.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 1996

_____. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS**. Brasília: ABEPSS, 2009.

_____. **Curricularização da extensão e Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2022.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social ; Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social (ENESSO). **Nota pública da ABEPSS, do CFESS e da ENESSO sobre o decreto 12.456, de 19 de maio de 2025**. Brasília: ABEPSS, CFESS, ENESSO, 2025. Disponível em: <https://abepss.org.br/nota-publica-da-abepss-do-cfess-e-da-enesso-sobre-o-decreto-12-456-de-19-de-maio-de-2025/>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.



ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. 40 anos do “Congresso da Virada”. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Congresso da virada e o serviço social: reação conservadora, novas tensões e resistências.** — São Paulo: Cortez, 2019. p. 35-55.

BERTOLLO, Kathiucha. Extensão universitária e curricularização da extensão: considerações sobre a formação em serviço social. **Além dos Muros da Universidade**, v. 6, n. 1, p. 148-163, 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; ENESSO. Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social.** Brasília: CFESS, ABEPSS, ENESSO, 2011.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação. **Revista Katálisis**, v. 20, p. 325-334, 2017.

DIAS, Marcelo Miná. A extensão universitária entre o assistencialismo, o mercado e a emancipação social. **A Academia**, p. 1-8, 2021.

FERRAZ, Anita Pereira. **Serviço Social e extensão universitária: reflexões sobre formação profissional.** 2019. 124 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus: FORPROEX. 2012.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Recomendações do FORPROEX sobre a inserção curricular da Extensão** – 48º Encontro Nacional do Forproex – UERJ/dez/2021. UERJ: FORPROEX. 2021

FONTENELE, Iolanda Carvalho. A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios. **Revista Katálisis**, v. 27, 2024.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 2, n.3, p. 9-32, jan./jul. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista.** 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** - 17. ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

SILVA, Antonio Israel Carlos da. Punção do fundo público na política de educação superior brasileira. **Revista Katálisis**, v. 27, 2024.



SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Congresso da virada e o serviço social:** reação conservadora, novas tensões e resistências. — São Paulo: Cortez, 2019.



QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E O SERVIÇO SOCIAL

Eixo 2: Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual

SIDIMARA CRISTINA DE SOUZA¹

ANDRÉ AUGUSTO PEREIRA BRANDÃO²

JOÃO BÔSCO HORA GÓIS³

RESUMO: O estudo tem como objetivo analisar criticamente a constituição da ordem racial na formação social brasileira e suas implicações para o Serviço Social, destacando o racismo como elemento estruturante da questão social. Fundamentado no materialismo histórico-dialético e no pensamento decolonial, adota-se metodologia qualitativa, com base em revisão bibliográfica de autores como Florestan Fernandes (2008), Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2012), Maria Beatriz Costa Abramides (2021) e Gracyelle Costa (2020). O trabalho organiza-se em três partes: a caracterização da ordem racial brasileira, a formação social do Brasil e a relação entre questão étnico-racial e Serviço Social. Os resultados apontam que o racismo, articulado à lógica capitalista e patriarcal, sustenta as desigualdades sociais, exigindo do Serviço Social uma práxis antirracista, descolonizadora e comprometida com os sujeitos historicamente oprimidos.

Palavras-chave: Racismo estrutural, formação social brasileira, serviço social, práxis antirracista.

ABSTRACT: This study critically examines the formation of Brazil's racial order and its implications for Social Work, highlighting racism as a structural element of the social question. Grounded in historical-dialectical materialism and decolonial thought, it employs a qualitative methodology based on a bibliographic review of authors such as Florestan Fernandes (2008), Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2012), Maria Beatriz Costa Abramides (2021), and Gracyelle Costa (2020). The paper is structured in three parts: characterization of Brazil's racial order, the country's social formation, and the relationship between ethnic-racial issues and Social Work. The results indicate that racism, intertwined with capitalist and patriarchal logics, sustains social inequalities, requiring from Social Work an anti-racist, decolonial, and emancipatory praxis aligned with historically oppressed groups.

Keywords: Structural racism, brazilian social formation, social work, anti-racist praxis.

INTRODUÇÃO

A formação social brasileira está profundamente marcada por processos históricos de

¹ Doutora, Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM. Email: sidimara.cristina@ufvjm.edu.br.

² Doutor, Professor do Programa de Estudos Pós – Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Email: andre_brandao@id.uff.br.

³ Doutor, Professor do Programa de Estudos Pós – Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Email: jbhg@uol.com.br.



exploração, dominação e exclusão, que remontam ao período colonial e se prolongam até o presente por meio de estruturas sociais que perpetuam desigualdades, entre outras, de classe, raça, gênero e território. A colonização portuguesa no Brasil não apenas organizou um modelo econômico baseado na monocultura, na grande propriedade e na escravidão, como também fundou um regime racial de exclusão que alicerça a sociabilidade brasileira até os dias de hoje. A abolição formal da escravidão em 1888 não significou a inserção da população negra na sociedade em bases igualitárias, mas sim a reconfiguração da dominação racial através da consolidação do mito da “democracia racial”.

Como nos mostram Guimarães (2012) e Marx (1996), a ausência de legislações segregacionistas explícitas, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos e na África do Sul, contribuiu para sustentar a falsa ideia de harmonia racial no Brasil. Essa estratégia ideológica, forjada sob a lógica do branqueamento e da miscigenação, impediu o reconhecimento do racismo como estrutura social e mascarou as profundas desigualdades étnico-raciais que atravessam a sociedade brasileira. A construção simbólica da identidade nacional como mestiça, cordial e homogênea, amplamente difundida por autores como Gilberto Freyre e apropriada pelo Estado, contribuiu para desarticular politicamente os grupos racializados e fortalecer uma visão eurocêntrica da nação brasileira.

Como alerta Souza (2011), esse processo constrói uma mitologia nacional que atua como um mecanismo de naturalização das desigualdades, fazendo com que os sujeitos oprimidos se percebam como culpados por suas condições materiais e sociais, deslocando o foco da crítica das estruturas para o comportamento individual. Nesse contexto, o racismo não é apenas um preconceito individual, mas uma lógica estruturante do Estado e da organização do trabalho, o que torna central sua análise para qualquer leitura crítica da realidade brasileira.

No campo do Serviço Social, compreender a questão étnico-racial como elemento constitutivo da questão social é uma exigência ética, teórica, política e interventiva. A profissão, hoje mais do que nunca comprometida com os direitos humanos, a equidade e a emancipação humana, é interpelada a enfrentar as expressões racializadas da desigualdade, reconhecendo os impactos do racismo estrutural e institucional nas condições de vida da população negra e indígena. Como destaca Abramides (2021), é necessário romper com a neutralidade institucionalizada e incorporar a dimensão racial às análises da totalidade social, superando a adesão formal ao discurso antirracista e construindo uma práxis comprometida com a transformação social.



Nesse sentido, os movimentos negros e indígenas, ao longo da história brasileira, têm desempenhado um papel central na denúncia do racismo e na afirmação de direitos, desafiando o Estado e a sociedade a reconhecer as especificidades étnico-raciais e a construir políticas de reparação e justiça social. O Serviço Social, portanto, precisa alinhar-se a essas lutas e incorporar os saberes e práticas desses sujeitos como fundamentos para uma atuação profissional antirracista, descolonizadora e de resistência.

Diante disso, este trabalho propõe uma reflexão crítica acerca da constituição da ordem racial no Brasil, suas bases históricas, ideológicas e materiais, bem como suas consequências na conformação da desigualdade social. Busca-se, ainda, analisar as implicações desse debate para o Serviço Social, a partir de uma perspectiva que articula o materialismo histórico-dialético e o pensamento decolonial, reafirmando o compromisso com a construção de uma prática profissional transformadora e comprometida com os sujeitos historicamente oprimidos.

Para isto, o estudo adota uma abordagem qualitativa de cunho teórico-reflexivo, fundamentada no método crítico-dialético. Utiliza-se de revisão bibliográfica como principal recurso metodológico, com o objetivo de articular contribuições de autores

como Florestan Fernandes, Antonio Sergio Alfredo Guimarães, Anthony Marx, Jessé de Souza, Maria Beatriz Costa Abramides, Gracyelle Costa e outros, cujas obras problematizam a questão racial no Brasil e suas implicações na constituição da ordem social.

A metodologia consiste na análise crítica de textos acadêmicos, documentos institucionais do Serviço Social e produções teóricas que denunciam a permanência das desigualdades étnico-raciais como parte integrante da formação socioeconômica brasileira. A construção do texto foi guiada por princípios da totalidade, da historicidade e da mediação, respeitando os pressupostos do projeto ético-político do Serviço Social. Consideramos que os trabalhadores negros foram centrais na constituição da política social brasileira, ainda que sua presença tenha sido sistematicamente invisibilizada, conforme demonstra Gracyelle Costa (2020). Ademais, debater sobre a questão étnico-racial é um movimento necessário para que a profissão avance na construção de uma práxis crítica, ética e politicamente alinhada com os sujeitos historicamente oprimidos. Assim, este estudo está estruturado em três partes: 1) A caracterização da ordem racial brasileira; 2) A formação social do Brasil; 3) Questão étnico-racial na formação social brasileira e Serviço Social.



A ORDEM RACIAL NO BRASIL

A ordem racial instaurada no Brasil é resultado de um longo processo histórico de dominação colonial, que fundou as bases da sociabilidade nacional a partir da escravidão, do extermínio dos povos indígenas e da imposição de uma lógica de inferiorização racial. Ao contrário de outros países que formalizaram a segregação racial por meio de legislações específicas, o Brasil construiu um modelo de dominação mais sutil e ideologicamente elaborado, ancorado no mito da democracia racial. Esse mito, amplamente difundido no século XX, especialmente a partir das interpretações de Gilberto Freyre — projetou a imagem de uma sociedade harmoniosa, miscigenada e sem conflitos raciais, ocultando as múltiplas formas de exclusão e violência vividas pela população negra e indígena.

Conforme argumenta Guimarães (2012), essa ideologia racial brasileira impediu por décadas o reconhecimento do racismo como estrutura social e dificultou a organização política das populações racializadas. A ideia de que todos os brasileiros compartilham uma identidade mestiça e cordial naturalizou a desigualdade, promovendo

uma falsa universalização da cidadania. Esse processo foi sustentado por uma lógica estatal que, ao mesmo tempo em que promovia a exaltação da cultura afro-brasileira em contextos específicos (como na música e na religião), mantinha as populações negras e indígenas à margem dos direitos sociais e do reconhecimento institucional.

Anthony Marx (1996) destaca que, embora a escravidão tenha sido formalmente abolida, a dominação racial persistiu sob outras formas, sendo incorporada à construção do Estado-nação como um mecanismo de controle social. A ausência de políticas de reparação ou de inclusão após a abolição revela o projeto político de exclusão da população negra da cidadania plena, consolidando uma ordem social racializada, estruturada na hierarquia entre brancos e não brancos. A democracia racial, nesse sentido, funcionou como um discurso legitimador da desigualdade, dificultando a percepção do racismo como um problema público.

Essa construção ideológica, como observa Souza (2011), contribuiu para que o racismo no Brasil operasse como um mecanismo difuso, presente nas práticas cotidianas, nas instituições e nas relações interpessoais, mas frequentemente negado em seu caráter estrutural. Ao deslocar as causas das desigualdades para o plano individual, por meio de discursos meritocráticos e moralistas, a



sociedade brasileira obscurece os determinantes históricos e materiais das desigualdades étnico-raciais. Essa lógica contribui para a culpabilização das vítimas da exclusão e dificulta a mobilização coletiva por direitos.

Compreender a constituição da ordem racial no Brasil exige, portanto, uma leitura crítica das bases históricas e ideológicas da formação social brasileira. É a partir desse entendimento que se torna possível analisar como o racismo estrutura as relações de poder, a organização do trabalho, a distribuição dos direitos e o acesso às políticas públicas. Nesse sentido, a próxima parte deste trabalho abordará a formação social brasileira, compreendida como o terreno histórico e material no qual se consolidaram as relações de dominação racial e de classe que ainda moldam a realidade nacional. A partir dessa análise, será possível aprofundar o entendimento das contradições estruturais do Brasil e os desafios postos ao Serviço Social na construção de uma prática antirracista e emancipadora.

A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

A ocupação econômica das terras americanas representou uma etapa da expansão comercial européia. Ao Brasil, enquanto colônia tropical cabia a função de fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância como açúcar, ouro, algodão. Assim a agricultura acabou constituindo a base econômica da construção do Brasil que, de acordo com Prado Jr (2006), possui três características principais que se completam: a grande propriedade, a monocultura, o trabalho escravo. Adiciono a esses três uma quarta característica: o genocídio indígena.

Apesar da experiência técnica portuguesa para produção de açúcar financiada pelos holandeses, havia um problema quanto a escassez de mão-de-obra para produção, pois para atrair europeus seria preciso pagar salários mais elevados que os da Europa. O que tornaria a empresa agrícola antieconômica. Outra possibilidade seria retribuir com terras o trabalho do colono realizado por certo número de anos. (Prado Jr., 2006)

Na recusa de mão de obra branca, a escravidão tornou-se necessária. Tal fato representa uma das principais características da sociedade do período colonial brasileiro, um agregado heterogêneo composto por uma pequena minoria de brancos, empresários senhores da terra e parceiros da metrópole, do outro lado, a massa da população majoritariamente escrava.

Para Florestan Fernandes no livro *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (2008), a



formação do regime de classes no Brasil passa, portanto, pela subordinação aos centros externos, pela relação do “arcaico” com o “moderno” (pensando as tradições patrimonialistas e autoritárias), a formação de atores sociais coletivos à inserção econômica desses atores e sua dinâmica nas relações de produção. Por isso temos a emergência de um regime de classes que se desenvolveu sem romper com as hierarquias e estruturas sociais do passado colonial e escravista. Temos a constituição de um padrão de dominação autocrático. Por isso, para Florestan (2008), a sociedade de classes sob o capitalismo dependente deu continuidade a uma rígida estrutura social, funcionando como um circuito fechado, pois precisa impedir a conquista de espaço político das classes subalternas para a manutenção do próprio sistema econômico. Nesse sentido, o capitalismo brasileiro se desenvolveu reiterando um processo de segregação social.

Tal contexto apresentado nos permite afirmar que a formação social brasileira é marcada por um processo de violência histórica que articulou a colonização, a escravidão e a dominação patriarcal como fundamentos estruturantes da ordem social. Desde o início da ocupação portuguesa, o Brasil foi inserido na lógica do capitalismo periférico e dependente, servindo como espaço de extração de riquezas, exploração de corpos racializados e subjugação de saberes e modos de vida originários. Nesse contexto, não apenas a raça, mas também o gênero desempenhou papel central na construção das hierarquias sociais e na produção da desigualdade.

A constituição da sociedade brasileira ocorreu sob um regime que associava a concentração fundiária à exploração da mão de obra escravizada africana, e ao mesmo tempo invisibilizava e subalternizava as mulheres, sobretudo as mulheres negras e indígenas. A violência colonial não se limitou à exploração econômica; ela se estendeu aos corpos, afetos e subjetividades, criando uma cultura patriarcal e racista que perdura até os dias atuais. Como analisa Lélia Gonzalez (1984), a construção da identidade brasileira foi atravessada por um epistemicídio, no qual as vozes das mulheres negras foram silenciadas, ao mesmo tempo em que sua força de trabalho foi expropriada e sua sexualidade explorada como mercadoria.

Desde o Brasil Colônia, nos deparamos com problemas sociais graves, como o desemprego e a miséria. Conforme afirma Prado Júnior no livro *A Formação do Brasil Contemporâneo* (1970), esses problemas, foram vivenciados por uma população “vagabunda e desenraizada”, e que foi utilizada como mão-de-obra servil e escrava, em uma relação de exploração e dominação de negros e índios. Naquele momento o Estado e a sociedade se faziam presentes de forma particular, mediante



o trabalho de cristianização da Companhia de Jesus e pela aplicação da legislação pombalina⁴. Ambas as medidas tinham como objeto a questão indígena. Transformações que nos conduzem a existência das raízes latentes da nossa questão social, ainda na fase colonial de formação da sociedade brasileira. Também é importante deixar claro que nesse percurso tivemos muitas manifestações e resistência via os movimentos sociais ocorridos no Império até chegar na Proclamação da República.

De acordo com Andrade (1980) esta estrutura reprimiu os anseios mais liberais⁴ e grupos políticos que almejavam a implantação da independência com uma República e sufocou com grande violência as revoltas populares que no período regencial se realizaram em várias províncias do Império – Cabanagem no Grão-Pará e Balaiada, Guerra dos Canudos e Sabinada em Províncias do Nordeste. Contudo, podemos afirmar que somos uma sociedade caracterizada por traços do trabalho escravo, do extermínio da população indígena, do preconceito social e de domínios estamentais/patrimonialistas, conjugados ao domínio autoritário-corporativo.

Maria Sylvia de Carvalho Franco (2000), ao analisar as relações sociais na sociedade escravocrata, evidencia como as estruturas de dominação se organizaram em torno de um poder pessoalista, no qual o mando do senhor se estendia à totalidade da vida dos subalternos. Essa lógica impediu o surgimento de uma noção de cidadania plena, construindo um padrão de dominação que naturalizava a desigualdade e a ausência de direitos. Esse padrão persiste na transição do regime colonial para o Estado nacional, revelando a continuidade das formas autoritárias e hierarquizadas de organização social.

A consolidação da formação social brasileira, portanto, deve ser compreendida como

⁴ a) Incentivos estatais para a instalação de manufaturas na metrópole.

b) 1755: criação da Capitania de São José do Rio Negro, hoje Estado do Amazonas.

c) 1755: criação da Companhia de Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão, estimulando as culturas do algodão, do arroz, do cacau, etc. e tentando resolver o problema da mão-de-obra escrava para a região.

d) 1755: criação do Diretório Pombalino, órgão composto por homens de confiança do governo português, cuja função era gerir os antigos aldeamentos. Com tal medida, o governante português extingue o poder dos jesuítas (Regimento das Missões) e o entrega aos colonos. Pombal proibiu a utilização das línguas maternas e do nheengatu (uma espécie de dialeto), tornando obrigatório o uso do idioma português em toda a Colônia. Pelo Diretório também estavam proibidas as construções de casas coletivas.

e) 1759: criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, com o objetivo de estimular o cultivo da cana-de-açúcar e do tabaco.

f) 1759: extinção do sistema de capitanias hereditárias.

g) 1759: expulsão dos jesuítas (inacianos) da Metrópole e da Colônia, confiscando-lhes os bens.

h) 1762: criação da Derrama com a finalidade de obrigar os mineradores a pagar os impostos atrasados.

i) 1763: transferência da capital da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro.



resultado de um processo em que o racismo e o patriarcado se entrelaçam à lógica do capital, produzindo sujeitos precarizados e racializados. Clóvis Moura (1988) denuncia que a abolição da escravidão não representou um rompimento com esse modelo, mas a reorganização das relações de dominação por outras vias — jurídicas, políticas e simbólicas. A ausência de políticas de reparação após a abolição, somada à marginalização da população negra e indígena no acesso à terra, à educação e ao trabalho digno, evidencia a permanência da estrutura colonial na modernidade.

Além disso, como afirma Angela Figueiredo (2014), a construção do Estado brasileiro foi orientada por uma lógica de exclusão das mulheres negras dos processos decisórios e das políticas públicas. As múltiplas opressões que incidem sobre os corpos racializados e generificados foram historicamente naturalizadas pelas instituições, que reproduzem a lógica do silenciamento e da negação da subjetividade desses sujeitos. A invisibilização da mulher negra como sujeito político, produtivo e intelectual é parte do próprio projeto de dominação.

Compreender a formação social brasileira a partir dessas chaves analíticas (raça, gênero e classe) permite revelar o entrelaçamento das opressões como fundamento da desigualdade social. Esse entendimento é essencial para o Serviço Social, que não pode se limitar a análises economicistas ou abstratas da questão social. É preciso considerar as marcas históricas da escravidão, do colonialismo e do patriarcado como elementos constitutivos da realidade brasileira, reconhecendo que as expressões da questão social são profundamente racializadas e generificadas.

Diante disso, a próxima parte deste trabalho abordará a centralidade da questão étnico-racial na constituição da questão social brasileira e os desafios ético-políticos postos ao Serviço Social, destacando a urgência de uma prática profissional antirracista, antipatriarcal e comprometida com a emancipação dos sujeitos historicamente oprimidos.

QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E SERVIÇO SOCIAL

O racismo deve ser compreendido como um componente estrutural e estruturante da sociedade brasileira, articulado à acumulação capitalista e ao Estado burguês. Renata Gonçalves (2018) afirma que a questão racial não pode ser tratada como uma dimensão secundária ou acessória da questão social, pois ela é o “nó” que evidencia as múltiplas formas de exploração, opressão e desigualdade. Isso exige que o Serviço Social, como profissão inscrita no campo das relações sociais,



reconheça a centralidade da questão étnico-racial em sua prática e em seus fundamentos teórico-metodológicos.

No entanto, como aponta Tales Moreira (2024), há um descompasso entre o discurso antirracista e sua efetivação no cotidiano da categoria profissional. Em muitos casos, a adesão ao enfrentamento do racismo permanece no nível da formalidade, sem alcançar uma crítica radical à branquitude, aos privilégios raciais e à reprodução das desigualdades no interior das instituições. A superação desse impasse requer o fortalecimento de um projeto ético-político comprometido com a emancipação humana, que inclua de forma concreta o combate ao racismo e o reconhecimento das especificidades étnico-raciais nas múltiplas expressões da questão social.

Abramides (2021) enfatiza a necessidade de dialogar com as experiências de resistência negra e indígena, situando-as como parte da luta de classes e da construção de alternativas ao projeto civilizatório capitalista. Essa perspectiva é reforçada Silva (2020), que denuncia os entraves impostos pelo racismo estrutural à consolidação de uma formação antirracista no Serviço Social, e aponta a urgência de enfrentar a hegemonia epistemológica eurocêntrica nos currículos da área.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), por meio de suas publicações, campanhas e resoluções (Caderno Temático “Racismo”, de 2016; livro Assistentes Sociais no Combate ao Racismo de 2020; Nota Técnica sobre o quesito raça/cor/etnia (2022); Campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo (2017-2020); Criação dos Comitês Antirracistas, deliberados no 49º Encontro Nacional CFESS-CRESS e a Resolução CFESS nº 1.054/2023 - que estabelece diretrizes para coibir práticas discriminatórias no exercício profissional, reafirmando o compromisso ético-político da categoria com o combate ao racismo) vem assumindo uma postura ativa no combate ao preconceito e na defesa dos direitos da população negra e indígena.

O que reafirma o compromisso ético-político da profissão com a equidade racial e com a desconstrução das práticas discriminatórias nos espaços de atuação profissional. Contudo, ainda é preliminar diante de tantos anos de exclusão e violação dos direitos dos povos indígenas e da população negra no Brasil. De acordo com Amaral e Bilar (2020), ainda é incipiente, mas necessário. Particular atenção deve ser dada à invisibilidade das demandas dos povos indígenas nas políticas públicas e para a necessidade de o Serviço Social reconhecer as especificidades étnico-culturais desses povos, combatendo o etnocentrismo e valorizando suas formas próprias de organização, resistência e cuidado. Elisangela Pankararu (2022) reforça essa crítica ao denunciar os processos



contínuos de expropriação territorial e exploração do trabalho indígena como parte da lógica expansionista do capital.

Para Magaly Almeida (2017) não é possível enfrentar as desigualdades sociais sem considerar as dimensões étnico-raciais que atravessam os sujeitos historicamente oprimidos. A autora destaca que o enfrentamento do racismo deve ir além da retórica e se expressar na práxis profissional, nas escolhas teóricas e nas alianças políticas do Serviço Social.

Dessa forma, a questão étnico-racial na formação social brasileira impõe ao Serviço Social o desafio de construir uma práxis antirracista, crítica e transformadora, que reconheça as particularidades da população negra e indígena na constituição da questão social. Esse enfrentamento deve ser orientado por uma perspectiva de totalidade, que articule as múltiplas opressões e lute pela superação das desigualdades racializadas, reafirmando o compromisso histórico da profissão com os direitos humanos e com a emancipação dos sujeitos historicamente subalternizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ordem racial constituída no Brasil não é mero resquício do passado escravocrata, mas uma estrutura ativa que organiza a sociabilidade nacional, articulada à lógica de reprodução do capital e à manutenção das desigualdades. A abolição formal da escravidão, sem políticas de reparação, inaugurou um regime racial baseado na exclusão silenciosa e na ideologia da democracia racial — mito que opera como tecnologia de apagamento da violência e da desumanização vivida pelos corpos negros e indígenas. Conforme analisado por Guimarães (2012), a ausência de legislação segregacionista explícita não impediu a construção de uma ordem racial excludente e profundamente hierarquizada, sustentada por discursos de mestiçagem e harmonia, que dificultaram por décadas o reconhecimento do racismo como problema estrutural.

Podemos afirmar que a escravidão negra, por mais de três séculos, não foi apenas um regime de exploração econômica, mas também uma engrenagem ideológica de desumanização que estruturou o racismo como base da sociabilidade brasileira. Após a abolição formal da escravidão em 1888, não houve políticas de reparação ou inclusão para a população negra, o que perpetuou sua marginalização social e econômica nos marcos do capitalismo dependente e periférico (Abramides, 2021).

Ao mesmo tempo, essa ideologia produz o que Souza (2011) denomina de "solidariedade simbólica", uma forma de nacionalismo emocional que naturaliza as desigualdades, culpabiliza os



sujeitos subalternizados e inibe a consciência crítica e a mobilização coletiva. Essa construção mítica sobre o Brasil mestiço e igualitário é parte fundamental da gênese do Estado-nação brasileiro e opera como obstáculo epistemológico à luta antirracista. A interiorização da culpa individual pela condição social precária, frequentemente atribuída à suposta “falta de mérito” ou à “deseestrutura familiar”, mascara os processos históricos e estruturais que produzem a pobreza, a marginalização e a exclusão racial.

A trajetória da população negra e indígena no Brasil é marcada por múltiplas formas de violência e resistência. Como lembra Abramides (2021), o Serviço Social, ao adotar uma perspectiva crítica e comprometida com os direitos humanos, deve reconhecer o racismo como um determinante estrutural da questão social, exigindo, portanto, respostas ético-políticas que superem a neutralidade e a abstração teórica. A invisibilidade das demandas dos povos racializados nas políticas públicas, assim como a sub-representação desses sujeitos nos espaços institucionais, expressam a continuidade do projeto colonial no interior da ordem capitalista brasileira.

O enfrentamento ao racismo, nesse sentido, não pode ser uma adesão retórica ao discurso da diversidade, mas deve constituir-se como práxis radicalmente comprometida com a desconstrução da branquitude, com a crítica à hegemonia eurocêntrica nos currículos de formação e com o reconhecimento dos saberes e das práticas políticas dos povos negros e indígenas. Como apontam Pankararu (2022) e Silva (2020), é preciso desafiar a monocultura do saber, valorizando as epistemologias insurgentes que emergem dos territórios racializados e oprimidos.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social, que se orienta pela defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça social e da emancipação humana, deve incorporar o enfrentamento ao racismo como dimensão indissociável de sua prática profissional. Isso implica também tensionar os limites da atuação institucional e construir alianças com os movimentos sociais, reconhecendo os sujeitos racializados não como objetos de intervenção, mas como protagonistas de seus processos históricos.

O Serviço Social, ao se constituir como uma profissão regulamentada no século XX, incorporou inicialmente valores eurocêntricos e universalistas, que ignoraram as especificidades étnico-raciais da população brasileira. No entanto, a partir da virada crítica nos anos 1980 e das lutas sociais por direitos, a profissão passou a incorporar o debate sobre diversidade e racismo em suas diretrizes curriculares, especialmente com a publicação dos Códigos de Ética de 1993 e a atuação do



CFESS em campanhas contra o preconceito racial (CFESS, s.d.).

Apesar desses avanços formais, Tales Moreira (2024) alerta que ainda persiste, dentro da categoria profissional, uma adesão mais formal do que real ao antirracismo. Segundo o autor, o desafio está em romper com a neutralidade institucionalizada e construir uma prática que dialogue com os sujeitos historicamente oprimidos a partir de suas realidades e saberes próprios. É nesse sentido que Silva (2020) defende uma formação antirracista no Serviço Social, comprometida com a crítica ao racismo estrutural e com a desconstrução da formação social brasileira excludente.

Portanto, o enfrentamento da questão étnico-racial na formação social brasileira exige do Serviço Social não apenas um compromisso ético-político, mas uma revisão crítica de suas práticas e fundamentos. Envolve reconhecer que o racismo não é um fenômeno secundário, mas constitutivo da própria lógica de acumulação capitalista e da organização do Estado brasileiro. Essa compreensão é fundamental para que a profissão avance na construção de estratégias de resistência, educação popular, defesa de direitos e fortalecimento das lutas negras e indígenas.

Ainda é importante destacar que a resistência negra e indígena nunca cessou.

Mesmo diante da violência do Estado, da exclusão social e da tentativa de apagamento histórico, os povos racializados construíram formas de luta, organização política, produção de saber e afirmação identitária. É nessa trajetória de resistência que o Serviço Social precisa se ancorar para construir uma prática antirracista que vá além da denúncia e se comprometa com a transformação radical das estruturas sociais.

Nessa direção, o Projeto Ético-Político do Serviço Social precisa estar comprometido com o enfrentamento do racismo estrutural e com a construção de uma formação profissional que incorpore os debates sobre raça e colonialidade como dimensões centrais da realidade social brasileira. Como defende Abramides (2021), é preciso radicalizar o debate étnico-racial na profissão, superando a neutralidade e enfrentando as determinações históricas e estruturais do racismo como parte indissociável da questão social.

Nesse contexto, torna-se imprescindível fortalecer estratégias que combinem reconhecimento e redistribuição, conforme propõe Fraser (2001), articulando políticas públicas que enfrentem as desigualdades materiais com ações afirmativas que valorizem a diversidade étnico-racial. A luta por justiça racial, portanto, deve ser entendida como luta de classe em sua forma mais complexa e interseccional, onde a raça não é um suplemento da exploração capitalista, mas um eixo



constitutivo de sua estrutura.

Conclui-se, assim, que a superação das desigualdades raciais exige uma ruptura com os fundamentos ideológicos do Estado burguês brasileiro e a construção de uma nova sociabilidade fundada na equidade, na memória coletiva e no reconhecimento da diversidade como valor civilizatório. Para isso, o Serviço Social precisa fortalecer sua inserção crítica nas lutas sociais, assumindo com radicalidade seu compromisso antirracista, descolonizador e emancipador. Somente assim será possível contribuir para uma sociedade verdadeiramente democrática, plural e justa — uma sociedade na qual a liberdade, como nos lembra Conceição Evaristo (2020), seja, de fato, uma luta constante.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa (org). **Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos**. EDUC - PUC SP, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/40654/1/9786587387635.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2025.
- ALMEIDA, Magaly. Racismo, sexismo e Serviço Social: desafios teórico- metodológicos e ético-políticos para a profissão. In: CFESS. **Assistentes sociais no combate ao racismo**. Brasília: CFESS, 2020. p. 57-69.
- CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes sociais no combate ao racismo**. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1737>. Acesso em: 18 maio 2025.
- CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Caderno Temático: Racismo, uma questão para o Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2016.
- CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 1.054/2023**. Estabelece diretrizes para coibir práticas discriminatórias no exercício profissional. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/resolucaocfess1054-2023.pdf>. Acesso em: 18 maio 2025.
- COSTA, Gracyelle. Racismo e políticas sociais: o silêncio institucional diante da presença negra. In: CFESS. **Assistentes sociais no combate ao racismo**. Brasília: CFESS, 2020. p. 71-80.
- FIGUEIREDO, Angela. Gênero, raça e políticas públicas: interseccionalidades e desigualdades. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 757-763, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300017>. Acesso em: 18 maio 2025.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 8. ed. São Paulo: UNESP, 2000.
- GONÇALVES, Renata. O “nó” da questão social: raça, classe e Serviço Social. In: CFESS. **Assistentes sociais no combate ao racismo**. Brasília: CFESS, 2020. p. 31-44.



GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 30-35, 1984.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

SILVA, Ana Paula Procópio da. O enfrentamento ao racismo na formação profissional em Serviço Social: desafios e possibilidades. In: CFESS. **Assistentes sociais no combate ao racismo**. Brasília: CFESS, 2020. p. 45-56.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.



DISPUTAS HEGEMÔNICAS E CAMINHOS DE EMANCIPAÇÃO: A ATUAÇÃO DAS INTELLECTUAIS NEGRAS NA DEFESA DOS DIREITOS DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL¹

Eixo 2: Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual

EMILY SANTOS MOTA²

RESUMO: O estudo analisa as dificuldades das trabalhadoras domésticas para conquistar direitos, relacionando-as à hegemonia da elite dominante no Brasil. Destaca o papel das intelectuais feministas negras, que atuaram como articuladoras dessa categoria explorada. Inspiradas em Gramsci, inicialmente se aliaram a grupos elitistas, limitando avanços na Constituição de 1988. A pesquisa mostra a evolução dessas intelectuais, que, ao ganhar autonomia e apoio de sindicatos e organizações internacionais, impulsionaram a aprovação da “PEC das Domésticas” em 2013. Conclui que a organização crítica e alianças sociais foram essenciais para superar a hegemonia e garantir direitos trabalhistas plenos.

Palavras-chave: Feministas negras, hegemonia, intelectuais, trabalho doméstico.

ABSTRACT: The study analyzes the difficulties faced by domestic workers in gaining rights, relating them to the hegemony of the dominant elite in Brazil. It highlights the role of black feminist intellectuals, who acted as articulators of this exploited category. Inspired by Gramsci, they initially allied themselves with elitist groups, limiting progress in the 1988 Constitution. The research shows the evolution of these intellectuals, who, upon gaining autonomy and support from unions and international organizations, drove the approval of the “PEC das Domésticas” (Domestic Workers’ Constitutional Amendment) in 2013. It concludes that critical organization and social alliances were essential to overcoming hegemony and guaranteeing full labor rights.

Keywords: Black feminists, hegemony, intellectuals, domestic work.

INTRODUÇÃO

O conceito de intelectuais em Gramsci pode ser amplamente utilizado como base teórica para discutir diversos aspectos da construção da cidadania e políticas de Bem-Estar da sociedade brasileira. O trabalho doméstico é um aspecto da cidadania feminina e negra, e sua discussão prescinde do debate referente a ação do feminismo negro nessa longa luta. Nessa perspectiva, o feminismo negro existiu e resistiu enquanto um movimento formado de intelectuais dispostos a batalhar pela regulamentação do trabalho doméstico em território nacional. Dessa forma, o objetivo

¹ Agradeço ao Sistema CAPES, financiadora da bolsa de doutorado.

² Doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social na Universidade Federal Fluminense – UFF. Endereço eletrônico: emilystsmota@gmail.com. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9785520676654989>.



do artigo é discutir os principais elementos que indicam a organização das feministas do movimento negro enquanto intelectuais, e o papel por elas desempenhado no reconhecimento e regulamentação do trabalho doméstico no Brasil.

Na palestra “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo”, Ângela Davis ressaltou a importância das mulheres negras brasileiras na formação do feminismo negro. Ela destacou que o reconhecimento das intelectuais negras dos EUA está ligado a uma visão colonialista, sugerindo que os Estados Unidos podem aprender com a história de luta feminista no Brasil, incluindo o poder feminino no candomblé e os movimentos de trabalhadoras domésticas. Davis também enfatizou a necessidade de reconhecer figuras como Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus por suas contribuições às lutas antirracista e antissexista.

Gramsci expande o conceito de hegemonia além das ideias leninistas, definindo-a como uma dominação cultural, ideológica e moral em que a burguesia exerce poder sobre o proletariado, apresentando suas necessidades como universais e impostas aos grupos subalternos (Melo Júnior, 2022). Os intelectuais, integrados às classes sociais que representam, desempenham um papel fundamental ao sustentarem projetos hegemônicos existentes e ao contribuírem para a formação de novas hegemonias por meio de reformas culturais (Melo Júnior, 2022).

No contexto da luta pelo reconhecimento e regulamentação do trabalho doméstico no Brasil, as feministas do movimento negro atuaram enquanto intelectuais pertencentes a o grupo interessado pelas transformações trazidas por uma nova consciência crítica. Essa nova consciência buscou, e tem buscado lutar por uma atuação autônoma e romper com a estrutura patriarcal, racista e elitista da Ordem social vigente. Em contrapartida, esse mesmo grupo de intelectuais precisa, dentro de uma luta ideológica, confrontar outros grupos de intelectuais que contribuem com a manutenção dos projetos hegemônicos da classe dominante.

Metodologicamente, a pesquisa foi realizada por meio bibliográfico dentro de um método dedutivo, iniciando com uma discussão generalista sobre o papel dos intelectuais na construção e manutenção de projetos hegemônicos, e na organização do movimento feminista negro enquanto intelectuais, e depois adentrando nas especificidades da luta pelo reconhecimento e regulamentação do trabalho doméstico desde o período sindical em 1930, passando pela Constituição Federal de 1988, e a finalmente alcançando a PEC das domésticas em 2013.

DESENVOLVIMENTO

O referencial e discussão teórica estão baseados no conceito de intelectuais e hegemonia em Gramsci, que sustenta a análise da luta pelo reconhecimento e regulamentação do trabalho doméstico no Brasil a partir de lutas ideológicas que repercutem na construção e manutenção de projetos hegemônicos.

Os intelectuais e o seu papel mediador na consolidação da hegemonia frente ao Estado

Gramsci, ao postular que os intelectuais não são uma classe, mas desempenham um papel organizacional na constituição das classes, segundo, rompe com a visão tradicional do papel dos intelectuais e propõe uma nova problemática: a relação entre intelectuais e classes sociais. Inicialmente, Gramsci enxerga os intelectuais dentro de uma dicotomia entre governantes sábios e governados ignorantes, mas, ao perceber a cooptação dos intelectuais pela classe dominante, amplia sua concepção e introduz a ideia dos intelectuais orgânicos, que, vindos das massas, mantêm contato com elas e se diferenciam dos intelectuais tradicionais por seu compromisso com a transformação social. Conforme discutido por Luci Faria Pinheiro e Taiza da Silva Gama (2021), os intelectuais orgânicos, oriundos das próprias lutas das classes subalternas, atuam como mediadores entre essas classes e a classe dominante, promovendo a mobilização e a consciência de classe. Para as autoras, essa mediação reflete o processo histórico de evolução e conquista do valor humano.

Gramsci define os intelectuais como grupos sociais que desempenham funções organizativas em diferentes áreas, como produção, administração, cultura e política, sem necessariamente estarem vinculados a instituições acadêmicas. Esses intelectuais surgem de diversos contextos sociais, como sindicatos, movimentos sociais e coletivos culturais, e têm um papel fundamental na conscientização política e na articulação das demandas das classes subalternas, com o objetivo de promover a emancipação e transformação social. No entanto, para entender melhor suas funções, é essencial avaliar como esses intelectuais se relacionam com as classes fundamentais com as quais interagem. É preciso questionar se eles atuam de forma autoritária em relação a essas classes ou se se consideram



organicamente integrados a elas, e se veem a si mesmos como servidores das classes dirigentes ou como parte dessa elite dominante (Duriguetto, 2014; Faria; Gama, 2021).

Gramsci, ao afirmar que os intelectuais não formam uma classe à parte, mas que cada classe social gera seus próprios intelectuais, chama atenção para o modo como os grupos progressistas, que impulsionam o desenvolvimento social, atraem e subordinam intelectuais de outras classes, estabelecendo um sistema de solidariedade psicológica entre diferentes grupos. No entanto, quando essa solidariedade promovida pelos grupos dominantes se enfraquece, a espontaneidade dá lugar à coerção, manifestada em medidas repressivas, como golpes de Estado e ações policiais (Duriguetto, 2014). Assim, os intelectuais da classe hegemônica criam laços de solidariedade psicológica entre governantes e governados, muitas vezes por meio do convencimento, gerando consenso e moldando a vontade dos subalternos. Dessa forma, a vontade coletiva permanece subordinada aos interesses das classes dominantes (Pinheiro; Gama, 2021).

Gramsci começou a desenvolver o conceito de hegemonia em seus primeiros escritos, mas foi nos "Cadernos do Cárcere", escritos durante sua prisão entre 1926 e 1937, que ele expandiu a ideia de forma significativa. Ele passou a entender a hegemonia não apenas como um domínio político e econômico, mas também como uma forma de liderança que se sustenta por meio da direção intelectual e moral de uma classe sobre a sociedade, envolvendo cultura, ideias e práticas sociais (Pinheiro; Gama, 2021). Embora o conceito de hegemonia em Gramsci seja geralmente associado ao domínio ideológico, Edmundo Dias (1996) sugere que ele pode ir além dessa visão, sendo entendido como a construção de uma nova visão de mundo. Nesse sentido, uma classe subalterna pode alcançar sua própria hegemonia se for capaz de desenvolver uma visão de mundo autônoma.

Ao aprofundar o estudo da literatura, torna-se evidente que o Estado se apoia em alguns pilares que definem diferentes dimensões da atuação dos intelectuais. Entre esses pilares, três são especialmente relevantes para a análise desenvolvida neste trabalho: o patriarcado (ou o sistema de uma sociedade patriarcal), a burguesia e o neoliberalismo.

O patriarcado, como um dos pilares que sustentam o papel do Estado, é compreendido por Saffioti (2015) como um sistema de dominação que vai além das relações de gênero, abrangendo também outras formas de opressão, como a classe e a raça. Ela define o patriarcado não apenas como uma relação de poder entre homens e mulheres, mas como um sistema que se perpetua por meio das



estruturas sociais, políticas e econômicas. Aprofunda –se essa visão, identificando áreas onde o patriarcado se enraíza e se reproduz através do Estado. A primeira está nas estruturas de poder, dominadas por homens em posições de liderança, o que resulta em baixa representatividade feminina. Além disso, destaca-se como as políticas e leis influenciadas pela ideologia patriarcal reforçam as desigualdades de gênero, enquanto as políticas públicas muitas vezes ignoram ou minimizam essas questões, perpetuando o status quo.

A dominação burguesa, que está intimamente ligada ao papel do Estado, é central no capitalismo, como analisado. Nesse sistema, a classe burguesa não apenas controla os meios de produção, mas também exerce poder sobre a classe trabalhadora com o apoio do Estado. A influência burguesa vai além da esfera econômica, estendendo-se à política, cultura e instituições sociais, onde a classe dominante promove uma ideologia que legitima e perpetua as desigualdades de classe, naturalizando a exploração e as hierarquias sociais (Pinheiro; Gama, 2021).

Nancy Fraser (2017) oferece uma crítica ao neoliberalismo, focando em suas implicações para a justiça social e as desigualdades, particularmente em suas interseções. A autora argumenta que o neoliberalismo prioriza o reconhecimento de identidades culturais, relegando a segundo plano a redistribuição de recursos e a luta contra a desigualdade econômica. Segundo Fraser, o Estado, conforme descrito por Gramsci, colabora com o neoliberalismo ao criar políticas que favorecem as elites econômicas em detrimento da maioria, ao mesmo tempo em que fragmenta os movimentos sociais, enfraquecendo a ação coletiva e dificultando mudanças estruturais profundas.

As feministas do movimento negro e sua ação enquanto intelectuais na construção de novos projetos hegemônicos

A ação das mulheres do movimento feminista negro pode ser analisada sob o ponto de vista do conceito de intelectuais dado por Gramsci. As mulheres negras desafiaram tanto o movimento feminista quanto o movimento negro, mobilizando-se para colocar suas demandas específicas em evidência, considerando não apenas questões de gênero, mas também os marcadores de raça e classe. Dessa forma, surgiu o movimento feminista negro no Brasil, como uma ferramenta de emancipação,



com uma agenda de lutas voltada para enfrentar as diversas formas de opressão. As feministas negras, além de buscar a inserção das mulheres negras nos debates públicos e na criação de políticas públicas, procuraram construir um novo projeto hegemônico, rompendo com a rede opressora vigente e propondo alternativas que superassem as estruturas de dominação (Lopes, 2017).

O feminismo negro surgiu em resposta à falta de acolhimento das demandas específicas das mulheres negras tanto no movimento feminista quanto no movimento negro. O primeiro negligenciava as questões raciais que afetam essas mulheres, enquanto o segundo ignorava as questões de gênero. Ambos os movimentos reproduziram as opressões que articulam racismo e sexismo, colocando as mulheres negras em uma posição desfavorável. Para enfrentar essa marginalização, elas se organizaram em torno de um movimento próprio, exigindo o reconhecimento de sua identidade e especificidades. Esse movimento desafiou os pressupostos do feminismo hegemônico, questionando a visão eurocêntrica e a universalidade do conceito de mulher que não incluía as experiências das mulheres negras (Lopes, 2017).

O feminismo negro no Brasil ganhou destaque na década de 1980, período de redemocratização e fortalecimento de vários outros movimentos sociais. Nesse cenário, intelectuais negras começaram a desenvolver uma teoria feminista específica, considerando as particularidades das mulheres negras brasileiras, que enfrentam opressões interseccionais de raça, classe e gênero. A partir de meados dessa década, essas mulheres se organizaram politicamente para combater estereótipos que as marginalizam, buscar maior inclusão social, questionar as desigualdades entre mulheres brancas e negras, e lutar contra a cidadania de terceira categoria a que são submetidas devido à discriminação tripla de classe, raça e gênero (Lopes, 2017).

Nos anos 1980, o diálogo entre mulheres negras e o movimento feminista ganhou força com a participação dessas mulheres nos Encontros Feministas, onde elas exigiram a inclusão de suas demandas específicas. Ao reconhecerem a singularidade de suas experiências, as mulheres negras recorreram ao feminismo para se apropriar das teorias que o movimento feminista vinha desenvolvendo, até então distantes de sua realidade (Ribeiro, 1995). A partir desses encontros, o movimento de mulheres negras se consolidou, tanto no interior dos grupos feministas e do movimento negro quanto de forma autônoma. Durante os anos 1990, o movimento passou por um processo de institucionalização, com a criação de várias ONGs e coletivos, como estratégia para fortalecer sua

atuação política. Esse movimento teve um papel fundamental na luta por cidadania e maior participação nas políticas públicas voltadas para mulheres.

Dentro da visão gramsciana, os intelectuais podem atuar de duas formas diferentes: construindo novos projetos hegemônicos e rompendo com a ideologia da classe dominante, ou mantendo os projetos hegemônicos dessa classe. As feministas do movimento negro têm atuado, desde a consolidação do movimento, como intelectuais determinadas a trabalhar na conscientização social, elaborando uma nova ideologia capaz de se sustentar hegemonicamente e romper com a estrutura patriarcal e racista que corrompe a vida em sociedade e é legitimada pelo Estado. O movimento feminista negro, ao tentar construir novos projetos hegemônicos, engaja-se em uma luta ideológica por dois caminhos distintos.

Na Conferência de Durban, o movimento busca reivindicar a visibilidade de suas pautas dentro do feminismo tradicional. Nesse contexto, sua luta ideológica é contra um grupo de intelectuais que partem de um lugar diferente na pirâmide social, pois se tratam, majoritariamente, de mulheres brancas de classe média alta, cuja visão de mundo é baseada nas experiências de seus lugares de privilégio. Dentro dessa disputa ideológica, as feministas do movimento negro atuam como intelectuais pertencentes ao grupo subalterno, interessadas em consolidar sua visão de mundo e em ter suas necessidades acolhidas pelo grupo dirigente, ou seja, as feministas tradicionais, que frequentemente constroem suas pautas de modo universalista, como se as necessidades das mulheres brancas de classe média alta fossem as mesmas de todas as mulheres.

Em um segundo caminho, a luta ideológica acontece em cenários mais turbulentos, pois nesse caso é necessário encarar grupos de intelectuais que atuam diretamente a favor dos interesses da classe dominante, ou seja, homens brancos em posições favoráveis no corpo governamental, que além de possuir o poder legítimo de dominação, detém todos os mecanismos de manutenção ideológica da classe dominante: cargos públicos; vantagem proporcional na participação política para construção de leis, que como consequência fomenta a criação de leis que beneficiam o sistema patriarcal, racista e burguês; monopólio dos aparelhos de hegemonia, como a mídia, o Congresso Nacional; etc.



Da luta ideológica à baixa autonomia política: a ação intelectual na construção da cidadania das trabalhadoras domésticas e na manutenção de projetos hegemônicos de classe

A dificuldade de sindicalização das trabalhadoras domésticas resulta de fatores históricos, estruturais e políticos, como a lenta regulamentação da profissão, a percepção de que seu trabalho não gera riqueza e os laços de proximidade com os empregadores. Além disso, divisões internas durante a redemocratização, entre grupos que defendiam a institucionalização do movimento e outros que priorizavam a autonomia, enfraqueceram ainda mais sua capacidade de organização e mobilização.

A sindicalização das trabalhadoras domésticas começou em 1936, mas enfrentou interrupções e só ganhou força a partir dos anos 1950, com expansão nacional na década de 1960, impulsionada pela Igreja Católica. Apesar da mobilização, a formalização como sindicatos foi lenta, limitando sua capacidade de reivindicação. A regulamentação legal também demorou, com avanços significativos apenas em 1972, ainda assim garantindo menos direitos que os concedidos a outras categorias, sob a justificativa de que o trabalho doméstico não gera lucro.

A dificuldade de sindicalização das trabalhadoras domésticas e a forma como seu trabalho era percebido podem ser analisadas sob a ótica da hegemonia de Gramsci, evidenciando a intenção do Estado em preservar os interesses da elite. A não permissão para a formação de sindicatos entre as trabalhadoras domésticas fazia parte de um projeto deliberado de manutenção da exploração desse trabalho, assegurando a continuidade de uma estrutura social que atendesse aos anseios da classe dominante. Ao restringir a organização dessas trabalhadoras, o Estado impedia que intelectuais críticos pudessem promover a conscientização dessa classe, dificultando a formação de um senso crítico que pudesse questionar a base escravocrata, patriarcal e de classe sobre a qual essa exploração estava assentada. Essa estratégia visava impedir o surgimento de um novo projeto hegemônico que expusesse as desigualdades e os elementos opressores incorporados no trabalho doméstico, assegurando, assim, a perpetuação das relações de poder vigentes.

A Constituição Federal de 1988 representou um avanço na tentativa de resgatar a dívida social dentro do contexto da democratização. Esse processo ganhou força na década de 1980, impulsionado pela formação de um tecido social vigoroso, fruto tanto da convergência quanto da consolidação do novo sindicalismo e de outros movimentos reivindicatórios, que então promoviam



propostas de reorganização institucional (Fleury, 2008). Nesse contexto, a luta dos movimentos sociais para garantir o reconhecimento e a regulamentação do trabalho doméstico permaneceu ativa, superando antigas barreiras e enfrentando novas limitações impostas pela sociedade brasileira em transformação.

A redemocratização marcou um novo capítulo na ordem social, com o reconhecimento dos direitos sociais ampliado para incluir acesso universal a saúde, previdência, assistência e educação, inspirado no modelo de Estado de bem-estar social, que implicava responsabilização estatal e garantia de serviços a todos (Lobato, 2016). A criação do capítulo de Seguridade Social na Constituição foi inovadora, ao associar a condição de cidadania ao acesso a esses direitos, rompendo com o modelo corporativista e firmando um novo pacto social focado nas necessidades coletivas (Fleury, 2008). Contudo, essa nova cidadania e solidariedade, embora progressistas, ainda estavam construídas em bases frágeis, limitadas pela organização social incipiente e pela oferta restrita de bens e serviços sociais, muito ligada ao emprego formal e influenciada pela ideologia neoliberal, o que impôs desafios e contradições ao pacto social emergente (Lobato, 2016).

Na década de 1980, o movimento sindical das empregadas domésticas teve um papel essencial na luta pela consolidação de novos direitos, promovendo pautas em campanhas realizadas em Brasília. A força desse movimento cresceu ainda mais ao se aliar aos movimentos negro e feminista, contando com o apoio crucial das intelectuais feministas, que exerceram o papel de intelectuais dirigentes. Essas líderes direcionaram e fortaleceram os intelectuais do sindicato das trabalhadoras domésticas, que integram um grupo subalterno, contribuindo para elevar suas demandas e assegurar um espaço de representação na elaboração da Constituinte (Melo, 2018; Oliveira, 2009).

A luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas enfrentou ainda mais dificuldades devido à baixa representatividade de mulheres negras na Câmara dos Deputados. Durante o período, apenas 5,7% dos membros da Casa eram mulheres, o que gerou um ambiente hostil para aquelas que defendiam essas pautas, sendo pejorativamente chamadas de “Lobby do batom.” Além disso, as mulheres presentes na Câmara integravam o perfil clássico de acesso ao poder, geralmente oriundas de “famílias de políticos, com popularidade nos meios de comunicação ou com longa trajetória partidária” (Valverde, 2014, p. 27). Essa composição gerou um conflito de interesses e barreiras na

regulamentação do trabalho doméstico, pois muitas dessas deputadas não apenas não compreendiam as demandas do setor, como também poderiam ver seus próprios interesses afetados ao apoiar essas causas. Esse dilema é exemplificado pela fala de Hildete Pereira de Melo, uma militante presente nas negociações.

[..] Mas foi na pauta proposta pela Carta para incorporação das trabalhadoras domésticas nossa maior derrota. No capítulo do trabalho, numa repetição fora de época do passado patriarcal e escravocrata brasileiro, fomos ignoradas pelos membros da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos, e os argumentos eram similares aos de 1939 quando das negociações para a escrita final da legislação trabalhista de 1943, “como pagar salário-mínimo a estas trabalhadoras, as famílias não são empresas e não conseguem arcar com estas despesas”. Falso argumento que só beneficiava as famílias ricas e brancas que se aproveitavam da desigualdade de renda que dominava e domina ainda a sociedade brasileira. Assim, na Carta Constitucional de 1988 os trabalhadores rurais foram incluídos, mas as domésticas não tiveram todos os direitos reconhecidos (Melo, 2018, p. 101).

Tanto as intelectuais dos sindicatos das trabalhadoras domésticas quanto as intelectuais do movimento negro enfrentaram desafios multifacetados em sua atuação. Elas precisaram lidar com as problemáticas apresentadas por intelectuais do movimento feminista universalista, assim como por mulheres e homens que ocupavam cargos na Assembleia Nacional Constituinte. As mulheres, ao se mobilizarem de maneira orgânica em prol do grupo subalterno, buscavam a conscientização de gênero, mas, ao mesmo tempo, frequentemente sustentavam projetos hegemônicos relacionados à classe e à raça. Enquanto isso, os homens, em sua maioria, se empenhavam em manter a hegemonia patriarcal, racista e classista já estabelecida, criando uma dinâmica complexa de luta por direitos e reconhecimento que refletia as tensões e contradições presentes na sociedade brasileira.

A problemática teve início com a divisão do movimento durante o processo de redemocratização. De um lado, havia um grupo ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT), e do outro, um segmento associado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que vinha obtendo sucessos eleitorais nas eleições estaduais. As divergências entre esses dois grupos manifestavam-se nas concepções políticas e nas estratégias de atuação do movimento. As chamadas institucionalistas defendiam a importância da institucionalização do movimento, acreditando que a ocupação de espaços no governo poderia facilitar a aproximação com a sociedade. Em contrapartida, os autonomistas sustentavam que o movimento deveria manter sua independência, evitando a participação no governo para não correr o risco de cooptação. Essa perspectiva dos autonomistas foi

moldada pela experiência vivida em São Paulo, onde, ao lutarem pelo direito à creche, as propostas do movimento foram descartadas em favor de políticas privatizantes, resultando na desarticulação do movimento (Silva, 2012).

Embora a Conferência de Durban tenha sido um marco significativo para que as feministas do movimento negro conseguissem fazer suas pautas e necessidades serem compreendidas pelas feministas da classe burguesa, o Estado conseguiu cooptar essas demandas, transformando o movimento feminista em uma ferramenta que agia em favor da classe dominante. Essa coação ocorreu, primeiramente, porque a luta pela regulamentação não aconteceu de forma autônoma por parte das trabalhadoras domésticas, pois elas precisaram se unir ao movimento feminista burguês e tentar conseguir apoio com as deputadas, também de classe média alta, na Assembleia Constituinte. Em função de parte desse movimento ter se associado ao corpo do Estado, não houve força o suficiente para romper com a hegemonia da classe dominante, mantendo seus projetos vigentes.

Da maior autonomia política à união emancipadora: a Emenda nº 72/2013 - a PEC das domésticas – como fruto da expansão da atuação das feministas do movimento negro

A Proposta de Emenda Constitucional nº 72, conhecida como a “PEC das Domésticas” e aprovada em 3 de abril de 2013, surgiu em resposta à intensa pressão exercida tanto por movimentos sociais brasileiros quanto por organismos internacionais. Essa emenda alterou o Parágrafo Único do Artigo 7º da Constituição Federal, assegurando aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos sociais previstos para outras categorias profissionais no texto constitucional.

No início do século XXI, os movimentos feministas e negros ampliaram a análise do trabalho doméstico ao incorporar a "Economia dos Cuidados" e questionar a justificativa de não geração de mais-valia, usada para negar direitos à categoria. Ao centralizar o papel dos cuidados, evidenciaram as implicações sociais e políticas desse trabalho, que é majoritariamente realizado por mulheres negras, e aprofundaram discussões sobre as desigualdades e a exploração hierárquica. Esse movimento impulsionou propostas de redistribuição e contribuiu para a elaboração da PEC das Domésticas e outras políticas voltadas a esses trabalhadores.



A "Economia dos Cuidados" aborda o trabalho doméstico e de cuidados, geralmente realizado por mulheres pobres, como essencial para o bem-estar social, liberando classes altas para atividades produtivas. Esse conceito também evidencia a desigualdade racial no mercado de trabalho: mulheres brancas ocupam funções mais visíveis e bem remuneradas, enquanto mulheres negras assumem tarefas invisibilizadas e mal pagas. Ao valorizar economicamente esse trabalho invisível, a "Economia dos Cuidados" destaca sua contribuição ao sistema produtivo (Melo; Considera; Sabbato, 2006).

Valorar o trabalho invisível das empregadas domésticas foi fundamental para reconhecer sua importância econômica. Em 2006, uma análise baseada em dados da PNAD e métodos de cálculo semelhantes aos usados no PIB estimou que esse trabalho representava cerca de 11,2% do PIB brasileiro, equivalente a R\$ 260,2 bilhões, reforçando as demandas dos movimentos sociais por maior valorização e direitos para essas trabalhadoras (Melo; Considera; Sabbato, 2006). Essa luta, que durou mais de uma década, contou com alianças de diversos atores políticos, incluindo movimentos feministas, sobretudo o feminismo negro, movimentos sindicais e sindicatos internacionais, fortalecendo a busca pela equiparação de direitos para as trabalhadoras domésticas (Bernadino – Costa, 2015; Ribeiro Filho, 2016).

A aprovação da PEC das Domésticas marcou um avanço significativo para a valorização do trabalho doméstico, impulsionando também a expansão da hegemonia do movimento feminista negro no Brasil. Ao garantir novos direitos para as trabalhadoras domésticas, a PEC reconheceu a importância do trabalho de cuidados — majoritariamente exercido por mulheres negras e de classes populares — para a manutenção da vida cotidiana e para a reprodução social. Esse movimento não apenas ampliou a proteção e a valorização desses trabalhadores, mas também contribuiu para uma nova consciência social sobre a contribuição do trabalho doméstico para a emancipação das classes abastadas. Ao libertar essas classes de tarefas cotidianas, o trabalho de cuidados permite que dediquem mais tempo ao trabalho produtivo e ao lazer, reafirmando sua importância na estrutura econômica e evidenciando o papel das mulheres negras na sustentação desse sistema. Essa valorização do trabalho invisível é uma conquista central para o movimento feminista negro, que desde então reforça a luta por uma distribuição mais justa dos cuidados e por igualdade social.



A construção de uma nova consciência sobre a valorização do trabalho doméstico está diretamente ligada à união de diversos grupos comprometidos com a cidadania das trabalhadoras domésticas, compostos majoritariamente por grupos subalternos (na visão de Gramsci) que, por meio de seus próprios intelectuais, formulam uma visão de mundo alinhada às suas necessidades de classe. Esse fortalecimento coletivo possibilitou a criação desses projetos hegemônicos que emergiu de uma luta mais autônoma, reduzindo a dependência em relação ao movimento feminista burguês e ampliando a capacidade de pressão sobre o Congresso. A articulação desses grupos — feministas negras, movimentos classistas e sindicais — forneceu uma base sólida para que as reivindicações das trabalhadoras domésticas fossem reconhecidas e incorporadas à agenda política, resultando em conquistas como a Emenda nº 72/2013 e trazendo maior visibilidade e valorização ao trabalho de cuidados que sustentam a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suas considerações finais, é possível afirmar que as feministas do movimento negro, enquanto intelectuais orgânicas, desempenham um papel crucial na construção de novos projetos hegemônicos que desafiam as estruturas de dominação impostas pela classe dominante. Ao questionarem tanto o movimento feminista hegemônico quanto o movimento negro tradicional, elas trazem à tona questões de gênero, raça e classe que muitas vezes foram marginalizadas. Com base em uma atuação pautada na luta por reconhecimento e direitos, especialmente no contexto do trabalho doméstico, essas mulheres buscam subverter a hegemonia patriarcal e racista que permeia a sociedade brasileira. A atuação dessas feministas não se limita a uma contestação de ideias, mas se manifesta na formulação de alternativas concretas para uma sociedade mais inclusiva e equitativa, que valorize as especificidades das mulheres negras. Dessa forma, elas não só rompem com a hegemonia estabelecida, mas também promovem a conscientização e a mobilização das classes subalternas, reforçando a construção de uma nova hegemonia baseada na justiça social e na igualdade.

As dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras domésticas para se organizarem em sindicatos refletem um projeto deliberado do Estado para manter os interesses da classe burguesa, economicamente dominante e ideologicamente hegemônica. A restrição à sindicalização das



trabalhadoras domésticas não é apenas uma barreira formal, mas um mecanismo de controle que impede que essas trabalhadoras desenvolvam uma consciência crítica coletiva e promovam mudanças na sua condição social e laboral. Sem a possibilidade de construir uma organização sindical forte, as trabalhadoras ficam limitadas na capacidade de reivindicar e consolidar direitos que as equiparem a outras categorias profissionais, perpetuando a desvalorização do trabalho doméstico e mantendo a hegemonia das elites. Essa falta de reconhecimento sindical obstrui a criação de um novo projeto hegemônico que valorize o trabalho doméstico como fundamental à sociedade, bloqueando também a inclusão das trabalhadoras domésticas nas políticas de bem-estar, como saúde, previdência e assistência, tradicionalmente concedidas aos trabalhadores formais.

Na consolidação da Constituição Federal de 1988, as feministas do movimento negro, atuando como intelectuais orgânicas, enfrentaram o desafio de se articular politicamente em um cenário onde seu movimento ainda carecia de uma organização consolidada. Assim, para dar visibilidade às pautas das trabalhadoras domésticas, essas intelectuais precisaram se aliar a grupos de intelectuais já estabelecidos (intelectuais do movimento feminista burguês e deputadas da classe média alta), cujas visões, em grande medida, refletiam o elitismo e o racismo estrutural característicos da sociedade brasileira. Essa aliança com grupos que, em sua maioria, preservavam privilégios de raça e classe limitou o avanço pleno das reivindicações das trabalhadoras domésticas, resultando em uma conquista parcial de direitos. Tal situação embargou a obtenção de igualdade efetiva, mantendo as trabalhadoras domésticas distantes das garantias asseguradas a outras categorias profissionais e limitando o alcance de um projeto hegemônico que promova a dignidade e o reconhecimento pleno de seu trabalho na estrutura social.

Quando as intelectuais feministas do movimento negro passaram a atuar de forma autônoma nessa luta, unindo-se a outros intelectuais comprometidos com uma visão de mundo crítica e transformadora, foi possível consolidar avanços significativos. Nesse período, tanto as intelectuais do movimento negro quanto os intelectuais das demais organizações tiveram a oportunidade de expandir suas visões de mundo, construir uma nova consciência e elaborar um discurso que rompesse com a hegemonia de classe já consolidada. Ao associar-se a organizações sindicais e internacionais que compartilhavam esse interesse em mudanças estruturais de gênero, raça e classe, as demandas das trabalhadoras domésticas ganharam um respaldo mais robusto e uma legitimidade internacional. Esse



movimento articulado e solidário resultou na aprovação da "PEC das Domésticas" em 2013, que expandiu de maneira substancial e segura os direitos dessa categoria, aproximando-os dos direitos já garantidos a outras categorias profissionais. Essa conquista marcou um momento decisivo na luta das trabalhadoras domésticas e representa o impacto positivo de uma organização coletiva que parte das necessidades e da visão das próprias trabalhadoras e seus aliados, construindo um projeto hegemônico alternativo que valoriza e reconhece o trabalho doméstico como essencial para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 147-163, 1 abr. 2015. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100009>.

BERNARDINO – COSTA, J. Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias de descolonização e saberes subalternos. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós – Graduação no Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília (UNB), 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/McN6p5YG3HXWPHZwhq9HtRD/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

COSTA, R. G. da; VIEIRA, Monique Soares As contribuições de Heleieth Saffioti para a análise do emprego doméstico no Brasil. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 43, p. 271-284, nov. 2019. <https://doi.org/10.23925/ls.v23i43.52171>.

DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 118, p. 265-293, jun. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000200004>.

FLEURY, S. Seguridade social, um novo patamar civilizatório. In DANTAS, B. et al. (Org.). Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois. v.5. Brasília: Senado Federal. Instituto Legislativo Brasileiro, 2008, p. 178-212. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988>. Acesso em: 15 de jan. de 2025.

FRASER, N. Fortunas del feminismo. **Socialist Review**, v. 96, p. 7-28, 2015.

LOBATO, L. V. C. Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro. **Saúde em Debate**, v. 40 (spe), p. 87-97, dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/nQMPVrcwR3ZH3FgyBkbsNS/?lang=pt#>. Acesso em: 13 de jan. de 2025.

LOPES, J. A. **Mulheres negras moldando o direito constitucional do trabalho brasileiro: a doméstica, o Feminismo Negro e o Estado Democrático de Direito**. 2017. Trabalho de conclusão de



curso (Graduação em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/18839>. Acesso em: 13 de jan. de 2025.

MELO, H. P. A Constituição Federal de 1988 e as lutas feministas na área do trabalho: avanços e derrotas. In: Seminário Trinta Anos da Carta das Mulheres aos Constituintes, 2018, Rio de Janeiro. Anais do Seminário Trinta Anos da Carta das Mulheres aos Constituintes. Rio de Janeiro: EMERJ - Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, 2018. v. 1. p. 86-105. Disponível em: [anais_de_seminarios_volumel_2018.pdf](#). Acesso em: 13 de jan. de 2025.

MELO, H. P. de; CONSIDERA, C. M; SABBATO, A. di. Os afazeres domésticos contam. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 435-454, dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182007000300006>. Acesso em: 13 de jan. de 2025.

MELO JÚNIOR, A. de. **Era uma vez a “Princesa Guerreira”**: o discurso e as performances de gênero nos filmes de princesas da Disney. 2022. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2022. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/24844>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

OLIVEIRA, R. B de. A CIDADANIA A PARTIR DE 1930 E SUA RELAÇÃO COM AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS: UMA LEITURA SOBRE O EMPREGO DOMÉSTICO. **Redd – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 1, n. 2, p. 1-22, dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2009.v2i1.2187>.

PINHEIRO, L. F; GAMA, T. da S. CONVERGÊNCIAS HISTÓRICAS ENTRE GRAMSCI E LUKACS: reflexões sobre o intelectual orgânico e o serviço social. In: MARQUES, Eduardo José da Silva Tomé; SCHMITT, Adriana Regina Vettorazzi. **Serviço Social: aplicação da ciência e seus antagonismos**. Ponta Grossa: Atena, 2021. Cap. 4. p. 42-151. Disponível em: <https://doi.org/10.22533/at.ed.9962116074>.

RIBEIRO FILHO, F. D; RIBEIRO, Sofia Regina Paiva. Evolução Histórico-Jurídica do Trabalho Doméstico. **Lex Humana**, Petrópolis, v. 8, n. 2, p. 45-71, dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/1253>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

SAFFIOTI, H. I. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTOS, W. G. dos. A práxis liberal e a cidadania regulada. In: _____. **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. p.63-114.

SCHÜTZ, N. C. **Trabalho Doméstico no Brasil**: uma perspectiva social, racial, de gênero e as conquistas jurídicas. 2019. 99 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/197691>. Acesso em: 13 de jan. de 2025.

SILVA, C. F. S. **Um olhar sobre a identidade e a cidadania das mulheres negras**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14617/14617_1.PDF. Acesso em: 13 de jan. de 2025.



VALVERDE, D. B. S. **A CARTA DAS MULHERES BRASILEIRAS À ASSEMBLEIA CONSTITUINTE 1987/1988: os movimentos de mulheres e a redemocratização.** 2014. 49 f. Monografia (Especialização) - Curso de História Sociedade e Cidadania, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014.

MERCADO DE TRABALHO E DESIGUALDADE: A REALIDADE DAS MULHERES NEGRAS MONOPARENTAIS SOB O OLHAR INTERSECCIONAL¹

Eixo 2: Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual

EMILY SANTOS MOTA²

RESUMO: O artigo utiliza a interseccionalidade para analisar as desigualdades enfrentadas por mulheres negras monoparentais. Apoiado nas teorias de Crenshaw, Collins e Motta, destaca como gênero, raça e classe influenciam suas experiências, especialmente no mercado de trabalho precário e subvalorizado. A pesquisa, baseada em revisão bibliográfica, relaciona essas teorias à realidade social dessas mães solo, evidenciando a opressão institucional e simbólica, enraizada na escravidão. O estudo mostra que políticas eficazes devem considerar essas múltiplas opressões para promover mudanças sociais reais.

Palavras-chave: Desigualdade, interseccionalidade, mercado de trabalho, monoparentalidade.

ABSTRACT: The article uses intersectionality to analyze the inequalities faced by single-parent black women. Based on the theories of Crenshaw, Collins and Motta, it highlights how gender, race and class influence their experiences, especially in the precarious and undervalued labor market. The research, based on a literature review, relates these theories to the social reality of these single mothers, highlighting the institutional and symbolic oppression rooted in slavery. The study shows that effective policies must consider these multiple oppressions to promote real social change.

Keywords: Inequality, intersectionality, labor market, single parenthood.

INTRODUÇÃO

A interseccionalidade é uma forma de análise que visa enxergar nos fenômenos sociais os diferentes graus de subordinação que o gênero, a raça, e a classe agregam. Segundo Henning (2015) esse conceito não é homogêneo, e apresenta a existência de duas possíveis vertentes: a *estrutural*, abordada por Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins, e a *construtivista*. Na primeira, as estruturas são as que mais produzem a diferença, enquanto na segunda as relações de poder fornecem agência aos indivíduos, e isso nem sempre os coloca em lugar de opressão. O presente artigo pretende

¹ Agradeço ao Sistema CAPES, financiadora da bolsa de doutorado.

² Doutoranda no Programa de Estudos Pós – Graduados em Política Social na Universidade Federal Fluminense – UFF. Endereço eletrônico: emilystmota@gmail.com. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9785520676654989>.



principalmente discutir a interseccionalidade do ponto de vista estrutural e, a partir dela, mostrar as contribuições que esse método de análise traz para se fazer compreender as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras em situação de monoparentalidade.

O papel da mulher na família e a forma como ele interfere na vida dela é uma das pautas sobre as disparidades de gênero. A instituição familiar, apesar de ser tradicionalmente nuclear (pais com os filhos), não se limita a ela, apresentando-se também como monoparental. Leite (2003, p.22), cita, então, que “famílias monoparentais são compostas por um/a adulto/a – pai ou mãe – que tem sob sua responsabilidade, uma/um ou várias/os crianças/filhos e encontra-se sem cônjuge ou companheiro/a”. Esse tipo de arranjo familiar segundo Graciele Alves Babiuk (2017) acaba sendo exercido majoritariamente pelo público feminino, encaixando-se assim, como uma questão de gênero, e tem suas pautas amparadas nas vulnerabilidades em que essas mulheres, em função das estruturas sociais, estão suscetíveis a vivenciar: trabalhos precários, baixas remunerações, e ocupações subalternizadas. Entretanto, esse fenômeno social quando associado a essas vulnerabilidades significa mais que uma questão de gênero, e se manifesta estruturalmente diferente entre as mulheres negras.

Compreender a realidade da mulher negra em situação monoparental, tal qual suas especificidades, também exige uma visão interseccional, uma vez que “raça, classe e gênero estão conjuntamente presentes em qualquer cenário, mesmo que pareça ser mais visível e proeminente em uns que em outros”, conforme cita Collins (2015, p. 19). Essas novas categorias de análise são necessárias para que esse fenômeno social saia da dicotomia excludente homem/mulher, e possa ser discutido com base nas novas visões de opressão, que se entrelaça com classe e raça, e permita compreender como elas moldaram as experiências do grupo de mulheres negras monoparentais. A redefinição da opressão permite desvendar as ligações entre a raça, classe e gênero, e nesse artigo elas serão discutidas dessa forma: do ponto de vista institucional e simbólico de Collins (2015), a concepção de desigualdade na diferença de Avtar Brah utilizada por Danielle Motta (2018), e a da perspectiva da super - inclusão e sub - inclusão abordada por Crenshaw (2002).

Metodologicamente, O artigo foi construído por meio de uma pesquisa bibliográfica e método dedutivo, tratando de uma visão generalista do conceito de interseccionalidade com base nas três autoras citadas, e utilizando – o como ferramenta interpretativa da realidade das mulheres negras mães – solo no mercado de trabalho. Dessa forma, o texto contará, além da introdução, com a



discussão interseccional de Patrícia Hill Collins, seguida de Danielle Motta e Kinberlé Crenshaw. Será discutida a interseccionalidade na perspectiva dessas três autoras, respectivamente nessa ordem, e ambas contribuirão de forma ampla com algumas reflexões acerca das desigualdades enfrentadas por mulheres negras monoparentais no mercado de trabalho.

DESENVOLVIMENTO

O referencial e discussão teórica foram baseados no conceito de interseccionalidade desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, Patrícia Hill Collins, e Avta Brah. Esse conceito se vincula com a discussão acerca da monoparentalidade e todas as dinâmicas de desigualdade e subalternidade que mulheres que vivenciam a realidade desse modelo familiar enfrentam no mercado de trabalho.

Maternidade, e desigualdade: o ponto de vista institucional e simbólico de Patrícia Hill Collins

Segundo Collins (2015) a raça, classe e gênero são, enquanto categorias de análise, importantes para fazer compreender as estruturas de dominação e subordinação presentes na complexa rede de relações sociais em que as pessoas estão envolvidas. Para compreender tais estruturas, a autora usa o argumento de Sandra Harding de que as estruturas de opressão de gênero se dão por três dimensões: a institucional, a simbólica e a individual. Destas, apenas as duas primeiras serão abordadas aqui.

A redefinição da opressão do ponto de vista institucional e simbólico de Collins (2015) contribui para refletir e compreender as vulnerabilidades sociais decorrentes das desigualdades enfrentadas por mulheres negras monoparentais no mercado de trabalho, ao trazer o olhar para a instituição escravidão e percebendo a estrutura relacional e trabalhista dessas mulheres, e o que simboliza ser mulher negra para essas estruturas.

Babiuk (2017) mostra que para a mulher, a maternidade e a família são os lugares mais comuns em que pode ser observada a execução do principal papel feminino estabelecido pela sociedade. Dentre os diversos arranjos familiares, aquele que traz o status de mãe solo tem crescido bastante nos últimos anos, e associado a isso, existe o questionamento do porquê e como a monoparentalidade pode ser considerado um fenômeno social que carece de uma percepção interseccional, pois, se esse é um problema de gênero, de que forma então esse critério deixou de ser



o único responsável por torná-las desfavorecidas? A resposta irá surgir conforme a discussão adentre nos processos sociais que atravessam a questão da monoparentalidade feminina.

As estruturas sociais construídas dentro de um processo histórico são reconhecidas pela interseccionalidade e analisadas através de suas lentes. Segundo Collins (2015, p. 20) “Tanto o racismo quanto o machismo e o elitismo podem ser concretamente localizados em instituições”, e por mais que se compreenda como a raça, a classe e o gênero funcionam separadamente, é importante perceber como sistematicamente os três estão entrelaçados e estruturam as desigualdades. E é por isso que não se pode falar da maternidade da mulher negra, e suas consequentes vulnerabilidades, e chegar à base desses entrelaçar, sem fazer referência à instituição escravidão.

Ângela Davis (2016) ao tratar desse período, mostra que a maternidade da mulher escravizada foi uma estratégia econômica e não um direito, pois com o fim do tráfico negreiro ela foi obrigada a ter muitos filhos para manter a existência dos cativos escravizados, e foi amplamente valorizada pela capacidade reprodutiva, no entanto, não havia naquele contexto o direito de ser mãe, apenas a obrigação de reproduzir. Além disso, alguns costumes sempre mostraram a negligência e exploração da feminilidade e capacidade reprodutiva negra, como a venda ou aluguel das escravizadas que, ao separar-se de seus filhos, cumpriam o papel de amas de leite dos filhos das mulheres brancas, colocando os seus em situações de insegurança alimentar. Outra característica é que elas sempre estiveram associadas à dupla exploração, visto que trabalhava duramente nas atividades braçais, em serviços insalubres, e cumpriam serviços domésticos em suas casas e nas casas de brancas.

Segundo Heleieth Saffioti (2013) a organização familiar do branco trazia como suposição a não organização da família negra. A negra passava mais tempo na casa grande do que na própria, não conseguia cuidar dos próprios filhos, desempenhava o serviço doméstico e o braçal junto com os homens, era abusada, impedida de ser verdadeiramente mãe, era vendida e separada da família (inclusive dos maridos), e tinha nela a imagem de promiscuidade, muitas vezes sendo responsabilizada pelos abusos que sofria. A branca, em uma realidade totalmente diversa, desempenhava no ambiente familiar o papel de mãe e dona-de-casa legalmente constituída, associado à ideia do ócio, limitação ao ambiente privado, e tinha nela a imagem de pura, de alguém que era capaz de negar qualquer investida sexual.



Nessa perspectiva, a monoparentalidade negra já existia, e especificamente para ela, essa condição estava associada ao abandono, separações forçadas, descaso, abusos que geraram filhos sem reconhecimento paterno como frutos, exploração e pobreza. A hierarquia racial escravista estruturou as desigualdades entre mulheres a partir de níveis de subordinação entre negras (pretas e pardas) escravizadas, brancas trabalhadoras e brancas abastadas, como se pode ver a seguir:

Sob a égide da escravidão, vemos variados degraus de proteção institucional oferecidos às mulheres brancas abastadas, às mulheres brancas trabalhadoras e pobres e às mulheres africanas escravas. As mulheres brancas pobres gozavam de algumas poucas proteções das quais gozavam as mulheres brancas de classes mais altas. Além disso, o status das mulheres negras era fundamental para manter todas as mulheres brancas em seus devidos lugares. [...] O racismo assegurou que a população negra continuaria a servir a população branca e a sofrer a exploração econômica por suas mãos (Collins, 2015, P. 21 e 22).

Segundo Collins (2015) voltar à instituição escravidão continua sendo importante, muito embora a situação atual não seja idêntica àquela. No entanto, as relações básicas entre mulheres brancas e negras continuam intactas. A instituição familiar cujo arranjo corresponde a monoparentalidade feminina, é um exemplo, e traz indagações: dentro da estrutura social de classe e raça, a monoparentalidade é vivenciada das mesmas formas? As mulheres negras monoparentais possuem acesso ao serviço dos cuidados dos seus filhos e à manutenção dos seus lares? Os trabalhos exercidos por mulheres negras monoparentais garante uma estrutura de emancipação? A presença de filhos e ausência dos maridos tem o mesmo peso para elas, igual ao que tem para mulheres brancas de classes média e alta? (Akotirene, 2019).

Na dimensão simbólica da opressão, algumas ideologias reconhecidas socialmente são utilizadas para justificar a subordinação, e o exemplo disso é a imagem. A imagem da mulher negra, que vem de uma herança escravocrata, é diferente e influencia nas experiências que elas irão ter, principalmente enquanto mãe solo, nas relações de trabalho, nos tipos de ocupações, entre outras. Os adjetivos associados à feminilidade são: passiva, seguidora, emocional, fraca e física. A maioria desses adjetivos, segundo Collins (2015), são associações a mulheres brancas e abastadas, que tanto não conseguem incluir mulheres negras e brancas trabalhadoras, uma vez que elas nunca puderam exercer o papel de dama, como também precisam desqualificar e desvalorizar a imagem negra para manter a credibilidade da branca.

Segundo Collins (2015, p. 27) “Mulheres negras se deparam com imagens controladoras, tais como a mammy, a matriarca, a mula e a prostituta; imagens que encorajam outros a nos rejeitar



como pessoas completamente humanas”. No mercado de trabalho, Carneiro (2003) cita que, mesmo que as mulheres negras consigam investir em educação, a exigência por traços finos e cabelos lisos como critério de “boa aparência” é uma forma de usar da imagem da mulher negra para barrá-la de se inserir no mercado de trabalho e exercer ocupações de qualidade.

Collins (2015, p. 26) cita que “Supor que todos e todas são afetados/as diferentemente pelo mesmo entrelaçamento simbólico de imagens permite que possamos nos mover em direção a novas análises”. Pensando nessa perspectiva imagética dentro do contexto de raça e classe, e levando em consideração a imagem da mulher negra no período escravocrata, existem algumas reflexões acerca da monoparentalidade feminina: a imagem de uma mulher negra cuidando sozinha dos seus filhos é a mesma da mulher branca na mesma condição? A mulher negra em situação de monoparentalidade passa a ideia de independência ou culpabilidade por ser mãe e estar só? Isso interfere na forma de ser vista dentro do mercado trabalho, reduzindo sua credibilidade e seu valor?

A perspectiva institucional e simbólica de Collins (2015) é apresentada como um pontapé da compreensão das desigualdades enfrentadas por mulheres negras monoparentais, visto que a desigualdade não surge superficialmente, ela tem o amparo histórico que constrói uma estrutura e A perspectiva institucional e simbólica de Collins (2015) é apresentada como um pontapé da compreensão das desigualdades enfrentadas por mulheres negras monoparentais, visto que a desigualdade não surge superficialmente, ela tem o amparo histórico que constrói uma estrutura e alimenta o imaginário social baseado na discriminação. A discriminação, além disso, se consolida com base nas diferenças.

Concepção das desigualdades das diferenças pelo olhar de Danielle Motta

A concepção da desigualdade das diferenças de Avtar Brah que Motta (2018) discutem, mostra como a interseccionalidade contribui com as reflexões e compreensão do lugar na estrutura de classes em que a mulher negra monoparental está inserida, ressaltando o impacto da cor da mulher negra nas desigualdades sociais que ela vivencia, e que fomenta suas vulnerabilidades.

Reconhecer o peso de ser uma mulher escravizada, de forma institucional e imagética, é importante para compreender a estrutura classista elaborada pelo sistema capitalista. Karl Marx



disseminou teorias acerca da questão social, entretanto, Daniele Motta (2018) refletiu sobre a possibilidade dessa universalidade não levar em consideração o processo de formação capitalista brasileiro. A cegueira em relação às particularidades impede o entendimento sobre a forma como o capitalismo se apoderou das diversas formas de desigualdades estruturais já preexistentes na sociedade brasileira desde a época da escravidão. Além da importância de conhecer a história da sociedade a partir das lutas de classes, há também a necessidade de se fazer conhecer quem são essas classes, caso contrário, acaba simplificando uma questão social que já se faz complexa nos dias atuais.

É nesse momento que a interseccionalidade apresenta maiores contribuições na compreensão das desigualdades enfrentadas por mulheres negras e, principalmente, a monoparental. Ao sair de um sistema e entrar em outro, essas mulheres, que já se encontravam sozinhas com sua prole, não tiveram a sua disposição nenhuma política de reparação e inclusão, e isso estruturou sua marginalização, e dessa forma, elas passaram a compor a classe precarizada, totalmente envolvida em condições de subemprego e suscetíveis a situações de vulnerabilidades (Motta, 2018).

Não foram somente as mulheres negras monoparentais que passaram por essa estruturação que as subalternizava, essa foi uma condição das mulheres negras de forma geral, no entanto, por ser esse o tipo de família que agravava a condição de precariedade desse grupo, então a análise se torna válida. Motta (2018, p. 78) considera que “as relações escravistas criaram um padrão de vida tradicionalmente precário, com baixa remuneração do trabalho, sobretudo para a população negra”, enquanto Maria Betânia Ávila (2011, p. 65) complementa que “a força de trabalho é indissociável do corpo que a porta, e as suas formas de apropriação e exploração estão definidas não só pelas relações de classe como também de ‘raça’ e de gênero”. Em função disso, a mulher negra possui problemáticas específicas, que por não se tratar de um subgrupo marginalizado, inúmeras vezes não são olhadas e levadas em consideração.

A perspectiva de superinclusão e subinclusão na abordagem de Kimberlé Crenshaw

A perspectiva de superinclusão e subinclusão abordada por Crenshaw (2002) mostra como a interseccionalidade contribui para refletir e compreender as problemáticas da mulher negra



monoparental que inúmeras vezes se tornam invisíveis, e são categorizadas apenas como problemas de gênero.

O movimento feminista, que até o final da década de 1970 era de caráter universalista e visão eurocêntrica, iniciou, a partir daí, seu enegrecimento. Sueli Carneiro (2003) no seu texto ‘Mulheres em movimento’ mostrou que esse processo se tornou necessário, visto que as pautas desmereciam a diversidade identitária de mulheres. Desse modo as negras possuíam necessidades específicas que não poderiam ser tratadas somente na perspectiva de gênero, visto que o capitalismo utilizou da sua cor para robustecer as desigualdades de classe.

Segundo Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177) a interseccionalidade é:

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Essa luta pela visão interseccional dentro da pauta do movimento feminista estava amparada por uma problemática recorrente nas análises que insistiam em homogeneizar o grupo de mulheres: a superinclusão e a subinclusão. A superinclusão segundo Crenshaw (2002, p. 174) “pretende dar conta da circunstância em que um problema ou condição imposta de forma específica ou desproporcional a um subgrupo de mulheres é simplesmente definido como um problema de mulheres”. Já a subinclusão descarta ou esquece-se de incluir problemáticas de grupos de mulheres que, histórico e estruturalmente falando, passam por questões identitárias e vivem algumas delas de forma diferente (Crenshaw, 2002).

Um exemplo dessa super - inclusão é tratar apenas como questão de gênero a monoparentalidade feminina. Nesse arranjo familiar, quando mulheres negras, que compõem majoritariamente a classe necessitada, exercem essa função e ocupam esse lugar, tornam-se sujeitos com grandes emaranhados sociais passíveis de análise. Por essa perspectiva, além do lugar de mulher ela também é negra, pobre, mãe, e a única responsável pelo seu sustento e o do seu lar, ou seja, acumula diversos eixos de subordinações, e a probabilidade de vivenciar as vulnerabilidades é maior se for comparada com as brancas.



É sempre necessário levar em consideração que segundo Carloto (2005) a monoparentalidade em si já torna a mulher mais vulnerável, visto que se trata de uma condição majoritariamente feminina, mas, além disso, Carneiro (2003, p. 119) lembra que “a “variável racial” produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a identidade feminina (mulheres negras), como as masculinidades subalternizadas (homens negros)”. As mulheres negras são subordinadas aos homens negros, no entanto, esses estão abaixo das mulheres brancas na hierarquia social, ou seja, a mulher negra está extremamente distante da mulher branca em nível de desigualdade. Na condição monoparental, justamente por causa dessa disparidade, a mulher negra precisa galgar uma ampla mobilidade social para experimentar a dificuldade na mesma intensidade da mulher branca para: cuidar dos filhos com dignidade, ou gerir uma casa ao mesmo tempo em que ocupa trabalhos que consigam suprir todas as suas necessidades. Isso acontece porque a raça por si só já exclui e explora a negra de forma mais intensa.

Para tornar mais clara a percepção acerca dessa exploração e exclusão que a mulher negra vivencia de forma estrutural, é importante prestar atenção no mercado de trabalho. Praticando a super - inclusão, essa dimensão apresenta melhorias no avanço feminino, no entanto, Carneiro (2003) mostra os estudos de Márcia Lima indicando que o fato de 48% das mulheres pretas exercerem trabalho doméstico remunerado é um grande indicativo de que a expansão do mercado de trabalho para essas mulheres não é significativa, e quando elas conseguem sair dessa realidade e rompe com essa barreira estrutural, ainda assim são direcionadas para cargos cuja remuneração é inferior e com poucos direitos. Seguindo esse raciocínio, há também a questão da exploração dupla, pois, para que ele exista, é necessário que as mulheres sejam pertencentes à classe explorada, em que majoritariamente a maior ocupação é feita por mulheres pretas e pardas. Dessa forma, a monoparentalidade tem maior probabilidade de ser exaustiva para a mulher negra. Viver a maternidade solo para a mulher negra está associado a uma condição racial, baseada também na imagem, e que em cima dela foi estruturado seu lugar social.

O exemplo de sub - inclusão é a entrada da mulher no mercado de trabalho como uma conquista que trouxe liberdade às mulheres, isso não é somente um problema de gênero, há também uma questão de classe sustentada na desigualdade racial. A conquista de entrar no mercado de trabalho não foi um marco e nem aconteceu ao mesmo tempo para todas as mulheres, visto que uma



parcela sempre trabalhou, e muito, ao mesmo tempo em que eram mães. Nesse marco, as mulheres que sempre trabalharam não tiveram suas questões incluídas.

A sub - inclusão é uma problemática encontrada no livro de cunho feminista *The feminine mystique* de Betty Friedman e foi discutida no movimento feminista da seguinte forma:

A famosa frase de Friedman, “o problema que não tem nome”, muitas vezes citada para descrever a condição das mulheres nesta sociedade, na verdade se refere à situação de um seletivo grupo de mulheres brancas casadas, com formação universitária, de classe média e alta – donas de casa entediadas com o lazer, a casa, os filhos, as compras, que queriam mais da vida. Friedman conclui seu primeiro capítulo afirmando: “Não podemos continuar a ignorar essa voz íntima da mulher, que diz: Quero algo mais que meu marido, meus filhos e minha casa”. A autora definiu esse “mais” como profissões, sem discutir quem seria chamado para cuidar dos filhos e manter a casa se mais mulheres como ela própria fossem libertadas do trabalho doméstico e tivessem o mesmo acesso a profissões que têm os homens brancos. Ela não falou das necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres, e não disse aos leitores se era mais gratificante ser empregada, babá, operária, secretária ou uma prostituta do que ser dona de casa da classe abastada (Hucks, 2015, p. 193).

Na mesma perspectiva, quando a monoparentalidade é experimentada pela mulher de classe mais alta, que é majoritariamente branca, existe aí a entrada no mercado de trabalho vivenciado como uma conquista. Por se tratar de um marco que denota a conquista, muitas vezes não é tratado da perspectiva de raça, e torna nítida a estrutura racista que a sociedade capitalista se apoderou, pois quando essa mulher branca sai do ócio doméstico e consegue ir trabalhar, e a situação monoparental está atrelada a liberdade, uma mulher pobre e/ou preta entra no lugar dela para continuar reproduzindo esse trabalho institucionalizado como feminino. Na perspectiva da negra, trabalhar fora para cuidar da família, inclusive quando pertencente a esse arranjo familiar, sempre se tratou de uma necessidade, e não de independência. Quando se fala de mulher pobre e/ou periférica com altas cargas de trabalho e condições precárias de vida, é óbvia a ligação com a marginalização racial, sendo ela o fruto de um racismo que foi intensificado pelo capitalismo (Hooeks, 2015).

Agora é mais fácil compreender que o próprio movimento feminista, antes de iniciar seu processo enegrecimento, era amplamente super - inclusivo e sub - inclusivo em suas pautas e lutas, e com a educação não é diferente. Os índices de escolaridade são totalmente atrelados aos rendimentos dos indivíduos, de forma que não é possível tratar das variáveis trabalhistas sem incluir a percepção



quanto aos níveis educacionais. Parte-se do pressuposto de que a educação vai proporcionar a melhoria nas condições de vida da população, e quanto mais se estuda, maior a probabilidade de avançar no mercado de trabalho e de conseguir empregos formais. Ainda sem o recorte de raça, as mulheres continuam precisando estudar cinco anos a mais que os homens para conseguir o mesmo emprego formal, e receber o mesmo salário. Quando a análise traça um recorte racial, as mulheres negras precisam de oito a onze anos de estudo para conseguir o mesmo emprego formal que a branca, estando muito atrás do homem branco (Carneiro, 2003).

Então quando dados mostram que as mulheres estão estudando mais ou avançando no mercado, principalmente entre as mães solo, é importante ter cuidado ao identificar quem são elas, se as diferenças intragrupo não estão sendo ignoradas dentro do grande grupo de mulheres, ou se as demandas de um deles não estão sendo subvalorizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monoparentalidade vem sendo abordada academicamente como uma questão de gênero em função da presença majoritária de mulheres nesse tipo de arranjo familiar. Embora isso seja verdade, a discussão em cima das vulnerabilidades de mulheres nessa situação consegue ser explorada com uma maior amplitude quando considerada a classe e a raça enquanto fatores de impacto na realidade e experiências vividas. A interseccionalidade enquanto um método de análise surge aqui como a base da discussão que dá a oportunidade de discutir a base da desigualdade enfrentada por mulheres monoparentais no mercado de trabalho, utilizando perspectivas estruturais com abordagens diferentes, que se encontram e se complementam, e que trazem reflexões importantes.

Utilizar as leituras interseccionais de Collins, Motta e Crenshaw proporcionou discutir as vulnerabilidades da mulher negra monoparental a partir de perspectivas que se entrelaçam. A visão da redefinição da opressão de gênero de Collins levou o olhar para a mulher negra em um contexto histórico, mostrando o quanto a escravidão contribuiu para definir a imagem atribuída a mulher negra, e como foi o ponto de partida, em função da cor, para gerar desigualdades, opressões, e desqualificá-la para que outras mulheres pudessem ser qualificadas. Na instituição escravidão a cor foi o referencial para estabelecer estilos de vida precarizados, a relação negativa com a maternidade, e



atribuir à mulher negra a ideia de alguém que não poderia ser considerado um sujeito social. Foi nesse período que iniciou a normalização da opressão na relação entre branca e negras.

A abordagem de Motta conversou com a anterior quando criticou a definição marxista de luta de classes, dialogando com a forma com que a escravidão proporcionou a diferenciação com base na raça, e como ela foi utilizada, no modelo capitalista de exploração, para gerar desigualdades de classe entre as próprias mulheres. A partir daí, foi possível identificar mais claramente a estrutura social em que a mulher negra estava inserida. O pós-escravidão foi marcado com a inserção da população negra no mercado de trabalho, e assim foi caracterizada boa parte da classe trabalhadora. Essa classe inseriu a mulher negra e monoparental em uma estrutura racista e subalterna, forçando-a a dupla exploração, e que mesmo rompendo com barreiras estruturais, ainda assim continuavam vivenciando uma distância exponencial em relação às brancas.

A perspectiva de Crenshaw conversou com a estrutura de classe com base na raça, e trouxe contribuições de como o não recorte de raça e classe atrapalha a identificação de problemáticas que vão além das questões de gênero, e acaba deixando de lado mulheres que fizeram um percurso de vida estruturalmente diferente. Nessa forma de abordar, a interseccionalidade contribuiu com reflexões acerca das pautas dentro do movimento feminista, que ao estar atrelado a uma visão eurocêntrica e elitista, impedia a clareza das problemáticas de mulheres negras e pobres que sempre trabalharam por necessidade, que tem uma imagem social diferente, e de modo geral, podem encara a monoparentalidade com mais vulnerabilidades.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Disponível em: [Interseccionalidade \(Feminismos Plurais\)](#)

ÁVILA, M. B. As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito. Cadernos de Crítica Feminista, n. 4, ano V, p. 48-71, dez. 2011

BABIUK, G. A. Famílias monoparentais femininas, raça e o programa bolsa família no Distrito Federal. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 2., 2017, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Cortez, 2017. p. 1-12.



CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Racismos contemporâneos. Organização, Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; nº 1. Não discriminação). Disponível em: [Microsoft Word - artigo carneiro](#)

_____. Mulheres em movimento. In: Estudos Avançados, 17(49), 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>

_____. As metamorfoses da questão social. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

COLLINS, P. H. “Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão”, **Reflexões e práticas de transformação feminista** (org. Renata Moreno), SOF (Coleção Cadernos Sempreviva), 2015. Disponível em: [FLS5174-1: Collins, Patricia Hill \(2015\). “Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão” | e-Disciplinas](#)

COLLINS, P. H. Pensamento feminista Negro. Estados Unidos boitempo 2019

CRENSHAW, K. “Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, **Revista Estudos Feministas**, ano 10, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

DAVIS, A. Mulheres, Raça e Classe. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: [Mulheres, Raça e Classe](#)

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. Mediações, Londrina, v. 20 n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900/pdf%27>

HOOKS, B. “Mulheres negras: moldando a teoria feminista”, **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Censo Demográfico 2010. Famílias e domicílios. Resultados da amostra. Rio de Janeiro, 1– 203, (2012).

MOTTA, D. Do universal ao específico: entrelaçando gênero, raça e classe. **Cadernos CEMARX**, Campinas, n. 11, p. 71-88, 2018. Disponível em: [Do universal ao específico | Cadernos Cemarx](#)

PINTO, G. Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2006, Caxambú. **Anais [...]**. Caxambú: Abep, 2006. p. 1-16. Disponível em: [Microsoft Word - ABEP2006_298.doc](#)

SAFFIOTI, H. A mulher na sociedade de Classes: mito e realidade. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528 p.





DIREITO À MORADIA E INTERSECCIONALIDADE: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Eixo 2: Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual

ROGÉRIO LUCAS FERNANDES ROCHA¹

RESUMO: O artigo aborda o direito à moradia no Brasil, que embora seja reconhecido pela Constituição de 1988 e regulamentado pelo Estatuto da Cidade de 2001, sua aplicação prática esbarra com a mercantilização da habitação e a ineficiência do Estado. A análise utiliza a perspectiva interseccional, destacando como raça, gênero e classe se entrelaçam para produzir vulnerabilidades específicas, especialmente para mulheres negras pobres chefes de família. Dados do Diagnóstico Socioterritorial de 2023 de Campos dos Goytacazes revelam que as áreas periféricas compreendem uma concentração de população negra, os maiores índices de pobreza e déficit habitacional. O trabalho busca defender políticas públicas que garantam o direito à moradia e à cidade, como forma de superar as desigualdades estruturais.

Palavras-chave: Direito à moradia, interseccionalidade, Campos dos Goytacazes.

ABSTRACT: This article examines the right to housing in Brazil, which, although recognized by the 1988 Constitution and regulated by the 2001 City Statute, faces practical challenges due to the commodification of housing and state inefficiency. The analysis adopts an intersectional perspective, highlighting how race, gender, and class intersect to produce specific vulnerabilities, particularly for low-income Black female heads of households. Data from the 2023 Socioterritorial Diagnosis of Campos dos Goytacazes reveal that peripheral areas exhibit a higher concentration of Black populations, greater poverty rates, and housing deficits. The study advocates for public policies that ensure the right to housing and the city as a means to overcome structural inequalities.

Keywords: Right to housing, intersectionality, Campos dos Goytacazes.

INTRODUÇÃO

O direito à moradia, reconhecido como um direito social pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelo Estatuto da Cidade de 2001, representa um pilar fundamental para a garantia da dignidade humana e da justiça social. No entanto, sua efetivação no Brasil tem sido marcada por contradições e desafios, especialmente em um contexto onde a moradia se transformou em uma mercadoria de difícil acesso para grande parte da população. Segundo Carlos (2004), o espaço do habitar é mais do que um abrigo físico, é um local de reprodução da vida, de construção de memórias

¹ Mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E-mail: rogeriolucas@id.uff.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5586759951477705>.



e de formação de identidades, onde corpos e objetos compartilham experiências e significados. Ainda assim, no cenário capitalista, a moradia tem sido cada vez mais privatizada e mercantilizada, relegando as camadas mais pobres a condições precárias de habitação.

No Brasil, embora o direito à moradia seja amplamente assegurado por aparatos legais, sua implementação ocorre de forma lenta e insuficiente. Dados do Relatório de Déficit Habitacional da Fundação João Pinheiro (2022) revelam que mais de 6 milhões de domicílios enfrentam déficit habitacional, evidenciando a ineficiência do Estado em garantir esse direito constitucional. Essa realidade é ainda mais grave quando analisada sob uma perspectiva interseccional, que considera como raça, gênero, classe e território se entrelaçam para produzir vulnerabilidades específicas.

A interseccionalidade, conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989, mas com raízes nas lutas do Feminismo Negro desde o século XIX, tem se mostrado uma ferramenta essencial para compreender as múltiplas opressões que afetam determinados grupos sociais. No contexto habitacional, essa abordagem permite identificar como mulheres negras, por exemplo, são desproporcionalmente impactadas pela falta de moradia digna, enfrentando simultaneamente o racismo, o sexismo e a precarização do trabalho. Além disso, a interseccionalidade revela como as desigualdades socioespaciais são reforçadas pela segregação urbana, que concentra as populações mais pobres e negras em áreas periféricas, distantes dos centros urbanos e dos serviços básicos.

Este artigo busca, portanto, através de uma revisão bibliográfica analisar o direito à moradia e o direito à cidade a partir de uma perspectiva interseccional, destacando como as desigualdades estruturais do Brasil — marcadas pelo racismo, pelo sexismo e pela concentração de renda — se refletem na precariedade habitacional. A partir de dados do Diagnóstico Socioterritorial de 2023 de Campos dos Goytacazes, serão explorados os perfis das famílias em situação de vulnerabilidade, com foco nas interseções entre raça, gênero e classe. O objetivo é contribuir para o debate sobre políticas públicas que promovam a justiça social e a democratização do espaço urbano, garantindo que o direito à moradia e o direito à cidade sejam efetivados para todos, especialmente para os grupos historicamente marginalizados.

DIREITO À MORADIA E INTERSECCIONALIDADE



Segundo Carlos (2004), o espaço do habitar é marcado pela reprodução da vida, da construção de memórias, onde as identidades se formam e objetos e corpos compartilham o espaço. Embora a moradia se constitua como um bem fundamental para a vida humana, na perspectiva da sociedade capitalista, este bem cada vez mais tem se tornado uma mercadoria de difícil acesso para uma grande parte da sociedade, colocando a camada mais pobre sujeita a contextos precários de habitação.

No Brasil, o direito à moradia é amplamente assegurado através de aparatos legais. Na Constituição Federal de 1988, no artigo 6º, ele é garantido e reconhecido como um direito social. Além disso, é previsto no Estatuto da Cidade (lei 10.257/01), aprovado em 2001 e que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana. Sem contar as demais legislações em âmbito estadual e municipal que também incluem o referido direito.

No entanto, apesar de ser garantido por lei, sua prática ocorre a passos lentos e a situação habitacional no país evidencia esta dificuldade de aplicação. Segundo os dados do Relatório de Déficit Habitacional da Fundação João Pinheiro de 2022, o déficit habitacional² ultrapassa a 6 milhões de domicílios, escancarando a ineficiência do Estado brasileiro na garantia de um direito constitucional.

O direito à moradia é essencial para se pensar a produção do espaço urbano capitalista, pois sua materialização desafia as contradições do capital. A moradia como um direito deve ser pensada para além da sua constituição como mercadoria, mas sim, como um espaço que garanta segurança, dignidade, privacidade e salubridade. Ademais, não existe direito à moradia sem o direito à cidade, estes são direitos complementares. Segundo Lefebvre (2008, p. 134), “o direito à cidade se manifesta como uma forma superior dos direitos”, portanto, ultrapassa os direitos individuais e compreende uma visão mais ampla sobre a cidade, com princípios que visam a democratização do solo urbano, o acesso a serviços, infraestrutura, lazer e participação social.

Nesse sentido, tais direitos são fundamentais para a construção de uma realidade urbana menos desigual. No entanto, como mencionado anteriormente, sua aplicação prática não se concretiza

² Segundo Furtado, Neto e Krause (2013, p. 02) o déficit habitacional é definido através quatro componentes, são eles: (a) domicílios precários – quais sejam rústicos ou improvisados; (b) situação de coabitação, compreendendo famílias conviventes com intenção de se mudar ou residentes em cômodos; (c) domicílios cujo valor do aluguel é superior a 30% da renda domiciliar total e (d) domicílios em situação de aluguel com mais de três habitantes usando o mesmo cômodo de dormitório, o que caracteriza adensamento excessivo.



de forma integral no Brasil. Isso ocorre porque a materialização desses direitos entra em conflito com os interesses da propriedade privada e a hegemonia do mercado imobiliário, que exercem pressão significativa sobre o Estado. Como resultado, o Estado capitalista tende a ceder a essas pressões, reforçando sua inclinação histórica de privilegiar os grupos dominantes em detrimento de uma distribuição mais equitativa dos direitos urbanos.

Ao analisar a problemática habitacional, é essencial adotar uma perspectiva interseccional no debate, considerando as particularidades dos sujeitos sociais que vivenciam essa realidade e os processos que a influenciam. Segundo Guimarães (2024), a expansão e a retração das políticas sociais estão intrinsecamente ligadas à dinâmica da luta de classes e à disputa pelo fundo público. No entanto, as classes sociais envolvidas nesse processo não são homogêneas, sendo fundamental destacar sua diversidade sexual, racial, geracional e territorial para alcançar uma análise mais abrangente e aprofundada.

O conceito de interseccionalidade tem suas raízes nas primeiras gerações do Feminismo Negro estadunidense onde já tensionavam discussões entre gênero, raça e classe durante a luta abolicionista por direitos civis no final do século XIX e início do século XX. No entanto, o termo é cunhado apenas em 1989 por Kimberlé Crenshaw no contexto de luta contra a violação de direitos de mulheres negras estadunidenses em situação de violência (Guimarães, 2024).

A inclusão da interseccionalidade na análise do déficit habitacional permite compreender que determinados indivíduos e configurações familiares estão mais suscetíveis à vulnerabilidade do que outros. Guimarães (2024), ao se apoiar nas contribuições de Bell Hooks e Viveros, destaca como as mulheres negras são desproporcionalmente afetadas por múltiplas opressões, uma vez que, além de enfrentarem o sexismo, também são vítimas do racismo. Nesse contexto, as famílias monoparentais chefiadas por mulheres negras tendem a apresentar maior vulnerabilidade social, uma vez que sua mobilidade é limitada pelo racismo e pelo sexismo, tão estruturantes na sociedade. Por meio da interseccionalidade, é possível compreender como as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual e diversas outras dimensões atravessam os corpos, considerando tanto as suas experiências, quanto o contexto social ao qual estão inseridos (Almeida *et al*, 2024).

A perspectiva interseccional tem desempenhado um papel fundamental no enfrentamento crítico de estruturas opressoras, como o racismo científico, que sustenta a subordinação de pessoas negras, indígenas e de outros grupos étnicos; o sexismo, ao desafiar o determinismo biológico e o



pensamento binário de gênero; e o colonialismo, ao promover um olhar decolonial e emancipatório a partir do Sul Global, valorizando e reconhecendo as culturas e saberes locais (Guimarães, 2024).

Segundo Collins (2022), a interseccionalidade é formada, estruturada e potencializada por eixos como poder, desigualdade social, contexto social, complexidade e justiça social. Diante disso, é impossível abordar a questão habitacional no país sem estabelecer discussões que não perpassem essas dimensões. Não há como pensar cidades mais democráticas ou a garantia do acesso à moradia digna sem questionar as relações de poder inerentes à sociedade capitalista. As desigualdades sociais delas decorrentes, a complexidade das realidades vividas por grupos subalternizados e os contextos específicos em que estão inseridos, precisam ser considerados. Além disso, não é possível promover um discurso transformador sem se pautar na justiça social³, conceito essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

DESIGUALDADES ESTRUTURAIS: RACISMO, GÊNERO E DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL

O Brasil é um país fortemente marcado pelas desigualdades sociais, processo muito evidente nos espaços urbanos. De acordo com o relatório Desigualdade S.A., publicado pela Oxfam em 2024, 63% da riqueza nacional está concentrada nas mãos de apenas 1% da população, evidenciando a má distribuição de renda que intensifica ainda mais essas disparidades. Além disso, o estudo revela que a renda da população branca é, em média, 70% superior à da população negra, destacando o persistente racismo estrutural. Com raízes que remontam ao período colonial, esse problema continua a gerar desigualdades em diversos aspectos da vida das pessoas negras no país.

Segundo Guimarães (2024), as relações sociais possuem papel central na estruturação de classes sociais no Brasil, de modo com que, o modelo de produção escravista empregado pelo colonialismo foi importante para o desenvolvimento do capitalismo, produzindo acumulação de capital através da apropriação do trabalho negro. Por séculos pessoas brancas se aproveitaram da exploração dos corpos negros para o seu enriquecimento e manutenção de seus privilégios, enquanto

³ Justiça social é entendida aqui como definido por Silva e Sarriera (2015, p. 381): “a definição de justiça social mais presente na atualidade está atrelada a uma equitativa distribuição de recursos ou fontes externas, deveres e oportunidades na sociedade, sendo, por conseguinte, um construto relacional”.



que mesmo após a abolição, nenhuma política foi pensada para auxiliar a inserção da população negra ex-escravizada na sociedade.

O racismo estrutural é fruto de um processo histórico e político que se sustenta, marcadamente, a partir da exploração do trabalho de pessoas não brancas, seja de forma gratuita ou mal remunerada. Esse processo cria condições, direta ou indiretamente, para que grupos racialmente marginalizados sejam discriminados de maneira sistemática, gerando disparidades na inserção de classe social desde o período colonial até os dias atuais. Como consequência, observa-se uma profunda desigualdade entre negros e brancos no acesso a serviços e direitos básicos. Guimarães (2024) pontua que as relações étnico-raciais no Brasil, pautadas no colonialismo, estabeleceram limitações na mobilidade social da população negra.

Historicamente a população mais pobre, em sua maioria negra, foi impedida de residir em áreas centrais das grandes cidades, sendo forçadamente deslocadas para regiões periféricas. Áreas marcadas pela ausência do Estado, pouco urbanizadas e de difícil acesso a serviços e infraestrutura. Refletindo a grande desigualdade a qual essa camada da população está relegada.

Segundo Almeida *et al* (2024), a falta de um sistema de proteção capaz de garantir segurança e equidade e políticas específicas para apoiar as famílias brasileiras, tem colocado em riscos determinados arranjos familiares. Essas carências são mais fortes nas áreas periféricas e de assentamentos informais, lugares de residência de maioria negra e feminina, onde enfrentam para além da falta de infraestrutura, a insegurança e a violência (Malundo, 2024).

No Brasil, a pobreza está intrinsecamente ligada a questões de cor, raça e gênero, conforme evidenciado por dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em 2024. Em relação ao gênero, os dados de 2023 mostram que, na extrema pobreza, a proporção era de 4,3% para homens e 4,5% para mulheres, enquanto na pobreza essa diferença se ampliava, com 28,4% das mulheres e 26,3% dos homens nessa condição. Quando analisadas as disparidades raciais, os números se tornam ainda mais expressivos: na extrema pobreza, 4,7% da população preta e 6,0% da parda estavam nessa situação, contra 2,6% dos brancos. Já na pobreza, as proporções eram de 30,8% para pretos, 35,5% para pardos e 17,7% para brancos. Esses dados evidenciam a necessidade de as desigualdades sociais serem racializadas e passarem por marcadores de gênero.

Almeida *et al.* (2024) destacam a divisão sexual e racial do trabalho como base para as hierarquias de gênero e raça nas sociedades contemporâneas. As mulheres, frequentemente, são



relegadas ao trabalho doméstico e ao cuidado da família, atividades não remuneradas. Quando ingressam no mercado de trabalho, em sua maioria, ocupam funções mal remuneradas e associadas à informalidade, especialmente as mulheres negras. Nesse sentido, esse cenário de precarização laboral, agravado pela intensificação da pobreza e pela redução dos investimentos sociais, coloca as famílias em situações de dificuldade de sobrevivência, obrigando-as a assumir integralmente a função de proteção social, um papel que deveria ser desempenhado pelo Estado (Almeida *et al.*, 2024).

Como afirma Guimarães (2024, p. 90), “O Estado neoliberal possui um caráter contraditório, pois, ao mesmo tempo em que possibilita a reprodução da vida, cria obstáculos para determinados grupos sociais”. De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, inciso IV, é estabelecido como direito dos trabalhadores urbanos e rurais um salário mínimo capaz de atender às necessidades básicas individuais e familiares, como saúde, moradia, educação e alimentação. No entanto, observa-se uma inconsistência do Estado ao prever legalmente esse direito, mas, na prática, garantir salários insuficientes para suprir tais necessidades, especialmente a moradia, que é o foco deste trabalho.

No que diz respeito à questão habitacional no país, enquanto o déficit habitacional ultrapassa 6 milhões de domicílios (Fundação João Pinheiro, 2022), há também uma enorme quantidade de imóveis ociosos ou vazios, estimada em cerca de 11,4 milhões de domicílios, segundo o Censo Demográfico de 2022 realizado pelo IBGE. Essa situação evidencia a contradição do Estado neoliberal: embora a função social da propriedade esteja prevista tanto na Constituição Federal quanto no Estatuto da Cidade, na prática, como aponta Corrêa (2002), o Estado capitalista cria condições para a manutenção das classes sociais e a acumulação de capital, privilegiando os grupos dominantes, enquanto negligencia a camada popular.

No Brasil, as políticas sociais são profundamente influenciadas por ideais neoliberais e familistas, que transferem, de forma autoritária e reguladora, as responsabilidades que deveriam ser do poder público para as famílias, resultando em uma sobrecarga desses núcleos familiares. Almeida *et al.* (2024) destacam que esse processo está diretamente ligado à marginalização de pessoas negras, povos originários e imigrantes pobres, grupos que, desde a formação do país, são sistematicamente invisibilizados e desumanizados por meio de uma política de branqueamento de caráter eugenista e racista, marcadamente violenta. São diversas ideologias e ações que reforçam e destacam a desigualdade para com sujeitos racialmente identificados (Almeida *et al.*, 2024).



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES: DADOS E REALIDADES

Nesta seção, analisaremos os perfis das famílias referenciadas no Cadastro Único em cada território da Assistência Social de Campos dos Goytacazes, com base nos dados do Diagnóstico Socioterritorial de 2023, disponibilizado pela Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social. O objetivo é compreender as principais questões que afetam essas famílias em situação de vulnerabilidade, buscando tencionar o direito à moradia e a cidade como elementos fundamentais para a construção de realidades mais justas e dignas.

Para contextualizar o território em análise, é relevante destacar que Campos dos Goytacazes está localizado na região do Norte Fluminense e é o maior município em extensão territorial do estado do Rio de Janeiro. De acordo com o Censo de 2022 do IBGE, sua área abrange 4.032,487 km², com uma população estimada em aproximadamente 483.540 habitantes.

Nos séculos XVIII e XIX, o município de Campos consolidou-se como um dos principais produtores de cana-de-açúcar do país. Seu desenvolvimento econômico foi sustentado por um sistema de produção escravista, que garantia mão de obra barata e abundante. Conforme a economia açucareira se expandia, crescia também o número de africanos escravizados trazidos para trabalhar sob condições extremamente precárias e exploratórias nos canaviais (Ferro e Oliveira, 2018).

A abolição da escravidão no município, no entanto, não ocorreu de forma pacífica. Foi resultado de constantes rebeliões e resistências por parte dos escravizados, que pressionaram os senhores de engenho. Os senhores de engenho eram contra a abolição por entendê-la como uma violação ao direito de propriedade e uma perda de capital. Só cederam ao abolicionismo quando perceberam que a mudança era inevitável, mas mesmo assim concediam alforrias para manter os ex-escravizados trabalhando nas condições análogas à escravidão (Maia, Zamora e Baptista, 2018). O modelo escravista não só sustentou a riqueza da região, mas também perpetuou desigualdades sociais profundas, cujos reflexos podem ser observados até os dias atuais.

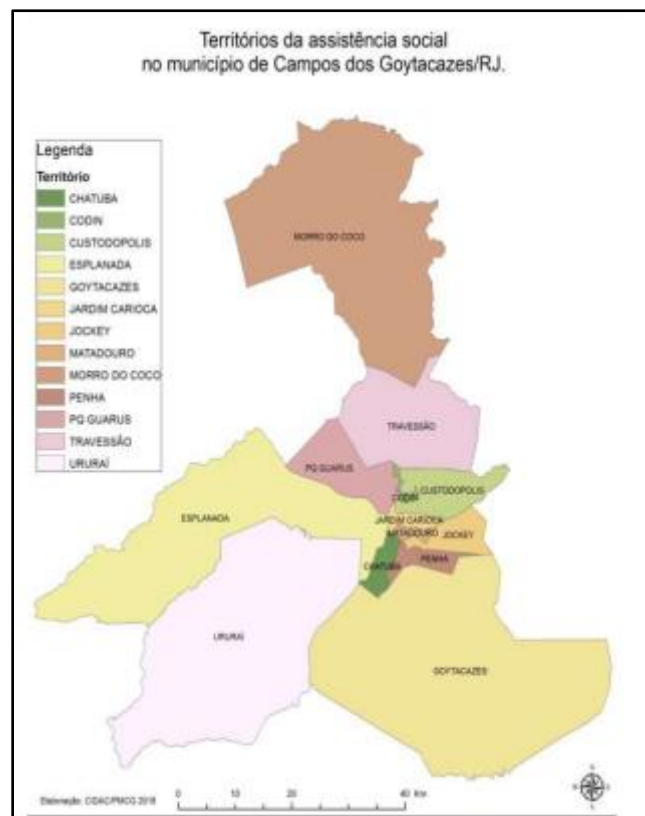
Essas desigualdades sociais tornam-se evidentes ao analisar o espaço urbano de Campos, onde os bairros mais afastados do centro são, conseqüentemente, os mais pobres. Essas áreas serviram



de residência para um grande número de trabalhadores rurais que migraram para a cidade, primeiro com o declínio da produção açucareira e, posteriormente, com a queda da produção cafeeira. O desenvolvimento urbano campista, no entanto, não conseguiu acompanhar a expansão das demandas socioespaciais nem o crescimento da concentração populacional nas áreas urbanas (Faria, 2005). Como resultado, consolidou-se uma estrutura urbana marcada pela segregação e pela precariedade, refletindo as desigualdades históricas que persistem até os dias atuais.

Essas questões podem ser visualizadas a partir dos dados a serem apresentados. Segundo o Diagnóstico Socioterritorial de 2023, tinha-se 108.717 famílias referenciadas ao cadastro único no município, com um quantitativo de 235.781 pessoas, um número expressivo de pessoas em diferentes níveis de vulnerabilidade social. O mapa (01) a seguir refere-se à distribuição dos territórios de assistência social no município.

Mapa 01. Territórios da Assistência Social no município de Campos dos Goytacazes/RJ



Fonte: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (2023).



Dos 13 territórios da Assistência Social em Campos, os dados sobre famílias em extrema pobreza revelam disparidades significativas. A menor porcentagem foi registrada em Matadouro, com 56%, enquanto Codin e Ururaí lideram a lista, com 71% cada. No total, o município conta com 73.081 mil famílias em situação de extrema pobreza. Embora o município como um todo apresente um percentual elevado de pessoas nessa condição, observa-se que os territórios de Codin, Ururaí, Parque Guarus, Travessão, Custodópolis e Goitacazes — bairros mais distantes da área central — são os que ocupam as primeiras posições na lista.

Os dados também revelam que a maioria da população atendida pelos territórios de Assistência Social em Campos é composta por pessoas negras (pretos e pardos). A menor porcentagem foi registrada em Morro do Coco, com 56%, enquanto Ururaí apresenta o maior percentual, atingindo 77%. Mais uma vez, as áreas que lideram a tabela — como Ururaí, Codin, Custodópolis, Parque Guarus e Travessão, todas com porcentagens acima de 70% — estão localizadas em regiões mais distantes do centro da cidade.

Outro dado que chama a atenção refere-se ao arranjo monoparental de chefia feminina, que totaliza 27.958 famílias. Embora esse número seja menos expressivo em comparação a outras categorias, representa um quantitativo significativo de famílias em situação de maior vulnerabilidade. Isso ocorre porque essa configuração familiar está mais suscetível a opressões e desigualdades socioeconômicas. Mais uma vez, áreas como Codin (30%), Ururaí (30%), Travessão (29%), Custodópolis (27%), Goitacazes (27%) e Parque Guarus (26%) lideram a lista, reforçando a tendência de que os territórios mais distantes do centro concentram os maiores índices de vulnerabilidade.

Por fim, um dos dados mais relevantes para este trabalho refere-se às famílias que vivem em condições inadequadas de moradia. A menor porcentagem foi registrada na Chatuba, com 27%, enquanto Travessão apresenta o índice mais alarmante, atingindo 97%. Assim como observado nas demais classificações de vulnerabilidades, os territórios mais distantes do centro da cidade concentram as maiores porcentagens. Além de Travessão, destacam-se Goitacazes, com 88%; Morro do Coco, com 80%; Custodópolis, com 69%; Parque Guarus, com 65%; e Ururaí, com 62%.

Esses territórios, marcados pela pobreza, pela predominância de população negra, pela presença significativa de famílias chefiadas por mulheres e pelo déficit habitacional, evidenciam a necessidade de adotar uma perspectiva interseccional ao analisar o espaço urbano. Isso porque os indivíduos são atravessados por múltiplas questões e processos sociais que moldam suas realidades



de forma complexa e interdependente. Ademais, através dos dados fica evidente que os bairros mais distantes da área central são os mais pobres e conseqüentemente, com o maior quantitativo de pessoas em situação de vulnerabilidade, demonstrando a ausência do Estado nessas áreas da cidade e na falha na garantia a direitos básicos.

Portanto, reforça-se a importância de ampliar a visibilidade das discussões sobre o direito à moradia e o direito à cidade, como estratégias essenciais para superar ou minimizar as disparidades que geram segregação e influenciam diretamente a forma como as pessoas habitam e vivenciam a cidade. Maciel *et al.* (2005) destacam que os problemas urbanos e habitacionais estão intrinsecamente relacionados, uma vez que ambos são frutos da produção desigual do espaço urbano capitalista. Nesse sentido, garantir o direito à moradia digna e o direito à cidade não apenas promove a justiça social, mas também contribui para a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente daqueles que historicamente têm sido marginalizados. Esses direitos são, portanto, pilares fundamentais para a construção de cidades mais inclusivas e equitativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste artigo evidenciou a complexidade das desigualdades socioespaciais em Campos dos Goytacazes, destacando a interseccionalidade como ferramenta essencial para compreender as múltiplas dimensões que atravessam a realidade das famílias em situação de vulnerabilidade. A partir dos dados do Diagnóstico Socioterritorial de 2023, foi possível identificar que os territórios mais distantes do centro concentram os maiores índices de pobreza, déficit habitacional, chefia feminina monoparental e população negra, ou seja, em maiores condições de vulnerabilidade social.

O direito à moradia, embora garantido constitucionalmente, ainda é um desafio no Brasil, especialmente para grupos historicamente marginalizados, como mulheres negras pobres e chefes de família. A precariedade habitacional, somada à falta de infraestrutura e serviços básicos nas áreas periféricas, reflete a negligência do Estado em garantir condições dignas de vida para todos. Essa realidade é agravada pelo racismo estrutural e pelo sexismo, que perpetuam desigualdades e limitam as oportunidades de mobilidade social para populações negras e periféricas.



A perspectiva interseccional mostrou-se fundamental para desvelar como raça, gênero, classe e território se entrelaçam na produção das vulnerabilidades sociais. Famílias chefiadas por mulheres negras, por exemplo, enfrentam desafios específicos decorrentes da sobrecarga de responsabilidades, da discriminação no mercado de trabalho e da falta de políticas públicas adequadas. Essas desigualdades são ainda mais evidentes em cidades como Campos dos Goytacazes, onde o legado colonial e escravista deixou marcas profundas na estrutura social e urbana.

A garantia do direito à moradia e do direito à cidade é, portanto, um passo crucial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Para tanto, é necessário superar a lógica mercantilista que transforma a moradia em mercadoria e priorizar políticas públicas que considerem as particularidades dos grupos mais vulneráveis.

Nesse sentido, a atuação do Estado é fundamental, mas precisa ser repensada para enfrentar as contradições do capitalismo e os interesses do mercado imobiliário. A função social da propriedade, prevista na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade, precisa ser efetivada, garantindo que o solo urbano seja utilizado de forma justa e inclusiva. Além disso, é urgente investir em políticas intersetoriais que integrem habitação, saúde, educação e assistência social, visando à melhoria da qualidade de vida da população.

Por fim, este trabalho reforça a importância de ampliar o debate sobre o direito à moradia e o direito à cidade, trazendo visibilidade para as realidades periféricas e para as lutas dos grupos marginalizados. A construção de cidades mais democráticas e inclusivas passa necessariamente pelo enfrentamento das desigualdades raciais, de gênero e de classe, bem como pela valorização das vozes e experiências daqueles que historicamente têm sido excluídos. Somente assim será possível transformar as cidades em espaços de justiça, dignidade e cidadania para todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de [et al.]. Famílias negras e serviço social. In: Gama, Andréa de Sousa; Silva, Ana Paula Procópio da (org.). **Gênero, família e trabalho**: questões atuais para o serviço social. Curitiba: CRV, 2024. Disponível em: <<https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/38644-genero-familia-e-trabalho-brquestoes-atuais-para-o-servico-social>>. Acesso em: 08 de jan. de 2025.



BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. Contexto, São Paulo, 2004, p. 154.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução de Bruna Barros e Jess Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2022

FARIA, Teresa Peixoto. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. **Encontro de Geógrafos da América Latina**, v. 10, p. 4778-4799, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/2878677/Configura%C3%A7%C3%A3o_do_Espa%C3%A7o_Urbano_da_Cidade_de_Campos_dos_Goytacazes_ap%C3%B3s_1950_novas_centralidades_velhas_estruturas. Acesso em: 02 de fev. de 2025.

FERRO, Neilda da Cunha Alves; OLIVEIRA, Thiago Soares de. **Colonização, Cultura e Língua Em Campos dos Goytacazes**: A Questão Africana na Construção Identitária do Município. *EntreLetras*, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 237–260, 2019. DOI: 10.20873/uft.2179-3948.2018v9n3p237. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/entreletras/article/view/5863>. Acesso em: 27 de jan. de 2025.

FJP. **Déficit habitacional no Brasil 2022**. Belo Horizonte: FJP, 2024. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 05 de jan. de 2025.

FURTADO, Bernardo Alves; NETO, Vicente Correia Lima; KRAUSE, Cleandro Henrique. **Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010)**. 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5809/1/NT_n01_Estimativas-deficit-brasileiro-2007-2011-municipios-2010_Dirur_2013-maio.pdf. Acesso em: 05 de fev. de 2025.

GUIMARÃES. Cláudia Domingues. Masculinidades negras e saúde no Brasil em perspectiva interseccional. In: Gama, Andréa de Sousa; Silva, Ana Paula Procópio da (org.). **Gênero, família e trabalho**: questões atuais para o serviço social. Curitiba: CRV, 2024. Disponível em: <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/38644-genero-familia-e-trabalho-brquestoes-atuais-para-o-servico-social>. Acesso em: 08 de jan. de 2025.

IBGE. COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos e Pesquisas-Informação Demográfica e Socioeconômica**, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102144>. Acesso em: 25 de jan. de 2025.

MACIEL, Vladimir Fernandes *et al.* **Mensurando a vulnerabilidade habitacional**. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO (SEMEAD), 8., 2005, São Paulo: FEA-USP, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Vladimir-Maciel/publication/265271510_MENSURANDO_A_VULNERABILIDADE_HABITACIONAL/li



nks/5475d3620cf29afed612b5c4/MENSURANDO-A-VULNERABILIDADE-HABITACIONAL.pdf. Acesso em: 02 de fev. de 2025.

MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas; BAPTISTA, Rachel Fontes. **Reflexões sobre o racismo em Campos dos Goytacazes**: um olhar existencialista sobre a descolonização. *Revista de Psicologia, Fortaleza (CE)*, v. 10, n. 1, p. 105-112, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/39434>. Acesso em: 27 de jan. de 2025.

MALUNDO, Albano Dias. Construindo Moradia, Refletindo Identidades: Interseccionalidade e Políticas Públicas Habitacionais no Brasil. **Anais do Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades**, v. 3, n. 1, p. 01-12, 2024. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/anaisseminariodepoliticaspUBLICA/article/view/1813>. Acesso em: 25 de jan. de 2025.

OXFAM INTERNACIONAL. **Desigualdade S.A.** Como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública. Relatório da OXFAM de 2024. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/desigualdade-s-a/>. Acesso em: 28 de de jan. de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social. Vigilância Socioassistencial. **Diagnóstico Socioterritorial**, 2023, Campos do Goytacazes. Disponível em: <https://social.campos.rj.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/RT-79-Diagnostico-Socioterritorial-2023.pdf>. Acesso em: 05 de jan. de 2025.

SILVA, Caroline Lima; SARRIERA, Jorge Castellá. Promover a justiça social: compromisso ético para relações comunitárias. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, p. 380-386, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/9scX4FNBXTRKQb8FbTqxqfR/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 07 de fev. de 2025.



VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL

Eixo 2: Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual

MARIA TERESA PETRUCCI CORRÊA MACHADO GOMES¹

RESUMO: Este artigo, fundamentado em revisão bibliográfica, explora a interseccionalidade e a violência política de gênero, com ênfase na vivência de mulheres negras no contexto da política institucional brasileira. A análise considera as marcas do colonialismo e da escravização, que continuam a influenciar as condições de participação política das mulheres, agravando as opressões de gênero, raça e classe. Torna-se evidente, portanto, os obstáculos históricos enfrentados por estas mulheres, restringindo seu acesso e permanência no espaço político. Reforça-se, assim, a importância do respeito à autonomia e dignidade das mulheres negras, destacando a urgência do combate à violência política de gênero.

Palavras-chave: interseccionalidade, violência política de gênero, mulheres negras.

ABSTRACT: This article, based on a literature review, explores intersectionality and gender-based political violence, with an emphasis on the experiences of Black women within the context of Brazilian institutional politics. The analysis considers the enduring impacts of colonialism and slavery, which continue to shape the conditions of women's political participation, deepening the oppressions of gender, race, and class. The historical obstacles faced by these women, which restrict their access to and permanence in political spaces, thus become evident. This reinforces the importance of respecting the autonomy and dignity of Black women and highlights the urgency of combating gender-based political violence.

Keywords: intersectionality, gender-based political violence, black women.

INTRODUÇÃO

A violência política de gênero trata-se de um fenômeno persistente no cenário brasileiro, manifestando-se em ações que buscam restringir ou, em casos mais graves, impedir a participação das mulheres na vida pública, política e partidária. Embora, em grande parte, seja impulsionada pela misoginia, esta violência pode ser agravada por outras formas de discriminação, como o racismo, a opressão de classe, o etarismo, entre outras (Matos, 2022). Dessa forma, afeta, particularmente, mulheres cujas vivências são atravessadas por múltiplas desigualdades, evidenciando a necessidade de análises que considerem a complexidade das dinâmicas sociais que moldam essas experiências.

¹ Mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. <http://lattes.cnpq.br/0141044231255439>. E-mail: mariatpcmg@id.uff.br.



A interseccionalidade, conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw e escolhido para fundamentar este trabalho, oferece as bases para compreender as dinâmicas que surgem da interação entre diferentes eixos de poder, como o racismo, o patriarcalismo e a opressão de classe. Por outro lado, a perspectiva da consubstancialidade, desenvolvida por Danièle Kergoat, apresenta críticas à abordagem interseccional, sobretudo por considerar que esta tende a negligenciar a dimensão da classe e a articular outros marcadores sociais, o que pode resultar na diluição da centralidade e do protagonismo da tríade gênero, raça e classe (Hirata, 2014). Apesar disso, adota-se, neste trabalho, a interseccionalidade como ferramenta analítica, dado o seu vínculo com as lutas das mulheres negras e seu potencial explicativo para os objetivos deste estudo.

Diante desse contexto, nota-se que a conquista do voto feminino, em 1932, não significou, de imediato, a inclusão plena das mulheres na esfera política. O analfabetismo, critério que por décadas limitou o acesso ao voto, aliado à desigualdade social e ao racismo, manteve muitas mulheres, sobretudo mulheres negras, afastadas dos processos decisórios formais. A intersecção entre gênero, raça e classe, portanto, mostra-se importante para compreender as barreiras enfrentadas por parte significativa das mulheres brasileiras no exercício de seus direitos políticos.

A análise aqui proposta busca evidenciar que a violência política de gênero não se limita a ataques individuais, tampouco esporádicos, mas está inserida em um sistema que, historicamente, negou às mulheres, sobretudo às mulheres negras, o direito de ocupar espaços de poder. Apesar dos avanços legais, a presença das mulheres na política segue sendo marcada pela constante luta contra o racismo, o machismo e outras formas de opressão. A partir de contribuições teóricas e relatos concretos, este artigo reforça a importância de uma abordagem interseccional como ferramenta crítica para pensar os desafios da participação política das mulheres no Brasil.

GÊNERO E RACISMO: RAÍZES HISTÓRICAS

Antes de se adentrar, propriamente, à temática central deste trabalho — a interseccionalidade e a violência política de gênero —, urge a necessidade de um breve resgate histórico sobre as violências que acometem, de maneira particular e persistente, as mulheres negras. Compreender as especificidades dessas experiências é fundamental para que não se incorra em uma análise genérica, que não considere as desigualdades raciais presentes nas relações de gênero.



Conforme apontam Conceição e Silva (2024), as mulheres negras ocupam uma posição específica nas sociedades contemporâneas. Tal realidade está intrinsecamente ligada ao período da escravização. Nesse sentido, Angela Davis (2016), ao abordar a situação das mulheres negras escravizadas, explica que elas eram vistas, assim como os homens escravizados, como unidades de trabalho lucrativas. Nesse contexto, para os proprietários de escravos, elas poderiam ser despojadas de gênero, contrastando com a ideologia da feminilidade, em ascensão no século XIX, que enfatizava o papel das mulheres brancas como mães cuidadosas e esposas dedicadas. Enquanto a ideologia da feminilidade destacava a importância da maternidade para as mulheres brancas, as mulheres escravizadas, sob a perspectiva de seus proprietários, não eram consideradas realmente mães, mas instrumentos para a ampliação da força de trabalho escravizada.

As mulheres escravizadas não eram consideradas “femininas” demais para desempenhar tarefas árduas, como o trabalho nas minas de carvão e nas fundições de ferro. Em contrapartida, diferente dos homens, eram vítimas de abuso sexual e demais maus-tratos infligidos exclusivamente a elas. Portanto, a atitude dos senhores em relação às mulheres escravizadas era orientada pela conveniência. Visando o lucro, tratavam-nas como desprovidas de gênero, sendo obrigadas a desempenhar as mesmas funções impostas aos homens; quando desejavam explorá-las sexualmente, o gênero ganhava espaço (Davis, 2016). Nesse sentido, Davis explica:

À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente (Davis, 2016, p. 24).

Conceição e Silva (2024, p. 142-143), em perspectiva similar, explicam que, na sociedade escravista, as mulheres negras desempenhavam papéis tanto na produção quanto na reprodução social, atuando, simultaneamente, enquanto trabalhadoras geradoras de lucro e como mulheres capazes de gerar novas “mercadorias humanas”.

É por isso que, como afirmam Almeida *et al* (2024), o racismo configura-se como um sistema classificatório que sustenta a dominação e exploração de um grupo sobre outro. Através da



racialização dos corpos, esse sistema estabelece privilégios e posições sociais diferenciadas, assegurando vantagens às pessoas brancas em detrimento da população negra. Nesse sentido, a raça, segundo as autoras, opera nas relações sociais, promovendo a objetificação dos indivíduos e sua inserção desigual na estrutura da sociedade capitalista.

Em se tratando do Brasil, Conceição e Silva (2024) explicam que o projeto colonial e seu sistema produtivo, o escravismo, constituem alicerces tanto da organização social quanto do conjunto de discriminações que impõem desvantagens históricas aos grupos sociais negros e indígenas, ao mesmo tempo em que conferem privilégios ao grupo social branco. Assim, o colonialismo e o escravismo tratam-se de fundamentos da formação brasileira, responsáveis pela manutenção, na contemporaneidade, das relações coloniais. Um dos impactos desses processos para as mulheres negras refere-se à posição social específica e distinta da ocupada pelas mulheres brancas, mesmo quando ambas estão submetidas a opressões e explorações de classe e gênero.

Em consonância com as autoras supracitadas, Daniele Motta (2018) explica que, no Brasil, a desigualdade de classes foi reciclada e reforçada pelas desigualdades raciais e de gênero, tendo em vista a herança colonial e escravista presente no país, que teve como um de seus pilares o patriarcado e a opressão das mulheres. Motta acrescenta que, no Brasil, a transição da mão-de-obra escravizada para assalariada não foi acompanhada por políticas de inserção social, tampouco de reparação para a população negra, o que evidencia as condições desiguais impostas às mulheres negras, com efeitos que persistem até os dias atuais.

De acordo com Conceição e Silva (2024), esta realidade se sustenta, ainda hoje, pelo mito da democracia racial, especialmente por meio do mecanismo da negação. Para elas, o colonialismo e a escravização não se tratam de um período histórico que se apagará com o tempo, mas de processos estruturantes que perpetuam as desigualdades sociais no Brasil. Nesse contexto, a experiência das mulheres negras deve ser analisada a partir da intersecção entre a sociedade pós-colonial, patriarcal e racista, em um sistema capitalista dependente, alicerçado no privilégio masculino, branco, heterossexual, burguês, cujos efeitos limitam suas condições de existência (Conceição e Silva, 2024). Dessa forma, esta análise permite uma abordagem interseccional.

INTERSECCIONALIDADE: ANÁLISES E CONTRIBUIÇÕES



No início do século XXI, conforme explicam Collins e Bilge (2021), o termo “interseccionalidade” ganhou ampla difusão, sendo utilizado por acadêmicas, acadêmicos, profissionais e ativistas em diferentes contextos, incluindo desde universidades e escolas até as mídias sociais. No entanto, anterior à difusão do termo, nas décadas de 1960 e 1970, as ativistas negras dos Estados Unidos enfrentaram a dificuldade de não ver as suas necessidades serem plenamente atendidas nos movimentos antirracistas, no feminismo e nos sindicatos, o que já destacava a importância de uma análise interseccional. Nesse contexto, o movimento feminista, por exemplo, priorizava o gênero, à medida que os sindicatos, por sua vez, focalizavam a classe.

Guimarães (2024) explica que as raízes da interseccionalidade referem-se às primeiras gerações do Feminismo Negro estadunidense, no contexto da luta abolicionista por direitos civis, marcado por tensões entre gênero, raça e classe na transição do século XIX para o XX. O coletivo de mulheres negras *Combahee River*, por sua vez, na década de 1970, contribuiu no combate às opressões provocadas, simultaneamente, pelo capitalismo, racismo e heterossexismo. É por isso que, de maneira complementar, Hirata (2014) explica que a origem da interseccionalidade vincula-se ao movimento denominado *Black Feminism*, do final dos anos 1970. Este movimento teceu críticas, de forma coletiva, ao feminismo branco, de classe média, heteronormativo.

A partir da década de 1980, o debate interseccional foi aprofundado, possibilitando, entre outras contribuições, a crítica ao essencialismo presente na noção de gênero, frequentemente tratado como um estudo sobre mulheres de forma universalizada, especialmente quando brancas, heterossexuais e de classe média. Sendo assim, como Berth (2023, p. 184) pontua, ao falar em gênero feminino, é preciso romper com a universalidade expressa na figura da mulher branca, cisgênero e hétero. Este ideal, segundo a autora, mantém vivo e atual o questionamento feito Sojourner Truth, mulher negra, em 1851, no *Women's Right Convention* (Convenção pelo Direito das Mulheres): “E eu não sou uma mulher?”.

Diante desse contexto, Kimberlé Crenshaw cunhou o termo “interseccionalidade”, destacando sua importância na luta contra a violação dos direitos de mulheres negras estadunidenses em situação de violência (Guimarães, 2024). Ao cunhar o termo “interseccionalidade”, Crenshaw destaca que diferentes “eixos de poder” podem incidir simultaneamente sobre um mesmo corpo. A autora, portanto, apresenta a seguinte definição para o conceito:



A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

Crenshaw (2002), então, utilizando a metáfora da intersecção, propõe que diferentes eixos de poder, como raça, etnia, gênero e classe, podem ser vistos como avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. Embora esses eixos sejam frequentemente considerados distintos, eles se sobrepõem e se cruzam na prática, criando intersecções complexas. Segundo a autora, as mulheres racializadas, por exemplo, vivem em um espaço onde o racismo, a classe e o gênero se entrelaçam, tornando-as suscetíveis a múltiplas formas de opressão de forma simultânea.

Almeida *et al* (2024), por sua vez, destacam a importância da utilização da categoria interseccionalidade para compreender os fundamentos dos processos de exploração, dominação e opressão que estruturam as relações sociais no capitalismo. Nesse sentido, afirmam que, como ferramenta analítica, a interseccionalidade não trata as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, etnia, faixa etária, entre outras, de forma isolada, mas como elementos inter-relacionais. Não se trata, nesse sentido, da mera soma de identidades, mas da forma como os corpos são atravessados por essas estruturas, influenciando suas vivências e posições sociais.

Após a introdução ao conceito de interseccionalidade, torna-se pertinente destacar que ele não está isento de críticas e que sua utilização não é consensual no âmbito acadêmico. Danièle Kergoat traz à tona a problemática da “consustancialidade”, elaborada a partir do final dos anos de 1970, pautando, inicialmente, a articulação entre sexo² e classe social e, posteriormente, sendo ampliada para classe, sexo e raça (Hirata, 2014).

Na perspectiva de Hirata, o ponto central da crítica de Kergoat ao conceito de interseccionalidade é que a categoria não se volta para as relações sociais fundamentais – classe, sexo e raça – em sua plena complexidade. Além disso, de acordo com Kergoat, a análise interseccional

² Neste trabalho, observa-se o uso alternado dos termos “gênero” e “sexo” em referência à interseccionalidade e à consustancialidade, com o objetivo de manter fidelidade à terminologia empregada pelas autoras citadas. Reconhece-se, entretanto, a existência de discussões que apontam diferenças conceituais entre os termos. De forma sucinta, embora não haja consenso absoluto sobre o tema, argumenta-se que “gênero” carrega uma definição voltada para o âmbito social, enquanto “sexo” associa-se a características biológicas. Por isso, nas reflexões autorais presentes neste artigo, adota-se, preferencialmente, o termo “gênero”.



tende a privilegiar o par gênero-raça, negligenciando a dimensão da classe social. Ressalta-se, no entanto, que um ponto maior de convergência entre ambas é a proposta de não hierarquização das formas de opressão (Hirata, 2014). Assim, para Hirata:

De uma maneira mais global, creio que a controvérsia central quanto às categorias de interseccionalidade e consubstancialidade se refere ao que chamo “interseccionalidade de geometria variável”. Assim, se para Danièle Kergoat existem três relações sociais fundamentais que se imbricam, e são transversais, o gênero, a classe e a raça, para outros [...] a intersecção é de geometria variável, podendo incluir, além das relações sociais de gênero, de classe e de raça, outras relações sociais, como a de sexualidade, de idade, de religião etc. (Hirata, 2014, p. 66).

Crenshaw, como visto anteriormente, afirma que outros sistemas discriminatórios, para além do racismo, do patriarcalismo e da opressão de classe, criam desigualdades. Almeida *et al* (2024), ao discutirem a interseccionalidade, tratam de categorias como orientação sexual, nacionalidade e faixa etária, sem se restringir aos marcadores de gênero, raça e classe. De igual modo, para Collins e Bilge (2021), fazer uso da interseccionalidade como ferramenta analítica não se restringe aos marcadores sociais de raça ou classe. Em vez disso, “(...) entende-se a desigualdade social através das interações entre as várias categorias de poder” (Collins e Bilge, 2021, p. 47).

Essa perspectiva distingue-se daquela proposta por Danièle Kergoat, antes apresentada. Neste trabalho, opta-se pelo uso do termo “interseccionalidade”, cuja origem relaciona-se com as demandas das mulheres negras. Embora a noção de “consustancialidade”, formulada por Kergoat, forneça importantes contribuições para compreender a articulação entre gênero, raça e classe, sendo, inclusive, preferida por alguns estudiosos, a interseccionalidade, por sua vez, permite a inclusão de outros marcadores sociais que, conforme sustentado por essa análise, ampliam a compreensão das dinâmicas de poder. Dessa forma, reafirma-se a escolha pelo conceito de interseccionalidade como ferramenta analítica.

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: AVANÇOS E DESAFIOS

Conceição e Silva (2024) ressaltam que, no Brasil, a resistência das mulheres negras remonta ao século XVII, manifestando-se no Quilombo de Palmares, em outros quilombos e nas diversas insurreições ocorridas ao longo do período de escravização. No entanto, esses episódios históricos



costumam ser excluídos das narrativas sobre as lutas das mulheres brasileiras, evidenciando um processo de apagamento que desconsidera atuações femininas que antecedem as reivindicações sufragistas nas décadas de 1920 e 1930.

As reivindicações sufragistas, como explica Soihet (2012), foram lideradas, sobretudo, por mulheres das elites intelectuais e familiares de políticos influentes, como Bertha Lutz, por exemplo. A autora explica que, embora algumas militantes do movimento sufragista demonstrassem preocupação em garantir direitos para a classe trabalhadora, essa não foi a prioridade da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF)³. Segundo Soihet, havia uma distância significativa entre as integrantes dessa entidade e as mulheres da classe trabalhadora que, naquele momento, estavam mais focadas em questões de sobrevivência do que na luta pelo direito ao voto.

A conquista do voto feminino, no Brasil, ocorreu em 1932, com a promulgação do novo Código Eleitoral, que instituiu o voto secreto e o direito ao voto feminino (Soihet, 2012). A Constituição de 1934 consolidou esse direito, embora o voto feminino ainda fosse facultativo, exceto para mulheres que ocupassem cargos públicos remunerados, para as quais o voto também era obrigatório. Esta distinção apenas foi superada com o Código Eleitoral de 1965 (Santos, 2017). No entanto, como observa Coutinho (1999), o sufrágio universal só se efetivou décadas depois, com a Constituição de 1988, que estendeu o direito ao voto às pessoas analfabetas. É fundamental reconhecer que, apesar do marco legal de 1932, muitas mulheres, sobretudo mulheres negras, continuaram à margem do processo eleitoral, haja vista que a herança do período de escravidão ainda lhes negava amplo acesso à educação.

Apesar dos avanços representados pelos Códigos Eleitorais de 1932 e 1965 e pelas Constituições de 1934 e 1988, as mulheres seguiram demandando novas legislações, pois os marcos legais já conquistados, embora significativos, não garantiam plenamente seus direitos e necessidades. Nesse sentido, destaca-se a promulgação da Lei nº 14.192/2011, que estabelece normas para prevenir e coibir a violência política contra as mulheres no exercício de seus direitos políticos. Apesar disso, a violência política de gênero persiste. Conforme observa Matos:

³ A Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), fundada sob a forte influência de Bertha Lutz, desempenhou um papel fundamental na luta pelos direitos das mulheres. A organização foi responsável pela realização do Primeiro e do Segundo Congresso Internacional Feminino, em 1922 e 1931, respectivamente, eventos que marcaram a mobilização pelo sufrágio feminino no Brasil (Soihet, 2012).



A VPCM⁴, como outras formas de violências de gênero já conhecidas, é definida por violências de caráter físico, psicológico, moral e sexual (a Lei Maria da Penha também incluiu a violência patrimonial/econômica) que tenham o intuito de limitar ou até impedir a participação da mulher na vida pública, política e partidária. Existem inúmeros gatilhos que podem levar a essa violência. Para além de ser mulher, lembramos também que a violência sofrida pode advir da raça/cor/etnia, orientação sexual, classe social, religião, idade, escolaridade. Ou pelo fato de uma pessoa possuir alguma deficiência, pertencer a algum movimento social ou ter determinada identificação ideológica, entre outras (Matos, 2022, p. 212).

Dessa forma, a VPCM pode ser desdobrada em diferentes manifestações, conforme a motivação das agressões. Assim, ela se apresenta como violência política sexista (VPS) quando motivada pelo ódio misógino; violência política racista (VPR) quando fundamentada em ódio etnorracial; e violência política homofóbica (VPH) quando direcionada pelo ódio homofóbico. Além disso, quando envolve duas ou mais dessas motivações, caracteriza-se como violência política interseccional (VPI) (Matos, 2022).

A Lei 9.504/1997, por sua vez, embora determine a reserva mínima de 30% e máxima de 70% das candidaturas por gênero, não conseguiu solucionar o problema da sub-representação feminina nas estruturas partidárias. Sendo assim, como destaca Wanderley (2010), a cultura machista continua a limitar a participação das mulheres, mesmo com a existência de leis específicas para combater essas práticas.

Para além dessas dificuldades, Avelar (2004) aponta que muitos indivíduos ainda se sentem inibidos de participar da política devido à baixa posição social, falta de recursos simbólicos e consciência dos direitos, gerando uma autoimagem negativa em relação aos que participam. Assim, em vários países, incluindo o Brasil, a política é vista como uma "arena para letrados", dominada, historicamente, por homens brancos e de alto *status*. No entanto, de acordo com Coutinho (1999, p. 55), a noção de "socialização da política", que se desenvolveu no último terço do século XIX e acentuou-se no século XX, mostra que cada vez mais pessoas passaram a fazer política, não só através da ampliação do direito ao voto, mas também pela participação em organizações como sindicatos, partidos e movimentos.

⁴ Violência política contra mulheres.



“ATÉ QUE TODO O CORPO DE MULHER SEJA LIVRE”: RELATOS E TRAJETÓRIAS POLÍTICAS

Em meio a conquistas e persistentes desafios, cada vez mais pessoas e, portanto, mais mulheres passaram a fazer política. Nesse contexto, em que as desigualdades de gênero se articulam com os marcadores de raça e classe, a trajetória de Benedita da Silva emerge como um exemplo emblemático da luta por participação. Benedita, detentora de uma vasta e notável trajetória política — primeira mulher negra vereadora no Rio de Janeiro, deputada federal na Assembleia Constituinte de 1988, ex-senadora da República, ex-governadora do Rio de Janeiro e, atualmente, deputada federal —, afirma que o ódio, o machismo, o racismo, sempre cruzaram o seu caminho. Relata ainda que, ao pisar no Congresso pela primeira vez, não acreditavam que uma preta era a nova parlamentar em um lugar predominantemente masculino e branco. Além disso, a deputada compartilha o seguinte relato:

Imagine, em 1982, em plena ditadura, eu, mulher negra e favelada, tornei-me a primeira vereadora do Rio de Janeiro. Claro que não foi nada fácil. Aqueles homens bem-nascidos, ricos, não gostavam muito de uma mulher por lá, ainda mais negra e que morava na favela. Houve campanha de difamação, agressão por palavras e gestos. Episódios de racismo velado e também do tipo descarado. Mas eu segui em frente, com a espinha ereta e um propósito: melhorar a vida da minha comunidade, das mulheres, da população negra, dos mais pobres, alcançar a democracia (Silva, 2022, p. 36).

Embora estivesse ocupando um espaço de poder enquanto vereadora, Benedita não deixou de ser alvo de ataques racistas, machistas e classistas. Posteriormente, ao se tornar deputada, o preconceito persistiu:

Mas, se por um lado eu era uma deputada, uma autoridade, fazendo uma das tarefas mais importantes que um parlamentar eleito pode fazer, que é ajudar a escrever a Constituição democrática, para nos livrar dos resquícios da ditadura e proteger nosso povo, de outro, ainda enfrentava a dor que todas as negras e todos os negros enfrentam cotidianamente no nosso país. Ou você acha que eu era tratada como os brancos dentro do Congresso Nacional, nos prédios onde entrava? Porque o racismo não respeita nem mesmo a autoridade que os votos nos conferem. Quando cheguei à Câmara dos Deputados e fui pegar o elevador, um funcionário muito educado foi me dizer que ali era só para deputados. Eu respondi: “Que bom, aqui que é o meu lugar”. Não sou de abaixar a cabeça, nem ceder” (Silva, 2022, p. 38).

Os depoimentos de Benedita da Silva se conectam às reflexões trazidas por Talíria Petrone acerca da histórica ausência de determinados grupos na política brasileira. A deputada federal explica



que, no Brasil, desde os tempos coloniais, o poder tem sido controlado por uma elite branca, proprietária de terra, masculina, heterocisnormativa e fundamentalista, que se beneficia da exploração das classes populares. A presença de mulheres negras nesses espaços representa uma ameaça a essa estrutura de privilégios, uma vez que desafia a ordem estabelecida. Dentre as violências políticas sofridas, Talíria revela o relato a seguir:

Desde os primeiros meses do mandato, nossa página pública no Facebook já registrava de modo cotidiano diversas ameaças, difamações, ofensas, mensagens carregadas de racismo e misoginia. Não é razoável conviver com mensagens como “negra nojenta”, “volta pra senzala”, “puta”, “vagabunda”, “se encontro na rua dou paulada”, “merece uma 9mm na nuca, essa safada”, “tem que morrer, desgraçada”, “precisa de um pau grosso e que doa muito”. Depois da execução de Marielle, as mensagens que passaram a chegar extrapolavam ainda mais o tom: “essa é a próxima a ter a cara furada”; “você merece morrer com um tiro na cara para estragar o velório, macaca fedorenta”, diziam (Petrone, 2022, p. 191).

As agressões descritas por Talíria evidenciam a face cruel do racismo, ainda muito presente na sociedade brasileira. Embora ofensas como “puta” ou “vagabunda” possam ser direcionadas a mulheres de diferentes origens, algumas das mensagens relatadas, como “volta pra senzala” ou “macaca fedorenta”, são especificamente dirigidas a mulheres negras. Essas expressões não apenas desumanizam, mas também buscam reafirmar um lugar subalterno para as mulheres negras no cenário político e social. No entanto, Talíria não recua e declara: “Por uma geração de meninas que têm o direito de ser felizes. Lutemos, nos organizemos, façamos isso até que todo o corpo de mulher – e todos os corpos – seja livre” (Petrone, 2022, p. 200).

Além disso, Talíria expôs que, após o assassinato de Marielle Franco, as violências se intensificaram. Anielle Franco (2022), nesse sentido, afirma que o assassinato de sua irmã expôs ao mundo as rachaduras estruturais presentes na frágil democracia brasileira. Mas, como afirmou Marielle Franco em seu último discurso na Câmara do Rio:

Tem um senhor que está defendendo a ditadura e falando alguma coisa contrária? É isso? Eu peço que a Presidência da Casa, no caso de maiores manifestações que venham a atrapalhar minha fala, proceda como fazemos quando a Galeria interrompe qualquer vereador. Não serei interrompida, não aturo interrupção dos vereadores desta Casa, não aturarei de um cidadão que vem aqui e não sabe ouvir a posição de uma mulher eleita Presidente da Comissão da Mulher nesta Casa (Franco, 2018).



Percebe-se, a partir destes relatos, que a criação de leis voltadas à ampliação e proteção da participação política feminina, de forma isolada, é insuficiente para erradicar as desigualdades que ainda restringem a plena inserção das mulheres no cenário político. No entanto, conforme exposto por Coutinho (1999), embora as leis não garantam, por si só, a efetivação dos direitos, elas são um passo fundamental para consolidá-lo como uma obrigação estatal.

Dessa forma, mais do que a conquista de marcos legais, é preciso um compromisso contínuo com a construção de uma democracia plena. Nesse sentido, este trabalho reivindica que todas as mulheres tenham o direito de existir, se expressar e ocupar espaços de poder sem medo ou silenciamento. Reivindica a liberdade feminina e que casos como o de Marielle Franco jamais se repitam. Este trabalho reivindica uma democracia plena, em que as falas das mulheres não sejam interrompidas. Em que as vidas das mulheres não sejam interrompidas. Uma democracia que reconheça e garanta a participação das mulheres, especialmente das mulheres negras, na construção do presente e do futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange ao aprofundamento e à universalização da cidadania, Coutinho (1999) aponta tratar-se de um processo contraditório, marcado por avanços e recuos. A participação política das mulheres reflete essa dinâmica. A obtenção do direito ao voto, em 1932, constituiu um marco fundamental, mas não suficiente para eliminar as desigualdades que continuam a restringir suas presenças nos espaços de poder. Na contemporaneidade, embora o sufrágio seja um direito consolidado, as mulheres enfrentam novos desafios, como a deslegitimação de suas atuações e a violência política de gênero, que persistem como barreiras à plena participação democrática.

Ao adotar a interseccionalidade como ferramenta analítica, foi possível evidenciar que a violência política de gênero adquire dimensões mais complexas quando entrelaçada ao racismo e à opressão de classe, ampliando a compreensão dos desafios enfrentados pelas mulheres no contexto político. É nesse sentido que se defende que a violência política de gênero, em suas várias formas, não se limita à agressão física, mas também se manifesta na sub-representação e na desqualificação das mulheres, especialmente das mulheres negras, que enfrentam um triplo processo de silenciamento, fomentado pela intersecção entre gênero, raça e classe.



Observa-se, portanto, que a luta das mulheres por igualdade política não se encerrou com a conquista do sufrágio, mas se desdobrou em novas frentes, como a busca por maior representatividade, o enfrentamento da violência política de gênero e a reivindicação de políticas públicas que atendam às suas demandas. Reitera-se, nesse momento, a afirmação de Marielle: que nenhuma mulher seja interrompida. Na política e em todos os espaços.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de [et al.]. Famílias negras e serviço social. In: GAMA, Andréa de Sousa; SILVA, Ana Paula Procópio da (org.). **Gênero, família e trabalho: questões atuais para o serviço social**. Curitiba: CRV, 2024. Disponível em: <<https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/38644-genero-familia-e-trabalho-brquestoes-atuais-para-o-servico-social>>. Acesso em 26: de nov. de 2024.

AVELAR, Lúcia. Participação política. In: AVELAR, Lúcia. CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.

BRASIL. **Decreto Nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932**. Decreta o Código Eleitoral. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1932. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 de jan. de 2025.

BRASIL. **Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021**. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 ago. 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14192-4-agosto-2021-791631-publicacaooriginal-163264-pl.html>. Acesso em: 10 de mai. de 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

CONCEIÇÃO, Ana Paula Silva Peres da; SILVA, Ana Paulo Procópio da. Feminização e enegrecimento da epidemia de HIV/AIDS no Brasil pelas lentes da interseccionalidade crítica. In: GAMA, Andréa de Sousa; SILVA, Ana Paula Procópio da (org.). **Gênero, família e trabalho: questões atuais para o serviço social**. Curitiba: CRV, 2024. Disponível em: <<https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/38644-genero-familia-e-trabalho-brquestoes-atuais-para-o-servico-social>>. Acesso em: 06 de nov. de 2024.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e Modernidade. São Paulo: **Perspectivas**, 1999.



CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 4 dez. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRANCO, Marielle. “As rosas da resistência nascem do asfalto”: O último discurso de Marielle Franco na Câmara do Rio. **O Globo**, 14 mar. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2023/03/as-rosas-da-resistencia-nascem-do-asfalto-o-ultimo-discurso-de-marielle-franco-na-camara-do-rio.ghml>>. Acesso em: 06 de jan. de 2025.

GUIMARÃES. Cláudia Domingues. Masculinidades negras e saúde no Brasil em perspectiva interseccional. In: GAMA, Andréa de Sousa; SILVA, Ana Paula Procópio da (org.). **Gênero, família e trabalho: questões atuais para o serviço social**. Curitiba: CRV, 2024. Disponível em: <<https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/38644-genero-familia-e-trabalho-brquestoes-atuais-para-o-servico-social>>. Acesso em: 06 de nov. de 2024.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014.

MATOS, Marlise. Para saber mais – A violência política sexista, racista e interseccional: mapeando conceitos da violência política contra as mulheres. In: ÁVILA, Manuela D’ (org.). **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

MOTTA, Daniele. Do universal ao específico: entrelaçando gênero, raça e classe. **Cadernos CEMARX**, Campinas, n. 11, p. 71-88, 2018.

PETRONE, Talíria. Até que todo corpo de mulher seja livre. In: ÁVILA, Manuela D’ (org.). **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

SANTOS, Luiza Chaves. **Sufrágio feminino e democracia no Brasil**. Monografia (Bacharelado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Benedita da. Violências estruturais na trajetória de uma mulher negra. In: ÁVILA, Manuela D’ (org.). **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanesi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

WANDERLEY, Luiz Eduardo Waldemarin. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BÓGUS, Lúcia Maria Machado; YAZBEK, Maria Carmelita; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Desigualdade e questão social**. São Paulo: Educ, 2010.

A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO E OS CENTROS DE REFERÊNCIA LGBT EM TEMPOS DE DESMONTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Eixo 2: Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual

MARCO GIMENES DOS SANTOS¹

ANDRÉIA APARECIDA REIS DE CARVALHO LIPORONI²

RESUMO: Este artigo identifica e analisa fontes que debatem a diversidade sexual e de gênero e os centros de referência LGBT. Para esse intuito realizamos um Estado da Arte fundamentado no materialismo histórico-dialético, operacionalizado em duas etapas, Identificação e Inventário, a partir de dezoito fontes bibliográficas. A análise da identificação sobre a diversidade indica fontes da terceira fase do imperialismo que priorizam a historicização de identidades e a precarização da vida de LGBT's, cujo conteúdo está desatualizado em relação ao preconceito. As investigações sobre os centros apontam fontes sobre o declínio de políticas públicas no neoliberalismo, que enfatizam dificuldades de operacionalização dessas políticas, na qual há falta de dados sobre sua estrutura física e humana.

Palavras-chave: Políticas públicas, serviço social, LGBT.

ABSTRACT: This article identifies and analyzes sources that discuss sexual and gender diversity and LGBT reference centers. To this end, we conducted a State of the Art based on historical-dialectical materialism, operationalized in two stages, Identification and Inventory, based on eighteen bibliographic sources. The analysis of identification on diversity indicates sources from the third phase of imperialism that prioritize the historicization of identities and the precariousness of the lives of LGBT people, whose content is outdated in relation to prejudice. The investigation on the centers points to sources on the decline of public policies in neoliberalism, which emphasize difficulties in operationalizing these policies, in which there is a lack of data on their physical and human structure.

Keywords: Public policies, social work, LGBT.

INTRODUÇÃO

Este texto resulta de uma tese que investigou a diversidade sexual e de gênero e os centros de referência LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros). Opta-se pela utilização da sigla

¹ Doutor em Serviço Social e Pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Participação nas Políticas Sociais (GEPAPOS), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp / campus Franca. Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9279026414525015>. Endereço eletrônico: marco.gimenes@unesp.br.

² Professora Doutora e líder do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Participação nas Políticas Sociais (GEPAPOS), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp / campus Franca. Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0842802637459705>. Endereço eletrônico: andreia.liporoni@unesp.br.



LGBT, porque ela foi regulamentada no Brasil durante a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, em 2011 e mantida na 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2016. Uma vez que ainda não ocorreu a 4ª Conferência, agendada para o período entre 21 a 25 de outubro de 2025 e entendendo que esta pesquisa abarca os Centros de Referência LGBT, temática inserida nas Políticas Públicas LGBT, decidiu-se manter a sigla LGBT.

Justifica-se a realização de uma pesquisa sobre este grupo socialmente estigmatizado pelas violações de direitos que sofrem, inclusive no direito à vida; pela escassez de estudos sobre este tema no Serviço Social; e pelo predomínio de abordagens a favor do capital.

Conforme o dossiê *Assassinatos e violências contra travestis e transsexuais brasileiras em 2022*, publicado em 2023 pela Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), desde 2008 o Brasil é o campeão mundial de assassinatos de pessoas trans. 68% desses assassinatos se concentram na América Latina e Caribe, no qual 37,5% ocorrem no Brasil (ANTRA, 2023, p. 61). Conforme o relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA), o Brasil ocupa o 1º lugar nas Américas em quantidade de homicídios de LGBT's.

Além da violação do direito à vida, pesquisas feitas por assistentes sociais, internacional e nacionalmente, identificam essa e outras dimensões de suas vidas.

Van voorhis e Wagner (2002, p.352-353), analisaram 77 artigos sobre homossexualidade entre 1988 e 1997 nas quatro maiores revistas de Serviço Social dos Estados Unidos (*Social Work*, *Families in Society*, *Child Welfare* e *Social Service Review*). Concluíram que a maioria dos estudos abordaram a questão do HIV/AIDS e o processo de assumir a orientação sexual homossexual, ambos em uma perspectiva individual. Identificaram que faltam pesquisas sobre o heterossexismo, as instituições e leis que operacionalizam o estigma sexual na sociedade, e que há lacunas na formação de assistentes sociais para trabalhar com a comunidade gay e lésbica.

Outro estudo analisou 55 artigos sobre homossexualidade e Serviço Social entre 1998 e 2012 nos mesmos periódicos que o trabalho anterior, mas em anos posteriores. Concluíram que ocorreu um decréscimo na quantidade de artigos sobre HIV/AIDS, enquanto houve mais investigações sobre a juventude LGBT, também em perspectiva individual. Identificaram falta de estudos sobre a sociedade heterossexista, a ocorrência de preconceito em estudantes de Serviço Social contra LGBT



e que a escassez de publicações na área podem prejudicar intervenções da categoria profissional junto à comunidade homossexual (Pelts, Rolbick, Albright, 2014, p. 136-137).

Por fim, Nothdurfter e Nagy (2016, p. 2240-2241), analisaram 21 artigos sobre homossexualidade entre 2010 e 2015 nas cinco maiores revistas de Serviço Social na Europa (*Social Work Education, The British Journal of Social Work, International Social Work, European Journal of Social Work* e *Journal of Social Work*). Concluíram que os estudos discutem a questão da marginalização, embora faltem pesquisas sobre o heterossexismo e que assistentes sociais com pouco conhecimento sobre a comunidade LGBT podem ignorar suas especificidades e colaborar para a perpetuação da opressão social.

Percebe-se por essas três revisões de literatura que o Serviço Social internacional publicou um total de 153 artigos entre 1988 até 2016. À primeira vista pode parecer uma produção expressiva, mas os estudos identificaram que investigações com a temática LGBT publicadas são minoria na literatura em Serviço Social nos Estados Unidos e Europa Ocidental.

Em contexto brasileiro, dois estudos analisaram as produções científicas sobre diversidade sexual no Serviço Social.

Duarte e Fernandes (2023, p. 211) analisaram mediante revisão integrativa de literatura 42 estudos publicados entre 2010 e 2020 e concluíram que eles estão distribuídos nos seguintes temas: 13 sobre a *comunidade LGBT*; 11 sobre *transexualidade*; 8 sobre *Direitos LGBT*; 5 sobre *Homossexualidade*; 3 sobre *Políticas LGBT* e 2 sobre *Travestilidades*.

O outro estudo, uma revisão integrativa de 12 artigos, analisou a produção científica sobre as políticas públicas LGBT. Concluíram que a produção se concentra entre duas temáticas principais: o processo de elaboração, implementação e avaliação das políticas e uma abordagem *queer*, que focalizam o ativismo e as relações de poder dentro e sobre a comunidade LGBT (Souza Júnior e Mendes, 2020, p. 648).

A partir da análise desses estudos internacionais e nacionais, percebe-se que não só as pesquisas do exterior não estão fundamentadas em uma perspectiva dialético-crítica, pois focalizam o fenômeno em seu aspecto individual, dissociado do modo de produção capitalista, mas também o Serviço Social brasileiro carece de análises na perspectiva dialética nessa questão.

Percebe-se, portanto, que o *identitarismo* predomina nas análises sobre a diversidade sexual. Tal abordagem amplamente centraliza o empoderamento individual, pois como os meios de produção



material e ideológica encontram-se no domínio da classe que explora, essa tende a ser a forma de análise hegemônica, enquanto as *pautas anti-opressão* tendem a ser suprimidas, porque está fundamentada na luta contra todas as opressões na luta pela transformação de nossa sociedade (Fernandes, 2018a).

Diante de pesquisas que privilegiam o identitarismo, entende-se que esta pesquisa deve se localizar nas lutas da classe trabalhadora. Portanto, ela está associada aos seus interesses para criticar radicalmente a sociedade burguesa e fomentar a revolução (Tonet, 2020, p. 13-16).

Diante do exposto, os objetivos desta pesquisa ficaram assim constituídos:

Objetivo geral

Analisar de forma dialética a diversidade sexual e de gênero e os Centros de Referência LGBT.

Objetivos específicos:

Identificar e analisar dialeticamente os debates empreendidos em fontes que discutem a diversidade sexual e de gênero; Identificar e analisar dialeticamente os debates empreendidos em fontes que debatam os Centros de Referência LGBT.

Ressalta-se que o objetivo principal foi elaborado em duas dimensões, a literatura e os centros de referência, porque não basta analisar o que é debatido em publicações científicas sem analisar também os espaços socioocupacionais que atendem a comunidade LGBT, porque o Serviço Social é uma profissão interventiva. Logo, não basta desvendar o real e sim, ao mesmo tempo, propor processos interventivos. Ressalta-se que tal método parte da análise da realidade para intervir na realidade (Prates, 2012, p. 12). Além disso, o exercício investigativo do pesquisador acadêmico, requer além do conhecimento do método de Marx, o saber a respeito das técnicas de pesquisa (Netto, 2009, p. 32). Assim, a técnica de pesquisa utilizada foi o Estado da Arte, fundamentado no materialismo histórico-dialético.

DESENVOLVIMENTO

O Estado da Arte é técnica de pesquisa para investigações cujo objetivo é compreender o estado do conhecimento mediante a organização de um conjunto de estudos (Soares, 1982, p. 3 *apud* Ferreira, 2002, p. 259), considerando-os nos contextos culturais, políticos e sociais em que foram



escritos (Becerra, 2004, p. 40), para a identificação de suas tendências e lacunas (Vargas, Calvo, 1987 *apud* Montoya, 2005, p. 74). Sua operacionalização ocorre em duas fases: a) *Identificação*, que é o mapeamento da produção de conhecimento em um período delimitado, no qual discute-se a data de publicação dos estudos, o local em que foram escritos e quem os escreveu (Ferreira, 2002, p. 265) e b) *Inventário*, que é a análise das tendências, teorias, metodologias e temas dos textos analisados, da aproximação ou diferenciação entre eles, das lacunas do conhecimento produzido, elaborada a partir de um debate sobre a opção teórica manifesta, o tema anunciado, o objetivo explicitado e procedimento metodológico adotado pelos estudos (Ferreira, 2002, p. 268).

Delimita-se o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo como marco cronológico desta pesquisa, pois está fundamentada no materialismo histórico-dialético, e o início do período temporal precisa ser um momento importante na dinâmica do modo de produção. Tal momento foi definido como a década de 1970, tendo em vista ser o início da *Terceira Fase do Estágio Imperialista*.

Para Netto e Braz (2012, p. 226) essa terceira fase se inicia na recessão generalizada a partir de 1974-1975, que pressionou o capital a responder por meio da *Reestruturação Produtiva*, da *Financeirização* e da *Ideologia Neoliberal*.

A *Reestruturação Produtiva* alterou o processo de acumulação rígido, taylorismo-fordismo, em direção ao processo de *acumulação flexível*, para reorganizar a produção por meio da *desterritorialização das unidades produtivas* e do *toyotismo*, para que a burguesia recupere capital (Netto, Braz, 2012, p. 227-228). Essa *desterritorialização* desloca as unidades produtivas do centro para a periferia do sistema, porque lá a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa por causa do seu baixo preço, da ausência de legislação protetora do trabalho e do enfraquecimento da luta sindical (Netto, Braz, 2012, p. 228). O *toyotismo*, por sua vez, alterou o controle da força de trabalho pelo capital ao fomentar relações de trabalho enquanto relações familiares, sendo que trabalhadores são denominados como colaboradores, o que erode a sua consciência de classe (Netto, Braz, 2012, p. 229).

A *financeirização*, significa um movimento de controle dos serviços pela lógica industrial, por meio da mecanização, padronização, super especialização e fragmentação (Netto e Braz, 2012, p. 234).

E a *ideologia neoliberal* dissemina a competitividade entre os seres humanos, naturalizando a desigualdade social. É uma estratégia patrocinada pelas burguesias e amplamente divulgadas pelos seus aparelhos ideológicos para legitimar a retirada de direitos sociais conquistados pelos



trabalhadores na luta de classes (Netto, Braz, 2012, p. 238-239).

A partir desse contexto foi desenvolvida a identificação e inventário da diversidade sexual e de gênero; e a identificação e inventário sobre os centros de referência LGBT.

Para a identificação da diversidade sexual e de gênero, foram selecionadas nove fontes, a partir da revisão de literatura: seis capítulos de livro (três em inglês e três em português) e três artigos (dois em português e um em inglês).

A 1ª fonte é um capítulo de livro em inglês, chamado *Capitalismo e Identidade Gay*, publicado originalmente em 1983 e republicado em 2007, da autoria de Démilio. Discutiu a formação da identidade gay por meio da expansão do trabalho assalariado nas cidades.

A 2ª fonte é outro capítulo de livro em inglês, denominado *A invenção da heterossexualidade*, publicado em 2001, da autoria de Katz. Debateu a formação da identidade heterossexual no capitalismo monopolista.

A 3ª fonte é um artigo em inglês chamado *A fratura das identidades LGBT no capitalismo neoliberal*, publicado em 2011, da autoria de Drucker. Refletiu sobre a precarização das condições de vida e trabalho de LGBT causadas pela reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal.

A 4ª fonte é outro capítulo de livro em inglês chamado *Fordismo e a Identidade Gay*, publicado em 2015, da autoria de Drucker. Debateu a formação da identidade gay no fordismo, no centro e na periferia do capital (Argentina, Brasil e Tailândia).

A 5ª fonte é um tópico de um capítulo de livro nacional, integrante da Biblioteca Básica de Serviço Social, denominado *Família hetero patriarcal monogâmica e o controle sobre as mulheres e a população LGBT*, publicado em 2018, da autoria de Cisne e Santos. Não discutiu a questão LGBT, embora tenha debatido a função ideológica da família.

A 6ª fonte é outro tópico do livro anterior, chamado *Diversidade sexual e violência LGBTfóbica*. Debateu a violência em três aspectos: fobia, violência e crimes de ódio.

A 7ª fonte são dois tópicos de um mesmo capítulo do mesmo livro, denominados *Serviço Social e diversidade sexual* e *As entidades nacionais da categoria e a questão da diversidade sexual*. Primeiramente debateu o reconhecimento contraditório da diversidade sexual pelo Serviço Social, explicando que o que impulsiona a temática na categoria profissional são as violações de direitos, as pesquisas de assistentes sociais e a existência de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social



LGBT. Em segundo lugar, discutiu as Resoluções do CFESS-CRESS na área, relacionando-as com o projeto ético-político.

A 8ª fonte é um artigo em português, chamado *A sexualidade é uma questão política: a IV internacional e a luta pela libertação das LGBT*, publicado em 2019, da autoria de Machado. Debateu a importância da sexualidade como uma questão política coletiva e a participação de LGBT na esquerda lutando pelo socialismo.

E a 9ª fonte é outro artigo em português, denominado *Trabalho e diversidade sexual e de gênero*, publicado em 2020, de autoria de Souza. Discutiu a precarização da venda da força de trabalho LGBT no empreendedorismo e na informalidade na acumulação flexível.

Essas 9 fontes selecionadas foram publicadas no período entre 1983 a 2020: uma produção na década de 1980; uma na década de 2000; seis na década de 2010 e uma na década de 2020.

O início das publicações na década de 1980 pode significar que a partir da terceira fase do imperialismo, pesquisadores tenham refletido sobre suas implicações sobre a comunidade LGBT.

Percebe-se ausência de publicações na década de 1990, que pode ser reflexo do início da hegemonia da *tese do fim da história*, argumentação utilizada pelos detentores dos meios de produção para indicar a vitória do capitalismo sobre a principal experiência socialista que foi finalizada em 1991, a União Soviética. O impacto da volta do capitalismo no primeiro país a fazer uma revolução socialista pode ter diminuído a produção acadêmica contra hegemônica em contexto em que o socialismo estava na defensiva.

Na década seguinte, dos anos 2000 a 2009, ocorreu um renascimento das publicações, início de uma resistência à tese do fim da história. Somente na década de 2010 houve expressivo crescimento de publicações (seis), expressando um renascimento de publicações marxistas, que pode ser atribuído ao fortalecimento do movimento de resistência da década anterior, à medida em que a tese do fim da história perde consistência.

A década de 2020 foi aquela que seguiu à crise de 2008, que teve impactos negativos nas condições de vida da classe trabalhadora, em que o capital avançou ainda mais sua ofensiva em busca da recuperação de sua taxa de lucros. Por causa disso se observa um número reduzido de publicações, tendo em vista o avanço do fascismo a serviço do capital, por práticas e discursos autoritários, tentativa de militarização da política, discurso nacionalista que deslegitima minorias e/ou opositores, no Brasil e Estados Unidos.



Na fase do inventário sobre a diversidade sexual e de gênero, foram abordados lacunas e tendências do conhecimento, bem como o contexto em que foram produzidos. A principal lacuna identificada refere-se a falta de abordagem da teoria marxista da dependência enquanto parte da tradição marxista da América Latina, para qualificar o debate das particularidades do capitalismo periférico nessa região, que poderia abarcar a superexploração da força de trabalho, por exemplo. Foram identificadas 4 tendências.

A 1ª tendência identificou um processo de *historicização das identidades sexuais, heterossexualidade e homossexualidade*, ou seja, sua apreensão a partir das relações sociais capitalistas. Isso é importante porque tradicionalmente essas identidades são abordadas de formas distintas: a identidade homossexual na forma trans histórica, existente em todos os períodos de forma marginalizada e a heterossexualidade como a-histórica, natural.

A 2ª tendência identificada, presente mediante as pesquisas de Drucker (2011; 2015), *relaciona o fordismo e neoliberalismo não só no processo de formação das identidades, mas na deterioração das condições de vida e trabalho de LGBT*, enquanto trabalhadores que vendem a sua força de trabalho com raça e gênero, em uma perspectiva de totalidade.

A 3ª tendência, *articulação LGBT à esquerda*, debate a importância da luta coletiva pela libertação da sexualidade enquanto questão política e não apenas privada. Discute também o protagonismo do socialismo na questão da diversidade sexual, em experiências passadas (União Soviética) e atuais (Cuba e os avanços legais que muitos países capitalistas não alcançaram).

E a 4ª tendência, *Fascismo à serviço do capital*, debate o contexto em que a diversidade sexual e de gênero está inserida.

Para Ricardo Antunes (2019, p. 6-7) o processo de ofensiva da extrema direita tem suas raízes nas contrarrevoluções preventivas efetuadas pelas burguesias mundiais em três momentos: na década de 1970 em âmbito internacional, diante da crise estrutural do capital; e em 1964 e 2016 no Brasil. O golpe político de 2016, no Brasil, através do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ampliou o processo de privatização, a hegemonia do capital financeiro e a demolição dos direitos trabalhistas.

O sociólogo avança sua análise indicando as razões pelas quais o projeto de destruição da classe trabalhadora foi intensificado pelo presidente Jair Bolsonaro a partir de 2019. Sua escolha pela burguesia reside no fato de que sua vida pública consistiu em ofender grupos oprimidos como negros,



mulheres e LGBT (Antunes, 2019, p. 12). No contexto em que a destruição dos direitos trabalhistas ocorre para a agudização da exploração da força de trabalho, de tal forma que a ascensão da extrema-direita não pode ser compreendida fora do processo de acumulação de capital.

Em relação à identificação dos centros de referência LGBT, criados a partir de 2003, foram selecionadas 9 fontes, a partir da revisão de literatura: 4 documentos, 3 artigos e dois capítulos de livro, todos em português.

A 1ª fonte é um documento elaborado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, publicado em 2008, texto-base da Conferência Nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, denominado *Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais*. Mencionou a existência de 44 centros de referência no Brasil, embora não tenha descrito seus nomes, locais, nem equipe responsável pelos serviços.

A 2ª fonte é outro documento elaborado pela mesma Secretaria, publicado em 2011, texto-base da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e de Direitos Humanos LGBT, chamada *Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Fez alusão a 39 centros de referência entre os anos de 2009 a 2010, sem mencionar suas localidades ou equipes.

A 3ª fonte é um artigo, publicado em 2012, da autoria de Mello, Brito e Maroja, denominado *Políticas Públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades*. Denuncia que as políticas públicas LGBT enfrentam dificuldades jurídicas por falta de normativas, administrativas, financeiras e de recursos humanos.

A 4ª fonte é outro artigo, publicado em 2012, da autoria de Mello, Avelar e Maroja, chamado *Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil*. Debate a questão da falta de financiamento das políticas públicas LGBT.

A 5ª fonte é um artigo, publicado em 2014, de autoria de Irineu, denominado *10 anos do Programa Brasil sem Homofobia: notas críticas*. Destaca o processo conturbado de participação social por causa de disputas entre identidades e demandas na comunidade LGBT.

A 6ª fonte é outro documento, publicado em 2016, de autoria do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos da População LGBT, o *Relatório Final da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e de Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais,*



travestis e transexuais. Pela primeira vez um texto das conferências nem menciona uma estimativa do número de centros.

A 7ª fonte é um capítulo de livro da autoria de Mello e Braz (2020), chamado *Entre o desmonte e a resistência: reflexões críticas sobre cidadania, direitos humanos e políticas públicas para a população LGBTT no Brasil contemporâneo*. Caracteriza o governo de Jair Bolsonaro como um governo entrópico para as políticas de gênero e sexualidade.

A 8ª fonte é um documento publicado em 2023 pelo Programa Atena, denominado *Mapeamento de políticas públicas LGBTI+ nos governos estaduais e distrito federal*. Faz menção a existência de 37 centros distribuídos em 5 Estados brasileiros.

E a 9ª fonte é um capítulo da autoria de Irineu (2023), chamado *Apagamento, desproteção social e política de extermínio: marcas da violência de Estado contra pessoas LGBTI+ no Brasil*. Denúncia de que a ex ministra Damares, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, não utilizou recursos que já estavam planejados e aprovados para a comunidade LGBT.

A existência de um estudo na década de 2000 se justifica pelo fato de ser a década inicial de políticas públicas LGBT. Em 2003 o primeiro centro de referência LGBT foi criado na cidade de Campinas, SP, via orçamento participativo, que demandou um equipamento social com assistentes sociais, psicólogos e advogados para atendimentos de demandas da comunidade LGBT local. Somente no ano de 2004 foi lançado pelo Poder Executivo o Programa Brasil sem Homofobia, com a proposta de ampliar o número de centros pelo país.

Após a criação dos centros, na década de 2010, foram elaborados os primeiros estudos para analisar as políticas públicas LGBT. Na década seguinte, 2020, por sua vez, iniciou dentro do governo de Jair Bolsonaro, um governo com discursos contra as ciências, grupos estigmatizados e a favor de um projeto fascista. Por isso os estudos desse período trazem análises drásticas sobre as políticas públicas LGBT.

Como o primeiro centro de referência LGBT foi criado em 2003, em 2023 se completaram 20 anos dessa política pública. O número de centros oscila durante o período de 2003, com a criação do primeiro, no município de Campinas / SP, via orçamento participativo. O número de centros atinge o ápice no ano seguinte, 2004, com 44 centros, ano do lançamento do Programa Brasil sem Homofobia, pelo Poder Executivo. Em 2017, com 31 centros (13 no nordeste, 10 no sudeste, 5 no centro-oeste, 2 no norte e 1 no sul), há uma queda do número de centros em relação a 2004, que pode



ser explicado desde a crise de 2008 até o aprofundamento do fascismo a partir de 2016. A maior queda do número de centros ocorreu em 2022, em pleno governo fascista de Jair Bolsonaro, chegando a 16 centros. E embora o número de centros seja 37 em 2023, estão concentrados em poucos Estados brasileiros: Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco, Piauí e Mato Grosso do Sul.

Pode-se observar nesse processo que houveram duas décadas de crescimento de políticas públicas LGBT, iniciando com uma experiência de participação social em uma cidade do interior do Estado de São Paulo governada pelo Partido dos Trabalhadores, seguida de uma expansão dos centros pelo Brasil durante os dois primeiros governos do Partido dos Trabalhadores.

Após essas décadas de crescimento, seguiu-se um processo de diminuição expressiva em 2022, em pleno governo fascista, em uma conjuntura de concentração de centros em poucos Estados que conseguiram mobilizar seus legislativos para aprovarem leis que suportem financeiramente essas políticas, diante do avanço da fascistização da sociedade brasileira.

Como em 2004 haviam 44 Centros e em 2023 restam 37 concentrados em poucos Estados, pode-se constatar que a maioria das unidades da Federação não possui nenhum centro, que os serviços não conseguiram resistir. Fica evidenciado a falta de apoio político e econômico para sua implementação e manutenção enquanto espaços para concretude da Política Social para a população LGBT. Fica evidente, também, a falta de financiamento suficiente para dar concretude a estrutura física e de recursos humanos para fazer a assistência psicológica, social e jurídica junto à comunidade LGBT.

Este processo de construção de políticas públicas LGBT foi permeado pela fragilidade institucional por serem políticas de governo e não de Estado; escassez de recurso previsto em peças legislativas orçamentárias e poucos servidores permanentes especializados para elaboração, implementação, monitoramento e avaliação. Além disso, os centros eram instâncias do Poder Executivo, pois o Poder Legislativo tem sido refratário às demandas da população LGBT por causa do fundamentalismo religioso cristão (Feitosa, 2017, p. 77).

Em relação às políticas públicas LGBT em geral, o tema das discussões foi sua destruição, em especial a partir do governo Jair Bolsonaro, político cuja história sempre atentou contra os direitos de pessoas LGBT. As lacunas identificadas sobre os Centros de Referência LGBT brasileiros são relativas à falta de dados de quais serviços de fato funcionam, para que seja possível elaborar um documento que sirva de guia para divulgação de suas atividades. As fontes analisadas também não conseguiram sistematizar uma lista atualizada de centros em funcionamento no país.



De acordo com site oficial do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, ocorreu entre 9 e 11 de outubro de 2023 em Fortaleza, o *1º Encontro Nacional de Centros de Cidadania LGBTQIA+*, cujos participantes foram gestores públicos, profissionais e usuários dos Centros. Conforme a secretaria nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, Symmy Larrat, o evento pretendeu conectar o governo aos Centros, avaliar o seu funcionamento e inclui-los na construção da Política Nacional LGBTQIA+.

Observa-se que não há um relatório sobre esse Encontro no site oficial do Ministério, e apesar de tentativas de comunicação com o Ministério e a Secretaria sobre o assunto, não se obteve resposta.

No ano de 2024, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania lançou o *Cadernos LGBTQIA+ Volume 1 – Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+*. Ele recomenda a criação dos Centros de Cidadania LGBTQIA+ como serviços públicos específicos com profissionais com conhecimentos sobre as singularidades que marcam as vulnerabilidades desse grupo social (Brasil, 2024, p. 25).

Ademais, afirma que esses serviços são importantes não só para o enfrentamento da violência, mas também para permitir a aproximação dessa população aos demais serviços públicos municipais e estaduais (Brasil, 2024, p. 26). E por fim, defendem a institucionalização dessas políticas e sua transformação em Políticas de Estado mediante a construção de atos normativos que fundamentem e forneçam diretrizes para sua atuação acolhedora (Brasil, 2024, p. 26).

Importante considerar que essa publicação de 2024, apesar de enfatizar o papel dos Centros de Referência, não oferece listagem deles. Conhecer a localização de cada Centro é fundamental para que saibam em que locais eles funcionam, para que a população possa acessá-los.

Entendemos que a operacionalização dos Centros não depende apenas de atos normativos e sim de uma mudança radical na política econômica, da necessidade imediata da revogação do arcabouço fiscal e da reorientação da destinação da maioria dos recursos que vão para o capital financeiro para as necessidades reais da maioria da população.

Diante do exposto, o florescimento da extrema direita brasileira implicou processo de desumanização da população lésbica, gay, bissexual, travesti e transgênero (LGBT) no governo de Jair Bolsonaro.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo da pesquisa que originou a tese foi analisar de forma dialética a diversidade sexual e de gênero e os centros de referência LGBT. O Estado da Arte sobre a diversidade sexual e de gênero indicou a tendência da historicização das identidades sexuais, homo e heterossexualidade, em seu movimento, seus processos de lutas sociais, na luta de classes; que a base material para o surgimento dessas identidades foi o modo de produção capitalista e que o seu desenvolvimento tem relações com o Fordismo e o Toyotismo; a importância de enfatizar a comunidade LGBT trabalhadora na luta de classes, na relação dialética exploração-opressão; e como lacunas a falta de um referencial da tradição marxista latino-americano para abordagem das relações na periferia do capital, como a Teoria Marxista da Dependência.

Identificou também como 2ª tendência o processo de precarização das condições de vida e trabalho mediante a reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal. Como 3ª tendência, identificou a necessidade da luta LGBT estar articulada à luta pelo socialismo, evidenciando conquistas das pautas LGBT passadas e presentes. E como 4ª tendência identificou o fascismo à serviço do capital como o contexto em que estamos inseridos, em que as lutas precisam ser travadas, com base em uma análise material, histórica e dialética do mundo e do Brasil.

O Estado da Arte sobre os Centros de Referência LGBT indica não só a importância da reconstrução das políticas públicas LGBT, principalmente após a destruição perpetrada pelo governo de Jair Bolsonaro, mas também a diminuição expressiva de Centros de Referência LGBT entre 2004 e 2023, de 44 para 37 Centros. Pôde-se identificar, assim, uma 1ª tendência que relaciona dificuldades na operacionalização das políticas públicas como resultado da ofensiva do capital e uma 2ª tendência enquanto seu desmonte, resultando do mesmo processo. E as lacunas identificadas foram a falta de abordagem da estrutura, equipe e população atendida nesses serviços, e uma lista atualizada deles, a fim de colaborar com a resistência e reconstrução desses espaços, sobretudo na perspectiva da terceira fase do imperialismo.

Enfim, esta pesquisa pretendeu colaborar para a discussão articulada entre exploração e opressão na perspectiva de totalidade, para fomentar as lutas não só contra o preconceito, pela justiça social e pela revolução socialista no Brasil, mas contra a sociabilidade do capital que o produz e reproduz.



REFERÊNCIAS

- ANTRA. **Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. 2023, p.107.
- ANTUNES, R. The Preemptive Counterrevolution and the Rise of the Far Right in Brazil. **Monthly Review**: Na Independent Socialist Magazine, v. 71, n. 3, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2019/07/01/the-preemptive-counterrevolution-and-the-rise-of-the-far-right-in-brazil/>. Acesso em: 17 de jul. de 2023.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Cadernos LGBTQIA+ Volume 1 – Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+**. Brasília, 2024, 63 p.
- DUARTE, M. J. O.; FERNANDES, C. P. Serviço Social e Diversidade Sexual: O Estado da Arte. In: DUARTE, M.J.O. et al **Sexualidades & Serviço Social: Perspectivas críticas, interseccionais e profissionais**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023, p. 202-223.
- FEITOSA, C. Direitos Humanos, Projetos Políticos, Trajetórias individuais e Cidadania LGBT. In: FEITOSA, C. **Políticas públicas LGBT e a construção democrática no Brasil**. Curitiba: Appris editora, 2017, p. 31-84.
- FERNANDES, Sabrina. **O problema do identitarismo**. YouTube, 28 de dezembro de 2018. 26min11s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4b3StHWY1ms>. Acesso em: 21 de set. de 2024.
- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, agosto de 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 de ago. de 2022.
- MONTROYA, N. P. M. ¿Qué es el estado del arte?, **Ciencia y Tecnología para la Salud Visual y Ocular**, v. 3, n. 5, p. 72-75, 2005. Disponível em: <https://ciencia.lasalle.edu.co/cgi/viewcontent.cgi?article=1198&context=svo>. Acesso em: 01 de jul. de 2022.
- NETTO, J. P. Introdução ao Método da Teoria Social. In: CFESS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009, p. 1-38.
- NETTO, J.P.; BRAZ, M. O Capitalismo Contemporâneo. In: NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 223-254.
- NOTHDURFTER, U.; NAGY, A. Few and far from radical? LGBT-related contributions in European Social Work Journal Publishing, **British Journal of Social Work**, v. 46, p. 2227-2244, 2016. Disponível em: <https://sci-hub.ru/10.1093/bjsw/bcw140>. Acesso em: 22 Ago. 2019.
- PELTS, M.; ROLBIECKI, A.; ALBRIGHT, D. An update to Among the missing: Lesbian and gay content in social work journals, **Social Work**, v. 59, n. 2, p. 131–8, 2014. Disponível em: <https://sci-hub.ru/10.1093/sw/swu005>. Acesso em: 22 de ago. de 2019.
- PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma



reflexão necessária, **Texto & Contextos Porto Alegre**, v. 11, n. 1, p. 116-128, 2012. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf. Acesso em: 21 de jul. de 2024.

SOUZA JÚNIOR, C.A.A.S.; MENDES, D.C. Políticas públicas para a população LGBT: uma revisão de estudos sobre o tema. **Cad. EBAPE.BR**, v. 19, p. 642- 655, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/sLppG4k73FFG33g9qJZxWzB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 de fev. de 2023.

TONET, I. Prefácio. In: FORT, V; GUERRA, Y. (Orgs.). **Fundamentos filosóficos para o Serviço Social**. Fortaleza: Socialis editora, 2020, p. 7-18.

VAN VOORHIS, R.; WAGNER, M. 'Among the missing: Content on lesbian and gay people in social work journals', **Social Work**, v. 47, n. 4, p. 345–54, 2002. Disponível em: <https://sci-hub.ru/10.1093/sw/47.4.345>. Acesso em: 22 de ago. de 2019.



EXCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+: UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS DE POVO E ANTIPOVO NA RETÓRICA POPULISTA

Eixo 2: Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual

PATRICIA RAQUEL DE MOURA LEITE¹
VALLERIE SABRINNE SANTANA SANTOS²

RESUMO: O presente artigo explora a construção do conceito de *povo* e *antipovo* nos discursos populistas de Donald Trump (atual presidente dos Estados Unidos da América), Jair Bolsonaro (ex-presidente do Brasil) e Nikolas Ferreira (Deputado Federal que atualmente exerce o mandato pelo estado de Minas Gerais), analisando como essas lideranças utilizam da linguagem dos afetos para consolidar uma visão de sociedade que exclui grupos minoritários como a população LGBTQIAPN+. O artigo investiga como estas figuras carismáticas são apresentadas como heróis nacionais capazes de salvar a sociedade dos ideais progressistas. Com o objetivo de explicar tais discursos, a autora Wendy Brown e os autores Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro são base referencial para esse texto.

Palavras-chave: Antipovo, LGBTQIAPN+, neoliberalismo, populismo, povo.

ABSTRACT: This article explores the construction of the concepts of the people and the anti-people in the populist discourse of Donald Trump (current President of the United States of America), Jair Bolsonaro (former President of Brazil), and Nikolas Ferreira (Federal Deputy currently serving the state of Minas Gerais). It analyzes how these leaders use the language of affects to reinforce a vision of society that excludes minority groups such as the LGBTQIAPN+ population. The article examines how these charismatic figures are portrayed as national heroes capable of saving society from progressive ideals. To explain these discourses, the work draws on theoretical contributions from Wendy Brown, Christian Lynch, and Paulo Henrique Cassimiro.

Keywords: Anti-people, LGBTQIAPN+, neoliberalismo, populismo, people.

INTRODUÇÃO

O panorama histórico social em que se desenvolve o mundo contemporaneamente, é explicitamente marcado pelo sistema social de produção e reprodução vigente, o capitalismo, e, portanto, por suas consequências na humanidade. Tal sistema propõe, além de um meio econômico e político de gestão, uma racionalidade que pressupõe a utilização de conceitos da economia de mercado na vida social: o neoliberalismo; isto é, em um contexto como este os indivíduos se movem

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: prquel06@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1961464171771043>. Declaro estar de acordo com a divulgação deste trabalho, caso aprovado.

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: valleriesabrinne@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9298911834561819>. Declaro estar de acordo com a divulgação deste trabalho, caso aprovado.

no mundo de acordo com a lógica em vigor. Por conseguinte, a sociedade subordinada ao neoliberalismo, funciona de acordo com seus propósitos, tais como a meritocracia e a individualidade.

Estamos concebendo aqui que a construção político econômica influi *diretamente* na racionalidade/subjetividade dos sujeitos. Logo, em um sistema como o capitalismo - no qual as crises fazem parte de sua estrutura -, a racionalidade neoliberal adquire novos contornos para além dos âmbitos aqui citados. Isto é, em um contexto como o atual - que para conseguir manejar a crise estrutural de 1970 desenvolveu o neoliberalismo³ - , a herança de propostas para contornar a crise resultou na diminuição dos sistemas de bem-estar sociais, o que acarretou no impacto das consequências das crises cíclicas do capital afetando diretamente a subjetividade das pessoas. Neste ínterim, problemas decorrentes da lógica mencionada, como o aumento do desemprego, o aumento da imigração, a precarização do trabalho e o descontentamento com o sistema de proteção social, decorrem na piora das condições de vida dos sujeitos, ao passo que geram frustrações também geram resignações. O que está sendo exposto aqui é que a lógica neoliberal está ruindo devido a suas próprias contradições.

Neste sentido, a criação de condições debilitantes tem por efeito a modificação das organizações relacionais humanas e um saudosismo ao passado - como a sociedade conformava-se anteriormente. Além disso, a lógica citada produz condições de violação da democracia pela descrença no Estado (é neste ponto que reside os desdobramentos que pretendem ser demonstrados neste texto). Assim, apreendemos que aqueles afetados por esta nova dinâmica se sentem diretamente atacados, isto é, identificam que seus valores de moralidade, família, sociedade e liberdade estão comprometidos pela ordem social, mas principalmente estatal. Isto exposto, a compreensão que temos segue o trazido por Wendy Brown (2019), acerca dos resultados do neoliberalismo na sociedade, que compreende que

[...] as formulações neoliberais da liberdade inspiram e legitimam a extrema direita e como a direita mobiliza um discurso de liberdade para justificar suas exclusões e violações às vezes violentas e que visam assegurar a hegemonia branca, masculina e cristã, e não apenas expandir o poder do capital. [...] essa formulação de liberdade pinta a esquerda, incluindo a esquerda moderada ou liberal, como tirânica ou mesmo "fascista" em sua preocupação com justiça social e, ao mesmo tempo, como responsável pelo esgarçamento do tecido moral, pelas fronteiras desprotegidas e por premiar quem não merece (Brown, 2019, p. 20).

A percepção do funcionamento do neoliberalismo, exposto pela autora, demonstra como este produz condições para a cooptação dos sujeitos resignados. De forma explícita, o que estamos

³ Ler o tópico 2 - Fundamentos econômicos, do texto *Uma visão do Neoliberalismo: Surgimento, Atuação e Perspectivas* do professor Jackson B. A. de Cerqueira. Disponível em: <<https://periodicos.uefs.br/index.php/sitientibus/article/view/7594/6314>>.

explicando é que é um sistema que produz suas próprias mazelas, responsabiliza o Estado por elas, gera descontentamento daqueles que antes possuíam garantias e oportuniza o ressurgimento do saudosismo ao passado, quando, para parte da população, a sociedade funcionava. Nestes termos, o neoliberalismo cria uma conjuntura de insatisfação e apresenta como solução, dentro de sistemas democráticos, uma figura resolutiva das mazelas sociais enfrentadas. Tal figura, apresenta-se de forma carismática e popular, representante de um povo enquanto um grupo hegemônico e que carrega as ideias elencados anteriormente. Em suma, trata-se de uma racionalidade que opera intrinsecamente na construção de frustrações e de figuras de poder, de *heróis* nacionais, que ao abarcar as demandas daqueles que se sentem oprimidos pelo sistema, os representam e lhes dão voz.

Em decorrência do evidenciado até aqui, este texto busca a partir da explanação do que é o populismo e da construção de uma ideia de povo em termos neoliberais, explicitar como os discursos de personalidades políticas da extrema direita, a saber Donald Trump (Estados Unidos), Jair Bolsonaro (Brasil) e Nikolas Ferreira (Brasil), difundem discursos de ódio contra a população LGBTQIAPN+ (a comunidade será apresentada como um todo, apesar de sabermos das distinções entre gênero e sexualidade que são questões explicativas de relações dentro da comunidade, não as explicitaremos, uma vez que o propósito deste texto não é de distinguir sexo e gênero, e sim demonstrar como a comunidade é usada como bode expiatório da extrema direita). Para tanto este texto busca apresentar a construção de povo nos discursos Trumpista e Bolsonarista e trazer exemplos empíricos do caso brasileiro para, então, tecer considerações finais acerca da análise evidenciada.

A CONSTRUÇÃO DE POVO NOS DISCURSOS TRUMPISTA E BOLSONARISTA

Em vista da discussão que pretendemos realizar, sinalizamos que interpretamos a construção da figura do herói nacional, ou da figura carismática, a partir do conceito de *populismo* desenvolvido por Cyril Lynch e Paschoeto Cassimiro (2021). Os autores apreendem o termo como “[...] um estilo de fazer política típico de ambientes democráticos ou de massa, praticado por uma liderança carismática” (Lynch e Cassimiro, 2021, p. 224). Nestes termos, o exposto é que através da absorção de demandas de pessoas que se sentem suprimidas, uma figura carismática - que é a liderança capaz de mobilizar as demandas -, as incorpora e movimenta as emoções, os valores morais, sociais, familiares, políticos e econômicos de uma camada que considera como hegemônica da sociedade (a camada suprimida). Esta figura, impulsiona por meio da política democrática, a difusão de seus ideais que são representativos dos sujeitos resignados.

Convém destacar, com base nas noções de populismo abordadas anteriormente, que este conceito em sua materialidade é mobilizado a partir da incitação de sentimentos e da comoção de

uma entidade, o *povo*. Cabe aqui dizer, que as noções trazidas sobre povo, não se referem à definição de nação, ou seja, ao conjunto de indivíduos que, por uma construção histórica, possuem nacionalidade em um Estado. Em vez disso, trata-se de um grupo homogêneo que se percebe como um bloco uniforme, dotado de valores próprios e excepcionais, que reforçam a ideia de um "povo verdadeiro". Trazemos para o debate a perspectiva de um populismo ideologicamente direitista, convencidos pelos discursos de um líder, um herói, que fala em nome do *povo* de que há um inimigo a ser combatido, em nome da moralidade, da liberdade e da família, o *povo* contra o *antipovo*⁴.

O atual governo trumpista se constrói dentro de valores muito bem demarcados, centrados na ideia de um *povo* branco, cristão, conservador e heterossexual, que se vê como defensor de valores tradicionais contra uma suposta ameaça representada por imigrantes, progressistas e pessoas LGBTQIAPN+, um "antipovo". Seus discursos, a exemplo o de sua posse em 2025, reforçam sua imagem como um líder autêntico, escolhido para defender os interesses do "cidadão de bem", ao passo que marginaliza e deslegitima aqueles que não se encaixam nesse ideal, projetando uma divisão clara entre os "verdadeiros" americanos e *os outros*⁵. Nesse cenário, consolida-se uma narrativa de crise, na qual se torna necessário e urgente restaurar uma ordem moral e tradicional, com o líder populista, Trump, se apresentando como o único capaz de salvar o país da decadência. Em trecho de seu discurso, o atual presidente dos Estados Unidos explica:

Minha eleição recente é um mandato para reverter completa e totalmente uma traição horrível e todas essas muitas traições que ocorreram e devolver ao povo sua fé, sua riqueza, sua democracia e, de fato, sua liberdade. A partir deste momento, o declínio da América acabou⁶ (United States of America, 2025, tradução nossa).

Percebe-se que a forma de construção de seu discurso, corrobora com o que estamos relatando ao longo deste texto: sua fala vai de encontro às inquietações do *povo* ao qual representa, prometendo-lhes aquilo que desejam. Discursos como este trazem um fundamento religioso, defendendo que os valores, princípios e costumes cristãos precisam ser reacendidos e fortalecidos. Afirmando que esses princípios foram negligenciados, esquecidos e enfraquecidos ao longo dos

⁴ Ideia desenvolvida por Cyril Lynch e Paschoeto Cassimiro no texto *O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021)*. Os autores explicam que o populista, no populismo radical, busca a criação de conflitos em que jogam aqueles que representam "o povo" contra aqueles que, de acordo com eles, são os responsáveis pelas mazelas que combatem o "antipovo". "O "antipovo" é composto por todos aqueles não identificados com uma ideia de povo bem definida do ponto de vista histórico, territorial ou cultural" (Lynch e Cassimiro, 2021, p. 226).

⁵ Definição do termo a partir do entendimento de Grada Kilomba em seu livro *Memórias da Plantação*, isto é, o "outro" é o oposto do "eu".

⁶ My recent election is a mandate to completely and totally reverse a horrible betrayal and all of these many betrayals that have taken place and to give the people back their faith, their wealth, their democracy, and, indeed, their freedom. From this moment on, America's decline is over (United States of America, 2025).

tempos, especialmente durante os governos social-democratas, que seriam responsáveis por deixar de lado tais tradições em nome de ideologias progressistas. Trump seria o líder capaz de “tornar a América grande novamente”, resgatando tempos de moralidade e grandeza da nação e acalentando aqueles que, embora privilegiados, se sentiram discriminados por um sistema que, na sua visão, favorece minorias e grupos “politicamente corretos”, e que colocam suas identidades e seus valores em risco. Ao afirmar em seu discurso de posse,

Somos um só povo, uma só família e uma só nação gloriosa sob Deus. Então, a todos os pais que sonham para seus filhos e a todos os filhos que sonham para o seu futuro, estou com vocês, lutarei por vocês e vencerei por vocês. Vamos vencer como nunca antes⁷ (United States of America, 2025, tradução nossa).

O presidente demonstra com tais palavras, como cooptar e mover os sentimentos do seu *povo*. Sob esta ótica ainda, salientamos que a influência do presidente Trump se estende a outros governos de direita, que, embora possuam seus próprios heróis carismáticos, veem em Trump um modelo de liderança a ser seguido. Essa influência é perpassada e adotada com discursos semelhantes, centrados na defesa de valores tradicionais e na oposição a governos e ideologias de esquerda. No caso brasileiro, figuras como o ex-presidente Jair Bolsonaro adotam uma retórica populista, se posicionando como o líder capaz de derrotar a esquerda e combater a ameaça do comunismo, enquanto enfatizam a importância da moralidade cristã e da família. Nesse contexto, Trump se torna uma referência importante para o populismo direitista brasileiro, alimentando um discurso de exclusão e de luta contra um determinado inimigo. A inspiração é tamanha que Bolsonaro, em vários momentos, demonstrou admiração pública pelo líder norte-americano, chegando a bater continência à bandeira dos Estados Unidos enquanto seus seguidores gritavam “USA! USA!” (Progressista, 2017). Esse gesto, no entanto, soa contraditório, pois Bolsonaro e seus seguidores se apresentam como “patriotas”, aqueles que juram lealdade à sua própria bandeira e defendem o amor à pátria.

Retomamos aqui a ideia de que, no contexto do populismo, a existência de um *povo* implica também na construção de um *antipovo* que precisa ser combatido. Na ideologia conservadora, esse *antipovo* é representado por aqueles que defendem pautas identitárias, as minorias, a esquerda, os comunistas e, em particular neste caso, as pessoas LGBTQIAPN+. Um dos pilares do discurso conservador é a oposição aos direitos e a visibilidade das pessoas que não seguem as normas cisheteronormativas, utilizando ideias de que os valores tradicionais cristãos e a família tradicional

⁷ We are one people, one family, and one glorious nation under God. So, to every parent who dreams for their child and every child who dreams for their future, I am with you, I will fight for you, and I will win for you. We’re going to win like never before (United States of America, 2025).

estão sendo corrompidos. Assim surge o inimigo do povo. Exemplo disto é que, em discurso do último comício de campanha, em 2024 no Arizona, o presidente Donald Trump demonstrou como o *antipovo* LGBTQIAPN+, especialmente as pessoas transgênero, é perigoso para seu *povo* e, portanto, deve ser combatido. Em suas palavras, com tradução livre do canal de notícias CNN Brasil, “[...] e quando se tem fronteiras abertas e transgêneros de todo o tipo [...] Homens jogando esportes femininos... Você tem que fraudar porque quem é que vai aprovar isso, quem é que vai aprovar as fronteiras abertas com essas pessoas entrando... (CNN Brasil, 2024)”. Este apontamento do presidente demonstra o “perigo” que pessoas trans significam ao *povo* e todos os valores que ele, enquanto representante do *povo* “verdadeiro”, defende. Por isso, em seu discurso de posse, o presidente, baseado em entendimento binário de mundo, reiterou as pessoas trans como *antipovo* afirmando que

Esta semana, também porei fim à política governamental de tentar introduzir socialmente a raça e o gênero em todos os aspectos da vida pública e privada. Forjaremos uma sociedade daltônica e baseada no mérito. A partir de hoje, será política oficial do governo dos Estados Unidos que existam apenas dois gêneros: masculino e feminino (United States of America, 2025, tradução nossa).⁸

De modo análogo, e conforme já sinalizamos anteriormente, figuras da política brasileira também se utilizam deste tipo de argumentação para legitimar-se como protetores de valores cristãos e familiares. É o caso do ex-presidente Jair Bolsonaro e seu correligionário, o deputado Nikolas Ferreira. O primeiro, já chegou a afirmar, em defesa a família tradicional (cisheteronormativa, patriarcal e cristã) ao participar do programa Super Pop em 2014, que “[...] a família é a célula da sociedade, ponto final [...] que família gay? isso não existe” (Oliveira, 2014, transcrição nossa). Manifestando sua indignação quanto à relação de pessoas LGBTQIAPN+ desenvolverem relações entre si visando a construção de uma estrutura familiar. O segundo, em vídeo resposta ao ato de utilizar peruca no Congresso Nacional no dia 8 de março de 2023, publicado na então rede social Twitter (atual X), apresenta uma série de “notícias” a respeito de mulheres trans nos esportes mostrando-se como defensor das mulheres cis alegando que “as mulheres sim, estão perdendo espaço para homens que se sentem mulheres” (Ferreira, 2023, transcrição nossa). Sua alegação além de desrespeitar a identidade de gênero de mulheres trans, busca provocar medo no *povo* do seu “inimigo” ao seguir afirmando:

e para não acontecer isto com outras pessoas que eu me coloco aqui realmente, na posição de sacrifício, de tomar pancada de todos os lados para que isso não chegue, por exemplo, até a sua filha [...] (Ferreira, 2023, transcrição nossa). O discurso segue, ainda, ratificando a

⁸ This week, I will also end the government policy of trying to socially engineer race and gender into every aspect of public and private life. We will forge a society that is colorblind and merit-based. As of today, it will henceforth be the official policy of the United States government that there are only two genders: male and female (United States of America, 2025).

posição de *antipovo* da comunidade LGBTQIAPN+ no que segue a declaração do deputado de que “o ativismo LGBT é o ativismo mais persecutório que existe. Ou você concorda, ou você deve ir para a cadeia (Ferreira, 2023, transcrição nossa).

Com base no evidenciado nos discursos e falas apresentados, a construção de *povo*, busca demonstrar, em cima da imagem da comunidade LGBTQIAPN+ como *antipovo*, a necessidade de um herói nacional para conter a ameaça contra a hegemonia. Partindo disso, demonstraremos a seguir exemplos empíricos dessa construção no Brasil.

EXEMPLOS EMPÍRICOS: O CASO BRASILEIRO

No Brasil, a identidade da comunidade LGBTQIAPN+ tem sido reiteradamente construída como *antipovo*, especialmente por meio de discursos e ações políticas que buscam reforçar sua marginalização e exclusão. Esse processo pode ser observado em diferentes momentos da história manifestando-se na retórica de líderes que associam essa população a uma ameaça aos valores tradicionais. Essa construção está inserida em um contexto político no qual a distinção entre aqueles que são reconhecidos como parte do grupo hegemônico e aqueles que são colocados à margem torna-se uma ferramenta estratégica de poder.

Ao enquadrar essa comunidade como uma ameaça aos valores tradicionais ou um inimigo do *povo*, os líderes carismáticos reforçam a ideia de que existe a necessidade de um salvador da pátria que proteja a sociedade da desordem moral. Essas declarações legitimam as violências, discursos de ódio e desigualdades sofridas pela população LGBTQIAPN+, criando um ambiente polarizado onde a exclusão se torna justificável. Em entrevista ao Morning Show da Jovem Pan, em 2022, enquanto estava em campanha de reeleição, Jair Bolsonaro declarou

As pautas voltadas para a ideologia de gênero caíram com o André Mendonça. Então é uma tranquilidade para a família tradicional aqui. E não é só a família tradicional não, o pessoal que vai morar aí... dois homens duas mulheres, a maioria deles não querem essa promiscuidade toda. Eles querem é trabalhar, cuidar da vida deles e ser feliz entre quatro paredes, não fica com esse ativismo: a todo mundo tem que aceitar isso daqui e botar na escola (Morning Show, 2022, transcrição nossa).

Essas declarações implicam a ideia de uma ameaça que precisa ser combatida, reforçando a ideia de que essas pautas são um risco a sociedade e a *família tradicional brasileira*. O conceito de ideologia de gênero trazida pelo dito cujo é frequentemente usado para deslegitimar os debates sobre identidades de gênero e direitos da população LGBTQIAPN+, tratando-os como uma imposição e não uma questão a ser debatida.

A menção às escolas reflete uma preocupação trazida por pessoas conservadoras, que trazem os debates mencionados como uma tentativa de doutrinação ideológica. Muito se foi colocado em seus mandatos, seja como deputado federal ou como presidente da república, sobre os perigos dos debates de gênero na escola e a exacerbada preocupação com o “kit-gay”, em suas palavras

O kit gay 1 foi recolhido ao armário por ordem da Presidenta da República lá no MEC. Agora, o kit gay 2 é da Secretária Maria do Rosário. Olhem o que esses 800 homossexuais vão tratar em Brasília, aqui, para seu filho: a inserção nos livros didáticos da temática das famílias LGBT; a inclusão da população LGBT em programas de alfabetização nas escolas públicas, ou seja, cota para professor homossexual. Eles querem que um garoto de seis ou sete anos de idade cresça vendo um drag queen como professor e ache aquilo normal; querem disciplinar a distribuição de livros para bibliotecas escolares com a temática diversidade sexual para o público infantojuvenil (ParlaTube Brasil, 2011, transcrição nossa).

O “kit-gay” ao qual ele se refere, na verdade tratava-se de uma iniciativa do governo federal em 2004, através do programa Brasil sem Homofobia. Consistia em um material didático voltado para a promoção do debate sobre o combate à violência e à homofobia nas escolas, abordando questões de gênero e sexualidade. O combate a violência é um perigo para sociedade?

Essa fala reflete a estratégia de desinformação utilizada pelas massas conservadoras e de direita para deslegitimar políticas públicas que poderiam ser extremamente eficazes no combate à violência, criando uma falsa narrativa de imposição ideológica, uma *fake news*.⁹

As *fakes news* desempenham um papel importante na construção da identidade do *antipovo*, sendo utilizada para alimentar o sentimento de medo e ameaça constante aos “ataques” aos valores morais e cristãos. Exemplos emblemáticos, como o caso do “kit-gay”, foram amplamente difundidos durante os mandatos de Bolsonaro, incluindo a polêmica da “mamadeira de piroca” que ganhou destaque durante a campanha eleitoral de 2018. Este mencionado alegava que nas creches públicas eram distribuídas mamadeiras com bicos em formato de pênis. Em um vídeo postado na rede social YouTube, um internauta bolsonarista grava uma mamadeira em que o bico de plástico fora substituído por um pênis de borracha e afirma

Olha aqui, ‘oia’. Vocês que ‘vota’ no PT, essa aqui é a mamadeira distribuída na creche ‘oia’. ‘Oia’ a marca aqui ‘oia’. Tá vendo? Distribuída na creche pra seu filho, ‘oia’, com a desculpa de combater a homofobia ‘oia’. Olha o bico como é, ‘oia’. Tá vendo? O PT e Haddad prega isso pra seu filho, ‘oia’. Seu filho de cinco, seis anos de idade vai beber mamadeira na creche com isso aqui, ‘oia’, pra combater a homofobia. Tem que votar em Bolsonaro, rapaz. Bolsonaro que é pra fazer o filho da gente homem e mulher. O PT e o Haddad, Lula, Dilma só querem isso aqui para nossos filhos, ‘oia’. Isso faz parte do “kit-gay”, ‘oia’, invenção de Haddad, viu? (Leal, 2018, transcrição nossa).

⁹ Notícias falsas. Ver definição apontada por Serra, 2018, em sua monografia *Fake News: Uma discussão sobre o fenômeno e suas consequências*. Disponível em: <<https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/3466/1/ALYNNE-SERRA.pdf>>.

Sem qualquer embasamento, essas ideias foram sendo disseminadas virtualmente contribuindo para o pânico entre os eleitores conservadores, reforçando a ideia de que a *família tradicional brasileira* se encontra em grande perigo. Tais ideias e disseminações ajudaram a consolidar Bolsonaro como o líder e o herói brasileiro capaz de enfrentar e combater a “ameaça LGBT”, que logo após seria eleito como presidente da república. Seria então o papel de um líder explorar o medo para angariar apoio popular?

Seja essa questão ou não, o fato é que seu discurso é corroborado pela religião. Religião esta que representa o seu *povo*, e que, portanto, condena o grupo alvo dos ataques de ódio aqui mencionando. Exemplo disto é o pastor declaradamente bolsonarista¹⁰, André Valadão, que em pregação transmitida ao vivo de Orlando, Estados Unidos em 2023, proclamou frases incitando violência à população LGBTQIAPN+ ao falar

Essa porta foi aberta quando nós tratamos como normal aquilo que a bíblia já condena. Então agora é hora de tomar as cordas de volta e dizer: não, não, não, não, tchi, tchi, tchi... pô parar, reseta (pow). Aí deus fala: “não posso mais, já meti esse arco-íris aí. Seu eu pudesse eu matava tudo e começava tudo de novo. Mas já prometi pra mim mesmo que eu não posso, então agora está com vocês” ... Cê não pegou o que é que eu disse, eu disse “tá com você”. Vou falar de novo: “tá com você... Sacode uns quatro do teu lado e fala: vamos pra cima, eu e a minha casa serviremos ao senhor” (CartaCapital, 2023, transcrição nossa).

Essa exposição demonstra que o discurso contra esse *antipovo* tem fundamento divino, isto é, é uma missão a favor daquilo que o deus cristão, se orgulha que seus seguidores fizessem. Além disso, em mesma pregação o pastor também afirmou que membros da comunidade e o governo incentivam a mutilação de crianças, em suas palavras:

Você começa a ver *drag queens* entrando dentro das nossas salas de aula, para as nossas crianças, querendo ensinar sexualidade para as nossas crianças... querendo ensinar crianças a a, a escolherem serem o que elas quiserem. Crianças hoje tendo liberdade para decidir, definir e serem mutiladas nos seus órgãos genitais, a partir de uma decisão que uma criança toma, porque, presta atenção no que eu te falo, porque a partir do momento que ela decide, mesmo que os pais não concordam, o governo tem autoridade sobre aquela criança. Você tá entendendo o que eu tô falando com você? (CartaCapital, 2023, transcrição nossa)

Esta “pregação”, para além de promover o medo, em conformidade com o que estamos expondo até o momento, provoca a raiva ao *antipovo* e ao governo, colaborando para o fortalecimento

¹⁰ Ver postagem na rede social *Facebook* do próprio pastor em que ele declara seu apoio a Bolsonaro em 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/andrevaladaoofficial/posts/vms-pra-cima-dia-710-bolsonaro/2141313239265502/>>.

da imagem que o herói nacional quer passar. Esta assertiva pode ser confirmada a partir do que, conforme relatado anteriormente, os representantes políticos afirmam.

Por fim, para elucidar o porquê estas personalidades constroem, difundem e mantêm estes discursos, apresentamos um trecho da entrevista do deputado Nikolas Ferreira ao Flow podcast em 2021 que expõe de forma categórica que a ignorância das pessoas de direita é o que as salva das ideologias de esquerda

Agora me fala assim, ô. Me fala aí o que é Mais Valia? Me fala aí Marx, Engels, pô! (Nikolas) Bom, em defesa do nosso povo brasileiro a maioria também não vai saber o que é essa porra aí (Monark) Tudo bem, justo. Eu boto fé aqui. Eu acho que, eu não sei quem foi que falou isso, mas tipo assim eu boto fé que a burrice ajudou o brasileiro a não ser de esquerda porque ele não entende nem isso, sacou? Ele fala assim: mano que Marx? Vai a merda, tá ligado? Mais Valia é o cacete eu quero trabalhar. Tipo assim. Sacou? (Nikolas) Isso é muito verdade, a nossa ignorância tá sendo um escudo divino, é sério mano. (Monark) (Flow Podcast, 2021, transcrição nossa)

Nikolas e Monark (então apresentador do programa) não somente afirmam a falta de conhecimento como enaltecem essa condição como uma virtude. Sob esta ótica, a intenção de apresentar este diálogo é a de expor o que cremos ser a razão, não só da exploração do discurso de ódio pela extrema direita, mas de sua difusão: a manipulação das emoções e subjetividades perpassa especialmente o manuseio da ignorância das pessoas. Destacamos a ignorância, nos termos que concebemos para fazer este destaque, como a incompreensão de fatos, neste caso, dos direitos e da existência da comunidade LGBTQIAPN+.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começamos este texto discorrendo sobre o neoliberalismo e seu impacto na subjetividade humana. Com isso demonstramos, a partir de Wendy Brown (2019), como o sistema neoliberal cria condições para sua própria destruição a partir da cooptação dos resignados. Seguimos então, demonstrando pelas formulações de Lynch e Cassimiro (2021) como isto ocorre, para tanto, baseamos nossas constatações iniciais com as ideias elaboradas pelos autores em questão, trabalhando assim com os conceitos de *populismo*, *povo* e *antipovo*, articulados a discursos que movem e provam o funcionamento de tais conceitos, discursos esses de Donald Trump, Bolsonaro e Nikolas Ferreira.

Diante disto, consideramos, a partir das exposições elencadas e dialogadas ao longo deste texto, que as personalidades aqui expostas criam discursos muito bem elaborados acerca da existência de um inimigo (neste caso a comunidade LGBTQIAPN+), que necessita ser combatido. Contudo, essa criação, por não se apresentar como uma ameaça real a este *povo*, uma vez que, cabe ressaltar,

pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ assim como quaisquer outros sujeitos, apenas estão exercendo sua liberdade dentro da sociedade. Destacamos a liberdade como uma pauta tão defendida pelas personalidades políticas apresentadas, que, ao ser desrespeitada para o *antipovo*, demonstra a contradição do discurso desenvolvido por elas, mais ainda: que a liberdade não é para todos.

Outrossim, percebemos que a utilização de diversos meios de mobilização de emoções por estas personalidades (as quais citamos ao longo deste texto), contribui para a difusão de discurso de ódio, uma vez que, em nome de discursos religiosos, da busca pela estabilidade econômica e pela liberdade, há o impulsionamento do *povo* contra o *antipovo* esse inimigo irreal criado para responder pelos problemas enfrentados pelos que se autoconsideram hegemônicos. Neste aspecto, essa forma de construção de mobilização de emoções, deslegitima pautas sociais importantes para a comunidade LGBTQIAPN+, criminalizando-a e retirando sua possibilidade de exercer a sua liberdade, como observamos em trechos apresentados.

Mediante o exposto, evidenciamos que tal mobilização de emoções e subjetividades é uma estratégia consciente que manipula diretamente a ignorância humana (tal como manifesto outrora), alienando o *povo* no combate de uma comunidade considerada uma minoria (quando se considera desde suas representações sociais e impactos em termos políticos, por exemplo), em prol da manutenção de ideais deste *povo*. Ademais, enfatizamos que, em nossa concepção, tal discurso de ódio é uma “muleta moral” de apoio à estrutura de *povo* construída. Em decorrência das constatações apresentadas, indagamos: Em termos de realidade social, pessoas LGBTQIAPN+ são, de fato, uma ameaça?

REFERÊNCIAS

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: **Politeia**, 2019.

CARTACAPITAL. André Valadão - Trecho completo. **YouTube**, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f4_-xuz03Sg&t=93s>. Acesso em: 09 de fev. de 2025.

CNN BRASIL. Donald Trump discursa no último comício da campanha | AMÉRICA DECIDE. **YouTube**, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qxYQkFAL_rl>. Acesso em: 09 de fev. de 2025.

FERREIRA, Nikolas. **A polêmica...peruca**. 2023. X: nikolas_dm. Disponível em: <https://x.com/nikolas_dm/status/1633959900471611392?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1633959900471611392%7Ctwgr%5Eddd945f7ac59c822bf791db3a1edb28bbd3c32ef%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.cnnbrasil.com.br%2Fpolitica%2Facusado-de-transfobia-nikolas-ferreira-diz-que-ativismo-lgbt-e-o-mais-persecutorio-que-existe%2F>. Acesso em: 09 de fev. de 2025.

FLOW PODCAST. NIKOLAS FERREIRA - Flow Podcast #514. **YouTube**, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z5pBtfjQWOI>>. Acesso em: 09 de fev. de 2025.

LEAL, Neth. O penis humano é o bico da mamadeira. **YouTube**, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SjhR32NZiBQ>>. Acesso em: 09 de fev. de 2025.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021). **Aisthesis**, v. 70, p. 223-249, 2021.

MORNING SHOW. Entrevista exclusiva com Bolsonaro - Morning Show - 10/01/2022. **YouTube**, 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3JJw6iQLBc4>>. Acesso em: 09 de fev. de 2025.

OLIVEIRA, Gustavo Murilo F. Jair Bolsonaro pela 3ª vez no Super Pop contra ditadura gay. **YouTube**, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KL-eiuRZrDE>>. Acesso em: 09 de fev. de 2025.

PARLATUBE BRASIL. Deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) - Kit Gay. **YouTube**, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AVGtI2n69XM>>. Acesso em: 09 de fev. de 2025.

PROGRESSISTA. Bolsonaro bate continência a bandeira americana em sinal de subserviência aos EUA (10/10/2017). **YouTube**, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8M1dUtgFd0g>>. Acesso em: 09 de fev. de 2025.

UNITED STATES OF AMERICA. Presidente (2025-2027: Donald Trump). **The Inaugural Address**. U.S. Capitol, Washington, D.C. January 20, 2025. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/remarks/2025/01/the-inaugural-address/>>. Acesso em: 09 de fev. de 2025.



A VIOLÊNCIA SEXUAL E ABORTO LEGAL: A REALIDADE DA MULHER NEGRA BRASILEIRA

Eixo: Classe social, Relações Étnico-Raciais, Gênero, Diversidade Sexual

LARISSA DA SILVA CAMPOS¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a violência sexual perpetrada historicamente contra a mulher negra, articulando sua relação com o aborto legal e seguro no Brasil. Parte-se do reconhecimento de que essas mulheres estão entre as principais vítimas desse tipo de violência e que seus direitos sexuais e reprodutivos vêm sendo sistematicamente negados. Nesse sentido, é necessário analisar tais fatores a partir dos quesitos de raça, gênero e classe para compreender como tais violações continuam sendo perpetradas.

Palavras-Chave: Violência sexual, mulher negra, racismo, aborto legal.

ABSTRACT: This article aims to analyze the sexual violence historically perpetrated against Black women, linking it to the issue of legal and safe abortion in Brazil. It is based on the recognition that these women are among the main victims of this type of violence and that their sexual and reproductive rights have been systematically denied. In this sense, it is necessary to examine these factors through the lenses of race, gender, and class in order to understand how such violations continue to be perpetuated.

KEYWORDS: Sexual violence, black women, racism, legal abortion.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa em desenvolvimento no Curso de Serviço Social, vinculada ao Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como tema a violência sexual contra a mulher negra e sua interface com a importância da efetivação do direito ao aborto para a justiça reprodutiva. Nesse sentido, este trabalho objetiva realizar uma análise histórica do sistema patriarcal e do racismo, que colocam a mulher negra como figura inferior ao homem e que faz com que essas sejam as maiores vítimas de violência sexual na sociedade brasileira desde sua formação. Essa violência está diretamente ligada aos aspectos de gênero, raça e classe que moldaram a sociedade brasileira e que se aprofundam na figura da mulher negra.

Deste modo, convém analisar historicamente o patriarcado para compreender como este fenômeno impacta na violência perpetrada contra as mulheres atualmente. Levando em consideração

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0677705139216082>. E-mail: larissa.silva291999@gmail.com.



que o que estrutura o patriarcado é o privilégio e a dominação masculina, relacionados à subalternização das mulheres. No que tange especificamente às mulheres negras, observa-se que estão inseridas nessa lógica patriarcal e acima de tudo, racista. Tal fato coloca as mulheres negras na pior escala social, fazendo com que fiquem ainda mais expostas a situações de violência (Cisne, Santos, 2018).

Assim, pretende-se compreender como o período colonial colocava a mulher negra escravizada como mero objeto sexual e como força de trabalho escravizada. Tem-se em vista que, naquele período, a mulher negra sofria dupla violência, pois além de fisicamente condenada ao trabalho escravo, estava sujeita a violência sexual praticada pelos senhores de engenho. Nesse sentido, pretende-se analisar como sofriam constantemente com a violência sexual e como tal fato impacta atualmente a vida dessas mulheres.

Outrossim, é fundamental analisar como o racismo impacta a saúde reprodutiva da mulher negra, especialmente em relação ao aborto legal. Embora a legislação permita o aborto em casos específicos, as mulheres negras frequentemente enfrentam a negação de seus direitos reprodutivos, sendo ainda responsabilizadas pela violência que sofrem.

Com o intuito de cumprir o objetivo aqui proposto, será realizado um levantamento bibliográfico e de dados, com base em livros, artigos acadêmicos e fontes disponíveis em plataformas como o Google Acadêmico. Inicialmente, será feita uma contextualização histórica, para compreender os aspectos estruturantes da sociedade que impactam diretamente as mulheres negras. Em seguida, será desenvolvida uma análise fundamentada nos elementos estruturais do patriarcado, do racismo e do sexismo, buscando entender de que forma essas opressões se articulam e influenciam na saúde reprodutiva das mulheres negras.

UMA ANÁLISE HISTÓRICO-SOCIAL SOB AS PERSPECTIVAS DO PATRIARCADO E DO RACISMO

O patriarcado é um fenômeno que está presente na sociedade brasileira desde a sua formação no período colonial. Sendo caracterizado pela dominação e submissão dos corpos femininos e pela violência, na medida em que transforma as mulheres em objetos de satisfação sexual dos homens e em produtoras de novos herdeiros e de força de trabalho (Cisne, Santos, 2018).

De acordo com Narvaz e Koller (2006), esse sistema é baseado numa organização social hierarquizada, em que a supremacia masculina atribui um maior valor ao dito masculino, legitimando deste modo, o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas.

Convém pontuar que o patriarcado se legitima como um meio de controle social e político, estabelecendo papéis socialmente determinados de subserviência e dominação, pois:

se sustenta em uma economia domesticamente organizada, sendo uma maneira de assegurar aos homens os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida. Ele se estabelece como um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres, as quais tornam-se seus objetos de satisfação sexual e reprodutoras de seus herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras (Cunha, 2014, p. 154).

Saffioti (1986), ao analisar o patriarcado, observa que este impacta diferentemente as mulheres negras e brancas, considerando que ocupam papéis distintos na nossa sociedade desde a sua formação. Historicamente, a mulher negra ocupa a função no sistema produtivo de bens e serviços, além de ocupar um papel sexual baseado na violência sexual que era perpetrada pelo senhor de escravos. Nesse sentido, as mulheres negras eram destinadas à satisfação sexual do senhor, enquanto as mulheres brancas, eram destinadas às funções de esposas e mães dos filhos legítimos.

Portanto, quando analisamos o patriarcado em meio a sociedade colonial, podemos observar as diferenças de raça e seus impactos impiedosos a figura da mulher negra. Enquanto as mulheres brancas eram vistas como frágeis e donas de casa, as mulheres negras sofriam com as consequências da escravidão. Consequências essas, que desencadearam na opressão de raça e classe; no trabalho braçal e sexual forçado e na maternidade como forma de garantir a reprodução social.

Nesse sentido, torna-se importante tecer análises sobre a intersecção entre o gênero, raça e classe, partindo da compreensão de uma sociedade patriarcal e racista. A interseccionalidade² busca captar as consequências e dinâmicas de interação entre dois ou mais eixos, analisando como o racismo, a raça e a classe se interligam e criam a desigualdade e as opressões de raça e classe sobre as mulheres. Podemos observar que, historicamente, o racismo e as classes sociais se interligam e sobrepõem um alto grau de opressão e desigualdade as mulheres negras, assim:

² O termo intitulado “interseccionalidade” surgiu em 1989, sendo escrito pela primeira vez pela jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw, quando outras inglesas passam a teorizar o conceito. Desse modo o termo começou a ser utilizado para compreender como o racismo, o patriarcado e a opressão de classes criam desigualdades básicas que estruturam a sociedade e as posições relativas de mulheres, raças, etnias e classes sociais, buscando assim combater as desigualdades existentes (Cisne, Santos, 2018, p.82).



O racismo e o patriarcado se constituem como sistemas que fundidos ao capitalismo, oferecem as bases para criação de uma sociedade estruturalmente desigual. Com a nossa formação social marcada pela ocupação colonial e os quase quatrocentos anos de regime escravista, presenciamos, até os dias atuais, a continuidade de um intenso processo de exploração e opressão contra a população negra em geral, mas, em particular sobre as mulheres, que sofrem múltiplas violências, violações e invisibilidade sexistas, além de racistas e de classe (Cisne; Ianael, 2022, p.191).

Convém pontuar que o Brasil colonial tinha por base uma economia dependente que perpetuou muita violência e desigualdade, sobretudo, no que concerne as mulheres negras. Segundo Saffioti (1976), para pensar a formação de classes no Brasil, devemos levar em consideração a sua formação a partir do capitalismo dependente, em que a nossa economia sempre esteve nas dependências das deliberações do centro de dominância dos países centrais capitalistas. Sendo assim, o processo da colonização brasileira constituiu o estabelecimento de uma economia colonial dependente, servindo aos interesses do capitalismo mercantil europeu que florescia neste período.

As margens de uma sociedade de capitalismo dependente, podemos observar que a população negra e escravizada, ainda era tratada como “coisa” pela sociedade. Nesse contexto, enquanto o homem negro era visto apenas como força de trabalho — sem remuneração —, a mulher negra sofria um alto grau de violência e exploração, pois o sistema escravocrata e dependente, se utilizou do trabalho forçado e de seu corpo, para gerar novos trabalhadores e fazer a engrenagem do capitalismo em formação rodar.

Neste viés, as classes sociais passam a desempenhar a divisão social e econômica da nação brasileira, baseadas na exploração de uma classe e raça sobre a outra. Desencadeando, deste modo, uma elevada desigualdade entre ricos e pobres e entre brancos e negros. Vale notar que além dos aspectos de classe, a sociedade escravista colonial, se baseava no patriarcado e no racismo, que formavam complexos desiguais não somente baseados no racismo, mas também no sexismo, que colocavam a mulher negra a margem da sociedade:

Na gênese do escravismo constava um tratamento distinto dispensado a homens e a mulheres. Eis porque o racismo, base do escravismo, independentemente das características físicas ou culturais do povo conquistado, nasceu no mesmo momento histórico em que nasceu o sexismo. Quando um povo conquistava outro, submetia-o a seus desejos e a suas necessidades. Os homens eram temidos, em virtude de representarem grande risco de revolta,



já que dispõem, em média, de mais força física que as mulheres, sendo, ainda, treinados para enfrentar perigos. Assim, eram sumariamente eliminados, assassinados. As mulheres eram preservadas, pois serviam a três propósitos: constituíam força de trabalho, importante fator de produção em sociedades sem tecnologia ou possuidoras de tecnologias rudimentares; eram reprodutoras desta força de trabalho, assegurando a continuidade da produção e da própria sociedade; prestavam (cediam) serviços sexuais aos homens do povo vitorioso. Aí estão as raízes do sexismo, ou seja, tão velho quanto o racismo. Esta constitui uma prova cabal de que o gênero não é tão somente social, dele participando também o corpo, quer como mão de obra, quer como objeto sexual, quer, ainda, como reprodutor de seres humanos, cujo destino, se fossem homens, seria participar ativamente da produção, e, quando mulheres, entrar com três funções na engrenagem descrita. (Saffioti, 2015, p. 133).

Desse modo, o racismo e o sexismo estabelecem uma relação entre si, pois o racismo subjuga uma determinada raça (a negra) e o sexismo impõe seus padrões de dominação acerca de um determinado gênero (o feminino). Quando analisamos a sociedade brasileira, podemos observar que a mulher negra é impactada duplamente, pois sofre com o racismo estrutural e com as imposições do sexismo, que a objetifica e impõe estereótipos demasiadamente violentos, pois a mulher negra sofre ao longo da história com a violência sexual e com a desigualdade social.

Ainda no tocante a escravidão, podemos salientar que enquanto os homens eram responsáveis pelo trabalho braçal e sofriam constantemente com a violência física; as mulheres não só eram vistas como força de trabalho, mas também como objeto sexual do senhor de engenho em meio ao patriarcado colonial que se estabeleceu no período da colonização e escravidão do povo negro. Conforme salienta Davis (2016), enquanto os negros eram açoitados, as negras eram também estupradas, pois o estupro era uma expressão de domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras.

Portanto, a escrava era um mero instrumento de satisfação sexual do seu senhor, em que a exigência da prestação de serviços sexuais, tornava-a, pois, desumanizada. Tal processo de coisificação da escrava tornava-a um instrumento de trabalho, também em objeto sexual (Saffioti, 1976).

Se no período escravagista, a mulher negra era utilizada como reprodutora de força de trabalho, em que seus filhos eram usados como mercadoria e como sustentação do regime escravista; atualmente essa lógica não cessou. Se o capitalismo se sustenta através do trabalho da classe subalterna que não tem mais nada para vender a não ser sua força de trabalho, é justamente o povo negro que sustenta o lucro do capital. Nesse sentido, é a mulher negra que gera novas forças



reprodutivas para que a engrenagem do capitalismo continue rodando; a maternidade da mulher negra também serve às necessidades desse mesmo sistema e, desse modo, seu corpo continua sendo objeto de dominação.

Compreende-se que racismo e o sexismo fazem da mulher negra cidadã de segunda classe, sobrepondo a mulher negra a uma terrível carga de discriminação e violência. Observa-se assim, que os aspectos racistas, patriarcais e sexistas formulados desde a colonização não cessaram, mas estabelecem seu controle e sua violência sobre essas mulheres até os dias atuais.

Portanto, torna-se evidente que os mecanismos de opressão que impactam as mulheres negras são históricos e estruturais, sustentados pelo patriarcado, racismo e sexismo que atualmente ainda influenciam a sociedade. Essa condição de subalternidade atravessa diretamente os direitos e o acesso das mulheres negras a políticas públicas essenciais, sobretudo no campo da saúde. A partir disso, torna-se fundamental aprofundar o debate sobre os direitos reprodutivos dessas mulheres, com ênfase na problemática do acesso ao aborto legal e seguro, enquanto uma questão de direitos sexuais e reprodutivos.

ARTICULAÇÕES ENTRE VIOLÊNCIA SEXUAL E O DIREITO AO ABORTO LEGAL E SEGURO

A sociedade brasileira constitui-se enquanto nação com marcas estruturais do racismo e da violência, enquanto resultado das relações patriarcais, desiguais e racistas consolidadas ao longo de sua formação social, como discutido anteriormente. Neste viés, é possível compreender que as mulheres negras estão inseridas na pior esfera social, fazendo com que estas sejam as maiores vítimas de violência e da falta de acesso aos direitos sexuais e reprodutivos.

A violência contra a mulher se configura como um tipo distinto das demais, em que não se refere a atitudes e pensamentos violentos de uma pessoa considerada igual ou que é vista nas mesmas condições de existência de seu perpetrador. Mas, tal violência é justamente motivada pela condição de ser do gênero feminino (Bandeira, 2014).

Segundo Santos e Buarque (2006), o gênero diz respeito a um conjunto de particularidades constituídas através da cultura para designar os papéis que devem ser desempenhados socialmente pelos homens e mulheres. E em nossa sociedade, o gênero nos permite perceber que este conceito

não somente define que homens e mulheres cumpram seus papéis, mas estabelece uma hierarquia entre estes, atribuindo aos homens o lugar de autoridade e de posse sobre as mulheres, que são injustificáveis nas simples diferenças biológicas.

Por consequência, o gênero impõe várias desigualdades entre homens e mulheres, como o acesso às políticas, ao mercado de trabalho e sobretudo no que concerne a reprodução sexual, em que as mulheres são vistas como objetos sexuais e são enlocadas a exercer o papel reprodutivo - parir, amamentar e cuidar dos filhos-.

Conforme destaca Balbinotti (2018), a violência perpetrada contra as mulheres pode ser entendida como a expressão da dominação masculina e como uma forma de expressão da superioridade do homem; sendo deste modo afirmação das relações patriarcais impostas socialmente. Dessa forma, culturalmente, as mulheres “são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem.” (Saffioti, 2015, p. 37). Outrossim, o patriarcado consentiu um certo padrão de violência contra as mulheres, em que designou ao homem o papel “ativo” na relação social e sexual entre os sexos, ao mesmo tempo em que restringiu a sexualidade feminina à passividade e à reprodução (Berger; Giffin, 2005).

Inúmeras são as violências que afetam as mulheres brasileiras, dentre estas, podemos destacar a violência física, psicológica, patrimonial, moral e sexual que trataremos com profundidade neste artigo. Logo, a violência sexual é entendida como:

qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (Brasil, 2006).

A violência contra a mulher perpassa por todas as raças e classes sociais. No entanto, ao analisarmos historicamente o fenômeno da violência, podemos observar que as mulheres negras são as mais impactadas pela violência, levando em consideração que seu corpo já vem sendo violado desde o período da escravidão.



De acordo com os dados do RASEAM- Relatório Anual Socioeconômico da Mulher- (2025) em 2023, dos registros realizados de violência contra as mulheres de 20 a 59 anos, 60,4 % foram contra mulheres pretas e pardas, ou seja, mulheres negras. Enquanto 37,5% contra mulheres brancas. E em 76,6% dos registros de violências domésticas, sexual e/ou outras violências contra mulheres, o agressor é do sexo masculino- o que revela que o maior quantitativo de violência perpetrada contra as mulheres é realizado pelos homens. Em 2024, dos registros feitos na Central de Atendimento do Liga 180, em 67% dos agressores eram companheiros ou ex-companheiros das vítimas.

Segundo dados do 18º Anuário de Segurança Pública (2024), no ano de 2023, o Brasil registrou 1 caso de estupro em cada 6 minutos. E as maiores vítimas de estupro no Brasil no ano de 2023, foram as mulheres negras, correspondendo a 52,2% dos casos, seguido de 46,9 % de mulheres brancas, o que demonstra que as mulheres negras estão mais expostas a esse tipo de violência. Pois, “sabemos que historicamente o racismo, através de imagens de controle, construiu para as mulheres negras estereótipos como hipersexualização e objetificação de seus corpos que buscam legitimar a violência perpetrada sobre seus corpos” (Criola, p.46, 2021).

No que concerne ao estupro, o seu conceito foi modificado em 2009, com a publicação da lei 12.015, que alterou o artigo 23 do Código Penal de 1940, passando assim a ser definido como “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso” (Giugliani, p.35, 2021). Pontua-se que o estupro,

além de ser um ato de violência extrema, é uma expressão explícita do sistema que coloca as mulheres em posição de subordinação, uma afirmação das normas de dominação sexual masculina e uma forma de terrorismo, cumpre a função essencial de intimidação, onde todas as mulheres são postas em condição de medo constante (RASEAM, 2025, p.108).

A naturalização de comportamentos violentos e abusivos dos homens, assim como a culpabilização da mulher pela violência sofrida, culmina na manutenção de comportamentos que caracterizam a cultura do estupro. Quando se denomina algo como cultural, quer dizer que tal fato ocorre de forma corriqueira e não raramente, colocando tal ação como atividade humana. Soma-se a isso, o fato de que a cultura do estupro é perpassada por condutas e discursos machistas, que além de tudo, culpabiliza as vítimas por não seguir as “regras de conduta” que são atribuídas as mulheres



desde o início de sua socialização, que impõe padrões de comportamento e que põe sobre as mulheres a culpa da violência sexual sofrida (Sousa, 2017).

Convém pontuar que o estupro cometido contra as mulheres, pode acarretar em uma gravidez não desejada e muitas vezes, as mesmas acabam por optar pela realização do aborto. Segundo o Código Penal (1940), o aborto é considerado crime, seja este provocado pela gestante ou por terceiros e somente é admitido pela lei se não houver outro meio de salvar a vida da gestante ou se a gravidez resultar de estupro e em casos de fetos encefálicos, o aborto passou a ser permitido por lei em 2012 pelo Supremo Tribunal Federal.

O aborto acaba sendo uma questão de saúde reprodutiva no Brasil, pois muitas mulheres acabam o realizando sem intervenção médica, seja pelo fato do aborto não ser legalizado ou pela dificuldade de acesso em casos admitidos por lei. Segundo Diniz (2023), o aborto é um evento recorrente na vida da mulher brasileira e seu proibicionismo somente o torna um caso de saúde pública no país.

É importante pontuar que no Brasil, mesmo com o fato do aborto ser ilegal não impede a sua realização, pois grande parte das mulheres acabam o realizando de forma insegura, com uso de medicamentos, com técnicas sem comprovação científica ou em clínicas clandestinas. E como salienta Goes (2019), o abortamento inseguro eleva as taxas de complicações pós-aborto, podendo desencadear em internação hospitalar e em morte materna. Em 2022, as mulheres negras representavam cerca de 67% das mortes maternas no Brasil e assim foram 937 óbitos entre mulheres negras, comparados a 412 entre mulheres brancas, correspondendo a 29,5% (Notícia Preta, 2024).

Embora a violência sexual seja um fator determinante para compreender a questão do aborto legal, é necessário ampliar este debate e reconhecer que diversos são os fatores que perpassam a saúde reprodutiva das mulheres negras. Dentre estes, podemos destacar o elemento fundamental da pobreza, pois as mulheres negras e pobres, são constantemente criminalizadas pela realização do aborto, que por conseguinte, por não conseguirem acesso às políticas de saúde (mesmo em casos admitidos por lei), acabam recorrendo ao abortamento inseguro.

Diniz (2023) destaca que o aborto é mais comum entre as mulheres negras, pois, segundo dados analisados pela autora através da PNA- Pesquisa Nacional de Aborto- de 2016 a 2021, entre as



mulheres negras de todas as idades a probabilidade de ter realizado um aborto é de 11,3% enquanto as mulheres brancas correspondem 7,5% de sua realização.

Nessa perspectiva, cabe uma reflexão: por que as mulheres negras são as que mais recorrem ao aborto? Ora, fazemos parte de uma sociedade capitalista e racista, que impõe opressões e desigualdades de classe e raça. Em que o Estado capitalista e punitivista não implementa políticas públicas de saúde reprodutiva de acesso a todos.

Conforme destaca Goes (2019), mesmo em casos dentro da legalidade, as mulheres enfrentam dificuldade na decisão de abortar, no acesso ao serviço de aborto seguro e nos cuidados pós-aborto. Uma barreira considerável dentro dos serviços de saúde que realizam o aborto legal é a objeção de consciência dos médicos, em que estes se negam a realizar o procedimento por aspectos morais e religiosos.

Fator que impossibilita exclusivamente o acesso das mulheres negras ao aborto legal é o racismo institucional, este está diretamente ligado a estrutura da sociedade, pois em uma sociedade racista, as instituições derivadas desse mesmo sistema racista e desigual, transferem aos usuários práticas racistas e violentas (Almeida, 2019). Logo, o racismo institucional, faz com que as mulheres tenham medo de acessar os serviços por medo do julgamento ou de práticas racistas que ocorrem constantemente nas instituições e além disso, por conta do estigma do aborto, essas mulheres acabam sendo mal atendidas e presenciam um grande descaso no que tange a sua saúde.

Neste sentido, as mulheres negras e pobres sofrem com a falta de informações inerentes a métodos contraceptivos, como também enfrentam barreiras no acesso às políticas de saúde. E a falta de acesso a métodos contraceptivos, pode ocasionar a uma gravidez não desejada ou planejada, que, pela falta de acesso a bens materiais e a condições dignas de sobrevivência, pode leva-las ao abortamento. Podemos, então, relacionar essa realidade, as perspectivas interseccionais de raça, gênero e classe, pois são justamente essas mulheres as mais impactadas com a falta de acesso a saúde e com a criminalização do aborto.

O controle dos corpos femininos também é uma constante na sociedade brasileira. Estruturalmente, os corpos femininos e sobretudo, negros, vem sendo controlados pelo patriarcado. Nesse contexto, a discussão sobre o aborto não percorre no âmbito privado, mas coletivo, já que a



principal função da mulher seria reproduzir e criar filhos para a sociedade. E o aborto seria justamente a recusa a maternidade entendida como papel social da mulher (Giugliani, 2021).

Ao analisarmos a intersecção entre raça e classe, percebemos que, desde o período escravocrata, os corpos das mulheres negras vêm sendo historicamente controlados por uma ordem patriarcal e capitalista. Esse controle as posiciona como reprodutoras sociais, cujos filhos são destinados, muitas vezes, à manutenção da força de trabalho explorada pelo capital. Nesse sentido, o acesso dessas mulheres ao aborto legal e seguro representaria uma ameaça à lógica capitalista, pois romper com a imposição da maternidade compulsória significaria também abalar uma das engrenagens que sustentam a reprodução social da pobreza e da mão de obra barata.

Por conseguinte, a legalização do aborto representaria uma ameaça ao sistema capitalista e patriarcal, pois permitir que as mulheres negras escolham não reproduzir é questionar a base da reprodução da força de trabalho. Como salienta Silvia Federici (2017, p. 104), “a reprodução da força de trabalho é uma atividade socialmente vital que foi naturalizada como um trabalho invisível e obrigatório das mulheres”. No caso das mulheres negras, essa função foi ainda mais brutalizada pelo racismo estrutural que as desumaniza e controla seus corpos.

Com tais considerações, é necessário compreender a questão do aborto como um caso de direitos sexuais e reprodutivos, já que estes dizem respeito ao direito à liberdade, a sexualidade e reprodução das mulheres. Para Silva e Oliveira (2024), os direitos reprodutivos envolvem a igualdade e liberdade de escolha das mulheres e os direitos sexuais se relaciona a esses mesmos quesitos, na esfera da sexualidade. Pensando esses direitos mencionados, um grupo de mulheres estadunidenses formularam o conceito de Justiça Reprodutiva, visando a garantia dos direitos das mulheres que gestam. Este conceito foi cunhado, em 1994, na Conferência sobre População e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, na cidade de Cairo, capital do Egito. Logo, a Justiça Reprodutiva, surge como uma forma de mudança social, emergindo de grupo de mulheres negras e abrangendo os grupos mais suscetíveis a opressões e hierarquias reprodutivas, neste viés, a Justiça Reprodutiva, refere-se as diversas formas de bem-estar das mulheres, entre estes, temos o bem-estar físico e emocional, econômico, social e político; baseados nos direitos humanos.

Entretanto, o que podemos observar é que esses direitos não vêm sendo garantidos pelas políticas públicas oriundas do Estado e o que se coloca é um alto grau de violação desses direitos, em



que as mulheres negras são as mais impactadas, pois são elas as que mais recorrem ao abortamento inseguro, que sofrem consequentemente com o racismo institucional e as que estão na frente dos índices de mortalidade materna.

Portanto, observa-se que prevalece no Brasil, as desigualdades de raça, classe e gênero que impactam diretamente as mulheres negras em todos os quesitos. Como podemos analisar, essas questões estão imersas na saúde sexual e reprodutiva dessas mulheres, perpetuando um alto grau de desigualdade e violência, existentes desde a formação social brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tais análises, foi possível compreender que historicamente as mulheres negras vem sofrendo com o racismo e com o sexismo presentes na sociedade brasileira desde a sua formação e tais aspectos impactam essas mulheres em todos os sentidos. E dessa maneira, foi possível observar que as mulheres negras são as mais afetadas pela violência, pois seus corpos são violados e vistos como reprodutores sociais desde o período da escravidão.

Podemos observar que a intersecção de gênero, raça e classe implementam um grande grau de opressão e desigualdade as mulheres negras e nessa perspectiva, seus direitos sexuais e reprodutivos acabam sendo violados.

Ao analisarmos a criminalização do aborto, podemos remete-lo a uma questão histórica com precedentes perversos, isso porque como destacamos no início do presente artigo, o capitalismo necessita da reprodução social oriunda da maternidade das mulheres negras, pois são elas que sustentam o mercado de trabalho. A quem interessa a criminalização do aborto? Ao capital! Já que este regula os corpos negros desde o período da escravidão, já que são esses corpos que garantem o seu lucro; e se as mulheres negras pudessem decidir sobre dar ou não a luz a uma criança, esse sistema sofreria ameaças, pois sem a mão-de-obra negra e o exército industrial de reserva, o capitalismo não se sustenta.

Logo, torna-se necessário lutar pelo fim do regime capitalista e patriarcal que implementam um alto grau de violência e desigualdade em todos os níveis na sociedade. Ademais, também é primordial lutar pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres negras e pela efetivação de seus direitos, já que estes vem sendo violados ao longo da história.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>. Acesso em: 08/05/2025.

BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da ESMESC**, v. 25, n. 31, p. 239-264, 2018. Disponível em: <https://esmesec.emnuvens.com.br/re/article/view/191>. Acesso em: 14 de fev. de 2025.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, p. 449-469, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/QDj3qKFJdHLjPXmvFZGsrLq/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 14 de fev. de 2025.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 07 de mai. de 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 152, p. 1, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 15 de mai. de 2025.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca básica de serviço social; v.8).

_____; IANAEL, Fernanda. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. **R. Katál**, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 191-201, maio-ago.: 2022. ISSN 1982-0259. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84661>.

CUNHA, Bárbara Madruga. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. In: **Jornada de iniciação científica de direito da UFPR**, 16., 2014, Curitiba. Anais...Curitiba: Universidade Federal do Paraná - PET/Direito, 2014. 21 p.v.1,

CRIOLA. **Dossiê Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva – 2020/2021**. Rio de Janeiro: Criola, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DANTAS-BERGER, Sônia Maria; GIFFIN, Karen. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, p. 417-425,



2005. Disponível em:
<https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v21n2/08.pdf>. Acesso em: 15 de mai. de 2025.

DINIZ, Debora et al. Aborto e raça no Brasil, Pesquisa Nacional de Aborto 2016 a 2021. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 3085-3092, 2023. Disponível em:
<https://www.scielo.org/article/csc/2023.v28n11/3085-3092/>. Acesso em: 10 de mai. de 2025.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

GIUGLIANI, Camila. **Violência Sexual e Direito ao Aborto Legal no Brasil**: fatos e reflexões. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

GOES, Emanuelle Aduni. Legalização do aborto com enfrentamento ao racismo: as mulheres negras querem justiça reprodutiva. **Barone MA, Barros B, editoras. Sangrias. Vitória: Pedregulho**, p. 40-50, 2019. Disponível em:
<https://criola.org.br/wpcontent/uploads/2023/07/Legalizac%CC%A7a%CC%83o-do-aborto-com-enfrentamento-ao-racismo-justic%CC%A7a-reprodutiva.pdf>. Acesso em: 12 de mai. de 2025.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H.. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 49–55, jan. 2006. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/psoc/a/VwnvSnb886frZVkPBDpL4Xn/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

NOTÍCIA PRETA. **67% da mortalidade materna em 2022 é de mulheres negras**. 2 dez. 2024. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/67-da-mortalidade-materna-em-2022-e-de-mulheres-negras/>. Acesso em: 15 de mai. de 2025.

RASEAM. **Relatório anual socioeconômico da mulher**. RASEAM / Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Ano 7 (mar. 2025). Brasília: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero/MMULHERES, 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mitos e realidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Graciete. BUARQUE, Cristina. O que é gênero? In: VANIN, Iole Macedo; GONÇALVES, Terezinha (orgs). **Caderno de Textos gênero e trabalho**. Salvador: REDOR, 2006. p. 25- 33. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/formacaotrabalhadores.pdf>. Acesso em: 23/04/2025.

SILVA, Maria Aparecida; OLIVEIRA, João Pedro. Injustiças reprodutivas: desigualdades no acesso a direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. **Revista Saúde Coletiva**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 123–135, 2024. Disponível em:
<https://www.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/20543/14331>. Acesso em: 15 de mai. de 2025.



SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro-a prática implícita de incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, p. 9-29, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/6pdm53sryMYcjrFQr9HNcnS/?lang=pt#>>. Acesso em: 26 de abr. de 2025.



LGBTFOBIA COMO EXPRESSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”

Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual

VILLIAN VEISS¹
CRISTIANE CARLA KONNO²

RESUMO: O artigo apresenta uma análise acerca da LGBTfobia como expressão da “questão social” no âmbito da sociedade capitalista, evidenciando que a população LGBTQIA+ enfrenta violações cotidianas de direitos, fruto da moral cisheteronormativa e da omissão estatal, impactando diretamente nas condições de vida. A partir da perspectiva marxista e revisão bibliográfica, problematiza-se a violência estruturada por relações sociais desiguais de classe, raça, gênero e sexualidade. A LGBTfobia nega direitos e cidadania, sendo reforçada por instituições como Estado, família e religião. O estudo reafirma a importância dos movimentos sociais e convoca o Serviço Social para uma atuação crítica na defesa intransigente dos direitos humanos e sociais dessa população.

Palavras-chaves: LGBTQIA+, LGBTfobia, “questão social”, direitos.

ABSTRACT: The article presents an analysis of LGBTphobia as an expression of the “social question” within capitalist society, highlighting that the LGBTQIA+ population faces daily rights violations, resulting from cisheteronormative morality and state omission, directly impacting their living conditions. From a Marxist perspective and through bibliographic review, the study problematizes violence structured by unequal social relations of class, race, gender, and sexuality. LGBTphobia denies rights and citizenship, reinforced by institutions such as the State, family, and religion. The study reaffirms the importance of social movements and calls upon Social Work to critically defend the human and social rights of this population.

Keywords: LGBTQIA+, LGBTphobia, “social question”, rights.

INTRODUÇÃO

O presente artigo³ apresenta um estudo iniciado na graduação em Serviço Social e atualmente em continuidade no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (nível mestrado) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo, estado do Paraná. O objetivo é

¹ Assistente Social. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/Campus de Toledo-PR. Discente do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Serviço Social/UNIOESTE. ID Lattes: 4837050963346626 E-mail: villianveiss@gmail.com.

² Assistente Social. Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Docente do Curso de graduação e Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/Campus de Toledo-PR. ID Lattes: 7177909103669155 E-mail: crikonno@gmail.com.

³O presente trabalho tem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), por meio de bolsa de estudos ao pesquisador.

apreender as inflexões da violência nas condições de vida da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexos, assexuais e outras identidades LGBTQIA+⁴.

A relevância da pesquisa se justifica diante da persistente invisibilidade das relações sociais que envolvem a população LGBTQIA+ enquanto sujeito de direitos, frequentemente exposta a discriminações, violações e crimes de ódio, revelando os efeitos de uma sociedade capitalista, heteronormativa, machista, patriarcal e LGBTfóbica. Nesse contexto, torna-se urgente (re)conhecer nas trajetórias, os impactos da violência nas condições de vida, as lutas e bandeiras levantadas por essa população e pelos movimentos sociais que a representa, contribuindo para o fortalecimento de práticas profissionais comprometidas com os direitos humanos e a justiça social.

A violência contra a população LGBTQIA+, denominada LGBTfobia⁵, configura-se como uma grave violação de direitos humanos e sociais e representa uma das expressões da “questão social”, sendo, portanto, uma demanda concreta para a intervenção profissional do/a assistente social. Enquanto fenômeno estrutural e histórico, está profundamente enraizada nas relações sociais, econômicas e culturais, afetando sujeitos marcados por desigualdades de classe, raça/etnia, sexo/gênero e orientação sexual. À medida que a realidade social se transforma, também se reconfiguram suas formas de manifestação, que podem se expressar por meio de violências física, psicológica, negligência, abandono, abuso financeiro e autonegligência, entre outras.

Este estudo se concentra em uma das formas de violência decorrentes das desigualdades estruturais: aquela motivada por questões de gênero e identidade de gênero, especificamente a violência contra a população LGBTQIA+. Dentre diversas formas, a violência manifesta-se por atitudes de medo, hostilidade e rejeição, que colocam essas pessoas em posições de subalternidade, marginalização e negação de direitos, sendo impulsionada por padrões cisheteronormativos, preconceito, senso comum, valores conservadores e interpretações religiosas.

⁴Sigla utilizada conforme o documento orientador da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Ela abrange identidades de gênero e sexualidades que divergem da cisheteronormatividade, ampliando o reconhecimento das demandas dessa população por direitos e políticas públicas. O símbolo "+" inclui outras identidades não nomeadas, mas igualmente presentes nessa diversidade.

⁵Em junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a discriminação contra pessoas LGBTQIA+, conhecida como LGBTfobia, deve ser enquadrada como crime de racismo (Lei nº 7.716/89), até que o Congresso Nacional aprove uma legislação específica sobre o tema.

O Grupo Gay da Bahia, organização não governamental LGBTQIA+ mais antiga da América Latina, monitora há 45 anos a violência contra essa população no Brasil. Em 2024, registrou 291 mortes violentas motivadas por ódio, o que representa uma morte a cada 30 horas. O país lidera os índices mundiais de crimes homotransfóbicos e suicídios de pessoas LGBTQIA+, concentrando 29,2% dos assassinatos de transexuais e travestis registrados globalmente (GGB, 2024).

Essa é a expressão mais grave da violência LGBTfóbica, que à morte cidadãos e cidadãs, mas também abarca outras formas de violação de direitos. Contudo, é preciso registrar que há resistência frente a essa realidade: movimentos sociais, coletivos, instituições e categorias profissionais, bem como manifestações de grupos da sociedade civil, que se posicionam contra esse processo histórico, cultural e social e reivindicam do Estado ações tanto de prevenção quanto de garantia de direitos humanos e sociais.

Nesse sentido, investigar essa realidade por meio do estudo e da pesquisa, tem como propósito compreender de que forma a violência incide nas condições de vida de pessoas LGBTQIA+, evidenciando suas inflexões mesmo quando não lhes ceifa a vida, pois se manifesta por meio de constrangimentos, discriminações e múltiplas violações cotidianas.

Para o alcance deste, recorreremos à combinação da pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, a fim de responder as indagações que nos mobilizou ao estudo. Contudo, neste trabalho, apresentamos a síntese da pesquisa bibliográfica, mais propriamente a revisão de literatura se explicitada neste trabalho pela revisão da literatura que aborda a compreensão da violência e da identificação da LGBTfobia como violação de direitos humanos e sociais. Os resultados deste estudo se dispõem neste trabalho sob dois eixos norteadores: o primeiro discute a construção social do gênero, da identidade de gênero e da sexualidade, e o segundo, analisa a LGBTfobia como expressão da “questão social” na sociabilidade capitalista.

GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

“Questão Social”, Estado, Políticas Sociais e Direitos



Para compreender como a violência LGBTfóbica atravessa as condições de vida da população LGBTQIA+, é necessário reconhecê-la como expressão da “questão social”⁶, categoria insuprimível dos marcos do modo de produção capitalista. No capitalismo, a produção não é tão-somente produção e reprodução de mercadorias e de mais-valia, mas implica também a reprodução das relações sociais, que sustentam a desigualdade estrutural entre capital e trabalho (Netto; Braz, 2010).

A partir da perspectiva marxista, especialmente nas análises desenvolvidas por Netto, nos permite compreender a “questão social” como produto necessário e próprio da dinâmica capitalista. Assim, conforme os estágios do desenvolvimento do capital, portanto, não se limita ao marco histórico da manifestação imediata do pauperismo⁷ (Netto, 2001).

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – *diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”*; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante. A “questão social” é *constitutiva* do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (Netto, 2001, p.45, grifo do autor).

A questão social, refere-se a um amplo complexo que envolve as relações advindas do antagonismo entre as classes sociais fundamentais e regidas sob o modo de produção capitalista: capitalista/burguesia e trabalhadora/proletária, marcadamente pelo fenômeno basilar da exploração do capital sobre o trabalho, que culmina na apropriação privada (pelo capital) da riqueza socialmente produzida (pelo trabalho). Esta, (a “questão social”) como máxima contradição da sociabilidade capitalista, deflagra um conjunto de desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais que se concretizam como expressões da “questão social” na vida social classe trabalhadora, sob diversas opressões.

⁶ No presente trabalho utilizaremos aspas ao se referir à expressão “questão social”. Sustentamos nosso posicionamento, cf. José Paulo Netto, *Cinco notas a propósito da questão social*, o qual passou a utilizar aspas ao se referir à “questão social”, ao compreender o fato de o proletariado em passagem histórico-universal superar sua condição de classe em si para classe para si. “[...] As vanguardas trabalhadoras acederam, no seu processo de luta, à *consciência política* de que a “questão social” está *necessariamente* colocada à sociedade burguesa: *somente a supressão desta conduz à supressão daquela*”. Acendeu então, à consciência política dos trabalhadores, que passaram a identificar na expressão “questão social” uma conotação conservadora, de naturalização, tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no âmbito confessional, deste modo passando a só empregá-la indicando este traço mistificador para diferenciar do vocabulário da sociedade burguesa (Netto, 2001, p. 44, grifo do autor).

⁷ A pauperização (pobreza) massiva/absoluta da população trabalhadora, constitui o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial (Netto, 2001).



A ‘questão social’ não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (Iamamoto; Carvalho, 2006, p 77).

É no capitalismo monopolista que a “questão social” alcança sua maior exponenciação, exigindo a intervenção sistemática do Estado. Este, passa a atuar de maneira estratégica e orgânica nos campos político e econômico, com o objetivo de garantir os superlucros dos monopólios, por meio das políticas sociais e econômicas, evidenciando a ação do Estado no impulsionamento da acumulação capitalista (Netto, 2011).

Nesse cenário, o Estado passou a exercer funções econômicas diretas, atuando como regulador da economia, especialmente em períodos de crise capitalista, com a crise de 1929 e o pós-segunda guerra mundial. A partir desse último período, “[...] o capitalismo experimentou um desenvolvimento expressivo que ficou conhecido como “os 30 anos gloriosos”, sendo marcado, do lado do capital, por altas taxas de lucro e, do lado do trabalho, pela garantia de direitos sociais expressos no chamado Estado de Bem-Estar Social” (Guerra, *et al.* 2007, p. 251).

Essa compreensão é reforçada por Iamamoto (2010), ao afirmar que a “questão social” é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado na expansão monopolista do capital. Sua gênese na sociedade burguesa deriva do trabalho, caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da atividade humana, das condições necessárias à sua realização e de seus frutos.

De acordo com Netto (2011), a intervenção estatal no capitalismo monopolista sobre a “questão social”, realiza-se de forma fragmentada e parcial, pois tomar a “questão social” como base, é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho, o que colocaria em xeque a ordem burguesa. Por isso, as expressões da “questão social” são recortadas como problemáticas particulares/individuais daquele que a vivência (desemprego, violência, fome, entre outras) e assim enfrentadas (Netto, 2011).

A funcionalidade central da política social no capitalismo monopolista alude-se à preservação e ao controle da força de trabalho, mas não equivale verificá-la como uma decorrência natural do Estado burguês, pelo contrário, é resultado das lutas de classes. Logo, o fundamento da

política social advém das mobilizações e organizações da classe trabalhadora contra o conjunto de desigualdades advindas da exploração do capital pelo trabalho (Netto, 2011).

Para tanto, entender a “questão social” implica, de um lado, considerar a exploração do trabalho pelo capital e, de outro, reconhecer as lutas sociais protagonizadas pela classe trabalhadora organizada frente as premissas da produção e reprodução do capitalismo. “Conjugadas, essas premissas derivam em expressões diversificadas da “questão social” em face das quais cabe sempre um processo de investigação a fim de caracterizá-las enquanto “unidade da diversidade” [...]” (Santos, 2012, p. 133).

É a partir desta compreensão que a “questão social” se apresenta capaz de articular a gênese das expressões inerentes ao modo de produzir-se e reproduzir-se do capitalismo contemporâneo, envolvendo “[...] mudanças no mundo do trabalho; suas manifestações e expressões concretas na realidade social; as estratégias de seu enfrentamento articuladas pelas classes sociais e o papel do Estado nesse processo, em que se destaca a política social e os direitos sociais [...]” (Behring, 2009, p. 10, grifo da autora).

Nesse contexto, Behring (2009) enfatiza o papel ideológico do direito na sociedade capitalista, ao tratar de forma igual os sujeitos desiguais, tornando iguais todos os agentes da produção e ocultando as reais relações de dominação. Embora reconheça todos como sujeitos de direitos, o direito contribui para a naturalização das relações econômicas e de classe, apagando as condições históricas e sociais vivenciadas pelos indivíduos. Assim, o Estado se apresenta com a aparência de mediador dos conflitos sociais, mas, na prática, reforça as estruturas de exploração e opressão.

No contexto atual, a promessa de igualdade e liberdade é frustrada, e os trabalhadores tornam-se sujeitos da desigualdade, enfrentando violências e a barbárie. Estabelecer a relação entre “questão social” e direitos exige reconhecer o indivíduo em sua capacidade de resistência e conformismo frente às situações de opressão e exploração, situando sua existência – sua essência humana – no conjunto das relações sociais densas, concretas e historicamente determinadas. (Behring, 2009)

Dispondo de uma dimensão estrutural, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. Esse processo é denso, atravessado por conformismos e rebeldias, expressando a consciência e a luta pelo

reconhecimento dos direitos de cada um e todos os indivíduos sociais. Seu enfrentamento exige a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores e a responsabilização do Estado, por meio de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses da maioria, “[...] condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção da esfera pública.” (Iamamoto, 2010, p. 162).

Nesta perspectiva, compreende-se que a sociedade capitalista, fundada nas classes sociais antagônicas – capital e trabalho –, produz e reproduz relações sociais desiguais, resultante da apropriação privada pelo capital, da riqueza socialmente produzida pelo trabalho. Essa relação é que permite sustentação da manutenção da sociedade capitalista, e, portanto, das relações sociais, com hegemonia do pensamento burguês. Como afirma Iamamoto (2008), “dar conta da questão social hoje é decifrar as desigualdades sociais de classes em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente etc. Mas decifrar também as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais”. (Iamamoto, 2008, p.114)

Ante ao exposto, parte-se da premissa de que, mediante a produção e reprodução das relações sociais sob o domínio do capital, também se produz e reproduz a legalidade de sua manutenção e, na mesma sociedade, em polo oposto, as relações sociais que se erguem para a ruptura do determinado como rígido e permanente. Por isso, as conquistas sociais são os resultados da disputa entre os diferentes projetos das classes sociais, que por meio da intermediação do Estado, ao admitir a lógica democrática, responde sob a forma de direitos humanos e sociais.

Dentre as relações desiguais, situamos a desigualdade de gênero, como expressão dessas contradições, resultado dessas relações, e com todas as formas de violações que dela decorrem, como o preconceito, a discriminação e, no caso deste estudo, a LGBTfobia.

Reflexões acerca de Gênero, Identidade de Gênero e Sexualidade

Considera-se imprescindível apresentar, ainda que de maneira introdutória, o debate sobre as relações de gênero, sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual. Sendo assim, objetiva-se compreender as múltiplas realidades vividas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais,



queers, intersexos, assexuais e demais identidades, cujos direitos humanos e sociais são historicamente violados.

Os estudos de gênero têm como marco inicial a década de 1960, com a publicação da obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir. Sua afirmação "não se nasce mulher, torna-se mulher" tornou-se um marco para o feminismo. Essa perspectiva provocou importantes reflexões sobre o papel da mulher nas estruturas políticas e sociais (Ribeiro, 2014).

A autora Ribeiro (2014) destaca as três tendências teóricas sobre gênero propostas: a Universal, baseada em uma concepção binária e essencialista; relacional, centrada nos estudos sobre masculinidades; plural, que se aproxima da teoria queer e da desconstrução das normas de gênero e sexualidade.

Para Scott (1990), em sua obra *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, os estudos feministas marxistas adotam uma abordagem histórica determinado pela associação entre os sistemas: patriarcado e capitalismo, compreendendo o gênero como categoria mutável e constituinte das relações sociais e das relações de poder. Nesta linha, Cisne (2012) define o gênero como uma relação sócio-histórica de poder, que atravessa instituições, subjetividades e práticas sociais.

Saffioti (1992), afirma que o gênero é construído e se expressa através das relações sociais. O gênero é uma maneira de existência do corpo, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. A definição de mulher, por exemplo, não se resume ao corpo biológico, só se processa através da atividade desta mulher na sociedade. Essa construção social do gênero influencia a percepção de mundo, sendo inseparável de outras dimensões fundantes das relações sociais, como raça/etnia e classe social (Saffioti, 1995).

Sendo assim, o gênero, portanto, se apresenta como uma construção histórica e social atravessada por relações de poder. Marx e Engels (2002), em *A Ideologia Alemã*, argumentam que as ideias da classe dominante são também as ideias dominantes na sociedade. Assim, o patriarcado e o binarismo de gênero cumprem função ideológica ao legitimar desigualdades e manter privilégios.

Para Saffioti (1987), o patriarcado não é apenas um sistema de dominação ideológica, mas também de exploração econômica. Ele estrutura uma hierarquia entre homens e mulheres e legitima privilégios por meio da heteronormatividade. Historicamente, a biomedicina contribuiu para a patologização de identidades dissidentes, apagando suas memórias e experiências sociais.



A sexualidade, ainda que expressão da individualidade, é profundamente moldada por aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. Deve ser compreendida como uma dimensão histórica e social. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 2015) e os Princípios de Yogyakarta (2017), reforçam a sexualidade como direito humano vinculado à liberdade e autodeterminação.

De acordo com os Princípios de Yogyakarta⁸ (2017, p. 7), a orientação sexual refere-se “[...] à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas”. Basicamente, há quatro orientações sexuais preponderantes: pelo mesmo sexo/gênero (homossexualidade), pelo sexo/gênero oposto (heterossexualidade), pelos dois sexos/gêneros (bissexualidade), ou e assexualidade (ausência de atração sexual).

No mesmo documento, a identidade de gênero é descrita como a vivência interna e individual do gênero, que pode ou não corresponder ao sexo designado ao nascer. Expressões como cisgênero e transgênero ajudam a compreender essas distinções. O Conselho Federal de Serviço Social, CFESS (2016), aponta a intensa vulnerabilidade de pessoas trans frente à lógica binária e normativa da sociedade.

De acordo com o CFESS (2016, p. 8) “[...] uma das frações da população mais afetadas pelo caráter opressivo do binarismo de gênero, é aquela formada pelos/as que se autorreconhecem como mulheres transexuais, homens transexuais e as travestis [...]”, bem como aquelas pessoas que não se identificam com essas categorias, preferindo a autodefinição como não binárias.

As pessoas LGBTQIA+ enfrentam cotidianamente situações de vulnerabilidade, na medida em que, ao romper com o modelo cisheteronormativo de orientação sexual e identidade de gênero, sofrem preconceito, discriminação e intolerância, materializada na LGBTfobia.

De acordo com Cisne (2012), isso se deve justamente à forma com que a sexualidade é construída em nossa sociedade, que dificulta a aceitação e, com isso, amplia o cerceamento de direitos. Portanto, é impossível analisar as questões de gênero e sexualidade, sem relacioná-las ou percebê-las envolvidas em relações e conflitos sociais inerentes à da sociabilidade capitalista.

Observa-se que a LGBTfobia impede a plena cidadania das pessoas que enfrentam violências e discriminação naturalizadas pelo projeto cisheteronormativo, sustentado por instituições



como a família, a moral religiosa e o Estado. Essa moral contribui para a perpetuação da opressão, resultando na negação de direitos essenciais, como acesso ao trabalho, à educação e ao lazer, dentre outros. Nesse contexto, a população LGBTQIA+, como cidadã que experiencia a violência e violação de direitos, reivindica a proteção social para a garantia de seus direitos sociais, a prevenção da violência e a segurança pública, para viver com dignidade.

De uma maneira geral, podemos dizer que, historicamente, diferentes culturas produziram classificações variadas sobre identidade de gênero. “O que queremos ressaltar é que estas classificações mudam e é isto que apavora principalmente os/as conservadores/as, que desejam que seus privilégios sejam mantidos a qualquer preço [...]” (CFESS, 2016, p. 8).

No Brasil, temos observado o fortalecimento de discursos conservadores, principalmente a partir das eleições de 2018, e, posteriormente durante o governo bolsonarista. Esse governo, pautado por uma ideologia moralista, tradicionalista, religiosa, e fascista, promoveu ataques às políticas de reconhecimento e proteção da população LGBTQIA+, como a extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) e a revogação do decreto que previa a realização da 4ª Conferência Nacional de Direitos Humanos da população LGBTQIA+, para o ano de 2018.

Como consequência aos retrocessos, os dados do Atlas da Violência (FBSP; IPEA, 2025) revelam um aumento alarmante da violência: entre 2014 e 2023, as notificações de violência contra mulheres trans cresceram 1.110,99%, contra homens trans 1.607,69% e contra travestis 2.340,74%. O Brasil permanece como o país que mais mata pessoas LGBTQIA+, segundo o Grupo Gay da Bahia.

Na década de 1970, as lutas sociais começaram a dar visibilidade às desigualdades de gênero e à discriminação heteronormativa como questões políticas. Inicialmente, as ações voltadas para as populações LGBT focaram no combate à epidemia de HIV/AIDS. A institucionalização de políticas públicas para essa população começou em 2004, com o Programa Brasil Sem Homofobia, e foi ampliada em 2008 pela I Conferência Nacional de Políticas Públicas para GLBT. Outro marco importante foi o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3), que orientou a implementação de ações sociais para promover os direitos dos LGBT (RIBEIRO, 2014). Em 2025, haverá a retomada das conferências municipais, estaduais e a nacional, marcada para outubro, em

Brasília – um marco importante na reconstrução da participação social e política das pessoas LGBTQIA+.

A LGBTFOBIA como Expressão da “Questão Social”

Embora a violência seja uma constante na história da humanidade “[...] parece tão estranha em nosso dia a dia, que pensar e agir em função dela, deixou de ser um ato circunstancial para se transformar numa forma do modo de ver e de viver o mundo do homem” (Odalía, 1985, p. 09).

Segundo Odalía (1985, p. 90), “[...] a violência, hoje, é meio de ataque, mas também de defesa. Ela exprime um inconformismo radical em relação às imperfeições da sociedade [...]”. O autor ressalta que uma das condições básicas de sobrevivência do homem, num mundo natural hostil, foi exatamente sua capacidade de produzir violência numa escala desconhecida pelos outros animais.

Se a violência é constitutiva da história, ela assume novas conotações no contexto da exploração do trabalho, ou seja, no capitalismo. Desta forma, analisar a violência num determinado contexto social perpassa por questões de ordem econômica, social e política, expressas na função do Estado em garantir a segurança pública (Junges; Stival; 2011).

Para Junges e Stival (2011), a violência na sociedade contemporânea pode ser compreendida a partir de duas abordagens principais, que partem de pressupostos distintos: uma concepção que a entende como parte da natureza humana e outra que a concebe como um fenômeno socialmente produzido. Nessa segunda perspectiva, especialmente a partir de uma leitura marxista, a violência institui-se na construção da história e no modo como se organizam as relações econômicas, sociais e políticas. Trata-se de uma violência intrinsecamente ligada à exploração do homem pelo homem, expressa no desenvolvimento do modo de produção capitalista.

As autoras destacam que os escritos de Marx são fundamentais para a compreensão da violência, pois analisam as raízes dessa realidade na lógica de mercantilização da força de trabalho e nas estruturas econômicas e sociais que sustentam as desigualdades. Assim, compreender a violência exige reconhecer sua inserção nas contradições do capitalismo, que produz e reproduz condições que naturalizam e legitimam a violência nas relações humanas.



As autoras destacam que os escritos de Marx são importantes na compreensão do desenvolvimento da força de trabalho e sua ligação com os mecanismos de violência, cuja raiz está na exploração do trabalho e na sua transformação em mercadoria. Assim, compreender a violência exige reconhecer sua inserção nas contradições do capitalismo, que produz e reproduz condições que naturalizam e legitimam a violência que permeia as relações humanas (Junges; Stival; 2011).

Para compreender a violência contra pessoas LGBTQIA+, é fundamental reconhecer que esse debate está intrinsecamente ligado à centralidade da “questão social” e às suas expressões no âmbito da sociedade capitalista. Nesse cenário, a população LGBTQIA+ vive e resiste sob constantes marcas de preconceito, discriminação e desrespeito à sua condição humana, enfrentando diversas formas de violência baseadas na percepção de sua orientação sexual, identidade ou expressão de gênero, ou pelo fato de seus corpos desafiarem os padrões binários socialmente aceitos. A LGBTfobia, como manifestação concreta dessas opressões, atua como obstáculo à construção da plena cidadania, ao negar direitos e restringir o reconhecimento e a participação das pessoas que rompem com a matriz cisheteronormativa que estrutura as relações sociais.

As violações de direitos humanos relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, que afetam principalmente a população LGBTQIA+, seguem um padrão recorrente de abusos e discriminações, muitas vezes agravado por outras formas de violência e exclusão baseadas em aspectos como idade, raça, religião, deficiência, situação socioeconômica. Conforme aponta Cisne (2012, p. 144), “[...] as lutas contra as opressões culturais (de raça, etnia, gênero, geração, orientação sexual, meio ambiente, nacionalidades etc.) são, fundamentalmente, recortes das desigualdades sociais – de classe”.

A população LGBTQIA+ enfrenta cotidianamente preconceito, discriminação e diferentes formas de violência naturalizadas, sustentadas por uma moral cisheteronormativa que dificulta o acesso a direitos básicos como trabalho, lazer, cultura e educação. Essa violência deve ser compreendida como um fenômeno social estruturado, e não como ações isoladas, pois resulta de fatores históricos, culturais estruturais, também reproduzidos institucionalmente. É uma violência motivada por preconceito, voltada contra orientações sexuais e identidades de gênero que fogem das normas e padrões hegemônicos. Essa prática atinge grupos específicos e transmite à comunidade LGBTQIA+ uma constante mensagem de medo, exclusão e insegurança. Essa violência “[...] é diária



e se manifesta de diversas formas, provocando medo, auto-violência, com aumento do suicídio entre jovens, e indiferença, especialmente pelo avanço do conservadorismo e do preconceito” (CRESS-PR, 2017, s/p).

De acordo com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 2015), a violência contra pessoas LGBTQIA+, especialmente homens gays e mulheres trans, apresenta uma alta subnotificação, o que torna mais difícil a identificação precisa do seu alcance. No caso das mulheres trans, a situação é particularmente alarmante, com 80% das vítimas de assassinato tendo até 35 anos de idade, e a expectativa de vida dessa população na América Latina variando entre 30 e 35 anos. A violência sofrida por essas mulheres é resultado de uma combinação de fatores, incluindo exclusão social, discriminação, violência doméstica, negação da identidade de gênero, inserção em ocupações de risco e criminalização. Mulheres trans são frequentemente alvo de abusos por parte de agentes de segurança, e enfrentam grandes barreiras no acesso a direitos básicos, como educação, saúde, moradia e trabalho formal, o que as coloca em uma posição ainda mais vulnerável.

Além disso, as mulheres lésbicas enfrentam um tipo específico de violência, que resulta principalmente da misoginia e da desigualdade de gênero na sociedade. A CIDH tem recebido denúncias sobre a vulnerabilidade das mulheres lésbicas a atos de violência sexual e intrafamiliar, que frequentemente são subnotificados devido à falta de mecanismos eficazes de denúncia e à invisibilidade dessas violências. Por outro lado, a violência contra pessoas intersexo, especialmente as que sofrem intervenções médicas para “normalizar” seus corpos, também é uma questão crítica, com protocolos médicos aprovados pelo Estado, mas que causam danos irreparáveis e frequentemente ocorrem sem consentimento, como a dor crônica, esterilização e sofrimento mental.

Para o Conselho Regional de Serviço Social - 11ª Região (CRESS-PR, 2017) os dados oficiais sobre LGBTfobia são insuficientes, mas a realidade é alarmante. São muitos os problemas relacionados aos mecanismos de denúncia e responsabilização e a relação entre políticas públicas e sistema de justiça apresenta grandes fragilidades.

A maioria dos países não coleta dados (registros, notificações) sobre a violência contra pessoas LGBTQIA+. Com poucas exceções entre os países que apresentam alguma informação, é necessário preencher essa lacuna recorrendo a outras fontes complementares, como reportagens jornalísticas e relatórios de organizações da sociedade civil.

A violência contra a população LGBTQIA+ deve ser compreendida como uma manifestação da “questão social” no interior das relações sociais, políticas e econômicas da sociedade capitalista. Longe de ser um fenômeno isolado, trata-se de uma forma de exclusão estrutural que impede a construção da plena cidadania das pessoas que não se correspondem às normas de gênero e sexualidade socialmente hegemônicas. A LGBTfobia, em suas múltiplas expressões, constitui uma violação sistemática de direitos humanos, impactando diretamente as condições de vida dessa população e tornando-a especialmente vulnerável à marginalização, à violência e à exclusão social.

Compreendemos, assim, que a violência é socialmente construída e reproduzida, apresentando-se como uma expressão concreta da “questão social”. Suas manifestações se desdobram em diversas formas, como violência física, psicológica, institucional e autonegligência, todas atravessadas por fatores estruturais que reafirmam as desigualdades e os preconceitos. No caso da população LGBTQIA+, a LGBTfobia se configura como a principal expressão dessa violência, negando o reconhecimento da diversidade e impedindo o acesso pleno a direitos e a uma cidadania efetiva, especialmente em uma sociedade ainda marcada por padrões cisheteronormativos e patriarcais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a violência LGBTfóbica como manifestação da “questão social” implica inseri-la no conjunto de expressões da desigualdade estruturada pelo capital. Essa forma de violência não é isolada, mas parte das relações sociais historicamente produzidas que negam direitos, perpetuam opressões e restringem a liberdade de existir.

Nesse contexto, a atuação profissional crítica exige reconhecer tais expressões como parte do embate entre projetos societários antagônicos, convocando o Serviço Social à defesa intransigente dos direitos humanos, civis e sociais da população LGBTQIA+, contra toda forma de exploração e opressão.

A população LGBTQIA+, no contexto do modo de produção capitalista, vive e sobrevive marcada pelo preconceito, discriminação e desrespeito à sua dignidade. A LGBTfobia impede a plena cidadania dessas pessoas, que enfrentam violências e discriminação naturalizadas pela moral



heteronormativa, sustentada por instituições como a família, a moral religiosa e o Estado. Essa moral contribui para a perpetuação da opressão, resultando na negação de direitos essenciais, como acesso ao trabalho, à educação e ao lazer.

A compreensão crítica das relações de gênero e sexualidade é essencial para pensar políticas públicas e práticas profissionais no campo do Serviço Social. A luta pela universalização dos direitos da população LGBTQIA+ deve ultrapassar os limites do reconhecimento identitário, articulando-se com a crítica às estruturas de exploração e opressão do capitalismo.

Conota-se também, através dos estudos realizados, que existe mobilização e enfrentamentos dessa população frente a tais violações. E é por meio dos movimentos LGBTQIA+ e de sociedade civil organizada, por vezes, fragmentada e fragilizada, que essa população apresenta suas bandeiras de luta, na defesa intransigente dos direitos humano, do direito à liberdade de expressão, e da criminalização da LGBTfobia.

REFERÊNCIAS

- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Assistente social no combate ao preconceito. Transfobia. In: **Que tanto barulho é esse sobre gênero?** Brasília: CFESS, 2016. p. 7-13.
- CIDH. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Violência contra Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo nas Américas**. OAS. 2015. p. 11-297. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/ViolenciaPessoasLGBTI.pdf>. Acesso em: 25 de mai. de 2025.
- CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 1. ed. Outras Expressões: São Paulo, 2012.
- CRESS - PR. Conselho Regional de Serviço Social 11ª Região. **Serviço Social em Defesa dos Direitos da População LGBT**. CRESS-PR em movimento, [s.l.]: [s.n.], 2017. Disponível em: <https://cresspr.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Cress-em-Movimento-Lgbt.pdf>. Acesso em: 25 de mai. de 2025.
- FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública; IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da violência 2025**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/05/atlas-violencia-2025.pdf>. Acesso em: 25 de mai. de 2025.
- GGB, Grupo Gay da Bahia. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil**. Observatório do Grupo Gay da Bahia, 2024. Disponível em: https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/2025/01/Observatorio_2024_de_Mortes_Violentas_de_LGBT-release-20-jan.-2024.pdf. Acesso em: 09 de mai. de 2025.



GUERRA, Yolanda; et al. Elementos para o debate contemporâneo da “questão social”: a importância de seus fundamentos. **R. Pol. públ.**, v. 11, n. 2, p. 237-255, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/233143292.pdf>. Acesso em: 25 de mai. de 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 77.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 114.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 155-167.

JUNGES, Kelen dos Santos; STIVAL, Maria Cristina Elias Esper. Materialismo histórico: Contribuições para o estudo da violência e para a pesquisa dialética em educação. **Educação & Linguagem**, v. 14, p. 205-229, 2011.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Teses sobre Feuerbach. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Acumulação capitalista e movimento do capital. In: **Economia política: uma introdução crítica**. 6. ed. v. 1. São Paulo: Cortez, 2010. p. 136-139.

NETTO, José Paulo. Cinto notas a propósito da questão social. **Temporalis**. ABEPSS, Brasília, n. 3, p. 41-45, 2001.

NETTO, José Paulo. Estado e questão social no capitalismo dos monopólios. In: **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011, 8. ed. 3, p. 19-34.

ODALIA, Nilo. **O que é violência?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. 2007. p. 7. Disponível em: https://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 25 de mai. 2025.

RIBEIRO, Jéssyka Kaline Augusto. **Assistente social, para quê e para quem? Uma análise acerca do atendimento as populações LGBT no âmbito dos CREAS, do município de João Pessoa-PB**. Natal, 2014. 187 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/d3f7150d-2186-4bc2-b568-573e92744bcd/content>. Acesso em: 25 de mai. de 2025.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. **Violência de Gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.



SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.16, n.2, 1990, p. 14.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidade da “questão social” no Brasil. In: **“Questão social”**: particularidades no Brasil. 1. ed. 4. reim. v. 6. São Paulo: Cortez, 2012. p. 133.



COLONIALISMO, MODERNIDADE E VIOLÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NEGRAS E O ENFRENTAMENTO POR MEIO DA *ESCREVIVÊNCIA*

Eixo 2: Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual

FLÁVIA DE BRITO SOUZA¹

THAISA SILVA MARTINS²

RESUMO: Este artigo objetiva discutir fundamentos históricos acerca das violências sofridas por mulheres negras no capitalismo. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica tendo como ponto de partida as contribuições da escritora Conceição Evaristo que criou o termo *escrevivência*, o qual apresenta como sentido gerador a imagem da *mãe preta* escravizada no período colonial no Brasil. Diante deste propósito, o artigo traçou elementos históricos acerca do colonialismo e da modernidade, e as inerentes faces violentas, as quais são fundamentos do capitalismo. Adensando o estudo ora apresentado, traçamos como possibilidade de enfrentamento desse contexto de violências criada pelo sistema capitalista, o registro das vivências de mulheres negras, apresentando suas histórias, registrando *escrevivências*.

Palavras-chaves: *Escrevivências*, mulheres negras, violências, silenciamento, capitalismo.

ABSTRACT: This article aims to discuss the historical foundations of the violence experienced by black women under capitalism. To this end, we conducted a bibliographic review, taking as a starting point the contributions of the writer Conceição Evaristo, who coined the term "escrevivência", a concept rooted in the figure of the enslaved black mother during Brazil's colonial period. Guided by this framework, the article traces historical elements of colonialism and modernity, highlighting their inherent violent dimensions, which underpin the capitalist system. As a means of confronting this context of systemic violence, we propose the documentation of black women's lived experiences, foregrounding their narratives and inscribing their *escrevivências* as acts of resistance and historical reparation.

Keywords: *Escrevivências*, black women, violence, silencing, capitalism.

INTRODUÇÃO

“[...] nós sempre precisaremos promover e encorajar
o ato de ‘erguer a voz’” (bell hooks³, 2019, p.21).

¹ Assistente Social. Assessora Técnica do CRESS-SC. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. e-mail: flaviabritosouza@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/7147995632672468>. Expresso concordância na divulgação do artigo.

² Assistente Social. Professora substituta do curso de Serviço Social da UFVJM. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: thaisa19.martins@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/8231077696176290>. Expresso concordância na divulgação do artigo.

³ A referida autora assina com letras minúsculas, a fim de dar maior projeção às suas ideias do que à figura autoral. Neste artigo, estamos respeitando esta escolha, e subvertendo as regras do uso da letra maiúscula em nome próprio. Além disso, cabe comentar que *bell hooks* trata de um pseudônimo inspirado na bisavó materna da autora, em celebração ao legado de mulheres fortes. O seu verdadeiro nome é Gloria Jean Watkins.



Provocadas pela epígrafe dessa seção, de autoria de bell hooks (2019) na obra “*Erguer a Voz: pensar como feminista, pensar como negra*”, o presente artigo constitui uma iniciativa de reflexão para o enfrentamento à violência sofrida por mulheres negras no capitalismo.

A referida autora pondera que o ato de *erguer a voz* é uma estratégia de encorajamento para o enfrentamento do silenciamento que atravessa a realidade violenta vivenciada pela população negra. Tal estratégia pode ser exemplificada por meio da célebre frase da vereadora, brutalmente assassinada em 2018, Marielle Franco (2018, *youtube*): “não serei interrompida”, quando discursava acerca do Dia Internacional das Mulheres. Ao lidar com uma iniciativa de silenciamento, por alguém que defendia a ditadura civil-militar no Brasil, Marielle Franco fez tal afirmação.

Diante disso, inspiradas por hooks e Franco, demarcamos neste artigo que: *nós, mulheres negras, não seremos interrompidas*. Destruiremos as estratégias de silenciamento que estão presentes em nossa realidade, seremos disruptivas, inclusive quando o racismo epistêmico⁴ operar com o intuito de negar o conhecimento a partir da oralidade.

Ao considerar a necessidade de enfrentar tal silenciamento, destacamos a *escrivência*⁵, prática literária desenvolvida por Conceição Evaristo⁶. Trata-se de uma experiência que enfrenta a imagem do passado colonial no Brasil, calcada na violência, onde o corpo da mulher negra escravizado tem a sua fala, também, escravizada, pois “[...] a fala também é um utensílio de trabalho

⁴ Sueli Carneiro (2023) em seu livro *Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser* apresenta que o epistemicídio é um instrumento operacional de dominação racial, uma vez que legitima apenas o conhecimento elaborado por membros do grupo dominante, desqualificando e anulando o conhecimento da população negra, operando com estratégias de negação de acesso aos direitos, em processos discriminatórios nos espaços educativos, deslegitimando o conhecimento elaborado pela população negra.

⁵ Este termo se encontra em itálico por se tratar de um neologismo criado por Conceição Evaristo.

⁶ A referida autora escreve desde a infância. Contudo, como expressa Santos (2024), só começou a publicar quando o circuito de editoras negras independentes se fortaleceu. Evaristo iniciou as suas publicações na Série *Cadernos Negros*, nos anos 1990, embora só tenha se tornado reconhecida recentemente. Ela é poetisa, contista, romancista, ensaísta e mãe de Ainá Evaristo de Brito. Formou-se em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tornando-se, em 1996, mestra em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) e, em 2011, doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). De acordo com Literafro (2024), essas são as suas obras individuais: *Ponciá Vicêncio* (romance/ 2003); *Becos da Memória* (romance/ 2006); *Poemas da recordação e outros movimentos* (2008); *Insubmissas lágrimas de mulheres* (contos/ 2011); *Olhos d'água* (contos/ 2014); *Histórias de leves enganos e parecenças* (contos e novela/ 2016); *Canção para ninar menino grande* (novela/ 2018); *Azizi, o menino viajante* (conto/ 2017); *Não me deixe dormir o profundo sono* (conto/ 2020); *Fio de prumo* (conto/ 2020) e *Macabéa, flor de Mulungu* (conto/ 2023).



escravizado” (Evaristo, 2021, p.4). A *escrevivência* “borra” essa imagem, criando outra, como elucida a autora, por meio de um processo libertador.

Desse modo, discutir sobre este tema no presente artigo é desenvolver o ato de *erguer a voz*, como afirma bell hooks (2019), é enfrentar a violência sofrida por mulheres negras, exercendo a iniciativa proposta pela *escrevivência*. É, também, rememorar, a morte de Claudia Ferreira, auxiliar de Serviços Gerais, que foi baleada e teve seu corpo arrastado pela polícia militar, em 2014, na cidade do Rio de Janeiro; e do assassinato da líder quilombola Mãe Bernadete, em 2023, que vivia em um território que é alvo de exploração e ataques, desde o período colonial, localizado em Simões Filho, no estado da Bahia.

Tais situações são exemplos de violência sofrida por mulheres negras, que reforça a necessidade de pesquisar e de discutir sobre esse assunto no presente artigo. Este traçará elementos históricos acerca do colonialismo e da modernidade, e as suas inerentes faces violentas, e, logo em seguida, discutirá o enfrentamento deste contexto por meio da *escrevivência*.

CAPITALISMO E A FACE COLONIAL MODERNA: REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NEGRAS E O ENFRENTAMENTO POR MEIO DA *ESCREVIVÊNCIA*

“Quando sinhá me batia”
duvidava-se então,
da força da minha resistência,
que o meu turbante,
era luta e crença,
ao achar que eu só servia,
pra cozinha, pro chão
pra lavoura, pro cão,
E quando não tinha nada?
Eu era sempre abusada,
pelo SENHOR PATRÃO [...]
(Regiane Farias, 2018, p.128).

A presente seção inicia com essa epígrafe, parte do poema intitulado *Minha Resistência*, de autoria de Regiane Farias (2018). Por meio desse trecho, podemos associá-lo à mulher negra escravizada pelo regime colonial no Brasil, que é silenciada na sua condição de humanidade, obrigada a dispensar cuidados à família escravocrata, sobretudo às crianças. De acordo com a autora, esta



mulher está inserida no trabalho escravizado dentro de uma economia de produção, que objetifica o seu corpo, seja nas atividades da “casa grande”, quanto da lavoura, sendo ainda exposta à violência sexual, advinda do “senhor patrão”.

Tal cenário é, inclusive, o “pano de fundo” da *escravivência*, como explicita Evaristo (2023), pois esta se fundamenta na vivência de mulheres escravizadas no Brasil colônia. Ao mencionar sobre o sentido gerador do referido termo, Evaristo (2023) destaca a figura da *mãe preta*, um dos engendramentos estudados por González (2020), ao discutir sobre as formas de exploração vivenciadas pelas mulheres negras na constituição da formação colonial brasileira. A *mãe preta* foi aquela que cuidou e educou os filhos da família escravocrata, contando-lhes histórias, possibilitando, ainda, a criação de uma língua denominada pela referida autora de *pretuguês*⁷, a qual contribuiu, consequentemente, para o aprofundamento da africanização da cultura brasileira.

Com base na epígrafe que abre a discussão proposta nesta seção, destacamos a opressão explicitada na parte em que se diz “[...] eu era sempre abusada, pelo SENHOR PATRÃO” (Farias, 2018, p. 128). Fundamentadas em Lélia González, reforçamos que o trecho do poema nos possibilita afirmar que o Brasil se constituiu, também, a partir do estupro de mulheres negras. Isso se dava, sobretudo, por conta da violência perpetrada por homens brancos: pois, os “‘casamentos inter-raciais’ nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos etc.)” (González, 2020, p. 50).

Disso decorre a compreensão de que a miscigenação presente em nosso país é uma marca de violência racial e de gênero deste território. Logo, não se tratou do fruto de harmonia das raças, como durante décadas circulou o discurso dominante – sobretudo do *mito da democracia racial*, a partir dos anos 1930. Numa perspectiva crítica, González (2020) afirma que o principal articulador da ideia de o Brasil ter uma “democracia racial”, foi o historiador e sociólogo Gilberto Freyre. Tal pensamento foi socialmente consolidado, favorecendo o *racismo por denegação*, pois segundo a autora, se mostra no discurso de que as relações interraciais, no Brasil pós colonização, promoveram/promovem harmonia entre as raças.

⁷ González (2020) explica que o idioma Português falado no Brasil é profundamente africanizado. A junção dele com as origens do povo negro fez surgir o que ela chama de *pretuguês*, que é uma linguagem mais rítmica, calcada em tradições dos antepassados da *mãe preta* escravizada. Esta, por cuidar da família escravocrata, disseminou sua cultura e seus dialetos, mesmo que na condição de exploração



Desse modo, para Carneiro (2011, p. 1)

no Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até a últimas consequências.

Nesse sentido, as provocações das pensadoras negras, mencionadas até então, inspiraram a elaboração do objetivo deste estudo e a busca pela identificação dos fundamentos históricos acerca das violências sofridas por mulheres negras no capitalismo.

Optamos por iniciar as reflexões com uma epígrafe, justamente para ilustrar as violências impostas socialmente que acometem corpos negros. Compreendemos a pertinência em destacar que, para se discutir sobre as origens do capitalismo, é necessário compreender o processo de escravização e de colonização europeia na América, a partir de finais do século XV, até meados do século XIX. Afinal, o capitalismo é um modo de produção globalizado que se mantém fundamentado em violências, uma vez que para Federici (2017), não se pode considerá-lo como um mero produto evolutivo da humanidade.

Destacar o projeto de colonização e escravização europeia na América, a partir de finais do século XV se dando até meados do século XIX, como um elemento fundamental para compreender o capitalismo, nos leva a sinalizar, com base em Quijano (2005), a existência de um protótipo de sujeito universal, criado por esse contexto. Este modelo esteve articulado à perspectiva de um sujeito masculino, branco, europeu, heterossexual, entre outras características não identificadas nas/os colonizadas/os. Logo, quem foi considerado “humano”, dentro deste protótipo defendido pelo projeto colonial, tinha direito à vida. Quem não era considerado, se tornava alvo da escravização e do extermínio, como as mulheres negras, o que vivenciamos até hoje, vide os exemplos mencionados na introdução.

Este sistema escravizou e dizimou, por meio da hierarquização racial, criando novas identidades históricas, como a do *negro* e a do *índio* – os/as colonizados/as⁸, e redefinindo outra identidade, como a do Europeu – o colonizador (Quijano, 2005).

⁸Cabe comentar que os termos “negro” e “índio” estão em destaque, porque se configuram como denominações do aparato colonial. Por isso, no caso do segundo termo, especificamente, hoje tal identidade é defendida por eles/as mesmos como *indígenas* ou *povos originários*.



Tal cenário ainda foi marcado pela acentuada e violenta perseguição às mulheres e aos seus corpos, configurando o fenômeno de “caça às bruxas”, como expressa Federici (2017), importante para o desenvolvimento do sistema capitalista, sobretudo, entre os séculos XVI e XVII, sendo não apenas na Europa, mas nas colônias do *Novo Mundo*, na América. Afinal, como denota a referida autora, “[...] assim como na Europa, a caça às bruxas na América foi, sobretudo, um meio de desumanização e, como tal, uma forma paradigmática de repressão que servia para justificar a escravidão e o genocídio” (Federici, 2017, p. 382).

O próprio surgimento do modo de produção capitalista, segundo Quijano (2005), é vinculado ao projeto colonizador da América, que fundou a própria modernidade. Por isso, o sentido do *sujeito universal*, mencionado anteriormente, é vinculado à concepção de *homem moderno*.

E disso cabe pensarmos a relação entre as origens da modernidade e as origens do próprio capitalismo, pois como explica Dussel (1993, p.186), a modernidade expressa um traço oculto e essencial a ela, que é: “[...] o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienada, etc. [...]”. Ou seja, a modernidade explicita o apagamento daqueles e daquelas que não estão no perfil de sujeito universal, a exemplo das próprias mulheres negras.

Com base em Quijano (2005), o capital como relação social, baseada na mercantilização da força de trabalho, provavelmente, existe desde o século XI e XII. O referido autor expõe que o capital surgiu em algum lugar na região meridional das penínsulas ibérica e/ou itálica e, conseqüentemente, no mundo islâmico. Mas, enfatiza que é, a partir de finais do século XV, com o processo de colonização da América pela Europa, que se pode falar de predominância mundial do capital e, desse modo, de um sistema capitalista, portanto, da emergência de um modo de produção de mercadorias com vocação para tornar-se globalizado. Vejamos, para Quijano (2005, p. 126):

Quanto a história colonial, a partir de finais do século XV, Quijano (2005) argumenta que os colonizadores encontraram um grande número de diferentes povos. Vejamos: “[...] cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduziam-se a uma única identidade: índios. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de negros” (Quijano, 2005, p. 127, grifos do autor). O destaque do termo foi assumido por compreender que se trata de uma denominação advinda do aparato colonial.



o capital existiu muito tempo antes que a América. Contudo, o capitalismo como sistema de relações de produção, isto é: a heterogênea engrenagem de todas as formas de controle do trabalho e de seus produtos sob o domínio do capital, no que dali em diante constituiu a economia mundial e seu mercado, constituiu-se na história apenas com a emergência da América.

Tendo em vista tal consideração, cabe destacar que Williams (2012) discute o caráter eminentemente econômico da escravização no continente americano. Esse processo foi articulado à gênese do mundo moderno, o que contribuiu, significativamente, para o capitalismo, e para a sua centralidade europeia, sobretudo, considerando a Revolução Industrial na Inglaterra no século XVIII. É interessante quando o referido autor contextualiza que existiram teses que associaram esse processo de escravização a uma perspectiva moral da população colonizada, como se a exploração se articulasse ao fato de serem mais resistentes. Ainda explica que existiram teses que se justificavam por meio do argumento da localização geográfica, de onde vinha a população colonizada, o que também mascara o interesse econômico que fundamenta esse processo violento.

Ao analisarmos o contexto de colonização europeia na América, cabe comentar que existiu uma divisão racial do trabalho para a produção de mercadorias, e, portanto, para gerar capital. Tal divisão favoreceu para que as formas assalariadas não se associassem, consequentemente, aos povos colonizados. Afinal, como explica, Quijano (2005, p. 120) o fato é que já desde o começo da América, os futuros europeus associaram o trabalho não pago ou não-assalariado com as raças dominadas, porque eram raças inferiores”. É por isso que Gonçalves (2018), ao estudar este contexto, assevera que a criação das categorias *negro* e *índio* estiveram associadas à implementação de relações de produção não-assalariadas no processo de colonização. Sendo assim, o protótipo de sujeito universal associou-se, também, ao trabalho assalariado e aos postos de mando da administração colonial. Tal fato favoreceu o desenvolvimento de “uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo” (Quijano, 2005, p. 127).

Destarte, cabe a assertiva de Federici (2017, p.207), ao alegar que “o capitalismo não poderia sequer ter decolado sem a ‘anexação da América’ e sem o ‘sangue suor’ que durante dois séculos fluíram das plantatitons para a Europa”.



Este debate nos leva a compreender os fundamentos do que Marx (2013) contextualizou como a “assim chamada acumulação primitiva”⁹ de capital, e a relação deste processo com a violência colonial que esteve no cerne das origens do capitalismo. Quanto a isso, o referido autor discorre como um processo marcado por expropriação, que é inerente ao contexto colonial moderno.

Sob a ótica de Quijano (2005), a raça se converteu no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder do capitalismo, calcado na produção global de mercadorias, para a valorização de capital. A hierarquização racial veio para fortalecer o movimento de expansão do capital, para a produção de mercadorias. Em outras palavras, raça associou-se ao modo básico de classificação social universal da população mundial, conforme Quijano (2005), ao analisar as origens desse sistema.

Ao considerar que, neste contexto, não encontramos apenas a sua intrínseca relação com a escravização racial, mas também, e junto dela, a exploração e o extermínio de mulheres, como lembra Federici (2017), cabe destacar que a “caça às bruxas” tratou de um meio para confinar as mulheres aos âmbitos privado e reprodutivo, destruindo as suas práticas de controle, saberes e conhecimentos sobre os seus corpos, e sobre a própria vida social, por meio de um processo de perseguição e assassinato. Tal violência tinha o intuito de forjar os ideais de feminilidade e de domesticidade que fossem compatíveis com a ordem capitalista que se instituiu (Federici, 2017). Afinal, a ampla variedade de práticas femininas vinha ameaçando a organização capitalista do trabalho, pois se associavam, sobretudo, à magia e à natureza. Isso comprometia o poder da racionalidade imposta pelo mundo capitalista, masculino, porque, como afirma Federici (2017, p. 313) “o mundo devia ser ‘desencantado’ para ser dominado”.

Para a referida autora, no processo de colonização da América, assim como a discriminação estabelecida pela raça, a discriminação sexual foi mais uma bagagem que os colonizadores trouxeram da Europa. “Tratava-se, nada mais, nada menos, do que da destruição da vida comunitária, uma estratégia ditada por um interesse econômico específico e pela necessidade de se criarem as condições para uma economia capitalista” (Federici, 2017, p. 220). Segundo a análise desta autora, este debate

⁹ Este é o nome do Capítulo 24 de *O Capital* de Karl Marx, presente no livro I desta obra. O referido autor coloca como a “assim chamada” por fazer referência, de forma jocosa, à interpretação equivocada que a economia burguesa tinha acerca do processo de expropriação dos/as trabalhadores/as, neste contexto, a qual é sintetizada na denominação realizada por eles de *acumulação primitiva*. Por isso a expressão é usada entre aspas.



serve para contextualizar o processo exterminador que esteve no cerne da chamada “acumulação primitiva” de capital. Isso se sustentou, também, por meio de projetos de colonização, dizimando quem não se encontrava no entendimento de humanidade, imposto por este contexto e atacando, sobretudo, às mulheres e seus corpos.

E disso decorre pensarmos a *escrevivência* como uma experiência que denuncia a violência sofrida, sobretudo, por mulheres negras, e que nos leva a pensar o histórico do silenciamento demarcado pelo capitalismo.

Conforme Pinto (2025), o termo *escrevivência* ganhou projeção nacional a partir de maio de 2017, quando a ocupação *Itaú Cultural* celebrou a escritora Conceição Evaristo. E, a partir disso, vem se midiaticizando, e sendo estudado por pessoas de diversas áreas tanto no Brasil quanto no exterior.

Segundo o livro *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* (2020), este termo se encontra como objeto de estudo de profissionais de diferentes áreas, sendo discutido tanto nacional quanto internacionalmente, compreendido como advindo da população afrodescendente, de acordo com as inúmeras reflexões propostas na referida coletânea. Com base nessa obra, *escrevivência* pode ser lida como conceito; conceito-experiência; método; operador teórico etc., podendo se associar tanto à “a escrita de si” ou autoficção, quanto à “escrita do nós”, se conectando, por exemplo, às estratégias de denúncia e resistência presentes em textos autobiográficos ou ficcionais (Borges, 2020; Duarte, 2020; Felisberto, 2020; Fonseca, 2020; Nunes, 2020).

De acordo com a apreensão de um dos textos iniciais do livro mencionado, que trata de um depoimento da escritora que cunha o termo, e que objetiva discutir o seu sentido gerador, é possível considerar que Evaristo (2020a) o defende como uma prática literária, sobretudo, de mulheres negras e pobres.

Escrevivência é um termo cunhado pela escritora Conceição Evaristo, que começou a trabalhá-lo na construção da sua dissertação de mestrado, em 1994. Trata-se de uma expressão que comunga a escrita com as experiências, sobretudo, das mulheres negras. É uma prática literária vinculada à resistência histórica da população negra e, portanto, não é um conceito, mas uma vivência.

Em entrevista ao *Itaú Cultural*, em 2020, Conceição Evaristo comenta acerca do surgimento do referido termo:

é uma longa história. Se eu for pensar bem a genealogia do termo, vou para 1994, quando estava ainda fazendo a minha pesquisa de mestrado na PUC. Era um jogo que eu fazia entre



a palavra “escrever” e “viver”, “se ver” e culmina com a palavra “escrevivência”. Fica bem um termo histórico. Na verdade, quando eu penso em escrevivência, penso também em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. E a escrevivência, não, a escrevivência é um caminho inverso, é um caminho que borra essa imagem do passado, porque é um caminho já trilhado por uma autoria negra, de mulheres, principalmente (Evaristo, 2020b, p. 2).

Com base na referida citação, *escrevivência* é um caminho inverso à realidade escravocrata, pois surge para enfrentar a imagem da violência colonial do passado. Mostra que, hoje, como mulheres negras, podemos contar as nossas próprias histórias, inclusive, as boas e as ruins.

Dando continuidade as elucidações relacionadas ao termo em evidência, cabe destacar que, em entrevista ao *Jornal Suplemento Literário de Minas Gerais*, no ano de 2018, em razão de, em ano anterior, ter ganhado o *Prêmio Governo de Minas Gerais de Literatura*, Evaristo (2018) comentou o seguinte: “em 1994, quando terminei o mestrado, tentava a aglutinação entre escrever, viver e se ver. Quer dizer... Na verdade era escrita voltada para a experiência. Em algumas passagens da dissertação tem lá: escrevivendo, escrevendo-se. E ficou.” (Evaristo, 2018, p. 5).

Ao afirmar que *escrevivência*, em sua concepção inicial, se constitui como uma proposta que vem enfrentar opressões e apagamentos que, principalmente, mulheres negras vivenciaram ao longo do processo de escravização dos seus corpos, Evaristo (2020) nos permite pensar a amplitude atemporal dessas violências, exemplificadas em dados do *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* (2024). No que diz respeito à lesão corporal dolosa, em 2023, 258.941 mulheres foram vítimas. Além disso, foram perpetrados diferentes tipos de violência contra a mulher, como assassinatos, nas modalidades consumadas e tentadas, agressões em contexto de violência doméstica: ameaça, perseguição, violência psicológica e estupro. A partir dos dados publicados pelo Fórum, quando somados todos esses tipos de violências, chegam-se a um total de 1.238.208 de mulheres vítimas, somente em 2023. E ao levarmos em consideração o perfil das mulheres mortas de forma violenta, observamos que são negras (66,9%), e com idade entre 18 e 44 anos (69,1%), o que nos leva a necessidade de discutir sobre os fundamentos históricos acerca das violências sofridas por mulheres negras no sistema capitalista, objetivo do presente artigo.

A apresentação destes nos permite refletir sobre as formas de violência no capitalismo, e nos leva a compreender que a violência que culminou na eliminação física da vereadora Marielle Franco, por exemplo, se conecta diretamente com um processo que perpassa os tempos históricos do



capitalismo, uma vez que tal sistema se funda, também, por meio da violência. Tal afirmação se faz necessária, uma vez que a modernidade e sua inerente violência colonial legitimaram as origens do capitalismo. E que estão associadas, sobremaneira, ao processo de escravização e de colonização europeia na América, a partir de finais do século XV, se dando até meados do século XIX.

Embora se apresente de formas distintas, tendo em vista os contextos históricos, e com expressões poéticas e/ou literárias, é essa mesma violência que atravessa o sentido de *escrivência* desenvolvido por Conceição Evaristo. Tais expressões formam exemplos de dor, mas, sobretudo, de resistência. Isso demonstra o quanto os nossos escritos revelam a possibilidade de ser um veículo de expressão da nossa voz, que denuncia a opressão, sendo exemplos que *estilhaçam a máscara* do silenciamento, como sustenta Evaristo (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, em termos de considerações finais, podemos afirmar que o racismo é um determinante social que inferioriza a população que é racializada, por conta da representatividade de seu corpo. Esse histórico social, com base em Clóvis Moura (2021), apresenta no Brasil indelévels marcas, desde o período escravocrata, não havendo distinção após a passagem da escravidão para o trabalho livre.

As violências que acometeram/acometem mulheres negras são desde as perpetradas de maneira física ou aquelas relacionadas ao ato de silenciar, oprimir e desumanizar. Considerando este imbricamento do período escravocrata com as violências que se perpetuam, apresentando episódios de racismo cotidiano, é mister trazer à luz as considerações de Grada Kilomba (2019) ao apresentar em sua obra a imagem de Anastácia, ela que era uma mulher, negra, escravizada, obrigada a utilizar uma máscara de ferro que bloqueava sua fala. A imagem de Anastácia é o retrato do silenciamento operacionalizado pelo racismo e por um sistema opressor e extremamente violento ao ponto de colocar um pedaço de metal, dentro da boca da pessoa negra, fixado entre a língua e o maxilar, apoiada na parte detrás da cabeça por duas cordas, uma delas em torno do queixo e a outra entre nariz e boca. Além de impossibilitar a ingestão de alimentos, a máscara silenciava, impedindo a fala. Silenciava e torturava. A imagem de Anastácia é a materialização da operacionalização ideológica do



colonialismo, é o retrato de um sistema que dominava fisicamente corpos negros, que impedia a oralidade. É imperativo refletir sobre o que representa a oralidade. Falar, contar histórias, sair da solidão dos seus pensamentos, interagir, viver, socializar. Falar, cantar, se expressar. Falar, simplesmente, falar! Com todo o significado que carrega o poder falar, é que reconhecemos as contribuições de Conceição Evaristo ao nos abrilhantar com o termo da *escrevivência*.

A *escrevivência* se apresenta, neste contexto social de opressão e exploração, por parte da supremacia branca contra mulheres negras, como estratégia de enfrentamento. Quando Conceição Evaristo expõe em seus escritos e falas, sobre a valorização das minúcias de um relato o qual nos possibilita aproximar mais da história contada, praticamente na sua totalidade, a autora está valorizando as histórias negras, e as possibilidade de registros das vivências negras. Afinal, a população diaspórica, não pode desconsiderar a possibilidade de escrever a vivência de mulheres negras, para registro dos seus antecedentes e das suas histórias, pois como nos ensina bell hooks (2019) a escrita é um gesto de resistência e relutância, é um ato de *erguer a voz*.

Enquanto mulheres negras, integrantes deste grupo populacional cotidianamente violentado, não permitiremos ser silenciadas. Iremos nos manifestar, seja por meio da oralidade ou da escrita, com o intuito, principalmente, de incentivar a escrita de histórias a partir das vozes negras. Inspiradas em bell hooks (2019) afirmamos que com coragem iremos *erguer nossas vozes* confrontando o silenciamento. Assim, o desejo que outras pessoas engajadas na luta antirracista reconheçam o saber, por meio da oralidade de mulheres negras, pois estamos nos referindo a tradição africana que deve ser preservada. Ousamos numa realidade encharcada pelo colonialismo, escrevendo, pois essa é “uma maneira de capturar, agarrar a fala e mantê-la por perto” (hooks, 2019, p. 33). Seguiremos com o compromisso ético e político de apresentar reflexões para que seja possível romper com os processos que desejam perpetuar o ato de silenciar mulheres negras nesta sociedade capitalista desigual.

REFERÊNCIAS

BORGES, R. **Escrevivência em Conceição Evaristo**: armazenamento e circulação dos saberes silenciados. In: DUARTE, Constância L.; NUNES, Isabela R. (Orgs.). *Escrevivência - a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 182-204.



CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

_____. **Enegrecer o Feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, 2011a. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 13 de fev. de 2025.

DUARTE, E. de A. Escrivência, Quilombismo e a tradição da escrita afrodiaspórica. In: DUARTE, Constância L.; NUNES, Isabela R. (Orgs.). **Escrivência - a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 75-94.

DUSSEL, E. **O encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

EVARISTO, C. Conceição Evaristo: “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio”. Carta Capital, 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-falaestilhaca-a-mascara-do-silencio201d/>. Acesso em 20 de mai. 2025.

_____. **“Escrivência: escrever, viver e ser”**. In: SUPLEMENTG, Belo Horizonte, Edição nº 1.378, 4-11, Maio/Jun. 2018.

_____. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância L.; NUNES, Isabela R. (Orgs.). **Escrivência - a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020a.p.26- 46.

_____. **“A escriturinha serve também para as pessoas pensarem”**. Itáu Social. 2020b. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrivencia-serve-tambem-para-as>

[peçoaspensarem/#:~:text=CONCEI%C3%87%C3%83O%20EVARISTO%20%E2%80%93%20%E2%80%9CA%20escreviv%C3%Aancia%20serve%20tamb%C3%A9m%20para%20as%20pessoas%20pensarem%E2%80%9D](https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrivencia-serve-tambem-para-as). Acesso em: 20 de mar. de 2025.

_____. **Conceição Evaristo**: a escriturinha das mulheres negras reconstrói a história brasileira. Portal Geledés. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrivencia-das-mulheresnegras-reconstrui-a-historia-brasileira/>. Acesso em 22 mai. 2025.

_____. **A escriturinha - a literatura a partir do pensamento negro**: Curso Ler o Brasil - Casa Sueli Carneiro, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xd8eLFPDdzE>. Acesso em 24 mai. 2025.

FARIAS, R. In: OLIVEIRA, K. (Org.). **Raízes**: resistência histórica (escritoras negras), Belo Horizonte: Venas Abiertas, 2018. p.125-132.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FELISBERTO, F. Escrivência como rota de escrita acadêmica. In: DUARTE, Constância L.; NUNES, Isabela R. (Orgs.). **Escrivência - a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo, Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 164-180.

FONSECA, M. N. S. Escrivência: sentidos em construção. In: DUARTE, Constância L.; NUNES, Isabela R. (Orgs.). **Escrivência - a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo, Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 59-72.

FRANCO, M. **“Não serei interrompida”** [08-03-2018”. Instituto Marielle Franco: (17:10 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fl8czAgJGUE>. Acesso em 23 mai. 2025.

GONÇALVES, S. N. **“Mulheres dos Escombros”**: a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes. 2018. Tese. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2018.



- GONZÁLEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem políticoeconômica. In: RIOS, F; LIMA, M. (Orgs.). **Por um feminismo afro-latinoamericano**: Lélia González. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.49-64.
- Hooks, b. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017. 283p.
- Hooks, b. **Erguer a Voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LITERAFRO. **Dados biográficos de Conceição Evaristo**. Disponível em: <http://www.letas.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: 01 de ago. de 2024. Última Atualização: 22 de maio de 2025.
- MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2013, Livro I.
- MOURA, Clóvis. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão? São Paulo: Dandara, 2021.
- NUNES, I. R. Sobre o que nos move. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (Orgs.). **Escrevivência - a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 10-24.
- PINTO, T. **Escrevivência** – 30 anos de um conceito revolucionário. Portal Geledés. 09/01/2025, Disponível em: <https://www.geledes.org.br/escrevivencia-30-anos-deum-conceito-revolucionario/>. Acesso em: 15 de mai. de 2025.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em 22 de mai. de 2025.
- WILLIAMS. E. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.



OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO DAS MULHERES NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Classe social, Relações ético-raciais, Gênero, Diversidade sexual

LAUANA DE PAULA ALVES NEVES¹

RESUMO: Este estudo analisa a opressão e exploração das mulheres na sociedade capitalista, destacando a intersecção entre classe, raça e gênero. A partir das contribuições de autores clássicos e autoras feministas, a pesquisa evidencia como as estruturas econômicas e sociais do capitalismo perpetuam desigualdades, limitando as oportunidades de trabalho e promovendo a marginalização das mulheres. A divisão sexual do trabalho é apresentada como um mecanismo central para entender essa dinâmica, onde o trabalho reprodutivo feminino é desvalorizado e invisibilizado, reforçando a subordinação das mulheres. O estudo destaca a importância de uma abordagem interseccional nas lutas por igualdade de gênero, evidenciando que a superação das desigualdades está intimamente ligada à transformação da sociedade.

Palavras-chave: Opressão, exploração, gênero, capitalismo, divisão sexual do trabalho.

ABSTRACT: This study analyzes women's oppression in capitalism, focusing on class, race, and gender. Using classical and feminist authors, it shows how capitalism perpetuates inequalities, limiting opportunities and marginalizing women. The sexual division of labor, with the devaluation of women's reproductive work, reinforces this subordination. The study highlights the importance of an intersectional approach to overcome inequalities, linking social transformation to the structural change of capitalism.

Keywords: Oppression, exploitation, gender, capitalism, sexual division of labor.

INTRODUÇÃO

A opressão e exploração das mulheres na sociedade capitalista é um tema central nas discussões sobre classe social, raça e gênero. A análise deste fenômeno exige uma perspectiva interseccional, que considere as diversas formas de opressão que grupos marginalizados enfrentam no Brasil contemporâneo, como o racismo e o sexismo, e como estas se interligam com as desigualdades de classe.

O presente estudo busca analisar a relação entre o capitalismo e a opressão de gênero. A partir das contribuições de autores como Marx (2023), Engels (1984), e autoras feministas

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Campus do Mucuri. Teófilo Otoni/MG. Email: lauana.neves@ufvjm.edu.br.



como Saffioti (1976; 1984; 1988); Federici (2017; 2019) e Vogel (2022), buscaremos compreender como as estruturas econômicas, sociais, culturais e ideológicas do capitalismo limitam a igualdade de direitos e oportunidades e contribui para a subordinação das mulheres. Serão explorados temas como a divisão sexual do trabalho, a ideologia de gênero e o papel do Estado na preservação da desigualdade. A investigação tem como foco principal levar à compreensão de que a luta das mulheres por igualdade está intimamente ligada à luta de classes e à transformação social.

Apesar dos avanços históricos, desde a Revolução Industrial até os dias de hoje, as mulheres alcançaram progressos significantes, porém ainda enfrentam desafios persistentes, não apenas aqueles relacionados a sua própria condição de mulher, como também, obstáculos relacionados à falta de oportunidade de crescimento, desigualdade salarial, assédio e falta de políticas de conciliação entre vida pessoal e profissional (Saffioti, 1988).

A acumulação de capital, central no capitalismo, estrutura a sociedade em classes, com a exploração da força de trabalho para a geração de lucro (Marx, 2023). Esse sistema utiliza a ideologia dominante para justificar a desigualdade e alienar a classe trabalhadora, através de mecanismos como expropriação, leis e valores transmitidos por instituições como o Estado, a Igreja, a família, a escola, os meios de comunicação, etcetera. (Marx, 2023; Raó, 2017). Dessa forma, o capitalismo, por sua natureza econômica, ideológica e social, dissemina valores que perpetuam a opressão e alienação, fundamentais para sua reprodução.

Compreende-se, a partir da análise de Marx, reforçada por Raó, que o capitalismo se utiliza da ideologia dominante, não apenas para explorar a classe trabalhadora como um todo, como também para manter e intensificar a opressão de gênero, que se manifesta, por exemplo, na divisão sexual do trabalho e na desigualdade salarial. Essa opressão serve como um mecanismo para justificar e naturalizar a desigualdade entre homens e mulheres, contribuindo para a manutenção da ordem social capitalista.

A partir dessa compreensão, no que diz respeito à opressão às mulheres no sistema capitalista, é possível afirmar que embora as opressões impostas pelo patriarcado sejam anteriores a ele, “essas opressões sobreviveram à sua emergência e tornaram-se necessárias às relações sociais capitalistas” (Barroso, 2018, p. 456).



Saffioti (1984) argumenta que embora distintas, “opressão e exploração não têm um fundamento diferente. Em última instância, ambas estão enraizadas na economia, ainda que a dimensão opressão se faça revestir de evidentes elementos ideológicos” (Saffioti, 1984, p. 19). Desse modo, a autora defende que a opressão e a exploração estão intrinsecamente ligadas no sistema capitalista, enraizadas na economia. A opressão, embora revestida de elementos ideológicos, serve como um mecanismo para justificar e naturalizar a desigualdade de gênero, contribuindo para a manutenção da ordem social. Para a autora, a raiz do problema reside na desigualdade de poder entre homens e mulheres, sustentada por um sistema econômico e social que privilegia os homens.

Assim, o capitalismo, ao estruturar a sociedade em classes e impulsionar a acumulação de capital, molda as relações de gênero e reproduz a opressão das mulheres. Particularmente, a divisão sexual do trabalho emerge como um mecanismo crucial para a compreensão desse processo. Historicamente, as mulheres foram relegadas a tarefas domésticas e a setores específicos do mercado, limitando suas oportunidades e perpetuando desigualdades salariais. Na próxima seção, aprofundaremos a análise da divisão sexual do trabalho, explorando como essa construção social contribui para a subordinação feminina e se entrelaça com outras formas de opressão.

A Divisão Sexual do Trabalho

Por diversos fatores, próprios de cada momento histórico, as atividades atribuídas a homens e mulheres, sempre foram diferenciadas.

Engels esclarece que “a primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos” (Engels, 1984, p. 70). Na sociedade capitalista, essas contradições também estão presentes, porém, assumem características próprias e inerentes ao atual sistema de produção. Assim, a divisão sexual do trabalho, que se inicia na esfera doméstica, se estende para a esfera pública com a transição para o capitalismo.

Nessa mesma direção, Rocha (2018) relembra que as mulheres, assim como os homens, sempre trabalharam; porém, ela afirma que a divisão sexual do trabalho, ou seja, a forma como o trabalho é distribuído entre homens e mulheres, não é algo natural e nem fixo,



mas tem raízes históricas na sociedade, e é construída e moldada pela prática social. Para Rocha (2018), a hierarquização da divisão sexual do trabalho se intensificou durante a transição do feudalismo para o capitalismo, quando foram destinados aos homens os trabalhos remunerados nos espaços públicos, e às mulheres foram banidas desses espaços e exiladas no trabalho doméstico.

Rocha, pondera:

Assim, retoma a caça às bruxas como um fenômeno fundante do modo de produção capitalista em que a nova divisão sexual do trabalho doméstico é imposta às mulheres, assim como a reprodução de sua força de trabalho como um trabalho forçado e sem remuneração alguma. Em sua pesquisa considera importante investigar sobre as circunstâncias históricas específicas em que a perseguição às bruxas se desenvolve, que coincidem com as razões pelas quais o surgimento do capitalismo exigiu um ataque genocida contra as mulheres. A perseguição às bruxas, assim como o tráfico de escravos e os cercamentos, constitui um aspecto central da acumulação e da formação do proletariado moderno (Rocha, 2018, p. 10).

Essa divisão do trabalho, que confina as mulheres ao espaço doméstico e as afasta do trabalho remunerado, é fundamental para a manutenção da ordem social capitalista, pois garante a reprodução da força de trabalho sem custos adicionais.

Para compreender como essa divisão do trabalho se consolidou, é fundamental analisar o período de transição do feudalismo para o capitalismo, conforme explorado por Silvia Federici. Federici (2017) enumera eventos de grande importância para essa transição, destacando a “destruição do poder das mulheres” e sua sujeição, com a perseguição e o extermínio daquelas que resistiam, classificadas como “bruxas” (Federici, 2017, p. 119). Esse período histórico foi essencial para subjugar as mulheres, e confinar as mesmas ao trabalho doméstico e reprodutivo.

Ainda outro aspecto importante apresentado por Federici (2017) é que o processo de formação do modo de produção capitalista

foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno. (Federici, 2017, p. 119).



Assim, as desigualdades de gênero foram, na gênese do capitalismo, constitutivas, e são até hoje, um mecanismo de perpetuação das divisões de classe.

Benamor também teceu considerações acerca da divisão sexual do trabalho. Para a autora, a origem dessa divisão está na atribuição do trabalho reprodutivo às mulheres, e “De acordo com essa divisão, a produção tem mais valor do que a reprodução e, portanto, a produção “masculina” vale mais do que a “feminina”” (Benamor, 2022, p. 9).

A partir dessa perspectiva econômica, as relações sociais na sociedade capitalista se estabelecem numa separação entre a produção econômica e a reprodução social, onde a produção econômica refere-se ao trabalho produtivo de bens e serviços para o mercado e a reprodução social sendo responsável por garantir a reprodução humana, não apenas no seu contexto biológico, ou seja, no que diz respeito à reprodução biológica propriamente dita, como também, no seu contexto social, no que tange a reprodução da força de trabalho, através da “sua manutenção cotidiana, educação, técnicas produtivas e socialização; e reprodução social que cuida da transmissão de recursos econômicos de uma geração para outra por meio de instituições como a família” (Benamor, 2022, p. 8).

Assim, essa divisão não é natural, mas socialmente construída e historicamente determinada. A alienação do homem em relação ao resultado do seu trabalho é um conceito central na teoria marxista. No caso das mulheres, a alienação se manifesta na desvalorização do trabalho doméstico, que, apesar de ser essencial para a reprodução da força de trabalho, não é reconhecido como trabalho produtivo.

Ao analisar a divisão sexual do trabalho, sob a luz da teoria marxista, é fundamental considerar a categoria mais-valia. No caso das mulheres, a mais-valia é extraída não apenas do trabalho assalariado, mas também do trabalho doméstico não remunerado. Esse trabalho é essencial para a geração de mais-valia, porque ao realizar essas tarefas, as mulheres garantem que os trabalhadores estejam capacitados para retornar ao trabalho no dia seguinte. Dessa forma, através do trabalho doméstico, elas contribuem com a reprodução da força de trabalho. (Federici, 2017)

As análises de Marx acerca da acumulação capitalista, em “O Capital” (Marx, 2023), demonstram a importância da divisão sexual do trabalho para esse processo. Ao atribuir às



mulheres as tarefas ligadas à reprodução social, o sistema capitalista garante a reprodução da força de trabalho sem a necessidade de remunerar esse trabalho.

No capitalismo, o trabalho é predominantemente definido como aquele que produz mais-valia (Mies, 2016), o que confere maior valor social aos papéis ligados à produção, historicamente atribuídos aos homens.

Mies (2016) argumenta que a divisão entre homens e mulheres é construída socialmente, estendendo-se à percepção dos corpos, onde o capitalismo valoriza as partes 'produtivas' em detrimento das 'reprodutivas'. (Mies, 2016, p. 841)

A partir dessa análise, Mies sustenta que a divisão sexual do trabalho esconde uma relação de dominação e exploração, e que “essa relação hierárquica e exploratória é intencional e não meramente uma simples divisão de tarefas entre parceiros iguais” (Mies, 2016, p. 842). Desse modo, de acordo com o pensamento exposto por Mies (2016), a base da exploração das mulheres na sociedade capitalista está justamente na ideia de que o trabalho produtivo, que gera valor econômico, é superior ao trabalho reprodutivo, historicamente associado às mulheres.

Essa hierarquização do trabalho reforça a exploração das mulheres, que são frequentemente sub-remuneradas e cujas contribuições são tratadas como secundárias, perpetuando relações de poder desiguais que sustentam o sistema capitalista. Todas essas desvantagens sociais enfrentadas pelas mulheres foram aproveitadas pelo sistema capitalista para explorá-las ainda mais e maximizar a extração de mais-valia.

As mulheres muitas vezes são submetidas a condições de trabalho mais precárias, enfrentam assédio, discriminação salarial e têm menos acesso a proteções trabalhistas. Além disso, na maioria das vezes, são responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado, o que prolonga sua jornada de trabalho, limitando suas oportunidades de participação no mercado de trabalho remunerado.

Carmen Silva (Silva *et al*, 2005), comentando os impactos do atual modelo de acumulação do capitalismo no mundo do trabalho, assevera que a flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho, permite formas de trabalho precarizadas,



subcontratações, contratações temporárias, terceirizações, etc.², afetando com mais vigor as mulheres.

De acordo com as autoras, são “as mulheres, sobretudo, que têm ocupado estes postos de trabalho mais precários, numa visível e cruel mostra da incorporação das desigualdades da divisão sexual do trabalho para fins de acumulação capitalista” (Silva, *et al.*, 2005, p. 33). As autoras ressaltam ainda que

As privatizações, que acompanham esse processo, e o desenvolvimento tecnológico aumentam as exigências de qualificação, principalmente para as mulheres, ao mesmo tempo que têm tornado piores as condições de trabalho e aumentado a vulnerabilidade, a instabilidade, o sofrimento mental. Por outro lado, como sempre estiveram alijadas do acesso à tecnologia, as mulheres entram já em desvantagem no mercado de trabalho (Silva, *et al.*, 2005, p. 34)

Ao considerarem tais questões, presentes no atual modo de produção, as autoras analisam que embora a vulnerabilidade e a precariedade como características do trabalho das mulheres, bem como a “desvalorização social do trabalho reprodutivo e, neste âmbito, a invisibilidade do trabalho domésticos realizado pelas mulheres”, não sejam exclusivas do capitalismo, tais questões se agravam no atual modo de produção (Silva, *et al.*, 2005, p. 34).

As estruturas da sociedade capitalista se consolidam econômica e ideologicamente de forma articulada. Economicamente, a exploração do trabalho humano constitui uma peça fundamental do modo de produção capitalista. Ideologicamente, a disseminação de determinados modos de pensar coletivos são indispensáveis para a conservação da ordem social. Nesse sentido, a invisibilidade e a desvalorização do trabalho, realizado pelas mulheres, cumpre um importante papel para a sujeição e subordinação delas, contribuindo com a perpetuação do modo de produção capitalista. Essa dinâmica de exploração e subordinação, que se manifesta na divisão sexual do trabalho, se estende para além do espaço produtivo, alcançando também o âmbito da reprodução social, conforme exploraremos a seguir.

TRABALHO E VIDA DOMÉSTICA: DESAFIOS DA REPRODUÇÃO SOCIAL

² Para um entendimento mais aprofundado acerca das mudanças no mundo do trabalho no atual modelo de acumulação capitalista, recomenda-se a leitura de Silva, *et al.* (2005).



A teoria da reprodução social analisa como o trabalho reprodutivo sustenta a força de trabalho e, conseqüentemente, o capitalismo. Segundo Vogel (2022), “A reprodução social implica, finalmente, a reprodução das condições de produção” (Vogel, 2022, p. 325). Assim, a autora define reprodução social como a manutenção das condições de produção, essencial para a continuidade do sistema. Portanto, para Vogel, “A reprodução da força de trabalho é uma condição da produção, pois recoloca ou repõe a força de trabalho necessária à produção” (Vogel, 2022, p. 326).

Embora Marx não tenha abordado diretamente o trabalho reprodutivo, sua análise do valor e da exploração, em *O Capital* (Marx, 2023), também pode ser aplicada ao entendimento do trabalho doméstico e reprodutivo. Engels (1984), assim como Marx (2023), reconhecem a importância do trabalho reprodutivo, mas destacam como o capitalismo o explora, desvalorizando-o e não remunerando-o de forma adequada, pois o valor do trabalho é determinado pela produção capitalista e o trabalho não remunerado não é contabilizado diretamente no sistema de mais valor. Essa desvalorização do trabalho reprodutivo resulta na exploração constante das mulheres, principais responsáveis por ele. Elas enfrentam os desafios da dupla jornada, conciliando trabalho remunerado e responsabilidades domésticas, enquanto sua contribuição permanece invisível e desvalorizada.

O trabalho reprodutivo, que abrange não apenas a maternidade, mas todo o trabalho doméstico necessário para a sobrevivência e reprodução dos homens, é essencial para a manutenção da força de trabalho disponível para o sistema capitalista. Sem a reprodução da força de trabalho, o sistema produtivo não poderia funcionar, pois ela torna possível a produção de novos trabalhadores e o cuidado com os trabalhadores existentes, de forma a manter a força de trabalho em boas condições para o processo de produção capitalista.

Historicamente, como já vimos, a divisão sexual do trabalho atribuiu às mulheres a responsabilidade com as tarefas reprodutivas e o cuidado, exilando-as na esfera doméstica, e impondo uma exaustiva dupla jornada. Para Vogel (2022), a dominação dos homens sobre as mulheres é incentivada pela classe dominante, pois a maternidade pode resultar em uma diminuição significativa da capacidade de trabalho da mulher, exigindo que ela seja sustentada durante o período em que sua contribuição para a produção econômica é reduzida.



“Para resolver a contradição”, argumenta Vogel (2022), “em uma sociedade concreta, a classe dominante prefere estratégias que minimizam o trabalho necessário a longo prazo, enquanto asseguram a reprodução da força de trabalho”. Por isso, os homens obtêm mais meios de subsistência, tornando-se responsáveis pela família durante o período de menor disponibilidade da mulher. Assim, a superioridade masculina é um arranjo da sociedade de classes para resolver a contradição entre gerar filhos e a apropriação do mais-trabalho (Vogel, 2022, p. 337-338).

Silvia Federici (2017), em “O Calibã e a Bruxa”, propõe que o capitalismo, em sua gênese e expansão, não apenas dominou os trabalhadores, mas também produziu desigualdades e opressões baseadas em gênero e raça, utilizando essas divisões como ferramentas para sustentar sua dominação. A autora argumenta que a acumulação primitiva exigiu transformar o corpo humano em ‘máquina de trabalho’, o que incluiu sujeitar as mulheres, para garantir a reprodução da força de trabalho. De acordo com Federici (2017), a acumulação primitiva não é “simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital” (Federici, 2017, p. 118), mas inclui a criação de hierarquias baseadas em gênero, raça e idade, que se tornaram partes essenciais da dominação de classe e da estruturação do proletariado moderno, gerando novas formas de opressão que mantêm e aprofundam a exploração.

Em outro trecho da mesma obra, Federici explora como a transição para o capitalismo resultou na desvalorização do trabalho reprodutivo, pois a produção passou a ser orientada para o mercado, gerando lucro, enquanto a reprodução, essencialmente, o trabalho necessário para sustentar a vida, como cuidados, educação e manutenção do lar, foi desvalorizada e desvinculada do processo econômico.

Nesse novo regime, somente a produção para o mercado foi reconhecida como atividade criadora de valor. O trabalho reprodutivo passou a ser visto como algo sem valor econômico, deixando de ser considerado ‘trabalho’. Desse modo, a desvalorização do trabalho reprodutivo é funcional ao capitalismo, permitindo a exploração da força de trabalho sem custear sua reprodução. Assim, as mulheres são duplamente exploradas, no trabalho e no lar, o que as coloca em desvantagem nas relações de trabalho e familiares.



Em "O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista", Federici (2019) aprofunda sua crítica à apropriação capitalista do trabalho reprodutivo e afirma que este é o trabalho que sustenta a vida, mas é sistematicamente desvalorizado e explorado. Para a autora, "a desvalorização de campos inteiros da atividade humana, a começar por aqueles que asseguram a reprodução da vida humana" faz parte dos mecanismos utilizados pela lógica capitalista, que prioriza o lucro em prejuízo das necessidades humanas, "para perpetuar seu poder e manter a classe trabalhadora dividida" (Federici, 2019, p. 26). Essa desvalorização do trabalho reprodutivo contribui para manter uma estrutura de opressão às mulheres. Aliás, no entendimento da autora, a ordem econômica vigente é a causa das novas formas de exploração das mulheres.

Saffioti (1976) complementa a discussão ao mostrar como o capitalismo tornou o sexo operacional para marginalizar as mulheres, justificando sua subordinação com construções sociais que associavam seu trabalho à reprodução e à esfera doméstica. O trabalho reprodutivo, embora pago fora do lar, era desvalorizado em relação à produção para o mercado. Dentro do lar, tornou-se invisível, disfarçado de "vocação natural" feminina, sem reconhecimento ou remuneração justa. Desse modo, as mulheres foram gradualmente sendo excluídas de várias ocupações remuneradas e reclusas ao trabalho doméstico e reprodutivo, ou a empregos mal remunerados, com salários muito inferiores aos masculinos. Esse processo contribuiu com a perpetuação da divisão sexual do trabalho, onde os homens se dedicam à produção e as mulheres à reprodução, fixando as desigualdades de gênero dentro do modo de produção capitalista (Federici, 2017).

Saffioti (1976) destaca a indispensabilidade do trabalho feminino para a sociedade, argumentando que, embora outras categorias sociais pudessem realizar o trabalho doméstico e reprodutivo, a contribuição das mulheres é insubstituível. Isso se deve a dois fatores principais: primeiro, a ausência do trabalho feminino agravaria problemas sociais como desigualdade e marginalização, comprometendo a estabilidade; segundo, as mulheres representam metade da população mundial e sua participação na reprodução biológica e social é essencial para a manutenção da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Este estudo evidencia de maneira crítica como a opressão e a exploração das mulheres estão profundamente interligadas ao sistema capitalista, que perpetua desigualdades por meio da divisão sexual do trabalho e a desvalorização do trabalho reprodutivo. A análise realizada ressalta que, embora as opressões de gênero sejam históricas e anteriores ao capitalismo, elas foram instrumentalizadas e intensificadas por ele, sendo fundamentais para a reprodução das relações sociais capitalistas.

A opressão de gênero não se limita à classe trabalhadora. Vogel (2022, p. 341) destaca que “as mulheres da classe dominante também podem ser subordinadas aos homens da sua classe”, devido ao seu papel na reprodução social, assegurando a hereditariedade. No entanto, embora compartilhem a subordinação, suas realidades diferem: enquanto a classe trabalhadora enfrenta exploração econômica, a classe dominante lida com a garantia da continuidade da propriedade. Assim, as lutas por direitos e igualdade não são universais. Portanto, se a opressão à mulher possui particularidades de acordo com a classe social, não é possível analisar as questões de gênero separadamente da análise das relações de classe, uma vez que ambas estão entrelaçadas na manutenção do poder dominante na sociedade.

Dessa forma, a interseccionalidade entre classe, raça e gênero é indispensável para entender as múltiplas dimensões da opressão que as mulheres enfrentam. Sendo assim, as lutas por igualdade de gênero precisam ser articuladas com as lutas de classe, já que a superação das desigualdades está intrinsecamente relacionada à transformação do sistema social e econômico vigente.

Portanto, a construção de um futuro que promova a equidade de gênero, raça e classe deve ir além da simples implementação de políticas inclusivas; deve envolver um comprometimento com a superação das bases do sistema capitalista, abordando suas contradições e buscando alternativas que assegurem a justiça social e a igualdade.

A necessidade de uma transformação radical do sistema capitalista encontra-se na sua incapacidade de promover uma verdadeira igualdade. As políticas inclusivas, embora importantes, operam dentro de um sistema que perpetua as desigualdades. Para que a equidade de gênero, raça e classe seja alcançada, é imperativo dismantelar as estruturas que sustentam a exploração e a opressão. Isso implica em repensar as relações de poder, a distribuição de recursos e a organização do trabalho, buscando alternativas que priorizem a justiça social.



A luta pela igualdade de gênero não pode ser dissociada da luta por justiça social. A superação do capitalismo exige a construção de um novo modelo de sociedade que valorize o trabalho reprodutivo, promova a divisão equitativa do trabalho doméstico e reconheça a importância do cuidado. É preciso desconstruir os estereótipos de gênero, raça e classe, promovendo o respeito à diversidade e a valorização das diferenças. É fundamental desafiar a lógica do lucro e do individualismo, construindo comunidades que priorizem o bem-estar social. Somente através da ação coletiva e da transformação radical das estruturas sociais e econômicas poderemos construir um futuro em que a equidade de gênero, raça e classe seja uma realidade para todos, e não apenas uma ideal distante.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.
- BENAMOR, Luíza Gil Nieto Paggianella. **Relação entre o capitalismo e o valor do trabalho feminino**. São Paulo, 2022.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1984.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad. de Coletivo Sycoraxe. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.
- MIES, Maria. Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. **Revista Direito & Praxis**, v.7, p. 838-873. Rio de Janeiro, 2016.
- RAÓ, Eduardo Martins. Capitalismo e vida social moderna. **Revista Iniciativa Econômica**. Araraquara, v. 3 n. 2, julho-dezembro de 2017. Araraquara, 2017.
- ROCHA, Camila Carduz. Divisão Sexual do Trabalho e Força de Trabalho da Mulher no Capitalismo. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. UFES. Vitória, 2018
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 4 ed. Petrópolis, Vozes, 1976.



SAFFIOTI, Heleieth. Movimentos sociais: a face feminina. In: Nanci Valadares de Carvalho (org.). **A Condição Feminina**. São Paulo: Vértice, 1988, p.143-178.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher Brasileira: Opressão e Exploração**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SILVA, Carmen, et al. **Mulher e trabalho**: encontro entre feminismo e sindicalismo. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres**: Rumo a uma teoria unitária. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2022.

MULHERES-MÃES TRABALHADORAS DO CUIDADO: INTERSECÇÃO ENTRE RAÇA, GÊNERO E CLASSE

Eixo 2: Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual

ANA PAULA CUPERTINO SILVA¹

ARISTELA VIEIRA SOUSA²

RESUMO: O presente artigo objetiva apresentar o perfil das mulheres-mães cuidadoras de adolescentes com deficiência atendidas pelo Serviço Social do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA), vinculado ao Hospital Universitário Pedro Ernesto e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (HUPE-UERJ). O estudo foi realizado a partir de uma pesquisa exploratória, de caráter quanti-qualitativo, com sete mães cuidadoras de adolescentes com deficiência no NESA, no ano de 2023. A partir da análise do perfil, a maior parte das cuidadoras são mulheres negras, entre 46 e 60 anos, com o ensino fundamental incompleto, renda de um a dois salários-mínimos, revelando que as dimensões étnico-raciais incidem diretamente quando estamos nos referindo a mulheres que cuidam.

Palavras-chave: Formação social, mulheres negras, racismo estrutural, trabalho do cuidado.

ABSTRACT: This article aims to present the profile of women who are caregivers of adolescents with disabilities and who are cared for by the Social Service of the Center for Adolescent Health Studies (NESA), linked to the Pedro Ernesto University Hospital and the State University of Rio de Janeiro (HUPE-UERJ). The study was carried out based on exploratory research, of a quantitative and qualitative nature, with seven mothers who are caregivers of adolescents with disabilities at NESA, in the year 2023. Based on the profile analysis, most of the caregivers are black women, between 46 and 60 years old, with incomplete elementary education, and an income of one to two minimum wages, revealing that ethnic-racial dimensions have a direct impact when we are referring to women who provide care.

Keywords: Social formation, black women, structural racism; care work.

INTRODUÇÃO

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestra em Política Social, professora substituta do departamento de Serviço Social, UFES e doutoranda em Política Social, UFES. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8495094164877097>. E-mail: anapaulacupertino31@gmail.com.

² Graduada em Serviço Social (UFES). Especialista em Serviço Social e Saúde (UERJ). Mestra em Serviço Social (UFRJ). Doutoranda em Serviço Social (PUC-Rio). Currículo Lattes: https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=D1B134D266866CB4B693B55C3645777F#. E-mail: aristelavieira08@gmail.com.



O presente artigo é fruto da pesquisa intitulada “Eles dizem que é amor, nós dissemos que é trabalho não remunerado: o trabalho do cuidado das famílias monoparentais femininas de adolescentes com deficiência atendidos pelo serviço social do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA)”, vinculado ao Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A discussão sobre o cuidado vem ganhando centralidade na agenda política e econômica do mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), sobretudo a partir da Lei n.º 15.069 de 23 de dezembro de 2024, que institui a Política Nacional do Cuidado. Essa política tem por objetivos centrais garantir o direito ao cuidado de forma integral e integrada, apreendendo a interdependência do cuidado e a corresponsabilidade entre os membros familiares e o Estado. Assim como o de promover políticas públicas de garantia do acesso ao cuidado, reconhecendo essa relação enquanto trabalho, a fim de fomentar uma mudança cultural, no que diz respeito à organização da vida social e a dimensão que atravessa o ato de cuidar.

No âmbito da produção do conhecimento, esse conceito vem ganhando centralidade a partir da década de 1980, sob forte influência norte-americana e canadense, se expandindo da esfera biomédica e adentrando nas ciências sociais. Dentro dos estudos sociais, o cuidado ora qualificado como trabalho do amor, ora como uma relação maternal, foi apreendido dentro do âmbito das subjetividades, tendo como principal interlocutora dessa abordagem Carol Gilligan na década de 1982 e no âmbito político social por Joan Tronto na década de 1990 (Hirata, 2010).

Por ser um termo polissêmico, pode se conformar em definições que digam respeito às diversas formas de doação de tempo a outrem, se consolidando na esfera material, com a execução de tarefas cotidianas, e na esfera dos afetos, no que diz respeito às subjetividades. Ainda que factível a múltiplas definições, é uma atividade realizada majoritariamente por mulheres, dentro dos lares. Porém, mesmo com a singularidade relacionada ao gênero, essa atividade se expressa de forma diferente quando nos referimos às mulheres negras das periferias do Sul Global, que sempre estiveram no cerne da intensa exploração da força de trabalho pelo capital (Hirata, 2022; 2014).

A partir das categorias de gênero, raça e classe, ancoradas em uma leitura materialista, histórica e dialética da realidade social, esse trabalho tem por objetivo analisar o perfil das mulheres-mãe cuidadoras de adolescentes com deficiência, atendidas pelo serviço social do NESA. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza quanti-qualitativa, realizada em 2023, com sete (07) mães-



cuidadoras de adolescentes com deficiência, atendidos pelo serviço social do NESA³. O critério da amostragem foram famílias monoparentais femininas de adolescentes com deficiência até dezoito (18) anos completos em 2023.

No que tange aos procedimentos éticos, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital Universitário Pedro Ernesto, vinculado a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (HUPE/UERJ), com sua aprovação em 01 de setembro de 2023, sob o parecer de número 71057823.3.0000.5259. No que diz respeito à organização, o artigo está dividido em três sessões, sem considerar essa breve introdução. A primeira sessão tem por objetivo contextualizar, a partir da formação social capitalista brasileira, o lugar e as condições de reprodução da existência de mulheres negras. Seguida de uma breve discussão sobre o conceito de cuidado, e por fim, a análise do perfil das mulheres mães cuidadoras de adolescentes com deficiência atendidos pelo Serviço Social do NESA.

FORMAÇÃO SOCIAL CAPITALISTA BRASILEIRA E AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS MULHERES NEGRAS

A formação social capitalista brasileira apresenta elementos fundantes para a apreensão das condições de reprodução social das mulheres negras. Para isso, é preciso compreender a categoria racial e os desdobramentos disso para as mulheres negras na sociedade brasileira.

Segundo Munanga (2003), a categoria raça no capitalismo não é usada para afirmar sua realidade biológica, mas para explicar o racismo. Corroborando com o autor, Mbembe (2011, p. 9) discorre que “[...] a raça foi sempre uma forma codificada de censura e de organização das multiplicidades, da sua fixação, da sua distribuição ao longo de uma hierarquia e da sua repartição no seio de espaços [...]”.

Essa dinâmica, de acordo com Eurico (2017), serviu para justificar a desigualdade entre os povos, cumprindo uma função primordial na acumulação capitalista: a dominação de um grupo sobre o outro, com o intuito de acelerar o processo de acumulação que, a qualquer preço, seguiu na contramão da lógica de respeito ao outro, como ser humano genérico.

³ O NESA é um espaço de cuidado integral à saúde do adolescente. Criado em 1974 a partir da Faculdade de Ciências Médicas do HUPE/UERJ, atende adolescentes de todo o estado do Rio de Janeiro, nos três níveis de atenção (primária, secundária e terciária) (NESA, 2025).



Essa relação no Brasil se deu a partir do século XIX, através da exploração do trabalho de milhares de negros/as trazidos da África que ao serem tratados como coisa e/ou seres alienados da sua essência humana, garantiram a acumulação de riqueza da classe senhorial (Moura, 2019). Portanto, o escravismo brasileiro gestado na formação social do país, foi uma forma violenta e brutal de acumulação de riqueza que ocorria por meio da espoliação, da venda, da exploração do trabalho, da fome e do sistema de vigilância permanente em mocambos e senzalas (Menegat; Duarte; Ferreira, 2020).

Nesse contexto, as mulheres negras escravizadas eram atingidas por múltiplas formas de violência, pois, além do trabalho explorado, também eram forçadas a relações sexuais mediadas pelo estupro para satisfação dos prazeres senhoriais. O que reverberou também na impossibilidade de constituir famílias no modelo nuclear-patriarcal (Nascimento, 2016). E dentro dessa estrutura violenta, as mulheres negras escravizadas, também desempenhavam o trabalho doméstico e do cuidado para os senhores e senhoras e seus filhos. Sendo esse trabalho, um traço do escravismo brasileiro (Passos, 2018).

Embora tenha ocorrido diversas formas de resistência dos negros/as escravizados/as em oposição ao escravismo, essas lutas e resistências ocorreram como reação a violência gestada por esse modo de acumulação privada da riqueza, coletivamente produzida pelos negros/as escravizados/as.

Dessa forma, o escravismo foi um modo de produção econômico baseado na violência como mecanismo de coerção para o trabalho explorado e não remunerado dos negros/as escravizados/as. Assim, o trabalho não remunerado, ou de baixa remuneração de negros/as é um elemento basilar da formação social capitalista brasileira, que aparece na atualidade como algo comum, mas em sua essência, esconde as relações econômicas e sociais anteriores.

O racismo opera nesse processo estruturando as relações sociais como elemento funcional à economia capitalista, através das diversas engrenagens da produção e reprodução da vida social de forma estrutural e institucional (Elpidio, 2020). Ele se conforma como um peneiramento e mecanismo de barragem social reproduzido pela sociedade capitalista, que coloca a população negra em condições econômicas e sociais precárias (Moura, 2021). Esse mecanismo funciona como o veículo de perpetuação do racismo estrutural, que conforme Almeida (2019), é um processo histórico e político que cria condições sociais para que direta ou indiretamente o grupo racialmente identificado, seja sistematicamente discriminado.



Essa estrutura racialmente violenta construída no escravismo, reverbera na atualidade as condições econômicas e sociais desfavoráveis para as mulheres negras. A abolição no país quebra algumas algemas, máscaras, mocambos e senzalas, mas não garante uma estrutura social que possibilite as condições de reprodução social da vida para as mulheres negras.

Inúmeras pesquisas, tais como as produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelam que as mulheres negras são as que mais aparecem em desvantagens socioeconômicas e de representação em espaços de poder e decisão. No campo do trabalho, as mulheres negras exercem os trabalhos domésticos e recebem os mais baixos salários, expressando também o reflexo de uma inserção tardia nos espaços escolares (IBGE, 2022). Em relação ao acesso à justiça, a desigualdade se mantém, pois as penas mais duras são aplicadas às populações negras, mesmo quando cometem os mesmos crimes praticados por pessoas brancas (Conselho Federal de Serviço Social, 2016).

Outro dado que aponta o desdobramento dessa estrutura violenta e desigual no campo da política de saúde brasileira é apresentado pelo levantamento da Organização Não Governamental *Criola*, que demonstra a mortalidade de grávidas e puérperas negras. No ano de 2022, superaram em 78% os óbitos das mulheres brancas em todo o país, destacando as regiões Norte e Nordeste, com 87% e 71% dos óbitos, respectivamente. Na avaliação da entidade, essa é mais uma demonstração do racismo no Brasil (Portal Geledés, 2022).

As formas de violência e negação das condições de reprodução social da vida para as mulheres negras é parte de uma estrutura social montada na formação social brasileira. Essa estrutura coloca na atualidade barreiras econômicas e sociais para as mulheres negras gestarem, verem nascer, crescer e maternar com acesso digno ao serviço de saúde, educação, moradia, conforto e renda. E sobretudo, suporte público durante essa trajetória que requer um árduo trabalho não remunerado. Assim, na próxima sessão serão desenvolvidos os elementos teóricos para pensar o cuidado como trabalho.

TRABALHO DO CUIDADO, TRABALHO REMUNERADO E REPRODUÇÃO SOCIAL



Como elencamos anteriormente, o cuidado ou *care* é um termo que conflui múltiplos significados, se conformando em um campo de disputas na arena política e social. Por uma definição mais ampla, podemos apreender esse conceito como

Cuidado, solicitude, atenção ao outro, todas essas palavras ou expressões são traduções aproximadas do termo inglês *care*. [...] Cuidar do outro, preocupar-se, estar atento às suas necessidades, todos esses diferentes significados, relacionados tanto à atitude quanto à ação, estão presentes na definição do *care*. Este, ademais, pode ser considerado simultaneamente enquanto prática e enquanto atitude, ou disposição moral (Hirata; Guimarães, 2010, p. 1).

Por sua plasticidade, o cuidado é um conceito difícil de ser definido e para além disso, é um conceito extenso, ou seja, pode ser interpretado em relação a coisas e pessoas. Cuidar de um animal doméstico, ou até mesmo de uma planta, sob determinado ponto de vista, pode ser considerado cuidado. Também são englobadas profissões diretamente vinculadas à esfera do cuidar, como enfermeiros, manicures, empregadas domésticas remuneradas, entre outros, assim como o cuidado doméstico realizado pela família, estendendo-se aos seus dependentes de forma prolongada, sobretudo, se considerarmos famílias com idosos, pessoas com deficiência ou cronicamente adoecidos (Hirata, 2022).

Para além dessas características que o conceito evoca, ele é apreendido socialmente como um trabalho centralizado na figura da mulher-mãe cuidadora, ou seja, ainda que a responsabilidade seja coletiva, ele é visto como algo privado, doméstico e feminino. Essa apreensão da característica feminina imbuída ao cuidado, levou a um tensionamento e questionamento por parte do movimento feminista na década de 1960, e pela Segunda Geração do Modelo Social da Deficiência, invocando a necessidade de discutir a dimensão do trabalho não remunerado realizado nos lares por mulheres e a dimensão do trabalho do cuidado não remunerado (Hirata, 2022; Diniz, 2007).

Para Aguirre (2009), o trabalho do cuidado e o trabalho doméstico são subprodutos do que ela considera por trabalho não remunerado. Corroborando com a autora, Gama (2014) analisa que o trabalho doméstico possui ampla definição, podendo ser remunerado – como o caso das trabalhadoras domésticas – ou não remunerado, aqueles que acontecem como forma de manutenção da vida familiar.

O trabalho doméstico não remunerado, concentra-se em atividades relacionadas ao cuidado de pessoas ou coisas no ambiente familiar, e é realizado pelas famílias, sobretudo, por mulheres.



Possui valor de uso, sobretudo se o analisarmos sob a ótica da reprodução de seres humanos, participando ativamente do circuito de valorização do capital, produzindo e reproduzindo a força de trabalho.

Lavar, passar, cozinhar, limpar, maternar e possibilitar que o ambiente seja e esteja apto para convivência familiar, são aspectos inerentes ao trabalho doméstico não remunerado. De um modo geral, certamente podemos o classificar como um elemento que possibilita a reprodução da força de trabalho, agregando valor. Porém, o que o diferencia do trabalho do cuidado? (Gama, 2020).

Para a autora, o trabalho do cuidado é uma dimensão do trabalho doméstico, mas não se resume a ele. O cuidado como trabalho é uma atividade que está relacionada ao cuidado de pessoas, podendo ser uma relação de longo prazo, estendendo para toda uma vida. Se rigorosamente definirmos o conceito de *care*, este seria um tipo de relação em que o objeto de cuidar é o outro. Atos de serviços primários como picar um alimento é incorporado como *care*, quando tem por finalidade, por exemplo, alimentar o sujeito beneficiário deste cuidado.

Gama (2014, p. 166), endossa a definição proposta por Hirata (2022), quando analisa que o trabalho do cuidado também é

[...] gerar, parir, amamentar, preparar alimento específicos, manter o ambiente limpo e a saúde, fortalecer e desenvolver o corpo, o intelecto, a socialização, o brincar, a educação formal para o trabalho (ou para a emancipação), os afetos. Logo, esse trabalho produz valor ponderado no interior da lógica de produção de valor.

Ainda que qualificar o trabalho do cuidado como trabalho, visibilizando-o e colocando no âmbito da lógica de produção de valor, ou seja, na reprodução da força de trabalho, não o retira de seu lugar de subalternidade, de pouco reconhecimento “[...] e que as mulheres normalmente não têm a opção de escolher fazê-lo ou não (Kergoat, 2016, p. 18).

Portanto, ainda que seja um compromisso a ser realizado por toda a sociedade, sobretudo no âmbito das políticas públicas e sociais, o cuidado tem sido escamoteado para o espaço doméstico, como um trabalho subalterno, que não gera valor imediato produtivo e condicionado ao gênero feminino

Essa subalternização inerente ao trabalho do cuidado, realizado por mulheres, faz parte de uma relação de subordinação estrutural entre trabalho produtivo – aferido aos espaços públicos e

masculinos – ao trabalho reprodutivo – como o trabalho do cuidado, realizado por mulheres – e flexiona-se de acordo com o tempo histórico, na medida em que as necessidades de valorização do capital são acionadas.

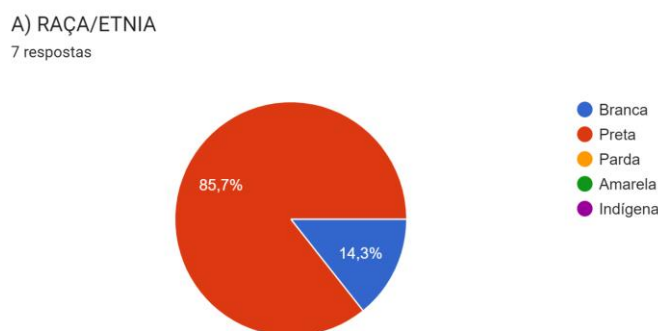
Portanto, para entender o lugar do *care* dentro das relações sociais, é necessário apreendê-lo em sua essência contraditória, como trabalho reprodutivo para o capital e trabalho como forma de existência simbólica e material. Partiremos dessa apreensão ao analisarmos os dados do perfil das mulheres-mães, que cuidam de seus filhos com deficiência.

O PERFIL DE MÃES CUIDADORAS DE ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA ATENDIDAS PELO SERVIÇO SOCIAL DO NESA

Como exposto anteriormente, o cuidado é uma atividade que produz e reproduz as relações sociais, visto que, todas as pessoas, em algum momento de suas vidas foram alvo ou despendem desse cuidado para outrem. Porém, ainda que socialmente considerada uma atribuição feminina, essa atividade reproduz relações diferenciadas para mulheres negras e brancas.

A partir dos dados coletados, foi possível identificar e sistematizar o perfil das mulheres-mães cuidadoras de adolescentes com deficiência, atendidas pelo Serviço Social do NESA. A exposição dos dados inicia com o perfil racial desse público, conforme aponta o gráfico 1.

Gráfico 1. Perfil raça/cor das mulheres-mães cuidadoras de adolescentes com deficiência do NESA



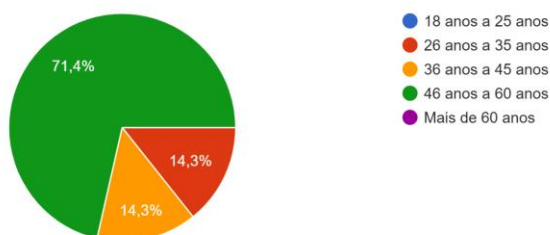
Fonte: NESSA, elaboração do autor (2024).

É possível identificar que 85,7% das mulheres-mães cuidadoras se autodeclararam pretas e 14,3% se autodeclararam brancas. O percentual de autodeclaração se mostra em consonância com a predominância de mulheres pretas e pardas no percentual de famílias monoparentais no Brasil, de acordo com o último levantamento da Pnad-Contínua (IBGE, 2022), ou seja, das principais expoente na linha de frente da realização do cuidado.

A constatação de que a maioria das cuidadoras são negras, não aponta, um fenômeno recente. Apenas evidencia, a marca de uma subalternidade historicamente colocada para as mulheres negras desde a formação social capitalista (Passos, 2018). Sendo um meio de perpetuação do racismo nas relações sociais, reverberando em todas as dimensões da vida social das mulheres negras. Após a identificação do dado racial, buscou-se identificar a faixa etária dessas mulheres, conforme gráfico 2.

Gráfico 2. Perfil etário das mulheres-mães cuidadoras de adolescentes com deficiência do NESA

B) FAIXA ETÁRIA
7 respostas



Fonte: NESSA, elaboração do autor (2024).

Quanto à faixa etária, identificamos que 71,4% possuem, entre 46 a 60 anos, e 14,3% possuem, entre 36 e 45 anos e 14,3% das mães cuidadoras possuem, entre 26 e 35 anos. Importante salientar que a amostra não demonstrou cuidadoras jovens, ou seja, pessoas até os 25 anos de idade, nem pessoas acima de 60 anos. Somente uma das entrevistadas declarou ter 60 anos, o que a classifica, segundo a Lei nº 10.741 de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa – como idosa.

Portanto, é possível constatar que a maioria das cuidadoras são mulheres com idade entre 40 e 60 anos. Esse dado nos leva a refletir sobre os atravessamentos da realização desse cuidado, visto que as necessidades de saúde de um adolescente com deficiência envolvem idas semanais à diversas

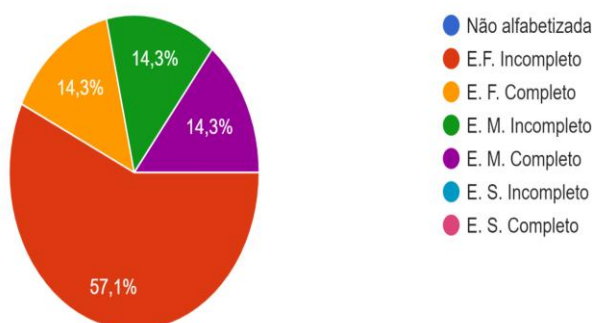


terapias, fazendo, por muitas vezes, a utilização de mais de um modal de transporte público, este, muitas vezes sem nenhuma ou pouca acessibilidade.

Gráfico 3. Perfil de escolaridade das mulheres-mães cuidadoras de adolescentes com deficiência do NESA

C) ESCOLARIDADE

7 respostas



Fonte: NESSA, elaboração do autor (2024).

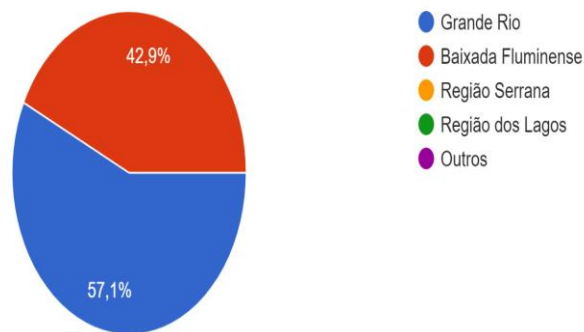
Quanto à escolaridade, constatou-se que 57,1% das mães cuidadoras não possuem o Ensino Fundamental Completo, ou seja, não concluíram algum dos dois ciclos dessa fase. Sendo a primeira fase do primeiro ao quinto ano e a segunda do sexto ao nono ano. Seguida de 14,3% das que possuem o Ensino Fundamental Completo, 14,3% que possuem o Ensino Médio Incompleto e 14,3% que possuem o Ensino Médio Completo.

Os dados demonstram que essas mulheres vêm enfrentando diversas barreiras para concluir a escolarização formal. Essas barreiras se devem ao fato de serem as mulheres e especialmente as mulheres negras que ingressam nas instituições de ensino fora do tempo convencional, se valendo, em alguns casos, da educação para jovens adultos para concluir o ensino fundamental e médio. Importante salientar que a escolaridade incide diretamente no acesso dessas mulheres ao mercado de trabalho, condicionando-as, muitas vezes, ao trabalho informal (Sousa, 2024).

O gráfico 4 demonstra a localização territorial dessas mulheres, que aparece também como um elemento de barreira ao acesso às condições de reprodução da vida.

Gráfico 4. Perfil sócio territorial das mulheres-mães cuidadoras de adolescentes com deficiência do NESA

D) REGIÃO DE RESIDÊNCIA
7 respostas



Fonte: NESSA, elaboração do autor (2024).

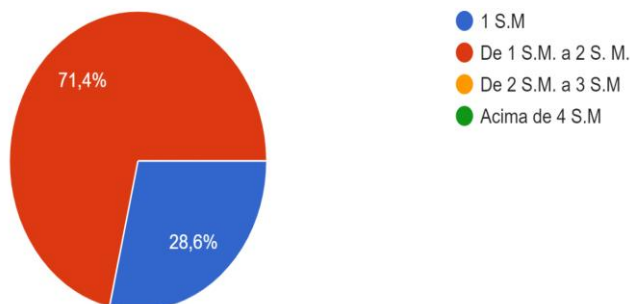
Em relação ao perfil sócio territorial, houve uma bipolaridade nas respostas, se dividindo em 57,1% das residências localizadas na Grande Rio, ou seja, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que comporta 21 municípios, seguida da Região da Baixada Fluminense, somando 42,9%, composta por 13 municípios. Segundo os dados da pesquisa apresentada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2021, os municípios localizados na baixada fluminense apresentam os maiores índices de pobreza do estado do Rio de Janeiro, sobretudo os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim, onde 30,48% dos moradores dessas localidades se encontram na faixa de pobreza (Neri, 2022).

Os dados indicam que 42, 9% das mães cuidadoras de adolescentes com deficiência residem no território carioca considerado como uma área de concentração de pobreza. Esse dado evidencia a segregação racial e o racismo ambiental no estado do Rio de Janeiro. E, portanto, o impacto disso na condição de moradia, no gestar, reprodução do cuidado e na circulação dessas famílias no território.

Gráfico 5. Perfil de renda das mulheres-mães cuidadoras de adolescentes com deficiência do NESA

E) Qual sua renda mensal?

7 respostas



Fonte: NESSA, elaboração do autor (2024).

No que diz respeito à renda, o gráfico 5 demonstra que 71,4% dessas mulheres declararam receber entre 1 e 2 salários-mínimos, que configura entre R\$1.320,00 a R\$ 1.640 reais e 28,6% declararam receber apenas um salário-mínimo – R\$1.320,00, conforme a cotação de 2023, ano de realização da pesquisa. No que tange a renda, foi considerada a composição da soma de benefícios socioassistenciais, do salário provindo do trabalho – tanto formal quanto informal – e de pagamento de pensão, caso houvesse.

Também foi possível identificar que 43% das mães cuidadoras declararam ter sua renda exclusivamente provinda do Benefício de Prestação Continuada (BPC), 28,6% declararam ter sua renda provinda do BPC juntamente ao trabalho informal – como doméstica e faxineira e 28,6% declararam ter a renda proveniente de auxílio-doença, por lesões adquiridas no trabalho de serviços gerais. Nenhuma das entrevistadas declarou receber acima de 2 salários-mínimos.

Esses dados evidenciam uma questão central: a não remuneração das mulheres-mães cuidadoras de adolescentes com deficiência, pois 43% das mães cuidadoras declararam ter sua renda, exclusivamente provinda do BPC. Ou seja, a única fonte de renda disponibilizada pelo estado é para os adolescentes com deficiência, e não para suas cuidadoras.

É preciso considerar ainda o alto custo com a saúde, educação, moradia, alimentação e lazer do adolescente com deficiência, que extrapola o valor do benefício, e evoca com urgência a necessidade de sua ampliação. E nessa relação a mulher-mãe cuidadora ora fica sem renda, ora trabalha de forma precária e com baixa remuneração.



Esse panorama, coloca a urgência do fortalecimento das lutas pela ampliação dos direitos sociais, sobretudo quando pensamos os adolescentes com deficiência e suas cuidadoras. Na sequência, o gráfico 6 mostra a composição familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do brevíssimo resgate da formação social capitalista brasileira, foi possível identificar o lugar ocupado por mulheres negras nessa sociabilidade, sobretudo no que diz respeito ao acesso, direitos e condições de produção e reprodução da existência social. O cuidado, enquanto um elemento que perpassa a sociedade em sua integralidade, é condicionado ao gênero feminino em sua execução, porém, essa análise não pode ser ancorada sem a intersecção racial e de classe, visto que essas mulheres que ocupam a linha de frente do cuidado têm raça e pertencimento à classe trabalhadora.

Embora o cuidado esteja sendo tratado como trabalho, Hooks (2021) argumenta que o cuidado é uma dimensão do amor, como ação na vida do outro, mas que também deve ser reverberado na vida de quem o executa. Portanto, o cuidado como dimensão do amor não deve ser uma prática realizada, dentro de uma relação hierarquizada, entre executores e recebedores. Mas, como uma prática coletiva e transformadora da vida.

Entretanto, em uma sociedade estruturada pelo racismo e machismo, o cuidado vem sendo colocado para as mulheres negras, como algo executado unicamente por amor, mascarando a subalternidade, a negação de direitos sociais, e a possibilidade de receber o cuidado.

No tocante aos dados, essas ponderações se tornam evidentes, visto que 85,7%, o maior quantitativo de mães cuidadoras, são mulheres negras, entre 46 e 60 anos, com o ensino fundamental incompleto, renda de um a dois salários-mínimos e residentes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Esse resultado, nos desafia quanto a necessidade de reconhecimento dos direitos sociais das mães cuidadoras. Tanto no sentido dessas mães poderem ser remuneradas pelo trabalho do cuidado, e reconhecidas enquanto trabalhadoras. Como também, poderem receber suporte de uma cuidadora, custeada pelo poder público, no caso das mães com filhos com deficiência. Além disso, visamos com esse resultado encorajar pesquisas sobre a condição das mães cuidadoras, e das mulheres negras trabalhadoras do cuidado, no âmbito das políticas sociais.



Por esses elementos, visamos contribuir para ampliação dos direitos sociais das mulheres negras trabalhadoras, seja como mães cuidadoras ou profissionais do cuidado. E sobretudo, para construção de uma sociedade cuidadora, antirracista, antimachista, e, portanto, anticapitalista.

REFERÊNCIAS

- Aguirre, R. Uso de tempo y desigualdades de gênero em el Trabajo no remunerado. In: Aguirre, R. et al (Orgs.). **Las bases invisibles del bienestar social: el Trabajo no remunerado em Uruguay**. Montevideo: Udelar: UNIFEM: INE: INMUJERES, 2009.
- Conselho Federal de Serviço Social. Série: **Assistente Social no Combate ao Preconceito Racismo**, caderno 3, Brasília, 2016.
- Diniz, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- Elpidio, M. H. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. **Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519-527, 2020.
- Eurico, C. M. Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social. **Ser Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 414-427, 2017.
- Hirata, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 01, 2014.
- Gama, A. S. Gênero e trabalho do cuidado: aportes teóricos. In: MARTINS, A. C.; VIDAL, D. L. C. (Orgs.). **O SUS e suas crianças – (re) pensando demandas e questões para o Serviço Social**. São Paulo: Editora Hucitec, 2020.
- Gama, A. S. O conflito entre trabalho e vida familiar no capitalismo: aportes teóricos. In: Duarte, M. J. O. et al (Orgs.). **Política de saúde hoje: interfaces e desafios no trabalho de assistentes sociais**. São Paulo: Editora Papel Social, 2014.
- Hirata, H. **O cuidado: teorias e práticas**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- Hirata, H. Teorias e práticas do care: Estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos de debate. In: FARIA, Nalu.; MORENO, Renata. (Orgs.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: Coleção Cadernos Sempreviva - Série Economia e Feminismo 2, 2010. Acesso em: 17 de maio de 2025.
- Hirata, H; Guimarães, N. A. Introdução. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Orgs.). **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2012.
- Hooks, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2021.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: PNAD Contínua — Microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas de Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 4. 2022.
- MBEMBE, J. A. **A universalidade de Frantz Fanon**. Cidade do Cabo (África do Sul), 2011.



MENEGAT, M. E; DUARTE, O. J. M; FERREIRA, F. V.. Os novos manicômios a céu aberto: cidade, racismo e loucura. **Em pauta**, Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 100-115, 2020.

Moura, C. **Sociologia do negro brasileiro**. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2019.

_____. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** 2ª edição. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Seminário Nacional de Relações Raciais em Educação**, 2003.

Nascimento, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 4ª edição, Rio de Janeiro: Perspectiva, 2016.

NERI, M. C. **Mapa da nova pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2022. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/80762296-e1b2-46da-8927-2b59438b3acc/content>. Acesso em: 26 de mar. de 2024.

NESA. **Sobre o NESA**. 2025. Acesso em: 17 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.nesa.uerj.br/sobre-o-nesa>. Acesso em: 26 de mar. de 2024.

GELEDÉS. **Da gravidez à morte**: Como as mulheres negras enfrentam violações. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/da-gravidez-a-morte-como-as-mulheres-negras-enfrentam-violacoes/>>. Acesso em: 10 de fev. de 2022.

PASSOS, R. G. **Trabalho, gênero e saúde mental**: contribuições para a profissionalização do cuidado. São Paulo: Cortez, 2018.

SOUSA, A. V. **Eles dizem que é amor, nós dizemos que é trabalho não remunerado**: o trabalho do cuidado das famílias monoparentais femininas de adolescentes com deficiência atendidas pelo serviço social do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA). 2023. Trabalho de Conclusão de Residência (Especialização em Serviço Social e Saúde na Modalidade Residência). – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social, 2023. 174f.



VIOÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES NO CAMPO: CENÁRIO REGIONAL, DESAFIOS ENCONTRADOS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO NO VALE DO JEQUITINHONHA

Eixo 2: Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual

LÍZIAN MARIA SILVA MARTINS¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo trazer os elementos gerais da pesquisa intitulada “*O Enfrentamento à Violência Doméstica Contra as Mulheres no Campo: Análise das Percepções de Trabalhadoras Rurais em Posição de Liderança em Municípios do Vale do Jequitinhonha*” do Programa de Mestrado em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). O objetivo da pesquisa analisou as percepções de trabalhadoras rurais sindicalizadas, em posição de liderança em municípios do Vale do Jequitinhonha, acerca da realidade da violência doméstica contra as mulheres, identificando os desafios e possibilidades para o enfrentamento a essa questão. Como procedimento metodológico foi realizada a aplicação de entrevista semiestruturada com nove trabalhadoras rurais da região.

Palavras-Chave: Violência, mulheres, trabalhadoras rurais, Vale do Jequitinhonha.

ABSTRACT: This article aims to present the general elements of the research entitled “*Confronting Domestic Violence Against Women in The Countryside: Analysis of the Perceptions of Rural Workers in Leadership Positions in Municipalities in the Jequitinhonha Valley*” from the Master's Program in Rural Studies at the Federal University of the Jequitinhonha and Mucuri Valleys (UFVJM). The objective of the research was to analyze the perceptions of unionized rural workers in leadership positions in municipalities in the Jequitinhonha Valley about the reality of domestic violence against women, identifying the challenges and possibilities for confronting this issue. As a methodological procedure, a semi-structured interview was carried out with nine rural workers from the region.

Keywords: Violence, women, rural workers, Jequitinhonha Valley.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a violência doméstica contra as mulheres no campo, destacando o cenário regional do Vale do Jequitinhonha, os desafios enfrentados e as estratégias de enfrentamento construídas pelas trabalhadoras rurais. A investigação busca

¹Assistente Social e Mestre em Estudos Rurais pela UFVJM. Presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Araçuaí. Assessora Parlamentar do Mandato do Deputado Estadual Jean Freire. Membro da coordenação dos Fóruns Regionais de Enfrentamento à violência contra as Mulheres do Médio e Baixo Jequitinhonha. Militante do Movimento Brasil Popular. Membro do Coletivo de Mulheres na Política de Araçuaí. E-mail: lizianmaria@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8458505120991386>.



compreender as percepções de mulheres sindicalizadas que ocupam posições de liderança em seus territórios, abordando como o patriarcado, o racismo e a desigualdade de gênero estruturam as relações sociais e influenciam a reprodução da violência nas comunidades rurais. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético, e utiliza como procedimento metodológico a aplicação de entrevistas semiestruturadas com nove trabalhadoras rurais do Vale do Jequitinhonha, cujas narrativas permitiram compreender dimensões subjetivas e estruturais da problemática estudada.

O trabalho está estruturado em três seções principais. A primeira discute os fundamentos teóricos da violência de gênero a partir das contribuições de autoras como Silvia Federici, Mirla Cisne, Heleieth Saffioti e Audre Lorde, articulando as categorias patriarcado, racismo e classe social. A segunda analisa as percepções das entrevistadas acerca da violência doméstica e dos desafios de enfrentamento no campo. Por fim, a terceira seção apresenta as estratégias de resistência e protagonismo das trabalhadoras rurais, evidenciando o papel político das mulheres na luta pela autonomia, pela efetivação de políticas públicas e pelo fortalecimento das redes de apoio às vítimas de violência.

PATRIARCADO E RACISMO COMO ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Temos a análise de que a violência contra as mulheres é uma questão secular que possui raízes profundas, complexas e históricas. Para uma melhor compreensão do fenômeno da violência é necessário compreender o patriarcado e o racismo como elementos estruturais do sistema capitalista, pautando na sociedade de classes, baseado na desigualdade social, que também é permeada por uma desigualdade de raça e de gênero.

Antes de analisar os elementos da formação sócio-histórica brasileira, traremos alguns elementos centrais da análise da categoria patriarcado a partir das contribuições de Silvia Federici, Mirla Cisne, Audre Lorde e Heleieth Saffioti.

Esse processo de desvalorização e muitas vezes de invisibilidade do trabalho doméstico foi fundamental para a constituição do capitalismo, que soube apropriar muito bem do trabalho das mulheres. Sendo assim, no feudalismo não se tinha a divisão sexual do trabalho nestes moldes, de



separação das tarefas de âmbito privado como competências exclusivas das mulheres e as de âmbito público somente para os homens. Somado ao fato que neste período as tarefas de cuidados da casa, dos filhos e da lavoura eram valorizadas e vistas como fundamentais para a reprodução da vida social no feudo. O que não quer dizer que não havia outras práticas de dominação e de violência.

Tendo em vista o cenário de formação inicial do capitalismo europeu, que na sua fase primária é denominada de Acumulação Primitiva, a autora aponta que:

A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a 'raça' e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe da formação do proletariado moderno (Federici, 2017, p. 119).

Esse processo da acumulação primitiva se gestou através das várias formas de violência, expropriando terras, riquezas e a própria vida das mulheres e de homens, não podendo desconsiderar os marcadores estruturais, das relações de gênero, de raça e geracional. E nesse aspecto Federici (2017) dá uma contribuição ímpar, trazendo elementos para analisar esse contexto da acumulação primitiva, para além da análise marxiana do desenvolvimento das forças produtivas, que possibilitou a produção de mercadorias e a conformação do trabalhador fabril, mas sim, sob o ponto de vista da posição social das mulheres e da produção de trabalho delas. Esse contexto gerou a necessidade que o capitalismo teve de apropriar do trabalho doméstico como um trabalho “naturalmente” não remunerado, aumentando a dependência das mulheres.

Nesse sentido, a categoria da Divisão Sexual do Trabalho é um elemento fundante para a manutenção do patriarcado para a reprodução das relações de sociais de poder, com a dominação e exploração das mulheres. Na qual Cisne (2012) aponta:

[...] A educação sexista não educa homens e mulheres apenas de forma diferente, mas também, desigual, levando muitas mulheres a crerem que possuem uma essência que as tornam naturalmente mais aptas para determinados trabalhos. Para isso, inculca valores e qualidades considerados femininos para moldar um modelo de mulher apto a atender aos interesses patriarcais capitalistas (Cisne, 2012, p. 110).

Para a sustentação dessa realidade de dominação é fundamental compreendermos que a sociedade capitalista é sustentada por três desigualdades básicas: 1) a desigualdade social, entre pobres



e ricos; 2) a desigualdade étnico-racial, entre não-brancos² e brancos e; 3) a desigualdade de gênero, entre homens e mulheres. Essas relações se correlacionam construindo dominações de múltiplas dimensões. Temos várias interpretações teóricas para explicar o entrelaçamento dessas dimensões, no trabalho citamos: interseccionalidade, consubstancialidade e o Nó, todas elas são elaborações para explicar a importância de analisar a sociedade sobre todas as dimensões, sem estabelecimento de hierarquias de opressão.

Nesse sentido, Lorde (2019) tem uma afirmação muito relevante sobre a interligação entre as dimensões opressoras de gênero, raça e classe, quando afirma que:

Entre as mulheres lésbicas, eu sou negra; e entre as negras, eu sou lésbica. Qualquer ataque contra as pessoas negras é um problema para lésbicas e gays, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é um problema para pessoas negras, porque milhares de lésbicas e homens gays são negros. Não existe hierarquia de opressão (Lorde, 2019, p. 236).

Ao analisar a formação social do Brasil no período colonial em que se gestou o sistema do escravismo, sustentado pelo processo de escravização e objetificação do negro e pelo regime de exploração das riquezas para exportação, constata-se que o papel da população negra ocupou centralidade. Sendo assim, torna-se fundamental considerar as particularidades das mulheres negras brasileiras, ainda mais levando em consideração que nós, povo brasileiro, fomos formados a partir de relações sexuais violentas – estupro – de homens europeus com mulheres indígenas e negras.

As marcas da opressão racial no Brasil Colônia foram questões estruturantes para a formação social do nosso país, imprimindo elementos determinantes na conformação do povo brasileiro, na sua cultura e na construção das relações sociais. Um pilar fundamental para a manutenção do racismo no Brasil foi (e ainda é) a sustentação do mito da democracia racial, que consistia na reprodução de um imaginário social de que não havia preconceito racial no Brasil. Ao mesmo tempo utilizando de mecanismos culturais, religiosos, científicos, morais e jurídicos para reforçar um ideal de inferiorização da população negra, pela veiculação hegemônica do ideal da branquitude. Essa visão hegemônica cria historicamente obstáculos complexos e desafiadores para o enfrentamento do racismo no Brasil, já que as práticas racistas são escamoteadas, não sendo encaradas como um problema da desigualdade racial e social. A construção dessa visão sustentada pelo mito da

² Compreendemos que as desigualdades étnico-raciais envolvem os povos negros, indígenas, dentre outros, porém vamos analisar mais diretamente as desigualdades com o povo negro em sua diversidade.



democracia racial constituiu um “racismo à brasileira”, um país com uma desigualdade social gigantesca, que negava a sua realidade concreta, evitando “tocar o dedo na ferida”.

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: ANÁLISE TEÓRICA E A VISÃO DAS ENTREVISTADAS

Primeiramente destacamos que as mulheres sofrem violência ao longo dos séculos, expressas das mais variadas formas e nos diversos espaços. Violências que vão desde a apropriação do seu corpo, dos seus saberes e da sua sexualidade, atravessando a violência moral imposta pelos valores e princípios da família monogâmica e pela autoridade paterna, até as violências no âmbito do trabalho e na esfera doméstica. Acrescido a situação das mulheres negras que tiveram as particularidades de uma brutal violência sexual, física e psicológica durante o período da colonização até a atualidade.

Nesse sentido, a violência doméstica sofrida pelas mulheres é uma expressão desse sistema de dominação-exploração, que não está deslocada de todo um processo histórico violento e do fato da violência ser um elemento constante no processo da formação social brasileira.

A violência doméstica contra as mulheres é uma questão de toda a sociedade, sendo uma das principais manifestações das desigualdades de gênero que são frutos do patriarcado. Para Saffioti (2015, p. 90),

a violência doméstica apresenta características específicas. Uma das mais relevantes é sua rotinização (Saffioti, 1997c). O que contribui, tremendamente, para a codependência e o estabelecimento da relação fixada. Rigorosamente, a relação violenta se constitui em verdadeira prisão. Neste sentido, o próprio gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu ‘destino’ assim o determina.

A colocação da autora nos suscita à reflexão de três elementos basilares que permeiam a violência doméstica: a relação de codependência, a frequência cotidiana e os aparatos morais que legitimam.

A situação de dependência aqui, ainda, se dá em outros níveis, dizendo respeito à falta de autonomia e às dificuldades em conseguir superar o ciclo da violência. Aqui entendido enquanto, o contexto de violência que a mulher está inserida, na qual ela tem a esperança de que o marido vai mudar de comportamento, quando ele se diz arrependido após cometer práticas violentas, e com o passar do tempo, ele torna a ter as mesmas condutas, e depois se arrepende e ela torna a perdoar/aceitar



e assim ciclo se retroalimenta. Por isso, a característica da rotina, a violência é constante e repetitiva, podendo variar ou combinar os tipos, física, moral, psicológica, sexual, patrimonial, gerando uma naturalização do fenômeno por uma parcela da sociedade.

A violência doméstica por fazer parte do cotidiano e se constituir como um tipo de violência familiar, assumindo a particularidade de ser praticada por pessoas próximas, na qual, se estabeleceram relações afetivas. O que apresenta dificuldades para as mulheres superarem, pois envolve um leque de fatores emocionais, familiares, financeiros, acrescido de toda a carga moralista, reproduzida pela sociedade. Em que se manifesta desde a naturalização da conduta machista, a aceitação da violência pela mulher até as interferências e/ou influências de familiares, amigos e das religiões em reproduzir essas concepções em relação ao comportamento dos homens e das mulheres diante das situações de violência.

Em relação a problemática da violência as entrevistadas trazem apontamentos centrais para a nossa análise:

Então, antes, há trinta anos era muita, a violência é que afetava no meu ponto de vista, a violência, que afetava mais as mulheres, era sexual e psicológica. Porque se a mulher falava eu não quero, tinha que dar. E ali vinha a psicológica, que era cê é feia, cê é porca, junta traição e outras coisas, né?... Hoje não, hoje é tudo isso e o fim da vida. É o que eu to vendo (Entrevistada 1).

O relato da entrevistada remete à reflexão sobre crime de estupro é uma prática violenta histórica, principalmente ao considerarmos as violências sexuais que as mulheres negras sofrem desde o período colonial no Brasil, na qual, nos permite afirmar que o nascimento e a formação do povo brasileiro advêm de práticas de estupro das mulheres negras e indígenas. Um dos grandes desafios é o estupro cometido dentro da relação conjugal ser visto como violência, como crime, ainda mais considerando o que o machismo impõe historicamente como uma obrigação para a mulher a satisfação sexual do marido.

Além desses elementos a entrevistada pontua “hoje é tudo isso e o fim da vida”, o que traz muitos apontamentos para a reflexão acerca dos crimes de feminicídio, consumados ou tentados, em que houve outros relatos nesse sentido:

[...] É nós já tivemos relato de um cara que matou uma mulher, tinha quatro filhos, numa comunidade aqui próximo de nós, [...] matou a mulher, enterrou nas bananeiras, né, e saiu caçando, perguntando os vizinhos, se num tinha visto a esposa não, que a mulher tinha sumido, os menino chorando, ainda xingando a mulher que não sabe pra onde a mulher foi



que deixou os filhos com ele, que ele tinha que trabalhar, e no entanto, ela estava enterrada embaixo na beira de um córrego numas bananeiras (Entrevistada 1).

Além da perversidade do crime de assassinato, o criminoso comete violência moral, buscando afetar a honra e imagem da mulher perante a comunidade, como se ela tivesse abandonado a família, os filhos e a casa. Ao mesmo tempo, sendo uma tática usada por alguns agressores, para buscar diminuir as suspeitas que ele estivesse por detrás do desaparecimento da mulher, consequentemente das suspeitas de crime feminicídio.

Outro relato que traz situações de tentativa de feminicídios:

[...] Recentemente mesmo, teve um casal aqui, eles têm quatro filhos, e o marido já vinha ameaçando a esposa, eu nem sabia, depois que ela separou que ela me mandou um áudio falando porque que ela saiu da comunidade e por qual motivo e ela disse que quando amanheceu o dia, no domingo, isso não tem trinta dias, foi bem recente. Ele falou assim: Olha, hoje eu vou te matar e vou sair na moto e você vai ficar morta aí na frente de seus filhos e ninguém vai me encontrar. E aí, diz ela que os filhos, os meninos começaram ficar em pânico as crianças, da forma que ele falou na frente dos meninos, e aí ele saiu pra ir fazer alguma coisa, e os meninos falou assim: mãe, vamos embora, porque se não a senhora vai morrer e vamos dar um jeito, vamos embora enquanto ele saiu. As crianças estavam em pânico e aí ela foi procurar ajuda, não sei com quem ainda, mas ela conseguiu um transporte pra ela sair daqui da comunidade, ela foi pra outra cidade, ela tá lá em águas vermelhas na casa de uma irmã, só que aí ele não aceitou que ela saiu de casa, ele foi, arrumou um táxi e foi lá atrás dela. Quando chegou lá ele enfrentou, foi pra bater nela e ainda bem que eles chamaram a polícia e aí a polícia veio e conteve ele e fez ele voltar pra trás, e ele tá aqui na comunidade (Entrevistada 2).

Um caso que expressa também o sofrimento dos filhos que presenciam cenas de violência acometida contra a mãe, crianças e/ou adolescentes que mesmo em situação de pânico conseguem ajudar e alertar a mãe.

Para enfrentarmos essa problemática da violência é indispensável o trabalho em rede, com o objetivo de fortalecer as ações de prevenção, combate, assistência/acompanhamento e garantia dos direitos, primando pela qualificação dos atendimentos ofertados pelos órgãos públicos. No entanto, temos um grande desafio que é o acolhimento das mulheres em situação de violência. Nesse sentido, uma entrevistada faz a seguinte colocação:

[...] **o gargalo no Vale do Jequitinhonha é a falta da acolhida para essas mulheres, a falta do apoio, a falta do amparo.** Enquanto não tiver as casas de acolhida, uma equipe que de fato esteja preparada como profissional, como pessoa para acolher esse público, eu acho que isso tende só a aumentar. [...] Então tem tipo de violência que se você for fazer a denúncia, você vai passar por chacota por todo mundo, porque na visão social não é violência porque passou a ser tão comum, que não é violência. E na zona rural não tem essa ainda de



que em briga de marido e mulher, eu meto a colher sim! Não, o problema da família de fulano, é de fulano, eu sou ciclano, eu não tenho nada a ver (Entrevistada 8 - grifos nossos).

Temos vários desafios no que refere a qualidade dos serviços prestados, mas identificamos relatos de maiores reclamações acerca dos serviços de segurança pública, como é apontado nos depoimentos seguintes, sendo o primeiro referente ao atendimento prestado pela Polícia Militar:

[...] Aí um dia eu conversando com ela, ela falou assim: pergunta pra polícia se eu posso fazer uma denúncia anônima, falei porque você quer fazer uma denúncia anônima? Ela foi e falou assim, uma pergunta: como é que eu vou ficar assegurada se eu for lá falar pra eles? Mas tem aqueles tácticos móveis que fica na rua né. Eu fui perguntar isso a um policial aí eu falei assim: eu gostaria de uma informação, é, me dá uma informação sobre violência. Aí ele tava num bate papo, ele não tava atendendo, porque eu já tava ali esperando ele resolver a situação, mas ele tava conversando sobre o cotidiano deles ali. **ele só falou assim: volta depois de uma hora que eu tô terminando de conversar mais fulano aqui. Beleza. Volta daqui a uma hora**, falei: mesmo sendo sobre violência contra a mulher, ele: sim, volta daqui uma hora. Aí então daqui uma hora, vidas podem ser perdidas. Daqui a um minuto, aquele grito de socorro não pode existir mais, **os nossos gritos de socorros das nossas mulheres tanto da cidade quanto do campo, eles estão silenciados, porque, é, a segurança, os meios que a gente tem para pedir socorro, eles não estão nos ouvindo** (Entrevistada 5 – grifos nossos).

Essa questão do atendimento policial representa um desafio para o enfrentamento à violência contra as mulheres e, sobretudo, contra as negras. Essa percepção da entrevistada 5 ecoa um problema cotidiano que as mulheres enfrentam: falta de segurança para fazer a denúncia. Isso advindo de vários fatores, narrados pelas trabalhadoras rurais, dentre eles, a questão do sigilo profissional, principalmente em casos que o policial tem contato/proximidade com o agressor, gerando a falta de confiança por parte da vítima.

É importante refletirmos sobre o conceito de enfrentamento nesta área da violência doméstica, tomando como referência o documento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República de 2011, o conceito de enfrentamento diz respeito

[...] à implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões. O enfrentamento requer ação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros), no sentido de propor ações que: desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres; e garantam um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência. Portanto, a noção de



enfrentamento não se restringe à questão do combate, mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres (Brasil, 2011).

No cotidiano, percebemos como recorrente o discurso em relação ao aumento da punidade dos agressores, como a única ou até mesmo a principal resposta para combater a violência. No entanto, temos a plena certeza que para enfrentar o fenômeno da violência não basta isso. É fundamental entender que as ações de prevenção, assistência, e de promoção/garantia dos direitos têm que ser encaradas como diretrizes norteadoras³ para o enfrentamento à violência assim como a dimensão do combate.

Desta forma, passos fundamentais para isso se dão ao resgatar as memórias das lutas e romper com o silêncio e a invisibilidade. O que é reafirmado por Lima (2013), ao demarcar que, [...] a memória dos que foram silenciados, àqueles que, resistindo à violência e à segregação, nos dizem que é necessário rever a história, narrar o que foi silenciado, para construir outro porvir. Que os sons aqui retratados possam fazer emergir outras narrativas. (Lima, 2013, p.6).

Para semear, plantar e colher essas outras narrativas se torna primordial a construção da luta feminista como estratégia de rompimento com o patriarcado cotidianamente, na busca pelo esforço de cultivar relações de gênero mais saudáveis e respeitadas e na formação de uma consciência crítica que não reproduza padrões de dominação. Tendo como centralidade, que a luta feminista só avança quando caminhada junto com a luta antirracista, por isso, as contribuições do feminismo negro é imprescindível para o movimento feminista. Na pesquisa dialogamos com contribuições teóricas de autoras que trazem elementos da luta feminista e do feminismo negro.

TRABALHADORAS RURAIS COMO PROTAGONISTAS DA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

³ Na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2011), são estabelecidos como eixos estruturantes da política: 1) Prevenção: ações educativas e culturais que foquem nas mudanças de valores. Rompa com a cultura do silêncio; 2) Combate: ações punitivas e cumprimento da Lei Maria da Penha; 3) Assistência: criar serviços especializados. Fortalecimento da rede e capacitação dos agentes públicos; 4) Acesso e garantia de direitos: Iniciativas no âmbito das diversas políticas públicas a fim de contribuir no empoderamento das mulheres. Ou seja, um entendimento integrado das diretrizes de atuação de caráter nacional para ser seguido pelos estados e municípios brasileiros.



No que refere à luta das mulheres do campo, um movimento expressivo é a Marcha das Margaridas, inspirado na história de vida de Margarida Maria Alves, sindicalista assassinada em 1983 na Paraíba, por conta da sua trajetória de enfrentamento ao latifúndio e de luta pela terra.

A Marcha das Margaridas teve início no ano 2000, tendo a sua 6ª edição em agosto de 2019, sendo organizada pela CONTAG em parcerias com diversas organizações de mulheres e entidades que tem atuação no meio rural. O processo de luta da Marcha das Margaridas contribuiu significativamente para a construção de políticas públicas para as mulheres do campo, da floresta e das águas⁴ e para a pactuação de uma agenda política com diálogo direto junto ao governo federal, que tornou mais desafiador após o golpe de 2016.

Processos de lutas como este da Marcha das Margaridas possibilitou as mulheres rurais, atuarem de forma unificada em várias regiões do país, pautando políticas públicas específicas para a população que vive no campo, envolvendo as áreas da saúde, da previdência social, da agricultura familiar e das políticas em defesa da autonomia das mulheres e pelo enfrentamento à violência. Essa trajetória construída possibilitou às trabalhadoras rurais serem pioneiras na construção das políticas públicas para as mulheres, em várias regiões do Brasil, o que não foi diferente na região do Vale do Jequitinhonha.

Para a composição desse cenário da violência, um elemento recorrente, que tende a agravar, e tornar mais frequentes as práticas violentas é uso de bebidas alcoólicas por parte do agressor e algumas vezes também por parte da vítima. A questão do alcoolismo esteve presente principalmente nos relatos das percepções de quatro das entrevistadas, que destacaram o quanto as práticas do referido vício, é presente na rotina de parte significativa dos homens que comentem violência. Isso a partir do território de vivência das entrevistadas.

Ao correlacionar a problemática da violência no meio rural e no perímetro urbano, a maioria das entrevistadas colocam que na cidade a violência é mais visível, mais “transparente”, mais acessível aos meios de denúncia e aos órgãos de atendimento. Duas das entrevistadas acreditam que o tipo de violência que mais acontece no campo é a psicológica e na cidade é a física, e que

⁴A identidade “mulheres do campo, da floresta e das águas” esteve presente nos processos de construção e mobilização da Marcha das Margaridas, buscando envolver para além das mulheres que vivem nas comunidades rurais e assentamentos, mas também as mulheres indígenas e ribeirinhas que residem na região Amazônica e em territórios da região norte do país.



consequentemente, as práticas de assassinatos (tentados ou consumados) tendem a acontecer mais na cidade. Somado a esse processo, o acesso para denunciar e as formas de apoio, no campo, é ainda mais desafiador.

No arsenal das contribuições acerca do cenário da violência doméstica contra as mulheres no campo no Vale do Jequitinhonha, uma das entrevistadas traz um apontamento que reforça a dimensão estrutural da violência presente nas relações sociais dos seres humanos, ao considerar que

[...] é o seguinte, na minha visão, a violência doméstica, a violência contra a mulher, ela é crônica, ela existe né de longas datas e quando se fala que ela aumentou, a minha visão é o seguinte. **Aumentou foi a queda das máscaras.** Ela sempre esteve em um nível muito elevado, só que com a informação chegando à população, as pessoas vão se encorajando, então, aumentou foi as denúncias, as descobertas da violência (Entrevistada 8).

A entrevistada 8 deixa claro que a violência existe historicamente e o que foi perceptível é o crescimento do que ela denomina de “aumento da queda das máscaras”. Ou seja, temos ao longo das últimas décadas várias lutas e construções de movimentos sociais que pautam o enfrentamento ao machismo e o patriarcado, batalhando por direitos específicos das mulheres, tanto no âmbito das políticas públicas quanto na desconstrução da visão conservadora sobre o corpo e a sexualidade das mulheres, como também da concepção de família e do matrimônio. E esse é um trabalho permanente e cotidiano.

Um dos objetos centrais da pesquisa foi identificar os principais desafios para o enfrentamento à problemática da violência contra as mulheres no campo. Esses desafios são sistematizados nos seguintes pontos: 1) Diagnóstico do cenário da violência doméstica no campo; 2) Desmonte das políticas públicas; 3) Falta de apoio para atuação; 4) Capacitação para a rede; 5) Organizar as redes municipais; 6) Criação dos Conselhos; 7) Contexto da pandemia da COVID; 8) Aplicabilidade da Lei M^a da Penha; 9) Distanciamento das localidades; 10) Atendimento não humanizado; 11) Condições do trabalho preventivo em rede; 12) Necessidade um lazer/uma ocupação; 13) Orientação e formação para as mulheres; 14) Medo e Isolamento; 15) Encorajamento das mulheres; 16) As mulheres procurarem ajuda; 17) União e cooperação entre as mulheres; 18) Empoderamento/valorização das mulheres; 19) Penalização do agressor; 20) Conscientização e trabalho preventivo em relação ao Alcoolismo; 21) Trabalho de conscientização com os homens e com agressores; 22) Condições dignas de trabalho e renda.



Dentre o universo dos principais desafios apresentados compreendemos que a organização e articulação das redes municipais de enfrentamento à violência é uma questão basilar para o desenvolvimento do trabalho, pois esse passo possibilita a construção do fluxo de atendimento, para aperfeiçoar a oferta dos serviços destinados às vítimas e ampliar as informações para as mulheres que sofrem violência.

Com o processo de articulação das redes que se organizam também nas esferas nacionais, estaduais e regionais, contribui diretamente para discutir a necessidade de um atendimento humanizado, a construção dos conselhos e a realização de capacitações. Nessa linha de análise uma das trabalhadoras rurais entrevistadas pontua:

[...] é fortalecer as redes, né, as redes municipais, [...] organizando os conselhos e nem todo município já constituiu novo conselho de direito da mulher. Eu acho que o maior desafio que nós estamos encarando agora, é organizar as redes municipais pra gente junto com eles, a gente fazer esse trabalho coletivo sabe? [...] **Então o maior desafio no momento é primeiro: tem que fortalecer as redes, municipais, criar os conselhos em todos os municípios** (Entrevistada 4 – grifos nossos).

Além de reafirmar a necessidade do fortalecimento dos conselhos e da criação dos conselhos, a entrevistada ressalta a necessidade de construir esses mecanismos na amplitude dos municípios, dessa forma, extrapolando um olhar somente local e demarcando uma visão regionalizada. As redes municipais fortalecidas contribuem para a construção de capacitações dos profissionais da rede, que devem acontecer de forma continuada, envolvendo conteúdos técnicos sobre a oferta da escuta acolhedora, dos encaminhamentos exigidos perante o atendimento do caso; como também da utilização de abordagem despida de preconceitos, julgamentos e culpabilizações. Lembrando que isso é um exercício permanente de desconstrução.

Em relação às especificidades do campo, destacam-se dois desafios principais: a necessidade da construção de um diagnóstico da violência doméstica contra as mulheres no campo, que possa caracterizar e elucidar as dimensões quantitativas e qualitativas desse fenômeno; que auxilie a construção de políticas públicas e a organização da atuação das redes, para avançar no enfrentamento à violência no meio rural. O outro desafio muito presente no relato das entrevistadas diz respeito, o descolamento e/ou oferta dos serviços até as mulheres em suas localidades.



Sobre a construção do diagnóstico situacional da violência contra as mulheres no campo, a entrevistada 1 ressalta que

[...] **As dificuldades, primeiro é a gente conseguir fazer o diagnóstico**, uma, segundo a gente ter o apoio dos órgãos de competência que tem autonomia para fazer isso junto com a gente. Não alcança o campo, não adianta, que não alcança! Outra coisa, conscientizar esse pessoal, primeiro, porque o campo ele é muito dominado pelo álcool. E uma mente alcoolizada, ela não pensa, ela age! **Então esses são os desafios, primeiro, é ter esse diagnóstico, a gente vai bater na tecla!** Não porque não existe, é porque eles não vão falar. Voltando lá atrás, por que eles não vão falar? Por medo! Não pensa você que o medo não existe, porque existe! E muito grande. **E de agora para frente essa situação vai ficar muito pior, pela fome, pelo desemprego. Agora mesmo nessa pandemia, quantas e quantas mulheres violentadas, estão caladas, porque não tem como sobreviver** (Entrevistada 1 – grifos nossos).

O depoimento da entrevistada ressalta que a ausência desse diagnóstico é resultado não somente da falta de prioridade os órgãos públicos, uma vez que os relatórios anuais com estatísticas nacionais dos registros de violência contra as mulheres nas instituições de segurança pública, tanto a nível nacional (Anuário Brasileiro de Segurança Pública) e a nível estadual (Diagnóstico Semestral da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher) não possuem recorte de registros específicos do perímetro rural. Como também por conta de todo silenciamento que ainda existe no campo, acrescidos de demais fatores como o alcoolismo, o desemprego, a fome e do distanciamento dos serviços de atendimento à mulher no meio rural.

Em relação ao acesso das mulheres aos serviços de atendimento, seja por meio do deslocamento dos referidos órgãos de atendimento até as mulheres rurais, ou pela acessibilidade destas para dirigirem até esses serviços, duas entrevistadas apontam aos seguintes relatos:

[...], por exemplo, na zona rural, se existir uma violência lá, até que fazer esse boletim de ocorrência, e que esse policial dá de chegar lá, se tiver de matar já matou, então o maior desafio também que eu acho é isso, é a distância, até que eles vão atender aquele registro da mulher no campo, é difícil, talvez na cidade anda mais rápido. [...] muitas das vezes eles fazem vista grossa, né, aí **só se tiver mesmo um matando uns aos outros, eu acho que tem ainda um pouco de descaso por conta das nossas autoridades atender uma denúncia quando as mulheres do campo** [...], até que eles levam a sério, tem horas que as vezes elas fazem a denúncia e eles: **ah não tem viatura, a viatura tá não sei para onde. Então existe muito isso.** (Entrevistada 4 – grifos nossos).

O que eu acho difícil...a dificuldade é o apoio! Para ela ter um apoio. Isso aí que é difícil. Porque talvez ela não tenha um apoio para ela procurar né. Porque não adianta a pessoa às vezes denunciar o outro e não ter uma acolhida para ele. Tem que ser né. **Ela tem que denunciar, sabendo para onde ele vai, quem vai acolher ele. Por isso tem horas que é difícil. A pessoa sofre violência é por causa disso** (Entrevistada 7 – grifos nossos).



O desafio do acesso das mulheres aos serviços de atendimento representa um obstáculo expressivo para o enfrentamento da violência, de acordo com as percepções das entrevistadas, a distância das comunidades rurais principalmente para o deslocamento da polícia é uma especificidade dessa problemática no meio rural, gerando o que a entrevistada 7 demarca que a “dificuldade é o apoio”. Somado às dificuldades de uma acolhida especializada e de uma escuta mais humanizada.

No processo de produção dos dados da pesquisa durante as entrevistas, ao serem indagadas sobre as sugestões de possibilidades para o enfrentamento as violências, a maioria das entrevistadas trouxe elementos que são desafios. O que nos permite perceber que as questões das possibilidades e dificuldades estão correlacionadas e por isso precisamos compreendê-las de forma interligadas, sendo elementos que compõem uma mesma realidade. Por conta disso, optamos em sistematizar as possibilidades apresentadas que são prioritariamente propostas mais diretas e objetivas para responder a necessidade do enfrentamento a essa problemática.

Dentre os elementos que foram apresentados como desafios também como possibilidades, temos: o fortalecimento das redes; criação dos conselhos municipais dos direitos das mulheres; promoção de capacitações dos profissionais; cursos e momentos formativos para promoção da autonomia das mulheres; construção do diagnóstico da situação da violência doméstica no campo; desenvolver trabalho preventivo com os homens.

No que refere aos elementos que foram apresentados somente como possibilidades temos: a implantação de delegacias especializadas de atendimento às mulheres; a utilização dos meios de comunicação pra sensibilizar, com destaque para a rádio que tem um alcance significativo dentre o público do meio rural; construir um coletivo grande e ter instâncias de atuação, que estejam diretamente relacionado com a integração entre as redes a nível nacional, estadual, regional e municipal; a promoção de iniciativas que contribuam para a autonomia das mulheres; realização de grupos de reflexão com as famílias; fomento à criação de grupos de mulheres; confecção de material informativo para os homens.

Acreditamos que para responder os desafios e construir as propostas apresentadas pelas trabalhadoras rurais em posição de liderança que contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa, é fundamental a auto-organização das mulheres em seus territórios de atuação. Em



destaque, no movimento sindical, mas também em outros ambientes, local de trabalho, categoria profissional, espaço comunitário, movimentos de mulheres e/ou feministas, grupos religiosos e/ou pastorais sociais, partidos políticos e demais organizações populares. Objetivando a luta por direitos, contra os retrocessos sociais e na construção de um projeto popular para o Brasil. Gonzalez (2020) contribui conosco ao afirmar que,

Por tudo isso, evidencia-se a nossa responsabilidade quanto aos nossos modos de organização e quanto ao destino que queremos dar ao nosso movimento. Esta questão é de caráter ético e político. Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida. Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto amefricanas sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas. Portanto, nosso lema deve ser: organização já! (Gonzalez, 2020, p. 270).

Nesse sentido precisamos continuar a trilha dos caminhos da insistência, da teimosia, resistência e da persistência na realização das formações para elevar os níveis de consciência, promovendo processos educacionais e pautando a permanente articulação das redes de enfrentamento à violência. De modo a construir sociabilidades não hierarquizadas e relações de equidade, que construam diariamente a ruptura com o sistema capitalista, racista e sexista. Fortalecendo os grupos de mulheres cultivando a auto-organização delas em busca da construção da emancipação e da liberdade, dando sentido a luta feminista a partir do chão que pisamos e das condições de vida que temos. Apontando para o nosso horizonte que é uma sociedade em que as mulheres tenham o direito de viver livre de violência, pois o *“Vale do Jequitinhonha que a gente quer, não tem violência contra a mulher”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a centralidade estratégica do tema dessa pesquisa perpassa também pela importância do Programa de Estudos Rurais, um programa de mestrado comprometido com as lutas sociais, com as problemáticas ambientais que afetam a região, com as formas de organização e de resistência do povo do Vale, por isso é um programa que cabe a nossa luta. O que não é diferente em relação a UFVJM, uma universidade que teve a realização de possibilidades de vários conhecimentos, estudos



e construções por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão, que contribuiu significativamente para a minha identidade regional, para o meu sentimento de pertença e de defesa da região do Vale do Jequitinhonha.

Conforme apresentado na introdução deste trabalho, a questão da luta pelo enfrentamento à violência contra as mulheres foi uma pauta que acompanhei nos últimos anos e que acabou ocupando certa centralidade em minha vida, seja no âmbito pessoal, como também profissional e militante. Por isso, me vi enquanto sujeito social, com a necessidade e o compromisso de buscar contribuir para esta luta. Acredito no potencial da universidade como espaço de produção do conhecimento que possa auxiliar nos processos de reflexão acerca da realidade social vivida e dos desafios enfrentados pela população de um território, de uma região.

É importante evidenciar que essa pesquisa só foi possível ser realizada por meio das contribuições das trabalhadoras rurais que participaram. Os estudos acerca da categoria patriarcado permitiram-me compreender o quanto são enraizadas as relações de poder, dominação e exploração sobre a vida das mulheres, atravessando séculos da história. Além disso, a pesquisa reafirmou a necessidade da compreensão interligada das dimensões de raça, gênero e classe social, identificando como o racismo, o sexismo e as violências são estruturais na sociedade.

Um ponto significativo da pesquisa consistiu na compreensão através do relato das trabalhadoras rurais entrevistadas, de que o fenômeno da violência no campo está presente para além da esfera doméstica, por ser estrutural, ela ocupa várias dimensões da sociedade. Estando presente, neste sentido, dentro do movimento sindical, desde as dificuldades para poder sindicalizar-se até os obstáculos para ocupar cargos e/ou espaços de direção. A pesquisa revelou como o processo de inserção das mulheres na entidade sindical, contribuiu para o fortalecimento da autonomia e do seu reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais.

Os resultados da pesquisa no que refere aos desafios para o enfrentamento à violência contra as mulheres, a partir das percepções das trabalhadoras rurais entrevistadas, aponta com centralidade a necessidade de aperfeiçoamento do atendimento prestado às vítimas, desde a prontidão perante o acionamento para uma ocorrência criminal, como também na oferta de uma escuta qualificada/humanizada sem julgamento e na adoção da prática do sigilo profissional. A questão do “apoio” às mulheres em situação de violência se constituiu como elemento resultante do processo



investigativo, expresso desde os esclarecimentos das informações para as vítimas, como também na construção de políticas públicas voltadas para as mulheres no campo. Além disso, romper com medo e o silenciamento são outros desafios recorrentes.

Por meio do estudo do referencial teórico utilizado, reafirmou-se a importância da luta feminista para o processo de avanço dos direitos das mulheres. E dessa forma, a adoção da compreensão do fenômeno da violência como algo estrutural. Além disso, a pesquisa demonstrou a relevância das contribuições do feminismo negro, para a construção de um olhar sobre as particularidades das condições de vida das mulheres negras no Brasil e no Vale do Jequitinhonha. Além disso, o processo da pesquisa nos permitiu perceber como o feminismo branco e liberal influenciou a narrativa acerca das desigualdades de gênero, moldando construções hegemônicas na formação ideológica no seio da sociedade e na elaboração das políticas públicas.

A partir dos elementos apresentados, por meio das contribuições das trabalhadoras rurais participantes na pesquisa, esperamos que a pesquisa tenha contribuído para reafirmar, elucidar e evidenciar as reflexões sobre o fenômeno da violência como estrutural na sociedade, assumindo particularidades no âmbito doméstico no campo no Vale do Jequitinhonha. Com um olhar atento ao cenário regional correlacionando com os processos históricos e em sintonia com a força das mulheres que nos antecederam, bem como, com as mulheres que travam lutas diariamente na atualidade, podemos aprofundar as nossas análises e construir coletivamente as estratégias necessárias para avançar na luta pelo enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres nossa região. *“Essa luta não é fácil, mas vai ter que acontecer, acabar com a violência esse é nosso dever. Essa luta não é fácil, mas vai ter que acontecer, acabar com a violência e abuso de poder”*. (Cantoria Popular).

REFERÊNCIAS

- CISNE, M. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In. HIRATA, H.; et al (Org.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP. 2009.
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FETAEMG). **Cartilha 30 anos de Luta**. Belo Horizonte, 1998.
- _____. **Boletim Comemorativo aos 20 anos da Comissão Estadual das Mulheres**



Trabalhadoras Rurais de Minas Gerais. Edição Especial. Dia Internacional da Mulher. Belo Horizonte, 2009.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva.** São Paulo: Elefante, 2017.

GORENDR, J. **O Escravidão Colonial.** 6. ed. Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento Feminista Brasileiro Formação e Contexto.** 4ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

_____. Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). **Por um Feminismo Afrolatino Americano.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. A Mulher Negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político econômica. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). **Por um Feminismo Afrolatino Americano.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. A Categoria político-cultural da amefricanidade. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). **Por um Feminismo Afrolatino Americano.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Mulher Negra. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). **Por um Feminismo Afrolatino Americano.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). **Por um Feminismo Afrolatino Americano.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Discurso na Constituinte. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). **Por um Feminismo Afrolatino Americano.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). **Por um Feminismo Afrolatino Americano.** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LIMA, J. B. Q.; SOUZA, F.F; NASCIMENTO, K. C.; OLIVEIRA, T. D. **Arquitetura Silenciosa da Violência:** reflexões sobre os processos de naturalização que retroalimentam violências. FIH – UFVJM. 2019.

LORDE, A. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento Feminista Conceitos Fundamentais.** 4ª Reimpressão Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

_____. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento Feminista Conceitos Fundamentais.** 4ª Reimpressão Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. MAIA, C, de J. Lugar e Trecho: Migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha. Montes Claros: Unimontes, 2004

MOURA, M. M. **Os camponeses.** São Paulo: Ática, 1988, 2ª ed..

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na sociedade de Classes:** Muito e Realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.



_____. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015, 2ª ed..

SANTOS, J. R. **O que é Racismo.** São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1984.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In. HOLLANDA, H. B. **Pensamento Feminista Conceitos Fundamentais.** 4ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.



REFLEXÕES INTERSECCIONAIS SOBRE PROTEÇÃO SOCIAL E ANÁLISE DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR DO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ

Eixo 2: Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual

HENRIQUE TEIXEIRA DE MELO¹

EUNICE BATISTA²

VÂNIA QUINTÃO³

RESUMO: Este trabalho traz uma análise sobre as estratégias de proteção social da classe trabalhadora por parte da gestão pública do município de Maricá, nos últimos anos, considerando, como pano de fundo, o avanço do neoliberalismo e, numa perspectiva crítica, agregando a esse debate uma perspectiva interseccional, sobretudo destacando as intersecções de classe, gênero e raça ao tema. Sobre as estratégias de proteção social à classe trabalhadora, destaca-se que, desde 2009, a gestão pública do município de Maricá, avançou de forma significativa, fazendo grande investimento na área social, implementando projetos, programas e políticas sociais, fomentando o desenvolvimento socioeconômico local e promovendo o acesso de sua população a um sistema de proteção. Especificamente em junho de 2013, é implementado o *Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá*, que institui políticas fundadas nos princípios da economia solidária, fomentando as iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda, organizadas a partir da autogestão, cooperação e solidariedade. Dentre estas ações, está o Programa de Amparo ao Trabalhador que concedeu aos trabalhadores impedidos de desenvolver suas atividades durante a pandemia de Covid-19 o benefício de um salário-mínimo mensal pago através da moeda social Mumbuca. Este programa posteriormente transformou-se no Programa de Proteção ao Trabalhador, cujo objetivo é fomentar a formalização e viabilizar uma proteção social ao trabalhador informal no município. Portanto, o estudo visa analisar e discutir sobre esta política que se originou de uma política emergencial. O contexto dessas políticas sociais estratégicas é o desemprego estrutural e a precarização do trabalho, marcações importantes de uma sociabilidade capitalista agravada pelo impacto da política neoliberal, processo que vem estabelecendo, feroz e gradativamente a proteção social da classe trabalhadora, com fortes impactos, além da classe, para mulheres e, em especial, mulheres pretas.

Palavras-chave: Proteção social, trabalho, interseccionalidade, mulheres, microempreendedor individual (MEI).

ABSTRACT: This paper presents an analysis of the social protection strategies for the working class implemented by the public administration of the municipality of Maricá in recent years. It considers the backdrop of advancing neoliberalism and, from a critical perspective, incorporates an intersectional viewpoint, particularly highlighting the intersections of class, gender, and race in relation to the topic. Regarding social protection strategies for the working class, it is noted that since 2009, the public administration of the municipality of Maricá has made significant progress, investing heavily in the social area, implementing projects, programs, and social policies, promoting local socioeconomic

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade de Vassouras, Curso de Serviço Social, Campus Maricá-RJ. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9555135566136882>. E-mail: henriqueteixeira.ecosol@gmail.com.

² Neuropsicopedagoga, com bacharelado e licenciatura em Letras/ Literatura, professora do SENAI, mestranda em Política Social pela UFF. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9862872714509965>. E-mail: eunicecbatista@hotmail.com.

³ Professora da Universidade de Vassouras, Curso de Serviço Social, Campus Maricá-RJ, assistente social pela UFF, mestre e doutoranda em Política Social pela UFF. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3446748959347614>. E-mail: vania.quintao@gmail.com.



development, and facilitating access for its population to a protection system. Specifically, in June 2013, the Municipal Program for Solidarity Economy, Poverty Reduction, and Economic and Social Development of Maricá was implemented. This program established policies based on the principles of the solidarity economy, fostering collective initiatives for work and income generation organized through self-management, cooperation, and solidarity. Among these actions is the Worker Support Program, which granted workers unable to carry out their activities during the Covid-19 pandemic a monthly minimum wage benefit paid through the social currency Mumbuca. This program later evolved into the Worker Protection Program, aimed at promoting formalization and enabling social protection for informal workers in the municipality. Therefore, this study aims to analyze and discuss this policy that originated from an emergency measure. The context of these strategic social policies is structural unemployment and the precariousness of work, significant markers of a capitalist sociability aggravated by the impact of neoliberal policies, a process that has been fiercely and gradually undermining the social protection of the working class, with strong impacts not only on the class itself but also on women, and especially black women.

Keywords: Social protection, work, intersectionality, women, individual microentrepreneur (MEI).

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto da convergência de três pesquisas sobre o tema proteção social, trabalho e pejotização/meiotização. Um dos pesquisadores é discente do curso de Serviço Social, da Univassouras, Campus Maricá, orientada pela docente dessa mesma universidade, doutoranda em Política Social da UFF, pesquisadora do tema desde o mestrado, que articulou a mestranda desse mesmo programa de pós-graduação *stricto sensu* que pesquisa o mesmo tema.

Para elaborar reflexões interseccionais sobre economia solidária e proteção social, fazendo uma análise do programa de proteção ao trabalhador do município de Maricá/RJ, este artigo, longe de qualquer intenção em esgotar o tema, mas, reunindo as análises que estas pesquisas fazem e visando contribuir com a construção de novas pesquisas e análises deste tema para que se possa enfrentar o avanço do neoliberalismo e a construção de uma nova sociabilidade, constrói seu debate em três tópicos.

No primeiro é estabelecida as ferramentas de análise, a interseccionalidade como uma lente de leitura da sociabilidade capitalista, com destaque para a divisão sexual do trabalho, apontando as opressões de classe, gênero e raça, sedimentando o debate no sentido de que se observe a teia de opressões que o sistema capitalista estabelece à classe trabalhadora, com destaque para as mulheres, com um destaque especial sobre as mulheres negras.

Uma vez pavimentado o debate com esta ferramenta de análise, o segundo tópico faz uma discussão sobre trabalho, as conquistas da classe trabalhadora e (des)proteção social no contexto de ostensiva neoliberal. Este tópico se desenvolve através das bases conceituais de trabalho, segundo a



teoria marxista e de um breve traçado histórico sobre as conquistas dos direitos trabalhistas, sem menosprezar o debate contemporâneo sobre a ostensiva neoliberal que, no Brasil, desde 1990, se apresenta como a grande desarticuladora da proteção social da classe trabalhadora, tendo como ponto chave a desregulamentação do trabalho, sua informalização, precarização, meiotização e pejotização, culminando na glamourização do empreendedorismo.

O primeiro e segundo ponto trazem o grande pano de fundo para o debate da experiência do município de Maricá e as estratégias municipais de enfrentamento ao desemprego estrutural e a necessidade de proteção social ao trabalhador, em especial o PPT (Programa de Proteção ao Trabalhador) que vai se estabelecer a partir dos princípios da Economia Solidária.

INTERSECCIONALIDADE E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Considerando o objeto desta análise não é possível falar de sociabilidade capitalista, trabalho e (des)proteção social da classe trabalhadora sem considerar a questão de gênero e raça.

Interseccionalidade: uma ferramenta necessária

A interseccionalidade é tratada por Akotirene (2019) como uma ferramenta que, tendo sido pensada pelas mulheres negras, traz luz às suas experiências e reivindicações não contempladas pelos movimentos feministas brancos ou pelos movimentos antirracistas, marcadamente masculinos.

Os movimentos feministas no Brasil, nos séculos XIX e XX, nascem brancos, de classe média, com todo o aparato necessário para a participação no espaço público considerando a formação sócio-histórica do nosso país, não seria possível ignorar as contribuições do feminismo negro. (Quintão, Barros e Josélia, 2020)

A diferença diametralmente oposta das lutas dos movimentos feministas brancos e negro pode ser exemplificada pelo fato que,

enquanto as mulheres brancas, de classe média, brigaram para conquistar o espaço público, de produção social, as mulheres negras, nos finais do período imperial, às vésperas da abolição, já ocupavam as ruas com tabuleiros de ganhadeiras, quitandeiras e quituteiras, nos espaços de feiras africanas que eram, na cultura iorubá, um importante espaço de intercâmbio econômico e simbólico (Quintão 2022, apud Bernardo, 2003).



Interseccionalidade é um conceito desenvolvido pelas feministas negras nos Estados Unidos, no final da década de 1980, cunhado pela acadêmica e ativista Kimberlé Crenshaw, no contexto das lutas das mulheres que não conseguiam ser totalmente compreendidas, uma vez que raça e gênero eram vistos como duas dimensões estanques, separadas, não articuladas. Dessa forma, foi possível que a luta feminista negra conjugasse as dimensões de gênero, raça e classe, compreendendo-as como atravessadas, sobrepostas e não hierarquizadas entre si.

Neste mesmo período, no Brasil, Lélia Gonzales⁴, também de forma pioneira, trata de forma profunda a imbricação da relação raça, gênero e classe na formação dos sujeitos sociais e, sobretudo, nas relações de opressão no contexto brasileiro, criticando, por completo a ideia de uma identidade latino-americana homogênea, que apontava hierarquias raciais e de gênero.

Patrícia Collins (2020) afirma que a interseccionalidade é uma ferramenta de análise importante pois é através dessas lentes que podem ser identificadas as múltiplas opressões que atravessam os sujeitos sociais, refutando por completo a ideia de que todos os indivíduos são oprimidos apenas por um fator, como por exemplo, na sociabilidade capitalista, a questão de classe e que essa intersecção de opressões, que se correlacionam, mas não se hierarquizam, tem dimensões de gênero e raça.

Nessa mesma toada, se fosse possível (o que não é) o feminismo reunir todas as peculiaridades de se ser mulher em um único aspecto, diversas questões relacionadas às subjetividades e identidades seriam invisibilizadas (Crenshaw, 2002).

As lentes da interseccionalidade permitem enxergar os “modernos aparatos coloniais” (Akotirene, 2019, p. 14). É possível enxergar como que gênero, raça e classe têm a ver com trabalho, principalmente no que tange ao seu papel reprodutivo como parte imprescindível para a realização do trabalho produtivo, intimamente relacionada à divisão sexual do trabalho (Quintão, 2022).

A divisão sexual do trabalho

⁴ A autora não falou diretamente de interseccionalidade, mas desenvolveu, de forma inovadora, no mesmo período, o conceito de amefricanidade, seguindo na mesma direção do conceito de interseccionalidade. Para ela a mulher negra brasileira era atravessada por uma tripla opressão – raça, gênero e classe – apontando o entrelaçamento dessas categorias e como este entrecruzamento proporcionaram condições únicas de subordinação, proporcionando que se instalasse na estrutura da sociabilidade brasileira o racismo e o sexismo, para além da opressão de classe (Gonzales, 1988).



Compreender a divisão sexual do trabalho contribui para a reflexão das imbricações de gênero, raça e classe na sociabilidade capitalista, que tem como centralidade o trabalho. É ele que produz toda a riqueza socialmente produzida, mas também é o que reproduz as condições para a produção da riqueza. Esse é o que há de mais simples, sofisticado, e, na mesma medida, profundo sobre a divisão sexual do trabalho (Quintão, 2022).

O sistema capitalista, que tem se estabelecido a partir do século XIX e sustentado, ao longo da história, parte de uma clara divisão entre o público e o privado, estabelecendo o lugar de homens e mulheres no sistema de produção e reprodução social, pautada na narrativa da “destinação natural”, tomando como base normativa o estabelecimento da família burguesa (Quintão, 2022).

O trabalho produtivo, no espaço público, foi destinado aos homens, os provedores da família, detentores do poder decisório. Por sua vez, às mulheres se reservou o trabalho reprodutivo, no espaço privado, em contrapartida ao sustento provido pelo homem, sendo-lhes imputada às tarefas de cuidado, sendo este exigido como uma prova de amor (Quintão, 2022).

Todo o trabalho produzido no espaço público, realizado pelos homens, é reconhecido como produtor de riqueza, e por isso remunerado, enquanto as mulheres não tinham suas atividades reconhecidas como trabalho, mas tarefas que representam expressão de amor, e, por isso, não remuneradas, desenvolvendo trabalho triplamente reprodutivo:

regeneração do trabalhador fora do processo de trabalho, para que o trabalhador seja capaz de retornar ao trabalho (cuidados domésticos); atividades de regeneração de não-trabalhadores, que estão fora do processo de produção (futuros ou antigos trabalhadores); reprodução dos trabalhadores propriamente dita (dar à luz). Todas essas ações, sem custo algum para o sistema capitalista, são destinadas às mulheres, que dão o suporte para o capitalismo, fora do ambiente de trabalho (Quintão 2022, p. 17 *apud* Bhattacharya, 2019).

Mesmo que as lutas feministas tenham feito com que as mulheres conquistassem o trabalho produtivo (com o salário menor que o dos homens, na grande maioria das vezes) e o espaço público, essa conquista não resultou na desoneração do encargo do trabalho reprodutivo e nem agregou ao homem qualquer responsabilidade além do trabalho produtivo (Quintão, 2022).

O trabalho de homens e mulheres, na sociabilidade capitalista, são partes do mesmo processo capitalista de produção e reprodução social.



TRABALHO E A (DES)PROTEÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA OSTENSIVA NEOLIBERAL

A partir das dimensões de gênero, raça e classe, para a compreensão do trabalho e proteção social, bem como analisar as estratégias e iniciativas de proteção social da classe trabalhadora que vão sendo apresentadas pela gestão pública, neste caso, pelo município de Maricá/ RJ, se faz necessário trilhar uma breve jornada histórica sobre as trabalho, proteção social e neoliberalismo.

Trabalho, proteção social ao trabalhador no Brasil e a ostensiva neoliberal

A formação sócio-histórica do Brasil tem a sua centralidade no trabalho como organização econômica do país, inicialmente pela colonização que, para atender os interesses de Portugal, que fez deste território uma colônia para fins extrativistas, estabeleceu um sistema escravocrata, sequestrando e trazendo para o Brasil, através do tráfico de seres humanos, a população negra, fazendo das bases do capitalismo comercial no Brasil o trabalho escravizado como a centralidade da geração de riqueza.

Importa destacar que a “descoberta do Brasil” e a sua colonização apagaram a organização comunitária e do trabalho dos povos originários que, segundo Krenak (2019) era fundada na coletividade, dividindo as atividades laborais com foco no bem-estar e no coletivo, e não de forma individual e isolada.

O fim do colonialismo e a transição tardia para o trabalho livre⁵ remunerado, sob pressão internacional, no contexto da Revolução Industrial, deixou como base a exploração do trabalho, sob a lógica escravocrata como um elemento estrutural e estruturante para que o Brasil perpetuasse o trabalho precarizado, fundamental para alimentar (e ser alimentada) por um sistema sofisticado de opressão, que tem na sua centralidade o trabalho alcançando as dimensões de raça, gênero e classe.

A trajetória da proteção social ao trabalho no Brasil é complexa e reflete as transformações políticas, econômicas e sociais do país.

⁵ Com a “Abolição da Escravatura” em 1888, o Brasil vivenciou profundas mudanças políticas e econômicas, que significaram uma transição forçada da mão de obra escrava para o trabalho livre, culminando, entre outros fatores, na Proclamação da República no ano seguinte. Essa transição não foi acompanhada por um processo de regulamentação trabalhista, deixando um vácuo em relação aos direitos dos trabalhadores. Durante a Primeira República, as condições de trabalho eram extremamente precárias, com jornadas extenuantes, baixos salários, trabalho infantil e a ausência de regulamentação sobre saúde e segurança no ambiente de trabalho.



Tendo como marco o início do século XX, através da intensificação da industrialização e o crescimento das cidades, as relações de trabalho no Brasil passaram a ser cada vez mais reguladas pelo Estado, principalmente a partir de 1920, período marcado por um aumento das mobilizações sociais, acompanhado pelo crescimento das indústrias e a concentração urbana geraram uma classe trabalhadora cada vez mais numerosa, levando à formação dos primeiros sindicatos e movimentos operários, com inspiração socialista e anarquista pressionaram por reformas e direitos trabalhistas.

As greves, especialmente a greve geral de 1917 em São Paulo, fortemente reprimidas e legalmente proibidas, foram marcos importantes das lutas operárias e traziam as exigências, por parte dos trabalhadores, de melhores condições de trabalho, como, por exemplo, a jornada de 8 horas e salários justos, demonstrando uma crescente insatisfação com as condições laborais.

Diante da forte pressão internacional pela industrialização do país, para que se construísse um novo *ethos* de trabalho no Brasil (Quintão, 2022), e com a tomada do poder por Vargas, em 1930, o Brasil entrou em um novo ciclo político e econômico, através da implementação de um projeto de modernização que visava a industrialização e a centralização do poder nas mãos do governo federal.

De 1930 a 1933 o governo proporcionou avanços na estruturação das leis trabalhistas, criando o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que abrangia trabalhadores urbanos, e a criação e delegação de órgãos que representassem categorias, fortalecendo a categorização do trabalho e trazendo para dentro da estrutura governamental as suas representações.

Quando assume a presidência, através de eleições indiretas⁶, em 1934, Getúlio consegue promulgar a Constituição de 1934, que entre outros fatores importantes, foi a primeira a abranger o Direito do Trabalho no Brasil, com significativos avanços na legislação trabalhista, que atendeu em parte reivindicações da classe operária, como: salário-mínimo; jornada de trabalho de oito hora/dia; repouso semanal; férias remuneradas; proteção do trabalho feminino e infantil; isonomia salarial; salário iguais para a mesma função independente do sexo, nacionalidade ou estado civil; proibição do trabalho para menores de 14 anos; proibição do trabalho noturno por menores de 16 anos; indenização em caso de demissão sem justa causa.

Durante o Estado Novo, no regime ditatorial instaurado em 1937, um dos pilares foi a criação de uma legislação trabalhista ampla e centralizada, tornando-se, mais à frente, na Consolidação das

⁶ Eleito pela maioria dos deputados constituintes.



Leis do Trabalho (CLT), que, muito embora atendessem em parte às reivindicações da classe trabalhadora organizada, eram apresentadas como concessões estatais, eram permeadas de controle social da classe trabalhadora por parte do Estado, como contenção aos movimentos revolucionários da Europa, com destaque à Revolução Socialista de 1917 (Quintão, 2022). Foi uma estratégia para manter o controle social e a paz entre as classes, garantindo a hegemonia do Estado sobre as demandas trabalhistas (Antunes, 2006).

Neste caldo de conflitos, a industrialização crescente e a urbanização resultaram em uma classe trabalhadora cada vez mais organizada, exigindo que o Estado assumisse um papel ativo na mediação dos conflitos entre o capital e o trabalho, resultando na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)⁷, promulgada em 1º de maio de 1943. Foi o marco mais importante da legislação trabalhista no Brasil, reunindo várias normas e decretos anteriores e estabelecendo um sistema abrangente de proteção aos trabalhadores urbanos. Uma importante estratégia política para fortalecer um governo autoritário e consolidar a imagem de Vargas como o “pai dos pobres”.

Esta nova conformação do trabalho estabelecia controle estatal sobre os sindicatos e a classe trabalhadora, limitava a autonomia dos sindicatos, cujas lideranças eram indicadas pelo governo, que passaram a ser subordinados ao Ministério do Trabalho, impedidos de organizar greves ou agir de forma independente (Antunes, 2009), refletindo a ideia de que a proteção ao trabalhador poderia ser usada para evitar crises e fortalecer o poder estatal, a exemplo da crise de 1929, nos Estados Unidos.

Para combater a crescente mobilização da classe trabalhadora, o golpe militar de 1964⁸ no Brasil, se estabeleceu a partir da repressão às liberdades civis e políticas, sob o lema de combate ao

⁷ A CLT foi influenciada por modelos de legislação trabalhista de outros países, especialmente da Europa. O governo Vargas se inspirou nas políticas de Estado de bem-estar social da Itália fascista de Mussolini e da Alemanha nazista, que, embora autoritárias, também tinham políticas de controle e proteção da classe trabalhadora para garantir a estabilidade social e política. Os principais pontos da CLT estavam a regulamentação da jornada de trabalho de 8 horas diárias, o direito às férias anuais remuneradas, o descanso semanal remunerado, a proibição do trabalho infantil e a criação da Justiça do Trabalho para mediar conflitos trabalhistas. A CLT deixou de fora a proteção dos trabalhadores rurais, pois o foco era o processo de industrialização do país.

⁸ O Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado em 1968, restringiu ainda mais as liberdades, fechando o Congresso e suspendendo os direitos civis. As greves foram proibidas, e os líderes sindicais que se opunham ao regime eram perseguidos e presos. O controle sobre os sindicatos foi reforçado, com a centralização do poder nas mãos do Estado. Os sindicatos que apoiavam o regime receberam mais influência, enquanto aqueles que tentavam se organizar de maneira independente eram dissolvidos ou colocados sob vigilância.



comunismo⁹, visando a garantia da ordem, da estabilidade econômica, priorizando o desenvolvimento industrial, o controle dos sindicatos, com pouquíssimas mudanças na legislação trabalhista, sempre garantindo o controle do Estado sobre o trabalho.

São exemplos disso: a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)¹⁰, que substituiu o regime de estabilidade no emprego, prevista na CLT, representou uma forma de flexibilizar as relações de trabalho, tornando mais fácil para as empresas demitirem trabalhadores; a legalização da terceirização e a normalização da precarização do trabalho. Mudanças que se sustentavam no discurso da redução dos custos trabalhistas. A consequência? A ampliação da informalidade e a fragilização da organização sindical, tendo em vista a menor proteção social dos terceirizados.

A resistência operária culminou, no final da década de 1970, nas greves no ABC paulista, lideradas por figuras como Luiz Inácio Lula da Silva.

As mobilizações dos metalúrgicos tinham como escopo a luta por melhores salários e condições de trabalho, e espalharam-se, rapidamente por diversas categorias profissionais, representando uma ruptura no controle do regime militar sobre os sindicatos e foram fundamentais para a reorganização do movimento operário, levando à fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980.

Em 1985, se inicia um processo de redemocratização do país através da eleição indiretas do José Sarney como presidente (até 1990) culminou em 1988, por forte pressão dos movimentos sociais¹¹, através da Assembleia Constituinte, na nova Constituição Federal, conhecida como Constituição Cidadã.

⁹ A ditadura militar brasileira foi influenciada pelas tensões globais da Guerra Fria, que polarizou o mundo entre o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos e o bloco socialista liderado pela União Soviética. Os Estados Unidos, através de programas como a Doutrina de Segurança Nacional, apoiaram regimes autoritários na América Latina para conter a expansão do comunismo. A ditadura brasileira, portanto, foi apoiada pelos Estados Unidos em termos econômicos e militares, e o controle sobre os trabalhadores fazia parte da estratégia para evitar a organização de movimentos de esquerda, bem como o crescimento dos movimentos de trabalhadores na Europa e nos Estados Unidos, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, influenciou indiretamente as lutas operárias no Brasil. A consolidação dos Estados de bem-estar social na Europa ocidental e o fortalecimento dos sindicatos na América do Norte serviram como referência para os trabalhadores brasileiros, que exigiam melhores condições e direitos, mesmo sob um regime autoritário.

¹⁰ O FGTS foi apresentado como um benefício, permitindo que os trabalhadores acumulassem depósitos em uma conta específica para serem sacados em caso de demissão sem justa causa ou aposentadoria.

¹¹ Essas conquistas foram resultado de intensa mobilização popular durante o processo constituinte. Movimentos sindicais, liderados pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), movimentos sociais, como o Movimento dos



Esta ampliou os direitos sociais, trabalhistas e políticos, bem como a garantia dos direitos fundamentais, a descentralização do poder, ampliando a autonomia dos estados e municípios e garantindo eleições diretas nos diversos níveis que compõem a unidade federativa. Um marco na consolidação dos direitos conquistados ao longo do século XX e ampliou a proteção social aos trabalhadores¹², estabelecendo, inclusive, um sistema de Seguridade Social, através da assistência social, previdência social e saúde, a todos os brasileiros, inclusive os trabalhadores rurais.

Com o avanço do neoliberalismo global a partir da década de 1990¹³, e a busca por um Estado mínimo, que não interviesse na relação capital x trabalho, o Brasil, assim como vários países da América Latina, passou por uma série de reformas trabalhistas com vistas à flexibilização das relações de trabalho.

No Brasil, tais reformas foram impulsionadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que adotou um modelo econômico baseado em privatizações, desregulamentação e abertura ao mercado internacional.

Entre as principais mudanças desse período, parte de um pacote de reformas mais amplas, que incluíam a privatização de empresas estatais e a abertura do mercado de trabalho à lógica do capital financeiro internacional, destaca-se a flexibilização das leis trabalhistas para facilitar a contratação e a demissão de trabalhadores, regulamentou o contrato de trabalho por tempo parcial e temporário, enfraquecendo as garantias da CLT e aumentando a precarização das relações de trabalho.

O trabalho informal, que já era uma realidade para grande parte da população, através das reformas neoliberais, aumentou assustadoramente¹⁴, e dificultou o acesso ao trabalho formal,

Trabalhadores Sem Terra (MST), e partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT), exerceram forte pressão sobre os constituintes para garantir que os direitos dos trabalhadores fossem assegurados na nova Constituição.

¹² Garantiu direitos como o seguro-desemprego, o décimo terceiro salário, a licença-maternidade de 120 dias.

¹³ O Consenso de Washington realizado em 1989, foi um conjunto de recomendações de políticas econômicas como o controle de gastos públicos, redução do papel do Estado através das privatizações e sua desregulamentação, liberalização do mercado, abertura ao comércio exterior e ao investimento estrangeiro, promovidas por instituições como o FMI e o Banco Mundial, que influenciou as reformas implementadas no Brasil nas décadas de 1990 e 2000. Esse ideal liberal, através destas instituições, pressionavam os países em desenvolvimento a adotar políticas de austeridade, desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho como forma de atrair investimentos estrangeiros e garantir o crescimento econômico.

¹⁴ A globalização, aliada à reestruturação produtiva, fragmentou as formas tradicionais de emprego, gerando novas modalidades como o trabalho temporário, o trabalho parcial e a terceirização.



enquanto a terceirização fragmentava as categorias de trabalhadores, enfraquecendo a organização sindical e a luta por direitos.

O ponto mais alto do desmantelamento da proteção social dos trabalhadores aconteceu em 2017, com a reforma trabalhista, aprovada sob o governo de Michel Temer, representa um verdadeiro retrocesso, aumentando a vulnerabilidade dos trabalhadores e aprofundando as desigualdades.

As principais mudanças, apresentadas como uma resposta à necessidade de "modernizar" as relações de trabalho e reduzir o custo de contratação, supostamente estimulando a criação de empregos, foram: a prevalência do negociado sobre o legislado, a flexibilização da jornada de trabalho, a regulamentação do trabalho intermitente, a ampliação da terceirização e o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, tendo como custo a segurança e dos direitos dos trabalhadores.

Empreendedorismo: uberização, pejotização e meiotização

A compreensão dessa transformação do mercado de trabalho e os seus impactos para a classe trabalhadora importa no entendimento que a flexibilização do trabalho e a desregulamentação do sistema de proteção social vem disfarçada de empreendedorismo e da suposta possibilidade do trabalhador tornar-se patrão de si mesmo.

Estas novas formas de exploração capitalista estão fundadas na individualização e no binômio empregabilidade e empreendedorismo como valores ideológicos, submetendo os trabalhadores a novas condições de risco e insegurança (Filgueiras *et al.*, 2004).

Este binômio carrega um simbolismo de transformar a dificuldade em oportunidade, porém só naturaliza a precariedade laboral, (Nogueira e Carvalho, 2021) processo que ficou conhecido como uberização¹⁵ (ou plataformização), pejotização¹⁶ e/ou meiotização¹⁷ (Antunes, 2018).

Pesquisa realizada pelo Sebrae em 2019 traz a realidade dos microempreendedores no Brasil: 76% dos MEIs (4,6 milhões de pessoas) dependem exclusivamente dessa atividade como fonte de

¹⁵ Os trabalhadores que prestam serviços por plataformas como *UBER*, *IFOOD*, dentre outras.

¹⁶ A pejotização ocorre quando trabalhadores são obrigados ou induzidos a se formalizarem como Pessoa Jurídica (PJ) para prestar serviços a empresas, eliminando o vínculo empregatício formal.

¹⁷ A meiotização, termo que se refere à transformação de trabalhadores informais em Microempreendedores Individuais (MEIs), modalidade onde o trabalhador autônomo passa a ser visto como o gestor de um serviço prestado tornando-se um microempreendedor individual, através de atividades específicas.



renda; 28% dos MEIs (1,7 milhões de pessoas) sustentam suas famílias com essa atividade e 5,4 milhões de pessoas são sustentadas por um MEI; A renda *per capita* do MEI é de R\$ 1.375,00 (um mil trezentos e setenta e cinco reais); 61% das pessoas se tornaram MEIs, porque foram atraídas pela ideia da formalidade de trabalho e de ter um registro; 25% desses pelos benefícios previdenciários; jovens entre 18 a 29 anos lideram o ranking como MEI (41%) na ideia de ter autonomia financeira, quanto menor é o IDH do município, maior o número de MEIs.

Ao contemplar este cenário importa destacar as palavras de Antunes (2018, p. 36), o empreendedorismo “não traz o prometido ganho de autonomia para o trabalhador, mas o torna mais vulnerável e desprotegido” (...) “não apenas precariza as condições materiais do trabalhador, mas afeta profundamente seu bem-estar psicológico”.

Além da desproteção social, o empreendedorismo também gera impactos subjetivos, como a instabilidade financeira e a pressão por produtividade. Em se tratando de uberização/plataformização, a constante avaliação dos clientes, dependência do trabalhador em relação às plataformas, somada à falta de garantias de estabilidade e segurança, gera altos níveis de ansiedade e depressão, criam um ambiente de trabalho estressante.

Assim, como trata Antunes (2019, p. 210) “a precarização é a expressão mais clara da lógica do capital no século XXI, que busca explorar ao máximo a força de trabalho enquanto minimiza suas responsabilidades sociais”.

Através das lentes da interseccionalidade, cabe refletir sobre os dados do Censo de 2022. Num universo de 14.567.653 pessoas, metade era de pessoas até 39 anos, 24,8% de pessoas pretas, 32,2% de pessoas brancas, porém 42,4% com raça não informada ou sem informação¹⁸; 46,4% eram de mulheres, dessas 21,2% de negras e 31,6% de brancas. Com um mercado cada vez mais informatizado, 62,4% de pessoas não têm nível superior e mais da metade dos MEIs se encontra na região sudeste, onde se encontra boa parte do polo empresarial e financeiro.

Sobre o município de Maricá/ RJ, através dos dados do site do Ministério da Fazenda, no ano de 2025 há um total de 34.014 MEIs ativos destes, 17.634 de mulheres e 16.380 de homens.

Nestes dados é importante destacar que as atividades econômicas em que as mulheres foram a maioria são naquelas atividades que são consideradas femininas; destacamos as com três com maior

¹⁸ por ser uma informação autodeclarada, as porcentagens de raça poderiam ser diferentes)



número feminino: cuidados com a beleza, como cabeleireiro, produção de alimentos e comércio de vestuário.

A PROTEÇÃO AO TRABALHADOR E A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MARICÁ - RJ

O município, na busca pelo enfrentamento da ostensiva neoliberal, contando com um contexto nacional de desregulamentação do trabalho, precarização, plataformização, pejotização e meiotização construiu estratégias, através da articulação de programas, visando a proteção social ao trabalhador e gerando reflexões sobre a necessidade, possibilidade e desafios de encontrar caminhos possíveis

Criado em 2013, pela Lei nº 2.448, o *Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá* surge com uma proposta de integrar práticas de economia solidária com estratégias de combate à pobreza, redistribuição de renda e estímulo ao desenvolvimento local sustentável, procurando combinar inovação, solidariedade e gestão eficiente de recursos naturais, em especial os royalties do petróleo, que financiam a iniciativa.

Um dos pilares fundamentais desse programa é a utilização da moeda social Mumbuca, que não só funciona como uma forma de transferência de renda, mas também como um mecanismo para estimular o comércio local e garantir que os recursos circulem dentro do município. As famílias inscritas no programa, recebiam, inicialmente, entre 130 e 300 mumbucas mensais (o equivalente em reais).

Durante a pandemia de Covid-19, os valores foram ampliados, permitindo a milhares de pessoas acesso a bens essenciais. Cabe destacar que, na busca da promoção da dignidade e bem-estar, também estimulou a economia local.

O Banco Comunitário Mumbuca desempenhou um papel crucial nesse processo, gerenciando a moeda social, oferecendo serviços de microcrédito solidário, com condições acessíveis, voltados para pequenos empreendedores.

Essas ações, além de promoverem proteção social ao empreendedor, principalmente através de transferência de renda e apoio ao trabalho dos empreendedores, também fortaleceram as empresas locais, proporcionando, até a criação de empregos e a redução do desemprego.



O Banco Mumbuca também promoveu a inclusão financeira e educação econômica, capacitando os beneficiários para administrar seus recursos e planejar o futuro.

As estratégias vão além da circulação da moeda, mas articulou programas complementares, como o PAT (Programa de Amparo ao Trabalhador), que ofereceu um auxílio financeiro de até R\$1.200, acompanhados de iniciativas de formação e capacitação profissional durante a pandemia de Covid-19 aos empreendedores MEI do município.

O PAT se transformou no PPT (Programa de Produção para o Trabalho), desenvolvido dentro da política de economia solidária implementada no município, visou atender a uma demanda emergencial de proteção financeira para trabalhadores informais e autônomos, garantindo uma rede de suporte que fosse capaz de minimizar os efeitos negativos da crise econômica e em decorrência da pandemia do Covid-19.

Lançado em 2020, no contexto de uma crise sanitária e econômica global, onde muitas atividades econômicas foram interrompidas, afetando diretamente os trabalhadores autônomos, informais e microempreendedores individuais (MEIs).

Como parte das medidas emergenciais adotadas pela Prefeitura de Maricá, o programa buscou, de forma estratégica, prover apoio financeiro e profissional a esses trabalhadores, que, devido à natureza informal do seu vínculo empregatício, estavam desprovidos de benefícios sociais e de proteção do Estado.

Foi projetado para ser uma resposta ágil e eficiente, com o objetivo de manter os trabalhadores com uma renda mínima, promovendo, ainda, sua requalificação profissional para o retorno ao mercado de trabalho após o pico da pandemia. Essa medida não só ofereceu ajuda financeira direta, mas também fortaleceu a ideia de uma economia local mais inclusiva e sustentável, alinhada com os princípios da economia solidária.

Sendo um programa voltado para Microempreendedores Individuais (MEIs) e trabalhadores autônomos cooperados, residentes e desenvolvedores das suas atividades laborais no município, o programa foi composto por dois benefícios principais: o BEP (Benefício de Estímulo à Produção), garantindo o pagamento mensal de meio salário mínimo em moeda social Mumbuca a serem utilizados no comércio local, fortalecendo a economia solidária e o mercado de Maricá; e o Cota10,



corresponde a 10% sobre o valor que o beneficiário comprovar ter faturado em suas atividades, retido até que sejam cumpridas as condições previstas na legislação para sua liberação.

Segundo dados da prefeitura, o auxílio financeiro contribuiu na redução das desigualdades sociais no município, especialmente para aqueles que não tinham acesso aos programas tradicionais de proteção ao trabalhador, como o seguro-desemprego e o auxílio emergencial federal, ou tiveram suas atividades laborais comprometidas durante o período.

Além da assistência direta, o PPT também ofereceu capacitação profissional e orientações para empreendedores, com programas voltados para o desenvolvimento de habilidades necessárias para que os trabalhadores pudessem retomar suas atividades de forma mais estruturada e competitiva após a crise. Essas medidas foram vistas como essenciais para preparar os trabalhadores para a recuperação econômica.

Com a implementação do PPT Maricá foi capaz de mitigar os impactos sociais e de renda causados pela crise sanitária, incentivando que trabalhadores informais se organizassem e cooperativas ou se formalizassem, aqueles cujas atividades produtivas elegíveis, como MEI (Microempreendedor Individual).

Sobre o cooperativismo, destaca-se a criação da Secretaria de Economia Solidária de Maricá, diante da crescente demanda por políticas públicas que incentivem a autonomia da população em situação de vulnerabilidade social, fomentando o desenvolvimento econômico de base local.

Diante do contexto nacional marcado por altas taxas de desigualdade, desemprego e informalidade no mercado de trabalho, a economia solidária se apresenta como uma alternativa eficaz para a inclusão produtiva, a geração de trabalho e a redução das desigualdades.

Destaca-se que, segundo Cecílio e De Lima (2019), a Economia Solidária ganhou força no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, como resposta à crise econômica e ao enfraquecimento das políticas tradicionais de desenvolvimento e desregulamentação/ flexibilização do trabalho.

No bojo das estratégias, que articulam um conjunto de ações, que buscam a promoção da proteção social do trabalhador no município de Maricá/ RJ, neste artigo sinalizadas de forma enxuta, com o principal destaque às que estão relacionadas ao empreendedorismo e na economia solidária, reflete um esforço para combater a pobreza de forma estrutural e promover a justiça social.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recentemente o atual governo federal (Lula 3), lançou o programa “Elas empreendem”, dentro do escopo do combate à violência de gênero, reunindo vinte e três organizações entre entidades públicas e bancos para promover o empreendedorismo feminino como instrumento de inclusão social, econômica e de desenvolvimento do País, principalmente mulheres inscritas no CADÚnico.

Numa breve e simples contextualização entre as estratégias do governo municipal e do governo federal, oriundas da mesma base político-ideológico-partidário, gera a necessidade de reflexão em alguns aspectos.

A primeira questão é a realidade posta diante dos olhos. Um dado de realidade. O fim do emprego, como o conhecemos, como sinaliza Antunes (2002). O trabalho protegido por uma proteção social (o emprego), cuja relação capital x trabalho é mediada pelo Estado, dá lugar à flexibilização do trabalho, cuja desregulamentação e retirada de direitos também são fruto da mediação do Estado a favor do mercado, faz parecer irrecuperável o tempo do trabalho protegido, dando lugar à desesperança de que a classe trabalhadora avance na defesa de direitos e proteção social.

Nesse sentido, estratégias e iniciativas que vão promover proteção social à classe trabalhadora desprotegida, submetida à informalidade e precarização, fazem sentido, porque visam atender às demandas da realidade que se apresenta, fruto do revanchismo neoliberal às conquistas da classe trabalhadora.

De certa forma fazem parecer possível, a partir de investimento social, buscar soluções de enfrentamento à desproteção da classe trabalhadora frente à ostensiva neoliberal, bastando, ao que parece, vontade política.

De outro lado cabe a crítica, e não só deste artigo, mas de muitas pessoas e movimentos sociais posicionados à esquerda de que o mesmo PT, formado pela classe trabalhadora e lutou por direitos sociais, no movimento de redemocratização do país, sendo oposição aos governos neoliberais que se apresentaram de 1988 até o início dos anos 2000, e, na assunção do poder, propôs políticas e estratégias conciliatórias das lutas de classe, fazendo aliança com partidos de centro e direita.

Behring (2006), ao elaborar um rico e profundo debate em Política Social, sendo uma referência no tema, vai falar do fracasso da esquerda no Brasil, na busca por superação da



sociabilidade capitalista, devido a se utilizar das ferramentas neoliberais, pautando suas ações, muito mais em reformas que em revolução.

Neste sentido, numa perspectiva de análise interseccional, cabe pensar no custo da desproteção e informalidade não só para a classe trabalhadora, no seu sentido amplo e generalizado, mas, ao adentrar às subjetividades que compõem essa classe trabalhadoras, identificar o custo da desproteção nas dimensões de gênero e raça, às mulheres e, em especial mulheres negras que tem suas condições de trabalho subalternizadas ao máximo possível.

De volta a Krenak (2017), com sua sabedoria que emana de outro modelo de sociabilidade, oriunda de uma sociabilidade organizada na e pela coletividade, o autor fala que é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo.

Neste sentido, de volta às estratégias do município de Maricá/ RJ para enfrentar a desproteção social do trabalhador, de certo que os princípios da Economia Solidária e o cooperativismo podem indicar os caminhos de construção de uma nova sociabilidade, mais próxima de conectar o povo brasileiro da sociabilidade próxima à dos povos originários desta terra.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo - SP: Cortez, 2002.

_____. **Capitalismo pandêmico:** o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. **O Continente do Labor:** Reflexões sobre o Mundo do Trabalho no Século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Os Sentidos do Trabalho:** Ensaio sobre a Teoria Social do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BANCO COMUNITÁRIO DE MARICÁ MUMBUCA. **Uma moeda social em circulação.** Disponível em: <https://www.bancomumbuca.org.br>. Acesso em: 13 de nov. de 2024.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES.** Brasília: MTE, 2012.



BRASIL. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 24 de abr. de 2024.

CECÍLIO, L. A.; DE LIMA, J. **Economia Solidária no Brasil**: Contribuições para o Debate e a Prática. São Paulo: Editora da USP, 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo Brasil 2021**. Goiânia: CPT Nacional, 2022.

CONJUR. **TRT-2 reconhece vínculo de entregadores e condena iFood a pagar R\$ 10 milhões**. Consultor Jurídico, 5 dez. 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-dez-05/trt-2-reconhece-vinculo-de-entregadores-e-condena-ifood-a-pagar-r-10-milhoes/>. Acesso em: 13 dez. 2024

COSTA, E. P. Economia Solidária e Políticas Públicas Emergenciais: O Caso do PAT em Maricá. **Cadernos de Economia Solidária**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 112-126, 2020.

COSTA, L. R. Políticas Públicas de Proteção ao Trabalhador no Brasil: O Caso de Maricá Durante a Pandemia. **Revista de Economia Solidária**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 121-138, 2021.

ELIAS, M.L.G.G.R. et al. Uberização: um entendimento a partir de uma revisão da literatura. **Rev. Tecnol. Soc.**, Curitiba, v. 19, n. 55, p.189-209, jan./mar., 2023. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/15505>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

FILGUEIRAS, L. A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, p. 211-229, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18490/11866>. Acesso em: 28 fev. 2025

FREIRE, A. L. Moeda social e a economia solidária: O caso de Maricá. **Revista Brasileira de Economia Solidária**. 2021.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; SILVA, Michelle Moraes de Sá e; LEOPOLDI, Maria Antonieta. Políticas públicas em contexto de retrocesso democrático e populismo reacionário: desmontes e reconfigurações. In: **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. IPEA, Brasília: DF. INCT/PPED, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11939/7/Desmonte_e_Reconfiguracao.pdf. Acesso em: 09 de set. de 2024.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988a.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020.

INSTITUTO DARCY RIBEIRO (IDR). **Boletim Informativo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: IDR, 2023. Disponível em: https://idr.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/Boletim-IDR_ed_1-compressed.pdf. Acesso em: 09 de set. de 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. São Paulo: Cortez, 2010



NOGUEIRA, Mauro Oddo; CARVALHO, Sandro Sacchet de. **Trabalho Precário e Informalidade: Desprecarizando suas Relações Conceituais e Esquemas Analíticos**. Rio de Janeiro: Ipea, 2021.

OLIVEIRA, R. A. Impactos Econômicos do Programa de Amparo ao Trabalhador de Maricá Durante a Pandemia. **Revista Brasileira de Economia e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 56-71, 2021.

PREFEITURA DE MARICÁ. **Maricá é a Cidade com Melhor Índice de Geração de Empregos do Brasil no Primeiro Semestre de 2022**. Prefeitura de Maricá-RJ: 2022. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/marica-e-a-cidade-com-melhor-indice-de-geracao-de-empregos-do-brasil-no-primeiro-semester-de-2022/>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

_____. **Moeda Social Mumbuca**. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/programa/moeda-social-mumbuca/#:~:text=Como%20funciona%3F,pela%20plataforma%20digital%20e%2Ddinheiro>. Acesso em: 12 dez. 2024.

_____. **Programa Renda Básica de Cidadania**. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/programa/renda-basica-de-cidadania/#:~:text=A%20Renda%20B%C3%A1sica%20de%20Cidadania,em%20todo%20o%20territ%C3%B3rio%20nacional>. Acesso em: 13 de nov. 2024.

_____. **Programa de Amparo ao Trabalhador**. Prefeitura de Maricá. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/programa/programa-de-amparo-ao-trabalhador/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

_____. **Banco Mumbuca e a Moeda Social**. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/programa/moeda-social-mumbuca/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

_____. **Programa de Proteção ao Trabalhador**. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/programa/programa-de-protecao-ao-trabalhador/>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

QUINTÃO, Vânia. **Teletrabalho e seus rebatimentos nas vidas das mulheres: uma reflexão interseccional**. Orientadora: Nivia Valença Barros. Dissertação de Mestrado, 126 f.. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. Niterói. 2022

_____; BARROS, Nivia Valença; REIS, Josélia. Interseccionalidade, teletrabalho e a divisão sexual do trabalho: desafios na pandemia e no pós-pandemia. In: BARROS, Nivia Valença, FACEIRA, Lobélia, REIS, Josélia Ferreira dos, BRUM, Joice da Silva (org). **Direitos Humanos, Interseccionalidade e isolamento**. Gramma: Rio de Janeiro, 2020, 1ª edição.

RIBEIRO, J. C. Economia Solidária em Tempos de Crise: O Caso de Maricá. **Caderno de Políticas Sociais**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 103-119, 2018.

SECRETARIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE MARICÁ. **Economia Solidária**. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/secretaria/economia-solidaria/>. Acesso em: 16 nov. 2024

SILVA, A. R.; OLIVEIRA, F. J. Políticas Públicas e Economia Solidária: O Caso de Maricá. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 56-71, 2020.



SILVA, C. P. A Transformação Social em Maricá: O Caso do Bolsa Mumbuca. **Revista Brasileira de Políticas Sociais**, 2022.

SILVA, F. M.; COSTA, L. J. O Programa de Amparo ao Trabalhador em Maricá: Uma Resposta à Pandemia de Covid-19. **Revista de Políticas Públicas Municipais**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 134-148, 2021.



RESISTÊNCIA COTIDIANA E REPRODUÇÃO SOCIAL: MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM LONDRINA (PR)

Eixo 2: Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual

MARIA ISABELA COSTA MOREIRA¹

ANA PATRÍCIA PIRES NALESSO²

RESUMO: Este trabalho analisa as estratégias cotidianas de resistência de mulheres chefes de família beneficiárias do Programa Bolsa Família, no território do CRAS central de Londrina (PR). A pesquisa, por ora bibliográfica, adota a perspectiva crítica para compreender como o cotidiano, espaço da reprodução social, se constitui também como campo contraditório de resistência à ordem capitalista. A partir de autoras como Federici, Kergoat, Sousa e dos aportes de Scott e José Paulo Neto, problematiza-se a divisão sexual do trabalho e a focalização da política social.

Palavras-chave: Resistência cotidiana, reprodução social, desproteção social, bolsa família, Londrina.

ABSTRACT: This paper analyzes the everyday resistance strategies of female heads of household who are beneficiaries of the Bolsa Família Program, within the territory of the central CRAS in Londrina (PR). The research, currently bibliographic, adopts a critical perspective to understand how everyday life, as a space of social reproduction, also constitutes a contradictory field of resistance to the capitalist order. Drawing on authors such as Federici, Kergoat, Sousa, and the contributions of Scott and José Paulo Netto, the study problematizes the sexual division of labor and the targeting of social policy.

Keywords: Everyday resistance, social reproduction, social insecurity, bolsa família; Londrina.

INTRODUÇÃO

As mulheres da classe trabalhadora têm protagonizado lutas históricas nos mais diversos campos: por políticas sociais, acesso à terra, moradia, saúde, educação e contra a violência de gênero. Essas lutas, frequentemente invisibilizadas pelas leituras hegemônicas da política e da história, expressam a centralidade das mulheres na organização da vida coletiva sob condições estruturais de desigualdade. Como apontam Pacheco e Dias (2022), suas

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0983884796900799>. E-mail: isabela.costam@uel.br.

² Doutorado em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina. Professora adjunta da Universidade Estadual de Londrina. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7123067548755204>. E-mail: apatriciapn@uel.br.

mobilizações estiveram presentes nos conselhos, nos movimentos sociais e nas disputas institucionais por reconhecimento e redistribuição. Contudo, a atuação política das mulheres não se limita aos espaços institucionalizados nem aos momentos espetaculares da mobilização. Para além dessas formas visíveis de enfrentamento, Federici (2020) destaca que há uma outra dimensão de resistência que se estrutura no cotidiano da reprodução da vida, onde as mulheres, especialmente nas periferias urbanas e nas comunidades rurais, enfrentam as contradições do capital a partir das práticas de cuidado, solidariedade e sobrevivência coletiva.

Essa resistência cotidiana, por vezes difusa, desorganizada ou silenciosa, materializa-se nas estratégias práticas de manutenção da vida em contextos de desproteção, sobrecarga e precariedade. Ocorre, sobretudo, entre aquelas mulheres que são historicamente empurradas para a gestão da pobreza produzida pelo próprio Estado, como é o caso das chefes de família beneficiárias do Programa Bolsa Família. Essas mulheres, majoritariamente negras, pobres e residentes em territórios marcados por ausências estruturais, são alvejadas por uma dupla injunção: de um lado, responsabilizadas pela reprodução material e simbólica da família; de outro, mantidas sob o controle de políticas focalizadas, seletivas e condicionadas, como forma de contenção da força de trabalho excedente.

É nesse território que este artigo se propõe a refletir sobre a resistência silenciosa, fragmentada e prática das mulheres pobres, particularmente das chefes de família beneficiárias do Programa Bolsa Família. A pesquisa se desenvolverá com base em estudos bibliográficos, adotando como orientação metodológica a perspectiva materialista histórico-dialética. O objetivo é compreender, pela mediação do cotidiano, de que modo essas mulheres enfrentam a precarização da vida e as formas de gestão da pobreza operadas pelas políticas assistenciais focalizadas, interpretando essas práticas não como reações espontâneas, mas como expressões de uma crítica imanente à sociabilidade capitalista.

O cotidiano, frequentemente tratado como o domínio da repetição, da monotonia e da alienação, revela, sob a ótica materialista, uma dimensão contraditória. No interior das relações sociais fundadas pela exploração capitalista, reproduzem-se tanto as condições objetivas da dominação quanto as práticas silenciosas de enfrentamento e negação da ordem estabelecida. Longe de ser apenas o espaço da mediocridade e da adaptação resignada, o cotidiano torna-se

campo de disputa, onde os sujeitos subalternizados vivenciam formas de resistência concretas, mesmo quando desprovidas de organização formal ou de enunciados programáticos. Segundo Sousa (2012), as mulheres chefes de família atendidas pelo Programa Bolsa Família, marcadas pela exclusão do mercado de trabalho formal e pela inserção precária nas políticas públicas, vivenciam uma realidade contraditória, na qual a reprodução das condições de subsistência se combina com práticas de enfrentamento cotidiano, revelando formas silenciosas de ruptura frente à ordem social imposta.

Por sua vez, José Paulo Neto (2012) contribui para situar o cotidiano como categoria crítica, ao reconhecer que é nesse plano da vida prática que a ideologia se materializa, mas também onde pode ser confrontada pela consciência. A partir das mediações estabelecidas na vida comum – trabalho, família, território, vizinhança – o sujeito pode realizar a crítica imanente da ordem social, rompendo, mesmo que de modo parcial, com os mecanismos de alienação. As práticas de resistência dessas mulheres não são apenas ações de sobrevivência: elas geram também um saber social enraizado na experiência da necessidade, um conhecimento prático que, mesmo fragmentado, tensiona a totalidade social e revela as contradições da política estatal, da divisão sexual do trabalho e da lógica de reprodução da pobreza. É na experiência vivida, contraditória e tensionada entre a necessidade e a negação, que germinam os elementos de uma crítica prática da ordem capitalista (José Paulo Neto, 2012).

Este estudo, portanto, insere-se no esforço de compreender a resistência das mulheres da classe trabalhadora não a partir de enunciações abstratas ou de modelos ideais de mobilização, mas a partir da materialidade das estratégias construídas no cotidiano da sobrevivência. No contexto da cidade de Londrina, marcado pela desigualdade estrutural e pela precarização dos direitos sociais, busca-se investigar como essas mulheres, situadas no cruzamento das determinações de classe, sexo e raça, enfrentam a reprodução cotidiana da miséria com práticas que, embora invisibilizadas, revelam uma recusa ativa à condição que lhes é imposta.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A apreensão da condição das mulheres na sociedade capitalista exige que os procedimentos metodológicos adotem uma perspectiva crítica, que não se limite à descrição empírica das desigualdades nem à análise fragmentada dos dados sociais. Trata-se de reconhecer que a realidade social, em sua totalidade contraditória, não se revela de forma imediata, exigindo do pesquisador um esforço teórico-metodológico que permita ultrapassar a aparência dos fenômenos. Parte-se do pressuposto de que as desigualdades que recaem sobre as mulheres chefes de família, especialmente aquelas inseridas nas periferias urbanas, são expressões históricas e estruturais das relações sociais de produção e reprodução, organizadas sob a lógica do capital. A análise da questão da mulher, nesse sentido, não pode ser dissociada da forma como o capital articula a divisão social e sexual do trabalho, mobilizando ideologias naturalizantes para legitimar a separação entre as esferas produtiva e reprodutiva, bem como a hierarquização dos trabalhos conforme o sexo de quem os executa.

Hirata e Kergoat (2007) propõem que a divisão sexual do trabalho seja compreendida como uma relação social estruturante, reorganizada historicamente segundo as exigências da acumulação capitalista, mas sempre assentada em dois princípios fundantes: a separação entre os espaços de trabalho e a hierarquia entre os sujeitos sociais conforme o sexo. Tal formulação impõe à pesquisa a necessidade de adotar categorias analíticas capazes de captar o entrelaçamento entre trabalho assalariado, trabalho doméstico e as formas cotidianas de mediação que viabilizam a reprodução da força de trabalho sem plena responsabilização do capital por seu custo social. O método, nesse contexto, não pode ser neutro: ele deve assumir o compromisso de desvelar os mecanismos históricos de opressão e dominação que atravessam a experiência concreta das mulheres da classe trabalhadora.

Este trabalho realiza, até o presente momento, exclusivamente uma pesquisa de natureza bibliográfica, com base em autoras e autores que discutem a categoria do cotidiano, a divisão sexual do trabalho, a desproteção social e as formas de resistência silenciosa. A escolha por iniciar a investigação com uma etapa teórica se justifica pela necessidade de construir um marco analítico rigoroso, que permita não apenas interpretar empiricamente a realidade, mas compreendê-la a partir de suas determinações históricas e estruturais. O objetivo é articular

essas formulações teóricas às estratégias concretas de resistência desenvolvidas por mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, no território do CRAS central de Londrina (PR).

A etapa empírica, prevista para o desenvolvimento futuro da pesquisa, consistirá na realização de trabalho de campo com aplicação de questionários e registro de relatos, visando captar de forma mediada como essas práticas de resistência se manifestam no cotidiano. Essa fase da pesquisa permitirá verificar a materialização das estratégias interpretadas teoricamente, fortalecendo a unidade entre teoria e prática no processo de conhecimento. O campo, portanto, não será tomado como simples espaço de validação, mas como momento necessário de aprofundamento dialético da realidade.

Nesse marco, os procedimentos metodológicos não devem restringir-se à coleta de informações sobre as condições de vida das mulheres, mas partir da premissa de que essas condições são determinadas pelas contradições estruturais do capital. A desigualdade que incide sobre as mulheres pobres não resulta de falhas ocasionais das políticas públicas, mas da própria racionalidade capitalista, que requer uma massa de força de trabalho disponível, desvalorizada e disciplinada por mecanismos de controle assistencial. Como analisa Sousa (2012), a centralidade das mulheres nas políticas de transferência de renda — como o Programa Bolsa Família — não deve ser lida como reconhecimento de seu papel social, mas como tática de deslocamento da responsabilidade do Estado para a esfera privada, convertendo o cuidado e a reprodução da vida em tarefas naturalizadas do feminino.

A abordagem metodológica deve, portanto, considerar a totalidade das relações sociais que estruturam a existência dessas mulheres, compreendendo classe, sexo e raça como determinações históricas interdependentes e inseparáveis. O método não se propõe a descrever sujeitos, mas a reconstruir as mediações objetivas que conformam suas práticas, escolhas e resistências. Ao se debruçar sobre o cotidiano, o método deve recusar tanto a romantização da resistência quanto a vitimização despolitizada da condição feminina. Como destaca José Paulo Neto (2012), o cotidiano é simultaneamente espaço de alienação e de crítica, de reprodução da ideologia dominante e de elaboração prática de resistências que, mesmo fragmentadas, confrontam a ordem social vigente. É nesse entrelaçamento contraditório que a pesquisa

buscará situar as práticas cotidianas de resistência das mulheres trabalhadoras pobres, compreendendo-as como expressões vivas da luta de classes sob a forma da sobrevivência.

A QUESTÃO DA MULHER NA LÓGICA DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL

A inserção subordinada das mulheres na divisão social do trabalho não é um dado contingente nem um resquício de tradições arcaicas, mas um componente funcional à lógica de reprodução do capital. Essa posição subordinada não decorre de uma inércia cultural, mas de determinações estruturais que operam para assegurar a reprodução ampliada da força de trabalho ao menor custo possível para o capital. A divisão sexual do trabalho, conforme propõem Hirata e Kergoat (2007), estrutura-se historicamente a partir de dois princípios fundamentais: a separação entre as esferas produtiva e reprodutiva e a hierarquização dos trabalhos conforme o sexo, estabelecendo uma naturalização ideológica que legitima a desvalorização do trabalho das mulheres. Como afirmam as autoras, “a divisão sexual do trabalho é um organizador social global que estrutura o conjunto da organização do trabalho e das relações sociais” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 597). Essa estrutura não se limita ao espaço doméstico ou ao mercado de trabalho formal, mas atravessa todas as esferas da vida social, consolidando formas de opressão que não apenas mantêm a desigualdade, mas a reproduzem de forma renovada.

Ao mesmo tempo, essa divisão se reorganiza conforme as exigências da acumulação, adaptando-se às crises e às reestruturações produtivas do capital. As transformações no mundo do trabalho, especialmente a partir da reestruturação produtiva das últimas décadas, intensificaram a informalização, a flexibilização e a responsabilização individual pela sobrevivência, ampliando a sobrecarga das mulheres. A intensificação do trabalho de cuidado, não remunerado e invisível, passou a ser uma engrenagem indispensável à sustentação da vida em meio à retração das políticas públicas e à precarização dos vínculos laborais.

Como demonstra Federici (2017), a violência exercida sobre os corpos das mulheres durante os processos de cercamento e expropriação de terras — especialmente nos séculos XVI e XVII — não foi um episódio isolado da história europeia, mas o fundamento da acumulação primitiva moderna. “A caça às bruxas serviu à reconstrução da autoridade patriarcal, reforçando

o papel das mulheres como reprodutoras da força de trabalho” (Federici, 2017, p. 138). A imposição do trabalho reprodutivo gratuito, a destruição das formas coletivas de vida e o disciplinamento dos corpos femininos foram centrais para o surgimento da sociedade capitalista. Esse processo, longe de ter se esgotado, reaparece sob novas formas nas sociedades periféricas, onde o capital continua a expropriar a força de trabalho das mulheres sem contrapartida em direitos ou remuneração, convertendo o cuidado em um trabalho obrigatório, desprovido de valor reconhecido e central à sobrevivência coletiva.

Nas formações sociais dependentes como o Brasil, a reprodução dessa lógica adquire contornos ainda mais perversos. A segmentação do mercado de trabalho, o racismo estrutural e a fragilidade dos sistemas públicos de proteção social acentuam a vulnerabilidade das mulheres negras, pobres e chefes de família. Franco e Nalesso (2024, p. 2-3), ao analisarem os efeitos das políticas de desproteção social, demonstram que a focalização dos programas sociais, em vez de promover justiça redistributiva, transferiu para as mulheres a gestão cotidiana da pobreza e da escassez. As condicionalidades impostas pelo Programa Bolsa Família e sua ênfase na figura da “mãe cuidadora” não resultaram de uma valorização do trabalho feminino, mas da tentativa do Estado em se retirar das obrigações universais, mantendo uma rede mínima de controle social através da assistência. Essa estratégia de contenção reforça a feminização da responsabilidade social, enquanto precariza ainda mais as condições de vida dessas mulheres.

Segundo o Censo 2022 do IBGE, o Brasil contabiliza cerca de 104 milhões de mulheres, o que representa 51,5% da população total. Mais da metade delas é responsável pelo domicílio em que vive. A taxa de analfabetismo entre as mulheres é significativamente inferior à dos homens, mas as mulheres negras e indígenas enfrentam maiores obstáculos de acesso e permanência na educação formal, além de concentrarem os piores indicadores de renda e proteção social. Conforme relatório da Oxfam Brasil (2024), as mulheres seguem concentrando a maior parte das tarefas domésticas e do cuidado não remunerado. Dos aproximadamente 67 milhões de trabalhadores domésticos existentes no mundo, 80% são mulheres. No Brasil, 14,5% das mulheres inseridas no mercado de trabalho estão no trabalho doméstico, enquanto essa proporção entre os homens é de apenas 1%. Esses dados revelam que o lugar social das

mulheres não é apenas marginal em relação ao trabalho formal, mas funcional à estrutura capitalista, que desloca para a esfera privada os custos da reprodução.

Essa forma de protagonismo induzido que recai sobre as mulheres beneficiárias não pode ser confundida com empoderamento. De acordo com Sousa (2012), a feminização da pobreza em tempos de crise revela o papel central das mulheres como alvo das políticas de compensação, ao mesmo tempo em que sofrem as maiores consequências da retirada de direitos sociais. O vínculo direto entre desproteção e gênero se expressa na sobrecarga de responsabilidades, no rebaixamento das condições de vida e na precarização das possibilidades de reprodução da força de trabalho. O cotidiano, nesse cenário, não é apenas espaço de sobrevivência, mas também campo de enfrentamento. A manutenção da vida, em tais condições, torna-se um ato de resistência.

A noção de resistência cotidiana, elaborada por James C. Scott (2011) e desenvolvida na historiografia por autores como Douglas Menezes de Oliveira (2023), permite captar as formas veladas e dispersas de resistência que escapam às categorias clássicas da mobilização. Nos intervalos do cotidiano — nos gestos, nas escolhas, nos silêncios e nas táticas de reorganização da vida — essas mulheres exercem práticas que tensionam os limites da dominação. Como mostra Oliveira (2023), a resistência cotidiana não é ausência de política, mas prática viva de luta de classes num terreno informal, onde a simulação da aceitação muitas vezes encobre a recusa ativa. No caso das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, essas práticas se materializam no uso tático da política assistencial, na reorganização das dinâmicas domésticas para enfrentar a escassez de renda e na articulação de formas coletivas de proteção diante da ausência estruturada de garantias por parte do Estado (Sousa, 2012; Franco e Nalesso, 2024; Scott, 2011).

A crítica gramsciana à hegemonia, retomada por Scott (2011), contribui ainda para desestabilizar a ideia de que as mulheres das classes subalternas estariam capturadas por uma falsa consciência. Pelo contrário, como mostra Federici (2017), essas mulheres constroem, a partir de suas experiências, um saber enraizado na vida concreta, uma consciência que pode não ser discursiva, mas que expressa a contradição vivida entre a função que lhes é atribuída e a

condição que lhes é imposta. A recusa não se dá necessariamente por meio da negação aberta, mas por práticas silenciosas que sabotam a ordem sem se expor ao risco direto da repressão.

Por isso, a análise da questão da mulher na sociedade capitalista exige que gênero não seja tratado como um marcador identitário, mas como uma determinação histórica das formas de exploração e dominação. Classe, sexo e raça não são camadas justapostas, mas relações sociais entrelaçadas que estruturam a posição das mulheres na lógica da reprodução social. A resistência, nesse contexto, não é um ato extraordinário, mas uma prática ordinária da vida em condições adversas, onde o cotidiano é simultaneamente o campo da dominação e da crítica (Sousa, 2012; Scott, 2011; Neto, 2012).

O COTIDIANO COMO ESPAÇO DE REPETIÇÃO E RESISTÊNCIA

A análise do cotidiano no interior da sociabilidade capitalista exige que se reconheça sua duplicidade estrutural. Como aponta José Paulo Neto (2012), “a vida cotidiana [...] é, ao mesmo tempo, a esfera da reprodução da sociabilidade alienada e da possibilidade de sua crítica imanente” (p. 89). Essa ambiguidade permite compreender por que, por um lado, o cotidiano é o espaço onde se reproduzem, com aparência de normalidade, as relações sociais fundadas na exploração do trabalho, na divisão sexual e racial do trabalho e na negação sistemática dos direitos sociais. Por outro lado, é nesse mesmo cotidiano, tomado como lugar da repetição e da adaptação, que se gestam práticas de recusa, tensões silenciosas e formas fragmentadas de resistência. A mesmice, portanto, não é ausência de conflito, mas expressão aparente da dominação, sob a qual operam dinâmicas contraditórias que revelam a luta de classes em sua dimensão difusa e dispersa.

José Paulo Neto (2012) problematiza o cotidiano como categoria crítica e recusa sua redução à banalidade da vida ordinária. Para ele, o cotidiano é a forma social pela qual a ideologia dominante se realiza de maneira concreta, silenciosa e persistente, capturando os sujeitos por meio da reprodução automatizada das práticas, dos valores e das crenças da ordem burguesa. “É no cotidiano que a ideologia dominante constrói suas formas mais acabadas de reprodução social, pois é nele que ela se encarna como evidência, como ‘naturalidade’ do existente, como hábito e como crença” (NETO, 2012, p. 93). Mas é também no cotidiano que

a experiência vivida da necessidade, da contradição e do sofrimento social pode romper a aparente estabilidade da ideologia e abrir caminho à crítica imanente. Não se trata de um espontaneísmo cego, mas do reconhecimento de que a consciência social não se forma fora das mediações concretas, e sim por meio do tensionamento prático entre o que se vive e o que se impõe como normal.

James C. Scott (2011), ao destacar as formas cotidianas de resistência, contribui para esse entendimento ao mostrar que a submissão aparente das classes subalternas não implica aceitação real. Nas entrelinhas da rotina, nos comportamentos ambíguos, nos silêncios e na simulação, as populações dominadas exercem uma política do dissenso não formalizado, mas material. A resistência se apresenta, assim, como ação fragmentada, mas concreta, muitas vezes velada sob o verniz da obediência. O cotidiano deixa de ser mero espaço de reprodução e passa a ser palco de práticas que, embora desprovidas de enunciação programática, questionam a legitimidade da ordem dominante.

Douglas de Oliveira (2023), ao aplicar essa concepção à historiografia das lutas populares, reforça que a resistência cotidiana não deve ser interpretada como um ensaio da rebelião futura, mas como forma própria de luta, que opera dentro dos limites impostos pela dominação, sem com isso deixar de negá-la. A recusa se inscreve na prática, mesmo que silenciosa, e carrega em si o potencial de desestabilizar a normalidade da exploração. Essa perspectiva é fundamental para compreender a vida cotidiana das mulheres pobres, sobretudo das chefes de família beneficiárias do Bolsa Família, em contextos urbanos periféricos como o de Londrina. A rotina marcada pela escassez, pela sobrecarga de trabalho, pela ausência de serviços públicos e pela responsabilização unilateral pela sobrevivência da família parece, à primeira vista, um espaço de resignação. Mas é exatamente nesse cotidiano exaustivo e invisibilizado que essas mulheres reorganizam práticas, constroem redes de solidariedade, negociam com o Estado, burlam condicionalidades e utilizam os poucos recursos disponíveis como instrumentos de autonomia relativa.

O cotidiano, então, é o terreno onde a dominação se torna administrável e, ao mesmo tempo, vulnerável. A repetição, longe de ser mecânica, é tensionada por escolhas forçadas, estratégias improvisadas e saberes acumulados na experiência da precariedade. As práticas de

resistência não assumem a forma do embate direto, mas do desvio, da recusa parcial, da invenção de caminhos possíveis para além da norma imposta. Ao assumir o cotidiano como campo de investigação, não se trata de romantizar a vida ordinária, tampouco de reduzir a resistência à esfera privada ou individualizada. Trata-se de reconhecer que a luta de classes também se desenrola nos intervalos da rotina, nas brechas abertas pelas contradições da sociabilidade capitalista, especialmente quando esta impõe às mulheres da classe trabalhadora a tarefa de gerir a miséria produzida estruturalmente pelo capital e legitimada pelas políticas assistenciais focalizadas. Como sintetiza José Paulo Neto (2012), “o cotidiano deve ser compreendido como uma forma social contraditória, onde a reprodução da dominação e a sua negação coexistem de modo tenso e desigual” (p. 92).

Essa dimensão da resistência cotidiana torna-se ainda mais significativa quando articulada às formas de sociabilidade que emergem nos territórios periféricos. A vizinhança, a creche pública, a unidade de saúde, o grupo de mães, a igreja ou a ocupação urbana não são espaços neutros. São também campos onde se exercem formas de resistência prática, fundadas em laços concretos e em estratégias de sobrevivência coletiva que escapam aos mecanismos burocráticos do Estado e às exigências disciplinares do capital. A rotina, portanto, é mais do que repetição: é síntese de conflito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho teve como base uma pesquisa bibliográfica voltada à compreensão das estratégias cotidianas de resistência das mulheres chefes de família beneficiárias do Programa Bolsa Família, com recorte no território atendido pelo CRAS central de Londrina. Partimos do entendimento de que a política social, em sua forma focalizada e assistencializada, estrutura-se como instrumento de gestão da força de trabalho excedente e de regulação das contradições sociais produzidas pela sociabilidade capitalista. Neste processo, as mulheres pobres são interpeladas como gestoras da pobreza familiar, não por protagonismo emancipatório, mas como desdobramento da divisão sexual do trabalho e da responsabilização privada pela reprodução da vida.

A partir das formulações de James C. Scott (2011) sobre as formas cotidianas de resistência, compreendemos que a ausência de mobilização aberta, de confrontos espetaculares ou de discursos revolucionários não significa passividade nem consentimento. Pelo contrário, nas práticas cotidianas marcadas pela informalidade e pela invisibilidade — como o uso estratégico da assistência social, a reorganização do trabalho doméstico para assegurar a subsistência, a ocupação informal de espaços e a mobilização em redes comunitárias — essas mulheres estabelecem limites à expropriação de sua força de trabalho e à negação de seus direitos. Essa resistência difusa, que opera no limiar entre a submissão aparente e a negação tácita, é expressão viva da luta de classes em sua forma dispersa (Scott, 2011).

O cotidiano dessas mulheres, frequentemente invisibilizado pela análise política convencional, constitui um terreno contraditório onde se articulam formas práticas de enfrentamento à escassez, à desproteção e à precarização das condições de existência. Como demonstram os autores mobilizados, essas práticas, mesmo quando desprovidas de institucionalidade ou formalização discursiva, configuram modalidades de resistência enraizadas na experiência vivida da necessidade. Ao reorganizarem rotinas, negociarem com os dispositivos da assistência social e construírem redes de solidariedade, essas mulheres exercem uma crítica prática à ordem vigente, negando, no plano da vida cotidiana, a naturalização da desigualdade.

A intenção é articular o arcabouço crítico aqui sistematizado, possibilitando a apreensão da resistência cotidiana como prática social situada historicamente. O aprofundamento empírico permitirá verificar como essas práticas se materializam na realidade local, de que forma tensionam os limites da política pública e em que medida expressam a luta de classes em sua dimensão fragmentada.

Ao assumir o cotidiano como objeto de análise e as mulheres da classe trabalhadora como sujeito histórico, reafirmamos que a resistência não se reduz aos momentos espetaculares de ruptura, mas se expressa também nos gestos mínimos e persistentes de enfrentamento à dominação. A pesquisa que ora se inicia pretende contribuir, nesse sentido, para uma crítica radical da política social, que não se detenha nas aparências institucionais, mas que revele suas determinações estruturais e seus limites históricos no contexto da desigualdade brasileira.

REFERÊNCIAS

ÁLVARO, M. C. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. 410 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 34, p. 103–122, 2020.

FRANCO, Bruna Cardoso; NALESSO, Ana Patrícia Pires. **Quem a desproteção impacta**: desigualdade social em Londrina – PR, uma análise a partir dos indicadores do Cadastro Único. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2024. Trabalho de Iniciação Científica

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, set./dez. 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua**: outras formas de trabalho 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em 14 de mar. de 2025.

NETO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano, conhecimento e crítica**. 10. Edição – São Paulo: Cortez, 2012

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. As contribuições da noção de resistência cotidiana para a historiografia da luta camponesa. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 28, p. 1–16, 2023.

OXFAM BRASIL. **Mulheres contra a desigualdade**. São Paulo: Oxfam Brasil, 2024. Disponível em: <https://materiais.oxfam.org.br/mulheres-contra-as-desigualdades>. Acesso em 14 de mar. de 2025.

PACHECO, Eliane Martins; DIAS, Miriam Thais Guterres. A luta das mulheres por políticas sociais: avanços e retrocessos. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 145–164, jan./jun. 2022.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 217–243, jan./jul. 2011.

SOUSA, Roberta Menezes de. Feminização da pobreza em tempos de crise capitalista e assistencialização da questão social. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 10., 2012, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2012.

O TRABALHO DE CUIDADO NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA

Eixo 2: Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual

FERNANDA ANGÉLICA ALBUQUERQUE DA SILVA¹

RESUMO: O presente artigo trata da transfiguração do trabalho de cuidado na sociabilidade burguesa evidenciando a responsabilização feminina no ato de cuidar. Apresenta-se brevemente as mudanças históricas ocorridas na dimensão do trabalho – assalariado e não remunerado – articulando sobre a desigual divisão sexual do trabalho fundamentada nos princípios do patriarcado-capitalismo.

Palavras-chave: Cuidado, capitalismo, feminização do cuidado, desigualdade de gênero.

ABSTRACT: This article deals with the transfiguration of care work in bourgeois sociability, highlighting female responsibility in the act of caring. The historical changes that occurred in the dimension of work – salaried and unpaid – are briefly presented, articulating the unequal sexual division of work based on the principles of patriarchy-capitalism.

Keywords: Care, capitalism, feminization of care, gender inequality.

INTRODUÇÃO

Este artigo originou-se da compilação da primeira sessão da minha monografia apresentada para titulação de especialista em direitos humanos, gênero e sexualidade, onde tratei da forma como a transfiguração do trabalho de cuidado na sociedade de classes agudizou a desigualdade de gênero numa perspectiva histórico-crítica. Traz-se aqui sobre como a cadeia do cuidado é caracterizada na sociedade vigente e como os papéis sociais de gênero atribui às mulheres as funções do cuidar. Nesse texto buscarei apresentar a historicidade das relações de produção e reprodução da vida social, o modus operandi do sistema capitalista e sua relação com a opressão/exploração das mulheres.

Esses fatores foram centrais para a discussão deste artigo que a partir da análise ontológica do cuidado, buscou-se determinações sociais que evidenciam a desigualdade de gênero sob os princípios do patriarcado que, somado ao capitalismo, mais precisamente no seu segundo estágio,

¹ Mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E-mail: fealbuquerque20@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1490082118685719>.



fragmentou a classe operária em dois sexos tornando o processo de proletarianização diferente entre homens e mulheres.

Sabemos que o cuidado é essencialmente necessário para todos os seres humanos. Em todas as fases da vida precisamos das tarefas domésticas bem como a provisão do cuidado para manter-nos vivos. Entretanto, há certos momentos ou situações que se exige mais tempo dedicado a essas atividades. A infância, a velhice, a condição de deficiência ou enfermos demandam um significativo tempo de empenho no cuidar, até mesmo, integralmente. Esse trabalho reprodutivo é majoritariamente exercido pelas mulheres, sendo elas as principais referências nos cuidados de familiares. O que atribui a responsabilidade do cuidar ser inerente à população feminina são as determinações históricas baseadas no patriarcado-capitalismo. Embora esse papel ao longo da história estivesse a cargo exclusivo das mulheres nas diferentes formas de sociedade, foi a partir do século XVIII, com a virada radical da nova organização social que instituiu o sistema capitalista de produção fundado na propriedade privada e expropriação dos meios de produção, que o trabalho reprodutivo foi desvalorizado e marginalizado.

Assim, o texto discorre sobre as mudanças ocorridas na sociedade do mercado e suas implicações relacionadas ao trabalho de cuidado não remunerado. Para tal, a categoria trabalho é apresentado em duas dimensões: o produtivo e o reprodutivo. Nesse sentido, serão referenciadas discussões de autores sob a perspectiva materialista-histórica para compor a análise teórica.

TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO

O trabalho é o eixo fundamental para a produção e reprodução da sociabilidade humana. É através dele que se transforma a natureza e o próprio ser humano, atendendo as necessidades de sua existência. Portanto, o humano é o único ser que detém capacidade teleológica capaz de idealizar e projetar uma determinada ideia a fim de intervir na realidade para transformá-la. Diante disso, “se rompe com o padrão imediato das atividades puramente naturais, estruturando uma atividade prático-social” (Barroco, 2009, p. 4).

O sistema metabólico do capitalismo que separou as esferas da produção e reprodução social bem como o trabalho assalariado e o trabalho não remunerado, modificou os modos de vivência humana historicamente. Essas duas dimensões do trabalho constitui o conjunto de atividades

fundamentais para a própria reprodução da vida. Ou seja, é a partir delas concomitantemente que alcançamos a satisfação das necessidades humanas.

Entretanto, o trabalho doméstico e de cuidado é invisível na sociedade, como também, não é reconhecido como um trabalho. Por sua vez, o capitalismo se apropria dessa força de trabalho não remunerada para dar sustentação ao sistema e continuidade na acumulação da riqueza socialmente produzida. Diante disso, entendemos que esse trabalho é baseado na exploração sobre o aspecto do gênero, no qual se nega o salário. Como cita Tithi Bhattacharya (2019, p. 105) “as mulheres providenciam o suporte principal do capitalismo fora do local de trabalho através de seu trabalho não remunerado”, educar os filhos, a manutenção da casa, cuidar dos pais idosos, o cuidado da família, são tarefas essenciais para a reprodução da vida e da sociedade.

De fato, essas categorias só foram consideradas a partir dos estudos de gênero através da sociologia do trabalho e pelas contribuições das pesquisadoras feministas no século XX que denunciaram as desigualdades sobre o gênero no âmbito do trabalho e contribuíram com seus estudos para a formação de base teórica que discutem essa área das ciências humanas e sociais. A categoria trabalho - produtivo e reprodutivo - e suas implicações nas relações sociais de sexo na atualidade é uma problemática que abrange diversas dimensões da vida social desde a instituição familiar ao macro *Sociedade/Estado* e denotam o conflito entre o trabalho e as responsabilidades familiares.

Na introdução a crítica da economia política, Marx se debruça em analisar o modo de produção capitalista partindo da mercadoria sob dois fatores: valor de uso e de troca. Marx afirma que a mercadoria, para além de um objeto externo, é criada para satisfazer as necessidades humanas, consequentemente, faz dela um valor de uso. Entretanto, “uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor [...] Quem por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria [...]” (MARX, 2013, p. 100). Segundo Marx (2013, p. 101), para uma determinada coisa se tornar mercadoria, é preciso que o produto do seu trabalho seja transferido para o outro por meio da troca, e assim, servi-lo como valor de uso.

Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor [...] quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social. O camponês medieval produzia a talha para o senhor feudal, o dízimo para o padre, mas nem por isso a talha ou o dízimo se tornavam mercadorias. Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso. Por último, nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso.



Se ela é inútil, também o é o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor (Marx, 2013, p. 100).

Dessa forma, o trabalho de cuidado, analisado de acordo com os pressupostos da teoria social crítica de Marx, tem valor de uso, mas não é uma mercadoria. No entanto, esse tipo de trabalho é fundamental para a produção e reprodução da sociedade. Os serviços realizados no âmbito privado são essenciais para a manutenção da vida, atendendo as demandas especificamente humanas que garantem o bem-estar, além de prestar todo o apoio para a classe trabalhadora que vende sua mão de obra para o mercado. Para que o trabalhador esteja em condições de prestar seus serviços laborais, alguém precisa realizar o trabalho “secundário”, cuidar dos filhos, dos idosos, de pessoas dependentes, preparar o alimento, lavar as roupas, arrumar a casa, etc. Em última instância, trabalhadores apenas existem e estão aptos a ingressarem no mercado de trabalho porque, antes, mulheres o conceberam, gestaram e pariram a partir de seu próprio corpo vivo.

A dinâmica do cuidado é, portanto, atividade crucial para a subsistência humana e base de sustentação da reprodução social. Esse papel ao longo da história esteve a cargo exclusivo das mulheres nas diferentes formas de sociedade. Fazendo um movimento histórico, na era do feudalismo, as mulheres exerciam o ofício de cultivo junto aos seus filhos nas terras comunais dos feudos e eram delas a responsabilidade de garantir subsídios para o sustento familiar assim como da sociedade. Dessa maneira, seu trabalho era de grande relevância para a comunidade. Como cita Federici (2004, p. 53):

Na aldeia feudal não existia uma separação social entre produção de bens e a reprodução da força de trabalho: todo trabalho contribuía para o sustento familiar. As mulheres trabalhavam nos campos além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho.

Além disso, Heleieth Saffioti (2015) defende que nas sociedades de caça e coleta as atividades atribuídas aos homens e as mulheres não eram hierarquizadas, ambas possuíam importância para a subsistência humana. Ademais, nesse tipo de sociedade as mulheres eram responsáveis por mais de 60% da provisão de insumos alimentícios para o grupo haja vista que a atividade de caça não era confiável, podendo o grupo de homens voltar sem nenhuma proteína animal, enquanto a coleta de raízes, frutos e folhas realizada pelas mulheres era certa. Para tanto, a divisão



sexual do trabalho nas sociedades de caça e coleta não se dava pela característica física do homem como ser de força, houve sociedades em que as mulheres caçavam, inclusive grávidas. Logo, existe uma hipótese que justifica a tal divisão sexual do trabalho nesse tipo de sociedade:

Como não havia Nestlé, era obrigatório o aleitamento do bebê ao seio. Desta sorte, o trabalho feminino era realizado com a mulher carregando seu bebê amarrado ao peito ou às costas. Os bebês eram, assim, aleitados facilmente toda vez que sentissem fome. Como bebê não fala, sua maneira de expressar suas necessidades é o choro. [...] Presuma-se que às mulheres fosse atribuída à tarefa da caça. O menor sussurro do bebê espantaria o animal destinado à morte e as caçadoras voltariam, invariavelmente, para seu grupo, sem nenhum alimento. Já as plantas, desde as raízes, passando pelas folhas e chegando aos frutos, permanecem imperturbáveis ouvindo o choro das crianças (Saffioti, 2015, p. 64).

A partir do século XVIII, com a virada radical da nova organização social que instituiu o sistema capitalista de produção fundado pela propriedade privada e expropriação dos meios de produção, o trabalho reprodutivo foi desvalorizado e marginalizado. O processo de assalariamento estruturou a divisão social e sexual do trabalho, colocando o trabalho reprodutivo no lugar de subalternidade, insegurança e de exclusão social descaracterizando-o como um tipo de trabalho.

Essa hierarquia sexual apresenta-se como a forma de “manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora” (Federici, 2019, p. 42). O trabalho doméstico e de cuidado além de ser transformado como atributo natural das mulheres foi subsumido a descaracterização enquanto relação de trabalho. Essa estratégia foi utilizada para que a imensa carga de trabalho não remunerada fosse justificada, se fosse considerada como atividade natural da vida e o “dom divino da mulher” não seria necessário discutir as contradições desse tipo de organização social, nem mesmo intervir nas múltiplas formas de desproteção social.

Nas obras de Silvia Federici, o trabalho doméstico e de cuidados é tratado como o “patriarcado do salário”. De acordo com a autora, o trabalho reprodutivo que as mulheres desempenham para o capital, não resulta necessariamente em um contracheque e nem termina nos portões da fábrica. A grande jornada de trabalho doméstico, embora não resulte em salário, gera o produto mais valioso do mercado capitalista: a força de trabalho. Os serviços realizados no âmbito do lar vão além da limpeza da casa. É cuidar de crianças – futura mão de obra –, e dos trabalhadores

– geradores de lucro ao capital com a força de trabalho. Portanto, é um trabalho fundamental que atende às demandas necessárias para a manutenção do capitalismo (Federici, 2021).

Federici (2019) nos alerta que o trabalho executado em casa é parte da produção capitalista e, portanto, as donas de casa fazem parte da classe trabalhadora. Ora, se na organização capitalista o trabalhador vende a sua força de trabalho em troca de salário, e por este é reconhecido como trabalhador na forma de contrato social, às mulheres, deve-se o pagamento de salário para a execução do trabalho doméstico e reconhecimento destas como trabalhadoras.

Diferente do que foi designado o trabalho doméstico – como atributo natural da mulher em sua psique e personalidades femininas –, o capitalismo estrategicamente dispensou às mulheres este trabalho manipulando-o como a essência de um trabalho por amor, do chamado divino às mães e esposas no sustento das tarefas domésticas e no cuidado familiar. Portanto, a organização da família é um fator importante no desenvolvimento do capitalismo

É importante destacar que, a dicotomia de papéis entre os sexos são produto de construções sociais que reforçam as relações de poder e contribuem para o acirramento sobre a desigualdade de gênero. Assim como afirma Kergoat (2009, p. 2) “essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher)”. Contudo, compreendemos o trabalho como base da própria vida social, sendo, portanto, indissociáveis haja vista que possuem caráter político, seja em atividades de produção de bens ou serviços, seja em atividades de reprodução e manutenção da vida.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO SOB A ÉGIDE DO PATRIARCADO

As relações de trabalho no mundo moderno imbricadas pela desigualdade não são a-históricas nem *a-sociais*, na verdade, é o conjunto das expressões da questão social que integra a realidade histórica e contraditória da sociabilidade burguesa.

De fato, o grande marco que movimentou as peças para a divisão sexual do trabalho foi a separação geográfica entre o trabalho industrial e o lar. Antes, a família do campo era o núcleo da produção e reprodução de suas vidas e das suas necessidades básicas. O trabalho doméstico e de cuidados bem como o trabalho da colheita, do plantio e da produção de insumos eram igualmente



importantes para a sobrevivência de seus membros. Com o advento do modo de produção capitalista, separou-se a casa do trabalho, transformando em trabalho produtivo e reprodutivo. Contudo, tornam-se proletários apenas os que vendem a sua força de trabalho ao capital, alterando radicalmente o sentido do trabalho doméstico, transfigurando-o como um “não-trabalho”.

Assim, a organização do trabalho do capital surge desde a sua gênese de maneira desigual entre homens e mulheres, pois coloca o trabalho reprodutivo na posição de subordinação ao trabalho produtivo que gera valor. Nesse sentido, o patriarcado é evocado de forma ideológica para organizar o papel social entre os sexos e suas atribuições. Logo, para a expansão do capitalismo, era preciso também organizar a esfera privada, ou seja, a família.

Essa mudança no modo de produção que atinge também a família moderna, influenciada pelos princípios patriarcais, legitimaram a divisão sexual do trabalho reafirmando o espaço privado – âmbito doméstico, como condição natural das mulheres, atribuindo-as à realização de atividades essencialmente reprodutoras.

Não obstante, conforme a necessidade de expandir o capital, as mulheres são convocadas a trabalhar nas indústrias em determinadas ocupações cumprindo certos tipos de trabalho considerados femininos como fonte de mão de obra barata. Portanto, a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal acontece em desvantagem aos homens, uma vez que acumulariam o trabalho precário no âmbito institucional e o trabalho doméstico, dando base para o capitalismo extrair o máximo de trabalho excedente (Silva, 2022).

Sendo assim, desde a gênese do modo de produção capitalista, as mulheres vêm sofrendo dificuldades de inserção como também de manter-se no trabalho produtivo uma vez que a organização da unidade produção-reprodução social se consubstancia pela lógica patriarcal. Desse modo

Os trabalhadores proletarizam-se. Quanto às mulheres, parte sofre o mesmo processo de proletarização, conjugando a jornada fora do lar com a jornada doméstica; a outra parte transforma-se em dona de casa, ou seja, é confinada aos afazeres domésticos, prestando serviços no domínio da reprodução e alijada da esfera da produção (Saffioti, 2013, p. 107).

Embora tenha-se separado geograficamente o local de trabalho e a residência na sociedade capitalista, cabe salientar que a reprodução dos seres humanos é composta concomitantemente por uma dupla dimensão: material e social. Os seres sociais exercem atividades de produção puramente materiais de modo que satisfaçam as necessidades humanas com os meios de subsistência, assim



como, realizam atividades de reprodução, essas atreladas ao cuidado e manutenção da própria vida. A questão é que na lógica economicista, o trabalho só é considerado na sua forma de atividade assalariada e profissional, enquanto a grande massa do trabalho reprodutivo (doméstico e de cuidados no âmbito familiar) é apagada brutalmente do modo de produção e equivocadamente desconsiderado nas relações sociais (Silva, 2022).

Nessas circunstâncias, a divisão sexual do trabalho está na base da dominação/subordinação entre os sexos e coloca o fenômeno da reprodução como subordinado a produção. Isso implica desigualdade nos espaços de trabalho como também na dinâmica familiar. Em relação ao trabalho monetário, no Brasil de 1872, os dados do primeiro recenseamento indicavam que as mulheres representavam 45,5% da força de trabalho efetiva da nação, sendo 33% desse total de mulheres que estavam no setor de serviços domésticos:

Da totalidade das pessoas empregadas neste setor, as mulheres representavam nada menos que 81,2%. É preciso considerar que a estrutura da economia brasileira de então, por ser muito pouco diferenciada, concentrava os maiores contingentes, quer masculinos, quer femininos, na agricultura, vindo, em seguida, os serviços domésticos para as mulheres. Dentre os homens, 68,0% eram lavradores que, somados aos criadores de gado perfaziam 81,2% da população masculina trabalhadora. A população economicamente ativa (PEA) feminina estava assim constituída: 35,0% de empregadas na agricultura, 33,0% de ocupadas em serviço doméstico em lar alheio, 20,0% de costureiras por conta própria, 5,3% de empregadas nas indústrias de tecido e 6,7% de mulheres ocupadas em outras atividades. (Saffioti, 1985, p. 112).

Cabe assinalar que, esses dados são de um país ainda sob a forma de produção escravocrata/latifundiária em transição aos padrões exigidos pelo sistema capitalista mundial sob o quesito da mão de obra livre, aspecto primordial para o desenvolvimento da sociedade de mercado. Os 350 anos de utilização da mão de obra escrava foi determinante para a economia brasileira durante o período do capitalismo comercial até se tornar uma barreira para a ampliação do mercado e a comercialização dos produtos internacionalmente.

As alterações nas relações de trabalho ao longo do século XX revelam também alterações da presença da mão de obra feminina no mercado de trabalho. Na medida em que a industrialização cresce no país, sobretudo, no setor têxtil, o maior contingente ocupado nas atividades de produção era constituído, na maioria por mulheres, exercendo seus ofícios em moldes mais artesanais se comparado as linhas de produção mais modernas que conhecemos hoje. Essa característica das fábricas de tecido é elemento fundamental para compreender a composição da força de trabalho neste



setor e a preferência na contratação de mulheres para o cargo, “dos 137.033 trabalhadores de indústrias têxteis, nada menos que 131.886, ou sejam, 96,2% eram mulheres” (Saffioti, 1985, p. 112).

Não obstante, o desenvolvimento tecnológico das indústrias no primeiro surto industrial do Brasil (Saffioti, 1985), no período da Primeira Guerra Mundial, foi acompanhado de mudanças no quadro de trabalhadores. “Se em 1900 as trabalhadoras compareciam com 91,3% dos efetivos empregados no setor secundário das atividades econômicas, esta proporção cai para 33,7% em 1920” (Saffioti, 1985, p. 113), quando se diferencia as formas de produção tecnológica para atender as demandas do mercado internacional, prejudicadas pela Primeira Guerra Mundial.

Essa grande queda da participação das mulheres nas atividades industriais repercute claramente a condição de subordinação da figura da mulher ao homem. Quando as forças produtivas deixaram, de um certo modo, de necessitar da mão de obra feminina para o exercício de atividades específicas, automaticamente, seus postos de trabalho são substituídos pela população masculina. O que cabe dizer que, o processo de subordinação reproduzido pelos princípios patriarcais, não está relacionado apenas na esfera da reprodução, mas também na da produção.

Na verdade, estruturava-se como uma engenharia social a família proletária com o objetivo de atender as demandas do capital. O trabalho doméstico e os cuidados com as pessoas dependentes poderiam gerar uma crise e distúrbios sociais, além da preocupação dos próprios trabalhadores e maridos de que suas mulheres se emancipassem colocando em risco a estrutura da família, nesse sentido, as mulheres seriam mais proveitosas no ambiente doméstico realizando o trabalho não remunerado atendendo aos trabalhadores e ao próprio capital (Federici, 2019).

De acordo com Federici (2019, p. 162):

Sobrecarregados, desnutridos, vivendo em bairros pobres e apinhados, os trabalhadores e trabalhadoras das cidades industriais de Lancashire tinham a vida tolhida e faleciam precocemente. Em Manchester e Liverpool, nos anos 1860, podiam ter uma expectativa de vida de menos de trinta anos. A mortalidade infantil também era descontrolada e, nesse caso, ainda se alegava que a negligência e a falta de afeto maternos eram as principais causas. Fiscais de fábricas, entretanto, reconheceram que, estando ausentes de casa a maior parte do dia, as trabalhadoras não tinham opção exceto deixar os bebês com alguma menina mais nova ou uma mulher mais velha que os alimentava com pão e água e lhes dava fartas doses de Godfrey's Cordial, um apiato popular, para acalmá-los.

Diante disso, o discurso da mulher-mãe-dona-de-casa é fortemente defendido pelas instituições, o governo, inclusive pelos trabalhadores, que temiam que a família fosse destruída pelo



tempo em que as mulheres ficavam fora de casa vendendo sua força de trabalho, argumentando que o lugar delas era em casa.

Durante a Primeira Guerra Mundial na Europa, houve a defesa do “salário familiar” ou “salário de subsistência”, que nada mais era do que a subordinação da mulher ao homem no âmbito do trabalho por meio da imposição de poder masculino pela via do salário. O objetivo principal era que os trabalhadores ganhassem o suficiente para sustentar a família, deixando a cargo das mulheres toda a massa de trabalho doméstico não remunerado.

Além disso, a legislação da época dizia que as trabalhadoras casadas não tinham domínio sobre os seus salários, não eram seres sociais portadores de direitos e, portanto, não existiam relações contratuais, ficando essas a cargo do marido. Apenas com a aprovação da Lei do Regime de Bens no Casamento (Marriage Property), em 1870, que esse sistema chegou ao fim. Nesse sentido, a expulsão das mulheres das fábricas na Europa se deu pelos conflitos salariais dos próprios trabalhadores e pela exigência em assumir o trabalho doméstico:

[...]a oposição dos trabalhadores do sexo masculino à presença de mulheres nas fábricas se intensificou depois da introdução de um sistema de salários individuais que deu as mulheres o controle sobre sua renda [...] Os sindicatos também defenderam os “princípios do patriarcado”, se mobilizando a fim de aprovar uma legislação protetiva e apoiando a demanda dos trabalhadores do sexo masculino por um “salário familiar” que lhes permitisse sustentar sua esposa que supostamente não trabalhasse [...] O “modelo homem provedor” foi um argumento agregador das organizações da classe trabalhadora” (Federici, 2019, p. 143).

Segundo Rocha-Coutinho (1994), as mulheres brasileiras - casadas ou solteiras - até o final do século XIX trabalhavam quase que exclusivamente em casa, como força de trabalho gratuita nos negócios da família. Os empregos fora do espaço doméstico que eram abertos às mulheres, ainda assim com restrições, eram no âmbito da educação de crianças, enfermagem e o serviço doméstico, ou seja, atividades na área da reprodução e do cuidado.

Contudo, com a industrialização crescente do século XIX houve um aumento da demanda de trabalho nas fábricas, e assim as mulheres das famílias de baixa renda foram gradualmente recebendo permissão para trabalhar nesses espaços a fim de se autossustentarem, e até mesmo, contribuir para o sustento do grupo familiar.

No início do século XX, as mulheres solteiras começaram a preencher funções no comércio, como vendedoras, e nos escritórios, como secretárias, expandindo também sua participação no ensino



e nas fábricas. Um inquérito do Departamento Nacional do Trabalho em 1931 afirmava que “resulta por maneira evidente a importância econômica das atividades femininas, tanto na indústria quanto no comércio”. De acordo com Rocha-Coutinho (1994, p. 94), neste documento a qualidade das mulheres era o fato delas serem “mais dóceis, mais pacientes, mais dedicadas ao serviço; não têm aspirações ou são mais modestas nas mesmas”, sendo apontadas como um fator positivo no mercado de trabalho.

No entanto, a herança das responsabilidades com o trabalho reprodutivo manteve-se presente mesmo com a maior participação das mulheres no mercado de trabalho formal. O cuidado com os filhos, os enfermos, os idosos; a manutenção da casa como limpar, arrumar e cozinhar se somaram as atribuições do trabalho fora de casa. Dessa forma, a fonte de renda feminina brasileira passou a ser reconhecida apenas como um complemento da renda familiar dando ênfase aos interesses do Estado na sua industrialização, e assim, “a mão-de-obra feminina se colocava como exército industrial de reserva, acionado sempre que necessário, aos interesses do Estado” (Rocha-Coutinho, 1994, p. 95). De acordo com a autora

[...] a política de Estado com relação à mulher foi sempre bastante contraditória; de um lado reforçava sua permanência no lar a fim de garantir a tarefa reprodutiva e, de outro, guardava-a como exército industrial de reserva, a fim de que pudesse lançar mão de seu trabalho sempre que necessário aos interesses da Nação (Rocha-Coutinho, 1994, p. 95).

O velho discurso da mulher frágil e dócil, necessitada da tutela do homem perante à sociedade, defendido e reproduzido por séculos, não influenciou a organização popular feminina, pelo contrário, fomentou a organização do movimento feminista que denuncia até os dias atuais as opressões e defende a ampliação dos direitos civis, sociais e políticos das mulheres.

Embora tenham sofrido constantemente na história o apagamento de suas lutas no âmbito do trabalho formal e informal, as mulheres jamais deixaram de reivindicar seus direitos, inclusive sendo protagonistas de grandes greves operárias.

Santos (2015) ressalta que, em 1901, na Fábrica de Tecidos Sant’Anna localizada no Rio de Janeiro, houve uma das primeiras greves com grande destaque às mulheres na sua participação. Os motivos foram a deliberada tentativa de diminuição de salários, as multas e os maus-tratos nos locais de trabalho. Nas décadas seguintes, as mulheres continuaram reivindicando seus direitos nos movimentos trabalhistas, sobretudo as tecelãs e costureiras, realizando diversas greves nas fábricas de São Paulo e no Rio de Janeiro.



Embora as mulheres tenham conquistado seus direitos sociais, civis e políticos no âmbito jurídico-legal, com destaque para a Constituição Federal de 1988 que traz em seu Capítulo I os direitos e deveres individuais e coletivos, a compreensão de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade e determinando que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações -, na prática, a igualdade tem sido inalcançada e a desigualdade é característica marcada da vida social. Esse tem sido o grande problema que o movimento feminista vem denunciando.

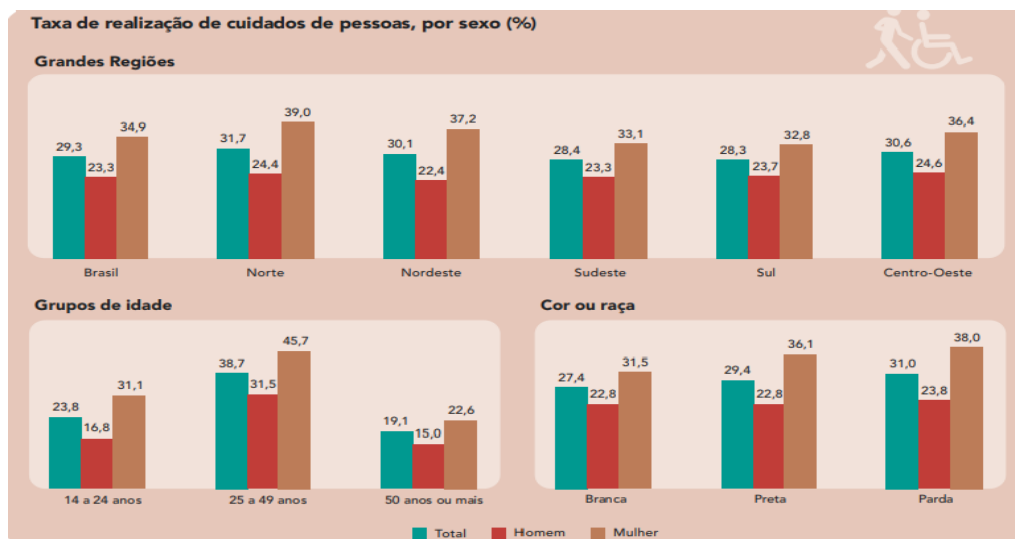
Nos tempos modernos, o trabalho é categoria central dos indivíduos, fundamental para suprir as necessidades humanas na reprodução da vida em sociedade. Por ser um elemento primordial nas relações humanas, é importante compreendê-lo como uma categoria heterogênea; relembrando o clássico estudo de Lobo (2021): “a classe operária tem dois sexos”. Assim, o trabalho remunerado e o não remunerado (doméstico e de cuidados) torna-se uma relação de conflito na sociedade capitalista moderna.

O relatório da Oxfam (2023) mostra que 65% das horas trabalhadas semanalmente das mulheres não são remuneradas e nem incluídas no PIB, “do número total de horas trabalhadas semanalmente em todo o mundo, 45% são em trabalho de cuidado não remunerado” (Oxfam, 2023, p. 2).

Segundo o IBGE (2021), as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas contra 11,0 horas) no ano de 2019. Em 2022, a PNADc na sua 5ª edição, registrou 50,8 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade que realizaram atividades de cuidado² de moradores do domicílio ou de parentes não moradores, que correspondeu a 29,3%, 4 p.p, abaixo da estimada para 2019 (33,3%).

Gráfico 1. Taxa de realização de cuidados de pessoas, por sexo (%)

² Cuidado de pessoas. O trabalho em cuidado de moradores do domicílio ou de parentes não moradores é investigado com base em seis conjuntos de atividades que a pessoa entrevistada deve responder se realiza ou não: auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir); auxiliar nas atividades educacionais; ler; jogar ou brincar; monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio; transportar ou acompanhar para a escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas; e outras tarefas de cuidado (IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022, p. 4).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022.

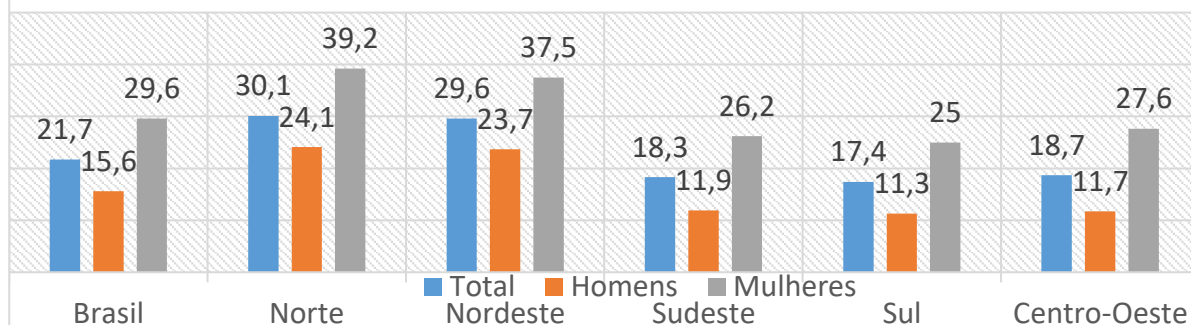
Nota: Taxa de realização de cuidados é a proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade que realizam cuidado de moradores do domicílio ou de parentes não moradores, no total de pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Nessa medida, a desigualdade do tempo destinado aos cuidados das famílias tende a impactar ainda mais a vida laboral das mulheres. Esse determinante faz com que elas procurem outras formas de trabalho remunerado devido à pobreza do tempo e consequentemente, tendo como resultado a diminuição do nível de renda bem como o não acesso aos direitos trabalhistas em virtude da fragilidade do vínculo empregatício. O gráfico 2 mostra a proporção de pessoas ocupadas em trabalho parcial, cerca de 1/3 das mulheres estavam ocupadas em trabalho parcial – até 30 horas -, quase o dobro do verificado entre os homens (15,6). Certamente, este fenômeno fortalece a naturalização e a superexploração das mulheres no trabalho, no seu sentido mais amplo, dando continuidade à permanência delas nas camadas mais vulneráveis da sociedade na tentativa de acesso a uma renda precária.

Gráfico 1. Proporção de ocupados em trabalho por tempo parcial, na semana de referência (%)



Grandes Regiões



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Ainda no que se refere à cadeia do cuidado, estima-se que “mulheres e meninas de todo o mundo dedicam 12,5 bilhões de horas todos os dias a este tipo de trabalho, gerando uma contribuição de pelo menos 10,8 trilhões de dólares por ano à economia global” (Oxfam, 2020). Segundo o relatório da Oxfam Brasil, *Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade*, as mulheres são majoritariamente as responsáveis pelos cuidados, possuem pouca oferta em serviços de apoio a essas demandas gerando graves impactos sociais. De acordo com o estudo, se fosse implementado um novo modelo de tributação progressiva e taxassem 0,5% sobre a riqueza do 1% mais rico nos próximos 10 anos, seria possível criar 117 milhões de empregos em saúde, educação, assistência aos idosos, entre outros relativos ao cuidado.

Esses resultados alertam para o grande nível de contribuição do trabalho de cuidado para a economia e para a reprodução da força de trabalho, que move a economia. Espera-se que a inauguração da Política Nacional de Cuidados no Brasil, seja possível uma uniformização das demandas que envolvem os cuidados em conjunto com as outras políticas públicas. Desse modo, temos grandes aliadas para esta nova política que é a Política de Educação, em termo jurídico-legal, sua formulação é universal e gratuita, ou seja, atende tanto aos direitos das crianças no acesso à educação pública, como um direito da(o) trabalhadora(o) que conta com as creches e escolas na educação e cuidado dos filhos; a Política de Assistência Social, que tem como um de seus objetivos e diretrizes a centralidade na família para concepção e implementação de serviços, benefícios, programas e projetos, como também, assegura a convivência familiar e comunitária; e a Política de



Saúde, através do Sistema Único de Saúde proporciona o cuidado com a saúde de forma biopsicossocial.

Portanto, a ampliação das vagas em creches e escolas integrais de qualidade, a criação de empregos de cuidadores para os serviços de assistência à saúde, programas e projetos da cultura, do esporte e do lazer são estratégias que contribuem no provimento do trabalho de cuidado para a Política Pública de Cuidados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo pretendeu-se contribuir no debate presente na Economia Feminista que trata do trabalho em sua dupla dimensão – remunerado e não remunerado – se contrapondo a definição da economia neoclássica que considera apenas a economia de mercado. Com esse entendimento percebemos que a tensão acerca das relações sociais de sexo bem como os conflitos apresentados na contemporaneidade entre trabalho e responsabilidades familiar, exigem um novo olhar sobre o trabalho reprodutivo. Nesse sentido, o objetivo desse texto é problematizar o trabalho doméstico e de cuidado exercido majoritariamente pelas mulheres de forma gratuita em seus lares.

Afirmar o cuidado como constitutivo da categoria trabalho é reconhecer que esse pertence a dimensão do trabalho “invisível” presente nas relações sociais. O dispêndio de tempo, dedicação e responsabilidades a que as mulheres são cobradas cotidianamente reforça a relação de trabalho em sua dimensão reprodutiva. Nesse sentido, o trabalho doméstico e de cuidados é base de sustentação do modo de produção capitalista, de modo que através dele, tais atividades dão conta das necessidades humanas e assim, cria-se condições para a classe trabalhadora executar suas funções no mercado.

É nessa perspectiva que buscamos evidenciar uma expressão da desigualdade social baseada no gênero. Embora atualmente as mulheres tenham um alcance maior no mercado de trabalho, existe uma desigual divisão do trabalho reprodutivo. Assim, as mulheres vivem o desafio de conciliar a vida profissional com as responsabilidades familiares, e outras, sem a possibilidade de conciliar, renunciam a vida pública ao trabalho doméstico. Nesse sentido, é preciso criar mecanismos que possibilitem o reconhecimento do valor das tarefas domésticas e de cuidados nos indicadores econômicos.



A nova Política Nacional de Cuidados lançada em dezembro de 2024 no Brasil, e também, o Plano Nacional de Cuidados que estabelecerá as ações, metas e indicadores serão base para o novo trato dos cuidados, garantido como um direito social. O objetivo dessa política pública será atender as diversas formas de cuidar, formulando uma ampla rede de cuidados para a população e estabelecendo o cuidado em três vertentes: o direito a cuidar, ser cuidado e o autocuidado.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Fundamentos éticos do serviço social** In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais- Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8QQ0Gyz6x815V3u07yLJ.pdf>. Acesso em 27 de fev. de 2025.

BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social?** Revista Outubro, n. 32, 2019. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf. Acesso em 27 de mai. de 2025.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. Vol.1; tradução: Heci Regina Candiani. Editora Boitempo, 2019.

_____. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**; tradução: Coletivo Sycorax, São Paulo, 2004.

HIRATA, Helena et. al. Dicionário Crítico do Feminismo. In: KERGOAT, Danièle. **Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e Pesquisas – Informação demográfica e socioeconômica, n. 38, 2 Ed., 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 20 de mai. de 2025.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital; tradução Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

Oxfam Brasil. **Alternativas Radicais ao PIB**. Documento informativo da Oxfam, agosto de 2023.

Oxfam Brasil. **Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. Documento informativo da Oxfam, janeiro de 2020.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: A mulher brasileira nas relações familiares**. Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. Editora Expressão Popular. 2 ed. São Paulo, 2015.



_____. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Editora Expressão Popular. 1 ed. São Paulo, 2013.

_____. **Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras***. Perspectivas, São Paulo, p. 95-141, 1985.

SANTOS, Raquel. Nascem as rosas dentre os espinhos: a participação da mulher no movimento operário no Brasil e na Argentina. Uberlândia, MG, **Caderno Espaço Feminino**, v.28, n.1, Jan./Jun., 2015.

SILVA, Fernanda. **A metamorfose do trabalho de cuidado: contribuições para um debate político.** Monografia (Especialização em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/ Fiocruz. Rio de Janeiro, 2022.

INTERSEÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A TEORIA DO ARMÁRIO SOBRE VIVÊNCIAS DE SEXUALIDADE DIVERSA

MOISÉS OLIVEIRA COSTA¹

RÔMULO JÚNIOR CARDOSO OLIVEIRA²

RESUMO: A presença do armário da sexualidade na vida cotidiana de pessoas LGBTQIA+ faz com que exista uma possibilidade de dano em qualquer interação, especialmente aquelas que envolvam a prestação de serviços de inclusão social. Nesse sentido, buscamos explorar as possibilidades de interação entre a Teoria do armário e a atuação de assistentes sociais, por intermédio de uma análise qualitativa de pesquisas bibliográficas e documental. Como considerações foi possível destacar que os princípios direcionadores do Serviço Social e os órgãos de fiscalização são aspectos extremamente relevantes na garantia de mitigação dos efeitos danosos dos armários.

Palavras-chaves: Armário, serviço social, LGBTQIA+, instituições.

ABSTRACT: The presence of the sexuality closet in the daily lives of LGBTQIA+ people makes it possible to harm any interaction, especially those involving the provision of social inclusion services. In this sense, we seek to explore the possibilities of interaction between the Closet Theory and the performance of social workers, through a qualitative analysis of bibliographic and documentary research. As considerations, it was possible to highlight that the guiding principles of Social Work and inspection bodies are extremely relevant aspects in ensuring mitigation of the harmful effects of lockers.

Keywords: closet, social work; LGBTQIA+, institutions.

INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, em que se destaca a necessidade de artifícios para o acesso à justiça e políticas públicas por pessoas LGBTQIA+, a legislação, os programas governamentais e os sistemas de segurança pública evidenciam a dificuldade que ainda existe frente à diversidade sexual e de gênero, que se manifestam como parte da questão social. Nesse sentido, torna-se necessária a busca constante por alternativas práticas e/ou acadêmicas de compreensão dos problemas envolvendo esses tópicos. Portanto, o objetivo deste trabalho é discorrer sobre as possibilidades de interação da teoria

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Bolsista CAPES. E-mail: moisesoliveiracostaa@gmail.com; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9218805090177515>.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Bolsista FAPEMIG. E-mail: romulojroliveira@gmail.com; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8295662787160340>.



do armário, de forma ensaiada e com base nos estudos de Eve Sedgwick e nas produções científicas referentes à atuação do Serviço Social e a interação geral com sexualidade e identidade de gênero.

Parte da definição da profissão do assistente social por Yamamoto (2006) é a de que estes profissionais representam uma mudança constante, com a capacidade de se adaptar às alterações que acontecem na sociedade contemporânea. Nesse sentido, é possível notar a indissociabilidade do serviço com a atualização das demandas que compõem o corpo social. Além disso, da presença nos campos de movimentos sociais, constantemente vistos como alvos de ideologias opostas aos princípios constitucionais e que acentuam os confrontos de classes presente na questão social (Duriguetto; Baldi, 2012).

Ao pensar nesta profissão e em diversas outras que se debruçam sobre a sociedade e seus componentes cabe destacar a paralelidade que possuem em relação às relações e identidade sociais, que, por sua vez, estão em constante movimento e alteração. Estudos sobre reconhecimento social e capitalismo, como em Fraser (2024) defendem noções de que novas compreensões sobre os fenômenos são necessárias, especialmente os que envolvem mercado, capital e identidade dos sujeitos. Ou ainda outras exposições que auxiliam na compreensão de que “Os interesses de determinados grupos sociais discriminados e oprimidos são também interesses dos assistentes sociais, pois seu fazer profissional o agravamento da questão social é uma preocupação constante” (Marcelino, 2010, p. 107).

Demandas de pessoas *queer*, referentes à comunidade LGBTQIA+ (composta por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais e outros), representam novas faces carentes de atenção e serviços especializados para atender demandas que mitiguem a vulnerabilidade que lhe afeta. E profissionais como assistentes sociais desempenham e podem desempenhar papéis importantíssimos nos avanços frente a uma compreensão ampla de sexualidade, e por consequência, luta por direitos e reconhecimento.

Para que seja possível expor as tentativas de interseção das áreas propostas, este artigo foi dividido em três partes, quais sejam: esta introdução; uma seção de desenvolvimento em que apresentamos os referenciais do armário, a profissão do assistente social e as interações desses temas; e, por fim, uma seção de considerações, que arremata a discussão criticamente.



DESENVOLVIMENTO

Iniciamos a nossa discussão apresentando os referenciais do armário, com fonte inicial na obra *Epistemology of the Closet* (1990) de Eve Sedgwick, que trata sobre a ferramenta do armário como um dispositivo de controle da sexualidade (em termos foucaultianos), e sobre o impacto que possui nas relações, na formação de binarismos, e na interação de pessoas de sexualidade diversa com o corpo social. A Teoria do armário pode ser considerada uma vertente das conhecidas Teorias *Queer*, cujo estudo se estende por diversas temáticas relacionadas à sexualidade, ao gênero e à identidade, com o estabelecimento de uma posição de crítica e rompimento com padrões outrora firmados sobre esses temas.

A principal expoente teórica é a crítica literária Eve Kosofsky Sedgwick, com um trabalho vasto que questionou posições binárias presentes no corpo social e que geram consequências na vida cotidiana e nas relações dos sujeitos com as instituições (jurídicas, assistenciais, familiares, entre outras) em decorrência da identidade sexual que lhes era inerente (Garcia, 2017).

O uso dos estudos dos armários se expande constantemente dado ao seu caráter plural de análises teóricas, literárias, institucionais e relacionais. Como destaque, pode-se considerar as recentes observações feitas por Freire-Medeiros e Name (2019) sobre o direito à cidade e a constituição de uma “epistemologia da laje” para se tratar do acesso a serviços e moradia digna para indivíduos em regiões periféricas. Em outra vertente, tem-se as análises específicas de sexualidade em instituições e o peso do ‘olhar do outro’ sobre o exercício da identidade – como o que se propõe.

Enquanto de forma mais específica nas produções em Serviço Social, destacamos trabalhos sobre os efeitos de ocultação e revelação observados na família como um “mundo de relações” (Soliva; Silva Júnior, 2014), e na formação de assistentes sociais no nível de Ensino Superior nos cursos de graduação (Barros; Nunes, 2023), em que se evidenciam lacunas importantes a serem observadas, dentre outras diversas outras publicações científicas que unem Teorias *Queer* com Serviço Social, especialmente de caráter internacional. Dessa maneira, já podemos observar a presença de um ponto de partida para que essa interseção seja possível, visto que a Teoria do armário pode ser considerada como parte constituinte das ‘*Queer*’. Entretanto, não foram identificadas tentativas de relacionar essas áreas específicas, dessa maneira, o debate apenas se inicia aqui.



Uma produção tímida se mostrou relevante para a feitura desses escritos, qual seja um Editorial de uma das edições da Revista *Social Work*, que questiona onde o serviço social deve estar na revolução social que envolve grupos historicamente oprimidos, e utiliza dos referenciais da Epistemologia do armário para “chamar à luta” (Hartman, 1993). Entretanto, o posicionamento da autora na década de 1990, apesar de progressista, compreende a necessidade de se livrar do armário, mas não de vê-lo como estratégia protetiva de pessoas LGBTQIA+. Com isso, é possível identificar que a aproximação entre as áreas em voga já foi iniciada em outro momento, mas que pode se beneficiar de novas perspectivas contemporâneas.

Um outro trabalho que trata sobre o armário, com os referenciais de Sedgwick (1990) é o de Souza (2023) sobre o corpo lésbico em relação com a pedagogia e a formação profissional no serviço social. Trata-se de um posicionamento corporal e comportamental como uma dificuldade pessoal, mas como uma ameaça intencional à hegemonia, que está no ato de colocar um corpo dissidente dentro da academia – algo que pode ser valioso para a formação profissional (Souza, 2023; Barros; Nunes, 2023). É como descreve:

Sair do contraditório armário, embora representasse aparentemente o risco de rejeição, injúria e violência - riscos dos quais na verdade o armário não nos isenta - também significou para mim a resistência e a transgressão necessária à uma prática da liberdade na vida e na academia. Compreendo, portanto, que esse posicionamento de me assumir como uma mulher lésbica em sala de aula seja um posicionamento político, um ato contra-hegemônico de resistir às estratégias de controle dos sistemas normativos de gênero e sexualidade, presentes fora e dentro da universidade (Souza, 2023, p. 66).

O conceito de “armário” pode ser mais bem compreendido por intermédio do jargão popular “sair do armário”, que remete à atividade de um indivíduo de se assumir como algo, revelar uma parte da sua vivência sexual que outrora esteve oculta ao meio em que se encontra. Entretanto, o que Sedgwick (1990) propõe é que os armários não estão presentes apenas nas vidas de pessoas LGBTQIA+, mas se expandem em relação a outros tipos de marcadores, inclusive aqueles que atravessam vivência heterossexuais e cisgênero. Sendo assim, existe uma multiplicidade de armários que podem se manifestar de diversas formas, comportamentos e subjetividades. O que os diferencia na vida de pessoas heterossexuais e não-heterossexuais é o potencial de dano que possuem na vida destes.

É o que destaca a autora:



(...) as pessoas encontram novos muros surgindo ao seu redor, mesmo enquanto dormem: cada encontro com uma nova classe de alunos, para não falar de um novo chefe, assistente social, agente de crédito, proprietário, médico, ergue novos armários cujas leis carregadas e características da ótica e da física exigem, pelo menos dos gays, novas pesquisas, novos cálculos, novos rascunhos e requisições de sigilo ou divulgação. Mesmo uma pessoa gay assumida lida diariamente com interlocutores sobre os quais ela não sabe se eles sabem ou não; É igualmente difícil adivinhar para qualquer interlocutor se, se soubesse, o conhecimento pareceria muito importante. Nem - no nível mais básico - é inexplicável que alguém que queria um emprego, custódia ou direitos de visita, seguro, proteção contra violência, de "terapia", de estereótipo distorcido, de escrutínio insultuoso, de simples insulto, de interpretação forçada de seu produto corporal, pudesse deliberadamente escolher permanecer ou reentrar no armário em alguns ou todos os segmentos de sua vida. O armário gay não é uma característica apenas da vida dos gays. Mas para muitos gays ainda é a característica fundamental da vida social; e pode haver poucos gays, por mais corajosos e francos que sejam, por mais afortunados que sejam no apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário ainda não é uma presença modeladora (Sedgwick, 1990, p. 68).

Em outras palavras, em todas as interações e relações pode existir um armário, entretanto o que nos interessa é o da sexualidade e da identidade de gênero, que, conforme dito anteriormente, representam uma possibilidade de prejuízo pela existência de um “segredo aberto”. Considerando esta definição e a variabilidade de armários (visíveis, invisíveis, identificáveis, não identificáveis) e sujeitos (gays, lésbicas, trans e outros), pode-se notar que existe também uma multiplicidade de maneiras com que as relações possam ser prejudiciais. Detenhamos-nos naquelas que mais concernem a atuação de assistentes sociais.

Tendo como pressuposta a necessidade de áreas de envolvimento social aplicado como o Serviço Social, o Direito, e a Administração, tem-se como princípio de que estes envolvem como instâncias paralelas à sociedade, ou seja, devem se movimentar constantemente para atender as demandas que sobrevierem ao corpo social. A tratativa da sexualidade não é distante da tratativa geral dessas disciplinas, no entanto requer diferenciação para que as particularidades inerentes não sejam ignoradas. Dessa maneira, há uma identificação com a atuação profissional do/da assistente social que compreende criticamente a realidade em que se insere e auxilia na sua alteração (Iamamoto, 2006).

Na observação do Serviço Social, é importante utilizar os próprios instrumentos de regulamentação da profissão para relacioná-la com outras abordagens, como a da Teoria do armário. Nesse sentido, destaco alguns princípios fundamentais presentes no Código de Ética do/da Assistente Social (Lei 8.662/1993), quais sejam:



- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; (...)
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1993).

Outro momento de aproximação à diversidade está na Resolução 489/2006 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que “Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional” (CFESS, 2006). Destacamos a presença de deveres e direcionamentos para denúncias e aplicação de sanções, mas além disso, ressaltamos o art. 2º, em que se expressa “(...) da necessidade do respeito dos indivíduos *decidirem* sobre a sua sexualidade e afetividade” (grifo nosso).

A inclusão da “*decisão*” do sujeito como um ponto a ser observado pelo assistente social contempla de maneira bastante específica um dos argumentos referentes aos armários. A possibilidade de escolher um momento para se assumir ou não deve ser uma faculdade do sujeito, tendo em vista a possibilidade de sofrer algum prejuízo na sua esfera privada, ou até mesmo público, pela exposição de uma determinada expressão sexual.

Em paralelo, o que se preza com a valorização da decisão e do direito do sujeito de se autodeterminar, vai de encontro com a luta da categoria contra o conservadorismo presente nos mais diversos âmbitos da sociedade (Souza, 2023).

Pensar em armários não remete apenas à necessidade subjetiva e psicológica de reconhecimentos dos sujeitos. Esta ideologia permissiva de que a dissidência sexual, qualquer que seja, deve ser livre e exposta em *outdoors*, livros e mídias, mas não na cama é um dos pilares que sustentam o capitalismo vigente, e as consequentes desigualdades. A circulação livre do erotismo *diferente* nas instituições heterossexuais (esporte, polícia, política) preocupa e desestabiliza o conceito de “liberal” que acompanha o Estado (Mieli, 2023).

Um questionamento que pode ser levantado é referente a como identificar esse dano em potencial, e, mais especificamente, como percebê-lo na tratativa de políticas públicas e na atuação profissional de um assistente social. Não há de se falar de um roteiro único que possa ser seguido na



interpretação dessa pergunta, porém, existem alguns aspectos do desempenho de agentes em instituições sociais e públicas que podem ser mitigados ou extintos a fim de que se possa aperfeiçoar a tratativa humana digna.

Há algumas “pistas” sobre como proceder no próprio processo de formação, e no Código de Ética Profissional, que mobilizam uma preocupação pela garantia de um bem-estar social, e que deve ser expandido para a transversalidade com os tópicos que envolvem gênero, sexualidade e raça, tanto para o currículo quanto para as capacitações profissionais (Souza, 2023). Além disso, cabe iniciar o debate sobre o que se trata um *segredo aberto*, conceito de Sedgwick (1990), em contato com a construção de um pensamento “(...) que compreenda gênero e sexualidade fora da perspectiva normativa e capaz de desestabilizar certezas, para que possam, estudantes e profissionais, viver suas múltiplas identidades com autonomia (...)” (Souza, 2023, p. 68).

O *segredo aberto*, que existe nesse momento de não-identificação pelo sujeito e tentativa de nomeação pelo outro, representa uma lacuna que pode ser preenchida e interpretada de diversas maneiras sob a perspectiva alheia, ou seja, caso eu não assuma verbal e fisicamente determinada sexualidade ou gênero, ela poderá ser atribuída a mim sem que haja qualquer confirmação ou consentimento. Este ato é o que conhecemos, popularmente, como *gaydar* (Neves Júnior, 2022).

Sob um olhar superficial esse segredo aberto pode ser interpretado apenas como uma parte da vivência cotidiana e sem maiores efeitos, entretanto, como mencionado anteriormente, o potencial de dano se torna significativo quando advindo de profissionais. Marcelino (2010), expõe como as vivências sexuais não-heterossexuais era tratadas por um viés patológico, e levava ao silenciamento, e como exemplo, Rocon (2023) cita as reproduções preconceituosas de normas hegemônicas na prestação de serviços de saúde, ou em outros, como o desrespeito ao nome social de pessoas trans e a negação de atendimento.

Primeiramente, é importante destacar a vulnerabilidade de pessoas *queer* no sistema socioeconômico atual, especialmente no que concerne ao acesso à justiça, serviços públicos e exercício seguro da sexualidade. As incidências prejudiciais sobre sexualidade e gênero nos espaços socioambientais em que os assistentes sociais estão inseridos podem se manifestar de diversas maneiras, como preconceito e negação de atendimento, profissionais não capacitados, lógica binária de gênero, tratamento inapropriado, entre outros (Da Silva, 2022). Dessa maneira, retornamos ao que

explanam Barros e Nunes (2023) e Silva (2023), de que a formação acadêmica de uma base teórico-metodológica é essencial para ir além da compreensão estereotípica ou popular das identidades LGBTQIA+. Em paralelo, e inclusive em contato com o posicionamento do corpo de uma professora como instrumento metodológico e didático (Silva, 2023), há a necessidade que Iamamoto (2006) defende de interação com os movimentos sociais.

O exercício de atividades envolvendo discriminação contra pessoas LGBTQIA+, ou a mera presença desses indivíduos nas demandas da profissão, requerem um duplo trabalho a ser realizado: primeiro, solucionar a questão imediata, e depois, romper com o conservadorismo relacionado ao tema (Menezes; Silva, 2017). Entretanto, compreendemos que é necessário superar esse duplo passo de operacionalização para que a atividade seja simultânea. Ou seja, atender a demanda imediata sob uma vertente contrária ao conservadorismo discriminatória.

Isto porque há uma grande quantidade de variáveis que podem influenciar em um atendimento ou na interpretação de uma situação. Até mesmo dentro do próprio exercício da profissão há diverso espaços e funções que podem ser desempenhadas por um graduado em Serviço Social, como cargos de gestão, análise crítica ou intervenção, por exemplo. Trata-se de um desafio, mas é importante manter a análise deste problema que é “(...) tão fundante da “questão social” quanto as diferenças entre as classes, considerando ainda que a questão social não é apenas o acirramento das diferenças entre classes, mas além disso a resistência e organização consciente da classe oprimida” (Peixoto, 2023, p. 48).

Como destaca Da Silva (2022), é evidente que o trabalho e o estudo de assistentes sociais são voltados para a classe trabalhadora, mas é importante ter a compreensão de que esta classe não é única. De outra maneira, esquecer desse fato dificulta a promoção de um atendimento qualificado, de forma que o entendimento da homofobia se torna ontológico, e não como um fenômeno que existe para além da mera violência contra homossexuais.

As possibilidades de intervenção profissional das/dos assistentes sociais no enfrentamento à violência homofóbica são várias, mas também limitadas, e dependem do perfil do profissional, de suas ideias e colocação ético política, bem como das condições de trabalho para a intervenção. As/os assistentes sociais detêm competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para lidarem com as diversas questões apresentadas pela população LGBTQIA+, entretanto, é preciso que estejam atentas/os às especificidades apresentadas por esses sujeitos (Da Silva, 2022, p. 50).



Paradoxalmente, a competência e as habilidades dos profissionais são colocadas em confronto com a própria lógica estatal, sendo que o Estado é o maior empregador de assistentes sociais (Da Silva, 2022), e visto que também é um dos maiores produtores de ferramentas de disciplina e controle dos corpos e comportamentos. Isto se dá por intermédio de instituição, órgãos, profissionais, discursos, simbolismos e outras diversas maneiras que se adequam à contemporaneidade e às expressões sexuais.

É nesse sentido que o armário pode ser observado por uma de suas categorias, o sistema de duplas amarras. Este sistema, chamado por Sedgwick (1990) de *double binding system* remete aos argumentos contrários, dúbios, ou situações estruturadas e adequadas aos espaços e que são dadas as pessoas de sexualidade e identidade de gênero diversas quando procuram auxílio estatal. É comum que ocorra no sistema jurídico ou na segurança pública, mas não é exclusivo destes.

Este sistema, então, pode ser reproduzido por diversos profissionais, e a cada atitude, discurso ou comportamento hegemônico que se reforça sem criticidade, uma nova dificuldade frente a um armário se cria. Desta maneira:

O Serviço Social é apenas uma profissão no meio de tantas outras que atuam com as demandas de LGBT e que estão diretamente ligados ao processo de atenção a situações de violência, a exemplo da homofobia. Contudo, sua singularidade não fragiliza a necessidade de combater todas as formas de preconceitos e discriminações. Se cultivarmos o respeito, a liberdade, a emancipação e a autonomia como valores humanos que devem ser enfatizados na atividade profissional, este debate e esta forma de atuação se expandirá para as demais profissões, sendo possível viabilizar mais direitos para todos os sujeitos sociais, inclusive a população LGBT (Menezes; Silva, 2017, p. 127).

Em uma ótica de poder, as estruturas componentes da sociedade fazem com que gênero e sexualidade sejam interpretados por discursos com vieses ideológicos específicos, sejam eles políticos, religiosos ou específicos de categorias profissionais. Entretanto, um dos efeitos práticos de não se reconhecer a transitoriedade das identidades sexuais nas intervenções demandadas aos assistentes implica na negação do caráter cultural e histórico da categorização dos corpos, comportamentos e vivências, e de outra maneira, uma afirmação de normas que não permitem a mudança do social (Souza, 2023). Ou seja, ampliam-se desigualdades e perpetuam a lógica de um



espaço que pode ditar quem está dentro e fora da norma, e quem pode ou não acessar serviços, direitos, e/ou ter uma vida segura.

A um nível político, podemos inserir o termo de “capitalismo canibal” como um sistema que devora a democracia e outros direitos, proposto por Fraser (2024), que sugere que o próprio conceito de capital requer revisão, e além deste, o da “contraproposta” socialista. Em termos contemporâneos, a autora ressalta a necessidade de se revisar o que pode e deve ser compreendido como uma alternativa para os malefícios causados pelo capital. Neste processo, é necessário que se reconheça devidamente a questão socioeconômica, mas também a complexidade de problemáticas que a atravessam para que seja efetiva a discussão.

Como uma das principais características que se pode identificar de um sistema de duplas amarras (Sedgwick, 1990) seria a constante imposição de barreiras argumentativas ou políticas impeditivas de mudança. Em outras palavras, ainda que o Serviço Social (ou outra área) busque efetivamente revolucionar a forma de lidar com pessoas *queer*, surgirão dificuldades constantes para que o processo de mudança não se inicie, não se perpetue, e que se finde. Com isso, é essencial que elementos pré-existent sejam valorizados, como é o caso do Código de Ética e as formações críticas e teóricas dos cursos de graduação. Da mesma forma:

A realização de um processo revolucionário carece tanto de um processo de tomada de consciência de classe, quanto compreender que esse processo urge no cotidiano e este, por sua vez, é marcado por bicha preta, travesti sapatona, quilombola, indígena e demais identidades que estejam no front contra a devastação do meio ambiente, do capitalismo predatório de vidas, do racismo e o heterocispatriarcado (Peixoto, 2023, p. 49).

Nesse mesmo sentido, novas formas de se fazer política devem estar impregnadas na formação e no trabalho dos assistentes sociais, como destaca Iamamoto (2006). É evidente que este deve ser um trabalho crítico e que auxilie na redução do “(...) fosso entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais” (p. 5). Afinal, dissociar a vivência segura da sexualidade e do gênero dos fenômenos econômicos pode ser extremamente contraproducente.

Ainda nessa vertente, é importante considerar que, apesar de uma formação voltada para interpretação crítica e perspectiva sociológicos dos fenômenos, o próprio movimento do cotidiano e do corpo social podem influenciar na atuação prática dos profissionais. E é por isso que o domínio

teórico, metodológico e até mesmo conhecimento legislativo e regimental são ferramentas de alta relevância para que se possa observar a realidade com criticidade e criatividade, “isto é o que caracteriza o movimento dialético entre a teoria e a prática” (Peixoto, 2023, p. 48).

No editorial da revista *Social Work* citado anteriormente, Hartman (1993) já manifestava algumas reflexões que servem como guias para uma atuação melhor dentro das instituições de serviços sociais e fora dela, sendo que os assistentes sociais devem sempre estar em posição de questionamento quanto a esses temas e refletir se: alguém da equipe já se assumiu, como foi a experiência, se não assumiu, qual o motivo, como agir se acontecer, como a instituição (qualquer que seja) lida com práticas antidiscriminatórias, qual a dimensão da sexualidade e identidade de gênero na vida dos assistidos e nas demandas que apresentam, entre outros. Ademais, a própria formação guiada pela compreensão de uma existência binária de noções de público e privado, homem e mulher, heterossexual e homossexual (Sedgwick, 1990) devem ser criticadas nos cursos de Serviço Social, não como meras siglas a serem compreendidas, mas como requisitos essenciais de atuação sobre questões do corpo social (Hartman, 1993; Barros; Nunes, 2024).

O benefício geral que se pretende com essa perquirição por uma possibilidade de interação entre Serviço Social e Teoria do armário é refletir sobre a ideia de que o assistente social pode reproduzir um armário prejudicial ou desrespeitar o âmbito privado de um indivíduo, mesmo que de maneira involuntária. Além disso, refletir sobre como a atuação de assistentes sociais munidos de saber teórico e metodológico social podem contribuir na oferta de serviços inclusivos e construção de espaços seguros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o exposto, a atuação do Serviço Social e dos seus respectivos profissionais tem uma importância de alto nível para o aprofundamento das discussões críticas que envolvem os temas de sexualidade, especialmente algo tão sensível como o “armário”. A aproximação da área com temas de diversidade e diferença representam um dos campos mais prolíficos e bem alinhados, bem como constituem uma das vertentes de luta acadêmica. Entretanto, lidar com os armários em específico pode ser uma tarefa diferente e que requer mais aprofundamento.



Por outro lado, a força que possui o Código de Ética do/da Assistente Social (Lei 8.662/1993) e a fiscalização da atuação de profissionais por intermédio das subseções do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) são instrumentos que evidenciam o caminho aberto para melhoria da lida com expressões sexuais. A atuação profissional de assistentes sociais pode ser atravessada por situações que requeriam maior tato e capacitação do que a mera compreensão basilar de sexualidade e gênero.

Não tecemos aqui uma “defesa” do armário, mas é importante evidenciar que compreendemos a importância deste na vida de algumas pessoas como estratégia de autoproteção, e por ter essa noção, importa-se alavancar discussões que possam mitigar seus efeitos negativos. Para que pessoas LGBTQIA+ possam ser politicamente ativas e verdadeiros assistidos pelo Estado, é necessário que exista um nível de segurança para visibilidade e ocultação, que podem ser observados na atuação do Serviço Social, ou em outras profissões como professores, policiais ou magistrados, por exemplo.

Portanto, consideramos que existe uma possibilidade de discussão entre Serviço Social e Teoria do armário, a exemplo da interseção com Teorias *Queer* já existente, que beneficiaria a sociedade por intermédio do desenvolvimento pautado no respeito às identidades, na atuação estatal de salvaguarda, e na garantia de acesso a direitos e políticas públicas. Ademais, também se beneficia a área de estudos por expandir suas vertentes, interpretações, e acepções teóricas e metodológicas. Afinal, compreender a sociedade e atuar no seu interim requer uma variedade de ferramentas e perspectivas.

Por fim, reconhecemos a multiplicidade de identidades e de campos de trabalho em que os profissionais do Serviço Social podem estar inseridos, e por isso, esta discussão tem o intuito de ser uma contribuição para que estudos destes temas aumentem. Instituições, profissões e outros meios de manifestação estatal/social são produtoras e reprodutoras de comportamentos e discursos discriminatórios, dessa maneira, formação e atuação também se beneficiam de um constante aprimoramento acadêmico crítico.

REFERÊNCIAS



BARROS, Jaqueline de Melo; NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. Serviço Social e Diversidade Sexual: percursos na formação profissional. **Revista Serviço Social e Realidade**, v. 32, p. 159-172, 2023.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1992**. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. **Projeto da Campanha O Amor Fala Todas As Línguas** – O assistente social na luta contra o preconceito: Campanha Pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual. Brasília, 2006.

DA SILVA, Thayana Viana. **As possibilidades de atuação da/do assistente social junto à população LGBTQIA+**. 2022. 56 p. TCC (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana-MG, 2022.

DURIGUETTO, M. L.; BALDI, L. A. DE P.. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **Revista Katálisis**, v. 15, n. 2, p. 193–202, jul. 2012.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal**: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; NAME, Leo. Epistemologia da laje. **Tempo Social**, v. 31, n. 1, p. 153–172, jan. 2019.

GARCIA, Christien. **An Analysis of Eve Kosofsky Sedgwick's Epistemology of the Closet**. Reino Unido: Macat Library, 2018.

HARTMAN, Ann. Out of the closet: Revolution and backlash. **Social Work**, v. 38, n. 3, p. 245-360, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**, v. 4, p. 161-196, 2006.

MARCELINO, S. R. S. **Questões Contemporâneas: A Homossexualidade e os Novos Sujeitos Como Desafios Para o Serviço Social**. 2015. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1315765266_ARQUIVO_FAZENDOGENERO. Acesso em: 22 de abr. de 2025.

MENEZES, Moisés Santos; SILVA, Joilson Pereira. Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 122-129, jan. 2017.

MIELI, Mario. **Por um Comunismo Transexual**: elementos de crítica homossexual. São Paulo: Boitempo, 2023.

NEVES JÚNIOR, Mário Martins. Indexicalidade, poder e metapragmáticas da viadagem: dispositivo gaydar. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 22, n. 4, 2022. p. 1036-1070.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. História da violência e abjeção contra LGBTQIA+ no Brasil e os desafios para o Serviço Social. In: Duarte, M. J. de O.; IRINEU, B. A.; ALMEIDA, G. S. de; PEIXOTO, V. B.; PAIVA, S. P. (orgs.). **Sexualidades & Serviço Social: Perspectivas Críticas, Interseccionais e Profissionais**. Juiz de Fora/MG: Editora UFJF, 2023. p. 36-50.



ROCON, Pablo Cardozo. Reflexões sobre a dimensão formativa do exercício profissional do assistente social com a saúde LGBT. *In*: Duarte, M. J. de O.; IRINEU, B. A.; ALMEIDA, G. S. de; PEIXOTO, V. B.; PAIVA, S. P. (orgs.). **Sexualidades & Serviço Social: Perspectivas Críticas, Interseccionais e Profissionais**. Juiz de Fora/MG: Editora UFJF, 2023. p. 234-247.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the closet**. Berkeley: University of California Press, 1990.

SOLIVA, T. B.; SILVA, J. B. da. Entre revelar e esconder: pais e filhos em face da descoberta da homossexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 17, p. 124–148, maio 2014.

SOUZA, Simone Brandão. O corpo lésbico em sala de aula: sobre pedagogias subversivas na formação profissional em Serviço Social. *In*: Duarte, M. J. de O.; IRINEU, B. A.; ALMEIDA, G. S. de; PEIXOTO, V. B.; PAIVA, S. P. (orgs.). **Sexualidades & Serviço Social: Perspectivas Críticas, Interseccionais e Profissionais**. Juiz de Fora/MG: Editora UFJF, 2023. p. 61-70.

REFORMA TRIBUTÁRIA E A DESIGUALDADE DE GÊNERO

Eixo 2: Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual

OHANA DE SÁ OLIVEIRA¹

RESUMO: O presente artigo irá discutir sobre a reforma tributária e as mudanças alcançadas por ela, estabelecendo a discussão sobre os impactos da reforma sobre o gênero feminino. Essa discussão se faz necessária, uma vez que considera as diferenças existentes entre os sujeitos sociais, com foco no gênero feminino. No artigo serão discutidas as diferenças salariais entre homens e mulheres, e o fato de ambos serem igualmente tributados, o que tem como resultado o fato das mulheres serem mais impactadas pelos impostos diretos, se comparadas aos homens. Essa discussão será melhor desenvolvida, no decorrer do presente artigo.

Palavras-Chave: Reforma tributária, questão de gênero, desigualdade salarial.

ABSTRACT: This article will discuss the tax reform and the changes it has brought about, establishing a discussion on the impacts of the reform on women. This discussion is necessary, since it considers the differences that exist between social subjects, with a focus on women. The article will discuss the salary differences between men and women, and the fact that both are taxed equally, which results in women being more impacted by direct taxes, compared to men. This discussion will be further developed throughout this article.

Keyword: Tax reform, gender issue, salary inequality.

INTRODUÇÃO

O presente artigo irá discutir o impacto da reforma tributária sobre o gênero feminino. Para iniciar essa abordagem será feita a discussão sobre o modelo federativo brasileiro, para que se possa compreender como o país se organiza, e como é estabelecida a relação entre os entes federados, para assim pontuar como os impostos são cobrados de acordo com as atribuições dos entes federativos.

A partir do entendimento do que é a organização federativa do país, será feita a discussão a respeito dos impostos diretos e indiretos, e como isso afeta a população, especialmente os segmentos mais pauperizados, tendo em vista que no Brasil predomina o modelo regressivo em detrimento do progressivo, havendo maior taxação sobre o consumo e serviço, que afeta sobremaneira os segmentos mais pauperizados.

¹ Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E-mail: ohanaliveira22@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8655-1361>.

Além dos segmentos mais pauperizados serem mais afetados pelo sistema tributário, o gênero feminino sofre mais com a tributação, isso porque as mulheres recebem menores salários se comparado com os homens, mesmo quando exercem a mesma função. E mesmo com a reforma tributária, o modelo tributário brasileiro continua sendo predominantemente regressivo, isso se manteve inalterado, e nessa configuração, as mulheres pagam mais impostos se comparado aos homens, uma vez que recebem menores salários, e são taxadas da mesma forma, sem ser levado em consideração a desigualdade de renda. Somado a isso tem a questão pertinente ao imposto rosa, categoria pouco discutida e visibilizada, mas que onera sobremaneira o gênero feminino. Segue abaixo os autores que serão utilizados para o desenvolvimento de cada capítulo do presente trabalho.

No primeiro capítulo para o desenvolvimento da discussão serão usados os textos de Abrucio (2022), Souza (2019), Gaetani e Lago (2023), Teixeira (2024) e Neto (2021), são autores importantes para a compreensão da forma de organização Federativa do país, e os percursos enfrentados para se chegar ao modelo atual, e como ocorre a divisão dos tributos pelos entes federados.

No segundo capítulo, para o desenvolvimento da discussão, são usados os textos de Fagnani e Rossi (2018), Passos, Guedes e Silveira (2018) e Oliveira (2018) para abordar o que é a tributação indireta, e tecer críticas pelo fato de toda a população ser igualmente afetada pela carga tributária independente da diferença de renda.

Por fim, no último capítulo, serão usados os textos de Paixão (2023), IBGE (2024), Viecele e Avila (2023), Ruediger (2020), Mello (2021), dentre outros, que trazem importantes contribuições para compreender como a tributação indireta afeta homens e mulheres de forma distintas, dada a desigualdade salarial entre homens e mulheres, mesmo entre aqueles que exercem a mesma função. Sendo tratado nesse capítulo ainda, a questão do imposto rosa, que é pouco discutido, mas que existe estudos sobre essa forma de tributação desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas, sendo essa matéria alvo de estudos internacionais desde 1993.

FEDERALISMO COMO MECANISMO DE UNIFICAÇÃO DO PAÍS

De acordo com Abrucio (2022), a Constituição Federal de 1988, buscou assegurar um federalismo mais democrático, por meio da descentralização entre os entes. O federalismo é uma forma de organização da nação, que remete a forma de tomada de decisões coletivas, que “constitui, [...] um desenho político territorial de soberania compartilhada [...] uma combinação entre autonomia e interdependência dos setores federativos” (Elazar *apud* Abrucio, 2022, p. 130), sendo descrito aqui, o modelo de federalismo cooperativo.

Importa mencionar que a adoção do modelo federativo é complexa e, a sua implantação cria uma relação de barganha e negociação entre os entes federados, e estabelece uma institucionalidade

a qual visa garantir a divisão e o controle mútuo entre os poderes (Abrucio, 2022). Contudo, importa mencionar que:

O federalismo se manifesta e influencia não só a divisão de poder entre níveis de governo, mas também a atividade legislativa, o papel do judiciário e dos partidos políticos, a alocação de recursos tributários e de competências e as garantias constitucionais dos entes que compõem a federação (Souza, 2019, p. 2).

A organização do Estado no formato federativo, pode ser fundamentada por dois motivos: pela heterogeneidade e pela unidade na diversidade. De modo que o primeiro, está “vinculado as diferenças étnicas, religiosas, linguísticas, de regionalismos socioculturais, de sentimentos regionais de autonomia política (nativismo local), além da extensão da capacidade territorial” (Abrucio, 2022, p.130). E a presença desses tipos de heterogeneidades pode acarretar dificuldades para se ter um modelo unitário. O segundo elemento, que é o projeto de unidade na diversidade, é “geralmente constituído [...] por elites, mas que precisa se espalhar para a população” (Abrucio, 2022, p. 131).

Independente dos motivos que levam a implantação do modelo federativo de Estado, seja pela questão da heterogeneidade, ou a unidade na diversidade, ambos têm por finalidade a manutenção da unidade, e Souza (2019), aborda que dentre as diversas tensões que perpassam os países que adotaram o sistema federativo, a questão gira sempre em torno “de como distribuir poder, autoridade e recursos dentro de um mesmo território e como conciliar o objetivo último das federações: preservar a unidade territorial e assegurar a diversidade” (Souza, 2019, p. 2).

A abordagem sobre o modelo federativo implantado no Brasil interessa para que se compreenda que na unidade federativa, há a divisão de competência entre os entes federados, onde cada esfera, federal, estadual e municipal, é responsável por dadas atribuições, e neste trabalho a discussão gira em torno da questão tributária.

FEDERALISMO NO BRASIL E A TRIBUTAÇÃO PELOS ENTES

Desde 1889 o Brasil é um país que se organiza a partir do federalismo, contudo sendo marcado por uma longa tradição de centralização. De acordo com Gaetani e Lago (2023), quando teve fim o regime monárquico no Brasil, o país se tornou um Estado Federal, e as províncias se tornaram estados e passaram a eleger os seus representantes do poder executivo. Os impostos arrecadados pelos estados eram destinados ao investimento no próprio estado não havendo a centralização dos impostos na capital do país.

Contudo os avanços conquistados não duraram em definitivo, isso porque, na década de 1930 houve o retorno à lógica centralizadora, em que, durante o período do Estado Novo (1937-1945), o então presidente Getúlio Vargas passou a nomear os chefes do poder executivo e dos estados. Em 1946, o país passou por novas mudanças, e naquele ano foi promulgada a nova Constituição, e os

governos estaduais retomaram sua autonomia política, havendo maior independência entre os governos estaduais, contudo o golpe militar de 1964 retomou a lógica centralizadora, similar a adotada no governo de Getúlio Vargas.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, houve o retorno do federalismo descentralizado, havendo autonomia dos estados e municípios, sob a lógica distributiva e de solidariedade fiscal entre os entes federados (Gaetani e Lago, 2023, p.38). De acordo com Gaetani e Lago (2023) a descentralização se constitui enquanto princípio da administração pública que passa vigorar com mais força ao redor do mundo a partir dos anos de 1980. Com a descentralização “as administrações locais deixam de ser apenas tentáculos da capital e transferem-se competências e recursos a novos governos locais eleitos” (Gaetani e Lago, 2023, p. 36).

A Constituição Federal de 1988, buscou um modelo federativo mais democrático e com isso trouxe importantes inovações com: a) o federalismo triádico, onde os municípios aparecem como entes federativos; b) maior equilíbrio tributário, sendo institucionalizadas formas de participação e transferência do orçamento global, tendo por objetivo o combate a desigualdade territorial; c) Expansão do Estado de Bem-estar Social, por meio da descentralização com coordenação federativa; d) adoção de um modelo de governança mais intergovernamental do que centralizador e, e) a adoção de um modelo democrático baseado na relação de negociação federativa entre o presidente os governadores e os prefeitos (Abrucio, 2022).

Sobre o federalismo triádico, importa mencionar que, a “Assembleia Constituinte (1987-88) foi tomada pelo movimento municipalista, que pregava a ampliação das competências em matéria de política pública e autonomia orçamentária para os municípios” (Gaetani e Lago, 2023, p. 41). O movimento municipalista conquistou a descentralização de recursos, onde:

O Imposto Sobre Serviços (ISS), que já existia desde 1967, passava a ser recolhido pelo município. Para os governos estaduais, foi criado o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), estados e municípios, que anteriormente dependiam exclusivamente das transferências do governo federal, passavam agora a ter também fontes de recursos próprios (Gaetani e Lago, 2023, p. 41).

Os elementos acima elencados trazem informações que contribuem para entender que “o sistema tributário brasileiro é estruturado de maneira a organizar e distribuir as competências de tributação entre os diferentes níveis de governo: União, Estados, Distrito Federal e Municípios” (Teixeira, 2024, p.1). No Brasil, “todos os entes políticos têm o que se chama de “competência tributária”: a aptidão de instituir leis que determinam pagamentos compulsórios (Neto, 2021, p. 7). De modo que:

A União pode instituir impostos sobre: (1) importação de produtos estrangeiros (II); (2) exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados (IE);(3) renda e

proventos de qualquer natureza (IR); (4) produtos industrializados (IPI); (5) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF); (6) propriedade territorial rural (ITR); e grandes fortunas (IGF)[...]

Os Estados e o Distrito Federal, com base no art.155, podem estabelecer impostos sobre: (1) transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direito (ITCD ou ITCMD); (2) operações relativas á circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS); e (3) propriedade de veículos automotores (IPVA). [...]

Os municípios são competentes para instituir impostos sobre: (1) propriedade predial e territorial urbana (IPTU); (2) transmissão “intervivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (ITBI); e (3) serviços de qualquer natureza, definidos em lei complementar (ISS ou ISSQN) (Neto, 2021, p. 8).

A citação acima traz os impostos que cada ente federativo cobra, tendo na Constituição Federal de 1988 as regras que regem a divisão das competências tributárias, estando assim definido a responsabilidade da cobrança dos tributos de cada ente da Federação.

SISTEMA TRIBUTÁRIO E EQUIDADE SOCIAL: OS DILEMAS ENTRE OS IMPOSTOS DIRETOS E INDIRETOS

De acordo com, Fagnani e Rossi (2018), com a globalização financeira, ocorreu o aprofundamento da desigualdade de renda, organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) já alertavam que a desigualdade é algo prejudicial para que se tenha um crescimento econômico, duradouro e equitativo. Importa mencionar que “o Brasil é uma das sociedades mais desiguais do mundo. No início de 2017, os seis maiores bilionários do país juntos possuíam riqueza equivalente à da metade mais pobre da população (Oxfam apud Fagnani e Rossi, 2018, p.142).

Um dos mecanismos necessários para que haja a diminuição da desigualdade social é a reforma tributária, que seja funcional ao projeto de crescimento econômico, sendo pautada na equidade do tratamento tributário, de modo que:

A avaliação da equidade fiscal passa pela consideração de como o sistema tributário pondera e trata os distintos tipos de renda, ou seja, se respeita a chamada equidade horizontal e vertical. Equidade vertical entende-se como justiça no tratamento tributário de indivíduos com níveis distintos de renda; equidade horizontal, como justiça no tratamento de indivíduos com rendas iguais (Passo, Guedes e Silveira, 2018, p. 103).

Sobre a equidade vertical e horizontal, importa mencionar que, a equidade horizontal trata indivíduos que tem renda/riqueza igual de forma justa, ao passo que a equidade vertical, considera que indivíduos com maior renda /riqueza devem contribuir mais, sendo essa uma forma de promover um sistema tributário progressivo (Yadav, 2021, p. 1)

De acordo com Oliveira (2018), o sistema tributário pode ser usado enquanto instrumento de equidade social, podendo contribuir com o crescimento econômico e com a harmonia social, contudo não é isso que ocorre no Brasil. Importa mencionar que, a “injustiça social decorre principalmente devido ao peso dos impostos indiretos na carga tributária” (Fagnani e Rossi, 2018, p.146)

Sobre o sistema tributário brasileiro, esse é constituído por “uma carga tributária composta predominantemente de impostos indiretos incidentes tanto sobre o consumo como sobre a mão de obra [...] o sistema brasileiro [...] lança maior ônus da tributação sobre as classes de menor renda” (Oliveira, 2018, p.68). Essa realidade não contribui para que haja equidade social, isso porque um dos grandes desafios encontrados é alterar a estrutura do sistema tributário no que tange os impostos diretos e indiretos.

Oliveira (2018) pontua que há um tratamento preferencial direcionado as rendas do capital, que sofrem ínfima tributação, se comparada a tributação sobre o consumo e a folha de salário, por exemplo, ou seja, há uma relação desproporcional entre a tributação direta e a tributação indireta, em que predomina a regressividade do sistema, dificultando a ação do sistema tributário como instrumento que auxilie na redução da desigualdade social.

De acordo com Oliveira (2018), desde a estruturação do sistema tributário em 1891, houve o predomínio dos impostos indiretos, para poder financiar as atividades do Estado. Em 1964, no período da ditadura militar, o sistema tributário foi utilizado como ferramenta para o processo de acumulação do capital, tendo por objetivo assegurar o crescimento econômico, para legitimar os dirigentes do Estado. Importa mencionar que, na Constituição Federal de 1988, houve grande atenção direcionada ao resgate da federação, contudo questões pertinentes a redução da desigualdade por meio da tributação direta, tributando mais a renda e a propriedade não tiveram a mesma prioridade. Isso é importante para se compreender que no Brasil, sempre houve o predomínio de impostos indiretos em relação aos diretos, e mesmo no período da Constituinte, essa foi uma questão que não foi tratada com a devida atenção.

A discussão sobre os impostos diretos e indiretos importa para que possa ser estabelecida a discussão sobre o uso da tributação enquanto instrumento para diminuir as desigualdades sociais existentes no país. E pelo que foi pontuado até o momento, é possível perceber que a forma como os impostos são cobrados no Brasil, não atuam na busca pela diminuição das relações desiguais, muito pelo contrário, quando há o predomínio da taxaçoão indireta que incide sobre o consumo e serviços, afeta mais aqueles que tem menor poder aquisitivo, e assim o sistema tributário acaba sendo instrumento de manutenção das relações desiguais.

A tributação pautada na progressividade, é algo que possibilita que haja a redução da desigualdade, de modo que, para que haja equidade social é preciso “uma reforma tributária que concomitantemente desonere a população mais pauperizada e favoreça a arrecadação sobre os extratos mais ricos e detentores de capital, de modo a propiciar o que se entende por justiça fiscal” (Passos, Guedes e Silveira, 2018, p. 94).

Contudo o que se tem é um modelo tributário o qual privilegia o imposto indireto, e que onera sobremaneira a população mais pobre, e aprofunda os níveis de desigualdade já existentes. Desse modo, além do fato da tributação possuir elevado peso de impostos indiretos, o que a configura como regressiva, há inconsistências na tributação direta que reduzem seu potencial progressivo. Em relação ao mais importante elemento da tributação direta, o imposto de renda para pessoa física IIRPF, verificou-se, que:

nos últimos decênios, uma dinâmica de atenuação de sua progressividade no Brasil. Basta lembrar que durante o regime militar a alíquota máxima do imposto de renda era 50%, com onze faixas de tributação e hoje a alíquota máxima é de 27,5%, com cinco faixas de tributação (Passos, Guedes e Silveira, 2018, p. 102).

De acordo com Passos, Guedes e Silveira (2018), essa diminuição da progressividade no IRPF, se caracteriza enquanto iniquidade fiscal, havendo uma tributação que favorece os mais ricos, uma vez que sobre a renda do trabalho se tem incidência de alíquotas progressivas com tributações que variam de 7,5% até 27,5%, já sobre os rendimentos do capital a incidência varia entre 22,5% e decresce até 15%, sem falar que os rendimentos oriundos de lucro e dividendos são isentos de taxações. Dividendo sim não é taxado, mas existe o imposto sobre lucro líquido. Esse movimento auxilia no processo de acumulação/concentração de riquezas.

Desse modo, pode-se dizer que “o sistema tributário brasileiro é uma das instituições responsáveis pela desigualdade de renda no Brasil e extremamente funcional à sua manutenção” (Fagnani e Rossi, 2018, p. 147).

REFORMA TRIBUTÁRIA E A UNIFICAÇÃO DOS IMPOSTOS

A reforma tributária se constitui enquanto assunto bastante discutido e de grande relevância devido ao impacto político e econômico que tem sobre a sociedade. A reforma propõe a unificação dos impostos cobrados no país, bem como trazer maior transparência para o regramento fiscal, por meio da simplificação do sistema de tributação sobre o consumo e serviços (Blog Alterdata, 2024, p. 1)

Com a reforma houve a unificação de cinco tributos, ICMS (Imposto Estadual) e ISS (Municipal) que foi transformado em Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e IPI (imposto Federal) e

Pis/Confins (Imposto Federal), que foram transformados em Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Importa mencionar que “a CBS e o IBS serão tributos do tipo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que acaba com o “efeito cascata”, capaz de levar um mesmo imposto a ser pago várias vezes durante o processo de produção ou de comercialização do mesmo bem” (Senado Notícias, 2023, p. 1).

Importa salientar que as mudanças no sistema tributário ocorrerão de forma transitória, por exemplo, “o IBS só será definitivamente implementado em 2033, após o período de seis anos em que convivência com o ICMS e ISS, que serão substituídos de modo progressivo [...] a CBS será completamente instituída a partir de 2027”. (Senado Notícias, 2023, p. 2).

Para melhor compreensão da forma como ocorre a tributação no modelo IVA, é preciso entender que nesse modelo há a eliminação da acumulação de impostos onde por exemplo, na confecção de uma camisa, em cada etapa da produção: algodão, tecido, fabricação da camisa e venda em uma loja, cada uma dessas etapas sofre com a incidência de impostos, havendo a sobreposição de taxação de impostos sobre o mesmo produto, de modo que, “o IVA é percebido como uma forma de tributação que solucionaria os problemas do Brasil acerca da cobrança demasiada de impostos, em razão da cobrança unificada” (Miranda, 2022, p.21), e levando em consideração que há o predomínio da tributação regressiva no sistema tributário brasileiro, o modelo IVA é positivo para o consumidor, uma vez que “barateiam os produtos em supermercados, farmácias [...] assim, o consumo de itens essenciais pesaria um pouco menos no bolso das famílias mais pobres. (Paixão, 2023, p. 1)

Reforma Tributária e os Impactos sobre o Gênero Feminino

Com a reforma tributária, e a adoção do modelo Imposto sobre Valor Agregado, há o fim do efeito cascata, em que um mesmo imposto incide sobre o mesmo produto mais de uma vez, durante as diferentes fases do processo produtivo, sendo algo importante, considerando a maior incidência da tributação indireta, que recai sobre o consumo e os serviços.

Mesmo com as melhorias que o modelo IVA poderá proporcionar, ainda se tem o predomínio dos impostos regressivos, o que constata que “o sistema tributário brasileiro reforça desigualdades de gênero e de classe” (Paixão, 2022, p.1). Isso porque, o sistema tributário afeta diferentemente homens e mulheres, tendo como importante fator dessa relação desigual, a diferença salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho, mesmo entre aqueles que exercem a mesma função.

E considerando o caráter regressivo da tributação, que incide mais sobre o consumo e serviços, tendo em vista que as mulheres recebem menores salários se comparadas aos homens, presume-se que o gênero feminino sofre com maior taxação dos impostos, pois mesmo com as

mudanças previstas com a reforma do sistema tributário, as desigualdades entre os gêneros existem. Sobre a diferença salarial segue abaixo o gráfico com maiores informações:

Gráfico 1. Diferença salarial de acordo com gênero

Rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos e razão de rendimentos, por sexo, segundo os grupos ocupacionais no trabalho principal

Grupos ocupacionais no trabalho principal	Rendimento habitual de todos os trabalhos (R\$)		
	Homens	Mulheres	Razão (M/H)
Total	2 920	2 303	78,9
Diretores e gerentes	7 948	5 870	73,9
Profissionais das ciências e intelectuais	7 268	4 600	63,3
Técnicos e profissionais de nível médio	3 837	2 852	74,3
Trabalhadores de apoio administrativo	2 364	1 956	82,7
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	2 374	1 552	65,4
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	2 008	1 417	70,6
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	2 120	1 371	64,7
Operadores de instalações e máquinas e montadores	2 238	1 636	73,1
Ocupações elementares	1 313	1 156	88,1
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	5 976	6 516	109,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios Continua 2022.

Por meio dos dados do gráfico acima, é possível apreender que em todas as categorias, o salário médio dos homens é superior ao das mulheres, exceto na categoria “membro das forças armadas, policiais e bombeiros militares”, mas de modo geral é identificado a existência da disparidade salarial entre os gêneros.

Somado a esses dados, importa salientar que, no *Segundo Relatório Salarial e Critérios Remuneratórios*, divulgado em setembro de 2024, aponta que “as mulheres recebem 20,7% menos do que os homens nas 50.692 empresas com 100 ou mais empregados [...] a diferença salarial registrada era de 19,4% (Ministério das Mulheres, 2024, p.1).

Além da diferença salarial, Vieceli e Avila (2023), apontam que mulheres e homens, possuem perfis de consumo diferentes, quando responsáveis pelos domicílios, o que tem íntima relação com as desigualdades salariais, bem como com as construções de gênero, onde

dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2017-18 indicam que as famílias chefiadas por mulheres despendem maior percentual da renda mensal, comparando com as chefiadas por homens, em despesas voltadas para alimentação, habitação, vestuário, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde – incluindo remédios. Já as famílias chefiadas por homens superam nas despesas voltadas para transporte, impostos e aumento do ativo, com aquisição de imóveis, e investimentos (Vieceli e Avila, 2023, p. 16).

É possível apreender que as despesas das famílias chefiadas por mulheres se encontram centradas no que se chama bens de consumo, nos quais incide maior tributação, e diante desse cenário,

seria positivo, de acordo com Viecele e Avila (2018) a desoneração de tributos sobre a cesta básica, por exemplo, que tenderia a penalizar menos os domicílios cuja chefia é feminina. Importa mencionar que a carga tributária paga pelas famílias chefiadas por mulheres corresponde a 15,05%, já as chefiadas por homens esse valor é de 14, 55%, ou seja, as mulheres pagam mais impostos se comparada aos homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho trouxe a discussão sobre a forma como se dá a tributação no Brasil, e como ela contribui para a manutenção das relações desiguais, devido a tributação indireta que incide sobre serviços e bens de consumo, onerando toda a população igualmente sem levar em consideração a diferença de renda, e em contrapartida pouco tributa o capital e as propriedades, não respeitando assim a chamada equidade horizontal e vertical.

A forma de tributação indireta afeta mais o gênero feminino, levando em consideração a diferença salarial entre os gêneros, e o perfil de consumo das famílias chefiadas por mulheres, que onera mais os produtos voltados para o público feminino. E mesmo com a reforma tributária, não se tem avanços, uma vez que permanece inalterada a maior incidência da tributação regressiva.

De forma geral pode-se compreender que o sistema tributário brasileiro não é usado enquanto instrumento que objetiva a equidade social, muito pelo contrário, o sistema ajuda na manutenção das desigualdades, e isso afeta sobremaneira o gênero feminino.

REFERÊNCIA

ABRUCIO, F. L. Federalismo brasileiro e projeto nacional: os desafios da democracia e da desigualdade. **Revista USP**, [S. l.], n. 134, p. 127-142, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i134p127-142. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/202482>. Acesso em: 09 de jan. de 2025.

BLOG ALTERDATA. **Reforma tributária**: tudo que você precisa saber. 2024. Disponível em: <https://blog.alterdata.com.br/reforma-tributaria-tudo-que-voce-precisa-saber/>. Acesso em: 01 de fev. de 2025.

FAGNANI, Eduardo e ROSSI, Pedro. Desenvolvimento, desigualdade e reforma tributária no Brasil. IN.: SOUZA, C.M. Coordenação, uniformidade e autonomia na formulação de políticas públicas: experiências federativas no cenário internacional e nacional. **Cadernos de saúde Pública**, v.35, 2019.

GAETANI, Francisco e LAGO, Miguel. **A construção de um Estado para o século XXI**. 1.ed.-Rio de Janeiro: Cobogó, 2023.

IBGE. Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. In: **Estudos e Pesquisa**. Informação Demográfica e Socioeconômica. 3ª edição, nº38. 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf>. Acesso em: 07 de fev. de 2025.

MELLO, Jorginho. **Projeto de Lei nº 950**. Santa Catarina, 2021. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=8941887&ts=1732824657473&disposition=inline>>. Acesso em: 25 de jan. de 2025.

MINISTÉRIO DAS MULHERES. **Mulheres ganham 20,7% menos que homens em empresas com mais de 100 funcionários, aponta 2º Relatório de Transparência Salarial**. 2024. Disponível em: < <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/setembro/mulheres-ganham-20-7-menos-que-homens-em-empresas-com-mais-de-100-funcionarios-aponta-2deg-relatorio-de-transparencia-salarial>>. Acesso em: 27 de jan. de 2025

NETO, Celso de Barros Correia. Sistema Tributário Nacional – Texto-Base da Consultoria Legislativa. **FIQUE POR DENTRO**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/fiquePorDentro/temas/sistema-tributario-nacional-jun-2019/texto-base-da-consultoria-legislativa> . Acesso em: 02 fev. de 2025.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. A Reforma Tributária Necessária: Uma introdução geral. In: FAGNANI, Eduardo (org.). **Reforma Tributária Necessária**: diagnostico e premissas. Eduardo. Brasília: ANFIP: FENAFISCO: São Paulo: Plataforma Política Social, 2018.

PAIXÃO, Fernanda. Como a reforma tributária dialoga com pautas de raça e gênero? . In: **#Elas no Poder**. 2023. Disponível em: < <https://elasnopoder.org/blog/reforma-tributaria-e-pautas-de-raca-e-genero/>>. Acesso em: 02 de fev. de 2025.

PASSOS, Luana, GUEDES, Dyego Rocha e SILVEIRA, Fernando Gaiger. Justiça Fiscal no Brasil: que caminhos trilhar. In: FAGNANI, Eduardo (org.). **Reforma Tributária Necessária**: diagnostico e premissas. Brasília: ANFIP: FENAFISCO: São Paulo: Plataforma Política Social, 2018.

RUEDIGER, Marco Aurelio. **Existe taxa rosa no Brasil?** [recurso eletrônico]: incidência da discriminação de gênero em produtos no varejo online. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2020. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/9b8e6816-feab-43ea-9712-f5cbda7943c8/content> . Acesso em: 05 de fev. de 2025.

SENADO NOTÍCIAS. **Reforma tributária promulgada**: principais mudanças dependem de novas leis. 2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/21/reforma-tributaria-promulgada-principais-mudancas-dependem-de-novas-leis>>. Acesso em: 25 de jan. de 2025.

SOUZA, C.M. Coordenação, uniformidade e autonomia na formulação de políticas públicas: experiências federativas no cenário internacional e nacional. **Cadernos de saúde Pública**, v.35, 2019.

TEIXEIRA Romulo. **Sistema tributário brasileiro**: entenda como funciona a arrecadação no país. 2024. Disponível em: < <https://blog.1doc.com.br/sistema-tributario-brasileiro/>>. Acesso em: 02 de fev. de 2025.

VIECELI, Cristina Pereira; AVILA, Róbert Iturriet. **Tributação e desigualdade de gênero e classe no Brasil**: Uma análise a partir do IRPF 2020 e da POF 2017-2018. In: Economia e Finanças. 2023. Disponível em: < <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/20142.pdf>>. Acesso em: 25 de jan. de 2025.

CALAMIDADES PÚBLICAS E TERRITÓRIOS: DESAFIOS E RECONSTRUÇÕES

Eixo Temático 3: Território e territorialidades nos debates climáticos ambientais

ALLANA DA SILVA BARBOSA¹

MS. MARLI DE FREITAS MENDES²

DR^a LISLEI TERESINHA PREUSS³

Resumo: As calamidades públicas representam situações de risco mediante a instalação e proliferação de desastres, sejam eles naturais ou não, onde apontam a indispensabilidade de políticas públicas eficazes e capacitadas para atuar na mitigação dos impactos sociais e econômicos. Outrossim, exprimem diversificadas lacunas em sua implementação e elementos onde, especificadamente a população rural e os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica experienciam os impactos em conjunturas imensuráveis. Ademais, a territorialidade determina um fator imprescindível mediante a discussão, manifestando a correlação entre território, os desastres, a vulnerabilidade socioeconômica e a ineficácia das políticas públicas estabelecidas.

Palavras-chaves: Calamidades públicas, políticas públicas, territorialidade.

Abstract: Public calamities represent situations of risk through the installation and proliferation of disasters, whether natural or not, where they point to the indispensability of effective and capable public policies to act in the mitigation of social and economic impacts. In addition, they express diversified gaps in their implementation and elements where, specifically, the rural population and citizens who are in a situation of socioeconomic vulnerability experience the impacts in immeasurable conjunctures. Furthermore, territoriality determines an essential factor through discussion, manifesting the correlation between territory, disasters, socioeconomic vulnerability and the ineffectiveness of established public policies.

Keywords: Public calamities, public policies, territoriality.

INTRODUÇÃO

¹ Graduanda em Serviço Social; Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4909117025116668>. E-mail: allanabarbosadasilva16@gmail.com.

² Mestre em Ciências Sociais Aplicadas; doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2129435018968031>. E-mail: mahfmenendes@yahoo.com.br.

³ Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Doutora em Serviço Social/UFSC. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3788365740475306>. E-mail: ltpreuss@uepg.br.



A obra "*Manual de Direito Administrativo*", desenvolvida e articulada por José dos Santos Carvalho Filho, renomado doutor especializado em direito público pela Aix-Marseille Université, universidade localizada ao sul da França, e reconhecido nacionalmente por seu trabalho na Universidade de São Paulo (USP), define o conceito de calamidade pública como: "A calamidade pública é caracterizada pela ocorrência de um desastre, seja de origem natural ou provocada, que resulte em grandes danos e que exija a adoção de medidas emergenciais pelo poder público para preservar a vida e a ordem pública.". Outrossim, aborda as mais múltiplas facetas do Direito Administrativo enquanto, simultaneamente, assinala e usufrui da noção de calamidade pública para exemplificar e justificar a imprescindibilidade da intervenção do Estado mediante o estabelecimento da situação de normalidade e, especificadamente, na proteção dos cidadãos. Ademais, segundo artigo de Hésio Fernandes Pinheiro, intitulado "*Calamidade pública*"⁴, publicado na Revista de Direito Administrativo, determina o conceito de calamidade pública conforme:

Como calamidade pública só pode ser considerada, em tese, além das secas prolongadas e devastadoras, dos grandes incêndios e inundações e de outros flagelos semelhantes, a invasão súbita do Território de um Estado por moléstia contagiosa ou pestilencial, suscetível de grande expansão epidêmica, de disseminação rápida e de alta letalidade, diversa daquelas que só se desenvolvem ao favor da ausência de providências adequadas e do descuido no emprego dos meios conhecidos de profilaxia usual.

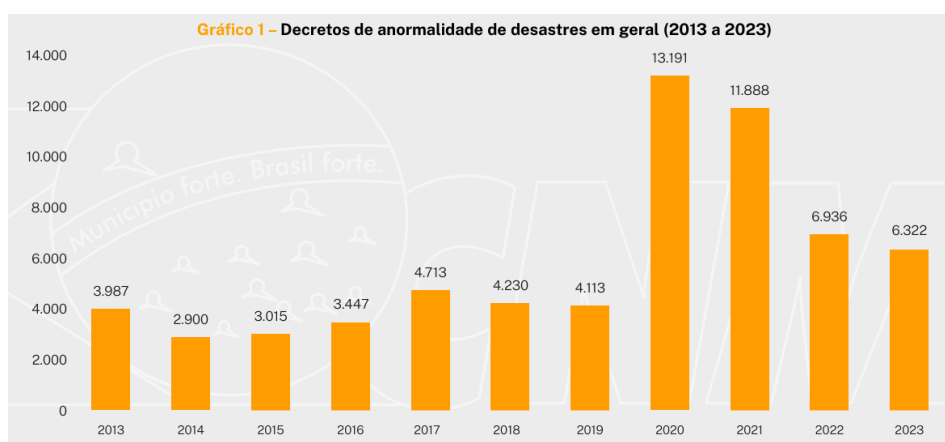
A Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 é identificada como a regulamentação mais relevante mediante ao cenário dos desastres naturais e eventos adversos, atuando na instituição da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, dispondo sobre o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC e o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, onde ocorre a aprovação referente ao desenvolvimento de complexos de informações e formas de monitoramento dos desastres.

Com base no estudo técnico realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), intitulado como "*Panorama dos Desastres no Brasil: 2013 a 2023*"⁵, precisamente no primeiro parágrafo, assinala que entre janeiro de 2013 a dezembro de 2023, exatamente 5.233 municípios foram afetados por desastres, de origem natural ou não, onde 64.742 decretações de Situação de

⁴ PINHEIRO, H. F. Calamidade pública. *Revista de Direito Administrativo*, [S. l.], v. 36, p. 38–46, 1954. DOI: 10.12660/rda.v36.1954.13699.

⁵ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. *Panorama dos Desastres no Brasil: 2013 a 2023*.

Emergência e Estado de Calamidade Pública foram evidenciadas. Outrossim, desde 2013, 94% dos municípios se encontraram em risco ao menos uma vez decorrente da vigência de algum tipo de desastre, assinalando a importância da ação e intervenção dos entes federados e da implantação e desenvolvimento de políticas públicas que visem a maior proteção da população no combate ao enfrentamento da ocorrência de desastres.



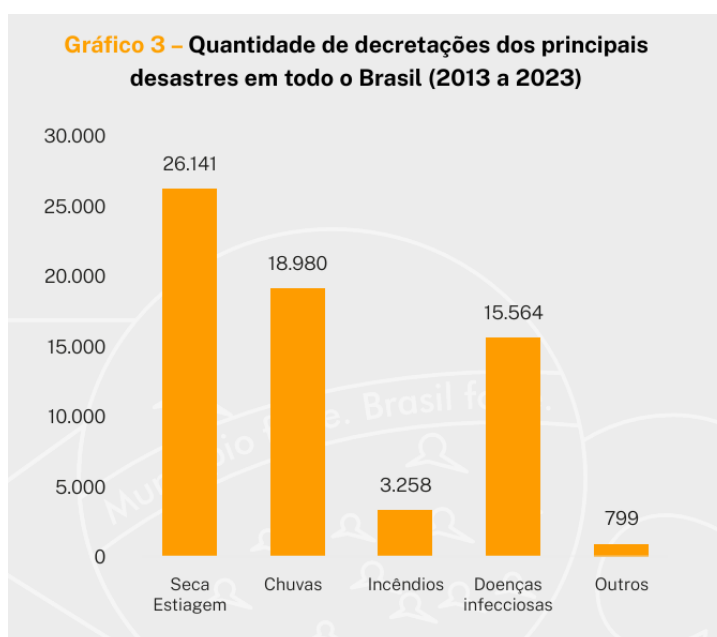
Fonte: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/MIDR. Elaboração Técnica da CNM.



Fonte: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/MIDR. Elaboração Técnica da CNM

Recentemente, no Brasil, coexiste a incidência de um dos mais relevantes decretos de Estado de Calamidade Pública promulgado através de PDLs (Projeto de Decreto Legislativo), em decorrência de desastres. O PDL 88/2020, promulgado no dia 20 de março de 2020, conforme aprovação sob vigência do Congresso Nacional, onde instituiu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do Coronavírus (Covid-19), representando 26% das anormalidades entre 2013 e 2023,

devido a sua proliferação em escala mundial. Ademais, outras 258 decretações mediante anormalidades em razão de "Doenças Infecciosas Bacterianas, Parasítica e Virais", conforme categoria estabelecida pela CNM, foram identificadas no período entre 2013 e 2023.



Fonte: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/MIDR. Elaboração Técnica da CNM.

Ademais, o gráfico aponta que a seca, a estiagem e a chuva são os desastres responsáveis pelo maior número de decretos no período de dez anos, onde: seca/estiagem: 41% total de 64.742 decretações; chuvas: 29% do total; doenças infecciosas: 24% do total; incêndios: 5% do total; e outros tipos de desastres: 1% do total.

Milton de Almeida Santos, mais conhecido como professor Milton Santos, nasceu no dia 03 de maio de 1926, no interior da Bahia, foi um dos mais renomados geógrafos e pensador brasileiro. Formado em direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1948, foi professor e desenvolveu diversas obras, tais como: *"O Povoamento da Bahia"* (1948), *"Futuro da Geografia"* (1953), *"Zona do Cacau"* (1955), entre outras. Ademais, representou o primeiro geógrafo de toda a América Latina a vencer o prêmio Vautrin Lud, assinalado como o "Nobel da Geografia".



Conforme descrito em sua obra *"Por uma Geografia Nova"*⁶ (1978), delimitar uma definição singular e precisa mediante conceitos que possuem diversas complexibilidades, tais como o espaço e território, representam uma ação hermética, considerando as suas grandiosidades e elementos distintos com base em diferentes conceitualizações e conjunturas. Outrossim, apresenta a concepção de espaço conforme as relações sociais do passado e presente e, especificadamente, sobre a estrutura simbolizada pelas relações presentes na sociedade contemporânea.

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (Santos, 1978, p. 171).

Segundo o artigo *"Calamidade Pública, Pobreza e Território"*⁷, desenvolvido pela contadista Cyntia Medeiros, onde possui como base orientadora a Política de Assistência Social e de qual forma ela pode atuar na mitigação dos desastres através de suas ações de intervenção, aponta que os eventos geradores de emergências socioassistenciais são tipificados em três categorias dessemelhantes: "fatores físicos e ambientais (climáticos, geográficos), fatores socioeconômicos e fatores políticos, administrativos, organizacionais (regulação, fiscalização de políticas ambientais, urbanas e de proteção civil).".

Ademais, assinala a dimensão social na decorrência dos desastres onde, em razão da vulnerabilidade socioeconômica, milhares de famílias residem em áreas suscetíveis a possíveis desastres, outros fatores, como a segregação socioespacial, a desigualdade social e a gentrificação afetam visceralmente esse processo. Segundo o discurso de Cyntia: "O acesso à moradia digna representa uma luta constante no âmbito das questões relativas a riscos e desastres, envolvendo aspectos jurídicos, sociais, econômicos, culturais, políticos, éticos e ambientais.". Outrossim, (Campos, 2017)⁸ adiciona:

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios globais contemporâneos, afetando todas as esferas da vida humana. Contudo, seus impactos são sentidos de maneira desigual, com comunidades vulneráveis sofrendo de forma desproporcional. Essas comunidades, frequentemente localizadas em áreas de risco, possuem menor capacidade de adaptação e resposta a desastres naturais. A interseção de fatores econômicos, sociais e ambientais exacerba essa vulnerabilidade, criando um ciclo de pobreza e fragilidade ambiental difícil de romper. (Campos, 2017).

⁶ SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

⁷ MEDEIROS, Cyntia. **CALAMIDADE PÚBLICA, POBREZA E TERRITÓRIO**. 1ª ed. Pernambuco: Secretaria de Assistência Social, 2021.

⁸ CAMPOS, Amanda. **O reflexo das mudanças climáticas**. Rio de Janeiro, 2017.



Baseado no artigo *"O Impacto das Mudanças Climáticas nas Comunidades Vulneráveis"*⁹, onde ressalta a suma importância do discernimento de que os impactos das mudanças climáticas, correlacionadas aos desastres, dispõem de maior risco as comunidades vulnerabilizadas, considerando a falta de recursos, os serviços de proteção social, as políticas públicas e sociais, habitações irregulares em áreas propensas a desabamento, inundação, entre outros fatores, salientando a imprescindibilidade da consciência de classe para a compreensão das dimensões antagônicas presentes na sociedade regulamentada pelo capitalismo.

Adiciona (Franco, 2015)¹⁰:

Os efeitos das mudanças climáticas em comunidades vulneráveis incluem perda de habitação, insegurança alimentar, migração forçada e impactos na saúde física e mental. Inundações, secas e tempestades são cada vez mais frequentes e intensas, devastando áreas já fragilizadas. A insegurança alimentar resulta da perda de colheitas e da degradação dos recursos naturais, enquanto a migração forçada cria crises humanitárias e pressiona ainda mais as infraestruturas urbanas. (Franco, 2015).

Ademais, mediante a mesma linha de pensamento e argumentação, afirma (Cunha, 2015)¹¹:

A falta de infraestrutura adequada é um dos principais problemas enfrentados por essas comunidades. Estruturas de habitação precárias e sistemas de saneamento inadequados aumentam o risco de danos durante eventos climáticos extremos. Além disso, a carência de serviços essenciais como saúde e educação impede uma resposta eficiente às crises, deixando as populações mais expostas aos impactos das mudanças climáticas. Essa situação é agravada pela falta de recursos financeiros, que limita a capacidade dessas comunidades de investir em medidas de prevenção e adaptação. (Cunha, 2015).

Em conformidade com Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, mais conhecida como Norma Valencio, professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em seu livro *"Sociologia do Desastre"*¹² (2009):

O contexto socioambiental de vivência do grupo, no geral, recrimina-o, culpabilizando-o por sua destituição e tudo faz para que sua presença na cena seja efêmera. Como coisa fora do lugar e impura, o meio envolvente, numa ética disciplinar, destrói, desmonta e desfaz as possibilidades de reprodução das práticas que garantem a sobrevivência do grupo erodindo, por conseguinte, os sentidos ancorados nas paisagens e nas relações, sempre fugidias. (Valencio, 2009, p. 53).

⁹ **O Impacto das Mudanças Climáticas nas Comunidades Vulneráveis.** Revista Fonte, vol. 1, n. 1, p. 1-10, [s.d.].

¹⁰ FRANCO, Alex. **O desenvolvimento ambiental no contexto no sistema capitalista.** São Paulo, 2015.

¹¹ CUNHA, Fátima. **O Impacto das Mudanças Climáticas nas Populações Vulneráveis.** São Paulo, 2015.

¹² VALENCIO, Norma. **Sociologia do Desastre.** São Carlos: RiMA Editora, 2009.



Correspondente a obra “*Pensando o Espaço do Homem*”¹³ (2012) de Milton Santos, ele analisa as concepções assumidas mediante o valor do cidadão com base em sua territorialidade e, simultaneamente, desempenha uma crítica a vulnerabilidade da efetividade dos serviços e das políticas sociais mediante a proteção e garantia da qualidade de vida para os cidadãos, especificadamente os que se encontram em situação de fragilidade socioeconômica.

O valor do indivíduo depende, em larga escala, do lugar onde está, já o vimos. Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria de brasileiros, no campo e na cidade, acaba por ser privada desses bens e serviços. Às vezes, tais bens e serviços simplesmente não existem na área, às vezes não podem ser alcançados por questão de tempo ou de dinheiro. (Santos, 2012, p. 190).

A metodologia utilizada para o objetivo central do artigo utiliza-se de abordagem descritiva e exploratória. De acordo com Gil (2011, p. 27), a pesquisa exploratória é definida enquanto primeira etapa de uma investigação mais ampla. Enquanto complemento para a pesquisa exploratória, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2011, p. 50), é desenvolvida a partir de material já elaborado, e possui como aspecto positivo proporcionar ao pesquisador uma gama de fenômenos ampla.

DESENVOLVIMENTO

1.1 O território das calamidades públicas

A obra “*A natureza do espaço*”¹⁴ (1996), elaborada no final dos anos 1980 e início da década de 1990, foi intrinsecamente influenciada pelas motivações instaladas no período, em especial, sob as metamorfoses sociais e espaciais, caracterizadas por sua propagação em mundial onde ocorriam com base nas mudanças tecnológicas e científicas. Outrossim, Milton desenvolve e aprimora a sua compreensão de território/territorialidade sob o olhar de uma conjuntura territorial definida historicamente.

¹³ SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 5ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

¹⁴ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.



A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. (Santos, 1996, p. 51).

As calamidades públicas estão intimamente correlacionadas com o território de sua instalação e proliferação, especificadamente sob a visão das dinamicidades territoriais, onde a vulnerabilidade mediante os desastres é concernente aos aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais. Ademais, os territórios possuem suas próprias especificidades e características, ocasionando na maior, ou menor, cadência de instauração de possíveis desastres. As dinamicidades e particularidades, sejam elas de âmbito natural - no sentido de natureza, especificidades próprias da região, como o clima, o solo, entre outros fatores, ou não, afetam de modo distinto os territórios e populações, logo que se referem a elementos próprios de certas localidades. Outrossim, as particularidades assinaladas como “não naturais”, correspondem as mudanças sociais, culturais, climáticas, entre outras, ocasionadas pela implantação e vigência do sistema de produção capitalista, onde atua diretamente de modo aniquilador, transformando a relação entre o homem e a natureza, fundamentado na diligência do lucro acima de todas as espécies vivas.

Conforme descrito por (Löwy, 2013) em sua obra “*Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista*”¹⁵:

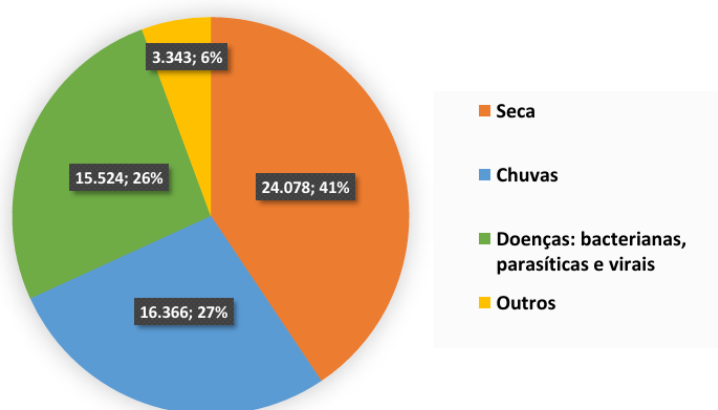
Quando a relação entre a impossibilidade de conciliação desse sistema com o desenvolvimento sustentável é feita, no cerne da questão, na verdade, a relação que está sendo exposta é que em uma sociedade que é regida pelas leis do capital e que o que se sobressai é a mercantilização de tudo ao nosso redor, coisas como solo, água, ar, e até mesmo os próprios seres vivos transformam-se em mercadorias (Löwy, 2013, p. 10).

¹⁵ LÖWY, Michael. **Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista**. Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 1, p. 76-86, 10 abr. 2013.



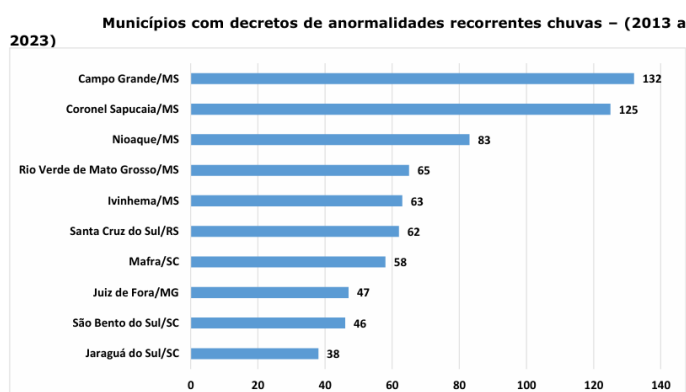
Conforme o estudo técnico *"Panorama dos Desastres no Brasil: 2013 a 2023"* realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), sob o enfoque das dinamicidades e especificidades territoriais naturais e “não naturais”, os gráficos a seguir demonstram perfeitamente a diferenciação mediante a proliferação de desastres em circunstâncias e âmbitos diferenciados. O primeiro gráfico apresenta as tipificações referente aos principais desastres sucedidos nos municípios brasileiros entre o período de 2013 a 2023, e o segundo os municípios com decretos de anormalidades

Principais desastres ocorridos nos Municípios brasileiros (2013 a 2023)



recorrentes de chuvas (2013 a 2023), com base na cadência territorial.

Fonte: (S2ID/MIDR) Coordenadorias Estaduais e Municipais – Elaboração Técnica da CNM.



Fonte: (S2ID/MIDR) Coordenadorias Estaduais e Municipais – Elaboração Técnica da CNM.

Uma das principais tipificações concerne as calamidades públicas nos âmbitos rurais e urbanos, segundo Thiago Sales Pereira e Juliano Cepeda, ambos advogados, em seu estudo de autoria



dupla *"Reconhecimento de Situação de Emergência e de Calamidade Pública nos Municípios"*¹⁶, afirmam que coexistem diversos fatores e elementos entre os tipos de desastres e de como os fatores de vulnerabilidade podem diferir entre eles. Entretanto, nas áreas majoritariamente urbanas, a densidade populacional e a infraestrutura são apontadas como dois dos componentes principais no aumento do risco em casos de desastres, especificadamente devido a possíveis inundações, incêndios, deslizamentos de terra, entre outros constituintes. Por outro lado, as áreas rurais apresentam padrões diversificados, onde os desastres comumente identificados são assinalados como naturais, como secas, enchentes, tempestades, dentre outros. Outrossim, no âmbito rural, a lacuna sob a visão do acesso a serviços de emergência e a baixa resposta estatal atuam intrinsecamente no agravamento e alcance dos desastres.

1.2 Calamidades públicas nos Territórios: impactos sociais e econômicos

A decorrência das calamidades públicas representa grande impacto no âmbito social e econômico, mediante a perda de habitações, estruturas e instituições, configurando um processo de vulnerabilização das comunidades atingidas e, especificadamente, o dano aos cidadãos, logo que a ocorrência de desastres não afeta somente a esfera monetária, resultando em milhares de feridos e óbitos.

Em conformidade com Alexsandra Katia Dallaverde, doutora e mestre em Direito Financeiro pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e procuradora da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em seu artigo *"Efeitos financeiros do estado de calamidade pública e estado de calamidade [pública] financeira: distinções necessárias"*¹⁷ (2020), assinala a destruição da infraestrutura, a perda de propriedade e bens, a redução na produção, o aumento do desemprego e os custos baseado na resposta e recuperação dos efeitos como os protagonistas mediante a proliferação dos impactos econômicos. Outrossim, no âmbito dos impactos econômicos, a seguinte tabela

¹⁶ CEPEDA, Juliano; PEREIRA, Thiago Sales. Reconhecimento de Situação de Emergência e de Calamidade Pública nos Municípios. *Milaré Advogados*, 2024.

¹⁷ DALLAVERDE, Alexsandra Katia. **Efeitos financeiros do estado de calamidade pública e estado de calamidade [pública] financeira: distinções necessárias**. Revista da Advocacia do Poder Legislativo, v. 1, jan./dez. 2020.



representa, através de levantamentos estatísticos, os prejuízos causados mediante desastres nas regiões nacionais entre 2013 e 2023.

Tabela 12 – Prejuízos dos desastres em geral por região 2013 a 2023 (R\$)

Prejuízos por regiões				
Sul	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Nordeste
257.919.196.982	12.499.812.469	48.596.091.248	110.320.092.798	210.117.140.645

Fonte: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/MIDR. Elaboração Técnica da CNM.

De acordo com o artigo “*Calamidade Pública, Pobreza w Território*” de Cyntia Medeiros, os impactos sociais mediante a decorrência de calamidades públicas são contínuos e levam demasiado tempo e investimento para a sua mitigação onde, o desalojamento, a perda de vidas e ferimentos e o estresse e trauma simbolizam padrões testemunhados em grande maioria dos incidentes e, sobretudo, a forma como essas decorrências influenciam diretamente na acentuação das desigualdades sociais. Ademais, Medeiros ressalta a importância da vigência de um planejamento eficaz e disserta sobre a relevância da proteção dos direitos humanos das pessoas, em especial, sob períodos de calamidade pública.

É possível observar, que a maioria das situações que geram emergências sociais ocorrem sem que haja um planejamento para este tipo de ocorrência, no que diz respeito, especialmente a proteção dos direitos humanos destas pessoas. Podemos exemplificar como os mais básicos, aqueles relacionados às necessidades de subsistência das famílias: alimentos, água potável, vestuário, saneamento, alojamento e demais serviços básicos como os de saúde. Estes recursos devem ser disponibilizados sem que haja nenhum tipo de discriminação ou comprovação vexatória de necessidades. (Medeiros, 2021).

Outrossim, a tabela a seguir corresponde a quantidade de mortes por desastres em geral, ou seja, não especificadamente os naturais, por região, de 2013 a 2023.

1.3 Políticas Públicas: uma alternativa para o enfrentamento às calamidades públicas nos territórios

No Brasil, a proteção especial referente as calamidades públicas é o Serviço de Proteção em Calamidades Públicas e Emergências, vinculado ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), onde conduz ações e delibera direcionamentos para o enfrentamento dessas situações após o reconhecimento da situação pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. O serviço é previsto na Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, cujo aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, sendo regulamentado pela Portaria MDS nº 90, de 3 de setembro de 2013. Ademais, conforme prescrito, “O objetivo é assegurar provisões de ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos e trabalho social. Todas essas provisões devem ser empregadas na manutenção de abrigos temporários como estratégia de resposta a esses eventos.”.

Fonte: Coordenadorias Estaduais de Proteção e Defesa Civil e MIDR. Elaboração Técnica da CNM.

Segundo disseminado por Maria das Graças Rua, acadêmica brasileira graduada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Madre Gertudes de São José, possui mestrado em Ciência Política e doutorado em Ciências Humanas pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), em sua obra *“Políticas Públicas: Formulação, Implementação e Avaliação”*¹⁸ (2020):

Políticas públicas podem ser compreendidas como um conjunto de ações ou omissões do Estado, organizadas por meio de um processo político-administrativo, com o objetivo de resolver problemas coletivos e promover o bem-estar social. Essas políticas envolvem a formulação, execução e avaliação de programas governamentais que buscam atender às demandas da sociedade e alcançar objetivos previamente estabelecidos. (Rua, 2020).

**Tabela 9 – Quantidade de mortes por desastres em geral
por região (2013 a 2023)**

Mortes por desastres em geral				
Sul	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Nordeste
560	242	85	1.451	329

¹⁸ RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas: Formulação, Implementação e Avaliação**. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2020.



Conforme Leonardo Secchi, Fernando de Souza Coelho e Valdemir Pires, em sua obra *"Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos"*¹⁹ (2020), onde argumentam que a área que diz respeito as políticas públicas consolidou "um corpus teórico próprio, um instrumental analítico útil e um vocabulário voltado para a compreensão de fenômenos de natureza político-administrativa". Ademais, mediante a funcionalidade da política em si, Phillippe SCHMITTER (1979, p. 38)²⁰ propõe uma definição ressaltando sua funcionalidade: "a função da política é a de resolver conflitos entre indivíduos e grupos, sem que este conflito destrua um dos partidos em conflito".

O Governo Federal dispõe de quatro renomados programas no âmbito dos desastres naturais, são eles: 1027 – *Prevenção e Preparação para Desastres*, 1029 – *Resposta aos Desastres e Reconstrução*, 1138 – *Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial* e 2040 – *Gestão de Riscos e Resposta a Desastres*. Outrossim, a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), representa o órgão responsável pelo controle e administração das solicitações de Estado de Calamidade e Situação de Emergência, atuando diretamente na mitigação dos desastres, e, simultaneamente, na reestruturação e reinserção social. Conforme o site da Secretaria, o seu compromisso é:

A atuação da proteção e defesa civil tem o objetivo de reduzir os riscos de desastre e compreende ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, e se dá de forma multissetorial e nos três níveis de governo federal, estadual e municipal – com ampla participação da comunidade.

O gráfico a seguir demonstra, estatisticamente, a transferência financeira referente aos programas da Defesa Civil aos municípios para diferentes segmentos entre 2009 e 2014, regulamentado pelo Manual Técnico do Orçamento (MOT).

¹⁹ COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir; SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas [livro eletrônico]:** conceitos, casos práticos, questões de concurso, 3. ed. – São Paulo: Cengage Learning, 2020.

²⁰ SCHMITTER, Phillippe. **Reflexões sobre o Conceito de Política.** In: BOBBIO, Norberto. Curso de Introdução à Ciência Política. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979. p. 31-39.



Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Drenagem Urb. e Cont de Erosão Marítima e Fluvial	48.037.785	210.285.684	345.418.863	231.290.872	149.050.687	22.309.484	1.006.393.375
Gestão de Riscos e Resposta a Desastres				336.305.138	561.521.506	1.750.049.597	2.647.876.241
Prevenção e Preparação Para Desastres	115.031.479	130.445.446	92.958.121	62.486.614	56.005.124	20.269.990	477.196.773
Resposta aos Desastres e Reconstrução	176.613.688	714.773.765	215.503.257	101.763.677	34.937.694	53.148.120	1.296.740.201
Total	339.682.952	1.055.504.894	653.880.240	731.846.302	801.515.012	1.845.777.191	5.428.206.591

Fonte: O repasse aos Municípios – Elaboração Técnica da CNM.

Ademais, o Decreto Nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, responsável por regulamentar os artigos 1º, 3º, 4º e 5º da Lei Nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, direciona as transferências dos recursos financeiros obrigatórios aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a articulação de ações que atuem no gerenciamento e prevenção em áreas de risco devido a desastres.

A implementação das políticas públicas é de suma importância para a mitigação dos impactos decorrentes dos desastres de caráter natural ou não, que atuam na configuração das calamidades pública, porém, além da negligência mediante a consumação de ações para a atenuação dos desastres, especificadamente o que se refere as comunidades rurais, acentua-se o descaso e a ineficácia das políticas públicas atuais, em especial, mediante as populações que apresentam vulnerabilidade socioeconômica.

Considerações Finais

O estudo mediante as calamidades públicas e a territorialidade e, especificadamente, a correlação entre elas, ressalta o vínculo entre os desastres, naturais ou não, a vulnerabilidade socioeconômica e a ineficácia e necessidade da implementação de políticas públicas capazes de mitigar e recuperar as decorrências dos desastres.

Observou-se que as populações mais afetadas são as que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, onde estão expostas a possíveis riscos devido a infraestrutura e as comunidades rurais, onde, conforme padrão, os desastres tendem a ser influenciados por elementos naturais. Outrossim, o Brasil possui estatísticas avassaladoras mediante as calamidades públicas, manifestados pelos PDLs que decretam o Estado de Calamidade Pública (ECP) e a Situação de Emergência (SE).



As políticas públicas voltadas para a gestão de riscos e desastres desempenham um papel fundamental na redução dos danos e na proteção das populações afetadas. No entanto, a ineficácia de majoritariamente todas essas medidas, especialmente nas áreas rurais e comunidades de baixa renda, evidencia a necessidade de maior investimento em infraestrutura, capacitação e articulação entre os diferentes entes estatais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 nov. 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_cnas_n109_%202009.pdf. Acesso em: 03 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.219, de 23 de novembro de 2022**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 nov. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11219.htm#art41. Acesso em: 02 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 abr. 2012. Disponível em: [L12608](#). Acesso em: 02 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Situação de calamidade pública**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/servicos-e-programas/calamidade-publica>. Acesso em: 03 mar. 2025.

CAMPOS, Amanda. **O reflexo das mudanças climáticas**. Rio de Janeiro, 2017.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 21ª Edição. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2009.

CEPEDA, Juliano; PEREIRA, Thiago Sales. Reconhecimento de Situação de Emergência e de Calamidade Pública nos Municípios. **Milaré Advogados**, 2024. Disponível em: <https://milare.adv.br/reconhecimento-de-situacao-de-emergencia-e-de-calamidade-publica-nos-municipios/>. Acesso em: 03 mar. 2025.

COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir; SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas [livro eletrônico]: conceitos, casos práticos, questões de concurso**, 3. ed. – São Paulo: Cengage Learning, 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Danos e prejuízos causados por desastres: 2023. Brasília: **CNM**, 2023. Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2022/Estudos_tecnicos/202204_ET_DEF_Danos_Prejuizos_Causados_Desastres2023.pdf. Acesso em: 04 mar. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Municípios sofrem com os desastres naturais. Brasília: **CNM**, 2022. Disponível em: <https://cnm.org.br/storage/biblioteca/ET%20Vol%207%20->



[%2018.%20Munic%C3%ADpios%20sofrem%20com%20os%20desastres%20naturais.pdf](#). Acesso em: 04 mar. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Panorama dos Desastres no Brasil: 2013 a 2023. Brasília: CNM, 2023. Disponível em: https://cnm.org.br/storage/noticias/2023/Links/01_Panorama%20dos%20Desastres%20no%20Brasil%202013%20a%202023.pdf. Acesso em: 04 mar. 2025.

CUNHA, Fátima. **O Impacto das Mudanças Climáticas nas Populações Vulneráveis**. São Paulo, 2015.

DALLAVERDE, Alessandra Katia. **Efeitos financeiros do estado de calamidade pública e estado de calamidade [pública] financeira**: distinções necessárias. Revista da Advocacia do Poder Legislativo, v. 1, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://revista.anpal.org.br/wp-content/uploads/2020/11/REVISTA-ANPAL-EFEITOS-FINANCEIROS-DO-ESTADO-DE-CALAMIDADE-PUBLICA-E-ESTADO-DE-CALAMIDADE-PUBLICA-FINANCEIRA.-DISTINCOES-NECESSARIA.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2025.

FRANCO, Alex. **O desenvolvimento ambiental no contexto no sistema capitalista**. São Paulo, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Lopes, J. (2014). Moraes, A. C. R. (2013), **Território na Geografia de Milton Santos**, Annablume, São Paulo, 130 p., ISBN 978-85-391-0526-7. Investigaciones Geográficas, Boletín Del Instituto De Geografía.

LÖWY, Michael. **Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização**: a alternativa ecossocialista. Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 1, p. 76-86, 10 abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v26n67/a06v26n67.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2025.

Marangon, M. P. (2021). **Gestão de Desastres e Calamidades Públicas no Brasil**. Editora Ciência Moderna.

MEDEIROS, Cyntia. **Calamidade Pública, Pobreza e Território**. 1ª ed. Pernambuco: Secretaria de Assistência Social, 2021. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/09092021095934-texto.modulo.1.a.atuacao.da.assistencia.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2025.

Moraes, A. C. R. (2011), **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia, Annablume, São Paulo.

PINHEIRO, H. F. Calamidade pública. **Revista de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 36, p. 38–46, 1954. DOI: 10.12660/rda.v36.1954.13699. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/13699>. Acesso em: 02 mar. 2025.

Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2020. **Senado Federal**, 2020. Disponível em: [PDL 88/2020 - Senado Federal](#). Acesso em: 02 de mar. 2025.

DIMARI, Anderson Marques; FRANCO, Elvira Noara dos Santos Gonçalves; FAGUNDES, Flávio; PINTO, Josué Seixas; MARQUES, Luana Rodrigues; MEZOMO, Lucas Rafael; KOGLIN, Luiz Alfredo Lopes; PRADO, Maira Sandri do; BERGOLI, Matheus Quedi; DASSI, Roseli Adrichen;



HIRSCHMANN, Tabara Pacheco; OLIVEIRA, Yuri Jesus Fagundes. O impacto das mudanças climáticas nas comunidades vulneráveis. **RevistaFT: Revista Científica de Alto Impacto**, v. 28, n. 137, ago. 2024. DOI: 10.69849/revistaft/ar10202408231700. Disponível em: <https://revistaft.com.br/o-impacto-das-mudancas-climaticas-nas-comunidades-vulneraveis/>. Acesso em: 02 mar. 2025.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas: Formulação, Implementação e Avaliação**. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 5ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SCHMITTER, Phillippe. **Reflexões sobre o Conceito de Política**. In: BOBBIO, Norberto. Curso de Introdução à Ciência Política. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979. p. 31-39.

VALÊNCIO, Norma. **Sociologia do Desastre**. São Carlos: RiMA Editora, 2009.



CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS DA SUB-BACIA DO RIO CALHAUZINHO EM ARAÇUAÍ, NO MÉDIO JEQUITINHONHA

Eixo 3: Território e territorialidade nos debates climáticos ambientais

DANIELA LUIZ SILVA¹

BERNARDO VAZ DE MACEDO²

THIAGO VASCONCELOS MELO³

RESUMO: Este artigo analisa as comunidades a montante e a jusante da barragem do rio Calhauzinho, a fim de compreender as dinâmicas do sistema produtivo dos lavradores das comunidades. A barragem se encontra localizada no município de Araçuaí no Médio Jequitinhonha no estado de Minas Gerais. Observou-se que as comunidades, mesmo estando em uma região semiárida que enfrenta desafios com a escassez hídrica, destacam-se pela notável diversidade de sua produção. Com um sistema social e produtivo profundamente vinculado à terra e às relações sociais, no qual se interconectam com as dinâmicas de trabalho, com as diversas práticas produtivas, reprodução cultural, vínculos sociais, padrões de consumo e a gestão dos recursos naturais.

Palavras chaves: Sistema produtivo, água, plantar, família, Córrego Narciso.

ABSTRACT: This article analyzes the upstream and downstream communities of the Calhauzinho River dam to understand the dynamics of the farmers' productive system. The dam is located in the municipality of Araçuaí, in the Middle Jequitinhonha region of Minas Gerais state. It was observed that these communities, despite being in a semiarid region facing water scarcity challenges, stand out due to the remarkable diversity of their production. Their social and productive system is deeply intertwined with the land and social relationships, interconnecting with work dynamics, diverse productive practices, cultural reproduction, social bonds, consumption patterns, and natural resource management.

Keywords: production system; water; planting; family; Narcissus Stream.

INTRODUÇÃO

O rio Calhauzinho está localizado no município de Araçuaí, na região conhecida como Médio Vale do Jequitinhonha do estado de Minas Gerais. O rio percorre diversas comunidades rurais até se encontrar com o grande rio Araçuaí, na cidade ele separa alguns bairros periféricos da maior parte da cidade.

Assim como a cidade é fragmentada em bairros, o rural é fragmentado em comunidades, mas com uma lógica diferente. Pois, no rural são espaços de pertencimento dos moradores. As

¹ Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1726004546109904>. E-mail: daniela.luiz@ufvjm.edu.br.

² Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0834574606662911>. E-mail: bernardovmac@hotmail.com.

³ Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8863529994485374>. E-mail: thiago.melo@ufvjm.edu.br.



comunidades abrigam a terra, a propriedade, a família, a produção, a alimentação, a relação social, a troca e a venda, a escola, a igreja e mercearia.

A água, os rios e córregos são importantes instrumentos que são parte integral das comunidades rurais. A relação água e a moradia é entrelaçada pela oportunidade de produzir e de viver das famílias. E quando se trata de comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha essa relação é acompanhada por vivência que dita a rotina de vida das famílias, ao passo que é uma região que foi muito explorada, hora pelos colonos, fazendeiros e hora pelas mineradoras. Nesse sentido, estudar essas comunidades que resistem nesses aglomerados é uma forma de entender um modo de vida totalmente diferente da cidade, mas que traz consigo muito significado atrelado a identidade de cada comunidade e que mantém a população no campo,

Nesse sentido, entendendo que cada região possui as suas peculiaridades e que o país possui uma grande heterogeneidade. Este trabalho possui como objetivo realizar uma breve análise das comunidades a montante e a jusante da barragem do Calhauzinho⁴, a fim de compreender as dinâmicas do sistema produtivo dos lavradores das comunidades. A presente pesquisa é um desdobramento da pesquisa realizada entre 2020 a 2023 com os produtores do projeto de piscicultura na barragem do rio⁵ Calhauzinho em Araçuaí, que originou este estudo.

AS COMUNIDADES A MONTANTE E A JUSANTE DA BARRAGEM DO CALHAUZINHO

A partir do processo de invasão, exploração e ocupação do Vale do Jequitinhonha foram surgindo as comunidades rurais. Segundo Ribeiro *et al.* (2013), a gênese das comunidades rurais no Alto Jequitinhonha reside na convergência de laços familiares, memórias e a relação intrínseca com a terra. Essa aglutinação de propriedades familiares em núcleos de vizinhança evoluiu para o que

⁴ A barragem do rio Calhauzinho, construída pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), foi inaugurada em março de 1991 (Minas Gerais, 2010). Inicialmente administrada pela Fundação Rural Mineira (Ruralminas), sua gestão é atualmente de responsabilidade da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA).

⁵ O rio Calhauzinho nasce na Serra da Crupiara, mais precisamente na comunidade das Neves, em Araçuaí, a cerca de 45,4 km da cidade. Com uma extensão de 54,42 km, seu curso atravessa os municípios de Novo Cruzeiro e Araçuaí. Da sua área de drenagem total de 605 km², aproximadamente 508 km² (84%) estão em Araçuaí, enquanto os 97 km² restantes (16%) pertencem a Novo Cruzeiro. A sub-bacia do rio Calhauzinho é alimentada por sete córregos afluentes. Na margem esquerda, estão os córregos Diamantino, Palmital, Fundo, Aguada Nova e Curuto. Na margem direita, localizam-se os córregos Tesouras e Narciso (Minas Gerais, 2010). Não obstante, todos os sete enfrentam a seca anualmente.



conhecemos como comunidade rural, quase sempre identificada pelo nome do curso d'água vital ou do pioneiro que ali se estabeleceu. Galizoni, por sua vez, enfatiza as seguintes características dessas comunidades

No Médio Jequitinhonha, as comunidades rurais são unidades de demarcação territorial e de relações sociais, conduzidas pelos próprios lavradores. São pautadas por relações de parentesco, compadrio e vizinhança, organizadas e participativas, que procuram criar soluções próprias para seus problemas (Galizoni *et al.*, 2020, p. 59).

Graziano e Graziano Neto (1983), observam que a população camponesa se estabeleceu em comunidades dispersas pelo interior do Vale do Jequitinhonha. Essas comunidades podem se apresentar como aglomerados de casas em torno de espaços religiosos e comerciais, ou como moradias isoladas em pequenos lotes dentro das grotas, com um centro comunitário que geralmente inclui uma escola, uma igreja e alguns estabelecimentos comerciais. Sobre os laços sociais e políticos que estruturam essas comunidades, os autores destacam o seguinte:

Entretanto, os laços sociais e políticos que caracterizam a comunidade são os componentes mais importantes da mesma. Os laços de caráter pessoal, que se manifestam através das práticas de ajuda mútua, de vizinhança, de reciprocidade, de compadrio, de parentesco, ao lado das práticas, religiosas e festivas, constituem a maneira pela qual a comunidade ganha sentido através das quais se faz presente (Graziano e Graziano Neto, 1983, p. 93).

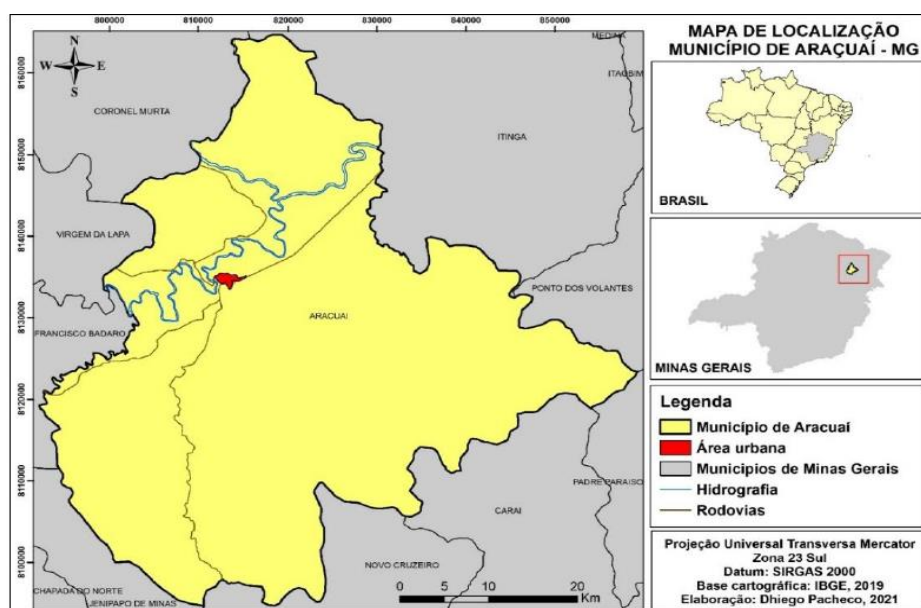
A barragem do Calhauzinho se encontra localizada no município de Araçuaí⁶ no Médio Jequitinhonha. O município possui mais de 67 comunidades rurais (Galizoni *et al.*, 2020). Em relação a localização das comunidades de Araçuaí, algumas se encontram tão remotas da sede municipal que seus moradores frequentemente optam por se deslocar aos centros de outros municípios vizinhos, como Caraí e Novo Cruzeiro, para acessar serviços e comércio. As comunidades também exibem distintas configurações: algumas se organizam em aglomerados maiores, caracterizados pela presença de casas, escolas, igrejas e mercearias, sendo denominadas povoados; enquanto outras se caracterizam pela dispersão das propriedades, sem um núcleo central definido. Essa dinâmica da distribuição geográfica das moradias dos lavradores e das próprias comunidades reflete diretamente o processo

⁶ Araçuaí possui um clima semiárido, e apresenta uma temperatura média de 25,89°C. As chuvas se concentram entre novembro e janeiro, embora com variações anuais, resultando em um longo período de estiagem. Existem cinco rios que são vitais para a economia e o social do município: Araçuaí, Piauí, Gravata, Setúbal e o rio Calhauzinho (PEREIRA *et al.*, 2003). Além disso, o município possui uma área de 2.236,279 km², com uma população estimada pelo IBGE de 2022 de 34.297 pessoas. E 35% da população se encontrava no meio rural e 65% no meio urbano (IBGE, 2010). Além disso, de acordo com o último Censo Agropecuário do IBGE de 2017, 83,2% dos 2.589 estabelecimentos agropecuários de Araçuaí são de agricultura familiar.



histórico de ocupação da região. Muitas famílias, buscando refúgio, se estabeleceram em terras distantes e desocupadas, adentrando as matas e fixando residência em locais afastados das estradas e dos centros comerciais da época. O Mapa 1 apresenta a localização da área urbana, ou seja, a cidade de Araçuaí.

Mapa 1- Localização do município de Araçuaí, Médio Jequitinhonha



Fonte: Pacheco (2021).

A sub-bacia hidrográfica do rio Calhauzinho compreende cerca de 23 comunidades, com 19 situadas no município de Araçuaí e 4 em Novo Cruzeiro, abrigando uma população estimada em 7.350 famílias. As principais nascentes dos córregos que formam a sub-bacia localizam-se na Chapada do Lagoão (Bronazatto *et al.*, 2001). O Mapa 2 ilustra a distribuição dessas comunidades a montante e a jusante da barragem de Calhauzinho, permitindo visualizar o curso do rio até a barragem e, posteriormente, seu trajeto até a cidade, onde conflui com o rio Araçuaí. Embora o mapa destaque sete córregos afluentes do Calhauzinho, possivelmente devem existir outros. Adicionalmente, o ribeirão das Almas é frequentemente referido como Diamantino. A área da Chapada do Lagoão⁷ que

⁷ De acordo com Caires e Vieira (2011), a Chapada do Lagoão está localizada no município de Araçuaí, possuindo 24.180,0 hectares. Por sua vez, a lagoa está localizada em uma Área de Proteção Ambiental – APA, criada na década de 1990, que abrange um conjunto de lagoas. Sendo que, a lagoa do Lagoão é a maior e abrange uma área de aproximadamente 211 ha, a lagoa da Lapinha abrange 154 ha e as duas lagoas intermitentes possuem juntas aproximadamente 105 ha. Segundo os autores a APA é o berçário das águas de Araçuaí, bem como uma excelente opção de renda para as famílias extrativistas do local. Sua conservação caracteriza-se como uma importante estratégia de

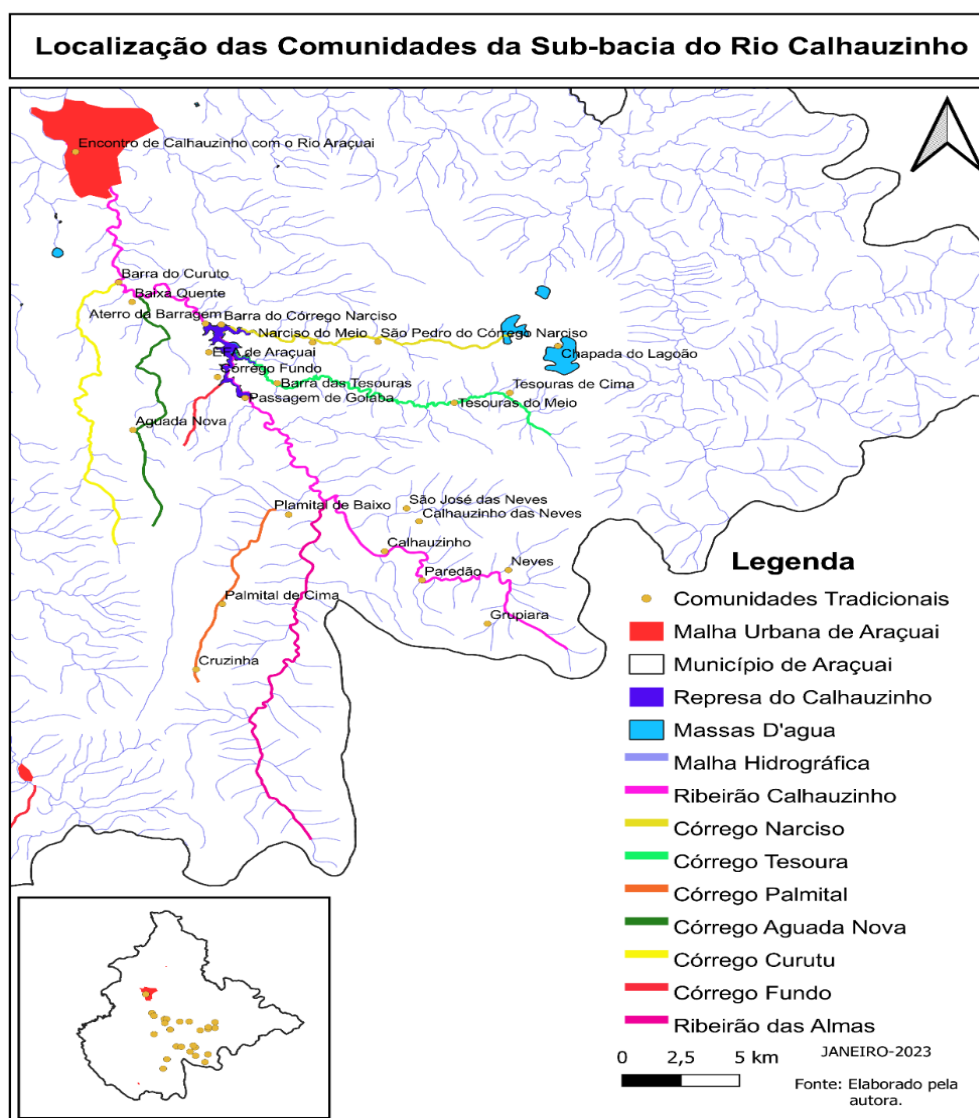


também é evidenciada no mapa é reconhecida pelos conflitos fundiários iniciados no final da década de 1970 (Leite, 2015), que ameaçavam as posses e as condições de reprodução dos moradores das comunidades locais.

Em algumas comunidades, a dispersão das propriedades é tão acentuada que as mesmas são informalmente subdivididas em duas ou três partes, frequentemente denominadas "de Cima", "do Meio" e "Barra", como se observa nos casos das comunidades Córrego Narciso e Tesouras. Em certas situações, devido à grande distância de suas residências em relação ao núcleo principal da comunidade, os moradores adotam um nome diferente para se referirem ao seu local de moradia, nome este que não consta nos registros oficiais. Observa-se também a ocorrência de moradores que se filiam à associação comunitária de uma comunidade vizinha, motivados pela maior proximidade geográfica, como no caso de alguns residentes de Córrego Narciso que são associados à comunidade de Salitre.

Mapa 2– Localização das comunidades da Sub-bacia do Rio Calhauzinho pertencentes a Araçuaí

convivência com a seca em função do abastecimento do lençol freático e a manutenção das nascentes. De acordo com IFNMG (2025), a APA, é reconhecida como um patrimônio ambiental de valor inestimável, destaca-se pela abundância de recursos hídricos, contando com mais de 100 nascentes mapeadas e situada na zona de transição entre dois biomas de grande relevância: o Cerrado e a Caatinga. A área também abriga comunidades tradicionais quilombolas e populações locais que mantêm vínculos históricos e culturais profundos com o território. Contudo, vale destacar que agora em 2025 a APA está sendo espaço de discussões ferrenhas entre a prefeitura municipal de Araçuaí que propôs o projeto de Lei Nº 02, de 7 de fevereiro de 2025. Com o intuito de realizar alterações na área de abrangência da APA, em um período em que a exploração do lítio vem avançando na região.



Fonte: Silva (2023).

A região que abrange a comunidade Tesoura é banhada pelo córrego Tesouras, um curso d'água intermitente que cessa seu fluxo durante a estação seca. Moradores locais relatam que o nome do córrego reflete essa característica, pois frequentemente "cortava" o fornecimento de água. De maneira similar, a comunidade do Curuto também deriva seu nome de um córrego com regime intermitente (Pereira *et al.*, 2003). O fenômeno da seca em córregos e rios foi agravada pela combinação de ações antrópicas predatórias, como a pecuária extensiva e as monoculturas de eucalipto. Diante desse cenário, torna-se imperativa a adoção de práticas conservacionistas na gestão



dos recursos naturais, abrangendo desde a manutenção e preservação dos ecossistemas existentes até a recuperação de áreas já degradadas.

Segundo Bronzatto *et al.* (2001), no passado a terra se caracterizava-se por uma terra fértil, que garantia abundância de alimentos, além de recursos hídricos em seus córregos e uma biodiversidade rica nas matas. Em seu relato, Dona Augusta, moradora local da comunidade Lajinha, destacou que, durante sua infância, as famílias limitavam-se a adquirir na cidade apenas itens essenciais, como sal, fósforo e querosene. A maior parte dos recursos utilizados e consumidos provinha diretamente da natureza, evidenciando um sistema de subsistência profundamente integrado ao meio ambiente. Portanto, houve uma ruptura e o cenário mudou, ocasionando problemas como a escassez hídrica e a fertilidade da terra é questionada.

Conforme relato de uma moradora local, a região enfrenta atualmente um declínio acentuado nos índices pluviométricos. Ela recorda que, em décadas anteriores, múltiplos mananciais abasteciam a área, mantendo reservatórios perenes que garantiam abundância de recursos hídricos e produtividade agrícola. No entanto, nas últimas décadas, a intensificação de períodos de estiagem alterou radicalmente esse cenário, resultando em escassez crônica de água e na precarização das condições socioambientais do território (Vaz de Macedo, 2019).

Originalmente, a região da sub-bacia do Calhauzinho era caracterizada por grandes fazendas com numerosos agregados. Com o tempo, essas terras foram sendo partilhadas entre os herdeiros dos fazendeiros e, posteriormente, muitas foram vendidas a terceiros. Esse processo contínuo de divisão hereditária e venda resultou na fragmentação das propriedades, diminuindo progressivamente a extensão de terra possuída por cada proprietário (Bronzatto *et al.*, 2001).

Em sua tese de doutorado, Vaz de Macedo (2019) analisa a comunidade Córrego Narciso do Meio e destaca como a figura do 'agregado' e sua vinculação com a terra ocupam um lugar central nas narrativas locais. Apesar do desaparecimento das antigas grandes fazendas e da transformação histórica que levou os lavradores a deixarem de ser agregados, as memórias desse período seguem vivas entre as algumas gerações, que preservam as histórias transmitidas por seus pais.

As terras da comunidade Córrego Narciso estão situadas próximo ao aterro da barragem do Calhauzinho, onde a Barra do Córrego Narciso deságua e delimita o entorno do reservatório. Moradoras/es de Córrego Narciso do Meio consideram a barragem parte do território da comunidade,

pois de uso tradicional desde muito antes da construção da barragem em 1990. Nesse território, estão localizadas a Escola Família Agroecológica de Araçuaí e um dos maiores cultivos de banana da região. Registros históricos indicam que a comunidade Córrego Narciso foi originalmente dividida em três núcleos: São Pedro do Córrego Narciso, Córrego Narciso do Meio⁸ e Barra do Córrego Narciso. O córrego Narciso nasce na Chapada do Lagoão percorre extensas áreas da comunidade e deságua na parte baixa da barragem do Calhauzinho. Contudo, seu leito permanece seco na maior parte do ano, sendo perene apenas durante a estação chuvosa (Vaz de Macedo, 2019).

O topônimo da comunidade Córrego Narciso remete não apenas ao curso d'água que a atravessa, mas constitui uma honraria a Narciso, um homem negro que habitou na região em períodos primórdios, conforme registrado no testemunho oral de um de seus moradores de 92 anos de idade:

Chama Córrego Narciso porque... chamava Córrego de Santo Antônio... o mapa Córrego Santo Antônio [es]tá em Minas Novas. Araçuaí era Minas Novas. O dono deu pro Santo padroeiro. Aí quando deu uma certa altura [altura], deve ser que o padre vendeu o Córrego pra um homem que chamava Narciso. O padre vendeu pra Narciso Rodrigues... comprou da barra à cabeceira... por um conto de Réis. Narciso fez a casa no meio do córrego, pra ficar mandando pra cima e pra baixo. Aí Narciso foi vendendo os pedaços. Isso é coisa que está quase com duzentos anos. (Camilo de Salvino, 92 anos) (Vaz de Macedo, 2019, p. 46).

Dentre as comunidades da sub-bacia do rio Calhauzinho, Córrego Narciso destaca-se por possuir uma associação comunitária formalmente constituída desde o início dos anos 1990, além de reconhecimento oficial como território quilombola (Lopes *et al.*, 2015). A liderança da associação de Córrego Narciso era exercida por duas mulheres, ocupando os cargos de presidente e vice-presidente. Conforme Vaz de Macedo (2019), o padrão de ocupação territorial da comunidade segue a dinâmica do córrego homônimo: as residências estão distribuídas a uma distância média de 50 a 100 metros do leito, ocupando margens, encostas e topos de morros, com espaçamento variável entre 30 e centenas de metros entre os domicílios. Essa configuração reflete a adaptação histórica às características geomorfológicas locais.

OS SISTEMAS PRODUTIVOS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL NAS COMUNIDADES DA SUB-BACIA DO RIO CALHAUZINHO

⁸ Em 2015 a comunidade recebeu a certificação de remanescente quilombola, entregue pela Fundação Cultural Palmares, com o processo Córrego do Narciso do Meio N° processo no INCRA 01420. 010889/2014-69 (Fundação Cultural Palmares, 2022).



A marcante presença da mão de obra familiar nos sistemas produtivos das comunidades rurais, é um ponto importante no modo como as famílias se organizam dentro das propriedades. Outro ponto importante é a organização da divisão da localização do plantio de cada cultura. Nas comunidades da bacia do rio Calhauzinho predominam os minifúndios, onde as terras mais baixas e próximas aos córregos, como os tabuleiros, se mostraram ideais para a agricultura devido à sua planície, maior fertilidade e umidade (Minas Gerais, 2010).

Nessa perspectiva, os sistemas produtivos das unidades domésticas são constituídos pela família. De acordo Freire (2001), a família é considerada como um grupo de pessoas de diversas idades, gêneros e de diferentes posições, unidas por laços sanguíneos, de parentesco ou dependência, que estabelecem relações marcadas tanto por afeto e solidariedade quanto por conflitos e tensões. A autora considera, portanto, uma unidade fundamental para a reprodução biológica e social, dado a transmissão de valores e costumes, e também ideológica e econômica.

Ribeiro *et al.* (2013) observaram que a família constitui o alicerce fundamental dessas sociedades rurais do Vale do Jequitinhonha. Essas famílias se agregam em comunidades, tecendo laços de parentesco, moldando o ambiente, organizando o espaço e compartilhando uma história comum para formar unidades de reprodução cultural e de técnicas materiais, além de promoverem a troca de bens e a prática da dádiva. Tanto a família quanto a comunidade são depositárias de um rico histórico de convivência, aprendizado e experimentação, acumulando um acervo respeitável de conhecimentos sobre o meio.

A atividade de plantar, colher e produzir um produto de forma artesanal pode envolver toda a família, como destaca Freire (2001, p. 62), na roça: “Geralmente, trabalham homem e mulher, pela própria dificuldade de pagar ajudantes”. Na produção de farinha de mandioca, o preço recebido pela venda não compensa que se paguem camaradas; de modo que quase todos os membros de uma família, inclusive crianças, participam da produção, principalmente descascando a mandioca e torrando a massa; outros membros da comunidade.

Quando há demanda por apoio em atividades produtivas e a família possui condições financeiras, opta-se pela contratação de um camarada-a-dia. Nesses casos, formaliza-se um contrato ou acordo temporário para a realização de uma tarefa específica dentro de um prazo estabelecido, com remuneração fixada em valor monetário ou em espécie (Graziano; Graziano Neto, 1983).



Nessa mesma perspectiva, Vaz de Macedo (2019) notou que em Córrego Narciso, há algumas expressões bastante empregada, como exemplo: “É um pelo outro” e “Dar um digitório” (variação de “adjutório”). A primeira refere-se a trocas baseadas na complementaridade de habilidades, como na divisão de tarefas durante a produção de farinha de mandioca ou na permuta de feijão por abóboras, em que cada parte compensa as limitações da outra. Já a segunda expressão denota uma ajuda ágil e descompromissada, distinta do mutirão tradicional, conforme ilustrado em diálogo entre o morador Mário e Cona (Vaz de Macedo, 2019, p. 288).

Bernardo: E mutirão...

Cona: Ela [Das Dores] falou “Eu vou ajudar vocês”... E dá cova, que nem homem.

Mário: Das Dores é boa de enxada, meu fi[lho].

Cona: Ajudou eu plantar aquela mandioca ali, ó. Dá n’ocasião de festa aí eu ajudo limpar frango. Nós já limpamos até [até] 13 frangos eu mar [mais] Das Dor[es]. Reparte um bocado lá ni Nenga... Eu sei assar um frango da hora, ó. Nem ela pagava pra mim... eu conzinei mais ela lá o dia inteiro no dia do casamento, né... quando foi o dia d’eu plantar minha mandioca, ela veio me ajudar. Nem eu cobre dela, nem ela cobrou de mim.

Bernardo: É digitório...

Cona: Não. Digitório já é diferent[e]. Digitório você vai lá e se você querer ficar 2 minutos é um digitório que você deu, né. Vam[os] supor, se tiver na tenda de farinha... Mutirão é assim: você vai na roça, ajuda ele plantar a roça dele... depois a hora que terminou a dele, aí ele vem ajudar a gent[e]. Aí é mutirão. Mas digitório é... se você ficar lá dois minutos... Mutirão, enquanto num completar [completar] aquele serviço que você foi fazer... é mutirão. Mas digitório, a hora que você quer vim embora você vem, né.

Bernardo: Mutirão é mais compromisso.

Mário: Eles veio aqui uma vez ajudar eu plantar lá ni mãe... nós plantou 10 medida de mi[lho]... Tinha muita gente... Os meninos de Pio, Cá d’Alberto, Miguel...

Cona: Nós ajudamos Miguel, ajudou povo de Pio, e depois povo de Pio e Miguel veio ajudar nós. Depois nós plantamos meio alqueire de mi[lho], lá no deles.

Mário: E deu mi[lho], meu fi[lho]. Deu um mizim [milhozinho] bom.

Bernardo: E o almoço?

Cona: Cada um vem almoçar na casa deles.

Mário: É bom. Que dá uma força boa, viu. Querer plantar a roça tudo d’uma vez, você pranta. A lavoura.

Cona: As plantas nascem iguais [do mesmo tamanho], né...

Algo bastante perceptível nas interações dos moradores das comunidades de Araçuaí, se baseia na dinâmica das trocas entre eles e a doação do excedente para outro, isso é perceptível na pesquisa do Vaz de Macedo (2019), mas também quando se visita as comunidades. Existem certas práticas que são quase um ritual para visitantes. Uma delas é convidar o visitante para conhecer a propriedade, nisso o anfitrião faz questão de conduzir o visitante por uma demonstração detalhada das plantações, colhendo amostras durante o percurso que, ao final, são ofertadas ao convidado como gesto simbólico. E mesmo quando o visitante já conhece a propriedade, realiza-se o passeio para



apresentar as mudanças recentes, o que tem de novo e analisarem as plantações e trocarem experiências com uma e outra produção que possuem em comum.

As comunidades localizadas às margens da barragem do Calhauzinho apresentam uma produção marcada pela notável diversidade. Seus sistemas alimentares abrangem um amplo sistema de produção de alimentos, conforme evidenciado por Pereira *et al.*, (2003), que registraram a coexistência de produção agrícola – com cultivos de fumo, milho e feijão – e pecuária extensiva na comunidade de Tesouras de Cima.

Por outro lado, outras condições além da diminuição das chuvas também parecem afetar as dinâmicas de produção, como aquelas relacionadas a inovações tecnológicas e às ocupações de crianças e jovens (diferenças geracionais). Enquanto o uso de um tanquinho de lavar roupas alivia e libera mulheres para realizarem outras atividades (“Tanquinho... cê tá limpando casa, fazendo comida...”) (Vaz De Macedo, p.297, 2019). O uso atual de motor elétrico para ralar mandioca descascada foi precedido pelo motor à óleo diesel ou à gasolina, pela roda tocada manualmente e à forma mais elementar de ralar manualmente e em pequena quantidade em um ralo feito de lata e pregos. Na comunidade de Tesouras do Meio, há uma tenda comunitária de farinha onde a torração é feita em um tacho tocado com pás elétricas; enquanto em Córrego Narciso do Meio, cada casa costuma ter uma tenda onde se torra a massa ralada de forma manual no tacho. Na comunidade Baixa Quente havia uma tenda de farinha, mas há alguns anos pararam de produzir farinha.

Na região da sub-bacia do Calhauzinho, os tabuleiros são reconhecidos como as áreas mais férteis para cultivo agrícola. Nessas terras, os agricultores desenvolvem uma produção diversificada, incluindo culturas como milho, feijão, cana-de-açúcar, hortaliças, mandioca, fumo, frutas e forragens para alimentação animal (Bronzatto *et al.*, 2001). Entretanto, essa dinâmica pode variar conforme o dimensionamento das propriedades, uma vez que existem moradores que não dispõem de tabuleiros em suas terras e aqueles que dispõem de outras áreas ideais para o cultivo de determinada cultura.

O cultivo do fumo é praticado em determinadas comunidades da região, onde a planta demonstra adaptabilidade ao clima árido predominante. Além disso, os agricultores adotam o sistema de consórcio, integrando-o a outras culturas agrícolas (Bronzatto *et al.*, 2001), como melancia e abóbora. O processo de transformação do fumo em produto final envolve diversas etapas, desde o cultivo até o beneficiamento. Essa cadeia produtiva é tradicionalmente desempenhada por meio do trabalho coletivo familiar, envolvendo múltiplos familiares. Vaz de Macedo (2019) detalha o processo de



produção artesanal do fumo em uma unidade produtiva familiar localizada no Córrego Narciso do Meio, onde os moradores dominam técnicas tradicionais transmitidas geracionalmente:

“A manhã e a tarde foram dedicadas a “moiar” (juntar as folhas em molhos)⁹, e destalar (retirar o talo das folhas), o fumo, e o início da noite a fiá-lo. Como eram de duas a três mulheres e um homem destalando e dois homens fiando [...]” (Vaz de Macedo, 2019, p. 28).

O cultivo da mandioca constitui uma prática quase integralmente difundida entre as famílias da sub-bacia do Calhauzinho, onde assume papel central na subsistência local. Além do consumo humano direto – preparada cozida ou frita –, a mandioca é destinada à alimentação animal e ao processamento de derivados, como o polvilho e a farinha. Essa última, em especial, é produzida nas tendas de farinha (Bronzatto *et al.*, 2001).

A Figura 3 ilustra a colheita de mandioca na comunidade Córrego Narciso. O transporte da produção é realizado por tração animal, utilizando balaio como recipientes. Observa-se na figura que a colheita ocorre predominantemente no período de estiagem, como indicado pela vegetação circundante com características de ressecamento.

Figura 3 – Registro da produção e colheita da mandioca



Fonte: Lopes *et al.* (2015).

⁹ - “Moiar”, não como variação de “molhar”, mas do tupi antigo *moíar*: “pregar, colar, soldar, grudar” – (NAVARRO, 2013: 289).



A produção de farinha de mandioca, conforme Vaz de Macedo (2019), é um processo que envolve a participação de toda a família nas etapas de descascar, ralar, prensar, torrar e peneirar. Na comunidade de Neves, a fabricação artesanal e manual de polvilho no paredão é uma técnica antiga, com equipamentos frequentemente construídos pelas próprias famílias (Bronzatto *et al.*, 2001). A Figura 4 demonstra a torra da farinha de mandioca na comunidade Córrego Narciso.

Figura 4 – Produção da farinha de mandioca e produção de horta



Fonte: Lopes *et al.* (2015)

As produções das famílias passam pelo estágio de produção, armazenamento, distribuição e consumo, além de remessas para parentes em migração. Nesse contexto, a fase de distribuição ocorre principalmente por meio da comercialização na feira livre de Araçuaí. Os autores Souza, Santos e Freire (2023) destacam que esse espaço representa uma expressiva vitrine da agrobiodiversidade regional, uma vez que, por ser resultado de uma construção coletiva, sua dinâmica não se limita a aspectos econômicos e ambientais, mas também integra dimensões sociais, culturais e espirituais.

De modo geral, as feiras livres no Vale do Jequitinhonha desempenham um papel crucial para os agricultores, pois não apenas conectam os alimentos aos estilos de vida dos consumidores, mas também promovem relações mais próximas entre quem produz e quem consome. Além disso, esses espaços:

[...] exibem a força de costumes vivos na sociedade, promovendo a comunhão do abastecimento com o território. Desse modo, relacionam alimento, ou segurança alimentar, com cultura material, identidade e gosto, ou seja, com soberania alimentar. Além disso,

636

representam mercados de dimensões expressivas, quando computada a população do país abastecida com essa produção familiar (Cruz *et al.*, 2022, p2).

Sendo as quartas e sábados os dias de maior atividade na feira livre de Araçuaí, atualmente moradoras de Córrego Narciso do Meio levam para vender hortaliças, feijão, farinha, beiju... enquanto há vinte ou trinta anos era costume subir a chapada às terças e sextas-feiras para coletar pequi e outros produtos, como vassoura de coquinho, jaca, araçá, raízes, para levar caminhando a pé até a cidade com a carga na cabeça ou transportada em um balaio por animal; muitas vezes esses produtos sendo trocados por ossos e sebo de gado ao final da feira para serem quebrados e cozidos voltando à comunidade. A moradora Marta costumava ir a pé à feira de Carai vender ou trocar esteiras de palha de bananeira que ela trançava.

Na região, a produção de cana-de-açúcar é predominantemente voltada para a fabricação de rapadura, açúcar mascavo e cachaça, além de servir como forragem para o gado. Na comunidade de Tesouras, em particular, a produção de cachaça é bastante expressiva (Bronzatto *et al.*, 2001).

Em relação ao cultivo de feijão e milho, o plantio é uma prática anual em quase todas as comunidades, realizada no início do período chuvoso. A maior parte da produção destina-se ao consumo familiar e à alimentação dos animais. O excedente, por sua vez, é frequentemente comercializado ou armazenado em paióis (Bronzatto *et al.*, 2001). Há também o "feijão da seca", plantado e colhido no final das chuvas, entre fevereiro, março e abril. De acordo com Vaz de Macedo (2019), a atividade de debulhar o feijão catador com as mãos é algo que é feito “quase como uma atividade secundária ao desenrolar de uma conversa ou “fazendo alguma coisa”, geralmente conversando com outra pessoa ou assistindo à televisão no estender da madrugada, em uma atmosfera de devaneio (Vaz de Macedo, 2020, p.77). E em relação ao milho, ele também costuma ser debulhado as espigas na mão, mas quando a colheita é grande costumam colocar as espigas dentro de um saco e depois batê-las.

Em relação às hortas, muitas delas são cultivadas para o consumo próprio, com o excedente sendo comercializado. Assim, os agricultores e agricultoras levam para a feira uma variedade de produtos, como frutas, legumes, verduras, doces, bebidas e plantas medicinais, cuja oferta varia conforme a época do ano. Frutos coletados na chapada pelos moradores, como pequi e cagaita, também são vendidos nas feiras (Bronzatto *et al.*, 2001).



A produção em larga escala nas comunidades da região é concentrada em poucos empreendimentos, como o cultivo de bananais pertencente a um grande proprietário rural e empresário local, situado às margens da barragem. Esse monocultivo utiliza água do reservatório de forma intensiva, contrastando com a realidade de famílias que residem a poucas centenas de metros do lago e enfrentam escassez hídrica para atividades produtivas. Essas famílias dependem de tanques de armazenamento e cisternas de captação de água pluvial – um contraste que evidencia conflitos socioambientais ligados à gestão hídrica desde a construção da barragem, pauta central de reivindicações da Associação do Córrego Narciso do Meio desde a década de 1990. Além do bananal, destacam-se outras atividades de maior escala na região, como a produção da cachaça Tesourinha e fazendas dedicadas à pecuária extensiva, que ocupam áreas significativas do território local.

Por fim, vale ressaltar que as estratégias de reprodução social das famílias rurais vêm sofrendo modificações, muitos dos processos de produção tradicionais estão se resignificando (Vaz de Macedo, 2019). Dado que, muitos dos moradores já estão idosos, aposentados, sem a possibilidade de sucessores e outros se mudaram para a cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar as comunidades rurais da sub-bacia do rio Calhauzino, no Vale do Jequitinhonha, em especial no município de Araucaí revela para além das paisagens semiáridas e dos desafios impostos pela natureza e pela ação humana. Pulsa um sistema social e produtivo intrinsecamente ligado à terra e às relações interpessoais, se entrelaçam entre as dinâmicas do trabalho, práticas produtivas, reprodução cultural, relações sociais, consumo e recursos naturais.

Percebe-se que a água foi e continua sendo um elemento central na dinâmica do sistema produtivo dos lavradores das comunidades, que acabou por definir, não somente a localização geográfica das comunidades, mas que também todo o sistema produtivo.

Em suma, fazer este olhar para as comunidades rurais, como Córrego Narciso, nos leva a olhar um modo de viver peculiar carregado de memória afetiva de suas ancestralidades e que foram se resignificando e se adaptando com o passar das décadas. Vale ressaltar, que questão como o trabalho da mulher e crianças e o aspecto da formação histórico ligada fortemente aos negros e



indígenas, não foi possível discutir neste trabalho, mas tiveram um papel importante que moldaram o sistema produtivo das comunidades.

REFERÊNCIAS

- BRONZATO, A.; RIVEIRA, A. S. P.; LEITE, D. T. F.; NOGUEIRA, G.M. **Gestão participativa de recursos hídricos no Vale do Jequitinhonha: estudo de caso**: sub-bacia do rio Calhauzinho, 2001.
- CAIRES, S. M.; SOUZA, D. V. Zoneamento ambiental da APA Chapada do Lagoão-Araçuaí- MG. **Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia** – Fortaleza/CE – 12 a 16/12/2011 11269. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Vol 6, No. 2, Dez. 2011
- CRUZ, M. S.; RIBEIRO, E. M.; PERONDI, M. A.; ARAUJO, A. M.; MALTEZ, M. A. P. F. **Comprando qualidade**: costume, gosto e reciprocidade nas feiras livres do Vale do Jequitinhonha. Revista de Economia e Sociologia Rural, 2022. 60(spe), e245926.
- FREIRE, A. G. **Águas do Jequitinhonha**: a gestão coletiva dos recursos hídricos pelos agricultores de Turmalina - Alto Jequitinhonha/MG. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Universidade Federal de Lavras; Lavras, 2001.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação Quilombola**. Disponível em: https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 25 abr. 2022.
- GALIZONI, F. M., RIBEIRO, E. M., LIMA, V. M. P., GOMES, N. P., & SILVA, E. P. F. **“Vozes da seca”**: lavradores, mediadores e poder público frente à estiagem no semiárido do Jequitinhonha mineiro. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 55, 54-74. 2020.
- GRAZIANO, E.; GRAZIANO NETO, F. **As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha**, Perspectivas, 6:85-100, São Paulo, 1983.
- INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS (IFNMG). **Nota à Comunidade sobre a Área de Proteção Ambiental Chapada do Lagoão**. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/mais-noticias-aracuai/698-aracuai-noticias-2025/36690-nota-a-comunidade-sobre-a-area-de-protecao-ambiental-chapada-do-lagoao>. Acesso em 1 de abril de 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): **Censo Agropecuário 2017, 2018**. Brasília: IBGE, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): **Censo Demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2010.
- LEITE, A. C. G. **O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua), reprodução capitalista**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia), - Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2015.
- LOPES, E. F.; FABRY, C. F. S.; AMARAL, P. A. A. **Caracterização da comunidade córrego Narciso- Lagoa do Boi Morto**, (Relatório não publicado) 2015.



MINAS GERAIS, **Plano diretor de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Araçuaí**, Relatório final, Vol. II, Consultora: Gama Engenharia, Maceió, 2010.

NAVARRO, E. A. **Dicionário de Tupi Antigo**: a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

PACHECO, D. G. Análise das mudanças do uso e ocupação do solo no município de Araçuaí, Minas Gerais por meio de sensoriamento remoto nos anos de 2000 e 2019. **Revista Cerrados**, Montes Claros - MG, v. 19, n.02, p. 303-322, jun/dez. 2021. DOI: 10. 46551/rc24482692202128.

PEREIRA, A. M; ALMEIDA, M. I; LEITE, M. E. **Considerações acerca da degradação ambiental no município de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha**. Unimontes Científica, [S. /l.], v. 5, n. 2, 2003.

RIBEIRO, E. M. (orG.). **Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

SILVA, D. L. **Projeto de piscicultura no Vale do Jequitinhonha**: análise sociocultural e histórica. 125 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2023.

SOUZA, A. C.; SANTOS, W. S.; FREIRE, A. G. **Sábado, Dia de Feira em Araçuaí**: vitrine da agrobiodiversidade do Médio Jequitinhonha, Revi Vale | Araçuaí | v. III | n. 2 | jul. 2023/dez. 2023.

VAZ DE MACEDO, B. **“Papagaio velho não pega língua mais, não”**: estuciando o jeito de falar e de fazer, o jeito de ser, no quilombo Córrego do Narciso do Meio, Vale do Jequitinhonha (MG). 2019. Tese (Doutorado em Sociologia), – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

_____. **O Trabalho tal como aparece nas experiências de sujeitos no quilombo Córrego do Narciso do Meio, Vale do Jequitinhonha (MG)**. HISTÓRIA ORAL, v. 23, p. 67-90, 2020.



QUANDO A CULTURA DA INDIFERENÇA MATA: ABANDONO E ENVENENAMENTO DE ANIMAIS EM CARAÍ- MG

Eixo 3: Território e territorialidade nos debates climáticos ambientais

MARIA EDUARDA DE ARAÚJO REIS¹

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo analisar os maus-tratos a animais no município de Caraí, Minas Gerais, por meio de uma revisão integrativa da literatura. A pesquisa reuniu publicações acadêmicas, dados governamentais e notícias recentes relacionadas à violência contra animais, com foco na realidade local. Os resultados indicam que a falta de políticas públicas efetivas, a escassez de fiscalização e a baixa conscientização da população contribuem para o aumento dos casos. Conclui-se que são necessárias ações integradas entre poder público e sociedade civil para enfrentar o problema e garantir a proteção dos animais no município.

Palavras-Chave: Maus-tratos a animais, proteção animal, políticas públicas, Caraí – MG, bem-estar animal.

ABSTRACT: This study aims to analyze animal abuse in the municipality of Caraí, Minas Gerais, through an integrative literature review. The research gathered academic publications, government data, and recent news related to animal violence, with a focus on the local context. The results indicate that the lack of effective public policies, limited enforcement, and low public awareness contribute to the increase in cases. It is concluded that integrated actions between the public authorities and civil society are necessary to address the issue and ensure the protection of animals in the municipality.

Keywords: Animal abuse, animal protection, public policies, Caraí – MG, animal welfare.

INTRODUÇÃO

Mesmo em pleno século XXI, as violações aos direitos dos animais continuam sendo uma realidade preocupante e amplamente subestimada. Embora o ordenamento jurídico brasileiro contemple dispositivos legais destinados à proteção da fauna, como a Lei nº 9.605/1998 e outras legislações complementares, os avanços normativos ainda não se traduzem, de forma satisfatória, em garantias concretas de proteção e bem-estar animal. (Alves, *et al.*, 2024).

O crescimento dos casos de maus-tratos e abandono de animais no Brasil configura um problema de ordem ética, social e jurídica que demanda a atenção do poder público e da sociedade civil, principalmente em municípios com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo. O

¹ Reis, Maria Eduarda de Araújo. Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). <http://lattes.cnpq.br/6455604484946960>. Email: maria-araujo.reis@ufvjm.edu.br.

cenário atual evidencia não apenas o aumento quantitativo desses episódios, mas também a complexificação das formas de violência praticadas contra os animais, o que inclui desde negligência e abandono até práticas extremamente cruéis, como espancamentos, envenenamento e exploração em atividades de entretenimento. (Rodrigues; Miranda; Nascimento; 2024).

O município de Carai, localizado no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,56, classificado como baixo. Esse índice é composto por três dimensões: renda (IDHM-R: 0,55), longevidade (IDHM-L: 0,78) e educação (IDHM-E: 0,41). Além disso, o Índice de Gini de Carai é 0,53, indicando uma significativa desigualdade na distribuição de renda (INFOSANBAS, 2025).

Esses indicadores socioeconômicos refletem um contexto de vulnerabilidade social que pode contribuir para a normalização cultural da violência, incluindo os maus-tratos a animais. Em comunidades onde há limitações no acesso à educação e recursos, práticas de negligência ou abuso contra animais podem ser perpetuadas por falta de investimentos educacionais e pelo adicional de tradições enraizadas.

Estudos apontam que a violência contra animais não ocorre de forma isolada, mas está frequentemente associada a outras formas de violência interpessoal. A tese de Laiza Bonela Gomes, desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), destaca a conexão entre maus-tratos a animais e violência doméstica, sugerindo que a crueldade contra animais pode ser um indicativo de problemas mais amplos no ambiente familiar.

Além disso, a pesquisa de Stefany Monsalve Barrero enfatiza que famílias em situação de vulnerabilidade social estão mais propensas a cometer ou tolerar maus-tratos a animais. A autora argumenta que a inclusão de animais de estimação nos programas de assistência social é essencial para abordar de maneira eficaz as múltiplas dimensões da violência.

Portanto, em municípios como Carai, é fundamental que políticas públicas considerem a interseção entre desenvolvimento humano e bem-estar animal. A implementação de programas educacionais e de assistência que abordam tanto as necessidades humanas quanto as dos animais pode contribuir para a redução da violência e a promoção de uma convivência mais harmoniosa.

DESENVOLVIMENTO



O abandono de animais no Brasil configura-se como uma crise silenciosa de grande escala, cujas consequências éticas, ambientais e sociais são amplamente negligenciadas pelas esferas de poder. Dados recentes revelam a dimensão crítica do problema: em 2022, mais de 30 milhões de animais foram abandonados em território nacional, enquanto em 2023, aproximadamente 185 mil estavam sob tutela de ONGs e grupos de proteção (Alves *et al.*, 2024).

Tais números não apenas expressam a omissão do Estado, mas evidenciam a ausência de uma política pública efetiva que articule controle populacional, educação ambiental e suporte institucional às organizações da sociedade civil. A crescente demanda por acolhimento, enfrentada por organizações não governamentais com recursos limitados, contrasta com a morosidade da ação estatal e a fragmentação das iniciativas públicas, geralmente restritas a ações pontuais, como mutirões de castração ou campanhas sazonais de adoção (Guimarães; Bittencourt, 2023).

A ineficiência dos sistemas públicos de recolhimento, castração e adoção reforça o ciclo da marginalização animal e expõe a fragilidade de uma abordagem que, em muitos municípios, permanece pautada em medidas paliativas e desconectadas de uma estratégia epidemiológica contínua. O reconhecimento do vínculo direto entre bem-estar animal e saúde humana exige uma perspectiva integradora, alinhada aos princípios do conceito *One Health* (Saúde Única), que compreende a saúde humana, animal e ambiental como dimensões interdependentes. (Lima; Luna, 2012).

A legislação brasileira, por meio da Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), em seu artigo 32, tipifica como crime as práticas que atentem contra a integridade física e psicológica dos animais. Em 2020, a Lei nº 14.064, que alterou a legislação anterior, agravou as penas para maus-tratos quando praticados contra cães e gatos, prevendo reclusão de dois a cinco anos, além de multa e proibição da guarda. Apesar desses avanços normativos, a efetividade da legislação ainda esbarra em lacunas na fiscalização, na ausência de políticas públicas estruturadas e na dificuldade de denúncia e responsabilização dos agressores. (Rodrigues; Miranda; Nascimento; 2024).

Apesar da tramitação de importantes projetos legislativos no Congresso Nacional — alguns dos quais propõem o endurecimento das penas para crimes contra animais —, observa-se que muitas dessas normas ainda apresentam fragilidade jurídica, seja por lacunas em sua redação, pela baixa aplicabilidade prática ou pela tendência à desproporcionalidade das sanções. Penas brandas e classificações como infrações de menor potencial ofensivo acabam por enfraquecer o papel

pedagógico e repressivo da legislação, contribuindo para a impunidade dos agressores. (Alves, et al., 2024).

Essa disparidade torna-se evidente em casos emblemáticos, como o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que autorizou a realização de sacrifícios de animais em rituais religiosos (ADPF 494), com base na proteção da liberdade religiosa. Ainda que a decisão reconheça a pluralidade cultural e os direitos fundamentais de grupos tradicionais, ela também revela um conflito latente entre direitos fundamentais e a ausência de um parâmetro normativo robusto que assegure, de forma equitativa, o controle aos maus-tratos dos animais. (Alves, et al., 2024).

O caso ilustra a dificuldade do sistema jurídico em conciliar o respeito à diversidade cultural com a proteção incondicional à vida animal, especialmente diante da falta de um estatuto legal específico que reconheça os animais como sujeitos de direito. A inexistência de um marco normativo centralizado, hierarquicamente superior, que integre os direitos dos animais ao núcleo duro dos direitos fundamentais, contribui para a fragilidade das decisões protetivas e para a manutenção de práticas culturalmente naturalizadas que infringem o bem-estar animal. (Alves, et al., 2024).

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam a gravidade da situação: em 2022, o Brasil registrava aproximadamente 30 milhões de animais em situação de abandono, sendo 20 milhões de cães e 10 milhões de gatos. Esses números alarmantes refletem não apenas a ausência de políticas públicas eficazes de controle populacional, fiscalização e responsabilização, mas também a persistência de uma cultura permissiva em relação ao sofrimento animal. (Alves, et al., 2024).

CULTURA DO ABANDONO

Grande parte dos animais atualmente encontrados em situação de rua não nasceu, originalmente, nesse contexto. Muitos tiveram, em algum momento, um lar, mas foram posteriormente abandonados por seus tutores, seja por motivos financeiros, mudanças de domicílio, enfermidades, envelhecimento ou por comportamentos considerados inadequados. Esse fenômeno evidencia um problema estrutural, no qual a ausência de políticas públicas efetivas e a negligência social convergem para a marginalização progressiva dos animais domésticos. (Lima; Luna, 2012).

As estratégias adotadas para conter o avanço desse processo têm se revelado insuficientes frente à magnitude do problema. As ações governamentais, quando existentes, são majoritariamente reativas, descontinuadas e mal fiscalizadas, concentrando-se em ações isoladas de recolhimento ou

campanhas pontuais de castração de ONGs independentes, sem atacar as causas estruturais do abandono. (Lima; Luna, 2012).

Embora ainda constituam um segmento minoritário, diversos grupos da sociedade civil têm demonstrado crescente mobilização em defesa dos animais em situação de rua. Essas iniciativas, muitas vezes protagonizadas por protetores independentes, organizações não governamentais e movimentos sociais, revelam uma importante dimensão de empatia, solidariedade e responsabilidade ética. No entanto, esse comprometimento não tem sido suficiente para reverter o quadro alarmante de abandono, sobretudo diante da postura negligente de uma parcela significativa da população que ignora ou descumpre os deveres básicos de cuidado e proteção. (Rodrigues; Miranda; Nascimento; 2024).

Essa dualidade de condutas — entre a proteção ativa e a negligência deliberada — evidencia um paradoxo social: ao mesmo tempo em que alguns cidadãos se esforçam para resgatar, alimentar, castrar e promover a adoção de animais abandonados, outros perpetuam práticas de abandono, maus-tratos e omissão, contribuindo diretamente para o sofrimento de seres sencientes que dependem exclusivamente da tutela humana para sua sobrevivência (Rodrigues; Miranda; Nascimento; 2024).

ZOONOSES

A dispersão de zoonoses — doenças infecciosas transmitidas entre animais e seres humanos — é um fenômeno complexo e multifatorial, influenciado por mudanças ambientais, dinâmicas demográficas e transformações nos agentes patogênicos. O processo de urbanização acelerada, a fragmentação de habitats naturais, o desmatamento e a degradação ambiental intensificam o contato entre humanos, animais domésticos e silvestres, favorecendo a emergência e reemergência de doenças zoonóticas.

Além dos fatores ecológicos, aspectos socioculturais desempenham papel igualmente relevante. Hábitos alimentares, crenças religiosas, práticas culturais e o modo como diferentes sociedades se relacionam com os animais influenciam diretamente a exposição a patógenos e a forma como esses riscos são gerenciados. Em comunidades onde há consumo de carne crua ou manipulação inadequada de animais silvestres, por exemplo, o risco de transmissão de zoonoses é significativamente ampliado. (Lima; Luna, 2012).

Doenças como a leishmaniose visceral, raiva, esporotricose, toxoplasmose e leptospirose estão entre os principais agravos relacionados ao contato desprotegido com animais abandonados, especialmente em áreas urbanas periféricas onde a infraestrutura sanitária é precária. A falta de vacinação, de acompanhamento veterinário e de saneamento adequado agrava esse cenário, criando condições ideais para a disseminação de vetores e agentes infecciosos. (Lima; Luna, 2012).

Paralelamente, a presença de grandes contingentes de animais em áreas urbanas resulta na contaminação do solo e da água por dejetos, criando condições propícias à proliferação de vetores e agentes patogênicos. Tais fatores não apenas colocam em risco a saúde humana, especialmente de populações vulneráveis, como também comprometem o equilíbrio sanitário e ecológico, afetando outros animais e a biodiversidade local. (Lima; Luna, 2012).

Além do aspecto sanitário, o abandono também está vinculado a outros impactos sociais e ambientais. A presença de grandes populações errantes em vias públicas contribui para acidentes de trânsito, agressões a pedestres, disputas territoriais entre animais e contaminação ambiental por fezes, urina e carcaças em decomposição. Tais fatores geram não apenas prejuízos econômicos e operacionais para os serviços de saúde e limpeza urbana, mas também comprometem a qualidade de vida nas cidades. (Lima; Luna, 2012).

Portanto, enfrentar o abandono de animais não é apenas uma demanda do ponto de vista moral, mas uma necessidade urgente de saúde pública, que requer ações estruturantes, investimento em políticas públicas sustentáveis e ampliação da conscientização social quanto às responsabilidades compartilhadas na guarda responsável e no cuidado com os animais." (Lima; Luna, 2012).

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

A proteção jurídica dos animais no Brasil encontra respaldo principal na Lei Federal nº 9.605/1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais. Seu artigo 32 estabelece como crime a prática de maus-tratos, abuso e mutilação contra animais silvestres, domésticos ou domesticados. Todavia, embora constitua um marco relevante no ordenamento jurídico ambiental, a aplicação efetiva dessa legislação enfrenta importantes obstáculos, especialmente no que se refere ao abandono — prática recorrente e de ampla repercussão social.

As leis estaduais, municipais e distritais frequentemente complementam as disposições federais, adotando medidas mais restritivas em seus respectivos âmbitos. No entanto, mesmo diante

de tais regulamentações locais, os tipos penais previstos no artigo 32 muitas vezes demandam interpretação criteriosa para se adequar aos casos concretos. Isso se deve, em parte, à brandura das sanções previstas, as quais, por serem geralmente classificadas como infrações de menor potencial ofensivo, resultam em penas alternativas ou acordos judiciais que não promovem, de fato, o caráter pedagógico ou inibitório da norma. (Costa, Disconzi; 2024).

A criação da Lei nº 9.605/1998, por sua vez, foi resultado de uma pressão crescente de movimentos sociais, ambientalistas e entidades protetoras dos animais, que reivindicavam sanções mais rígidas e instrumentos legais capazes de coibir condutas lesivas ao meio ambiente e à fauna. Sua promulgação representou um avanço institucional, mas sua efetividade ainda depende da articulação com políticas públicas robustas, da capacitação dos agentes de fiscalização e da sensibilidade do Poder Judiciário na valorização da vida animal.

Dessa forma, o desafio atual consiste não apenas na ampliação da cobertura legislativa, mas sobretudo na concretização do direito à proteção animal por meio da atuação integrada entre normas, fiscalização, educação e políticas de prevenção, que considerem a complexidade do fenômeno do abandono e suas múltiplas causas. (Costa, Disconzi; 2024).

Apesar da existência da Lei Municipal nº 1.181/2022, que institui o “Dezembro Verde” como campanha de conscientização contra o abandono e maus-tratos de animais, na prática, o município de Caraí-MG não realiza ações efetivas dessa campanha em escolas ou em espaços públicos de modo geral.

Conforme estabelece a legislação, a campanha tem como objetivos “conscientizar a população de que o abandono de animais é crime e um ato cruel que pode condenar o animal à morte; promover feiras de adoção, mutirões de castração e ações educativas nas redes sociais e escolas” (Câmara Municipal de Caraí, 2022).

Contudo, não há registros públicos ou locais de que essas ações tenham sido implementadas, especialmente nas instituições de ensino, que seriam espaços estratégicos para formar a consciência cidadã e o respeito aos animais desde a infância. Essa lacuna evidencia a distância entre o que é previsto na lei e o que de fato é praticado no município, o que compromete o alcance dos objetivos da campanha e enfraquece as políticas públicas voltadas à proteção animal em Caraí.

CULTURA DA PERVERSIDADE EM CARAÍ-MG

Atrocidades como abandono, maus-tratos físicos, confinamento inadequado, exploração econômica abusiva e negligência sanitária continuam sendo práticas recorrentes. Isso demonstra a persistência de uma cultura antropocêntrica, que relega os animais à condição de seres secundários, desprovidos de valor intrínseco e dignidade própria. (Alves, et al., 2024).

Conforme noticiado em 29 de junho de 2015, a cidade de Carai foi cenário de uma tragédia que chocou a população e defensores dos direitos dos animais em todo o Brasil. Mais de 60 cães foram encontrados mortos em diferentes ruas do município, em um episódio que levanta sérias questões sobre a crueldade animal e a falha na aplicação das leis de proteção animal. As reportagens do R7, Diário do Aço e UOL trazem à tona os detalhes dessa triste ocorrência e a resposta das autoridades locais.

As mortes, que aparentemente resultaram de envenenamento em massa chamaram atenção da mídia, o que acarretou em uma investigação sem maiores resultados. A Polícia Civil de Minas Gerais foi acionada e iniciou investigações para identificar os responsáveis por esse ato bárbaro. Segundo as reportagens, a principal hipótese é que os cães foram deliberadamente envenenados. Uma prática não apenas cruel, mas também ilegal. Em um único endereço, na rua Elisa Lopes, foram encontrados 25 cachorros abandonados perto de um terreno usado para despejo de lixo e entulho. A situação gerou agitação entre alguns dos moradores da cidade.

Acredita-se que essa ação tenha sido motivada pela insatisfação de parte da população com o excesso de cães nas ruas e a bagunça causada por eles. No entanto, os responsáveis por essa ação não foram identificados. Eventos como esse são bastante recorrentes no município de Carai, uma vez que os maus-tratos a cães e gatos estão profundamente enraizados na cultura local. O que interfere diretamente ao IDH dessa região, dada a mentalidade regressa por parte da população. No ano de 2023, quinze cães foram encontrados em vias públicas a céu aberto, mortos. Houve denúncia por parte de uma ONG, a (APAAC) Associação de Proteção Animal e Ambiental.

Esse fato com maior intensidade tem acontecido há mais ou menos um mês. Ao todo, mais de 30 animais, entre cães e gatos, foram mortos. [Esses números] são dos casos que a gente está sabendo, porque pode ter acontecido também em outros cantos da cidade que não chegou até o conhecimento da gente. Pelo o que a gente tem visto, o veneno, acredito eu que seja algum pesticida, porque não se parece com chumbinho. Disse a presidente da APAAC (Diário do Rio Doce, 2023).

Ainda de acordo com a Presidenta, a forma como os animais foram encontrados mortos faz-se entender que se trata de um ataque, um ato de violência contra cães e gatos. Ela também relata que protetores de animais chegaram a encontrar veneno dentro das próprias casas.



Geralmente, os casos ocorrem no final de semana, à noite. Essas pessoas (ou essa pessoa) procuram um lugar onde não tem câmera, onde o Olho Vivo não consegue pegar. A situação aqui está muito triste, sofrida. Não tem quem ama animal que aguento passar pelo o que está acontecendo em Caraí. [...] Em alguns casos foram jogados veneno em residências, ataque às residências de protetores. Teve um protetor que perdeu três animais. A prefeitura pela manhã recolhe esse animal e depois joga no lixo (Diário do Rio Doce, 2023).

Presidente da ONG há três anos, ela tem acompanhado de perto os casos de mortes de cães e gatos em Caraí. Junto com outros protetores de animais da cidade, a Presidenta se encontra em busca de uma solução para essa sequência de incidentes. Segundo a protetora de animais, Caraí carece de políticas públicas efetivas para a castração de cães e gatos, e o Centro de Zoonoses se limita à vacinação dos animais.

"O castra móvel esteve aqui há cerca de dois anos. As castrações que ocorrem são realizadas pela ONG, que arrecada fundos por meio de rifas e doações. Embora não seja um número extremamente alto, há sim uma quantidade considerável de animais em situação de rua na cidade", afirmou.

"Eu tenho medo que essa pessoa volte a atacar, porque acho que a gente está tratando realmente de uma pessoa perigosa, um psicopata mesmo, assim. Uma pessoa cruel, assim, que está havendo sofrimento, assim, dos animais, que é uma coisa terrível. É assim, leva menos de dez minutos, mesmo entrando com um antitóxico, com o que a gente tem que entrar nesses casos de envenenamento, o animal não consegue sobreviver. Então é um sofrimento muito grande. E esses animais, os principais que foram atacados foram animais comunitários, animais que são castrados, animais que eram vacinados, animais que eram acolhidos pela ONG, sabe? Mesmo estando na rua, mas animal comunitário", enfatizou a presidenta da APAAC.

A urgência da situação é sublinhada pela rapidez com que os animais sucumbem ao envenenamento, mesmo quando são administrados antitóxicos. A dor que esses animais enfrentam em seus últimos momentos é angustiante, e a perda é ainda mais trágica quando consideramos que muitos dos animais afetados eram comunitários – castrados, vacinados e acolhidos pela ONG, embora vivessem nas ruas.

Após investigações, notou-se que a causa das mortes foi envenenamento, mas também há relatos de uma prática incomum. Que se resume no ato de embolar um fio de pipa com cerol em algum alimento para cativar o interesse do animal. O que gerou indignação em alguns moradores, principalmente naqueles em que seus animais de estimação foram vítimas. Agora não era apenas os animais de rua como na primeira ocorrência, mas qualquer animal sem nenhum critério predefinido.

Uma professora do Município narra a experiência angustiante vivida com sua cadela Jude, que apresentou sintomas graves de intoxicação e precisou ser submetida a uma cirurgia de emergência. Foi identificado um corpo estranho em seu estômago — um bolo de linha com cerol —



indicando possível envenenamento proposital. O caso ocorreu em Caraí onde não há acesso a serviços veterinários de urgência, o que agravou a situação. Após a recuperação de Jude, novos relatos de envenenamento de animais surgiram na cidade, evidenciando uma onda de maus-tratos. O relato destaca o sofrimento emocional da tutora, a violência contra animais e a omissão do poder público diante da falta de políticas de proteção e responsabilização.

Como afirmou a Professora: “Nada me doeu tanto quanto ter que assinar aquele termo, com medo de que ela não voltasse.” Termo a que ela se refere é o Consentimento Informado, que possui a finalidade de assegurar o conhecimento sobre os riscos do animal.

Há aqueles que apoiam essa barbaridade, justificando seus pré-conceitos e essas ações com o argumento de que os animais de rua contribuem para a sujeira e a “feiura” da cidade. O que nos desperta para a necessidade urgente de mudança, a carência de uma política social voltada para essa causa, pelo desenvolvimento positivo dessa população.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA

A educação ambiental é uma ferramenta essencial para combater os maus-tratos a animais em municípios como Caraí, onde baixos indicadores socioeconômicos e educacionais contribuem para a perpetuação de práticas abusivas contra animais domésticos. Com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,56, considerado baixo, e um Índice de Gini de 0,53, indicando significativa desigualdade na distribuição de renda, Caraí enfrenta desafios que impactam diretamente no bem-estar animal (INFOSANBAS, 2025).

A implementação de programas de educação ambiental pode promover mudanças significativas nesse cenário. Esses programas visam sensibilizar a população sobre a importância do respeito aos animais, destacando sua senciência e os impactos negativos dos maus-tratos, tanto para os próprios animais quanto para a saúde pública e o meio ambiente. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, §1º, inciso VI, estabelece que é dever do poder público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Iniciativas como o Projeto Sanitaristas Mirins, desenvolvido pelo Instituto Mineiro de Agropecuária, demonstram a eficácia de programas educativos voltados para a promoção da sanidade



animal e ambiental. Esse projeto já alcançou mais de 105 mil alunos e professores em Minas Gerais, promovendo mudanças comportamentais significativas em relação ao cuidado com os animais (IMA,2021).

Além disso, propostas legislativas como o Projeto de Lei 2746/24, que visa incluir a educação sobre proteção animal como disciplina obrigatória no currículo da educação básica, reforçam a importância de abordar o bem-estar animal desde as primeiras etapas da formação educacional (IMA,2021).

Portanto, a educação ambiental, ao ser integrada de forma efetiva nas políticas públicas e no sistema educacional de Carai, pode desempenhar um papel crucial na transformação cultural necessária para erradicar os maus-tratos a animais, promovendo uma convivência mais ética e sustentável entre humanos e animais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abandono e os maus-tratos, nesse contexto, não são apenas atos isolados de crueldade, mas refletem uma cultura de desresponsabilização, na qual os animais são frequentemente vistos como objetos descartáveis diante de qualquer dificuldade ou incômodo. As consequências desse comportamento recaem sobre os próprios animais — criaturas indefesas que, em sua maioria, apenas buscam segurança, afeto e proteção —, e sobre a coletividade, que sofre os impactos ambientais, sanitários e éticos gerados por esse ciclo contínuo de exclusão. (Rodrigues; Miranda; Nascimento; 2024).

O extermínio de mais de 60 cães em Carai é um lembrete doloroso das falhas em nossa sociedade quanto à proteção dos animais. Esse evento trágico deve servir como um catalisador para mudanças significativas nas atitudes e políticas em relação aos direitos dos animais. Principalmente quando se trata de um costume recorrente da sociedade local.

Esse descompasso entre a norma jurídica e a realidade social evidencia a necessidade urgente de uma reavaliação crítica das políticas públicas e do aparato legislativo voltado à proteção animal. É imprescindível que as leis deixem de operar como meros instrumentos simbólicos e passem a refletir, na prática, um compromisso ético e institucional com os direitos dos animais, assegurando-lhes condições de vida digna, segurança e respeito. (Alves, et al., 2024).



Para conter essa realidade, é indispensável adotar uma abordagem sistêmica, articulada entre os setores de saúde, meio ambiente, educação e assistência social, com apoio técnico-científico e participação da sociedade civil. A promoção de políticas de esterilização em larga escala, campanhas educativas permanentes e incentivos à adoção responsável são pilares essenciais de qualquer plano que vise a reversão desse cenário de abandono em massa e suas implicações sociais, sanitárias e ambientais. (Lima; Luna, 2012).

Diante disso, é necessário promover uma mudança cultural sustentada por educação ética e ambiental, que sensibilize a população quanto à guarda responsável e à dignidade da vida animal. A valorização do compromisso social com os animais e o fortalecimento de políticas públicas de acolhimento e controle populacional são medidas fundamentais para enfrentar essa realidade e romper com a lógica de invisibilidade que ainda marca a trajetória de milhares de animais em situação de rua no Brasil. (Rodrigues; Miranda; Nascimento; 2024).

REFERÊNCIAS

ALVES, Larissa Lara; NEVES, Elisandra Figueiredo; VELLANI JÚNIOR, Lázaro. Direito animal e políticas públicas no âmbito social. **Revista Científica da UNIFENAS**, Alfenas, v. 6, n. 8, p. 1–12, 2024. Disponível em: <https://revistas.unifenas.br/index.php/revistaunifenas/article/view/1166>. Acesso em: 25 maio 2025.

BARRERO, Stefany Monsalve. **A vulnerabilidade na família como determinante de maus-tratos aos animais de companhia**. 2017. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Veterinárias) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/47406>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 maio 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto inclui educação sobre proteção animal nos currículos das escolas brasileiras**. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1098183-projeto-inclui-educacao-sobre-protecao-animal-nos-curriculos-das-escolas-brasileiras/>. Acesso em: 25 maio 2025.

CARAÍ. **Lei nº 1.181, de 11 de agosto de 2022**. Institui no município de Carai-MG o "Dezembro Verde", campanha de conscientização contra o abandono de animais. Câmara Municipal de Carai, 2022. Disponível em: <https://digitaliza-institucional.s3.us-east-2.amazonaws.com/carai-camara-municipal/legislacao/Lei-11-08-2022%20-%20Fv0uv.pdf>. Acesso em: 25 maio 2025.



DIÁRIO DO AÇO. 70 cães envenenados em Carai. Disponível em: <<https://www.diariodoaco.com.br/noticia/0016768-70-caes-envenenados-em-carai>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

DIÁRIO DO RIO DOCE. Dezenas de cães e gatos são encontrados mortos em cidade do interior do Estado. 21 dez. 2023. Disponível em: <https://drd.com.br/dezenas-de-caes-e-gatos-sao-encontrados-mortos-em-cidade-do-interior-do-estado>. Acesso em: 25 maio 2025.

FRANÇA, I. Dezenas de cães e gatos são encontrados mortos em cidade do interior do Estado. Disponível em: <<https://drd.com.br/dezenas-de-caes-e-gatos-sao-encontrados-mortos-em-cidade-do-interior-do-estado/>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

GOMES, Laiza Bonela. A conexão entre as violências: um diagnóstico da relação entre os maus-tratos aos animais e a violência interpessoal. 2021. 183 f. Tese (Doutorado em Ciência Animal) – Escola de Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/37933>. Acesso em: 25 maio 2025.

GUIMARÃES, Dafne Lessa. A cultura do abandono de animais domésticos no município de Maricá. Orientadora: Luciana G. Bittencourt. Maricá, 2023. 10 f. Projeto de Iniciação Científica — Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM).

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA (IMA). Educação Sanitária. 2021. Disponível em: <https://www.ima.mg.gov.br/educacao-sanitaria>. Acesso em: 25 maio 2025.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA (IMA). Projeto Sanitaristas Mirins celebra 15 anos de histórias. IMA: 2021. Disponível em: <https://www.ima.mg.gov.br/noticias/1913-projeto-sanitaristas-mirins-celebra-15-anos-de-historias>. Acesso em: 25 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Minas Gerais. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pesquisa/37/30255>. Acesso em: 25 maio 2025.

LIMA, Alfredo Feio da Maia; LUNA, Stélio Pacca Loureiro. Algumas causas e consequências da superpopulação canina e felina: acaso ou descaso? Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia, v. 10, n. 1, p. 32–38, jan. 2012. Disponível em: <https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/258>. Acesso em: 25 maio 2025.

LARA, Larissa; NEVES, Elisandra Figueiredo; VELLANI JUNIOR, Lázaro. Direito animal e políticas públicas no âmbito social. Revista Científica da UNIFENAS, Alfenas, v. 6, n. 8, p. 1–12, 2024. Disponível em: <https://revistas.unifenas.br/index.php/revistaunifenas/article/view/1166>. Acesso em: 25 maio 2025.

JUS BRASIL. Polícia Civil começa a investigar morte de 60 cães em Carai (MG). JUS Brasil: Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/policia-civil-comeca-a-investigar-morte-de-60-caes-em-carai-mg/203450845/amp>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

R7 MINAS GERAIS. Mais de 60 cães são encontrados mortos em ruas de Carai (MG). Carai: R7 Minas Gerais. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/minas-gerais/mais-de-60-caes-sao-encontrados-mortos-em-ruas-de-carai-mg-29062015/#:~:text=Suspeita>>. Acesso em: 17 jun. 2024.



RODRIGUES, Raísa Testa Freire; MIRANDA, Thamiris Gomes de; NASCIMENTO, Marineide Martiniano do. Proteção animal: a ineficiência das políticas públicas no controle aos animais em situação de rua no município de Novo Horizonte do Oeste - RO. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 9, n. 1, p. 1–15, 2024. Disponível em: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/2760>. Acesso em: 25 maio 2025.

CINEMA, GOLPE E DITADURA NO BRASIL: BREVE BALANÇO DO PERÍODO DE 1955 E 1968

Eixo 4: Direitos humanos, movimentos e lutas sociais e sistema sócio-jurídico

ARTHUR GONÇALVES DE OLIVEIRA BISPO¹

VINÍCIUS FIGUEIREDO SILVA²

JOSÉ CARLOS FREIRE³

Resumo: Este artigo propõe uma análise panorâmica da relação entre o cinema brasileiro e as transformações sociais ocorridas no país entre 1955 e 1968. A discussão organiza-se em três momentos: o início do Cinema Novo (1955–1962), sua consolidação (1962–1964) e a inflexão pós-Golpe de 1964 (1965–1968), marcada pela transição da utopia revolucionária à desilusão provocada pelo golpe e pela instauração da ditadura. O propósito não é o de um estudo exaustivo, busca-se evidenciar como as obras cinematográficas do período contribuem para compreender as dinâmicas políticas, econômicas e sociais da época. Conclui-se que, tanto isoladamente quanto em conjunto, tais produções oferecem relevantes instrumentos de leitura crítica da história recente do Brasil, destacando a centralidade do Golpe de 1964 nesse processo.

Palavras-chave: Cinema, golpe, ditadura; Brasil.

ABSTRACT: This article offers a panoramic analysis of the relationship between Brazilian cinema and the country's social transformations between 1955 and 1968. The discussion is structured around three key phases: the emergence of Cinema Novo (1955–1962), its consolidation (1962–1964), and the post-1964 coup turning point (1965–1968), marked by a shift from revolutionary utopia to the disillusionment brought on by the coup and the ensuing dictatorship. Without aiming for an exhaustive study, the article seeks to demonstrate how the cinematic works of the period contribute to an understanding of the political, economic, and social dynamics of the time. It concludes that these productions, both individually and collectively, serve as valuable tools for a critical reading of Brazil's recent history, emphasizing the central role of the 1964 coup in shaping the nation's trajectory.

Keywords: Cinema, coup, dictatorship. Brazil.

INTRODUÇÃO

¹ Estudante do Centro de Educação Profissional Paulo Viana, bolsista de Iniciação Científica Júnior CNPq da UFVJM. E-mail: arthurbispogoncalves@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0554152993559440>.

² Doutor em Economia pela Universidade de Brasília e professor do Centro de Educação Profissional Paulo Viana. E-mail: vinicius.eco27@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2868835964559925>.

³ Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. E-mail: freire.jose@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3375778270337196>.



O presente artigo busca apresentar em perspectiva panorâmica a relação entre cinema e as mudanças sociais ocorridas no Brasil entre 1955 e 1968. A segunda metade dos anos 1950 e a primeira metade da década seguinte foram fundamentais em nossa trajetória nacional. Havíamos chegado àquele contexto com uma demanda histórica de grande potência, condensada, em termos conceituais, na ideia de *formação nacional*. A longa transição da Colônia para a Nação parecia alcançar o ápice. Os anos que vão de 1954 a 1964 catalisaram elementos que permitiam aos intelectuais, artistas e militantes políticos, na virada de década, formular, sem que isso soasse forçoso, a efetiva formação do país nos termos de uma *revolução*.

E ela veio – só que com sinal trocado: não foi nem nacional-popular e muito menos socialista, mas sim feita *pelo alto*. Reuniram-se, em 1964, sob a tutela dos generais, forças diversas como os velhos proprietários rurais, a burguesia industrial, grande parte da classe média e o setor conservador da Igreja Católica. O que se deu, na sequência do golpe, foi um longo e complexo processo de modernização – que não implicou em resolução dos problemas estruturais do país – associado ao rígido controle do Estado ditatorial.

É a partir desse contexto que o artigo se organiza: no primeiro momento, que destaca os anos de 1955 a 1962, aspiramos compreender a crescente discussão sobre as questões estruturais do Brasil. Para isto, teremos em vista os filmes: *Rio, 40 graus* (Nelson Pereira dos Santos, 1955), *Rio, Zona Norte* (Nelson Pereira dos Santos, 1957) e “Cinco vezes favela” (Vários, 1962).

No segundo momento, ao retratar o período de 1962 a 1964, analisaremos a maneira pela qual as referidas discussões resultam em uma expectativa de transformação do país tendo, como referência, o sertão. Os filmes de referência são três das maiores expressões do chamado Cinema Novo: *Vidas Secas* (Nelson Pereira dos Santos, 1963), *Os fuzis* (Ruy Guerra, 1963) e *Deus e o Diabo na terra do sol* (Glauber Rocha, 1964).

Por fim, abordaremos o período de 1965 a 1968, tematizando a brusca transição da utopia revolucionária anterior para a desilusão oriunda do Golpe de 1964 e a ditadura a que ele dá início. Os filmes deste período são: *O desafio* (Paulo César Saraceni, 1965), *O bravo guerreiro* (Gustavo Dahl, 1968) e *Terra em transe* (Glauber Rocha, 1967).



Não se trata, evidentemente, de um estudo exaustivo sobre o cinema brasileiro do período histórico analisado; tampouco anseia-se alguma forma de balanço definitivo sobre o que representou a ditadura em nosso país. Mais modestamente, interessa-nos sinalizar o modo pelo qual o cinema do período analisado nos possibilita compreender as mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas na passagem da década de 1950 para a seguinte.

Deve-se ressaltar, por fim, que o cinema brasileiro produzido entre 1955 e 1967, período aqui tomado como referência, tem um antes e um depois: ele dialoga de maneira crítica com os trabalhos anteriores produzidos pelas empresas Cinédia, Vera Cruz e Atlântida, na qual encontramos uma tentativa de se formar um cinema brasileiro de inspiração majoritariamente hollywoodiana; ele também terá rebatimentos para as décadas seguintes, seja como revisão crítica, seja como influências em produções como as do cinema pernambucano dos anos 2000 em diante, para ficar apenas em um exemplo.

Desse modo, o que apresentamos é apenas uma fotografia, um *frame* da grande história do cinema brasileiro que, invariavelmente, por seu conteúdo e sua forma, retrata os dramas de um país marcado por ciclos, interrupções e constante tentativa de retomada de seus caminhos, ainda que muitas vezes o horizonte se apresente turvo e indefinido.

A BUSCA POR UM CINEMA BRASILEIRO

Durante a década de 1950, o Brasil passou por profundas transformações que marcaram a transição de uma economia agrária para uma industrial, além de mudanças significativas no campo cultural e social. No âmbito econômico, o país vivenciou uma tentativa de superação da sua dependência externa, com a implementação de políticas de substituição de importações, impulsionadas pelo governo de Getúlio Vargas a partir da adoção de uma estratégia nacionalista voltada para o fortalecimento da indústria. Esse movimento, no entanto, não representava uma verdadeira independência econômica, como apontou Caio Prado Júnior (2000), já que a industrialização ainda estava profundamente vinculada à exportação de produtos primários, como o café, e dependente do capital estrangeiro para o financiamento de infraestrutura e tecnologia.



A modernização em curso também se refletia nas transformações sociais e urbanas. Entretanto, como ressaltou Florestan Fernandes (1976), esse processo não foi acompanhado de uma distribuição equitativa dos benefícios do crescimento econômico registrado no período. Tal cenário evidenciava as contradições do processo de modernização brasileiro, que, embora promovesse avanços em termos de infraestrutura e urbanização, mantinha intactas as estruturas de exclusão social.

As camadas populares continuaram à margem, com acesso restrito tanto ao mercado de trabalho quanto aos serviços essenciais, como saúde e educação. Ao mesmo tempo, o país iniciava uma transição demográfica, caracterizada pelo crescimento das cidades, mas as desigualdades regionais e sociais se mantinham profundamente enraizadas, refletindo as limitações de um modelo de desenvolvimento que não abrangia todas as camadas da população.

As cidades brasileiras, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, cresceram rapidamente nas décadas de 1940 e 1950, impulsionadas pelo aumento populacional e pela industrialização. Na capital paulista, a população mais que dobrou, passando de 1.326.261 em 1940 para 3.825.352 em 1960, enquanto no Rio de Janeiro houve crescimento de 1.764.141 para 2.377.451 entre 1940 e 1950 (Martins; Krilow, 2015).

O avanço da urbanização, todavia, ocorreu de forma desordenada e sem planejamento adequado, agravando problemas sociais como a expansão das favelas, a precariedade habitacional e a superlotação dos centros urbanos (Novais; Mello, 1998). Esses desafios estruturais impactaram diretamente o cotidiano das camadas populares e, além disso, repercutiram nas expressões artísticas da época, que passaram a tematizar com mais intensidade as contradições do processo de modernização.

Na literatura, autores como Carolina Maria de Jesus, com o impactante *Quarto de Despejo* (1960), deram voz às experiências dos moradores das favelas, denunciando as duras condições de vida nas grandes cidades. Já na música, o surgimento da bossa nova e, posteriormente, da canção de protesto refletiu tanto os anseios de modernização quanto as tensões sociais que atravessavam o país, revelando uma cultura urbana em transformação, mas profundamente condicionada pela exclusão.

No caso do cinema, a busca pela solução dos entraves estruturais do país refletiu-se na procura por um modo de fazer produções que dialogassem com a realidade do Brasil, bem como com a necessidade de se afastar das representações idealizadas e superficiais da nação, adotando uma abordagem mais crítica e realista.



Dois fatores fundamentais podem ser apontados como condicionantes do cinema brasileiro moderno que começa a se esboçar na década de 1950. O primeiro deles é a influência do neorealismo italiano. Filmes de Roberto Rossellini como *Roma, cidade aberta* (1945); *Paisá* (1946) e *Alemanha ano zero* (1948), além de outros como *A terra treme* (1948) de Antonio Pietrangeli e Luchino Visconti ou *Ladrões de bicicleta* (1948) e *Umberto D.* (1952), ambos de Vittorio De Sica, inovam não apenas pelo uso de novos recursos técnicos, mas, sobretudo, pela abordagem. Muda-se a forma e o conteúdo em relação ao cinema clássico hollywoodiano consolidado nos anos 1930, apresentando-se, de forma direta, as contradições da Itália marcada pela destruição e miséria do pós-Segunda Guerra. Outro fator, ligado diretamente ao primeiro, é a confrontação do modelo consolidado do cinema brasileiro até então, fundado, por um lado, nas chanchadas carnavalescas da Cinédia e da Atlântida e, por outro, nas grandes produções da Vera Cruz no modelo de Hollywood (Ballerini, 2012)⁵.

Nesse sentido, serão valorizadas as produções independentes e com baixo recurso, financiadas por empréstimos, auxílio de pequenos produtores ou campanhas coletivas. O cinema dos anos 1950 buscará ser uma expressão da realidade do Brasil e suas contradições, colado ao dia a dia das classes populares. Se o neorealismo refletia as agruras da Itália no imediato pós-guerra, o cinema moderno brasileiro em formação está sintonizado com a questão nacional, aspecto que norteava o debate teórico e os projetos políticos nos anos 1950.

⁴ O que se chama *cinema moderno* não pode ser compreendido como fenômeno único, mas sim como uma manifestação renovadora do cinema que ocorre de diversas maneiras em locais distintos. Embora possa ser localizado como próprio de uma época, a forma como se manifestou em cada local ou mesmo autor é peculiar. Em linhas gerais, desenvolveu-se como um processo, com variações e transformações internas. No caso brasileiro, seguindo as pistas de Ismail Xavier (2006), o cinema moderno pode ser situado entre 1955 (com *Rio, 40 graus*, de Nelson Pereira dos Santos) e 1984 (com *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho) e tem como elementos fundamentais o cunho autoral, o baixo orçamento e a renovação da linguagem, bem como no modo de se fazer e pensar o cinema.

⁵ Em 1941, também no Rio de Janeiro, é fundada a companhia Atlântida Cinematográfica, iniciativa de Moacir Fenelon e os irmãos José Carlos e Paulo Burle. Inicialmente com filmes de temática social, a Atlântida vai se enveredar por filmes de linha mais comercial. A Companhia Vera Cruz foi fundada em São Bernardo do Campo pelo produtor italiano Franco Zampari e pelo industrial Francisco Matarazzo no ano de 1949. Com grande qualidade técnica e artística, seus filmes de drama e comédia sinalizavam para uma *hollywood brasileira*, chegando a mais de quarenta longas-metragens produzidos em cinco anos. Era um cinema avançado em sua produção e distribuição, porém, sedimentado no modelo clássico estadunidense, a ponto de influenciar no surgimento de outras companhias paulistas como a Maristela em 1950.



Destaquemos, brevemente, três filmes marcantes do contexto: *Rio, 40 graus* (Nelson Pereira dos Santos, 1955), *Rio, Zona Norte* (Nelson Pereira dos Santos, 1957) e “Cinco vezes favela” (Vários, 1962).

Rio, 40 Graus

A obra “Rio, 40 Graus”, (1955) de Nelson Pereira, é um marco no que tange à história cinematográfica brasileira. O filme apresenta não apenas uma, mas várias histórias, que se passam em conjunto e em paralelo ao mesmo tempo e no mesmo lugar: um domingo ensolarado no Rio de Janeiro.

A história inicia-se com uma moça, que sai de casa para ir à feira para a sua mãe, acompanhada de sua amiga. Simultaneamente, um grupo de garotos que trabalham vendendo amendoins para subsistência, cedo se separa e decide onde cada um ficará para conseguir um melhor lucro.

O filme representa também um casal que passa por uma situação delicada: uma gravidez indesejada. Numa das belas praias do Rio naquele dia muito movimentado, Jorge tenta vender seus amendoins, e perde sua mercadoria quando um casal, correndo, derruba os amendoins no mar. No Maracanã, uma tensão, um jogo muito aguardado, e a expectativa pela escalação da partida.

Próximo ao Bondinho, os garotos continuam na venda de amendoim e, ao ser ameaçado, um dos garotos foge com medo de ser agredido. No aeroporto, uma família e vários outros indivíduos esperam a chegada do Coronel, todos desejando o impressionar. Enquanto o jogo corre no Estádio, na tentativa de ir para casa Jorge encontra outros garotos vendedores de amendoim, que ao vê-lo, começam a persegui-lo, procurando o agredir. Na fuga do grupo que o ameaça, Jorge cai no meio da avenida e morre atropelado por um carro.

Entre vários desenlaces, o filme termina com o samba ao fundo, a mãe de Jorge o esperando chegar em casa, sem saber da morte do filho, e um panorama da cidade do Rio na noite daquele domingo.

O primeiro longa-metragem de Nelson dos Santos une elementos audiovisuais diversos e demonstra por meio de várias histórias entrelaçadas, aquilo que está além de todos os estereótipos, mostra a realidade nua e crua, o cotidiano e as relações que se estabelecem entre as classes sociais,



bem como entre os moradores do morro. Refletindo o ambiente sociopolítico da época, o filme traz à tona um Brasil profundo, marcado pela pobreza e desigualdade social, mas também pela alegria, pelo samba e pelo futebol.

Rio, Zona Norte

Rio, Zona Norte (1967), também de Nelson Pereira dos Santos, conta a história do personagem Espírito da Luz, que é um ávido e pobre compositor periférico, que compõe letras de samba e sonha tê-las gravadas; o mesmo, após um acidente ferroviário, relembra sua vida – enredo do filme.

O elemento primordial de foco é a música. Várias cenas possuem belas canções, reflexo da maior paixão do personagem principal, “Espírito da Luz”, interpretado por Grande Otelo. O local de origem e moradia do personagem é explicitado em seu título, ou seja, a zona norte da cidade do Rio de Janeiro, que retrata também a musicalidade como constituinte da cultura da cidade e da região. As canções no filme são, em sua maioria, cantadas, sendo duas dessas expostas na voz da própria Ângela Maria, que participa também como personagem influente no enredo, por proporcionar à Espírito da Luz a chance de ter seu sonho realizado.

A obra também é trágica, retratando a morte do protagonista e seu filho, sem um final feliz. Esse elemento, além da forma como morre o personagem principal – num acidente ferroviário, uma queda do trem devido a superlotação – também evidencia mazelas sociais, e a dificuldade em alcançar e concluir objetivos em função de determinada classe social, conforme a obra demonstra também, as interações entre as camadas da sociedade, exemplo disso é a relação de Moacir, um homem culto da classe alta, para com Espírito da Luz, um artista criativo, porém, periférico.

Cinco Vezes Favela

O filme é uma junção, feita em 1962, de cinco curtas-metragens independentes que retratam cenas da favela carioca. “Um favelado”, dirigido por Marcos Farias, mostra o drama de um morador da favela desempregado que acaba envolvido sem querer em um assalto. “Zé da Cachorra”, de Miguel



Borges, conta a revolta de um líder da favela com os próprios moradores em razão da passividade geral que eles têm com o grileiro que é dono do terreno.

“Couro de gato”, dirigido por Joaquim Pedro de Andrade, é o mais premiado entre os curtas e já havia sido feito anteriormente. Conta a história de meninos que descem o morro para roubar gatos a serem vendidos para uso de seus couros para tamborins. Um deles acaba se afeiçoando ao animal e sem ter como alimentá-lo termina por vendê-lo.

“Escola de Samba, Alegria de Viver”, de Carlos Diegues, mostra um jovem sambista à frente da direção da Escola enfrentando dificuldades diversas para realizar o desfile. O quinto episódio é “Pedreira de São Diogo”, dirigido por Leon Hirszman, e fecha o filme com uma perspectiva de organização e resistência. Frente a uma iminente destruição dos barracos em razão de uma pedreira que utiliza explosivos pesados, os moradores são incentivados a se manifestar, freando o projeto da empreiteira.

Cinco vezes favela está em linha de continuidade com a abordagem feita por Nelson Pereira dos Santos em “Rio 40 graus” e, sobretudo, “Rio Zona Norte”, trazendo a favela como cenário privilegiado e utilizando atores amadores juntamente com profissionais. A iniciativa é importante historicamente por ter sido realizada pelos jovens estudantes do Centro Popular de Cultura da UNE, num esforço de aproximação com a situação social do morro.

Os recortes de situações distintas favorecem uma visão ampla sobre os conflitos da favela, não apenas a situação de pobreza. As rivalidades, a aceitação da desigualdade e a sensibilidade infantil se articulam com o erotismo, a malandragem e a visão estereotipada da favela por parte de empresários e seus funcionários. O episódio da Pedreira é tocante por apresentar a solidariedade entre trabalhadores e moradores dos barracos como elemento mais forte que o medo.

* * *

Dentro de um contexto de crescente mobilização política e social, em que as estruturas de poder e as relações sociais no Brasil estavam se transformando, o Cinema Novo se tornou um instrumento poderoso para denunciar as contradições do país e fomentar um debate crítico sobre a exclusão social e as condições de vida nas periferias urbanas. Filmes como os mencionados, além de se consolidarem como marcos da cinematografia nacional, expressam o compromisso desse movimento com a representação da realidade social do país.



Ao retratar o cotidiano dos trabalhadores, as contradições das grandes cidades e a luta por dignidade nas periferias, esses filmes romperam com a imagem idealizada do Brasil até então difundida no cinema. Mais do que simples entretenimento, essas produções se tornaram importantes testemunhos históricos e instrumentos de crítica social, ao expor a dura situação de uma “nação” que, por muito tempo, preferiu esconder suas desigualdades.

O CINEMA NOVO E A EXPECTATIVA DE TRANSFORMAÇÃO

O início da década de 1960 é marcado por intensa efervescência política e isto se expressará em todos os setores da vida nacional. De tal forma que os quatro primeiros anos da década parecem, olhados à distância, muito mais extensos, pois ali se passaram os mais variados projetos, todos com chances reais – ainda que na perspectiva de quem os propunha. Entre tais projetos se encontravam: a possibilidade de um país efetivamente civilizado; um capitalismo autônomo e independente; e até uma revolução socialista.

É sob a chave da transformação social e o enfrentamento das mazelas históricas do país que os autores do Cinema Novo produzirão não apenas seus filmes, mas também seus discursos e suas análises sobre o cinema. Não estava ainda muito evidente que modelo ou referência de cinema era aquele, mas se formava um grupo de jovens cineastas em busca de maior radicalidade. É a partir daí que olharão para a década anterior para encontrar nos filmes de Nelson Pereira dos Santos um ponto inicial

Nesse contexto se firmam vários nomes como Joaquim Pedro de Andrade, Ruy Guerra, Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos (espécie de iniciador do círculo), Paulo César Saraceni, Leon Hirszman, Carlos Diegues e, um pouco mais adiante, Arnaldo Jabor e Gustavo Dahl⁶.

Portanto, é sob a chave da inovação e da ousadia que, naquele início da década de 1960, serão produzidos os novos filmes ou avaliados em perspectiva filmes anteriores como os de Nelson Pereira dos Santos e os curtas de *Cinco vezes favela*, entre outros.

Mas é na trinca de ouro da primeira fase do Cinema Novo que encontramos a relação mais evidente do cinema com o seu tempo: *Vidas secas* (1963) de Nelson Pereira dos Santos; *Os fuzis*

⁶ Para um estudo sobre os diretores do Cinema Novo consultar verbete correspondente em Ramos e Miranda (2000).



(1963) de Ruy Guerra e *Deus e diabo na terra do sol* (1964) de Glauber Rocha. É a trilogia do sertão nordestino ou da fome, como também é chamada por muitos.

O ambiente urbano de *Rio, 40 graus*, *Rio, Zona Norte* e *Cinco vezes favela* havia colocado em pauta a atenção do cinema em relação ao processo de urbanização que o país atravessava. Processo esse que não superava os traços do passado, mas os repunha sob novos desafios.

Naqueles idos de 1962 até o início de 1964, o referencial recai sobre o sertão, particularmente o Nordeste. Destacamos, brevemente, os três principais expoentes do Cinema Novo em sua fase mais expressiva.

Vidas secas

A adaptação “Vidas Secas” de Nelson Pereira dos Santos – derivada da obra literária homônima de Graciliano Ramos – retrata a história de uma humilde família passando por um árduo período de seca no sertão nordestino. Fabiano, um peão desafortunado, que, juntamente com Sinhá Vitória, sua esposa, carregam pela longa estrada seus dois filhos, um papagaio e a cachorra, Baleia, buscando fugir dos efeitos da falta das chuvas.

O filme é um dos mais cruéis retratos de uma realidade não tão distante. Remonta um período histórico, mas sua temática é extremamente contemporânea. Além de memorável, o longa retrata a miséria como aspecto principal da vida de um pai trabalhador e humilde, uma mãe batalhadora e duas crianças vivendo e percebendo desde tão cedo as dificuldades de uma vida nômade e de pobreza.

A obra retrata temas como a desigualdade social, como na casa do patrão de Fabiano, onde havia música e fartura, totalmente o contrário da casa deste, ou o forte anseio de Sinhá Vitória por algo tão trivial, como uma cama de couro para “ser gente”; abuso de poder, representado nas figuras do soldado prepotente – no livro, o Soldado Amarelo – e do patrão, que remetem às autoridades que usam de sua posição hierárquica para se beneficiar do sofrimento dos menos afortunados, assim como a agressão, os insultos e o tratamento desumano; fome e insegurança alimentar, vivenciada pela família do início ao fim do filme.

Além da tragédia, o filme apresenta elementos culturais regionais brasileiros, como os costumes da festa natalina representada, a trilha sonora, composta também por cantigas da religiosidade popular – expressa tanto pelos ritos católicos, como a missa, como pela benzedeira,



Sinhá Terta. Por meio da narrativa do infortúnio de uma família, *Vidas Secas* apresenta o sertão como o lugar-referência do Cinema Novo inicial: ali está o Brasil profundo, suas contradições mais gritantes e, também, é dali que se pode entrever algum tipo de transformação. Esta, para que ocorra, necessita que o povo – não os poderosos que nisso não têm interesse – tome consciência e pare de aceitar a subordinação, a humilhação e a violência.

Os fuzis

O filme *Os Fuzis*, dirigido por Ruy Guerra, conta a história dos habitantes da cidade de Milagres - sertão da Bahia – e a chegada de um grupo militar enviado pelo governo para proteger o Mercado da cidade, contendo os cidadãos e impedindo os furtos de alimentos, que ocorriam devido à fome. Nas proximidades da cidade, havia um grupo de religiosos que, juntamente de um beato, glorificam um boi que julgavam ser santo, capaz de fazer milagres e trazer fartura e prosperidade. Na cidade, os civis, sofrendo com a pouca produção, sobreviviam do gado e do pouco que ainda podiam comprar.

A obra de Ruy Guerra apresenta o sertão e a fome de uma forma muito parecida com a adaptação de Nelson Pereira dos Santos. Ambas mostram a miséria – a total desigualdade, suas consequências, os afetados e suas expectativas – e a impotência, a incapacidade de reagir diante da repressão, levando à reflexão sobre a explícita desigualdade social.

O personagem “Gaúcho”, figura fundamental da trama, tem em mãos um dilema moral: a indiferença ou denúncia, e após muito conter-se, decide revidar as injustiças sofridas pelos habitantes. Este gesto é elucidativo do desafio da geração que, dali a alguns anos, enfrentará a ditadura. A cultura é outro aspecto fortíssimo no filme, sobretudo a religiosidade, que funciona como âncora aos desafortunados que não têm com quem contar. O enredo culmina numa espécie de revolta popular violenta, e com a morte de um agente da revolução e outros vários inocentes, devorados pela fome e pela negligência governamental.

Os fuzis, como símbolo da força e do silenciamento, representam na obra o poder que esmaga as vozes populares e o seu pedido de socorro. É notável como, um ano antes do Golpe de 1964, este filme retrata de forma tão candente a opção dos militares: eles ficam do lado das classes proprietárias, simbolizadas no filme pelo dono do mercado, e reprimem quem quer que se disponha



a perturbar a ordem pública. O aparato da força do Estado brasileiro tem um lado e este não é o da proteção, mas o da repressão.

Deus e o Diabo na terra do sol

Dirigido por Glauber Rocha, *Deus e o Diabo na Terra do Sol* retrata de forma intensa a trajetória de vida de Manuel, um simples peão que vive com sua esposa, Rosa, numa propriedade rural no sertão nordestino, onde subsistem por meio daquilo que plantam, e os bois de que o vaqueiro cuida. Após entrar em conflito com o Coronel da cidadezinha onde mora, Manuel e sua esposa fogem, na esperança de ter uma nova vida e um bom futuro. Para alcançar seus anseios, começam a seguir a Sebastião, um líder religioso e, depois de novos conflitos e contradições, enveredam pelos caminhos do cangaço, seguindo Corisco e seu grupo. Ao final, restará ao casal nova fuga, em razão da perseguição ao cangaço por Antônio das Mortes.

A obra em análise é uma produção repleta de significado. Cada aspecto da história se unifica, culminando num final quase que inesperado, mesmo que previsível dentro dos acontecimentos do enredo. A trilha sonora do filme é um dos elementos mais intrigantes, invade a história, e funciona como um tipo de narração das ações dos personagens, explicação da trama, relato dos fatos em curso, e é fundamental na construção desse primor cinematográfico brasileiro, assim como o cenário, que é constantemente mencionado como “seco” ou “árido”, evidenciando parte do sofrimento dos personagens na obra.

A maioria dos personagens da trama possuem caráter bem definido, exceto o protagonista – Manuel ou Satanás – que pende para lados opostos de pensamento à medida que percebe o custo de suas ações; o Beato Sebastião e Corisco o cangaceiro são apresentados como a essência dessa troca brusca de ideologia: Sebastião representando o fanatismo religioso, o engano e a falácia e a insanidade, todas encapsuladas na figura de um “Homem de Deus”; ao passo que Corisco representa a maldade, o egoísmo e as atitudes de insânia expressas em cada ato singular do bandido, mas totalmente reconhecidos.

A fuga de Manuel e Rosa no fim do filme simboliza a sensação de constante mudança em vão, pois a cada vez que fogem, encontram-se em meio a um maior encadeamento de causas, uma vez que estão sempre a depender de quem os aponte o caminho. Uma vida autêntica e livre precisará



ser buscada numa mudança radical da ordem das coisas, uma mudança que, como diz a canção ao fundo, seja tão grande como a transformação do mar em sertão e do sertão em mar. *Deus e o Diabo* é, neste sentido, a obra mais representativa do anseio do Cinema Novo por uma transformação radical do Brasil, um país “mal dividido” no qual a terra deverá ser do povo, nem de “Deus”, nem do “Diabo”.

* * *

Por este breve esboço, percebe-se a relevância dessa trinca de filmes. *Vidas secas*, embora fruto de uma obra literária do regionalismo, atualiza o drama da opressão, o silenciamento e a força repressiva sobre os pobres – em plena antessala do golpe de 1964. Em *Os fuzis* isso é ainda mais evidente. Do seu turno, *Deus e o diabo*, ao modo alegórico e mítico próprio de Glauber Rocha, amarra passado e futuro. Um filme em que não há o presente propriamente, por sinalizar, a partir do cangaço, um universo de décadas anteriores.

Calcado sob o princípio da expectativa de mudança, todo o cenário sertanejo funciona como seta apontando para uma nova ordem em que nem o traço colonial (o “deus” da religião católica), nem o banditismo (o “diabo” do cangaço) darão o tom: a terra será do homem. A corrida final de Manuel e Rosa não termina, não temos o desfecho. Mas estão em condições de dar o passo: o sertão vai virar mar. Há uma teleologia na história (Xavier, 2012), razão pela qual se retoma o passado do cangaço, como linha de longa duração que se estica até o futuro.

A trilogia do sertão, portanto, deve ser vista nas condições do seu tempo, sem que o prisma provocado pelo Golpe nos atrapalhe. Eram tempos de expectativa elevada: um país novo se constituía. O cinema revelava contradições e programas políticos urgentes que permeavam o tecido social.

Fosse outro o desdobramento da história, o Cinema Novo talvez tivesse se enveredado por delinear caminhos para o Brasil. Mas aí já estamos no terreno da imaginação. A história foi outra e o que momento espinhoso seguinte não deixou de ser também tratado pelo cinema com profundidade: o balanço do Golpe de 1964 e a ditadura que ele inaugura.

O BALANÇO DO GOLPE DE 1964

A partir de 1965 pode ser observado um segundo período do Cinema Novo, imposto, obviamente, pelo contexto. O cinema vai internalizar a crise política e a interrupção de um projeto de transformação do país aparecerá de modo diverso em vários filmes. Mas serão três deles – a chamada



trilogia da derrota – que marcarão o imediato pós-golpe e que, mesmo antes do AI-5 de 1968, sinalizam não apenas o colapso de um projeto nacional-popular, mas também a crise dos intelectuais e o fechamento de horizontes, antevendo, de certo modo, os tempos duros que virão a seguir. Já em finais de 1964, Paulo César Saraceni dirige *O desafio*; Glauber Rocha lançará *Terra em transe* em 1967; no ano seguinte é a vez de *O bravo guerreiro*, de Gustavo Dahl. Tratem os brevemente dos três filmes.

O desafio

O Desafio traz a história de um improvável casal: Ada, a esposa de um homem muito rico e dono de uma fábrica, e Marcelo, um jornalista esquerdista que trabalhava numa revista. Além do amor proibido, o caso de ambos entra em crise ao perceberem que o momento histórico que viviam, deixava evidentes as suas diferenças – desde a classe social às suas aspirações. Ada desejava estar livre do seu mundo, onde tudo era tão superficial; já Marcelo, por outro lado, via com outros olhos as discrepâncias sociais que rompiam com a utopia de um mundo igualitário. Suas dessemelhanças denunciavam que talvez não houvesse nada real entre eles.

A obra de Paulo César demonstra de maneira única um conflito extremamente complexo, utilizando da paixão para ilustrar o conflito de classes e a desilusão logo após o Golpe de 1964. Ada representa a visão individualista de encarar a realidade, representa o sentimento de indecisão em frente à mentalidade racional e o benefício próprio. Marcelo representa a comoção coletiva em vista do marasmo e a decepção. Seu sentimento é altruísta ao ponto de revoltar-se em busca de uma forma de se reerguer, o que aparece no filme representado pelo show “Opinião” e a espetacular performance da cantora Maria Bethânia interpretando a música “Carcará”.

A trama se encerra indefinida. Não há um desfecho para o casal, assim como não há elucidação acerca de como Ada passou a pensar após ver a realidade “ao vivo e a cores”, apenas Marcelo marasmático e desiludido titubeando pelas ruas.

Numa camada mais profunda, a turbulenta relação entre Marcelo e Ada pode ser vista como representativa da aliança de classe entre uma esquerda romântica e a classe burguesa industrial, supostamente nacionalista e anti-imperialista. Ocorre que o Golpe revelou o fracasso dessa aliança e o descompromisso da burguesia com os interesses nacionais. Marcelo, e com ele todas as forças



políticas que se opõem ao regime ditatorial, terá que vagar pelas ruas em busca de outra saída; aquela já não é mais possível.

Terra em transe

O filme conta a história de Paulo Martins, jornalista e poeta, ligado ao político conservador Porfírio Diaz na República de Eldorado. Quando Diaz é eleito senador, Paulo não mais se identifica com ele e se afasta, indo para a província de Alecrim. Envolvendo-se com Sara, resolve apoiar o vereador populista Felipe Vieira que é candidato a governador. Após uma campanha animadora, o governador eleito se mostra fraco e titubeante frente às forças econômicas locais.

Desiludido, Paulo volta à capital e se aproxima de Júlio Fuentes, grande empresário que é convencido pelo jornalista de que o presidente Fernandez está entregando o país na mão do capital internacional. Quando Diaz vai à disputa da Presidência, Vieira e Paulo se unem novamente, até que Fuentes trai a ambos fazendo um acordo com Diaz. Este é coroado de maneira suntuosa. A recusa de Vieira em resistir e a deflagração do Golpe levam Paulo ao gesto heroico do suicídio nas cenas finais do filme.

O filme é uma contundente e mordaz reflexão sobre o papel do povo e da classe intelectual diante da frustrada esperança revolucionária com o Golpe de 1964. Os ideais nacionalistas sucumbem junto com o romantismo dos setores da esquerda. O uso do *flashback* como recurso da narrativa sugere inevitavelmente um balanço, naqueles idos de 1967, sobre as razões que levaram o país a uma ditadura. E é sintomático que no ano seguinte todos os sinais de autoritarismo e repressão indicados no filme iriam se oficializar como norma oficial.

É importante a ligação de Paulo - no filme, um signo da esquerda brasileira - com Diaz, figura aristocrática e de extrema direita. Há por certo um fascínio de tais figuras em momentos decisivos da política brasileira e nem mesmo um pensamento crítico é capaz de evitá-lo. Vieira é por sua vez tíbio e fraco, incapaz de enfrentar a estrutura econômica do país, bem como resistir ao ímpeto golpista que se avizinha. Porém, é mais: por trás da retórica populista há repressão e reacionarismo também.

Ao situar setores classes sociais representados por personagens – a burguesia, o povo, a igreja, a imprensa etc. – Glauber Rocha termina por sinalizar um quadro de impossibilidade, um país



num beco sem saída. O que poderia soar um tanto ousado para aquele momento: note-se que a esperança democrática não havia sido de todo abandonada e a luta armada ainda iria se firmar como último recurso frente ao endurecimento do regime.

Infelizmente, o andamento da década seguinte acabou por dar razão ao filme que, décadas depois, continua a nos incomodar, não por uma suposta genialidade do diretor em prever o futuro, mas sim por vermos o Brasil repetindo reiteradamente os esquemas políticos de Eldorado. Diaz, Vieira, Fuentes, Fernandez continuam por aí, com outros nomes e novas roupagens. E os Paulos de hoje talvez ainda se debatam entre a escolha menos pior num cenário de fato sem saída.

O bravo guerreiro

Neste filme Gustavo Dahl, o jovem deputado de um partido de esquerda Miguel Horta se alia a um partido governista, na expectativa de uma transformação social a partir da conciliação. Esta esperança não irá longe e Miguel volta ao sindicato onde os trabalhadores estão reunidos em assembleia e reconhece o fracasso de sua tentativa. Ele provoca os trabalhadores a lutarem eles mesmos contra a exploração. Percebendo sua incapacidade de lidar com a situação, Miguel foge e o filme se encerra com um final trágico do personagem.

O filme é emblemático sobre o fracasso daquilo que se convencionava chamar de *via parlamentar* para uma transformação da sociedade. Naquele contexto pós-Golpe, a palavra tem pouco peso e validade: é a força e as armas que ditam os rumos. A bravura do guerreiro não é suficiente, como infelizmente se mostrará também a luta armada que se erguerá após o AI-5. As vias de luta estão fechadas: as ruas, pela repressão; a institucionalidade pelo esvaziamento da palavra. O que resta é o drama, a incerteza, o fracasso.

* * *

Podemos concluir, a partir desta breve mirada sobre a trinca da derrota, que o filme Saraceni reflete a atmosfera de angústia, medo e falta de perspectiva e é notável que o faça no imediato pós-golpe. De modo semelhante, *O bravo guerreiro* esmiúça, em perspectiva, os limites do populismo pré-1964. Às portas do AI-5, o filme de Gustavo Dahl revisita de modo crítico a arrogância da institucionalidade partidária, sempre aberta a negociações e marcada por um conservadorismo latente.



Mas é em Terra em transe que se efetua o balanço mais radical do Cinema Novo quanto ao golpe. O filme é uma contundente e mordaz reflexão sobre o papel do povo e da classe intelectual diante da frustrada esperança revolucionária com o Golpe de 1964. Por meio de uma linguagem poética e simbólica, Rocha escancara a capitulação dos ideais de transformação social e questiona o papel dos artistas e intelectuais, cujas aspirações se mostram impotentes diante da realidade brutal de um país entregue à repressão e ao conservadorismo. Nesse contexto, os ideais nacionalistas sucumbem junto com o romantismo dos setores de esquerda da cultura e do pensamento crítico, revelando o desencanto de uma geração que, diante do fracasso de seus projetos de mudança, se vê confrontada com a dura realidade de um país marcado pela violência e pela desigualdade.

Outros filmes são também relevantes em demonstrar as contradições do país pós-Golpe de 1964 com é o caso de o caso de *Viramundo* (Geraldo Sarno, 1964/1965); *São Paulo S.A* (Luiz Sérgio Person, 1965); *Brasília, contradições de uma cidade nova* (Joaquim Pedro de Andrade, 1967); *O caso dos irmãos Naves* (Luiz Sérgio Person, 1967); *O dragão da maldade contra o santo guerreiro* (Glauber Rocha, 1969), entre outros.

De um modo geral, o que veremos como desdobramento no cinema pós-AI-5 é uma mudança geral de perspectiva. Enquanto no início dos anos 1960 a história aparecia como carregada de possibilidades, após o golpe e, principalmente, após o AI-5, ela é vivida como catástrofe. Como recorda Ismail Xavier (2012), na virada para a década de 1970 a história se propagava como progresso, segundo os vencedores; para os vencidos, por outro lado, ela se mostrava como desastre.

Neste sentido, o que a trajetória do Cinema Novo em menos de duas décadas apresenta é uma articulação direta com a realidade sociopolítica do país, transitando da expectativa de transformações estruturais no final dos anos 1950 para a desilusão nos anos de chumbo. Tal como o próprio país, também o cinema levará muito tempo para reencontrar alguma forma de vocalização de sonhos e esperanças a partir da lenta abertura política no final da ditadura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caberia perguntar, ao final deste breve percurso: qual a relevância do cinema brasileiro produzido no contexto da passagem dos anos 1950 para a década seguinte? A resposta é simples: imensa. Ocorre que, infelizmente, ainda hoje enfrentamos o desconhecimento do público em relação



à própria produção artística do país, associado ao dilema histórico da inconsistência de uma indústria cinematográfica que articule produção, distribuição e exibição.

Portanto, o desafio do cinema é o mesmo do país, de tal forma que ainda não conseguimos superar os dramas que o cinema dos anos 1950 e início dos anos 1960 apontavam. Resta-nos, portanto, tarefas complementares: por um lado, o estudo das obras; associado a isso, cabe a quem se interessa pela história de nosso cinema a tarefa de torná-lo conhecido. Numa palavra: produção não é tanto nosso gargalo, embora padeça dificuldades; difícil mesmo são a distribuição e a exibição. Poucos cinemas, poucas salas, pouco espaço nos *streamings*. O cinema brasileiro está aí, mas não chega ao grande público e quando o faz é na forma do entretenimento. Nenhum problema, mas é pouco diante da imensa riqueza da produção cinematográfica de ontem e de hoje.

Fosse diferente, talvez pudéssemos ter um debate mais profundo e profícuo sobre o que foi o Golpe de 1964 e a ditadura e o que ainda resta de seus efeitos. No escopo deste estudo, foi possível evidenciar o impacto daquela brusca interrupção de um projeto nacional minimamente democrático e a inauguração de um regime cujas marcas ainda não se esgotaram: tal como o país foi interrompido, também a trajetória do Cinema Novo.

O que temos é, pois, um duplo processo que inter-relaciona arte e sociedade: o desconhecimento de nosso cinema e a ausência de uma política de memória mais efetiva quanto à ditadura. Do mesmo modo como o estudo sobre nossa trajetória de país nas últimas seis décadas permanece como desafio de compreensão, pela complexidade de nossa trajetória, assim também o cinema. Ele é um *documento* de nossa história recente – de modo particular sobre o impacto profundo do Golpe de 1964.

Nos limites deste artigo, pode-se entrever como o cinema se constitui como uma janela para a realidade: as obras tomadas individualmente e o processo mais amplo de abordagens distintas nos permitem compreender os dramas de cada momento histórico e também o processo que os encadeia.

Não nos propusemos a pensar o cinema brasileiro posterior aos anos 1970; fizemos apenas um breve recorte histórico com o intuito de apontar, por meio do cinema, como o Golpe de 1964 ocupa um lugar fundamental na história recente do Brasil: ele muda os rumos do país. Compreender seu impacto parece ser algo indispensável para pensar não apenas a história, mas o contexto contemporâneo, no qual as contradições dos filmes acima destacados insistem em se recolocar, como um passado que ainda não passou.



REFERÊNCIAS

- BALLERINI, Franchiesco. **Cinema brasileiro no século 21**. São Paulo: Summus, 2012.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009, 31 ed..
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Abril Editorial, 2013.
- MARTINS, Luis Carlos dos Passos; KRILOW, Letícia Sabina Wermeier. Cidades em transformação: industrialização, urbanização e imprensa nos anos 50. In: **Colóquio Internacional de História Cultural da Cidade**, 1., 2015, Porto Alegre. Anais [do] 1º Colóquio Internacional de História Cultural da Cidade. Porto Alegre: [s. n.], 2015. p. 527-543.
- NOVAIS, Fernando A.; MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 363-432.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- RAMOS, Fernão Pessoa; MIRANDA, Luiz Felipe. (Orgs). **Enciclopédia do cinema brasileiro**. São Paulo: Ed. Sesc, 2000.
- XAVIER, Ismail. **O cinema brasileiro moderno**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- _____. **Alegorias do subdesenvolvimento**: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal. São Paulo: Cosac Naify, 2012.



ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E O DIREITO À CIDADE

Eixo 4: Direitos humanos, movimentos e lutas sociais e sistema sócio-jurídico

MEIRELAYNE BORGES DUARTE¹

ISABELA LÔBO DUARTE²

JOÃO VITOR BEZERRA SILVA³

RESUMO: Este ensaio discorre sobre a interconexão entre urbanização e envelhecimento populacional e sobre o direito à cidade para os que nela envelhecem. Evidencia o urbanismo como modo de vida e os impactos da urbanização na vida social, bem como o fenômeno mundial do envelhecimento populacional, que demanda estratégias favoráveis à participação dos longevos nos espaços urbanos, visando a garantia do direito à cidade para todas as pessoas de todas as idades, com redução das iniquidades sociais. Por fim, o artigo traz à tona a Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030) que, entre as suas quatro linhas de ação, propõe garantir que as cidades promovam as capacidades das pessoas idosas, considerando que os ambientes são determinantes do envelhecimento saudável.

Palavras-chave: Urbanização, envelhecimento, direitos humanos, cidade saudável.

ABSTRACT: This essay discusses the interconnection between urbanization and population aging and the right to the city for those who grow old in it. It highlights urbanism as a way of life and the impacts of urbanization on social life, as well as the global phenomenon of population aging, which demands strategies that favor the participation of older adults in urban spaces, aiming to guarantee the right to the city for all people of all ages, with a reduction in social inequities. Finally, the article highlights the Decade of Healthy Aging (2021-2030) which, among its four lines of action, proposes ensuring that cities promote the capabilities of older people, considering that environments are determinants of healthy aging.

Keywords: Urbanization, aging, human rights, healthy city.

INTRODUÇÃO

A urbanização e o envelhecimento populacional são fenômenos mundiais interligados que vêm transformando o modo como vivemos ao longo da vida. Atualmente, mais da metade da população mundial (55%) vive em áreas urbanas e a estimativa é que essa proporção alcance 70% até

¹ Doutoranda em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: meirelayne.duarte@animaeducacao.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/3703578015136102>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2744-1979>.

² Graduada em Medicina na Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. E-mail: isabelaloboduarte@gmail.com; CV: <http://lattes.cnpq.br/6650385985766068>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6530-975X>.

³ Graduando em Medicina na Universidade de Salvador – UNIFACS. E-mail: joaobs99@hotmail.com; CV: <http://lattes.cnpq.br/5038249408232943>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1588-0472>.



2050 (ONU, 2019). Nesse intervalo de tempo, o número de pessoas com mais de 60 anos duplicará de 1 bilhão para 2 bilhões, com a imensa maioria (80%) vivendo em países de baixa e média renda (OMS, 2018). De acordo com o Estudo Longitudinal de Envelhecimento (ELSI – Brasil), aproximadamente 85% da população brasileira com mais de 50 anos vive em áreas urbanas (Lima-Costa *et al.*, 2023). O envelhecer nas cidades traz consigo diversos desafios que demandam políticas públicas voltadas para as pessoas idosas, visando garantir o direito à cidade para as pessoas de todas as idades (Amanjás; Klug, 2018).

No Brasil, o direito à cidade está descrito no Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), compreendendo “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”. Entretanto, o reconhecimento legal do direito à cidade contrasta com a realidade da negação de direitos aos excluídos do processo de planejamento e produção do espaço urbano, entre os quais os idosos e as pessoas com deficiência, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, refletindo a distribuição desigual dos benefícios e dos ônus da urbanização (Amanjás; Klug, 2018).

Entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), “Construir cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis”, o ODS 11, tem como meta “garantir acesso universal a espaços verdes e públicos seguros, inclusivos e acessíveis, especialmente para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”. Cabe refletir: como tornar esses excluídos e/ou invisibilizados em sujeitos do direito à cidade?

O objetivo deste ensaio é discorrer sobre a interconexão entre urbanização e envelhecimento populacional e sobre o direito à cidade para os que nela envelhecem.

URBANISMO COMO MODO DE VIDA À LUZ DE WIRTH E SIMMEL

O crescimento das cidades e a urbanização do mundo é um dos fatos mais notáveis da modernidade. A característica mais marcante do modo de vida do homem na Idade Moderna é a sua concentração em agregados gigantescos, em torno dos quais está aglomerado um número de centros menores e de onde emanam as ideias e as práticas rotuladas de civilização. A mudança de uma

675



sociedade rural para uma sociedade predominantemente urbana foi acompanhada por alterações profundas na vida social (Wirth, 1938).

Definindo o urbanismo como modo de vida, Louis Wirth (sociólogo alemão, membro proeminente da Escola de Chicago) elevou à mais alta potência o conceito sociológico de cidade: não se pode conceituar a cidade pelo critério de extensão territorial ou de densidade demográfica, mas pela capacidade de moldar o caráter de vida social à sua forma específica urbana. Desta forma, a cidade é entendida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos, onde se evidenciam contrastes entre esplendor e miséria, riqueza e pobreza, inteligência e ignorância, ordem e caos (Wirth, 1938).

O mundo contemporâneo pode ser chamado de urbano não somente pela crescente fatia populacional que habita as cidades, mas pelas influências que as cidades exercem sobre a vida social do homem. Afinal, a cidade não somente é o local de moradia e trabalho, mas também o centro da vida econômica, política e cultural, interligando as diversidades de povos e de atividades em uma mesma área (Wirth, 1938; Simmel, 1903).

Quanto maior a densidade, maior a segmentação em termos de local e natureza do trabalho, renda, características étnico/raciais, status social, costumes, gostos, preferências. O aumento do número de habitantes implica em maior variabilidade entre os indivíduos e, ao mesmo tempo, na redução do conhecimento pessoal mútuo, pois os nossos contatos sociais são distantes apesar dos nossos estreitos contatos físicos (Simmel, 1903). O mundo urbano tem em alta conta o reconhecimento visual e assim olvidamos de centrar nas pessoas que se encontram ocultas por trás dos seus papéis sociais.

A cidade não só comporta como recompensa a diversidade, pois seus membros são úteis uns aos outros exatamente porque são diferentes e somente através da diferenciação e da especialização é que a área pode suportar o grande contingente populacional. Entretanto, constata-se que a individualidade vai sendo substituída por categorias, e as necessidades individuais vão sendo niveladas pelas necessidades da média. Por isso, para alcançar os seus objetivos (econômicos, políticos, religiosos, educacionais, recreativos ou culturais), o cidadão busca pertencer a grupos organizados de interesses semelhantes, uma vez que, enquanto indivíduo, encontra-se reduzido à impotência e à invisibilidade (Wirth, 1938).



O controle social na cidade deve ocorrer por meio de grupos organizados. As massas de homens na cidade estão sujeitas à manipulação por indivíduos que operam de longe, por trás dos bastidores. Quanto maior o número de pessoas, tanto menor é o nível de comunicação e maior a probabilidade de que a comunicação seja pautada no que se supõe ser do interesse de todos (Wirth, 1938).

A partir dos relatos de Simmel (1903) e Wirth (1938) sobre as cidades modernas, tem se formado um corpo crescente de reflexões sobre os impactos da urbanização na vida social, entre eles a a globalização, a civilidade, a tolerância às diferenças e a aceleração social com profundas transformações nas formas de lidar com o tempo, cada vez mais escasso, e com o espaço, cada vez mais diversificado e ao mesmo tempo homogeneizado. (Lefebvre, 1968; Bauman, 2001; Massey, 2008; Harvey, 2014; Augé, 2012; Rosa, 2019)

Infelizmente, o crescimento das cidades tem ocorrido de modo desorganizado, visando interesses de minorias, o que resulta em vulnerabilidade social para uma grande parcela populacional: globalmente, um em cada três habitantes das cidades mora em favelas ou em áreas invadidas, em más condições, com saneamento inadequado, insegurança alimentar, escassez de água e acesso insuficiente a serviços essenciais. A população urbana pobre, de todas as idades, apresenta maior risco de morrer, de adoecer e de sofrer acidentes, agressões e exclusão social (OMS, 2010; Kowarick, 2002).

Não obstante as políticas públicas devam ter como premissa básica garantir o bem-estar para a população, nas mais diferentes áreas, as opções de planejamento público das cidades nem sempre contemplam as necessidades sociais e soluções de problemas, como a redução das vulnerabilidades existentes (Santos *et al.*, 2022).

O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NOS ESPAÇOS URBANOS

Urbanização e envelhecimento populacional são fenômenos mundiais dos tempos modernos não apenas concomitantes, mas interligados. Os avanços tecnológicos permitiram a redução das taxas de mortalidade e, portanto, a maior expectativa de vida, além da redução das taxas de fecundidade, com redução dos grupos etários mais jovens, resultando em um percentual de idosos cada vez maior (Kalache, 2013). De acordo com o Centro Internacional Longevidade Brasil – CILB (2015), o



envelhecimento populacional pode ser considerado como a maior conquista e o legado mais duradouro da civilização do século XX. Centenas de milhões de pessoas em todo o mundo alcançaram incremento de 30 anos de expectativa de vida em relação aos seus antepassados (Kalache, 2013).

O envelhecimento populacional vem ocorrendo em ritmo acelerado: a cada segundo, duas pessoas no mundo celebram 60 anos de vida (CILB, 2015). Estima-se que entre 2020 e 2050, a população idosa mundial duplicará ultrapassando o número de crianças, com a maioria (80%) vivendo em países de baixa e média renda, nos quais o percentual de idosos aumentará de 7% para 21% (CILB, 2015; OMS, 2018). Nas duas últimas décadas, a população de idosos (60 ou mais anos) no Brasil aumentou de 15 para 30 milhões, e o percentual de idosos elevou-se de 8,7% para 14,7% e as projeções indicam que até 2050 esse percentual corresponderá a 25% da população brasileira (DataSUS, 2018).

Definindo-se revolução como “o colapso da ordem social em favor de um novo sistema”, pode-se dizer que estamos vivenciando a revolução da longevidade, que nos força a abandonar as construções sociais da velhice, insustentáveis diante do incremento de 30 anos de vida (Kalache, 2013). A II Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento, em 2002, foi o catalisador para o desenvolvimento do marco político do Envelhecimento Ativo, conceito que tem evoluído ao longo dos anos no contexto das mudanças políticas e sociais (CILB, 2015). Como possibilitar que as pessoas se mantenham independentes e ativas à medida que envelhecem, nos espaços urbanos?

Ainda que a concepção da velhice comporte uma pluralidade de formas de envelhecer, perpassada por questões de gênero, classe social, grupo familiar, idade, entre outros, essa fase da vida é, muitas vezes, associada à “perda dos espaços de sociabilidade, configurando-se como uma espécie de “morte social”, com atribuição do lugar do idoso ao espaço doméstico, já que o modo de vida urbano, sobretudo das grandes cidades, limita as suas possibilidades de circulação e construção de redes sociais (Barros, 2006).

Nesse contexto, um dos grandes desafios consiste em promover a presença, a circulação e a participação dos longevos no espaço urbano. O direito de circular na cidade é, muitas vezes, cerceado aos idosos não somente pelas barreiras físicas que limitam o acesso (escadas, calçadas, trânsito e meios de transporte) mas também pelas barreiras sociais que delimitam o(s) lugar(es) que eles devem



ocupar e o modo como devem fazê-lo. Os guetos etários vão sendo criados nas cidades, constituindo-se um critério adicional de segregação socioespacial, além de outros definidos por aspectos socioeconômicos, étnico-raciais, políticos, identitários, todos perpassados por relações de poder (Correa, 2016).

A mobilidade é um dos desafios apresentados na relação do idoso com o espaço urbano, tendo em vista a promoção do envelhecimento ativo e o dinamismo das cidades com fluxos de deslocamento e de trânsito cada vez mais intensos. Vale registrar que a condição de pedestre é a principal causa de mortalidade de idosos por acidente de trânsito no Brasil (Duarte; Santos; Sobral, 2021). O envelhecimento populacional exige, portanto, a formulação e execução de políticas de mobilidade, visando assegurar a circulação dos longevos no espaço urbano, como melhorias das calçadas, respeito às faixas de pedestres, semáforos com tempo suficiente e explícito para a travessia segura, demarcação de vias de trânsito lento, nos espaços de maior circulação de idosos, entre outros (OMS, 2007).

Outro grande desafio é o problema da violência, não apenas nas metrópoles, mas também nas médias e pequenas cidades que, no processo de globalização, vão incorporando fenômenos tipicamente metropolitanos, como o aumento do individualismo, da criminalidade e do narcotráfico, entre outros (Bauman, 2009). Imagens de violência, assistidas direta ou indiretamente, produzem percepções dos espaços públicos como locais de perigo e adversidades, levando não somente à evitação de tais espaços, como à necessidade de fortificação do espaço doméstico contra as ameaças criminais. Por sua vulnerabilidade física e psicossocial, vários idosos se veem obrigados a se mudar de uma casa para um apartamento em condomínio com vigilância 24 horas, uma espécie de “enclausuramento forçado” que comporta a perda de vínculos de amizade construídas ao longo da vida, e de solidariedade com a vizinhança (Correa, 2016). Isto sem falar naqueles que passam a morar na casa dos filhos, buscando maior segurança, às custas da redução de sua autonomia.

Uma revisão narrativa da literatura sobre o impacto do espaço urbano nas relações sociais dos idosos, em 2017, ressaltou como a gentrificação dos locais (requalificações urbanas visando à comercialização de bens e serviços, geralmente voltadas para as novas gerações) ignora a existência da população que envelheceu em determinado espaço, contribuindo para a exclusão social das pessoas idosas, pois causa um enfraquecimento das relações sociais e com o lugar (Nascimento; Bestetti;



Falcão, 2017). Um estudo brasileiro, incluído nessa revisão, evidenciou o discurso do medo (de ser assaltado e de cair por conta das calçadas) como um determinante da restrição de mobilidade dos idosos, limitando atividades instrumentais da vida diária, como fazer compras, entre outras (Ferreira *et al*, 2010).

No Brasil, a consolidação do sistema político democrático, nas últimas décadas do século XX, não foi acompanhada pela efetivação dos direitos básicos, tanto pela precariedade dos sistemas de proteção social, quanto pelo desmonte de serviços e perdas dos direitos adquiridos, reflexos das ideias neoliberalistas. Na contramão da constituição cidadã, constata-se o viver (e o envelhecer) em risco, com a produção de uma velhice muitas vezes marcada por acentuados graus de pobreza e com o discurso da cidadania cedendo lugar ao discurso da compaixão e da filantropia (Kowarick, 2002). O envelhecimento populacional, que faz crescer a pressão por políticas públicas, voltadas para a terceira idade, precisa se tornar uma consideração importante para a gestão local na elaboração dos planejamentos públicos das cidades (Santos, 2022).

Buscando compreender o envelhecer nas cidades e os desafios que devem ser superados, é preciso atrelar o envelhecimento populacional ao desenvolvimento socioeconômico. A crescente população idosa é um recurso precioso para as famílias, para a economia e para a sociedade como um todo. Embora a longevidade comporte o declínio funcional, as pessoas idosas têm participação importante na renda familiar, constituindo-se como arrimos de família em cerca de 40% dos domicílios brasileiros, ainda mais nas situações de menor renda per capita (Amanajás; Klug, 2018). Certamente, a participação ativa da população idosa na sociedade será cada vez mais necessária, inclusive para compensar a redução percentual dos mais jovens. A exclusão das pessoas idosas das estratégias de desenvolvimento humano aumenta as chances de desfechos potencialmente evitáveis, como doenças preveníveis, pobreza, negligência e abuso, com riscos e custos para as famílias e para a sociedade como um todo. “As pessoas, onde quer que estejam, devem envelhecer com dignidade e segurança, desfrutando a vida, por meio da plena realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais” (CILB, 2015).



O DIREITO À CIDADE

O direito à cidade foi introduzido pelo filósofo francês Henri Lefebvre (1968), defendendo a não exclusão de qualquer indivíduo dos benefícios da vida urbana e, ao mesmo tempo, criticando a definição reducionista do termo urbano limitada a critérios espaciais. Desde então, diversos movimentos sociais incorporaram a ideia do direito à cidade em resposta à gentrificação e aos deslocamentos urbanos, na busca de uma governança mais democrática (Figueiredo *et al*, 2017).

Lefebvre (1968) relembra que a cidade (enquanto espaço morfológico) precede a sociedade urbana, e que a industrialização e a urbanização são fenômenos inseparáveis. Chamando atenção que o termo “industrialização” pode esconder a complexidade que transcende os aspectos empresariais e as cifras globais de produção e que diz respeito aos fenômenos sociais induzidos, Lefebvre (1968) considera a industrialização como variável independente e a urbanização como dependente, ressaltando, porém, que as cidades preexistem à industrialização, ou seja, não é a cidade a consequência, mas sim as problemáticas do modo de vida urbano.

No processo de urbanização, o valor de uso da cidade (como obra), vai se transmutando em valor de troca (como produto) orientando a direção do capital para o consumo improdutivo de enormes riquezas, visando tão somente o prazer e o prestígio. Em consonância com Louis Wirth (1938), Lefebvre (1968) afirma que o tecido urbano, configura-se como o suporte de um modo de viver (a sociedade urbana), no qual ocorrem conflitos específicos entre o valor de uso e o valor de troca; entre mobilização de riqueza e investimento improdutivo; entre acumulação e dilapidação do capital; entre a extensão do território e a necessidade de organização do território que se expande. A cidade pode ser definida como a projeção da sociedade sobre um local, ou seja, não apenas o lugar captado sensorialmente, mas também concebido e percebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano. Assim, faz-se a distinção entre o termo cidade, referente à uma realidade prático-sensível (manifestação da ordem social sobre um espaço) e o termo urbano, que envolve as relações construídas (Lefebvre, 1968).

Mas, o que vem ser o direito à cidade? O direito de todos os cidadãos à liberdade, à individualização na sociedade, ao habitat e ao habitar, à apropriação e à participação, sem perder de vista que as necessidades sociais compreendem necessidades antagônicas: de segurança e de abertura; de certeza e de aventura; de organização do trabalho e do lazer; de previsibilidade e do imprevisto;



de unidade e de diversidade; de isolamento e de encontro; de imediatividade e de perspectiva a longo prazo. O direito à cidade é um apelo que não pode ser concebido como um retorno às cidades tradicionais, mas que o “urbano” seja o espaço de encontro no qual se dê prioridade ao valor de uso (Lefebvre, 1968).

A partir da visão de Lefebvre, o geógrafo britânico David Harvey (2014), com uma reflexão mais sistêmica entre cidadãos, cidades, valores e natureza, argumenta que o direito à cidade implica no exercício do poder coletivo de moldar o processo de urbanização, considerando que a liberdade de construir e reconstruir a cidade tem sido um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. Enfatiza assim que a efetivação do direito à cidade perpassa pela maior democratização do poder decisório e, portanto, pela participação dos diversos atores sociais.

Tal como Lefebvre (1968) que define o espaço urbano como o espaço da simultaneidade e do encontro, a cientista social e geógrafa britânica, Doreen Massey (2008) propõe pensar os espaços urbanos do ponto de vista das práticas, como a dimensão do social, da coexistência contemporânea dos outros, com as múltiplas trajetórias e interrelações. Ressaltando a ontologia relacional, sugere que o espaço deve ser compreendido como processo em construção, por ser produto de inter-relações diante da existência da pluralidade e do encontro entre os diferentes. Afirma que o espaço modula a nossa compreensão do mundo, afetando o modo como abordamos as cidades e praticamos um sentido de lugar.

Para além da questão de classes sociais (base da teoria lefebviana), a discussão do direito à cidade, deve levar em conta a dimensão de raça e sua interseção com classe e gênero, na ótica da interseccionalidade, que promove uma sensibilidade analítica ao se pensar as diversidades identitárias e suas relações com o poder (Rezende; Andrade, 2022). Nesse contexto, além do racismo e do sexismo destacados por esses autores, cabe lembrar também o capacitismo e o idadismo, salientando que as pessoas idosas muitas vezes sofrem uma somatória de preconceitos e exclusões, que comprometem a garantia dos seus direitos enquanto cidadãos.

CIDADES E COMUNIDADES AMIGAS DOS IDOSOS

As cidades têm um efeito direto na saúde e na qualidade de vida, nas oportunidades, decisões e comportamentos, que são determinados por aspectos positivos e negativos concernentes aos



ambientes urbanos. No Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, elaborado na II Assembleia Mundial do Envelhecimento, em 2002, defende-se que as cidades e comunidades precisam oferecer melhores condições para as pessoas idosas, de modo a atender às suas necessidades básicas, garantir a mobilidade, favorecer a tomada de decisões e a construção manutenção de relacionamentos, além de fornecer ajuda, quando necessário (ONU, 2002).

Cidades que promovem o envelhecimento saudável e ativo, favorecendo a manutenção da funcionalidade, da participação social, do exercício da cidadania, ao longo da vida são reconhecidas como cidades amigas dos idosos, conceito criado pela Organização Mundial de Saúde, em 2007 e que tem despertado crescente interesse sobre o envelhecer nas grandes cidades, como objeto de pesquisa da Sociologia e outras áreas correlatas, seja na avaliação de políticas públicas como na busca de conexões entre as recomendações e a realidade (Véras; Félix, 2016).

Em termos práticos, as cidades amigas do idoso não têm barreiras físicas e dispõem de políticas públicas e serviços para a promoção de saúde ao longo da vida e para permitir que as pessoas continuem fazendo as coisas que eles valorizam, mesmo ao sofrer perda de capacidades. Destarte, reconhecem as habilidades e recursos dessas pessoas; antecipam e respondem com flexibilidade às necessidades inerentes ao envelhecimento; respeitam a autonomia das pessoas idosas; buscam reduzir as desigualdades, proteger os mais vulneráveis e promover a integração de idosos em todas as áreas da vida comunitária (OMS, 2007).

Através de levantamentos junto às pessoas idosas e seus cuidadores, em diversas cidades, foram estabelecidos oito tópicos para verificação do quanto uma cidade é amiga das pessoas idosas: espaços exteriores e edifícios; transportes; habitação; participação social; respeito inclusão social; participação cívica e emprego; apoio comunitário e serviços de saúde; e comunicação e informação. Esses aspectos contemplam os determinantes do envelhecimento ativo, em termos globais, não se podendo olvidar dos determinantes transversais, constituídos pela cultura e por questões de gênero, que merecem iniciativas específicas (OMS, 2007).

Além da disponibilidade, acessibilidade e qualidade dos serviços locais para apoiar os idosos que precisam de assistência, o termo “amigo do idoso” contempla vários aspectos que promovem ou prejudicam a saúde e o bem-estar dos indivíduos à medida que envelhecem em uma comunidade. Inclui, portanto, os diversos apoios comunitários, além da prestação de serviços, e destaca como o



tecido social de uma comunidade pode influenciar a qualidade de vida das pessoas idosas, favorecendo ou dificultando a sua inclusão na participação e tomada de decisão da comunidade. Na última década, um número crescente de cidades e comunidades têm lançado iniciativas amigas do idoso, como esforços organizados e abrangentes para melhorar as localidades para os residentes que nelas envelhecem (Greenfield, 2018).

A criação de cidades amigas dos idosos envolve um processo ao longo da vida, harmonizando as necessidades das pessoas e os ambientes em que elas vivem. Para isso, faz-se mister a ação e articulação de muitos setores (saúde, transporte, habitação, trabalho, proteção social, informação e comunicação) e de muitos atores (agentes governamentais, prestadores de serviços, sociedade civil, e os idosos e suas organizações, familiares e amigos), na busca do envelhecimento saudável e ativo, mediante a oferta dos recursos necessários para manutenção da capacidade funcional pelo maior tempo possível (OMS, 2018).

A DÉCADA DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

A década atual (2021-2030) foi declarada pela Organização das Nações Unidas como a Década do Envelhecimento Saudável, com o intuito de fomentar estratégias para a construção de uma sociedade para todas as idades, através de quatro linhas de ação: 1. mudar a forma como pensamos, sentimos e agimos com relação à idade e ao envelhecimento; 2. garantir que as cidades e comunidades promovam as capacidades das pessoas idosas; 3. propiciar o acesso a cuidados de longo prazo às pessoas idosas que necessitem; e 4. entregar serviços de cuidados integrados e de atenção primária à saúde centrados na pessoa idosa (OMS, 2018; OPAS, 2021).

Em diversas situações cotidianas, constata-se muitos estereótipos, preconceitos e discriminação das pessoas com base em sua idade (o idadismo), o que afeta pessoas de todas as faixas etárias, mas tem efeitos particularmente danosos sobre a saúde e o bem-estar das pessoas idosas (Kalache, 2013; ONU, 2002; OPAS, 2021). Na busca de proteger e promover a plena inclusão das pessoas idosas na sociedade, a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas, aprovada em junho de 2015, defende a independência e a autonomia das pessoas idosas; o consentimento informado em relação à saúde; o reconhecimento igualitário da lei; a



seguridade social, a acessibilidade e a mobilidade pessoal, entre outros direitos humanos fundamentais (OEA, 2015).

Considerando que os ambientes (físicos, sociais e econômicos) são determinantes do envelhecimento saudável, as cidades que promovem as capacidades das pessoas idosas são os melhores lugares para se viver e envelhecer, não apenas para os idosos, mas para todas as pessoas de todas as idades. Para isso, é necessário garantir a inclusão dos mais vulneráveis e a identificação das prioridades e das oportunidades de ação colaborativa. É preciso assegurar o compromisso das comunidades em ouvir as necessidades de sua população envelhecida, avaliar e monitorar a acessibilidade de suas instalações e trabalhar em colaboração intersetorial, compartilhando experiências e lições aprendidas com outras cidades e comunidades (OMS, 2007; OMS, 2010; Kalache, 2013; CILB, 2015; OPAS, 2021).

As pessoas idosas, em decorrência do declínio das capacidades físicas e mentais, têm maior risco de dependência funcional e da consequente necessidade de cuidados de longo prazo. A maioria das pessoas idosas com limitação do autocuidado e/ou perda da autonomia vive na comunidade e recebe suporte de cuidadores não capacitados para tal (familiares, amigos). O acesso a cuidados de longo prazo de boa qualidade é fundamental para o gozo dos direitos humanos básicos, da vida com dignidade e para a recuperação da capacidade funcional, quando possível. Além disso, é preciso cuidar de quem cuida, apoiar os cuidadores, para que eles possam prestar cuidados adequados e ao mesmo tempo cuidar de sua própria saúde (ONU, 2002; OEA, 2015; OPAS, 2021).

Os sistemas de saúde devem estar preparados para prestar uma assistência de saúde de boa qualidade a todas as pessoas, e especificamente às pessoas idosas, de forma integrada, nas redes de atenção à saúde, cuja porta de entrada preferencial é a atenção primária. O cuidado em rede, através de serviços orientados à manutenção e melhoria da capacidade funcional, e a articulação intrasetorial entre saúde e assistência social, em uma abordagem centrada na pessoa, são essenciais para a promoção do envelhecimento saudável e para um melhor cuidado às pessoas idosas (Kalache, 2013; ONU, 2002; OEA, 2015; OPAS, 2021).

A capacidade funcional, definida como os "atributos relacionados à saúde que permitem que as pessoas sejam e façam aquilo que valorizam", perpassa pela capacidade intrínseca do indivíduo (habilidades físicas e mentais), pelas condições ambientais e pelas interações entre esses dois



componentes. Essas definições são importantes para apontar a relação entre as linhas de ação da Década do Envelhecimento Saudável, e para ressaltar a relevância do desenvolvimento de atividades intersetoriais, a partir de uma abordagem baseada no curso de vida, pois as estratégias propostas visam não apenas à população envelhecida, mas ao bem comum de todas as pessoas de todas as idades (Kalache, 2013; CILB, 2015; ONU, 2002; OEA, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio discorre sobre a interconexão entre o processo acelerado de urbanização e o também acelerado processo de envelhecimento populacional, dois fenômenos ligados ao desenvolvimento humano, que saltam aos olhos na análise social dos tempos modernos. Evidenciam-se alguns dos desafios apresentados pelo envelhecimento populacional nos espaços urbanos. É preciso assegurar o direito à cidade a todas as pessoas de todas as idades, à luz da garantia e da promoção dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente a todos.

Considerando a existência das desigualdades na distribuição dos ônus e dos bônus da urbanização é essencial a busca da equidade na formulação e execução de políticas públicas e programas inclusivos, olhando com especial atenção para os grupos populacionais de maior vulnerabilidade, entre os quais as pessoas idosas.

A promoção de espaços urbanos saudáveis para a população que envelhece nas cidades contribui para a universalização dos efeitos positivos da urbanização, com redução das iniquidades, sem transferir para o cidadão as responsabilidades relativas à qualidade de vida, como ocorre no discurso do envelhecimento ativo desvinculado da oferta dos recursos necessários.

REFERÊNCIAS

- AMANAJÁS, R; KLUG, L.B. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. In: Costa MA, Magalhães MTQ, Favarão CB (Eds). **A nova agenda urbana e o Brasil**: insumos para sua construção e desafios a sua implementação (p.29-44). Brasília: Ipea. (2018).
- BARROS, M.M.L. Trajetórias dos estudos de velhice no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, 52, 109-132 (2006)
- ARENDT, H. A vita activa e a era moderna. In: **A condição humana**. 10a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 260-338.



- AUGÉ, M. Dos lugares aos não-lugares. In: **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 9a ed. Campinas: Papirus. (2012). p. 71-106
- BAUMAN, Z. Tempo e espaço. In: **Modernidade Líquida**. 1a ed. Rio de Janeiro: Zahar, (2001). p. 107-149.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editor (2009). 96p.
- BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da cidade**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União [República do Brasil], Brasília, DF, 10 de julho de 2001, retificado em 17 de julho de 2001.
- CENTRO INTERNACIONAL DE LONGEVIDADE BRASIL – CILB (2015). **Envelhecimento ativo: Um Marco Político em Resposta à Revolução da Longevidade**. Disponível em: https://prceu.usp.br/usp60/wp-content/uploads/2017/07/Envelhecimento-Ativo-Um-Marco-Politico-ILC-Brasil_web.pdf. Acesso em 22 de setembro de 2023.
- CORREA, M.R. Envelhecer na cidade. **Revista Espaço Acadêmico**, 185, 35-46. (2016).
- DATASUS (2018). **Indicadores Demográficos e Socioeconômicos**. Projeção da População das Unidades da Federação por sexo, idade simples e grupos de idade: 2010-2060. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/populacao-residente/>. Acesso em 22 de setembro de 2023.
- DUARTE M.B.; SANTOS, A.B.B.V.; SOBRAL, F.C.M. Mortalidade por acidentes de trânsito em idosos nas regiões do Brasil no período de 2009 a 2018. **Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva**, 2, p. e10392. (2021).
- FERREIRA, F.R. *et al.* Aging and Urbanization: The Neighborhood Perception and Functional Performance of Elderly Persons in Belo Horizonte Metropolitan Area—Brazil. **Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine**, 87 (1) 54-66 (2010).
- FIGUEIREDO, G.L.A. *et al.* Direito à cidade, direito à saúde: quais interconexões? **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(12), 3821-3830. (2017). <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.25202017>
- GREENFIELD, E.A. “Age-Friendly Initiatives, Social Inequalities, and Spatial Justice,” What Makes a Good Life in Late Life? Citizenship and Justice in Aging Societies, special report, **Hastings Center Report** 48 (5), S41-S45. (2018) DOI: 10.1002/hast.912
- HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução de Jefferson Camargo (2014). São Paulo: Martins Fontes. 294 p.
- KALACHE, A. (2013). **The Longevity Revolution: Creating a society for all ages**. Government of South Australia. Disponível em: https://www.dunstan.org.au/wp-content/uploads/2018/12/Kalache_Report_compressed.pdf. Acesso em 22 de setembro de 2023.
- KOWARICK, L. Viver em Risco Sobre a Vulnerabilidade no Brasil Urbano. **Novos Estudos CEBRAP**, 63, p. 9-30. (2002).
- LEFEBVRE, H. (1968). **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias (2001). São Paulo: Centauro. 145p.



LIMA-COSTA, M.F. *et al.* Cohort Profile: The Brazilian Longitudinal Study of Ageing (ELSI-Brazil). **International Journal of Epidemiology**, 52(1), e57-e65 (2023). Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ije/dyac132>

MASSEY, D. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2008). 314p.

NASCIMENTO, M.A.S; BESTETTI, M.L.T; FALCÃO, D.V.S. O espaço urbano do bairro e o impacto nas relações sociais de idosos: uma revisão narrativa da literatura. **Revista Kairós Gerontologia**, 20(2), 179-194 (2017). <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2017v20i2p179-194>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU (2002). **Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento**. Disponível em: http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf. Acesso em 22 de setembro de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU (2015). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nações Unidas Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 22 de setembro de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU (2019). **ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050**. ONU News, 19 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>. Acesso em 22 de setembro de 2023.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – OEA (2015). **Convenção interamericana sobre a proteção dos direitos humanos das pessoas idosas**. Disponível em: <https://www.ampid.org.br/v1/wp-content/uploads/2014/08/conven%C3%A7%C3%A3o-interamericana-sobre-a-prote%C3%A7%C3%A3o-dos-direitos-humanos-dos-idosos-OEA.pdf>. Acesso em 22 de setembro de 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS (2007). **Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas**. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43755/9789899556867_por.pdf?sequence=3. Acesso em 22 de setembro de 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS (2010). **Hidden cities: unmasking and overcoming health inequities in urban settings**. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241548038>. Acesso em 22 de setembro de 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS (2018). **La Red Mundial de Ciudades y Comunidades Adaptadas a las Personas Mayores**. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/278981/WHO-FWC-ALC-18.4-spa.pdf?ua=1>. Acesso em 22 de setembro de 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE – OPAS (2021). **Década do Envelhecimento Saudável nas Américas (2021-2030)**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/decada-do-envelhecimento-saudavel-nas-americas-2021-2030>. Acesso em 22 de setembro de 2023.

ROSA, H. O que é aceleração social? In: Rosa, H. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade**. 1a ed. São Paulo: Unesp, p. 125-185 (2019).



REZENDE, A. F.; ANDRADE, L. F. S. Direito do Negro à Cidade: de uma Formação Socioespacial Racista à Utopia Lefebvrina. **Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.14, e20210438 (2022). <https://doi.org/10.1590/2175-3369.014.e20210438>

1. Organização dos Estados Americanos. Convenção interamericana sobre a proteção dos direitos humanos das pessoas idosas (2015). [acessado 2022 out 7]. Disponível em: <https://www.ampid.org.br/v1/wp-content/uploads/2014/08/conven%C3%A7%C3%A3o-interamericana-sobre-a-prote%C3%A7%C3%A3o-dos-direitos-humanos-dos-idosos-OEA.pdf>
- 2.
- 3.

SANTOS, E. L., *et al.* Cidades inteligentes e sustentáveis: percepções sobre a cidade de Curitiba/PR a partir dos planos plurianuais de 2014 a 2021. **Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.14, e20210299 (2022). <https://doi.org/10.1590/2175-3369.014.e20210299>

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Maná**, 11(2), 577-591 (2005). <https://doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010>

VÉRAS, M.P.B.; FÉLIX, J. Questão urbana e envelhecimento populacional: breves conexões entre o direito à cidade e o idoso no mercado de trabalho. **Cadernos Metrópole**, 18, n. 36, pp. 441-459 (2016). <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3607>

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida (1938). In: VELHO, O. G (Org.). **O Fenômeno Urbano** Rio de Janeiro: Zahar (1979). (p. 90-113)



CIDADANIA, VULNERABILIDADE E RESISTÊNCIA: JUVENTUDE EGRESSA DE INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO E OS DESAFIOS DE INSERÇÃO SOCIAL

Eixo 4: Direitos humanos, movimentos e lutas sociais e sistema sociojurídico

SUZIANE HERMES DE MENDONÇA SOARES¹

RESUMO: O presente artigo analisa os processos de exclusão social, vulnerabilidade e resistência vivenciados por jovens egressos de instituições de acolhimento na Baixada Fluminense, com foco no município de Nova Iguaçu. A pesquisa parte da crítica à lógica tutelar e à insuficiência das políticas públicas de transição à vida adulta, evidenciando como esses jovens são lançados a uma situação de desfiliação social, abandono institucional, possibilitando compreender a produção de vidas descartáveis sob a lógica da necropolítica. Um diálogo com dados empíricos e documentos institucionais, o estudo revela que, diante da ausência de redes de apoio e do estigma social, esses jovens constroem práticas de resistência que desafiam a invisibilidade e afirmam seu direito à cidadania plena.

Palavras-chave: Juventude egressa, institucionalização, necropolítica, vulnerabilidade, cidadania.

ABSTRACT: This article analyzes the processes of social exclusion, vulnerability, and resistance experienced by young people aging out of institutional care in the Baixada Fluminense region, with a focus on the municipality of Nova Iguaçu. The research is grounded in a critique of the tutelary logic and the inadequacy of public policies aimed at supporting the transition to adulthood, highlighting how these youths are pushed into situations of social disaffiliation and institutional abandonment. The analysis sheds light on the production of disposable lives under the logic of necropolitics. Drawing on empirical data and institutional documents, the study reveals that, despite the absence of support networks and the weight of social stigma, these young individuals develop resistance practices that challenge invisibility and affirm their right to full citizenship.

Keywords: Aging-out Youth, institutionalization, necropolitics, vulnerability, citizenship.

INTRODUÇÃO

A transição da adolescência para a vida adulta representa um momento de profundas transformações e desafios para qualquer jovem. No entanto, para aqueles que vivenciaram a institucionalização em unidades de acolhimento, esse processo se revela ainda mais complexo,

¹ Universidade Federal Fluminense. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4716025741755936>. E-mail: suzianehmsoares@gmail.com.



atravessado por vulnerabilidades acumuladas, como a ausência de vínculos familiares, a formação escolar precária e a fragilidade das redes de proteção social. No Brasil, a “saída por maioria” — desligamento compulsório dos serviços de acolhimento ao completar 18 anos, salvo exceções até os 21 — opera como um marco de ruptura abrupta, que lança jovens em condição de autonomia formal sem garantir os meios concretos para sua sustentação material e simbólica.

Além de diagnosticar os efeitos da precarização das políticas públicas e da estigmatização social que incidem sobre essa população, o artigo propõe uma leitura crítica das práticas de resistência que esses jovens constroem, mesmo em contextos marcados por desamparo, racismo estrutural e deslegitimação simbólica. A reflexão é orientada por uma perspectiva interseccional e decolonial, problematizando o adultocentrismo e o caráter racializado do acolhimento institucional, que incide majoritariamente sobre juventudes negras, periféricas e pobres, reproduzindo hierarquias herdadas do colonialismo.

A presente análise visa delimitar o foco na situação específica dos jovens egressos de instituições de acolhimento em Nova Iguaçu, com o objetivo de examinar tanto os obstáculos que esses jovens enfrentam na reintegração social quanto as práticas de resistência que desenvolvem frente à exclusão social. Será dada especial atenção ao papel das instituições de acolhimento do município, que, embora cumpram a função de oferecer uma proteção temporária, nem sempre conseguem proporcionar uma preparação adequada para a vida adulta. Além disso, o estudo buscará compreender as possibilidades públicas ofertadas na região de Nova Iguaçu, incluindo as políticas sociais, programas de apoio e serviços de reintegração que estão disponíveis ou que ainda necessitam ser fortalecidos. Será abordada a efetividade dessas políticas, assim como as lacunas que existem, dificultando o acesso dos jovens a oportunidades de educação, trabalho e capacitação profissional.

O artigo busca não apenas identificar as dificuldades enfrentadas por essa população, mas também compreender as maneiras pelas quais esses jovens resistem à marginalização e buscam construir uma trajetória de vida que lhes garanta a dignidade e o pleno exercício de sua cidadania. Em um cenário de vulnerabilidade, como o que caracteriza o município de Nova Iguaçu, é essencial entender como essas práticas de resistência podem contribuir para a transformação social e o fortalecimento das políticas públicas de inclusão.



DESENVOLVIMENTO

A chamada “saída por maioria” — o desligamento compulsório dos jovens das instituições de acolhimento ao completarem 18 anos — representa, para muitos, não o início de uma trajetória autônoma, mas o aprofundamento de um ciclo de exclusão. Mesmo que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, art. 92) permita a permanência até os 21 anos em caráter excepcional, na prática, a maioria dos desligamentos ocorre de forma abrupta, sem planejamento, preparação ou apoio continuado (UNIG, 2025). Essa transição forçada para a vida adulta revela uma profunda contradição entre o discurso da proteção integral e a realidade da desproteção institucional.

Robert Castel (1998) conceitua esse processo como desfiliação social — uma condição em que o sujeito deixa de pertencer a redes de integração fundamentais, como a família, o trabalho e os sistemas públicos de proteção, sendo lançado a um “não-lugar social”, marcado pela instabilidade e pela insegurança estrutural. Essa condição é agravada no Brasil por um modelo de política social que, segundo Yazbek (1993), opera sob lógica compensatória, fragmentada e desarticulada das necessidades reais de emancipação dos sujeitos.

A ausência de redes de apoio e a fragilidade das políticas de transição geram múltiplas vulnerabilidades. Conforme aponta Marilda Iamamoto (2008), o Estado neoliberal tem promovido o esvaziamento dos direitos sociais e o deslocamento da responsabilidade coletiva para o campo das relações privadas, o que aprofunda a precarização da proteção à juventude pobre e negra. Os jovens egressos, em sua maioria oriundos das periferias urbanas, tornam-se os principais alvos desse processo de descarte institucional.

Essa descaracterização das trajetórias juvenis institucionalizadas também opera no plano simbólico. Goffman (1988) nos ajuda a compreender como esses sujeitos carregam um **estigma** social, oriundo de sua origem institucional, que interfere diretamente na forma como são percebidos e tratados pela sociedade. Tal como analisa Howard Becker (1963), a rotulação negativa acaba por produzir um “efeito de profecia autorrealizável”, em que os sujeitos passam a ser reduzidos à condição de desviantes, dificultando sua inserção plena nos circuitos de sociabilidade, trabalho e educação.

A desfiliação material soma-se, assim, à exclusão simbólica. Como observa Jessé Souza (2009), os jovens pobres, negros e institucionalizados são historicamente construídos como uma “ralé brasileira” — sujeitos desqualificados, cujas histórias de vida são marcadas por apagamentos,



discriminações e interdições de cidadania. Longe de serem exceções, essas experiências expressam um padrão de racionalidade seletiva que regula quem merece ser protegido e quem pode ser abandonado.

Achille Mbembe (2018), ao formular o conceito de **necropolítica**, explicita como o Estado define quem pode viver com dignidade e quem será empurrado à morte simbólica ou física. No caso dos jovens egressos, o abandono institucional opera como um dispositivo necropolítico: ao completarem 18 anos, deixam de ser sujeitos de tutela para se tornarem vidas descartáveis — sem moradia, sem renda, sem formação profissional ou apoio psicológico.

Trata-se de uma transição truncada, que revela não apenas a falência das políticas públicas de acolhimento, mas também a ausência de uma concepção de cidadania que contemple a pluralidade das juventudes. Como nos adverte Dayrell (2007), é preciso reconhecer o jovem como sujeito ativo, com agência e projetos, mesmo quando inserido em contextos de adversidade extrema. Ao naturalizar a saída sem suporte, o Estado transforma o acolhimento em um dispositivo de contenção temporária, e não em uma ponte para a emancipação.

Em suma, a transição da institucionalização para a vida adulta, tal como estruturada hoje, revela-se como um processo de desamparo programado. Longe de significar um novo começo, ela impõe a esses jovens uma ruptura abrupta com qualquer rede de proteção, inviabilizando o exercício pleno da cidadania e reforçando as hierarquias sociais que historicamente definem quem pode ser incluído e quem será deixado à margem.

A exclusão social vivida por jovens egressos de instituições de acolhimento é multidimensional e se manifesta tanto na precariedade material quanto na invisibilidade simbólica a que são submetidos após o desligamento institucional. As desigualdades estruturais brasileiras — de caráter econômico, racial e territorial — não apenas condicionam as trajetórias desses jovens, mas operam ativamente para reproduzi-las como destinos marcados pela ausência de oportunidades, pela rotulação social e pela supressão de direitos.

Como apontam Sposati (2009) e Iamamoto (2008), o desmonte progressivo das políticas sociais no contexto da racionalidade neoliberal tem enfraquecido os mecanismos de proteção, transformando direitos em favores condicionados à gestão da escassez. No caso da juventude egressa, esse processo é ainda mais severo, pois combina o abandono institucional com a negação simbólica



da condição juvenil, tratando-os como adultos plenos, ao mesmo tempo em que os exclui dos direitos básicos de cidadania.

A estigmatização da juventude institucionalizada constitui uma das principais barreiras à sua inclusão social. Conforme Goffman (1988), o estigma opera como uma marca identitária deteriorada, que interfere na forma como o sujeito é percebido e tratado em diferentes espaços da vida social. Ser um “ex-acolhido” muitas vezes significa ser rotulado como alguém problemático, incapaz ou desajustado, o que dificulta o acesso ao mercado de trabalho, à moradia, à educação e às redes comunitárias de pertencimento. Essa rotulação, como analisa Becker (1963), é uma construção social que, ao classificar, também produz exclusão, convertendo sujeitos em “desviantes” mesmo quando suas condutas não justificam tal julgamento.

O relatório Proteção Social e Redes de Apoio aos Jovens em Abrigamento no Estado do Rio de Janeiro (UNIG, 2025) revela que muitos desses jovens não conseguem concluir o ensino médio, tampouco acessam políticas públicas habitacionais ou de saúde mental. A ausência de planejamento intersetorial no desligamento institucional amplia sua vulnerabilidade, expondo-os ao risco da rua, da fome e da informalidade precarizada.

Raquel Rolnik (2015) denuncia que a moradia — direito social previsto constitucionalmente — é sistematicamente negada à população jovem e pobre, particularmente àquela sem vínculos familiares. Para os egressos, a falta de acesso a políticas habitacionais adequadas os coloca em trajetórias errantes, de ocupações improvisadas, abrigos temporários ou até mesmo da rua.

Além disso, como analisa Jessé Souza (2009), esses jovens integram o que denomina de “ralé brasileira” — sujeitos desprovidos de capital cultural, simbólico e econômico, frequentemente identificados como “inaptos” ou “desqualificados”, numa lógica que legitima sua exclusão social como se fosse produto de falhas individuais, e não estruturais. Essa leitura meritocrática reforça o ciclo da desigualdade, culpabilizando os próprios sujeitos por uma precarização produzida por séculos de desigualdade histórica, racismo e ausência do Estado.

Zygmunt Bauman (2001) complementa essa análise ao afirmar que vivemos em uma modernidade líquida que descarta os “não produtivos”, transformando sujeitos humanos em “sobras sociais”. Os jovens egressos, privados de redes familiares e da tutela institucional, tornam-se exemplos emblemáticos dessas vidas descartáveis — não por falhas morais, mas porque a lógica dominante os classifica como não úteis ao sistema de consumo e produtividade.



Michel Foucault (1975) já havia denunciado o papel das instituições disciplinares — como escolas, prisões e abrigos — na produção de subjetividades submetidas ao controle. No caso das instituições de acolhimento, observa-se que a função de cuidado se entrelaça à de vigilância, resultando em práticas que infantilizam os sujeitos sem, contudo, prepará-los para a autonomia. Quando esses jovens são desligados, permanecem marcados por uma trajetória de dependência que não se traduz em proteção futura.

Por fim, ao mobilizar o conceito de necropolítica, Achille Mbembe (2018) ajuda a compreender como o Estado escolhe quais vidas serão protegidas e quais serão abandonadas à morte social. Os jovens egressos — em sua maioria negros, periféricos e sem vínculos familiares — são lançados em um espaço liminar onde não há lugar para o pertencimento pleno, apenas para a sobrevivência intermitente. A ausência de políticas públicas integradas, o estigma institucional e o apagamento de suas vozes revelam um projeto de governo que administra a morte simbólica de populações inteiras, enquanto sustenta, seletivamente, as condições de vida de outros.

A construção da cidadania para esses jovens exige, portanto, mais do que ações pontuais ou programas assistenciais. É necessário um redesenho radical das políticas públicas que rompa com a lógica punitiva e estigmatizante e que reconheça a diversidade das juventudes, suas trajetórias e seus saberes como legítimos e centrais na formulação de um projeto democrático inclusivo.

O sistema de acolhimento institucional brasileiro, embora se proponha a proteger crianças e adolescentes em situação de risco, opera frequentemente sob uma lógica tutelar e paternalista que prolonga a infância como forma de controle e posterga a preparação para a vida adulta. Tal modelo, ao infantilizar os sujeitos, não favorece a autonomia progressiva, mas a dependência institucional — que se rompe de forma abrupta com a “saída por maioridade”, sem o devido preparo para o enfrentamento das exigências do mundo adulto.

Robert Castel (1998) analisa esse fenômeno por meio do conceito de *desfiliação social*, que descreve a condição de sujeitos desancorados das redes tradicionais de pertencimento: família, trabalho e proteção estatal. A juventude egressa, ao ser liberada da institucionalização sem retaguarda, passa a habitar esse não-lugar — uma zona de suspensão social em que já não pertence à infância protegida, mas tampouco é reconhecida como cidadã adulta com direitos garantidos.

Essa transição desprotegida pode ser lida como parte de uma racionalidade política seletiva. Marilda Iamamoto (2008) argumenta que o rebatimento do neoliberalismo nas políticas sociais



produziu uma “desresponsabilização do Estado”, que transfere para a esfera privada a tarefa de suprir necessidades básicas, especialmente em relação à juventude empobrecida. Aldaíza Sposati (2009) complementa ao afirmar que os programas assistenciais, além de fragmentados e escassos, são atravessados por filtros morais e meritocráticos, que impedem o acesso pleno de populações historicamente vulnerabilizadas.

O jovem egresso, ao mesmo tempo que é tratado como sujeito incapaz de decisões durante o período institucional, é subitamente responsabilizado por sua subsistência ao atingir a maioridade. Essa cisão revela uma profunda incoerência no modelo tutelar: a proteção não é pensada como preparação para a autonomia, mas como contenção social temporária.

Achille Mbembe (2018) contribui para essa análise ao propor o conceito de **necropolítica**, demonstrando como o Estado decide quem pode viver com dignidade e quem será lançado à morte simbólica ou física. O abandono institucional ao completar 18 anos, sem continuidade de políticas públicas, revela uma decisão política: essas vidas deixam de ser protegidas porque foram, desde o início, consideradas vidas descartáveis. Não se trata de omissão, mas de uma forma ativa de governo da exclusão.

Essa crítica também encontra ressonância nas análises decoloniais. Frantz Fanon (2008), ao discutir os efeitos da colonialidade sobre a subjetividade, denuncia a forma como os corpos racializados são tratados como objetos de tutela e não como sujeitos políticos. Muitos jovens institucionalizados, majoritariamente negros e moradores de territórios periféricos, são infantilizados institucionalmente e criminalizados socialmente, vivendo uma tensão permanente entre o controle e o abandono.

Ao ignorar a pluralidade das juventudes, o sistema de acolhimento reforça uma padronização de trajetórias e intervenções. Como adverte Dayrell (2007), não existe “a juventude” como categoria homogênea, mas **juventudes** marcadas por múltiplas identidades e experiências. A não consideração de marcadores como gênero, raça, sexualidade, território e deficiência faz com que políticas e práticas institucionais desconsiderem elementos fundamentais da constituição desses sujeitos, o que compromete sua inclusão e seu reconhecimento.

Marília Carvalho (2006) reforça essa perspectiva ao afirmar que a juventude é uma construção social atravessada por mediações históricas e culturais específicas. Negar essa



complexidade, tratando os jovens como uma massa indiferenciada, contribui para a ineficácia das ações institucionais e para o aprofundamento da exclusão no momento do desligamento.

A crítica ao modelo tutelar, portanto, não se dirige apenas à fragilidade das políticas públicas, mas à própria concepção de sujeito que o sustenta. Um sujeito infantilizado, controlado e silenciado, que, ao ser liberado da tutela, não encontra espaço legítimo para sua participação social. Como já advertia Gramsci (1978), toda ordem hegemônica procura exercer controle sobre a juventude porque reconhece nela um potencial transformador. O desmonte das possibilidades de autonomia juvenil, no caso dos egressos, é também uma forma de neutralizar sua potência política.

A noção de autonomia tem sido amplamente utilizada nas formulações legais e programáticas voltadas aos jovens em situação de acolhimento, especialmente no momento de desligamento institucional. Entretanto, a forma como essa autonomia é invocada no discurso oficial não corresponde às condições concretas de vida oferecidas a esses sujeitos. Ao se exigir que um jovem egresso seja autônomo aos 18 anos, o Estado opera com um ideal normativo de autonomia desvinculado de sua materialidade, transformando o princípio emancipatório em instrumento de responsabilização individual e abandono.

Autonomia, em seu sentido mais denso, implica a capacidade de o sujeito conduzir sua própria vida com liberdade, dignidade e possibilidades reais de escolha. Essa definição exige não apenas o desenvolvimento subjetivo, mas sobretudo **condições objetivas**, como moradia, trabalho digno, acesso à educação, saúde e redes de apoio. Como aponta Iamamoto (2008), não há autonomia sem direitos; autonomia não é um dado biológico da maioridade, mas uma construção social sustentada por políticas públicas redistributivas e garantidoras.

Ao contrário disso, o que se observa no caso da juventude egressa é o uso ideológico da noção de autonomia para justificar a **retirada da proteção estatal**. Trata-se, como denuncia Castel (1998), de uma forma de gestão da exclusão por meio da “autonomização forçada”, onde se rompe o vínculo protetivo sem assegurar a inclusão em novos circuitos de pertencimento. O resultado é a ampliação da desfiliação: os jovens não têm mais a tutela institucional, mas tampouco contam com políticas emancipatórias que lhes garantam os meios de existência.

Essa lógica neoliberal do “faça por si mesmo” é profundamente violenta quando aplicada a sujeitos historicamente desprovidos de capital econômico, social e cultural. Jessé Souza (2009) aponta que o discurso da meritocracia e da autosuficiência é um dispositivo ideológico que transforma



desigualdade estrutural em responsabilidade individual, ocultando o papel do Estado na reprodução das exclusões. No caso dos egressos, a cobrança por autonomia serve para deslegitimar suas demandas por apoio continuado, atribuindo a eles a culpa por não conseguirem "dar conta" da vida adulta.

A crítica decolonial, por sua vez, amplia essa análise ao demonstrar como a exigência de autonomia se articula com processos históricos de desumanização e racialização. Boaventura de Sousa Santos (2016) e Fanon (2008) mostram que o ideal de sujeito autônomo, racional e produtivo foi construído no Ocidente moderno como parte de um projeto colonial que excluiu povos racializados e periféricos da plena humanidade. Assim, exigir autonomia de jovens negros, pobres e institucionalizados — sem oferecer as condições para tanto — é reproduzir uma lógica excludente travestida de neutralidade normativa.

Fanon (2008) alerta que o colonizado, ao ser privado de reconhecimento e acesso à cidadania, não é visto como sujeito de direitos, mas como ameaça ou fracasso. Os jovens egressos, especialmente os negros e periféricos, carregam essa marca: são desconsiderados em sua singularidade, estigmatizados em sua trajetória, e depois responsabilizados por não serem “autônomos” o suficiente. Essa responsabilização oculta as violências institucionais que os atravessam e os silencia em sua condição política.

Portanto, o uso da autonomia como critério para o desligamento institucional, sem a garantia de direitos concretos, configura-se como **falsa autonomia** — uma liberdade abstrata que mascara a omissão estatal. Como lembra Angela Davis (2016), liberdade sem condições materiais é apenas uma ilusão, pois “não há liberdade individual possível em contextos de desigualdade estrutural”. No caso dos jovens egressos, essa “liberdade” representa, muitas vezes, o abandono.

Leitura decolonial e a racialização da vulnerabilidade juvenil

A experiência da juventude institucionalizada no Brasil, especialmente nas periferias urbanas, não pode ser compreendida apenas pela ausência de políticas públicas ou pela precariedade das instituições. É necessário reconhecer que essa trajetória está enraizada em um **projeto histórico de exclusão racial, social e territorial**, que se atualiza por meio de políticas de contenção e silenciamento. A institucionalização atinge majoritariamente jovens negros, pobres e periféricos, que são sistematicamente desumanizados e excluídos das promessas universais da cidadania.



A abordagem decolonial permite evidenciar como essa exclusão se estrutura a partir de heranças coloniais que ainda organizam o Estado e o tecido social brasileiro. Frantz Fanon (2008) foi um dos primeiros a denunciar como o racismo colonial impõe aos corpos negros uma subjetividade desqualificada, marcada pela negação da humanidade, pela hipervisibilidade e pela criminalização precoce. Essa lógica se perpetua nas instituições de acolhimento, que tendem a operar sob a naturalização da marginalização de determinados sujeitos. Não por acaso, são os jovens negros os que mais permanecem institucionalizados por longos períodos e que enfrentam as piores condições de desligamento.

Achille Mbembe (2018), ao desenvolver o conceito de **necropolítica**, explicita como o Estado administra seletivamente a vida e a morte de populações inteiras. No caso dos jovens egressos, a atuação estatal é marcada por omissão, descontinuidade e abandono programado. Ao completar 18 anos, esses jovens deixam de ser considerados sujeitos da proteção e passam a habitar um espaço liminar de **morte social** — onde não têm moradia, renda, formação ou vínculos afetivos garantidos. Sua vida, na prática, torna-se descartável.

Essa gestão do abandono tem cor, território e classe. Como explicita Jessé Souza (2009), a desigualdade no Brasil é racializada e culturalmente naturalizada: os pobres são tratados como incapazes, e sua exclusão é justificada por atributos morais e estigmas históricos. A juventude negra, periférica e institucionalizada é, nesse sentido, alvo de uma política de contenção e silenciamento que se fundamenta no racismo estrutural.

Angela Davis (2016) reforça que o encarceramento em massa e o abandono institucional são estratégias que visam controlar corpos negros, vistos como ameaça à ordem social. No Brasil, a sobrerrepresentação da juventude negra nas instituições de acolhimento e, posteriormente, no sistema penal e nos índices de letalidade policial, revela um ciclo de criminalização racial que começa na infância e se prolonga na vida adulta, alimentado pela omissão do Estado e pela convivência da sociedade.

Boaventura de Sousa Santos (2016), ao falar sobre a “linha abissal” que separa os plenamente humanos dos descartáveis, mostra como o sistema jurídico e institucional é construído para proteger determinados sujeitos, enquanto outros são relegados a zonas de não-direito. Os jovens egressos das instituições, especialmente os negros, LGBTQIA+ e moradores de favelas, vivem sob



essa linha: não são vistos como sujeitos políticos, mas como problemas sociais a serem geridos, monitorados ou ignorados.

Essa leitura decolonial se articula com a crítica à homogeneização institucional da juventude. Como destacam Dayrell (2007) e Carvalho (2006), é um erro teórico e metodológico tratar os jovens institucionalizados como uma categoria única e indiferenciada. Ao aplicar protocolos padronizados, as instituições ignoram os marcadores que produzem vulnerabilidades específicas, como raça, gênero, território, sexualidade e deficiência. Tal invisibilização contribui para intervenções ineficazes e, muitas vezes, violentas.

A homogeneização institucional é também uma forma de colonialidade do saber: ela ignora as epistemologias produzidas nos territórios populares, os saberes juvenis e as estratégias de resistência desenvolvidas pelos próprios jovens. Catherine Walsh e Boaventura de Sousa Santos (2016) defendem uma *epistemologia do Sul*, que reconhece as vozes silenciadas como produtoras legítimas de conhecimento e propõem uma escuta ativa das experiências vividas nas margens.

Portanto, o acolhimento institucional — e mais ainda o desligamento — não pode ser lido apenas como um problema de gestão pública, mas como expressão de uma racionalidade política racializada e adultocêntrica, que administra corpos jovens não como sujeitos de direitos, mas como vidas a serem controladas ou descartadas. A resistência a esse modelo passa pela revalorização das juventudes em sua pluralidade, pela escuta de suas narrativas e pelo reconhecimento de sua agência política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisou-se, assim, as trajetórias da juventude egressa de instituições de acolhimento na Baixada Fluminense, evidenciando as múltiplas dimensões da sua condição social marcada pela vulnerabilidade, exclusão e estigma. A transição para a vida adulta, longe de representar emancipação, configura-se muitas vezes como um aprofundamento do abandono e da desproteção institucional, que resultam na desfiliação social e na negação do pleno exercício da cidadania.

A cidadania, neste contexto, não pode ser compreendida apenas como o acesso formal a direitos civis e políticos, mas deve ser vista como uma construção efetiva que envolve a garantia de direitos sociais fundamentais — como educação, trabalho, saúde, moradia e segurança — e o reconhecimento do jovem como sujeito ativo e agente político. Essa compreensão ampliada impõe o

700



desafio de repensar as políticas públicas de acolhimento e pós-acolhimento, para que elas promovam, de fato, a autonomia e a inclusão social desses sujeitos.

A vulnerabilidade estrutural desses jovens é produto de uma combinação de fatores históricos, sociais e econômicos, que se expressam na racialização das exclusões, na precariedade das redes de apoio e na ausência de políticas intersetoriais integradas. Esse cenário reafirma a necessidade de uma abordagem que compreenda as juventudes em sua pluralidade e complexidade, considerando marcadores como raça, gênero, território e condição socioeconômica.

As práticas de resistência desses jovens, ainda que pouco visibilizadas, configuram-se como elementos centrais na disputa por reconhecimento, dignidade e direito à cidade. A resistência se manifesta nas formas diversas como esses sujeitos reinventam suas trajetórias, constroem redes de solidariedade e desafiam a lógica da exclusão e do abandono. Reconhecer e fortalecer essas expressões de agência política é fundamental para a construção de políticas emancipatórias que rompam com a lógica necropolítica e promovam justiça social.

O enfrentamento dos desafios da inserção social da juventude egressa exige uma radicalização da cidadania que vá além das garantias formais, incorporando a escuta ativa, o respeito às diversidades e o compromisso com a inclusão real e duradoura. Somente a partir dessa perspectiva será possível transformar as instituições de acolhimento em espaços verdadeiramente promotores de direitos e liberdade, e garantir que a passagem da institucionalização para a vida adulta seja marcada pela esperança e pela possibilidade de um futuro digno para todos.

REFERENCIAIS

- Bauman, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- Becker, H. S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- Carvalho, M. P. **A escola e as representações juvenis**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- Castel, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- Walsh, C. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: perspectivas latino-americanas**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2016.
- Davis, A. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Dayrell, J. A juventude como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, (24), 40–52, 2003. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000100004>
- Fanon, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.



- Foucault, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão (21. ed.). Petrópolis: Vozes, 1975.
- Goffman, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988, (4ª ed.).
- Gramsci, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- Iamamoto, M. V. **Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- Mbembe, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- Rolnik, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.
- Santos, B. de S. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Silva, M. K. da; Yazbek, M. C. (Orgs.). **Política social**: organização e luta por direitos. São Paulo: Cortez, 2008.
- Sposati, A. A política social brasileira: diagnósticos e perspectivas. In: Silva, M. K. da; Yazbek, M. C. (Orgs.). **Política social**: organização e luta por direitos. São Paulo: Cortez, 2009.
- Souza, J. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- UNIG. **Proteção social e redes de apoio aos jovens em abrigo no estado do Rio de Janeiro**. Nova Iguaçu: Universidade Iguaçu. [Relatório do Projeto de Iniciação Científica]. 2025.
- Yazbek, M. C. A dimensão política da assistência social: um ensaio teórico. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 1993.

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Eixo 4 - Direitos humanos, movimentos e lutas sociais e sistema sócio-jurídico

SOLENY DA SILVA CARVALHO¹
ISABELA SARMET DE AZEVEDO²

Resumo: A pesquisa “Assédio Moral no Trabalho de Servidores Públicos Efetivos das Instituições de Ensino Superior” analisa a produção científica sobre o tema entre 2014 e 2024, com base em perspectiva multidisciplinar. Identifica crescimento dos casos nas instituições, com impactos à saúde mental agravados por rigidez hierárquica e ausência de legislação específica. Atualmente a pesquisa encontra-se na fase de catalogação de teses e dissertações, organizadas em planilha do Google Docs com dados sobre autoria, ano, região, participantes, formas de assédio e intervenções. A partir disso, serão geradas estatísticas descritivas a fim de analisar as informações sistemáticas acerca dos resultados. Espera-se que os resultados subsidiem intervenções institucionais fomentando novos estudos sobre o tema.

Palavras-chave: Assédio moral, servidores públicos, universidade pública.

Abstract: The research "Moral Harassment in the Work of Effective Public Servants in Higher Education Institutions" analyzes scientific production on the topic from 2014 to 2024, adopting a multidisciplinary perspective. It identifies a growing number of cases in these institutions, with mental health impacts aggravated by hierarchical rigidity and the absence of specific legislation. The study is currently cataloging theses and dissertations in a Google Docs spreadsheet, gathering data on authorship, year, region, participants, forms of harassment, and interventions. From this, descriptive statistics will be produced to systematize the findings. The results are expected to support institutional actions and foster new academic investigations on the subject.

Keywords: Moral harassment, public servants, public university.

¹ Soleny da Silva Carvalho. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) – Departamento de Serviço Social Campos (SSC/UFF). E-mail: caravalsoleny@id.uff.br. Currículo Lattes: [<http://lattes.cnpq.br/7138044050185622>]. Declara, para os devidos fins, que concorda com a divulgação deste trabalho nos anais do evento.

² Isabela Sarmet de Azevedo. Professora Associada da Universidade Federal Fluminense (UFF) – Departamento de Serviço Social de Campos (SSC/UFF), Dra. em Serviço Social pela PUC/ SP. E-mail: isabela_sarmet@id.uff.br. Currículo Lattes: [<http://lattes.cnpq.br/9277882277931958>]. Declara, para os devidos fins, que concorda com a divulgação deste trabalho nos anais do evento.



INTRODUÇÃO

O assédio moral no trabalho foi apontado como uma das modalidades de violência no trabalho por um psiquiatra americano, Carrol Brodsky, que em 1976, publicou o livro *The harassed worker*. Ele estudou os efeitos de vários abusos sofridos por trabalhadores nos Estados Unidos (Fabrício, 2012). Entretanto, o psicólogo sueco Heyns Leymann tornou-se a principal referência em 1980 e 1990, para explorar o tema amplamente denominado *psychological terror*, segundo Barreto (2002; 2006), Freitas (2001; 2005; 2007) e Heloani (2004). O debate do assédio moral no trabalho intensificou-se, no final do século XX, na Europa, com os estudos de Heinz Leymann, na Suécia e de Marie-France Hirigoyen na França. (Fronzek, 2009). É consenso entre os pioneiros de que assédio moral é um comportamento destrutivo e antiético, de caráter repetitivo e sistemático, capaz de afetar a saúde mental dos assediados.

Assim, o assédio moral foi caracterizado como uma comunicação hostil e antiética no ambiente de trabalho, voltada sistematicamente, a uma ou mais pessoas, com uma frequência de, ao menos uma vez por semana, por um período de pelo menos seis meses, com produção de danos físicos, psicológicos e sociais. A invisibilidade desse fenômeno no local de trabalho pode camuflar-se como brincadeiras ou insinuações de possível insanidade da vítima, como se esta tivesse mania de perseguição ou fosse exagerada em suas queixas. (Hirigoyen, 2000, 2002; Zimmermann, Lima, 2002)

No Brasil, a discussão foi desencadeada com a tradução do livro de Hirigoyen (2000), denominado *Assédio moral: a violência perversa no cotidiano*, em 1998, e com a publicação de *Violência, saúde, trabalho: uma jornada de humilhações*, de Margarida Barreto (2003). A partir daí, cresceu significativamente o interesse por esse tema, com um considerável número de publicações sobre o assunto. Podemos destacar: Freitas (2001); Guedes (2003); Aguiar (2006); Guimarães, Rimoli (2006); Vieira (2008); Freitas, Heloani, Barreto (2008); Soboll (2008); Trombeta, Zanelli (2010).

Assim, o assédio moral

É a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, sendo mais comum em relações hierárquicas e assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e éticas de longa duração, de um ou mais chefes dirigida a um ou mais subordinado(s), desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização, forçando-o a desistir do emprego. (Barreto, 2000, p. 28).



Segundo Martins (2015), Nunes (2016) e Vieira (2019), são muitas as terminologias utilizadas para referir-se ao assédio moral, tais como: bullying, mobbing, terror psicológico, psicoterror, abuso emocional e comportamentos hostis no trabalho. Ainda não há uma definição consensual sobre o assédio moral (Vieira, 2019), embora sejam muitas as contribuições de vários autores sobre o tema. Essa falta de consenso deve-se às diferenças culturais e de abordagem de cada país, ainda que existam características comuns entre as diversas definições.

Há estudos que ressaltam o assédio moral interpessoal e há outros que tratam do assédio moral organizacional, resultante de uma “política de gestão”, que é concebido como “processo contínuo de hostilidade e/ou isolamento, direcionado a alvos específicos com o objetivo de prejudicar, podendo ter como efeito descompensações na saúde; alterações nas condições gerais de trabalho; desligamento, afastamento, transferência do trabalho ou mudanças na função”. (Schatzmam Gosdal, Soboll e Eberle, 2009, apud Vieira, 2019, p. 28).

O assédio moral, por sua vez, se dá de modo contínuo; as agressões (humilhações, desprezo, aumento da tonalidade) são durante meses, com vistas a prejudicar a pessoa violada. Já o assédio organizacional é caracterizado por comportamentos contínuos, voltados para o aumento da produção. Ele é mascarado por menções a políticas organizacionais ou mesmo a estratégias que parecem inovadoras, mas que cerceiam as liberdades das pessoas no ambiente organizacional. A injúria, o medo, a emoção, a fragilidade e o estresse são manipulados para produzir constrangimento. (Vasconcelos, 2015).

A relevância científica e social desta pesquisa consiste em discutir o assédio moral no trabalho na Universidade Federal Fluminense, com vistas a uma maior aproximação e compreensão do fenômeno, com ênfase nas suas causas e consequências no âmbito das IES (Instituições de Ensino Superior), mas também objetivando a construção de políticas de prevenção e combate do assédio moral no ambiente de trabalho.

METODOLOGIA



Com o objetivo de caracterizar as pesquisas sobre assédio moral aos servidores públicos de Instituições de Ensino Superior, a partir de dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil, entre os anos de 2014 e 2024, metodologicamente, optou-se pela revisão bibliográfica, classificada de acordo com as categorias descritivas e explicativas do fenômeno.

Serão buscadas dissertações e teses no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, que é o banco de dados mais completo, visto que, desde 2014 e, quando autorizado pelos autores, é possível ter acesso integral ao trabalho.

As dissertações e teses defendidas entre 2014 e 2024 serão selecionadas, desde que contenham no título ou resumo pelo menos um dos termos pesquisados: assédio moral, assédio psicológico, mobbing ou harassment. Outro critério é que abordem o tema do assédio moral no trabalho em instituições públicas de ensino superior nos títulos e resumos, a fim de selecionar para a leitura integral os trabalhos que abordaram a temática de acordo com os critérios definidos.

O estudo tem por base o mapeamento do cenário em que aparecem os primeiros estudos sobre o tema, as principais contribuições teóricas no entendimento das causas e os impactos deste tipo de violência no trabalho no âmbito do serviço público, onde os participantes da pesquisa sejam servidores públicos efetivos, tanto técnico-administrativos em educação quanto docentes. Também serão buscados nos repositórios institucionais das instituições nas quais os trabalhos foram produzidos os textos não disponíveis no Catálogo Teses & Dissertações e, quando não encontrado, solicitar-se-á por e-mail ao autor ou autora.

Na etapa seguinte, serão realizados os downloads dos textos integrais e organizadas em uma pasta do Microsoft Excel as seguintes informações: autor; ano de publicação; título; região; participantes; estratégias de coleta de dados; técnicas de análise de dados; atos de assédio moral identificados; consequências do assédio e práticas de intervenção.

Depois, será utilizada a estatística descritiva, para analisar as informações mencionadas, apresentando a distribuição de frequência em números absolutos e porcentagem por meio de tabelas. A metodologia utilizada é de caráter sistemático.



Esta pesquisa encontra-se em andamento, estando em fase de catalogação e análise preliminar dos dados provenientes da revisão sistemática da literatura. Portanto, os resultados apresentados neste artigo refletem um panorama inicial e contribuem para a fundamentação teórica e discussão do tema, enquanto a coleta e análise completas seguem em desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTO

As mudanças econômicas, sociais, tecnológicas, políticas e culturais ocorridas nos últimos anos, dentro do sistema capitalista de produção, sob a égide neoliberal, consagrou a competitividade desmedida e não pouparam as formas de organização do trabalho individual e coletivo. Os novos modelos de gestão e as novas condições de trabalho, fincados no incremento da produtividade e no consumo serão sentidos no ambiente de trabalho, trazendo incertezas quanto a manutenção do próprio trabalho. “A professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2011) diz que são servidores públicos, em sentido amplo, os estatutários (sujeitos a um estatuto e ocupantes de cargos públicos), os empregados públicos (contratados sob o regime da legislação trabalhista e ocupantes de emprego público) e os servidores temporários (art. 37, XI)” (Sohsten, 2015, p.91).

Nunes e Tolfo (2015) afirmam que os trabalhadores estão sendo submetidos à superexploração, ao desemprego estrutural, ao aumento da jornada de trabalho, à precarização na forma de contratação, à flexibilização das relações trabalhistas e dos processos produtivos, característicos do contexto neoliberal e do processo de acumulação capitalista. A redução dos postos de trabalho, a queda salarial, os impactos nas condições de vida das pessoas e o aumento da exclusão social contribuem para a ocorrência do assédio moral no ambiente institucional.

Aguiar (2015) entende o assédio moral é uma violenta estratégia capitalista da precarização do trabalho. Trata-se de uma nova modalidade de controle do capital sobre o trabalho, objetivando o aumento da lucratividade capitalista, sem qualquer consideração pelo ser humano.

Para Hirigoyen (2002), na esfera pública, o assédio moral gira em torno de disputas de poder, que impulsionam, frequentemente, o abuso pelo arbítrio. O uso do poder discricionário de forma



desmedida, o uso abusivo do regime disciplinar, de forma disfarçada, em determinadas situações, pelo assediador, em nome do interesse da administração pública, com o intuito de perseguir seus desafetos ou qualquer um que se coloque como empecilho para seus interesses particulares.

Batalha (2009) e Matos (2016) realizaram estudos sobre o assédio moral no setor público, destacando especificidades e desafios, que se diferem das expressões do assédio moral no setor privado, principalmente no que diz respeito às percepções dos sujeitos e às respostas institucionais.

Mais recentemente, os estudos científicos têm se voltado para a ocorrência do assédio moral nas organizações do setor público (Bampi, 2013; Brochardo, Porto, 2023), com ênfase na saúde (Xavier et al., 2008), na segurança pública (Barros, 2015), na Justiça (Silva et al, 2022), na educação (Guimarães et al, 2016), mais especificamente nas Universidades (Caran et al, 2010; Nunes, 2011; Fanes, 2015; Ignácio, 2018).

No setor público, os julgamentos de casos de assédio moral são menores, em virtude do fato das vítimas silenciarem-se pelo medo de perseguição. O servidor público não tem uma área da justiça especializada na defesa de seus direitos, o que ocorre no setor privado. Nestes, os empregados celetistas têm todos os Tribunais do Trabalho lutando contra o empregador. O servidor público tem suas causas julgadas pela justiça comum estadual e/ou federal, não sendo considerado hipossuficiente nas ações movidas contra os gestores públicos.

Batalha (2009) afirma que, geralmente, o assédio moral ocorre em instituições nas quais as tarefas não são definidas, permitindo culpar alguém por atividades não realizadas. Não se objetiva causar demissão do funcionário ou servidor, mas denegrir sua imagem, causar seu sofrimento no ambiente de trabalho ou transferi-lo para outro setor, o que pode gerar insatisfação e ansiedade.

A Universidade é um espaço que interage com a sociedade, além de ser uma instituição de produção e divulgação do conhecimento. Por isso, há necessidade de considerar seu papel no meio em que está inserida. (Meyer Jr., 2014). Quando voltamos para a ocorrência do assédio moral no trabalho na Universidade Pública, nos deparamos com um paradoxo: a Universidade como lugar do saber – cuja responsabilidade é promover mudanças sociais, na direção da qualidade de vida da sociedade - não deveria ser um espaço que gera e perpetua hostilidade, desigualdade e sofrimento mental.



Nas IES, os indivíduos competem por cargos, por destaques, prêmios, financiamentos, espaços físicos, materiais, currículo mais extenso e com mais publicações, melhores lugares e posições e não estão livres do assédio moral. Essas instituições são avaliadas a todo tempo, quantitativa e qualitativamente, no que tange ao ensino, pesquisa e extensão. Número de publicações, revistas indexadas, participação em eventos, artigos científicos, livros, resultados de pesquisa, grupos de estudo e pesquisa e outros aspectos seguem a lógica da competição. Agências governamentais como a CAPES exigem quantidade de produções no meio acadêmico, envolvendo cursos de graduação, pós-graduação e estas devem ser equivalentes com a demanda que vem crescendo cada vez mais, por conta do número de alunos que obtém a formação, pelo número de horas-aula, causando sobrecarga de tarefas e cobrança por produção e qualidade.

Os financiamentos internos e externos às instituições universitárias são formas de controle de toda a produção realizada pelos docentes. Isso gera uma sobrecarga de demandas que se voltam contra os docentes.

Com as mudanças no mundo do trabalho, os trabalhadores das Universidades necessitam estar continuamente se adaptando ao ritmo produtivo ditado pela gestão, o que acaba gerando sobrecarga de exigências físicas, mentais e psíquicas excessivas. Obrigados a cumprir metas no tempo previsto, quando não conseguem, vivem sentimentos que causam angústia e sofrimento. Nesse contexto, surge o entendimento de que há assédio moral quando há violência excessiva contra os trabalhadores. (Soares, 2012).

Para Vieira (2019), a longa duração do assédio moral no serviço público se deve ao fato de que, nessas organizações, o agressor está protegido pela estabilidade do servidor, não podendo ser demitido, a menos que cometa faltas graves. Em razão disso, nas organizações públicas, o assédio moral apresenta consequências muito piores (Nunes, Tolfo, 2013). A cultura organizacional permissiva aos assédios morais, o elevado grau de corporativismo e as represálias em caso de denúncia (Nunes, 2011, 2016) estão por trás disso – algo que Scialpi (2005) caracterizou como “desamparo institucional aprendido”, em seus estudos em torno da violência institucional no âmbito do Estado. Esse desamparo é uma síndrome que se caracteriza pela progressiva mutilação do instituto de defesa, isto é, dos mecanismos que



possibilitariam uma ação para colocar limites ao assédio. “[...] expresa la progresiva mutilación del instinto de defensa, mecanismo éste que posibilitaría la acción de poner límites. Los servidores públicos encubren la violencia por miedo. El imperio del silencio sostiene la perversión y la impunidad reinante” (Scialpi, 2005, p. 8)

No setor público, o assédio moral tende a durar anos, em virtude da carência de canais de comunicação e o trabalho solitário do/a professor/a. Sobre este, recaem as expectativas preconcebidas, os problemas pedagógicos e disciplinares, além da busca pelo reconhecimento e excelência da instituição, mas nem sempre os resultados esperados são alcançados. Há prejuízos para o serviço público, com afastamentos, aposentadorias prematuras, redução de produtividade e desempenho, aumento de atestados médicos e licença-saúde.

Recentemente, o Decreto nº 12.122, de 30 de julho de 2024 instituiu o Programa Federal de Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, no âmbito da administração pública federal autárquica e fundacional.

A Lei 14.612, de 3 de julho de 2023 altera o Estatuto da Advocacia (Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994, para incluir o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação entre as infrações ético-disciplinares no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil. O artigo 34, § 2º considera:

I – assédio moral: a conduta praticada no exercício profissional ou em razão dele, por meio da repetição deliberada de gestos, palavras faladas ou escritas ou comportamentos que exponham o estagiário, o advogado ou qualquer outro profissional que esteja prestando seus serviços a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de lhes causar ofensa à personalidade, à dignidade e à integridade psíquica ou física, com o objetivo de excluí-los das suas funções ou de desestabilizá-los emocionalmente, deteriorando o ambiente profissional;

II – assédio sexual: a conduta de conotação sexual praticada no exercício profissional ou em razão dele, manifestada fisicamente ou por palavras, gestos ou outros meios, proposta ou imposta à pessoa contra sua vontade, causando-lhe constrangimento e violando a sua liberdade sexual;

III – discriminação: a conduta comissiva ou omissiva que dispense tratamento constrangedor ou humilhante a pessoa ou grupo de pessoas, em razão de sua deficiência, pertença a determinada raça, cor ou sexo, procedência nacional ou regional, origem étnica, condição de gestante, lactante ou nutriz, faixa etária, religião ou outro fator.” (NR).



Nesse sentido, é de suma importância observar as condições de trabalho dos servidores públicos, docentes e técnicos administrativos efetivos em instituições e universidades públicas, para traçar estratégias de enfrentamento do assédio moral, que, nessa conjuntura, é uma forma de controle do trabalhador, visto que isso tem causado diferentes formas de adoecimento no trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, o assédio moral é uma expressão particular das relações de poder da violência intrinsecamente vinculadas à economia e aos processos de produção. A contradição entre capital e trabalho está por trás dos conflitos intersubjetivos e pessoais.

O assédio moral que estamos pesquisando, ao contrário das análises que autonomizam a personalidade, abstraindo-a das condições reais de sua produção, é aquele que resulta da atividade dos próprios sujeitos históricos, que sob determinadas condições concretas produzem e reproduzem as suas vidas. Desse modo, explicamos o assédio moral como um reflexo da sociabilidade fundada pelo capital e não da deliberação dos indivíduos. Portanto, não se pode pensar que a solução do problema não passa pelo apelo à ética nas relações humanas.

O presente estudo está em fase de catalogação de pesquisas sobre o assédio moral no trabalho aos servidores efetivos de instituições públicas de ensino superior, a partir das dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil, no período de 2014 a 2024, por meio de uma revisão sistemática da literatura dos artigos publicados nas bases de dados Scielo, Spell e Banco de Teses e Dissertações da Capes.

Embora esta pesquisa esteja em andamento, é possível identificar a importância do estudo do assédio moral no trabalho de servidores públicos efetivos nas Instituições de Ensino Superior. A análise preliminar da literatura indica que o fenômeno é complexo, estrutural e está profundamente ligado às relações de poder e às condições organizacionais atuais, que impactam negativamente a saúde mental e o bem-estar dos trabalhadores. Assim, a construção do referencial teórico teve como base as



contribuições bibliográficas de autores clássicos sobre a temática do assédio moral, tais como: Barreto (2005), Freitas (2008), Barreto e Heloani (2015); Hirigoyen (2002, 2006) e Leymann (1990).

À luz deste referencial, o assédio moral é concebido como uma prática perversa que traz consequências para a saúde do indivíduo. Trata-se de violência no trabalho que impacta (psicossomaticamente) a saúde física do trabalhador e suas relações sociais e psicológicas. Afastamentos, adoecimentos, absenteísmo, baixa produtividade e custos para as organizações públicas resultam do comprometimento da saúde mental do servidor em razão do assédio moral.

A análise desenvolvida nos permite afirmar a importância de aprofundar as pesquisas sobre as consequências do assédio moral para as organizações e para a sociedade, bem como sobre as políticas institucionais para o enfrentamento da sua ocorrência.

Essa pesquisa revela as diferenças e as desigualdades nas relações laborais estabelecidas entre servidores públicos docentes e técnicos administrativos das Universidades. Isso porque a cultura organizacional acadêmica é marcada pela naturalização das percepções de superioridade de docentes sobre servidores técnicos administrativos e também sobre outros membros da comunidade acadêmica como estudantes e trabalhadores terceirizados.

De fato, a tese de doutorado de Nunes (2016) aborda como a cultura organizacional universitária exerce influência sobre a reprodução e perpetuação do assédio moral na Universidade Federal de Santa Catarina.

A dissertação de Lima Júnior (2020) propôs um “curso autoinstrucional formativo” para servidores técnicos, docentes e estudantes, objetivando esclarecer a prática do assédio moral para a comunidade universitária (Idem, p.72), além de apresentar e discutir inúmeros dados sobre a ocorrência do assédio moral na UFBA.

As pesquisas de Bender (2017), Gosdal (2017) e Pooli e Monteiro (2018) abordam o crescente índice de ações judiciais relacionadas ao assédio moral no âmbito privado. No entanto, nos últimos quinze anos, tem crescido a ocorrência deste fenômeno no setor público, especificamente em Universidades Federais e Estaduais brasileiras.



São estratégias de enfrentamento do assédio moral: a divulgação do Código de Ética, a promoção de palestras, as avaliações de riscos psicossociais, as orientações psicológicas e um canal de comunicação.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A. L. S. **Assédio moral**: o direito à indenização pelos maus tratos e humilhações sofridos no ambiente de trabalho. São Paulo: LTr, 2006.
- AGUIAR, A. L. S. **O assédio moral e a precarização das relações de trabalho**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFBA, Salvador, 2015.
- BAMPI, Tânia. **Avança debate sobre lei do assédio moral no serviço público**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 12 set. 2013.
- BARRETO, Margarida. Assédio moral: ato deliberado de humilhação ou uma “política da empresa” para livra se de trabalhadores indesejados. **Revista Cremesp**. São Paulo, 2002.
- BARRETO, M. M. S. **Assédio moral**: a violência sutil – Análise epidemiológica e psicossocial no trabalho no Brasil (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. 2005. 188f.
- BARRETO, Margarida. Assédio moral: risco não visível no ambiente de trabalho. 2008. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/assedio-moral-risco-nao-visivel-no-ambiente-detrabalho#:~:text=Ag%C3%Aancia>. Acesso em: 6 mar.2025.
- BARRETO, Margarida Maria Silveira. **Uma jornada de humilhações**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Universidade Católica (PUC-SP), São Paulo, 2000.
- BATALHA, L. R. **Assédio moral em face do servidor público**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009.
- BENDER, M. Violência simbólica no trabalho: análise da demanda judicial de assédio moral no estado do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**. v.4, n.2, p.148-166, 2017.
- BARROS, Ciro. **Agência pública**. Humilhação xingamentos e tortura marcam formação de policiais militares brasileiros. Intersindical Central da Classe Trabalhadora, 2015.
- CARAN, V. C. S.; SECCO, I. A. O.; BARBOSA, D. A.; ROBAZZI, M. L. C. Riscos ocupacionais psicossociais e sua repercussão na saúde de docentes universitários. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 23, n. 6, 2010.



- FABRÍCIO, Elisângela Messa. **Revisão bibliográfica sobre assédio moral no trabalho:** o estado da arte da pesquisa brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia). Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES. Brasília, 2012.
- FANES, Luisa. **Assédio moral no trabalho do trabalhador de uma instituição de ensino superior.** Dissertação de mestrado (Psicologia Social Comunitária). Universidade Tuiuti do Paraná, 2015.
- FREITAS, M. E. de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 41, n. 2, p. 8-19, abr/jun. 2001.
- FREITAS, Maria Ester de. Assédio Moral e Assédio Sexual: faces do poder perversos nas organizações. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 41, n. 2, p. 8-19, abr./ jun. 2001.
- FREITAS, Maria Ester de. Existe uma saúde moral nas organizações. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 12, n. 32, jan./ mar. 2005.
- FREITAS, Maria Ester de. Quem paga a conta do Assédio Moral? **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 6, n. 1, jan./ jun. 2007.
- FREITAS, M. E. de; HELOANI, R.; BARRETO, M. **Assédio moral no trabalho.** São Paulo: Cengage, 2008.
- FRONTZEK, L. G. M. **Assédio moral:** novos rumos da violência psicológica no trabalho. 2009. 99 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- GOSDAL, T. C. O entendimento do assédio moral e organizacional na justiça do trabalho. In: SOBOLL, L. A. P. (Org.). **Intervenções em assédio moral e organizacional.** São Paulo, LTr., 2017. p.23-32.
- GUEDES, M. N. G. **Terror psicológico no trabalho.** São Paulo: LTr, 2003.
- GUIMARÃES, L. A. M.; RIMOLI, A. O. “Mobbing” (assédio psicológico) no trabalho: uma síndrome psicossocial multidimensional. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, p. 183-192, maio/ago. 2006.
- GUIMARÃES, Ludmila de Vasconcelos Machado et al. Assédio no contexto educacional: Uma possibilidade de manifestação perversa. **Revista Subjetividades**, v. 16, n. 1, p. 52-63, 2016.
- HELOANI, José Roberto. Assédio Moral - Um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 3, n. 1, jan./ jun. 2004.
- HIRIGOYEN, M.-F. **Assédio moral:** a violência perversa do cotidiano. São Paulo: Bertrand do Brasil, 2000.
- HIRIGOYEN, M.-F. **Mal-estar no trabalho:** redefinindo o assédio moral. São Paulo: Bertrand do Brasil, 2002.



IGNÁCIO, Elena Martins. **Assédio moral no ambiente de trabalho**: implicações no cotidiano de uma instituição federal de ensino do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão). Universidade Federal Fluminense. 2018, 246f.

LIMA JÚNIOR, Daniel. Assédio moral: uma análise da percepção dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Dissertação (mestrado profissional em Administração). Universidade Federal da Bahia, 2020.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Assédio moral no emprego**. São Paulo: Atlas, 2015.

MATOS, Paula Adriana Lima de. **O docente e as relações de trabalho na Universidade Federal de Mato Grosso: “Sofrimento e violência”**. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Política Social, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

MEYER, J. V. A prática da administração universitária: contribuições para a teoria. **Universidade em Debate**, v. 2, n. 1, p. 12-26, jan./dez. 2014.

MONTEIRO, Leslie Bezerra. **Quotidiano do profissional que vivencia o sofrimento por assédio moral e a sua relação com os diagnósticos de enfermagem**. 2019. 159f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Pará. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem em Associação Ampla com o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Goiânia, 2019.

NUNES, Thiago Soares. **Assédio moral no trabalho: o contexto dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis, SC, 2011. Dissertação de Mestrado Administração. Universidade Federal de Santa Catarina. 2011.

NUNES, L. A. **O assédio moral no serviço público**. *Jornal do Sitremg*, Belo Horizonte, ed.111, p. 4-5, abril. 2016.

NUNES, T. S.; TOLFO, S. da R. O Assédio Moral no Contexto Universitário: uma discussão necessária. **Revista de Ciências da Administração**. Florianópolis, p. 21 - 36, abr. 2015.

NUNES, Thiago Soares; TOLFO, Suzana da Rosa; NUNES, Letícia Soares. Assédio moral em universidade: a violência identificada por servidores docentes e técnico administrativos. **Revista Organizações em Contexto**. v. 9, n. 18, p. 25-61, 2013.

POOLI, A. M. & MONTEIRO, J. K. Assédio moral no judiciário: prevalência e repercussões na saúde dos trabalhadores. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v.18, n.2, p.346-353, 2018.

SCIALPI, Diana. Violencia laboral y desamparo institucional aprendido. **Revista Jurisprudencia Argentina** – Editorial Lexis-Nexis, Número Especial: Mobbing. el acoso psicológico en el ámbito laboral, 2005.

SILVA, Salete Maria da; WRIGHT, Sonia Jay; TAVARES, Rosalina S; COELHO, Virgínia C. Assédio sexual e moral contra mulheres no mundo jurídico: esse silêncio todo me atordoia. In: TAVARES, Márcia; SOUZA, Angela M. F. (orgs.) **Diálogos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo**, 2022, pp. 55-86.



SOARES, A. As origens do conceito de assédio moral no trabalho. **Rev. bras. Saúde ocup.**, São Paulo, v. 37, n. 126, p. 284-286, 2012.

SOBOLL, L. A. P. **Assédio moral/organizacional**: uma análise da organização do trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

SOHSTEN, Erika da Rocha Von. **A dignidade humana do servidor público e as vítimas do assédio moral de um dos fóruns da capital paraibana**. 2015.207 f. Dissertação (Mestre em Direitos Humanos). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Curso de Direitos Humanos. Recife, 2015.

TROMBETA, T.; ZANELLI, J. C. **Características do assédio moral**. Curitiba: Juruá, 2010.

VASCONCELOS, Y. L. Assédio moral nos ambientes corporativos. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 821-851, dez. 2015.

VIEIRA, C. E. C. **Assédio**: do moral ao psicossocial – desvendando os enigmas da organização do trabalho. Curitiba: Juruá, 2008.

VIEIRA, Heloisa de Sousa. **A visão sobre o assédio moral dos servidores de uma instituição federal de ensino superior**. Dissertação de mestrado em Administração. Universidade Federal da Goiás, 2019.

XAVIER et al. Assédio moral no trabalho no setor saúde no Rio de Janeiro: algumas características. 2008. **Rev. bras.saúde ocup.** São Paulo, n. 33, v.117, jun 2008.



ENTRE A PROTEÇÃO E A PRÁTICA: O PSICÓLOGO NO CONTEXTO DO DEPOIMENTO ESPECIAL CONFORME A LEI Nº 13.431/2017

Eixo 4: Direitos humanos, movimentos e lutas sociais e sistema sociojurídico

MARIA DE FÁTIMA DA SILVA¹

SOLANGE EMILENE BERWIG²

RESUMO: Apesar da produção científica crescente sobre a atuação do psicólogo em contextos de violação de direitos de crianças e adolescentes, ainda são escassos os estudos que abordam especificamente o trabalho do psicólogo no âmbito do depoimento especial. Este artigo discute a atuação do psicólogo nesse contexto, analisando o depoimento especial como instrumento de garantia de direitos, aspectos legais e as diretrizes do Conselho Federal de Psicologia. A pesquisa é qualitativa e explicativa, com base em revisão bibliográfica de obras localizadas no Google Acadêmico e Scielo. Os resultados indicam que persistem divergências entre o sistema judiciário e o Conselho Federal de Psicologia quanto à função do psicólogo nesse processo, revelando desafios éticos e práticos na atuação profissional.

Palavras-Chave: Depoimento especial, lei nº 13.431/2017, psicologia, crianças e adolescentes, violação de direitos.

ABSTRACT: Despite the growing scientific production on the role of psychologists in contexts of violation of children and adolescents' rights, there are still few studies that specifically address the work of psychologists in the context of special testimony. This article discusses the role of psychologists in this context, analyzing special testimony as an instrument for guaranteeing rights, legal aspects and the guidelines of the Federal Council of Psychology. The research is qualitative and explanatory, based on a bibliographic review of works located in Google Scholar and Scielo. The results indicate that divergences persist between the judicial system and the Federal Council of Psychology regarding the role of psychologists in this process, revealing ethical and practical challenges in professional practice.

Keywords: Special testimony, law nº. 13.431/2017, psychology, children and adolescents, rights violations.

¹ Psicóloga pela URI – Campus Santiago/RS. Pós-graduada em Psicologia Jurídica pela FAVENI. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa – PPGPP UNIPAMPA – Campus São Borja-RS. Servidora pública, atua como psicóloga no atendimento a crianças pelo SUS na Prefeitura Municipal de Santiago/RS. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9687662140599859> E-mail: mariafsilvapsi@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9590-9038>

² Doutora em Serviço Social pela PUC-RS. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Docente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa – PPGPP UNIPAMPA, Campus São Borja-RS. Vice-líder do Grupo de Pesquisa: Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina/CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2432723992234220> E-mail: solangeberwig@unipampa.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6964-044X>



INTRODUÇÃO

Qual é a forma de atuação do psicólogo no contexto do Depoimento Especial (DE), conforme disposto na Lei 13.431/2017, e qual o posicionamento do Conselho Federal de Psicologia (CFP) a respeito dessa prática? Essa é a pergunta norteadora que sustenta o presente estudo. Como apontam Gerhardt e Silveira (2009), uma investigação científica parte de uma dúvida ou inquietação que motiva o processo de produção do conhecimento. Neste caso, a formulação da questão da pesquisa surgiu a partir da articulação entre três fatores principais: o interesse pela temática, aprofundado durante a formação em Psicologia Jurídica; os debates recentes suscitados com a promulgação da chamada Lei da Escuta Protegida; e a necessidade de fortalecer o diálogo interdisciplinar entre as áreas do Direito e da Psicologia.

A proposta deste trabalho é analisar, a partir de revisão bibliográfica, a atuação do psicólogo frente ao Depoimento Especial (DE) de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, refletindo sobre os desafios éticos e técnicos que envolvem essa prática. Para isso, são traçados os seguintes objetivos: (1) apresentar uma breve contextualização histórica sobre os direitos de crianças e adolescentes e o surgimento do DE como instrumento de proteção; (2) compreender a atuação do psicólogo à luz da Lei 13.431/2017; e (3) examinar as críticas formuladas pelo CFP quanto à previsão normativa e sua aplicação prática.

A metodologia adotada consiste em uma pesquisa qualitativa, de natureza explicativa, com base em revisão bibliográfica. As fontes foram selecionadas por meio de levantamento em livros especializados e artigos acadêmicos, especialmente nas plataformas Google Acadêmico e SciELO, utilizando os seguintes descritores: “Depoimento especial”, “Psicologia Jurídica”, “Escuta especializada”, “Crianças e adolescentes”, “Lei nº 13.431/2017” e “Ética profissional” e documentos oficiais disponíveis em sites governamentais, todos em língua portuguesa.

A estrutura do artigo está dividida em três seções principais: a primeira discute o histórico da proteção dos direitos da infância e da adolescência, com ênfase na oitiva judicial; a segunda apresenta o



desenvolvimento de práticas voltadas à escuta no judiciário brasileiro, como o Projeto Depoimento Sem Dano, a escuta especializada e o DE; e a terceira parte analisa o papel do psicólogo nesse contexto, explorando as tensões entre as orientações do sistema de justiça e o posicionamento ético e técnico da Psicologia.

A OITIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A GARANTIA DE DIREITOS

O Depoimento Especial (DE), como é conhecido atualmente, teve seu início com o projeto denominado Depoimento sem Dano, iniciativa pioneira no Brasil, criada em 2003 no Rio Grande do Sul, pelo Juiz Titular da 2ª (segunda) Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre, Dr. José Antônio Daltoé Cezar (CNJ, 2010). Todavia, a oitiva de crianças e adolescentes em juízo já era tema de discussão em âmbito internacional. Assim, para compreender a escuta de crianças e adolescentes no judiciário brasileiro, torna-se imprescindível a exploração dos principais tratados internacionais sobre os direitos desse público.

Os direitos e garantias voltados à infância e adolescência têm sua origem nas diversas formas de exploração, violência e negligência às quais crianças e adolescentes foram historicamente expostos. Como aponta Azambuja (2019, p. 81): “A história do Brasil, assim como a história de diversas nações, no que se refere à proteção à infância, está marcada por sucessivas formas de violência.” Nesse sentido, evidenciou-se a necessidade de positivação de garantias e direitos voltados a esse grupo específico.

Os primeiros movimentos com essa finalidade datam do início do século XX. Até então, crianças e adolescentes eram submetidos a jornadas de trabalho exaustivas e, especialmente os adolescentes, eram recrutados como soldados em diversos conflitos ao redor do mundo. Ou seja, não dispunham sequer do mínimo necessário à sobrevivência, tampouco eram compreendidos como sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento (Vannuchi; Oliveira, 2010).

Após a Primeira Guerra Mundial, o número de órfãos aumentou expressivamente, e o olhar para essas crianças — reconhecendo-as como sujeitos vulneráveis, com características específicas e merecedores de atenção e respeito — tornou-se indispensável. Em 1919, a Sociedade das Nações (SDN)



criou o Comitê de Proteção da Infância, considerado o primeiro órgão supranacional com foco prioritário na proteção infantil (Vannuchi; Oliveira, 2010).

A atuação das irmãs britânicas Eglantyne Jebb e Dorothy Buxton, fundadoras da ONG *Save the Children Fund*, voltada à proteção de crianças no pós-guerra. Em 1924, Eglantyne Jebb foi responsável por redigir a Declaração de Genebra sobre os Direitos das Crianças, aprovada pelo Comitê de Proteção da Infância. A Declaração de Genebra de 1924 estabelece que a criança deve receber os meios necessários ao seu desenvolvimento material e espiritual, sendo prioritária em situações de crise, devendo ser protegida contra toda forma de exploração e criada com consciência de seus talentos (Sociedade das Nações, 1924).

Nota-se que, embora estabelecesse garantias, a declaração ainda não destacava a condição peculiar de desenvolvimento da criança, limitando-se a prever direitos em situações de risco e vulnerabilidade. Ainda assim, foi o primeiro instrumento internacional de proteção à infância, influenciando diversos países a elaborarem legislações e políticas públicas específicas, como ocorreu no IV Congresso Pan-Americano da Criança, quando dez países — incluindo o Brasil — assinaram a ata de fundação do Instituto Interamericano da Criança (INN), atualmente vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA). O movimento iniciado após a Primeira Guerra ganhou força após a Segunda Guerra Mundial, diante da crescente vitimização de crianças no conflito. Assim, em 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), que passou a coordenar ações de proteção aos Direitos Humanos, incluindo os direitos de crianças e adolescentes, já esboçados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

A criação da ONU também impulsionou o surgimento de agências especializadas, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Segundo Vannuchi e Oliveira (2010), as organizações que inicialmente atendiam crianças vítimas da Segunda Guerra passaram, posteriormente, a adotar uma visão internacional da infância, tornando-se referência mundial na promoção dos direitos da criança e do adolescente.



Diversas iniciativas foram implementadas nas décadas seguintes, culminando na adoção, em 1959, da Declaração Universal dos Direitos das Crianças, que precedeu a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1989 — um ano após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil. A Convenção foi ratificada por 196 países, incluindo o Brasil, que a reconheceu oficialmente em 1990, mesmo ano da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90 (UNICEF, 2020).

Esses documentos marcam uma virada conceitual: a criança passa a ser reconhecida como sujeito de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento. Como afirmam Vannuchi e Oliveira (2010, p. 33), “rompe-se com a ideia da criança como objeto. Ela passa a ser vista como sujeito pleno, com direito a cuidados especiais”.

A Convenção de 1989 também foi o primeiro marco internacional a abordar o direito à oitiva de crianças nos processos judiciais. Em seu artigo 12, dispõe:

Os Estados Partes devem assegurar à criança que é capaz de formular seus próprios pontos de vista o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados a ela, e tais opiniões devem ser consideradas, em função da idade e da maturidade da criança. Para tanto, a criança deve ter a oportunidade de ser ouvida em todos os processos judiciais ou administrativos que a afetem, seja diretamente, seja por intermédio de um representante ou de um órgão apropriado, em conformidade com as regras processuais da legislação nacional (ONU, 1989, p. 04, grifo nosso).

No Brasil, além de ratificar a Convenção, a Constituição Federal de 1988 consagrou garantias fundamentais às crianças e adolescentes em seus artigos 5º e 227, estabelecendo o dever da família, da sociedade e do Estado na proteção integral dessa população. Contudo, a operacionalização desses direitos avançou com a promulgação do ECA, considerado por Trevisan (2019, p. 39) “um marco regulatório dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, considerado por muitos um dos dispositivos normativos mais modernos de todo o mundo”.

A partir da criação do ECA consagrou-se a doutrina da Proteção Integral, que tem como ideia principal de que a criança e o adolescente devem ter todos os seus direitos protegidos pela sociedade, tendo o poder público, a sociedade, a família, as políticas públicas entre outros, a responsabilidade de resguardar a totalidade desses direitos. (Brito, 2019, p. 31).



No que tange à oitiva de crianças e adolescentes, o ECA prevê expressamente o direito de serem ouvidos em juízo. O ECA, abriu caminho para as práticas implementadas no sistema judiciário brasileiro. Nesse contexto, destaca-se o projeto pioneiro denominado “Depoimento sem Dano”, que deu origem ao atual DE, consolidado pela Lei nº 13.431/2017.

PRÁTICAS VOLTADAS À ESCUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

O Depoimento sem Dano foi idealizado em 2003 pelo juiz José Antônio Daltoé Cezar, da 2ª Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre, ao constatar que crianças e adolescentes vítimas de violência eram revitimizados ao prestarem depoimento diretamente a juízes e, por vezes, na presença de seus agressores. Inspirado por Miriam de Santis, perita do TJRS, e pela promotora Velleda Dobke, Daltoé estruturou uma metodologia baseada em práticas interdisciplinares e em experiências internacionais. A proposta visava reduzir danos durante a coleta de prova judicial, garantir os direitos das vítimas e assegurar o respeito à sua condição de desenvolvimento.

Conforme o próprio autor, o Depoimento sem Dano consiste em “uma alternativa para inquirir crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual em juízo”. Tal método busca abarcar formas específicas de escuta com os seguintes objetivos: Redução do dano durante a produção de provas em processos judiciais, nos quais a criança é vítima ou testemunha; garantia dos direitos de crianças e adolescentes, proteção e prevenção de seus direitos, quando, ao ser ouvida em juízo, sua palavra é valorizada, bem como sua inquirição respeita sua condição de pessoa em desenvolvimento; melhoria na produção da prova (Cezar, 2007, p. 61-62).

A escuta passou a ocorrer em sala especial, equipada com câmeras e microfones, onde permanecem apenas a criança e o profissional responsável, geralmente psicólogo ou assistente social. O ambiente foi planejado para ser acolhedor, com recursos lúdicos. As perguntas eram formuladas pelo juiz e transmitidas ao técnico via ponto eletrônico. Segundo Daltoé Cezar (2007b, p. 73), “o Depoimento sem Dano ocorre durante a audiência de instrução, sendo o juiz responsável pela condução”. A metodologia



inclui uma fase inicial de rapport, sem gravação, destinada a criar vínculo com a criança, seguida da fase de perguntas. A transmissão em tempo real permite que os demais participantes acompanhem a oitiva e encaminhem questões ao técnico. Ao final, o profissional realiza os encaminhamentos sem registro audiovisual.

Apesar de hoje a tecnologia ser comum, em 2003 o projeto representou uma inovação. Foi implementado com equipamentos simples, custeados por Daltoé Cezar, pelo promotor João Barcelos de Souza Junior e pela Vara de Direção do Foro. Em 2004, o TJRS institucionalizou a prática e modernizou os equipamentos, ampliando a qualidade da escuta no sistema de justiça brasileiro. A experiência foi ampliada para outros tribunais do país e obteve respaldo jurisprudencial, culminando na edição da Recomendação nº 33, de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que orientou os tribunais a implementarem serviços especializados para a escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Apesar da disseminação da prática, nem todos os magistrados e profissionais das áreas da Psicologia e do Serviço Social aderiram à proposta. Brito e Parente (2012) observam que a técnica gerou tanto adesão quanto críticas por parte dos profissionais envolvidos. Contudo, como este capítulo não se propõe a aprofundar tais debates, não nos deteremos nessa análise. Como desdobramento da recomendação do CNJ, foi realizado, em 2011, o I Encontro Nacional de Experiências de Tomada de DE de Crianças e Adolescentes no Judiciário Brasileiro. O evento reuniu 150 juízes, promotores, defensores públicos e técnicos de todo o país, com o objetivo de discutir práticas menos invasivas para a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual.

Em 2012, foi promovido o XV Curso sobre Proteção Jurisdicional dos Direitos da Criança e do Adolescente, organizado pelo UNICEF e direcionado a magistrados, promotores, defensores públicos e advogados especializados na temática. Embora obstáculos ainda se apresentem – desde dificuldades técnicas à resistência de parte dos profissionais –, os esforços em favor da institucionalização de práticas que garantam o respeito aos direitos das crianças e adolescentes vêm se consolidando progressivamente no país.



A promulgação da Lei nº 13.431/2017 representou um avanço na regulamentação da oitiva de crianças e adolescentes no sistema judiciário brasileiro. Resultado da articulação entre instituições como a *Childhood Brasil*, a Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a UNICEF e a Associação Brasileira de Psicologia Jurídica, a norma institui o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Com 26 artigos, promove alterações no ECA, regulamenta os procedimentos de escuta especializada e DE, define políticas públicas de atendimento e estabelece sanções em caso de descumprimento de seus dispositivos.

Com o intuito de assegurar essa proteção, a lei descreve as formas de violência que, quando sofridas por crianças e adolescentes, demandam procedimentos específicos de escuta. São elas: violência física, psicológica, sexual e institucional, todas claramente definidas e caracterizadas pelo legislador. Um dos principais avanços trazidos por essa legislação é a obrigatoriedade da escuta protegida — superando o entendimento anterior que a condicionava à disponibilidade das partes envolvidas —, conferindo-lhe força de direito processual.

A Lei institui duas modalidades principais de oitiva: a escuta especializada e o DE. A primeira refere-se ao procedimento realizado no âmbito da rede de proteção, visando obter informações estritamente necessárias à proteção da criança ou adolescente. Já o DE é o procedimento formal de oitiva perante autoridade policial ou judiciária, com valor jurídico para fins investigativos e processuais. À partir dessa lei, a oitiva não será realizada “sempre que possível”, o que deixava ao arbítrio das partes do processo, reduzindo a eficácia desse direito.

Art. 7º Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.

Art. 8º Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária (Brasil, 2017, *online*).

Em seu artigo 12, a legislação estabelece como se dará o procedimento para o DE:

Art. 12. O depoimento especial será colhido conforme o seguinte procedimento:



- I - os profissionais especializados esclarecerão a criança ou o adolescente sobre a tomada do depoimento especial, informando-lhe os seus direitos e os procedimentos a serem adotados e planejando sua participação, sendo vedada a leitura da denúncia ou de outras peças processuais;
- II - é assegurada à criança ou ao adolescente a livre narrativa sobre a situação de violência, podendo o profissional especializado intervir quando necessário, utilizando técnicas que permitam a elucidação dos fatos;
- III - no curso do processo judicial, o depoimento especial será transmitido em tempo real para a sala de audiência, preservado o sigilo;
- IV - findo o procedimento previsto no inciso II deste artigo, o juiz, após consultar o Ministério Público, o defensor e os assistentes técnicos, avaliará a pertinência de perguntas complementares, organizadas em bloco;
- V - o profissional especializado poderá adaptar as perguntas à linguagem de melhor compreensão da criança ou do adolescente;
- VI - o depoimento especial será gravado em áudio e vídeo (Brasil, 2017, *online*).

Nota-se que muitos dos procedimentos inicialmente implementados nas experiências conduzidas pelo juiz Daltoé foram incorporados à atual legislação. A transmissão simultânea do depoimento para a sala de audiência permanece como recurso essencial, garantindo a participação indireta das partes e evitando a revitimização da criança ou adolescente. Além disso, a condução das perguntas continua sob responsabilidade do magistrado, o que assegura a conformidade com os princípios do processo legal. Outro ponto relevante é a exigência de que a criança ou adolescente seja previamente informado sobre o procedimento, de maneira clara e acessível. Também se destaca a valorização da narrativa livre, que reconhece o direito da vítima de relatar os fatos segundo sua própria lógica e ritmo, sem a imposição de uma estrutura discursiva linear. Nesse processo, o profissional que acompanha a criança desempenha papel fundamental ao inserir, de forma sensível e contextualizada, as perguntas elaboradas pelas partes, garantindo que a escuta respeite a linguagem e a compreensão da vítima. Diante disso, torna-se imprescindível que esse profissional possua formação adequada para manejar tecnicamente a comunicação, adaptando-se à subjetividade da criança e promovendo um ambiente seguro e acolhedor durante o depoimento.

[...] a implementação da Lei exigirá um aperfeiçoamento das estruturas de atendimento hoje existentes e uma adequação de fluxos e protocolos destinados a otimizar a atuação dos diversos órgãos e agentes corresponsáveis, que precisam aprender a dialogar entre si e a trabalhar de forma harmônica, coordenada e, principalmente, eficiente, cada qual em sua área, porém somando esforços, na busca do objetivo comum que é a proteção integral e prioritária [...] (Brito, 2019, p. 40).



A Lei 13.431/17 não define explicitamente qual profissional deve ser responsável pela realização do DE ou da escuta especializada, utilizando apenas o termo "profissional especializado". Contudo, observa-se que, desde a introdução da prática do DE, os psicólogos têm sido frequentemente convocados para desempenhar esse papel, especialmente quando se trata de depoimentos relacionados a danos psicológicos. Esse cenário suscita uma reflexão sobre o papel específico do psicólogo nesse processo, bem como sobre as orientações e posicionamentos Conselho dessa categoria a respeito da atuação dos profissionais em contextos judiciais.

DISCUSSÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO FRENTE AO DEPOIMENTO ESPECIAL

Sabe-se que a Lei nº 13.431 foi instituída em 2017, todavia as discussões relativas às competências no que se refere à inquirição de crianças e adolescentes envolvidos em processos judiciais já vinham sendo debatidas por profissionais de diferentes áreas há algum tempo. No campo da Psicologia, há divergências de opinião quanto à oitiva de crianças e adolescentes, como será exposto a seguir.

O artigo 87, inciso III, do ECA dispõe sobre as linhas de ação das políticas de atendimento, nas quais o psicólogo encontra espaço para atuação. Tais ações envolvem: políticas sociais básicas; políticas e programas de caráter supletivo para os que deles necessitarem; serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; serviço de identificação e localização de pais e responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos; e proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente (Brasil, 1990).

No ano de 2010, o CFP elaborou e publicou a Resolução nº 010/2010, que regulamentava a escuta psicológica de crianças e adolescentes envolvidos em situações de violência no âmbito da Rede de Proteção. Como já exposto em capítulos anteriores, o Projeto Depoimento Sem Dano teve início em 2003 e, com sua expansão por diversas comarcas do Brasil, o CNJ publicou a Recomendação nº 33/2010,

120



orientando os Tribunais de Justiça a criarem serviços especializados destinados à escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no contexto judicial.

A literatura aponta que, até então, a escuta de crianças e adolescentes já era realizada nos tribunais, principalmente por psicólogos e assistentes sociais vinculados às instituições de atendimento às vítimas de violência. Na ausência de profissionais junto ao Judiciário, era comum que os profissionais da rede de proteção acabassem por assumir essa função. Diante disso, o CFP publicou a Resolução nº 010/2010 com o intuito de regulamentar a atuação dos psicólogos nesses contextos. Posteriormente, o CNJ orientou os tribunais a criarem espaços especializados para a escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, com a devida qualificação de serventuários da Justiça e magistrados.

A Resolução nº 010/2010 evidenciava o posicionamento do CFP de oposição à realização da escuta de crianças e adolescentes para fins de inquirição no Judiciário. O documento contemplava os princípios norteadores da escuta psicológica, os marcos referenciais e os referenciais técnicos para o exercício profissional da escuta na Rede de Proteção. Ressaltava ainda que o descumprimento do previsto poderia configurar falta ético-disciplinar. Entretanto, em 2012, a Resolução foi suspensa em todo o território nacional, por decisão da 28ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Posteriormente, em julho de 2020, foi revogada pela Resolução CFP nº 02/2020, em cumprimento à determinação da 1ª Vara da Justiça do Estado do Ceará.

O CFP se posicionou publicamente por meio de nota em seu site, reafirmando que a escuta psicológica deve se pautar por uma “relação de cuidado, acolhedora e não invasiva, respeitando-se o tempo de elaboração da situação traumática, as peculiaridades do momento do desenvolvimento e, sobretudo, visando à não revitimização” (CFP, 2012, s.p.). A nota ainda enfatiza que não compete ao psicólogo realizar inquirição sob supervisão direta do juiz, que determina as perguntas a serem feitas à criança ou adolescente. A inquirição, segundo o CFP, é um procedimento jurídico, constituído como interrogatório, cujo objetivo é a produção de prova para instrução processual — e, portanto, orientado pelas necessidades do processo judicial. Ao se posicionar contrariamente à realização da inquirição pelos



psicólogos, o CFP passou a ser questionado pelo Judiciário, reconhecendo, contudo, que o debate estaria longe de se encerrar — o que se confirmou, com a revogação definitiva da resolução apenas em 2020 (CFP, 2012).

Em relação à Lei nº 13.431/2017, o CFP também se manifestou por meio da Nota Técnica nº 01/2018, criticando o fato de que a norma foi aprovada sem ampla discussão com a categoria profissional ou com a sociedade civil. A nota teve como objetivo informar os psicólogos sobre os impactos da legislação em suas práticas profissionais. Entre as críticas apontadas, destaca-se a promessa da lei em prevenir e coibir a violência sem, no entanto, apresentar estratégias concretas de prevenção. Além disso, embora mencione o Sistema de Garantia de Direitos, a lei concentra suas ações em apenas duas frentes: a escuta especializada (acolhimento) e o DE (produção de prova). A escuta especializada é referida em apenas quatro dispositivos legais (dois artigos, um inciso e um parágrafo), enquanto o DE aparece em dezenove (seis artigos, oito parágrafos e três incisos) (CFP, 2018).

Dessa forma, o CFP conclui que a preocupação da lei está centrada no DE, em detrimento do acolhimento e cuidado das vítimas. Aponta ainda que a norma omite posicionamentos sobre alguns tipos de violência, com ênfase excessiva na violência sexual. Com base nisso, orienta os psicólogos a atuarem respaldados no Código de Ética Profissional, o qual garante autonomia técnico-teórica e o direito de recusa diante de demandas para as quais não estejam tecnicamente preparados.

Na contramão desse posicionamento institucional, destaca-se a fala da psicóloga Sandra Pinto Levy — consultora em Psicologia Jurídica, supervisora nacional do CNJ e pioneira na implementação do DE no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Em capacitação promovida pelo Ministério Público do Paraná, em 2019, Levy defende que o Judiciário é, sim, um espaço legítimo para a atuação do psicólogo, justamente por este possuir uma escuta diferenciada.

Segundo Levy, apesar de haver resistência por parte de colegas da profissão, o psicólogo não se limita à coleta de dados objetivos sobre os fatos narrados. Seu trabalho considera a subjetividade envolvida nas lembranças da “cena” — produto de processos psíquicos que podem se manifestar por meio de registros inconscientes e fantasias, adquirindo significados diversos (Levy, 2019).



Assim, embora exista uma posição institucional contrária à participação do psicólogo na realização do DE, há também profissionais que compreendem sua importância nesse contexto, sobretudo na mediação da oitiva para que esta ocorra de forma menos revitimizadora, contribuindo para a proteção integral da criança e do adolescente.

Silva Sanson, Pelisoli e Von Hohendorff (2024), discutem os aspectos favoráveis e desfavoráveis do uso do DE no contexto de casos de violência contra crianças e adolescentes, com ênfase na proteção da vítima e na minimização da revitimização. De um lado, os argumentos favoráveis destacam que o DE oferece um ambiente mais acolhedor e especializado, considerando as especificidades do desenvolvimento infantil e as consequências da violência, com o objetivo de proteger a criança e evitar sua exposição a diversas instâncias processuais, o que poderia agravar o sofrimento psicológico.

A participação de psicólogos/as neste processo, conforme a literatura, é vista como fundamental devido ao conhecimento técnico e à sensibilidade necessários para garantir que a criança se sinta confortável e segura durante o depoimento. Além disso, a interdisciplinaridade entre profissionais da saúde, psicologia e direito é ressaltada como crucial para o sucesso do procedimento. No entanto, também existem críticas quanto à possibilidade de o DE não garantir totalmente a proteção da vítima, devido a aspectos como a exposição excessiva da criança e a potencial indução de respostas por perguntas inadequadas. Além disso, a falta de uma definição clara sobre quais profissionais devem ser responsáveis pela escuta da criança no contexto do DE e a necessidade de mais capacitação para esses profissionais também foram apontadas como desafios a serem superados. Nesse sentido, é essencial refletir sobre os limites e as possibilidades do DE, especialmente no que se refere à atuação ética e profissional dos psicólogos/as, considerando a importância de garantir tanto a proteção da vítima quanto a eficácia da prova no processo judicial.

Entende-se que talvez ainda não estejamos diante da melhor configuração do DE, uma vez que se trata de um instituto recente e ainda gera dúvidas e preocupações. No entanto, seu aprimoramento depende justamente do debate qualificado e da escuta atenta às contribuições de diferentes áreas do conhecimento.



CONCLUSÃO

O presente artigo buscou refletir sobre a atuação dos psicólogos no contexto do DE, destacando a importância da sua participação para garantir a proteção das crianças e adolescentes vítimas de violência, sem revitimizá-las. A Lei nº 13.431/2017 e as resoluções relacionadas à escuta especializada e ao DE representam avanços importantes, mas também expõem lacunas na garantia dos direitos dessas vítimas, particularmente no que diz respeito à proteção integral assegurada pela Constituição e pelos tratados internacionais de direitos humanos.

A crítica ao sistema sociojurídico é crucial, pois, embora a legislação tenha o objetivo de criar um ambiente seguro para a criança durante a oitiva, o sistema ainda enfrenta desafios significativos. A ausência de uma abordagem integrada entre os profissionais envolvidos, o fortalecimento da rede de proteção e a carência de mecanismos adequados de prevenção à violência são questões que merecem mais atenção e debate.

É importante que os psicólogos, atuando com qualificação e em consonância com os direitos humanos, ofereçam um atendimento que vá além da mera coleta de depoimentos. Eles devem considerar o contexto psíquico da criança e do adolescente, respeitando seus direitos e dignidade. Somente por meio de uma atuação interdisciplinar, que envolva a qualificação contínua dos profissionais da rede de proteção e do Judiciário, será possível garantir uma transformação efetiva no sistema de escuta, assegurando a segurança, o bem-estar e o respeito aos direitos humanos das vítimas.

A reflexão sobre o papel do psicólogo no DE, à luz da Lei nº 13.431/2017, revela um cenário complexo e multifacetado, com posicionamentos divergentes entre profissionais e orientações institucionais. Enquanto o CFP critica a participação dos psicólogos na inquirição judicial, defendendo uma escuta acolhedora e não invasiva, outros profissionais, como Sandra Pinto Levy, argumentam que o psicólogo tem um papel fundamental na mediação da oitiva, considerando os aspectos subjetivos do relato da criança ou adolescente.



Além disso, as críticas à Lei nº 13.431/2017, especialmente ao foco excessivo no DE, em detrimento de estratégias mais amplas de prevenção e acolhimento, apontam a necessidade de uma abordagem mais holística da violência no sistema de justiça. O CFP destaca a falta de diretrizes claras para a proteção integral das crianças e adolescentes, o que enfraquece a eficácia da Lei na abordagem das múltiplas dimensões da violência.

Portanto, é urgente que haja um equilíbrio entre a proteção dos direitos das crianças e adolescentes e o respeito às especificidades das práticas psicológicas. O fortalecimento das estratégias de prevenção e acolhimento, juntamente com a regulamentação mais precisa da atuação dos psicólogos nas oitivas e depoimentos, contribuirá para um sistema de justiça mais sensível e eficaz, que proteja sem aprofundar a violência.

O debate sobre o papel do psicólogo no contexto jurídico, especialmente no DE, ainda está em evolução. A construção de uma prática que atenda adequadamente às necessidades dos menores envolvidos em processos judiciais exige uma reflexão constante e o aprimoramento dos protocolos de atuação. Assim, a colaboração interdisciplinar, aliada a um olhar atento e ético para as questões psíquicas dos envolvidos, se configura como o caminho para um sistema de justiça mais justo, protetivo e alinhado com os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. Debate sobre depoimento especial: breves observações sobre a Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Discussões sobre o depoimento especial no Sistema Conselhos de Psicologia**. Brasília, DF: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/12/CFP_DepoimentosEspeciais_web-FINAL-.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mai. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 4 abr. 2025.



BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. **Lei n.º 13.431, de 4 de abril de 2017.** Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113431.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação n.º 33/2010, de 23 de novembro de 2010.** Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1194>. Acesso em: 1 maio 2025.

BRITO, Leila Maria Torraca de; PARENTE, Daniella Coelho. Inquirição judicial de crianças: pontos e contrapontos. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. 1, p. 178–186, 2012.

BRITO, Luana de Almeida. **Depoimento especial e a atuação do profissional da Psicologia.** 2019. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/3903>. Acesso em: 10 jul. 2024.

CEZAR, José Antônio Daltoé. **Depoimento sem dano:** uma alternativa para inquirir crianças e adolescentes nos processos judiciais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007c.

_____. A criança vítima de abuso sexual pode ser inquirida em juízo de forma humanizada? In: OLIVEIRA, A. C.; FERNANDES, N. C. (Orgs.). **Violências contra crianças e adolescentes:** redes de proteção e responsabilização. Rio de Janeiro: [s.n.], 2007b. p. 55–71.

_____. Inquirição de crianças vítimas de abuso sexual em juízo. In: DIAS, Maria Berenice (Org.). **Incesto e alienação parental:** realidades que a justiça insiste em não ver. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007a.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota Técnica n.º 1/2018/GTEC/CG, de 24 janeiro de 2018.** Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/crp06/legislacao/cfp-nota-tecnica-no-1-2018-gtec-cg-sobre-os-impactos-da-lei-no-13-431-2017-na-atuacao-das-psicologas-e-dos-psicologos/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP n.º 010/2010.** Institui a regulamentação da escuta psicológica de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência na Rede de Proteção. Brasília, DF, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução:** Suspensão da Resolução CFP n.º 10/2010. Brasília, DF: CFP, 2012. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/nota-sobre-a-suspensao-da-resolucao-cfp-no-10-2010/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

GERHARDT, T. E.; LOPES, M. J. M.; ROESE, A.; SOUZA, A. A construção e a utilização do diário de campo em pesquisas científicas. *International Journal of Qualitative Methods*, 2009.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Workshop: Como estruturar o Atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência?** Avanços necessários para o cumprimento da Lei n.º 13.431/2012 (Sandra Pinto Levy). Workshop realizado no dia 16 de agosto de 2019, no auditório do Ministério Público do Paraná. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P8MLqkM6Bv0&list=PL9roGfKWhosvuXysvbSLbZaQB1cBTOr8q&index=2>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança**. 1989. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao>. Acesso em: 18 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. 1959. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao>. Acesso em: 18 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao>. Acesso em: 18 fev. 2025.

SILVA SANSON, J. A.; PELISOLI, C. da Luz; VON HOHENDORFF, J. Depoimento especial e atuação de psicólogos: argumentos favoráveis e desfavoráveis. **Gerais**: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 17, n. 1, 2024.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança**. Genebra, 1924. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/22021/file/Declaracao-de-Genebra-1924.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.

TREVISAN, Giovanna Matias de Souza. **Lei 13.431/17–Escuta especializada e depoimento especial de crianças vítimas e testemunhas de violência**: depoimento sem dano ou revitimização? 2019. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade Toledo, Presidente Prudente, 2019. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Direito/article/view/7700/67648272>. Acesso em: 18 mar. 2025.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos das Crianças e Convenção sobre os Direitos da Criança**. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt-br/legislacao>. Acesso em: 18 maio 2025.

VANNUCHI, Paulo de Tarso; OLIVEIRA, Carmen Silveira de. **Direitos humanos de crianças e adolescentes – 20 anos do Estatuto**. Brasília-DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM UMA REVISÃO NARRATIVA

Eixo temático: Direitos humanos, movimentos e lutas sociais e sistema sociojurídico

ANGÉLICA MARTINS DA SILVA¹

RESUMO: Objetivou-se analisar o desenvolvimento da educação em direitos humanos nos movimentos sociais em uma revisão narrativa. A metodologia possuiu a abordagem qualitativa com os objetivos da pesquisa exploratória mediante aos procedimentos da pesquisa bibliográfica. O levantamento bibliográfico ocorreu no Portal de Periódicos da CAPES e *Oasis*. Seleccionados 13 trabalhos. Nos resultados e discussão, verificaram-se poucos materiais, o uso da abordagem qualitativa, a maior porcentagem de dissertações, o ano de 2017 e o *Oasis* com maior concentração de produções científicas. Houve configurações, desafios e avanços no estabelecimento da Educação em Direitos Humanos nos movimentos sociais. Nas considerações finais, recomenda-se a realização de estudos futuros.

Palavras-chave: Educacional, direitos humanos, movimentos sociais.

ABSTRACT: The aim of this study was to analyze the development of human rights education in social movements through a narrative review. The methodology used a qualitative approach with the objectives of exploratory research through bibliographic research procedures. The bibliographic survey was carried out on the CAPES and Oasis Periodicals Portal. Thirteen papers were selected. In the results and discussion, few materials were found, the use of a qualitative approach, the highest percentage of dissertations, the year 2017 and Oasis had the highest concentration of scientific productions. There were configurations, challenges and advances in the establishment of Human Rights Education in social movements. In the final considerations, future studies are recommended.

Keywords: Educational, human rights, social movements.

INTRODUÇÃO

Os Direitos Humanos são determinados pela Organização das Nações Unidas "garantias jurídicas universais que protegem indivíduos e grupos contra ações ou omissões dos governos que atentem contra a dignidade humana" (ONU, 2008, p.16). Ao adentrar os Direitos Humanos encontra-se a Educação em Direitos Humanos que perpassa os movimentos sociais, sendo que "inicia-se de modo não-formal nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, nas universidades

¹ Pós-graduada em Direitos Humanos pelo Centro Universitário União das Américas (UniAmérica), Professora na Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1769475291527230>. E-mail: amartinssilva01@gmail.com. Há concordância expressa na divulgação do trabalho.

públicas [...] como também com os bairros populares, alcançando posteriormente a educação formal junto às instituições de educação e do sistema de segurança e justiça (Zenaide, 2005, p. 361).

Conforme afirmado anteriormente, a Educação em Direito Humanos é algo que advém dos movimentos sociais. Souza e Pereira (2022) afirmam que tais movimentos são ações em grupo com foco na articulação de interesses similares e operam de modo não interno às organizações no nível estatal.

Nota-se que a Educação em Direitos Humanos pode ser estabelecida mediante as informações advindas das produções científicas. Conforme as considerações anteriores, o presente trabalho teve como problema de pesquisa: como ocorre, em uma revisão narrativa, o estabelecimento da Educação em Direitos Humanos perante os movimentos sociais?

O objetivo do estudo foi analisar o desenvolvimento da Educação em Direitos Humanos nos movimentos sociais em uma revisão narrativa. A pesquisa contém sua justificativa. Pois, as reflexões advindas do âmbito dos Direitos Humanos com os movimentos sociais possibilitam manifestarem-se modificações envolvendo a igualdade e a democracia na sociedade (Wulfin; Baggesntoss, 2016).

METODOLOGIA

A metodologia possui a abordagem qualitativa. Rodrigues, Oliveira e Santos (2021) argumentam que, nessa abordagem, as informações advindas com a pesquisa não utilizam a estatística para a sua validação. O presente estudo usou a abordagem qualitativa, pois os seus dados não foram estabelecidos por meio de elementos estatísticos.

Nos seus objetivos, foi uma pesquisa exploratória. Segundo Lösch, Rambo e Ferreira (2023), essa abordagem busca entender algo estudado conforme o que apresenta na circunstância transcorrida. A presente pesquisa buscou explorar a Educação em Direitos Humanos mediante o seu desenvolvimento nos movimentos sociais.

Em seus procedimentos, foi efetivada a pesquisa bibliográfica. De acordo com Souza, Oliveira e Alves (2021), esse tipo de procedimento realiza-se com informações originando-se de produções científicas concretizadas. O presente trabalho conteve os dados decorrentes de artigos científicos, dissertações e teses.

O levantamento bibliográfico ocorreu no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasis) com os descritores “movimentos sociais” e “direitos humanos”. Ao total, foram encontrados 2759 materiais, sendo 274 trabalhos no Portal de Periódicos CAPES e 2458 materiais no *Oasis*.

Na seleção dos trabalhos, foram estabelecidos os critérios de exclusão não conter acesso aberto ao texto e/ou não ser um material duplicado e/ou não abordar o desenvolvimento da Educação em Direitos Humanos nos movimentos sociais, foram excluídas 2746 produções científicas. Conforme os critérios de inclusão conter acesso aberto ao texto, não ser um material duplicado e abordar o desenvolvimento da Educação em Direitos Humanos nos movimentos sociais, selecionaram-se 13 trabalhos. Para analisar as informações coletadas, usou-se a interpretação em conjunto com a dissertação das informações constatadas.

ESPECIFICIDADES DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS ABORDANDO EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PERPASSANDO OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os materiais separados abordando a Educação em Direitos Humanos mediante os movimentos sociais contiveram características que possibilitam o seu desenvolvimento, como o ano, o tipo de trabalho, a abordagem, a sua base de busca e o local onde foi realizado, de acordo o relatado no Quadro 1.

Quadro 1 – Características das produções científicas selecionadas

Autor/ Ano	Título	Tipo	Abordagem	Base de busca	Local
Santos/ 2008	O movimento zapatista e a educação: direitos humanos, igualdade e diferença	Dissertação	Qualitativa	Oasis	São Paulo
Menegat, Faisting/ 2011	Caminhos e caminhantes da terra: pessoas assentadas em redes de saberes e parcerias para conquista de direitos	Artigo científico	Qualitativa	Oasis	Dourados
Menegat, Faisting/ 2011	Direitos humanos, movimentos sociais e educação: redes de diálogos para o fortalecimento da reforma agrária em Mato Grosso do Sul	Artigo científico	Qualitativa	Portal de Periódicos da CAPES	Araraquara



Pereira/ 2015	Os novos movimentos sociais e a educação em direitos humanos nas ações e políticas públicas no Brasil contemporâneo	Artigo científico	Qualitativa	Portal de Periódicos da CAPES	Salvador
Aleixes/ 2015	Justiça climática e educação ambiental nas teias do fórum de direitos humanos e da terra de Mato Grosso	Dissertação	Qualitativa	Oasis	Cuiabá
Soares/ 2017	Saramandaia: um estudo de caso sobre a participação dos movimentos sociais urbanos na luta pelo direito humano à educação básica	Dissertação	Qualitativa	Oasis	Salvador
Pessoa/ 2017	Da Lei de anistia (1979) ao Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH 3 (2009): políticas da memória como contribuição à educação em direitos humanos	Dissertação	Qualitativa	Oasis	João Pessoa
Torres/ 2017	Educação em direitos humanos e o debate de gênero no sistema público de ensino básico de Cajazeiras - PB : um estudo sobre a (in)efetividade das políticas públicas municipais em educação	Tese	Qualitativa	Oasis	João Pessoa
Fussierg /2019	Práticas democráticas e a emergência de sujeitos de direito nas ocupações escolares de 2016 no Distrito Federal: um estudo de caso	Dissertação	Qualitativa	Oasis	Brasília
Maia, Gradella Júnior/ 2020	A educação em direitos humanos como suporte às políticas antimanicomiais: história e memória	Artigo científico	Qualitativa	Portal de Periódicos da CAPES	Não possui
Santos/ 2022	Descolonizar e enegrecer o ensino jurídico : epistemologias e pedagogias feministas negras e decoloniais para transformar a educação em direitos humanos	Tese	Qualitativa	Oasis	São Paulo
Lima, Silva/ 2023	O empoderamento das mulheres com deficiência	Artigo científico	Qualitativa	Portal de Periódicos da CAPES	Bauru



	através da educação em direitos humanos				
Viriato/ 2024	Práticas sociopolíticas e educação em direitos humanos no movimento social dos trabalhadores / entregadores de aplicativos	Dissertação	Qualitativa	Oasis	João Pessoa

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Ao total, foram encontrados 2759 trabalhos. Entretanto, 2746 produções científicas não foram utilizadas e 13 produções científicas foram consideradas para análise, pois continham acesso aberto ao seu texto, não eram duplicadas e perpassavam o desenvolvimento da educação em direitos humanos nos movimentos sociais. Tal quantidade determina que uma quantidade pequena de pesquisas foi realizada, segundo o Gráfico 1.

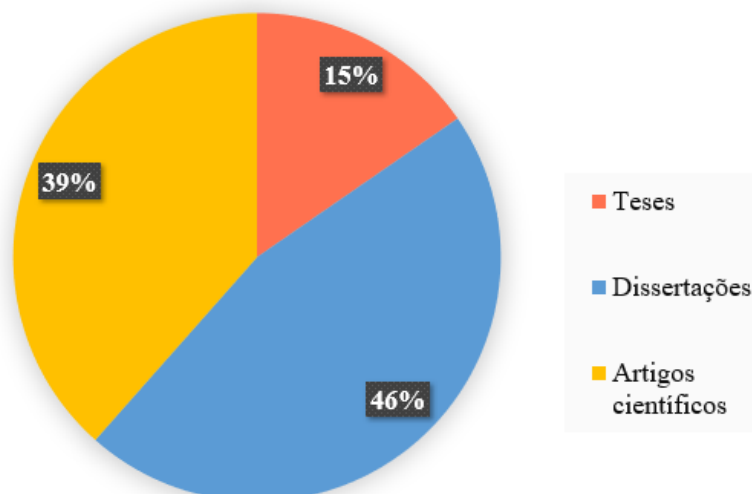
Gráfico 1: Produções científicas utilizadas e não utilizadas



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Dentro desses 13 materiais, possuíam-se 5 artigos científicos, 6 dissertações e 2 teses. Em porcentagem, isso equivale a 46% de dissertações, 39% de artigos científicos e 15% de teses para a efetivação do presente estudo, de acordo o Gráfico 2. Tal porcentagem reflete que existe um número maior de dissertações seguidas de artigos científicos desenvolvidos e precisa-se da realização de teses.

Gráfico 2: Porcentagem de teses, dissertações e artigos científicos

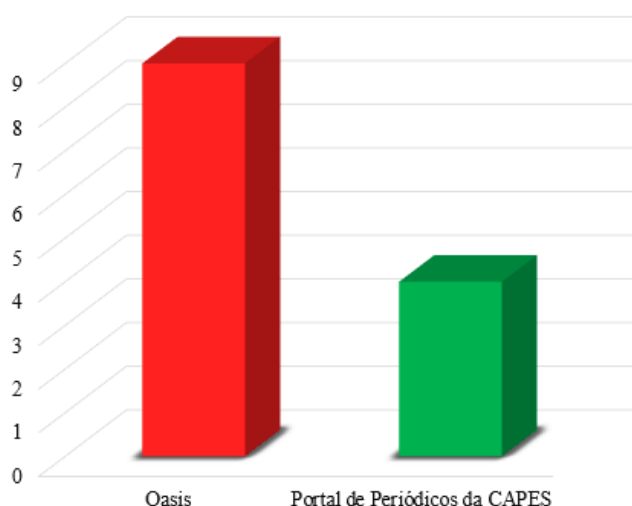


Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A abordagem qualitativa foi efetivada em todos os materiais analisados. Não foram encontradas as abordagens quantitativa e qualitativa/quantitativa nos materiais. Assim, compreende-se que as pesquisas averiguadas tiveram como foco o uso da subjetividade para verificar os dados coletados.

Em relação à base de busca qual os materiais estavam, foi notado que 4 matérias estavam no Portal de Periódicos da CAPES e 9 trabalhos estavam no Oasis. Desse modo, havia maior quantidade de produções científicas no Oasis e uma quantidade menor de produções científicas no Portal de Periódicos da CAPES. Essas constatações estão descritas no Gráfico 3.

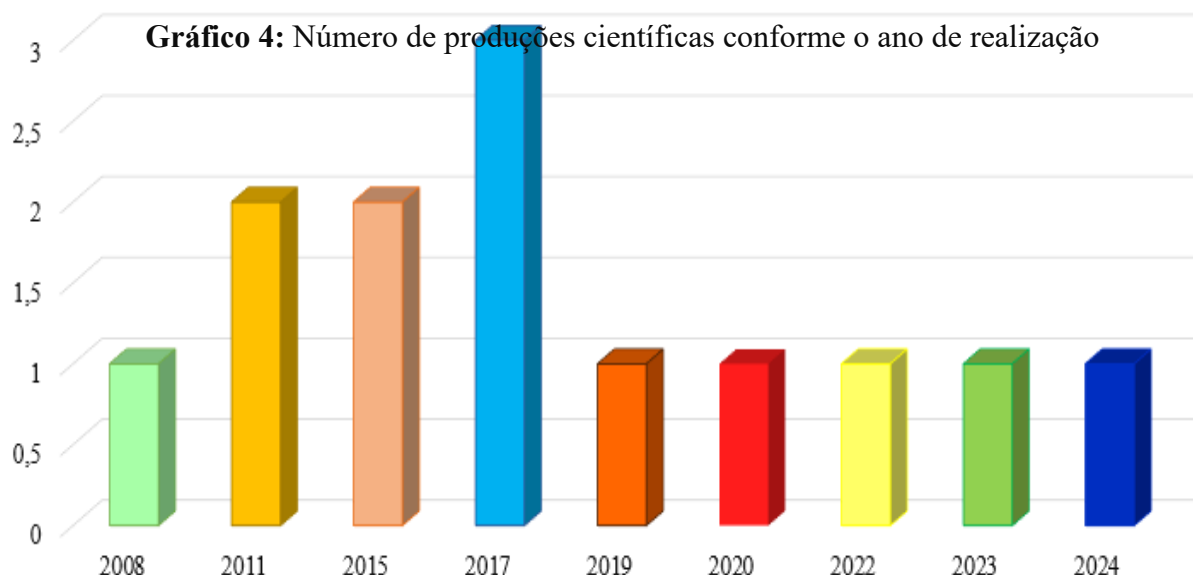
Gráfico 3: Quantidade de materiais nas bases de busca





Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Ao analisar o ano das produções científicas, foi constatado que os anos de realização são 2008, 2011, 2015, 2019, 2020, 2022, 2023 e 2024. O maior número de produções científicas ocorreu em primeiro lugar no ano de 2017 com 3 materiais, em segundo lugar os anos de 2011 e 2015 contendo 2 trabalhos em cada ano e em terceiro lugar o ano de 2008, 2019, 2020, 2022, 2023 e 2024 com 1 material em cada ano. Dentro do período de 2008 a 2024 não foram encontradas produções científicas para 2009, 2010, 2012, 2013, 2014, 2016, 2018 e 2021. Tais averiguações são relatadas no Gráfico 4.

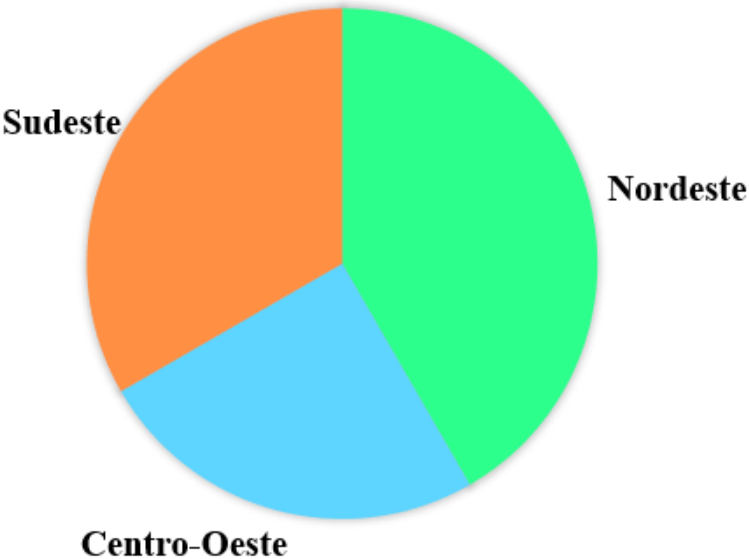


Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Havia 1 trabalho que não tinha região, assim, continham 12 trabalhos que podem ser analisados a suas regiões de realização. Em relação à quantidade de materiais segundo as regiões brasileiro, verificou-se que a região Nordeste conteve maior quantidade de trabalhos, depois foi a

região Sudeste e por último a região Centro-Oeste e não foram constatados dados para as regiões Norte e Sul, conforme o Gráfico 5.

Gráfico 5: Quantidade de materiais por região



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

ABORDAGENS DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS MEDIANTE AOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Com as informações coletadas, verificou-se que os trabalhos conteriam temáticas de acordo com as similaridades em seus estabelecimentos. As teses, dissertações e os artigos científicos foram agrupados segundo as temáticas “configuração”, “avanços” e “desafios”, conforme consta no Quadro 2.

Quadro 2 – Temáticas decorrentes dos artigos científicos, dissertações e teses

Temática	Produções acadêmicas
----------	----------------------

Configuração	- O movimento zapatista e a educação: direitos humanos, igualdade e diferença - Os novos movimentos sociais e a educação em direitos humanos nas ações e políticas públicas no Brasil contemporâneo - Saramandaia: um estudo de caso sobre a participação dos movimentos sociais urbanos na luta pelo direito humano à educação básica - Práticas sociopolíticas e educação em direitos humanos no movimento social dos trabalhadores / entregadores de aplicativos
Avanços	- Caminhos e caminhantes da terra: pessoas assentadas em redes de saberes e parcerias para conquista de direitos - Direitos humanos, movimentos sociais e educação: redes de diálogos para o fortalecimento da reforma agrária em Mato Grosso do Sul - Da Lei de anistia (1979) ao Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH 3 (2009): políticas da memória como contribuição à educação em direitos humanos - Práticas democráticas e a emergência de sujeitos de direito nas ocupações escolares de 2016 no Distrito Federal: um estudo de caso - O empoderamento das mulheres com deficiência através da educação em direitos humanos
Desafios	- Justiça climática e educação ambiental nas teias do fórum de direitos humanos e da terra de Mato Grosso - A educação em direitos humanos como suporte às políticas antimanicomiais: história e memória - Descolonizar e enegrecer o ensino jurídico: epistemologias e pedagogias feministas negras e decoloniais para transformar a educação em direitos humanos

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A temática “configuração” perpassou sobre a constituição da Educação em Direitos Humanos perante os movimentos sociais. Santos (2008) afirmou que a proposição educacional abordada no movimento zapatista é uma educação com autonomia com foco na constituição em grupo de uma escola em prol da transformação na localidade onde estão inseridos.

Sobre a Educação em Direitos Humanos, mediante uma reflexão sobre gênero no âmbito não privado, precisa-se de outros aprofundamentos para estabelecer a formação continuada em gênero (Torres, 2017). Implementar a Educação em Direitos Humanos é fundamental para a constituição de pessoas que sabem sobre os seus deveres (Pereira, 2015). Atualmente há a educação em direitos humanos no movimento social dos trabalhadores entregadores por aplicativos (Viriato, 2024).

A temática “avanços” abordou as melhorias da Educação em Direitos Humanos mediante os movimentos sociais. Refletiu-se que os indivíduos assentados nas redes de saberes “entende-se que os encaminhamentos efetivados pelos movimentos sociais rurais estão a organizar diálogos nos quais possam efetivar a reforma agrária” (Menega; Faisting p.41).

De acordo com Fussieger (2019) ocorre uma desconstrução de hierarquias e emancipação das pessoas. Há significância dos movimentos sociais urbanos para defender os interesses de indivíduos marginalizados e o objetivo que as instituições de ensino contêm em difundir saberes (Soares, 2017). Há outros avanços que estão sendo constados, de modo que:

as contribuições das políticas da memória para a disseminação da educação em direitos humanos, compreendendo que essas políticas, desenhadas através de movimentos sociais e de reivindicações populares, podem constituir-se em importantes instrumentos para o desvelamento da memória e para que o silêncio e a impunidade sejam rompidos, abrindo caminhos a uma educação para o “nunca mais” (Pessoa, 2017, p.9).

Nas redes de diálogo para avançar a reforma agrária, perpassando os Direitos Humanos com o âmbito educacional, foi verificado que abordou atualmente que o ato de acessar a uma “educação gratuita e de qualidade em todos os níveis é uma necessidade reivindicada nos espaços de assentamentos, tornada possível a partir da rede de diálogos e saberes e construída num coletivo de demandantes e de atores sociais” (Menegat; Faisting, 2011, p;1). Houveram avanços no empoderamento das mulheres dos movimentos sociais com deficiência mediante a educação em direitos humanos (Lima; Silva, 2023).

Além disso, a temática “desafios” constatou os entraves por meio da Educação em Direitos Humanos por meio dos movimentos sociais. O Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso vão ao contrário do próprio propósito dos Movimentos Sociais (Aleixes, 2015). Houve desafios na efetivação da educação em direitos humanos para ser uma base para as políticas antimanicomiais (Maia, Gradella Júnior, 2020). Na efetivação de pedagogias feministas negras e decoloniais para a modificação da educação em direitos humanos (Santos, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou analisar, em uma revisão narrativa, o desenvolvimento da educação em direitos humanos nos movimentos sociais. Para isso, realizou-se a abordagem qualitativa com a pesquisa exploratória mediante os procedimentos da pesquisa bibliográfica através do levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos da CAPES e Oasis selecionando-se 13 materiais.



Averigua-se que existiam poucos trabalhos produzidos. Todas as produções científicas analisadas realizaram a abordagem qualitativa. Dentro desses materiais havia maior porcentagem de dissertações. O ano com maior quantidade de produções científicas efetivadas foi 2017.

A base de busca com maior número de trabalhos inseridos foi a Oasis se comparada à quantidade de materiais contidos no Portal de Periódicos da CAPES. A região com maior quantidade de produções científicas foi a região Nordeste seguida pelas regiões Sudeste e Centro-oeste.

Constatou-se que o desenvolvimento das produções científicas abordando educação em direitos humanos por meio dos movimentos sociais perpassa configurações, avanços e desafios distintos que permitem a sua constituição. Além disso, o presente trabalho possui limite, pois foi realizado considerando conforme a disponibilidade dos trabalhos em determinados anos. Em pesquisas futuras, recomenda-se a realização de uma revisão narrativa, sobre a Educação em Direitos Humanos que perpassa os movimentos sociais, abrangendo os anos em que não se encontraram matérias no presente estudo.

REFERÊNCIAS

ALEIXES, R. C. L. **Justiça climática e educação ambiental nas teias do fórum de direitos humanos e da terra de Mato Grosso**. 2015. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/14592/11341>. Acesso em: 05 mai. 2025.

FUSSIERG, L. **Práticas democráticas e a emergência de sujeitos de direito nas ocupações escolares de 2016 no Distrito Federal: um estudo de caso**. 2019. 116f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37866>. Acesso em: 05 mai. 2025.

LIMA, T. M. P.; SILVA, A. M. M. O empoderamento das mulheres com deficiência através da educação em direitos humanos. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 11, n. 2, p. 63–84, 2023. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/195>. Acesso em: 05 mai. 2025.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://periodicos.felar.unesp.br/iberoamericana/article/download/17958/17247/72767>. Acesso em: 10 mai. 2025.



MAIA, A. F.; GRADELLA JÚNIOR, O. A educação em direitos humanos como suporte às políticas antimanicomiais: história e memória. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, p.1-15, 2020. Disponível em:

<https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscaador.html?task=detalhes&source=all&iid=W3105900478>. Acesso em: 05 mai. 2025.

MENEGAT, A. S.; FAISTING, A. L. Caminhos e caminantes da terra: pessoas assentadas em redes de saberes e parcerias para conquista de direitos. FAISTING, A. L.; FARIAS, M. F. L. (Orgs.). **Direitos humanos, diversidade e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados: Editora Universidade Federal da Grande Dourados, p. 23- 43, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1104>. Acesso em: 05 mai. 2025.

_____. Direitos humanos, movimentos sociais e educação: redes de diálogos para o fortalecimento da reforma agrária em Mato Grosso do Sul. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 3, n. 2, jan./jul. 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/4433/3932>. Acesso em: 05 mai. 2025.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Direitos humanos e aplicação da lei - guia do formador**. 2. ed. Lisboa: Editora Portuguesa, 2008. 329p.

RODRIGUES, T. D. F. F.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, J. A. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 154-174, dez. 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/49>. Acesso em: 05 mai. 2025

PEREIRA, A. C. R. Os novos movimentos sociais e a educação em direitos humanos nas ações e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista Entreideias**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 90-105 jan./jun. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324856141_Os_novos_movimentos_sociais_e_a_educacao_em_direitos_humanos_nas_acoes_e_politicas_publicas_no_Brasil_contemporaneo. Acesso em: 05 mai. 2025.

PESSOA, A. D. L. B. **Da Lei de anistia (1979) ao Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH 3 (2009): políticas da memória como contribuição à educação em direitos humanos**. 2017. 100f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11820?locale=pt_BR. Acesso em: 05 mai. 2025.

SANTOS, J. S. **O movimento zapatista e a educação: direitos humanos, igualdade e diferença**. 2008. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-13032009-160126/pt-br.php>. Acesso em: 05 mai. 2025.

SANTOS, M. C. **Descolonizar e enegrecer o ensino jurídico: epistemologias e pedagogias feministas negras e decoloniais para transformar a educação em direitos humanos**. 2022. 282 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-05072023-142031/en.php>. Acesso em: 05 mai. 2025.



SOARES, R. C. **Saramandaia**: um estudo de caso sobre a participação dos movimentos sociais urbanos na luta pelo direito humano à educação básica. 2017. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br/items/b41f395e-a820-447c-a014-4aaed977afc9/full>. Acesso em: 05 mai. 2025.

TORRES, V. S. D. **Educação em direitos humanos e o debate de gênero no sistema público de ensino básico de Cajazeiras - PB**: um estudo sobre a (in)efetividade das políticas públicas municipais em educação. 2017. 394f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11819?locale=pt_BR. Acesso em: 05 mai. 2025.

VIRIATO, K. C. A. S. **Práticas sociopolíticas e educação em direitos humanos no movimento social dos trabalhadores / entregadores de aplicativos**. 2024. 107f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Política) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/32177>. Acesso em: 05 mai. 2025.

WULFING, J.; BAGGENSTOSS, G. A. Direitos Humanos e Movimentos Sociais como Manifestação para a Transformação do Estado Brasileiro. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 270–285, 2016.

ZENAIDE, M. N. T. A educação em direitos humanos. In: TOSI, G. (org.). **Direitos Humanos: história, teoria e prática**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, p.356-400. 2005.



A PRÁTICA EXTENSIONISTA DO PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA (PARU) JUNTO À COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ITANCUÃ-MIRI DO MUNICÍPIO DO ACARÁ, PARÁ: ASSESSORIA DO SERVIÇO SOCIAL E O FORTALECIMENTO DOS SUJEITOS NO TERRITÓRIO

Eixo 4: Direitos humanos, movimentos e lutas sociais e sistema sociojurídico

LIDIANE MARIA SIQUEIRA DAVID¹

ROSELENE DE SOUZA PORTELA²

WELSON DE SOUSA CARDOSO³

ELENIK COSTA LIMA⁴

RESUMO: O trabalho apresenta a prática extensionista do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) junto à comunidade quilombola de Itancuã-Miri do município do Acará, Pará. Essa prática advém do trabalho de assessoria aos Movimentos Sociais do PARU, programa vinculado à Faculdade de Serviço Social, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará. O método de análise teórico-metodológico se fez a partir do materialismo histórico e dialético. Os procedimentos metodológicos utilizados são: pesquisa bibliográfica, documental, e de campo. A pesquisa empírica se fez do acompanhamento dos sujeitos no decurso do curso de informática desenvolvido pela via do projeto “políticas urbanas e ações universitárias na região metropolitana de Belém”, alicerçado no PARU, essa relação contribui com o fortalecimento dos sujeitos no território.

Palavras-chave: Extensão, PARU, comunidade quilombola, fortalecimento dos sujeitos no território.

ABSTRACT: This paper presents the extension practice of the Urban Reform Support Program (PARU) with the quilombola community of Itancuã-Miri in the municipality of Acará, Pará. This practice comes from the work of advising the Social Movements of PARU, a program linked to the Faculty of Social Service, of the Institute of Applied Social Sciences of the Federal University of Pará. The theoretical-methodological method of analysis was based on historical and dialectical materialism. The methodological procedures used are: bibliographic, documentary, and field research. The empirical research was done by monitoring the subjects during the course of the computer science course developed through the project “urban policies and university actions in the metropolitan region of Belém”, based on PARU, this relationship contributes to the strengthening of the subjects in the territory.

Keywords: Extension, PARU, quilombola Community, strengthening of subjects in the territory.

INTRODUÇÃO

¹ Universidade Federal do Pará. <http://lattes.cnpq.br/2611937144905714>. lidiane.david@icsa.ufpa.br.

² Universidade Federal do Pará. <http://lattes.cnpq.br/6438556520914699>. roselene@ufpa.br.

³ Universidade Federal do Pará. <http://lattes.cnpq.br/3892611396039907>. cardoso@ufpa.br.

⁴ Universidade Federal do Pará. <http://lattes.cnpq.br/2611937144937295>. eleniklima7@gmail.com.



O artigo apresenta a experiência da prática de extensão do Programa de Apoio à Reforma Urbana com a comunidade quilombola de Itancuã-Miri localizado no município do Acará, Pará. Esta prática extensionista incidiu da experiência do Curso de Informática vivenciado pela comunidade quilombola de Itancuã-Miri, sendo essa realidade construída pela via do projeto “políticas urbanas e ações universitárias na região metropolitana de Belém RMB”, alicerçado no PARU, sendo uma relação que contribuiu com o fortalecimento dos sujeitos no território, como também, incentivou a busca por conhecimento e capacitação para o mercado de trabalho.

A materialização desta práxis advém da pesquisa de trabalho de conclusão de curso em Serviço Social, que investigou os seguintes questionamentos: Como se deu a experiência do curso de informática para a comunidade quilombola de Itancuã-Miri? Como decorreu a expectativa da comunidade durante a formação do curso de informática? E qual o nível de satisfação dos alunos em relação ao curso e suas expectativas em relação ao futuro como um elemento que possibilite uma ocupação no mercado de trabalho?

Nessa direção, pôde-se acompanhar as ações de extensão desde de março do ano de 2023 junto aos segmentos populares, em especial os sujeitos representados pelo público de Itancuã-Miri, em que o PARU desenvolveu trabalho de assessoria pela via da capacitação técnica do curso de informática básica.

Reitera-se que, esta prática advém do trabalho de assessoria do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) vinculado à Faculdade de Serviço Social, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará. O PARU desenvolve extensão universitária alicerçada no tripé ensino-pesquisa-extensão desde os anos de 1994.

A partir da emergência do debate acerca da especificidade da dimensão educativa do serviço social em que “o assistente social, ao trabalhar com grupos e classes sociais, se coloca como facilitador das transformações sociais”. Ou seja, “a dimensão da sua prática é coletiva” (Giaquetto, 2015, p. 22).

Diante de tais colocações, apresenta-se o projeto “políticas urbanas e ações universitárias na região metropolitana de Belém RMB” que tem em sua interlocução de execução o PARU. Desse modo, as ações do projeto tiveram como objetivo capacitar os jovens para inserção no mercado de trabalho a partir do curso intitulado “Informática Pai D’Égua”.



É neste contexto, portanto, que se apresenta a experiência do Curso de Informática que se desenvolveu a partir da formação da turma de aproximadamente 30 (trinta) alunos da comunidade quilombola de Itancuã-Miri.

O desígnio teórico-metodológico de análise para construção deste trabalho se desenvolve a partir do materialismo histórico e dialético. Este instrumento analítico é imprescindível para assimilar os movimentos de totalidade urbana e social amazônica na mediação com os processos particulares e singulares das expressões da questão social.

Diante disto, "o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida, social, político e espiritual, ou seja, é a rede específica de relações de produção, em que os indivíduos estão mergulhados que determina a sua consciência" (Germinal, 2020, p. 62).

Os procedimentos metodológicos advêm de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, e de experiência de campo, no acompanhamento dos sujeitos no decurso do curso de informática desenvolvido no segundo semestre de 2023. Desse modo, a pesquisa bibliográfica se fez por meio dos estudos de: FORPROEX (2006), Matos (2010), Portela et al. (2020), Vasconcelos; Bega (2018) entre outros.

Já a pesquisa documental se fez de análise de Relatórios de atividades extensionistas, no período de execução do curso de informática, Planos de trabalho de bolsista de extensão, Acervos de atividades do Programa, PARU. O levantamento de dados empíricos repercutiu do Acompanhamento das atividades extensionistas junto aos alunos da comunidade quilombola de Itancuã-Miri, Entrevista semiestruturada com os alunos da comunidade quilombola, ressalta-se que foi realizado a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo procedimento ético, Transcrição e tratamento dos dados.

Portanto, a estrutura do trabalho se distribui nesta introdução; na discussão sobre as ações universitárias do Programa de Apoio à Reforma Urbana da Universidade Federal do Pará, que apresentam as ações extensionista do Projeto Políticas Urbanas e Ações Universitárias na Região Metropolitana de Belém, destacando o nível de satisfação dos alunos da Comunidade Quilombola de Itancuã-Miri do município de Acará, do estado do Pará, em relação ao Curso de Informática Básica.

Por fim as considerações, que apontou a importância para o acesso a novas oportunidades em processos de intervenção coletivos visando a criação de ações empreendedoras em que os sujeitos passam a instrumentalizar suas práticas com inovação e proatividade, aproveitando iniciativas

produtivas existentes nas comunidades. Sendo assim, o curso contribui para a potencialização dessas iniciativas, melhorando suas ações para aumentar os benefícios sociais, econômicos e coletivos.

AÇÕES UNIVERSITÁRIAS DO PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (PARU/UFPA)

A Universidade Federal do Pará, por meio da socialização do conhecimento vem elaborando ao longo da sua existência e efetivação o compromisso com o desenvolvimento social, mediante o desafio de ampliar sua interação com a sociedade na qual está inserida.

Diante do exposto, considera-se que a indissociabilidade da Extensão, do Ensino, e, da Pesquisa se realiza pela democratização do saber acadêmico, pela visão integrada do social, segundo Forproex (2006) na obra “Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a Flexibilização Curricular: uma visão da extensão” apresenta que foi a partir dos anos de 1980, após desdobramentos pelos quais a democracia brasileira atravessou lutas sociais significativas no processo de redemocratização, houve o fortalecimento da sociedade civil que propiciou uma nova configuração para os conceitos de Universidade e Cidadania. Nessa perspectiva:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmicos e populares, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integradora social (Forproex, 2006, p. 21).

E pela via do Regimento Geral do CONSEPE, em seu capítulo VII, art. 192, a respeito da extensão, pode-se apontar que:

A Extensão é um processo educativo, cultural e científico articulado ao ensino e à pesquisa, de modo indissociável, que promove a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade por meio de ações acadêmicas de natureza contínua que visem tanto à qualificação prática e à formação cidadã do discente quanto a melhoria da qualidade de vida da comunidade envolvida (Consepe, 2006, p.55).



Segundo o Forproex (2006), é por intermédio de programas e projetos de extensão que há trocas de saberes, acadêmicos e populares, viabilizando, assim, o desenvolvimento da formação crítica docente e discente com o fortalecimento de políticas públicas. Portanto, esse movimento contribui para o exercício da cidadania fomentando o estreitamento dos vínculos entre universidade e sociedade, sendo esse um caminho a ser percorrido.

Desse modo, o processo de aprendizagem passa a basear-se e a depender de observações próprias, de atitudes reflexivas, questionadoras, que decorrem do diálogo e da interação com a realidade, para compreendê-la e transformá-la. Criam-se, dessa forma, condições para que a formação do estudante não fique restrita aos aspectos técnicos, formais e passe a contemplar seus aspectos sociais e políticos, promovendo a conscientização crítica. O conhecimento existente, ou o que está sendo construído, é produto de um contexto social determinado, podendo ser utilizado tanto no sentido da consolidação das exclusões sociais como da sua eliminação (Forproex, 2006).

Diante do exposto, entende-se que a extensão universitária resgata junto à sociedade, o seu papel político e o processo educativo de engajamento dos discentes e docentes em consonância com os setores populares, permitindo a condensação de forças sociais na articulação de práticas coletivas concretas (Sá; Cruz; Costa 2005). Nessa direção, a extensão universitária tem função social no processo de desenvolvimento econômico, cultural e político da região na qual está inserida. Logo, a prática se materializa por intermédio de distintas ações multidisciplinares para atender pleitos e demandas da sociedade através de assessoria, qualificação e prestação de serviços à comunidade na perspectiva de inclusão social (Vasconcelos; Bega, 2018).

À própria conceituação da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão demonstra que é preciso ter clareza, então o ensino, pesquisa e extensão não devem ser vistos como objetivos ou funções da universidade, mas como atividades que, de forma indissociada, dão concretude ao que é de fato o seu objetivo, sua missão: produzir e sistematizar o conhecimento e torná-lo acessível (Forproex, 2006).

Diante disto, a participação popular se apresenta no processo de redefinição entre o público e o privado, ou seja, dentro da perspectiva de redistribuir o poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente não têm acesso. Desse modo, “este campo é dado por contradições e resistências as quais tornam-se necessárias compreendê-lo para dar respostas a distintas expressões da questão social que se apresentam na trama da vida social” (Portela, 2005, p. 07).



Os avanços introduzidos pelo Plano de Trabalho de Extensão Universitária praticamente coincidiram com o início do processo de “abertura lenta e gradual” do Regime Militar. Indicando a revitalização da sociedade civil e da sociedade política brasileiras, no final da década de 1970 e início da de 1980, surgiram inúmeros movimentos populares e associações civis, inclusive sindicais; foram feitas reformas na legislação partidária, que permitiram a criação de novos partidos políticos; e, por fim, foi aprovada a anistia política (Política Nacional de Extensão Universitária, p. 14, 2012).

Neste período, a luta pela redemocratização e reconstrução das instituições políticas e sociais, foi reelaborada a concepção de Universidade Pública, redefinidas as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão e questionada a visão assistencialista das ações extensionistas. A partir de então, a Extensão Universitária passou a ser percebida como um processo que articula o Ensino e a Pesquisa e se relaciona com os novos movimentos sociais. Embora ainda restrita à dimensão processual, a busca da institucionalização da Extensão tornou-se o principal desafio. O entendimento era de que essa institucionalização deveria envolver toda a Universidade Pública (Política Nacional de Extensão Universitária, 2012).

O conhecimento pode ser de fato apropriado por diferentes segmentos da sociedade. Assim, sob esta ótica, o ensino é essencialmente uma atividade na qual o conhecimento disponível é, do mesmo modo, apropriado pelos estudantes, sendo a pesquisa e a extensão as atividades voltadas para a produção e sistematização do conhecimento e para torná-lo acessível aos mesmos, possibilitando uma formação profissional cidadã (Forproex, 2006, p. 65).

Estas atividades não podem ser vistas como dissociadas das demais, ou seja, ao se praticar o ensino, à exceção da prática está também produzindo conhecimento tornando-o disponível, apropriável. Assim, a extensão, ao ser compreendida como experiência vivenciada na realidade social e não como mera prestação de serviços, é também uma atividade de ensino, pois envolve estudantes e tem um caráter educativo junto à população com a qual o trabalho está sendo desenvolvido (Forproex, 2006). Desse modo,

Envolve também a produção de conhecimento, que é uma etapa deste processo, na qual se procura compreender a realidade com a qual se está lidando. A pesquisa pode também ser vista como envolvendo processos de transformação da realidade quando não fica restrita à visão convencional mais ligada à produção de conhecimento novo nas áreas básicas. Embora um caso extremo possa ser a pesquisa-ação, é inquestionável que uma parte significativa dos projetos de pesquisa, principalmente nas áreas sociais e de humanidades, requer interações com os segmentos sociais. Deve, além disso, como discutido anteriormente, ser vista não apenas como princípio científico, mas educativo, um instrumento de diálogo à realidade e uma atitude investigativa a ser desenvolvida nos indivíduos. (Forproex, 2006, p. 67).

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e



Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. (Forproex, 1987).

No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmicos e populares, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/ prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (Política Nacional de Extensão Universitária, p. 14, 2012).

No que concerne à prática extensionista do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) pode-se considerar que, condizente com David (2018), desde os anos de 1992 o PARU é definido como Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão, iniciando trabalhos de assessoria aos movimentos sociais com o objetivo de contribuir na discussão sobre o Direito à Cidade e à moradia digna, configurando-se como espaço sócio-ocupacional em que o Serviço Social desenvolve trabalhos interventivos de assessoria técnica e política com a comunidade mediado pela via da extensão universitária e sua interlocução indissociável com o ensino e a pesquisa.

Neste contexto, a discussão sobre direito à cidade e a reforma urbana tornou-se objeto de pesquisas de interesse acadêmico na área, dentre as quais o campo do serviço social se apropriou, transformando-a em elemento de investigação e ação. Desse modo, o serviço social ao reformular seu projeto pedagógico na década de 1990 garante em sua matriz curricular a disciplina Movimentos Sociais e Serviço Social, visando assim, instrumentalizar os discentes para a prática da assessoria social e política enquanto possibilidade profissional junto a movimentos, organizações não governamentais, fóruns, frentes, campos de conflitos e interlocução com o poder público (SÁ; CRUZ; COSTA, 2005).

Nesta linha Silva (2017) o PARU inicia trabalhos de assessoria aos movimentos sociais e, posteriormente, estende - se aos órgãos governamentais e não-governamentais, como objetivo de contribuir para avanços na questão da discussão sobre o direito à cidade. Nessa direção, se constitui como campo de estágio profissional para alunos da Faculdade de Serviço Social (SILVA, 2016).

As atividades desenvolvidas por intermédio do Programa de Extensão PARU efetiva a assessoria do Serviço Social dentro e fora da academia, para além dos muros da universidade, por meio de ações que revelam não apenas instrumento didático-pedagógico, mas como também instrumento de luta, que são materializados em diversas ações de extensão e



assessoria como: reuniões, oficinas, seminários, capacitações, entre outros, possibilitando, assim, o mapeamento de expressões da “questão social (Portela; Cruz; Silva e David, 2020, p. 203).

O PARU, por meio de experiência acumulada, sinaliza o avanço das práticas extensionistas direcionadas por intermédio da manutenção de práticas investigativas e interventivas junto aos movimentos sociais, órgãos públicos e comunidades locais, no debate junto às demandas sociais com utilização de metodologia participativa (Portela; Cruz; Silva e David, 2020). Essa relação dialética do Serviço Social e os segmentos organizados é uma mediação diferenciada voltada para transformação social dos sujeitos fortalecendo na discussão da política, no alcance de conhecimento para fins de instrumentalização para as lutas que enfrentam cotidianamente diante do Estado e suas implicações (Portela; Cruz; Silva e David, 2020).

Nesse sentido, o Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) e o Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA) têm desenvolvido ações de extensão e de pesquisa que possibilitam o processo de formação sociopolítica e profissional, oportunizando a inserção de bolsistas e a realização de estágios.

Reitera-se que, para a região metropolitana, destacando as especificidades destas cidades no contexto particular amazônico, acompanhando, formando, capacitando e buscando fortalecer a organização social e política dos segmentos excluídos na luta pelo direito à cidade com a efetivação de outros direitos sociais básicos (saúde, cultura, mobilidade, educação, lazer entre outros).

Nesta perspectiva, no âmbito das políticas urbanas se faz necessário destacar um olhar para o segmento popular que vivem nas grandes metrópoles cidades em situação de exclusão e vulnerabilidade social e econômica em geral que muitas vezes não tem oportunidade de qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a importância do PARU é reafirmada por meio da assessoria que consiste em ação desenvolvida por profissional com conhecimento específico na área e toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alterá-la (Matos, 2010). Ademais, o PARU tem em seu bojo o viés da capacitação e formação sociopolítica aos movimentos sociais que lutam pelo direito à cidade, objetivando a maior participação cidadã, prioritariamente as demandas da população em situação de vulnerabilidade social (David, 2019).



A afirmativa acima demonstra a situação educacional dos jovens brasileiros que decorrem, em grande medida, do acesso restrito à educação infantil e da baixa efetividade no ensino fundamental, evidenciadas pela elevada distorção idade – série e pelos incipientes índices de conclusão deste nível de ensino. Desse modo, parcela considerável das crianças ingressa na juventude com elevada defasagem educacional, tanto do ponto de vista quantitativo (anos de estudo) quanto em termos qualitativos (capacidades e habilidades desenvolvidas). Estas defasagens são agravadas pelas precárias condições socioeconômicas, que concorrem para manter baixo o rendimento dos estudantes e, não raro, ampliar as taxas de abandono escolar.

Segundo o relatório elaborado pela Fundação Amazônica de Amparo à Estudos e Pesquisas realizado em 2018, em parceria com a Fundação ProPaz, apresenta informações relevantes acerca das características dos jovens no Pará, informa que em relação aos dados de escolarização da juventude paraense, em 2015, 42% dos jovens tinham o ensino fundamental incompleto; os jovens com ensino médio completo eram 27,61%; com o ensino médio incompleto chegaram a 20,18%; jovens com ensino superior completo representavam somente 2,63%; e o quantitativo de jovens sem escolarização era de 2,15%. Além disto, considera-se o índice de baixa formação para adultos de 25 anos ou mais de idade que concluíram, no mínimo, o ensino médio passou de 47,4% em 2018 para 48,8% em 2019, em 2016 tinha o percentual de 45,0%, segundo a PNAD Contínua (2019).

Outro dado que assinala a influência dos padrões econômicos para o acesso à educação, diz respeito à quando perguntados sobre o principal motivo dos entrevistados terem abandonado ou nunca frequentado escola, aponta-se entre as respostas a necessidade de trabalhar como fator prioritário. No Brasil, este circunstancial chegou a 40,2% em 2022. Para este motivo, ressaltam-se os homens, com 51,6%, seguido de não ter interesse de estudar (26,9%). Para as mulheres, o principal motivo foi também a necessidade de trabalhar (24,0%), seguido de gravidez (22,4%) e não ter interesse em estudar (21,5%). Além disso, 10,3% das mulheres indicaram realizar trabalhos domésticos ou cuidar de pessoas como o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado escola, enquanto para homens, este percentual foi inexpressivo (0,6%) (IBGE, 2022).

Dentro desse contexto de desigualdade, de exclusão social de jovens e adultos, e desemprego com a precariedade das ocupações produtivas atualmente disponíveis, é importante capacitar para fazer a “transição para mercado de trabalho”, procurando facilitar sua contratação e oferecer-lhe melhores oportunidades de trabalho.



Mediante esta realidade, a experiência de extensão universitária do Programa de apoio à Reforma Urbana (PARU) contribui com o fortalecimento dos sujeitos no território promovendo, o exercício da participação e a inserção social. Nesse viés, a pesquisa-ação participativa, que o programa extensionista desenvolve, contribui para o reconhecimento dos sujeitos que aprendem por intermédio da ação ativa de seus conhecimentos existentes em resposta às suas experiências com outras pessoas e seu ambiente, ou seja, mediado pela aprendizagem social (Pinto, 2014).

Desse modo, a relação multiprofissional e interdisciplinar pela via da extensão universitária contribui para o processo de sustentação no aprendizado pedagógico contido na formação dos sujeitos envolvidos, sendo essa uma relação contínua e basilar, fundamental para prospecção na formação dos sujeitos no território imersos nas relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade capitalista (Portela; Cruz; Silva e David, 2020).

Diante de tais realidades, apresenta-se o projeto extensionista “políticas urbanas e ações universitárias na região metropolitana de Belém RMB” que objetivou capacitar jovens para inserção no mercado de trabalho a partir do domínio e uso de tecnologias digitais por intermédio do curso de informática. Este será desenvolvido na próxima seção.

O PROJETO DE EXTENSÃO POLÍTICAS URBANAS E AÇÕES UNIVERSITÁRIAS: A EXPERIÊNCIA DOS ALUNOS QUILOMBOLAS DE ITANCUÃ-MIRI

O contexto de desigualdade social, de exclusão de jovens e adultos, e desemprego com a precariedade das ocupações produtivas atualmente disponíveis é uma realidade que se expressa no Brasil. Desse modo, é importante capacitar os sujeitos para fazer a “transição para mercado de trabalho”, procurando promover sua contratação possibilitando melhores oportunidades de trabalho.

No cerne desta realidade se apresenta o projeto extensionista Políticas Urbanas e Ações Universitárias na Região Metropolitana de Belém (RMB), que objetivou capacitar jovens para inserção no mercado de trabalho a partir do domínio e uso de tecnologias digitais por intermédio do curso de informática básica.

é importante considerar que o direito à cidade permeia no exercício de cidadania em que os direitos’ concretos vêm completar os direitos abstratos do homem e do cidadão inscritos na frente da democracia, quando de seus primórdios revolucionários, como os direitos das idades e dos sexos (a



mulher, a criança, o velho), os direitos das condições (o proletário, o camponês), os direitos à instrução e à educação, o direito ao trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde, à habitação e entre outros. (Lefebvre, 1991). Logo, o direito à cidade repousa sobre a capacidade de forçar a abertura da vida urbana para se tornar o lugar de onde novas concepções podem ser pensadas (Harvey, 2013).

Deste modo, o direito à cidade se firma como um apelo, como uma exigência, a reivindicação da natureza, o desejo de aproveitar dela são desvios do direito à cidade, nessa direção, a necessidade e o "direito" à natureza contrariam o direito à cidade, pois “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito, mas pode ser pensado como direito à vida urbana, transformada (Lefebvre, 1991).

É nestes parâmetros que se apresenta o projeto extensionista Políticas Urbanas e Ações Universitárias na Região Metropolitana de Belém (RMB), que em seu contexto sócio-histórico advém da viabilidade de recursos financeiros mobilizados a partir de emenda parlamentar da Ex-deputada Estadual do Pará, em 2019, atual secretária executiva do Fórum de Mudanças Climáticas de Belém, Pará. O projeto para sua execução tem como âncora o Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), na área da extensão e o Grupo de Pesquisa em Política Urbana e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA), ambos vinculados à Faculdade de Serviço Social - FASS (UFPA/Projeto de Extensão, 2019).

Este projeto de extensão se dispôs capacitar jovens para inserção no mercado de trabalho a partir do domínio e do uso de tecnologias digitais e empreendedorismo social, uma vez que vivemos em uma sociedade globalizada onde essas tecnologias digitais estão cada dia mais presentes nas vidas das pessoas, especialmente dos jovens (UFPA/Projeto de Extensão, 2019).

Para alcançar seus objetivos o projeto traçou metodologia, e diante da complexidade da problemática pôde-se contar com a formação de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais das áreas de Serviço Social, Estatística, Geografia e Turismo, sendo essa equipe formada por docentes, profissionais liberais e discentes da graduação (UFPA/Projeto de Extensão, 2019).

Para a execução das atividades se firmou parceria do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) com o Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais da Amazônia (GPPUMA), que é um dos grupos que compõem o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará.



Neste sentido, o projeto extensionista seguiu uma metodologia que possibilitou o desenvolvimento das ações de extensão, articulado ao ensino e a pesquisa, desse modo, propiciou por meio de atividades a sistematização de informações favorecendo a produção de novos conhecimentos no campo do Serviço Social, Estatística, Geografia e Turismo como também a execução do mesmo (UFPA/Projeto de Extensão, 2019).

A projeção das ações do projeto extensionista Políticas Urbanas e Ações Universitárias na Região Metropolitana de Belém (RMB) tinha como intuito oferta de cursos de informática básica e empreendedorismo social para capacitação de jovens em situação de baixa renda moradores da Região Metropolitana de Belém, sendo realizados no Laboratório de Informática do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (UFPA/Projeto de Extensão, 2019).

A metodologia destacada acima se fez com a materialização do desenvolvimento da reunião preparatória realizada no mês de fevereiro do ano de 2023, sendo essa atividade de nivelamento dos membros da equipe de coordenação e dos seus colaboradores.

Desse modo, se fez presente o coordenador do projeto, os membros da equipe do projeto composto por colaboradores do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), da Faculdade de Turismo (FACTOR), do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), e demais colaboradores como o coordenador do observatório de conflitos urbanos de Belém-UFPA e demais bolsistas de distintas faculdades, dentre elas do Serviço Social, da Geografia e da Estatística (UFPA, Relatório de Bolsista de Extensão, 2023).

Ademais, promoveu-se a solenidade e entrega de certificação das duas primeiras turmas formadas. Já o que foi indicado pela projeção da metodologia com a ampliação do curso para comunidades quilombolas específicas, de Abaetetuba e Acará, pôde-se apresentar a realidade contraditória, que notoriamente é demanda para este projeto. Desse modo, a Terceira Turma se estendeu para a população quilombola de Itancuã-Miri, que fica localizada no município do Acará, Pará, sendo sua distância da região metropolitana de Belém cerca de 48,2 km, via Alça Viária do Pará. Esta comunidade possui uma população de 544 pessoas, com composição, aproximadamente, de cerca de 96 famílias (Censo, 2022), que se encontram em situação fundiária titulada.

As particularidades vivenciadas por esse público estão na formação da Terceira Turma do Curso de Informática Pai D'Égua. Esta possui singularidades, e passaram pelo acompanhamento do



PARU via a realização do curso de capacitação Informática Pai D'Égua, que se iniciou no segundo semestre de 2023.

Nesse viés, portanto, a relevância da realização do curso de informática para esse público de Itancuã-Miri foram propositivas no avanço das práticas extensionistas do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), pois configura-se na transversalidade do trabalho de assessoria com os movimentos sociais populares, sendo esse um dos objetivos do programa, que consiste em manter práticas investigativas e interventivas junto a comunidades locais no debate em torno das demandas sociais utilizando metodologia participativa na elaboração do planejamento e implementação de políticas públicas.

Desse modo, explicitam as informações sistematizadas do Questionário de Avaliação do Curso de Capacitação em Informática aplicados com a Terceira Turma, que compreende a comunidade quilombola de Itancuã-Miri do município de Acará. Também, apresenta-se as perguntas e respostas que foram tratadas e organizada para explicitar como os sujeitos avaliam o curso e o nível de satisfação, tudo isso para evidenciar as expectativas no que diz respeito ao futuro, e em relação a possibilidade de avanços sobre a questão da ocupação no mercado de trabalho.

Quando se refere em conhecer o Programa de Apoio à Reforma Urbana, os entrevistados responderam na maioria que “não”, isso está exposto na fala a seguir: “Não, não conhecia. Eu fiquei sabendo através de uma aluna da nossa comunidade”. Como resultado dessa resposta foi interessante saber como se deu essa aproximação com o programa PARU, então, diante disso perguntou-se como se deu o contato com o Programa? O entrevistado respondeu: “Esse contato foi através de dois alunos, e existe uma parceira da comunidade, que está conosco há muitos anos”.

Percebe-se que teve aproximação por meio de uma técnica colaboradora do programa de extensão mantendo assim uma confiabilidade, uma vez que, o público-alvo não tinha conhecimento sobre o PARU. Diante disso, se fez o questionamento da importância desse programa para a Comunidade, o entrevistado respondeu: “Foi de grande importância, pelo fato das nossas dificuldades, e as nossas dificuldades que são diversas, e principalmente no sentido da informática, nessa oportunidade que muitos que não tinham, puderam participar, fazer esse curso, também pelo fato do certificado.”

Isto demonstra o que Matos (2010), afirma que a acessória consiste em ação desenvolvida por profissional que tenha conhecimento específico na área e toma a realidade como objeto de estudo



e tem a intenção de alterá-la. Outra resposta diz que: “Importância muito grande, para poder fazer os cursos que a nossa comunidade não tem condições de fazer, pois a nossa comunidade não tem estrutura”.

Ao observar a questão das dificuldades encontradas pelos sujeitos sobre o curso de informática, eles expressaram seus anseios em relação ao acesso à internet, ao computador e a falta de conhecimento, veja essa evidência nas falas a seguir: “Em relação ao acesso à internet, porque eu não tinha nem um tipo de conhecimento sobre informática” e “Antes do curso, eu nunca tinha pego em um computador, não sabia nada, então foi muita dificuldade. Recentemente estou com um celular, e agora que aprendi a mexer nas telas. Foi muito difícil pra mim antes do curso”.

Diante disso, foi importante questionar sobre a melhoria que o curso proporcionou após a participação deles. Este dado explicita-se na seguinte fala: “Melhorou muita coisa, você consegue ter uma certa independência, pois antes muita coisa eu tinha que ficar pedindo pros outros, hoje eu consigo fazer muitas coisas sozinho”.

Foi apontado também que o curso ajudou a aumentar a autoestima dos alunos entrevistados, ajudando os mesmos a terem uma maior independência em relação a informática básica, e como manusear os aparelhos que foram utilizados durante as aulas. A fala a seguir expressa esse dado: “Melhorou muito pra mim, porque já posso pesquisar as coisas no computador, já sei mexer 50% no computador.”

No que diz respeito a compreensão sobre o nível de satisfação traçou-se um percurso sobre as contribuições que o curso proporcionou para os alunos da comunidade quilombola. Esse resultado explicita-se nas seguintes falas: “A contribuição é que agora dentro da comunidade tem pessoas que entendem sobre mexer nos computadores. Nós ganhamos os equipamentos há alguns anos atrás, mas ninguém sabia mexer, então ficou sem uso, e acabamos perdendo os computadores” e “a contribuição é muito grande, porque muitos pais e mães participaram do curso, eles trouxeram isso para dentro da casa deles, para dentro da comunidade, e isso é muito importante, principalmente por serem jovens e adolescentes, ajudando a mexer no computador ou até mesmo no celular.”

Sobre as expectativas da comunidade referente ao que o curso proporcionou ou pretendia proporcionar. Nesse viés, aponta-se o seguinte fragmento: “É grande, porque tem poucas pessoas hoje que tiveram acesso a fazer um curso desse, e os que fizeram foi particular, não tínhamos nenhum



curso na Comunidade ou fora voltado para um grupo, como nós tivemos hoje. agora nós podemos considerar que tem gente que consegue mexer e que sabe lidar, pelo menos o básico”.

Ademais, como colocado anteriormente, a comunidade já teve equipamentos, porém por falta de conhecimento, os computadores ficaram sem utilidade, assim depois de um certo tempo pararam de funcionar, diante do exposto, traz-se a reflexão de Portela; Cruz; Silva e David (2020), sobre o alcance do conhecimento para fins de instrumentalização dos sujeitos. Logo os entrevistados mostram a importância de obter o conhecimento de informática básica.

Diante disto, percebe-se a importância do Projeto desenvolvido dentro do Programa de Apoio à Reforma Urbana, expondo que a extensão atua para a troca de saberes acadêmicos e populares, como colocado no Forproex (2006), contribuindo com os sujeitos no exercício da cidadania.

Logo, a extensão universitária atua socialmente no processo de desenvolvimento cultural, político e econômico, e para Vasconcelos; Bega (2018), é através da assessoria que se concretiza as ações multidisciplinares, pois essa atende as demandas da sociedade, qualificando assim a prestação de serviços à comunidade, tendo em vista a inclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Curso de Informática vivenciado pela comunidade quilombola de Itancuã-Miri no município do Acará, Pará, é uma realidade materializada pela via do projeto “Políticas Urbanas e Ações Universitárias na Região Metropolitana de Belém RMB”.

Este projeto extensionista contribuiu para o fortalecimento dos sujeitos no território, como também, incentiva na busca por conhecimento e capacitação para possível inserção no mercado de trabalho, pois no decurso do projeto se explicitou a importância do envolvimento dos sujeitos no acesso à novas oportunidades de intervenção coletiva que visam a criação de ações inovadoras.

Esta iniciativa possibilitou elevar a autoestima desses sujeitos, dando a oportunidade de seguirem com os estudos melhorando nas limitações em relação a informática, instrumentalizando assim, a capacitação para inserção no mercado de trabalho, para obter mais independência sobre atividades relacionadas a aparelhos de computador, e visando o planejamento de futuro, com a projeção de projetos como esse, com novas turmas voltadas para quem não conseguiu fazer o curso



e que tem dificuldade para manusear os equipamentos utilizados em sala de aula. Logo, esta iniciativa eleva a autoestima dos sujeitos, sendo uma devolutiva para os jovens, adolescentes e adultos que moram na comunidade.

REFERÊNCIAS

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurício Castro de. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o Debate. In: **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**, 4º edição, São Paulo: Cortez; Brasília- DF; OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

CENSO. **População quilombola de Itacoã-Mirim, Acará – Pará**. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1993.

DAVID, Lidiane Maria Siqueira. **Assessoria, Serviço Social & Movimentos Sociais Urbanos: a experiência da Frente de Defesa das Bacias de Belém no Programa de Apoio à Reforma Urbana**, em 2017. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Belém / PA. 2018.

DAVID, Lidiane Maria Siqueira. **Assessoria do Serviço Social aos movimentos sociais urbanos em Belém - PA: a experiência da Assessoria ao movimento social urbano da Frente de Defesa das Bacias de Belém, no Programa de Apoio à Reforma Urbana**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: 40 anos da “virada” do Serviço Social! Brasília, 2019.

FORPROEX, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão de extensão**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.

GERMINAL, Claus. O Método Materialista e Dialético de Marx e Engels. **Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 45-76, out. 2020. Disponível em: file:///C:/Users/lidid/Downloads/Germer-Omtodo-Germinal.pdf. Acesso: em 10 jan. 2022.

GIAQUETO, Adriana (Org). **A dimensão educativa no trabalho social**. Jundiaí - SP: Paco Editorial, 2015.

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. UNB. 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios: 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MATOS, Maurício Castro de. Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica. **Revista Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 2010.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. A importância da equipe interdisciplinar no tratamento de qualidade na área da saúde. **Revista Katálisis** 3º Ed. 1998.



PARU. **Relatório de Atividade de extensão:** acompanhamento da Terceira Turma do Curso de Informática Pai D'Egua. Projeto Políticas Urbanas e Ações Universitárias na Região Metropolitana de Belém – RMB/PA, 2023.

PINTO, João Bosco Guedes. **Metodologia, teoria do conhecimento e pesquisa-ação:** textos selecionados e apresentados. Organização: Laura Susana Duque-Arazola, Michel Jean Marie Thiollent. Editores e Revisores Farid Eid, Maria José de Souza Barbosa – Belém: UFPA/ICSA. 2014. Capítulo IV, p. 132-261.

IBGE. **PNAD Contínua 2017:** número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce 5,9% em um ano. Agência de Notícias IBGE, 18 maio 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>. Acesso em: 06 out. 2024.

IBGE. **PNAD Educação 2019:** mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Agência de Notícias IBGE, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://nada.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 06 out. 2024.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. UNB. 2000.

SÁ, Maria Elvira Rocha de; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; COSTA, Solange Maria Gayoso. Programa de Apoio à Reforma Urbana – PARU: integrando o ensino, a extensão e a pesquisa. In: STOCKINGER, Silva da Costa (Org.). **Textos de Teoria e Prática de Serviço Social:** estágio profissional em Serviço Social na UFPA. Belém: V.2, Ed. Amazônia - UFPA. 2005.

SILVA, Milcilene Magalhães da. **Assessoria e Extensão Universitária: uma reflexão sobre a prática desenvolvida pelo Programa de Apoio à Reforma Urbana no período de 2014 a 2016.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Belém / PA 2016.

UFPA/PARU, Programa de Apoio à Reforma Urbana. **Relatório de Atividade de Extensão Universitária**. Universidade Federal do Pará. 2019.

UFPA/PROJETO DE EXTENSÃO. **POLÍTICAS URBANAS E AÇÕES UNIVERSITÁRIAS NA RMB. Plano de Trabalho de Bolsista de Extensão 2019.**

VASCONCELOS, Eliza Maria; BEGA, Maria Tarcisa. **Intervenções na cidade:** Relatos de experiência de pesquisa-extensão. Jundiaí. Paco Editora. 2018. p. 220.

DIREITOS HUMANOS NO BRASIL E O MUNDO DO TRABALHO: APORTES SOBRE ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

Eixo 4: Direitos humanos, movimentos e lutas sociais e sistema sociojurídico

JÉSSICA DOS SANTOS COSTA¹

RESUMO: Este artigo aborda os Direitos Humanos no Brasil e o mundo do trabalho. Baseando-se na análise dos elementos constitutivos e estruturais das relações de trabalho no país. Além disso, aborda a escravidão contemporânea como uma grave violação dos direitos humanos e discute o ultraneoliberalismo como uma ameaça aos direitos fundamentais. A análise será organizada em torno dos seguintes eixos: Direitos Humanos e o mundo do trabalho; o ultraneoliberalismo como ataque aos Direitos Humanos; e os marcadores sociais no mercado de trabalho brasileiro. Para sustentar essa análise, utilizamos um levantamento bibliográfico como abordagem metodológica.

Palavras-chaves: direitos humanos, escravidão contemporânea, ultraneoliberalismo, relações de trabalho.

ABSTRACT: This article addresses Human Rights in Brazil and the world of work, based on an analysis of the constitutive and structural elements of labor relations in the country. It also examines contemporary slavery as a serious violation of human rights and discusses ultraneoliberalism as a threat to fundamental rights. The analysis is organized around the following axes: Human Rights and the world of work; ultraneoliberalism as an attack on Human Rights; and social markers in the Brazilian labor market. To support this analysis, a bibliographic review was used as the methodological approach.

Keywords: human rights, contemporary slavery, ultraneoliberalism, labor relations.

INTRODUÇÃO

Todos os anos são divulgados números alarmantes de trabalhadores resgatados em situação de escravidão contemporânea no Brasil. Somente no ano passado, 2024, foram resgatados pelo menos 1.684 trabalhadores², é possível que esses números sejam bem maiores, já que há inúmeros desafios nas fiscalizações, como por exemplo, o baixo número de auditores fiscais, segundo o Sindicato Nacional da categoria, o país possui atualmente 3.644 vagas, mas apenas 1.949 auditores

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS da PUC-Rio. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Atualmente professora substituta na Universidade Federal Fluminense – UFF. Link para o currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1903978656134231>. E-mail: jessicasantos_bp@hotmail.com.

² Os dados são da ONG Repórter Brasil. Disponível em <https://reporterbrasil.org.br/2025/01/brasil-flagra-mais-de-16-mil-escravizados-em-2024-do-rock-in-rio-a-byd/>. Acesso em: 25 fev. 2025.



na ativa³. Além disso, há por vezes a naturalização do trabalho escravizado, ou seja, não há denúncias dos casos suspeitos, por parte da população.

Outro ponto relevante é desfazer a ideia de que esses casos só ocorrem em áreas rurais e distantes dos grandes centros urbanos. Na realidade, há resgates em diversas cadeias produtivas e em diferentes Estados da Federação, incluindo também as áreas urbanas. Nos últimos anos, observou-se um aumento significativo de casos de trabalhadores resgatados de trabalho doméstico escravizado. Isso nos remete a várias camadas de nossa história, desde o período escravocrata até a naturalização do trabalho realizado por mulheres como algo não reconhecido como trabalho.

O Estado brasileiro deixou de reconhecer o direito de propriedade de um indivíduo sobre outro a partir de 13 de maio de 1888. No entanto, a história e a construção do Brasil, enquanto um Estado-Nação é perpassado e marcado por exploração, escravização e morte. Isso mesmo após a escravização não ser mais uma prática legal. Atualmente a escravidão contemporânea é compreendida como instrumento para garantir lucro, dentro da lógica do sistema capitalista, não como resquício de outro modo de produção. Além disso, os elementos que constituem o capitalismo periférico e dependente da América Latina estruturam as relações de trabalho com traços servis e escravocrata.

A escravidão contemporânea é uma realidade de muitos países, no entanto, este artigo irá se limitar a apresentar alguns aportes sobre as relações de trabalho e sobre a escravidão contemporânea no Brasil. Cabe ressaltar que é considerado trabalho escravo contemporâneo o que está disposto no Código Penal Brasileiro (CPB), no artigo 149:

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – Cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – Mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – Contra criança ou adolescente;

II – Por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

³ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2023-03/brasil-tem-o-menor-numero-de-auditores-fiscais-do-trabalho-em-30-anos>. Acesso em: 25 fev. 2025.



O artigo 149 do CPB foi alterado em 2003 e passa a reconhecer para além do trabalho forçado outras três formas de submeter uma pessoa a escravidão contemporânea: *jornada exaustiva, condições degradantes de trabalho, cerceamento da liberdade*. Foi sem dúvidas uma grande conquista para a classe trabalhadora brasileira. Neste sentido, A alteração em 2003 foi fruto de muita luta e enfrentamento de pessoas que defenderam e defendem os direitos humanos, muitos ligados a Comissão Pastoral da Terra (CPT), por exemplo. Apesar de estar explícito na Lei os casos são na maioria das vezes atenuados para simples inflações trabalhistas. Há uma grande resistência por parte do judiciário de fazer valer o que está disposto na Lei⁴.

Este artigo tem como objetivo analisar a escravidão contemporânea e apresentar contribuições e reflexões para a compreensão das relações de trabalho no Brasil, além de demonstrar, a partir das legislações, convenções e tratados, que as violações vão além do campo/esfera trabalhista. Discutir sobre escravidão contemporânea é, sobretudo, tratar da violação da dignidade humana. No segundo eixo do artigo, será apresentado e problematizado o perfil dos trabalhadores escravizados no Brasil, bem como a presença dos marcadores sociais nas relações de trabalho no país. Serão utilizados dados secundários e um levantamento bibliográfico como metodologia para a construção deste artigo.

DIREITOS HUMANOS E O MUNDO DO TRABALHO

O motor da sociedade capitalista é a exploração da força de trabalho. Isso quer dizer que só existe o modo de produção capitalista com exploração da classe trabalhadora pelos detentores dos meios de produção. No entanto, há alguns limites estipulados e pactuados quanto ao nível e forma de explorar mediados pelo Estado através dos tratados, das convenções e das legislações. Cabe ressaltar que essas cláusulas embaixadoras da exploração sem limites são conquistas da própria classe trabalhadora.

As legislações regulam as relações de trabalho, estabelecem direitos trabalhistas, previdenciários e apresenta até proibições aos “patrões”. Seguindo esta linha de raciocínio, podemos destacar a âmbito internacional as convenções 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho

⁴ Entendemos que são múltiplos os fatores que contribuem para isso, inclusive o perfil dos juizes que representam na maioria das vezes a elite brasileira.



(OIT), que trataram sobre o trabalho forçado, ambas ratificadas pelo Brasil, dando ênfase a convenção 105:

[...] Após ter decidido adotar outras proposições relativas à abolição de certas formas de trabalho forçado ou obrigatório que constituem uma violação dos direitos do homem, da forma em que foram previstos pela Carta das Nações Unidas e enunciados na declaração universal dos direitos do homem; Após ter decidido que estas proposições tomariam a forma de uma convenção internacional, adota, neste vigésimo quinto dia de junho de mil novecentos e cinquenta e sete, a convenção que se segue, a qual será denominada Convenção sobre a abolição do trabalho forçado, 1957, Artigo 1º Qualquer Membro da Organização Internacional do Trabalho que ratifique a presente convenção se compromete a suprimir o trabalho forçado ou obrigatório, e a não recorrer ao mesmo sob forma alguma:

a) como medida de coerção, ou de educação política ou como sanção dirigida a pessoas que tenham ou expressem certas opiniões políticas, ou manifestem sua oposição ideológica, à ordem política, social ou econômica estabelecida; b) como método de mobilização e de utilização da mão-de-obra para fins de desenvolvimento econômico; c) como medida de disciplina de trabalho; d) como punição por participação em greves; e) como medida de discriminação racial, social, nacional ou religiosa. (Organização Internacional do Trabalho, 1957).

Além disso, a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 já aborda no artigo 4º que: “Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas”. E no Artigo 5: “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos – que delineia os direitos humanos básicos – a escravidão em qualquer tempo ou forma viola os mesmos. Em 1995 foram criados, no Brasil, através de duas portarias do Ministério do Trabalho (atualmente Ministério do Trabalho e Emprego), a de nº 549⁵ os grupos móveis de fiscalização do trabalho, tornando-se uma estratégia de Estado para combater este crime.

Somado a isso, temos as legislações nacionais, como por exemplo, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no Brasil, que apresenta uma série de direitos e deveres para empregadores e empregados. Todo esse arcabouço jurídico estabelecido serve para estabelecer limites a exploração do modo de produção capitalista e garantir a dignidade da pessoa humana.

Outras ferramentas protetivas são as 38 Normas Regulamentadoras que são disposições complementares ao Capítulo V (Da Segurança e da Medicina do Trabalho) do Título II da

⁵ Estabelece procedimentos para a atuação da fiscalização móvel a que se refere o § 1º do art. 3º do Regulamento da Inspeção do Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 55.841, de 15 de março de 1965.



Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conforme alterado pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Elas estabelecem obrigações, direitos e deveres a serem observados por empregadores e trabalhadores, com o objetivo de assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável, prevenindo doenças e acidentes laborais.

Nesta toada, os direitos humanos são um conjunto de garantias (universais) voltadas para a dignidade da pessoa humana, *e isso abarca até o mundo do trabalho*. Dessa maneira, classificamos todo o arcabouço jurídico mencionado acima (DHDH, Convenções 29 e 105, o Artigo 149 do CPB, a CLT e as 38 NRs) como instrumentos protetivos da classe trabalhadora. São todos pautados/centrados na defesa dos direitos humanos.

A Norma Regulamentadora nº 31⁶ trata sobre as condições de trabalho nas áreas rurais, trata de como devem ser os alojamentos, e isso não é mero “capricho”, é uma norma extremamente necessária, o óbvio precisa ser escrito, lido e implementado. Cabe dizer que não basta a existência desses instrumentos protetivos e necessário fazer com que se cumpra o que está disposto em cada um deles. Eles podem servir como freios à exploração sem limites do sistema capitalista, mas possuem contradições e limitações pois são estabelecidas dentro dessa ordem capitalista, inclusive servem para a manutenção desta.

O ULTRANEOLIBERALISMO É UM ATAQUE AOS DIREITOS HUMANOS

Em tempos de crise e de ofensivas neoliberal muitos direitos que protegem os trabalhadores são atacados. No Brasil, após o golpe de 2016 contra então presidente Dilma Rousseff, inicia-se uma série de medidas, ou melhor, contrarreformas que atacam diretamente a esfera trabalhista.

A onda neoliberal não se inicia nos anos 2000, nem no Brasil e nem no mundo. No entanto, alguns autores irão apresentar que há uma intensificação a redução dos direitos e ampliação do Estado para o mercado, somado com um neoconservadorismo, que desagua em um ultraneoliberalismo, para Behring (2023):

Tenho utilizado a caracterização de ultraneoliberalismo para falar de nossa dinâmica interna mais recente, pós-golpe de 2016. Ela é inteiramente coadunada ao ambiente mundial do

⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-31-nr-31>. Acesso em: 25 fev. 2025.



neoliberalismo (ou ultraliberalismo como apontam alguns autores), mas mediada pelas nossas particularidades. O neoliberalismo aporta no Brasil de forma definitiva após a aprovação da Constituição de 1988, bombardeada e retalhada desde então. Após o outsider Collor tomar as primeiras medidas neoliberais e ser afastado por impeachment da Presidência da República, tivemos o Plano Real (1994) e o PDRE/MARE de 1995, verdadeiros marcos da ofensiva neoliberal e monetarista no Brasil, e da contrarreforma do Estado. A estabilidade monetária a qualquer custo, especialmente após o acordo com o FMI de 1999, impôs uma série de constrangimentos ao gasto público primário, em detrimento dos gastos financeiros ao longo dos anos da redemocratização, dos quais destaco o superávit primário, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Desvinculação de Receitas da União como principais mecanismos de ajuste fiscal e que impediram um boom de investimentos nas políticas sociais, o que corresponderia ao espírito constitucional. **Com o golpe de 2016 se instaura o que chamamos de ultraneoliberalismo: o Novo Regime Fiscal –EC 95 e 93 (2016); a contrarreforma trabalhista de 2017; a entrega do pré-sal; a contrarreforma da previdência.** É no contexto golpista e de seus desdobramentos, que o Brasil aporta às desastrosas cifras mundiais, números internos macabros e desproporcionais, em relação a países da América Latina e do mundo. Isto porque tivemos desde 2016 uma combinação de golpe de Estado de novo tipo, crise burguesa orgânica, programa ultraneoliberal de ajuste fiscal e neofascismo no poder (MATTOS, 2020), este último desde 2019. Desde então o Brasil tem sido a cena de um processo de devastação das pessoas e do meio ambiente sem precedentes. (Behring, 2023, p.13, grifos nossos).

Dessa forma, em tempos de ofensiva capitalista em um contexto de crise estrutural apresenta-se abordagens de grandes impactos para a classe trabalhadora, em prol da obtenção do lucro. A Lei nº 13.467/2017 altera a CLT, com a finalidade de adequar moldar as novas relações de trabalho no Brasil, necessidade do próprio modo de produção capitalista, dessa forma, o Estado legitima a desregulamentação das leis do trabalho, inclusive estabelece o princípio da intervenção mínima nas relações de trabalho.

É importante destacar que todas essas mudanças são implementadas como estratégias para superar as crises do capitalismo e atender aos interesses da burguesia, tanto interna quanto externa. Dessa forma, para garantir e expandir os lucros, as estratégias do capital impactam diretamente os direitos sociais, isso porque a Lei Geral de Acumulação Capitalista apresenta algumas tendências, conforme explicado por Marx.

Outro ponto é as especificidades do capitalismo brasileiro que apresenta reflexões na formação da classe trabalhadora que é superexplorada, como explica Marini: a superexploração da força de trabalho opera a partir: I) a intensificação do trabalho e II) a prolongação da jornada de trabalho, provocando um dispêndio de força de trabalho para além das condições normais e resultando no seu esgotamento prematuro; e III) a expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor a força de trabalho gasta no processo produtivo, o que o impossibilita de consumir os

produtos essenciais para conservar sua força de trabalho em condições normais de reprodução- ou, em outras palavras, o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor.

Dessa maneira, os arrochos estabelecidos como estratégias para saída das crises do sistema capitalista afetam de forma diferente os países e consequentemente a classe trabalhadora, que no caso da América Latina é superexplorada e há rebatimentos direto nas condições de vida e na sua reprodução.

Retomando a contrarreforma de 2017, são muitas as alterações na CLT, destaca-se os artigos 443 e 452-A que tratam sobre o trabalho intermitente:

Art.443, § 3o Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria” (Brasil, 2017).

Art. 452-A. O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário-mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não. (Brasil, 2017).

Há uma regulamentação do “bico”, com o grande contingente do exército industrial de reserva o que não falta é trabalhador que aceita esse tipo de vínculo. Cabe ressaltar que a informalidade sempre esteve presente nas relações de trabalho no Brasil (Antunes, 2020). O trabalho protegido, com carteira assinada e demais direitos torna-se cada vez mais raro, e há uma naturalização dessa realidade.

Percebe-se que há uma sistemática precarização das relações de trabalho e consequentemente dos vínculos de trabalho, o que deixa o trabalhador cada vez mais vulnerável a explorações cada vez mais aviltantes e sem limites. Há, portanto, uma forte tendência na atual fase do capitalismo de um espraio das relações de trabalho sem vínculo, vínculos precários e até mesmo do trabalho informal.

Outro ponto relevante é o desemprego estrutural. O número de desempregados no Brasil durante a pandemia de COVID 19 ultrapassou os 15,2 milhões de trabalhadores desempregados⁷, consequentemente houve um acirramento da fome, as imagens de pessoas “catando” ossos para comer

⁷ Ver mais em: https://veja.abril.com.br/economia/ibge-desemprego-durante-a-pandemia-foi-maior-que-o-estimado#google_vignette. Acesso em: 25 fev. 2025.



viralizavam, junto com número de mortos pelo vírus. Em contrapartida, na mesma época o mundo ganhou cerca de 573 bilionários⁸. Graças a ciência e a pesquisa, através das vacinas, “o novo normal” chegou, junto com ele a herança do negacionismo e do irracionalismo.

Em relação à política, houve uma derrota do bolsonarismo nas urnas, que insiste em permanecer atravessando e ameaçando a democracia, como por exemplo, na tentativa de golpe no dia 08 de janeiro de 2023. No cenário internacional, após a vitória de Donald Trump, como presidente dos EUA, o cenário é de expansão do neonazismo, do neofascismo e de violação dos direitos humanos. Isso irá se expressar e ganhará materialidade com: a redução dos direitos sociais a perseguição reiterada aos imigrantes e ameaça explícita a outros países. Este cenário político internacional influencia diretamente os demais países e é como se fosse legitimado o conservadorismo que vem no bojo do ultraneoliberalismo.

O Brasil ocupa uma posição na divisão internacional do trabalho (DIT) caracterizada pela dependência, priorizando, principalmente, os interesses externos por meio das exportações. Para garantir o lucro interno, é necessário um aumento significativo na exploração da classe trabalhadora que é superexplorada. Por vezes é uma linha bastante tênue entre essa exploração e o trabalho escravo contemporâneo.

A utilização das tecnologias é outro fator que potencializa essa exploração. Dessa maneira, as tecnologias têm o potencial de transformar as relações de trabalho, aumentando a eficiência e a produtividade. Os avanços das forças produtivas poderiam servir inclusive para uma menor exploração da força de trabalho humana. No entanto, existe também um lado negativo das tecnologias, que pode até despojar a dignidade das relações laborais. Embora inovadoras, elas têm contribuído para a precarização da força de trabalho de diversas formas.

Os impactos das tecnologias nas relações de trabalho são amplos, mas, neste caso, destacamos o processo de “uberização”⁹. Esse fenômeno intensifica a precarização das relações de trabalho de várias maneiras, entre as quais destacam-se: a Desproteção Social: Trabalhadores uberizados não têm acesso aos direitos trabalhistas previstos na Consolidação das Leis do Trabalho

⁸ Ver em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/05/23/oxfam-aponta-que-mundo-ganhou-573-ultrarricos-no-periodo-de-pandemia.htm>. Acesso em: 25 fev. 2025.

⁹ Segundo Antunes, a uberização é: um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de ‘prestação de serviços’ e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho. (Antunes, 2020, p.11)



(CLT), como aposentadoria, seguro-desemprego, férias, décimo terceiro salário, licenças médicas e licença maternidade no caso das mulheres ; Instabilidade Financeira: A renda variável e a falta de um salário mínimo garantido geram insegurança financeira e por vezes, para garantir um salário no final do mês é necessário muitas horas de trabalho a mais do que um trabalhador com CTPS. Exploração: A ausência de vínculo empregatício formal facilita a exploração do trabalho, com jornadas exaustivas e condições inadequadas; Responsabilidade Transferida: Os custos operacionais, como a manutenção de veículos e equipamentos, são repassados para o trabalhador. Isentando totalmente as empresas que lucram de gastos com os meios de exploração.

Salienta-se que todo esse cenário é posto em uma realidade estruturada sob bases conservadoras e que se refletem nas relações de trabalho. O perfil dos trabalhadores mais explorados no Brasil deve ser analisado. Dessa forma, os homens e as mulheres negras continuam ocupando os cargos mais explorados e piores remunerados. Consequentemente os bases que estruturam o ultraneoliberalismo e os mecanismo de exploração mediados pelo uso das tecnologias afetam de forma singular essa população.

Os fundamentos dos Direitos Humanos básicos são indissociáveis dos direitos trabalhistas e essas mudanças seja o acirramento do neoliberalismo, seja o uso das tecnologias como mediadora para exploração são formas contemporâneas que atentam contra a dignidade humana. Com jornadas de trabalho cada vez maiores de trabalho, ou seja, jornadas exaustivas e extenuantes, temos cada vez mais proximidade com o que está disposto no artigo 149 do CPB.

OS MARCADORES SOCIAIS E O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

O racismo estrutural¹⁰ segrega os negros do mercado de trabalho brasileiro. De acordo com as sínteses dos indicadores sociais (SIS) de 2023, publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

¹⁰Entendemos como racismo estrutural o que apresentado por Almeida (2018): O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição. (Almeida, 2018, p.38)



Estatística (IBGE)¹¹, as pessoas negras representam a maioria dos trabalhadores no país, mas recebem, em média, 61% menos do que as pessoas brancas. Além disso, os postos de trabalho informais são predominantemente ocupados por pessoas negras.

Em relação a escravização, de acordo com dados da ONG Repórter Brasil, com base em informações do Ministério da Economia¹², entre 2016 e 2018, o perfil dos trabalhadores encontrados em situações de exploração análoga à escravidão é predominantemente composto por jovens, nordestinos e pessoas sem escolaridade. Dados da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho mostram que, a cada cinco trabalhadores resgatados nesse período, quatro são negros. Pretos e pardos representam 82% dos 2,4 mil trabalhadores que receberam seguro-desemprego após o resgate. Entre os negros resgatados, a maioria são homens (91%), jovens de 15 a 29 anos (40%) e oriundos dos estados do Nordeste (46%).

Esses dados refletem a consolidação, no pós-abolição, de um lugar subalterno para os negros na divisão socioeconômica e étnico-racial do trabalho. A ausência de políticas eficazes para a integração dos ex-escravizados na sociedade e no mercado de trabalho, no momento da transição do escravismo colonial para o capitalismo tardio, tem repercussões nos números apresentados neste capítulo.

Esses dados são reflexos de uma realidade histórica profunda do Brasil. Ao analisarmos a formação da classe trabalhadora brasileira, que no final do século XIX já contava com trabalhadores livres, ainda coexistindo com uma parcela de escravizados legais, podemos entender melhor a situação dos escravizados contemporâneos.

Entre 2016 e 2018, de 2.570 trabalhadores resgatados, 2.481 receberam auxílio (96%). Desses, 343 se autodeclararam brancos e 2.043 negros (soma de pretos e pardos). Os demais se identificaram como amarelos (18) ou indígenas (66), ou não informaram sua raça. Esses números são reflexos da manutenção das estruturas constitutivas da sociedade brasileira, de acordo com Clóvis Moura:

A abolição não mudou qualitativamente a estrutura da sociedade brasileira. Substituiu o senhor de escravos pelo fazendeiro de café, sendo que os últimos tomaram o lugar dos primeiros como herdeiros diretos e continuadores, cristalizando-se, por outro lado, as oligarquias regionais do Nordeste e Norte também apoiadas no monopólio da terra, como os

¹¹ Ver mais em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 25 fev. 2025.

¹² Ver mais detalhes em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/11/negros-sao-82-dos-resgatados-do-trabalho-escravo-no-brasil/>. Acesso em: 25 fev. 2025.



antigos senhores de escravos. Não podemos negar que o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Mas as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária na dinâmica desse processo, ficando como borra, sem função expressiva. O Brasil arcaico preservou os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação. (Moura, 2021, p.149).

Portanto os números expressam esse passado escravocrata que mantém em suas estruturas de poder a opressão sobre os corpos negros. Além disso, as opressões de gênero estão presentes nas relações de trabalho também. As mulheres ainda ocupam os postos de trabalho que as remuneram de forma inferior aos homens, mesmo executando as mesmas tarefas. O Trabalho realizado dentro dos lares por vezes é sequer reconhecido como trabalho, e isso irá se refletir nos números registrados e documentados dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo contemporâneo.

Em alguns casos de resgates, as autoridades identificam as trabalhadoras domésticas como familiares dos trabalhadores escravizados, ou seja, elas estariam no local apenas como companheiras, acompanhantes de seus maridos e filhos e não são contabilizadas. São invisíveis, portanto, há uma subnotificação em relação as mulheres.

O trabalho escravizado doméstico ganhou visibilidade nos últimos anos¹³, algumas mulheres foram resgatadas e é possível notar que as relações raciais e de gênero no Brasil possuem traços marcantes. Um deles é o fato de falas como: “Não é empregada da casa é como se fosse da família”; “nós somos a família dela”; “temos um grande carinho e afeto”. Essas relações de trabalho fazem parte de uma naturalização do racismo estrutural e consequentemente perpetuam-se as relações precárias de trabalho e até mesmo as relações escravocratas no país. Além disso, cabe lembrar que não houve políticas de inserção e reparação histórica para a população negra.

Portanto para a efetivação dos fundamentos dos Direitos Humanos no Brasil é necessário considerar que a classe trabalhadora não é homogenia e que as opressões de gênero e de raça perpassam e atravessa as relações de trabalho, e que é preciso realizar reparações históricas e políticas equitativas para combater as desigualdades de gênero e o racismo estrutural na sociedade.

¹³ O caso da Madalena Gordiano que foi resgatada após ser escravizada por 40 anos em Minas Gerais por uma família. Após este caso outros vieram à tona e ganharam notoriedade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente a conexão entre os Direitos Humanos e os direitos que fundamentam os direitos trabalhistas. Todos os ataques aos direitos trabalhistas são, na verdade, ataques à efetivação dos direitos humanos. Ao analisarmos os direitos nesta sociedade, é preciso ter cautela, pois eles são criados e estabelecidos dentro da ordem capitalista, visando à manutenção dessa mesma ordem. No entanto, são justamente esses direitos que precisam ser defendidos e ampliados, pois desempenham um papel fundamental na contenção da exploração desenfreada do capital.

A escravidão contemporânea não é apenas um resquício do modo de produção anterior; na verdade, ela representa a forma mais brutal do capital gerar lucro. O trabalho realizado por muitos trabalhadores brasileiros pode ser caracterizado como degradante e com jornadas exaustivas, como é o caso dos entregadores por aplicativo. Assim, há uma linha tênue entre essas condições de trabalho desses trabalhadores e o que está disposto no artigo 149 do Código Penal Brasileiro (CPB).

Os trabalhadores resgatados sofrem diversas violações, e não são apenas seus direitos trabalhistas que são desrespeitados, mas também sua dignidade humana, que é colocada em risco nesses casos. Isso deve ser levado em conta tanto nos autos de infração quanto nos julgamentos, e os responsáveis pela escravização devem ser punidos de forma rigorosa.

A sociedade brasileira possui especificidades nas suas bases e a forma que são estruturadas as relações de trabalho preservam os traços arcaicos e servis e se expressam na constituição do capitalismo tardio brasileiro. O ultraneoliberalismo impõe muitos desafios para a classe trabalhadora, e é um ataque sistemático aos Direitos Humanos, o enfrentamento a esta realidade não é simples e rápido, diante do atual cenário mundial é urgente a organização e a luta da classe trabalhadora contra a barbárie estabelecida pelo sistema capitalista. Fazendo alusão ao filme “Ainda Estou Aqui” a classe trabalhadora precisa mostrar que segue atenta e na luta contra a exploração, a escravização e a qualquer tipo de opressão. Ainda estamos aqui.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. 2. ed. São Paulo: Editora Pólen, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.



AGÊNCIA BRASIL. **Brasil tem o menor número de auditores fiscais do trabalho em 30 anos.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2023-03/brasil-tem-o-menor-numero-de-auditores-fiscais-do-trabalho-em-30-anos>. Acesso em: 25 fev. 2025.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ofensiva ultraneoliberal no capitalismo em crise no Brasil e no mundo. **Libertas**, v. 14, n. 1, p. 45-62, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/41383>. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro.** Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Art. 149. Dispõe sobre os crimes relacionados ao trabalho escravo. Brasília, DF, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1940/lei2848.html. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho.** Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. **Norma Regulamentadora nº 31 - NR 31.** Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-31-nr-31>. Acesso em: 25 fev. 2025.

CONVENÇÃO nº 29, de 28 de junho de 1930. **Convenção sobre o trabalho forçado ou obrigatório.** Organização Internacional do Trabalho. Genebra, 1930. Disponível em: https://www.oit.org/dyn/normlex/pt/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312147:NO. Acesso em: 25 fev. 2025.

CONVENÇÃO nº 105, de 25 de junho de 1957. **Convenção sobre a abolição do trabalho forçado.** Organização Internacional do Trabalho. Genebra, 1957. Disponível em: https://www.oit.org/dyn/normlex/pt/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312258:NO. Acesso em: 25 fev. 2025.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 25 fev. 2025.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.un.org/pt/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

REPÓRTER BRASIL. **Brasil flagra mais de 16 mil escravizados em 2024, do Rock in Rio à BYD.** Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2025/01/brasil-flagra-mais-de-16-mil-escravizados-em-2024-do-rock-in-rio-a-byd/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

REPÓRTER BRASIL. **Negros são 82% dos resgatados do trabalho escravo no Brasil.** Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/11/negros-sao-82-dos-resgatados-do-trabalho-escravo-no-brasil/>. Acesso em: 25 fev. 2025.



UOL. **Oxfam aponta que mundo ganhou 573 ultrarricos no período de pandemia.** Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/05/23/oxfam-aponta-que-mundo-ganhou-573-ultrarricos-no-periodo-de-pandemia.htm>. Acesso em: 25 fev. 2025.

VEJA. **IBGE: desemprego durante a pandemia foi maior que o estimado.** Disponível em: https://veja.abril.com.br/economia/ibge-desemprego-durante-a-pandemia-foi-maior-que-o-estimado#google_vignette. Acesso em: 25 fev. 2025.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE SOCIEDADE DE CLASSES E SUBDESENVOLVIMENTO EM FLORESTAN FERNANDES

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

CARLOS HENRIQUE LOPES RODRIGUES¹

RESUMO: Este artigo discute os principais aspectos da análise de Florestan Fernandes presentes em sua obra “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento”, especificamente a primeira parte: “O estudo sociológico do desenvolvimento econômico”. O objetivo é trazer para o debate qual a explicação do subdesenvolvimento econômico, por meio de uma análise sobre o capitalismo dependente e subdesenvolvido; a sociedade de classes e solidariedade de classes; e a relação entre o setor moderno e o setor arcaico. Serão feitas considerações sobre o aumento da dependência econômica brasileira, mesmo após o período da industrialização pesada, caracterizada pelo autor como a fase do capitalismo monopolista. Por fim, conclui-se que sociedades com essas características têm menos participação popular e democracia.

Palavras-chave: sociedade de classes, subdesenvolvimento, dependência, solidariedade de classe.

ABSTRACT: This article discusses the main aspects of Florestan Fernandes' analysis present in his work "Class Society and Underdevelopment", specifically the first part: "The sociological study of economic development". The objective is to bring to the debate what is the explanation of economic underdevelopment, through an analysis of dependent and underdeveloped capitalism; class society and class solidarity; and the relationship between the modern sector and the archaic sector. Considerations will be made about the increase of Brazilian economic dependence, even after the period of heavy industrialization, characterized by the author as the phase of monopolist capitalism. Finally, it is concluded that societies with these characteristics have less popular participation and democracy.

Keywords: class Society, underdevelopment, dependency, class solidarity.

INTRODUÇÃO

Florestan Fernandes, na introdução de sua obra *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*², esclarece que seu método de análise não se restringe a identificar o capitalismo tão somente como uma

¹ Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Departamento de Ciências Econômicas. Coordenador do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Econômico Brasileiro (GEDEB/UFVJM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8419-5826>. E-mail: chlrodrigues@yahoo.com.br.

² Nos deteremos mais na primeira parte do livro, intitulada: “O estudo sociológico do desenvolvimento econômico” que é um “Trabalho apresentado ao Segundo Colóquio Científico Ultramarino das Universidades e Escolas Superiores da Alemanha Ocidental, consagrado aos ‘Problemas das Sociedades em Desenvolvimento Industrial’ (6 a 21 de novembro de 1967)” (Fernandes, 1972, p. 9).

realidade econômica, mas sim como “uma complexa realidade sociocultural, em cuja formação e evolução histórica concorrem vários fatores extra econômicos (do direito e do Estado nacional à filosofia, à religião, à ciência e à tecnologia)” (Fernandes, 1972, p. 9), isto quer dizer que o autor não se enveredará, em sua análise sobre o “mundo subdesenvolvido”, para um método reducionista e/ou economicista e nem mesmo em uma visão que despreza a particularidade brasileira, por meio de “modelos” que serviriam a todos os países que foram colônias de exploração³.

Fernandes (1972) parte de uma perspectiva macrosociológica sobre o desenvolvimento, que significa uma análise interdisciplinar do processo histórico que afeta todas as dimensões da sociedade. Ele procura entender a relação entre regime de classes e organização capitalista, ou seja, relação entre classe social e padrão de desenvolvimento.

O autor identifica que a análise sobre a sociedade subdesenvolvida brasileira não pode desprezar seu ponto de partida para a história moderna, ou seja, “como parte da expansão do mundo ocidental e do papel que nela tomaram os portugueses” (Fernandes, 1972, p. 9), o que implica dois desdobramentos: o primeiro foi a transição na Europa do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista e, o segundo, a contradição que redundava em uma situação na qual as formas sociais que estavam emergindo alhures não podiam ser introduzidas na colônia pelos portugueses, nesse sentido, promoveu-se aqui formas estamentais de relações sociais, “graças a simbiose entre grande plantação, trabalho escravo e expropriação colonial”⁴ (Fernandes, 1972, p. 10).

Fernandes (1972) mostra também que no processo de formação de um Estado nacional no país não ocorreram mudanças significativas tanto na organização da sociedade, quanto na organização da economia, uma vez que não houve uma crise que forcejasse a substituição do mandonismo dos senhores rurais. Na verdade, esses teriam transitado para uma aristocracia agrária e mantido seus privilégios. Nesse aspecto, ocorreu a transição do colonialismo português para o neocolonialismo inglês, dado que a Inglaterra havia se transformado na grande potência colonial, ou seja,

³ “[...] apoiando-se nos rebentos de uma mesma civilização, transplantada ao longo de um amplo e contínuo processo de migrações sucessivas ou por meio da difusão cultural, os homens construíram essa civilização e, por isso, escreveram através dela uma história econômica, social e cultural particularíssima, que nos dá a justa medida do que pode e do que deve ser a dita civilização a partir de uma condição colonial permanente, embora instável e mutável” (Fernandes, 1972, p. 14).

⁴ Para Prado Jr. (2006, n.p.), “Em matéria de organização, a lavoura cafeeira seguiu os moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país: a exploração em larga escala, tipo ‘plantação’ (a *plantation* dos economistas ingleses), fundada na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, substituídos mais tarde [...] por trabalhadores assalariados”.



os laços coloniais apenas mudaram de caráter e sofreram uma transferência: deixaram de ser jurídico-políticos, para se secularizarem e se tornarem puramente econômicos; passaram da antiga Metrópole lusitana para o principal centro de poder do imperialismo econômico nascente (Fernandes, 1972, p. 10).

Contudo, reconhece o autor que do ponto de vista político, diferentemente do econômico, a independência do país significou uma revolução, uma vez que possibilitou o controle interno sobre o excedente econômico⁵. Nas palavras de Fernandes (1972, p. 10):

Em um nível, como revolução política, ele culminou na eliminação das formas preexistentes de expropriação colonial, de fundamento “legal”, na reorganização do fluxo interno do excedente econômico, o qual deixou de ser estritamente regulado a partir de fora; e na transferência do poder político institucionalizado para as elites nativas (ou seja, as elites dos estamentos senhoriais). No nível econômico, ele não teve o mesmo sentido revolucionário. As estruturas sociais e econômicas do mundo colonial ficaram intactas, como condição mesma, seja para o controle do poder pelas elites senhoriais nativas, seja por causa das necessidades do mercado mundial, em relação ao qual a economia tropical preenche uma função especializada, de natureza heteronômica.

Fernandes (1972), fazendo uma análise do todo e das partes, procura entender as mudanças que houve no contexto mundial e como isso se reverbera internamente, em função dos interesses da *sociedade de classes*, identifica o autor três mudanças significativas: i) as conexões com o antigo sistema colonial; ii) o neocolonialismo criado pelo imperialismo; e iii) os vínculos ao capitalismo monopolista, ou seja, Fernandes (1972) analisa o processo histórico, econômico e social, marcados por essas relações do grande capital com os países subdesenvolvidos e como estes reagem a esses vínculos, isto é, se as relações de dependência se fortalecem ou enfraquecem em cada um desses momentos. Contudo, para o autor,

⁵ “Todavia, alteração dos laços de dependência colonial e a substituição do pólo hegemônico dos mesmos produziram efeitos imediatos e remotos de profundo alcance. Desde que desapareceria a forma legal de expropriação colonial, os negócios de exportação e de importação tinham de ser organizados segundo critérios econômicos vigentes no mercado mundial e a partir de dentro. Esse fenômeno se precipita anteriormente, com a transferência da Corte portuguesa, a abertura dos portos e a subsequente elevação do Brasil a reino (acontecimentos ocorridos entre 1808 e 1815). Mas ele sempre seria neutralizado, enquanto operasse a ‘dominação portuguesa’. Só a emancipação política e a criação de um Estado nacional independente (datas de referência: de 7/9/1822 a 12/8/1834) fariam com que o fenômeno adquirisse plena vitalidade. O controle colonial e puramente econômico tinha de basear-se na existência, no funcionamento regular e no crescimento progressivo de instituições econômicas novas. Por essa razão a Independência, malgrado seu significado ambíguo no plano econômico, inaugura a Idade Moderna no Brasil. Sem qualquer maturação interna prévia, as instituições econômicas inerentes ao capitalismo comercial são absorvidas *ex abrupto*, de modo desordenado, mas sob condições de relativo otimismo e certa intensidade, constituindo-se assim um setor econômico novo e moderno, montado e dirigido, diretamente ou à distância, por interesses e organizações estrangeiras [...]. A partir da ruptura com o antigo sistema colonial, o País poderia firma-se e evoluir sobre os seus próprios pés”. (Fernandes, 1972, p. 11).

a posição heteronômica da economia do País, em sua estrutura e funcionamento, mantém-se constante. O que varia, porque depende da calibração dos fatores externos envolvidos, é a natureza do nexo de dependência, a polarização da hegemonia e o poder de determinação do núcleo dominante (Fernandes, 1972, p. 14).

Vamos então, nesse artigo, resgatar a análise de Fernandes sobre esses processos e como ele chega à conclusão de que não caminhamos para um capitalismo autônomo, ou autodeterminado, mas sim para a intensificação da dependência, mantendo o subdesenvolvimento e a segregação social. Ou seja, caracterizar-se-á uma sociedade com menos participação popular e democracia, o que dificulta a organização da classe trabalhadora por meio dos movimentos sociais.

Este trabalho está dividido, além dessa introdução e uma breve conclusão, em: capitalismo dependente e subdesenvolvimento; sociedade de classes e solidariedade de classes; e por fim, relação entre o setor moderno e o setor arcaico. Tópicos estes que constituem a explicação do subdesenvolvimento econômico.

CAPITALISMO DEPENDENTE E SUBDESENVOLVIMENTO

O capitalismo dependente, assim como o capitalismo avançado, está em diferentes estágios de gradações. No caso do capitalismo dependente brasileiro é possível identificar formas bastante arcaicas, assim como formas muito avançadas de produção.

Uma característica central do capitalismo dependente é o fato de a maior parte de suas receitas originarem-se da exportação de produtos primários e de manter estruturas arcaicas de produção. À primeira vista, pode parecer uma fragilidade da classe dominante – em relação à classe dominante externa, com certeza –, mas no que se refere à classe trabalhadora essa aparente fraqueza é desmistificada, uma vez que nela é jogado todo o peso de eventuais problemas de demanda externa e mudanças nos preços de suas mercadorias exportadas. De acordo com Fernandes (1972, p. 51-52),

as técnicas de produção anacrônicas e a conglomeração de formas produtivas heterogêneas representam, em si mesmas, um meio de defesa do “produtor” (ou seja, do agente econômico que detém a propriedade das unidades produtivas e dos bens exportados). Conforme as condições, a combinação de modalidades de economia de subsistência com a produção para exportar pode constituir um mecanismo de transferência de pressões para os ombros do trabalhador. Nesse esquema, o proprietário-exportador consegue enfrentar fortes processos de descapitalização da “empresa”, do setor e até longas depressões da economia interna, em relativa

segurança e com riscos limitados [...]. A articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônica entre si preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo, explorando-se em limites extremos o único fator constantemente abundante, que é o trabalho – por bases anticapitalistas, semi-capitalistas ou capitalistas.

Nesses termos, no capitalismo subdesenvolvido a existência de formas arcaicas de produção é importante para seu equilíbrio e sua manutenção, caso contrário, os momentos de crise do ciclo econômico poderiam levar a retrocessos econômicos significativos e definitivos, em contrapartida, períodos de prosperidade e expressivo crescimento econômico não significam caminhar para um capitalismo menos dependente⁶.

Apesar da industrialização pesada⁷ e do significativo crescimento econômico brasileiro, sobretudo durante o período denominado de “milagre econômico”, entre os anos 1968 e 1973, cuja economia cresceu a taxas superiores a 11% ao ano, essa situação não provocou significativa destruição das formas arcaicas de produção⁸, muito menos amenizou a dependência econômica do país ou fê-lo deixar de ser subdesenvolvido. Para Fernandes (1972, p. 54),

A industrialização não alterou profundamente esse quadro, embora tenha modificado o modo pelo qual ele se atualiza no presente. A forte concentração do crescimento econômico, provocado pela industrialização, acarretou a intensificação da transferência de renda e de controles econômicos do setor arcaico para o setor moderno, localizado no meio urbano. Nesse sentido, a região beneficiada pelo processo (o eixo econômico Rio de Janeiro - São Paulo) passou a exercer algumas das funções econômicas anteriormente saturadas por centros hegemônicos do exterior. Todavia, no momento em que a industrialização alcançou o patamar do capitalismo industrial, o ciclo industrial acabou se enquadrando no padrão de crescimento articulado de uma economia capitalista dependente⁹.

⁶ “Como a articulação se dá ao nível dos interesses estritamente lucrativos do capital, no qual a ação econômica adquire significado e funções capitalistas, independentemente das formas de organização das relações de produção, tanto o setor arcaico mantém, cronicamente, sua dependência diante do capital externo quanto o setor moderno surge em um clima de associação indireta com esse capital (mediante suas articulações com o setor arcaico) e cresce configurando-se como este último (pela presença maciça ou pela associação crônica com o capital externo)” (Fernandes, 1972, p. 53).

⁷ Esse tipo de industrialização pesada não tirava o país da posição de retardatário, de um complemento periférico e apêndice dos centros. A determinação dos empreendimentos imperialistas representava “uma deformação e amesquinçamento” do que deveria ser o processo de industrialização brasileira, além de caracterizar um reforço do sistema colonial, “o principal responsável pelas nossas deficiências, limitando o desenvolvimento aos acanhados horizontes daquele sistema” (Prado Jr., 2006, p. 330).

⁸ “A articulação de estruturas arcaicas e modernas é um requisito do capitalismo dependente e este só poderá modificá-la, mantendo-se como tal, de maneira muito lenta e jamais completamente. Mesmo o novo tipo de relação heteronômica, nascido com as influências do capitalismo monopolista, que acelera a absorção das estruturas arcaicas pela industrialização e expansão do consumo de massas não permite remover todas as fontes de desequilíbrio e de tensão, ao nível estrutural (o que exigiria um sistema econômico capitalista autossuficiente e autônomo)” (Fernandes, 1972, p. 65-66).

⁹ “Por conseguinte, em vez de concorrer para o aparecimento de uma economia capitalista autossuficiente, essa ordem econômica induz a monopolização do crescimento pelo setor moderno e aumenta constantemente a distância existente entre ele e o setor arcaico. Assim, ela organiza a transferência do excedente econômico deste setor para a esfera urbana da economia, como um

Fernandes (1972), em sua análise, não considerara o desenvolvimento do setor moderno como responsável pela promoção do Brasil a uma situação próxima ou caminhando para um capitalismo avançado e autônomo¹⁰, uma vez que em seu método de análise ele apreende que as mudanças na economia subdesenvolvida se dão, em grande medida, devido às alterações no mercado mundial e de novas formas ou não de captação do excedente econômico dessas economias subdesenvolvidas, por parte dos países desenvolvidos, por isso ele chama a economia brasileira de “satélite”¹¹. As grandes empresas transnacionais disputam entre si as oportunidades de investimentos lucrativos nos países subdesenvolvidos e essa disputa pode redundar, de acordo com as possibilidades de ganhos¹² e as exigências do mercado mundial, no desenvolvimento de setores modernos nesses países, mas isso não significa que estejam caminhando para se transformarem em países desenvolvidos. Nas palavras de Fernandes (1972, p. 55-56),

As grandes firmas e organizações das economias nacionais avançadas disputam entre si as oportunidades de alocação econômica no *mundo subdesenvolvido*, intensificando a redução das economias nacionais dependentes, dotadas de melhores perspectivas de autonomização em bases

meio para promover o financiamento da industrialização e expandir as tendências de consumo em massa, que infundem ao setor moderno as aparências do ‘capitalismo avançado’” (Fernandes, 1972, p. 57).

¹⁰ “Uma sociedade subdesenvolvida, que se encontre no estágio do capitalismo dependente, não só possui uma economia de mercado capitalista, no sentido moderno. A sua própria ordem econômica é uma ordem capitalista. Sob esse aspecto, ela reproduz várias condições essenciais para a existência, o funcionamento e o crescimento do regime social de produção capitalista. Talvez por causa disso, alguns autores se viram tentados a focalizá-la como se ela constituísse uma réplica em miniatura do modelo original e se estivesse, assim, num estágio inevitável, mas transitório, da evolução normal do capitalismo. Contudo, essa visão falseia a realidade em um ponto fundamental. Na medida em que a estrutura e o destino histórico de sociedades desse tipo se vinculam a um capitalismo dependente, elas encarnam uma situação específica, que só pode ser caracterizada através de uma economia de mercado capitalista duplamente polarizada, destituída de autossuficiência e possuidora, no máximo, de uma autonomia limitada. Em outras palavras, a semelhança com o modelo original começa e termina naquilo que se poderia designar como a organização formal do sistema econômico. Nos planos da estrutura, funcionamento e diferenciação do sistema econômico, a dupla polarização no mercado suscita uma realidade histórica nova e inconfundível. Trata-se de uma economia de mercado capitalista para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas” (Fernandes, 1972, p. 24).

¹¹ “O desenvolvimento do capitalismo avançado impõe contínuos reajustamentos no mercado mundial, dos quais resultam a transformação e a reorientação das técnicas capitalistas de controle à distância das economias nacionais dependentes. Essas alterações convergem todas para um mesmo ponto: converter os dinamismos de crescimento da economia capitalista satélite em fonte de transferência para fora de seu próprio excedente econômico. Assim, à medida que o crescimento dessas economias se encaminha no sentido da autonomização, os mecanismos de controle são reorganizados em torno da produção e do consumo internos” (Fernandes, 1972, p. 55).

¹² Sobre os lucros das filiais das multinacionais instaladas em países como o Brasil, superiores aos de suas matrizes, ver Rodrigues (2023), especialmente o cap. 1: “Imperialismo, Estado e Industrialização (1956-1973)”.

capitalistas, em verdadeiras economias de consumo. Isso põe fim ao mito¹³ segundo o qual a autonomização do desenvolvimento econômico capitalista seja uma função da capacidade revelada pelas economias capitalistas dependentes de absorver os modelos econômicos das nações hegemônicas.

SOCIEDADE DE CLASSES E SOLIDARIEDADE DE CLASSE

Fernandes (1972) fará uma distinção na sociedade de classes entre os “possuidores de bens” e os “não possuidores”, sendo que os primeiros estão, em sua totalidade, incluídos no sistema econômico, “independentemente do modo pelo qual valorizam tais bens através das relações de produção e do mercado” (Fernandes, 1972, p. 57). Já, os segundos, podem ou não estar inclusos no sistema econômico, o que vai definir é o seu trabalho ser valorizado no mercado, ou seja, conseguir vender sua mercadoria força de trabalho¹⁴, por meio de relações capitalistas institucionalizadas.

Se a posição ocupada nas relações de produção corresponde uma valorização no mercado, o trabalho conta como mercadoria e como fonte de classificação na ordem econômica. Dessa perspectiva global, os “não-possuidores de bens” dividem-se em duas categorias: os que estão imersos na economia de subsistência ou em estruturas arcaicas do sistema econômico (persistente em maior escala no campo e, com intensidade menor, também nas cidades); os que se assalariam de uma ou outra maneira, e os que estão em via de proletarização ou se proletarizaram. A primeira categoria não constitui um “exército industrial de reserva”¹⁵, embora, como é normal, nas fases de constituição e expansão de uma economia capitalista, nela se recrutam grandes massas de candidatos à proletarização (e, portanto, os elementos humanos que podem engrossar, variavelmente a população industrial excedente). Ela forma antes, o que se poderia chamar como os *condenados do sistema*, o setor humano marginal de sua ordem econômica (Fernandes, 1972, p. 58).

¹³ Em consonância com Fernandes, Furtado assevera (1974, p. 75-76): “Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico - a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos - é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias periféricas nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e leva-os a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento”.

¹⁴ Para informações sobre o surgimento da mercadoria força de trabalho, ver Marx (2013), especificamente o capítulo 24, “A Assim Chamada Acumulação Primitiva de Capital”.

¹⁵ Fernandes (1972) ressalta que o fato dessa categoria não se constituir enquanto “exército industrial de reserva” não está relacionado à identificação de Marx, de que nas fases iniciais do modo de produção capitalista não há esse “exército” porque surgem muitas oportunidades de emprego e que esse “exército industrial de reserva” constituir-se-á posteriormente. Para mais informações ver Marx (2013), especificamente o capítulo 23: “A Lei Geral da Acumulação Capitalista”.

No caso do Brasil, os “possuidores de bens”, se identificam em seus interesses de classe e se fortalecem por meio da solidariedade de classe, principalmente para manter sua posição na sociedade e seu fausto¹⁶. Diferentemente, os “não possuidores”, que não estão inclusos no sistema econômico, são uma classe muito heterogênea, que não tem identidade de classe e consequentemente, solidariedade de classe. Já as classes médias, apesar de “não possuidoras”, estão inseridas no sistema econômico e ancoradas nos interesses do capital, seja ele nacional ou estrangeiro, “ao mesmo tempo que apregoam a intensificação da ultra modernização, na qual poderá estar o elemento específico de seus interesses e atuação de classe, convertem-se nos puritanos do capitalismo dependente” (Fernandes, 1972, p. 63). Nesses termos, as classes médias, apesar de “não possuidoras”, defendem fortemente esse capitalismo subdesenvolvido, uma vez que se inserem nele através de sua valorização no mercado de trabalho¹⁷.

Para os “não possuidores”, excluídos do sistema, o desiderato passa a ser o acesso ao trabalho por meio do assalariamento para ter os “privilégios da proletarização”. Essa situação promove uma migração para as cidades gerando um risco de violência, que pode tensionar para mudanças, mesmo porque os que fazem parte desse grupo são um número expressivo. Para amenizar esse risco, a busca de crescimento econômico que gera um maior número de empregos nas cidades é uma necessidade, mesmo sendo esses postos de trabalho precarizados e com um nível salarial muito baixo - devido à superexploração do trabalho -, pois ele simboliza uma ascensão social e a valorização da mercadoria força de trabalho no mercado. Busca-se, desta maneira, acelerar o crescimento econômico, justamente para inibir e conter possíveis focos de mudanças “fora da ordem”¹⁸, ou seja, se tenta uma solução “dentro da ordem” estabelecida, que não promove alterações significativas e não resolve o problema do subdesenvolvimento e da dependência

¹⁶ “O que importa, aqui, é que a percepção da realidade e as consequentes formas de atuação de classe impelem as classes sociais altas a condicionarem o seu destino social à ordem econômica inerente ao capitalismo dependente, negando-se como classe dominante ao escamotear a realidade, sublinhando-a através de símbolos destituídos de eficácia para a sua existência e para a sua autonomia como classe” (Fernandes, 1972, p. 62).

¹⁷ Lênin chamava a atenção para a formação de uma “aristocracia operária” que parecia defender mais os interesses da classe burguesa aos seus interesses de classe. Para mais informações ver Lênin (1985), p. 105 e segs.

¹⁸ De acordo com Netto (1987, p. 299), “o grau de subalternidade das burguesias periféricas, determinado pela sua associação dependente ao imperialismo retirando-lhe quaisquer veleidades ‘heróicas’ e inviabilizando, nos seus espaços nacionais, os processos de revoluções democráticas de corte ‘clássico’ - esta particularidade, que barbariza a emergência e a consolidação da dominação burguesa no capitalismo dependente, responde pelo fato de a revolução proletária configurar-se como resolução da revolução ‘dentro da ordem’ na revolução ‘contra a ordem’. É a natureza da (contra) revolução burguesa que impõe à revolução proletária um andamento em que ela deve solucionar as tarefas que lhe são inerentes e aquelas que, na órbita da dependência, não podem ser equacionadas pelas burguesias (aliás, mais nativas que nacionais)”.



econômica¹⁹. Por isso, asseverou Fernandes (2005, p. 402), que o “[...] *desenvolvimento extremista*, [é] a verdadeira moléstia infantil do capitalismo monopolista na periferia”.

Reconhece o autor que o regime de classes tem papel fundamental no sentido de tensionar para uma melhor distribuição de renda e para pôr fim às formas de relações características de sociedades estamentais, anteriores ao capitalismo. Nesse sentido, “o regime de classes preenche funções positivas, relacionadas com a constituição de uma economia fundada na apropriação privada dos meios de produção, na mercantilização do trabalho e na organização capitalista das relações de produção e do mercado” (Fernandes, 1972, p. 67). Apesar de não acabar com as classes sociais, esse regime de classes permite uma maior homogeneização e a constituição de fundamentos econômicos na estratificação social, além da possibilidade de valorizar no mercado a posse de bens e trabalho. Nessas sociedades há uma homogeneidade estrutural e uma integração social que desembocam em um capitalismo com democracia.

Diferentemente, no capitalismo subdesenvolvido e dependente, onde se caracterizam formas de organizações capitalistas com o intento de destinar boa parte do excedente econômico às economias capitalistas mais avançadas, independentemente das fases históricas: colonial, neocolonial, imperialista ou monopolista²⁰; essa situação não se evidencia.

Isto quer dizer que nessa sociedade o regime de classes serve principalmente para aumentar os privilégios daqueles que detêm mais renda e poder, em detrimento dos “não possuidores”, que estão excluídos do sistema, vivem todas as mazelas do capitalismo dependente e ainda são marginalizados de seus benefícios, redundando em mais desigualdades sociais, menos democracia e participação popular nos destinos do país. Nessas sociedades dependentes, o regime de classes tem como características, nas palavras de Fernandes (1972, p. 68-69),

aproveitar as oportunidades existentes e até as inexistentes ou impossíveis... Parece inútil ressaltar o que significa semelhante estado de coisas. Pessoas e grupos de pessoas, em posições estratégicas, adquirem probabilidades únicas de concentrarem ainda mais em suas mãos uma renda, um prestígio social e um poder já extremamente concentrados. O regime de classes vincula-se, portanto, a um aumento crescente das desigualdades econômicas, sociais e políticas,

¹⁹ “Uma interferência drástica na continuidade do crescimento econômico, que ameaçasse ainda mais os limites dentro dos quais a classe baixa urbana participa das vantagens do crescimento econômico sobre o seu padrão atual, é suscetível de projetar o elemento de tensão existente em contextos históricos-sociais nos quais ele poderá torna-se explosivo. Nesse caso, a propensão a fazer a ‘revolução dentro da ordem’, pelo desenvolvimento, seria facilmente substituída por outros tipos de comportamento inconformistas e por soluções verdadeiramente revolucionárias. Desse ângulo, fica bem claro, em termos estruturais, que o *desenvolvimento econômico*, como ‘revolução social’, constitui uma fórmula conservadora e que, se ela falhar, não existirá alternativa para o capitalismo” (Fernandes, 1972, p. 64).

²⁰ Para uma análise sobre as formas de dominação discutidas por Fernandes, ver Rodrigues (2023), p. 15-23.

preservando distâncias e barreiras sociais antigas, nas relações entre estratos sociais diferentes, ou engendrando continuamente outras novas. Como as demais funções do regime de classes (no plano cultural, político e social) se atrofiam ou se manifestam com menor vigor relativo, a formação societária resultante contrai o espectro estrutural e as contradições irredutíveis, típicos do capitalismo dependente. As classes altas passam a resguardar o privilegiamento de sua posição como se ele devesse ser natural, eterno e sagrado. Omitem-se ou opõem-se sistematicamente, pela violência onde se tornar conveniente, à institucionalização e à fruição das formas de equidade, que garantem à ordem social competitiva um padrão de equilíbrio dinâmico capaz de assegurar a classes sociais com interesses econômicos divergentes ajustamentos normais através de acomodação ou de conflito. O regime de classes assume, pois, como conexão histórico-social do capitalismo dependente, uma dimensão peculiar. Adapta-se normalmente, em termos funcionais, a iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida²¹.

RELAÇÃO ENTRE O SETOR MODERNO E O SETOR ARCAICO

Analisaremos agora como o setor moderno e o setor arcaico se articulam dentro da totalidade do capitalismo dependente e como e quando cada um deles atua nessa sociedade, se beneficiando ou encontrando problemas para a realização de seus capitais.

Para a grande empresa, ligada ao setor moderno, o “mínimo de racionalidade” é garantido pelo Estado, institucionalmente, apesar disso, caracterizam-se imprevisões e improvisações em uma magnitude muito acentuada, em relação à sua atuação nos países desenvolvidos. Nesse sentido, as possibilidades de instabilidades aumentam, mesmo porque nos países subdesenvolvidos qualquer variação no mercado internacional repercute direta e intensamente nesses países. Por exemplo, uma diminuição dos preços das mercadorias exportadas, devido a crises ou guerras, pode desembocar em mudança cambial, alteração de tarifas e reverberar para uma alteração do controle externo e gerar possibilidades momentâneas de crescimento de setores econômicos internos.

²¹ “Numa economia capitalista dependente, ‘a racionalidade possível’ flutua de uma esfera para outra, mesmo no que concerne a interesses univocamente econômicos de agentes econômicos privilegiados. Poder-se-ia compreender facilmente esta afirmação por meio de um paralelo simples. Se um fazendeiro ou empresário industrial brasileiro aguardassem o aparecimento de ‘condições mínimas de racionalidade’, muito dificilmente desempenhariam seus papéis econômicos. Se pretendessem, nas condições com que contam e em que agem, observar rigorosamente as regras do jogo numa economia avançada, de antemão se condenariam ao fracasso. O número de fatores que, por uma razão ou por outra, escapam a qualquer espécie de previsão e de controle racional é tão grande que ‘negócio’ e ‘aventura especulativa’ andam sempre mais ou menos juntos, mesmo quando e onde existam uma contabilização e alguma previsão das relações com o mercado ou da evolução do empreendimento” (Fernandes, 1972, p. 72).



Nesse contexto, os setores arcaicos tendem a ganhar mais força e funcionam como um colchão amortecedor para as burguesias nativas, nesse momento de descontrole dos núcleos externos em relação aos países subdesenvolvidos, “assim, os agentes econômicos que operam através de estruturas arcaicas estão mais protegidos na parte de suas ações econômicas que se desenrolam no *background* extra capitalista, que naqueles que se inserem no setor moderno” (Fernandes, 1972, p. 75).

Contudo, apesar do “circuito de indeterminação”²², sob o capitalismo dependente,

poucos são os agentes econômicos que dispõem de condições para neutralizar ou superar o circuito de indeterminação, entranhado no próprio coração da economia capitalista subdesenvolvida. A rigor, apenas as grandes empresas estrangeiras, os empreendimentos estatais de maior envergadura e algumas grandes empresas de capitais mistos ou nacionais conseguem enfrentar os desgastes apontados sem debilitação de sua potência econômica (Fernandes, 1972, p. 75-76).

Então, para amenizar esse “circuito de indeterminação”, esses agentes econômicos introduzem duas novas variáveis em seus cálculos capitalistas:

1.º) o sujeito projeta as consequências puramente econômicas de sua ação em um raio tão curto e fechado quanto for possível; 2.º) a transferência sistemática dos “riscos do negócio” para outros fatores (de preferência: o agente de trabalho e o consumidor; adicionalmente, o fornecedor ou os mecanismos de crédito; num sentido mais amplo e complexo, para a coletividade. Portanto, o “cálculo capitalista” sofre uma transformação estrutural, que converte o imediatismo e a especulação imoderada em componentes essenciais do êxito econômico. O “espírito lucrativo” sofre reelaboração, que leva o sujeito a procurar nos fatores controláveis das relações de produção ou de mercado, que ele pode submeter a formas marginais de exploração, a fonte de um incremento adicional do excedente econômico. Esse excedente adicional volatiliza-se no conjunto do processo, não entra como tal na contabilização, mas constitui a base de segurança e da continuidade dos “negócios”. De um ponto de vista ortodoxo, estaríamos diante de um verdadeiro “espírito extorsivo” (Fernandes, 1972, p. 76).

Desta forma, essas burguesias que em um país de capitalismo autônomo promoveriam a expansão das forças produtivas, uma homogeneização dessa sociedade e a organização do mundo dos negócios,

²² “O cálculo econômico capitalista, sob o capitalismo dependente, aplica-se absorventemente na superação do circuito de indeterminação imanente à objetivação histórica desse capitalismo. Onde os seus fatores e efeitos são postos sob controle, os processos econômicos revelam uma racionalidade capitalista típica. Portanto, são os agentes econômicos que criam essa racionalidade, onde ela se manifesta. O preço desse resultado marcante é a devastação de recursos intelectuais em elementos marginais ou aleatórios dos processos econômicos e a dispersão de objetivos centrais das atividades econômicas, o que faz com que os alvos econômicos essenciais só ocasionalmente sejam perseguidos” (Fernandes, 1972, p. 75).

passam a atuar no sentido de garantir seus interesses de qualquer maneira e com isso a promoverem de maneira mais acentuada o “egoísmo de classe”²³.

Destarte, a situação das economias subdesenvolvidas é duplamente prejudicada, de um lado, têm-se burguesias que não perspectivam um capitalismo autônomo ou autossuficiente e nem em momentos de crescimento econômico diminuem sua dependência ante o grande capital internacional, relacionando-se com este enquanto uma associação econômica dependente; e, de outro lado, sofrem com a forma de atuação das burguesias internacionais que veem essas economias dependentes como puro espaço de reprodução ampliada do capital, sem qualquer vínculo com o desenvolvimento dessas regiões. De acordo com Fernandes (1972, p. 87),

Na América Latina, ao que parece, as burguesias perderam a oportunidade histórica de se tornarem agentes da transformação concomitante das formas econômicas sociais e políticas inerentes ao capitalismo. Por isso, o avanço nessa direção tende a fazer-se, ainda em nossos dias, como processo de modernização, sob o impacto da incorporação dos sistemas de produção e dos mercados latino-americanos às grandes organizações da economia mundial. As burguesias de hoje por vezes imitam os grandes proprietários rurais do século XIX. Apegam-se ao subterfúgio do desenvolvimentismo como aqueles apelam para o liberalismo: para disfarçar uma posição heteronômica e secundária. O desenvolvimentismo encobre, assim, sua submissão a influências externas, que se supõem incontornáveis e imbatíveis. A mesma coisa acontece com o nacionalismo exacerbado. Quando ele reoponta, no seio dessas burguesias, quase sempre oculta algo pior que o fracasso histórico e a frustração econômica: envolve uma busca de esteios para deter a torrente histórica e preservar o próprio capitalismo dependente, e segundo valores provincianos²⁴.

²³ “A burguesia de uma sociedade capitalista subdesenvolvida concentra o melhor de suas energias, de seu talento e de sua capacidade criadora na luta por sua sobrevivência econômica. Apenas, incidentalmente transcende esse plano, projetando-se historicamente como uma classe que domina e modifica a estrutura ou o curso dos processos econômicos. Na verdade, seus interesses univocamente econômicos definem-se segundo esquemas tão emaranhados, instáveis e incertos que o chamado ‘egoísmo de classe’ se alimenta de puras contingências econômicas e só se transfigura em *política* sob a pressão de imperativos de autodefesa num plano imediatista e mais ou menos estreito. Assim a economia capitalista subdesenvolvida engendra uma burguesia que é vítima de sua própria situação de classe. Ela possui poder para resguardar sua posição econômica e os privilégios dela decorrentes no cenário nacional. Mas é impotente noutras direções fundamentais, a tal ponto que induz e fomenta um crescimento econômico que a escraviza cada vez mais intensamente ao domínio dos núcleos hegemônicos externos. Desse ângulo, percebe-se quais são e como operam os ‘interesses econômicos univocamente capitalistas’ que conduzem a burguesia das sociedades subdesenvolvidas a forjar e a reforçar, continuamente, as bases econômicas da persistência, crescimento e fortalecimento do capitalismo dependente” (FERNANDES, 1972, p. 78).

²⁴ “Sob esses aspectos, a transição da era do imperialismo econômico para a era do capitalismo monopolista expõe as burguesias das sociedades capitalistas dependentes a uma paradoxal inversão de perspectivas históricas. Elas se veem na iminência de serem batidas e ultrapassadas pelos efeitos inexoráveis da internacionalização dos mercados capitalistas, correndo o risco de se converterem nas primeiras vítimas da identificação com o capitalismo dependente. Ao conterem a revolução burguesa ao nível dos interesses econômicos e das conveniências políticas de sua própria classe, forjaram a presente situação de impotência na qual se acham. A internacionalização das economias capitalistas dependentes é muito mais simples e muito mais fácil [...]” (FERNANDES, 1972, p. 87-88).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Florestan Fernandes, ao analisar a sociedade brasileira em suas diferentes fases: no antigo sistema colonial, cuja dominação se dava a partir de Portugal, ou no período neocolonial, sob controle inglês, ou mesmo na fase do capitalismo monopolista, sob domínio dos Estados Unidos, vai identificar as particularidades de cada período e como a classe dominante do país vai atuar em cada um desses momentos. Se, no período colonial, o pacto colonial ou exclusivo metropolitano impedia que o excedente econômico gerado internamente pudesse ser canalizado para dentro, no período posterior, após a independência de Portugal, abre-se a possibilidade de utilizá-lo internamente, contudo, os interesses externos, principalmente ingleses pressionarão para uma forma de dependência que estimulará um subdesenvolvimento que continue a canalizar a maior parte do excedente econômico para fora e com o apoio da classe dominante interna, que aceita essa situação, ou seja, uma situação de dependência ante os grandes centros internacionais, com baixa margem de manobra, mas com grandes ganhos para essa classe dominante interna.

Já no período do capitalismo monopolista caracterizar-se-á a fase da industrialização pesada no país, que fez com que alguns autores, diferentemente de Florestan Fernandes, acreditassem que agora o país estaria caminhando para uma sociedade desenvolvida e autônoma. Contudo, Fernandes percebeu que, na verdade, estava-se acirrando cada vez mais o processo de dependência externa do país e que o avanço do setor moderno nessa economia não eliminava suas estruturas arcaicas que caracterizam o subdesenvolvimento.

A forma de sociabilidade organizada no país dificulta a solidariedade de classe, compromete a percepção dos problemas e a solução de maneira mais acentuada e abrangente. Fernandes reconhece que essa solidariedade apenas existe entre os “possuidores de bens” e os “não possuidores” que conseguem valorizar sua mercadoria força de trabalho no mercado. Para parte da população que não se encontra em nenhuma dessas situações não existe a solidariedade de classe, além disso, a classe dominante, pela sua forma de atuação possui uma outra característica que é o “egoísmo de classe”, fazendo o que for necessário para manter sua posição privilegiada, utilizando-se inclusive de uma grande violência diante das demais, situação que dificulta a organização da classe operária por meio de movimentos sociais para promover conquistas nessa sociedade. Para Sampaio Jr. (1999, p. 148),



As burguesias dependentes desenvolvem uma extrema intolerância em relação à utilização do conflito como instrumento legítimo de luta política pelas classes populares. Elas são obrigadas a sufocar qualquer iniciativa de transformação social contra ou dentro da ordem que ameace o controle absoluto das classes dominantes. Daí o aparecimento de um padrão de luta de classes que impede a mudança social construtiva, aprisionando a história no *circuito fechado* do subdesenvolvimento.

Nesse sentido, as burguesias brasileiras, apesar impotentes e subservientes perante as burguesias dos países desenvolvidos, internamente elas são muito fortes e utilizam-se do monopólio da violência para defender seus interesses a qualquer custo. Além disso, as formas arcaicas de produção permitirão a elas se defender de crises no mercado internacional que comprometa a venda e o preço de seus produtos primários, por meio do aumento da exploração sobre os trabalhadores ligados a esses setores. Ainda, os capitalistas das empresas monopolistas internacionais, sem nenhum compromisso com o desenvolvimento dessa região, também promoverão a superexploração da mercadoria força de trabalho e terão suas lucratividades, em grande medida, garantidas pelo Estado. O Estado também ajuda essas burguesias construindo empresas públicas, estatais que o grande capital monopolista precisa para seus empreendimentos e não tem interesse em investir, dada a grande quantidade de capital exigido e o longo prazo de maturação. Esse investimento em empresas estatais muitas vezes dá a impressão de que o Estado brasileiro ou as burguesias brasileiras estão tentando se fortalecer e trilhar um caminho mais autônomo, mas é justamente o contrário.

Para as burguesias brasileiras, não se pode eliminar o arcaico, o atraso, pois este funciona como um colchão amortecedor que reduz a instabilidade estrutural desse sistema e promove uma grande transferência de renda para ela. Esse atraso é caracterizado pelo latifúndio, pela favela, pela miséria etc.

O que unifica as burguesias brasileiras é a superexploração do trabalho e a aliança com o capital internacional, mantendo-se a dependência externa e a segregação social. Nesse sentido, o Brasil tem um baixo teor democrático e pouca participação da população nos destinos do país, situação que também dificulta a organização dos movimentos sociais. Essas burguesias são antissocial, antidemocrática e antinacional. É o senhor de escravo que renasce na figura do burguês moderno, com características patrimonialistas, cujo objetivo é o lucro a qualquer preço.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Celso Furtado, 2009.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

LÊNIN, Vladimir. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. 3. ed. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013, Livro I.

NETTO, José Paulo. A recuperação marxista da categoria de revolução. In: D'INCAO, Maria Angela. **O saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Entre a Nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 2006.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. **Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro (1956-1998)**. São Paulo: Alameda, 2023.

IMPACTOS DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E NAS DISPARIDADES SOCIAIS DO BRASIL

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

JOÃO PEDRO ALVES PÊGO¹

ANDRÉ MOULIN DARDENGO²

RESUMO: Este trabalho busca analisar o Sistema Tributário Brasileiro (STB) a partir de uma perspectiva histórica, assim como compreender os impactos que a estrutura atual do STB tem sobre o desenvolvimento econômico e as disparidades sociais presentes no Brasil. Dessa forma, buscou-se por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental fundamentada a partir da consulta de livros, artigos, periódicos, monografias, bem como matérias publicadas em jornais e revistas, realizar uma análise crítica sobre o funcionamento e os problemas do STB. Como resultado, entende-se que a estrutura tributária brasileira limita o desenvolvimento econômico do Brasil, como também mantém e agrava os elevados níveis de desigualdade social e concentração de renda vigentes no país.

Palavras-chave: Tributação, desenvolvimento, desigualdade.

ABSTRACT: This study aims to analyze the Brazilian Tax System (BTS) from a historical perspective, as well as to understand the impacts that the current structure of the BTS has on economic development and the social disparities present in Brazil. To this end, a bibliographic and documentary research was conducted, based on the consultation of books, articles, journals, monographs, as well as news published in newspapers and magazines, in order to carry out a critical analysis of the functioning and problems of the BTS. The results indicate that the Brazilian tax structure limits the country's economic development and also maintains and exacerbates the high levels of social inequality and income concentration currently prevailing in Brazil.

Keywords: Taxation, development, inequality.

INTRODUÇÃO

A atual estrutura do Sistema Tributário Brasileiro (STB) configura-se como um obstáculo ao desenvolvimento socioeconômico do país, uma vez que compromete o desenvolvimento econômico e contribui para a manutenção — e até o agravamento — dos elevados níveis de desigualdade social e concentração de renda no Brasil (Oliveira, F.; Biasoto Jr., 2015).

¹ Graduado em Ciências Econômicas (UFVJM). Email: pedro.alves@ufvjm.edu.br. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9760632953102524>.

² Doutor em Política Social (UFES) e Professor do Curso de Ciências Econômicas (UFVJM). Email: andre.dardengo@ufvjm.edu.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2051774225800247>

A formulação de um sistema tributário que promova o desenvolvimento socioeconômico deve observar certos princípios fundamentais: equidade, entendida como a distribuição dos encargos tributários conforme a capacidade contributiva dos cidadãos; simplicidade e transparência, para facilitar o cumprimento das obrigações fiscais; elasticidade e estabilidade, visto que a estrutura tributária precisa se adaptar às mudanças econômicas sem perder previsibilidade para os agentes econômicos; baixo custo de conformidade, garantindo que as obrigações fiscais não gerem despesas excessivas; e eficiência e neutralidade econômica, para evitar distorções nas decisões de investimento e na alocação de recursos (Oliveira, J., 2023 apud Bird, 2008).

Todavia, observa-se que a atual estrutura do STB se distancia significativamente desses preceitos. Trata-se de um sistema notoriamente complexo, que compromete a simplicidade, a transparência, a elasticidade e a estabilidade. Além disso, apresenta altos custos de conformidade e caracteriza-se pela cumulatividade, prejudicando a eficiência e a neutralidade econômica. Soma-se a isso a elevada insegurança jurídica e, sobretudo, a natureza regressiva do sistema, que ignora a capacidade contributiva dos cidadãos (Appy *et al.*, 2018).

Dessa forma, torna-se imprescindível examinar a relação entre a atual estrutura do STB e os persistentes problemas de ordem econômica e social enfrentados no país, com o intuito de promover uma reflexão crítica por parte da sociedade acerca dos impactos concretos advindos do modelo tributário vigente.

AS PRINCIPAIS MUDANÇAS TRIBUTÁRIAS NO BRASIL DESDE O SÉCULO XX

As primeiras décadas do século XX trouxeram poucas mudanças na estrutura tributária brasileira, uma vez que o Estado dependia, principalmente, dos tributos sobre o comércio exterior. Nesse contexto, os impostos sobre importações representavam cerca de dois terços das receitas públicas (Varsano, 1997).

Foi somente na década de 1930 que começaram a ocorrer mudanças mais significativas na estrutura tributária brasileira (STB). Segundo F. Oliveira (2018), a Constituição de 1934 buscou fortalecer a tributação com base em recursos internos, constitucionalizando os tributos sobre o consumo e sobre a renda. De acordo com Meneghetti Neto e Rückert (1991), o objetivo dessa



mudança era ampliar a capacidade do Estado de investir em infraestrutura e em setores que não atraíam investimentos do capital privado, nacional ou estrangeiro.

Contudo, conforme destaca Varsano (1997), apesar das tentativas de fomentar a industrialização e o desenvolvimento regional desde a década de 1930, as receitas fiscais não acompanharam o ritmo de crescimento das despesas públicas. Isso resultou em *déficits* fiscais crescentes, que foram financiados por meio da emissão de moeda, contribuindo para o aumento da inflação e do desemprego. Esse cenário de instabilidade econômica e social foi um dos elementos que favoreceu o golpe civil-militar de 1964.

Durante a Ditadura Civil-Militar, foram promovidas mudanças na política tributária com o objetivo de reequilibrar as contas públicas e aliviar a carga sobre o setor empresarial (Varsano, 1997). Nesse período, revisões na tributação da renda aumentaram as receitas, e reformas eliminaram a cumulatividade do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), de competência federal, e do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), de competência estadual (Meneghetti Neto; Rückert, 1991).

Ainda que o período inicial da Ditadura Civil-Militar tenha registrado expressivo crescimento econômico, Oliveira (2018) destaca que houve um aumento substancial da carga tributária, que passou de 17% do PIB em 1966 para 25% na década de 1970. Contudo, esse incremento não resultou em melhorias distributivas. Ao contrário, a estrutura tributária então vigente caracterizava-se por uma forte regressividade, ao onerar de forma desproporcional as camadas de menor renda e conceder benefícios fiscais às faixas de maior renda, sobretudo por meio de subsídios e isenções ao setor empresarial.

Com o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, novas diretrizes foram incorporadas ao sistema tributário nacional. Destaca-se, entre elas, a descentralização das competências e receitas tributárias em favor de estados e municípios, revertendo a centralização promovida pelo regime anterior (Oliveira, 2018). A nova Constituição também ampliou os direitos sociais, criando fontes exclusivas de financiamento para a Seguridade Social. Isso resultou em uma dualidade no sistema tributário, com dois conjuntos distintos de normas: um para financiar a Seguridade Social e outro para o Orçamento Fiscal (Oliveira, F.; Biasoto Jr., 2015).

Entretanto, diante do aumento dos gastos sociais e da redistribuição de receitas para estados e municípios, a União passou a instituir cada vez mais contribuições sociais, que não eram compartilhadas com os demais entes federativos, para garantir o financiamento da Seguridade Social (Oliveira, F.; Biasoto Jr., 2015).

Mais adiante, visando viabilizar o Plano Real, o governo federal adotou um ajuste fiscal temporário, elevando provisoriamente as alíquotas do IRPF (Imposto de Renda das Pessoas Físicas) e das contribuições sociais. No entanto, o otimismo gerado pelo sucesso inicial do plano — com a queda da inflação e a melhoria das contas públicas — levou à aprovação da Lei nº 9.249/1995. Essa lei reduziu as alíquotas do IRPJ (Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas) e instituiu a isenção da tributação sobre os dividendos distribuídos aos acionistas (Oliveira, F., 2018).

Por fim, em 2023, foi aprovada uma nova reforma tributária com o objetivo de simplificar a tributação sobre bens e serviços no Brasil. Com essa reforma, as contribuições federais PIS/Pasep e Cofins, bem como os impostos ICMS e ISS, serão extintos. O IPI será mantido apenas para produtos que concorram com os fabricados na Zona Franca de Manaus (Nunes et al., 2024).

Em substituição, serão instituídos o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados, Distrito Federal e municípios, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo, ambos de competência federal. Esses novos tributos terão legislação harmonizada, serão integralmente não cumulativos, possibilitarão amplo ressarcimento de créditos e não incidirão sobre exportações. Ademais, adotarão o princípio do destino como base de incidência (Nunes et al., 2024).

OS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS RESULTANTES DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Apesar de a Constituição Federal de 1988 estabelecer como princípios norteadores da tributação no Brasil a igualdade, a isonomia e a universalidade, observa-se um notável desalinhamento em relação a esses fundamentos. O STB estrutura-se predominantemente sobre a tributação indireta — incidente sobre bens e serviços e a folha de pagamentos —, enquanto reduz a carga sobre a renda, os lucros e os ganhos de capital. Tal configuração resulta em um sistema

regressivo, no qual famílias de baixa e média renda arcam, proporcionalmente, com uma parcela maior da carga tributária (Oliveira, 2018).

Conforme dados de 2022, publicados pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal do Brasil (CETAD), os tributos indiretos, incidentes sobre bens e serviços e a folha de pagamentos, representaram respectivamente 40,16% e 25,85% da arrecadação total. Por outro lado, os tributos diretos, incidentes sobre a renda e o patrimônio, representaram respectivamente 27,43% e 4,78% da arrecadação total em 2022 (Brasil, 2023).

Tabela 1 - Série Histórica - Evolução da Participação das Bases de Incidência na Arrecadação Total
- Brasil - 2013 a 2022

Cód.	Tipo de Base	% da Arrecadação Total										Repres. Gráfica
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
1000	Renda	21,01%	21,01%	21,12%	22,69%	21,79%	21,70%	22,49%	22,47%	23,92%	27,43%	
2000	Folha de Salários	27,39%	27,71%	27,70%	28,31%	28,18%	27,41%	27,58%	27,91%	25,52%	25,85%	
3000	Propriedade	3,91%	4,09%	4,43%	4,54%	4,59%	4,68%	4,84%	4,96%	4,87%	4,78%	
4000	Bens e Serviços	45,98%	45,56%	44,98%	42,78%	43,80%	44,60%	43,38%	43,72%	44,02%	40,16%	
5000	Trans. Financeiras	1,68%	1,62%	1,80%	1,67%	1,63%	1,60%	1,70%	0,93%	1,67%	1,77%	
9000	Outros Tributos	0,03%	0,01%	-0,02%	0,01%	0,01%	0,01%	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	
0000	Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	

Fonte: Brasil (2023).

Nesse contexto, não surpreende que o Brasil figure entre os países com os mais altos níveis de desigualdade social no mundo. Segundo dados do Banco Mundial (2023), o Índice de Gini³ brasileiro foi de 0,520 em 2022, patamar elevado não apenas em relação a países desenvolvidos, mas também em comparação com outras nações em desenvolvimento.

Além disso, a análise do impacto da tributação e dos gastos públicos na desigualdade revela sua limitada eficácia. O Índice de Gini no Brasil se reduz de 0,575 para 0,470 após esses mecanismos, o que representa uma variação absoluta de -0,105 e uma redução relativa de 18,3% (Garibe, 2018). Tal resultado evidencia que o sistema fiscal brasileiro tem baixo poder redistributivo.

³ “O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza” (Andréa Wolffenbüttel, 2004). Fonte: O que é? - Índice de Gini (ipea.gov.br) Acesso em 27 de agosto de 2024.



De acordo com Garibe (2018), embora o sistema tributário não seja o único determinante da desigualdade social, sua estrutura regressiva desempenha um papel central na reprodução das disparidades socioeconômicas no país, visto que a forma como os tributos são arrecadados influencia diretamente a distribuição de renda e riqueza.

Da mesma forma, a concentração de renda no Brasil também apresenta níveis alarmantes. Segundo Gobetti e Orair (2016), o décimo mais rico da população concentra aproximadamente 52% da renda nacional, enquanto o centésimo mais rico detém 23,2% e o milésimo mais rico, 10,6%. Dados mais recentes do *World Inequality Report* (2022) indicam um agravamento dessa concentração: os 10% mais ricos detêm 59,2% da renda, enquanto os 50% mais pobres concentram apenas 9,1%.

Um dos fatores que explicam a elevada concentração de renda no Brasil são as distorções provocadas pela tributação sobre a renda. Conforme apontam Gobetti e Orair (2016), a alíquota marginal máxima do Imposto de Renda da Pessoa Física (27,5%) é considerada baixa em comparação internacional. Além disso, rendimentos provenientes de aplicações financeiras são tributados, em média, a apenas 17%, e os dividendos distribuídos a pessoas físicas são isentos de tributação.

Sendo assim, a existência de brechas e vantagens tributárias presentes na tributação sobre os rendimentos no Brasil faz com que as pessoas de alta renda sejam pouco tributadas. Gobetti e Orair (2016) demonstram que a tributação incidente sobre os rendimentos totais cresce progressivamente até as faixas de renda entre R\$ 162,7 mil e R\$ 325,4 mil (média de 11,8%), mas decrescem a partir daí, atingindo uma tributação média de apenas 6,7% sobre os rendimentos totais, resultando em um total rompimento com o princípio da equidade, uma vez que, a classe média paga proporcionalmente mais tributos sobre seus rendimentos do que os extratos mais ricos da sociedade brasileira.

No que se refere aos impactos do STB no desenvolvimento econômico do Brasil, destaca-se o elevado grau de complexidade dessa estrutura, sobretudo devido a configuração da tributação sobre bens e serviços. Conforme Appy *et al* (2018) essa base de incidência conta com cinco tributos principais, sendo IPI, PIS/Pasep e COFINS em nível federal; o ICMS em nível estadual; e o ISS, em nível municipal.

Dessa maneira, a tributação segmentada sobre bens e serviços faz com que haja uma profusão de leis, decretos, regulamentos e portarias nos três níveis de governo (5.598 entes



federativos), além disso todos esses tributos contam com uma série de benefícios fiscais, regimes especiais e reduções da base de cálculo (Appy *et al.*, 2018).

Como resultado, os custos de apuração e recolhimento de tributos no Brasil são os mais elevados do mundo, conforme dados publicados pelo Banco Mundial (2019), uma empresa brasileira de médio porte gasta cerca de 1501 horas por ano para realizar o pagamento de tributos. Logo, a demasiada complexidade tributária vigente no Brasil resulta em disputas tributárias entre os contribuintes e o fisco, de tal forma que segundo dados de 2018, o contencioso tributário⁴ brasileiro chega a 73% do PIB (Vasconcelos; Messias; Longo, 2020).

Dessa forma, o elevado grau de litigiosidade entre os contribuintes e o fisco resulta em efeitos negativos a economia brasileira, haja vista que inibe a atração de investimentos para o país, eleva a insegurança jurídica e reduz a capacidade das empresas brasileiras de competirem internacionalmente (Vasconcelos; Messias; Longo, 2020).

Do mesmo modo, Afonso, Soares e Castro (2013) destacam que a estrutura da tributação sobre bens e serviços se mostra prejudicial à competitividade industrial e a eficiência econômica. Isso ocorre porque os tributos incidentes sobre essa base enfrentam grandes dificuldades no ressarcimento dos créditos tributários, além de adotarem regimes de cobrança cumulativa — ou seja, sem permitir o abatimento dos tributos pagos nas etapas anteriores da cadeia produtiva.

Com efeito, a demora ou a ausência de ressarcimento dos créditos tributários impõe elevados custos de oportunidade às empresas brasileiras, pois os valores que poderiam ser reinvestidos acabam ficando retidos. Além disso, essa situação afeta diretamente o desempenho das empresas exportadoras, que, diante das dificuldades para obter o ressarcimento dos tributos incidentes sobre produtos exportados, tendem a concentrar suas vendas no mercado interno. Isso reduz o fluxo de divisas e contribui para o desequilíbrio das transações correntes (Afonso; Soares; Castro, 2013).

Adicionalmente, a tributação sobre a renda das pessoas jurídicas constitui outro fator limitante ao desenvolvimento econômico. Apesar da existência de regimes simplificados, como o

⁴ Conforme Gouvêa (2024) o contencioso tributário pode ser entendido quando ocorre divergências entre os contribuintes e o fisco em relação a incidência ou não de tributos e a maneira como foram cobrados. “Assim, por exemplo, um contribuinte que discorde do valor de IPTU exigido pelo Fisco Municipal poderá socorrer-se tanto da esfera administrativa, em que questionará diretamente à Autoridade Fiscal responsável pelo lançamento, quanto judicialmente, em que submeterá a matéria fática e jurídica ao controle jurisdicional” (Gouvêa, 2024). Fonte: <https://www.aurum.com.br/blog/contencioso-tributario/>. Acesso em 30 de dezembro de 2024.



Simples Nacional e o Lucro Presumido, bem como da isenção dos dividendos recebidos por pessoas físicas, as empresas submetidas ao regime do Lucro Real — que abrange, em regra, empresas de grande porte — enfrentam uma alíquota marginal de 34% (25% referente ao IRPJ e 9% à CSLL), percentual elevado à luz dos padrões internacionais (Appy *et al.*, 2018). Ademais, o Brasil adota um sistema de tributação global dos lucros, em oposição ao modelo territorial, de modo que os rendimentos auferidos por empresas brasileiras no exterior também estão sujeitos à incidência tributária nacional, o que compromete a competitividade internacional e desestimula o investimento estrangeiro direto (Appy *et al.*, 2018).

Nesse sentido, Gobetti e Orair (2018) demonstram, com base em evidências internacionais, que os países desenvolvidos têm promovido uma redução da carga tributária sobre os lucros empresariais, concomitantemente ao aumento da tributação incidente sobre os dividendos distribuídos. Essa estratégia visa mitigar os efeitos da competição fiscal entre países, já que uma carga elevada sobre os lucros pode incentivar a migração de empresas para jurisdições com menor tributação. Por outro lado, a tributação sobre dividendos atinge apenas os residentes e, ao ser combinada com uma carga menor sobre os lucros, pode estimular as empresas a reterem e reinvestirem seus lucros, promovendo o crescimento econômico.

Portanto, tanto a tributação sobre bens e serviços quanto a tributação sobre a renda das pessoas jurídicas comprometem a competitividade das empresas brasileiras, tanto no mercado interno quanto no externo, além de desestimular o investimento estrangeiro. Tais fatores resultam em menor dinamismo econômico, com implicações negativas sobre o nível de investimento, emprego e renda.

No que se refere aos impactos do Sistema Tributário Brasileiro (STB) sobre a Produtividade Total dos Fatores (PTF) — definida, sob a ótica clássica, como a capacidade de produzir mais bens e serviços com os mesmos insumos de capital e trabalho — observa-se que o STB apresenta características que prejudicam a produtividade no país (Appy, 2017).

De acordo com Appy (2017), os principais efeitos negativos do STB sobre a PTF decorrem da alteração nos preços relativos e da interferência na forma de organização da produção. As distorções nos preços relativos resultam, principalmente, da tributação sobre bens e serviços, a qual é fragmentada, apresenta diferentes bases de cálculo, regimes especiais, alíquotas variadas e múltiplos

incentivos fiscais. Isso afeta diretamente as decisões sobre a estrutura produtiva das empresas, pois a carga tributária pode variar conforme o setor de atuação e a localização geográfica da firma.

Por conseguinte, empresas são incentivadas a investir em setores ou regiões onde a carga tributária é menor, mesmo que isso implique optar por setores com menor produtividade ou se instalar em localidades com infraestrutura precária e mão de obra menos qualificada. Essa má alocação de recursos compromete a eficiência econômica e limita a capacidade de geração de riqueza no país (Appy, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisar a estrutura tributária brasileira — desde seu contexto histórico até a identificação dos atuais problemas estruturais —, é possível constatar que suas características negativas estão entre os fatores que contribuem para a redução da qualidade de vida da população.

A composição da carga tributária no Brasil, fortemente baseada em tributos indiretos, como os incidentes sobre bens, serviços e a folha de salários, faz com que famílias de baixa e média renda arquem proporcionalmente com uma carga tributária maior do que as famílias de alta renda. Ao mesmo tempo, a baixa incidência de tributos diretos, como aqueles sobre a renda e o patrimônio, alivia o peso tributário sobre as classes mais abastadas. Tal configuração contribui para a manutenção dos elevados índices de desigualdade social e concentração de renda observados no Brasil, revelando o caráter regressivo do sistema tributário vigente.

No que diz respeito aos impactos do sistema tributário brasileiro sobre o desenvolvimento econômico, observa-se que sua complexidade acarreta perdas de oportunidades para as empresas, além de aumentar a insegurança jurídica, resultando em um elevado volume de litígios tributários. A estrutura atual também compromete a competitividade das empresas nacionais: a dificuldade de ressarcimento de créditos tributários, aliada à alta tributação sobre pessoas jurídicas, reduz sua capacidade de competir no mercado externo. Ademais, as inúmeras distorções provocadas pelas diversas exceções fiscais levam a uma alocação ineficiente de recursos, gerando perdas de produtividade.

Dessa forma, compreende-se que a atual estrutura tributária brasileira constitui um obstáculo ao desenvolvimento econômico e contribui para o agravamento das desigualdades sociais. Nesse



sentido, torna-se imperativa a implementação de reformas que promovam maior equidade, eficiência, neutralidade e simplicidade, a fim de que possamos construir um sistema fiscal mais justo e capaz de fomentar o desenvolvimento socioeconômico do país.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, José Roberto Rodrigues; SOARES, Julia Moraes; CASTRO, Kleber Pacheco de. **Avaliação da estrutura e do desempenho do sistema tributário Brasileiro**: Livro branco da tributação Brasileira. [S. I.]: Banco Interamericano de Desenvolvimento, jan. 2013. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/avaliacao-da-estrutura-e-do-desempenho-do-sistema-tributario-livro-branco-da-tributacao>. Acesso: 21 mai. 2023.
- APPY, Bernard. **Tributação e Produtividade no Brasil**. In: BONELLI, Regis; VELOSO, Fernando; PINHEIRO, Amanda. Anatomia da Produtividade no Brasil. Rio de Janeiro. Elsevier: FGV/IBRE, 2017 p. 323-360. Disponível em: [Appy_Tributacao_e_Produtividade.pdf](#). Acesso: 25 jun. 2024.
- APPY, Bernard et al. **Tributação no Brasil**: O que está errado e como consertar. Centro de Cidadania Fiscal, São Paulo, jun. 2018. Disponível em: <https://ccif.com.br/tributacao-no-brasil-o-que-esta-errado-e-como-consertar/>. Acesso: 20 mai. 2024.
- BANCO MUNDIAL. **Doing Business**. Paying Taxes. Disponível em: [Paying Taxes - Doing Business - World Bank Group](#). Acesso: 09 set. 2024.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria Especial da Receita Federal. **Carga tributária no Brasil**. Análise por tributos e bases de incidência. Brasília: Receita Federal, 2022. Disponível em: [Carga Tributária no Brasil 2022 — Receita Federal](#). Acesso: 18 mai. 2024.
- GARIBE, Roberto. Desigualdade e Tributação. Rev. Parlamento e Sociedade, São Paulo, v. 6, n. 10, p. 17-40, jan./jun. 2018. Disponível em: [Desigualdade e tributação | Revista Parlamento e Sociedade](#). Acesso: 25 jun. 2024.
- GOBETTI, Sérgio Wulff; ORAIR, Rodrigo Octávio. **Progressividade tributária**: A agenda negligenciada. Rio de Janeiro: Ipea, 2016 (Texto para Discussão, n. 2190). Disponível em: [TD 2190 -Progressividade Tributária: a agenda negligenciada](#). Acesso: 20 mai. 2023.
- _____. Progressividade Tributária: Uma Alternativa para o Ajuste Fiscal. In: Boletim Regional, Urbano e Ambiental. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: [Boletim Regional, Urbano e Ambiental nº 13, Janeiro/Junho 2016](#). Acesso: 25 jun. 2024.
- _____. Reforma Tributária no Brasil: Princípios norteadores e propostas em debate. **Novos Estudos**: Cebrap, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 213-244, mai.-ago. 2018. Disponível em: [SciELO - Brasil - REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL: Princípios norteadores e propostas em debate Reforma Tributária no Brasil: Princípios norteadores e propostas em debate](#). Acesso: 21 mai. 2023.



GOBETTI, Sérgio Wulff. **Tributação do capital no Brasil e no mundo**. Brasília: Ipea, 2018 (Texto para Discussão, n. 2380). Disponível em: TD 2380 - Tributação do Capital no Brasil e no Mundo. Acesso em: 20 mai. 2023.

GOUVÊA, José Guilherme de Bem. **Entenda o que é e quais são os tipos de contencioso tributário**. Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/contencioso-tributario/>. Acesso: 30 dez. 2024.

MENEGHETTI NETO, Alfredo; RÜCKERT, Isabel Noemia Junges. **Sistema Tributário Brasileiro: Algumas Considerações**. 1991. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235709673.pdf>. Acesso: 20 mai. 2023.

NUNES, Fabiano da Silva; ARAÚJO, José Evande Carvalho; OLIVEIRA, Marco Antônio Moreira de; PALOS, Aurelio Guimarães Cruvinel e. **Síntese do Conteúdo da Emenda Constitucional Nº 132, de 20 de dezembro de 2023 (Reforma Tributária)**. Brasília. Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: Síntese do conteúdo da emenda constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023: reforma tributária. Acesso: 15 mai. 2024.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **O Sistema Tributário Brasileiro: Evolução, Distorções e os Caminhos da Reforma (1891-2017)**. In: Eduardo Fagnani. (Org.). A reforma tributária necessária: diagnóstico e premissas. 1a.ed. Brasília; São Paulo: ANFIP/FENAFISCO; Plataforma Política Social, 2018, v. 1, p. 112-129. Acesso: 14 jun. 2023.

_____.; BIASOTO Jr., Geraldo. **A reforma tributária: removendo entraves para o crescimento, a inclusão social e o fortalecimento da federação**. Campinas: IE, 2015. Texto para Discussão. Disponível em: A reforma tributária: removendo entraves para o crescimento, a inclusão social e o fortalecimento da federação | Plataforma Política Social. Acesso: 14 jun. 2023.

OLIVEIRA, João Maria de. **Propostas de reforma tributária e seus impactos: Uma avaliação comparativa**. Brasília: IPEA, 2023. (Carta de Conjuntura, n.60). Disponível em: Propostas de reforma tributária e seus impactos: Uma avaliação comparativa | Carta de Conjuntura. Acesso: 15 jan. 2024.

VARSANO, Ricardo. **A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para reformas futuras**. Pesquisa de Planejamento Econômico - IPEA, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 1-140, abr. 1997. Disponível em: Repositório do Conhecimento do Ipea: A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas. Acesso: 20 mai. 2023.

VASCONCELOS, Breno; MESSIAS, Lorreine; LONGO, Larissa. **Contencioso Tributário no Brasil: Relatório 2019 – Ano de referência 2018**. INSPER, julho, 2020. Disponível em: (Microsoft Word - Contencioso tribut\341rio_Relat\363rio2019_092020_v2 \ (002\)). Acesso: 09 set. 2024.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. **O que é? Índice de Gini**. IPEA, 1 nov. 2004. Disponível em: O que é? - Índice de Gini. Acesso: 27 ago. 2024.

WORLD INEQUALITY REPORT 2022. **WID – World Inequality Database**. Disponível em: <https://wid.world/country/brazil/>. Acesso: 29 dez. 2024.



ACESSO E COBERTURA DO AUXÍLIO EMERGENCIAL NA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE TEÓFILO OTONI: BARREIRAS ESTRUTURAIS E DESIGUALDADES REGIONAIS

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

PEDRO MIGUEL DE ANDRADE¹

ALINE FAÉ STOCCO²

ANDRE MOULIN DARDENGO³

RESUMO: Este artigo analisa o acesso e a cobertura do Auxílio Emergencial (AE) na Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni (RGInTO), Minas Gerais, durante a pandemia de COVID-19. Em uma área de alta vulnerabilidade socioeconômica, a RGInTO enfrentou desafios estruturais que limitaram a eficácia do AE, como exclusão digital e precariedade de infraestrutura. Por meio de análise descritiva e estatística, o estudo investiga as modalidades de acesso (Aplicativo Caixa, Bolsa Família e Cadastro Único) e a distribuição dos recursos. Os resultados mostram que, apesar da ampla cobertura, barreiras tecnológicas ampliaram desigualdades regionais. O estudo destaca a importância de políticas que superem o assistencialismo, promovendo inclusão digital e infraestrutura.

Palavras-chave: Auxílio emergencial, exclusão digital, vulnerabilidade socioeconômica, políticas públicas, desigualdades regionais.

ABSTRACT: This article analyzes access to and coverage of Emergency Aid (AE) in the Intermediate Geographical Region of Teófilo Otoni (RGInTO), Minas Gerais, during the COVID-19 pandemic. In an area of high socioeconomic vulnerability, RGInTO faced structural challenges that limited AE's effectiveness, such as digital exclusion and poor infrastructure. Through descriptive and statistical analysis, the study examines access modalities (Caixa App, Bolsa Família, and Cadastro Único) and resource distribution. Results show that despite broad coverage, technological barriers increased regional inequalities. The study highlights the importance of policies that go beyond assistance, promoting digital inclusion and infrastructure.

Keywords: Emergency aid, digital exclusion, socioeconomic vulnerability, public policies; regional inequalities.

INTRODUÇÃO

¹ Graduado em Ciências Econômicas (UFVJM). Email: pedro.miguel@ufvjm.edu.br.

² Doutora em Política Social (UFES) e Professora do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (UFVJM). Email: aline.stocco@ufvjm.edu.br.

³ Doutor em Política Social (UFES) e Professor do Curso de Ciências Econômicas (UFVJM). Email: andre.dardengo@ufvjm.edu.br.



A pandemia de COVID-19⁴ intensificou as desigualdades socioeconômicas no Brasil, expondo a fragilidade de regiões periféricas como a Região Geográfica Intermediária de Teófilo Otoni (RGInTO), no nordeste de Minas Gerais. Em resposta à crise, o Auxílio Emergencial (AE), implementado em 2020, buscou mitigar os impactos econômicos sobre populações vulneráveis, transferindo recursos diretamente a trabalhadores informais, beneficiários do Bolsa Família e inscritos no Cadastro Único (CadÚnico). Contudo, em contextos de alta pobreza e exclusão estrutural, como o da RGInTO, o acesso ao benefício enfrentou barreiras significativas.

Este artigo investiga os padrões de acesso e a cobertura do AE na RGInTO, guiado pela questão: quais foram os principais entraves ao acesso ao AE e como eles refletem desigualdades estruturais? A análise baseia-se em dados descritivos e estatísticos, explorando as modalidades de acesso (digital e via cadastros sociais) e as variações regionais na distribuição dos recursos. A RGInTO, que abrange os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, é marcada por informalidade, baixa inclusão digital e infraestrutura precária, tornando-a um caso emblemático para avaliar os limites das políticas de transferência monetária⁵.

O trabalho está organizado em cinco seções. Após esta introdução, a seção 2 contextualiza a vulnerabilidade da RGInTO e o papel das políticas de transferência monetária. A seção 3 detalha os padrões de acesso ao AE. A seção 4 apresenta a análise estatística e suas implicações. Por fim, a seção 5 oferece considerações finais e recomendações.

CONTEXTO DA VULNERABILIDADE E POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA

A RGInTO é caracterizada por uma vulnerabilidade socioeconômica enraizada em sua formação histórica. Englobando os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, a região apresenta altos índices de pobreza e trabalho informal, segundo dados compilados pela Fundação João Pinheiro⁶ a região apresenta a menor taxa de emprego no setor formal do estado de Minas Gerais, de 12,03%, paralelamente, o percentual da população pobre ou extremamente pobre inscrita no Cadastro Único

⁴ A pandemia de COVID-19, ocorrida entre 2020 e 2022, resultou em mais de 700 mil mortes no Brasil, segundo o Ministério da Saúde.

⁵ (Silva, 2022).

⁶ <https://imrs.fjp.mg.gov.br/Consultas>.



em relação à população total é de 41,15%. O resultado é uma economia dependente de atividades primárias de baixa produtividade, como pecuária extensiva e agricultura de subsistência (Miranda, 2013). Essa exclusão reflete um desenvolvimento desigual em Minas Gerais, onde áreas periféricas como a RGInTO foram marginalizadas em favor de regiões centrais (Cirino & González, 2011).

A vulnerabilidade da região vai além da renda, abrangendo dimensões como acesso precário a serviços básicos e infraestrutura tecnológica. Segundo dados levantados pelo Coletivo Margarida Alves⁷ que investigou o acesso à internet e o exercício de direitos através de uma pesquisa feita a partir de 30 comunidades rurais, povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais atingidos por grandes empreendimentos, realizada entre os anos de 2021, 2022 e 2023, do percentual de sucesso no acesso à internet apenas 27% conseguem acesso, já a maioria 56,3% acessam às vezes e 16,8% não conseguem acessar. No geral, isso é um reflexo da exclusão digital que limita a implementação de políticas dependentes de ferramentas digitais. Essa realidade foi agravada durante a pandemia, quando o AE se tornou essencial para a sobrevivência de milhões de brasileiros.

O AE, instituído pela Lei 13.982/2020, foi uma resposta emergencial à crise sanitária, oferecendo pagamentos mensais a trabalhadores informais, beneficiários do Bolsa Família e inscritos no CadÚnico (Bacchiegga; Freitas; Vasconcellos, 2022). Na RGInTO, o programa revelou tanto sua relevância quanto suas limitações. Embora tenha alcançado populações vulneráveis, sua gestão estatal enfrentou desafios logísticos e tecnológicos, expondo desigualdades regionais e estruturais (Silva, 2022). A análise do acesso e da cobertura, apresentada a seguir, destaca como essas barreiras condicionaram os resultados do AE na região.

PADRÕES DE ACESSO AO AUXÍLIO EMERGENCIAL NA RGINTO

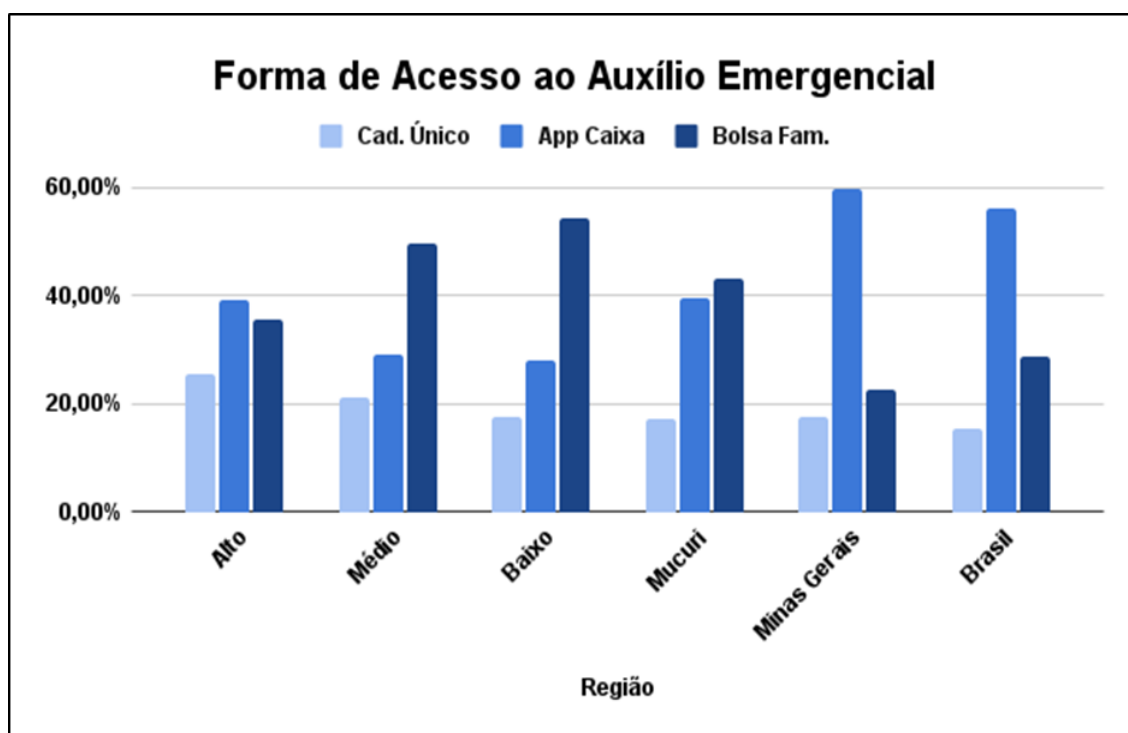
O acesso ao AE foi determinado por uma série de fatores, como a organização estatal, a infraestrutura social e as condições históricas e geográficas de cada região. Os problemas socioeconômicos da RGInTO, influenciaram diretamente as formas pelas quais as populações locais puderam acessar o benefício.

⁷ https://coletivomargaridaalves.org/wp-content/uploads/2023/05/DOSSIECOMPLETO_WEB.pdf.



Por meio do Gráfico 1 é possível analisar as diferentes formas de acesso ao AE entre as microrregiões do Vale do Jequitinhonha, na região do Vale do Mucuri e no contexto do estado de Minas Gerais e a nível nacional. O Alto Jequitinhonha apresentou um cenário de acesso mais equilibrado entre as três formas. O Aplicativo Caixa teve uma leve predominância, seguido pelo Bolsa Família e pelo Cadastro Único. Isso sugere que, apesar das limitações regionais, houve uma presença relativamente mais forte do meio digital, permitindo que a população utilizasse o aplicativo da Caixa para acessar o auxílio. No entanto, a alta porcentagem de beneficiários que utilizaram o Bolsa Família, com média de 50,3% entre os 86 municípios da RGINTO, indica que uma parte significativa da população se encontrava em situação de vulnerabilidade, e já cadastrada em programas de assistência social pré-existent.

Gráfico 1 - Forma de acesso ao Auxílio Emergencial (%) (2020)



Fonte: Ministério da Cidadania. Elaboração própria.

No Médio e Baixo Jequitinhonha, o Bolsa Família teve uma predominância ainda mais acentuada, especialmente no Baixo, onde o Cadastro Único teve uma participação menor em comparação ao Alto e Médio Jequitinhonha. Esses dados revelam um padrão de pobreza mais enraizado nessas regiões, onde a dependência de programas sociais já era maior, limitando o acesso



ao auxílio pelas outras formas, como o aplicativo da Caixa. No Vale do Mucuri, o Bolsa Família e o aplicativo da Caixa apresentaram percentuais próximos, com uma leve predominância do primeiro. A proximidade entre essas duas formas de acesso pode ser vista como um reflexo de uma transição social, uma parte significativa da população fortemente vinculada a programas sociais de longa data, enquanto outra parte, provavelmente em regiões mais urbanizadas ou com maior inclusão digital, conseguiu acessar o benefício pelo aplicativo. Esse equilíbrio reflete uma tensão entre as necessidades históricas e o acesso às novas tecnologias que o Estado tentou implementar durante a crise.

Tanto no estado de Minas Gerais quanto no Brasil como um todo, o aplicativo da Caixa aparece como a principal forma de acesso ao AE, o que sugere uma maior inclusão digital em âmbito nacional, pelo menos nas metrópoles e regiões mais desenvolvidas. Entretanto, a expressiva presença do Bolsa Família indica que, mesmo com a tentativa de recorrer à digitalização do processo, uma parcela significativa da população permaneceu dependente de formas tradicionais de assistência. Essa dualidade entre a dependência de programas sociais e o esforço do Estado pela digitalização, revelou as desigualdades sociais e regionais que caracterizam o Brasil, especialmente em tempos de crise.

Outro ponto que o gráfico 1 revela é a maneira como o acesso ao AE foi fortemente condicionado por fatores estruturais e regionais. A predominância do Bolsa Família em áreas historicamente pobres reflete a permanência de vulnerabilidades sociais, limitando a adoção do aplicativo da Caixa.

A cobertura heterogênea e desigual do AE é explicada pela maneira a qual a população teve acesso ao benefício, através da Tabela 1 são destacados os dez maiores municípios em termos de acesso ao AE via aplicativo da Caixa Econômica Federal. Teófilo Otoni, localizado no Vale do Mucuri, se sobressai com 60,70% dos beneficiários do AE utilizando essa plataforma. Este dado é particularmente relevante, considerando que Teófilo Otoni possui uma população expressiva e um IMRS - Vulnerabilidade⁸ de 0,595, o que o classifica como um dos municípios menos vulneráveis da

⁸ Indicadores: Percentual da População no Cadastro Único; Percentual da população pobre ou extremamente pobre no Cadastro Único em relação a população total do município; Percentual de pessoas pertencentes às famílias beneficiárias do Bolsa Família; Percentual de pessoas em idade produtiva (18 a 64 anos) e sem ocupação do Cadastro Único; Percentual de pessoas com idade de 18 anos ou mais e ensino fundamental incompleto e o total de pessoas com 18 anos ou mais, inscritas no Cadastro Único; Taxa de emprego no setor formal; Indicador de Desenvolvimento do Conselho Municipal de Assistência Social (IDConselho) normalizado e de Centros de Referência da Assistência Social (IDCRAS) médio normalizado; Existência da Proteção Social Especial na estrutura administrativa do órgão gestor.

região. Isso mostra que a menor vulnerabilidade, o menor número de beneficiários do Bolsa Família e uma melhor infraestrutura digital, permitiu que o acesso via aplicativo fosse maior.

No Alto Jequitinhonha, municípios como Diamantina (49,96%) e Serro (49,00%) também apresentam uma significativa adesão ao uso do aplicativo, apesar de suas populações serem consideravelmente menores. No entanto, quando se observa o IMRS, nota-se que a vulnerabilidade social é mais acentuada em Itaobim (IMRS 0,388), no Médio Jequitinhonha, do que em Gouveia (IMRS 0,537), refletindo um contraste importante entre a necessidade de acesso ao benefício e as condições socioeconômicas locais.

Essa análise sugere que a adesão ao aplicativo não está estritamente ligada ao tamanho populacional, mas sim a fatores como a infraestrutura digital disponível e o nível de vulnerabilidade socioeconômica. Municípios com maior necessidade de suporte social, como Itaobim, podem apresentar uma utilização mais intensa das plataformas digitais para acessar benefícios, mesmo em condições de maior vulnerabilidade.

Tabela 1 - 10 maiores municípios com acesso ao AE via App. Caixa (2020)

Região	Município	app. caixa %	IMRS - Vulnerabilidade	População
Vale do Mucuri	Teófilo Otoni	60,70	0,595	140.937
Alto Jequitinhonha	Diamantina	49,96	0,559	47.825
Alto Jequitinhonha	Serro	49,00	0,476	20.940
Alto Jequitinhonha	Gouveia	46,79	0,537	11.818
Vale do Mucuri	Nanuque	46,56	0,555	40.665
Vale do Mucuri	Poté	46,07	0,55	16.616
Vale do Mucuri	Malacacheta	45,57	0,518	18.602
Alto Jequitinhonha	Itamarandiba	41,16	0,503	34.936
Médio Jequitinhonha	Itaobim	40,98	0,388	21.029
Médio Jequitinhonha	Capelinha	40,94	0,511	38.057

Fonte: Fundação João Pinheiro, IBGE e Ministério da Cidadania. Elaboração Própria.

A exclusão digital foi uma problemática evidenciada pela crise gerada pela COVID-19, tendo em vista que, a sua primeira barreira, é o acesso à internet. Cerca de 47 milhões de brasileiros não têm acesso à internet, entres estes, cidadãos residentes em áreas rurais, paradoxalmente, os que estão em maior condição de vulnerabilidade social e público-alvo de políticas como o AE. Além disso, barreiras tecnológicas, como posse de um aparelho celular, armazenamento, limitações de internet, além da inabilidade do indivíduo em utilizar o aplicativo da CAIXA para a solicitação do benefício, se apresentaram como empecilhos para a população mais vulnerável (Gonzalez; Araujo, 2021).

Segundo dados da TIC Domicílios para 2020 e 2021 é possível constatar uma correlação entre o baixo nível de renda e o pior acesso à internet, bem como o baixo nível de renda e o menor acesso a equipamentos tecnológicos suficientes para o acesso. As tabelas 2 e 3 demonstram que os domicílios das classes C e D, apresentavam, respectivamente, precário ou praticamente nenhum acesso a computadores de mesa, notebooks e tablets. Entretanto, o acesso aos aparelhos celulares é significativo em todas as classes sociais, evidenciando que, no geral, as classes C e D acessam a internet, através do celular.

Tabela 2 – Equipamentos TICs (2020)

2020	Equipamento TIC	Aparelho celular	Computador de mesa	Notebook
Classe Social	A	não possui o dado	92,6	98,8
	B	não possui o dado	45,5	74,9
	C	não possui o dado	18	31
	D	não possui o dado	4,9	5

Fonte: Coletivo Margarida Alves. Cetic (2023).

Tabela 3 – Equipamentos TICs (2021)



2021	Equipamento TIC	Aparelho celular	Computador demesa	Notebook	Tablet
Classe Social	A	100	83	98,4	61,9
	B	99,8	42,7	71,9	25,9
	C	97,8	13,3	25,1	10,6
	D	86,7	2,5	5,3	3,4

Fonte: Coletivo Margarida Alves. Cetic (2023).

Os dados da TIC para os anos de 2020 e 2021 também mostram a relação entre a qualidade da internet e a classe social. Os domicílios das classes A e B registraram maior percentual de acesso à internet por banda larga fixa, enquanto os domicílios das classes C e D tiveram os maiores percentuais com acesso por conexão móvel, via modem ou chip 3G ou 4G, como demonstrado nas tabelas 4 e 5.

Tabela 4 – Tipo de conexão à internet (2020)

2020	Tipo de conexão à internet	Conexão Discada	Banda Larga Fixa - Total - Banda Larga Fixa	Banda Larga Fixa - Conexão Via Cabo De Tv Ou Fibra Ótica	Banda Larga Fixa - Conexão Via Linha Telefônica (Dsl)	Banda Larga Fixa - Conexão Via Rádio	Banda Larga Fixa - Conexão Via Satélite	Conexão Móvel Via Modem Ou Chip 3G Ou 4G	Não sabe
Classe Social	A	0,2	88,9	82,7	4,6	0,2	1,5	9	1,9
	B	0,4	84,1	73,9	6,6	2	1,6	12,7	2,8
	C	0,8	69,6	56,2	6,1	3,4	3,9	21,4	8,2
	D	1,7	52,2	37,5	2,2	4	8,5	32,6	13,5

Fonte: Coletivo Margarida Alves. Cetic, 2023.

Tabela 5 – Tipo de conexão à internet (2021)



2021	Tipo de conexão à internet	Conexão Discada	Banda Larga Fixa - Total - Banda Larga Fixa	Banda Larga Fixa - Conexão Via Cabo De Tv Ou Fibras Ótica	Banda Larga Fixa - Conexão Via Linha Telefônica (Dsl)	Banda Larga Fixa - Conexão Via Rádio	Banda Larga Fixa - Conexão Via Satélite	Conexão Móvel Via Modem Ou Chip 3G Ou 4G
Classe Social	A	0	94,5	83,5	7,8	0,8	2,5	3,3
	B	0,5	87,7	79	3	2,2	3,5	6,9
	C	0,3	71,9	62,5	2,2	2,2	5	17,2
	D	0,7	51,7	41,2	1,3	3,2	6	27,4

Fonte: Coletivo Margarida Alves. Cetic, 2023.

Ademais, ao analisar os principais motivos que levam à falta de acesso à internet, com base nos dados da pesquisa TIC Domicílios de 2016 a 2021, observa-se que o fator econômico continua sendo o mais relevante. Em 2021, 31% dos entrevistados apontaram que os moradores do domicílio consideram o serviço de internet muito caro.

Na Tabela 6, são apresentados os municípios com maior percentual de acesso ao AE via Bolsa Família. Santa Helena de Minas, no Vale do Mucuri, destaca-se com 72,89% dos beneficiários, seguida de perto por Comercinho (72,46%) e Cachoeira de Pajeú (71,07%) nas regiões do Médio e Baixo Jequitinhonha, respectivamente.

O alto índice de beneficiários do programa que vieram por meio do Bolsa Família nesses municípios reflete a significativa vulnerabilidade social, como evidenciado pelo IMRS - vulnerabilidade de Comercinho (0,293), o mais baixo entre os municípios analisados. Este dado corrobora a importância do Bolsa Família como uma rede de proteção social fundamental em áreas de extrema pobreza e maior vulnerabilidade.

O AE permitiu constatar a elevada dependência do Bolsa Família em municípios menores, como Fronteira dos Vales (68,17%) e Felisburgo (63,68%), indicando que, em regiões rurais e de difícil acesso, o programa se torna essencial para a sobrevivência de muitas famílias.

Tabela 6 - 10 maiores municípios com acesso ao AE via Bolsa Família (2020)



Região	Município	Bolsa Família %	IMRS - Vulnerabilidade	População
Vale do Mucuri	Santa Helena de Minas	72,89	0,352	6.386
Médio Jequitinhonha	Comercinho	72,46	0,293	6.774
Baixo Jequitinhonha	Cachoeira de Pajeú	71,07	0,332	9.442
Vale do Mucuri	Setubinha	68,70	0,324	12.378
Vale do Mucuri	Fronteira dos Vales	68,17	0,315	4.561
Vale do Mucuri	Itaipé	67,56	0,332	12.836
Baixo Jequitinhonha	Joaíma	67,52	0,312	15.455
Vale do Mucuri	Crisólita	64,63	0,456	6.760
Vale do Mucuri	Padre Paraíso	64,00	0,397	20.252
Baixo Jequitinhonha	Felisburgo	63,68	0,366	7.504

Fonte: Fundação João Pinheiro, IBGE e Ministério da Cidadania. Elaboração Própria.

A Tabela 7 ilustra os municípios com maior percentual de beneficiários do AE que tiveram acesso ao programa através do CadÚnico, a base de dados que serve como critério para a concessão de diversos benefícios sociais. Presidente Kubitschek, no Alto Jequitinhonha, lidera com 45,95% dos beneficiários via CadÚnico, demonstrando uma ampla adesão ao sistema.

Nos municípios com maiores índices de vulnerabilidade, como Felício dos Santos (IMRS - Vulnerabilidade 0,298) e São Gonçalo do Rio Preto (IMRS - Vulnerabilidade 0,446), o elevado nível de beneficiários oriundos do Cadastro Único indica a efetividade das políticas de inclusão social em alcançar as populações mais necessitadas. Este fato é especialmente relevante em regiões que enfrentam desafios socioeconômicos acentuados.

Capelinha, presente tanto na lista de acesso via aplicativo da Caixa Econômica quanto no CadÚnico, com 40,94% e 28,63%, respectivamente, exemplifica uma abordagem dual na busca por suporte social. A população deste município utilizou-se tanto ferramentas digitais quanto tradicionais para acessar o AE, o que sugere uma abrangência mais ampla do sistema de proteção social, capaz de atender às diversas necessidades e capacidades de acesso da população.

Tabela 7 - 10 maiores municípios com acesso ao AE via CadÚnico (2020)



Região	Município	Cad. Único %	IMRS - Vulnerabilidade	População
Alto Jequitinhonha	Presidente Kubitschek	45,95	0,471	3.001
Alto Jequitinhonha	Datas	32,97	0,359	5.421
Médio Jequitinhonha	Virgem da Lapa	31,31	0,417	13.740
Alto Jequitinhonha	Felício dos Santos	31,05	0,298	4.704
Alto Jequitinhonha	Carbonita	30,84	0,547	9.414
Vale do Mucuri	Serra dos Aimorés	29,79	0,377	8.713
Médio Jequitinhonha	Capelinha	28,63	0,511	38.057
Alto Jequitinhonha	Senador Modestino Gonçalves	28,6	0,392	4.105
Alto Jequitinhonha	São Gonçalo do Rio Preto	28,53	0,446	3.173
Alto Jequitinhonha	Gouveia	28,34	0,537	11.818

Fonte: Fundação João Pinheiro, IBGE e Ministério da Cidadania. Elaboração Própria.

Os padrões de acesso ao AE na RGInTO foram complexos e diversificados. A adoção do aplicativo da Caixa Econômica, do Bolsa Família e do CadÚnico varia conforme o contexto socioeconômico e a infraestrutura disponível em cada município. Enquanto o uso do aplicativo se destaca em áreas com maior densidade populacional e menor vulnerabilidade, o Bolsa Família e o CadÚnico desempenham papéis cruciais em regiões de extrema pobreza, servindo como bases de sustentação para as comunidades mais vulneráveis, contudo para um diagnóstico mais preciso exigiria pesquisas de campo no futuro.

O CadÚnico, porta de entrada para programas sociais, como Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, entre outros, foi mais uma possibilidade de integração ao AE. Porém, nem todos os inscritos cumpriam as condicionalidades exigidas para o recebimento. Segundo o Dataprev, instituição responsável pela análise do AE, cerca de 25% dos inscritos no CadÚnico do governo federal foram considerados inelegíveis. Em última análise, a capacidade de resposta do sistema às necessidades específicas dos diferentes municípios foi determinante para a eficácia e a equidade do AE na RGInTO.

ANÁLISE ESTATÍSTICA E IMPLICAÇÕES

Nesta etapa são realizadas as análises estatísticas descritivas das variáveis que consistem na determinação da média, desvio padrão, mínimo, mediana e máximo. Os dados obtidos dessa análise são apresentados na Tabela 8.

Tabela 8 - Análise de Estatística Descritiva (2020)

Variável	Tam. Amostra	Méd.	Desvio Pad.	Mín.	Medi.	Máx.
Taxa de Cobertura do AE (%)	86	36,80	5,57	23,49	36,40	57,26
Taxa de Inscritos Cad. Único (%)	86	62,24	11,35	33,86	61,64	91,26
IMRS - Vulnerabilidade	86	0,40	0,08	0,26	0,39	0,60
Acesso ao AE via App. Caixa (%)	86	29,78	8,41	15,17	27,98	60,7
Acesso ao AE via Bolsa Família (%)	86	50,33	11,46	21,46	50,88	72,89
Acesso ao AE via Cad. Único (%)	86	20,01	6,61	9,12	18,85	45,95

Fonte: Fundação João Pinheiro e Ministério da Cidadania. Elaboração Própria.

Legenda: Tam. Amostra = Tamanho da Amostra; Méd. = Média; Desvio Pad. = Desvio Padrão; Mín. = Mínimo; Medi. = Mediana Máx. = Máximo.

A tabela 8 fornece um panorama detalhado das principais variáveis que compõem o estudo sobre a cobertura do AE e as diferentes formas de acesso utilizadas nos municípios da RGInTO. A análise desses dados mostra as condições socioeconômicas locais e o alcance das políticas públicas na região.

A Taxa de Cobertura do AE, com uma média de 36,80% e um desvio padrão de 5,57%, sugere uma distribuição relativamente consistente entre os municípios, embora existam diferenças significativas. A taxa mínima de 23,49% e a máxima de 57,26% indicam uma variação importante na cobertura, o que pode refletir disparidades socioeconômicas e diferenças na eficácia das estratégias de implementação do auxílio. Essas discrepâncias apontam para as particularidades locais na formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficientes.



A Taxa de Inscritos no CadÚnico antes da pandemia, apresenta uma média de 62,24%, destaca-se como um indicador essencial da capacidade de alcance das políticas sociais na região. O desvio padrão de 11,35% e a variação entre 33,86% e 91,26% revelam que, embora muitos municípios tenham uma alta proporção de sua população inscrita no CadÚnico, outros ainda apresentam uma abrangência insuficiente. Esses dados sugerem que o CadÚnico desempenhou um papel fundamental na garantia de acesso ao AE.

O IMRS - Vulnerabilidade, com uma média de 0,40 e um desvio padrão de 0,08, reflete as condições de vulnerabilidade social nos municípios estudados. A variação entre 0,26 e 0,60 aponta para diferenças substanciais na vulnerabilidade entre os municípios, com metade deles apresentando um índice de vulnerabilidade inferior a 0,39. Esses números sugerem que os municípios mais vulneráveis são aqueles que mais dependem de políticas de assistência social. Dessa forma, o IMRS permite entender a necessidade e a distribuição do AE na região.

As formas de acesso ao AE revelam a dinâmica de distribuição dos recursos. O acesso via Aplicativo da Caixa Econômica Federal ficou com uma média de 29,78% e um desvio padrão de 8,41%, o uso do aplicativo variou significativamente entre os municípios, de 15,17% a 60,70%. Essa variação pode estar associada a fatores como o acesso à tecnologia e a alfabetização digital, destacando a importância da inclusão digital para a eficácia do programa durante a pandemia. Segundo dados coletados pelo Coletivo Margarida Alves (2023), 78,8% das pessoas informaram que já deixaram de acessar algum serviço público por falta de informação ou/e falta de internet.

No acesso via Bolsa Família registrou média de 50,33% e o desvio padrão de 11,46% indicam que o Bolsa Família foi o principal canal de acesso ao AE. Com uma variação entre 21,46% e 72,89%, esse resultado reflete a robustez que o benefício exerceu em alcançar as famílias mais necessitadas, embora sua abrangência também varie significativamente entre os municípios.

Já o acesso via CadÚnico apresenta uma média de 20,01% e um desvio padrão de 6,61%. Dessa forma, o CadÚnico aparece como uma via relevante, mas menos utilizada em comparação ao Bolsa Família. A variação de 9,12% a 45,95% sugere que, apesar de sua importância, o CadÚnico enfrentou desafios em atingir uma cobertura ampla, sendo possível inferir que a falta de estrutura e a

precarização dos postos de assistência social⁹ entre os municípios contribuíram para esse resultado. Haja vista que um dos critérios para o recebimento do AE era ter os dados no CadaÚnico atualizados, assim, mesmo com um significativo percentual da população inscrita essa via não foi a mais significativa.

A análise da distribuição do AE *per capita* na RGInTO através da figura 5 oferece uma perspectiva sobre as disparidades socioeconômicas locais em um contexto macroeconômico mais amplo. Ao examinar os cinco municípios que receberam os maiores valores per capita – Catuji (R\$ 2.568,31), Ouro Verde de Minas (R\$ 2.222,14), Palmópolis (R\$ 2.215,37), Nova Módica (R\$ 1.921) e Felício dos Santos (R\$ 1.876,95) – e os cinco com menores valores – Chapada do Norte (R\$ 915,96), Francisco Badaró (R\$ 1.036,72), Berilo (R\$ 1.180,70), Leme do Prado (R\$ 1.181,68) e Minas Novas (R\$ 1.202,08) – podemos situar essas desigualdades dentro das transformações recentes da economia brasileira e do papel do Estado como agente redistributivo em momentos de crise.

Um dos fatores que possibilita explicar a desigual distribuição do AE entre os municípios da RGInTO é o percentual de inscritos entre a população no CadÚnico antes da deflagração da pandemia. Através da tabela 10 é possível verificar a relação direta entre a taxa de inscrição no CadÚnico e os valores *per capita* recebidos pelo AE nos municípios da região. Ao compararmos os cinco municípios com os maiores valores *per capita* (Catuji, Ouro Verde de Minas, Palmópolis, Nova Módica e Felício dos Santos) aos cinco com os menores (Chapada do Norte, Francisco Badaró, Berilo, Leme do Prado e Minas Novas), observa-se uma discrepância significativa nas taxas de inscrição no CadÚnico:

Tabela 10 – Taxa de inscritos no CadÚnico (2020)

5 maiores AE per capita		5 menores AE per capita	
Cidade	Tx Ins Cad.Único (%)	Cidade	Tx Ins Cad.Único (%)
Catuji	91,26	Chapada do Norte	46,09
Ouro Verde de Minas	86,56	Francisco Badaró	49,41
Palmópolis	83,23	Berilo	56,47
Nova Módica	75,65	Leme do Prado	53,92
Felício dos Santos	90,82	Minas Novas	46,75

⁹ O Centro de Referência de Assistência Social do Brasil é uma unidade responsável pela oferta de serviços de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social, nas áreas de vulnerabilidade e risco social.



Fonte: Ministério da Cidadania. Elaboração Própria.

Os dados revelam que os municípios com os maiores valores *per capita* de AE tinham, em média, uma taxa de inscrição no CadÚnico de 85,50%, enquanto os com os menores valores apresentavam uma média de apenas 50,13%. Essa diferença de 35,37 pontos percentuais indica que o CadÚnico foi um fator determinante para a concessão de benefícios do AE.

Essa análise se alinha diretamente ao objetivo de investigar a eficácia do AE no alcance às populações mais vulneráveis. O CadÚnico se mostrou importante na identificação para o AE mesmo não sendo a principal forma de acesso em geral, exercendo um papel fundamental no mapeamento da população elegível ao benefício. Municípios com maior percentual de população inscrita conseguiram captar maiores recursos *per capita*, demonstrando que a pré-existência de registros no CadÚnico foi um diferencial no acesso ao auxílio.

Os cinco municípios com os maiores valores *per capita*, como Catuji (91,26%) e Felício dos Santos (90,82%), já possuíam um histórico de inclusão em políticas públicas de transferência monetária. Esse fato reflete a dependência estrutural dessas localidades em relação à programas sociais, além de sua maior capacidade de mobilização para inclusão cadastral, mesmo antes da pandemia. Em contrapartida, municípios como Chapada do Norte (46,09%) e Minas Novas (46,75%) apresentam cobertura limitada do CadÚnico, sugerindo barreiras históricas no acesso às políticas sociais, seja pela ausência de infraestrutura pública, exclusão digital ou menor articulação administrativa. Outros fatores como dificuldades de acesso aos canais de cadastramento, problemas de infraestrutura tecnológica ou burocrática, ou até mesmo falhas de comunicação podem explicar a baixa inclusão de uma parcela maior da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O AE foi um marco na resposta à pandemia, alcançando parte significativa da população vulnerável da RGInTO. Contudo, barreiras como exclusão digital, infraestrutura precária e dependência de cadastros sociais limitaram sua cobertura e equidade. A análise mostra que o acesso via aplicativo Caixa foi restrito por questões tecnológicas, enquanto o Bolsa Família e o CadÚnico foram cruciais, mas insuficientes para incluir todos os necessitados. As desigualdades regionais na



cobertura refletem as disparidades históricas da região, agravadas pela falta de políticas complementares.

Para além do assistencialismo, políticas públicas devem priorizar a inclusão digital e a infraestrutura logística, garantindo acesso universal em crises futuras. A expansão do CadÚnico e a capacitação digital são passos essenciais para superar as barreiras identificadas. Uma limitação deste estudo foi a ausência de dados qualitativos sobre as experiências dos beneficiários, o que poderia enriquecer a análise. Sugere-se que futuras pesquisas explorem os impactos sociais do acesso desigual ao AE, contribuindo para um debate mais amplo sobre justiça social e desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

BACCHIEGGA, F.; FREITAS, A. L. F. S.; VASCONCELLOS, M. P. **Políticas públicas e enfrentamento da COVID-19 no Brasil**: controvérsias sobre o auxílio emergencial (Lei 13.982/20). *Revista de Direito da Cidade*, Rio de Janeiro, v. 14, n 1, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdc/a/N9mQRFdcLNgxrQFpkCKqMMx/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CIRINO, Jader Fernandes; GONZÁLEZ, Alba Maria Guadalupe Orellana. **A heterogeneidade do desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais**. 2011. Disponível em: <https://locus.ufv.br/items/452accd0-1f09-4bcc-81af-116a6f02a5f7>. Acesso em: 20 ago. 2024.

COLETIVO MARGARIDA ALVES. **Acesso a Internet e o Exercício de Direitos**: uma pesquisa a partir de 30 comunidades rurais e povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais atingidos por grandes empreendimentos. 2023. Disponível em: https://coletivomargaridaalves.org/wp-content/uploads/2023/05/DOSSIECOMPLETO_WEB.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

GONZALEZ, Lauro; ARAUJO, Marcelo. **Efeitos da exclusão digital no acesso ao auxílio emergencial**. Blog/Impacto, FGV, v. 27, 2021. Disponível em: https://www.impacto.blog.br/site/wpcontent/uploads/2021/05/Auxilio_InclusaoDigital_VersaoFinal.pdf. Acesso em: 13 out. 2024.

MIRANDA, Leonardo Caetano. **Nos caminhos do Vale**: O (des) envolvimento no Jequitinhonha. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SILVA, M. O. S. Contemporaneidade dos Programas de Transferência Monetária no Brasil: proteger ou mitigar a pobreza? **Revista Serviço Social e Sociedade**, Brasília, n. 145, set./dez., 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/JfW85vT8qv9J6br7xVq5Bj/?lang=pt#>. Acesso em: 10 fev. 2023.

O DIREITO À CIDADE COMO DIREITO HUMANO: JUSTIÇA SOCIOESPACIAL, LAZER E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

ALESSANDRA DA SILVA FERNANDES¹

FAUSTO AMADOR ALVES NETO²

RESUMO: O direito à cidade, conceito desenvolvido por Henri Lefebvre (1968) e ampliado por David Harvey (2014), transcende o acesso a serviços urbanos, envolvendo a participação democrática na produção do espaço urbano. A geografia crítica, com contribuições de autores como Yves Lacoste, Edward Soja e Marcelo Lopes de Souza, evidencia como o espaço é moldado por relações de poder, reforçando desigualdades socioespaciais. Este trabalho discute a relação entre direito à cidade, justiça socioespacial e políticas públicas para crianças e adolescentes, analisando como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) pode ser um instrumento de transformação urbana. Além disso, aborda a importância do lazer, da cultura e do planejamento urbano na construção de cidades mais inclusivas. Conclui-se que a efetivação do direito à cidade depende de lutas sociais e de políticas públicas que combatam a segregação e garantam acesso equitativo a recursos urbanos, especialmente para populações vulneráveis.

Palavras-chave: Direito à cidade, justiça socioespacial, infância e adolescência, ECA, planejamento urbano.

ABSTRACT: The right to the city, a concept developed by Henri Lefebvre (1968) and expanded by David Harvey (2014), goes beyond access to urban services, encompassing democratic participation in the production of urban space. Critical geography, with contributions from thinkers such as Yves Lacoste, Edward Soja, and Marcelo Lopes de Souza, highlights how space is shaped by power relations, reinforcing socio-spatial inequalities. This paper examines the relationship between the right to the city, spatial justice, and public policies for children and adolescents, analyzing how the Child and Adolescent Statute (ECA) can be a tool for urban transformation. Additionally, it discusses the importance of leisure, culture, and urban planning in building more inclusive cities. The study concludes that the realization of the right to the city depends on social struggles and public policies that combat segregation and ensure equitable access to urban resources, especially for vulnerable populations.

Keywords: Right to the city, spatial justice, childhood and adolescence, ECA, urban planning.

INTRODUÇÃO

¹ Assistente Social. Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – Campus pontal. Email: adsf.fernandes@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1135574889748046>. Concordo com a publicação deste artigo.

² Advogado. Doutor e Mestre em Geografia (UFU). Professor do curso de Direito da UEMG - Unidade Ituiutaba. Professor colaborador do PPGE/UFU. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8638740756185035>. E-mail: fausto.neto@uemg.br. Concordo com a publicação deste artigo.

O direito à cidade é um conceito fundamental para a compreensão das dinâmicas urbanas contemporâneas, inserido em um contexto mais amplo de direitos humanos e justiça social. Originado a partir das reflexões de Henri Lefebvre (1968) e posteriormente desenvolvido por autores como David Harvey (2014), esse direito transcende a simples noção de acesso a serviços urbanos, abarcando a participação democrática na produção e transformação do espaço urbano. A cidade, nessa perspectiva, não é apenas um aglomerado de edificações, mas um organismo vivo, palco de lutas sociais e contradições inerentes ao sistema capitalista, que segrega pessoas e espaços, perpetuando desigualdades.

Ao longo da história, a geografia crítica – com contribuições de Vidal de La Blache, Yves Lacoste, Edward Soja e Marcelo Lopes de Souza – tem evidenciado como o espaço é produzido e controlado por relações de poder, refletindo e reforçando hierarquias sociais. Nesse sentido, a justiça socioespacial emerge como um conceito-chave para discutir a distribuição desigual de recursos e oportunidades urbanas, especialmente para grupos vulneráveis, como crianças e adolescentes.

Este trabalho busca articular essas discussões, analisando como o direito à cidade e a justiça socioespacial se relacionam com as políticas públicas voltadas para a infância e a juventude, considerando instrumentos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso, explora-se a importância do lazer, da cultura e do planejamento urbano como elementos essenciais para a construção de cidades mais inclusivas e democráticas.

Diante disso, busca-se responder: de que maneira o direito à cidade pode ser efetivado para crianças e adolescentes em contextos de desigualdade socioespacial? O objetivo é compreender como o ECA pode contribuir para uma urbanização mais democrática, analisando criticamente os desafios e possibilidades de garantir espaços urbanos justos e participativos para essa parcela da população.

DIREITO À CIDADE: CONCEITOS E PERSPECTIVAS

A base do conceito de direito à cidade é pauta da grande geografia e para a teoria desse conceito é necessário elucidar algumas fases e autores da disciplina. Em uma visão comum, a geografia é reduzida em solo, paisagens e relevo, porém a disciplina evoluiu expressivamente no último século. Enquanto leigos associam a geografia a aspectos físicos e naturais, seu escopo atual abrange questões críticas sobre organização espacial, relações de poder e dinâmicas socioeconômicas



que moldam o território. Com a globalização surgem indagações que merecem ser destacadas e novos desafios que demandam uma compreensão geográfica mais aprofundada. O desenvolvimento da produção capitalista trouxe reflexões que podem ser explicadas principalmente por Marx e seus conceitos de exploração de mão de obra e é nessa base que segue o presente trabalho.

Vidal de La Blache foi um geógrafo francês que inseriu o conceito de que o objeto da geografia como a relação homem-natureza, colocando o homem como ser ativo que transforma o ambiente, no século XIX. A partir de sua teoria surge outros autores que relacionam geografia humana até chegar na geografia crítica, hoje discutida. Na década de 1940, Max Sorre baseado em La Blache, apresenta a ideia de que homens organizam o seu meio entendendo o espaço como ‘morada do homem’ trazendo relações da vida social humana e o ambiente. (Moraes, 2005, p. 29)

Posteriormente, Yves Lacoste faz uma crítica radical sobre a geografia tradicional, enfatizando que a geografia é um instrumento da burguesia propondo uma superação da ordem capitalista. Na obra “*L’espace et le pouvoir*”, Lacoste (1976) afirma que a visão do cidadão comum é frequentemente reduzida a uma visão fragmentada e localizada, incapaz de perceber o todo e compreender as dinâmicas espaciais com as relações de poder, por outro lado, o Estado possui a visão de totalidade transformando o espaço em uma arma de dominação.

Neste mesmo segmento temos o autor David Harvey que em sua obra “A justiça social e a cidade” conceitua que ver as “formas espaciais enquanto processos sociais no sentido de que os processos sociais são espaciais” amplia o pensamento de que o fenômeno urbano é pautado nas relações sociais e seus espaços são formas que estão sob o olhar capitalista de produção.

O Direito à Cidade é um conceito multifacetado que se insere dentro de um contexto mais amplo de direitos humanos e justiça social, ampliando-se a partir do reconhecimento de que as cidades não são meras aglomerações de edificações, mas espaços de convivência, participação e dignidade. Definido por Lefebvre em 1960 devido à crise urbana na França instalada na década, o autor alega que a cidade é onde pessoas se aglomeram de forma duradoura, como um organismo vivo. O Direito à cidade por sua vez é definido como um apelo, uma exigência e não pode ser concebido como um simples direito de visita. (p. 117)

A urbanização acelerada a partir do século passado trouxe desafios que demandam uma reinterpretação das políticas públicas urbanas, cujas falhas frequentemente resultam em exclusão

social e precarização das condições de vida, especialmente em cidades do interior como Ituiutaba, em Minas Gerais.

Deve-se enfatizar que o direito à cidade é direito de todos os cidadãos, incluindo as populações mais vulneráveis como crianças e adolescentes, devem ter acesso igualitário aos recursos e oportunidades urbanas.

Considerando os autores citados, e no mesmo raciocínio de Marx, o capitalismo segrega, além de pessoas e vivências, as cidades e os espaços públicos. A formação de cidadãos está baseada na exploração de mão de obra desde o século passado e perpetua nos dias de hoje. No Brasil não poderia ser diferente, com seu capitalismo tardio, herda as piores tradições da exploração para o enriquecimento da burguesia.

O direito à cidade é um conceito proposto por Lefebvre (1968) e posteriormente desenvolvido por Harvey (2014), que discute a democratização do espaço urbano, acesso a serviços, moradia digna e participação política na gestão das cidades, conforme (p. 18):

O direito à cidade, como imaginado por Lefebvre, não se limita ao acesso a serviços urbanos básicos, mas envolve o controle sobre os processos de urbanização, sobre como as cidades são produzidas e transformadas, e sobre como os excedentes do capital são investidos (ou não) na construção de espaços urbanos mais justos. (Harvey, 2014, p. 18).

Considerando em seu livro a discussão sobre a democratização do espaço:

O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo, e não individual, já que essa transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer nossas cidades e a nós mesmos é, como queria Lefebvre, um dos mais preciosos e negligenciados de nossos direitos humanos. (Harvey, 2014, p. 23 e 24).

Conforme a ONU (1948) os direitos humanos é um direito inerente a todos os seres humanos, na visão de Harvey, o direito à cidade não é algo dado, mas conquistado e está ligado diretamente a dignidade e a justiça espacial.

O direito à cidade será um direito violado enquanto as cidades forem geridas como negócio e como apropriação da burguesia até que repensem radicalmente a quem a cidade deve servir, podendo ser exercido após lutas sociais reivindicando uma cidade justa e democrática, considerando a cidade como bem comum e não como mercadoria.

Justiça Socioespacial, infância e adolescência



O fato de direito a cidade ser um direito humano em lei, não garante a utilização da cidade como espaço justo e igualitário, a desigualdade e a produção do espaço continuam nas mãos dos mais ricos:

A liberdade de fazer e refazer nossas cidades [...] tem sido um privilégio dos ricos e poderosos, que moldam a cidade segundo seus interesses. [...] A justiça urbana exige que esse poder seja redistribuído, de modo que os marginalizados possam decidir sobre o espaço em que vivem. (David Harvey, 2014, p. 26-27).

A justiça Socioespacial se fundamenta e aprofunda na ideia da organização de cidades, espaço e regiões, não sendo neutra e reflete as desigualdades sociais. No bojo do conceito de justiça Socioespacial existem dois autores com conceitos congruentes, na página 15 de Edward Soja (2010):

A justiça espacial não é apenas sobre distribuição equitativa de recursos no espaço, mas sobre como o próprio espaço é produzido de modo a perpetuar ou desafiar hierarquias de poder. A segregação urbana, a exclusão territorial e a geografia dos privilégios são questões globais.

E citando Marcelo Lopes de Souza (2016, p. 89):

Justiça socioespacial é a luta contra a ‘injustiça espacializada’, ou seja, contra a naturalização da segregação e da violência territorial que atinge os pobres, negros e periféricos. É o direito de existir na cidade ser sem expulso ou criminalizado.

Enquanto Harvey foca na luta de classes e no capitalismo como raiz das injustiças espaciais, Soja destaca a materialidade do espaço e Souza sobre os resultados das particularidades como por exemplo as favelas e periferias.

A materialidade do espaço de Soja, traz uma crítica a geografia tradicional, argumenta que o espaço é ativo, dinâmico e constitutivo das relações sociais, e não apenas um reflexo delas, referindo em como o espaço é produzido, organizado e vivenciado, incluindo as infraestruturas urbanas, como ruas e edifícios, as segregações territoriais, como favelas e condomínios fechados e as marcas de poder, como os monumentos, muros e espaços militarizados. (Edward Soja, 2010)

Para Soja, essa materialidade não é natural e produz e reproduz desigualdades, resultados de processos históricos e políticos, como um planejamento urbano excludente (Projetos Minha Casa Minha vida que será elucidado em capítulo posterior) e pode ser transformada por lutas sociais.

O autor Marcelo Lopes de Souza, escreveu sobre a América Latina e por ser um continente ‘explorado’ o estado atua de forma seletiva e repressiva, principalmente nas favelas, onde o estado ‘aparece para reprimir e nunca para incluir’. Em seu livro Fóbole (p. 67) descreve “Nas periferias, a



injustiça espacial se traduz em horas perdidas de ônibus lotados, em escolas precárias e no medo cotidiano da violência – um ciclo que reproduz a marginalização.”

Destaca-se que a herança, resultante da injustiça espacial, seria o colonialismo, que relegaram negros, indígenas e pobres as zonas marginalizadas e do capitalismo periférico levando a uma urbanização acelerada e desordenada, sem planejamento social.

A justiça socioespacial se destaca em diversas vivências, para crianças e adolescentes, que são o futuro da nação, torna-se crucial para o desenvolvimento de cidadania e a sagacidade de utilizar o espaço ao seu favor, tanto para desenvolvimento quanto para transformar a sociedade em que vive.

As desigualdades territoriais impactam na vida, nos direitos e no futuro deste grupo, como acesso a serviços básicos e infraestrutura. Crianças e adolescentes em favelas e periferias têm acesso limitado a espaços de lazer como praças e bibliotecas e vivem em áreas sem saneamento básico. No Brasil, 12 milhões de crianças e adolescentes em áreas vulneráveis não têm esgoto adequado (UNICEF, 2024).

Souza (2008) discute como o medo e a segregação transformam corpos jovens em alvos devido a militarização de territórios pobres que expõe crianças e adolescentes a violência policial, encarceramento em massa e conflitos armados.

Sobre mobilidade urbana, adolescentes periféricos gastam horas em transportes precários para estudar e trabalhar, limitando seu tempo para estudo e lazer. Em São Paulo, jovens da periferia levam em média 4 horas por dia no transporte (Periferia em Movimento, 2023) e para Harvey o direito à cidade inclui a mobilidade digna como condição para a autonomia juvenil.

Agregando sobre saúde temos as crianças em áreas sem urbanização que sofrem com poluição, enchentes e a falta de área verde, afetando o seu pleno desenvolvimento. Em cidades com índice de maior poluição e escassez de áreas verdes faz com que as crianças de São Paulo, por exemplo, tenham em média 5-7 episódios de infecções respiratórias por ano, sendo a as doenças respiratórias uma das principais causas de óbito de crianças com menos de 5 anos de idade (Escobar, 2016). Edward Soja elenca a injustiça ambiental como uma dimensão da injustiça espacial.

No que diz respeito às leis do tema de criança e adolescente pode-se afirmar que as políticas que visavam a sua proteção e efetivação nos primórdios da globalização eram inexistentes, pois esses não eram considerados sujeitos que possuíam direitos. Apenas em 1959 houve a Declaração Universal



dos Direitos das Crianças pela ONU, que passou a reconhecer a criança e o adolescente como sujeito de direitos. (Souza, 2002).

Assim, passou-se a criar instrumentos para garantir alguns direitos às crianças e adolescentes, e a partir das intervenções observadas na realidade social destes, entendeu-se que eram portadores de uma maior vulnerabilidade social e por isso precisavam de uma maior proteção.

Dessa forma, no Brasil, com a Constituição de 1988 e posteriormente com o surgimento de leis específicas como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990) criou-se uma rede de proteção integral, reconhecendo direitos, e delegando o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A Constituição de 1988 juntamente com o ECA possibilita a concretização da ideia de que crianças e adolescentes se constituem como sujeitos de direitos, gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Abordando o tema da proteção integral, Liberati (2003, p. 15) esclarece que:

A Lei 8.069/90 revolucionou o Direito Infância-Juvenil, inovando e adotando a doutrina da proteção integral. Essa nova visão é baseada nos direitos próprios e especiais das crianças e adolescentes, que, na condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, necessitam de proteção diferenciada, especializada e integral. É integral, primeiro, porque assim diz a constituição federal em seu artigo 227, quando determina e assegura os direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de qualquer tipo; segundo, porque se contrapõe a teoria do “Direito Tutelar do Menor”, adotada pelo Código de Menores revogado (Lei 6.697/79), que considerava as crianças e os adolescentes como objetos de medidas judiciais, quando evidenciada a situação irregular, disciplinada no artigo 2º da antiga lei.

Portanto, nesse sentido, o objetivo maior do Estatuto da Criança e do Adolescente é proteger a criança e o adolescente de toda e qualquer forma de abuso, bem como garantir que todos os direitos estabelecidos na Constituição lhes sejam assistidos, além de disciplinar quais os mecanismos que devem ser utilizados para que a família, a sociedade e o Estado garantam todos os direitos inerentes ao menor.

No Brasil, os direitos da criança e do adolescente foram consolidados com a Constituição de 1988 e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, considerado até então por muitos uma lei-



revolução no momento em que rompe com o conservadorismo injusto e inadequado do “menor”, tendo em vista que até 1989 vigorava o “Código de Menores”, onde a criança e o adolescente eram objetos de direito, diferente de hoje, que são pessoas sujeitos de direitos e deveres, merecedores de um sistema de proteção integral em razão da sua maior vulnerabilidade social.

Torna-se fundamental articular os conceitos abordados sobre direito a cidade (Lefebvre e Harvey) justiça socioespacial (Soja e Souza) e o estatuto da criança e do adolescente visto como indissociáveis na construção de cidades inclusivas para a infância e a juventude. O direito à cidade não se limita apenas ao espaço físico e envolve a participação democrática de crianças e adolescentes nas decisões sobre o território, conforme artigo 16 do ECA: direito à liberdade e o diálogo. Adentrando na justiça espacial a segregação urbana em periferias têm menos recursos e contraria o artigo 53 do ECA: direito à educação de qualidade. A utilização do ECA como instrumento de transformação espacial é fundamental para garantir políticas públicas territorializadas com a participação de crianças nos conselhos municipais (CMDCA), a ampliação de equipamentos culturais em áreas vulneráveis, urbanização e saneamento básico, confrontando a produção desigual do espaço e conforme Souza, não há direito à cidade sem justiça socioespacial.

LAZER, CULTURA E PLANEJAMENTO URBANO

A relação entre lazer, cultura e planejamento urbano é fundamental para a construção de cidades mais humanizadas e socialmente inclusivas. O lazer com sua capacidade de proporcionar qualidade de vida e bem-estar enriquece as experiências dos indivíduos nas cidades. A cultura, por sua vez, se manifesta através de tradições, expressões artísticas e interações sociais, funcionando como um elo que une comunidades e propicia um sentido de pertencimento. Em um contexto urbano, o planejamento deve considerar essas dimensões, tendo em vista que espaços bem projetados para o lazer e ações culturais podem catalisar o desenvolvimento social e econômico.

O lazer, garantido por Lei pela constituição cidadã e segundo Werneck (2000, p.13) o lazer é “(...) um dos fatores básicos para o exercício da cidadania e para a busca de uma vida com mais sentido e qualidade” e partindo do pressuposto do momento capitalista que vivemos, o lazer se torna mercadoria e compra quem tem dinheiro no bolso.



Segundo Harvey (1989), o lazer deixa de ser um momento de liberdade autêntica e se torna mais uma esfera de valorização do capital, no capitalismo pós-moderno, integrada a lógica de acumulação flexível e do consumo acelerado, sendo o lazer utilizado como mecanismo de conformação social e o tempo livre organizado como uma oportunidade de consumo. Sobre o espaço tempo, o autor afirma que “A aceleração dos processos econômicos e a inovação tecnológica levaram a uma compreensão do espaço-tempo, reconfigurando as experiências de lazer em formas cada vez mais efêmeras e intensivas” (p. 240).

A aceleração dos processos econômicos e o tempo livre sendo produtivizado, escraviza o tempo de lazer e inviabiliza o Artigo 24 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, exigindo políticas públicas que criem espaços de conexão e de práticas coletivas.

No contexto urbano, a oferta de lazer está diretamente ligada ao planejamento de espaços que promovem convívio, atividades físicas, contato com a natureza, ciclovias, quadras, centros comunitários e transporte público que conecta pessoas a áreas de lazer.

A cultura é um meio de transformação urbana por equipamentos culturais como teatros, museus, bibliotecas, festivais de rua, feiras e ocupações artísticas e a preservação de prédios e tradições que contam a história da cidade, mas para Marcelino (2008, p. 23), é limitado:

O próprio conceito de cultura é restrito (...) quase sempre a artes e espetáculos. Artesanato, esporte, turismo etc. normalmente não são denominados cultura e efetivamente o são. E, por conseguinte, são lazer. Podemos dizer que todo lazer é cultura, embora nem toda cultura seja lazer. O trabalho do artista, do artesão, do atleta, está no terreno da produção cultural profissional, e, portanto, é classificado como trabalho, na nossa sociedade. Mas a difusão desse bem está na esfera do lazer das pessoas e deveria estar incluída como parte de uma Política de Lazer.

O lazer e a cultura podem e devem ser relacionados, mas sem o entendimento do direito e de políticas públicas perde-se a compreensão do contexto social atrelado. Conforme Marcelino (p. 24) existem barreiras inter e intraclasses sociais que dificulta o acesso, daí a importância das políticas públicas e do planejamento urbano.

Considerando as barreiras socioculturais como questão econômica, de espaço, gênero e de faixa etária, o poder público municipal deve enfatizar ações que prioriza e facilite o acesso da população menos favorecida.



O planejamento urbano municipal é um instrumento fundamental para garantir o desenvolvimento equilibrado das cidades, promovendo qualidade de vida, sustentabilidade e justiça social. Mais do que uma simples organização do espaço físico, reflete as escolhas políticas, econômicas e sociais que definem para quem a cidade é construída e como seus recursos são distribuídos. Em um contexto de acelerada urbanização e desigualdades históricas, o planejamento urbano se torna uma ferramenta essencial para assegurar o direito à cidade.

No Brasil, o Estatuto da Cidade definido pela Lei Federal nº 10.257/2001, estabelece diretrizes para políticas urbanas que priorizem a função social da propriedade, a gestão participativa e a redução das desigualdades socioespaciais. No entanto, a implementação desses princípios ainda esbarra em desafios como a falta de recursos técnicos e a carência de participação popular efetiva.

Ao analisar essas questões, buscamos evidenciar que uma cidade verdadeiramente democrática só é possível quando seu planejamento é pensado com e para todos, inclusive com as vozes frequentemente silenciadas, como as das crianças e adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho demonstra que o direito à cidade não é uma garantia automática, mas uma conquista que depende de lutas sociais e da reconfiguração das estruturas de poder que moldam o espaço urbano. Autores como Lefebvre, Harvey, Soja e Souza destacam que a cidade, sob a lógica capitalista, é frequentemente tratada como mercadoria, privilegiando interesses econômicos em detrimento da justiça espacial e da dignidade humana. Essa dinâmica exclui populações marginalizadas, especialmente crianças e adolescentes, que enfrentam barreiras no acesso a moradia digna, educação, saúde, lazer e participação política.

Essa realidade evidencia uma contradição profunda entre os princípios universais dos direitos humanos e a materialidade das cidades capitalistas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) estabelecem, respectivamente, o direito a um padrão de vida adequado (Art. 25) e o direito ao lazer, à cultura e ao desenvolvimento integral (Art. 31). No entanto, a crítica marxista revela que o capitalismo, ao transformar o espaço urbano em um meio de acumulação privada, nega esses direitos à maioria da população, especialmente aos jovens das periferias. Como Marx demonstrou, a cidade sob o



capitalismo não é um bem comum, mas um produto da luta de classes, onde a segregação espacial reflete e reproduz as desigualdades sociais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representa um avanço ao reconhecer os jovens como sujeitos de direitos, garantindo-lhes proteção integral e prioridade absoluta nas políticas públicas. No entanto, sua efetivação esbarra em um modelo de urbanização excludente, que concentra recursos em áreas privilegiadas e negligencia as periferias e favelas. A segregação socioespacial, a precariedade dos serviços públicos e a violência institucional constituem obstáculos concretos à plena realização desses direitos. Essa situação não é um acidente, mas o resultado direto da utilização das cidades como mercadoria, em que o espaço é valorizado por seu potencial de lucro, e não por seu papel na reprodução da vida social.

O lazer e a cultura, quando compreendidos como direitos e não como mercadorias, têm o potencial de transformar a vida urbana, promovendo convívio social, identidade coletiva e desenvolvimento humano, promovendo cidadania. No entanto, sua oferta ainda é desigual, refletindo as mesmas disparidades que marcam o espaço urbano. O planejamento municipal, se pautado por princípios democráticos e participativos, pode reverter essa lógica, criando cidades mais justas e acolhedoras para todos. A perspectiva de Lefebvre sobre o "direito à cidade" como um direito à participação e à reapropriação do espaço urbano é fundamental nesse processo, pois desafia a subordinação da cidade à lógica do capital.

Portanto, a construção de cidades verdadeiramente inclusivas exige não apenas a implementação de políticas públicas eficientes, mas também a mobilização social e a conscientização sobre o direito à cidade como um direito humano fundamental. É necessário ir além do reconhecimento formal dos direitos e questionar as estruturas que perpetuam a exclusão. Como aponta a crítica marxista, a transformação do espaço urbano só será possível mediante a superação do modelo capitalista de produção das cidades, substituindo-o por uma lógica centrada no bem-estar coletivo.

Nesse sentido, a luta pelo direito à cidade para crianças e adolescentes é também uma luta contra a mercantilização da vida urbana. Exige-se a articulação entre teoria crítica, legislação protetiva e ação coletiva, de modo a transformar o espaço urbano em um ambiente de equidade, onde todos, especialmente os mais jovens, possam viver com dignidade, plenitude e autonomia. A cidade



não deve ser um privilégio, mas um direito humano universal – e sua realização plena só será alcançada quando o urbano for pensado não para o capital, mas para a vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [\[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm\]](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 04 maio 2025.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [\[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm\]](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 04 maio 2025.

BRASIL. Estatuto da Cidade. **Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: [\[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm\]](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm)(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em: 04 maio 2025.

ESCOBAR, Ana. **Infância urbanizada**. Blog Doutora Ana Responde, G1, 2016. Disponível em: [\[https://g1.globo.com/bemestar/blog/doutora-ana-responde/post/infancia-urbanizada.html\]](https://g1.globo.com/bemestar/blog/doutora-ana-responde/post/infancia-urbanizada.html)(<https://g1.globo.com/bemestar/blog/doutora-ana-responde/post/infancia-urbanizada.html>). Acesso em: 04 maio 2025.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LACOSTE, Yves. **L'espace et le pouvoir**. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Malheiros, 2003.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Alínea, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia pequena história crítica**. São Paulo: Annablume, 2005.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: [\[https://www.un.org/pt/about-us/universal-declaration-of-human-rights\]](https://www.un.org/pt/about-us/universal-declaration-of-human-rights)(<https://www.un.org/pt/about-us/universal-declaration-of-human-rights>). Acesso em: 04 maio 2025.

PERIFERIA EM MOVIMENTO. **Pesquisa sobre mobilidade urbana nas periferias**. 2023. Disponível em:



<https://periferiaemmovimento.com.br/pesquisamobilidade102023/>. Acesso em: 04 maio 2025.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O direito à cidade**. São Paulo: Letra Capital, 2016.

SOUZA, Sérgio Augusto G. Pereira de. **A declaração dos direitos da criança e a convenção sobre os direitos da criança**. 2002. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/2568/a-declaracao-dos-direitos-da-crianca-e-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 04 maio 2025.

UNICEF. **Relatório sobre infância e cidades**. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/12-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-vivem-sem-acesso-adequado-esgoto-e-2-1-a-agua>. Acesso em: 04 maio 2025.

WERNECK, Christianne. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: UFMG/CELAR, 2000.



**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: IMPACTOS,
DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O BEM-ESTAR DOS ESTUDANTES
UNIVERSITÁRIOS**

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

VANUSA VISSOZI DE OLIVEIRA¹
CESAR LUCIANO FILOMENA²
SOLANGE EMILENE BERWIG³

RESUMO: Este estudo discute a implementação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e seus efeitos no bem-estar dos estudantes universitários brasileiros. A pesquisa, de caráter bibliográfico e em andamento, analisa as ações de assistência na promoção da permanência, inclusão e equidade no ensino superior, considerando suas dimensões materiais e imateriais. Destaca a importância da sociabilidade, do reconhecimento e da redução de vulnerabilidades sociais na construção de ambientes acadêmicos mais inclusivos. Conclui que ações articuladas e adaptadas às realidades institucionais fortalecem a política, promovendo a inclusão social e o fortalecimento da cidadania.

Palavras-chave: Assistência Estudantil, PNAES, Bem-estar, Inclusão social.

ABSTRACT: This study discusses the implementation of the National Student Assistance Program (PNAES) and its effects on the well-being of Brazilian university students. The bibliographic research explores how assistance actions promote retention, inclusion, and equity, considering both material and immaterial dimensions. Emphasizing the importance of sociability, recognition, and reducing social vulnerabilities, the study highlights the need for coordinated and context-specific strategies to strengthen the policy. Ultimately, integrated efforts foster social inclusion and promote citizenship within higher education institutions.

Keywords: Student Assistance, PNAES, Well-being, Social Inclusion.

INTRODUÇÃO

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa - PPGPP, UNIPAMPA. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/1458645736917279>; Email: vanusaoliveira.aluno@unipampa.edu.br; vanusa.vissozido@gmail.

² Doutor em Ciência Política, PPG-Pol UFRGS (2015). Auditor do Controle Externo do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UNIPAMPA. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5536873824575079> E-mails: cesarlucianoofilomena@gmail.com; cesarfilomena@unipampa.edu.br.

³ Doutora em Serviço Social. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UNIPAMPA. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação em Serviço Social e Política Social na América Latina. Membro do GT *CLACSO Previsión y Sistemas de Pensiones*. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/2432723992234220> E-mail: solangeberwig@unipampa.edu.br.



O avanço do ensino superior no Brasil, potencializado pela ampliação do acesso por meio de políticas públicas, especialmente a implementação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), destaca-se como um esforço fundamental para promover a democratização do ingresso nas instituições federais de ensino. Contudo, garantir o acesso não é suficiente para assegurar a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes. Nesse contexto, a assistência estudantil emerge como um componente essencial, cuja abrangência vai além do suporte financeiro, incorporando ações voltadas à promoção do bem-estar integral dos discentes.

Este estudo, resultado de pesquisa de mestrado em andamento, tem como objetivo apresentar reflexões sobre a implementação da PNAES e seu papel na promoção do bem-estar estudantil, entendido como uma construção multifacetada e complexa. A análise busca compreender como as ações de assistência podem contribuir para a redução de taxas de evasão e retenção, considerando tanto fatores individuais quanto sociais, incluindo aspectos de reconhecimento, pertencimento, saúde mental e inclusão social. Além disso, discute-se o impacto das mudanças legislativas, como a promulgação da Lei nº 14.914/2024, que fortalece a assistência estudantil como política de Estado, e as ações institucionais para o fortalecimento de ambientes mais inclusivos e propícios à permanência estudantil. Assim, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de estratégias sustentáveis que garantam uma educação superior mais equitativa, acessível e promotora do bem-estar integral dos estudantes brasileiros. Os resultados aqui apresentados são parciais, ainda assim, relevantes para a elaboração de um modelo analítico que traga contribuições para investigação do objeto e para disseminação do debate necessário para aprimoramento das políticas institucionais de assistência estudantil.

A partir do reconhecimento de que o acesso às instituições de ensino superior por si só não garante a permanência dos discentes, torna-se fundamental compreender o desenvolvimento das políticas de assistência estudantil, suas bases históricas e seu papel na democratização do ensino superior.

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A expansão da educação superior exigiu mudanças na oferta de ações de permanência para os estudantes brasileiros. Historicamente a política de educação superior pública brasileira, possuía



características excludentes, com ofertas de vagas limitadas e desarticuladas frente às demandas sociais por qualificação profissional. Inicialmente se desenvolveu de forma fragmentada, sem planejamento efetivo de longo prazo. Conforme destaca Ganam e Pinezia, (2021), o processo de ampliação da escolaridade no Brasil foi historicamente comprometido por fatores como improvisação nas políticas públicas, precariedade estrutural, número insuficiente de vagas, dificuldades de aprendizagem e acesso restrito.

A partir de 2003, iniciou-se um movimento buscando a superação desse legado excludente, com os objetivos de ampliar o acesso à educação superior e promover maior equidade. Esse novo direcionamento envolveu ações como a expansão da rede federal de ensino superior, o aumento das oportunidades de ingresso, a reformulação dos critérios de ingresso nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e a criação de mecanismos voltados à garantir a permanência dos estudantes.

Para atingir tais objetivos foram implementados alguns programas entre os anos de 2007 e 2012, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007. Este programa tinha como foco central promover a democratização do ensino superior por meio da ampliação do acesso e da inclusão social, permitindo maior diversidade no perfil dos estudantes universitários e favorecendo a entrada de pessoas oriundas das classes populares.

No âmbito do REUNI, foi estabelecido um modelo de contrato de gestão entre o governo federal e as universidades, com metas de desempenho associadas ao repasse de recursos financeiros. As diretrizes do programa buscavam criar condições para ampliar o número de matrículas, reduzir a evasão e retenção, ocupar vagas ociosas e fortalecer ações de inclusão, como a assistência estudantil. Dessa forma, visava-se aumentar progressivamente as taxas de conclusão dos cursos de graduação, consolidando uma política de permanência no ensino superior.

Na linha das conquistas na oferta de educação universitária, destacamos a criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU), em 2009, que representou um marco na política de democratização do acesso ao ensino superior público no Brasil. O sistema utiliza os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como critério de seleção, permitindo que estudantes de qualquer parte do país concorram a vagas em IFES situadas em diferentes regiões. Essa ampliação das possibilidades de mobilidade acadêmica produziu efeitos significativos na composição do corpo discente das universidades federais.



Com a nacionalização do processo seletivo, tornou-se comum o ingresso de estudantes oriundos de localidades distantes das instituições em que foram aprovados. Tal dinâmica, embora tenha ampliado o acesso, impôs novos desafios às IFES em razão da presença de estudantes que se encontram distantes de seus contextos familiares e de suas redes de apoio tornando imprescindível a implementação de ações capazes de oferecer suporte adequado à permanência desses estudantes.

O SISU, portanto, não apenas diversificou o perfil socioeconômico, regional e étnico dos estudantes nas IFES, como também demandou um fortalecimento das ações de acolhimento institucional e ampliação da oferta de ações voltada à permanência reforçando a necessidade de políticas públicas integradas que garantam não só o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos cursos de graduação com qualidade e dignidade.

Diante desta necessidade torna-se relevante a implementação de ações de assistência estudantil para garantir a continuidade dos estudos, o avanço legislativo torna-se um marco na consolidação dessas políticas como direitos institucionais e de Estado. A promulgação da Lei nº 14.914/2024, por exemplo, reafirma o compromisso do governo com a assistência estudantil, fortalecendo sua estrutura e ampliando seu escopo de atuação, o que representa uma vitória na trajetória de institucionalização dessas ações e de fortalecimento da democracia no acesso ao ensino superior.

As ações voltadas ao atendimento das necessidades dos estudantes universitários não são recentes no contexto brasileiro. No entanto, por muitos anos essas iniciativas foram pontuais e sem a destinação de recursos orçamentários específicos, ficando à mercê da vontade política dos gestores locais. Essa limitação representava um obstáculo à consolidação de uma política nacional voltada à permanência estudantil.

Com o objetivo de reduzir a evasão e a retenção, em 2007 criou-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação. A partir da implementação deste Programa a assistência estudantil passou a ser tratada como uma política pública estruturada. A referida norma estabeleceu a destinação de recursos financeiros específicos para a execução de ações de assistência estudantil, conferindo a essas ações o status de direito institucionalizado. Desde então, o PNAES tem assumido papel central na consolidação de políticas de permanência nas IFES. A Portaria de 2007 definiu nove áreas prioritárias de atuação, conforme disposto no Parágrafo único do Art. 2º: I - moradia estudantil; II -



alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico.

Diante do exposto, vale salientar que a ampliação do acesso às IFES por meio do SISU, contribuiu para a diversificação regional e socioeconômica do corpo discente, com isso também gerou novas demandas para as instituições. Muitos estudantes passaram a ingressar em universidades situadas a grandes distâncias de suas cidades de origem, ficando sem apoio familiar ou estrutura local. Diante desse cenário, o PNAES tornou-se instrumento fundamental para mitigar os efeitos da vulnerabilidade social e garantir condições mínimas de permanência e êxito acadêmico.

Em decorrência da necessidade de aprimoramento do PNAES, no ano de 2010 este Programa foi regulamentado por meio do Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, sendo acrescida uma área de atuação no § 1º do artigo 3º: “acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.”

A recente promulgação da Lei Federal nº 14.914, de 3 de julho de 2024, conferiu novo patamar à assistência estudantil ao transformar o PNAES em uma política de Estado, consolidando legalmente suas diretrizes, a qual incorporou as ações previstas no Decreto 7234/2010 entre outras iniciativas voltadas à permanência dos estudantes universitários nas IFES. A nova legislação reafirma o papel do programa como mecanismo central de garantia de permanência no ensino superior público federal, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade, fortalecendo a integração entre expansão do acesso e promoção da equidade.

Destaca-se que a referida Lei manteve os dez campos de atuação, anteriormente previstos, trazendo algumas alterações como a previsão de acompanhamento pedagógico aos beneficiários das ações afirmativas, subdividindo o décimo campo da seguinte forma:

- X - acesso, participação, aprendizagem e acompanhamento pedagógico de estudantes:
- a) com deficiência, nos termos da legislação;
 - b) com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades e superdotação;
 - c) beneficiários de políticas de ação afirmativa estabelecidas na legislação. (Brasil, 2024, *online*).

Outro ponto que vale ser destacado é que a referida Lei explicita a possibilidade de atendimento de demais vulnerabilidades sociais, conforme previsto no artigo 3º:



Art. 3º Os programas e as ações de assistência estudantil, no âmbito da PNAES, serão executados pelo Ministério da Educação, pelas instituições federais de ensino superior e pelas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, consideradas:

I - as especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e as necessidades do corpo discente dessas instituições, especialmente as situações de vulnerabilidade socioeconômica;

II - a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e de agir, preventivamente, nas situações de risco de retenção e de evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras ou de outras hipossuficiências associadas à situação de vulnerabilidade social. (Brasil, 2024, *online*).

Vale destacar que, desde a publicação da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, já se previa a descentralização da execução orçamentária do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Isso significa que cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) possui autonomia para gerir os recursos destinados ao programa, observando as áreas estratégicas definidas e adequando suas ações às necessidades identificadas junto ao corpo discente (Brasil, 2007).

Em função dessa autonomia, observa-se uma diversidade na forma como as IFES implementam as ações do PNAES. Em algumas instituições, nota-se uma predominância na distribuição de benefícios diretos, como o repasse financeiro diretamente aos estudantes. Ademais, nem todas as instituições desenvolvem, de forma regular, ações em todas as dez áreas de abrangência previstas no programa. De modo geral, as áreas com atuação mais frequente em todas as IFES são: alimentação, moradia, transporte e creche — todas voltadas à mitigação de carências materiais dos estudantes.

Contudo, o PNAES também contempla outras áreas que possibilitam o atendimento de hipossuficiências relacionadas à vulnerabilidade social, como assistência à saúde, cultura, esporte e apoio pedagógico. Apesar disso, tais ações, quando implementadas, ocorrem de forma pontual e não recebem a mesma ênfase que as ações voltadas às necessidades materiais.

Essa disparidade na implementação levou o legislador a reconhecer que, da forma como as ações vinham sendo executadas, o objetivo central do programa — evitar a evasão e a retenção — não estava sendo plenamente atendido. Isso porque os fatores que contribuem para o desligamento estudantil são múltiplos e complexos. Diante desse diagnóstico, a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, passou a prever explicitamente que os gestores considerem:

a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e de agir, preventivamente, nas situações de risco de retenção e de evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras ou **de outras hipossuficiências associadas à situação de vulnerabilidade social**. (Brasil, 2024, *online*, grifo nosso).



Com isso, evidencia-se o papel estratégico do PNAES na consolidação da política de assistência estudantil no Brasil. Sua criação em 2007, seguida da regulamentação em 2010, e mais recentemente sua transformação em política de Estado por meio da Lei Federal nº 14.914/2024, representam um avanço significativo na institucionalização das ações voltadas à permanência estudantil. Este reposicionamento acompanha o movimento de expansão da educação superior no país, especialmente a partir do REUNI, que visava, entre outros objetivos, fortalecer as políticas de inclusão e assistência estudantil nas IFES.

Compreendido o contexto histórico e político dessas políticas, passa-se a analisar de que modo as ações de assistência estudantil se configuram como estratégias essenciais para reverter a evasão e a retenção, fortalecendo a permanência dos estudantes nas IFES. É nesse ponto que a estruturação dessas ações, incluindo as dimensões materiais e imateriais, ganha destaque por seu potencial de promover o bem-estar dos estudantes e, consequentemente, reduzir as taxas de abandono acadêmico.

Diante desse contexto, pode-se inferir que a Assistência Estudantil surge como uma ferramenta crucial na busca pela equidade no acesso e na permanência dos estudantes nas IFES brasileiras. A implementação dessa política reflete um compromisso em enfrentar as barreiras socioeconômicas que podem comprometer o sucesso acadêmico, fortalecendo a democratização do ensino superior.

A autonomia concedida às IFES para criar e administrar suas políticas institucionais do PNAES, ressalta a importância de considerar as especificações de cada instituição e as necessidades indicadas por seu corpo discente. Essa flexibilidade permite que as IFES desenvolvam estratégias específicas, alinhadas aos objetivos do programa, mais adaptadas à sua realidade interna.

Contudo, o processo de implementação do PNAES não é isento de desafios. A expansão das políticas de assistência estudantil, embora fundamental, está sujeita às influências dos gestores e a gestão eficaz desses processos requer uma abordagem estratégica que considere não apenas os objetivos específicos da política, mas também os contextos políticos, sociais e econômicos nos quais ela está inserida.

O reconhecimento da Assistência Estudantil como um direito de cidadania, conforme delineado por Leher (2004), enfatiza a importância de ir além das medidas imediatas. A política de



assistência estudantil não pode ser reduzida apenas a aspectos financeiros; é essencial considerar as múltiplas vulnerabilidades dos discentes. Nesse sentido, identifica-se a necessidade de explorar estratégias, inspiradas em experiências bem-sucedidas de outras IFES, para criar ambientes acadêmicos mais inclusivos e propícios à permanência.

Portanto, a Assistência Estudantil, ao se consolidar como um pilar fundamental no contexto das políticas de acesso e permanência nas IFES, não apenas enfrenta os desafios imediatos, mas também busca inspirar práticas que transcendam o âmbito financeiro. Esta proposta de pesquisa visa contribuir para esse cenário, não se limitando a uma análise comparativa, mas explorando caminhos que fortalecem não apenas as condições imediatas dos discentes, mas também promovem uma educação superior mais equitativa e inclusiva.

Por fim, compreender esses avanços normativos permite refletir sobre como a implementação efetiva dessas políticas impacta na qualidade de vida, na saúde mental e na sensação de pertencimento dos estudantes. Assim, o foco deixa de ser apenas o suporte financeiro para incorporar uma abordagem holística, na qual o bem-estar estudantil é entendido como uma condição multifacetada que influencia diretamente o desempenho acadêmico, a integração social e o sucesso ao longo do percurso universitário.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR

No contexto desta pesquisa, o termo "promoção do bem-estar" é fundamental para compreendermos os objetivos que a norteiam. De acordo com o estudo de Almeida e Teixeira (2018), a gestão do tempo, a relação com pares e a ansiedade em relação a avaliações são elementos do ambiente acadêmico que influenciam o bem-estar dos estudantes. A relação com pares foi identificada como um preditor significativo de bem-estar, destacando a importância das relações sociais no contexto acadêmico.

Segundo Diener et.al (*apud* Teixeira; Costa, 2017, p. 21) “O conceito de bem-estar subjectivo associa componentes cognitivos e emocionais como afetos, crenças de autoeficácia, autonomia, competências emocionais e intelectuais, adaptação e experiências”. Para Teixeira e Costa (2017), a crença na própria capacidade de lidar com desafios e alcançar metas influencia positivamente o bem-estar dos estudantes, promovendo sentimentos de competência e eficácia. A



extroversão, caracterizada por traços como sociabilidade e otimismo, está associada a emoções positivas, interações sociais satisfatórias e adaptação ao ambiente acadêmico, contribuindo para o bem-estar dos estudantes e a amabilidade, que envolve características como empatia e cooperação, promove relações interpessoais positivas, apoio social e sentimentos de conexão, o que pode impactar diretamente o bem-estar emocional e social dos estudantes universitários.

Para Lourenço e Guerra (2017) as instituições de ensino desempenham um papel crucial na formação e desenvolvimento de indivíduos, influenciando diretamente o bem-estar e o funcionamento positivo dos estudantes e demais membros da comunidade escolar.

Segundo Freire (*apud* Coleta; Coleta, 2006, p. 534) “o bem-estar subjetivo nem sempre é afetado por condições materiais, de saúde, conforto e riqueza, sabendo-se que a influência destes aspectos depende dos valores e expectativas do indivíduo, do grupo a que pertence e da sociedade em que vive”.

De acordo com Coleta e Coleta (2006) o estudo de foi confirmada a hipótese de que existe uma correlação significativa entre o bem-estar subjetivo dos estudantes e seu comportamento acadêmico. Isso sugere que o bem-estar dos alunos está associado a uma vida psicologicamente rica e saudável no ambiente universitário, influenciando suas condutas.

Esses conceitos ressaltam a importância das vivências acadêmicas, do suporte social e institucional na adaptação e sucesso dos estudantes no ensino superior, evidenciam a complexidade e a multidimensionalidade dos fatores que influenciam o bem-estar e a adaptabilidade dos estudantes universitários e fornecem insights para intervenções e políticas educacionais que visam promover o sucesso e o bem-estar dos estudantes universitários.

Diante do exposto, o conceito de "promoção do bem-estar" transcende o atendimento das necessidades oriundas da ausência de recursos financeiros ou das dificuldades acadêmicas enfrentadas pelos estudantes. Busca-se uma abordagem abrangente e holística, onde o bem-estar engloba não apenas a estabilidade econômica, mas também o desenvolvimento integral dos discentes. Refere-se a um estado em que os estudantes não apenas superam barreiras socioeconômicas, mas também experimentam um ambiente acadêmico propício ao desenvolvimento pessoal e intelectual. Isso implica não apenas em fornecer suporte financeiro ou infraestrutura adequada, mas também em criar condições que promovam a saúde mental, a inclusão social, o engajamento acadêmico e a sensação de pertencimento.



A noção de bem-estar também está fortemente associada ao sentimento de pertencimento à comunidade acadêmica. Nesse contexto, busca-se entender como as políticas de assistência estudantil podem fortalecer o vínculo entre os estudantes e a instituição, promovendo um ambiente onde cada indivíduo se sinta parte integrante da comunidade universitária. O sentimento de pertencimento não apenas contribui para o bem-estar emocional, mas também impacta positivamente a motivação acadêmica e a permanência.

Segundo Quivy e Campenhoudt (2008), a etapa de elaboração de um modelo de análise para pesquisa social parte de uma investigação exploratória que, à medida que avança, faz sobressair conceitos-chave e hipóteses, além das relações que são úteis serem estabelecidas. Tanto para estratégia de estudos de caso (Yin, 2010), como para análises de políticas comparadas (Perissinotto et al., 2022), esse processo progressivamente vai dando coerência ao modelo que o investigador vai lançar mão na procura de explicações para os fenômenos sociais.

Taxas de retenção e evasão são dois dos fenômenos a serem explicados para aferição de desempenho da PNAES. Como conceitos-chave de resultados, o questionamento recai sobre qual fator explica melhoras ou pioras nessas taxas. O conceito-chave explicativo encontrado durante o momento exploratório da pesquisa foi o de bem-estar estudantil. A hipótese inicial que orienta a elaboração desse modelo de análise para a PNAES é a de que qualificar o bem-estar dos estudantes na universidade contribui para redução de taxas de retenção e de evasão.

O conceito de bem-estar é multifacetado. Para incorporá-lo na avaliação da PNAES é necessário estabelecer um fio condutor de análise que incorpore componentes iniciais que são de ordem pessoal dos estudantes, passe pelos potenciais processos de socialização a grupos e de relação de pertencimento e reconhecimento junto à comunidade da IFES e por fim de socialização, para os quais fatores externos à universidade devem ser considerados. Como política pública, as ações da PNAES a tipificam como afirmativa, sejam elas de ordem redistributiva – aquelas que envolvem questões materiais ou econômicas – ou de reconhecimento – identitárias e culturais. Imediatamente para Fraser (2001), essas ações afirmativas são “remédios” que mitigam situações de danos e que facilitam o acesso a direitos, mas não mexem na estrutura socioeconômica e em aspectos da cultura dominante, ou seja, não trazem transformações. Para a autora, essa ausência de transformações estruturais via políticas afirmativas pode trazer efeitos indesejados aos beneficiários delas. O principal, incentivar



antagonismos aos setores atendidos por parte daqueles que não são beneficiários da política, o que é uma antítese às condições de bem-estar.

Bem-estar envolve o estado de satisfação pessoal e coletiva nos ambientes de produção e vivência – trabalho e escola, por exemplo – que se estende à saúde mental e física, às condições econômicas de subsistência, às relações sociais.

Siqueira e Padovam (2008) fundamentam que o bem-estar do indivíduo segue duas perspectivas epistemológicas. A primeira é a do estado subjetivo de felicidade (hedonista) para o qual há duas dimensões: a emocional, avaliada segundo afetos positivos e negativos do indivíduo; e a cognitiva, onde a avaliação recai sobre a concepção de satisfação pessoal. Já a segunda, a psicológica (eudemonismo), é aquela na qual o foco é no estado pleno da potencialidade humana. Nela, aspectos afeitos ao indivíduo como autoaceitação, relacionamento positivo com os outros, autonomia, domínio do ambiente e crescimento pessoal são considerados.

Ambas as perspectivas de bem-estar não se dissociam da teoria utilitarista. Esta associa felicidade e plenitude humana do indivíduo à ausência da dor ou ao controle dela por medidas de mitigação (Mill, 2000). O bem-estar do indivíduo requer que ele se assegure contra a dor. Para isso, por um lado, o indivíduo precisa dispor de bem-estar de saúde, o que envolve condições de sanidade mental e física. Por outro, precisa de bem-estar econômico para ter condições de subsistência financeira digna, que na PNAES está ligado à concepção de justiça social, para a qual devem ser empregados “remédios” redistributivos afirmativos para garantir equidade (Rawls, 2019).

O conjunto das condicionantes para os tipos de bem-estar expostos até aqui são, em regra, subjetivos. Ao estendê-los para o contexto do indivíduo nos espaços coletivos de vivência e de produção dos indivíduos, como no trabalho e no estudo, o conceito de bem-estar ganha um sentido social. Segundo Siqueira e Padovam (2008), para esse fim, outras aferições específicas são introduzidas ao bem-estar: a de satisfação com o que faz o indivíduo nesses espaços; a do seu envolvimento com suas atividades; e o comprometimento afetivo mantido com esses espaços e atividades. Nessa interface do indivíduo com o meio e com aquilo que está no universo das relações sociais, aspectos de sociação precisam ser incorporados à análise.

A sociação, segundo Simmel (2006, p. 60) é o que “existe nos indivíduos e nos lugares de toda realidade histórica como impulso, interesse, finalidade, tendência, condicionamento psíquico e movimento nos indivíduos”. Especificamente, tudo que é presente no indivíduo que pode produzir ou



mediar efeitos sobre os outros, ou que outros podem impactar sobre o indivíduo. Assim, questões associadas a necessidades, ao reconhecimento a diferenças, à tradição, dentre outras, são fatores de sociação quando transformam agregações isoladas de indivíduos em formas de ligação com os outros como modo de interação e de unidade.

Esses fatores estão na base da sociedade. Questões que envolvem a necessidade de pertencer a agrupamentos sociais são inerentes à condição humana. Poucas vezes, porém, o pertencimento no processo de sociação é um problema. A exceção é quando o indivíduo experimenta a negação quando se depara com clivagens socioeconômicas e culturais. Nesse momento, conforme Mathias (2023), ele questiona as razões que mobilizam de modo continuado sua rejeição ou exclusão. Nos três vetores que caracterizam o pertencimento – social, corporal e emocional – a abordagem do problema se diferencia.

No vetor pertencimento social o enfoque é no imaginário de espaços compartilhados. Esse pressupõe entre seus integrantes uma ideia de pactuação de objetivos comuns, de valores sociais e de distribuição de recursos, que se traduzem nas hierarquias de poder segundo o nível de identidade do sujeito para com essas ideias (ou ideais). Indivíduos e grupos dominantes em uma sociedade tendem a se sentir mais pertencentes, menos excluídos que outros que precisam enfrentar os valores dominantes para obterem reconhecimentos socioeconômicos, culturais e de *status* em uma sociedade. Quando o foco muda para o pertencimento corporal, a medida passa a ser as das experimentações do indivíduo relativas ao *lôcus* social ocupado junto ao corpo social. Quanto menos dissonante dos valores dominantes de cada época no tocante a condições socioeconômicas e culturais dominantes definidos pelos grupos majoritários de poder – identidade de gênero, geracional, de deficiência e de cor de pele, por exemplo – mas pertencente é o indivíduo a um espaço social. Já o vetor pertencimento emocional e afetivo. Relaciona-se com um sentimento existencial de participação efetiva como agente de um grupo ou sociedade, com sua autoestima: algo que se opõe à constatação de que o indivíduo é manipulado, o que frustra sua existência e pode promover sentimentos de exclusão e de rejeição (*vide* Mathias, 2023).

Mesmo que os problemas de pertencimento tenham origem em iniquidades socioeconômicas e culturais exógenas a uma IFES, estas impactam nas condições de convivência entre estudantes (principalmente), professores e demais integrantes de uma comunidade acadêmica. As dez ações de naturezas afirmativas redistributivas e de reconhecimento da PNAES listadas – moradia estudantil,



alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e para integração de *estudantes especiais*⁴ – foram pensadas em conjunto para garantirem condições de equidade aos alunos no percurso das suas formações universitárias. O sucesso dessas medidas, porém, depende da potencialização de ações que incentivem também transformações nas relações entre os estudantes, independentemente das relações de poder externas, do *lôcus* ocupado no corpo social, de experimentações de exclusão e rejeição que possam ter vivenciado e, inclusive, se fazem parte ou não do público-alvo do PNAES.

Essas ações de potencial transformador e que podem gerar coesão entre alunos diferentes ocorrem em espaços onde os antagonismos tendem ser superados pela cooperação (Fraser, 2001). Aqui, em situações de representação (como nas artes) e de compartilhamento de esforços (como no esporte), as diferenciações por sociação cedem espaço à sociabilidade, onde em um *jogo de cena* entre os participantes a alegria do indivíduo está associada à felicidade dos outros (Simmel, 2006). A estrutura ético-democrática da sociabilidade abre caminho para o respeito e o diálogo, com os quais a satisfação do indivíduo só tem curso se compartilhado com os demais integrantes da comunidade.

No modelo de análise, agrupadas em segundo dimensões materiais (econômicas e de infraestrutura) e imateriais, cada ação se torna um ou mais componentes de investigação do conceito multifacetado de bem-estar. Esses componentes se dividem em indicadores ou variáveis de aplicação de recursos, subjetivas, de sociação e de sociabilidade que podem ser analisadas para fins de avaliação do bem-estar dos estudantes na PNAES. Para dar curso à hipótese de que o bem-estar reduz retenção e evasão, há o pressuposto de que sem garantir as ações ditas de dimensões materiais, os estudantes atendidos pela política nacional sequer teriam condições de dar andamento a sua formação nas IFES. Logo, o diferencial analítico recai sobre ações imateriais, normalmente associadas a políticas de “reconhecimento”.

No modelo, a organização analítica permite investigar o conceito-chave de bem-estar estudantil na PNAES, tanto na perspectiva daqueles que trabalham pela consecução dessas ações na IFES, como estendido e detalhado na percepção dos imediatos beneficiários da política pública e dos

⁴ *Estudantes especiais* é uma denominação abreviada para *estudantes com necessidades especiais* adotada pelos autores para se referir de modo sintético aos discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.



demais integrantes da IFES. O foco desse modelo analítico proposto se concentra prioritariamente nas informações da competência daqueles que operam a PNAES⁵.

Bem-estar-social – numa comunidade acadêmica de uma IFES, para uma leitura ajustada ao objeto – não se limita a mitigação das injustiças socioeconômicas, que no caso do PNAES se assenta em ações remediadoras de subsistência material dos alunos na universidade. Segundo Fraser (2001), existe uma intrínseca ligação entre políticas de enfrentamento a injustiças socioeconômicas e a injustiças culturais, às quais a autora denomina, respectivamente, de redistributivas e de reconhecimento.

Nas políticas mais focadas na medição pelo reconhecimento, a justiça tem curso principalmente pela legitimação das diferenças sustentadas em ações afirmativas (respeito a identidades étnicas, de gênero, de minorias, entre outras) ou de transformação de uma realidade. A compreensão da PNAES revela sua atuação transdisciplinar, atravessando áreas do conhecimento como a psicossociologia e a economia. Essa interdisciplinaridade é fundamental para entender suas implicações sociais e estruturais, bem como suas potencialidades de transformação na vida dos estudantes e na sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A permanência estudantil no ensino superior constitui um dos principais desafios das políticas públicas de educação no Brasil. Historicamente, ações de apoio aos estudantes universitários foram desenvolvidas de forma pontual e sem recursos específicos. A necessidade de consolidar mecanismos institucionais que garantam condições adequadas para que os estudantes ingressem, permaneçam e concluam seus cursos deu origem a uma série de dispositivos legais que culminaram na criação da PNAES.

E a evolução normativa da Assistência Estudantil demonstra o reconhecimento progressivo da importância da permanência como dimensão fundamental da política educacional. A consolidação do PNAES enquanto política pública de Estado evidencia a transição de uma lógica assistencialista para uma perspectiva de direito. A institucionalização por meio da Lei nº 14.914/2024 representa não

⁵ A pesquisa que orientou a elaboração dessa proposta de modelo analítico não se estende nesse momento para uma investigação que envolva os discentes da IFES. Tem para atender o objetivo de avaliação da política pública *in itinere* investigar o desempenho de bem-estar estudantil segundo a perspectiva nas IFES.



apenas um avanço jurídico, mas também um compromisso social com a equidade no ensino superior público federal.

A implementação efetiva dessa política demanda um esforço conjunto de diferentes atores institucionais e da sociedade, promovendo ações que atendam às diversas vulnerabilidades dos estudantes. Além disso, a incorporação de ações que promovam o bem-estar estudantil, incluindo aspectos materiais e imateriais, como reconhecimento e sociabilidade, é fundamental para fortalecer a permanência e o sucesso acadêmico. Portanto, estratégias integradas, que considerem as especificidades de cada instituição e o contexto social de seus estudantes, são essenciais para avançar na construção de uma assistência estudantil mais inclusiva, equitativa e sustentável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto n. 6096 (2007a)**. Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007, institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 12 jul. 2024.

_____. **Portaria Normativa n. 39 (2007b)**. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2024]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 12 jul. 2024.

_____. **Lei n. 14.914 (2024)**. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 11 jul. 2024.

_____. **Decreto n. 7234 (2010)**. Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 05 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n. 8.742 (1993)**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e alterações. Brasília, DF, Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm. Acesso em: 06 fev. 2025.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: UNB, 2001. p. 245-282. ISBN 85-230-0604-4.

GANAM, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila. **Universitária: um Estudo sobre a Trajetória de Estudantes Atendidos por Programas de Assistência Estudantil**. 2021.



LEHER, Roberto. **Para silenciar os *campi***. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 88, p. 867-891, Especial - Out. 2004 867. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LwhqzN3kxd4M6MDKDVmtGgL/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 15/06/2024.

MATHIAS, Dionei. Pertencimento: discussão teórica. **ALEA**, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 1, p. 166-187, jan.-abr., 2023. <https://doi.org/10.1590/1517-106X/202325110>

MILL, John Stuart. **Liberdade; utilitarismo**. São Paulo: Martins fontes, 2000. ISBN 85-336-1341-5.

PERISSINOTTO, Renato; BOTELHO, João C. A.; BOLOGNESI, Bruno; BATISTA, Mariana; SANTOS, Manoel L. (orgs.). **Política comparada: teoria e método**. Rio de janeiro: EdUERJ, 2022. ISBN 978-65-87949-70-3.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação social**. Lisboa: Gradiva, 2008.

RAWLS, Jonh. **Uma teoria da justiça**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

SIMMEL, Georg. **Questões Fundamentais da Sociologia**. Indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro, 2006.

SIQUEIRA, M. M. M.; PADOVAM, V. A. R. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, vol. 24, n. 2, p. 201-209, 2008.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. ISBN 978-85-7780-655-3.



TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS POLÍTICAS SOCIAIS: GARANTIA DE ACESSO OU REFORÇO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS?

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

ELIANA MONTEIRO FERES¹

RESUMO: A implementação das TICs nas de políticas sociais se apresenta no gerencialismo estatal como resultado da modernização e foco na desburocratização, na valorização da eficiência, da eficácia e da efetividade no serviço público, mas nessa nova engenharia estatal, as tecnologias vêm produzindo efeitos nefastos de exclusão do direito, como destaque o Benefício de Prestação Continuada onde as tecnologias de informação vem excluindo o atendimento presencial (MEU INSS) ou criando sistemas de informação para classificar/selecionar pessoas, desconsiderando aspectos subjetivos da realidade social (CadÚnico). Problematicar as contradições presentes no uso de tecnologias de informação e comunicação nas políticas sociais, são essenciais para a garantia da defesa dos direitos.

Palavras-Chave: Tecnologia de informação, exclusão, trabalho, direitos.

ABSTRACT: The implementation of ICTs in social policies is presented in state managerialism as a result of modernization and focus on debureaucratization, on the valorization of efficiency, effectiveness and efficacy in public service. However, in this new state engineering, technologies have been producing harmful effects of exclusion of rights, such as the Continuous Benefit Provision where information technologies have been excluding face-to-face service (MEU INSS) or creating information systems to classify/select people, disregarding subjective aspects of social reality (CadÚnico). Problematicizing the contradictions present in the use of information and communication technologies in social policies is essential to guarantee the defense of rights.

Keywords: Information technology, exclusion, work, rights.

I

INTRODUÇÃO

O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas últimas décadas transformou profundamente a sociedade, permeando tanto o setor privado quanto as políticas públicas. A opção para o uso das TIC segue a diretriz dos organismos internacionais acerca da modernização do Estado. O uso de sistemas de informação nas políticas sociais é justificado no

¹ Assistente Social da Prefeitura de Macaé, doutoranda no Programa de Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense – UFF. E-mail: eliana.feres@yahoo.com.br. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1117022017123271>.



gerencialismo estatal, na garantia da eficácia e eficiência, afinal o uso de plataformas para acesso está disponível vinte e quatro horas por dia, tornando o Estado mais eficiente.

No entanto, o acesso a essas tecnologias é desigual e restrito a uma parcela da população. De acordo com o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação - CETI, ainda no ano 2024 temos 29 milhões da população brasileira que não são usuárias da internet, o que reforça a exclusão digital e social, corroborando para a ampliação da desigualdade e a não democratização do acesso aos direitos sociais, já que para esse público o acesso necessita de intermediadores, que vem mercantilizando o acesso.

O uso de sistemas de informação na seguridade social não é algo recente, na saúde inicia em 1990 (e-SUS), na assistência em 2008 (CadÚnico) e na Previdência em 2016 (Meu INSS), sendo necessário problematizar o uso dos sistemas de informação nas políticas sociais, sobretudo para um público que vivencia a expropriação de direitos devido a construção sócio-histórica das relações sociais no Brasil.

Nesse artigo, vamos problematizar a implementação do uso das TICs nas políticas sociais, tendo como referência de análise acerca do Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefício assistencial, mas com seu processo operacional realizado pelo INSS desde sua implementação. A partir de 2016, o acesso ao benefício passa a ser mediado por sistemas de informação e comunicação (Meu INSS e CadÚnico), apresentados como forma de modernização da gestão, mas em sua essência favorecendo maior controle e focalização, ampliando a desigualdade social.

A dimensão da ampliação da desigualdade produzida pelas tecnologias de informação e comunicação são permeadas pelas dificuldades de acesso nas políticas sociais por questões econômicas e sociais seja por falta de smartphone e/ou computadores) e pelo duplo analfabetismo: o funcional e o digital, que impede pessoas de acessar plataformas digitais, com impactos ao público da assistência social no caso do BPC (idosos e pessoas com deficiência).

O avanço das tecnologias de informação é inegável na modernização da sociedade, e nossa intenção não é desqualificar o uso desse instrumento na gestão estatal, mas identificar as contradições presentes nesse processo, utilizando como método de análise o materialismo histórico. Assim, esse estudo, parte da problematização da intencionalidade das TICs nas políticas sociais e indagando até que ponto o uso das tecnologias no interior das políticas sociais garante direitos ou vem favorecendo o sucateamento das políticas sociais e o aumento da desigualdade social?

TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ACESSO AO BPC: EFICIÊNCIA PARA QUEM?

Através do trabalho, homens e mulheres com sua capacidade teleológica transformam a natureza para satisfação das suas necessidades. Tecnologias são ferramentas criadas pelos homens para o desenvolvimento das forças produtivas. O que não podemos naturalizar nessa relação social é que, inovações tecnológicas descartem homens e mulheres do acesso ao trabalho, e os excluam da satisfação de suas necessidades básicas.

Ao longo da história, transformações tecnológicas aceleraram as forças produtivas, dispensando seus trabalhadores, esse é o modo de ser do sistema de produção capitalista. A cada transformação tecnológica há catastróficas mudanças nas vidas das pessoas. O progresso, ao invés de produzir o desenvolvimento econômico, acaba transformando-se num processo destrutivo, ampliando a desigualdade social.

Conforme Antunes (2020), na segunda metade do século XXI, os avanços na Indústria (4.0), caracterizada pelo aumento da automação e inteligência artificial nas relações de produção vêm provocando grandes transformações na organização e natureza do trabalho. Nesse cenário de transformações, o autor destaca a existência de uma “nova morfologia do trabalho”, os novos proletariados da era digital, que não possuem salários e nem direitos trabalhistas.

Figueira e Antunes (2018), apontam que o avanço da indústria 4.0 e os elementos que compõem esse novo formato de trabalho *máquina – informacional* que permeiam os processos produtivos estão cada vez mais robotizados e automatizados, com impactos no setor de serviços onde está situada a Seguridade Social, favorecendo maior controle e precarização das políticas sociais. Como exemplo do uso das TICs no controle e fiscalização das políticas sociais, vamos destacar o Benefício de Prestação Continuada, que a partir de 2016 o acesso passou utilizar TICs (Meu Inss e CadÚnico).

O uso das TICs tem impulsionado também, a precarização das políticas e o controle e fiscalização da população, sobretudo no setor de serviços, onde situam-se as políticas de Seguridade Social, ramo também de interesse do mercado. Compreendidas como construções históricas, as políticas sociais não correspondem a uma ação estática e homogênea, pois variam em função do



movimento do capital e das cobranças da classe trabalhadora, atravessadas por interesses antagônicos (Pereira, 2008)

Cabe pontuar que não existe nenhuma resistência ao uso das TICs e da sua importância na modernização das sociedades, seu poder poderia significar possibilidades de avanços para a emancipação humana se os produtos do trabalho humano das TICs fossem apropriados coletivamente, porém não é essa a realidade vista na sociedade capitalista. Conforme nos apontam Rizzote e Nelesco (2022, p. 98), “Toda essa capacidade da tecnologia não foi colocada a serviço da humanidade, mas na direção específica dos superlucros do capital, na medida em que exponencia a mercantilização das relações sociais.”

Numa leitura crítico-dialética dos processos operacionais e regulatórios do BPC, com destaque para o uso de sistema de informação, ressaltamos que são constitutivas e constituintes das contradições presentes na relação do Estado capitalista os permanentes espaços de disputas nas políticas sociais. Se olharmos para trás, a Seguridade Social brasileira, preconizada na Constituição de 1988 e a proposta de proteção social em sua integralidade, foram atropeladas, considerando o movimento de contrarreformas (Behring, 1998) iniciado no Brasil na década de 90, e que se estende até os dias atuais.

Certamente, o novo formato de gerencialismo estatal e a implementação das TICs nas políticas sociais são indispensáveis ao processo de acumulação capitalista, considerando a tese do Estado mínimo. Conforme destaca Guerra (2009, p.711) “a realidade também carrega elementos novos e velhos.”

O BPC e sua inclusão na Pnas (2004) e na Nobsuas (2005) representa uma forma de proteção social, materializando a segurança de renda, na garantia de um salário-mínimo para idosos e pessoas com deficiência para aqueles que possuem renda igual e/ ou inferior a 1/4 do salário-mínimo. Cabe destacar que as imposições dos princípios legais e os critérios de seleção preconizados na regulamentação do benefício desde 1996 violam o princípio da dignidade humana. O recorte de renda *per capita* estabelecido encontra-se aquém dos definidos para a linha de pobreza em outros programas federais. O acesso ao programa, considerando o valor *per capita* familiar que, até o ano de 2021, era inferior a um quarto, seleciona apenas os miseráveis.

Dentre as alterações regulatórias e operacionais do BPC, destacamos a obrigatoriedade do CadÚnico no acesso, revisão e manutenção do benefício (Decreto 8.805/2016). O instrumento foi

criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, no Decreto n.º 3.817/2001, como ferramenta para focalização de famílias de baixa renda e extrema pobreza, a partir da caracterização socioeconômica. A adoção de um cadastro único para todos os programas sociais está associada ao gerencialismo do Estado, que tende a reduzir os custos administrativos, com impactos também para os cidadãos, que procuram somente um setor público para dar informação da sua vida socioeconômica.

Acerca do fluxo operacional, o acesso está vinculado à comprovação de miserabilidade familiar junto ao INSS. A partir de 2016, a comprovação da renda familiar seria a mesma declarada no CadÚnico, conforme estabelecido no Decreto n. 8.805/2016. O instrumento possui mais de 100 variáveis, traz informações onde os sujeitos moram, os tipos de moradia (própria, alugada, cedida), se há água, luz, saneamento básico, trabalho, renda, gastos, educação e saúde. O slogan do cadastro era “conhecer para incluir”.

Porém, para a seleção das famílias no acesso aos programas de transferência de renda, só é avaliado o quanto a família ganha, com destaque para a renda advinda do trabalho informal, mesmo não sendo essa renda uma renda fixa, mas não considera os gastos que as famílias possuem. Segundo Sposati (2021, p. 186), “o CadÚnico opera com uma hipótese que não leva em conta o custo de vida ou que a vida não tem custo para quem tem baixa renda”.

Conforme Feres (2023), o uso do CadÚnico na forma que tem sido operacionalizado tem servido mais como porta de saída do que porta de entrada.

Na aparência do que está posto, a inclusão do usuário no CadÚnico possibilitaria a participação dos beneficiários nos serviços socioassistenciais ofertados pela rede de proteção social, atenuando a incidência de risco e vulnerabilidade social e favorecendo acesso aos direitos sociais. Mas na essência, a inserção dos beneficiários no CadÚnico tornou-se uma ferramenta de controle e exclusão do acesso aos direitos sociais (Feres, 2023, p. 5).

O uso do instrumento pelo Governo Federal avaliando somente a renda declarada, vai ao encontro da necessidade de diminuir os gastos sociais, a inserção dos beneficiários no CadÚnico se tornou uma ferramenta ainda maior de controle e exclusão do acesso aos direitos sociais. Com a alteração do fluxo operacional, a partir do Decreto 8805/2026 a avaliação da renda para acesso ao BPC passa ser um sistema de informação, com a coleta de dados autodeclarado pelo usuário, realizado de forma burocrática e operacional. Nessa nova configuração do acesso, não mais existe a escuta técnica do assistente social, o cadastro é realizado por trabalhadores de nível médio. O perfil de renda



é analisado por outro técnico de nível médio do INSS, sem observar outros aspectos da realidade social presentes no CadÚnico, dos sujeitos que estão buscando acesso.

A avaliação binária no acesso ao BPC, a partir do CadÚnico, vai de encontro ao conceito de vulnerabilidade contido na Pnas (2004), definida como forma de focalização para a proteção social aos mais pobres. A avaliação da vulnerabilidade deve envolver múltiplos fatores, contudo a avaliação do BPC limita-se somente à renda, outras dimensões que perpassam a vulnerabilidade presentes da vida de pessoas idosas e com deficiência são ignoradas, tornando o acesso ainda mais restrito, apesar do direito legalmente reconhecido.

O perfil socioeconômico coletado deveria estar viabilizando o planejamento de políticas sociais de forma a atender às necessidades das famílias dos beneficiários do BPC, mas essa intencionalidade do Estado envolve contradições, não somente se finda no conhecimento do perfil das famílias e na garantia do acesso às políticas, mas serve aos interesses do capital e a suas diretrizes econômicas, pois somente o computo da renda tem indeferido solicitações, bem como cessando os benefícios acima do critério de renda, reduzindo o gasto do Estado.

O BPC, desde sua implantação, tem seu processo operacional realizado pelo INSS, órgão que, em 2017, implantou o atendimento digital (Central 135 e o Meu INSS), através da Portaria 1106/17 e da Instrução Normativa 96/2018 da Previdência Social.

De acordo com o INSS, o novo modelo de atendimento visa gerar mais comodidade ao cidadão, permitindo-lhe acessar quase todos os serviços remotamente. Também almeja garantir mais segurança e rigidez aos processos internos de combate a irregularidades na concessão e manutenção de benefícios. Por fim, a nova funcionalidade cumpre o papel de mitigar problemas como a falta de servidores e de agências físicas. (Paiva e Pinheiro 2021, p. 18).

Acerca do Meu INSS, Moreira (2024, p. 143) ressalta que foi criado no INSS um sistema específico feito pela Empresa de Tecnologia de Informação da Previdência Social (Dataprev) para otimização dos serviços de habilitação, concessão e manutenção de benefícios previdenciários e Benefício de Prestação Continuada. Porém, a autora destaca que o uso das TICs na previdência social vem representando uma maior agilidade na realização do controle e recursos em detrimento do acesso ao direito.

A autora também aponta que esse novo formato altera a forma de atendimento à população, que deixa de ser presencial e passa a ser remoto. A justificativa para a implantação do INSS digital

estava na eficácia e eficiência dos sistemas de informação no atendimento às demandas da população, mas Moreira ressalta a não disponibilidade de recursos financeiros para realização de concurso público, de forma a suprir a necessidade de trabalhadores das agências. O déficit de servidores em 2020 era de cerca de 20 mil trabalhadores, conforme relatório da FENASPS. O que comprova o sucateamento e precarização da previdência social.

A plataforma digital “Meu INSS”, apresentada como formato de modernização e eficiência, conforme dados do sistema Vis Data, o tempo médio para concessão do BPC PCD em 2021 chegou a ser 451 dias e para o idoso nesse mesmo ano 141 dias. Cabe a seguinte indagação: eficiência para quem?

No Brasil, em 2023, conforme dados do IBGE, 9,3 milhões de pessoas, com idades de 15 anos ou mais de idade, são analfabetas, o que equivale a um percentual de 5,4% de taxa de analfabetismo. No Brasil, o analfabetismo está diretamente associado à idade. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Em 2023, eram 5,2 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 15,4% para esse grupo etário.

O uso de sistema de informação, como única forma de acesso ao BPC, não pode ignorar que o acesso está condicionado à pessoa ter conhecimento de assuntos relacionados às tecnologias. A incapacidade de lidar com esses recursos têm provocado uma nova classe de excluídos, os analfabetos digitais. Assim, pessoas idosas e com deficiência representam um percentual significativo de analfabetos e certamente compõem o principal grupo também de analfabetos digitais.

O uso de sistema de informação online, para um público que ainda está *off line* vem favorecendo a mercantilização do acesso, pois aqueles que não possuem acesso tanto pelo analfabetismo funcional e digital necessitam de intermediadores. Tornando o direito social não acessível para aqueles que necessitam, ampliando as desigualdades sociais e processos de exclusão.

A automação presente hoje nas políticas sociais desconsidera os aspectos subjetivos presentes na realidade social, de homens e mulheres, com destaque para negros e suas questões estruturantes da formação social do Brasil, de base escravocrata e colonial, favorecendo o aumento da desigualdade social. Essa desigualdade se materializa na falta do computador, na falta de pacotes de dados na internet e na ausência de conhecimentos básicos para utilizar os sistemas de informação.

PROTEÇÃO SOCIAL E O OLHAR REDUZIDO DA RENDA NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO CADÚNICO

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, deixa evidenciado que vulnerabilidades sociais são expressas por diferentes situações que acometem os sujeitos em seus diversos contextos de vida e não somente ao precário e ou nulo acesso à renda, mas vinculada à dificuldade de acesso a bens e serviços públicos e fragilidade de vínculos afetivos.

Na contramão da PNAS, os processos operacionais definidos no Decreto n. 8.805/16, somente as informações autodeclaradas de renda no CadÚnico têm sido a forma de seletividade, ocasionando o indeferimento do benefício por técnicos do INSS, desconsiderando os diversos fatores que acometem pessoas idosas e com deficiência e as dificuldades de acesso a saúde, habitação e educação, apesar de o acesso ao sistema de informações CadÚnico conter outros aspectos da realidade social dos usuários.

Segundo Carmo e Guizardi (2018), a concepção de vulnerabilidade presente na PNAS:

[...] denota a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso a renda, mas atrelada também as fragilidades de vínculos afetivos-relacionais e desigualdades de acesso a bens e serviços públicos. Não obstante as críticas em torno de sua indefinição conceitual, bastante amalgamada à noção de risco a adoção de tal categoria, ao mesmo tempo em que buscou definir o objeto de próprio e específico da assistência social, se contrapondo ao esvaziamento teórico-metodológico de suas entregas, aproximou-se de uma solução atípica, típicas de correntes neoliberais e orientação de organismos internacionais. (Carmo; Guizardi, 2018, p. 2).

A concepção de vulnerabilidade e risco presente na PNAS certamente traz a focalização dos mais pobres para acesso a direitos, contrapondo-se à universalidade contida na seguridade social, seguindo as diretrizes postas no neoliberalismo e as “contrarreformas” implementadas e expropriação dos direitos, considerando a “essência da crise do capital e suas expressões contemporâneas” e novas relações postas entre trabalho e assistência social (Boschetti, 2019).

No caso do BPC, a promulgação do Decreto n. 8805/2016 onde estabelece como obrigatória a inscrição no CadÚnico para acesso, manutenção e revisão do benefício destacamos que a focalização do acesso está contida somente na renda, sem levar em consideração o que a pessoa gasta. Essa forma binária de avaliar o acesso ao direito, evidencia uma omissão do papel do Estado de garantir proteção social. Sobretudo quando a seletividade ocorre a partir de uma renda oriunda da informalidade. Conforme Carvalho (2014), “...a desigualdade é hoje compreendida como um



mosaico, cada vez mais diverso e um repertório infinito de situações de destituição de direitos sociais”, evidenciando o sentido contraditório do Estado social capitalista na garantia do acesso, quando considera a renda oriunda do trabalho informal (não fixa) para excluir pessoas idosas e pessoas com deficiência do direito ao benefício.

Segundo o modelo teórico desenvolvido por Castel (1994;1998), a inscrição dos indivíduos na estrutura social ocorre por meio de sua inserção no mundo do trabalho, com seus riscos e proteções envolvendo diferentes formas: “trabalho estável, trabalho precário e não trabalho e representadas pelas relações de reciprocidades dos familiares, de vizinhança e demais relações sociais e comunitárias, viabilizando aos indivíduos proteção e segurança”.

Certamente, numa sociedade capitalista e com relações mercantilistas, os que não possuem trabalho estão em risco desde final do século XIX, com início da sociedade industrializada e não acesso ao trabalho. No capitalismo contemporâneo, fica evidente a inacessibilidade do estabelecimento do pleno emprego. O enfrentamento da crise do capital tem incidências diretas no mundo do trabalho, e “as medidas de desregulação do trabalho e expropriação da proteção social”, conforme Mota (2018, p. 170).

O acesso ao mundo do trabalho para os beneficiários do BPC de idosos e pessoas com deficiência já não contava com as portas abertas, após o processo de desregulação do trabalho, e esse acesso está cada vez mais complexo, apesar de toda uma agenda de trabalho inclusivo presente na Lei Brasileira de Inclusão e no Estatuto do Idoso.

A capacidade protetiva das famílias encobre a responsabilidade do Estado da função, pois a renda familiar de determinados membros da família (irmãos solteiros e ou filhos solteiros) é motivo de indeferimento ou cessação do BPC e ainda o não olhar sobre os múltiplos aspectos que envolvem o conceito de vulnerabilidade social presentes nas declarações do CadÚnico.

É necessário não naturalizar o reconhecimento das possibilidades do cidadão como sujeitos de direitos e a competência e ou impotência de sobrevivência numa sociedade onde a riqueza socialmente produzida não é igualmente distribuída, e o acesso aos bens e serviços, de forma igualitária, ainda não é ofertado, considerando a condição estrutural da sociedade capitalista, configurando o “aspecto excludente que marca os investimentos sociais do Estado” (Jacobi, 1989, p. 9), principalmente para um público onde a inclusão social ainda caminha a passos lentos.

Importante destacar o papel que os sistemas de informação vêm assumindo na gestão do trabalho social. Antes da obrigatoriedade de inclusão no CadÚnico, o acesso ao BPC ocorria a partir de um formulário onde o usuário preenchia e assinava, e o assistente social, com base na garantia do acesso, orientava sobre a questão familiar e a renda do trabalho informal.

Com a alteração do fluxo operacional, a porta de entrada como acesso é o cadastro único, sendo um instrumento de coleta de dados autodeclarado pelo usuário, realizado de forma burocrática e operacional por quem realiza o cadastro. Nessa nova configuração do acesso, não mais existe a escuta técnica do assistente social; e, posterior ao cadastro, o perfil de renda é analisado por outro técnico de nível médio do INSS, sem levar em consideração outros aspectos da realidade social presentes no CadÚnico, dos sujeitos que estão buscando acesso.

O perfil socioeconômico coletado deveria estar viabilizando o planejamento de políticas sociais, de forma atender às necessidades das famílias dos beneficiários do BPC, mas essa intencionalidade do Estado envolve contradições, conforme método dialético, não somente se finda no conhecimento do perfil das famílias e na garantia do acesso às políticas, mas serve aos interesses do capital e a suas diretrizes econômicas, pois somente o cômputo da renda tem indeferido solicitações, bem como cessando os benefícios acima do critério de renda, reduzindo o gasto do Estado, sobretudo a partir do impeachment da Presidente Dilma, em 2016, quando as medidas de ajuste fiscal se intensificam.

Em que pese o requerimento ao BPC ser um instrumento meramente burocrático, as nuances deste processo operacional, na prática, têm servido mais como porta de saída, não garantindo o acesso, considerando a falta de informações quanto aos critérios de acesso ao BPC.

Neste cenário, as alterações operacionais do BPC, contidas no Decreto n. 8.805/2016 e a obrigatoriedade de inscrição no CadÚnico, têm relação com as “contrarreformas” (Behring; Boschetti, 2007) e as diretrizes econômicas do neoliberalismo. Identificamos nesse processo operacional a partir do uso de sistemas de informação que o caráter universal do direito é submetido a uma forte seletividade para acesso, existindo um descompasso entre o padrão de proteção social garantido na Constituição Federal de 1988 e propostas de ajustes fiscais em curso.

A defesa da seguridade social universal envolve a centralidade do trabalho do assistente social, presente na “Carta de Maceió”, e o não acesso ao BPC, apesar da inscrição como direito social

presente no Decreto n. 8.805/16, impulsiona a identificar e problematizar as contradições postas nesse processo regulatório.

No caso da Assistência Social, embora se constitua em uma área de atendimento exclusivamente voltada para camadas pobres e desassistidas da população, possui também um poder limitado de ampliação da cobertura, devido, basicamente, aos estreitos limites estabelecidos pelos critérios de renda domiciliar per capita que são utilizados como condição de elegibilidade aos benefícios. Em um país onde um contingente muito grande da população recebe rendimentos muito baixos, critérios restritivos para a concessão de benefícios assistenciais acabam sendo uma forma de evitar crescimentos explosivos do gasto social nesta área. Porém, terminam impedindo o acesso aos benefícios de milhares de famílias que, se não se encaixam nas definições legais de insuficiência de renda, certamente também estão vulneráveis aos riscos da pobreza. (Ipea, 2010, p. 66).

A crítica sobre o olhar da vulnerabilidade, restrito à renda e avaliação binária dos sistemas de informação, e aos limites postos ao acesso ao direito, envolve não aceitar a realidade como é dada e sim se indignar, considerando que políticas sociais são construções sociais e estão em disputas sempre. Pois, conforme destaca Guerra (2009, p. 705), “a necessidade de atuarmos sobre a realidade é que nos conduz ao conhecimento”.

O conceito de vulnerabilidade contido na PNAS, como forma de focalização para a proteção social aos mais pobres, envolve múltiplos fatores, contudo o acesso ao BPC limita-se somente à renda, outras dimensões que perpassam a vulnerabilidade presentes da vida de pessoas idosas e com deficiência são ignoradas, tornando o acesso ainda mais restrito, apesar do direito legalmente reconhecido.

Considerando a defesa dos direitos, como um princípio ético profissional, não podemos naturalizar o não acesso a uma política, que, por princípios, deveria ser acessível e, devido à implantação dos sistemas de informações, vem causando limites para os que não possuem o acesso aos meios tecnológicos, ampliando não somente a exclusão do acesso, mas também a mercantilização do acesso.

CONCLUSÃO

O uso das TICs na operacionalização de políticas sociais se apresenta no gerencialismo estatal, como resultado da modernização e do foco na desburocratização, na valorização da eficiência, da eficácia e da efetividade no serviço público. Rompendo com as aparências de verdades e enganos,



para aqueles que necessitam as tecnologias de informação e comunicação não vem favorecendo o acesso. A forma de classificação binária das vulnerabilidades sociais tem servido aos interesses do capital com a redução dos gastos públicos e com efeitos nefastos de exclusão.

No caso específico do acesso ao BPC, as dificuldades de acesso, em decorrência da implantação da plataforma digital para um público que vivencia o duplo analfabetismo: o funcional e o digital associados à falta de ferramentas necessárias ao acesso por canais digitais (internet e recursos tecnológicos) vêm favorecendo o aumento da mercantilização do benefício e concomitante ampliando a desigualdade social.

Os resultados apontados neste estudo acerca do uso de tecnologias de informação e comunicação, nas políticas sociais apontam o necessário o investimento em formas de monitoramento que favoreçam acompanhar o impacto dessas alterações, de forma que a política social possa garantir a proteção social e não sua exclusão.

Avaliar sobre o uso das TICs nas políticas sociais, tendo como compreensão da desconstrução ou da retração da atuação do Estado posto nesse novo formato gerencial é fundamental para que possamos refletir sobre os impactos do não acesso ou da falta da proteção social numa sociedade classista marcada por uma profunda desigualdade social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de [et al.]. Famílias negras e serviço social. In: Gama, Andréa de Sousa; Silva, Ana Paula Procópio da (org.). Gênero, família e trabalho: questões atuais para o serviço social. Curitiba: CRV, 2024. Disponível em: <<https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/38644-genero-familia-e-trabalhobrquestoes-atuais-para-o-servico-social>>. Acesso em 20 de janeiro de 2025

ALVES, J.E.D.; CAVENAGHI, S.M. Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil. **Mediações**, v. 17, n. 2, 2012, p.83-105.

BERNARDO, Maria Helena de Jesus. Cuidados familiares e o acesso às políticas públicas na área do envelhecimento. In: Gama, Andréa de Sousa; Silva, Ana Paula Procópio da (org.). Gênero, família e trabalho: questões atuais para o serviço social. Curitiba: CRV, 2024. Disponível em: <<https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/38644-generofamilia-e-trabalho-brquestoes-atuais-para-o-servico-social>>. Acesso em 18 de setembro de 2024.

BEHRING, E. R. Política Social no capitalismo tardio. São Paulo. Cortez, 1998.

BRASIL. **Decreto n. 8.805, de 07 de junho de 2016**. Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto n. 6.214, de 26 de setembro de 2007. Brasília, DF:



Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8805.htm. Acesso em: 17 jul. 2023.

BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 128, p.85-103, janeiro/abril 2017.

CARVALHO, M.C.B. *Gestão Social e Trabalho Social*. São Paulo, Cortez, 2014.

FERES, E. M. Obrigatoriedade do Cadastro Único: inclusão ou exclusão do direito ao BPC? In: 9º Encontro Internacional de Política Social, 16º Encontro Nacional de Política Social, Tema: **A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises**, Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/41230>. Acesso em: 20 janeiro. 2025.

FILGUEIRA, V.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. IN ANTUNES, R. (Org). **Uberização do trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo. Boitempo, 2020.

FONTES, Virgínia A transformação dos meios de existência do capital: expropriações, mercado e propriedade. BOSCHETTI, Ivanete (org). **Expropriação de Direitos no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In. :CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009. p. 701-717.

MAIA, Leo. O Benefício de Prestação Continuada no Cenário de Austeridade: Tentativa de desmantelamento nos governos Temer e Bolsonaro. In: GOMIDE, A. A.; Ávila; SILVA, M. M. de Sá.; LEOPOLDI, M. A. (org.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília, DF: IPEA; INCT/PPED, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11939/1/Desmonte_e_Reconfiguracao.pdf

MOREIRA, M. Trabalho remoto, política previdenciária e mercantilização do serviço público **Serviço Social e Tecnologia: reflexões coletivas**. VELOSO, R.; SIERRA, V. M. Curitiba: CRV, 2024.

PEREIRA, P. A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: Boschetti, I *et al.* (Org). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. (p. 87-108).

RIZZOTTI, M^a Luiza A.; NALESCO, Ana P. P. Tecnologia, trabalho e informação sob a ótica da desigualdade social: implicações na política social. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 144, p. 91-109, São Paulo: Cortez, mai/set 2022.



SARAIVA, C. G. GAMA, A.S. Trabalho Doméstico no capitalismo: investigando a reprodução a força de trabalho. . In: Gama, Andréa de Sousa; Silva, Ana Paula Procópio da (org.). **Gênero, família e trabalho: questões atuais para o serviço social**. Curitiba: CRV, 2024. Disponível em:< <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/38644-genero-familia-e-trabalhobrquestoes-atuais-para-o-servico-social>>. Acesso em 20 de janeiro de 2025

SPOSAT. ALDAISA O. Cadastro Único: identidade, teste de meios, direito de cidadania. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 141, p. 183-204, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Dcjh9Rm4NnW5HHvWbXXbHNM/?lang=pt>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

TIC DOMICÍLIOS. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros 2023**. Disponível: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/>. Acesso em: 24 de jan. de 2024.

ANALFABETISMO DIGITAL E A POPULAÇÃO IDOSA: APROXIMAÇÕES AO DEBATE

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

PEDRO HENRIQUE SOUZA DA SILVA¹

GABRIELA PEREIRA DE SOUZA²

ELIANE CHRISTINE SANTOS DE CAMPOS³

RESUMO: A Revolução Tecnológica e Informacional alterou profundamente as relações sociais. O movimento tecnológico no capitalismo está se intensificando, afetando a vida da classe trabalhadora através do uso das tecnologias como celulares, computadores, tablets e outros aparelhos. Utilizar esses instrumentos pode facilitar a comunicação e ampliar o acesso a informações, porém também pode se apresentar como um grande desafio, a depender de finalidade na utilização. Este artigo tem por objetivo discutir os reflexos do analfabetismo digital na vida da população idosa. Trata-se de uma revisão bibliográfica e pesquisa documental. As considerações propostas buscam sensibilizar os/as assistentes sociais para que incluam nos espaços ocupacionais, envolvendo a população idosa, o debate sobre o analfabetismo digital e suas implicações.

Palavras-chave: Analfabetismo, analfabetismo digital, população idosa.

ABSTRACT: The Technological and Informational Revolution has profoundly changed social relations. The technological movement in capitalism is intensifying, and the lives of the working class are increasingly affected by the use of Technologies such as cell phones, computers, tablets, and others devices. Using these tools can facilitate communication and increase access to information, but it can also be a major challenge, depending on the purpose for which they are used. This article aims to discuss the impact of digital illiteracy on the lives of the elderly population. It is a bibliographic review and documentary research. The proposed consideration seek to raise awareness among social workers so that they include the debate on digital illiteracy and its implications in their work spaces involving the elderly population.

Keywords: Illiteracy, digital illiteracy, elderly population.

INTRODUÇÃO

¹ Mestrando do curso de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL. <http://lattes.cnpq.br/5603353344002947>. E-mail. pedro.henrique22@uel.br.

² Mestranda do curso de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina - UEL. <http://lattes.cnpq.br/7816943727538628>. E-mail. gabrielapersouza@gmail.com.

³ Docente do departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. UEL. <http://lattes.cnpq.br/8635601659813834>. E-mail. elianecampos@uel.br.



A tecnologia, hoje considerada um instrumento estratégico no capitalismo, se torna uma mercadoria atrativa para diferentes públicos e faixa etária. Contudo, os interesses e consequências do consumo dessa mercadoria impactam diretamente as condições de vida de uma parcela crescente da população brasileira, a pessoa idosa.

Com a democratização do acesso ao mundo das tecnologias, as informações são disponibilizadas em tempo real. A comunicação se globalizou e nos trouxe a sensação de que não existem barreiras e distâncias, dessa forma, ao mesmo tempo em que sentimos que a nossa vida foi simplificada, alguns limites vão se apresentando quando nos deparamos com o arsenal tecnológico disponível.

Para Soares Neto (2012) o momento histórico que estamos presenciando reflete uma sociedade ansiosa por novidades de produtos e serviços, configurando uma lógica que penetra e reestrutura a economia e a vida social. O autor enfatiza que neste cenário o progressivo emprego das tecnologias da informação e comunicação na produção determina comportamentos e tendências de consumo muito peculiares.

O desenvolvimento destas novas relações entre homem, capital, informação e novas tecnologias, pode explicar o que Lojkin (1995) define como revolução informacional e tecnológica.

Para Duran (2008) os novos desafios decorrentes da Revolução Informacional, atrelada ao processo de globalização, estão relacionados à necessidade de se garantir a “inclusão digital”. Segundo a autora:

estamos, agora, diante de um novo tempo de analfabetismo, isto é, se o analfabeto é o que não reconhece nem o alfa nem o beta, o bê-a-bá, o *analfabyte* é aquele que não conhece o *alfabyte*, o *bê-a-byte*, a linguagem específica das tecnologias digitais. Nesse sentido, uma parte significativa das iniciativas educacionais, culturais e assistenciais que envolvem as TICs (Tecnologias de Comunicação e Informação) tem se dedicado à minimização do *apartheid* digital por meio de ações consentâneas com a utilização de computador e o acesso a redes locais e remotas, destacando-se a internet. (Duran, 2008, p. 11).

A partir desta definição o analfabetismo digital passa a ser uma questão central na sociedade contemporânea. Com ele, a inclusão digital se torna uma peça fundamental no desenvolvimento econômico, social e cultural do país.

É sobre o analfabetismo digital e seus reflexos no cotidiano da pessoa idosa que nos propomos a refletir neste artigo. Trata-se de uma revisão bibliográfica e pesquisa documental. Partimos da



revisão bibliográfica (artigos e teses), nos estudos realizados sobre analfabetismo e pessoa idosa⁴ e nas estatísticas disponibilizadas pelo Censo (2022), para pensarmos o fenômeno analfabetismo digital e seus desdobramentos na realidade da pessoa idosa no Brasil.

Vale destacar que a contemporaneidade exige que o profissional de Serviço Social esteja preparado para o enfrentamento das demandas atuais que perpassam questões relacionadas ao envelhecimento. Como bem nos diz Keller (2020) o Serviço Social constrói sua interlocução com a velhice da classe trabalhadora a partir das suas competências profissionais e não está imune às vicissitudes conjunturais vivenciadas por esse percentual significativo da população brasileira.

Torres (2020) contribui para a compreensão do trabalho do/a assistente social com a população idosa ao afirmar que

O trabalho do assistente social com a população idosa caracteriza-se pela atuação na perspectiva dos direitos humanos e sociais, evidenciando a lógica e o sistema de proteção na gestão dos serviços, programas e benefícios apensos às políticas. Assim, busca consolidar um trabalho que referencia um desenho de política social com foco na proteção social e na defesa dos direitos humanos e sociais. (Torres, 2020, p.55).

A população idosa brasileira é composta de muitos grupos diversificados que experimentam diferentes formas de envelhecer. Pesquisas demonstram que a população idosa no Brasil é menos escolarizada do que as gerações mais jovens, sendo significativo o número de analfabetos e daqueles que possuem dificuldades na leitura e escrita.

O analfabetismo é parte das desigualdades socioeconômicas vivenciadas pela população idosa brasileira com impactos significativos na qualidade de vida desta população. Dados apresentados pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) demonstram que a desigualdade socioeconômica influencia profundamente a saúde dos idosos, com destaque para as limitações funcionais para realização da vida cotidiana, como comer ou tomar banho. Vale ressaltar que o comprometimento da saúde da pessoa idosa também altera o cotidiano dos familiares.

⁴Estudos realizados pelos autores - trabalho de conclusão de curso: As ações do Estado brasileiro no enfrentamento ao analfabetismo: um estudo dos planos de educação (2022); Assistência social no atendimento às demandas da pessoa idosa no estado do Paraná: aproximações ao debate a partir do plano estadual dos direitos da pessoa idosa. (2023)



Segundo o IEPS o envelhecimento acelerado da população brasileira, que pode chegar a 20% da população com 60 anos ou mais até 2035, vai reconfigurar a realidade do país. Nesse ritmo, em breve o Brasil terá mais idosos do que crianças.

Diante de tal conjuntura, autores como Antunes et al (2005), Silveira, Portuguese (2017) e Wanzinack et al, 2013 (*apud* Polonski et al, 2022) defendem que a qualidade de vida e o estado cognitivo em idosos podem ser melhorados por meio de práticas em grupo, realização de atividades físicas e de lazer e pela inclusão digital. Entretanto, em relação à inclusão digital, para Kachar (2010) temos que ficar atentos com a pressão realizada pelo mercado para que a população idosa se adapte às novidades tecnológicas como os mais jovens. Neste contexto, Kachar afirma que:

A geração mais nova tem intimidade e atração pelos artefatos tecnológicos, assimila facilmente às mudanças, pois já convive desde tenra idade, explorando os brinquedos eletrônicos e/ou brincando com o celular dos pais. Porém, a geração adulta e mais velha, de origem anterior à disseminação do universo digital e da internet, não consegue acolher e extrair tranquilamente os benefícios dessas evoluções na mesma presteza de assimilação dos jovens (Kachar, 2010, p. 5)

Partindo de tais desafios, as considerações propostas neste artigo buscam sensibilizar os/as assistentes sociais para que incluam nos espaços ocupacionais envolvendo a população idosa, o debate sobre o analfabetismo digital e suas implicações.

Para tanto o artigo está estruturado em dois momentos. Iniciamos contextualizamos os fenômenos analfabetismo e analfabetismo digital e complementamos com dados no Brasil. em seguida problematizamos sobre a inclusão digital para população idosa e por fim, as considerações finais.

SITUANDO ALGUMAS PREMISSAS SOBRE ANALFABETISMO E ANALFABETISMO DIGITAL

Segundo Silva (2022) a concepção sobre analfabetismo está relacionada à cultura e realidade de cada país. No Brasil, de acordo com o Indicador de Analfabetismo Funcional (Silva, 2022, p.17 *apud* INAF, 2018) “são considerados analfabetos os indivíduos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases, ainda que uma parcela deles consiga ler números familiares como o do telefone, de casa, de preços etc.”.



Complementar a esta definição, Silva (2022), apoiada em Honorato e Herreira (2022), apresenta algumas implicações relacionadas ao analfabetismo

encontramos em nossas leituras o analfabeto, ser invisível, cegos sociais, baixa autoestima, excluído, apartação social, homem perdido, natural inferioridade, subcidadão, cidadão incompleto, ralé brasileira, perigoso socialmente, estúpido, inconsciente, populacho, ignaro, bronco, marginal entre outros adjetivos depreciativos (Silva, 2022 *apud* Honorato, Herrera, 2022, p.55)

O analfabetismo no Brasil é marcado por preconceito, dificultando a vida social da população que se encontra nessa situação, impactando diretamente no acesso ao mercado de trabalho e nos afazeres do dia a dia que exigem leitura e escrita.

De acordo com Silva (2022) *apud* Leão (2012), o reconhecimento do analfabetismo no Brasil se deu num período histórico que se apresentava com algumas características determinantes: uma economia agrária, uma população marginalizada, com uma sociedade repressiva, conservadora e preconceituosa, um Estado oligárquico, não democrático e autoritário⁵.

A pobreza e o analfabetismo no Brasil se tornaram fenômenos inseparáveis, dois elementos tão comuns na vida de milhões de brasileiros. Ao longo de mais de cinco séculos a pobreza submeteu homens e mulheres às elites brasileiras, mantendo um legado de desigualdade e exploração que perpassou a escravidão negra e se manteve até os dias atuais.

Diante de tais evidências concordamos com Silva (2022) que o analfabetismo no país é um problema político. Consideramos que essa condição se apresentava como uma expressão da questão social reverberando de diferentes maneiras na vida da classe trabalhadora.

Segundo Kruppa (2023) historicamente houve uma relativização do problema do analfabetismo no Brasil, como se seus efeitos tivessem gravidades diferentes a depender do grupo de pessoas que o afeta. A autora se reporta a Darcy Ribeiro para explicar esse ideal, para o intelectual, segundo Kruppa (2023), era necessário acabar com o analfabetismo apenas entre crianças, que

⁵No século XIX, de acordo Silva (2022) *apud* Ferraro 2004, o censo demonstrou que analfabetismo no Brasil atingia 82% da população, ou seja, o país era o lugar em que a população era majoritariamente analfabeta. Conforme a autora, os dados eram alarmantes por falta de investimento financeiro e atenção dos governantes com a população. Na época, o analfabeto não tinha direito ao voto e nem de exigir seus direitos como cidadãos.



cresceriam e ocupariam cargos de produtividade na sociedade já alfabetizadas, enquanto idosos morreriam em breve e o problema do analfabetismo seria superado.

Isso é um equívoco porque esse aumento sempre relativo do analfabetismo, em relação ao que estava antes, está ligado a uma mudança da condição social e econômica da população. Os níveis de analfabetismo e escolaridade, portanto, nada têm a ver com idade e devem aumentar à medida que haja uma melhoria na qualidade de vida da população, mas o contrário também acontece: se há uma piora, o acesso à escolaridade é prejudicado. (Kruppa, 2023, p. 1).

A partir do século XX ocorreram algumas reformulações sobre o conceito de pessoa analfabeta, considerando também pessoas que eram capazes de ler e escrever enunciados simples. Ainda de acordo com Silva (2022 *apud* Stieg e Araújo, 2017) a Organização das Nações Unidas para Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1965 organizou o Congresso Mundial e Programas de Alfabetização. A centralidade desses eventos estava na necessidade de intensificar a alfabetização para o treinamento do trabalho e aumento da produtividade.

A educação será utilizada como meio de formação individualista para atender os interesses industriais da classe que domina os meios de produção, os impactos desse contexto irão intensificar na privatização, desvalorização e sucateamento, desmobilizando as instituições públicas e movimentos.

De acordo com Silva (2022) defendem políticas educacionais visam propostas qualitativas para uma construção cidadã por meio de um exercício pleno, crítico com a participação coletiva da sociedade. Ainda de acordo com o autor, a política de educação se encontra em um contexto de regulação de mercado atrelados ao sistema capitalista que por meio de seus avanços financeiros o que impacta diretamente na vida da classe trabalhadora, existindo a falta de investimentos na política de assistência social, saúde e educação.

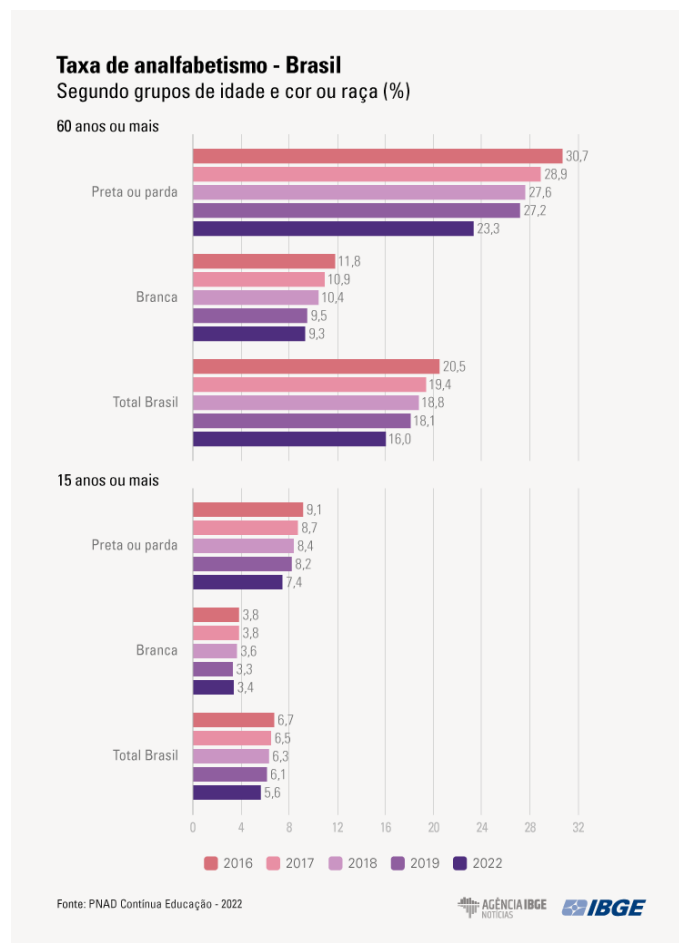
A sobreposição de interesses do capital irá se refletir diretamente na política de educação brasileira e na alfabetização. Silva (2022) evidencia que o projeto político com base neoliberal e ultraconservador afeta diretamente a condução da política de educação no país evidenciando aspectos contraditórios, ou seja, ao mesmo tempo que há a defesa do congelamento de gastos na área da educação, também há a exigência de qualidade educacional.

Após mais de 20 anos como meta de duas edições do Plano Nacional de Educação, a superação do analfabetismo é uma barreira ainda não transposta, incompatível com a nona

maior economia do mundo. São 11,4 milhões de brasileiros analfabetos — o equivalente à população do município de São Paulo ou de um país como a Bélgica — cerceados em sua liberdade e dignidade por não saberem ler e escrever. Os dados do Censo Demográfico de 2022 apontam desigualdades que permeiam esse grupo, com recortes etário, regional, econômico e racial bem pronunciados. O Estado — por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) —, universidades públicas e privadas e ações comunitárias tentam atacar o problema, que ainda parece longe de ser superado. (Pimenta, 2024, p. 1).

O analfabetismo continua sendo um sério problema estrutural no país, conforme demonstram os dados da figura a seguir sobre a taxa de analfabetismo.

Figura 1- Taxa de analfabetismo no Brasil



Fonte: Gomes; Ferreira (2023).



A coordenadora Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE, Adriana Beringuy, faz uma importante análise dos dados sobre analfabetismo coletados no Censo de 2022:

O analfabetismo segue em trajetória de queda, mas mantém uma característica estrutural: quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Isso indica que as gerações mais novas estão tendo maior acesso à educação e sendo alfabetizados ainda crianças, enquanto permanece um contingente de analfabetos, formado principalmente, por pessoas idosas que não acessaram à alfabetização na infância/juventude e permanecem analfabetas na vida adulta. (Gomes; Ferreira, 2023.).

Esse cenário de analfabetismo relacionado à falta de letramento digital⁶ ainda é preocupante, principalmente para a população idosa. O cotidiano das pessoas foi invadido com as tecnologias. Das mais básicas às mais complexas, as tarefas rotineiras são mediadas por tecnologias.

Diferentes processos envolvendo o meio digital exigem conhecimentos básicos de informática como as operações financeiras e de comunicação. Um exemplo são os telefones celulares que, num primeiro momento eram utilizados para comunicação via ligação, mas com o progresso tecnológico logo se tornaram aparelhos com múltiplas funções, sendo a ligação apenas uma delas, inserindo recursos que antes eram realizados por meio de um computador, por exemplo, agora disponíveis em um celular.

Uma nova etapa de aprofundamento de descobertas técnicas e científicas contribui para dinamizar o capitalismo na medida em que a automação, a microeletrônica, a informática e as telecomunicações criaram oportunidades de rompimento com as situações tradicionais de produção e consumo da forma como se tinha no passado, levando os indivíduos a outros tipos de desejos e necessidades. (Soares; Neto, p. 112).

Ao mesmo tempo em que as tecnologias oferecem uma gama de informação e comunicação, a falta de acesso ou interação a essas TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) pode gerar um novo contexto, "a incorporação desses novos recursos desencadeia modificações nas relações com o outro, o mundo e o conhecimento, interferindo na subjetividade do indivíduo" (Kachar, 2010, p.5).

⁶O letramento digital vai além das habilidades técnicas para o uso de ferramentas digitais; ele inclui a compreensão crítica e reflexiva sobre a tecnologia e suas implicações na sociedade. O letramento digital é visto como um conjunto de habilidades necessárias para interagir com o mundo digital de forma efetiva, crítica e responsável, utilizando tecnologias da informação e comunicação para produzir, acessar e compartilhar informações e conhecimentos (Martin, 2006 *apud* Kozloski et al, 2024, p. 6-7).



Diante de tais mudanças, o analfabetismo digital passa a ocupar um espaço significativo na vida das pessoas, em particular da pessoa idosa. Sendo que, o analfabetismo digital refere-se

a incapacidade em “ler” o mundo digital e mexer com a tecnologia moderna, principalmente com relação ao domínio dos conteúdos da informática como planilhas, internet, editor de texto, desenho de páginas e outros. A causa do analfabetismo tecnológico é associada ao impacto da exclusão digital no mercado de trabalho e a família de baixa renda sofre com isso, pelo motivo de que o mundo atual é muito tecnológico e quem não se interessa em aprender o mundo digital vai ficando para trás. Denunciada em todo o mundo como a forma mais moderada de violência e modalidade sutil de manutenção e ampliação das desigualdades e como ela se relaciona com o futuro do trabalho [...] (De Santana, *et al.* 2023, p. 1).

De acordo com a CNN (2025) o aplicativo MEU INSS está se esbarrando com uma alta taxa de analfabetismo digital de idosos. Segundo Índice de Alfabetismo Funcional (INAF) de 2024, 48% das pessoas entre 50 até 64 anos apresentaram dificuldades, tiveram baixo desempenho nos testes digitais, acerto entre zero até $\frac{1}{3}$ dos itens. O teste incluiu atividades como fazer uma compra online, escolher um filme e uma simulação de inscrição com preenchimento de dados.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que apenas 31,1% da população idosa do país utiliza a internet, apesar do envelhecimento populacional ser uma tendência global e da crescente adoção de dispositivos como smartphones por essa faixa etária. Este cenário reflete a urgência de um esforço conjunto para superar as barreiras e promover a inclusão digital entre os mais velhos.

A INCLUSÃO DIGITAL PARA POPULAÇÃO IDOSA

População idosa no Brasil

A pessoa idosa no Brasil é assim considerada, pela Política Nacional da Pessoa Idosa (Brasil, 1994) e pelo Estatuto do Idoso (Brasil, 2003), como aquela com 60 anos ou mais. Beauvoir (1990), ao tratar sobre a velhice, entende que, pelo âmbito biológico, esta é uma realidade que transcende a história, contudo, o contexto social de cada sujeito influenciará na forma como este destino será vivido. Neste sentido, Schneider e Irigaray (2008), também apontam que há diferenças relevantes entre as representações sociais da velhice e da pessoa idosa, conseqüentes das distintas condições históricas, políticas, econômicas, geográficas e culturais de cada sujeito.

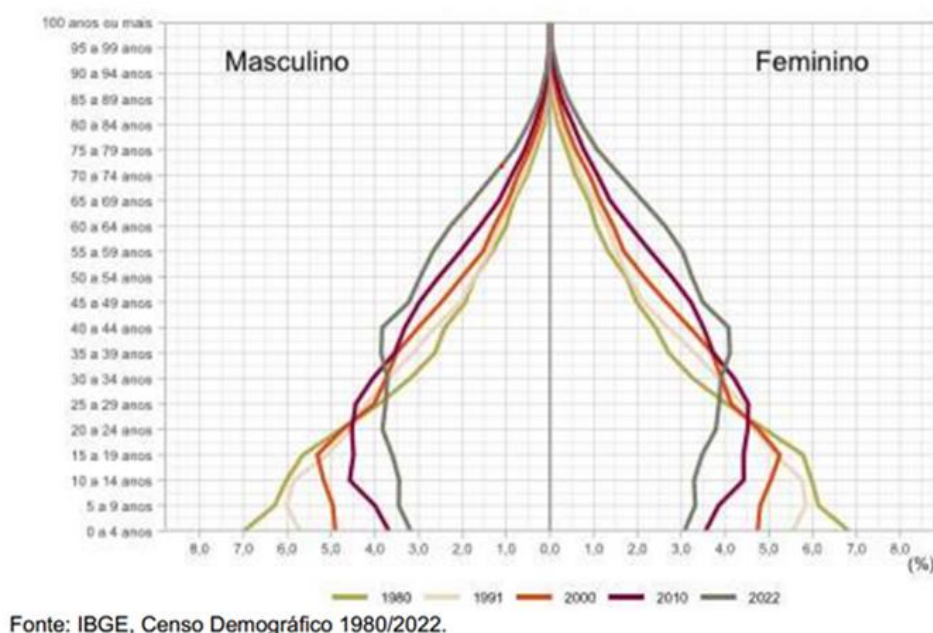


Então, ao se considerar a velhice em sua heterogeneidade está se considerando que neste segmento há pessoas com total autonomia econômica e social e, também, pessoas que não conseguem lidar sozinhas com atividades básicas do cotidiano (Camarano; Pasinato, 2004). Destarte, Faleiros (2016) aponta que, a partir do século XXI, a velhice passa a ser considerada pela visão da gerontologia crítica, o que impacta na oferta de políticas públicas, ao se colocar a velhice não como fase terminal da vida, mas como um processo que resulta da vida sociocultural, laborativa e individual, incluindo suas desigualdades, colocando-a como uma questão crucial para a saúde pública.

Assim, ainda que a pessoa idosa seja caracterizada pela legislação brasileira a partir da idade cronológica, é preciso ir além desta generalização, já que, para se propor políticas públicas que sejam condizentes com este segmento, é imprescindível compreender sua amplitude. E ao considerá-lo amplo, nos referimos tanto à diversidade social dos sujeitos que compõem a população idosa, quanto ao seu percentual de pessoas, já que, o envelhecimento populacional é uma tendência que cada vez mais se concretiza no Estado brasileiro.

O Censo 2022 (IBGE, 2023) apresenta um aumento de 57,4% da população com 65 anos ou mais em relação ao Censo anterior (em 2010), o que significa que em 2010 este grupo etário representava 7,4% da população, enquanto no ano de 2022 representava 10,9%. Estes dados são ilustrados pelo IBGE pelo gráfico a seguir que, ao mostrar a inversão da pirâmide etária – em que a base, representando os segmentos mais jovens, se estreita e o topo, representando os segmentos mais velhos da população, se alarga – demonstra o crescente envelhecimento da população brasileiro desde os anos 1980.

Figura 2 – Distribuição relativa da população residente por sexo, segundo grupos de idade – Brasil – 1980/2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2022.

Fonte: IBGE, 2023.

Esta mudança no perfil da população brasileira culminará em demandas para o Estado que precisará responder com políticas públicas. Desta forma, ao considerar-se que há uma Revolução Informacional que traz a necessidade de que os sujeitos desenvolvam habilidades relacionadas ao manuseio de tecnologias, como os mais variados aplicativos para *smartphones*, necessários para acesso inclusive a serviços públicos – são exemplos os aplicativos: “Carteira Digital de Trânsito”, “Meu INSS - Central de Serviços”, “Cadastro Único”, “Meu SUS Digital”, entre outros (Brasil, [2025?]) – é preciso pensar no segmento idoso como um grupo diversificado que precisa adaptar-se a novas exigências.

Bernardo (2022), ao discutir sobre os desafios para a inclusão digital da população idosa, aponta alguns fatos que mostram como a inclusão digital pode contribuir com a qualidade de vida das pessoas idosas. O primeiro fato citado pela autora é que as inovações tecnológicas estão sendo inseridas no cotidiano de forma a modificar a forma como se realizam as atividades que fazem parte da vida da população idosa – como: o uso de aplicativos para realizar o gerenciamento financeiro, consultas e agendas de serviços pela internet, recursos e dispositivos de incentivo à atividade física e de monitoramento da saúde, dentre outros – o que exige sua inserção no mundo digital. O segundo fato citado por Bernardo (2022) é em relação ao aumento da permanência das pessoas idosas no



mercado de trabalho por necessidade de complementar o orçamento ou por se tratarem de ser a única renda fixa no contexto familiar. Sendo concomitante a isso, o crescimento do uso de plataformas online ou de aplicativos móveis no mercado de trabalho, o que exige dos trabalhadores habilidades relacionadas ao manejo destas plataformas, caracterizando-se como mais um desafio à pessoa idosa que precisa se inserir neste tipo de trabalho. E, por fim, a autora cita as condições de saúde da pessoa idosa que, com o aumento do uso de dispositivos tecnológicos para o monitoramento das condições de saúde e para comunicação com serviços por meio de aplicativos, lhes coloca diante da necessidade de inclusão digital para que possam gerenciar doenças crônicas no âmbito domiciliar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que a inclusão digital melhora o conhecimento tecnológico, possibilita o acesso a informações, descoberta de novas oportunidades e facilita o aprendizado visando a melhora da qualidade de vida. Entretanto, são diversas as barreiras que dificultam a aprendizagem das tecnologias digitais pelos idosos, dentre as barreiras podemos ressaltar o analfabetismo digital.

Os estudos consultados demonstraram que o letramento digital não é igualmente alcançado por todas as pessoas, especialmente para as pessoas idosas, que frequentemente enfrentam barreiras no acesso e uso das tecnologias digitais. Fatores como renda, educação, localização geográfica, emprego e diferenças culturais podem criar disparidades significativas no acesso e uso da tecnologia digital.

A partir das problematizações realizadas no texto alguns desafios se colocam para os/as assistentes sociais: a defesa da promoção da inclusão social de pessoas idosas, destacando a necessidade de implementação de políticas públicas e iniciativas que abordem as barreiras enfrentadas por essa população; a inclusão do tema analfabetismo digital nos espaços ocupacionais envolvendo gestores, trabalhadores e a pessoa idosa; e a produção de conhecimentos sobre a temática que contribuam para qualificar o debate.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.



BERNARDO, Lilian Dias. As pessoas idosas e as novas tecnologias: desafios para a construção de soluções que promovam a inclusão digital. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, v. 25, n. 4, p. e230142, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-22562022025.230142.pt>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília: DF: Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília: DF: Diário Oficial da União, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Serviços e Informações do Brasil. **Galeria de Aplicativos**. [Brasília], [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/apps/@@galeria-de-aplicativos>. Acesso em: 19 maio 2025.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. **Introdução**. In: CAMARANO, Ana Amélia. **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p.1-22.

CNN, Brasil. **App do INSS esbarra em analfabetismo digital de idosos**. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/luisa-martins/politica/app-do-inss-esbarra-em-analfabetismo-digital-de-idosos/>. Acesso em 18 maio. 2025.

De Santana, G. C. L., De Castro, H. L., Farias, M. M. D. A., Ferreira, R. G. R., & Da Silva, R. M. P. G. (2023). Analfabetismo Digital. **Caderno Discente**, 8(1), 65-71. Disponível em: <https://revistas.esuda.edu.br/index.php/Discente/article/view/887/350>. Acesso em: 18 maio. 2025.

FALEIROS, Vicente de Paula. A Política Nacional do Idoso em questão: passos e impasses. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea; 2016. cap. 22, p. 537-569. ISBN 978-85-7811-290-5. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1279/1/TD_1840.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.

FERRARO, Alceu R. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002.

_____. Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão. **Perspectiva**, São Leopoldo, v. 22, n. 1, p. 111-126. jul. 2004.

GOMES, Irene; FERREIRA, Igor. **Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste**. Estatísticas Sociais. Agência IBGE Notícias. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 18 maio 2025.

HONORATO, Hercules Guimarães; HERRERA, Marcela Duarte. **A saga do analfabetismo e a pandemia COVID-19: história triste em momento atual triste**. Livro de Atas, p. 51, 2022.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: população por idade e sexo – resultados universo – Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/pdf/Censo%20Demogr%C3%A1fico%202022%20->



%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20por%20idade%20e%20sexo%20-%20BR.pdf. Acesso em: 8 mar. 2024.

IEPS - Instituto de Estudos para Políticas de Saúde. **Envelhecimento**. Disponível em: <https://ieps.org.br/idosos-de-menor-renda-tem-piores-indicadores-de-saude-e-menos-acesso-a-cuidados-medicos-aponta-estudo-do-ieps/>. Acesso em: 17 maio 2025.

KACHAR, Vitória. **Envelhecimento e perspectivas de inclusão digital**. 2010. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/download/5371/3851>. Acesso em: 16 maio 2025.

KELLER, Suéllen Bezerra Alves. PREFÁCIO. In: TEIXEIRA, Solange Maria. (org.) **Serviço Social e envelhecimento**. Teresina: EDUFPI, 2020. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Livro_SERVI%C3%87O_SOCIAL_E_ENVELHIMENTO_E-BOOK-120201020195516.pdf. Acesso em: 16 maio 2025.

KOSLOSKI, Ricardo Ajax Dias et al. A importância das TICS e do Letramento Digital para pessoas idosas: aplicabilidade no e-Gov e na qualidade do desenvolvimento de software. (2024). **Seminário Internacional De Informação, Tecnologia E Inovação**, p. 1-13. Disponível em: <https://observinter.al.org.br/index.php/siti/article/view/194>. Acesso em: 19 maio 2025.

KRUPPA, Sonia Maria Portela. Analfabetismo no Brasil é maior na população que vive no nordeste e reflete as desigualdades estruturais. **Jornal da USP**, 2023. Disponível em <https://jornal.usp.br/radio-usp/analfabetismo-no-brasil-e-maior-na-populacao-que-vive-no-nordeste-e-reflete-desigualdades-estruturais/>. Acesso em: 16 maio 2025.

LEÃO, Michele de. **Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema**. Aedos. v. 4. 2012. Acesso em 11 abr. 2022.

PIMENTA, Paula. **Superar o analfabetismo segue como meta inalcançada do PNE**. Agência Senado. 2024. Disponível em: Superar o analfabetismo segue como meta inalcançada do PNE — Senado Notícias. Acesso em: 17 maio 2025.

POLONSKI, Tiana Costa et al, Influência da inclusão digital na alfabetização em situação de saúde de idosos. ETD- **Educação Temática Digital**, Campinas, SP v.24 n.3 p.584-597 jul./set. 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/etd/v24n3/1676-2592-etd-24-3-0584.pdf>. Acesso em: 17 maio 2025.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 606-635, out./dez. 2013. Acesso 18 maio 2025.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 25, p. 585-593, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Gabriela/Documents/Uel/IC%20+-%20TCC/O%20envelhecimento%20na%20atualidade%20-%20Schneider.pdf>. Acesso em: 02 maio 2024.

SILVA, Pedro Henrique Souza da. **As Ações do Estado Brasileiro no Enfrentamento ao Analfabetismo: Um Estudo dos Planos de Educação**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina.



SOARES NETO, Raimundo Nonato de Araujo. Revolução informacional, novas tecnologias e consumo imediatista. **Cadernos de Campos**. nº 16, 2012. P.11- 124. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7319/5181>. Acesso em: 19 maio 2025.

SOUZA, Gabriela Pereira de. **Assistência Social no Atendimento às Demandas da Pessoa Idosa no Estado do Paraná: Aproximações ao Debate a partir do Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina.

STIEG, Vanildo. ARAÚJO, Vania C de. As políticas de alfabetização para a infância no Brasil: Algumas inquietações. **Revista Brasileira de Alfabetização**. Vitória, v.1, p. 69-86, 2017. Disponível em: <https://nedi.ufes.br/sites/nedi.ufes.br/files/field/anexo/Artigo%20Revista%20Brasileira%20de%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

TORRES, Mabel Mascarenhas. O Trabalho Do Assistente Social Com Pessoas Idosas: competências e demandas em debate. In: TEIXEIRA, Solange Maria. (org.) **Serviço Social e envelhecimento**. Teresina: EDUFPI, 2020.P. 46-76. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Livro_SERVI%C3%87O_SOCIAL_E_ENVELHECIMENTO_E-BOOK-120201020195516.pdf. Acesso em: 16 maio 2025.

A COMUNICAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E A UNIVERSIDADE PÚBLICA, NA PERSPECTIVA DO INGRESSO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

SUÉLEN VILELA CRUVINEL FLORES¹

RESUMO: Este trabalho propõe reflexões sobre o papel da comunicação universitária na relação entre a sociedade e a universidade, a partir de revisão bibliográfica e apontamentos críticos que evidenciam seu caráter social, pedagógico, vinculativo e enquanto direito humano, suscitando o desentranhamento do elemento comunicacional nas discussões sobre ingresso, permanência e extensão na Universidade Federal de Uberlândia.

Palavras-chave: Comunicação universitária, ingresso, permanência.

ABSTRACT: This work proposes reflections on the role of university communication in the relationship between society and the university, based on a bibliographic review and critical notes that highlight its social, pedagogical, binding character and as a human right, raising the disentanglement of the communicational element in discussions about entry, permanence and extension at the Federal University of Uberlândia.

Keywords: University communication, admission, permanence.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe abordar e problematizar a comunicação institucional enquanto processo comunicacional centralizado no uso de mídias sociais, e sua relação, contributiva ou não, com o ingresso e permanência de estudantes, com enfoque na comunicação como direito humano, demandante de práticas e políticas que garantam o acesso à informação dialógica e possibilitem às comunidades usufruírem o ingresso e permanência na universidade em seus multicampi.

A problemática foi explorada por meio de pesquisa bibliográfica, privilegiando-se publicações que retratassem os conceitos e discussões relacionados à área da Comunicação, Educação e Assistência Estudantil, enfocando as necessidades educacionais da sociedade brasileira frente aos

¹Assistente social em atuação na Divisão de Assistência e Orientação Social, da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil – PROAE, da Universidade Federal de Uberlândia. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE/UFU). E-mail: svcruvinel@ufu.br. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7720547415122928>.

interesses políticos e econômicos dominantes. Livros, artigos científicos e sites institucionais pertinentes ao assunto foram consultados.

O Serviço Social, profissão regulamentada pela Lei nº 8.662/93 possui como objeto de trabalho a questão social, a qual surge na contradição capital/trabalho e é resultante da exploração da força de trabalho no sistema capitalista. Esta formação aliada à atuação na Assistência Estudantil da Universidade Federal de Uberlândia deram o direcionamento às reflexões aqui elaboradas. O contato cotidiano com estudantes oriundos de famílias socioeconomicamente vulneráveis que ingressaram na universidade pública e as observações relativas aos estudantes interessados em ingressar na universidade pública despertaram angústias e problematizações sobre a imagem que a Universidade Federal de Uberlândia representa perante a sociedade, como ela se comunica com a comunidade e como a comunidade se comunica com ela, relacionando aspectos importantes relativos à retenção, evasão e vagas ociosas.

Dilemas como o alto número de vagas ociosas e de evasão, em contraposição à existência de políticas para a ampliação do ingresso na universidade como as cotas sociais, raciais, processos seletivos variados e a existência de uma Política Institucional de Assistência Estudantil e de uma Política Institucional de Comunicação desafiam a Universidade a pensar a comunicação enquanto questão central, modalizada e contextualizada pelos campos social, político e econômico.

A questão comunicacional não está sendo colocada neste estudo como exclusivamente responsável pelas dificuldades relativas ao ingresso e permanência no ensino superior público. A ela relacionam-se os processos de escolhas individuais e familiares e a conjuntura neoliberal. Brevemente introduziremos um desentranhamento do comunicacional enquanto fenômeno da interacionalidade² entre universidade e sociedade e sua relação com o processo de ingresso e permanência, entendendo comunicação como compartilhamento de diferenças, como tentativa que não precisa ser bem-sucedida e cujo insucesso pode ser contributivo no aprimoramento da emissão, circulação e recepção comunicacional.

² José Luiz Braga na obra “Matrizes interacionais: a comunicação constrói a sociedade” considera o termo interatividade como reducionista das interações comunicacionais, por isso a referência e inferência à interacionalidade.

DESENVOLVIMENTO

As universidades brasileiras estão enfrentando dificuldades para preencherem suas vagas e motivarem o ingresso de estudantes em seus cursos de graduação. Diversos pesquisadores estudam os processos de evasão e retenção acadêmica assim como as políticas afirmativas, assistência estudantil e de inclusão que vislumbram o ingresso e a permanência nas instituições de ensino superior.

Nossa sociedade vive um momento de disputas ideológicas. Nos últimos anos o papel e a atuação das universidades públicas foram intensamente questionados. Para Santos (2011, p. 114) “a universidade enquanto bem público é hoje um campo de enorme disputa. Mas o mesmo sucede com o Estado. A direção em que for a reforma da universidade é a direção em que está a ir a reforma do Estado.” O neoliberalismo avança e consome corpos e mentes. A educação cada vez mais é mercadológica e voltada para os interesses do capital. Instituições privadas multiplicam-se pelo território nacional e a formação para a competitividade sobrepõe-se à formação crítica. A ciência tornou-se alvo de descredibilização.

A sociedade brasileira e, particularmente, as universidades públicas federais vivem um cenário bastante complexo nesta última década. Apesar das mudanças no campo do ensino superior público e na ciência e tecnologia, especialmente via expansão de universidades públicas federais no período 2003-2015, presenciamos, principalmente a partir do golpe institucional contra Dilma Rousseff em 2016, expressões conservadoras dos dois governos subsequentes, com destaque para o governo Jair Bolsonaro (2016-2020) de extrema-direita. Esses governos passaram sistematicamente a difamar, desacreditar e precarizar essas instituições de ensino. (Andreazza; Leonardi; Rosa, 2024).

Na Universidade Federal de Uberlândia a realidade não é diferente. Apesar da instituição proporcionar diversas formas de ingresso em seus cursos de graduação, sendo elas o vestibular, SISU, processos seletivos para transferência facultativa e para portadores de diploma, ainda assim, segundo os anexos do Edital 32/2024 referente ao Concurso Seletivo para Preenchimento de Vagas Ociosas, constavam 3494 vagas ociosas a serem preenchidas. Tal conjuntura mobiliza o universo da pesquisa, do ensino e da extensão a debruçar-se sobre os fatores que impactam localmente a composição desses números.



Será que a forma como a universidade se comunica com a sociedade tem relação com o ingresso e permanência na UFU? Ao olharmos com os nossos sentidos para as redes sociais administradas pela Universidade, assim como para os sites que ela possui e administra, podemos enxergar uma comunicação fluida, moderna, com vídeos curtos, protagonizados principalmente por jovens, além de podcasts, posts interativos, divulgações científicas em canais do Instagram, enquetes, memes. Tudo é atrativo, eloquente, divertido, juvenil.

Ao analisarmos a comunicação institucional a partir do que é inteligível e não somente a partir do que os nossos olhos e ouvidos percebem, outras problemáticas surgem para além da forma como a Universidade divulga informações sobre ela mesma. Será que a Universidade se comunica com a sociedade apenas por meio de postagens em redes sociais ou publicações em sites? Será que a comunicação entre a Universidade e a Sociedade pode potencializar o ingresso e a permanência? A população conhece a Universidade Federal de Uberlândia? A Universidade Federal de Uberlândia conhece a população das cidades onde está inserida?

Há que se considerar que com a reforma empresarial da educação o incentivo ao ingresso no ensino superior privado aumentou extraordinariamente. Também é importante pensar que hoje a universidade recebe estudantes oriundos de grupos familiares em situação de vulnerabilidade, que tiveram ao longo de sua trajetória inúmeros direitos negados nas mais variadas esferas da vida e agora estão no âmbito da universidade, com todas as vivências que os compõem enquanto um público para o qual talvez a universidade não tenha se instrumentalizado, com vistas ao sucesso acadêmico e plenitude universitária. Diante de um cenário tão complexo, como podemos pensar que a comunicação não teria um papel significativo nas relações entre comunidade e universidade, viabilizando o ingresso e permanência?

Para situar o campo da comunicação, Sodré (2014) contribui com reflexões sobre a origem da palavra “comunicação” e suas multiplicidades conceituais, semânticas e políticas. Em um resgate histórico, Freitas (2018) discorre e reflete sobre a Reforma Empresarial da Educação e como a política educacional foi se amoldando aos interesses mercadológicos e privatistas, focalizando o fracasso dos indivíduos, a competição e a meritocracia. Esta concepção neoliberal de educação e sociedade tangencia a comunicação universitária e a visão de mundo da comunidade sobre como é ingressar e permanecer na universidade. É possível que haja um distanciamento entre a sociedade e a



universidade, sendo esta vista como algo “intangível”, “para poucos”, a ponto de a comunidade não se reconhecer neste modelo de educação superior “pública”, ainda que diante dos evidentes avanços proporcionados pelas cotas e pela assistência estudantil. É necessária e pungente a reinvenção cotidiana da Universidade.

Comunicá-la, sempre será revivê-la, recriá-la, revisita-la e reinventá-la para a interculturalidade, a integração comunitária, a ecologia dos saberes, a superação do colonialismo contemporâneo e o fortalecimento da educação como bem público e de cidadania. São concepções necessárias, saberes e conhecimentos fundantes à construção de uma Pedagogia para a práxis da Comunicação Universitária, (Paixão, 2018, p.114).

Abordar criticamente a comunicação, na perspectiva sociológica, histórica, política e enquanto direito, compreende pensar que a comunicação institucional tem um papel central nas universidades públicas, sendo uma das responsáveis pela forma como a instituição se apresenta aos diferentes públicos, como futuros estudantes, comunidade acadêmica e sociedade. Ao situar a discussão na perspectiva de Paulo Freire, é possível vislumbrar a intersecção entre comunicação e educação, configurando o processo comunicacional de forma dialógica e rompendo com práticas bancárias ou processos comunicacionais que desconsiderem a intencionalidade política da comunicação. Para Freire, a comunicação é “política no sentido de opção por transformação da sociedade, e não de preservação tal como ela está” (Ribeiro, 2013).

Em sua tese de doutorado, Paixão (2018) aborda a comunicação universitária como prática pedagógica, considerando que, possivelmente, o tripé ensino, pesquisa e extensão não esteja consolidado no que tange ao princípio da indissociabilidade. Sua pesquisa demonstra que algumas universidades conferem apenas à extensão a interlocução com a sociedade.

Das universidades estudadas na pesquisa, todas creditam às atividades extensionistas, mais do que ao ensino e à pesquisa, o contato com a sociedade externa. Uma minoria menciona a ‘indissociabilidade’ ensino, pesquisa e extensão. Por todos os instrumentos documentais e fatuais que examinei, há pouca confirmação dessa ‘indissociabilidade’, mesmo que faça parte de novas regulamentações legais. Portanto, a transdisciplinaridade das práticas e conteúdos da formação universitária e a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão representam mais uma esperança de um horizonte largo do que propriamente a transformação de um discurso na realidade universitária e social. (Paixão, 2018, p. 209).

Os projetos de extensão são um elo entre a universidade e a sociedade, e a comunicação a seu respeito é essencial para engajar tanto a comunidade acadêmica quanto a sociedade externa. O desconhecimento dos projetos de extensão pode ser um obstáculo para o pleno envolvimento dos

estudantes e da sociedade. Entretanto, enquanto a extensão for apreendida pelos próprios atores da universidade de forma fragmentada, dificilmente a comunidade externa realizará a devida conexão da importância crucial da universidade pública no cotidiano da sociedade local,

No contexto da UFU, a comunicação sobre os projetos de extensão, como programas voltados para o desenvolvimento local, cultura, saúde e educação, pode promover maior engajamento comunitário, contribuindo para que os estudantes se sintam parte de um projeto maior, compreendam a universidade como um bem público à serviço da sociedade e desenvolvam o sentimento de pertencimento, o qual é fundamental à permanência na universidade, além de aplicarem e aprimorarem os conhecimentos científicos. Esse engajamento social não apenas fortalece os laços com a comunidade, como também contribui para que a UFU comunique uma imagem mais inclusiva.

Avançando o olhar para a comunicação enquanto direito humano, Boschetti (2009) oferece relevante contribuição ao ressaltar a perspectiva crítica de que comunicar não se resume à socialização de informações, mas prescinde de condições para refletir criticamente sobre as informações apreendidas. “[...] democratizar a comunicação implica reconhecer legal e legitimamente a comunicação como direito humano” (Boschetti, 2009, p. 22).” O texto “Comunicação e Serviço Social: Uma análise sobre a comunicação no Exercício Profissional do Assistente Social” contribuiu com o pensamento sobre a emancipação social por meio do direito à informação, à justiça social e ao poder popular.

Vannuchi (2018) traz brevemente um histórico do reconhecimento, pelo Estado, da comunicação enquanto direito humano.

No Brasil, o direito à comunicação foi oficialmente reconhecido pelo Estado em 2009, no Decreto nº 7.037, promulgado em 21 de dezembro daquele ano, que instituiu a terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Sua diretriz número 22 tem o condão de conciliar os conceitos de “comunicação”, “informação” e “democracia”, e apresentá-los como princípios orientadores da abordagem contemporânea dos direitos humanos. (Vannuchi, 2018).

Além de ser um direito humano, a comunicação contribui para o acesso a outros direitos, como o direito ao ingresso e à permanência na universidade. É a partir dela que estudantes do ensino médio se informam sobre vestibulares e SisU. É pela comunicação que estes mesmos estudantes



descobrem a possibilidade de ingressarem na universidade por meio da reserva de vagas destinada a pessoas oriundas de grupos familiares socioeconomicamente vulneráveis e / ou a pessoas pretas, pardas, indígenas. Todo o vínculo entre a universidade e a comunidade externa se estabelece por meio da comunicação, seja ela midiática ou interpessoal e toda a relação entre a universidade e os estudantes nela inseridos também se dá pelas variadas práticas comunicacionais. Por muitas vezes os ruídos nessa comunicação interna e cotidiana refletem nas dificuldades dos estudantes em se vincularem aos seus cursos de graduação, à instituição e nela permanecerem, sendo que esta comunicação interna não se resume às iniciativas midiáticas mas incluem os mais diversos contatos estabelecidos por e-mails, *whatsapp*, *Teams*, telefonemas, ouvidoria e contatos pessoais nos diversos setores, pelos mais variados servidores, colaboradores, gestores e entidades.

No que tange à permanência dos estudantes, Dias e Sampaio (2024) tratam a Assistência Estudantil como um campo científico. Para eles “[...] o debate em torno da assistência estudantil não é novo e mobiliza diferentes capitais científicos em uma disputa de perspectivas em torno daquilo que pode ser considerado uma assistência estudantil ideal” (Dias; Sampaio, 2024). Andreazza, Leonardi e Rosa (2024) apresentam um cenário de disputa política e efeitos sócio-históricos que circundam o Plano Nacional de Assistência Estudantil. O papel das universidades públicas na inclusão social tem sido amplamente discutido no Brasil, especialmente após a implementação de políticas de ações afirmativas, como as cotas raciais e sociais, que buscam democratizar o acesso ao ensino superior.

A comunicação institucional deve, nesse contexto, não apenas informar sobre estas políticas, mas também contribuir para a promoção de um ambiente acolhedor e inclusivo. Isto não significa falsear ou fazer um marketing irreal de ações e direitos, mas sim proporcionar acesso a informações que captem a realidade da conjuntura em que a assistência estudantil e as ações afirmativas estão tornando claras as condicionalidades e responsabilidades a que estão vinculados os estudantes que são público-alvo de programas, projetos e principalmente no que tange à concessão de auxílios financeiros e cotas. Nisto está tratar a comunicação enquanto dimensão pedagógica.

As universidades públicas ainda enfrentam desafios relacionados à comunicação institucional. Muitas vezes, a comunicação é percebida como burocrática, distante ou inadequada para os públicos mais vulneráveis. As comunidades demonstram dificuldades em encontrar informações

sobre projetos de extensão, formas de inscrição, atividades artísticas e culturais. Estudantes recém aprovados em processos seletivos mantêm um contato imediato com sistemas digitais de matrícula. Dúvidas sobre editais e documentações são solucionadas por e-mails ou nos próprios sistemas institucionais. Telefonemas e contatos pessoais foram praticamente extintos. Isto evidencia a transformação do processo comunicativo, o formato de comunicação assumido pela Universidade. Um modelo que presume que toda a população possui acesso irrestrito à internet ou que possui condições de desenvolver habilidades no uso das tecnologias. É necessário frisar que parte considerável da sociedade não possui internet de qualidade e as competências necessárias para seu uso consciente e funcional. E sim, este grupo social está adentrando aos portões da universidade pública e não está em condições equânimes aos demais grupos sociais representados no corpo discente das instituições, para disputar o espaço da educação superior pública e de qualidade.

Tais constatações não implicam no pensamento de que a Universidade deve assumir responsabilidades sociais que ela não possui. Pelo contrário. A própria comunicação institucional e universitária pode traduzir aos órgãos competentes e à população em geral qual é de fato sua missão e valores, quais são suas responsabilidades sociais e regimentais e principalmente quais são as necessidades que estão sendo evocadas pelos estudantes e servidores que compõe a comunidade acadêmica, de forma a suscitar respostas governamentais e comunitárias aos problemas que não podem ser solucionados a partir de condutas pontuais e isoladas.

É nesta perspectiva de atuação em rede que a comunicação é desafiada. Ela pode viabilizar que a sociedade e demais órgãos públicos, privados e governamentais percebam a Universidade como parte de um todo indissolúvel, como parte importante da economia local, como espaço de pesquisa, ciência, cultura e arte conectado aos avanços sociais e tecnológicos, os quais a tornam patrimônio indispensável ao pleno desenvolvimento das mais variadas políticas públicas, possibilitando melhores condições de vida à população.

Enquanto circuito, a comunicação institucional retroalimenta e é retroalimentada pela participação, inserção e permanência popular na universidade. Pensar na aprendizagem midiática sobre a própria universidade implica em compreender esta aprendizagem enquanto campo distinto da educação, sendo a primeira constituída na família, na cultura, nas práticas sociais e a segunda no educar institucional. Como bem esclarece Braga (2001), a aprendizagem midiática mediatizadora das

aprendizagens na família, na vida prática e na cultura se insere, se mistura no sistema educacional a ponto de instituições educacionais, como a universidade, não acompanharem estas transformações e intensificarem o rol de injustiças sociais.

A UFU, sendo uma instituição multicampi localizada no interior de Minas Gerais, enfrenta a problemática de garantir que as informações a respeito do ingresso e permanência cheguem a todas as camadas da sociedade, especialmente àquelas mais distantes dos grandes centros urbanos. A desigualdade no acesso à informação é um obstáculo que deve ser enfrentado com políticas de comunicação mais inclusivas, que alcancem públicos de diferentes perfis socioeconômicos, com políticas e práticas que visualizem os cidadãos e cidadãs como sujeitos e não meros receptores de mensagens ou ações institucionais distanciadas da realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos epistemológicos em Platão permitem buscarmos respostas racionais para problemas conceituais. A universidade é uma ideia universal? Podemos olhar para a universidade enquanto prédio, salas de aula e laboratórios. Também podemos olhar com a alma, pensá-la como ambiente de sociabilidade, interacionalidade, espaço dinâmico, mutável, mas que se perpetua por meio da construção coletiva do conhecimento. E o ingresso e permanência? O cenário exposto aqui demonstra que não basta existirem vagas disponíveis, uma vez que os números de vagas ociosas são alarmantes. Ingressar na universidade não é apenas preencher uma vaga. Ao pensarmos racionalmente e contemplarmos a realidade com a nossa inteligibilidade percebemos que para o jovem que está saindo do ensino médio, por exemplo, as informações sobre como se inscrever em um processo seletivo, onde buscar solucionar suas dúvidas a respeito disto, sobre como irá se manter na cidade do curso de graduação caso seja aprovado, talvez não estejam tão disponíveis e claras.

As tecnologias empregadas na comunicação nos fizeram acreditar que o contato humano pode ser descartado, quando pensamos no acesso às informações. Entretanto, a realidade está demonstrando o contrário. Editais, publicações ou posts podem não ser o modelo comunicacional suficiente para possibilitar um maior número de ingresso e permanência na universidade. A comunicação mediatizada pela tecnologia talvez possa ser aprimorada com a retomada do elemento humano, o qual não é e não deveria ser substituído como tem sido. Isto não implica em uma negação

ao avanço tecnológico e uso das TICs, pelo contrário. Será necessário questionar o humano enquanto elemento indispensável e essencial na comunicação, ainda que apoiado pelo uso crítico das TICs.

O produto de um processo comunicacional que tem como fenômeno a interacionalidade entre Universidade e Sociedade, permeada pelo contexto capitalista e diferentes práticas de sociabilidade poderia resultar na ocupação dos espaços de discussão e deliberação sobre as políticas institucionais (extensão, comunicação, assistência estudantil na UFU) como fóruns, conselhos, grupos de estudos, coletivos, comissões. Seria a universidade e comunidade em constante interação e codependência. Afinal, não existe universidade sem estudantes. E os estudantes são representações objetivas e subjetivas de toda uma comunidade externa que olha para a universidade ou que simplesmente não a vê.

Os desafios são inúmeros, e numerosas são as angústias. Talvez o passo inicial seja identificar que parte do problema está na informação disseminada pela mídia, no poder do capital ao difundir e infundir amplamente o marketing das instituições privadas no imaginário social, na reforma empresarial da educação, nas fake news sobre a universidade pública, nas profundas desigualdades sociais que fazem com que os estudantes aprovados em vestibulares e processos seletivos ainda assim precisem escolher não ingressar em universidades públicas, por precisarem conciliar trabalho, estudos e sobrevivência.

Na prática, os estudantes ao adentrarem os portões da universidade não conseguem materializar o que foi midiaticizado com o que de fato está posto na realidade vivida. Disso advém as imagens sobre a Universidade, equivocadas e evocadas pela sociedade. Para além do midiático, a comunicação poderá constituir-se no vínculo estratégico e necessário à redução do distanciamento entre a universidade e sociedade, consolidando os pilares do ensino, pesquisa e extensão, tangenciados pela assistência estudantil e culminando em um futuro mais seguro e promissor para a educação superior pública.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). V **Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as)**



Graduandos (as) das IFES. 2019. Disponível em <https://www.Andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2025.

BRAGA, J.L.; RABELO, L.; MACHADO, M.; ZUCOLO, R.; BENEVIDES, P.; XAVIER, M.P.; CALAZANS, R.; CASALI, C.; MELO, P.R.; MEDEIROS, A.L.; KLEIN, E.; PARES, A.D. **Matrizes interacionais:** a comunicação constrói a sociedade [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2017, 449 p. Paradigmas da Comunicação collection. ISBN: 978-85-7879-572-6.

BRAGA, J.L. Aprendizagem versus educação na sociedade mediatizada. In: ANAIS DO 10º ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 2001, Brasília. **Anais eletrônicos**, Galoá, 2001. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2001/trabalhos/aprendizagem-versus-educacao-na-sociedade-mediatizada?lang=pt-br>> Acesso em: 24 mai. 2025.

BOSCHETTI, Ivanete. Comunicação como direito e ação política. In: SALES, M.; RUIZ, J. (org.). **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

COGOY, E.M.; PEREZ, S. C.; DUTRA, S.F.; BERGER, P.O.; LODOVSKI, R. Comunicação e Serviço Social: Uma análise sobre a comunicação no exercício profissional do Assistente Social. In: ANAIS DO XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2018, Espírito Santo. **Anais eletrônicos**, Open Jornal Service, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23550>. Acesso em: 24 mai. 2025.

DIAS, C. E. S. B.; SAMPAIO, H. A constituição da assistência estudantil como campo científico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 53, p. e10516, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/10516> . Acesso em: 24 mai. 2025.

FREITAS, L.C. **A Reforma Empresarial da Educação:** Nova Direita, Velhas Ideias. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LEONARDI, Fabricio Gobetti; ROSA, Anderson da Silva; ANDREAZZA, Rosemarie. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do ensino superior público federal: disputas políticas e efeitos sócio-históricos. **Revista Internacional de Educação Superior, Campinas**, SP, v. 11, n. 00, p. e025034, 2024. DOI: 10.20396/riesup.v11i00.8674402. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8674402> Acesso em: 24 mai. 2025.

PAIXÃO, D.X. **O compromisso da Universidade com um quefazer público ao encontro da Educação Social e do bem viver.** 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/181844> Acesso em: 24 mai. 2025.

RIBEIRO, F. P. Paulo Freire na Comunicação e os Meios de “Comunicados”. **Rizoma**, v. 1, n. 2, p. 78-91, 24 mai. 2025.

SANTOS, B. S. **A Universidade no Século XXI:** Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SODRÉ, Muniz. **A Ciência do Comum:** notas para o método comunicacional. Edição Digital. Petrópolis: Vozes, 2014.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Edital 32/2024**: Concurso Seletivo Para Preenchimento de Vagas Ociosas - Transferência Facultativa 2024-2. Uberlândia: UFU, 2024.

VANNUCHI, Camilo. O direito à comunicação e os desafios da regulação dos meios no Brasil. **Galáxia**, São Paulo, p. 167-180, 2018. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1935>

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ENTRE O DIREITO FORMAL E A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO CRAS¹

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

ANNA RITA DA SILVA MAGALHÃES²

KELEN APARECIDA DA SILVA BERNARDO³

RESUMO: O estudo objetiva compreender a percepção dos usuários sobre a participação social no âmbito da Política Nacional de Assistência Social e correlacionando como essa percepção influencia no acesso e no exercício de seus direitos. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa de campo com realização de grupo focal. Para a análise dos resultados, recorreu-se à análise de conteúdo. A partir da pesquisa realizada, pode-se identificar a complexidade que envolve a participação social no contexto da política de assistência social. Identificou-se que, na percepção dos sujeitos de pesquisa, a política de assistência social ainda não é compreendida pela perspectiva do direito, evidenciando a correlação entre a baixa participação e a percepção da ausência de direitos.

Palavras-chave: Direito social, participação social, proteção básica.

ABSTRACT: The study aims to understand users' perceptions of social participation within the scope of the National Social Assistance Policy and to correlate how this perception influences access to and exercise of their rights. The methodology used was bibliographical and documentary research, and field research with focus groups. Content analysis was used to analyze the results. Based on the research carried out, it was possible to identify the complexity of social participation in the context of social assistance policy. It was identified that, in the perception of the research subjects, social assistance policy is still not understood from the perspective of rights, highlighting the correlation between low participation and the perception of the absence of rights.

Keywords: Social right, social participation, basic protection.

INTRODUÇÃO

Reconhecida como direito social e integrante do tripé da Seguridade Social pela Constituição Federal de 1988, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), regulamentada pela Lei Orgânica

¹ As reflexões apresentadas no presente trabalho são resultantes das elaborações realizadas no Trabalho de Conclusão de Curso, no ano de 2024, pela primeira autora, sob orientação da segunda autora, o qual tinha como objetivo geral compreender se a ausência de participação dos usuários do CRAS influencia na compreensão destes a respeito da PNAS/2004 e no exercício de seus direitos.

² Universidade Estadual do Paraná - Unespar, e-mail: anna2014rita@gmail.com.

³ Universidade Estadual do Paraná - Unespar, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6569181255527327>. E-mail: kelen.bernardo@unespar.edu.br.



da Assistência Social (LOAS/1993), tem na participação e controle social um dos seus pilares. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que organiza a política de assistência social, tem caráter descentralizado e participativo, visa construir experiências em que a sociedade civil possa participar de forma propositiva e avaliativa das ações, programas, projetos e serviços desenvolvidos pela referida política, exercendo seu direito de participação e controle social. Entretanto, a efetivação desses direitos enfrenta resistências e limitadores enraizados na herança sócio-histórica da conformação do Estado brasileiro.

Este artigo tem como objetivo compreender a percepção dos usuários sobre a participação social no âmbito da PNAS/2004 e correlacionar como essa percepção influencia no acesso e no exercício de seus direitos. O estudo é de caráter qualitativo (Minayo, 2004) e fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental (Gil, 1994). Também é composta por pesquisa de campo realizada por meio do instrumento metodológico grupo focal, conforme Gatti (2005). A análise dos dados coletados foi realizada pelo procedimento da técnica de análise de conteúdo, pautada em Bardin (2016). O artigo está estruturado em três partes, além da introdução: inicialmente, apresentam-se reflexões teóricas sobre a participação social na política de assistência social e os desafios da efetivação do controle social; em seguida, são abordados os procedimentos metodológicos e, posteriormente, são discutidos os dados empíricos obtidos a partir do grupo focal realizado com usuários de um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) da cidade de Apucarana (PR), com ênfase nas percepções acerca da participação e do reconhecimento de direitos; por fim, nas considerações finais são tecidas reflexões sobre os achados da pesquisa com os limites e potencialidades da participação social como mecanismo de fortalecimento da cidadania no campo da assistência social.

A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO EM CONSTRUÇÃO: DO RECONHECIMENTO AO PROCESSO DE EFETIVAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 é um marcador no que se refere ao reconhecimento dos direitos sociais, em especial aos vinculados à Seguridade Social, como também para o processo de participação social, pois é guiada por princípios de descentralização e de participação, possuindo



instrumentos que possibilitam que a sociedade civil possa exercer seu papel, participando e controlando as ações estatais, a fim de um bem comum. Breder (2008), afirma que esse processo envolve um arcabouço de normas legais voltadas para a implementação de mecanismos de uma democracia participativa.

No que se refere aos direitos sociais, dentro do tripé da Seguridade Social, a Assistência Social foi reconhecida como direito para quem dela necessitar, a Saúde como direito de todos e dever do Estado e a Previdência Social para quem contribui. No campo da Assistência Social, a CF/1988, a elevou ao patamar de política pública, sobre a primazia da responsabilidade do Estado, visando transformar ações, antes desenvolvidas de maneira eventual, pontual e com caráter de benemerência, em efetivação de direitos sociais. Ao incorporar a Assistência Social à Seguridade Social, a CF/1988 inovou ao garantir esse direito a quem dela necessitar, independentemente de contribuição, estabelecendo um novo paradigma de gestão descentralizado e participativo. Boscari e Silva (2015) evidenciam que esse processo é marcado por conflitos e negociações entre a sociedade civil e o governo, uma vez que se trata de “um campo de forças entre concepções, interesses, perspectivas e tradições” (Sposati, 2009, p. 15). Seu processo de efetivação como política de direitos não escapa do movimento histórico entre as relações de forças sociais.

Não sem resistência, em 1993 a LOAS foi aprovada e estabeleceu princípios doutrinários e organizativos para a área, primando por princípios de democratização, descentralização e equidade (Boscari; Silva, 2015). Dando materialidade a LOAS, a PNAS/2004, aprovada em 2004, organiza-se com base nos níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Divisão gestada considerando a complexidade das vulnerabilidades e riscos sociais em que as famílias e indivíduos estão expostos, demandando programas, projetos, serviços e ações diferenciadas na busca de respostas às expressões da questão social. Tal dinâmica é pautada no fato de que realidades diferentes merecem tratamentos distintos, sempre enfatizando o papel do Estado no atendimento dessas famílias e indivíduos (Brasil, 2004). Considerando a dimensão da vida relacional como de suma importância, exigindo maior proteção devido aos ciclos da vida em que ocorrem maiores fragilidades como: a infância, a adolescência e a velhice. Portanto, a PNAS/2004 por meio do SUAS, deve afiançar segurança de acolhida, rendimento, desenvolvimento da autonomia, convívio ou convivência familiar e comunitária, apoio e auxílios (Brasil, 2004).

No nível da proteção básica, o CRAS constitui a principal unidade pública do SUAS, possui como objetivo atuar na prevenção de situações de risco e vulnerabilidades sociais, por meio do desenvolvimento e potencialidades dos indivíduos e famílias que são atendidos (Brasil, 2009). É a partir do mapeamento das necessidades e potencialidades destas famílias que os profissionais, da referida instituição, poderão atuar de maneira eficiente nas vulnerabilidades sociais existentes no território e prevenindo futuras vulnerabilidades sociais (Brasil, 2008). Esta unidade estatal e descentralizada, é responsável pela organização e oferta dos serviços da proteção básica, dada a capilaridade dos territórios no qual essas instituições se inserem, possibilitando o acesso de um grande número de indivíduos e famílias à rede de proteção social, sendo entendida como a porta de entrada do SUAS (Brasil, 2009). Também é responsabilidade do CRAS promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como ampliar o acesso aos direitos de cidadania dos usuários da PNAS/2004.

Os serviços ofertados por esta unidade devem ser planejados com base nos conhecimentos acerca do território de abrangência e dos bairros referenciados a ela, uma vez que o território representa muito mais que um pedaço de terra, trata-se de:

múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (Brasil, 2008, p. 54).

Logo o território não corresponde somente a uma porção de terra, trata-se de um local marcado pelas pessoas que ali vivem e se relacionam. Às características locais estão intrinsecamente ligadas às relações dos indivíduos que ali habitam e suas relações sociais são fatores que evidenciam as contradições e as desigualdades (Brasil, 2009). Compreender o território e trazer centralidade ao mesmo é um fator determinante para o entendimento e absorção das vulnerabilidades apresentadas.

Partindo da prerrogativa de que o CRAS, em sua maioria, é a porta de entrada da rede SUAS, optou-se por esta unidade para desenvolver o grupo focal com o intuito de compreender qual a percepção dos usuários sobre a participação social no âmbito da PNAS/2004 e qual o impacto no exercício de seus direitos.



O direito à participação, introduzido pela CF/88 como mecanismos de democracia participativa e controle social que permitem à sociedade civil participar e fiscalizar as ações estatais, é ratificado também na PNAS/2004. Assim, o exercício do poder não deve ser apenas pelo voto, mas também pela participação direta da população nos diversos espaços de participação e controle social, reforçando as experiências de democracia participativa. Carrion (2001) esclarece que a democracia participativa tem o sentido de incorporar na prática novos instrumentos de controle e participação social.

Bravo (2009) elucida que a concepção de participação social engloba a gestão de políticas por meio do planejamento e da fiscalização da sociedade civil, ou seja, é a interferência política da população e sociedade civil organizada em órgãos e serviços do Estado, os quais são responsáveis pela elaboração e gestão das políticas públicas. Por essa perspectiva, participação social está alinhado com a participação cidadã, não reduzida ao âmbito eleitoral, tratando-se do exercício de ser cidadão, de efetivar direitos já conquistados e utilizar os instrumentos institucionalizados para a conquista de novos direitos (Côrtes, 2003).

Ao abordar o conceito de participação, Lima (1979) o distingue em duas modalidades. A primeira é a participação passiva, que se refere ao acesso a recursos, bens e serviços próprios da sociedade capitalista industrial, como trabalho, alimentação, saúde, educação, previdência social, entre outros - direitos que deveriam ser garantidos constitucionalmente. A segunda modalidade, apresentada pela autora, é a participação ativa, caracterizada pela atuação efetiva de indivíduos e famílias, não apenas em questões relativas à sociedade em que vivem e estabelecem relações, mas, sobretudo, no envolvimento com o aparelho institucional, participando dos processos decisórios nos sistemas políticos, econômicos e sociais do país. O que nos leva a coadunar com as reflexões de Bravo (2009) de que a participação popular exige um trabalho amplo de capacitação, a fim de possibilitar uma intervenção qualificada e consciente, permitindo que as famílias reivindiquem seus direitos. Em especial, nos principais espaços de participação e controle social que são as conferências e os conselhos de políticas e de direitos.

ASPECTOS METODOLÓGICOS: O PERCURSO DA PESQUISA DE CAMPO



Diante da necessidade de compreender a temática trabalhada pela perspectiva dos usuários da política de assistência social, foi adotada a técnica do Grupo Focal como forma de coleta de dados, entendendo que ele contribui para a compreensão do objetivo elencado neste artigo. Esta modalidade de pesquisa, com caráter qualitativa, proporcionar a reunião de informações detalhadas a respeito de temas específicos, por meio da interação e comunicação do grupo de participantes selecionados. Minayo (2004), introduz este procedimento metodológico como uma forma dinâmica de extração de dados, bem como um método de estudo de um determinado grupo de pessoas e seus contextos. Este instrumento possibilita ao grupo, através de suas vivências, que encontrem novas possibilidades de aprendizado e retificação de seus veículos e repertórios (Gatti, 2005). Assim, esta técnica qualitativa possibilita proporciona ao pesquisador compreender a realidade na qual determinados grupos estão inseridos, possibilitando gama de informações diversas de um grupo fechado, pré-determinado, com ideias, opiniões e ações que contribuam para a produção de conteúdo do pesquisador (Gatti, 2005).

O grupo focal foi realizado na segunda quinzena de outubro de 2024 em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)⁴ no município de Apucarana-Pr. Buscado contemplar a dinâmica da instituição escolhida, optou-se por realizar o grupo focal com o grupo de acolhida, este que se trata de um atendimento coletivo destinado a apresentar os serviços da instituição para os usuários dos serviços da assistência.

Visando uma maior organização e aproveitamento de conteúdo, Gatti (2005) recomenda a participação de no mínimo 6 sujeitos e no máximo 12, deste modo foram convidadas 14 pessoas, das quais 12 compareceram. Optou-se pela utilização de nomes fictícios, conforme quadro a seguir, para preservar o anonimato dos participantes, conforme Despret (2011) discorre:

Quadro 1 -Sujeitos participantes do grupo focal

Nome	Idade	Sexo
Cravo	39	Homem
Crisântemo	29	Mulher
Margarida	23	Mulher
Lírio	23	Mulher
Cedro	65	Homem
Orquídea	32	Mulher
Begônia	65	Mulher

⁴ A escolha da instituição se deu pelo fato de constituir-se campo de estágio curricular II da primeira autora.

Moréia	44	Mulher
Petúnia	39	Mulher
Bromélia	Não informado	Mulher
Rosa	Não informado	Mulher
Dália	Não informado	Mulher

Fonte: Elaborado pela primeira autora com base na pesquisa empírica (2025).

Com 30 minutos de antecedência o espaço no qual o grupo foi realizado foi organizado, juntamente com uma mesa na qual seriam servidos um lanche ao final do grupo. As cadeiras foram organizadas em um formato circular com o objetivo de tornar o diálogo entre os participantes mais confortável. Para gravação dos áudios desta pesquisa, contou-se com três diferentes aparelhos de gravação, contou-se também com o auxílio da assistente social da instituição para contribuir com a coleta de dados.

Ao início do grupo focal, ocorreu uma breve apresentação das profissionais presentes, e foi reforçado o objetivo do grupo, onde todos assinaram um termo de consentimento, no qual os participantes concordaram em ceder os direitos de seus depoimentos para fins de pesquisas. Os participantes foram informados que seus depoimentos seriam gravados e que seus nomes não seriam divulgados e diante disto aceitaram participar. O grupo focal obteve a duração de 33 minutos de discussão, do qual se utilizou de perguntas pré-estruturadas para nortear e incentivar o debate entre os participantes do grupo.

AUSÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E SEUS IMPACTOS SOBRE O CONTROLE SOCIAL E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Diante dos dados organizados e sistematizado resultantes do grupo focal, pode-se analisar que há desconhecimento sobre a dimensão da participação por parte dos integrantes, pois no início do debate, uma participante afirmou não saber responder sobre as questões relativas à participação: *“Eu não sei de nada, não sei falar nada da minha cabeça”* (Crisântemo, 29 anos). Padilha (*apud* Bernardo, 2010), expõe que determinados costumes são construídos no cotidiano e inseridos no dia-a-dia dos indivíduos, esses costumes passam a ser reproduzidos por tais indivíduos, e através disto se constrói valores e uma consciência social. Diante deste relato pode-se compreender que, muitas vezes,



os usuários da política de assistências não sentem que possuem conhecimento e propriedade para debater determinados assuntos, ou seja, não se sentem autorizados a verbalizar suas opiniões por entenderem que desconhecem a dinamicidade da política em questão.

Interessante frisar que, dos 12 participantes, apenas 2 eram do sexo masculino. Fritzen (2015), destaca que às normativas da política de assistência propõem a família como locus privilegiado na condução da proteção social básica. Porém, faz-se necessário compreender que, dada a formação sócio-histórica brasileira, entende-se que há uma naturalização da divisão sexual do trabalho onde “a atenção, socialização e os cuidados da reprodução ou autoprodução, é a mulher-mãe-esposa-dona-de-casa. O pai-marido, sendo ou não provedor, tende a ser um pai ausente da reprodução e da paternagem dos filhos e filhas” (Arrazola, 2010 *apud* Frizen, 2015, p. 240). Diante disto, a mulher é entendida como mediadora dos conflitos, a partir do papel de gênero que lhe é atribuído, sendo compassivas, cuidadoras e pacientes. São elas que, na grande maioria das vezes, são chamadas a comparecer nas diversas políticas como saúde, educação e em especial na política de assistência social, reforçando os papéis sociais de gênero e responsabilização das mesmas pelo cuidado. Soma-se a esse contexto a faceta do recorte de gênero no fenômeno multifacetado da pobreza, pois estudos já evidenciam que uma parcela expressiva de pessoas em situação de pobreza é composta por mulheres, o que implica no processo de “feminização da pobreza”, pois a percepção de que “a pobreza tem um rosto feminino é bastante difundida no mundo” (Costa *et al.*, 2005, p. 7).

Diante dessa atmosfera do cuidado juntamente ao fato de que o maior número de empregos disponibilizados para as mulheres são informais, precários ou temporários, esses cargos ocupados por mulheres em sua maioria não exigem alta qualificação, tornando os salários inferiores (Guarda, 2023), deste modo as mulheres que são responsáveis e responsabilizadas por comparecer aos programas, serviços e benefícios assistenciais.

Os participantes foram perguntados se sabiam qual era o papel do CRAS. A maioria respondera que se tratava de uma “ajuda”. A resposta de Crisântemo é exemplificadora ao iniciar o debate dizendo “*Aí eu acho que o CRAS é uma ajuda, o Bolsa ajuda bastante também*”. Somente Cedro, o mais velho do Grupo, disse “*O CRAS trata-se de um benefício social*” (Cedro, 65 anos). Eufrazio (2015), expõe sobre os impactos causados pela visão conservadora da assistência social que ainda reflete nos direitos dos usuários, uma vez que o passado filantrópico, faz com que os usuários



tenham dificuldades em se reconhecer como cidadão e sujeito de direitos. Nota-se que este ranço assistencialista, juntamente a exposição destes usuários a vulnerabilidades sociais e riscos que estão ligados a manutenção destas famílias, dificulta com que os mesmos se organizem e reivindiquem seus direitos. Essas questões influenciam a construção de direitos, fazendo com que o direito seja entendido como uma ajuda.

Se tratando de heranças históricas e ranços a serem superados, a formação sócio-histórica brasileira dita relações até a contemporaneidade, o conceito de cidadania regulada de Santos (1979 *apud* Moreira; Santos, 2020), nos explica que os usuários possuem dificuldades em se reconhecer como cidadãos de direito, pois poucas décadas a traz, muitas profissões não eram reconhecidas pelo Estado. Os indivíduos e famílias que não estavam vinculadas às profissões regulamentadas (a grande maioria da população), não possuíam direitos básicos como o da assistência à saúde, pois tais direitos estavam vinculados ao direito do trabalho formal e regulamentado pelo Estado. Os trabalhadores informais e/ou que exerciam atividades não regulamentadas, não eram vistas como cidadãos, muitos deles em decorrência de suas vulnerabilidades, sequer estavam inseridos no mercado formal de trabalho, ou seja, nesse contexto era considerado cidadão somente aqueles que estavam inseridos no mercado formal de trabalho com profissões regulamentadas pelo Estado. Entende-se que essa herança histórica tem influência ainda atualmente na forma como os usuários percebem e entendem os direitos sociais.

Durante as reflexões tecidas durante o grupo focal, nota-se novamente o discurso voltado para a ajuda: “*a assistência social é bom, nos ajuda*” (Moréia, 44 anos). A partir desta fala, é possível debater algumas questões. Paiva, Carraro e Rocha (2010), expõe que a América Latina é marcada por um legado de precarização das políticas sociais, assentada no regime neoliberal, há uma contenção nos gastos com as políticas sociais e omissão do Estado em relação ao debate deste tema. Os indivíduos, participantes da pesquisa, não concebem os serviços vinculados à política de assistência social como um direito. Em decorrência disso, não conseguem distinguir alguns conceitos, pois como a política, na percepção deles, trata-se de uma “ajuda”, logo, o oferecido é o suficiente, não cabendo a eles questionar o que está sendo “dado”. Visualiza-se assim, na concretude empírica, a forte presença histórica da apreensão da assistência social ainda pela dimensão da benemerência.

Ao serem questionados sobre a participação social e controle social, nenhum dos participantes souberam dizer do que se tratava. Quando foi explicado sobre os conceitos de participação social e controle social, foram unânimes os relatos de que não sabiam se tratar de um direito: *“eu nem sabia que eu podia fazer isso”* (Lírio, 23 anos). Todos os participantes afirmaram que nunca participaram de discussões do gênero em ambientes formais. Porém, afirmaram que se fossem informados-convidados teriam vontade de participar.

O conceito de controle social e participação social, está relacionado a materialização da luta da sociedade civil no Estado em busca da plena concretização de seus direitos, (Bravo 2009). Entretanto, se as informações não forem socializadas, os usuários não se organizarão como classe. A participação nesses espaços está diretamente relacionada ao processo de construção de relações democrática, as quais visam a socialização de informações e construção de experiências participativas nos processos decisórios.

Em um exercício hipotético, os participantes foram convidados a imaginar um cenário no qual os mesmos foram convidados a debaterem acerca de seus direitos. Após isto, foram questionados se conseguiriam participar desta discussão de maneira efetiva. Como resposta, muitos dos participantes disseram que as tarefas do cotidiano como o cuidado de familiares em enfermo, cuidados dos filhos e o trabalho os impediriam de participar destas discussões.

Autores como Lima (1979) denunciam a falta de participação social dos usuários como uma forma de marginalidade. A autora expõe que a não participação destes usuários é resultante do próprio sistema capitalista, uma vez que a não participação é conveniente para a manutenção do sistema capitalista. A não participação influencia diretamente na não organização destes grupos e uma classe que não se organiza não tem potencial revolucionário. Em contextos de vulnerabilidade social, é notório o baixo poder de organização da comunidade, uma vez que as dificuldades e marginalidades são questões mais complexas a serem superadas, (Lima, 1979). Diante disto, para que o controle democrático se concretize é de suma importância que a sociedade civil se organize institucionalmente, para que assim os mesmos reconheçam a importância em participar das decisões da coisa pública, desde modo os mesmos experienciam vivências e processos que resultaram na tomada de consciência de seus direitos, a princípio garantido por lei, podendo assim, reivindicá-los, (Bravo, 2009).



Conforme descrito acima, um dos fatores que dificultam a efetivação da participação social e do controle social está ligado à dinâmica da sociedade capitalista em que a lógica atual está impregnada pelos preceitos do neoliberalismo. Este que adota o conceito de sujeito-empresarial onde o indivíduo é culpabilizado pelo seu fracasso (Dardot; Laval, 2016). Em tal contexto sócio-histórico, reforça-se a cultura de não reivindicação presente no contexto nacional, pois se o indivíduo é responsável por si, uma vida de plena concretização de direitos se dará pela via do mérito próprio e não por garantia do Estado.

É válido ressaltar que durante todo o debate, houve somente um participante que sinalizou entender a assistência como um direito, fora do âmbito da ajuda. Na dinamicidade da realização do grupo focal, por algumas vezes, houve distrações que fugiram do tema trabalhado. Porém, tais distrações serviram de material de análise, como o fato de alguns participantes destacaram que o direito ao acesso à saúde e à educação não eram plenos: *“a pessoa morre e o exame não chega”* (Petúnia, 39 anos); *“não há acesso à saúde e a educação, não tem remédio no posto”* (Moréia, 44 anos). Ao discutirem sobre estas políticas pela perspectiva do direito, notou-se que os mesmos entendiam a educação e saúde como um direito, bem como sentia-se à vontade para avaliar a oferta destes serviços e o acesso de seus direitos por meio da “coisa pública”. Fato que demonstra que para os participantes deste grupo focal, a política de assistência continua descolada da esfera do direito social, isso se complexifica ainda mais quando se trata da esfera da participação e controle social.

A participação, legalmente, é entendida e reivindicada como um direito socioassistencial, que por sua vez promove a autonomia e o exercício da cidadania. Entretanto, a herança histórica assistencialista, faz com que a filantropia, antes caracterizada como ação da assistência, na qual os “coitados” que dela utilizam precisam de alguém que se pronuncie por eles, pois não estavam autorizados a verbalizar suas necessidades. É urgente vivências que possibilitem construir uma narrativa a qual haja a construção de mecanismos que promovam e resgatem a participação social dos usuários como protagonistas de seus direitos (Brasil, 2005).

Ou seja, enquanto as ações da política de assistência ainda foram confundidas e entendidas como “ajuda” e não como direito, o acesso dos usuários, bem como a participação destes, será precária e frágil. Para tanto, entende-se que a compreensão e a internalização dos direitos passam pela experiência cotidiana no processo de acesso e uso dos serviços vinculados aos direitos. Como



identificou-se nos relatos, para os participantes do grupo focal, a educação e a saúde já são reconhecidas pela esfera dos direitos de cidadania. Embora na percepção dos usuários, ainda não se reconheça a política de assistência social como um direito social, a garantia de acesso aos benefícios e serviços, alinhada à perspectiva do direito, tem potencialmente para a construção futura de novas experiências que fomentem a percepção e a internalização da política de assistência como um direito social, vinculado aos direitos de cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões tecidas no presente estudo foi possível compreender que o marco constitucional de 1988, a qual representa avanços históricos no âmbito dos direitos sociais, incorporando novos instrumentos de controle e participação social, em que a sociedade civil é convidada a participar da “coisa” pública por meio dos três poderes. Entretanto, observou-se que ao se tratar de uma gestão participativa são notórios os desafios para a concretização do controle e participação social. Com base nas análises dos dados empíricos, evidencia-se a ausência de participação dos usuários no âmbito do CRAS, influenciando na compreensão da PNAS/2004 como um direito garantido constitucionalmente. Consequentemente, os serviços acessados pelos usuários ainda são percebidos pela lógica do favor, da benemerência, tratando-se de uma “ajuda”, como nos informaram os participantes do grupo focal.

Dentre os desafios para a efetivação da participação no âmbito da política de assistência social, podemos apontar o próprio regime neoliberal que utiliza-se de sua hegemonia com conceitos como sujeito-neoliberal e Estado-empresarial para “politizar” e “educar” a população aos ideais de antipolítica. O resultado é que a população não se sente parte do aparato político, juntamente a essa hegemonia nota-se que a própria formação sócio-histórica brasileira contribuiu para a não cultura de participação, forjando um perfil sujeito que não se identifica e não se interessa com o aparato público.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.



BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva. **A aceitação social do trabalho infantojuvenil na experiência social cotidiana das mães dos adolescentes participantes do projeto jovem aprendiz no município de Ponta Grossa-PR.** 2010. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.

BOSCARI, Marilene; SILVA, Fátima Noely da. A trajetória da assistência social até se efetivar como política social pública. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde**, v. 4, n. 1, p. 108-127, 2015.

BRASIL, **Orientações técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. **20 anos da constituição cidadã:** avaliação e desafios da seguridade social. Brasília 2008. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras_pesquisas/a%20constituio%20cidad%20e%20a%20institucionalizao%20dos%20espaos%20de%20participao%20social.pdf.

Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica da Assistência Social:** NOB/SUAS. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social:** PNAS/2004. Brasília: MDS, 2004.

BRAVO, Maria Inês Souza. O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático. *In:* CFESS; ABEPSS (Orgs.). **Serviço social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEAD; Ed. UnB, 2009.

BREDER, Jane Carvalho. **Controle social:** um modelo em construção: contribuição do Tribunal de Contas da União. Brasília, 2008. Disponível em: http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/biblioteca_tcu/biblioteca_digital/controle_social_um_modelo_em_construcao_contribuicoes_do.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

CARRION, Eduardo Kroeff Machado. A respeito da democracia participativa. *In:* **Estudos de direitos constitucionais:** homenagem a Paulo Bonavides. São Paulo: LTR, 2001.

CÔRTES, Sara da Nova Quadros. **Controle social do Estado como estratégia de emancipação e qualificação da democracia:** uma reflexão teórica a partir dos grupos de cidadania da diocese de Barra-Bahia. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

COSTA, Joana Simões; *et al.* **A face feminina da pobreza:** sobre representação e feminização da pobreza. Brasília: IPEA, 2005.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESPRET, Vinciane. Leitura etnopsicológica do segredo. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 23, n. 1, p. 73-92, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922011000100002>. Acesso em: 22 de abr. 2025.

EUFRASIO, Amanda. Expressões do conservadorismo no serviço social brasileiro: um estudo sobre o trabalho com famílias na assistência social. *In:* SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

(Trabalho e Política Social), **Anais [...]**, 2015, Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_112.pdf . Acesso em: 7 maio 2025.

FRITZEN, Juliana Pires. A feminilização da Assistência Social: discutindo gênero e sua interface com a proteção social. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (Trabalho e Política Social), **Anais [...]**, 2015, Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_036-3.pdf . Acesso em: 17 abr. 2025.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GIL. Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GUARDA, Evelyn Taiuane Sonnenstrahl. **Identificação e comportamento da feminização da pobreza no Brasil e no México (2000-2010)**. 2023. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria (RS), 2023.

LIMA, Sandra Amêdola Barbosa. **A participação social no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 1979.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004. p. 9-30.

MOREIRA, Marcelo Sevaybricker; SANTOS, Ronaldo Teodoro. Cidadania regulada na Era Vargas: interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos e sua fortuna crítica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 71, p. 539-558, set-dez, 2020.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da teoria marxista da dependência. **Ser Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, 2010. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12702. Acesso em: 27 abril. 2025.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: BRASIL. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS; UNESCO, 2009. p. 13-17.

**A POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA
BRASILEIRA: AVANÇOS E DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO**

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

ANA PAULA DE MAGALHÃES LEITE¹

RAQUEL CRISTINA LUCAS MOTA²

RESUMO: O presente artigo trata do debate sobre a política de educação superior no Brasil nas universidades públicas, com destaque para como a extensão se desenvolveu durante os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2014) e como ela se modificou na implementação da sua curricularização. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados demonstram a expansão da política de extensão num governo de coalisão classista, mas que não fortaleceu a indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa. Entre 2016 a 2025, a extensão passou por mudanças significativas, de modo a se implementar a extensão curricularizada, no sentido de realizar aproximações cada vez mais qualitativas e dialógicas com a sociedade e o território.

Palavras-chave: Educação, extensão universitária, universidade pública, curricularização, financiamento.

ABSTRACT: This article addresses the debate on higher education policy in Brazil at public universities, highlighting how extension developed during the governments of the Workers' Party (2003-2014) and how it changed in the implementation of its curricularization. The methodological procedures used were bibliographic and documentary research. The results demonstrate the expansion of extension policy in a government of class coalition, but which did not strengthen the inseparability between extension, teaching and research. Between 2016 and 2025, extension underwent significant changes, to implement curricular extension, in order to carry out increasingly qualitative and dialogical approaches with society and the territory.

Keywords: Education, university extension, public university, curricularization, financing.

INTRODUÇÃO

O presente artigo que se apresenta trata sobre a política social de educação – com foco na educação superior – e sobre como a extensão universitária se organizou nas universidades públicas no Brasil, durante os anos de 2003 a 2016, destacando a inclusão de atividades de extensão no

¹ Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Doutora em serviço social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail institucional: ana.magalhaes@ufvjm.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/5835337334812577>.

² Docente associada do curso de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail institucional: raquel.lucasmota@ufvjm.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/3195133365600672>.



currículo dos cursos de graduação (curricularização da extensão), tornando-as parte integrante da formação dos estudantes e não apenas atividades complementares.

A temática da extensão universitária vem ao longo dos anos sendo objeto de pesquisas, especialmente sobre sua concepção e função na educação superior brasileira. Ao longo de sua história, conforme apontou Sousa (2000, p.11), a extensão universitária foi associada a “proposições individuais, sem maiores cuidados com uma construção teórica. Há uma variação sobre seu entendimento, na dependência direta dos interlocutores que se encontram pelo caminho.”. É importante destacar, no entanto, que o período da década de 1980 representou, segundo Nogueira (2002) um avanço muito significativo para a construção e institucionalização da extensão universitária, com definição mais precisa de seu conceito. Alguns fatores contribuíram para tal avanço, sendo, um deles, a luta de movimentos sociais por uma educação superior pública, gratuita e de qualidade, como o caso do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) e a atuação de Fóruns importantes, como o Fórum de Pró-Reitores de extensão das Instituições de Educação Superior (FORPROEX)³, na defesa da extensão universitária enquanto um importante elemento acadêmico, indissociável da pesquisa e do ensino.

Essa luta levou a extensão universitária a ser reconhecida na Constituição Federal de 1988, no artigo 207, como um dos componentes indissociáveis do tripé acadêmico, juntamente com o ensino e a pesquisa, na universidade pública brasileira. Nesse sentido, a partir de 1988 travou-se uma luta pela efetivação da institucionalização da extensão universitária, e, na qual, o FORPROEX teve um papel muito relevante, tendo em vista que nos seus Encontros Nacionais⁴ realizados semestralmente desde 1987, os debates acerca, não somente do conceito de extensão universitária, como também, em

³ O FORPROEX é uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometido com a transformação social, para o pleno exercício da cidadania e fortalecimento da democracia. São membros, com direito a voz e voto, os Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos equivalentes das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira. (FORPROEX, 2010). O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras congrega representantes das instituições públicas brasileiras, sendo que do total das 298 instituições públicas, divulgadas pelo levantamento do Censo de 2014, 111 são universidades, e destas cem participam do Fórum, ou seja, 90% delas. Outras quarenta são Institutos Federais e Centros Federais Tecnológicos, sendo que dezesseis deles participam do Fórum, perfazendo um índice de 40%. Por fim, há 147 Centros Universitários e Faculdade, sendo que seis deles compõem o FORPROEX, 4% do total deles. Os dados sinalizam uma significativa representatividade das instituições públicas de ensino superior brasileiras no Fórum de Pró-reitores de Extensão (Brasil, 2014).

⁴ As informações sobre os Encontros Nacionais promovidos pelo FORPROEX, anualmente até 2010 e semestralmente após 2010, desde sua criação em 1987, estão disponíveis em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>.



torno de sua função dentro da educação superior brasileira, foram constante; e levaram ao conceito de extensão universitária defendido pelo FORPROEX desde então, que caracteriza a extensão universitária como “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.”. (FORPROEX, 2012, p.15).

Nesse movimento de institucionalização da extensão universitária, enquanto tripé acadêmico, juntamente com o ensino e a pesquisa, chamou atenção de Leite (2023), o período entre 2003 e 2016, que correspondeu aos governos de partido dos trabalhadores, porque correspondeu ao momento de criação do Programa de Extensão Universitária – PROEXT, em 2003, que levou à um aumento do financiamento para a extensão universitária, por meio de recursos advindos dos editais PROEXT⁵, de 4,5 milhões em 2003 para 44,10 milhões em 2016, como também um aumento dos programas e projetos financiados, com elevação do número de ações, que passaram de 100 ações em 2003 para 3314 em 2016, e ainda, um aumento de áreas temáticas financiadas, com inserção de temas como violência contra a mulher, racismo, gênero, etc. Ainda nesse período dos governos do partido dos trabalhadores, chamou atenção a elaboração e aprovação de documentos importantes, que impactaram na Política de Extensão Universitária, como a Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU) de 2012 e a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, construída pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), dentre outros.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NESTE CONTEXTO

A política de educação superior no Brasil reflete um campo de disputa permanente entre diferentes projetos societários. Ao longo dos últimos anos, sobretudo nos últimos 10 anos – 2016 a 2025 - essa política tem oscilado entre perspectivas voltadas à democratização do acesso e pressões por uma lógica mercantilizada da educação. Nesse processo, a extensão universitária assume um

⁵Os editais PROEXT estão disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/235-programas-e-aco-es-1921564125/proext-programa-de-extensao-universitaria-1806153218/12243-editais>.



papel central na afirmação da função social da universidade pública, conforme previsto constitucionalmente.

Após o período de retração de investimentos e de ataques à autonomia universitária durante o governo Bolsonaro, os anos seguintes foram marcados por tentativas de reestruturação e recomposição do orçamento das universidades federais. A partir de 2023, com a mudança no cenário político, foram retomadas pautas relativas ao fortalecimento do ensino superior público, à valorização dos docentes e técnicos e à ampliação do acesso via programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Fies e a Lei de Cotas (Brasil, 2012).

A retomada da valorização do ensino superior também envolveu esforços para revisar o modelo de financiamento das universidades e institutos federais, assim como políticas de assistência estudantil mais robustas, especialmente frente à ampliação do perfil dos estudantes, cada vez mais diversos social e racialmente. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2023, houve aumento na participação de estudantes negros, indígenas e de baixa renda em instituições públicas, o que exigiu um redesenho das políticas de permanência (INEP, 2024).

Entretanto, a expansão da educação superior privada — que representa mais de 75% das matrículas — permanece como uma característica estruturante do sistema brasileiro, e isso tem implicações diretas na qualidade do ensino, na precarização do trabalho docente e na ausência de uma formação crítica comprometida com os interesses sociais (Cislaghi, 2018). Esse cenário evidencia uma dualidade entre um setor privado voltado à lógica de mercado e um setor público tensionado entre a excelência acadêmica e os desafios da inclusão social.

A extensão universitária, conforme define a Constituição de 1988 e a LDB (Lei nº 9.394/96), integra-se ao tripé ensino-pesquisa-extensão, constituindo-se como mediação entre o saber acadêmico e os saberes populares, práticas sociais e realidades territoriais. Historicamente, a extensão no Brasil emerge de experiências de educação popular, como as de Paulo Freire, e de movimentos de base da década de 1960 (Gadotti, 2017). Contudo, apenas nas últimas décadas sua institucionalização passou a ser efetivamente reconhecida nas políticas educacionais.

Em 2025, o Ministério da Educação, em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República, publicou a Portaria Interministerial nº 192, instituindo o documento “Extensão em Participação Social”, que reforça a dimensão político-pedagógica da extensão como espaço de exercício da cidadania e de construção coletiva do conhecimento (MEC, 2025). O documento destaca



que a extensão deve ser orientada por princípios como territorialidade, intersetorialidade e educação popular, reconhecendo os sujeitos sociais como coautores dos processos formativos.

Embora a normativa legal avance em termos de reconhecimento da extensão, a sua implementação efetiva enfrenta obstáculos como a falta de recursos, de formação docente específica e de articulação com os territórios. Muitas instituições ainda tratam a extensão como atividade complementar, desprovida da intencionalidade pedagógica transformadora que lhe é própria. O avanço da curricularização da extensão, nesse contexto, representa uma disputa pelo currículo, pois implica incorporar vivências, problemas e sujeitos historicamente marginalizados. Mais do que um instrumento de inserção social, a extensão passa a ser também campo de resistência e de produção de epistemologias contra hegemônicas.

A POLÍTICA DE EXTENSÃO ENTRE 2003 E 2016 E OS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO

Com objetivo de compreender os embates e projetos em disputa no âmbito da política de educação superior no Brasil, na tentativa de compreender qual foi a política de extensão que resultou dos projetos em disputa, considerando as correlações de forças de um governo de coalisão classista a análise dos documentos possibilitou compreender, a partir de Leite (2023), que a extensão universitária teve, durante os governos do partido dos trabalhadores um momento de expansão, articulada a uma política de expansão da educação superior, proposta por tal governo, que priorizou uma reforma da educação superior, realizada por meio de decretos e leis, como a Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), a Lei 11.079 de 30 de dezembro de 2004, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, o Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que propõe, conforme seu artigo 1º: “ criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, no nível de aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.”. (Brasil, 2007), dentre outros.

Em relação à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a análise apontou, de acordo com Leite (2023), que a extensão universitária durante os governos do Partido dos Trabalhadores não conseguiu afirmar a relação de indissociabilidade com o ensino e a pesquisa,

conforme garantido legalmente no artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Para a autora, baseada em Fernandes (1975), isso ocorre devido ao modelo de universidade no Brasil que é um modelo não universitário, elitista e baseado em um conglomerado de faculdades, que se aprofunda com a inserção dependente e subordinada do Brasil no capitalismo imperialista, nos anos 1960, agravando também o que Leher (2018) denominou de heteronomia cultural.

Nesse sentido, considerando-se que a universidade brasileira foi forjada em um modelo não universitário é possível inferir que é uma universidade que não privilegiou, porque os governos não privilegiaram em suas políticas educacionais ao longo de sua história, um forte investimento em pesquisa e extensão, e, portanto, não avançou em relação ao fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (Leite, 2023, P.362).

Em todo o mundo ganhou força o movimento de subordinação da universidade, ao processo de acumulação de capital, e Chauí (2003) assinalou que uma das mais graves mudanças foi o processo no qual as mudanças, que foram empreendidas, podem converter as instituições em organizações, tendo em vista que, a universidade:

Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas/aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios, etc. [...] A docência é pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois se tornam, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis; ou como correia de transmissão entre pesquisadores e treino para novos pesquisadores. Transmissão e adestramento. Desapareceu, portanto, a marca essencial da docência: a formação. (Chauí, 2003, p.7 apud Leite, 2023, p.362-363).

As universidades foram subordinadas a lógica de mercantilização dos serviços públicos, e, através das orientações empreendida pelas medidas neoliberais, pós década de 1990, proliferou um modelo de educação híbrido, com maior flexibilização institucional, sendo que algumas instituições seriam voltadas para a pesquisa, e algumas para o ensino, com foco em formação de indivíduos para o mercado de trabalho. Sobre tal questão, Borges (2010) afirmou que as orientações e diretrizes do Banco Mundial para educação nos países periféricos eram bem claras, e se direcionavam para o fato de que às universidades caberiam a investigação básica e às outras instituições a investigação aplicada. É possível identificar, segundo a autora, que, a universidade voltada para a pesquisa seria



custosa e não atenderia à necessidade de progresso dos países subdesenvolvidos. Leher (2018) ao analisar o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, a Lei nº 13.243/2016, apontou que:

A sujeição da universidade, ou de grupos específicos, aos interesses particularistas reconfigura radicalmente o *ethos* acadêmico, retirando dele o conceito forjado ao longo dos anos de uma universidade como um espaço público de produção e socialização de conhecimento e que se compromete com os problemas e questões dos povos, para torná-la locus de produção de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho. Esse movimento aprofunda a heteronomia cultural, subjugando a universidade aos interesses do capital e cada vez mais impossibilita a indissociabilidade entre o ensino, que se volta especificamente para a formação de mão-de-obra e qualificação de capital humano para o mercado de trabalho, a pesquisa universitária, que tem parte do capital humano, por meio, principalmente, da Lei de Ciência e Tecnologia voltada para atender aos interesses de grupos particularistas, e a extensão universitária, com a função de realizar a interlocução e articulação da universidade com a sociedade, mas que precisa realizar esse movimento de construção coletiva de conhecimento entre a universidade e a sociedade, tendo que lidar com a mudança drástica das funções dessa universidade, que subjugada aos interesses do capital, tem seu *ethos* universitário reconfigurado, e não conseguindo manter o conceito de espaço público de produção e socialização de conhecimento. (Leher, 2018 *apud* Leite, 2023, p.363).

O que Leite(2023) observou das análises dos documentos sobre a Política de Extensão Universitária foi que a Política de extensão nos governos do Partido dos Trabalhadores, embora tenha conseguido alcançar um patamar de destaque, com aumento de financiamento via editais, e projetos e programas financiados, de ações realizadas e temas abordados, não conseguiu, dentro deste modelo de educação não universitário e com perfil de flexibilização institucional, conforme apontou Leher (2018), não alcançar esse patamar de destaque pela via da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Em grande medida isso não aconteceu porque ensino, pesquisa e extensão “são regidos por lógicas distintas no campo da educação superior dentro desse modelo não universitário”.

Em relação ao PROEXT, a análise dos editais evidenciou que houve um aumento do investimento financeiro entre 2003 e 2016, com a retomada do programa. Esse aumento foi significativo, pois passou de R\$4,5 milhões, em 2003, para R\$44,10 milhões, em 2016. Nesse mesmo período houve também um aumento no volume de ações de extensão desenvolvidas, especialmente aquelas que compõem os programas e projetos financiados pelo PROEXT, que passaram de 100 ações em 2003 para 3.334 em 2016, conforme registrado no Sistema Nacional de Informações de Extensão (SIEX/UFMG). Destaca-se ainda, que, em função do aumento do financiamento e das ações, novas áreas temáticas passaram a ser financiadas, como a questão do racismo, da mulher, juventude, dentre outras.



É importante destacar, conforme apontou Leite (2023), que essa expansão da extensão universitária, como não foi feita pela articulação com o ensino e a pesquisa, acabou por colocá-la como mais um mecanismo propiciador da expansão da educação superior nos governos do Partido dos Trabalhadores, e, portanto, de forma subordinada aos interesses do capital financeiro, ela não consegue possibilitar qualquer rompimento com a estrutura heteronômica e dependente da universidade no Brasil, pelo contrário, acabou por aprofundá-la.

Outro elemento que corrobora para a afirmação acima, segundo a autora, é o fato de que os editais PROEXT usam o financiamento para reforçar uma perspectiva gerencialista/neoliberal de políticas e programas por adesão. Ou seja, a lógica gerencial, utilizada no setor privado, foi sendo implantada no setor público com o discurso da eficiência dentro dos serviços públicos e de setores da administração pública. Para tanto, Dourado (2002) afirma que houve mudanças profundas na gestão do Estado, acompanhadas por normas e conceitos que são a expressão da corrente gerencial no Brasil. Behring (2003) afirma que houve a inserção de conceitos da área empresarial dentro da administração do Estado, como a questão de definição de objetivos, cobrança de resultados, autonomia na gestão de recursos financeiros e materiais, dentre outros. Áreas antes de administração exclusiva do Estado como a saúde e educação passaram a contar com a inserção desses elementos competitivos, sendo os mais comuns, a avaliação, o financiamento, currículos.

A introdução desses elementos, segundo Leite (2013), a partir da análise do PROEXT e dos documentos sobre extensão universitária no Brasil, impactou diretamente na autonomia universitária. Sobre a autonomia universitária, Chauí (2003) a define como aquela que estabelece as regras mínimas para a garantia da autogestão do assunto relativos à atuação da universidade, especificamente em relação às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para a autora, para garantir a autonomia numa universidade é preciso que se realize um movimento mais democrático da gestão e organização desta universidade, incluindo autonomia institucional, que consiste na autonomia em relação aos governos, a autonomia intelectual, inclusive em relação às imposições de empresas e financeiras, e também a autonomia da gestão financeira, o que possibilita enviar recursos para necessidades locais, seja de pesquisa e da docência.

Ao compreender a autonomia por esse prisma, o desafio é o de romper com o que Saviani (2020) afirmou quando analisou a universidade brasileira, que seria o fato de que nosso sistema



universitário, ao longo da história, se submeteu, tanto ao poder do governo, quanto ao poder da igreja, e, portanto, sua autonomia sempre ficou debaixo do poder destas instituições.

O que se evidenciou da análise dos documentos foi que há evidentes mecanismos de controle, que reforçam a lógica gerencialista, associada ao movimento de submissão da educação superior brasileira à lógica de mercado. Há evidente interesse em submeter, por exemplo, a dotação orçamentária global a critérios de avaliação quantitativa, o que o ANDES (2004) afirmou tratar-se de um movimento de tornar a lógica da política baseada em grandes centros de excelência e submetê-la a lógica do empresariamento do poder público.

Para Leite (2023), devido à grande fragmentação e instabilidade da previsão de recursos via editais, as ações de extensão ficam ameaçadas em sua continuidade e ampliação, o que, poderia ser solucionado se fosse considerado o que a Política Nacional de Extensão Universitária – PNEU de 2012, apontou em relação a necessidade de algumas ações para garantir um orçamento específico para a extensão universitária, como, a necessidade de que a extensão universitária fosse incluída nos Planos Plurianuais do Governo Federal, porque assim as ações seriam planejadas a longo prazo e se garantiria a continuidade do orçamento, não deixando-o à mercê da gestão governamental, que pode, a qualquer tempo, cortar recursos e não garantir a realização dos editais PROEXT.

Sobre tal questão, é possível identificar que no ano de 2016, no governo de Michel Temer, com a aprovação da Emenda Constitucional nº19, houve o congelamento dos recursos para a educação e saúde, por 20 anos, e, com isso, a paralisação dos editais PROEXT. Ficou evidente a fragilidade do orçamento da extensão via edital, e, a necessidade do que a PNEU de 2012 vem defendendo em consonância com o Plano Nacional de Extensão Universitária, de 2001, que é a instituição de orçamentos universitários plurais autônomos, o que incluiria a extensão universitário no orçamento das universidades públicas. (FORPROEX, 2012). A PNEU vem sugerindo também, a criação de um Fundo Nacional de Extensão, com o propósito de alocar recursos provenientes de órgãos públicos, como agências de fomento.

Segundo Leite (2023), os editais PROEXT sinalizam para a inclusão da extensão nos Planos Plurianuais, mas apesar disso, analisando as legislações específicas, incluídas em sua pesquisa sobre a extensão nos governos do Partido dos Trabalhadores, não foi possível identificar qualquer tipo de ação no sentido de criação de um Fundo Nacional de Extensão Universitária, para alocação de recursos advindos de órgãos públicos, e também nenhuma medida em relação a um orçamento



específico para a extensão universitária. Apesar disso, o que se identificou nos documentos analisados foi uma abertura, dentro do financiamento público para a extensão universitária, para a captação de recursos privados, o que chama a atenção para o que foi apontado na PNEU de 2012, que é a necessidade de observar a origem dos recursos, mas também a utilização deles de acordo com o conceito, diretrizes e princípios da extensão universitária. (FORPROEX, 2012).

A inserção do orçamento privado para financiar a extensão fere a luta dos movimentos e Fóruns de extensão universitária, como o caso do FORPROEX, porque esses lutam por uma dotação e um fundo próprio com recursos para desenvolvimento de ações de extensão por parte de recursos advindos do poder público, e essa questão da privatização fere a autonomia das universidades para a gestão financeira de seus recursos e pode interferir na continuidade e fortalecimento das ações de extensão e também da possibilidade de desenvolver uma relação com a pesquisa e o ensino. Essa inserção de recursos privados, inclusive em relação à extensão universitária, guarda relação com a adoção das medidas assumidas pelos governos do Partido dos Trabalhadores em relação à parceria público-privado (PPP). Esse movimento contribui para fortalecer a relação de parceria entre investimentos conjuntos entre Estado e empresariado na educação, uma vez que se utilizou dessas parcerias para alocar verbas privadas em ações de infraestrutura, sob alegação de serem indispensáveis ao desenvolvimento do país. (Leite, 2023, p. 363).

Nos editais PROEXT, especialmente a partir de 2011, consta no item do financiamento das ações, o incremento do financiamento das ações, através de parcerias privadas, o que chama a atenção da autora para o fato de que, embora a maior parte dos recursos para a extensão sejam de origem pública, essa introdução de recursos privados pode impactar nos resultados produzidos, pois poderá ser uma ferramenta da qual a esfera privada poderá se beneficiar, contribuindo, aos poucos, para o processo de privatização das instituições públicas.

Ainda para a autora, ficou evidente, também, o processo de submissão da educação brasileira à lógica empresarial, e de gerenciamento, quando se analisa o Decreto nº 7.233 de 2010, em seu artigo 4º, parágrafo 2º, que trouxe, por exemplo, uma série de critérios e aspectos que deveriam ser observados em relação à matriz de financiamento. Neste fica evidente que, para que as universidades pudessem manter os recursos não utilizados no exercício do ano anterior, alguns aspectos deveriam ser verificados, e, esses aspectos eram extremamente produtivista e reforçavam a lógica gerencial, advindas das orientações neoliberais, com aspectos que incluíam o número de matrículas e de alunos ingressantes e concluintes na graduação, além da questão da produção de conhecimento científico e tecnológico nacional e internacional, dentre outros. Em relação à extensão universitária, no parágrafo 2º do Decreto, a exigência de que deveria ser considerado a existência de programas e projetos de

913

extensão universitária, mas com indicadores de monitoramento e controle, o que exige a necessidade de avaliação da extensão universitária, e coloca como ponto de preocupação o fato de que forma tal avaliação seria conduzida, se não poderia se tornar mais um instrumento produtivista e de controle dentro das universidades públicas brasileiras.

No governo do partido dos trabalhadores a questão da avaliação foi direcionada através da aprovação do SINAES, Lei nº de 2004. Antes do governo do Partido dos Trabalhadores, não havia um sistema de avaliação que fosse amplo, o suficiente para garantir uma avaliação nacional dos cursos de graduação, e, também o desempenho dos alunos, mas o SINAES, buscou contemplar essa premissa, e, com isso, tinha como objetivo garantir a participação de docentes, discentes e técnicos administrativos das instituições, e ainda, a própria sociedade civil, por meio de seus representantes.

O parágrafo 2º do artigo 1º define: O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Brasil, 2004, p. 1).

O Sistema Nacional de avaliação seria constituído de uma avaliação extensão, que fica a cargo do Ministério da Educação (MEC), por meio do INEP, e, ainda de avaliação interna, que seria constituída por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme consta na Lei nº 10.861/2004, e seria a responsável pela condução do processo de avaliação interno, e, se solicitada, prestaria informações ao INEP.

A extensão universitária, até os governos do Partido dos Trabalhadores, não havia figurado em nenhum sistema de avaliação, mas estava presente no SINAES, quando aparece no artigo 3º e determina que: “A Avaliação das Instituições de Educação Superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais”. (BRASIL, 2004, p. 1). A extensão universitária, então, está incluída enquanto uma dimensão institucional, no inciso II, onde se lê: “a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades” (Brasil, 2004, p. 1).



Leite (2023) após análise da Lei que regulamenta o SINAES, identificou que foi um avanço, no sentido de sua regulamentação legal, incluir a extensão universitária como uma dimensão acadêmica, bem como, parte da Avaliação Institucional, porém é preciso atentar-se para qual avaliação estamos tratando, tendo em vista que o Decreto nº7.233, colocou como exigência a construção da matriz de avaliação da extensão, que deverá incluir indicadores, considerando-se ser essa uma exigência para o repasse de recursos para as universidades.

Inicialmente, por não haver uma política específica de avaliação da extensão universitária, para Elpo (2004) a avaliação da extensão dentro do SINAIS pode ser considerada uma avaliação atrelada a mecanismos meramente institucionais, ou seja, como forma apenas de atender às atividades de ensino e pesquisa.

Conforme análises de Leite (2023), em grande parte, essa questão pode estar relacionada a uma compreensão errônea, por parte das instituições, sobre as atividades de extensão, porque a compreendem como:

Atividade de recortes assistencialistas, e não como espaço de produção de conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes e como elo entre a universidade e a sociedade na construção coletiva do conhecimento que possa favorecer à sociedade. Essa mesma forma de entender a extensão como atividade assistencialista, pontual e voluntária está expressa nas avaliações, que não atribuem importância a essas atividades na formação da cidadania e para o desenvolvimento socioeconômico. Somente uma avaliação específica da extensão poderá levar a uma valorização da importância dessas atividades para a formação do cidadão, com reconhecimento dos professores e discentes que fazem extensão, e beneficiará de fato a sociedade com os produtos oferecidos por um ensino que possibilite a formação do cidadão articulada às reais demandas da comunidade. (Leite, 2023, p. 364).

O desafio que se colocou desde a aprovação do SINAES foi o de se construir um sistema de avaliação que considere a extensão universitária como parte do processo de construção do conhecimento, que abarque toda a sua complexidade, suas ações e práticas em relação a fortalecer a produção do conhecimento entre Universidade e sociedade. Durante os governos do Partido dos Trabalhadores a avaliação que vem sendo desenvolvida tem privilegiado a perspectiva econômica, voltando-se mais para o ensino, numa perspectiva essencialmente econômica, voltado para o ensino e formação profissional em detrimento de outras dimensões.

A curricularização da extensão universitária vem sendo defendida desde o Plano Nacional de Extensão Universitária de 2001, passando pelo Plano Nacional de Educação (2001-2010), pela PNE de 2012, como importante ação, é um dos passos fundamentais para a inclusão da extensão nos



currículos, flexibilizando-os, e, colocando novo significado aos mesmos, com adoção de novos conceitos de ‘sala de aula’ e ‘eixo pedagógico’, o que para a PNE de 2012, não se trata apenas de aproveitamento de créditos advindos das atividades extensionistas, para a integralização curricular ou para a criação de novas disciplinas relacionadas com a Extensão Universitária, mas, sim, “de sua inclusão criativa no projeto pedagógico dos cursos universitários, assimilando-a como elemento fundamental no processo de formação profissional e de produção do conhecimento”. (FORPROEX, 2012, p. 30). A extensão sendo colocada como espaço, em que a flexibilização curricular coloque o estudando como protagonista de sua formação acadêmica, e de que ela se constitua como espaço de ricas experiências para professores, estudantes e técnicos administrativos.

Para Leite (2023), houve, durante os governos do partido dos trabalhadores, um esforço no sentido de fortalecer a extensão universitária, e a manutenção da curricularização da extensão no PNE de 2014-2024, mostra que houve um movimento de alçar a extensão a um patamar de importância historicamente dado as dimensões do ensino e da pesquisa, mesmo que isso tenha acontecido de maneira a não propiciar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O desafio que se coloca pós 2018, quando é aprovada a Resolução nº7 de 2018 é, exatamente, o de, construir a inserção da extensão universitária nos currículos dos cursos, adequando seus projetos pedagógicos, tornando-os mais flexíveis, e dando destaque à extensão universitária.

O desafio se torna maior ainda, no contexto pós 2016, com aprovação do EC nº19, porque o congelamento de gastos com educação, e a paralisação dos editais PROEXT levaram a um drástico impacto para a extensão universitária, que vem sendo denunciado pelo Fórum de Pró-Reitores de extensão das Instituições de Educação Superior (FORPROEX), anualmente, nos encontros realizados pelos mesmos, onde se produzem cartas com diretrizes e questionamentos sobre o futuro da extensão universitária.⁶

De maneira geral, a análise empreendida sobre a Resolução nº7 de 2018, conforme apontou Leite (2018), mostrou que ela representou um grande avanço, porque reforçou a extensão universitária como elemento importante do tripé acadêmico, e indissociável da pesquisa e do ensino, como também prevê a garantia de oferta das ações, por meio de programas e projetos financiados com recursos advindos do orçamentos das instituições de ensino superior, mas também deixa algumas

⁶ Disponíveis em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/cartas-e-memoria>.



preocupações, que apenas poderão ser sanadas, a partir do momento em as IES concluírem o processo de curricularização, que estava previsto para 2022, e iniciarem as ações de extensão universitária por dentro dos currículos dos cursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O destaque dado à política de extensão nos governos do Partido dos Trabalhadores pode ser observado nos Documentos aprovados nesse período, não apenas a retomada do PROEXT, mas também a inclusão da extensão universitária enquanto elemento importante no processo de avaliação das Instituições de Ensino Superior, dentro do SINAIS, Lei nº 10.861 de 2004, e ainda, a aprovação da Resolução nº7 de 2018, que foi fruto de longos anos de debates, e que, foi mantido no PNE de 2014, como forma de confirmar o compromisso dos governos do Partido dos Trabalhadores com a inclusão da Extensão Universitária nos currículos dos cursos de graduação, dentre outros.

Os últimos 10 anos – 2016 a 2025 - revelou tanto os retrocessos quanto as possibilidades de avanço na política de educação superior no Brasil. A extensão universitária, ao se consolidar como política pública curricular e instrumento de democratização da universidade, torna-se elemento estratégico para a construção de uma sociedade mais justa e plural. Contudo, é preciso estar atento às contradições do sistema e fortalecer uma concepção de extensão que vá além da lógica do assistencialismo, firmando-se como prática transformadora, radical e dialógica. O futuro da educação superior pública brasileira dependerá, em grande medida, da capacidade de articular qualidade acadêmica com justiça social, e a extensão universitária será um dos eixos fundamentais dessa construção.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. **Brasil em Contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BORGES, M. C. de A. A visão de educação superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina. **RBPAE**, v. 26, n. 2, p. 367-375, mai./ago. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19722>. Acesso em: 20 mai. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 maio 2025.



BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: maio 2025.

BRASIL. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)** – bases para uma proposta de avaliação da educação superior. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 01 mai. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 204 – 2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, 19 dez. 2018(b) Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Editais Proext 2014:** Programa de Apoio à Extensão Universitária MEC/SESu. 2014a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/235-programas-e-aco-es-1921564125/proext-programa-de-extensao-universitaria1806153218/12243-editais>. Acesso em: maio de 2022.

CHAUÍ, M. A Universidade Pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação.** Texto proferido na Conferência na sessão de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Poços de Caldas, MG, em 5 de outubro de 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 mai. 2024.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A trajetória histórica do ensino superior no Brasil: expansão e privatização da ditadura aos governos do PT. **Ser Social**, v. 21, n. 44, p. 15-35, 2018.

DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior nos anos 90. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, set. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/XyLXN7mtdPGgnScr5MgYbHK/?lang=pt>. Acesso em: 18 mai. 2024

ELPO, M. E. H. C. Avaliação da Extensão Universitária na Proposta do SINAES. Área Temática de Avaliação Institucional da Extensão Universitária. Universidade Federal do Tocantins – UFT. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária.** Belo Horizonte, 12 a 15 de setembro de 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congext/Avalia/Avalia1.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.

FERNANDES, F. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-ômega, 1975.



FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS
BRASILEIRAS – FORPROEX. **Regimento Interno**, novembro de 2010. São Paulo/SP, 2010.
Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Regimento-Forproex-aprovado-26nov2010.pdf> Acesso em: 13 abr. 2024.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS
BRASILEIRAS - FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, mai. 2012.
Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010

INEP. **Censo da Educação Superior 2023**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educacionais Anísio Teixeira, 2024.

LAMOSA, R. A nova ofensiva do capital na América Latina: Todos pela educação? **XXIX Simpósio
Nacional de História. Contra os preconceitos, História e democracia**. 2017. Disponível em:
https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489967747_ARQUIVO_TextocompletoANPUH2017.pdf. Acesso em: 01 out. 2022.

LEHER, R. **Universidade e Heteronomia no capitalismo dependente**: um estudo a partir de
Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEITE, A. P de M. **Extensão na universidade pública brasileira**: desafios e dilemas no período de
2003 a 2016. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço
Social, Rio de Janeiro, 2023.

MEC. Ministério da Educação. **Extensão universitária com participação social**. Brasília, 14 mar.
2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 27 maio 2025.

NOGUEIRA, V. M. R. Avaliação e monitoramento de políticas e programas sociais. Revendo
conceitos básicos. **Katálisis**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 141–152, dez. 2002. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6076> . Acesso em: 10 mai. 2024.

RENEX. **Rede Nacional de Extensão**. [s./d.]. Disponível em:
<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/forproex-e-renex>. Acesso em: 18 jun.
2022.

SAVIANI, D. A questão da Autonomia Universitária e suas vicissitudes na universidade brasileira.
Revista Angelus Novus. ano XI, n. 16, 2020. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/180318#:~:text=Partindo%20da%20origem%20e%20desenvolvimento,Autonomia%20Universit%C3%A1ria%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20brasileira>. Acesso em: 03 jun. 2024.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível
em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 14 mai. 2024.

SINDICATO NACIONAL DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
(ANDES/SN). A contrarreforma universitária, em curso, no governo Lula. In: **Universidade e**



Sociedade. Ano XIV, n. 33, jun. 2004. Disponível em:
https://www.andes.org.br/img/midias/6b96e599b67b9a3af7cd58fafcfc0df8_1547841031.pdf.
Acesso em: 04 mai. 2024.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária.** Campinas: Alínea, 2000.



O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA PARA AUTISTAS NO BRASIL: O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM FOCO

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

NÍCOLY SALOMÃO RAINER¹
ANA PAULA DE MAGALHÃES LEITE²

RESUMO: O Benefício de Prestação Continuada (BPC), constitui um direito fundamental destinado a pessoas com deficiência e idosos em situação de vulnerabilidade. No caso de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o acesso ao BPC apresenta desafios específicos que exigem a atuação qualificada do assistente social. Trata-se de uma pesquisa de TCC, do curso de serviço social da UFVJM, de caráter bibliográfico e de campo, baseada em livros, artigos científicos e documentos institucionais, que será realizada no segundo semestre de 2025. A análise busca evidenciar como o trabalho do assistente social contribui para a garantia de direitos e para a superação das barreiras que limitam o acesso dessas crianças à proteção social assegurada pela política pública.

Palavras-chave: BPC, transtorno do espectro autista, assistência social, serviço social.

ABSTRACT: The Continuous Benefit Payment (BPC) is a fundamental right for people with disabilities and elderly people in vulnerable situations. In the case of children with Autism Spectrum Disorder (ASD), access to the BPC presents specific challenges that require the qualified work of a social worker. This is a TCC research, from the social work course at UFVJM, of a bibliographic and field nature, based on books, scientific articles and institutional documents, which will be carried out in the second half of 2025. The analysis seeks to highlight how the work of the social worker contributes to guaranteeing rights and overcoming the barriers that limit these children's access to social protection ensured by public policy.

Keywords: BPC, autism spectrum disorder, social assistance, social service.

INTRODUÇÃO

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), é um direito assistencial destinado a idosos com 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência que não possuem meios de prover sua sobrevivência. No caso das pessoas com deficiência, o benefício pode ser concedido a

¹ Estudante de graduação do curso de Serviço Social na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: nicolysalomao@ufvjm.edu.br.

² Docente do curso de serviço social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, Campus Mucuri. Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: ana.magalhaes@ufvjm.edu.br. Endereço de acesso ao Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5835337334812577>.

quem apresenta impedimentos de longo prazo que dificultam sua plena e efetiva participação na sociedade, como é definido o § 2º do art. 20 da LOAS. (Brasil, 1993).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), reconhecido pela Lei nº 12.764/2012 como uma condição de deficiência, pode tornar crianças elegíveis ao BPC, desde que apresentem impedimentos de longo prazo que afetem sua vida independente. Contudo, a subjetividade na avaliação biopsicossocial e a exigência de critérios de miserabilidade frequentemente desconsideram os elevados custos de tratamentos e cuidados especializados necessários para o desenvolvimento dessas crianças (Assumpção; Pimentel, 2000).

A Lei nº 14.176/2021 trouxe avanços ao permitir a ampliação do critério de renda familiar per capita para até meio salário-mínimo quando houver comprovação de gastos essenciais com saúde, como medicamentos, fraldas e alimentos especiais, desde que não disponíveis pelo SUS ou pelo SUAS. Apesar disso, famílias com crianças autistas ainda enfrentam barreiras significativas para acessar o benefício, evidenciando a necessidade de uma articulação mais eficaz entre políticas públicas e assistência social.

Segundo Yazbek (2012), a pobreza e a exclusão social são produtos de transformações no capitalismo contemporâneo, que impõem condições de vida precárias às populações vulneráveis. No contexto do BPC, essa exclusão é agravada pela rigidez dos critérios de avaliação socioeconômica, que frequentemente negligenciam a complexidade das demandas dessas famílias.

Este artigo resulta de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Serviço Social, tendo como objetivo analisar a atuação do assistente social na efetivação do BPC para crianças com TEA, a partir de uma perspectiva crítica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e de campo, sendo esta última uma pesquisa de opinião com assistentes sociais atuantes na política de assistência social, nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e previdência social em Teófilo Otoni.

Essa abordagem tem como finalidade reunir e interpretar, de forma crítica, as contribuições teóricas, já consolidadas sobre o tema, bem como, permitindo refletir a partir dos profissionais entrevistados sobre os limites e possibilidades da atuação do assistente social na garantia dos direitos

da pessoa com TEA, diante das exigências institucionais e das contradições presente na realidade social brasileira.

A escolha pelo presente tema, teve origem na vivência de estágio supervisionado em Serviço Social, realizada no ano de 2024 no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Noroeste, localizado no município de Teófilo Otoni, que atende ao bairro Bela Vista. Durante essa experiência tem sido possível acompanhar de forma mais próxima a realidade de famílias que se encontram em vulnerabilidade social, em especial aquelas que estão no processo de requerimento do BPC, principalmente famílias de crianças diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). O contato com esses usuários, evidenciou os inúmeros desafios enfrentados tanto pelas famílias, quanto pelos profissionais da assistência social, despertando o interesse em aprofundar a compreensão do tema.

O artigo pode oferecer a oportunidade de refletir sobre a eficácia das políticas públicas e de propor novas formas de atuação no campo da assistência social, em relação ao TEA. Além disso, ao problematizar as barreiras no acesso ao BPC, a pesquisa reforça o papel do assistente social como defensor de direitos e articulador de políticas públicas mais justas e acessíveis. O assistente social desempenha um papel importante na defesa de direitos, na promoção da inclusão social e na articulação de políticas públicas que garantem o acesso aos benefícios assistenciais. Porém, não basta que o Estado reconheça e caracterize a deficiência como uma questão social, são necessárias soluções efetivas para lidar com a vulnerabilidade.

OS BENEFÍCIOS SOCIAIS NO BRASIL: BREVE HISTÓRIA

A desigualdade social e econômica, a busca por justiça social e por direitos, se misturam na nossa história de uma maneira intrínseca, é um traço estrutural da nossa formação histórica. O povo brasileiro conhece de forma inerente às lutas por seus direitos desde os primórdios do nosso país. Para Ribeiro, “a distância social mais espantosa do Brasil é a que separa e opõe os pobres dos ricos” (p. 219). Essa distância fica ainda mais evidente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que mesmo trazendo diversos reflexos das lutas que ocorreram durante o seu processo de construção,

deixa resquícios nítidos em relação à miserabilidade da população brasileira e a burocratização do acesso à assistência social.

Segundo Mota (2006, p. 40):

As políticas de proteção social, nas quais se incluem a saúde, a previdência e a assistência social, são consideradas produto histórico das lutas do trabalho, na medida em que respondem pelo atendimento de necessidades inspiradas em princípios e valores socializados pelos trabalhadores e reconhecidos pelo Estado e pelo patronato (Mota, 2006, p. 40).

No Brasil, o assistencialismo³ dá início a proteção social para aqueles que não poderiam prover seu próprio sustento, atividades como o primeiro-damismo e de associações filantrópicas, eram modelos baseados na caridade que foram utilizados por muitos anos. Com a Constituição Federal de 88, a assistência social passa a ser reconhecida como política pública, que integra a seguridade social, juntamente com as políticas de saúde.

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Brasil, 1993).

Embora o BPC tenha sido instituído e regulamento pela LOAS em 1993, como um importante marco dos direitos sociais, sua efetivação enfrenta diversos entraves. O acesso ao benefício, principalmente para pessoas com deficiência, colide com critérios rígidos de renda per capita, exigências documentais e avaliações complexas que muitas vezes desconsideram a realidade social das famílias e as diversas expressões da questão social.

Apesar dos avanços conquistados com a CF de 88 e a regulamentação do BPC pela LOAS, as pessoas com autismo ainda enfrentam obstáculos para efetivação desse direito, seja pela falta de acesso às informações ou pela burocratização existente para acesso ao direito. Para além disso, o sucateamento da assistência social no Brasil, também é um obstáculo, afinal os profissionais

³ As práticas socioassistenciais visavam minimizar aquelas carências dos “pobres” que impunham vulnerabilidade à sua sobrevivência: frio, fome, sede. A Igreja e as distintas senhoras abastadas da sociedade brasileira atuavam especialmente nesse viés. Já os governantes, viam nesse cenário uma possibilidade de reconhecimento político que poderia contribuir para sua manutenção e progressão no “poder”. Nessa perspectiva, podemos entender que, naquele contexto, a assistência social se traduzia em formas de atendimento às necessidades de saúde, alimentação, abrigo etc. aos desvalidos. Mas, também, poderia ser, para alguns, uma boa oportunidade de acesso à vida pública, ou de manutenção e de ascensão, ou mesmo, tábua de salvação, de ambições políticas (Souza, 2021).



necessitam de condições para que as políticas públicas sejam efetivadas. Demo (1989), pontua que “somente é “social” a política que toca a estrutura das desigualdades sociais vigentes, reduzindo-as”. Diante desse cenário, é fundamental que a sociedade se una para que o Estado seja pressionado a promover políticas que sejam de fato eficazes e inclusivas.

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: O ACESSO DAS PESSOAS COM TEA

Entre os principais instrumentos de garantia de direitos na política de assistência social, está o Benefício de Prestação Continuada - BPC, voltado para pessoas com deficiência e idosos em situação de vulnerabilidade. Em caso de deficiência, esta deve ser capaz de causar impedimentos a longo prazo, que impossibilitem o indivíduo de participar de forma plena e efetiva da sociedade.

Vale destacar, que a primeira definição de “pessoa deficiente”, se deu pela Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, afirmando em seu primeiro artigo.

1 - O termo "pessoas deficientes" refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais (ONU, 1975).

A Lei 8.742/1993, adota essa mesma definição, conforme vejamos:

§ 2º Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), para as pessoas com deficiência, além da comprovação da renda, é necessária a realização da avaliação biopsicossocial, que busca verificar os impedimentos a longo prazo que limitam as tarefas diárias e a participação efetiva na sociedade.

§ 2º Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. § 6º A concessão do benefício ficará sujeita à avaliação da deficiência e do grau de impedimento de

que trata o § 2º, composta por avaliação médica e avaliação social realizadas por médicos peritos e por assistentes sociais do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS (Brasil, 1993).

Durante à avaliação, deverão ser consideradas:

Art. 20-B. Na avaliação de outros elementos probatórios da condição de miserabilidade e da situação de vulnerabilidade de que trata o § 11 do art. 20 desta Lei, serão considerados os seguintes aspectos para ampliação do critério de aferição da renda familiar mensal per capita de que trata o § 11-A do referido artigo: I – o grau da deficiência; II – a dependência de terceiros para o desempenho de atividades básicas da vida diária; e. III – o comprometimento do orçamento do núcleo familiar de que trata o § 3º do art. 20 desta Lei exclusivamente com gastos médicos, com tratamentos de saúde, com fraldas, com alimentos especiais e com medicamentos do idoso ou da pessoa com deficiência não disponibilizados gratuitamente pelo SUS, ou com serviços não prestados pelo Suas, desde que comprovadamente necessários à preservação da saúde e da vida (Brasil, 2021).

A Lei 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), determina as normas para avaliação biopsicossocial:

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III - a limitação no desempenho de atividades; e IV - a restrição de participação. § 2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência. § 3º O exame médico-pericial componente da avaliação biopsicossocial da deficiência de que trata o § 1º deste artigo poderá ser realizado com o uso de tecnologia de telemedicina ou por análise documental conforme situações e requisitos definidos em regulamento (Brasil, 2015).

Também é requisito a inscrição familiar no Cadastro o qual identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, sendo o principal instrumento do Estado para seleção de famílias em programas sociais.

§ 6º O CadÚnico coletará informações que caracterizem a condição socioeconômica e territorial das famílias, de forma a reduzir sua invisibilidade social e com vistas a identificar suas demandas por políticas públicas, na forma do regulamento. Art. 21-B. Os beneficiários do benefício de prestação continuada, quando não estiverem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) ou quando estiverem com o cadastro desatualizado há mais de 48 (quarenta e oito) meses, deverão regularizar a situação nos seguintes prazos, contados a partir da efetiva notificação bancária ou por outros canais de atendimento (Brasil, 2024).



A solicitação pode ser feita pela plataforma do “Meu INSS”⁴ ou em unidades de atendimento e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Quando solicitado para idosos, não necessita de avaliação biopsicossocial, já para pessoas com deficiência, é necessário agendamento de perícia médica.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme descrito no DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), é uma condição que afeta o desenvolvimento neurológico, impactando a comunicação e interação social, também provocando comportamentos repetitivos e restritos, é conceituado como um espectro por haver diversas nuances em termos de gravidade e na forma como se manifesta. No Brasil, é adotado o CID-11 (Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde) tendo como código 6A02, para classificação do transtorno em laudos médicos. Segundo Sulkes:

Testes diagnósticos padrão formais, como o *Autism Diagnostic Observation Schedule Second Edition (ADOS-2)*, baseados nos critérios do DSM-5, normalmente são aplicados por psicólogos ou pediatras especialistas em desenvolvimento e comportamento. Outra ferramenta comumente utilizada é a *Childhood Autism Rating Scale-Second Edition (CARS2)*, que também tem uma versão para testar pessoas com alta funcionalidade. As crianças com transtorno do espectro autista são difíceis de testar e geralmente saem-se melhor nos itens de desempenho do que nos testes de QI, podendo revelar exemplos de desempenhos próprios da idade, apesar do retardo na maioria dos demais testes. Entretanto, o diagnóstico confiável dos transtornos do espectro do autismo está se tornando cada vez mais disponível em idades mais jovens. Um teste de QI bem aplicado por um examinador experiente pode fornecer prognósticos úteis (Sulkes, 2024, s/p).

O Serviço Social, vai para além do diagnóstico clínico,

O diagnóstico de uma doença crônica no âmbito familiar, especialmente em se tratando de crianças, constitui uma situação de impacto, podendo repercutir na mudança da rotina diária, na readaptação de papéis e ocasionando efeitos diversos no âmbito ocupacional, financeiro e das relações familiares (Pinto, 2016, p. 2).

A partir do momento que também afeta as relações familiares e econômicas, é papel do assistente social reconhecer o diagnóstico também como uma expressão da questão social, visando que quando existe uma criança com TEA no núcleo familiar, a responsabilidade acaba se tornando maior, podendo também afetar a capacidade produtiva dessa família. Não se trata apenas de compreender as barreiras burocráticas e legais, trata-se de sentir o impacto da ausência de uma política pública eficaz provoca na rotina dessas famílias.

⁴ Disponível em: meu.inss.gov.br

No contexto do BPC, o TEA pode ser considerado uma deficiência quando representa um impedimento de longo prazo para a vida independente da criança. A Lei nº 12.764/2012, conhecida como “Lei Berenice Piana”, foi um marco na proteção dos direitos das pessoas dentro do espectro, o reconhecimento dessa lei é fundamental para garantir o acesso ao BPC e a outras políticas de inclusão. Os direitos reconhecidos na lei, tangem o acesso à saúde educação, trabalho, previdência social e assistência social:

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II: I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (Brasil, 2012).

Ademais, a Lei 14.176/2021, altera a LOAS, de maneira que o limite de renda mensal familiar per capita poderá ser ampliado para $\frac{1}{2}$, quando haver comprometimento do orçamento do núcleo familiar com gastos médicos, tratamentos de saúde, não disponibilizados pelo SUS ou com serviços não prestados pelo SUAS (Sistema Único de Assistência Social), desde que se comprove necessários a preservação da saúde e da vida. Essa alteração trouxe muitos avanços, pois muitas pessoas acabavam por ter o benefício negado por não se enquadrar na miserabilidade dos critérios para concessão do BPC.

Por mais, Assumpção e Pimentel (2000) discutem que o tratamento para o TEA é complexo, centrando-se em uma abordagem de medicamentos destinada a redução de sintomas alvo, representados principalmente por agitação, agressividade e irritabilidade, que impedem o encaminhamento dos pacientes a programas de estimulação e educacionais, o que representa um aumento significativo no gasto financeiro familiar. Além de que, como visto anteriormente, faz-se a necessidade de profissionais experientes para o diagnóstico. Mesmo com os avanços da Lei 14.176/2021, ainda persiste a aplicação dos critérios de miserabilidade que frequentemente desconsideram os custos adicionais para as famílias que convivem com o autismo.

Apesar do reconhecimento legal do direito ao BPC para pessoas com deficiência, as famílias continuam enfrentando inúmeros desafios para acessar esse benefício. Desde os entraves com os critérios de acesso, a miserabilidade que precisa ser comprovada e a escassez de recursos para os profissionais. Nesse contexto, o trabalho dos assistentes sociais torna-se essencial para mediar o acesso à informações, orientar as famílias, articular a rede de serviços, considerando as exigências do sistema e as contradições da realidade social brasileira.

O ASSISTENTE SOCIAL E OS DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DO BPC PARA CRIANÇAS COM TEA

A atuação do assistente social na efetivação do BPC para crianças com TEA, exige uma compreensão crítica da política social e das determinações legais que a guiam. Embora o modelo biopsicossocial de avaliação da deficiência represente um avanço ao considerar múltiplas dimensões da saúde do sujeito, ainda apresenta limites. Para Guedes (2013), enxergar a deficiência fora de um viés restritivo e discriminatório, mas como uma limitação que interfere na autonomia nos múltiplos espaços sociais, é necessário para que a saúde não seja reduzida ao restritivo conceito de ausência da doença.

De acordo com Yazbek (2012), a pobreza é parte de nossa experiência diária:

Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade (Yazbek, 2012, p. 290).

Um reflexo disso é a situação de extrema miserabilidade imposta pela legislação como requisito para concessão de benefícios assistenciais. A Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS) estabelece que o enfrentamento da pobreza deve ser realizado de forma integrada às políticas setoriais, tendo como objetivo garantir os mínimos sociais e promover a

universalização dos direitos. A política nacional de assistência, direciona sobre a promoção da proteção social e garantia dos mínimos sociais:

A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar. A segurança de rendimentos não é uma compensação do valor do salário-mínimo inadequado, mas a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego. É o caso de pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias numerosas, famílias desprovidas das condições básicas para sua reprodução social em padrão digno e cidadã. Por segurança da acolhida, entende-se como uma das seguranças primordiais da política de assistência social. Ela opera com a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade. A conquista da autonomia na provisão dessas necessidades básicas é a orientação desta segurança da assistência social. É possível, todavia, que alguns indivíduos não conquistem por toda a sua vida, ou por um período dela, a autonomia destas provisões básicas, por exemplo, pela idade – uma criança ou um idoso –, por alguma deficiência ou por uma restrição momentânea ou contínua da saúde física ou mental. (PNAS, 2004, p. 31).

A atuação do assistente social, nesse contexto, se dá na mediação entre as necessidades das famílias e o acesso aos direitos previstos, especialmente por meio da escuta qualificada, do acolhimento, elaboração de pareceres técnicos e articulação com a rede.

Martins (2022), destaca que há uma lacuna na produção acadêmica sobre a atuação do serviço social com pessoas autistas, predominando leituras biomédicas que muitas vezes desconsideram a perspectiva dos próprios sujeitos e a complexidade da questão social envolvida. Dessa forma, é fundamental problematizar as barreiras que envolvem o acesso ao BPC, não apenas sob a visão da deficiência, mas também a partir das mediações e articulação entre as políticas públicas. Pinto (2016), relata que o momento do diagnóstico de uma doença ou síndrome crônica para a família é permeado por um conjunto de sensações e sentimentos diversos. Além de como o TEA é visto pela sociedade, devemos levar em conta o ambiente familiar, que sofre com a vulnerabilidade social, preconceito e discriminação.

A realidade de muitas famílias é marcada por negações, não apenas da deficiência enquanto direito reconhecido, como também de acesso à renda, saúde, educação inclusiva, e suporte psicossocial. O BPC quando sendo restrito no critério econômico – renda per capita até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo – ignora, por exemplo, os custos extras que famílias com crianças autistas enfrentam, desde

tratamentos, aquisição de medicamentos, até a escolas inclusivas, visto que diversas instituições educacionais não oferecem professores de suporte adequado para crianças.

Para Oliveira:

A política social no Brasil enfrenta, na atualidade, um quadro de drástico desmonte das medidas formais e das instituições garantidoras de programas e serviços sociais no âmbito das distintas políticas, demandando reflexões e ações estratégicas no âmbito da luta das classes trabalhadoras que defendem um Estado social (Oliveira, 2019, p. 264).

As políticas públicas acabam não dialogando entre si de forma eficaz. A saúde pública muitas vezes não oferece diagnóstico precoce, a educação falha na inclusão, a assistência social é sobrecarregada com demandas que ultrapassam suas condições operacionais e estruturais. A avaliação biopsicossocial, tem uma lógica fragilizada, ao não considerar a singularidade de cada usuário, de cada sujeito na sua totalidade, reduzindo a deficiência a uma análise técnica, que não se alia às dinâmicas sociais e familiares, tendo como resultado um processo excludente, burocratizado e sistemático.

Se faz necessário compreender o benefício como uma contradição entre os direitos sociais e o Estado, afinal seu acesso não depende somente do reconhecimento da deficiência, mas também da intervenção ativa de profissionais que atuam na proteção social e dos direitos, na resistência das famílias que passam por diversas vezes pelo processo de concessão e da luta pelo acesso ao serviço existente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise teórica realizada até esse ponto do trabalho, permitiu evidenciar que, embora o Benefício de Prestação Continuada (BPC) represente um importante avanço da consolidação de direitos no âmbito da seguridade social brasileira, a efetivação ainda encontra sérios obstáculos, especialmente quando ao tratar do público infantil com autismo. A exigência da miserabilidade, entendida de forma estritamente econômica, acaba por restringir o acesso ao benefício ao desconsiderar as múltiplas dimensões de vulnerabilidade vivenciada pelas famílias. Essa lógica



burocrática e excludente, perpetua desigualdades, fragilizando a função das políticas públicas de assistência social.

Nesse contexto, o trabalho do assistente social é enviesado por inúmeros desafios e limitações. O profissional que atua em locais como os Centros de Referência em Assistência Social, tensionam entre a defesa de direitos e as imposições institucionais que, diversas vezes, reduzem a prática profissional à operacionalização do trabalho, visando somente a produtividade sistemática. Além disso, a carência de recursos, alta demanda e o sucateamento das condições de trabalho dificultam uma atuação crítica, ética e transformadora, ainda assim é por meio do trabalho do assistente social, que algumas famílias ainda conseguem acesso aos benefícios.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO JR, Francisco B.; PIMENTEL, Ana Cristina M. Autismo infantil. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 22, supl. 2, p. 37-39, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462000000600010>. Acesso em: 15 de nov. de 2024.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 8 dez. 1993, p. 21081. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm#art20%C2%A711. Acesso em: 10 de mai. De 2025.

BRASIL. Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para aprimorar os critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e disciplinar o pagamento de auxílio-inclusão. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 jun. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14176.htm#art1. Acesso em: 20 de nov. de 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.601, de 25 de julho de 2023**. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jul. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14601.htm#art28. Acesso em: 20 de dez. de 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004: Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 04 de mai. de 2025.

BRASIL. MSD MANUALS. **Transtornos do espectro autista**. Manual MSD Versão para Profissionais de Saúde. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt/profissional/pediatria/dist%C3%BArbios-de-aprendizagem->



desenvolvimento/transtornos-do-espectro-autista#Diagn%C3%B3stico_v1104819_pt. Acesso em: 16 de nov. 2024.

DEMO, Pedro. Participação e planejamento: arranjo preliminar. **Revista do Serviço Público**, ano 44, v.117, n. 1, p. 49- 76, v. 44, n. 1 (1989). Disponível em: <http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP>. Acesso em: 04 de mai. De 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, H. H. da S. et al. Novo modelo avaliativo do BPC: desafios, possibilidades ao Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, ano 13, n. 25, p. 235-259, jan./jun. 2013.

MARTINS, Camila Jasmin. **Autismo, neurodiversidade e Serviço Social**: aproximações iniciais. In. XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11 a 13 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000910.pdf>. Acesso em: 12 de nov. de 2024.

MOTA, Ana Elizabete. Seguridade social brasileira: desenvolvimento histórico e tendências recentes. **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, p. 40-72, 2006.

OLIVEIRA, L. Reforma gerencial, neodesenvolvimentismo e ponte para o futuro: recentes contradições das políticas sociais brasileiras. **Ser Social**, v. 21, n. 45, p. 263-282, 2019.

PINTO, Rayssa Naftaly Muniz et al. Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. 3, p. e61572, 2016.

SOUZA, Fernanda Menezes de. Assistencialismo e Assistência Social: equívocos, ambiguidades e relevância social do Serviço Social. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano, v. 6, p. 148-164.

SULKES, Stephen Brian. Transtorno do espectro autista – Problemas de saúde infantil. In: **MSD Manual**. Versão para profissionais de saúde. [S.l.]: Merck & Co., Inc., 2025. Revisado em abril de 2024. Disponível em: <https://www.msdmanuals.com/pt/casa/problemas-de-sa%C3%BAd-infantil/dist%C3%BArbios-de-aprendizagem-e-do-desenvolvimento/transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em: 03 de mai. De 2025.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200005>. Acesso em: 27 de nov. 2024.



QUADRILHAS JUNINAS EM TEÓFILO OTONI: RESGATANDO HISTÓRIAS E REINVENTANDO TRADIÇÕES

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

ANA PAULA DE MAGALHÃES LEITE¹

FRANCIANE DIAS PINHEIRO²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar a proposta de pesquisa aprovada no edital PNAB nº 10/2024 intitulada, “Quadrilha: Dançando e colecionando histórias”, que visa um resgate e sistematização da história das quadrilhas juninas em Teófilo Otoni (MG). Além disso, baseado em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, busca destacar os elementos tradicionais e estilizados no contexto das festas juninas urbanas contemporâneas e a importância desta manifestação cultural para a identidade local, bem como a cultura popular como processo dinâmico de significações e reinvenções. Em Teófilo Otoni, as quadrilhas juninas atuam como agentes de memória, socialização e desenvolvimento cultural, reunindo tradição, espetáculo e política cultural.

Palavras-chave: Quadrilha junina, cultura popular, Teófilo Otoni, tradição, estilização.

ABSTRAT: This article aims to present the research proposal approved in the PNAB nº 10/2024 call for proposals entitled, “Quadrilha: Dançando e colecionando histórias” (Quadrilha: Dancing and collecting stories), which aims to rescue and systematize the history of the June quadrilhas in Teófilo Otoni (MG). Furthermore, based on bibliographic, documentary and field research, it seeks to highlight the traditional and stylized elements in the context of contemporary urban June festivals and the importance of this cultural manifestation for local identity, as well as popular culture as a dynamic process of meanings and reinventions. In Teófilo Otoni, the June quadrilhas act as agents of memory, socialization and cultural development, bringing together tradition, spectacle and cultural policy.

Keywords: Quadrilha junina, popular culture, Teófilo Otoni, tradition, stylization.

INTRODUÇÃO

As festas juninas representam uma das manifestações culturais mais enraizadas na sociedade brasileira. Entre danças, músicas, comidas e encenações típicas, a quadrilha junina destaca-se como elemento central desses festejos. (Gonçalves e Bezerra, 2024). Nesse sentido, a pesquisa, que será

¹ Docente do curso de serviço social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, doutora em serviço social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. E-mail: ana.magalhaes@ufvjm.edu.br. Link de acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5835337334812577>.

² Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (2015). Atualmente é advogada autônoma. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5315269182135137>. E-mail: francianediasadv@gmail.com.

realizada, na cidade de Teófilo Otoni–MG³, entre os meses de dezembro de 2024 a setembro de 2025, busca compreender a trajetória e a atual configuração das quadrilhas locais, valorizando sua relevância enquanto patrimônio cultural imaterial e expressão de memória coletiva da cidade.

As festas juninas promovem uma rica mistura de tradições religiosas, práticas comunitárias e expressões artísticas, inseridas no calendário festivo popular, e, dentre os destaques desta festa está a quadrilha junina. Originalmente, essa dança de origem Europeia, segundo Carvalho e Costa (2022), se popularizou no Brasil sob influência portuguesa e foi apropriada e ressignificada no contexto brasileiro, uma vez que em Portugal era uma dança de influência da tradição católica, e no Brasil, embora ainda ligados à tradição católica, vem sendo cada vez mais popularizada, trazida para a área urbana e tendo inseridos elementos mais modernos e estilizantes próprios da vida recente na sociedade.

A quadrilha, historicamente, chegou ao Brasil no século XIX com a corte portuguesa, sendo inicialmente uma dança aristocrática, praticada em salões palacianos por membros da elite (Di Deus, 2014). Além disso, da França veio a influência do estilo de dança e das roupas, organização e estética. No entanto, ao longo do tempo, essa prática foi sendo gradualmente incorporada às festividades populares das regiões rurais brasileiras, especialmente nos festejos dedicados aos santos católicos como São João, Santo Antônio e São Pedro⁴. Essa apropriação popular transformou profundamente o caráter da dança, que passou a refletir aspectos da cultura rural, com linguagem própria, figurinos típicos e representações simbólicas do cotidiano sertanejo. (Chianca, 2007).

³ Teófilo Otoni encontra-se situada no Nordeste do Estado de Minas Gerais, no Vale do Mucuri e é considerada centro macrorregional. O Vale do Mucuri possui 27 (vinte e sete) municípios: Águas Formosas, Ataléia, Bertópolis, Campanário, Carlos Chagas, Catuji, Crisólita, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Itambacuri, Jampruca, Ladainha, Malacacheta, Machacalis, Nanuque, Ouro verde de Minas, Pavão, Pescador, Poté, Serra dos Aimorés, Teófilo Otoni, Umburatiba e mais 4 municípios que foram criados em 1995: Franciscópolis, Novo Oriente de Minas, Santa Helena de Minas e Setubinha. O Município é composto por 5 (cinco) distritos: Pedro Versiani, Crispim Jacques, Rio Pretinho, Mucuri e Topázio. (Teófilo Otoni, 2024, online).

⁴ Segundo Santos (2022, p.8), a festa de São João tomou dimensões que ultrapassam as dimensões religiosas e foi gradativamente incorporada ao folclore brasileiro. Mesmo tomando outros rumos, os festejos juninos ainda assim possuem características religiosas em todo o seu contexto, seja nas celebrações com danças, brincadeiras e costumes. O dia 13 de junho, dia de Santo Antônio, marca o início do ciclo junino. Este, conhecido como santo casamenteiro e protetor da fertilidade feminina, é personagem principal em muitos arraiais e em histórias contadas pelas quadrilhas juninas. Adiante, temos outro santo que também marca este ciclo, talvez o mais famoso entre os três, que é São João, celebrado no dia 24 de junho, conhecido como protetor dos casados e dos enfermos. Finalizando a tríade de santos juninos temos São Pedro, santo protetor dos pescadores, celebrado no dia 29 de junho. Dentro deste calendário festivo, a quadrilha se incorporou, ganhou papel de destaque neste período e permanece assim até os dias atuais.

Longe da estética francesa, segundo Santos (2022), em forma de ironia e paródia à corte brasileira, o festejo ganhou forma de manifestação popular e vem permanecendo desta forma até os dias de hoje. No entanto, o autor ressalta que novos elementos foram sendo adicionados, e a partir de Cascudo (1972), um dos maiores pesquisadores populares, ele afirma que: “A quadrilha não só se popularizou como dela apareceram várias derivadas no interior. Assim, a ‘quadrilha caipira’, no interior paulista, ‘baile sifilito’ na Bahia e Goiás, a saruê (deturpação de soirée), no Brasil Central, foram surgindo, e assim, podemos perceber as dimensões que a dança tomou por todo país.

A partir de registros orais e observações contemporâneas, percebe-se que os grupos locais de quadrilha não apenas mantêm elementos tradicionais da dança, como também incorporam práticas estilizadas e performáticas, voltadas à competição, ao espetáculo e à profissionalização do fazer cultural. Isso inclui o uso de figurinos elaborados, coreografias sincronizadas, estrutura cênica ampliada e até mesmo a utilização de novas linguagens musicais e corporais. Tal fenômeno exemplifica o conceito de “dinâmica cultural” (Durham, 1980 *apud* Lóssio; Pereira, 2007), no qual as manifestações populares são continuamente reinventadas à medida que dialogam com os contextos sociais e econômicos contemporâneos.

Em particular, a cidade de Teófilo Otoni, localizada na região nordeste de Minas Gerais, apresenta um cenário emblemático da evolução dessa manifestação, onde a quadrilha se tornou símbolo de identidade cultural, resistência e criatividade local.

Nesse sentido, o presente artigo, apresenta a proposta de pesquisa que se pretende realizar sobre a trajetória das quadrilhas juninas em Teófilo Otoni, seus significados históricos e atuais, bem como os impactos socioculturais de sua prática. Ao investigar essa dança popular sob as lentes da cultura popular, pretende-se contribuir para a valorização do patrimônio imaterial brasileiro e para a reflexão sobre as interfaces entre tradição e modernidade no campo das manifestações culturais

A CULTURA POPULAR E SUAS TRANSFORMAÇÕES

A cultura, como aponta Tylor (1871 *apud* Marques; Brandão, 2015), é um “complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e todas as outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. Essa definição amplia a compreensão das práticas culturais, especialmente as de natureza popular, como as festas juninas.

Partilhar uma herança cultural é uma responsabilidade de quem no mundo já está e um direito de quem nasce. A herança é aquilo que nos constitui singularmente. As tradições são o solo da experiência comum, elo entre os novos e os que os precederam, dimensão de profundidade da existência humana. Elas são para que o mundo seja, a um só tempo, mantido e renovado, “inspiração para criar o radicalmente novo que nossa liberdade engendra, reabrindo o tempo histórico e suas possibilidades perdidas” (Arendt, 2005, p. 21).

Nesse sentido, conforme Lóssio e Pereira (2007), pensar a cultura, e mais especificamente, a cultura popular brasileira, compreendendo-a como “um conjunto de tradições, manifestações e expressões que se manifestam no cotidiano e refletem a diversidade do país, é considerar sua importância de sua transmissão de geração em geração, baseado no saber vulgar e na oralidade. A cultura popular envolve os elementos do espaço público e projetos de políticas culturais para o desenvolvimento local.

A importância da cultura popular na contemporaneidade deve-se à volta do tradicional, da busca do que era evidenciado apenas por um certo grupo de pessoas, do que era visto como atrasado e rústico. Com o avanço da tecnologia da informação o tradicional ganha um novo contexto, a reconversão como também a refuncionalização redimensionam as manifestações populares no que se refere à construção da identidade brasileira (Lóssio e Pereira, 2007, p. 7).

Existem várias maneiras de valorizar a cultura popular: a primeira pela dimensão de símbolos que possuímos através da comunicação, essa espetacular forma de gestos, mandingas da nossa cultura, afirmam o valor de cada manifestação; a segunda são questões de rivalidades entre as manifestações, a disputa acelera.

No entanto, é importante pensarmos que na sociedade capitalista da atualidade, há uma tendência do fenômeno da cultura de massas, que os autores consideram ser reflexo das mudanças e inovações inseridas nas tradições que vem descaracterizando, e, por vezes, distorcendo o sentido do tradicional. Tem sido comum que vários órgãos, ligados ou não, ao governo, como o SEBRAE, proponha a cultura popular como ferramenta de desenvolvimento em áreas diversas como o turismo, agronegócios e comercialização. Os governos também vêm propondo e desenvolvendo projetos e pesquisas relacionados a política de cultura, que muitas vezes incentivam o desenvolvimento econômico.

O que precisa ser observado, segundo Lóssio e Pereira (2007) é que embora a vertente econômica possa trazer um movimento para a região, onde ocorrem as manifestações populares, como as festas juninas e as quadrilhas, oferecendo oportunidades além de novas formas de trabalho, também muitas vezes podem descaracterizar elementos típicos da mesma, como uma apresentação ou o artesanato, ou ainda mudam os ingredientes da culinária regional para lançar padrões, que visam facilitar o consumo.

Nessa perspectiva, ao buscarmos conhecer a história da quadrilha é importante considerarmos que, na atualidade, a cultura popular vem sofrendo alterações que contemplam os aspectos econômicos, administrativos, educativos e sociais, e que, essas mudanças muitas vezes se dão no sentido do resgate das tradições e uma atualização das mesmas com o cotidiano das cidades, com a vida cotidiana moderna a importância da cultura popular para o desenvolvimento local, considerando as manifestações e expressões populares detentoras do contexto regional como fator de identidade cultural.

Marques e Brandão (2015) observam que, ao longo das décadas, manifestações como as festas juninas vêm sendo apropriadas pelo sistema capitalista como simulacro do folclore, o que transforma a autenticidade cultural em produto de consumo. No entanto, essa apropriação não implica o desaparecimento da tradição, mas sua reformulação a partir das novas mediações sociais, econômicas e políticas. As quadrilhas tornam-se, então, palcos de negociações simbólicas, em que o passado dialoga com o presente.

Para Lóssio e Pereira (2007, p.7) ocorre nesse processo o que se pode chamar de “dinâmica cultural”, onde a cultura se atualiza, transforma e negocia seus significados com sujeitos sociais, e desses com o mercado. “Então, compreender as mudanças e transformações da cultura popular é visualizar o passado por um caleidoscópio de informações do presente.”

QUADRILHAS JUNINAS: TRADIÇÃO E ESPETÁCULO

A quadrilha junina, ao longo dos anos, foi conquistando espaço nas diversas regiões do Brasil como uma dança popular. Para Santos (2022, p.8) essa dança além de movimentar a economia de diversos setores pelas cidades brasileiras, também consegue “mobilizar milhares de pessoas que, apaixonadas pelo movimento, mantém acesa a chama dessa arte tal qual as fogueiras de São João”.

Uma das maiores manifestações culturais do Brasil, as quadrilhas juninas estão ligadas diretamente aos festejos juninos que tem o seu início com a chegada do mês de junho. No contexto dessa festa, são celebrados tradicionalmente os santos da igreja católica Santo Antônio, São João e São Pedro. Essa ligação com os santos da igreja católica é uma herança cultural que foi trazida pelos colonizadores portugueses e está associada diretamente com a celebração da colheita do milho (Santos, 2022, p. 8).

O autor ainda complementa, a partir das análises de autores como Gonçalves e Bezerra (2021) que é possível identificar que há um esforço dos quadrilheiros em manter viva a tradição, e esse esforço eles o fazem tornando a quadrilha mais atrativa às novas gerações, incorporando novos elementos como figurinos estilizados, coreografias sincronizadas, sonoplastia profissional, sob influência das competições e das políticas públicas culturais. Ocorre o que o autor chama de “espetacularização”.

A quadrilha junina é exemplo evidente dessa tensão entre tradição e inovação. Conforme Di Deus (2014), a quadrilha original seguia um formato rígido de dança de salão, com comandos em francês e forte apelo aristocrático. No Brasil, no entanto, a dança se popularizou nas festas religiosas e passou a refletir o imaginário rural, incorporando figuras como o noivo matuto, a noiva grávida, o padre, os pais autoritários e o delegado, em um enredo cômico que satiriza rituais sociais e familiares.

Com o tempo, essa matriz tradicional foi sendo alterada. Gonçalves e Bezerra (2021) apontam que as quadrilhas juninas contemporâneas passam por um processo de espetacularização, em que elementos como figurinos, coreografias, enredos e sonoridades são planejados de forma profissional, muitas vezes com o intuito de vencer concursos e atrair patrocínios. Essa mudança é incentivada por agentes diversos, incluindo o poder público, os meios de comunicação e os próprios quadrilheiros, que veem na quadrilha uma oportunidade de expressão artística e inclusão social.

Rufino et al. (2017) analisam as quadrilhas competitivas como organizações complexas, que operam com planejamento estratégico, divisão de tarefas e formação de lideranças. Tais grupos funcionam como coletivos culturais que promovem valores como trabalho em equipe, disciplina e pertencimento, sendo especialmente relevantes para a juventude das periferias urbanas.

Para aqueles que amam a quadrilha, a festa é um momento de integração da sociedade. Santos (2022) afirma que cada pessoa que participa dos festejos sente a alegria, mesmo que não participe diretamente do espetáculo, dançando a quadrilha, conseguem se envolver nos festejos de

celebração dos santos e compartilhar do momento da cultura popular. Relações são firmadas também entre aqueles que vivenciam os festejos, especialmente na preparação, como é o caso dos ensaios para as quadrilhas juninas, que se constituem em momentos em que os laços de amizade e companheirismo são firmados com a finalidade de realizar um belo espetáculo para os concursos e apresentações que serão realizados durante todo o período festivo.

No que tange a quadrilha junina enquanto organização podemos dizer que se trata, em sua maioria, de uma tarefa comunitária organizada por pessoas que por livre vontade somam esforços para que, mesmo com baixos orçamentos, os grupos existam e permaneçam dentro do ciclo junino. A maioria de seus componentes são jovens de classe média-baixa e, com muitos esforços, brincam o São João de forma apaixonada e se realizam enquanto participantes do movimento. Um dos aspectos que chama muita atenção é o caráter profissional que esses grupos assumiram com o passar dos anos. Em algumas quadrilhas juninas temos grandes equipes responsáveis por cenários, figurinos, sonoplastia e outros elementos que compõem os espetáculos e estas dentro do meio junino são conhecidas como “quadrilhas grandes”. Este termo vem sendo muito criticado e debatido dentro da comunidade, pois, não seria correto determinar que uma quadrilha seria maior que outra (Santos, 2022, P.11).

Além do aspecto festivo, a quadrilha também é reconhecida por sua dimensão pedagógica. Silva (2024) destaca a potencialidade da quadrilha como ferramenta de ensino interdisciplinar, favorecendo aprendizagens em história, geografia, língua portuguesa e artes. Nas escolas, a vivência das quadrilhas contribui para o desenvolvimento de valores como cooperação, identidade cultural e respeito à diversidade.

Nas festas juninas mais contemporâneas, Lemos (2019) destaca que, apesar de não ser possível precisar quando começa esse movimento exato das quadrilhas estilizadas, acredita-se que foi nos anos 1980, que este estilo de dança aparece, no nordeste brasileiro, e foi se tornando cada vez mais conhecido nas cidades, através de concursos ou competições.

As diferenças estéticas entre o modelo estilizado e o matuto são bem perceptíveis apresentando certo distanciamento com aquela forma tradicional de se pensar e fazer quadrilha. Ainda que as quadrilhas estilizadas conservem a estrutura básica do modelo matuto referente a vestimenta (homens: camisa de manga comprida, chapéu, calça, cinto; mulheres: vestidos rodados, adereços na cabeça e maquiagens coloridas), as quadrilhas estilizadas agora passam a exaltar riqueza e sofisticação. Materiais como lantejoulas brilhantes, pedrarias, tecidos extravagantes como cetim e paetê, tomam o lugar da antiga chita, roupas remendadas, estampas xadrez e aos poucos a figura do matuto desdentado e com maquiagens (Lemos, 2019, p.19).

Além das diferenças estéticas, aparecem também novos personagens, como Lampião e Maria bonita, ciganos, sinhás e senhorzinhos, a música introduz novos sons e ritmos como o axé-music, lambada e outros estilos sonoros que faziam sucesso nos anos de 1980 e 1990. Ainda podemos mencionar os passos detalhadamente estabelecidos e ensaiados pelos quadrilheiros que, com coreografia na ponta do pé guiada pela música, vem trazendo nova função aos marcadores de quadrilha. Agora, além de coordenar os passos, também tem a função de animar e buscar interação com a plateia, uma vez que esse estilo de quadrilha, também participa na atualidade de competições e apresentações públicas ou privadas.

Essa dualidade reflete, como apontam Lóssio e Pereira (2007), o novo papel das manifestações populares na contemporaneidade, que deixam de ser vistas como práticas "atrasadas" e passam a ocupar lugar estratégico na construção das identidades urbanas, no turismo cultural e nas políticas de desenvolvimento local. Em Teófilo Otoni, a quadrilha se tornou um marcador de pertencimento e um espaço de disputa simbólica, onde tradição e inovação não se excluem, mas se reconfiguram mutuamente.

Pode-se inferir que há uma mistura de elementos da quadrilha tradicional e da quadrilha estilizada, e que essa mistura vem agregando elementos que tanto mantêm características tradicionais, mas também incorpora as novidades da evolução da sociedade brasileira. O que fica é a importância de continuar estudando as quadrilhas e mostrando sua força como cultura popular e sua influência na vida e na tradição de uma dada sociedade.

A PROPOSTA DA PESQUISA DA EXPERIÊNCIA DE TEÓFILO OTONI: MEMÓRIA, IDENTIDADE E ESPETÁCULO

No contexto de Teófilo Otoni, as quadrilhas juninas constituem um importante fenômeno cultural que mobiliza a cidade anualmente durante os festejos do mês de junho. Os grupos locais ensaiam durante meses, constroem seus figurinos com cuidado artesanal e se apresentam em praça pública da cidade diante de grande público e júri avaliador. A Praça Tiradentes, principal praça da cidade, é o palco central das festividades, e torna-se espaço simbólico de encontro, celebração e afirmação identitária.

A proposta da pesquisa é resgatar a história das quadrilhas em Teófilo Otoni, como parte das festividades juninas, através de pesquisa documental, no acervo da Secretaria de cultura de Teófilo Otoni – MG, estabelecida no Casarão do SESC, e da Câmara Municipal de vereadores da cidade, bem como com entrevistas com os marcadores e fundadores das quadrilhas de Teófilo Otoni, visitas aos ensaios das quadrilhas e uma entrevista com um representante da Secretaria de cultura da cidade. Pretende-se recuperar a história das quadrilhas, e com isso também mostrar a importância dela como patrimônio cultural. Além disso, pretende-se conhecer um pouco da história da competição e destacar a evolução crescente da estilização das quadrilhas, que mesmo mantendo elementos tradicionais como o casamento matuto, as músicas típicas, as comidas regionais e o espírito de comunidade, convivem com novas tecnologias de som, iluminação, figurinos profissionais e a presença de grandes shows musicais influenciados pelas mudanças culturais a partir especialmente dos anos 1980 e 1990.

Em Teófilo Otoni, a prática da quadrilha articula-se com a memória local e a valorização das tradições. Como afirma Lóssio e Pereira (2007), o resgate e a manutenção das manifestações populares colaboram para o desenvolvimento local, promovendo não apenas cultura, mas também mobilização social e fortalecimento da economia criativa.

A proposta da pesquisa é produzir, ao final dela, uma cartilha, contando a história das quadrilhas na cidade de Teófilo Otoni, bem como apresentar suas principais características e contribuições culturais, políticas, econômicas e sociais. A cartilha será distribuída, 2 (dois) exemplares, aos órgãos públicos, setores como a Secretaria de Cultura de Teófilo Otoni e a Câmara Municipal de Teófilo Otoni, e distribuídas nas escolas municipais da cidade, com vista a divulgar a quadrilha como patrimônio histórico da cidade, e incentivar também novas pesquisas sobre a quadrilha na cidade.

Além disso, quando os resultados forem divulgados, as pesquisadoras pretendem escrever artigos e divulgar em eventos regionais e nacionais, com vistas a contribuir com a visibilidade da quadrilha e, ainda, contribuir para fortalecer essa tradição cultural da cidade de Teófilo Otoni.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A quadrilha junina, em sua transição do campo para a cidade, da tradição ao espetáculo, constitui-se como prática viva da cultura popular brasileira. Em Teófilo Otoni, as quadrilhas são mais

do que festas: são símbolos de identidade, resistência e reinvenção cultural. Registrar suas histórias é um ato de preservação patrimonial e de reconhecimento da importância das culturas locais no cenário nacional.

Com a pesquisa pretende-se mostrar que a quadrilha em Teófilo Otoni – MG, revela uma manifestação cultural em constante movimento, marcada pela convivência entre tradição e inovação. A partir do resgate histórico de autores como Santos (2022), Lóssio e Pereira (2007). e da observação contemporânea, verificou-se que a quadrilha ultrapassa a condição de simples dança folclórica, assumindo papel estratégico na dinâmica cultural local. Trata-se de uma prática social viva, atravessada por sentidos simbólicos, disputas estéticas e implicações sociopolíticas.

Pretende-se também observar com a pesquisa, se as quadrilhas teófilo-otonenses preservam elementos que remetem à origem rural e popular das festas juninas, como o casamento matuto, os trajes típicos e o uso de músicas tradicionais, e, se, esses elementos convivem com práticas modernas práticas modernas, como a organização competitiva dos grupos, a profissionalização das coreografias e a inserção em circuitos culturais maiores, o que inclui apoio institucional e presença em eventos de visibilidade regional e estadual, conforme apontou Silva (2024). Esse processo de estilização e espetacularização, longe de representar um rompimento com a tradição, mostra-se como forma de atualização cultural, conforme os aportes teóricos de Gonçalves e Bezerra (2021), Marques e Brandão (2015), e Durham (apud Lóssio e Pereira, 2007).

A cidade de Teófilo Otoni, ao sediar e fomentar tais festividades, consolida um ambiente fértil para a preservação da memória coletiva e para a valorização da cultura popular como um bem simbólico e econômico. A quadrilha não apenas celebra a cultura local, mas também contribui para a formação de identidades, a coesão social e o fortalecimento de redes comunitárias. Para muitos jovens e adultos que participam das quadrilhas, essa experiência representa oportunidades de socialização, expressão criativa e afirmação de pertencimento.

Por fim, destaca-se a urgência de se registrar, sistematizar e difundir a história das quadrilhas juninas em Teófilo Otoni, reconhecendo sua importância para o patrimônio imaterial do município e sua relevância no cenário da cultura popular brasileira. Espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento das políticas públicas culturais e para o incentivo à continuidade dessas práticas que, ao mesmo tempo que dançam, contam e colecionam histórias.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, HANNAH. **Entre o passado e o futuro**. Trad. de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CARVALHO, Bruna Franco Castelo Branco; COSTA, Claudiene dos Santos. **Festas de São João: Das origens à atualidade**. UMinho Editora, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/68857>. Acesso em: 09 nov. 2024.
- CHIANCA, L.O. Quando o campo está na cidade: migração, identidade e festa. **Sociedade e cultura**, v. 10, n. 1, p. 45-59, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237219796_Quando_o_campo_esta_na_cidade_migracao_identidade_e_festa. Acesso em: 12 nov. 2024.
- DI DEUS, Eduardo. Quadrilhas juninas como um movimento de juventude em Rio Branco, Acre. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 75-85, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://cartilhas.ufg.br/fcs/article/view/36878/18807> Acesso em: 08 de nov. de 2024.
- GONÇALVES, Everton Grangeiro; BEZERRA, Elianara Kelly Santos. Tradição, modernidade e espetáculo: as quadrilhas juninas “a bordo do expresso sonho azul”. **XVII Encontro de estudos multidisciplinares em cultura**. Salvador, Bahia – Brasil. 27-30 Jul. 2021. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132375.pdf>. Acesso em: 8 de nov. de 2024.
- LEMOES, Felipe Roque de Sousa. **O palco na praça: Relato fotoetnográfico do Festival de Quadrilhas Juninas de João Pessoa**. João Pessoa – PB, Trabalho de Conclusão de Curso, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17436/1/2019.2%20LIC%20FELIPE%20ROQUE%20FESTIVAL%20DE%20QUADRILHAS.pdf>. Acesso em: 20 de mai. de 2025.
- LÓSSIO, Rúbia Aurenívea Ribeiro; PEREIRA, César de Mendonça. A importância da valorização da cultura popular para o desenvolvimento local. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. 2007. Disponível em: https://www.cult.ufba.br/enecult2007/RubiaRibeiroLossio_CesardeMendoncaPereira.pdf. Acesso em: 03 nov. 2024.
- MARQUES. Luana Moreira; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. As festas populares como objeto de estudo: contribuições geográficas a partir de uma análise escalar. **Ateliê Geográfico - Goiânia-GO**, v. 9, n. 3, p. 7-26, dez/2015. Disponível em: <http://cartilhas.ufg.br>. Acesso em: 01 nov. 2024.
- RUFINO, Karine Rodrigues; SOUZA, Elnivan Moreira de; LOPES, Luma Louise Sousa; JUNIOR, José Jorge da Silva; ALVARENGA, Rafaela Medeiros Alves. Práticas organizativas de uma quadrilha junina competitiva. **Cartilha Interdisciplinar de gestão – RIGS**. Vol.6 – Jan/Abr, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br>. Acesso em: 05 nov. 2024.

SANTOS, Jailson Vinicius da Silva. **O São João de Sergipe: Tradição e estilização das quadrilhas juninas.** São Cristóvão – SE, Trabalho de Conclusão de Curso, 2022. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/16036/2/Jailson_Vinicius_Silva_Santos.pdf. Acesso em: 24 mai. 2025.

SILVA, Glauciene Dutra. **A festa junina e a educomunicação no contexto amazônico: Territorialidade, cultura e a educação não formal na cidade de Boa Vista – RR.** Boa Vista. Tese de doutorado, 2024. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/10338/2/TESE_GlaucieneSilva_PPGDA.pdf Acesso em: 01 de nov. de 2024

TEÓFILO OTONI. **Portal da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni.** Conheça Teófilo Otoni. 2024. Disponível em: <https://teofilootoni.mg.gov.br/conheca-teofilo-otoni/> Acesso em: 13 de nov. de 2024.

TYLOR, Edward B. **Primitive Culture.** London: John Murray, 1871.

A CIDADE DE DIADEMA SOB O IMPULSO DO PLANO DE METAS DO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK¹

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

CLAUDIA LIMA MONTEIRO²

RESUMO: O governo de Juscelino Kubitschek é lembrado pelo processo de aceleração do desenvolvimento econômico e industrial do país. Neste período Diadema inicia seu processo de emancipação como cidade. Este trabalho objetiva apresentar o processo inicial de desenvolvimento do território de Diadema, articulando-o ao projeto nacional desenvolvimentista do Governo Federal. A industrialização, apoiada por fatores geoeconômicos e fluxos migratórios, moldou a configuração urbana e social do município de Diadema. A proximidade com vias estratégicas, a oferta de mão de obra e os baixos custos fundiários favoreceram a instalação de indústrias, especialmente no contexto do ABC paulista. A industrialização no território de Diadema expressa as contradições do desenvolvimento periférico.

Palavras-chave: Industrialização, desenvolvimento, território.

ABSTRACT: The government of Juscelino Kubitschek is remembered for accelerating the country's economic and industrial development. During this period, Diadema began its process of becoming an independent municipality. This paper aims to present the initial development process of the territory of Diadema, linking it to the national developmentalist project of the Federal Government. Industrialization, supported by geoeconomic factors and migratory flows, shaped the urban and social configuration of the municipality of Diadema. The proximity to strategic roads, the availability of labor, and low land costs favored the establishment of industries, especially within the context of the ABC region of São Paulo. Industrialization in the territory of Diadema reflects the contradictions of peripheral development.

Keywords: Industrialization, development, territory.

INTRODUÇÃO

O governo de Juscelino Kubitschek (1956–1960) representa um marco na história do desenvolvimentismo brasileiro. Seu mandato foi pautado por um discurso modernizador, cuja principal expressão foi o Plano de Metas, concebido como instrumento estratégico para promover a rápida industrialização e a integração territorial do país. Com o slogan “Cinquenta anos em cinco”, o

¹ Trabalho autorizado pela autora, para divulgação na Revista Pensamento e Sociedade.

² Doutora, mestre e graduada em Serviço Social pela PUC-SP. Especialista em Economia do Trabalho e Sindicalismo. Assistente Social aposentada da Prefeitura do Município de Diadema, docente do curso de especialização da Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz). Email: claudia65lima@hotmail.com, lattes: <https://lattes.cnpq.br/1262397968543575>.

plano sintetizava o ideário de aceleração do progresso material por meio da ação do Estado em parceria com o capital privado, sobretudo estrangeiro, configurando um modelo que combinava nacionalismo desenvolvimentista com abertura ao capital internacional.

Organizado em torno de 31 metas distribuídas nos setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação — aos quais se somou, posteriormente, a construção de Brasília como “meta-síntese” —, o plano foi responsável por significativos avanços na infraestrutura nacional. Destacam-se, nesse sentido, a expansão da malha rodoviária, a criação de grandes hidrelétricas, a instalação da indústria automobilística e a consolidação de polos industriais em regiões como o Sudeste e o Sul do país. Tais mudanças possibilitaram o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a elevação dos níveis de urbanização e de consumo de bens duráveis entre os setores médios da população urbana.

No entanto, o Plano de Metas não esteve isento de contradições e consequências negativas, frequentemente minimizadas nos discursos oficiais. A estratégia de desenvolvimento adotada por JK implicou uma crescente dependência de capital externo, tanto sob a forma de empréstimos quanto de investimentos diretos. Essa dependência resultou em um processo de subordinação tecnológica e produtiva aos interesses das empresas transnacionais, limitando a autonomia do país na definição de suas prioridades industriais. Além disso, o modelo de crescimento foi concentrador: privilegiou grandes conglomerados empresariais e regiões já relativamente desenvolvidas, acirrando as desigualdades regionais e sociais.

Dessa forma, o Plano de Metas representou, simultaneamente, um avanço na modernização capitalista do Brasil e uma intensificação das contradições típicas do modelo de desenvolvimento dependente e excludente. Como destacam autores como Celso Furtado (2007) e Maria da Conceição Tavares (1983), o processo desenvolvimentista brasileiro nesse período revelou-se ambivalente: ao mesmo tempo em que promoveu a industrialização e a infraestrutura, perpetuou a dependência externa, a concentração de renda e a exclusão social. Assim, o legado do governo JK deve ser analisado criticamente, à luz das estruturas históricas de desigualdade e das limitações do projeto nacional-desenvolvimentista implementado no contexto da Guerra Fria e da crescente internacionalização do capital.

É neste período que Diadema, ainda um distrito da cidade de São Bernardo do Campo, inicia seu processo de emancipação e de desenvolvimento como cidade. O cenário nacional conspira a favor

desta emancipação, uma vez que a indústria automobilística, base econômica importante desse território, também seria contemplada com importantes incentivos federais.

Este trabalho tem como objetivo apresentar o processo inicial de desenvolvimento da cidade de Diadema, tendo como base o Plano de Metas estabelecido pelo governo JK. A definição da pesquisa por Diadema decorre de sua importância política e econômica na região do ABCDMRR³ paulista e pela minha inserção profissional neste território.

O desenvolvimento do trabalho está estruturado em dois eixos e considerações finais. O primeiro eixo apresenta uma breve contextualização do Plano de Metas do Governo JK e o segundo eixo especifica o processo de desenvolvimento inicial da cidade de Diadema. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que não tem a pretensão de esgotar o tema, mas almeja apresentar questões e reflexões sobre o tema.

DESENVOLVIMENTO

O governo JK e o Plano de Metas 50 em 5

O Governo JK, ocorrido no período de 1956 a 1960, é lembrado pelo seu projeto desenvolvimentista para o Brasil, elencando o desenvolvimento econômico e industrial como prioridades para o crescimento do país. O slogan de seu governo “50 anos em 5” já expressava a sua intenção de aceleração das ações governamentais, efetivada por meio de um grandioso Plano de Metas. A construção de Brasília também foi um marco deste Governo.

Lessa (1975) e Serra (1998) reconhecem a importância do Plano de Metas de JK para o Brasil, uma vez que propiciou um expressivo crescimento da economia do país em curto espaço de tempo, com grandes incentivos à industrialização nacional e com papel preponderante do Estado.

Há de se ressaltar os limites do Plano, pois o mesmo não se direcionou a equacionar problemas como a inflação e a má distribuição de renda. As 31 metas desse plano foram agrupadas em 05 grandes áreas, quais sejam: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação (ainda que essa última área tenha sido a de menor investimento, o equivalente a 3,4% do orçamento proposto (Lessa, 1975).

³ A região do ABCDMRR ou também conhecida como região do grande ABC é constituída por 07 municípios, a saber: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

O Estado priorizou a industrialização nacional e promoveu diversos incentivos fiscais e tributários para o capital privado nacional e também para a captação de investimentos estrangeiros. Esse direcionamento propiciou a instalação de indústrias de diversos ramos no país, como automobilístico (fundamental na região do ABC paulista) e construção naval, além da ampliação de indústrias de siderurgia, química, petróleo e papel (Serra, 1998).

Trata-se, portanto, de um período ímpar para o país, pois foi um momento em que incentivos substanciais à industrialização foram realizados, com o protagonismo fundamental do Estado. Além de propiciar o crescimento das cidades, como foi o caso de Diadema, também potencializou o número de empregos oferecidos aos trabalhadores. Com essa consideração, será exposto a seguir o território peculiar de Diadema.

Diadema: emancipação e desenvolvimento à luz do Plano de Metas do Governo JK

Esse eixo apresenta a forma de constituição de Diadema como cidade, seu processo de desenvolvimento e industrialização nos anos 50, em sintonia com o momento econômico do país, de incentivo à Industrialização.

Em 1940, Diadema era um distrito do município de São Bernardo do Campo, constituído por 04 bairros dispersos: Piraporinha, Eldorado, Taboão e Vila Conceição (Diadema, s.d.). As atividades econômicas estavam ligadas à manufatura e a agricultura de subsistência, além de pequenos comércios, olarias, carvoarias. Para Santos (2006), nos anos iniciais da década de 40, o distrito ainda não possuía importância significativa na região e não havia sido impactado diretamente com o processo de industrialização iniciado no Brasil a partir de 1930, ainda que estivesse próximo geograficamente da cidade de São Paulo.

A inauguração da Via Anchieta, em 1947, começa a mudar essa situação, pois o escoamento de produtos por meio de trens começa a perder fôlego e passa a ser priorizado o transporte rodoviário. Por conseguinte, indústrias multinacionais de grande porte se instalam próximo a Via Anchieta, enquanto outras empresas subsidiárias começam a se fixar em Diadema. Inúmeras mudanças na região ocorreram: abertura de estradas, surgimento de indústrias, migrações, loteamentos novos e crescimentos das cidades. A potencialidade de desenvolvimento foi notada pelas lideranças locais de



Diadema e foi iniciado o movimento de luta pela sua emancipação de São Bernardo do Campo. O pleito foi aprovado por meio de um plebiscito ocorrido em 1958, no ano seguinte ocorreu a primeira eleição municipal e em 10/01/1960, ocorreu a posse dos primeiro prefeito e vereadores de Diadema. (Santos, 2006; Diadema, s.d.).

A localização da cidade de Diadema e suas divisas com os municípios de São Bernardo do Campo e São Paulo é apresentada no mapa a seguir.

Mapa 1. Localização da cidade de Diadema

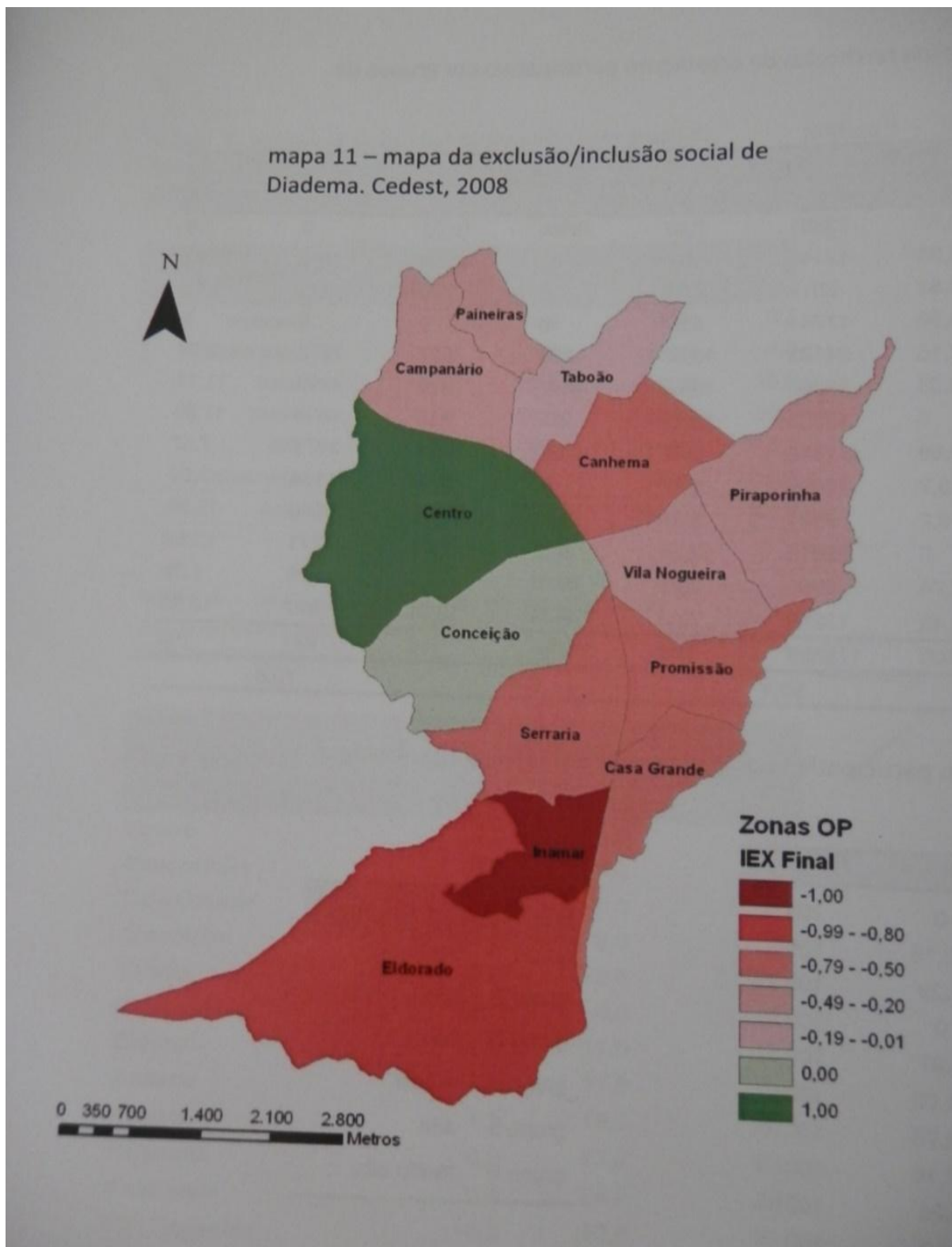


Fonte: Wikipedia, 2022.



O mapa possibilita visualizar a pequena extensão territorial de Diadema em relação a seus vizinhos. Trata-se de uma área de 30,7 km² de extensão, o equivalente a 4,94% de todo o território do ABCDMRR e 0,01% do estado de São Paulo (Diadema, s.d). São 11 bairros que constituem a cidade, conforme pode-se visualizar no mapa a seguir.

Mapa 2. Bairros de Diadema



Fonte: Topografia Social de Diadema, 2009.

O mapa demonstra as desigualdades existentes no território de Diadema. O estudo “Topografia Social de Diadema” indicou os bairros de Inamar e Eldorado com os maiores índices de exclusão social, enquanto no centro e no bairro de Conceição os índices de inclusão prevaleciam (Sposati, 2009). A autora aponta a repercussão dessa desigualdade na vida da população local.

A perda do emprego formal, assalariado, pode ser visto como o início de uma cadeia de perdas sociais que pode ser entendida como um processo gradativo de exclusão social. Essas perdas de direitos básicos adquiridos são discutidas como processos de “desfiliação” que rompem os vínculos familiares e sociais e institucionais dos indivíduos instaurando formas de “desqualificação social”. Estas redundam na apartação e isolamentos sociais, fazendo avançar análises equivocadas que levam a fragilizar o horizonte da igualdade e a aceitação da iniquidade como uma ocorrência natural. Trata-se da naturalização do estigma, do preconceito, gerando barreiras e apartações impedindo o movimento de cidadãos e sua não inclusão ou exclusão social (SPOSATI, 2009, p. 31).

A expansão populacional e econômica de Diadema é impactada diretamente pelo Plano de Metas do JK (Santos, 2006). A ênfase à industrialização e a decorrente migração da população do campo para as cidades impactaram no processo de ocupação das cidades. Santos (2006) e Andrade (1979) elencam os números exponenciais de crescimento populacional em Diadema: de 3 mil em 1950, sobe para 12 mil em 1960 e chega a 80 mil em 1970. Em sintonia com o Plano de Metas Nacional, a Prefeitura de Diadema na década de 60 criou incentivos para a instalação de indústrias, com medidas como: com incentivos fiscais pelo período de 05 anos, realização de serviços de infraestrutura nas proximidades de loteamentos industriais desapropriações de casas para construção de indústrias e facilidades de condições de pagamento dos loteamentos, dentre outros.

Destaca-se que nas décadas de 1970 e 1980 a região do ABC ficou conhecida nacionalmente pelas manifestações sindicais e populares, que resultaram na fundação do PT. A cidade de Diadema, inserida neste importante movimento político, elegeu em 1983, Gilson Luiz Correia de Menezes, o primeiro prefeito do PT na cidade.

Costa (2012) nota que a primeira gestão do PT optou por um modo de governar democrático, com incentivo à participação popular e realização de obras de infraestrutura como pavimentação, implantação de serviços de água e esgoto e energia elétrica e programas de urbanização de favelas e de regularização fundiária. Entretanto, ainda que se considere tais ações municipais, identifica-se

dificuldades nesse processo, a começar pelo modelo econômico adotado a nível federal,

[...]O Estado brasileiro aqui desempenhou papel determinante, assegurando as condições políticas e econômicas, com pesados investimentos para a implantação do processo de industrialização, contribuindo de forma contundente para a acumulação de capital, produzindo uma exclusão social com grande concentração de renda, característica do modelo econômico adotado (Santos, 2006, p. 20).

Dessa forma, há de se considerar as desigualdades existentes no território de Diadema. A ocupação da cidade foi caracterizada por assentamentos informais, em sua maioria em terrenos públicos. Em 1967, houve um considerável aumento populacional devido à desativação da Favela do Vergueiro, situada na cidade de São Paulo. A infraestrutura habitacional, portanto, não conseguiu acompanhar tal crescimento, ocorrendo a construção de favelas. Coelho (2008) informa que, enquanto no ano de 1968, havia dois núcleos de favelas, em 1998, esse número saltou para 207. Costa (2012) aponta a inexistência de infraestrutura adequada para essa população jovem, como falta de pavimentação, saneamento básico e alto índice de mortalidade infantil.

Santos (2006) analisa a importância do papel do Estado para a industrialização local, mas também aponta os seus limites:

[...]O Estado brasileiro aqui desempenhou papel determinante, assegurando as condições políticas e econômicas, com pesados investimentos para a implantação do processo de industrialização, contribuindo de forma contundente para a acumulação de capital, produzindo uma exclusão social com grande concentração de renda, característica do modelo econômico adotado (Santos, 2006, p. 20).

Entende-se, portanto, os limites e contradições existentes no processo de industrialização nesse período em particular. Há de se reconhecer, de forma dialética, que o impulso à industrialização foi propiciou o crescimento econômico do país e a geração de empregos, mas também desigualdades. Nesse período surgiram no município de Diadema diversas indústrias, conforme dados pesquisados por Andrade (1979) e demonstrados na tabela a seguir.



Tabela 1. Número de indústrias existentes em Diadema nas décadas de 60 e 70

TABELA 4
DIADEMA - INDÚSTRIAS POR RAMO

R A M O	Número de estabelecimentos industriais							
	1960		1965		1970		1974	
Metalúrgica	1	2,7	13	15,1	40	20,2	75	22,6
Mecânica, Mat. Elétrico, de Comun. e Transp.	2	5,4	13	15,1	40	20,2	62	18,7
Química e Borracha	1	2,7	10	11,6	21	10,6	46	13,9
Paraquímica	-	-	6	7,0	10	5,1	23	6,9
Minerais não metálicos	29	78,4	22	25,6	26	13,2	37	11,2
Madeira e Mobiliário	1	2,7	4	4,6	20	10,1	32	9,6
Couro, peles e simil.	-	-	-	-	1	0,5	2	0,6
Papel e papelão	-	-	2	2,3	5	2,5	4	1,2
Produtos Alimentares	1	2,7	8	9,3	16	8,1	10	3,0
Têxtil	-	-	1	1,2	4	2,0	5	1,5
Confecção, Calçados e Artefatos de Tecidos	-	-	1	1,2	4	2,0	11	3,3
Editorial e Gráfica	-	-	-	-	5	2,5	8	2,4
Diversas	1	2,7	1	1,2	6	3,0	17	5,1
Extrativa de Produtos Minerais	1	2,7	5	5,8	-	-	-	-
T O T A L	37	100,0	86	100,0	198	100,0	332	100,0

FONTES: Censo Industrial, 1960 e 1970, IBGE; Cadastro Industrial, 1965, IBGE; Listagem dos Contribuintes do ICM, 1974, Secr. Fazenda.

Fonte: Andrade (1979, p.132).

Pelos números apresentados na tabela, é possível verificar a evolução quantitativa de indústrias existentes em Diadema nos anos 60, 65, 70 e 74. Mas há de se considerar que a realidade municipal apresenta uma complexidade e impõe a necessidade de compreensão das potencialidades e fragilidades desse território e a existência de limites da autonomia municipal na condução de seu próprio desenvolvimento. A inserção subordinada de Diadema na cadeia produtiva industrial paulista reforça os traços de dependência e heteronomia característicos do padrão de industrialização brasileiro, pautado pela lógica do capital internacional e pela centralidade do Estado como indutor do crescimento econômico, ainda que à custa da desproteção social de amplas parcelas da população.

Dessa forma, a análise crítica da industrialização, sob os marcos do Plano de Metas e da política desenvolvimentista, exige a consideração de suas múltiplas dimensões — econômica, social, territorial e política. O município expressa as contradições do projeto de modernização capitalista no Brasil, no qual o progresso técnico e a expansão industrial não resultaram, necessariamente, em justiça social ou equidade no acesso aos frutos do desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou apresentar o processo inicial de desenvolvimento da cidade de Diadema, tendo como base o impulso do Plano de Metas estabelecido pelo governo JK. Trata-se de um município recém-criado no período em referência e que se beneficiou do processo de aceleração de industrialização existente no país. Também outros elementos favoreceram Diadema: a proximidade com Via Anchieta, o Porto de Santos e as cidades de São Paulo e São Bernardo do Campo, o baixo custo dos terrenos e a existência de diversos trabalhadores migrantes do Nordeste. Tais fatores, aliados ao momento político, social e econômico do país, impulsionou a Prefeitura de Diadema a garantir ações que impulsionassem a industrialização no território, a exemplo do que ocorria a nível federal.

Destaca-se que o surgimento e implantação de indústrias de pequeno e médio porte também foi fortalecido pela existência das grandes montadoras automobilísticas existentes nos municípios vizinhos, na região do ABC paulista e que o processo de industrialização foi fundamental para a formação da classe operária no município.



Diadema possui a característica de ser um município de médio porte, relativamente jovem, que cresceu às margens da cidade de São Paulo e de São Bernardo do Campo e com grandes necessidades sociais. Compreender a sua história, suas peculiaridades e, em especial o processo de industrialização ocorrido nesse território, ainda é um campo para estudos e pesquisas.

Alicerçado pelo Plano de Metas do Governo de JK, a nível federal, a industrialização alicerçou o processo de desenvolvimento da cidade de Diadema, ao mesmo tempo em que reproduziu as contradições típicas da urbanização periférica brasileira. Essa análise permite refletir sobre os limites e as contradições intrínsecas ao modelo desenvolvimentista implementado no Brasil a partir da segunda metade do século XX, especialmente durante o governo Juscelino Kubitschek, cujo Plano de Metas (“Cinquenta anos em cinco”) impulsionou a industrialização em ritmo acelerado. Diadema vivenciou uma transformação estrutural significativa, com a implantação de um parque industrial que, embora gerasse empregos e atraísse população de diversas regiões do país, consolidou também um modelo de crescimento econômico excludente, marcado por desigualdades sociais, carência de infraestrutura urbana e precarização das condições de vida da classe trabalhadora.

Entende-se, portanto, que o processo de industrialização em Diadema não pode ser analisado de forma linear ou unívoca. Sob uma perspectiva dialética, é necessário reconhecer que, se por um lado houve um inegável impulso à economia local e regional, por outro, esse crescimento ocorreu sem a correspondente ampliação dos direitos sociais e das condições de vida da população. O caráter concentrador do capital, acentuado pelo modelo nacional-desenvolvimentista, favoreceu grandes grupos industriais ao mesmo tempo em que marginalizou vastos setores da população, consolidando padrões de segregação socioespacial.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Margarida Maria de. **DIADEMA** – uma área de expansão da indústria na metrópole paulistana. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Estudos Pós-graduados em Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1979.

COELHO, Marta Cícera Sari. **Espaço de Direitos é mais que Direito a Espaço**: O Processo de Urbanização de Favelas em Diadema (1983–2008). Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

COSTA, Tania. **A Participação do Conselho Popular de Saúde na dinâmica deliberativa do**

Conselho Municipal de Saúde de Diadema/SP: um processo em questão. 2008-2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

DIADEMA. **História.** Disponível em: <https://portal.diadema.sp.gov.br/historia-2019/> Acesso em 20.dez.2022.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 33. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

LESSA, Carlos. **Quinze Anos de Política Econômica.** São Paulo, Ed, Brasiliense. 4ª edição, 1983.

SANTOS, Mauricléia Soares dos. **A política habitacional do município de Diadema e a intervenção do assistente social (1994-2004).** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

SERRA, José. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira. IN: Belluzzo, Luiz G. e Coutinho, Renata. **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise (Volume 1).** Campinas: IE/CAMO=PINAS, 1998.

SPOSATI, Aldaíza (Coord.); RAMOS, Frederico; GAMBARDELLA, Alice. **Topografia Social de Diadema.** PMD/CEDEST/PUC-SP, 2009.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da ideologia do desenvolvimento nos anos 50. In: TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 51-71.



ANÁLISE INTERSECCIONAL DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

VITOR IERUSALIMSKY¹

RESUMO: O artigo apresenta análise das políticas de ação afirmativa nas universidades federais brasileiras sob uma perspectiva interseccional, considerando o impacto dos critérios de classe, raça e gênero nas Leis nº 12.711/2012 e nº 14.723/2023, conhecidas como Leis de Cotas. Destaca a importância dessas políticas sociais na democratização do acesso ao ensino superior, assim como seus impactos na diversidade do universo acadêmico. Por meio de análises de dados quantitativos, demonstra-se a eficácia dessas ações afirmativas na inclusão de grupos historicamente marginalizados, ao mesmo tempo que se aponta para a necessidade de políticas complementares voltadas à permanência estudantil e combate à discriminação dentro do ambiente acadêmico.

Palavras-chave: Ação afirmativa, interseccionalidade, ensino superior.

ABSTRACT: The paper presents an analysis of affirmative action policies in Brazilian federal universities from an intersectional perspective, considering the impact of class, race, and gender criteria in the Brazilian laws nº 12.711/2012 and nº 14.723/2023, known as the Quota Laws. It highlights the importance of these social policies in democratizing access to higher education, as well as their impact on the diversity of the academic environment. Through quantitative data analyses, it evidences the effectiveness of these affirmative actions in including historically marginalized groups, while also pointing to the need for complementary policies focused on student retention and combating discrimination within the academic setting.

Keywords: Affirmative action, intersectionality, higher education.

INTRODUÇÃO

As ações afirmativas são conceituadas de forma ampla pelas produções literárias no campo acadêmico e político. De acordo com o Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA), instituído pelo governo federal brasileiro em março de 2023, elas podem se referir a diversas políticas públicas e privadas que têm por objetivo promover benefícios, recursos, oportunidades e direitos a grupos

¹ Mestrando no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8726081583343880>. Endereço eletrônico: vitori@id.uff.br.



sociais que são, ou foram, discriminados na sociedade ou encontram-se em situação de desigualdade. Conforme o Programa, as ações afirmativas são transversais no que trata de gênero, raça e etnia, sendo estes aspectos cruciais na abordagem dos desafios sociais nacionais. Consequentemente, é possível definir a importância de uma abordagem interseccional nos processos de avaliação deste tipo de ação, ao se considerar a relevância da multiplicidade de eixos de análise no estudo de políticas sociais.

Dentre as áreas de atuação para políticas de ação afirmativa com potencial impacto positivo na alteração destes processos de exploração da sociedade, o setor educacional apresenta destaque. Considerando-se o acesso à educação superior como uma ferramenta de expansão da democracia, direitos humanos e redução da estratificação social (Schofer; Meyer, 2005), a compreensão do impacto de ações afirmativas neste setor, em especial em instituições públicas federais, é fundamental para maior clareza no entendimento dos benefícios dos projetos governamentais para redução das desigualdades vigentes no país.

Assim, é utilizada a validade avaliativa da ferramenta interseccional na análise do processo estrutural, assim como nos resultados de políticas sociais, tendo como objeto específico de análise às universidades públicas federais brasileiras, fazendo uso de critérios de classe, raça e gênero. O foco dedicado às instituições federais se deve às suas expressivas dimensões, financiamento governamental e, principalmente, pelo fato de refletirem uma política central do governo brasileiro, aplicada igualmente em toda a esfera nacional. Como base da consolidação dessas políticas, têm destaque as Leis nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, que configuram o projeto mais ambicioso de ação afirmativa para ingresso no ensino superior do mundo (Dietrich; Moja; Bordoloi Pazich, 2014).

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas, possui como ponto de maior destaque a determinação de que as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação devem reservar, em cada processo seletivo para cursos de graduação, no mínimo 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dessas vagas reservadas, 50% são destinadas a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita (valor ajustado a um salário mínimo pela Lei nº 14.723). Além disso, a lei determina que as vagas devem ser preenchidas por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas (este último incluído também pela Lei nº 14.723), bem como por pessoas com deficiência, em proporção, no mínimo, igual à proporção dessas populações na unidade



da Federação onde está localizada a instituição, conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já a Lei nº 14.723 de 13 de novembro de 2023, além de reajustar o valor de renda per capita e adicionar estudantes quilombolas aos grupos beneficiários de reserva de vagas, garantiu também prioridade no recebimento de auxílios estudantis oferecidos pelas instituições federais de ensino aos ingressantes por políticas de ação afirmativa que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Apresentou também como medida o monitoramento anual e avaliação a cada década do acesso, permanência e conclusão dos alunos beneficiários e não beneficiários das políticas de ação afirmativa por meio do Ministério da Educação. Finalmente, a legislação reforçou os incentivos à criação de políticas de ações afirmativas para a inclusão em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Para condução de análise interseccional das políticas de ação afirmativa no ensino superior federal brasileiro, o presente estudo faz uso de dados disponíveis publicamente por meio do Censo da Educação Superior 2023, divulgado em outubro de 2024 e produzido pelo Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Também são considerados os dados presentes na V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior, referente ao ano de 2018, feita pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). As bases de dados públicas permitem a análise comparativa entre os ingressantes, matriculados e concluintes em universidades federais, considerando-se dados estatísticos que refletem questões de raça, classe e gênero.

Segundo a estruturação dos critérios para acessibilidade ao ensino superior, a análise é iniciada por avaliação de critérios de classe, que abordam os dois primeiros níveis estruturais da política, ao se considerar a reserva de vagas para estudantes que realizaram o ensino médio integralmente em escolas públicas, assim como a subdivisão de categorias no nível seguinte, considerando-se a renda per capita familiar. Na sequência, é apresentada análise de critérios raciais na política, considerando o preenchimento de vagas por candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas. Finalmente, é abordada a questão de gênero, e a ausência de sua inclusão em escala nacional na legislação vigente.

DESENVOLVIMENTO



Crítérios de Classe

No Brasil, há uma grande disparidade entre os colégios privados e públicos. Em análise de eficiência conduzida por Sampaio e Guimarães (2009), os colégios privados brasileiros obtiveram eficiência máxima, enquanto nenhum colégio público conseguiu, em nenhum ponto da distribuição, atingir níveis de eficiência equivalentes aos privados. Essa disparidade na qualidade de ensino é ainda mais perceptível ao se especificar a análise dos colégios públicos entre estaduais e federais, onde a análise demonstra que aqueles apresentam índices de aproveitamento acadêmico ainda piores do que estes.

As diferenças constatadas na qualidade de ensino se refletem na transição dos estudantes para o ensino superior. Segundo Maciel (2021), no ano de 2018, apesar de a rede pública de ensino médio ser responsável por 80% das matrículas de alunos ativos neste nível de ensino, somente 36% destes alunos ingressaram no ensino superior após a conclusão do ensino médio. Por outro lado, o percentual sobe para 79,2% quando a origem dos alunos é a rede privada de ensino médio.

Os dados de desempenho acadêmico entre colégios públicos e privados se mostram como importante fator representante da promoção de desigualdades ao se considerar que a acessibilidade ao ensino escolar privado de qualidade é extremamente limitada por barreiras socioeconômicas, sendo o custo da educação privada básica e média no país extremamente elevado e, conseqüentemente, excludente. Assim, a formação educacional prévia dos candidatos ao ensino superior é, portanto, foco primário de atenção das políticas de ação afirmativa do governo federal. Objetiva-se, com este primeiro critério classificatório, equalizar as oportunidades de acesso para estudantes que realizaram integralmente o ensino médio em colégios de rendimento acadêmico comprovadamente reduzido.

Em se tratando do segundo critério socioeconômico para alocação de candidatos de ação afirmativa, a renda per capita, retoma-se a menção à grande desigualdade econômica existente no Brasil, e seus perversos impactos na estruturação social. Conforme pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em 2023, o 1% mais rico da população brasileira detém 28,3% da renda total, enquanto, de acordo com censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do mesmo ano, 31,6% da população brasileira vive abaixo da linha de pobreza. Estes indicadores consolidam o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo, o que se reflete no coeficiente de Gini, medido por dados do Banco Mundial, apontando o Brasil como o quarto país mais desigual no continente americano.



Elementos de desigualdade de raça e gênero na consolidação das desigualdades econômicas relatadas não podem ser ignorados. Conforme a Síntese de Indicadores Sociais de 2023 do IBGE, entre as pessoas de cor ou raça preta ou parda, 40,0% eram pobres em 2022, um patamar quase duas vezes superior à taxa da 21% observada na população branca. Ao se somarem questões de gênero, o estudo destaca que no arranjo domiciliar formado por mulheres pretas ou pardas, sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos, se concentrou a maior incidência de pobreza: 72,2% dos entrevistados desses arranjos eram pobres e 22,6% eram extremamente pobres. Tais fatores mostram como necessário o ajuste da faixa de renda per capita feito pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, buscando atender de maneira mais focalizada a população nacional em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Ainda assim, apesar de todos os desafios socioeconômicos resultantes da concentração de renda no país, o sucesso das ações afirmativas nas universidades federais se mostra presente em dados do INEP. No ano de 2023 foi observado que 51% dos alunos provenientes dessas políticas em instituições federais de ensino superior concluíram seus cursos, enquanto o índice entre os discentes não ingressantes por tais políticas foi de 41%. Conforme o Censo da Educação Superior 2023, o número de discentes concluintes em universidades federais, provenientes de escolas públicas, era cerca do dobro de discentes provenientes de escolas particulares. Os dados refletem, portanto, o sucesso da política no sentido de formação de profissionais e acadêmicos qualificados, provenientes de contextos socioeconômicos até então excluídos deste tipo de processo formativo.

Crítérios de Raça

Apresentada pela Lei de Cotas como critério utilizado na terceira subdivisão na reserva de vagas, encontra-se a questão racial. Abarcando grupos historicamente excluídos, explorados e alvos de violência social, tanto as vagas reservadas para candidatos com renda per capita inferior a um salário mínimo, quanto às vagas reservadas sem limitações de renda, dedicam percentual para candidatos pretos, pardos e indígenas. A compreensão da relevância deste tipo de ação perpassa aspectos estruturais e formativos do Brasil.

Gonzales (1984), ao tratar do racismo na cultura nacional, afirma que este se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. De fato, os impactos estruturais na sociedade nacional causados pelos movimentos de migração forçada e da estrutura colonial de



exploração racial e humana são incomensuráveis. Conforme apresentado por Almeida (2014), a introdução de políticas de ação afirmativa para a população negra do Brasil é um dos muitos instrumentos necessários para se buscar combater as desigualdades e injustiças sociais provenientes deste processo de violência estrutural, fundamentadas em preconceitos e discriminação. Dessa forma, estruturam-se os critérios de reserva de vagas para determinadas identidades raciais, independente da situação socioeconômica individual.

Porém, historicamente no Brasil, situações de vulnerabilidade socioeconômica estão proximamente relacionadas à grupos específicos da população. Conforme a Síntese de Indicadores Sociais 2023 do IBGE, na população empregada do país, os brancos eram 44,7%, e os pretos ou pardos, 54,2%. Porém, apesar de maior empregabilidade, as atividades com menor rendimento médio tinham maior proporção de trabalhadores pretos ou pardos, como a agropecuária (62,0%), a construção (65,1%) e os serviços domésticos (66,4%). Naquele ano, o rendimento-hora médio dos trabalhadores brancos, de R\$20,00, era 61,4% maior que o dos pretos ou pardos, de R\$12,40. Ainda segundo o IBGE, entre as pessoas de cor ou raça preta ou parda, 40,0% eram pobres em 2022, um patamar quase duas vezes superior à taxa da população branca, de 21%. Tais dados demonstram que a população preta e parda do Brasil é socialmente alocada em funções menos especializadas, com pior remuneração, que as colocam na linha da pobreza. Novamente a interseccionalidade entre elementos de raça e classe são fator basilar para justificativa da consolidação e expansão das políticas de ação afirmativa nas universidades federais, considerando-se o impacto positivo de uma formação no ensino superior para equiparação de questões laborais e salariais no mercado de trabalho.

O Censo da Educação Superior de 2023 do INEP apresenta valiosos dados a respeito da população preta e parda nas instituições de ensino superior federais do país. Dentre os ingressantes, foram registrados 14.702 que se identificam como pretos e 47.230 pardos, em comparação a um total de 49.849 ingressantes autodeclarados brancos. Ao se considerar o quantitativo de discentes matriculados, o número total de pardos é maior que o de brancos, sendo estes 189.186 e 181.416, respectivamente. Já o número de matriculados que se identificaram como pretos é pouco maior que 30% do número de pardos. Tais dados quantitativos demonstram que as universidades avaliadas apresentam um perfil racial de seus estudantes muito diferente daquele observado previamente à implementação em escala nacional de políticas de ação afirmativa. Conforme apontado por Marcele

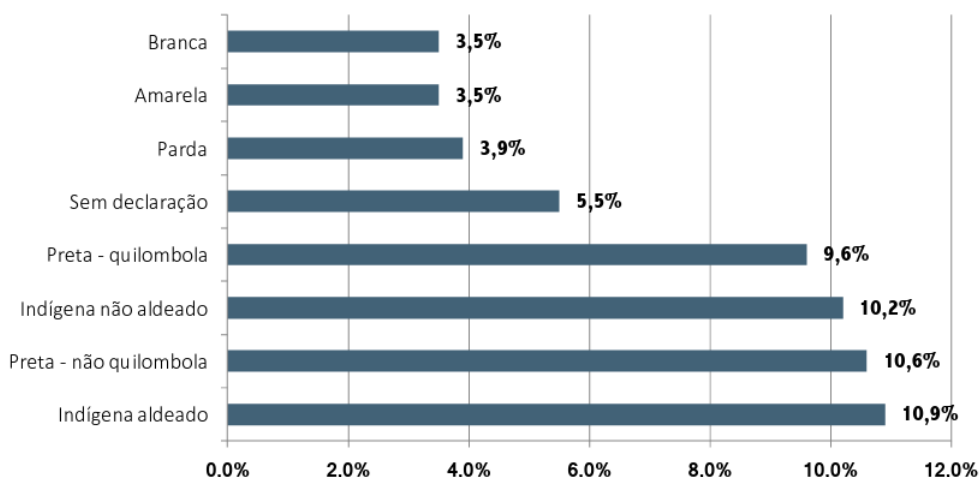


Regina Nogueira Pereira, vice-presidente da ANDIFES no ano de 2023, **“As universidades mudaram de cor, ganharam contornos reais, do dia a dia”**.

Essa alteração de perfil estudantil não tem significado uma queda nos resultados acadêmicos. Os dados do mesmo censo indicam que os valores observados nos índices de ingresso e matrícula se refletem também nos de conclusão de curso. De fato, para fins de amostragem, considerando-se os valores totais de ingressantes e matriculados de cada grupo, os concluintes pardos representam 9,8% do valor do universo total de alunos pardos. Já o quantitativo de alunos brancos concluintes representa cerca de 8,9% do universo total de alunos brancos, enquanto o de estudantes declarados pretos representa aproximadamente 8,8%. Dessa forma, considera-se que os discentes autodeclarados pardos apresentam uma expectativa de conclusão da graduação mais alta que os discentes brancos, enquanto estes se assemelham aos discentes declarados pretos. Apesar destes dados não considerarem especificamente estudantes ingressantes por meio de políticas de ação afirmativa, em virtude do aumento expressivo de população preta e parda nas universidades públicas federais após a implementação da Lei de Cotas, os dados ilustram, mesmo que não em sua plenitude, efeitos relevantes para a avaliação desta política social.

Considerando-se a maior presença observada de estudantes pretos ou pardos nas universidades públicas federais brasileiras, a avaliação ampla das políticas de ação afirmativa deve incluir também a aceitação desses grupos no espaço ocupado. A V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior, referente ao ano de 2018, conduzida pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) avaliou os níveis de preconceito e discriminação sofridos pelo universo discente. Nesta, a cor ou raça emergem de maneira perceptível dentre as demais variáveis na análise de dados. Foi detectado que pessoas negras e indígenas, em suas subdivisões quilombolas e aldeadas ou não, afirmaram sofrer impacto da discriminação e preconceito sobre seu rendimento acadêmico por cor ou raça em um índice de, ao menos, o dobro do universo geral discente.

Figura 1. Percentual de discentes que acusam o impacto da discriminação e preconceito sobre seu rendimento acadêmico por cor ou raça - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Tais indicadores refletem que, apesar das políticas de acesso ao ensino superior apresentarem resultados estatísticos positivos, para que se alcance um verdadeiro processo de inclusão, é necessário que se promovam ações mais complexas e transformadoras. A reestruturação da consciência social no espaço acadêmico é fundamental para que se reduzam os episódios de discriminação e preconceito.

Os dados apresentados trazem destaque também à presença indígena no ensino superior público federal, e o preconceito e discriminações sofridas por este grupo. Para abordar a relevância deste tema, é importante iniciar a análise a partir dos impactos do processo de colonização para as populações originárias do território brasileiro, configurando a figura do indígena brasileiro na atualidade.

Conforme defendido por Lugones (2014), a missão civilizatória atribuía valores cristãos que apagavam as visões de sociedade, gênero, espiritualidade e cosmologia dos povos dominados. Contribuíram, também, para a consolidação de ideias de racialização, colonização, exploração capitalista, e heteronormatividade. Quando somados à tomada da terra, elemento de enorme relevância cultural, espiritual e identitária para os povos indígenas, começa-se a se mensurar o impacto aterrador do processo de colonização para esses povos. Dessa forma, o processo de inclusão destes em políticas de ação afirmativa, dentre elas, as existentes no âmbito do ensino superior, configuram uma de muitas das medidas públicas necessárias para dirimir os danos históricos causados a essas comunidades.



De acordo com avaliação dos dados presentes no Censo da Educação Superior 2023, foram registrados 1.826 discentes indígenas ingressantes em universidades públicas federais. Este dado parece representar um quantitativo extremamente reduzido, configurando apenas 0,38% do total registrado de 476.255 estudantes matriculados de todas as identidades raciais naquele ano. Porém, o índice se mostra relevante ao considerar-se o total de 6.957 matrículas ativas para estudantes indígenas, o que indica que o número de novos alunos caracteriza cerca de 26,2% do total de estudantes regularmente matriculados, representando aumento percentual considerável no número de discentes indígenas.

Ademais, conforme o Censo Populacional 2022, elaborado pelo IBGE com apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), o número de indígenas residentes no Brasil representava naquele ano apenas 0,83% da população total do país, com um total de 1.693.535 indivíduos. Assim, ao se somar o total de ingressantes e matriculados no ensino superior, conclui-se que cerca de 0,52% dessa população encontra-se matriculada no ensino superior. Conforme dados do mesmo censo, cerca de 112,7 milhões de indivíduos se consideram pretos ou pardos, e 88,2 milhões se consideram brancos. Assim, o percentual de discentes matriculados no ensino superior de cada grupo representa cerca de 0,27% e 0,26% de suas populações, respectivamente. Portanto, apesar dos quantitativos absolutos referentes à população indígena serem menos expressivos que os dos demais grupos populacionais avaliados, a presença percentual desta população é expressiva no âmbito do ensino superior.

Considerando a importância do ingresso e permanência das comunidades indígenas no ensino superior brasileiro, Kaigáng (2012) traz reflexão de grande relevância ao afirmar que a saída da aldeia para capacitação é muitas vezes uma decisão comunitária ou familiar, a designar um jovem para adentrar no ensino superior nacional. O papel deste jovem é de adquirir conhecimento formal para defesa dos interesses de sua comunidade em múltiplas esferas legais e sociais, tendo seu retorno como algo esperado, um compromisso pessoal com seu povo. Esse aspecto ilustra a necessidade premente de inserção e, conforme análise de dados, permanência de povos originários no ensino superior brasileiro, objetivando-se oferecer ferramentas para que essas comunidades consolidem suas reivindicações políticas e sociais de maneira eficaz nas estruturas da sociedade contemporânea brasileira.



Crîtérios de Gênero

Ao se avaliarem as categorizações para a reserva de vagas promovidas pela política de cotas, percebe-se que não há menção à gênero nos segmentos consolidados. A ausência desse fator, inicialmente preocupante, parece se embasar por dados estatísticos que tratam da presença de mulheres nas universidades públicas federais. Conforme consta no Censo da Educação Superior 2023, naquele ano um total de 72.596 estudantes mulheres ingressaram nestas instituições, em oposição a um total de 53.128 estudantes homens. A maior presença de discentes mulheres no ensino superior federal também é percebida nos quantitativos de estudantes matriculadas, onde o número de estudantes mulheres é cerca de 26% maior que o de estudantes homens.

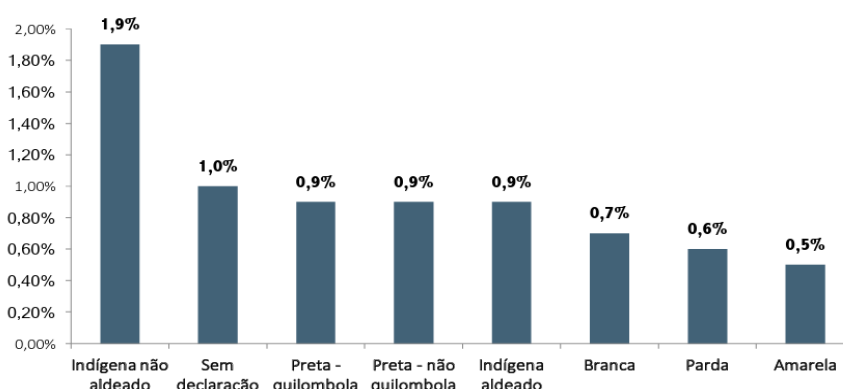
De acordo com a V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior, referente ao ano de 2018 da ANDIFES, a predominância feminina no ensino superior tem relação com o fato de que representam também maioria no ensino médio. Além disso, apontam também que estudantes do sexo masculino, tendo concluído ou não o ensino superior, ingressam de forma precoce no mercado de trabalho com maior frequência. Este dado reflete uma questão cultural ampla, que transcende o âmbito da acessibilidade ao ensino superior e da análise presente, tratando de predisposições de inserção no mercado de trabalho baseada em percepções de gênero.

Em se tratando do aproveitamento acadêmico, conforme afirmado por Barreto (2015), diversos estudos comprovaram que, no sistema de ensino superior brasileiro, as discentes mulheres têm obtido melhor aproveitamento escolar que discentes homens. Essa tendência é mais acentuada nas instituições situadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A informação é corroborada ao se consultar os índices de discentes concluintes em universidades públicas federais, onde o número de estudantes mulheres formadas no ano de 2023 é mais de 38% mais elevado que o índice de homens.

Porém, apesar destes indicadores apresentarem um quadro numericamente positivo no que se refere à permanência e aproveitamento, é necessário considerar-se certos pontos contenciosos não representados em análises de desempenho acadêmico. Primeiramente, destaca-se a presença limitada de estudantes mulheres em áreas de conhecimento específicas, como nas ciências exatas, conforme pesquisa supracitada conduzida pela ANDIFES. Também de enorme relevância, destaca-se que a violência sexual sofrida por mulheres no ambiente universitário não pode ser desprezada. Conforme dados presentes na mesma pesquisa, a violência sexual se mostrou como fator determinante na

difficuldade de conduzir os estudos em universidades federais por 0,7% dos discentes entrevistados. Compondo esse indicador, estiveram 1,0% das mulheres entrevistadas, enquanto apenas 0,3% dos homens respondentes afirmaram lidar com situações de violência sexual. Ou seja, um número percentual mais de três vezes maior de mulheres são vítimas de violências sexuais no ambiente universitário em comparação com homens.

Figura 2. Percentual de graduandos(as) que acusam o impacto da violência sexual sobre seu rendimento acadêmico, segundo cor ou raça - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Destaca-se novamente o aspecto interseccional da análise, ao se considerarem as porcentagens de grupos étnicos e raciais respondentes em acréscimo às informações de gênero supracitadas. Os dados refletem desta forma que, percentualmente, mulheres indígenas e negras sofrem violência sexual em incidência mais pronunciada que os demais grupos avaliados nas universidades públicas federais. As relações exploratórias entre gênero, raça e classe são aqui refletidas enquanto dado estatístico, consolidando as afirmações de Davis (2016), que afirma a permanência na sociedade moderna de resquícios coloniais, em específico a exploração multifacetada da figura feminina, evidenciada pela vulnerabilidade das mulheres negras dentro da sociedade escravista patriarcal e refletida em continuados abusos perpetrados socialmente.

No que tange às questões de inclusividade de gênero nas políticas apresentadas, assim como violências ativas ou passivas sofridas por determinados grupos, merece destaque também a inclusão da temática LGBTQI+ na pauta de acessibilidade ao ensino superior. Categorias não consideradas na legislação nacional da Lei de Cotas, nem tampouco avaliadas por parte dos Censo da Educação



Superior do INEP, a presença de indivíduos não heterossexuais e/ou não cis infelizmente não é documentada em censos que permitam uma análise estatística ampla em escala nacional. De fato, a própria classificação de indivíduos em um espectro de identificação de gênero pode constranger ou limitar a expressividade dos consultados. Porém, como afirmam Silva e Tosta (2008), é pela adoção, reconhecimento ou imputação de uma identidade coletiva que os indivíduos se tornam aptos a socializar, carregar signos e significados que os moldem e os revelem enquanto seres sociais. A consolidação de tais aspectos identitários traz consigo também a possibilidade de compreensão mais expressiva em políticas de ação afirmativa.

Por meio desta consolidação de aspectos identitários foi possível dar início ao processo de reserva de vagas em instituições de ensino superior para populações transexuais, travestis e transgêneros. Ainda muito incipiente e descentralizada, a reserva de vagas para estes indivíduos se faz por decisão independente de cada instituição, sem um regimento central em escala nacional. A iniciativa teve início na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) quando, no ano de 2018, esta passou a apresentar cotas para grupos específicos, dentre eles, candidatos transexuais, travestis e transgêneros. Atualmente, a instituição conta também com edital próprio de concessão de auxílio permanência para pessoas trans. Desde então, quinze outras universidades federais passaram a contar com vagas específicas para pessoas trans sem seus processos de ingresso.

Apesar do progresso nos últimos anos no que tange a ação afirmativa para a população transgênero e travesti, o caráter descentralizado destas ações se mostra como um fator impeditivo para que se garanta de fato uma inclusão ampla dessa população nas instituições públicas de ensino superior. Além do fortalecimento das medidas de ingresso, já defendidas pelo Ministério da Educação (MEC), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) defende em sua Nota Técnica sobre ações afirmativas para pessoas trans e travestis (2024) o enfrentamento da transfobia no contexto da educação superior. Afirmam também que o uso de políticas de nome social e o reconhecimento da identidade de gênero é fundamental para a boa e adequada acolhida de estudantes trans e travestis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise trouxe elementos quantitativos e qualitativos para a compreensão mais aprofundada das políticas de ação afirmativa para ingresso no ensino superior brasileiro, assim como



seus impactos. A alteração do perfil discente nestas universidades é a principal consequência tangível dessas políticas, com considerável aumento da representatividade de grupos de classes e raças que, previamente às políticas, tinham acesso limitado à esfera pública do ensino superior. Sintetizando este novo perfil discente e os desafios enfrentados institucionalmente, o Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração do Programa Federal de Ações Afirmativas apresenta em seu Relatório Final que:

Os resultados positivos da política traduzem uma transformação no ensino superior brasileiro, que passou por um processo de diversificação racial e econômica. Hoje, a maioria dos estudantes matriculados em instituições públicas de ensino superior pertencem às classes C, D e E, e a maioria se declara preto, pardo ou indígena. Porém, ainda são necessários avanços, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento das políticas de permanência e assistência estudantil que beneficiem os estudantes cotistas (Brasil, 2023b, p. 14).

Apesar dos avanços na acessibilidade, as universidades federais ainda têm um longo caminho a trilhar para se tornarem um instrumento institucional de redução da desigualdade nacional.

Um dos pontos necessários para tal é a necessidade de ampliação de formas de ação afirmativa para ingresso em carreiras acadêmicas e científicas, tratando-se de pesquisa e docência. Por meio desta, seriam promovidos ambientes mais inclusivos no ensino superior, caracterizados pela representatividade da pluralidade social brasileira, potencialmente reduzindo casos de assédio e discriminação. A implementação de critérios de abrangência nacional para políticas de ação afirmativa nas formações de mestrado e doutorado seriam um passo valioso para a consolidação desse ambiente acadêmico mais inclusivo, capacitando grupos específicos para a pesquisa e docência. Atualmente, apesar de existentes, essas iniciativas se dão de maneira descentralizada, conforme critérios de gestão de cada programa individualmente.

A despeito do aumento na acessibilidade ao ensino superior brasileiro por conta das políticas de ação afirmativa, a quantidade de cidadãos brasileiros no ensino superior ainda se encontra aquém das médias internacionais. O percentual de jovens no ensino superior nacional é inferior ao de países como Colômbia, Argentina e Chile (Borges, 2019). Além deste dado refletir a carência nas dimensões do sistema de educação superior público brasileiro, refletem também reais desafios à acessibilidade à educação superior no Brasil.

Os desafios que tratam da real inclusão da população brasileira no ensino superior respaldam-se em contextos estruturais e sociais de desigualdade mais amplos, de origem histórica,



econômica e política. Dessa forma, apesar do sucesso quantitativo das políticas de ação afirmativa para universidades federais na inclusão de novos perfis no universo acadêmico, o número absoluto dessas vagas ainda está muito aquém da demanda nacional. Conforme relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), o país consta entre os membros com menores indicadores de ingresso e conclusão no ensino superior.

O Brasil possui um longo caminho a trilhar para consolidar um sistema de educação superior realmente amplo e inclusivo. Porém, tem progredido de maneira positiva em uma distribuição mais igualitária das vagas existentes no sistema público por meio da Lei de Cotas. Os próximos passos para os avanços nesse campo se dão no âmbito da consolidação de maior oferta de vagas, respeitando os limites financeiros, estruturais e organizacionais das instituições, e, principalmente no que tange à Lei de Cotas, pela criação de políticas interseccionais, considerando perfis de classe, raça e gênero de seus discentes para a criação de grupos focais, em especial considerando-se maior permanência, aproveitamento acadêmico e a consolidação de um ambiente universitário verdadeiramente plural.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **IBGE**: sem programas sociais do Governo Federal, a pobreza teria aumentado, ao invés de cair. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202412/ibge-em-2023-8-7-milhoes-de-pessoas-deixaram-a-pobreza#:~:text=O%20Banco%20Mundial%20leva%20em,%25%20para%2027%2C9%25>. Acesso em: 27 de jan. de 2025.

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra – genocídio como princípio tático do capitalismo. **Revista Em Pauta**, n. 34, p.131-154, 2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Nota técnica sobre ações afirmativas para pessoas trans e travestis e o enfrentamento da transfobia no contexto da educação superior**. Brasil: Antra, 2024. Disponível em <https://antrabrasil.org/2024/09/23/antra-nota-tecnica-cotas-trans-2024/>. Acesso em: 24 de jan. de 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília (DF): ANDIFES, 2019.

BANCO MUNDIAL. **Poverty and Inequality Platform**: Perfil do Brasil. Washington, DC: Banco Mundial, 2025. Disponível em: <https://pip.worldbank.org/country-profiles/BRA>. Acesso em: 27 de jan. de 2025.



BARRETO, Paula Cristina da Silva. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 16, p. 135-169, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151603>. Acesso em: 26 de jan. de 2025.

BORGES, E. **A construção de políticas públicas de acompanhamento acadêmico e apoio pedagógico na Educação superior**: uma análise da agência institucional. Seminário realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 25 de jan. de 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Institui o Programa Federal de Ações Afirmativas e estabelece outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 nov. 2023a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25 de jan. de 2025.

BRASIL. **Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração do Programa Federal de Ações Afirmativas**. Brasília: Governo Federal, novembro de 2023b.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIETRICH, Erich; MOJA, Teboho; BORDOLOI PAZICH, Loni. Struggling with equity: access to higher education in the BRICS countries. **Widening Participation and Lifelong Learning**, v. 16, n. 1, p., maio 2014.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2023**: microdados. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 22 de jan. de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 23 de jan. de 2025.

KAIGÁNG, Azelene. Depoimento de uma Militante. In: PINSKY, Carla Bassanesi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 410-422.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014. Tradução autorizada do original: Hypatia, v. 25, n. 4, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 23 de jan. de 2025.

MACIEL, Adriana Milward de Andrade. **Políticas afirmativas no ensino superior público**: melhores oportunidades para minorias bem qualificadas? 2021. 174 f. Tese (Doutorado em Educação)



– Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói, 2021. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14067/browse>. Acesso em: 29 de jan. de 2025.

MARIUZZO, Patrícia. Novas cores e contornos na Universidade - o perfil do estudante universitário brasileiro: país avança na inclusão de estudantes no ensino superior, mas políticas públicas precisam de aperfeiçoamentos, especialmente as de permanência. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 75, n. 1, p. 1-13, jan./mar. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/2317-6660.20230012>. Acesso em: 26 de jan. de 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Education GPS: Brazil - Overview of the education system (EAG 2024)**. Disponível em: <https://gpseducation.oecd.org/CountryProfile?primaryCountry=BRA&treshold=10&topic=EO>. Acesso em: 30 de jan. de 2025.

SAMPAIO, Breno; GUIMARÃES, Juliana. Diferenças de eficiência entre ensino público e privado no Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 45-68, jan./mar. 2009.

SCHOFER, Evan; MEYER, John W. The Worldwide Expansion of Higher Education in the Twentieth Century. **American Sociological Review**, v. 70, n. 6, p. 898-920, 2005. ISSN 0003-1224.

SILVA, Larissa Maués Pelúcio; TOSTA, André Luiz Zanão. Experiências plurais em categorias singulares: problematizando a materialização das travestilidades. In: **Fazendo Gênero – Corpo, Violência e Poder**, 8., 2008, Florianópolis: UFSC, 2008.



A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: AVANÇOS, RETROCESSOS E PERSPECTIVAS

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

DENILSON DANTAS GOMES¹

JOÃO BATISTA DE LIMA MARTINS NETO²

RESUMO: O artigo analisa a luta pela reforma agrária no Brasil a partir da Constituição de 1988, abordando seus avanços, retrocessos e desafios atuais. A pesquisa fundamenta-se em análises bibliográficas e documentais, contemplando desde a Nova República até o atual governo. Demonstra-se que, embora a Constituição tenha inserido a função social da terra, os entraves políticos e econômicos persistem, agravados pela expansão do agronegócio e pelo enfraquecimento das políticas públicas. Destaca-se o papel dos movimentos sociais na resistência e na defesa da democratização da terra.

Palavras-chave: Reforma agrária, questão agrária, concentração fundiária.

ABSTRACT: The article analyzes the struggle for agrarian reform in Brazil since the 1988 Constitution, highlighting advances, setbacks, and current challenges. The research is based on bibliographic and documentary analyses, covering the period from the New Republic to the current government. Although the Constitution established the social function of land, political and economic barriers persist, worsened by agribusiness expansion and the dismantling of public policies. The role of social movements remains essential in defending land democratization.

Keywords: Agrarian reform, agrarian question, land concentration.

INTRODUÇÃO

A luta pela terra no Brasil é uma das mais antigas e persistentes expressões do conflito social no campo. Esse conflito é expressão da questão agrária brasileira, uma categoria histórica que revela as contradições estruturais do campo, marcada pela concentração fundiária, exploração do trabalho, apropriação dos bens naturais e subordinação das dinâmicas agrárias às exigências do capital, nacional e internacional

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), participa do Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEPQPSOCIAL) da UFRN; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9914337885969038>. E-mail: contato.denilsondgomes@gmail.com.

² Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), participa do Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEPQPSOCIAL) da UFRN; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0138217395054552>. E-mail: joao.neto.107@ufrn.edu.br.



A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou, sem dúvida, um marco jurídico ao inserir o princípio da função social da propriedade, ampliando a base legal para a efetivação da reforma agrária. Contudo, passadas mais de três décadas, os entraves estruturais permanecem, atravessados por disputas políticas, econômicas e jurídicas, reforçadas pela atuação das elites agrárias e seus representantes institucionais.

Diante disso, compreender a trajetória da reforma agrária no Brasil após a Constituição de 1988 torna-se fundamental, especialmente em um contexto de agravamento das desigualdades, aumento de casos de trabalho análogo à escravidão no meio rural e avanço das dinâmicas neoliberais sobre o território, que transformam a terra em mercadoria submetida às lógicas do mercado financeiro e das grandes corporações.

Este artigo tem por objetivo analisar a trajetória da reforma agrária no Brasil a partir da nova ordem constitucional de 1988, considerando os avanços, os retrocessos e os desafios que se impõem à efetivação deste direito no atual cenário. Para tanto, realiza-se uma análise bibliográfica crítica, ancorada em autores como Fernandes (2012), Pereira (2013), Martins (2022), entre outros, além da análise de documentos legais, institucionais e dados recentes sobre a questão agrária no país.

A relevância deste estudo reside na compreensão de que a reforma agrária, longe de ser uma pauta superada, continua sendo uma exigência social urgente para o enfrentamento das desigualdades estruturais, a promoção da soberania alimentar, a democratização do acesso à terra e a construção de um projeto de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável.

DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 AO GOVERNO FHC: FUNDAMENTOS LEGAIS, MOBILIZAÇÕES E DISPUTAS POLÍTICAS

A Constituição de 1988 representou um marco na consagração dos direitos sociais no Brasil, incluindo o direito à terra. Os artigos 184 a 191 estabeleceram as bases legais para a reforma agrária, destacando o princípio da função social da propriedade rural. O artigo 186 definiu critérios claros para essa função: aproveitamento racional e adequado da terra, preservação ambiental, respeito às normas trabalhistas e promoção do bem-estar dos proprietários e trabalhadores (Brasil, 2022). Ainda assim, a própria estrutura da questão agrária no Brasil — historicamente sustentada na lógica do latifúndio, da concentração fundiária e da mercantilização da terra — impôs limites concretos à



efetivação desses princípios constitucionais. A atuação de bancadas conservadoras durante a Constituinte impediu avanços mais ousados, como a eliminação do latifúndio improdutivo, cuja definição foi remetida a uma lei complementar — criando entraves jurídicos e retardando a execução da política agrária.

Antes mesmo da Constituição, em 1985, a pressão popular, aliada às ocupações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com base no Estatuto da Terra, teve papel primordial para que o governo Sarney elaborasse o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que possuía previsão de contemplar 1.4 milhões de famílias em 4 anos e destacava o “[...] impacto positivo sobre o emprego, a renda, a produção e oferta de alimentos, a desnutrição, as migrações, a questão urbana [...]” (Brasil, 1985, p. 36).

Além do mais, Medeiros relata que o I PNRA,

[...] representava um rompimento com a política agrária dos governos anteriores e, pela forma como foi gestada e os princípios que guiaram sua formulação, significou um reavivamento da crença dos trabalhadores e do movimento sindical rural (ou de pelo menos uma significativa parcela dele) no atendimento de suas antigas e sempre reiteradas reivindicações (Medeiros, 1989, p. 175).

Todavia, segundo Fernandes (2012, p. 499), “Em resposta, os latifundiários se articularam politicamente e de forma armada para combater os movimentos e as lutas sociais”. A resposta da elite agrária foi imediata. A fundação da União Democrática Ruralista (UDR) que, como analisa Bruno (1996), além de utilizar a violência e convocar mobilizações, advogou pela renovação da representação patronal no campo, estabelecendo a figura do “produtor autêntico”, representou a institucionalização da resistência patronal à reforma agrária.

A articulação dos latifundiários, por meio da UDR, para impedir a implementação do I PNRA foi bem-sucedida. Como exemplo, em 1987, o governo federal promulgou o Decreto-Lei nº 2.363/1987 que extinguiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – órgão então responsável pela criação dos projetos de assentamentos. O referido decreto transferiu toda a responsabilidade sobre a implementação da reforma agrária para o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e criou o Instituto Jurídico das Terras Rurais (INTER), que assumiu as funções da Procuradoria Geral do instituto extinto (Brasil, 1987).

Conforme descreve Medeiros (1989, p. 203), “Desde logo, começou a ficar clara a



dificuldade de garantir, nos termos da nova Constituição, um espaço para a reforma agrária”. Para tanto, foi essencial a articulação de trabalhadores (as) rurais e urbanos, como o MST, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que se mobilizaram pela aprovação da emenda popular pela reforma agrária (Medeiros, 1989).

No entanto, mesmo com a mobilização popular, os ruralistas conseguiram barrar propostas que impactariam diretamente em seus monopólios rurais. Assim, Fernandes denota que:

Em 1988, na elaboração da nova Constituição, a Reforma Agrária sofreu revezes dos ruralistas. Embora tenha sido aprovada na Constituição, os ruralistas conseguiram retirar o princípio da eliminação do latifúndio e o condicionaram a ser produtivo ou não, e ainda repassaram sua definição para uma lei complementar que precisaria ser criada. Com essa estratégia, criaram um imbróglio jurídico que paralisou as iniciativas e a celeridade do Incra (Fernandes, 2012, p. 499).

Esse contexto evidencia como as conquistas legais nem sempre se traduzem em avanços concretos. O aparato jurídico da Constituição e o próprio PNRA foram continuamente esvaziados por mecanismos institucionais e políticos que reforçaram os interesses do latifúndio. Assim, mesmo com uma legislação progressista, a reforma agrária se manteve como um projeto travado, dependente da correlação de forças na sociedade e no Congresso.

Por isso, autores como Martins (2022) destacam a importância da Constituição para embasar os direitos sociais, mas que, infelizmente, primou pela permanência de ideais autoritários das gestões militares passadas, tanto que, devido ao *lobby* realizado por militares, o Partido dos Trabalhadores (PT) absteve-se de assinar a Constituição. No entanto, é necessário refletir que:

[...] o advento da Nova República pouco mudou nas condições de vida e trabalho do homem do campo. A exploração a que estão submetidos não se reduziu, a luta pela terra continuou intensa, a violência cresceu, a esperança de garantir espaços institucionais para a reforma agrária foi por terra (Medeiros, 1989, p. 204).

Após a promulgação da nova Constituição, em 1989 ocorreu a primeira eleição presidencial direta após 29 anos, que no segundo turno contou com a disputa entre dois modelos de gestão opostos. De um lado, a perspectiva de um governo popular progressista em prol da classe trabalhadora, personificado pelo líder popular Luiz Inácio Lula da Silva; e de outro, Fernando Collor de Melo,



conhecido como o “caçador de marajás” e criticado como “sequestrador de poupanças”, com ideais de privatização e abertura econômica (Martins, 2022).

A vitória de Collor de Melo representou uma derrota para a classe trabalhadora em termos de desenvolvimento equitativo e marcou o início da ascensão do neoliberalismo no Brasil. Nessa conjuntura, foi necessária a mobilização social, e os movimentos sociais foram articulados para enfrentar os novos desafios impostos pelas políticas neoliberais.

Ademais, é relevante lembrar que, antes da renúncia e cassação dos direitos políticos de Collor de Melo em 1991, seu governo já havia reconhecido que o MST não era apenas um apêndice político de outras instituições, mas sim uma organização autônoma, tratando-o como inimigo. Diante disso, as ocupações e marchas realizadas pelo MST se tornaram cada vez mais atos de denúncia.

Contudo, em 1993, já sob o comando de Itamar Franco, o governo recebeu o MST pela primeira vez para uma audiência, que resultou na promulgação da Lei nº 8.629/1993, regulamentando as disposições relativas à reforma agrária presentes na Constituição, e da Lei Complementar nº 76/1993, que apresentou o procedimento judicial da desapropriação de imóvel rural por interesse social para fins de reforma agrária (Brasil, 1993a; Brasil, 1993b; Martins, 2022).

A pressão dos movimentos sociais do campo, a partir dos anos 90, reforçou a necessidade da intervenção do Estado nos processos de desapropriações de terras. O que fez o governo, contraditório, de Fernando Henrique Cardoso, intensificar a implantação dos assentamentos rurais pelo Brasil. O primeiro mandato de FHC buscou eliminar os conflitos por terra, o que resultou no elevado número de famílias assentadas, assim o governo passou a defender a ideia de que não havia mais latifúndios em terras brasileiras do mesmo jeito que não existiam mais famílias sem-terra (Fernandes, 2003) o que não passou de uma falácia, pois o governo nunca teve um programa de reforma agrária, apenas elaborou projetos de assentamentos como um mecanismo para a redução das ocupações no campo.

Todavia, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), houve contradições marcantes. Ao alcançar seu segundo mandato como presidente, FHC modificou suas ações em relação aos movimentos sociais que reivindicavam a reforma agrária, adotando medidas que visavam esvaziá-los. Em associação ao Banco Mundial, buscou-se implementar uma reforma agrária orientada pelo mercado, em substituição à abordagem tradicional do Estado, que envolvia a desapropriação de áreas que não cumpriam a função social (Pereira, 2013).



Essa ação propiciou o fortalecimento do agronegócio, que passou a ter maior importância e força política, visto que “Essa força blindou os latifúndios improdutivos das famílias sem-terra, reservando estas áreas para futuras expansões de seus investimentos (soja, cana-de-açúcar, eucalipto, pastagens etc.)” (Martins, 2022, p. 277). Além disso, a partir das manobras políticas, formulou-se um ponto de cisão entre os movimentos sociais do campo com a criação do Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCP). Este programa propiciou a obtenção de crédito por meio do Banco Mundial, intermediado pelo governo, com o apoio da CONTAG, embora o CFCP fosse apenas uma repaginação de outros sistemas de crédito existentes (Pereira, 2013).

A aceleração da implantação do MRAM, a forma assumida por esse processo – desde o início, de cima para baixo – e o contexto mais amplo de repressão e desqualificação dos movimentos sociais, somados à reeleição de Cardoso – e, portanto, ao prosseguimento da mesma política econômica e do avanço das reformas liberalizantes –, acabaram pressionando as organizações de representação dos trabalhadores rurais à busca de uma maior unidade política [...] (Pereira, 2013, p. 43).

A das mobilizações sociais, as eleições de 2002 foram profundamente impactadas por esse novo levante democrático popular. Embora FHC tenha tentado emplacar a candidatura de um sucessor, as lutas sociais, a crise econômica e o desgaste político culminaram na eleição do PT, que, pela primeira vez, conseguiu uma representação na presidência do país. Lula tomou posse em 2003 com um perfil de conciliação entre as classes, o que facilitou avanços em diversas áreas, apesar da pressão constante da burguesia.

Ademais, ressalta-se que a burguesia também continuou se articulando para manter sua hegemonia para além da UDR. São exemplos de novas “instituições” a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e o Primeiro Comando Rural (PCR), que operam de diversas maneiras, legais ou não, principalmente contra os movimentos sociais (Albuquerque, 2006).

DOS GOVERNOS PETISTAS AOS RETROCESSOS RECENTES: CONCILIAÇÃO, DESMONTE E NOVOS DESAFIOS

Ao longo dos governos do PT, a convivência entre agricultura familiar e agronegócio foi



promovida como complementar, mas, na prática, resultou em políticas públicas compensatórias. Diante das contradições e disputas de poder, o governo Lula lançou o II PNRA no final de 2003, reconhecendo a concentração fundiária como um problema social. O plano até fez referência a estudos realizados pelo INCRA e destacou a má distribuição de terras no território:

A elevada concentração da estrutura fundiária brasileira dá origem a relações econômicas, sociais, políticas e culturais cristalizadas em um modelo agrícola inibidor de um desenvolvimento que combine a geração de riquezas e o crescimento econômico, com justiça social e cidadania para a população rural. Segundo o Cadastro do Incra, no estrato de área até 10 ha encontram-se 31,6% do total de imóveis que correspondem a apenas 1,8% da área total. Os imóveis com área superior a 2.000 ha correspondem a apenas 0,8% do número total de imóveis, mas ocupam 31,6% da área total (Brasil, 2003, p. 11).

Contudo, priorizar a reforma agrária e a agricultura familiar como eixos centrais no II PNRA proporcionou a desarticulação de mudanças significativas na estrutura fundiária do campo visto que foram gerados benefícios indiretos ao agronegócio. Isso ocorreu devido à grande integração da produção familiar às *commodities*, além da criação do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF) que substituiu o Banco da Terra (Martins, 2022).

É importante notar que a agricultura familiar não é o cerne do problema, mas sim a implementação de modelos produtivos voltados para a exportação. Essa opção do governo, no entanto, não foi isenta de intenção, conforme destaca Martins:

Setores do partido e o núcleo central do governo Lula tinham clareza de que o avanço do agronegócio no Brasil concentraria a terra, gerando centenas de famílias sem-terra. Mas avaliavam que o crescimento econômico brasileiro impulsionado por esse governo incorporaria essa “massa sobrando” do campo nos novos empregos, gerados sobretudo nas cidades. Portanto, essa massa de pessoas do campo não se tornaria um problema político para o governo. [...] Essa lógica política se expressou nos discursos de que a agricultura familiar poderia conviver com o agronegócio e que, para a reforma agrária, a prioridade seria a qualificação dos assentamentos (Martins, 2022, p. 290).

Diante disso, possibilita-se ainda compartilhar da afirmação elaborada por Sampaio que destaca:

Infelizmente, a centralidade da reforma agrária não tem sido a tônica da estratégia dos partidos socialistas nesta conjuntura da vida nacional. [...] Basta comparar a menção à proposta da reforma agrária que é feita no discurso partidário e a grande ênfase que é posta em propostas sem dúvida igualitárias, mas sem potencial estruturalmente transformador,



como o orçamento participativo, a bolsa escola, a renda mínima. Aliás, o discurso das principais lideranças desses partidos, quando abordam os problemas do campo, mais parece o desgastado discurso produtivista dos ministros de agricultura do que a proposição de uma transformação revolucionária da sociedade brasileira (Sampaio, 2013, p. 100-101).

A partir dessa conjuntura, destaca-se que em meados de 2005 desenrolou-se uma grande marcha nacional com o objetivo de implementar o II PNRA, promover a produção agrícola através do crédito rural e lançar um programa de agroindustrialização. Como resultado principal, conquistou-se a adequação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que passou a ser um programa de compras públicas beneficiando diretamente os (as) produtores (as) camponeses (as) através da modalidade de formação de estoque (Martins, 2022).

Ressalta-se que as marchas são uma característica importante dos movimentos sociais e, por vezes, as respostas obtidas estão distantes da solicitação inicial. No entanto, elas permanecem como uma das poucas formas de pressionar um governo cujo setor político foi cooptado pela burguesia desde sua origem.

Em 2006, por meio da articulação dos movimentos sociais do campo, manifestações e denúncias sobre a paralisia da reforma agrária no governo Lula durante a II Conferência Internacional sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, organizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Os movimentos sociais denunciaram que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) havia inflado os números sobre famílias assentadas ao incluir as regularizações fundiárias realizadas em partes da Amazônia (Martins, 2022).

O governo defendia a tese de que, através de um reordenamento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o agronegócio e a agricultura familiar poderiam coexistir sem contradições, necessitando apenas da expansão do crédito (Martins, 2022), demonstrando novamente que o Estado estava entrelaçado pela burguesia agrária e que modificar essa realidade exigiria uma articulação política entre todos os setores da classe trabalhadora.

Todavia, o governo também adotou medidas compensatórias para amenizar os conflitos no campo e provocar a desmobilização dos movimentos sociais. Dentre essas medidas destaca-se a promulgação da Lei da Agricultura Familiar em 2006, que definiu os empreendimentos rurais familiares e o público-alvo a ser beneficiado pela política de agricultura familiar (Brasil, 2006).

No ano seguinte publicou-se o Decreto nº 6.323/2007, que regulamentou a Lei da



Agricultura Orgânica e possibilitou a instituição do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG) permitindo a criação de certificações para esse tipo de produção no âmbito nacional (Brasil, 2007). Além disso, em 2009, destaca-se a promulgação da Lei nº 11.947/2009, a qual criou o Programa Nacional de Alimentação Nacional (PNAE) que, conforme dispõe a lei, objetiva “[...] contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos [...]” (Brasil, 2009, p. 2).

Outra importante medida que, assim como o PNAE, apresenta significativo impacto até a presente data, foi a instituição da Lei nº 12.188/2010 que criou, em todo território nacional, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) sendo esse caracterizado como:

[...] serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (Brasil, 2010, p. 1).

O referido programa volta-se à implementação de políticas ligadas à democratização da terra, visando o fortalecimento da agricultura familiar, segurança alimentar e promoção da igualdade de gênero. Apesar dos esforços, ainda é uma política instável e fragilizada, pois se insere no cenário de conflitos políticos em torno da realização da reforma agrária, do fortalecimento da agricultura familiar e da segurança alimentar em contraste com a hegemonia do agronegócio. Leite *et al.* (2023) afirma que “as políticas rurais vêm passando por desmontes, fragilizações e reconfigurações nos últimos anos”. Ainda assim, houve importantes conquistas sociais, como o avanço da agroecologia.

Mesmo essas e outras medidas que tenham sido implementadas, especialmente devido à articulação e pressão popular intermediadas pelos movimentos sociais, essas ações possuem o caráter compensatório, visto que as leis e decretos foram promulgados para reduzir os tensionamentos para com os (as) camponeses (as) já que esse foi o plano desde o início do governo petista, ser o conciliador de classes. É devido a isso que Martins ressalta que:

[...] as famílias acampadas Sem Terra e as assentadas viveram às margens dessas conquistas, aproveitando-se de pequenas “beiradas” das políticas públicas, como os programas Moradia Rural (semelhante ao Minha Casa Minha Vida para o campo), Luz Para Todos, o PAA e, posteriormente, o PNAE. (Martins, 2022, p. 295).



Além do mais, as propostas de reforma agrária presentes no I e II PNRA, se caracterizam como soluções pontuais que objetivavam resolver conflitos sociais que pudessem se tornar problemas para o governo. Destaca-se ainda que os processos de destinação de terras para trabalhadores rurais proposto se aproximam mais à processos de colonização e regularização fundiária do que à reforma agrária.

Apesar disso, é notório que ocorreram avanços positivos para os (as) trabalhadores (as) do campo, assim como para os da cidade. Todavia, esse “ciclo de conciliação” dos governos do PT foi encerrado com a instituição do golpe de 2016 que também reduziu a esperança pela conquista de uma reforma agrária a ser implementada no país visto que o novo presidente era uma representação da burguesia e intimamente ligado ao neoliberalismo. O cenário político brasileiro evidenciava que a elite agrária brasileira se articulava em busca de sua predominância latifundiária e os governos pós constituinte se mantiveram alheios à situação, perpetuando o domínio da burguesia agrária.

A liberação da comercialização de terras para o capital estrangeiro foi uma das prioridades da Frente Parlamentar da Agropecuária, e foi usada como justificativa para a defesa do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Em contrapartida, em março de 2017, o presidente golpista Michel Temer anunciou que iria encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei atualizando essa legislação (Martins, 2022, p. 301, grifos do autor).

O alinhamento com as perspectivas neoliberais pode ser afirmado ao verificar como o governo se posicionou em pautas de interesse da população. Como exemplo, pode-se recordar da desestruturação realizada no PAA durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Antes do golpe, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014 alocou 1,2 bilhões de reais para o programa, mas essa quantia foi drasticamente reduzida para 478 milhões de reais em 2016. Todavia, esse cenário de recrudescimento foi agravado pelo governo de Bolsonaro, o qual destinou apenas 186 milhões de reais em 2020 e em 2021 caiu para meros 102 milhões de reais (Martins, 2022).

Além do cenário descrito, também pode ser destacado, conforme Alentejano *et al* que:

Os dados do Incra revelam que o número de desapropriações de terra caiu drasticamente. Enquanto nos dois primeiros mandatos do presidente Lula foram decretadas 1.988 desapropriações de terra para reforma agrária, no período Dilma foram apenas 237, no governo Temer apenas 5 e nenhuma no governo Bolsonaro. Também no caso da criação de assentamentos a queda foi vertiginosa: de 3.544 nos dois primeiros governos Lula para 612



com Dilma, 110 no governo Temer e apenas 20 no período Bolsonaro (Alentejano *et al* 2024, p. 26).

Ainda durante os governos de Temer e Bolsonaro, as atividades de reforma agrária reduziram-se a, basicamente, emissão de Títulos de Domínio da área, na qual o beneficiário torna-se proprietário do território utilizando da forma que desejar sem a intervenção do INCRA tornando-se uma propriedade privada. Tal metodologia limita a política de reforma agrária a uma ação de “distribuição de propriedades” e não de reorganização fundiária. Ao mesmo tempo, o agronegócio consolida seu pensamento de que assentamentos rurais, territórios indígenas e quilombolas são uma ameaça à propriedade privada e precisam ser erradicados para o desenvolvimento.

A utilização desses exemplos já bastaria na elucidação do que foi afirmado, mas destaca-se que entre os anos de 2020 e 2021 o mundo enfrentou uma pandemia que, além da crise de saúde, acarretou em outras problemáticas que evidenciaram o paralelo entre produção de *commodities* e produção de alimentos, pois, devido a elevação dos preços dos itens alimentícios, cenas de pessoas em filas para conseguir pegar ossos não foram raras e ocuparam, inclusive, noticiários da grande mídia hegemônica (Fantástico, 2021; G1 Mato Grosso, 2021).

Ao questionar sobre a alta nos preços, bem como a falta de produtos, a resposta mais simples era utilizar o contexto de crise mundial como justificativa. Entretanto, conforme Martins (2022, p. 306) destacou:

Com a pandemia, diversos países pelo mundo trataram, no primeiro semestre de 2020, de recompor seus estoques internos, comprando no mercado mundial os grãos que necessitavam. O Brasil fez o contrário. Por ter desmantelado seu estoque regulador de alimentos e por não ter visão estratégica de soberania alimentar, estando, portanto, refém dos agentes econômicos privados, passou a exportar grãos em vez de recompor seus estoques (Martins, 2022, p. 306).

Em contrapartida, os movimentos sociais realizaram ações que buscavam amenizar a inoperância do Estado para com a classe trabalhadora. Destaca-se a iniciativa do MST, que recebeu o reconhecimento inclusive da Organização das Nações Unidas (ONU), de entregar marmitas com alimentos produzidos pelos assentamentos de forma gratuita a população que se iniciou na cidade de Recife/PE e difundiu-se para todo país, enquanto a burguesia agrária não realizou sequer uma ação nesse sentido (Rede Brasil Atual, 2023).

Além do mais, conforme retratado por Alentejano *et al*:



O aumento do número de ações de ocupação e retomada de terras deveu-se majoritariamente à mobilização dos sem terra, responsáveis por nada menos que 76% dessas ações no ano de 2023. A título de comparação, atentemo-nos que, durante o governo Bolsonaro (2019-2022), os sem terra protagonizaram 54% destas ações, enquanto os indígenas o fizeram em 16% das vezes (Alentejano *et al*, 2024, p. 32).

É nesse sentido que a eleição de Lula para o cumprimento do seu terceiro mandato reverbera como um sopro de esperança para realização de um novo PNRA e que este apresente medidas enérgicas para que, dessa vez, a reforma agrária seja realizada no Brasil. Além dos elementos já expostos, a necessidade de um novo PNRA também pode ser justificado pelo aumento de resgates de pessoas em trabalhos análogos à escravidão.

Somente em 2023, 3.151 trabalhadores (as) foram resgatados (as) em condições análogas à escravidão, sendo esse número o maior desde 2009, e tendo o campo como principal local de resgates (Máximo, 2024). Ademais, já no início de 2024, foi registrado o resgate de 18 trabalhadores argentinos, também em condições análogas à escravidão, em uma propriedade rural de São Marcos/RS, na Serra Gaúcha (Camargo, 2024), demonstrando que a escravidão continua sendo um problema atual e latente que necessita de respostas efetivas e que a concentração da terra, junto ao agronegócio, são os pilares dos problemas agrários que compõem a questão agrária brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da reforma agrária no Brasil, a partir da Constituição de 1988, confirma que os marcos legais, embora relevantes, são insuficientes diante de uma correlação de forças profundamente assimétricas. Na verdade, a permanência da questão agrária como elemento estrutural da sociedade brasileira revela que o problema da terra não é apenas fundiário, mas profundamente econômico, social, ambiental e político, vinculado ao modelo de desenvolvimento dependente e subordinado ao capital financeiro e agroexportador.

O processo analisado demonstra que, mais do que políticas de acesso à terra, o que predominou foram ações pontuais de regularização fundiária e programas compensatórios, que pouco alteraram a estrutura fundiária concentrada no país. A resistência dos movimentos sociais foi e segue sendo fundamental para manter viva a pauta da reforma agrária, especialmente em um contexto de



avanço do agronegócio, financeirização da terra e mercantilização dos bens comuns. Além disso, as contradições do modelo agroexportador não são apenas sociais, mas também ambientais, já que a concentração fundiária está diretamente associada ao desmatamento, à crise climática e à insegurança alimentar.

Fica evidente que não há espaço para saídas conciliatórias duradouras. A experiência histórica revela que a efetivação de uma reforma agrária estrutural exige não apenas vontade política, mas uma ruptura com os interesses do capital agrário, financeiro e internacional. Nesse sentido, a democratização da terra permanece como condição essencial para construir um projeto de desenvolvimento baseado na justiça social, na soberania alimentar e na sustentabilidade ambiental. O desafio permanece: transformar a terra de mercadoria em direito, e a desigualdade em justiça.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. **Reforma Agrária no governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária**. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca/SP, 2006.
- ALENTEJANO, Paulo. A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 308-325, 2018.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto *et al.* Ruptura política e contrarreforma agrária: geografia dos conflitos no campo brasileiro (2014-2023). CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO (CEDOC) DOM TOMÁS BALDUÍNO. **Conflitos no campo Brasil 2023**. Goiânia/GO: CPT Nacional, 2024.
- BRASIL. **Coleção das Leis de 1985**. Brasília/DF: Departamento de Imprensa Nacional, v. VIII, Parte II, 1985.
- BRASIL. **Coleção das Leis de 1987**. Brasília/DF: Departamento de Imprensa Nacional, v. VII, Parte I, 1987.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1998**. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1998, compilado até a Emenda Constitucional no 116/2022. Brasília/DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Brasília/DF: Diário Oficial da União, ano CXLIV, n. 249, p. 2-8, 28 dez. 2007.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 8.629, de 6 de julho de 1993**. Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária. Brasília/DF: Diário Oficial da União, ano CXXXI, n. 127, p. 9377-9378, 7 jul. 1993a.



BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília/DF: Diário Oficial da União, ano CXXXI, n. 28, p. 2349-2351, 26 fev. 1993b.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília/DF: Diário Oficial da União, ano CXLIII, n. 141, p. 1, 25 jul. 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília/DF: Diário Oficial da União, ano CXLVI, n. 113, p. 2-4, 17 jun. 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília/DF: Diário Oficial da União, ano CXLVII, n. 7, p. 1-2, 12 jan. 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário: Safra 2003/2004.** Brasília/DF: MAPA/SPA, 2003.

BRUNO, Regina. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo/SP, n. 40, p. 69-89, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/download/72151/75386/96701>. Acesso em: 30 de mar. de 2024.

CAMARGO, Gilson. Argentinos são resgatados em condições análogas a escravidão na colheita da uva na Serra Gaúcha. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro/RJ, 2 fev. 2024. Direitos humanos. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/02/argentinos-sao-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-na-colheita-da-uva-na-serra-gaucha>. Acesso em: 29 de mar. de 2024.

FANTÁSTICO. Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome. **Fantástico**, Rio de Janeiro/RJ, 25 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.gh.html>. Acesso em: 5 de mai. de 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro/RJ: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo/SP: Expressão Popular, 2012. p. 498-502.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Reforma agrária no governo Lula: a esperança.** Texto elaborado em setembro de 2003.

G1 MATO GROSSO. Moradores dormem na 'fila de ossinhos' para garantir cesta básica em Cuiabá. **G1**, Mato Grosso/MT, 21 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/12/21/pessoas-dormem-na-rua-para-garantir-cesta-basica-na-fila-dos-ossos-em>



cuiaba.ghml. Acesso em: 5 de mai. de 2024.

LEITE, Sergio Pereira *et al.* **Multidimensionalidade e heterogeneidade dos processos de desmonte de políticas públicas:** a trajetória recente das políticas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. 2023.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A questão agrária brasileira:** da Colônia ao governo Bolsonaro. 1. ed. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2022.

MÁXIMO, Wellton. Brasil resgatou 3,1 mil trabalhadores escravizados em 2023. **Agência Brasil**, Brasília/DF, 3 jan. 2024. Direitos humanos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/brasil-resgatou-31-mil-trabalhadores-escravizados-em-2023>. Acesso em: 29 de mar. de 2024.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro/RJ: Fase, 1989.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A luta política em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado durante o governo Cadorso. In: STÉDILE, João Paulo (org.). **A questão agrária no Brasil:** debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. 1. ed. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2013. p. 19-68.

REDE BRASIL ATUAL. Por ação contra a fome durante a pandemia, MST recebe prêmio da ONU. E campanha vira política pública. **Rede Brasil Atual**, São Paulo/SP, 27 out. 2023. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/por-acao-contr-a-fome-durante-a-pandemia-mst-recebe-premio-da-onu-e-campanha-vira-politica-publica/>. Acesso em: 5 de maio de 2024.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A questão agrária brasileira e a luta pelo socialismo. In: STÉDILE, João Paulo (org.). **A questão agrária no Brasil:** debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. 1. ed. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2013. p. 85-102.



ASPECTOS TEÓRICOS E LEGAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

LUIS FERNANDO PEREIRA DALENOGARE¹

SOLANGE EMILENE BERWIG²

RESUMO: A Assistência Social, enquanto política pública de proteção, passou por importantes transformações rumo à consolidação das seguranças socioassistenciais. Reconhecendo sua relevância e as contradições existentes, este estudo objetiva recuperar a conformação da Assistência Social enquanto política pública. Para dar conta do objetivo este artigo está organizado em dois momentos: a) compreensão do campo da política pública; e, b) apresentação dos ciclos da Assistência Social Brasileira desde o seu surgimento à sua efetivação como uma política pública de direito. As reflexões realizadas, resultam de uma pesquisa de revisão bibliográfica, parte dos estudos no âmbito do Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Unipampa. As apreensões conduzem ao entendimento da formulação da Política de Assistência Social Brasileira e revelam as tensões e disputas que permeiam a construção das políticas públicas.

Palavras-chave: Assistência social, política pública, ciclo de políticas.

ABSTRACT: Social Welfare, as a public protection policy, has undergone important transformations towards the consolidation of social welfare security. Recognizing its relevance and the existing contradictions, this study aims to recover the conformation of Social Welfare as a public policy. To achieve this objective, this article is organized into two parts: a) understanding the field of public policy; and b) presenting the cycles of Brazilian Social Welfare from its emergence to its implementation as a public policy under the law. The reflections carried out are the result of a bibliographic review research, part of the studies within the scope of the Professional Master's Degree in Public Policies at Unipampa. The apprehensions lead to an understanding of the formulation of the Brazilian Social Welfare Policy and reveal the tensions and disputes that permeate the construction of public policies.

Keywords: Social welfare, public policy, policy cycle.

INTRODUÇÃO

A política pública está presente em nosso cotidiano desde a forma de convivência em sociedade com suas normativas e regramentos por meio das leis e na manutenção das garantias

¹ Mestrando em Políticas Públicas - PPGPP Unipampa, campus São Borja. Licenciado em matemática, pós-graduado em Contabilidade pública e responsabilidade fiscal. Servidor público municipal. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3495364205641051>. E-mail: luisdalenogare.aluno@unipampa.edu.br.

² Doutora em Serviço Social. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UNIPAMPA. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação em Serviço Social e Política Social na América Latina. Membro do GT *CLACSO Previsión y Sistemas de Pensiones*. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2432723992234220> E-mail: solangeberwig@unipampa.edu.br.



mínimas de sobrevivência que envolvem desde as questões sociais, educação, saúde, lazer, economia entre outras. Suas diretrizes são voltadas para a resolução ou atenuar um problema público com ações de alternância entre uma política de governo ou continuada como são as políticas de estado.

O problema público consiste numa determinada carência ou excesso que existe na sociedade cujas demandas nascem de várias formas seja por meio de atores que atuam nas políticas públicas, debates, protestos, conflitos, ações coletivas, mídia escrita e falada e dos órgãos provedores de dados e índices oficiais do país que subsidiam sua criação, sendo muitas conquistadas à base de lutas e pressões vindas por parte da sociedade.

Para o enfrentamento de problemas sociais, oriundos dos avanços da industrialização e do crescimento das grandes cidades no País, o Estado brasileiro precisou lançar mão de ações de atenção aos menos favorecidos, neste íterim se mesclam ações de cunho filantrópico às ações governamentais que mais tarde vão constituir a agenda da política pública de Assistência Social brasileira.

No contexto das políticas públicas, a Assistência Social é parte integrante desse processo cujos primeiros registros foram na década de 1930 da Era Vargas, mas não como política de governo e direito do cidadão, mas com um arranjo de ações de filantropia, prestadas de forma fragmentada e desorganizada. Tais atividades prestadas não correspondiam ainda a uma estrutura de política pública, mas de uma ação voluntária, voltada a grupos determinados sem garantia de continuidade.

Alguns momentos são importantes no percurso histórico da conformação da Assistência Social como a conhecemos hoje - a criação em 1942 da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e em 1977 o Ministério da previdência e Assistência Social (MPAS). O grande ponto de inflexão desta trajetória é a aprovação da Constituição Federal de 1988, que tornou a Assistência Social um direito do cidadão e obrigação do Estado. Essa inclusão no texto constitucional exigiu esforços seguintes para elaboração e aprovação da lei federal que materializa a política de assistência. A inclusão na agenda política tem como resultados a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993 e mais tarde em 2005 o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Apresenta-se este texto com o objetivo de recuperar os aspectos formais que instituíram a Assistência Social e compreender sua formulação enquanto política pública. As reflexões aqui expressas fazem parte do percurso de análise da pesquisa de mestrado em andamento – agora em sua fase exploratória. Para atender ao objetivo realizou-se um estudo de natureza qualitativa e

bibliográfica, que tem como escopo de análise documental documentos de domínio público que versam sobre a Assistência Social brasileira e fundamentos da política pública.

Este texto apresenta as reflexões estruturadas em uma escrita dialética que relaciona o campo das políticas públicas e sua inter-relação com a assistência, tecendo análises que vão da composição formal da Assistência Social, sua gestão, conformação, limites e entraves.

COMPREENSÕES SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

O ponto de partida, exige à priori compreender o campo de discussão - a concepção de política pública. A partir de uma definição básica, segundo Secchi (2020, p.17) “uma política pública é uma diretriz para enfrentar um problema público”. São parte fundamental para uma definição de onde o dinheiro público deve ser investido através da formulação de ideias e normas visando converter o recurso recolhido dos impostos em bens ou serviços em benefício da sociedade, envolvendo também sua implantação e avaliação para mensuração dos seus resultados.

Para Dias e Matos (2012, p. 136) as políticas públicas tratam do gerenciamento “[...] de grandes áreas de problemas ou demandas sociais, com a adoção de critérios de racionalidade na utilização dos recursos, planejamento e o estabelecimento de prioridades, objetivos e metas”. A criação de políticas públicas consiste num processo que envolve várias etapas. Secchi (2020) delimita em sete fases principais sendo elas: 1) identificação do problema; 2) formulação da agenda; 3) desenvolvimento de alternativas; 4) tomada de decisão; 5) implementação; 6) avaliação e monitoramento; e, 7) a extinção ou reformulação.

Esses processos ou etapas constituem um ciclo de elaboração e aperfeiçoamento de uma política. Tais etapas servem como a base para o processo de gerenciamento das políticas governamentais auxiliando nas diferentes etapas de sua elaboração, Secchi (2020, p. 68) destaca que, “ainda que tenha utilidade heurística, raramente reflete a real dinâmica ou vida de uma política pública. As fases geralmente se apresentam misturadas, as sequências se alternam”.

Nesse processo de elaboração de políticas públicas há uma grande gama de atores envolvidos que são os responsáveis pela formulação, implementação e avaliação das políticas, desempenhando um campo multidisciplinar que combinam conhecimento técnico e experiência política com o papel de interagir, negociar e influenciar nas decisões sendo isso fundamental para a

992



eficácia da gestão e a prática da democracia. Dentre os principais se destacam governo, servidores públicos, legisladores, políticos, grupos organizados com interesses específicos, setor privado, acadêmicos, mídia escrita e falada e também os próprios destinatários das políticas públicas.

Estes atores foram essenciais para a fundamentação e arcabouço que antecede a construção da Assistência Social como política. As tensões e construções realizadas antes e depois da Constituição Federal de 1988 para o campo da assistência são marcadas pela presença da sociedade civil, movimentos sociais, trabalhadores da área social e representantes do governo.

Política Pública de Assistência Social: Da Caridade ao Direito Social

Ao longo de sua trajetória histórica a assistência se apresentou de diferentes formas e finalidades. Diante da apreensão do Estado pela existência dos problemas sociais, este passou incorporar ações de atenção a tais situações. Pela Constituição Federal (CF) de 16 de julho de 1934 em seu artigo 138, o Estado previa como assistência o “amparo aos desvalidos, a maternidade e infância, famílias de prole numerosa e a juventude” (Brasil, 1934, *online*). Os registros da CF de 1934, corroboram com importância de identificação de um problema que demanda a intervenção do Estado, este processo é um passo para a elaboração de políticas conforme aponta Secchi (2020).

Ainda que a CF de 1934 já sinalizasse para a assistência à população empobrecida, na década de 1930 as ações assistenciais eram desenvolvidas por instituições religiosas, mais precisamente da igreja católica e organizações de caridade, com práticas disciplinadoras sem compreensão da pobreza como expressão da questão social. O Estado não fazia nenhuma intervenção na área social e a pobreza era vista como um problema individual e tratada com repressão por parte do Estado (Iamamoto; Carvalho, 2011).

A primeira regulamentação da assistência, que se tem registro, foi a criação por força do Decreto-Lei nº 525 de 01 de julho de 1938 “que instituiu o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do Serviço Social em todo o País (CNSS)”, que possuía o objetivo de centralizar e organizar as obras de cunho assistenciais e manipular verbas de subvenções sociais, ou seja uma prática de clientelismo político. (Iamamoto; Carvalho, 2011, p.264).

Esse tipo de política pública está identificado na tipologia do cientista político norte americano James Quinn Wilson (1931-2012) que descreve “em que os benefícios são concentrados

993



em certos grupos e os custos são difusos na coletividade” (Secchi, 2020, p.46), ou seja, uma forma de troca de favores a determinados beneficiários com contrapartida de apoio político e os recursos para custeio oriundos de toda sociedade.

Essa política de governo iniciada na década de 1930 durante o governo de Getúlio Vargas, cujas ações eram concentradas em poder do Estado e com características de assistencialismo, caracterizando-se como uma ação pontual e voluntária que visa atender uma necessidade imediata de alguém, sem compromisso com a transformação social assim caracterizando políticas de caráter descontinuado, caritativa, benesse e a inexistência de programas institucionais na área social.

Em 28 de agosto de 1942, ainda baseada na caridade, filantropia e solidariedade religiosa foi criada “a primeira grande instituição nacional de Assistência Social, a Legião Brasileira de Assistência (LBA)” (Iamamoto; Carvalho, 2011, p.265). A LBA teve à frente de sua gestão a primeira-dama do Brasil, sra. Darcy Sarmanho Vargas. O trabalho desenvolvido tinha o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados à segunda guerra mundial cujas ações eram voluntaristas dependentes do esforço da solidariedade da sociedade civil. A figura da primeira-dama da república, deu início também ao processo marcado como primeiro-damismo, instituindo um modelo que foi delineado a partir da representação social da mulher ideal, ligada à maternidade, cuidado e ao matrimônio (Oliveira; Alves, 2020).

Nos anos seguintes, considerando “que o estado sempre intervinha na gestão e organização da prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento social” (Iamamoto; Carvalho, 2011, p. 84). Houve poucos avanços na área pois este deu seguimento ao controle das demandas sociais com destaque a criação por força da lei 6.036 de 01 de maio de 1974 do Ministério da Previdência e Assistência Social como parte de sua estrutura contribuindo para criação de uma política de combate à pobreza, mas ainda de forma consultiva.

Esse apanhado sobre o percurso que do campo da Assistência Social brasileira conduz ao entendimento de que até o ano de 1988 a assistência não era reconhecida como direito e sim baseada no assistencialismo, e não tinha uma proposta formatada como política pública. Contudo, era tema que figurava na agenda política e foi percurso para os processos seguintes de formalização da política pública.



O marco fundamental da mudança do paradigma assistencial, foi a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88). A CF de 1988 apresenta uma nova concepção da Assistência Social com caráter de política pública junto com a Saúde e Previdência, formando o tripé da Seguridade Social em seu artigo 194 - “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. (Brasil, 1988, *online*).

A política de Assistência Social é inscrita na CF/88 pelos artigos 203 e 204. No artigo 203 diz que:

Art. 203. A Assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I – A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – O amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – A habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V- A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

No artigo 204, ela estabelece que:

As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previsto no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

- I – Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
- II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (Brasil, 1988, s/p).

A política de Assistência Social é uma conquista oriunda de muitas lutas, debates e pressões dos trabalhadores na área e assim pela primeira vez na história constitucional do Brasil foi reconhecida como uma política pública de direito destinada a garantir o atendimento às necessidades básicas com princípios e diretrizes, fortalecendo o papel da sociedade civil na formulação, controle e fiscalização.

A criação dos conselhos deve observar a participação paritária da sociedade civil e governamental, com uma política de forma organizada e de caráter continuado passando a ser um tema relevante perfazendo o segundo ciclo de políticas públicas descrito por Secchi ou seja a

“formação da agenda” classificada de acordo com Cobb e Elder (1983) como agenda formal também conhecida como agenda institucional, sendo aquela que elenca os problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar (Secchi, 2020, p.70).

Essa nova política pública se configura como do tipo distributiva e redistributiva nas quais ambas visam a redução da pobreza, promoção da inclusão social e a correção das desigualdades sociais. No conceito de políticas distributivas a tipologia do cientista político Theodore J. Lowi (1931-2017): “geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a coletividade/contribuintes” (Secchi, 2020, p.45) ou seja, partindo do pressuposto que a assistência será prestada a quem dela necessitar ou seja a um público específico e seu custeio oriundo dos impostos pagos por toda sociedade.

Já nas políticas redistributivas Secchi (2020, p. 45) conceitua: “que os benefícios são concentrados a algumas categorias de atores e implicam custos concentrados sobre outras categorias de atores”. Um exemplo na área social são as políticas de transferência de renda a pessoas em situação de vulnerabilidade social como o Programa Bolsa Família. Essa tipologia gera conflitos de interesses opostos entre a sociedade em manter ou descartar determinadas formas de políticas públicas e na definição de quem são seus beneficiários ou não e na sua ideologia daqueles contribuintes com maior poder aquisitivo financiarem essas políticas em benefícios daqueles com menores condições.

Nesse contexto da concretização da Assistência Social como política pública e a inclusão na agenda política dentro dos ciclos descritos vêm a “formulação de alternativas” que consiste num processo de elaboração de métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos” (Secchi, 2020, p.73), sendo um processo dinâmico com diferentes ideias no intuito de melhorar continuamente as respostas do governo aos desafios da sociedade num contexto geral.

Esse processo de formulação da política de Assistência Social se arrastou por mais de cinco anos sendo prejudicada pelo atraso no processo de discussão e elaboração das propostas com debates articulados entre vários segmentos atendendo assim o preceito no Inciso II art. 204 da CF/88 numa análise prospectiva de políticas públicas descrita por (Secchi, 2020, p.75) “de natureza argumentativa que prefere a participação, argumentação e deliberação dos atores políticos de maneira a chegar numa formulação negociada da política pública.

Esses atores envolveram políticos, burocratas especialistas na área, entidades, universidades, órgãos de categoria profissional como o Centro de formação e Assistência Social (CEFAS), Instituto de Pesquisa econômica aplicada (IPEA), Universidade de Brasília (UnB) e a própria sociedade por meio de realização de simpósios e seminários ao longo dos anos de 1989 a 1993 com vários projetos de lei culminando em junho de 1993 na Conferência Nacional de Assistência Social em Brasília/DF para discussão do projeto da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Partindo para o ciclo da “tomada de decisão” descrito por Secchi (2020), o executivo apresentou um novo projeto de lei contrário ao que vinha sendo negociado, onde com a pressão de entidades e especialistas na área em plenário posicionou-se construindo artigo por artigo, tornando-se tal documento conhecido como Conferência zero da Assistência Social, culminando com o encaminhamento ao Congresso Nacional do projeto de lei nº 4100/93, sendo sancionada em 07 de Dezembro de 1993 a Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS sob nº 8.742 pelo então presidente da república Itamar Franco, sendo o método usado pelos tomadores de decisão o modelo Incremental proposto por Charles E. Lindblom “onde problemas e soluções são definidos, revisados e redefinidos simultaneamente e em vários momentos da tomada de decisão. (Secchi, 2020, p. 78 e 79).

Com esse ato de aprovação da Lei orgânica de Assistência Social (LOAS) veio um novo desafio em mais um ciclo de política pública a de “implementação” fase em que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações mencionado por Secchi (2020), expressando a sua regulamentação com uma gestão descentralizada e participativa com a criação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) órgão de composição paritária com representantes da sociedade civil e governamental, e diretrizes para organização da Assistência Social no Brasil que entre os seus principais pontos tratam da definição e dos princípios fundamentais, organização da Assistência Social, Benefícios sociais, Financiamento e gestão, controle social e fiscalização, impacto e aplicação.

GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, FASE DE IMPLEMENTAÇÃO

Considerando o histórico de elaboração da LOAS, essa implementação de política pública segundo Sabatier (1986), segue o modelo *bottom-up* (de baixo para cima) caracterizado pela maior liberdade de burocratas e redes de atores em auto-organizar e modelar a implementação de políticas

997

públicas, ou seja, seu formato não é definitivo podendo ser modificável por aqueles que a implementam no dia a dia. (Secchi, 2020).

Isso se observa nos anos subsequentes com o aperfeiçoamento e a criação de novos elementos para a eficácia da gestão dessa política tais como: Normas Operacionais básicas (1997 e 1998), Política Nacional de Assistência Social (PNAS)³ que visou a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a criação em 2004 do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e em 2005 uma nova norma Operacional Básica (NOB)⁴ também chamada de NOB-SUAS, e Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH) que definiu as bases operacionais para a implementação do SUAS fortalecendo a articulação entre União, Estados e Municípios através da criação da Comissão Intergestora Tripartite (CIT) e Comissão Intergestora Bipartite (CIB)⁵.

O Sistema Único de Assistência Social estruturou toda política incorporando dois níveis de habilitação aos municípios, quais sejam: a gestão básica e a plena, introduzindo um sistema de articulação e provimento de ações de proteção social em dois níveis: a proteção social básica e a proteção social especial. Em relação ao financiamento da Assistência Social, foi instituído o repasse automático do Fundo Nacional para os Fundos Estaduais e Municipais, ou seja, na modalidade fundo a fundo e não mais por convênios como eram realizados, dando uma estabilidade ao custeio dos serviços que é indispensável à uma boa gestão pública.

Cabe destacar também a tipificação dos serviços socioassistenciais regulamentada pelo Ministério da Cidadania por meio da Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009 que estabelece os padrões e critérios para a organização dos serviços socioassistenciais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), essa resolução define diversas modalidades e tipologias de serviços socioassistenciais, agrupando-os de acordo com suas finalidades, públicos-alvo e metodologias de trabalho.

³ Aprovada pela Resolução CNAS nº 415, de 15 de outubro do ano de 2004 (BRASIL, 2024, online).

⁴ Aprovada pelo CNAS – Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005 (BRASIL, 2024, online).

⁵ As Comissões Intergestoras Tripartite e Bipartite são caracterizadas como instâncias de negociação e pactuação, onde as primeiras são constituídas pela União, Estados e Municípios, e as segundas somente por estes dois últimos (Brasil, 2025, online).

Ainda nesse contexto histórico de estruturação da política pública de Assistência Social com o modelo *bottom-up* de Sabatier, em 06 de Julho de 2011 foi aprovada a Lei nº 12.435 alterando a Lei nº 8.742/93 que dispõe sobre a organização da Assistência Social passando o Sistema Único de Assistência Social a integrar o escopo da Lei Orgânica de Assistência Social e trazendo importantes mudanças e regulamentando projetos, programas e benefícios, aprimorando as ferramentas de gestão, controle, o papel dos Conselhos e realizar o monitoramento e avaliação da Política no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Ainda, a atualização da Norma Operacional Básica (NOB-SUAS) que foi pactuado na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) no ano de 2012 e aprovada por meio da resolução nº 33 de 12 de Dezembro de 2012 (BRASIL, 2024, online) do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) sendo organizada em 11 capítulos cada um divididos em seções detalhando as diretrizes dentre elas o cofinanciamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas na área do Sistema Único de Assistência Social. Em seus artigos 44 ao 86, são destacados o orçamento como instrumento indispensável à gestão do Sistema Único de Assistência Social, elaborado com seus objetivos e metas nos princípios do orçamento público, sendo cofinanciado por meio do Fundo Nacional de Assistência Social e partilhado entre estados e municípios através dos blocos de proteção social básica e especial, programas e o índice de gestão descentralizada do Bolsa Família (IGD-M) e da gestão no IGD-SUAS e mencionando do importante papel desempenhado pelo Conselho através de sua fiscalização.

A NOB SUAS também trata do tema de grande relevância e que desempenha um papel crucial na garantia da efetividade e qualidade dos serviços prestados à população no âmbito do SUAS que se trata da vigilância socioassistencial devidamente disciplinada pelos artigos 87 a 108. As seções de operacionalização, informação, monitoramento e avaliação, sendo uma das principais ferramentas, e porque não dizer, a principal no quesito de avaliação da política pública de Assistência Social, atendendo a mais um ciclo descrito por Secchi (2020, p. 88) “a avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou”.

A vigilância socioassistencial envolve diversas atividades e objetivos principais no âmbito do SUAS como o diagnóstico socioterritorial visando a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e geográficas, produção, sistematização, análise e disseminação de dados sociais proporcionando um



monitoramento da vulnerabilidade e das necessidades por meio de levantamentos e estudos técnicos identificando as demandas e as condições de vida dos usuários dos serviços.

É papel da vigilância ainda, o planejamento da gestão das políticas públicas utilizando informações para orientação e definição das prioridades e a destinação dos recursos, avaliação de forma contínua dos resultados com os programas implantados, promovendo as melhorias quando necessário. Tais processos são essenciais para a garantia dos direitos sociais previstos na legislação vigente, atendendo ao princípio da dignidade humana e fortalecendo o controle social com a participação da comunidade e dos usuários na gestão e avaliação dessa política pública e contribuindo na transparência do uso dos recursos públicos.

Com a implantação da vigilância socioassistencial é possível mensurar os principais critérios de avaliação das políticas públicas descritos por Secchi (2020), quais sejam: economicidade, produtividade, eficiência econômica, eficiência administrativa, eficácia, efetividade, igualdade e equidade.

Segundo os dados do Censo SUAS do ano de 2023 na aba da gestão municipal apresentam em nível nacional os seguintes resultados:

Tabela 01. Implantação da Vigilância Socioassistencial (Inclusive área de monitoramento e avaliação)

	Quant.Gestão Municipal	Percentual (%)
Não constituída	1540	27,90
Sim, na estrutura formal do gestor	1989	36,00
Sim, de maneira informal	1989	36,00
Missing System	01	0,10
TOTAL	5519	100

Fonte: Censo Suas 2023 (BRASIL, 2024, online)

Tabela 02. O órgão gestor possui diagnóstico socioterritorial do município?



	Quant.Gestão Municipal	Percentual (%)
Não	3791	68,70
Sim	1728	31,30
TOTAL	5519	100

Fonte: Censo Suas 2023 (BRASIL, 2024, online)

Segundo os dados do Censo SUAS, fica evidenciado que ainda é um grande desafio à implantação dos setores de vigilância, e que apesar de os municípios responderem ter implantado, informam também que se trata de uma composição informal, não constituindo assim o campo da vigilância em conformidade com o previsto pela legislação.

Quanto aos resultados de uma eventual avaliação de uma política pública de Assistência Social por se tratar de um dever do Estado garantido pela CF/88 e a consolidação do SUAS, não há o que se falar no último ciclo nominado por Secchi “a extinção”, mas sim de uma continuidade, aperfeiçoamento, reestruturação e principalmente um maior interesse por parte dos atores políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância em recuperar os aspectos históricos da assistência, desde sua origem até os dias atuais contribui para a apreensão dos processos que situam a organização de uma política pública, como a reflexão sobre o conjunto de sujeitos e movimentos que colaboram para que a política seja uma pauta na agenda política. A Assistência Social é resultado de lutas, debates e da participação da sociedade num todo percebendo a necessidade de mudanças para a garantia de direitos em benefícios das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Apesar dos avanços, desafios e a luta para concretização de uma política Pública de Assistência Social, são inegáveis os entraves para a sua implantação e execução desde a promulgação da Constituição Federal em 1988 e cinco anos após em 1993 como a sua Lei Orgânica, 2005 ou seja doze anos com a consolidação de Sistema Único de Assistência Social, 2009, quatro anos para tipificação dos serviços e em 2012 para uma diretriz mais completa com a atualização da NOBSUAS.



Nessas considerações se conclui que é uma política pública em que o alcance de seus objetivos são longos, imensos e desafiadores sendo necessário ainda muitos anos em busca de uma mudança de entendimento do seu real sentido e compreensão por parte da classe política e da sociedade num todo que a considera como fornecedora de benefício gratuito e não uma política de desenvolvimento social.

As sequelas deixadas por longos anos de prática do Assistencialismo seguem insistentes com o uso da política como massa de manobra para eleição num reforço de um trabalho clientelista que visa o interesse próprio aliado a falta de destinação de recursos da parte política para o custeio dos serviços cujos cofinanciamento são irrisórios diante dos desafios e dos problemas sociais que assolam a população numa forma geral.

A avaliação contínua da política pública de Assistência Social é crucial para a gestão eficiente dos recursos públicos e para que os resultados sejam alcançados nos seus objetivos e metas. Para isso é essencial avançar na implementação dos mecanismos de controle e monitoramento – como fortalecimento do controle social e implantação/implementação da vigilância que ainda é um desafio aos municípios brasileiros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 16 de julho de 1934.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10617640/artigo-138-da-constituicao-federal-de-16-de-julho-de-1934>. Acesso em: 08 de jun. de 2024.

BRASIL. **Decreto/Lei nº 525 de 01 de julho de 1938.** Institui o Conselho Nacional de Serviço Social [...]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=525&ano=1938&ato=0770TVE1EerpXTbb8> Acesso em: 10 de jun. de 2024.

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, anotada e comentada.** Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf Acesso em: 29 de jun. de 2024.

BRASIL. **Censo SUAS 2023.** Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index2.php>. Acesso em 29/06/2024.

BRASIL, **Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004.** Aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Disponível em: https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/07/PNAS_2004.pdf. Acesso em: 29 de jun. de 2024.



BRASIL. **Resolução nº 33 de 12 de dezembro de 2012.** Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB/SUAS. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/regulacao/visualizar.php?codigo=4868>. Acesso em 29/06/2024.

BRASIL. **Resolução nº 130 de 15 de julho de 2005.** Aprova a Norma Operacional Básica - NOB SUAS. Disponível em: <https://www.blogcnas.com/resolucoes-cnas-2005-2003>. Acesso em 29/06/2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011.** Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

BRASIL, Gov.Br. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social Família e Combate à Fome. **Comissões Intergestores.** 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/gestao-do-suas/comissoes-intergestores-1>. Acesso em: 22 de mai. de 2025.

COBB, R. W; ELDER, C.D. **Participation in American politics:** the dynamics of agenda-building. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas:** princípios, propósitos e processos – São Paulo: Atlas 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela, CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 34 ed- São Paulo: Cortez, 2011.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a Assistência Social.** São Paulo. Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Taiana de; ALVES, Ismael Gonçalves. **Legião Brasileira de Assistência e políticas sociais:** primeiro-damismo, gênero e assistência social. 2020.

SABATIER, P. A. Top-down and bottom-up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis. **Journal of Public Policy**, v.6, n.1, p, 21-48, 1986.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas Públicas** [Livro Eletrônico]: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3ª ed - São Paulo: Cengage Learning, 2020.

SPOSATI, A. O. **A menina Loas:** um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2004.



ENTRE A SUBMISSÃO E A RESISTÊNCIA: SUJEITOS, CULTURA POLÍTICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DUQUE DE CAXIAS/RJ

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

CARLA CAROLINNE ALVES DE CARVALHO MOISÉS¹

RESUMO: A formação social brasileira, marcada pela colonização, escravidão e dependência econômica, consolidou estruturas de desigualdade e exclusão que persistem hoje. Em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, essa herança histórica se reflete nas relações de poder, na participação social e na implementação das políticas públicas, especialmente da assistência social. Este artigo analisa a influência da formação social e da herança colonial na cultura política local, considerando o papel do território na construção das subjetividades e os desafios para a efetivação dos direitos sociais. Por meio de revisão bibliográfica, investigam-se como legados históricos estruturam desigualdades socioeconômicas e impactam a cidadania, avaliando o papel da assistência social na região. O estudo visa aprofundar o entendimento sobre a relação entre política social, território, sujeitos sociais e cultura política, oferecendo subsídios para aprimorar a proteção social no município.

Palavras-chave: Assistência social, cultura política, Duque de Caxias.

ABSTRACT: Brazilian social formation, marked by colonization, slavery, and economic dependence, consolidated structures of inequality and exclusion that persist today. In Duque de Caxias, in Baixada Fluminense, this historical legacy is reflected in power relations, social participation, and public policy implementation, especially social assistance. This article analyzes the influence of social formation and colonial heritage on local political culture, considering the role of territory in constructing subjectivities and challenges for realizing social rights. Through a literature review, it investigates how historical legacies structure socioeconomic inequalities and impact citizenship, evaluating social assistance's role in the region. The study aims to deepen understanding of the relationship between social policy, territory, social actors, and political culture, offering subsidies to improve social protection in the municipality.

Keywords: Social assistance, political culture, Duque de Caxias.

INTRODUÇÃO

A formação social brasileira, com as particularidades de seu processo de colonização, escravidão e dependência econômica, moldou estruturas de desigualdade e exclusão perenes. No município de Duque de Caxias, situado na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, essa

¹ Doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora substituta no Departamento de Fundamentos do Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela UFF. Assistente Social graduada pela Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy” (UNIGRANRIO). Atualmente está como assistente social na Organização Religiosa da Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. E-mail: carlamoises0309@gmail.com. Para acessar o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1129477727705968>.



herança histórica é percebida na configuração das relações de poder, nas práticas de participação social e na atuação das políticas públicas, especialmente da assistência social. A cultura política local reflete um contexto em que redes clientelistas, dinâmicas de subordinação e dificuldades na efetivação de direitos convivem com experiências de resistência e mobilização social.

Diante disso, o presente artigo tem por objetivo analisar a influência da formação social brasileira e da herança colonial na constituição da cultura política em Duque de Caxias, considerando as particularidades do território na construção das subjetividades, nas práticas de participação social e o papel desempenhado pela política de assistência social na região. Analisa-se, ainda, em que medida essa política contribui para a consolidação de uma cultura política voltada à participação e mobilização social ou, ao contrário, reproduz lógicas clientelistas e paternalistas que limitam o engajamento e a autonomia dos sujeitos.

Este estudo adota como perspectiva teórico-metodológica o materialismo histórico-dialético, que permite compreender os fenômenos sociais a partir de suas determinações históricas, estruturais e relacionais. Tal abordagem considera a totalidade social, a historicidade dos processos e as contradições inerentes à sociedade capitalista, articulando as dimensões políticas, econômicas, territoriais e culturais que moldam a realidade concreta dos sujeitos. Ao abordar as tensões entre heranças coloniais, dinâmicas territoriais e atuação estatal, espera-se oferecer subsídios para reflexões e ações voltadas ao aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município.

O LEGADO DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

O capitalismo é uma realidade que extrapola a esfera econômica ao dominar e influenciar outras dimensões - política, social, ideocultural. Fernandes (1968), ao analisar as particularidades do desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos, destaca que o caráter híbrido do capitalismo – desigual – é imanente de sua natureza combinada. Neste processo se acopla práticas “arcaicas” e “modernas” na perspectiva da garantia da acumulação de capital em moldes cada vez mais capitalistas.

A colonização portuguesa estruturou um capitalismo dependente, articulando grandes plantações, trabalho escravo e expropriação colonial (Fernandes, 1968). A escravidão foi um dos pilares fundamentais para a acumulação primitiva de capital no Brasil, garantindo mão de obra barata e explorada para a produção de riquezas, especialmente no setor agrícola, como nas plantações de

1005



açúcar e café. Não apenas sustentou a economia colonial, mas também permaneceu como um traço estrutural do capitalismo brasileiro que perpetua desigualdades raciais e socioeconômicas.

Souza (1998) parte do pensamento de Max Weber para tecer crítica à noção de "atraso" frequentemente associada ao Brasil. Weber, ao relacionar a ética protestante ao desenvolvimento do capitalismo moderno, argumentou que o protestantismo ascético criou uma mentalidade voltada para o controle racional da vida econômica e social, o que teria impulsionado a modernização em países onde essa matriz cultural se consolidou. Ainda, questiona a aplicação dessa ideia ao contexto brasileiro, onde o contraste entre "moderno" e "atrasado" costuma ser tratado de forma simplista. Ele argumenta que essa dualidade ignora as especificidades históricas e culturais que moldam a realidade nacional, sugerindo que a categorização do Brasil como um país "atrasado" deve ser analisada de forma mais profunda, sem recorrer a um modelo linear e eurocêntrico.

Nesse sentido, se torna fundamental considerar a influência de outros fatores, para além dos econômicos, para compreender esse processo. E a religião é um elemento de grande influência. Desde a colonização, a Igreja Católica desempenhou um papel central na formação social brasileira, moldando normas, valores e instituições. Com a chegada de africanos escravizados, suas tradições religiosas foram ressignificadas em um contexto de dominação e resistência, dando origem a um sincretismo característico do país. No século XX, o avanço do protestantismo, especialmente das denominações evangélicas, trouxe novas dinâmicas sociais e políticas, reforçando valores como disciplina e trabalho árduo – aspectos que, na tradição weberiana, são frequentemente associados ao desenvolvimento econômico.

Essa relação entre religião e modernidade se conecta diretamente ao conceito de "ideologia do atraso", que Souza (1998) critica. A ideia de que certas práticas culturais e religiosas retardariam o progresso do país reflete uma visão que ignora a complexidade da formação social brasileira. O sincretismo religioso e a pluralidade de crenças, por exemplo, são frequentemente vistos como obstáculos ao desenvolvimento, quando, na realidade, representam processos históricos de resistência e adaptação. Além disso, a religião tem sido um espaço de mobilização social, a exemplo de movimentos como a Teologia da Libertação, que atuam na defesa dos direitos humanos e no enfrentamento à pobreza.

Schwarcz e Starling (2017) apontam que o processo de construção da cidadania no Brasil, foi complexo e marcado por desigualdades históricas, que são percebidas até os dias atuais. A herança

1006



da escravidão deixou cicatrizes profundas na estrutura social do país, sendo percebida através do racismo estrutural e da exclusão de populações negras do acesso a direitos básicos, como educação e emprego. Mesmo após a Abolição em 1888, o Estado nunca garantiu mecanismos eficazes de reparação, perpetuando um ciclo de marginalização que ainda se manifesta nas altas taxas de encarceramento, na violência policial e nas barreiras sociais enfrentadas por esses sujeitos.

O Brasil é marcado por seu grande índice de desigualdade², não apenas econômica – ela se entrelaça com fatores raciais, culturais e históricos. A despeito de uma “Constituição Cidadã” de 1988, a realidade cotidiana é bem diferente: preconceitos se mantêm enraizados, influenciando desde as oportunidades de ascensão social até as formas de tratamento nas instituições públicas. Ao mesmo tempo, a identidade brasileira é marcada por uma rica diversidade cultural, fruto da mistura de diferentes povos e tradições. O samba, a capoeira e outras expressões artísticas mostram essa potência, mas essa pluralidade nem sempre se traduz em inclusão real. Muitas vezes, a ideia de “povo miscigenado” é usada para mascarar desigualdades, como se a diversidade, por si só, fosse suficiente para garantir direitos (Schwarcz; Starling, 2017).

Outro fator que molda a cidadania no Brasil é a sua trajetória política. O país passou por diversos períodos autoritários que enfraqueceram a participação popular e criaram uma cultura de distanciamento entre Estado e sociedade. Muitos sujeitos ainda veem as instituições como algo distante ou inacessível, o que dificulta o engajamento na luta por direitos. Além disso, a violência – tanto estatal quanto cotidiana – é um problema estrutural, profundamente normalizado. Desde o passado colonial, a coerção tem sido um instrumento de controle social, impactando, principalmente os sujeitos mais vulneráveis (Schwarcz; Starling, 2017).

Segundo Gomes (1999), o período do Estado Novo, sob o comando de Getúlio Vargas, teve um impacto profundo na maneira como os brasileiros passaram a se enxergar como cidadãos, especialmente no que diz respeito à identidade do trabalhador. O governo investiu fortemente na construção de uma imagem idealizada do “trabalhador brasileiro”, apresentando-o como peça-chave no desenvolvimento nacional. Mais do que apenas garantir direitos, essa estratégia ajudou a moldar um sentimento de pertencimento e valorização do trabalho.

² O índice GINI de 2024 foi 0,518. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/45/88270>. Acesso em 29 jan, 2025.



As políticas trabalhistas implementadas nesse período foram um marco. Com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, os trabalhadores passaram a ter direitos formais, como jornada regulamentada e férias remuneradas. Isso transformou a maneira como a classe operária se via: não mais como uma massa explorada sem amparo, mas como um grupo organizado, reconhecido pelo Estado. Ao mesmo tempo, essa aproximação entre governo e trabalhadores teve um viés estratégico, fortalecendo Vargas como líder popular e reduzindo a influência de movimentos sindicais independentes (Gomes, 1999).

Outro aspecto relevante foi a forma como a cultura popular se tornou ferramenta de construção dessa nova identidade nacional. A música, o rádio e o cinema passaram a exaltar valores como o esforço individual e a lealdade ao país, reforçando a ideia de que o progresso dependia da dedicação de cada cidadão ao seu trabalho. Esse discurso foi fundamental para consolidar a visão de um Brasil em crescimento, onde a ascensão social seria possível dentro da estrutura estabelecida pelo governo.

Além disso, o Estado Novo mudou a percepção sobre a pobreza. Se antes era vista como uma fatalidade natural da sociedade, passou a ser tratada como um problema a ser combatido por meio da intervenção estatal. Essa mudança influenciou tanto a forma como as políticas públicas eram formuladas quanto à maneira como os próprios cidadãos encaravam suas condições de vida e as possibilidades de melhoria.

O Estado Novo não apenas estabeleceu novos direitos trabalhistas, mas também redefiniu o conceito de cidadania e pertencimento social. Ao exaltar o trabalhador como figura central da nação, o governo de Vargas ajudou a construir uma nova consciência política e social, cujos reflexos ainda podem ser percebidos na maneira como os sujeitos entendem as relações entre Estado, trabalho, direitos e o exercício da cidadania (Gomes, 1999).

Em Da Matta (1997) a cidadania está intrinsecamente ligada à subjetividade dos sujeitos. As normas morais e as expectativas sociais moldam tanto a percepção sobre si quanto a relação com a coletividade. Em sociedades marcadas por desigualdades, a cidadania se constrói por meio de constantes negociações e busca por reconhecimento, como um fenômeno relacional.

TERRITÓRIO E SUBJETIVIDADE: AS PARTICULARIDADES DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS



De acordo com Santos (2005), a compreensão da categoria território evoluiu ao longo da história, refletindo mudanças profundas nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas. O território era concebido como uma entidade fixa e rigidamente associada ao Estado-Nação. Nesse contexto, o controle do espaço era um elemento central da soberania, determinando as relações de poder entre governantes e governados. A delimitação territorial era vista principalmente sob uma perspectiva jurídica e política, onde o Estado exercia autoridade absoluta sobre os limites que definia. Com o passar do tempo, essa concepção foi sendo reformulada diante das transformações sociais e econômicas. A mundialização do capital e os processos de transnacionalização trouxeram novos desafios, deslocando a noção de território de um espaço físico, sob controle estatal, para uma realidade mais dinâmica, interdependente e de múltiplas interações, onde agentes locais e globais disputam significados e usos do espaço. Assim, o território não pode mais ser reduzido a uma mera extensão geográfica delimitada por fronteiras. Ele é um espaço vivo, onde se desenrolam relações sociais complexas, influenciadas por redes globais de produção, circulação de informações e novas tecnologias.

O que define o território, portanto, não é apenas sua existência física, mas o uso que dele se faz. É na prática social e nas experiências cotidianas que o território se torna um objeto de análise. Essa perspectiva exige uma revisão constante das formas como nos relacionamos com o espaço e como ele é apropriado por diferentes sujeitos. Mais do que um elemento estático, o território é um ambiente em constante disputa, onde se manifestam tensões entre tradição e modernidade, resistência e dominação, local e global (Santos, 2005).

Em contextos de opressão, a luta pela afirmação dos direitos territoriais é uma forma de resistência que expõe as violências estruturais que afetam as comunidades marginalizadas. Neste contexto, os sujeitos não apenas resistem, mas criam formas de existir e afirmar suas identidades (Haesbaert, 2021). Quando concebido como espaço de vida, o território é essencial na formação dos sujeitos, considerando a influência das condições de vida, dos laços sociais, do acesso (ou falta dele) aos recursos e serviços essenciais.

Olhando para o caso do município de Duque de Caxias, é possível constatar que a formação da subjetividade dos sujeitos é um processo marcado por múltiplas determinações sociais, políticas e econômicas, que atravessam a história do município e influenciam diretamente as formas de ser e estar no mundo dos sujeitos que o habitam. Localizado na Baixada Fluminense, o município carrega



em sua constituição histórica, desigualdades estruturais que impactam a construção das identidades locais, atravessadas por precarização das condições de vida, segregação socioespacial, lutas políticas e transformações impulsionadas pelo avanço das tecnologias de comunicação.

Historicamente, os sujeitos, no município, enfrentaram barreiras significativas na construção de sua identidade e na reivindicação de seus direitos. O município, marcado pela presença de grandes indústrias e pela precarização urbana, consolidou um cenário de profundas desigualdades, onde a classe trabalhadora enfrenta desafios como informalidade, falta de infraestrutura e violência cotidiana. Esses fatores impactam diretamente a subjetividade dos sujeitos (Luiz; De Moura, 2014).

A subjetividade, no entanto, não se desenvolve de maneira isolada, mas na relação dialética entre sujeito e sociedade. Segundo Peixoto (2015), a partir do materialismo histórico-dialético, os sujeitos sociais se constituem historicamente por meio das interações com seu meio, não sendo meramente condicionados por estruturas objetivas, mas também por suas experiências e práticas. Dessa forma, a formação da subjetividade está vinculada tanto às condições materiais – como o acesso à moradia, ao trabalho e aos serviços públicos – quanto às experiências simbólicas e políticas que moldam a percepção dos sujeitos sobre si mesmos e seu pertencimento ao território.

Os processos de formação subjetivam também são influenciados pelas disputas políticas e ideológicas que atravessam o município. Se, por um lado, os movimentos sociais e coletivos populares desempenham um papel central na mobilização de setores marginalizados, promovendo formas de resistência e articulação política, por outro, a ascensão de discursos conservadores tem reconfigurado as narrativas sobre identidade e pertencimento. O avanço da extrema direita e a disseminação de valores moralizantes nas periferias contribuem para a construção de subjetividades alinhadas a ideais excludentes, fortalecendo dinâmicas de polarização e tensionamento social (Therborn, 1996).

A formação da subjetividade não pode ser compreendida sem considerar o papel das novas tecnologias e das redes sociais, que se tornaram espaços fundamentais de disputa simbólica. A popularização das plataformas digitais transformou a maneira como os sujeitos constroem sua percepção sobre o mundo e sobre si mesmos, ao mesmo tempo em que ampliou a disseminação de discursos hegemônicos e contra hegemônicos. Se, por um lado, as redes sociais possibilitam a emergência de novas formas de engajamento político e mobilização social, por outro, reforçam bolhas



informacionais que limitam a diversidade de perspectivas e dificultam o diálogo entre diferentes grupos (Luiz; De Moura, 2014).

Neste cenário, a subjetividade desses sujeitos se configura como um campo de disputas e ressignificações, onde distintas forças políticas e sociais atuam na tentativa de moldar identidades e orientar práticas individuais e coletivas. A compreensão crítica desse processo exige uma análise que vá além das determinações estruturais, considerando as vivências concretas dos sujeitos e as múltiplas formas de resistência que emergem no cotidiano. A luta pela afirmação das identidades populares e pelo direito à cidade continua sendo um elemento central na construção das subjetividades locais, demandando a articulação de forças políticas e sociais que possam disputar os sentidos do espaço urbano e fortalecer uma visão de sociedade inclusiva e democrática.

A Baixada Fluminense é marcada por um passado agrário e escravista. Segundo Souza (2014), a baixada alimentava o comércio intercolonial com base na produção agroexportadora, via mão de obra indígena e de escravos africanos, para subsidiar o principal centro urbano de toda a colônia: o Rio de Janeiro. A exploração beneficiava um grupo de quatro proprietários que se apropriavam de mais de um engenho e delegavam aos parentes e familiares o controle de suas posses. Eram estes obviamente, os que também possuíam o poder político local.

A dinâmica e as exigências do modo de produção capitalista, na cidade do Rio de Janeiro, influenciaram dialeticamente o desenvolvimento da baixada e da capital. Até meados do século XX, o município de Duque de Caxias era um espaço rural que se urbanizou levando em conta o cortiço, a estrada de ferro e a indústria (Mumford, 1998). A expansão da malha urbana aprofundou a relação dependente centro-periferia. A baixada passou a ter importância estratégica no desenvolvimento capitalista e foi se constituindo como uma das principais fontes de produção e acumulação de capital, prestígio e poder.

De acordo com Oliveira (2003), o município se modernizou conservando elementos arcaicos e estruturantes. As práticas de violência, extermínio e a cultura do patrimonialismo, paternalismo, assistencialismo e clientelismo, são uma realidade. A falta de investimento do Estado em políticas públicas no processo de crescimento demográfico da Baixada Fluminense, que verdadeiramente atendessem aos interesses da população, viabilizou o surgimento de “coronéis” com práticas baseadas no binômio clientelismo e violência, nos denominados “centros sociais”: o espectro do curral eleitoral.



É comum pensar a Baixada como uma terra de ninguém, assemelhada às cidades-fantasma dos filmes de western norte americanos ou – opinião menos simplista, mas nem por isto mais consistente – como um simples transplante de um Nordeste brasileiro idealizado com os seus “coronéis”, “jagunços” e as suas sangrentas disputas por terra e poder (Monteiro, 2007, p. 488).

Neste sentido, “o resultado é a subsistência do “coronelismo” que se adapta, aqui e ali, para sobreviver, abandonando os anéis para conservar os dedos” (Leal, 1997, p. 284). Esses elementos da cultura política brasileira caracterizam o passado presente, ratificando, a nossa “condição colonial permanente” (Fernandes, 1968).

ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURA POLÍTICA EM DUQUE DE CAXIAS

A assistência social no Brasil tem sido historicamente marcada pela sua construção tardia e fragmentada em comparação a outros países da América Latina. Historicamente, a assistência tem sido prestada “sob a aparência de ação compensatória das desigualdades sociais” (Sposati et al., 2014, p.42), com a função de complementar aqueles que não tiveram condições ou “competência” para garantir sua subsistência.

A história da assistência social em Duque de Caxias/RJ, data da Lei de nº 741 de 02 de julho de 1986 que instituiu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação. A década de 1980 é um marco na história brasileira. O processo de redemocratização marcou um contexto histórico de profundas resistências em torno de projetos societários em disputa. A Constituição Federal de 1988, apesar de híbrida e ambígua (Fernandes 1989), é resultado de lutas e resistências dos segmentos progressistas para a consolidação de uma “Constituição Cidadã”. O processo de redemocratização do país reverbera, em Duque de Caxias, nos primeiros passos ao enfrentamento das práticas assistencialistas e clientelista no município, marcadas, sobretudo, pela cultura da ajuda de políticos locais.

Segundo Broto (2012), a Secretaria carecia de definições quanto suas funcionalidades e ações, desenvolvendo, portanto, atividades pontuais como o plantão social, colocação de mão de obra, triagem para emissão da carteira profissional e registro geral. Ainda, coordenava o Projeto Menino Caxiense e as creches municipais e comunitárias. Em 1990 integrou-se à Secretaria, o Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor (PROCON), hibridificando suas competências e atribuições.



Com a Lei nº 1.072 de 23 de setembro de 1991, passou a denominar-se Secretaria Municipal de Ação Social.

A assistência social, junto à saúde e à previdência social, passou a compor o tripé da proteção social no artigo 194 da Constituição. Das políticas de seguridade social, a assistência social foi a última a ser regulamentada. Somente em 1993 foi juridicamente formalizada através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Com a LOAS, a Secretaria teve de se adequar às diretrizes da política de assistência social e enfrentar o amplo desafio de efetivá-la como uma política pública. Nesse campo, concepções acerca da descentralização política-administrativa, é tensionado por um projeto neoliberal de assistência, com a conservação de seus traços mais tradicionais em oposição a uma política de assistência social efetivamente democrática e participativa (Boschetti, 2006).

A proposta de gestão compartilhada com a definição das atribuições de cada ente da federação sobre a política de assistência social é o desejo daqueles que labutam em direção oposta à contrarreforma política-administrativa que “repõe o patrimonialismo sobre bases racional-legais” (Souza filho, 2011, p.215). Às elites locais, a descentralização significa autonomia econômica e política, configurando um “neolocalismo” (Melo, 1996).

Em 2004, o governo Lula promulgou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS)³ na perspectiva da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), uma das propostas de sua campanha em 2002 que falaciosamente “romperia” com alguns elementos da cultura política brasileira que assombram a política de assistência social. A PNAS (2004) estabelece a racionalidade da organização e prestação dos serviços socioassistenciais, bem como define os princípios, diretrizes, objetivos, sujeitos e as proteções afiançadas, voltadas para a sua consolidação nas áreas de abrangência. Os benefícios, serviços, programas e projetos são ofertados pela rede socioassistencial do SUAS cujo foco prioritário encontra-se na diretriz instituída, a matricialidade sociofamiliar com base nas capilaridades dos territórios.

Em 2006 o decreto nº 4973 altera, considerando as recomendações desta política, a denominação para Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho. Em 2009, ano da

³ A primeira PNAS data de 1998 junto de sua segunda Norma Operacional Básica (NOB/97 e NOB/98), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). A NOB/SUAS de 2005, atualizada em 2012, recupera as anteriores e avança mediante ao pacto entre os entes federativos, pontuando as diretrizes estruturantes da gestão do SUAS.



publicação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a secretaria sofreu, até então, a última alteração de nomenclatura: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) na perspectiva de executar os programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais de acordo com os marcos regulatórios da política pública.

A história da política de assistência social, em Duque de Caxias, não esconde, sobretudo no âmbito da gestão, as marcas do primeiro damismo desde a instituição da Legião Brasileira de Assistência (1942). A respeito do assunto, Silva (2009) aborda as características do primeiro-damismo em diversas cidades do Estado do Rio de Janeiro, incluindo Duque de Caxias, conforme será apresentado a seguir.

Eu tenho que passar a imagem de uma esposa, de uma boa mãe, de uma cidadã, de uma boa secretária, de uma boa companheira do meu marido, eu tenho que ajudá-lo politicamente, porque as minhas atitudes passam [...] eu agindo corretamente as pessoas vão sentir orgulho das minhas atitudes, da minha maneira de ser com as pessoas, então isso já reverte voto para ele. A minha imagem passa a ser a imagem dele, tudo que faço reflete para ele, tanto positivo, como negativo (Primeira-Dama do Município de Duque de Caxias. In: Silva, 2009, p. 116 - 121).

A entrevista da primeira-dama evidencia o traço da cultura política local e a imagem socialmente construída da família e do papel social da mulher, condutos intrínsecos à proposta assistencial das políticas públicas e sociais. Mais que isso, a garantia do assento por práticas nepotistas inviabiliza a realização de concursos públicos, o que implica na alta rotatividade dos profissionais e, consequentemente, na descontinuidade dos serviços prestados. O primeiro e único concurso público de regime estatutário para os profissionais de Serviço Social no SUAS em Duque de Caxias ocorreu no ano de 2004. O que se observa desde então, são modalidades precárias de contratação, via Processos Seletivos Simplificados e cargos comissionados.

O SUAS regula e organiza a política de assistência social no Brasil (PNAS, 2004) “sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo” (NOB/SUAS, 2012, p.16). Contudo, no município de Duque de Caxias, a real implementação, como defende Figueira (2012), iniciou pela luta dos sujeitos profissionais, na gestão de 2009-2012. Em 2009, o município possuía três CRAS, todos em desacordo das orientações técnicas do CRAS (2009) e a Resolução nº.109 de 2009 no que tange a estrutura física, recursos humanos e os serviços socioassistenciais prestados. Os CRAS encontravam-se dentro dos “centros sociais”.



No processo de construção da rede socioassistencial, Duque de Caxias apresenta um expressivo quantitativo de instituições que solicitam reconhecimento, mas não executam ações ou apresentam estruturas suficientes para qualificá-las como de assistência social nos moldes definidos pela Resolução nº 16 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (Broto, 2012, p.173). Os centros sociais se prevalecem da precarização das políticas públicas e sociais para reforçar a ideia da benemerência dos (candidatos) vereadores. Desse modo, enquanto a rede socioassistencial do SUAS foi planejada no sentido do atendimento aos direitos sociais, redes sustentadas em laços de patronagem e escambo eleitoral com a oferta de atividades descontínuas e isoladas, convivem no mesmo território: traço constitutivo de uma realidade dinâmica.

De acordo com Figueira (2012) dos três CRAS implantados, um encontrava-se dentro de “centro social” e o outro compartilhava o espaço físico junto aos serviços de saúde do município. Para alguns vereadores, os CRAS são uma extensão do seu “centro social”, uma realidade complexa e controversa do ponto de vista das conquistas sociais ao cogitar a possibilidade destas unidades terem sua dinâmica organizacional e administrativa modificada por influências políticas.

Nessa gestão, incorporaram-se mais cinco CRAS, considerando as diretrizes da PNAS (2004) e da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS). A formação da equipe técnica dos CRAS foi um desafio à direção da Proteção Social Básica, pela sua composição incompleta e irregular. Outro era o entendimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, compreendido distintamente pelos profissionais.

Em novembro de 2009 com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, as orientações técnicas CRAS (2009) e o documento “O CRAS que temos o CRAS que queremos” (2010/2011), mais um norte foi dado à gestão que enfrentava dificuldades ao preenchimento do Censo SUAS pela insuficiência de dados. A descentralização dos serviços da SMASDH representou um avanço na implementação deste sistema. Logo, há de considerar e visibilizar o trabalho destes sujeitos profissionais.

A descentralização esconde e ao mesmo tempo revela práticas centralizadoras e conservadoras que, em Duque de Caxias, se expressa na manutenção do poder pela elite local que “sobrevive e assume novas configurações, influenciando e deformando o desenvolvimento de ações e projetos democratizadores estabelecidos pela Constituição de Federal de 1988 e pela legislação social atualmente vigente” (Broto, 2012, p.193). Isto é, proposições legais se misturam com a natureza



e cultura clientelista do Estado brasileiro ao atendimento emergencial e assistencial às necessidades dos sujeitos sociais.

Neste sentido é possível afirmar que a trajetória do SUAS no município de Duque de Caxias/RJ é marcada por um passado presente que obstaculiza a efetivação de suas diretrizes. A assistência social continua a ser tratada como um paliativo, acessado através de programas como o “Bolsa Família”, que não promovem uma verdadeira equidade social. A alta desigualdade, a informalidade no mercado de trabalho e a dependência de ciclos econômicos limitam a expansão do sistema de proteção social no Brasil. O futuro da proteção social na região dependerá de estratégias que articulem eficiência econômica, justiça social e coalizões políticas que priorizem a equidade de gênero e geracional, em um modelo ajustado às demandas locais. Por isso, o SUAS é uma construção permanente e coletiva. Construído e qualificado no cotidiano da vida dos sujeitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A persistência da herança colonial na conformação da cultura política de Duque de Caxias revela um legado histórico de desigualdades estruturais. O processo de colonização estabeleceu padrões de dominação que ainda moldam as relações de poder, resultando na concentração de renda e impactando diretamente a vida dos sujeitos. Essa herança se reflete nas condições de vida, no pertencimento e na participação política na região, estruturando uma cultura política excludente.

A ausência de infraestrutura, o acesso limitado a serviços públicos e a prevalência da informalidade no trabalho, configuram barreiras não apenas à melhoria das condições de vida, mas também à formação de identidades políticas e coletivas capazes de fortalecer a reivindicação de direitos. Historicamente, sua população enfrentou grandes desafios no exercício da cidadania, embora movimentos sociais e coletivos populares tenham desempenhado papel relevante na mobilização dos setores subalternizados, promovendo resistência e formas alternativas de participação política.

Nesse cenário, a política de assistência social apresenta um caráter ambíguo: concebida para garantir proteção social, muitas vezes reproduz lógicas clientelistas e paternalistas que perpetuam desigualdades e limitam a autonomia dos sujeitos. Embora o SUAS tenha como princípios a descentralização e a participação social, sua implementação em Duque de Caxias é marcada por desafios estruturais, com oferta de serviços fragmentada e insuficiente, o que gera a ilusão de proteção sem mudanças efetivas na realidade dos usuários.



Apesar disso, a assistência social ainda carrega potencial desde que orientada por princípios que fortaleçam a organização coletiva e o reconhecimento dos direitos. Para tanto, é necessário avançar na superação do assistencialismo, investindo na profissionalização do SUAS e em estratégias que consolidem uma cultura política mais participativa — o que implica a adoção de um projeto societário em contradição com o modelo vigente, comprometido com a equidade, a justiça social e a emancipação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília: Letras Livres/ UNB, 2006.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, novembro, 2004.
- BRASIL. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília: MDS, 2012.
- BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Dezembro, 1993.
- BROTO, Marcio Eduardo. **Mudar para permanecer?** História, Cultura Política e Assistência Social em Duque de Caxias/RJ. Tese de Doutorado, PUC-RJ, 2012.
- DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Rocco, 1997.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Biblioteca de Ciências Sociais. RJ: Zahar, 1968.
- _____. **O desafio educacional**. SP: Cortez: Autores Associados, 1989.
- FIGUEIRA, Márcia Sanches Braga. **Os desdobramentos do SUAS e a mediação técnica no trabalho das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família acompanhadas no PAIF nos CRAS de Beira Mar e Jardim Gramacho –D.C.** Monografia. União Brasileira de Cultura e Educação; Faculdade Flama. Pós-graduação em Política Social e Sistema Único de Assistência Social. Duque de Caxias, 2012.
- GOMES, Angela Maria de Castro. Ideologia e Trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina** / Rogério Haesbaert. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.
- LUIZ, D. E. C.; DE MOURA, R. R. A Categoria Sujeitos: concepções e desafios no contexto brasileiro / The Subject Category: concepts and challenges in the Brazilian context. **Textos &**



Contextos (Porto Alegre), [S. l.], v. 13, n. 1, p. 31–46, 2014.

MELO, M. A. Crise federativa, guerra fiscal e ‘hobbesianismo municipal’: efeitos perversos da descentralização? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 3, 1996.

MONTEIRO, Lindeval Augusto. **Retratos em movimento**. Vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**: suas Origens, Transformações e Perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. **Economia Brasileira**: Crítica à Razão Dualista. São Paulo: Boitempo, 2003.

PEIXOTO, J. Relações entre sujeitos sociais e objetos técnicos, uma reflexão necessária para investigar os processos educativos mediados por tecnologias. **Revista Brasileira de Educação**, 20(61), 317–332, 2015. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206103> Acesso em 03 jan. 2025.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 nº. 16 (jun.2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHWARCZ, Lilian; STARLING, Heloisa, M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOUZA, J. A Ética Protestante e a Ideologia do Atraso Brasileiro. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, 13(38), 97–116, 1998.

SOUZA FILHO, R. de. **Gestão pública e democracia**: a burocracia em questão. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SOUZA, MarluCIA Santos de. **Escavando o passado da cidade**: história política da Cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2014.

SPOSATI, A. et.al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

THERBORN, Göran. A formação ideológica dos sujeitos humanos. **Lutas sociais**, n. 1, p. 49-60, 1996.



CICLOTURISMO COMO POTENCIAL PARA DESENVOLVIMENTO: UMA APROXIMAÇÃO AO TEMA

Eixo 5: Desenvolvimento nacional, regional, políticas sociais e desigualdade

BRUNO DOS SANTOS LINDEMAYER¹

THIAGO DA SILVA SAMPAIO²

SOLANGE EMILENE BERWIG³

RESUMO: O cicloturismo é uma modalidade que cresceu significativamente no pós-pandemia da Covid-19, vem se fortalecendo como prática esportiva, cultural e de lazer, além de ser uma alternativa de incremento econômico e desenvolvimento de áreas rurais. Este estudo objetiva contribuir na apreensão do cicloturismo como modalidade a ser difundida no município de Itaqui/RS através da demarcação de rotas. Trata-se de uma pesquisa em andamento, em sua fase exploratória, vinculada ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Unipampa. Os achados parciais do estudo apresentam algumas experiências implementadas no Brasil e contribuem para as apreensões sobre o cicloturismo com potencial à criação de políticas públicas para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Cicloturismo, desenvolvimento local, política pública.

ABSTRACT: Cycling tourism is a sport that has grown significantly since the Covid-19 pandemic. It has been gaining strength as a sporting, cultural and leisure activity, in addition to being an alternative for economic growth and development in rural areas. This study aims to contribute to the understanding of cycling tourism as a sport to be disseminated in the municipality of Itaqui/RS through the demarcation of routes. This is an ongoing research, in its exploratory phase, linked to the Professional Master's Degree in Public Policies at Unipampa. The partial findings of the study present some experiences implemented in Brazil and contribute to the understanding of cycling tourism with potential as a public policy for local development.

Keywords: Cycling tourism, local development, public policy.

INTRODUÇÃO

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa. Bacharel em Educação Física. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5137786062277250>. E-mail: brunolindemayer@unipampa.edu.br.

² Pós-doutor em Ciência Política (UFRGS). Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UNIPAMPA. Líder do Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas Públicas. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5732810793287055>. E-mail: thiagosampaio@unipampa.edu.br.

³ Doutora em Serviço Social. Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UNIPAMPA. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação em Serviço Social e Política Social na América Latina. Membro do GT CLACSO *Previsión y Sistemas de Pensiones*. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/2432723992234220>. E-mail: solangeberwig@unipampa.edu.br.



O município de Itaqui, situado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, é uma das maiores cidades do Estado em espaço territorial, marcado principalmente por sua extensa área territorial. Trata-se de um município de características rurais, e tem como principais fontes de renda a agricultura e a pecuária - culturas predominantes nesta região do País. Também se destaca pelas grandes distâncias dos principais centros econômicos, políticos e turísticos deste Estado, como a região da Capital - Porto Alegre - sua região metropolitana e a Serra Gaúcha. Segundo dados do censo do IBGE (2022), o município possui uma população de 35.768 habitantes, com um PIB per capita de R\$ 58.531,72.

Neste município, pode-se observar o crescimento da prática do ciclismo; tal fato pode ser corroborado pela criação de grupos de pessoas adeptas a este esporte. Atualmente, existem três grupos: Gurias do pedal (2021), Giro Livre (2022) e Integração Itaqui (2022). A organização de grupos de ciclismo no âmbito do município tem movimentado a prática do esporte, amparada inclusive pelo poder público municipal. Itaqui, através de sua secretaria de esporte e lazer tem apoiado e difundido práticas esportivas através de eventos contribuído para o crescimento e consolidação destas práticas, como o 1º Desbravando Itaqui, com cicloturismo e competição em 2021; Triathlon de Fogo, que realizou a sua segunda edição em 2024; e o Grande Prêmio (GP) de ciclismo, ocorrido em maio de 2025.

Estes eventos não só colaboram para o estímulo da participação da população local, como também para a participação de diversos grupos ou pessoas de outras cidades e regiões. Logo, a criação estratégica de rotas de cicloturismo pode potencializar as ações já iniciadas e desencadear uma política pública de desenvolvimento local e regional.

Atualmente, existe uma demanda em expansão no país pelo desenvolvimento de políticas públicas voltadas à criação de novas rotas de cicloturismo, impulsionadas pelo crescimento da prática esportiva no país e no mundo. Segundo o Observatório da Bicicleta (2024, *online*) a modalidade do cicloturismo tem se fortalecido enquanto setor que movimentou o turismo e desenvolvimento local/regional, “tem se tornado um negócio crescente no Brasil”, seguindo uma tendência de países como Itália e França, que possuem as rotas mais tradicionais desta modalidade - “Na Europa, o setor movimenta bilhões de euros anualmente” (Observatório da Bicicleta, 2024, *online*).



A modalidade do cicloturismo dá seus passos a uma estruturação mais formal no Brasil, com a criação do Circuito de Cicloturismo do Vale Europeu, em Santa Catarina, no ano de 2006, desde então novas experiências, rotas e caminhos vêm sendo demarcados e amplamente difundidos, além de empresas especializadas em conduzir ciclistas por estas rotas (Silva, 2024).

Devido às suas características territoriais, culturais e históricas, Itaqui possui um potencial turístico significativo, com belezas naturais, prédios históricos, e um comércio local diversificado. Porém, ainda carece de infraestrutura adequada para atrair e acomodar cicloturistas, o que limita o desenvolvimento turístico e econômico local. Logo, o objetivo deste estudo é refletir sobre os desafios e potencialidades para o desenvolvimento de rotas de cicloturismo para o município de Itaqui no estado do Rio Grande do Sul.

Este texto resulta das reflexões da pesquisa em andamento no Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). A pesquisa, que está em sua fase exploratória, pretende contribuir com o poder público local de Itaqui/RS para o estudo da viabilidade de uma política pública de cicloturismo como modalidade.

Para dar conta deste objetivo são apresentados neste texto o desenho do problema público - ponto chave para o desenvolvimento de políticas públicas -, e apreensões sobre o cicloturismo como modalidade potencial para a criação de políticas públicas de desenvolvimento local e regional para a região estudada.

ANÁLISE DO PROBLEMA: CICLOTURISMO COMO PONTO DE PARTIDA

Parte-se da concepção de formulação de políticas públicas a partir da compreensão de problemas públicos que podem e devem ser solucionados através de ações do poder público. Neste estudo parte-se da realidade concreta do município de Itaqui no estado do Rio Grande do Sul, suas particularidades, limitações e potencialidades no campo do desenvolvimento local, tendo como ponto de referência o cicloturismo.

Com uma infraestrutura inexistente, o município de Itaqui enfrenta dificuldades em atrair cicloturistas, tendo por consequência não se tornar um destino a ser explorado pelos praticantes desta modalidade. Com relação à população afetada, a ausência de rotas de cicloturismo bem estruturadas impacta tanto os moradores locais, que poderiam se beneficiar com o incremento do turismo e o



aumento da circulação econômica, quanto potenciais turistas, que buscam destinos bem organizados. Além disso, a economia local, especialmente pequenos comerciantes, restaurantes, pousadas e produtores rurais, é afetada, pois o fluxo turístico em áreas rurais e periféricas de Itaqui poderia proporcionar uma nova fonte de renda e oportunidades de emprego.

Estas dificuldades podem ser uma oportunidade de trazer melhorias para a cidade. Segundo Frey (2022), é importante considerar os problemas como uma oportunidade de melhorias que, uma vez identificadas e definidas, podem pôr em marcha a ação do poder público. Sendo assim, pretende-se analisar a viabilidade da construção de uma política pública para as ciclorrotas. Para isto, é possível se basear no estudo de Sousa & Carvalho (2021), que buscou compreender a dinâmica do turismo rural, identificar os sentidos e significados do cicloturismo, além de verificar como ocorre a prática do cicloturismo no Baixo Parnaíba, seus aspectos favoráveis e limitantes, com vistas a problematizar a viabilidade ou não desta prática como produto turístico potencial.

Com relação a dimensão social, a implementação de rotas de cicloturismo poderia promover uma maior integração social, aumentando o contato entre a população urbana e rural, e incentivando uma relação mais próxima e harmoniosa com o meio ambiente. Uma das modalidades inseridas no âmbito do turismo no espaço rural consiste nos passeios de bicicleta, segmento que permite aos visitantes um modo mais estreito e particular de vivenciar o espaço e que alia recreação, lazer e educação ambiental, gerando práticas de hospitalidade ao longo dos percursos (Sousa; Carvalho, 2021).

Ampliando a discussão no aspecto social, Oliveira (2018) pressupõe um contato mais estreito entre visitantes/turistas e comunidades, por meio do intercâmbio de saberes e práticas de hospitalidade presentes ao longo dos percursos e no aumento da percepção ambiental, uma vez que a bicicleta, como modal de transporte, aguça os sentidos: audição, tato, visão, paladar, olfato são potencializados para desvelar a complexidade do meio ambiente, propiciando novas maneiras de perceber, estranhar e experienciar a paisagem, mesmo aquelas consideradas familiares.

No entanto, a falta de estrutura adequada gera desinteresse e insegurança para os turistas, limitando o desenvolvimento do ecoturismo como uma prática comum na região. A criação das rotas incentiva práticas de lazer saudáveis e sustentáveis para a população local e visitantes, além de estimular o comércio local. Além disso, para Sathler (2019), a construção de uma rota pode estimular um “sentido de pertencimento” e uma identidade das comunidades por onde a rota passa, a exemplo



do que ocorreu com o projeto da Estrada Real, em Minas Gerais, alavancando outras iniciativas a partir daí.

Na dimensão política, a criação de rotas de cicloturismo exigiria a articulação entre o governo municipal, empresários e comunidades locais. O envolvimento dos agentes públicos é essencial para garantir que a infraestrutura necessária seja estabelecida e mantida. Contudo, a falta de priorização da pauta do cicloturismo e a escassez de políticas públicas específicas para o turismo rural e/ou urbano no município revelam a ausência de uma estratégia clara para o setor, o que dificulta o avanço de iniciativas sustentáveis que beneficiem a economia local e o desenvolvimento do município.

Em complemento ao envolvimento dos agentes públicos, a participação comunitária é fundamental para a construção desta política, como pode-se observar que a maioria das políticas públicas, estão delineadas em uma base social, onde os atores sociais mostram suas reais necessidades incidindo junto ao poder público inserindo na agenda políticas suas demandas e possíveis ações.

O processo de elaboração de roteiros cicloturisticos pressupõe a alocação de infraestrutura, em especial a sinalização indicativa, turística e interpretativa, pontos de apoio ao cicloturismo e serviços específicos, como o aluguel de bicicleta. Para tanto, o envolvimento dos gestores públicos, empresariado e comunidade local, constitui fator primordial para que a região desenvolva a prática do cicloturismo em atenção às normativas deste segmento (Sousa; Carvalho, 2021).

Com relação à dimensão econômica, o cicloturismo oferece uma forma de diversificação de atração de investimentos que pode ser bastante lucrativa. Municípios que investiram em rotas de cicloturismo frequentemente observam um aumento no fluxo turístico, o que traz benefícios diretos para setores como hotelaria, alimentação e comércio. Segundo o estudo de **Sousa e Carvalho (2021)**, evidenciou-se práticas de hospitalidade e de acolhimento e a abertura de pequenos negócios de alimentação ao longo das rotas desenvolvidas, sinalizando para o empreendedorismo comunitário.

Em Itaquí, a criação de rotas ciclísticas poderá resultar em uma oportunidade significativa, pois com sua inexistência, a cidade acaba perdendo turistas para regiões mais organizadas e estruturadas. A implementação de ciclorrotas poderia incrementar a receita local, gerar novos postos de trabalho e estimular investimentos no turismo sustentável.

Na dimensão legal, observa-se que a legislação brasileira para cicloturismo e infraestrutura cicloviária é relativamente recente e, por vezes, carece de especificidade e aplicação no nível



municipal. Em Itaqui, a ausência de normas claras para regulamentar a criação de rotas de cicloturismo representa uma barreira para o desenvolvimento da infraestrutura necessária. Ainda que existam algumas diretrizes federais que incentivam a mobilidade sustentável e o ecoturismo, as lacunas legais e a falta de regulamentação municipal dificultam a execução de políticas voltadas ao cicloturismo.

Ainda, com relação às dimensões territoriais e históricas, Itaqui possui um território rico em paisagens naturais e uma herança histórica, com vestígios culturais que podem atrair cicloturistas interessados em história e natureza. Lima (2015) frisa que os cicloturistas, ao percorrerem os caminhos rurais, produzem também sentidos e significados aos locais; fragmentos da memória e das narrativas orais, as paisagens adquirem significância à medida que os cicloturistas abrem caminhos para a valorização do espaço material e simbólico dos espaços visitados.

O cicloturismo como modalidade pode ser praticado em zonas urbanas ou rurais desde que inclua o ciclismo e o turismo em uma relação intrínseca, potencializando as experiências individuais ou coletivas, uma vez que o objetivo dessa prática é permitir ao sujeito que pratica esta modalidade conhecer outras culturas, experimentar e descobrir novos destinos mediante a atividade física sobre a bicicleta - inclusive, envolve experiências gastronômicas, ou circuitos cafeeiros, cervejeiros, vinicultura, etc. No entanto, a estrutura turística no município de Itaqui não explora plenamente essa herança.

A configuração geográfica da cidade, com terrenos planos e a proximidade com áreas de interesse ambiental e cultural, favorece o cicloturismo, mas o desenvolvimento de infraestrutura específica para esse fim foi historicamente negligenciado. Levando em destaque a questão territorial, principalmente a área rural do município, cabe destacar o texto de Lima (2020), que registra que foram criadas na última década diversas políticas públicas com o objetivo de fomentar o desenvolvimento dos territórios, principalmente daqueles que apresentam características rurais.

Compreender o problema público para elaboração de uma política, requer seu diagnóstico a fim de ilustrar a realidade, e estudar a viabilidade. Há uma importância e potencial do desenvolvimento de rotas de cicloturismo em Itaqui, para isso a pesquisa em processo busca conhecer e analisar fatores sociais, políticos, econômicos, legais, territoriais e históricos que moldam o problema apresentado. A implementação de ciclorrotas no município poderia promover a economia local, incentivar práticas sustentáveis e proporcionar uma alternativa de lazer e desenvolvimento



social. Logo, busca-se entender como se constituem as rotas de cicloturismo e verificar experiências similares.

CICLOTURISMO: ASPECTOS CONCEITUAIS E EXPERIÊNCIAS

Podemos tomar o conceito de cicloturismo como modalidade de viagem turística, quando se usa a bicicleta como meio de transporte geralmente em estradas secundárias e caminhos de interior, vivenciando-se o trajeto, no contato interpessoal (Deus e Edra, 2023). Ainda se tratando da definição, trazemos o conceito no qual o cicloturismo compreende qualquer viagem ou passeio turístico no qual se utilize a bicicleta como meio de transporte. Deus e Edra (2023) afirmam que o cicloturismo pode ser considerado atividade que permite aos praticantes vivenciar os trajetos na bicicleta, construindo experiências e estimulando necessidades físicas e mentais.

Tendo definido o conceito de cicloturismo e suas características, buscaremos aliar as vantagens que o setor turístico obterá com a implementação das novas rotas, e para além das vantagens oriundas diretamente do turismo. Em relação ao município de Itaqui, situado na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, podemos destacar a sua dimensão territorial, pois é uma das maiores cidades deste Estado, principalmente devido à sua extensa área rural. Estas áreas podem contribuir para o desenvolvimento do cicloturismo rural.

Conforme destacado nos estudos de Lima (2015) e Han *et al.* (2017), os roteiros e trilhas de cicloturismo podem se configurar num modo sustentável de se praticar o turismo no espaço rural, dando visibilidade aos atores sociais, suas histórias e tradições. Esta integração entre as comunidades rurais e os cicloturistas podem trazer diversos benefícios para ambos os atores. Ainda, para Souza e Carvalho (2021), as situações de intercâmbio e de trocas culturais entre os cicloturistas e os moradores do Baixo Parnaíba caracterizam o cicloturismo como oportunidade para a vivência crítica e criativa do lazer. Para os autores, os locais de percurso ganham novos usos e semânticas com a presença de visitantes, os quais recebem em troca generosidade e hospitalidade.

A Municipalidade também obterá outras vantagens, citando como exemplo o estímulo à prática do ciclismo, que ao tornar-se hábito de sua população local, aumentará significativamente a qualidade de vida de seus praticantes, reduzindo os investimentos em saúde pública.



Para além das possibilidades de implementação da rota em áreas rurais, também é possível explorá-la em seu território urbano. A possibilidade do desenvolvimento do cicloturismo, tanto na área urbana como rural, é reforçada por Telles (2018, p. 1):

Normalmente o cicloturismo é relacionado a viagens de um ou mais dias, passando por ambientes rurais. Neste caso, o ciclista carrega tudo o que vai precisar nos alforjes (bolsas laterais) e dorme uma noite em cada local diferente. Mas o cicloturismo urbano vem crescendo muito ultimamente. Muita gente percebeu que a bicicleta é o melhor veículo para se conhecer uma cidade. Pedalando se vai numa velocidade ótima para se deslocar e observar o entorno ao mesmo tempo.

Itaqui possui uma rica herança cultural, como os locais históricos onde ocorreram batalhas da Guerra do Paraguai e seus prédios históricos, dentre os quais se destaca o Teatro Prezewoodowski, construído em 1983, sendo considerado um dos mais antigos da América do Sul. O eixo cultural é uma importante ferramenta para a implementação destas rotas e para a promoção da cultura no Município. Os roteiros de cicloturismo tendem a contribuir, portanto, para a valorização da herança cultural e conservação do patrimônio. Há a possibilidade de se explorar o cicloturismo na cidade e no campo (Deus e Edra, 2023), ou seja, cicloturismo pode ser praticado em zonas urbanas ou rurais desde que considere o ciclismo e o turismo, uma vez que o objetivo dessa prática é permitir ao cicloturista conhecer outras culturas, experimentar e descobrir novos destinos mediante a atividade física sobre a bicicleta.

Com relação a oferta de rotas de cicloturismo existentes no Rio Grande do Sul, Deus e Edra (2023) identificam 3 (três) rotas, sendo denominadas: Cicloturismo da Ponte, Vale dos Vinhedos e Parque Nacional de Aparados da Serra, Serra Geral e São Joaquim, sendo essa última uma rota localizada nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Em uma busca realizada no sítio eletrônico da Associação Brasileira do Setor de Bicicletas (Aliança Bike, 2024), são apontados 9 (nove) rotas de cicloturismo disponíveis no Rio Grande do Sul, a saber:

- Circuito Cascatas e Montanhas;
- Caminhos de Caravaggio;
- Trilha dos Santos Mártires das Missões;
- Circuito Raízes Coloniais;
- Trilha Cassino Barra do Chuí;
- Circuito de Cicloturismo da Rota Romântica;



- Circuito Cicloturístico Coração do Rio Grande;
- Rota dos Dinossauros; e,
- Rota Cicloturismo Vale do Espumante - potencialmente a mesma citada na pesquisa de Deus e Edra (2023).

Tais rotas corroboram a ascensão do cicloturismo, sendo esse um tema que está ampliando sua discussão e implementação a nível nacional. Também cabe destacar as características do cicloturismo, devem ser contempladas por um conjunto de seis variáveis que caracterizam o cicloturismo: 1) É um deslocamento distante do local de residência; 2) A duração pode variar de um a vários dias; 3) É uma prática não competitiva; 4) A viagem é a principal motivação; 5) É desenvolvido dentro de um contexto ativo e desportivo e 6) Representa uma forma de lazer e entretenimento (Deus e Edra, 2023).

Para ser possível a criação e manutenção de uma rota de cicloturismo, o poder público é um agente importante para esta concretização. Num primeiro momento, é preciso analisar o conceito de ciclomobilidade. Sobre esta temática, Sathler (2019, p. 15) destaca que:

A ciclomobilidade pode ser definida, em poucas palavras, como o conjunto de infraestrutura urbana (e rural) destinada aos veículos não motorizados (bicicleta e triciclo). Minimamente esta infraestrutura consiste em: (i) ciclovias (exclusivas e segregadas); (ii) ciclo faixas (exclusivas ou compartilhadas, mas demarcadas); (iii) bicicletários ou paraciclos, instalados próximos a outros modais de transporte, tudo isto interligado com ampla sinalização e segurança.

Esta menção sobre a infraestrutura é fundamental para o sucesso da implantação de uma rota, pois conforme Sathle (2019)r, esta gestão beneficia não só o ciclista, mas a população como um todo. E por sua vez, a existência desta infraestrutura cicloviária impulsiona a vinda de cada vez mais cicloturistas, o que também é bom para toda a população. Os investimentos para a infraestrutura no Brasil ainda carecem de maiores investimentos,

(...) no Brasil até 2011, a soma de investimento do Ministério das Cidades na construção de ciclovias era de R\$ 20,2 milhões, em 63 municípios brasileiros, o que representa apenas 1,13% do total. Até 2015, o país apresentava 2.500 km de ciclovias e ciclofaixas e 75 milhões de bicicletas (Teixeira e Edra 2020, p. 320).



As informações apresentadas revelam que ainda são poucos os investimentos em infraestruturas para a mobilidade urbana do ciclismo no nosso País, o que torna fundamental o engajamento do poder público para que as rotas planejadas recebam os investimentos necessários para a sua concretização.

Uma rota de cicloturismo conhecida nacionalmente é a Rota Charles Darwin, localizada no Estado do Rio de Janeiro, ela passa por diversos municípios, sendo um deles a cidade de Maricá. Uma ação prática do poder público municipal que serviu de estímulo a propagação da Rota Charles Darwin (RCD) foi a elaboração do Projeto de Lei que culminou com a Lei 9.143/2020 (Deputados Carlos Minc e Rosângela Zeidan), que instituiu a RCD no Estado do Rio de Janeiro, desde o Rio/Niterói a Cabo Frio (Rio de Janeiro, 2020).

Posteriormente, a Lei Maricá 3.104/2021 (Vereadora Andrea Cunha), criando a ciclorrota Charles Darwin, reforçando a passagem da RCD no território de Maricá. Se tal estratégia for adotada no Município de Itaquí, isto permitirá que a Municipalidade adote a sinalização viária e a identidade visual que melhor lhe couber, visando não só a divulgação da rota, mas a melhoria da ciclomobilidade nas áreas urbana e rural.

Deve-se destacar a importância de se alinhar o planejamento de tráfego de bicicletas aos transportes como um todo, isto porque a possibilidade de integrar bicicletas aos diversos modais nos ambientes urbanos ampliam as condições para pedalar (Deus e Edra, 2013).

Cabe, também, analisar a viabilidade de implantação da rota no Município de Itaquí, tal como realizado por Souza e Carvalho (2021) ao verificar como ocorre a prática do cicloturismo no Baixo Parnaíba, seus aspectos favoráveis e limitantes, com o intuito de problematizar a viabilidade, ou não, desta prática como produto turístico potencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As aproximações sucessivas sobre o tema do cicloturismo na perspectiva de desenvolvimento local e regional, ainda se encontram em uma fase bastante incipiente. Contudo, os apontamentos iniciais sobre o assunto, demonstram alguns aspectos que podem ser considerados: a) a compreensão de um problema público demanda a incorporação deste na agenda política para assim tornar-se pauta de ação governamental; b) o ciclo de elaboração de políticas públicas demanda o



reconhecimento do problema público em suas dimensões, econômicas, sociais, culturais; c) o cicloturismo tem crescido e pode potencialmente se tornar um política de desenvolvimento local e regional resguardados os estudos de viabilidade considerando as características apresentadas neste texto.

Resgatando o objetivo deste texto de contribuir na apreensão do cicloturismo como modalidade a ser difundida no município de Itaqui/RS através da demarcação de rota, entende-se que, apesar da fase inicial da pesquisa, esta apresenta aspectos relevantes para incidir no contexto do município. Ainda, observa-se que o aprofundamento do estudo no âmbito do Mestrado Profissional em Políticas Públicas este pode contribuir com subsídios para o município de Itaqui/RS. Para isso, a sequência da pesquisa deverá considerar a análise da viabilidade da elaboração e implantação de rotas de cicloturismo - atendendo aos objetivos do Plano de Desenvolvimento da Unipampa de contribuir com o desenvolvimento regional.

O cicloturismo se apresenta como uma atividade em desenvolvimento com vasta possibilidade de estudos. E, por ser assunto ainda pouco explorado na área acadêmica e pouco divulgado no Brasil em relação a outros segmentos consolidados (turismo de sol e praia, ecoturismo, entre outros), a produção de conteúdos sobre cicloturismo pode contribuir para maior valorização do assunto e da atividade.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA BIKE. **9 rotas de cicloturismo incríveis para conhecer o Rio Grande do Sul pedalando**. Disponível em: <https://aliancabike.org.br/9-rotas-de-cicloturismo-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 24 de mai. de 2024.

DEUS, F. M. L., EDRA, F. P. M. Cenário do cicloturismo brasileiro: publicações, divulgações e roteiros. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*. São Paulo, v. 12, n. 2, p. 192-225. maio/ago. 2023

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, (21). 2022. Disponível em: <www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>. Acesso em: 21 de mai. de 2025.

HAN, H., MENG, B. KIM, W. **Bike-traveling as a growing phenomenon**: Role of attributes, value, satisfaction, desire, and gender in developing loyalty. *Tourism Management*, 59, pp. 91-103. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sítio eletrônico* IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/itaqui.html>. Acesso em: 25 de mai. de 2025.



LIMA, Bárbara. L. **Estrada Geral do Sertão**: potenciais turísticos de um caminho quase esquecido. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. 2015.

LIMA, L. L. SCHABBACH, Leticia. **Políticas públicas**: questões teórico-metodológicas emergentes [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_150.pdf. Acesso em: 21 de mai. de 2025.

NOGUEIRA, C. PINTO, M. SILVA, J. V. Políticas Públicas e regiões de fronteira. São Borja: Unipampa: **CEEINTER**, 2020. 286 p. Disponível em: <<https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgpp/files/2021/06/livro-politicas-publicas-e-regioes-de-fronteira.pdf>>. Acesso em: 19 de mai. de 2025.

OBSERVATÓRIO DA BICICLETA - UCB. **Cicloturismo cresce no Brasil**. Disponível em: <https://observatoriodabicicleta.org.br/cicloturismo-cresce-no-brasil-e-movimenta-bilhoes-na-europa/>. Acesso em: 25 de mai. de 2025.

OLIVEIRA, R. R. de. Devagar quase parando: o uso da bicicleta como ferramenta para o estudo da paisagem. In: OLIVEIRA, R. R. de, RUIZ, A. E. (Orgs.) **Geografia histórica do café** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, pp. 37-60. 2018.

RIO DE JANEIRO. **Lei 9.143, de 18 de dezembro 2020**. Dispõe sobre a criação da Rota Charles Darwin e do Programa de Desenvolvimento Cicloturístico da Rota Charles Darwin. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-9143-2020-rio-de-janeiro-dispoe-sobre-a-criacao-da-rota-charles-darwin-e-do-programa-de-desenvolvimento-cicloturistico-da-rota-charles-darwin>. Acesso em: 24 de mai. de 2025.

SATHLER, E. B. Plataforma de EAD da Escola de Governo de Maricá. **Cicloturismo mobilidade e à rota Charles Darwin**: perspectivas ciclo turísticas no leste fluminense. 2019.

SILVA, Régis. **Cicloturismo cresce no Brasil e movimenta bilhões na Europa**. Disponível em: <https://mobilidadesampa.com.br/2024/08/cicloturismo-cresce-no-brasil-e-movimenta-bilhoes-na-europa/>. Acesso em: 25 de mai. de 2025.

SOUSA, R. O. C. CARVALHO, K. D. Cicloturismo como promotor do desenvolvimento de áreas rurais: possibilidades na região do baixo Parnaíba maranhense. **Revista Tur., Visão e Ação**, v23, n2, p329-349, Mai./Ago. 2021 - Balneário Camboriú, Santa Catarina, Brasil. 2021.

TEIXEIRA, Camila de Almeida; EDRA, Fátima P. M. Cicloturismo: origem e conceito da palavra a partir de Koselleck. **Turismo, Visão e Ação**, v.22, n. 2, p. 318-333, Mai./Ago. 2020.

TELLES, R.. **Cicloturismo**: lazer e mobilidade sustentável. 2018. Disponível em: <http://bicicletanosplanos.org/wp-content/uploads/2018/06/Infogra%CC%81fico-Cicloturismo-Bicicletanos-Planos.pdf>. Acesso em: 26 de mai. de 2025.

SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE À LUZ DA FORMAÇÃO NACIONAL

Eixo 6: Capitalismo contemporâneo, desenvolvimento econômico e pobreza

THIAGO MARQUES MANDARINO¹

RESUMO: O presente artigo parte do pressuposto que, mais do que resposta automática à drenagem de excedentes para o exterior, a “superexploração” do trabalho é resultado, de um lado, dos padrões de dominação externa aos quais a periferia é submetida e suas transformações ao longo do tempo. De outro, da forma como se desdobra a formação nacional frente a isso, mais especificamente, as particularidades do desenvolvimento do capitalismo periférico, da constituição das classes sociais, do mercado de força de trabalho e da dinâmica da luta de classes no país. O objetivo da discussão proposta é apreender, levando em consideração a relação exposta acima, as raízes da superexploração da força de trabalho no Brasil.

Palavras-Chave: Formação nacional, superexploração, força de trabalho, Brasil.

ABSTRACT: This article is based on the assumption that, more than an automatic response to the drainage of surpluses abroad, the “super-exploitation” of labor is the result, on one hand, of the patterns of external domination to which the periphery is subjected and their transformations over time. On the other hand, it is shaped by the way national formation unfolds in relation to this, more specifically, the particularities of the development of peripheral capitalism, the constitution of social classes, the labor market, and the dynamics of class struggle in the country. The objective of the proposed discussion is to grasp, taking into account the relationship outlined above, the roots of the super-exploitation of labor in Brazil.

Key-Words: National formation, super-exploitation, workforce; Brazil.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em superexploração do trabalho, o mais comum é que os estudiosos da área se remetam diretamente à Ruy Mauro Marini e outros autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD), em virtude da contribuição que essa escola deu sobre a temática a partir dos anos 1970, ao

¹ Professor Associado junto ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Membro do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Econômico Brasileiro (GEDEB). Autorizo a reprodução e divulgação do conteúdo do presente artigo, desde que feito o devido referenciamento. Contato: thiago.mandarino@ufvjm.edu.br.



abordar a especificidade da dinâmica dos capitalismos dependentes, como o Brasil, a partir da interpretação de Marx.

A categoria superexploração da força de trabalho² estaria, então, umbilicalmente ligada à dependência, e à reação das burguesias nativas para compensar a drenagem de valores para fora do país, através de três expedientes principais: aumento da intensidade do trabalho, prolongamento das jornadas de trabalho e sub-remuneração dos trabalhadores.

Para Marini, a dependência (subordinação de nações formalmente independentes) e as economias dependentes são parte das próprias leis gerais de acumulação do capital em escala global, e não uma particularidade que se desenvolve em paralelo dessas relações mundiais³. Por esta razão é que, para o autor, a supressão da dependência perpassa o fim do próprio modo de produção capitalista nesses países. E essa relação de submissão permite que os capitalismos centrais se valham, através do intercâmbio desigual, de uma parte dos valores produzidos naquelas economias dependentes. Nestas últimas, a compensação dessas perdas não se daria pelo aumento da produtividade técnica do trabalho, mas pela superexploração. Em suma, a superexploração e a dependência se reforçam e se explicam mutuamente. A superexploração – tendência do capitalismo em si – se manifesta como algo imanente à reprodução do capitalismo em países dependentes, como o Brasil, com rebatimentos positivos para os lucros das potências imperialistas.

Mesmo entre autores que se debruçam sobre a obra de Marx há algumas divergências. No debate travado entre Corrêa e Carcanholo (2016) e Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015, 2016) vê-se que, enquanto os primeiros coadunam com a TMD, os últimos defendem que no Livro I d' *O Capital*, de Marx, já há uma teoria da superexploração da força de trabalho, ainda que não assim batizada, como desdobramento dialético da própria exploração. O artigo almeja incluir mais um ponto de debate: a necessidade de se considerar a especificidade da formação nacional (destacadamente a

2 “O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio de uma maior exploração do trabalhador. (Marini, 2007, p. 148).

3 Cabe realçar que Celso Furtado e a CEPAL não enxergam desenvolvimento e subdesenvolvimento de forma dual. Ainda que Furtado nutra, até certo momento – mais especificamente os anos 1960 –, maiores expectativas quanto à possibilidade da construção de um país que proceda à formação nacional, ele deixa claro como centro e periferia estabelecem relações que exercem influência um sobre o outro, seja ao tratar das transnacionais, seja ao tratar dos impactos do mimetismo cultural e modernização dos padrões de consumo sobre a economia e sociedade brasileiras. Ver Jurgensfeld (2018).



escravidão no caso brasileiro) como elemento fundamental para a compreensão das raízes e da dinâmica forma de exploração da classe trabalhadora, levando em conta que:

1- Não existe um padrão uniforme de desenvolvimento capitalista. O desenvolvimento desigual e combinado⁴ faz com que a expansão e reprodução do capitalismo a partir do centro imponha um dinamismo com tendência a acirrar e reproduzir a dependência externa - signo oriundo do estatuto colonial - e a desigualdade interna – que deita raízes no passado escravocrata, consolidando no país uma forma peculiar de capitalismo: dependente e subdesenvolvido;

2- Não é possível apreender a realidade nacional encarando-a como reflexo passivo diante de determinações externas. Apesar da reprodução do capitalismo dependente responder a contingências que o estimulam de fora para dentro, só é compreensível se reconhecido que tal reprodução também se dá de dentro para fora, através dos homens, das classes e da luta de classes, isto é, de sua formação e dinâmica.

Para tanto recorre-se, inicialmente, a alguns pontos contidos em Marx que permitem levantar questionamentos que denotam a relevância de se pensar a especificidade da formação nacional para a compreensão da superexploração. Posteriormente, recorre-se à Florestan Fernandes para alinhar tais questionamentos à essa especificidade em si⁵.

REFLEXÕES E QUESTIONAMENTOS A PARTIR DE MARX

4 A teoria do desenvolvimento desigual e combinado, elaborada por Leon Trotsky, é essencial para a compreensão do capitalismo na fase imperialista. “A lei racional da história não tem nada de comum com os esquemas pedantes. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob a força das necessidades exteriores, a vida retardatária é obrigada a avançar por saltos. Desta lei universal de desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, falta de denominação mais apropriada, pode-se chamar lei do desenvolvimento combinado, no sentido da reaproximação das diversas etapas, da combinação de fases distintas, da amalgama de formas arcaicas com as mais modernas. Na falta desta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conteúdo material, é impossível compreender a história da Rússia, como, em geral, de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha” (Trotsky, 1977, p. 25).

5 Fernandes (2008, primeira edição em 1968), fala sobre superexploração ao analisar a particularidade do regime de classes no Brasil, de caráter quase estamental, e como isso se liga ao passado colonial e escravocrata, e à existência de um setor arcaico essencial ao capitalismo dependente. Em obras posteriores, o autor também usa o termo para se referir ao uso dos fatores produtivos abundantes segundo a linha de maior extração possível, como a força de trabalho e os recursos naturais. Cabe realçar que a obra que traz as reflexões de Marini (2000) sobre superexploração, tem sua primeira edição publicada em 1973.



Ao falar em superexploração, naturalmente se pensa em exploração em excesso, ou melhor, além do que seria ou deveria ser o mais usual. Neste caso, a superexploração implicaria numa reprodução atrofiada da mercadoria força de trabalho, isto é, uma violação da lei do valor que levaria ao encurtamento do tempo de vida “normal” do trabalhador.

O valor da força de trabalho, como o e toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. [...] o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor [...]. A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal [...] Em antítese a outras mercadorias a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral. No entanto, para determinado país, em determinado período, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos é dado (Marx, 1996a, 288-289).

Pelo exposto depreende-se que a força de trabalho, além de ser mercadoria especial pela capacidade de produzir valor enquanto é consumida, tem também seu próprio valor determinado por um elemento histórico e moral, para dado país em cada período. Assim, um primeiro questionamento é: a partir de que ponto é possível falar em superexploração? Ou seja, se há um determinante moral, natural e cultural, qual a linha que distingue superexploração de exploração? Aqui, vê-se a relevância de pensar a escravidão e seu papel histórico na constituição das classes sociais e do regime de classes no Brasil.

Ademais, a remuneração da força de trabalho tem um outro determinante ativo, que é a população trabalhadora excedente, ou superpopulação:

[...] um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional (Marx, 1996b, 263).

Isso é algo que não ocorre na “infância” do capitalismo, onde a composição do capital se alterava lentamente. Há uma relação direta entre acumulação de capital (com crescente composição orgânica) e aumento relativo do exército industrial de reserva atuando como regulador dos salários⁶

6 “Grosso modo, os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada.” (Marx, 1996b, 267).



Daqui depreende-se o segundo questionamento: se a superpopulação relativa é reguladora dos salários (e dos níveis de existência) dos trabalhadores, e se a variação dessa superpopulação guarda relação com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, por que é exatamente nos países com mais baixa produtividade relativa do trabalho que impera a superexploração? E como isso é possível enquanto parâmetro normal de reprodução do capitalismo dependente, sem comprometer o papel exercido pela superpopulação relativa? Neste ponto, ganha relevo o papel dos liames de dependência para a estruturação de uma economia que repousa sobre setores arcaicos ou coloniais, e como a tais setores se liga um regime de trabalho marcado pela superexploração. São tais questionamentos que Florestan Fernandes ajuda a elucidar.

PADRÃO DE DOMINAÇÃO EXTERNA E FORMAÇÃO NACIONAL: ELEMENTOS PARA PENSAR A SUPEREXPLORAÇÃO

Mesmo sem dialogar diretamente com os autores da TMD, Florestan Fernandes tem uma longa e profícua trajetória intelectual, o que permite ao autor abordar o tema do capitalismo dependente ao pensar o Brasil, inclusive antes de despontar a TMD. A despeito de não fazer parte do grupo da TMD, Florestan Fernandes desenvolve análises que vão ao encontro de Marini⁷ (ou vice-versa?):

[...] acredito que os autores em questão entram em concordância em três aspectos gerais: a) criticam o modelo explicativo que busca superar o subdesenvolvimento através do controle nacional das atividades produtivas que, supostamente, poderia levar a um desenvolvimento “voltado para dentro”; b) mostram a natureza impotente das burguesias locais, transformando-as em “burguesias dependentes” que por sua formação não estão aptas a liderarem uma revolução democrático-burguesa, mas sim se encontram alinhadas aos interesses imperialistas; c) colocam o socialismo como a única alternativa política capaz de superar o subdesenvolvimento, rompendo com as amarras da dependência, orquestrada pelos países capitalistas centrais (Silva, 2020, p. 93-94).

No entanto, a nosso ver, Fernandes dá um passo adiante, teoricamente, ao trazer à baila a problemática da formação nacional como meio de compreensão do capitalismo dependente.

⁷ Ou seria o contrário? Pela leitura dos autores é difícil saber se houve, por qualquer uma das partes, a incorporação das teses um do outro. Cabe lembrar, porém, que *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, de Florestan Fernandes, é publicado pela primeira vez em 1968. Nessa obra, o autor já trata do capitalismo dependente.



Realçando a relevância da continuidade, no presente, de estruturas econômicas e sociais que remontam ao período colonial e ao escravismo, ele acaba dando maior historicidade à interpretação da dependência, bem como, permitindo uma apreensão da particularidade do regime e da luta de classes no Brasil, sem o que prospectar mudanças societárias acaba por cair no vazio.

Os padrões de dominação externa, concomitantemente ao peculiar processo de formação nacional, marcam a constituição de um país em que a altos níveis de exploração da força de trabalho e a segregação social (articulada com a segregação racial) se impõem como regra, ressignificando e reiterando os liames de dependência e os elevados graus de desigualdade social interna.

Primeiramente, o padrão de dominação colonial permite que se combine a expansão do comércio europeu (movimento de acumulação primitiva de capitais) com a escravidão no Brasil. “[...] Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar ‘era dos descobrimentos’, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu” (Prado Jr., 1977, p. 22).

A própria utilização do regime de trabalho escravo no Brasil obedece a essa mesma lógica de acumulação.

Em termos da apropriação do homem pela violência, a “escravidão moderna apresentava muitos pontos de contato e de semelhança com a “escravidão antiga”. No entanto, a escravidão moderna é, em sua essência, uma escravidão mercantil: não só o escravo constitui uma mercadoria, é a principal mercadoria de uma vasta rede de negócios (que vai da captura e do tráfico, ao mercado de escravos e à forma de trabalho) a qual conta durante muito tempo, como um negro ou a mola mestra da acumulação do capital mercantil (Fernandes, 1977, p. 15).

A colonização aparece então como desdobramento da expansão puramente comercial, em que se passava da comercialização de bens produzidos nas sociedades estabelecidas para a produção de mercadorias e montagem de uma sociedade nova. Ultrapassava-se a circulação de mercadorias e promovia-se a implementação de economias complementares, que tinham no exclusivo metropolitano e no tráfico de escravos as engrenagens fundamentais de acumulação de capitais mercantis na Metrópole (Novais, 1995).

É, portanto, fruto da própria expansão capitalista em sua fase mercantil e do padrão de dominação colonialista⁸, orientando para interesses alheios o sentido da formação nacional (Prado Jr.,

8 “O sistema básico de colonização e de dominação externas, experimentado por quase todas as nações latino-americanas durante pelo menos três séculos, foi construído de acordo com os requisitos econômicos, culturais e políticos do assim



1970). A ordem social oriunda deste padrão de dominação criou uma identidade de interesses entre a Coroa e os colonizadores que reforçavam seu poder pela exploração ilimitada da produção e da existência humana, com ampla restrição de acesso às estruturas internas de poder numa estratificação que mantinha nativos, africanos e mestiços em categorias de castas.

Com a Revolução Industrial e a mecanização da produção há a necessidade de generalização das relações mercantis em escala internacional, comprometendo o antigo sistema colonial e suas principais engrenagens: o estatuto colonial e o tráfico internacional de escravos (por consequência a escravidão) (Novais, 1995).

O período compreendido entre a abertura dos portos (1808) e a crise estrutural irreversível do sistema escravista (meados do século XIX), é entendido por Fernandes (1975), como de dominação externa neocolonialista⁹. Essa seria a primeira fase no desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira. Ao novo padrão de dominação externa corresponde, internamente, a formação do Estado Nacional via ruptura do estatuto colonial e o início do processo de abolição da escravatura (ambos essenciais para a apreensão da formação das classes sociais no Brasil).

Fernandes (2006) atenta que as elites nativas não se contrapunham à estrutura da sociedade colonial em si, mas sim aos limites econômicos, sociais e políticos à plena capacidade de dominação delas em todos os níveis da ordem social impostos pelo estatuto colonial. A independência punha então, lado a lado, um elemento revolucionário (ansioso por despojar a ordem social colonial e seus caracteres heteronômicos) e um elemento conservador (querendo preservar uma ordem social que não tinha condições de fazer florescer uma nação).

Essa nova dimensão das relações econômicas e a internalização do fluxo de renda, ao liberar os móveis capitalistas de comportamento, leva à emergência gradual da política econômica como meio dos estamentos senhoriais adaptarem-se às transformações da ordem interna e das estruturas do

chamado 'antigo sistema colonial'. Em termos jurídicos, a legitimidade de dominação tinha um duplo fundamento, legal e político" (Fernandes, 1975, p. 13).

⁹ Durante esse curto período "[...] A dominação externa tornou-se largamente indireta. [...] A monopolização dos mercados latino-americanos foi mais um produto do acaso que de imposição, pois as ex-colônias não possuíam os recursos necessários para produzir os bens importados e seus setores sociais dominantes tinham grande interesse na continuidade da exportação. De fato, os 'produtores' de bens primários podiam absorver pelo menos parte do quantum que antes lhes era tirado através do antigo padrão de exploração colonial, e suas 'economias coloniais' recebiam o primeiro impulso para a internalização de um mercado capitalista moderno" (Fernandes, 1975, p. 15).



poder externas. Isto é, a relação entre economia e Estado se converte em instrumento de dominação estatal no plano econômico (Fernandes, 2006, p. 230).

Aqui reside a anatomia de importantes frações da burguesia brasileira: o ventre mercantil com sua identidade pragmática e oportunista, bem como, as instituições inerentes ao terreno político estabelecendo os alicerces para seu domínio, com a utilização do Estado para fins particulares como “imperativo histórico”, já que a economia do país não possibilitava alterações estruturais súbitas sem incorrer em regressão econômica fatal.

Internamente, revitalizando a grande lavoura ao mesmo tempo em que dinamicamente criava tendências de diferenciação e crescimento da economia, o fim do estatuto colonial colabora para a crise irreversível do regime de trabalho escravo. O trabalho disciplinado era visto como a forma mais degradada de existência. A desagregação do trabalho escravo e constituição do mercado de trabalho assalariado se dá sem levar em conta as necessidades do grosso da classe trabalhadora, especialmente dos negros, e sua integração na nova ordem social, transmutando a segregação racial em segregação social.

É por essa razão que no Brasil enlaçam-se classe e raça quando se trata do tema de formação do mercado de trabalho assalariado. Os padrões assimétricos que marcam as relações sociais vão sendo incorporados ao regime de classes, deformando-o de forma a permitir que categorias como casta, estamento e classe possam ser utilizados para tratar da estrutura social no Brasil¹⁰.

Com a reorganização da economia mundial em virtude da Revolução Industrial, o capitalismo europeu articula-se em novas bases com as economias periféricas. Assim, a partir de finais do século XIX inaugura-se um novo padrão de dominação externa: a imperialista.

[...] As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através da incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como realidade histórica na América Latina. [...] Em síntese, as economias dependentes foram transformadas em

10 “[...] seria lamentável se ignorássemos como as determinações de raças se inseriram e afetaram as determinações de classe. [...] O que desapareceu historicamente – o ‘mundo colonial’ – subsiste institucional e funcionalmente, ainda que de forma variável e desigual, conforme os níveis de desorganização da vida humana que se considerem. Ele vive, pois, em quase tudo que é essencial para o capitalismo dependente: na posse da terra, na organização da agricultura, na autocracia dos poderosos, na espoliação sistemática e marginalização dos pobres, no particularismo e no farisaísmo das elites, na apatia ou na confusão das massas oprimidas e, principalmente, nos padrões de relações étnicas e raciais” (Fernandes, 2007, p. 289).



mercadoria, negociáveis à distância, sob condições seguras e ultralucrativas (Fernandes, 1975, p. 16-17).

Internamente, a fase inaugurada por esse novo padrão de dominação corresponde à emergência e expansão do capitalismo competitivo, segunda fase do desenvolvimento capitalista no Brasil. A partir do último quartel do século XIX o mercado nacional transfigura-se por completo, operando cada vez mais como agente de intensificação da vida econômica e impulsionador da industrialização.

Mesmo diante dessas transformações no que tange à estrutura produtiva, redefinem-se e fortalecem-se os laços de dependência, tornando impossível o desenvolvimento capitalista autônomo e autossustentado. Isso porque na medida em que a tendência externa ia na direção de aumentar a eficácia dos controles econômicos via empresas e interesses privados, internamente se ignorava as consequências desses controles. Dessa forma, a industrialização e o desenvolvimento capitalista nesse momento davam-se pela adaptação e absorção positiva das pressões impostas pelas economias hegemônicas, levando à associação com interesses e firmas estrangeiras e reduzindo os mecanismos internos de autocontrole e defesa, além de funcionalizar a coexistência entre o setor arcaico e o moderno.

Sob esse novo padrão de dominação externa, percebe-se que momentos chave de avanço rumo à superação de uma economia colonial e constituição de uma economia nacional – autônoma e mais democrática –, como a independência, a abolição da escravidão e o desenvolvimento de forças produtivas tipicamente capitalista, são embargados, distorcidos e ressignificados. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro passa a combinar-se com dependência externa, segregação interna (social e racial) e superexploração da força de trabalho.

Tais problemas ganham contornos ainda mais nítidos conforme o imperialismo se desenvolve, destacadamente a partir de meados dos anos 1950. Fernandes (1975) trata esse momento como um novo padrão de dominação externa, denominado imperialismo total e marcado pela expansão das transnacionais e a dominância a partir de dentro das periferias, tendo como correspondência a irrupção do capitalismo monopolista o Brasil.

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os



expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. (Fernandes, 1975, p. 18).

A partir de meados dos anos 50 do século XX, a expansão dos Investimentos Diretos Estrangeiros por parte das Empresas Transnacionais dos centros do capitalismo e a internalização dos mercados internos dos países periféricos, foram tornando cada vez mais explícita a dificuldade destes últimos em conciliar capitalismo, democracia e autonomia nacional. Ou seja, o desenvolvimentismo enquanto “[...] ideologia burguesa como utopia — expressão trágica de uma vontade política que não tinha condições históricas para se concretizar [...]” (Sampaio Jr., 2012, 673) evidencia a contradição entre o ideal e o possível¹¹ para as economias subdesenvolvidas.

Percebe-se aqui que os mecanismos de acumulação primitiva, como a profunda segregação social, a depredação do meio ambiente e a dualidade estrutural são inerentes ao capitalismo dependente. Mas não como resposta autômata aos impulsos do centro, e sim reproduzindo as contradições da relação de dependência e subordinação graças às especificidades da formação nacional e da relação de classes estabelecida internamente. A dominação externa produz uma especialização geral da nação como fonte de excedente econômico e acumulação de capital para as nações avançadas e para a manutenção dos privilégios da burguesia interna, ensejando: concentração de renda e prestígio nos estratos estratégicos à dominação externa, coexistência necessária e interdependente de estruturas econômicas, sociais e políticas de diferentes épocas históricas e exclusão de ampla parcela da população nacional da ordem econômica (Fernandes, 1975, p. 20).

A classe trabalhadora, que tem raízes na escravidão e num processo de constituição que possibilita ampla marginalização e segregação, acaba se convertendo na vasta gama de “não possuidores”¹² sujeitos às formas antediluvianas de sua força. Tendo como memória histórica de

11 “No plano de nossa análise, essa contradição transparece na consciência falsa do agente econômico, que se representa como um ‘construtor de impérios econômicos’, segundo as regras (na realidade, solapadas ou destruídas pelo capitalismo monopolista e pelo intervencionismo estatal) de um capitalismo avançado, autossuficiente e autônomo. Na verdade, não passa de um laborioso artifice (e sob vários aspectos de uma vítima) do antípoda desse capitalismo: o capitalismo diferenciado, porém subdesenvolvido e dependente, que exprime a espécie de êxito, conquistado na esfera econômica, pelos antigos povos coloniais que nasceram, biológica, cultural e historicamente, da ‘expansão do mundo ocidental’” (Fernandes, 2008, p. 28).

12 “Os ‘não possuidores de bens’ dividem-se em duas categorias, a saber: 1) os assalariados e os que estão em vias de proletarianização ou se proletarizaram; e 2) os que estão imersos na economia de subsistência ou em estruturas arcaicas do sistema econômico, seja no campo, seja nas cidades. Este último conjunto compreende a parcela da população marginalizada, não se caracterizando enquanto um ‘exército industrial de reserva’, vez que composta por atores sociais que não possuem os requisitos exigidos pela ordem social competitiva” (Oliveira; Vazquez, 2010, p. 150).



padrão de existência o período escravocrata e como anseio diante do regime de classes vigente a proletarianização, a segregação racial e social transformam e rebaixam enormemente o valor “normal” da força de trabalho.

Eis aqui algo que parece escapar de outros autores: a raça como dinamismo coletivo relevante, algo que permite a unidade no diverso, síntese de radicalidades, essenciais para negar e transformar a ordem vigente. Conforme apontado acima, no Brasil raça e classe se fundem para compor distinções marcantes dentro da classe trabalhadora. E não por causa fortuita, mas como elemento do passado que se perpetua no presente para garantir a reprodução do capitalismo dependente e subdesenvolvido. Essa cisão abre a questão fundamental deste livro: a existência da parcela negra dos trabalhadores e os resquícios da escravidão como determinantes do padrão normal de existência, do valor da força de trabalho. Isso posto, a parcela branca dos trabalhadores, com maior acesso ao assalariamento, acaba por se colocar num patamar superior de existência, o que dificulta a união da classe e sua conversão em classe para si. Ao mesmo tempo, tende a converter a proletarianização¹³ em aspiração (que raramente se concretiza) da população negra, e não ponto de partida normal do capitalismo aqui objetivado. Sem aderir a um identitarismo despojado da referência de classe, Fernandes (1989) é capaz de perceber que a questão racial e a reprodução do passado são capazes de dar unidade e direção à luta de classes.

[...] embora o trabalho seja uma mercadoria, onde há uma composição multirracial nem sempre os trabalhos iguais são mercadorias iguais [...]. Em sociedades de origem colonial há elementos de tensão que tornam algumas categorias de proletários mais radicais e revolucionários que outras [...]. Isso não quer dizer que todo o negro poderá ser um militante proletário mais firme e decidido que os demais. Quer dizer que a raça é uma formação social que não pode ser negligenciada na estratégia da luta de classes e de transformação dentro da ordem ou contra a ordem, que há um potencial revolucionário no negro que deve ser despertado e mobilizado. Uma coisa é jogar contra o capital o dinamismo negador de classe contra classe. Outra coisa é jogar contra ele todos os dinamismos revolucionários que fazem parte da situação global (Fernandes, 1989, p. 63-64).

13 “A afirmação da revolução burguesa no Brasil – com a reciclagem dos privilégios das classes dominantes e a afirmação da segregação social e racial como componente para o processo de crescimento – e as possibilidades de trabalho que se abria com a expansão capitalista no país era vista pelos despossuídos como a melhor forma de saírem da situação precarizada em que se encontravam. Por isso, a integração à ordem como saída possível da sua situação de anomia acabava ofuscando a necessidade de uma organização política que atendesse as necessidades dos despossuídos” (Motta, 2013, p. 127, grifos nossos).



A Abolição, ou melhor, a Segunda Abolição, feita pelos negros e para os negros, é uma necessidade que se atrasou historicamente e deve ser feita dentro do capitalismo, e contra ele, atualmente. Ao negro, resta a rebeldia ou a capitulação, democracia de fato ou pseudodemocracia (Fernandes, 1989).

Portanto, a revolução burguesa atrasada – cuja contraface é a contrarrevolução permanente –, impõe um padrão autocrático de dominação que cinde a sociedade em “possuidores” e “não possuidores” de bens, verdadeiros condenados do sistema. E esta cisão se liga à heterogeneidade estrutural – setor arcaico e moderno – e à heterogeneidade racial – brancos e negros, com impactos significativos sobre o regime de classes, que se caracteriza pela exclusão social, sobre a constituição dos atores sociais e sobre a luta de classes.

A divisão da sociedade em dois mundos antagônicos, separados por um abismo econômico, social, político e cultural, imprime à luta de classes uma dinâmica típica de “guerra étnica”. Fechando o espaço de entendimento entre as classes sociais, a burguesia é compelida a assumir uma atitude de extrema intolerância à utilização do conflito como meio legítimo de conquista de direitos sociais. A unificação monolítica das classes dominantes é perpetuada por um padrão de resolução dos conflitos intraburgueses que se baseia na conciliação pela composição dos interesses divergentes. A intolerância contra qualquer manifestação de rebelião materializa-se num padrão de luta de classes cuja essência consiste em evitar a qualquer custo a emergência dos despossuídos como sujeitos políticos autônomos, esterilizando suas iniciativas seja pelo cooptação, seja pelo esmagamento de suas organizações sociais e políticas. Os que vivem do próprio trabalho devem ser mantidos em estado de anomia. A neutralização dos efeitos revolucionários do protesto social deixa a história a reboque de um único sujeito: a burguesia dependente (Sampaio Jr., 2020, n.p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto percebe-se que há controvérsias ao tratar de superexploração da força de trabalho à luz de Marx. No artigo foram levantadas duas questões que denotam ser impossível tanto analisar o tema sem lidar de forma mais objetiva com as categorias marxianas, quanto pensar a superexploração, objetivamente, como resposta automática à relação de dependência.

De forma alguma, almeja-se aqui realizar apologias à forma pela qual a classe trabalhadora é explorada na periferia. Apenas chamar atenção para que, não se pode negar o peso da escravidão para a determinação do padrão “normal” de existência e reprodução do trabalhador brasileiro, já que



tal classe se vincula a um padrão moral e histórico de estigma e rebaixamento. E tal fato traz uma maior dificuldade para que a superexploração se desnude para a classe trabalhadora, uma vez que poucos ganhos de direitos ou ínfimos aumentos no padrão de existência, mesmo mantendo-o extremamente rebaixado e implicando na reprodução atrofiada da força de trabalho, acabam por representar, na aparência, um salto qualitativo.

Além disso, também não se pode deixar de lado que a constituição do mercado de força de trabalho e a particularidade do capitalismo brasileiro, com grande peso na economia para o setor arcaico – de matriz colonial –, normalizam expedientes que precarizam as relações de trabalho de maneira ainda mais severa, mantendo o papel da superpopulação relativa mesmo em país caracterizado por baixa produtividade relativa.

Com o apoio de Florestan Fernandes, buscou-se vislumbrar a relação dialógica e histórica entre padrão de dominação externa e particularidades da formação nacional, para além de um impulso oriundo da drenagem de valores para o exterior. Mais do que respostas conclusivas, o que se pretendeu foi levantar pontos para reflexão na busca por ampliar o debate sobre superexploração do trabalho em território brasileiro.

A história e a constituição das economias latino-americanas é a história da colonização. A história e a constituição das classes sociais, bem como sua dinâmica de luta, neste continente, é a história da escravidão. Sem isso, há o abandono da perspectiva da formação nacional e uma dificuldade de se compreender, a fundo, as razões, consequências e possibilidades advindas da dependência e do subdesenvolvimento.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Hugo; CARCANHOLO, Marcelo. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem ele mesmo tinha percebido. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 44, jun.-set. 2016.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e luta de classes na América Latina**. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975

_____. **Circuito Fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008.



JURGENFELD, Vanessa Follmann. **Teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado**: criatividade e contraposição a interpretações neoclássicas. 2018. 266 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) –Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.

MOTTA, Daniele Cordeiro. As particularidades do regime de classes no Brasil segundo Florestan Fernandes. In: Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 5. **Anais [...]**. Londrina, 2013. p. 117-131.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; DILLENBURG, Fernando Frota; SOBRAL, Fábio Maia. O capital: um drama para ser lido, relido e....ouvido. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 44, jun.-set. 2016.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; DILLENBURG, Fernando Frota; SOBRAL, Fábio Maia. Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em O capital (Livro I) de Marx. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 40, fev.-maio 2015.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Brasil e Portugal na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, G. C; VAZQUEZ, D. A. Florestan Fernandes e o Capitalismo Dependente: elementos para a compreensão do Brasil. **Revista Oikos**. Rio de Janeiro, Volume 9, n. 1, 2010.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. A atualidade de Florestan Fernandes. **Contrapoder**, 2020. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/a-atualidade-de-florestan-fernandes/>

_____. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 112, 2012.

SILVA, Itamá Winicius do Nascimento. Florestan Fernandes e a Teoria Marxista da Dependência: um debate sobre o capitalismo dependente. **Revista Perspectivas Sociais**, v. 06, n. 1, p. 78-97, 2020.

TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.



NEGLIGÊNCIA E DIGNIDADE NA VELHICE: O IMPACTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL

Eixo 6: Capitalismo contemporâneo, desenvolvimento econômico e pobreza

MARIA DE LARA FERREIRA¹

MARIA EDUARDA NEVES MAGALHÃES²

RESUMO: Este estudo analisa a negligência contra idosos no Brasil, um fenômeno muitas vezes invisível e agravado pelo capitalismo contemporâneo. Com o aumento da expectativa de vida e a queda nas taxas de natalidade, a sociedade brasileira está se tornando cada vez mais envelhecida, e os idosos frequentemente enfrentam desafios que comprometem seu bem-estar e dignidade. Por meio de entrevistas com profissionais da saúde e assistência social, o estudo revela manifestações de negligência, desde a omissão de cuidados básicos até a desumanização desses indivíduos. Argumenta-se que essa negligência não é apenas uma questão de responsabilidade individual, mas um reflexo de desigualdades estruturais, exigindo políticas públicas que garantam proteção e direitos, promovendo um envelhecimento digno.

Palavras-chave: Negligência, idosos, capitalismo contemporâneo, saúde, assistência social.

ABSTRACT: This study analyzes elder neglect in Brazil, a largely invisible phenomenon exacerbated by contemporary capitalism. With rising life expectancy and declining birth rates, Brazilian society is aging, yet older adults often face challenges that compromise their well-being and dignity. Through interviews with healthcare and social assistance professionals, the study highlights various forms of neglect, ranging from the omission of basic care to the dehumanization of the elderly. It argues that neglect is not merely an individual responsibility but a reflection of deep-rooted structural inequalities, emphasizing the urgency of public policies that ensure protection, rights, and a dignified aging process.

Keywords: Neglect, elderly, contemporary capitalism, healthcare, social assistance.

INTRODUÇÃO

O crescimento da população idosa no Brasil, aliado ao aumento da expectativa de vida, evidencia a necessidade de uma reflexão crítica sobre as condições em que essa parcela da sociedade vive. Em um sistema capitalista que privilegia a produtividade e a eficiência econômica, os idosos frequentemente são marginalizados, tratados como um peso econômico e social. Essa realidade se

¹ Assistente Social graduada pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Campus do Mucuri, Teófilo Otoni/MG. E-mail: maria.lara@ufvjm.edu.br.

² Assistente Social graduada pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Campus do Mucuri, Teófilo Otoni/MG. E-mail: eduarda.neves@ufvjm.edu.br.



agrava nas dinâmicas familiares contemporâneas, muitas vezes marcadas por sobrecarga e falta de suporte adequado, resultando em situações de negligência e abandono.

A negligência contra a pessoa idosa configura uma forma insidiosa de violência, caracterizada pela omissão de cuidados essenciais, como alimentação, higiene e suporte emocional, podendo levar a consequências graves para a saúde e a dignidade dessa população. Embora protegidos por um arcabouço jurídico que inclui a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2016) e o Estatuto do Idoso³ (Brasil, 2020), muitos idosos seguem desamparados na prática, seja pela ausência de políticas públicas efetivas, seja pela precarização das redes de cuidado.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo investigar a negligência contra idosos, analisando os desafios impostos por um sistema que ignora sua fragilidade e necessidades. A pesquisa baseia-se em entrevistas com profissionais que atuam diretamente no cuidado dessa população, buscando compreender os fatores que perpetuam essa forma de violência e apontar a urgência de políticas públicas que garantam não apenas a sobrevivência, mas a qualidade de vida e a dignidade dos idosos no Brasil contemporâneo. Além disso, pretende-se contribuir para o debate acadêmico e social sobre o tema, enfatizando a necessidade de um compromisso coletivo para enfrentar essa problemática.

ENVELHECIMENTO, NEGLIGÊNCIA E CAPITALISMO: DESAFIOS PARA A DIGNIDADE DA PESSOA IDOSA NO BRASIL

O envelhecimento populacional no Brasil é um fenômeno em constante crescimento, impulsionado por mudanças nas condições de vida, na estrutura demográfica e nos aspectos socioeconômicos. Esse processo é caracterizado pela queda nas taxas de fecundidade e mortalidade, acompanhadas de um aumento expressivo da expectativa de vida. De acordo com o IBGE (2023), a expectativa de vida no país subiu de 69,8 anos em 2000 para 75,5 anos em 2020, enquanto a taxa de natalidade caiu de 21 para 14 nascimentos por 1.000 habitantes no mesmo período. Esses dados

³ Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e estabelece direitos voltados à proteção e garantia da dignidade da pessoa idosa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 18 fev. 2025.



refletem uma transição demográfica que transformou o Brasil em uma sociedade cada vez mais envelhecida.

Dentro desse contexto, Reis, Barbosa e Pimentel (2016) apontam que o grupo de idosos acima de 85 anos está crescendo em ritmo mais acelerado que os demais grupos etários, devendo alcançar 7% da população até 2030, ante os 5% de 2015. Esse aumento, no entanto, traz desafios sociais e econômicos, especialmente no modelo capitalista contemporâneo, que privilegia a produtividade e a força de trabalho jovem. Custódio (2018) observa que, nesse modelo, os idosos são frequentemente percebidos como indivíduos improdutivos e descartáveis, o que contribui para sua exclusão social e o aumento de sua vulnerabilidade.

Além do aumento da expectativa de vida e das transformações sociais, a convivência intergeracional que descreve a coabitação ou interação entre diferentes gerações de uma mesma família tem se tornado um fenômeno cada vez mais relevante nos lares brasileiros, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Embora essa dinâmica possa proporcionar trocas culturais e afetivas, fortalecendo os laços familiares, ela também apresenta desafios específicos. Em muitos lares, os idosos assumem uma função vital no sustento familiar, principalmente por meio de suas aposentadorias. Essa dependência econômica das gerações mais jovens reflete a precariedade das relações de trabalho e renda no país, que afetam principalmente os jovens e dificultam sua autonomia financeira. Embora possa promover vínculos familiares mais fortes, a convivência intergeracional também pode ser fonte de tensões, especialmente em contextos de sobrecarga de responsabilidades ou de negligência por parte dos cuidadores (Escorsim, 2021).

Nesse cenário, a atuação dos cuidadores familiares assume uma relevância ainda mais acentuada. Muitos idosos, especialmente aqueles com limitações físicas ou cognitivas, dependem diretamente de seus familiares para atender às suas necessidades básicas e para o suporte emocional. No entanto, a qualidade desse cuidado pode ser comprometida por uma série de fatores, como traumas oriundos de experiências de violência prévia e problemas de saúde mental ou física enfrentados pelos próprios cuidadores (Oliveira e Silva, 2020, *apud* Braga et al., 2022). Quando não há suporte adequado para os cuidadores, essas condições podem gerar sobrecarga emocional e física, levando a situações de abandono ou negligência. Essas manifestações de violência intrafamiliar, embora muitas



vezes invisíveis, afetam profundamente os idosos e demandam uma atenção mais incisiva dos serviços de proteção e assistência social para garantir o cuidado digno e preventivo.

A negligência contra os idosos não pode ser reduzida a questões meramente individuais ou familiares, pois reflete desigualdades e injustiças estruturais enraizadas no sistema capitalista contemporâneo. Nesse sentido, Souza e Mirabelli (2022) discorrem que:

As pessoas idosas por não serem consideradas uma potência econômica, acabam se tornando invisibilizadas na garantia dos seus direitos diante de uma lógica capitalista, cujo interesse está em destruir a solidariedade entre trabalhadores e inativos, não permitindo assim, nos reconhecer na pessoa idosa que haveremos de ser no futuro. A economia pautada no lucro da qual toda civilização está subordinada, só vê interesse no material humano na medida em que se é considerado produtivo, sendo em seguida, rejeitado. (Souza; Mirabelli, 2022, n.p.).

E também:

Assim, pensar a violência contra a pessoa idosa, requer pensar a ordem do capital que estimula o descarte do velho pelo novo, diante de um segmento que já não consomem mais como um jovem, ou mesmo estão excluídos do mercado de trabalho, tornando-se invisíveis e descartados não apenas pelo sistema ou pela sociedade, mas também pela sua família instalando assim a violência intrafamiliar. (Souza; Mirabelli, 2022, n.p.).

Nesse viés, a compreensão do envelhecimento e das questões relacionadas a ele deve ser contextualizada dentro das estruturas sociais e econômicas mais amplas, reconhecendo a importância das políticas públicas, dos direitos legais e do apoio aos cuidadores familiares na promoção do bem-estar e na proteção dos idosos contra a violência e a negligência.

É dever do Estado implementar políticas e programas sociais que visam promover o bem-estar dos idosos e oferecer apoio às famílias no cuidado com os idosos, conforme estabelecido pelo Estatuto do Idoso (Brasil, 2020) e pela Constituição Federal. Contudo, conforme apontado por Escorsim (2021), a insuficiência do suporte oferecido pelo Estado transfere a maior parte da responsabilidade para os cuidadores familiares, que frequentemente se tornam a única e exclusiva fonte de amparo.

Diante das desigualdades econômicas e sociais intensificadas pelo contexto capitalista, a população idosa no Brasil enfrenta inúmeros desafios que comprometem seu bem-estar e sua



dignidade. Em uma sociedade que frequentemente desvaloriza aqueles considerados não-produtivos, torna-se urgente a implementação de medidas eficazes para proteger essa parcela vulnerável da população.

A negligência contra a pessoa idosa

A negligência, em seu sentido mais amplo, é caracterizada pela omissão de cuidados e pela falta de atenção às necessidades básicas de um indivíduo. No contexto do cuidado a idosos, essa definição ganha uma gravidade ainda maior, uma vez que a negligência não é meramente uma falta de ação, mas sim uma forma de violência de natureza sutil e muitas vezes invisível que compromete substancialmente a qualidade de vida e a dignidade da pessoa idosa.

Minayo (2003) define a negligência como "a recusa, omissão ou fracasso por parte do responsável pelo idoso em aportar-lhe os cuidados de que necessita", destacando que essa forma de violência se manifesta tanto em ambientes familiares quanto institucionais.

As características da negligência são variadas e abrangem não apenas a ausência de cuidados físicos, como a privação de alimentação e higiene, mas também a negligência emocional e social. A insensibilidade e a indiferença por parte de cuidadores, que levam à desconsideração das necessidades emocionais e sociais dos idosos, agravam a situação. Conforme apresentado por Brasil (2015, n. p.), negligência é compreendida como "a inércia psíquica, a indiferença do agente que, podendo tomar as devidas cautelas exigíveis, não o faz por displicência, relaxamento ou preguiça mental". Essa perspectiva destaca a necessidade de levar em conta não apenas as ações, ou a ausência delas, mas também a postura negligente, aprofundando assim a compreensão desse grave problema.

A identificação da negligência é dificultada por sua natureza frequentemente discreta e sutil. Nessa medida, a negligência é uma modalidade distinta de violência que pode ser cometida contra os idosos, configurando-se como uma forma de maus-tratos. A discrição e a sutileza dessa forma de violência frequentemente a confundem com descuidos comuns, levando à sua ignorância tanto pela sociedade quanto pelos profissionais



envolvidos no cuidado. Essa invisibilidade pode, por seu turno, resultar em uma subnotificação dos casos de negligência e na perpetuação do sofrimento dos idosos.

Além das consequências diretas na saúde física do idoso, a negligência acarreta sérias implicações para o bem-estar emocional e social. As condições de vida dos idosos negligenciados são frequentemente marcadas por solidão, depressão e exclusão social, contribuindo para um ciclo de deterioração da saúde que frequentemente se torna irreversível.

A negligência é frequentemente alimentada por um conjunto de fatores sociais e econômicos, como a sobrecarga dos cuidadores familiares e as lacunas nas políticas públicas de assistência. O sistema de saúde muitas vezes não está preparado para lidar com as demandas crescentes da população idosa, enfatizando a necessidade urgente de um suporte governamental robusto e abrangente que inclua não apenas a ampliação do orçamento, mas também o fortalecimento dos direitos relacionados aos idosos. Oliveira e Silva (2020, *apud* Braga, *et al.*, 2022) destacam a carga excessiva que os cuidadores familiares enfrentam, especialmente na ausência de outros membros da família que possam dividir a responsabilidade pelo cuidado.

A negligência no cuidado a idosos representa uma das formas mais prevalentes de violência contra esse grupo vulnerável, característica que merece uma análise detalhada tanto em termos de dados quanto de suas consequências. Conforme apresentado no levantamento de informações, em 2019, as denúncias de violações contra pessoas idosas representaram 30% do total de denúncias recebidas pelo Disque 100, totalizando 48,5 mil registros. E, segundo a Cartilha “Violência contra a pessoa idosa: vamos falar sobre isso?”, publicada pelo Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos em 2020, a forma mais prevalente de abuso foi a negligência, representando 40,28% dos registros. (Brasil, 2020). Esses números revelam não apenas a extensão do problema, mas também a necessidade de um reconhecimento crítico das nuances que circundam essa forma de violência, que frequentemente passa despercebida nos diagnósticos sociais.



A negligência contra a pessoa idosa pode se manifestar de diversas maneiras, desde a falta de alimentação e higiene até a ausência de cuidados médicos essenciais. Essas diferentes manifestações de negligência resultam em sérias consequências, refletindo não apenas no bem-estar físico dos idosos, mas também em suas condições emocionais e sociais.

As implicações diretas da negligência são alarmantes e se traduzem em prejuízos à saúde física. Idosos que sofrem negligência frequentemente enfrentam um incremento significativo na incidência de doenças crônicas e agudas, além de um elevado risco de quedas, que podem resultar em complicações severas, incluindo hospitalizações. A falta de uma estrutura de saúde preparada para atender essa população acentua as dificuldades enfrentadas por eles, isso posiciona os idosos em um ciclo de fragilidade e dependência, o que agrava ainda mais a sua vulnerabilidade.

Ademais, as consequências emocionais da negligência são igualmente preocupantes. O estado de abandono e desamparo frequentemente gera sentimentos de solidão, depressão e desvalorização entre os idosos, refletindo a falta de articulação entre as políticas públicas e o atendimento direto. Essa desarticulação evidencia a fragilidade da rede de proteção dos direitos dos idosos, provocando um impacto em sua autoestima e qualidade de vida. Os idosos negligenciados podem projetar uma percepção de inutilidade e dependência, o que torna ainda mais premente a necessidade de uma abordagem integrada que considere as múltiplas dimensões do cuidado.

Outro aspecto relevante é a relação entre a negligência e a dinâmica familiar. Investigando as causas da negligência, observa-se que a sobrecarga enfrentada por cuidadores familiares, que muitas vezes se veem sozinhos no gerenciamento das demandas de cuidado, contribui para o descaso com os idosos. A falta de suporte e recursos adequados para o cuidador provoca não apenas um impacto negativo na saúde do idoso, mas também deteriora a saúde mental e o bem-estar dos cuidadores, criando um ciclo de estresse que perpetua a negligência. Portanto, a negligência não é apenas um



problema que afeta o idoso, mas um fenômeno que se entrelaça com as condições de vida e as pressões enfrentadas pelas famílias que cuidam deles.

Os dados apresentados e as teorias subjacentes destacam a complexidade da negligência como um fenômeno multifacetado que exige uma resposta social e política robusta. Com um futuro previsto onde a população idosa deve representar cerca de 29% da sociedade brasileira, a urgência em implementar políticas efetivas que assegurem a proteção e os direitos dos idosos se torna cada vez mais premente. A necessidade de um olhar atento para as condições de vida dessas pessoas e para as realidades enfrentadas pelos cuidadores é fundamental para que se possa não apenas identificar, mas também intervir de maneira eficaz na negligência.

Os dados sobre a negligência contra idosos no Brasil revelam uma situação alarmante e preocupante, com um total de 72.967 denúncias registradas em 2023. Analisando as faixas etárias, observa-se que a população de 70 a 79 anos foi a mais afetada, com 24.794 denúncias, seguida pela faixa de 80 a 89 anos, que registrou 22.334 casos. A incidência de negligência se acentua especialmente entre os idosos mais velhos, com 6.823 denúncias na faixa etária acima de 90 anos. Esses números indicam não apenas a urgência de medidas efetivas para proteger os idosos, mas também a necessidade de uma maior conscientização da sociedade sobre a gravidade desse problema, que representa uma violação dos direitos humanos fundamentais e expõe falhas no sistema de proteção social (Brasil, 2023).

As evidências ressaltam a necessidade urgente de um compromisso social e político para promover um ambiente de cuidado que respeite e garanta a dignidade dos idosos. O fortalecimento das políticas públicas, a conscientização da sociedade e a formação de redes de apoio são essenciais para enfrentar essa problemática e assegurar que os direitos dos idosos sejam respeitados.

NEGLIGÊNCIA CONTRA IDOSOS: PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS E IMPACTOS NA DIGNIDADE E SAÚDE



A negligência contra idosos representa uma forma de violência silenciosa, muitas vezes invisível aos olhos da sociedade, mas com impactos profundos e duradouros sobre o bem-estar físico, psicológico e social dessa população. Ela se manifesta por meio da omissão de cuidados básicos, como alimentação, higiene, supervisão médica e suporte emocional, configurando um padrão de abandono que compromete a qualidade de vida dos idosos e pode levar ao agravamento de doenças e até à morte precoce.

Para explorar esse tema, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com nove profissionais diretamente envolvidos na identificação e acompanhamento de casos de negligência em Padre Paraíso. A seleção desses profissionais, composta por assistentes sociais, enfermeiras e uma psicóloga, se deu devido à sua experiência prática no atendimento à população idosa vulnerável.

Com o intuito de preservar a identidade das participantes, optou-se por utilizar codinomes inspirados em pedras preciosas, nomeando-as de A a I: Ametista, Brilhante, Coral, Diamante, Esmeralda, Fluorita, Granada, Hematita e Iolita. A partir de suas narrativas, emergiram relatos que evidenciam as diversas manifestações da negligência e suas graves consequências para a saúde e dignidade dos idosos atendidos.

Percepções e definições da negligência contra idosos

Para iniciar a análise, as entrevistadas foram questionadas sobre suas percepções e definições desse tipo de violência. O objetivo foi compreender como cada profissional interpreta a negligência e quais fatores considera fundamentais para seu reconhecimento.

A negligência contra idosos foi definida pelas entrevistadas com diferentes ênfases: desprezo e transferência de responsabilidade (Ametista e Hematita); falta de informação e acolhimento (Brilhante e Granada); omissão de cuidados e direitos (Coral e Diamante); e falta de atenção e cuidados básicos (Fluorita e Granada). Apenas Iolita não soube definir.

Entre os relatos, a resposta de Esmeralda se destaca ao ilustrar uma situação preocupante:

Um dos maiores exemplos é quando chega o final de ano ou as festas de junho, e a família traz o idoso para o hospital só para ele ficar internado, para poderem curtir as festas. Para mim, isso é uma negligência que dói, porque é como se quisessem se livrar de alguém que está dando trabalho, para poderem curtir (Esmeralda).



A prática citada pela entrevistada reflete um processo de desumanização dos idosos, que passam a ser tratados como um fardo a ser descartado. Esse cenário dialoga com a análise de Souza e Mirabelli (2022), que apontam como a lógica do capital estimula o descarte do velho pelo novo, especialmente em um contexto em que os idosos são marginalizados do consumo e do mercado de trabalho. Assim, tornam-se invisíveis não apenas para o sistema e a sociedade, mas também para suas próprias famílias, evidenciando a violência intrafamiliar que marca essa desvalorização.

Essa percepção também se reflete na frequência com que os casos de negligência são identificados pelas profissionais entrevistadas. Enquanto Ametista, Brilhante, Coral e Diamante os classificaram como frequentes ou muito frequentes, Fluorita os considerou de média a frequentes, e Esmeralda, Granada e Iolita os perceberam como médios. Apenas Hematita avaliou a negligência como rara. No entanto, uma das entrevistadas destacou que, apesar de ocorrer com menor frequência do que outras formas de violência, como a doméstica ou aquelas envolvendo crianças e adolescentes, a negligência contra idosos continua sendo um problema grave e persistente. Esses dados sugerem que a negligência é frequentemente subdiagnosticada e subestimada, refletindo um cenário em que sua gravidade é ofuscada por comparações com outras violências mais visíveis.

A sobrecarga emocional e física enfrentada pelos familiares muitas vezes resulta na transferência de responsabilidades ou até mesmo no abandono, evidenciando a desvalorização dos idosos na sociedade atual. As entrevistadas reforçaram esse cenário ao destacar diferentes fatores que contribuem para a negligência. Ametista e Fluorita mencionaram que a falta de tempo, paciência e empatia agrava a situação, especialmente diante de rotinas exaustivas e pressões externas. Coral e Brilhante, por sua vez, apontaram a existência de abuso financeiro e condutas de má-fé, indicando que, em alguns casos, a negligência não é apenas um reflexo da ignorância, mas também de escolhas deliberadas. Esses relatos demonstram que a negligência vai além da simples omissão de cuidados básicos, atingindo diretamente a dignidade e o bem-estar dos idosos.

Essa problemática se agrava quando confrontada com o que estabelece a Constituição Brasileira, que define a responsabilidade pelo cuidado aos idosos como um dever compartilhado entre



família, sociedade e Estado⁴. No entanto, conforme apontado pelas entrevistadas, essa responsabilidade é frequentemente negligenciada, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social, nos quais o suporte familiar é limitado. Iolita destacou que o isolamento dos idosos, agravado pelo declínio da saúde, é intensificado pela dispersão dos filhos e pelo abandono, evidenciando um padrão recorrente de negligência. Essa realidade expõe não apenas a fragilidade do suporte familiar, mas também a insuficiência de políticas públicas capazes de amparar tanto os idosos quanto seus cuidadores.

Além disso, os depoimentos expõem uma visão que, por vezes, recai em julgamentos individuais, responsabilizando exclusivamente os familiares ou até os próprios idosos pelas condições de abandono. Essa visão desconsidera os fatores estruturais que perpetuam essas situações, como a ausência de políticas de assistência eficazes e o acesso limitado a recursos de saúde, educação e segurança social ao longo da vida. A falta de compreensão sobre o papel estruturante do Estado em oferecer suporte contínuo foi um ponto recorrente nas falas das entrevistadas, mostrando uma lacuna na sensibilização e no entendimento sobre os direitos dos idosos.

As consequências da negligência: impactos na saúde física e emocional

A análise das condições clínicas dos idosos atendidos revelou uma série de problemas de saúde que refletem não apenas a negligência no cuidado, mas também condições sociais e familiares adversas. Ametista, Diamante, Fluorita e Iolita mencionaram com frequência a desnutrição e a desidratação, evidenciando uma carência alimentar e de cuidados básicos, muitas vezes decorrente da falta de suporte familiar.

Além disso, Diamante, Fluorita e Iolita relataram casos de higiene precária e feridas malcuidadas, sinalizando o abandono da assistência cotidiana. Esse quadro pode estar relacionado tanto ao despreparo ou esgotamento dos cuidadores quanto à ausência de uma rede pública eficaz de suporte domiciliar, que poderia minimizar tais impactos.

⁴ Conforme o artigo 230 da Constituição Federal de 1988: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (Brasil, 2016).



Os efeitos emocionais da negligência também foram amplamente destacados. Ametista ressaltou a baixa autoestima e a depressão como consequências diretas da sensação de abandono e invisibilidade social. Somado a isso, a agressão psicológica apareceu como uma das formas mais comuns de violência, apontando para relações familiares marcadas por conflitos e tensões intergeracionais, agravadas pela falta de suporte emocional e econômico adequado.

Nesse contexto, torna-se evidente que as formas de violência física e psicológica identificadas nas entrevistas não são eventos isolados, mas sim consequências diretas de uma estrutura social que marginaliza os idosos. O abandono emocional e os sentimentos de baixa autoestima, relatados por Ametista e outras entrevistadas, refletem o impacto da exclusão e da desvalorização dessa população. A internalização da ideia de inutilidade, reforçada por uma sociedade que associa valor à capacidade produtiva, não apenas intensifica os casos de negligência, mas também perpetua um ciclo de exclusão e sofrimento emocional, agravando ainda mais a vulnerabilidade dos idosos.

O cenário descrito reflete a falta de uma rede integrada de apoio estatal, que deveria atuar de forma preventiva e contínua para evitar tais condições. No entanto, a realidade aponta para políticas públicas fragmentadas e ineficientes, que não abrangem a complexidade das necessidades dos idosos. A falta de ações efetivas de proteção social, somada à insuficiência de serviços de saúde mental e assistência familiar, torna os idosos vulneráveis ao isolamento e à violência, agravando ainda mais sua fragilidade.

No contexto capitalista discutido anteriormente, essa negligência estrutural não é um fenômeno isolado. Ao contrário, ela faz parte de um processo histórico de exclusão social, onde os idosos são vítimas de um sistema que prioriza o lucro e a eficiência econômica em detrimento do cuidado e da dignidade humana. Como observado por Pereira (2019), a lógica do capital não apenas define os parâmetros de produção, mas também molda as relações sociais, criando uma hierarquia de valor entre os indivíduos baseada em sua capacidade de gerar riqueza.

Nesse sentido, os relatos das entrevistadas deixam evidente que os sinais de negligência se manifestam de maneira multiforme, abrangendo tanto os aspectos físicos quanto emocionais e comportamentais. A entrevistada Iolita reforça: “Eles ficam restritos, chorosos, depressivos. É bem



evidente esse sinal de depressão no rosto deles. E o medo de falar. Você percebe que eles estão sendo maltratados, mas têm medo de falar. Às vezes, os maus-tratos são tão evidentes que até vizinhos fazem comentários”.

Aspectos comportamentais também são destacados como possíveis indicadores de negligência. A entrevistada Hematita relata que um desejo incomum de permanecer hospitalizado, mesmo após a alta médica, pode sugerir um ambiente domiciliar inadequado. Ela exemplifica:

Um sinal de suspeita de negligência é quando um idoso demonstra um desejo incomum de permanecer no hospital, mesmo após o médico já ter dado alta. Geralmente os pacientes que estão no hospital ficam “doidos” para irem embora. Mas cuidamos de uma senhora aqui, por exemplo, que estava bem, mas dizia que preferia ficar no hospital. O comportamento dela levou à intervenção da assistente social para investigar o que estava ocorrendo em sua casa. Esse desejo de ficar no hospital sugeria que havia algo errado no ambiente domiciliar dela. A situação era semelhante a outra em que a paciente foi praticamente carregada até a ambulância porque não queria ir embora. Esses sinais indicam que, para essas pessoas, o ambiente no hospital pode ser percebido como melhor do que em casa, onde poderiam estar enfrentando condições inadequadas. Esses detalhes podem ser indicativos de negligência (Hematita).

O comportamento relatado pela entrevistada Hematita, ao mencionar o desejo insistente de permanecer no hospital, sugere que, para muitos idosos, a permanência em um ambiente institucionalizado pode ser percebida como uma alternativa mais segura e acolhedora, mesmo que temporariamente. Essa situação escancara a precariedade das condições familiares e sociais que deveriam garantir o bem-estar do idoso em sua residência.

O silêncio e o olhar dos idosos também são mencionados como sinais importantes de sua condição. A entrevistada Esmeralda observa: “O olhar fala muito. Quando o paciente chega, o olhar, a pele... eu não vou falar de hematomas, não. Da pele. O idoso, quando é bem cuidado, chega aqui, está hidratado, conversa, expressa, tem brilho no olhar. E quando está sofrendo algum tipo de negligência, seja qual for, ele perde esse brilho.”

O silêncio, o isolamento e o retraimento emocional expressam um sofrimento que, muitas vezes, não é verbalizado, mas é percebido nas sutilezas comportamentais. No entanto, a sobrecarga dos profissionais de saúde, somada à falta de capacitação contínua, contribui para a dificuldade em reconhecer esses sinais sutis de negligência.



Dessa forma, os sinais identificados nas entrevistas reforçam a necessidade de uma atuação mais atenta e cuidadosa por parte dos serviços públicos. Uma rede de cuidado integral e inclusiva poderia não apenas detectar os primeiros sinais de negligência, mas também atuar de forma preventiva para garantir que os idosos possam viver com dignidade e segurança, rompendo com a lógica de abandono e marginalização que ainda predomina.

A fragilidade desse grupo etário é mais uma vez evidenciada pela fala da profissional Ametista, que observa: “quando o idoso é negligenciado, ele demora mais para se recuperar de qualquer complicação, seja um problema respiratório ou uma infecção simples. Isso porque ele já está fragilizado e, sem apoio, acaba se desmotivando a cuidar de si mesmo”. A falta de suporte familiar adequado e a carência de redes de apoio tornam o processo de cura mais lento e, em muitos casos, comprometem a reabilitação completa.

A negligência pode levar não apenas ao agravamento de doenças preexistentes, mas também ao surgimento de novas condições de saúde, resultando em um aumento das internações hospitalares e da dependência funcional. Nesse sentido, a ausência de um acompanhamento adequado transforma os hospitais e instituições de saúde em ambientes de cuidado paliativo, em vez de espaços para a promoção de uma recuperação eficaz e digna.

Outro ponto relevante é a necessidade de campanhas de conscientização para a população, abordando a importância do envelhecimento saudável e do cuidado humanizado. A subestimação de sintomas e a naturalização de certos comportamentos negligentes ainda são práticas comuns, como apontado pelas entrevistadas.

Além disso, outro aspecto que se deve considerar foi abordado por Ametista:

A falta de cuidados adequados em casa pode levar à hospitalização dos idosos, e no hospital, a baixa imunidade pode torná-los suscetíveis a várias infecções, aumentando o risco de óbito. Por exemplo, um idoso com fratura fica aqui aguardando por uma transferência, [...], e mesmo após a transferência, o risco elevado devido à idade pode impedir a realização da cirurgia. Ou seja, a negligência em casa pode contribuir para o óbito.

O relato de Ametista expõe a interconexão entre negligência familiar e fragilidades do sistema de saúde, evidenciando como a omissão de cuidados no ambiente doméstico pode precipitar



hospitalizações evitáveis. A permanência prolongada em hospitais, agravada pela vulnerabilidade imunológica dos idosos, amplia os riscos de complicações e mortalidade.

Violência financeira e a dependência econômica dos idosos

Em sequência, as perguntas foram direcionadas para aspectos sociais que envolvem os idosos e suas famílias, e as respostas revelam um cenário de extrema complexidade, com a questão financeira destacada como fator central para a violação de direitos. Os profissionais entrevistados destacaram que em aproximadamente 90% dos casos de negligência (estimativa da profissional Granada), os idosos também são vítimas de violência financeira, ou essa negligência decorre da exploração econômica. Isso ocorre quando familiares, como filhos e netos, se apropriam indevidamente dos recursos financeiros dos idosos, comprometendo suas necessidades básicas.

Conforme o Estatuto do Idoso (Brasil, 2020), a apropriação indevida de recursos é considerada crime passível de denúncia e sanção legal. Contudo, os profissionais destacaram a ausência de denúncias em muitos casos, seja por medo ou falta de informação sobre os canais de apoio, como Ministério Público, Delegacia do Idoso e Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa.

Granada destacou que “a violência financeira está presente em quase todos os casos”, indicando que a negligência vai além do físico, abrangendo também a má administração dos recursos financeiros. Essa realidade é reforçada por Iolita, que apontou o uso frequente dos benefícios dos idosos para despesas pessoais, como empréstimos e compras supérfluas.

A dependência econômica das famílias em relação aos benefícios recebidos pelos idosos foi outro fator amplamente discutido. Em famílias em situação de vulnerabilidade social, o benefício do idoso é frequentemente usado para sustentar a casa, ao invés de atender suas necessidades. E, por fim, muitos casos só são denunciados quando vizinhos percebem sinais de desnutrição e abandono.

O contexto familiar dos idosos negligenciados é fortemente marcado por dificuldades econômicas, que agravam a má administração dos recursos financeiros e perpetuam o ciclo de negligência.



A violência financeira, identificada como a violação mais frequente, reflete a fragilidade das condições socioeconômicas, nas quais filhos e netos frequentemente utilizam os recursos dos idosos para despesas pessoais. Essa dinâmica também está associada à permanência de muitos idosos no mercado de trabalho para complementar a renda familiar, uma estratégia de sobrevivência diante da precariedade econômica, como abordado por Jusbrasil (n.d.) e Coutrim (2006).

A dependência econômica dos idosos não pode ser analisada isoladamente. Ela reflete as limitações do mercado de trabalho e as representações sociais sobre os idosos, que muitas vezes os colocam como únicos provedores financeiros. A coabitação intergeracional, embora possa representar uma forma de suporte mútuo, frequentemente expõe a vulnerabilidade econômica das famílias e intensifica a negligência.

Por outro lado, Coutrim (2006) também destaca o potencial positivo dessa convivência, com os mais jovens oferecendo apoio físico e emocional aos idosos. No entanto, os profissionais enfatizam que a administração inadequada dos recursos financeiros e o uso indevido para gastos pessoais perpetuam a negligência, afetando tanto a saúde física quanto o bem-estar psicológico dos idosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou abordar a complexa questão da negligência contra a pessoa idosa no Brasil, evidenciando como as dinâmicas sociais e econômicas contemporâneas contribuem para a marginalização e vulnerabilidade dessa população. Ao longo da análise, ficou claro que a negligência não é fruto apenas de ações individuais, mas sim um reflexo de estruturas sociais que priorizam a produtividade e frequentemente relegam os idosos a uma posição de invisibilidade e descaso.

Os relatos dos profissionais entrevistados revelaram a gravidade da situação, destacando que a negligência se manifesta em diversas formas, desde a omissão de cuidados essenciais até a violência financeira, comprometendo não apenas a saúde física, mas também o bem-estar psicológico e emocional dos idosos. As condições de vida adversas, a falta de suporte adequado por parte do Estado e a ausência de políticas públicas eficientes agravam ainda mais essa situação, tornando os idosos alvos de um sistema que não os protege, mas que, ao contrário, tende a descartá-los.



Diante desse cenário alarmante, é fundamental que sejam promovidas ações abrangentes e integradas pelo Estado, visando garantir os direitos dos idosos, conforme estabelecido pelo Estatuto do Idoso e pela Constituição Federal. A implementação de políticas públicas que assegurem o amparo e a dignidade do idoso é não apenas uma responsabilidade ética, mas um imperativo social. Este artigo conclui que, para efetivar transformações significativas na proteção aos idosos, é necessário um movimento coletivo que envolva a sensibilização da sociedade, a formação de cuidadores, e a criação de redes de suporte que valorizem o papel do idoso como parte ativa da comunidade.

Somente por meio de esforços conjuntos será possível resgatar a dignidade dos idosos e assegurar que eles tenham direito a um envelhecimento saudável, seguro e respeitoso. A luta contra a negligência é também uma luta pela afirmação da humanidade e pelos direitos fundamentais de cada indivíduo, independentemente de sua idade. Portanto, a urgência e relevância deste tema exigem a contínua atenção e mobilização de todos os setores da sociedade.

Referências

BRAGA, C. S. da C. et al. O cuidado e envelhecimento nas políticas sociais: conceituação e a responsabilização das famílias. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), 17., 2022, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: ENPESS, 2022.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Glossário: Negligência**. 2015. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/476-glossario/7903-negligencia>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

BRASIL. **Estatuto do Idoso. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. **Violência contra a Pessoa Idosa: vamos falar sobre isso?** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2020.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos**. 1º semestre de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/primeiro-semester-de-2023>. Acesso em: 10 dez. 2023.



BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos**. 2º semestre de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/segundo-semester-de-2023>. Acesso em: 25 mar. 2024.

CUSTÓDIO, L. F. O. O processo de envelhecimento no capitalismo contemporâneo. In: **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória: UFES, 2018.

ESCORSIM, Silvana Maria. O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 142, p. 427-446, set./dez. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Em 2022, expectativa de vida era de 75,5 anos**. Agência de Notícias IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/38455-em-2022-expectativa-de-vida-era-de-75-5-anos>. Acesso em: 23 mai. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra os idosos: relevância para um velho problema. **Cadernos de Saúde Pública**, 19 (3), 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/RqXm785ywkK9dYxTwMvfmXz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 de jan. de 2024.

OLIVEIRA, J. et al. CREAS e Covid-19: desafios e perspectivas da psicologia no Norte de Minas. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 44, 1 jan. 2024.

PEREIRA, Daiane Maria. A atuação do assistente social frente à violência contra o idoso. **Humanidades em Perspectivas**, v. 7, n. 3, 2019.

REIS, Carla; BARBOSA, Larissa e PIMENTEL, Vitor. O desafio do envelhecimento populacional na perspectiva sistêmica da saúde. **BNDES Setorial**, v. 44, p. 87-124, 2016. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/9955>. Acesso em: 05 jan. 2024.

SOUZA, A. O.; MIRABELLI, S. C. S. A violência contra a pessoa idosa como expressão da questão social: breves reflexões. In: **XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. 2022.

JUVENTUDE E MERCADO DE TRABALHO: NOVOS DESAFIOS NA CENA CONTEMPORÂNEA

FRANCIELE DA SILVA PESSOA¹

VALTER MARTINS²

RESUMO: Este artigo analisa o advento do neoliberalismo e sua inserção no Brasil a partir do final do século XX, com ênfase em seus impactos sobre as políticas sociais e o mundo do trabalho. A pesquisa, de abordagem quali-quantitativa, fundamenta-se em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Núcleo em Dinâmica Capitalista e Ação Política (Netrad/UFF). O objetivo é investigar as causas e consequências das novas modalidades de trabalho entre jovens brasileiros, com foco em cooperados de 18 a 28 anos residentes no município de Campos dos Goytacazes (RJ), em sua maioria negros e periféricos. Os resultados indicam que a precarização das relações de trabalho e a persistência das desigualdades sociais configuram elementos estruturantes da realidade vivenciada por esses sujeitos.

Palavras-chaves: Neoliberalismo, juventude, precarização, mercado de trabalho.

ABSTRACT : This article analyzes the advent of neoliberalism and its insertion in Brazil from the end of the 20th century, with an emphasis on its impacts on social policies and the world of work. The research, employing a qualitative-quantitative approach, is based on data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Nucleus in Capitalist Dynamics and Political Action (Netrad/UFF). The objective is to investigate the causes and consequences of new forms of work among young Brazilians, focusing on cooperative members aged 18 to 28 residing in the municipality of Campos dos Goytacazes (RJ), the majority of whom are Black and from marginalized communities. The results indicate that the precariousness of labor relations and the persistence of social inequalities constitute structuring elements of the reality experienced by these individuals.

Keywords: Neoliberalism, Youth, precariousness, labor market.

INTRODUÇÃO

Com o advento do neoliberalismo em meados do século XX e sua consolidação entre as décadas de 1970 e 1980, as desigualdades sociais ressurgiram na cena capitalista, em decorrência do fim do período conhecido como os “30 anos gloriosos”, que ocorreu em estágios distintos em alguns países do norte da Europa.

¹ Mestranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: francielesp@id.uff.br — Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3898269127979011>.

² Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: valtermartins@id.uff.br — Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3154254627267334>.



O período compreendido entre 1945 e 1975, nomeadamente marcado pelo *Welfare State*³, é reconhecido como os 30 anos gloriosos. Nesse intervalo, observou-se um avanço na política econômica e social em diversos países, com o propósito de mitigar as crises enfrentadas no período subsequente à Segunda Guerra Mundial.

O fim do *Welfare State* foi igualmente influenciado por uma crise socioeconômica, na qual o Estado alegou não ter capacidade para mantê-lo. Tal contexto propiciou a emergência do neoliberalismo, que implicou a redução da intervenção estatal e o aprofundamento das desigualdades sociais.

A partir do cenário exposto, o presente estudo objetivo realizar uma breve análise das consequências da implementação do neoliberalismo na sociedade, com ênfase em suas manifestações no contexto brasileiro. Ademais, busca-se também discutir o papel do Estado frente a esse modelo econômico e político. A partir dessa análise, será possível estabelecer um diálogo acerca da maturação do neoliberalismo e da inserção das contrarreformas brasileiras no século XXI, bem como suas repercussões diante do mundo do trabalho. Nesse sentido, o presente estudo propõe-se a contribuir para o debate, trazendo para a discussão o reflexo da precarização do trabalho dos jovens das cooperativas de materiais de reciclagem de Campos dos Goytacazes⁴.

Quanto às abordagens metodológicas, foram utilizadas referências bibliográficas relacionadas ao debate do neoliberalismo, contrarreformas no Brasil e mundo do trabalho, dentre elas, o David Harvey (2008), Ricardo Antunes (2000; 2018; 2020), Elaine Behring (1990), Sousa (2022), entre outros. Ademais, para compreender o acesso dos jovens catadores ao mercado de trabalho, foi adotado um método de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas dos jovens catadores no ano de 2022, feitas pelo Núcleo em Dinâmica Capitalista e Ação Política (Netrad). A pesquisa foi derivada de uma amostra de jovens com idade entre 18 e 28 anos das cooperativas supracitadas.

O artigo está organizado em três seções. A primeira seção discute o fim do *Welfare State* e o advento do neoliberalismo, observando as principais mutações na sociedade capitalista. A segunda

³ O *Welfare State*, conhecido como o período de Bem-Estar Social, ocorreu entre os anos de 1945 a 1975, segundo PEREIRA (2010), foi o período em que “O Estado dos países capitalistas centrais do Ocidente [...], se comprometia a garantir o pleno emprego, a cobertura universal de serviços sociais [...] e o estabelecimento de um mínimo de proteção social a toda população” (Pereira, 2010, p. 2).

⁴ No momento, existem quatro cooperativas de materiais de reciclagem localizada no subdistrito de Guarus – Campos dos Goytacazes: *Reciclar, Renascer, Cata Sol e Nova Esperança*.



seção está destinada à análise da inserção do ideário neoliberal no Brasil e seus impactos para a classe trabalhadora, incluindo as contrarreformas. Por fim, a terceira seção abordará o acesso ao mercado de trabalho dos jovens brasileiros de modo macro, comparando-os com os jovens cooperados, com idades entre 18 e 28 anos, pertencentes às cooperativas de materiais de recicláveis.

CRISE DO WELFARE STATE E A INSERÇÃO DO IDEÁRIO NEOLIBERAL

No final da década de 1970, o modelo do Estado de Bem-Estar Social experimentou um declínio, ocasionado por uma crise político-econômica decorrente do aumento do desemprego e da inflação (Harvey, 2008). Ademais, “as políticas keynesianas já não funcionavam” (Harvey, 2008, p. 22), sendo necessária uma nova política econômica.

Entretanto, a partir de 1973, quando o primeiro choque do petróleo ensejou uma crescente elevação do preço desse produto, decretada pelos países integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), passou-se a dizer que o modelo econômico keynesiano entrara em crise, com base nas seguintes evidências: desaceleração do crescimento econômico, desemprego, estagflação (combinação da inflação com recessão), diminuição dos investimentos e problemas na balança de pagamentos e na acumulação de capital (Pereira, 2010, p. 4).

A partir dessas mudanças, o “neoliberalismo ganha forças nas duas décadas seguintes e busca mudar a natureza do Estado enquanto instituição constitucional-legal” (Bresser-Perreira, 2010, p. 113). Dessa forma, o Estado é subjugado pela lógica neoliberal, intensificando as políticas econômicas e sociais que privilegiam o mercado financeiro.

Com o intuito de complementar o exposto, a ideologia neoliberal promoverá o “corte dos benefícios sociais, degradação aos serviços públicos desaparecimento dos direitos históricos dos trabalhadores” (Montes, 1996, p. 38 *apud* Behring, 2008, p. 58). A lógica capitalista é complementada por um novo modelo de organização do trabalho: *o toyotismo*⁵, que se distância do modelo fordista anterior.

A implementação do novo modelo resultou em uma reestruturação produtiva. Anteriormente, a produção era realizada em larga escala, fundamentada no sistema fordista.

⁵ “No mundo da produção e do trabalho difundiu-se nos anos 1980 o modelo japonês, o Toyotismo, fundado nas possibilidades abertas pela introdução de um novo padrão tecnológico: a revolução microeletrônica. É a chamada produção flexível, que altera o padrão rígido fordista” (Behring, 2008, p. 34).



Atualmente, a produção é orientada para a satisfação da demanda, com o uso de um estoque reduzido, denominado de *just in time*. Outra mudança primordial é que seu propósito passa a ser o aumento da eficiência, ao invés da produção, o que resulta em um modelo de produção flexível, acarretando consequências negativas. Conforme Behring (2008) a tecnologia não foi incorporada com o propósito de reduzir a força de trabalho, mas, sim, de intensificar e explorar ainda mais a força de trabalho, resultando na precarização da classe trabalhadora.

Como o toyotismo é baseado em tecnologias capital-intensivas e poupadoras de mão-de-obra têm sido devastadores, caracterizando um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (Antunes, 1995; Matosso, 1996). Observam-se os fenômenos do aprofundamento do desemprego estrutural, da rápida destruição e reconstrução de habilidades, da perda salarial e do retrocesso da luta sindical (Behring, 2008, p. 35/36).

Vale destacar, que o desemprego estrutural, anteriormente mencionado, é um projeto do capitalismo, no qual “o capital se dirige para rentabilidade, e não para o atendimento de necessidades. Mais necessariamente, o capitalismo prefere não produzir do que produzir sem lucro” (Behring, 2008, p. 39). Em suma, para que ocorra uma produção que reestabeleça as taxas de lucro, é necessário que haja um certo nível de desigualdade social, como, por exemplo, um grande número de trabalhadores desempregados, dispostos a contribuir com o capitalismo, mas com uma remuneração mínima. Dessa forma, o capitalismo concentra uma parcela maior da riqueza social produzida nas mãos das elites financeiras, ao mesmo tempo em que induz uma maior estagnação salarial para a *classe que vive do trabalho*.

Com o aumento da intensidade do trabalho e a redução do número de trabalhadores nas empresas, observa-se uma intensificação da exploração do trabalho (Antunes, 2000), bem como uma forte tendência ao trabalho morto, decorrente da “transferência de capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada [...], por meio dos computadores” (Antunes, 2000, p. 12).

Dentro disso, a insegurança se manifesta em algumas formas: insegurança no *mercado de trabalho*, com a não-prioridade ao pleno emprego como objetivo do governo, a destruição de empregos em plena expansão econômica, sobretudo no setor industrial, e ampliação da desigualdade entre os desempregados em função da redução dos benefícios sociais; *insegurança no emprego*, que implica a redução da estabilidade e subcontratação (formas atípicas ou contingenciais de emprego, diga-se precárias); *insegurança na renda*, por meio da flexibilização dos salários, da diluição da relação entre os salários e produtividade, da queda dos gastos sociais e fiscais das empresas [...], crescimento da pobreza [...]. (Behring, 2008, p 39/40).



Essas expressões não atuam isoladamente, mas se interligam, tendo como foco uma população marginalizada, especialmente composta por uma classe social vulnerável e empobrecida. Tal grupo continua à mercê de um Estado que, ao invés de garantir direitos amplos, limita-se a oferecer políticas assistenciais pontuais e compensatórias de assistência à população mais empobrecida e vulnerabilizada. Harvey (2005, p. 91) indica que o Estado, ao atender aos interesses do capital, e então, deixa de ser inocente, pois “uma vez que reconhece a importância de promover e capturar a dinâmica regional com seu próprio poder, ele procura influenciar essa dinâmica por meios das suas políticas e ações”.

Dessa forma, a formação do Estado burguês impulsiona ao processo de desdemocratização, não ocorrendo somente em democracias emergentes, mas também em democracias eleitorais consolidadas, inviabilizando os projetos de inclusão social, como discutido por Fleury (2018). Nesse sentido, as políticas que anteriormente funcionavam de modo integrativo são substituídas por políticas de inserção, que se caracterizam principalmente pela atuação conjunta da focalização e da seletividade. (Castel, 2009 *apud* Fleury, 2018).

BRASIL SOB A OFENSIVA NEOLIBERAL

No Brasil, o neoliberalismo se manifestou com a posse na Presidência da República de Fernando Collor em 1990, mas se intensificou no governo de Fernando Henrique Cardoso em 1994. Tal intensificação ocasionou uma série de mudanças tanto no mundo do trabalho quanto na estrutura do Estado, que foram negativas para a população brasileira. Dentre tais mudanças, destaca-se a contrarreforma, esclarecida por Behring (2008):

[...] os Estados nacionais restringem-se a: cobrir o custo de algumas infraestruturas (sobre as quais não há interesse de investimento privado), aplicar incentivos fiscais, garantir os escoamentos suficientes e institucionalizar processos de liberalização e desregulamentação, em nome da competitividade. Nesse sentido último, são decisivas as liberalizações, desregulamentações e flexibilidades no âmbito das relações de trabalho - diminuição da parte dos salários, segmentação do mercado de trabalho e diminuição das contribuições sociais para a seguridade; e do fluxo de capitais, na forma de IED e de investimentos financeiros em portfólio (Behring, 2008, p. 59).

Nogueira (2005, p. 40) compreende que houve um recuo significativo do Estado brasileiro frente à economia mundial e ao mercado, sendo que os pontos positivos foram determinados em “função de critérios fiscais e quantitativos”, enquanto os “critérios sócio-políticos” foram duramente



enfraquecidos. Em suma, diante da forte associação do Estado com a ofensiva burguesa, “o sistema político evoluiu como uma democracia sem sociedade e sem Estado” (Nogueira, 2005, p. 39).

A realidade brasileira está passando por um cenário de transformação, no qual as garantias conquistadas em 1988 começam, significativamente, a se enfraquecer. No final do século XX, a flexibilização, a terceirização e a precarização do trabalho emergiram como tendências marcantes, impelindo a classe trabalhadora a buscar alternativas para sua subsistência, seja por meio do emprego informal ou do empreendedorismo. Esse processo constitui as *metamorfoses*⁶ do mundo do trabalho. (Antunes, 2000).

Os processos em questão, implementados no contexto capitalismo globalizado, financeirizado e neoliberal no Brasil no início do século XXI, acarretaram consequências, dentre as quais se destacam: *a diminuição do trabalho industrial e o fortalecimento dos setores de serviços, caracterizados por uma intensa exploração e proletarização*. Em termos numéricos, o Antunes (2018, p. 135, *apud* Pochmann, 2012, p.16) demonstra que, no período de 1980 e 2008, “o setor de serviços ‘cresceu o seu peso relativo em 30,6% [...], enquanto os setores primários e secundário perderam 44,9% e 27,7%, respectivamente, de suas participações em relação ao PIB”.

A ausência de regulação da movimentação internacional do capital financeiro e o poder concentrado das grandes corporações transnacionais reduziram o poder de taxação e controle dos Estados, transformados em grandes devedores, o que limita a legitimidade dos governos, incapazes de responder às demandas cidadãos e garantir os direitos de proteção social (Fleury, 2018, p. 109).

Com a chegada do governo Lula em 2003, medidas foram implementadas que beneficiaram o capital financeiro, o agronegócio e os setores de negócios em serviços. Em paralelo, foi implementada uma política de valorização do salário mínimo, com o objetivo de elevá-lo acima do índice da inflação e, assim, fortalecer o poder de compra da classe trabalhadora. (Antunes, 2018).

O crescimento do emprego nos anos do governo do presidente Lula da Silva foi expressivo, com a criação de 22 milhões de novos empregos, 90% deles empregos formais. Mas foram empregos de baixa qualificação, principalmente no setor de serviços, onde 95% dos empregados percebia até dois salários mínimos (Pochmann, 2014 *apud* Lobato, 2016, p. 92).

⁶ As “metamorfoses do mundo do trabalho” são discutidas por Antunes (2000), que dialoga com as mudanças estridentes no mundo do trabalho a partir da inserção do neoliberalismo no final do século XX e a inserção do novo modo de produção: *Toyotismo*, caracterizado pela flexibilização, terceirização e desregulamentação da força do trabalho.



Antunes (2018, p. 139), crítica o governo, afirmando que, mesmo com o aumento do número de trabalhadores empregados nos governos do PT (2003-2016), esses empregos “não foram capazes, no entanto, de eliminar as condições de vulnerabilidade presentes no nível da informalidade, terceirização e precarização da força de trabalho no Brasil recente”.

E, tal como se observou em outras nações em desenvolvimento, a extrema-direita, com seu robusto ideário neoliberal, desencadeou uma séria de ataques ao governo de esquerda por meio do golpe de 2016⁷. É importante ressaltar que houve retrocessos em relação ao governo anterior, como, por exemplo, a construção e a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 no governo Temer.

A proposta principal da Emenda Constitucional 95/2016 foi o congelamento de gastos públicos por 20 anos, afetando áreas essenciais como a saúde, a educação e a assistência social. Ademais, no período subsequente, observou-se a implementação da Reforma Trabalhista em 2017 e da Reforma da Previdência em 2019, durante o governo de Jair Bolsonaro. Tais medidas, conhecidas como “contrarreformas”, resultaram em significativas transformações na estrutura socioeconômica da população brasileira.

Essas transformações afetaram majoritariamente a *classe que vive do trabalho*, que sofreu com o sucateamento dos serviços públicos, o aumento da desigualdade social, a intensificação e a instabilidade no emprego formal. Tais fatores interferem significativamente no cotidiano dos adolescentes e jovens brasileiros. (Antunes, 2020).

JUVENTUDE NA ERA NEOLIBERAL: O CASO DOS JOVENS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

De acordo com os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) referentes ao ano de 2023, a população jovem do Brasil, na faixa etária de 15 a 29 anos, era de aproximadamente 48,5 milhões de indivíduos, representando cerca de 22,7% do total da população do país. Um número significativo de jovens, especialmente os residentes em áreas periféricas, encontra-se inserido de maneira precária e intermitente no mercado de trabalho. Esse

⁷ O Golpe de 2016, ocorrido por meio do impeachment da presidente Dilma Rousseff, foi impulsionado por uma forte pressão política da oposição em um contexto de recessão econômica. O principal objetivo desse movimento era a implementação de políticas ultraliberais, resultando no retrocesso dos direitos sociais conquistados no governo anterior.



cenário é marcado por diversas formas de discriminação, como racismo, machismo, homofobia e outros preconceitos.

Em países periféricos, é importante destacar que a juventude frequentemente se dedica a atividades laborais mais intensas e que demandam maior esforço físico. Tal cenário decorre não apenas da precarização do trabalho, mas também da capacidade física inerente a essa faixa etária. Diante das transformações observadas no cenário laboral contemporâneo, os jovens tendem a se inserir em ocupações caracterizadas por maior flexibilidade, como as modalidades de serviços e tarefas. (Sousa, 2022).

Antunes (2018), afirma que estamos vivenciando o crescimento de um novo proletariado de serviços, independentemente de se suas atividades serem mais intelectualizadas ou manuais. A tecnologia e a globalização desencadearam novas formas de obtenção de renda por meio de plataformas digitais, um processo denominado *uberização*⁸. Esse efeito foi intensificado principalmente após a pandemia da Covid-19, conforme mencionado no Relatório Executivo da Organização Internacional do Trabalho (2024):

Como observado em todos os anos após o impacto da pandemia da COVID-19, a recuperação de postos de trabalho em 2024 continuou a ser impulsionada pelo crescimento do emprego informal em vários países da região, o que representa uma preocupação com a qualidade do emprego. Com exceção da Argentina, do Brasil e do México, em todos os outros países, as ocupações informais foram responsáveis por 48% a 70% do crescimento líquido de empregos no último ano, refletindo a falta de progresso na formalização. (Organização Internacional do Trabalho, 2024, p. 5).

No que se refere ao Brasil, em 2024, a informalidade alcançou 45% dos jovens economicamente ativos em 2024. No que tange aos serviços realizados com motocicletas, também conhecidos como “motoboy”, a taxa de informalidade atingiu a média de 82%. As causas da questão em pauta são variáveis, incluindo a baixa escolaridade, a escassa ou nenhuma experiência profissional. Em especial, quando os indivíduos provêm de famílias de baixa renda, são compelidos a complementar a renda familiar, “especialmente pelo desemprego que acomete outros membros da família” (Sousa, 2022, p. 41).

A precarização do mercado de trabalho não se configura como um fenômeno isolado ou exclusivamente vinculado ao desenvolvimento econômico nacional. Compreende-se, portanto, um

⁸ Conceito debatido por Antunes (2018), que as novas modalidades de trabalho propiciados por aplicativos e plataformas digitais que conecta prestadores de serviços independentes com clientes sob demandas.



conjunto de variáveis intrínsecas que se relacionam de forma indissociável às dinâmicas do sistema capitalista. Nesse contexto, torna-se imprescindível analisar a vulnerabilidade dos indivíduos enquanto cidadãos, conforme o exemplo indicado pela Subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho: “São jovens que trabalham sete dias por semana, sem descanso remunerado e direitos sociais” (Brasil, 2024).

Para uma melhor compreensão da juventude e de sua diversidade, Bourdieu (2003, p.154) diferencia as juventudes em duas categorias extremas: “o estudante burguês e, no outro extremo, o jovem operário que não chega sequer na adolescência, encontramos hoje toda espécie de figuras intermediárias”.

Conforme a análise de Bourdieu, o polo dos jovens operários, atualmente representado por indivíduos periféricos e em situação de pobreza, tem sido significativamente afetado pelo desemprego, subemprego⁹ e precarização na era neoliberal (Antunes, 2018). Em uma análise paradoxal, essa conjuntura mostra-se favorável ao sistema capitalista, em virtude da elevada disponibilidade de trabalhadores, configurando o que poderia ser denominado um “privilégio da servidão”, embora poucos efetivamente alcancem uma ocupação estável e com direitos assegurados.

Com a implementação do setor sucroalcooleiro no município de Campos dos Goytacazes, um dos mais relevantes municípios da Região Norte Fluminense, a localidade experimentou um período de “crise” no referido setor, resultando no aumento do desemprego e precarização dos trabalhadores a partir da década de 1990 (Almeida, 2018).

Apesar da descoberta da Bacia Petrolífera de Campos e da consolidação do setor de petróleo e gás, que geraram novos campos de trabalho, não foi possível promover a integração social dos “deserdados da cana” (Cruz, 1992). Além disso, tais investimentos de grande monta contribuíram para o aumento dos conflitos no campo e no município de Campos dos Goytacazes, bem como nos municípios pertencentes à Bacia de Campos, como Macaé e São João da Barra, afetando a vida dos trabalhadores mais vulneráveis.

O encerramento das atividades do lixão em 2012 impactou mais de 400 famílias que dependiam exclusivamente dessa atividade, os catadores se mobilizaram em torno desse conflito e

⁹ Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), é a condição em que o trabalhador está ocupado, mas em uma atividade que não utiliza plenamente sua capacidade de trabalho — seja em termos de tempo, remuneração, qualificação ou estabilidade.



buscam o reconhecimento de seu direito ao trabalho, especialmente por meio de uma política pública que os integre social e economicamente, conforme orienta a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Almeida, 2018, p. 16).

Em Campos, entre os anos de 2015 e 2017, foram implementadas quatro cooperativas (Almeida, 2020, p. 101). Ao longo da trajetória das quatro cooperativas, diversas problemáticas foram enfrentadas, dentre as quais é possível citar a diminuição do volume reduzido de recicláveis recebidos, a variação de preços dos recicláveis em um cenário de crise econômica, o alto custo com as manutenções dos equipamentos, a ausência de uniformes e Equipamentos de Proteção Individuais (EPI), a ausência de rendimento fixo, entre outras. Com a redução da coleta seletiva, os rendimentos diminuíram, resultando em pressão sobre a evasão dos cooperados nas cooperativas, sobretudo daqueles que trabalhavam com os resíduos da coleta seletiva. A partir de 2018, as quatro cooperativas juntas possuíam 80 catadores na condição de cooperados; no final de 2021, esse número havia diminuído para 60 (Netrad, 2022). No ano de 2022, o número de cooperados era de apenas 59.

Com base na pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Estudos do Trabalho e Desenvolvimento Social no ano de 2022, foi possível compreender a vivência pelos jovens cooperados. A amostra do estudo foi composta por 21 participantes com idades entre 18 e 28 anos, representando 48% do total de cooperados entrevistados. Constata-se que esses jovens, em sua maioria, interromperam sua trajetória escolar e renunciaram a momentos de lazer e tempo livre, a fim de ingressarem no mercado de trabalho para prover o próprio sustento e o de suas famílias. O principal fator que impulsionou a população economicamente ativa a se inserir no mercado de trabalho por meio de cooperativas foi o cenário de desemprego e a oportunidade singular encontrada para obter ocupação.

A partir dessa análise, foi possível identificar um padrão significativo de interligação entre raça e classe social. Em particular, 71% dos jovens participantes da pesquisa autodeclararam-se pretos, 24% pardos e apenas 5% brancos. Adicionalmente, verifica-se que a totalidade dos entrevistados não recebia sequer um salário mínimo mensal no ano de 2022. Destaca-se, portanto, que a intersecção entre raça e classe evidencia a estigmatização de grupos sociais em função de sua etnia, território e condição socioeconômica. (Netrad, 2022).

Condições sociais e culturais, como normas e práticas estigmatizadoras, segregadoras ou diretamente discriminatórias, compartilhadas socialmente ou incorporadas em instituições públicas, podem impedir o acesso de certos grupos sociais a recursos disponíveis ou dar acesso apenas a recursos de baixa qualidade, ou ainda minorar a fruição potencial destes –



sejam estes grupos definidos, por exemplo, em termos de classe, cor, etnia, sexo, idade, residência ou recebimento de benefícios públicos. Podem debilitar a vontade, as expectativas, a motivação e a agência, reforçar e perpetuar crenças arruinadoras de identidades ou promotoras de resignação e desalento. (Kerstenetzky, 2012, p.31).

Conforme anteriormente mencionado, um dos fatores preponderantes para o aumento da participação de jovens nas cooperativas nos últimos anos (48%) reside no crescimento da taxa de desemprego juvenil no Brasil. Após a crise econômica de 2008, foi observado um aumento de 14,1% na taxa entre 2008 e 2020 (IBGE, 2020). Ademais, é importante destacar que 27% desses jovens se encontram na faixa etária de 18 a 24 anos, o que implica que muitos ainda não possuíam experiência profissional formal, iniciando sua inserção em trabalhos informais e precarizados.

Em concomitância, no quarto trimestre de 2024, a taxa de informalidade dentre a população jovem negra (41,9%) e parda (43,5%) no Brasil, que à época constituíam a maioria, superava a média, que era de 32,6%, entre os jovens brancos (IBGE, 2025). Ao se analisar a taxa de desemprego no mesmo período, observam-se diferenças persistentes, indicando fortemente a existência de desigualdades raciais. Nesse contexto, as taxas de desemprego entre jovens pretos (7,5%) e pardos (7,0%) são significativamente superiores às dos brancos (4,9%).

Os jovens negros experimentam uma dupla desigualdade no mercado de trabalho. Eles enfrentam não só maior dificuldade para obter acesso ao emprego, mas também postos de trabalho de qualidade inferior. Destarte, é imperioso salientar que tais desigualdades não se restringem ao âmbito econômico, estendendo-se também ao social e estrutural, permeando a luta pela garantia de direito, tais como moradia, alimentação, transporte e educação de qualidade na vida dos jovens das cooperativas (Netrad, 2022).

A dubiedade da sociedade brasileira que, ao mesmo tempo, nega a existência e a realidade das favelas e a destituição dos direitos de seus moradores, relegando-os a uma condição de ilegalidade permanente, enquanto se beneficia dessa mão de obra barata que está disponível na vizinhança, é tanto uma condição de exploração de classe quanto de enraizamento em base a diferenças raciais e culturais que normalizam a exclusão. (Fleury, 2018, p. 120)

Ao investigar os dados concernentes à inserção profissional entre os jovens e os adultos na América Latina, é possível verificar disparidades entre os dois grupos. Segundo o Relatório Executivo da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2024), os jovens enfrentam desafios significativamente maiores do que os adultos para se inserir e permanecer no mercado de trabalho. A “taxa de desocupação dos jovens [...] é quase três vezes maior do que a dos adultos. A falta de



emprego estável e remunerado, aliada à alta informalidade e aos baixos salários, também limitam as oportunidades de mobilidade social” (OIT, 2024).

A atividade laboral dos jovens cooperados é só um reflexo das recentes transformações no âmbito do trabalho, que se caracteriza por condições precárias, baixos salários e a necessidade de buscar alternativas para a própria sobrevivência, na luta pelo direito de ter direitos, o privilégio de servir ao capitalismo. Segundo Yazbek (2009, p. 110), “ainda assim, apesar de desqualificado, monótono, repetitivo e sem criatividade, o trabalho configura-se como uma forma de ser, uma forma de inserção digna na vida social, um caminho para ‘ganhar vida’, uma identidade social.

Diante do exposto, é possível constatar que há desafios significativos em relação à inserção dos jovens no mercado de trabalho formal. Isso evidencia a necessidade premente de que o público em questão seja inserido em empregos formais, garantindo, assim, os seus direitos. A elevada taxa de desemprego juvenil e a prevalência da informalidade laboral demandam atenção imediata e a implementação de estratégias eficazes. Nesse sentido, torna-se imperativa a formulação e execução de políticas públicas nas áreas de Educação, Trabalho e Renda, e Assistência Social, com o intuito de atender integralmente às demandas dessa parcela da população, a despeito dos consideráveis obstáculos impostos pela crise cíclica do capital.

CONCLUSÃO

A crise do Estado de Bem-Estar Social, caracterizada pelo esgotamento do modelo keynesiano, resultou na ascensão do ideário neoliberal, que redefiniu o papel do Estado, priorizando os interesses do capital financeiro em detrimento da garantia de direitos sociais. No Brasil, o processo em questão se consolida com a ofensiva neoliberal no início das décadas de 1990 em diante, promovendo contrarreformas que aprofundam a precarização do trabalho e a fragmentação das políticas públicas universais.

No contexto brasileiro, os impactos dessa lógica neoliberal são mais acentuados entre os jovens, especialmente os provenientes de camadas sociais mais vulneráveis. O avanço da informalidade, da terceirização e da uberização do trabalho — muitas vezes dissimulados sob a retórica da autonomia e do empreendedorismo — expõe a juventude a condições laborais precárias,



jornadas exaustivas, ausência de direitos e insegurança econômica e social. A referida realidade é exacerbada por marcadores como raça, classe, gênero e território, que estruturam de maneira desigual o acesso a oportunidades e a proteção social.

O caso dos jovens catadores de materiais recicláveis, por exemplo, ilustra com contundência como as novas formas de inserção laboral se constituem em mecanismos de reprodução da desigualdade estrutural. A juventude brasileira, majoritariamente composta por indivíduos negros e residentes em áreas periféricas, experimentam os efeitos diretos de um Estado que se submete aos imperativos do capital, implementando políticas focalizadas, seletivas e compensatórias, em vez de uma proteção social universal e estruturante.

A persistente alta taxa de desemprego juvenil e a crescente informalidade, impulsionadas pela lógica do capitalismo financeirizado e pela uberização, conforme evidenciado pelos dados recentes da OIT, demonstram a urgência de políticas públicas que visem a inserção formal e protegida dos jovens no mundo do trabalho. A garantia de direitos, o acesso à educação de qualidade, a formação profissional e a implementação de políticas de trabalho e renda são cruciais para mitigar os efeitos da crise cíclica do capital e promover uma maior equidade social, assegurando um futuro mais digno e promissor para a juventude brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Érica T. V. de. Conflito e resistência na periferia da cidade - a experiência coletiva dos catadores de recicláveis do lixão de Campos dos Goytacazes/RJ, 2010 -2019. In: LAGO, Luciana Corrêa do; MELLO, Irene Mello, PETRUS, Fernanda (Org.). **Da cooperação na cidade à cidade cooperativa**. 1. ed. Marília/SP: Editora Lutas anticapital, 2020.

_____. Conflitos e lutas sociais na Região de Campos dos Goytacazes no século XXI - considerações preliminares. In: **XVII Seminário de Integração da UCAM/ Campos**, 2018, Campos dos Goytacazes. Norte Fluminense: da crise à retomada econômica? Campos dos Goytacazes: UCAM, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

_____. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020. 50 p.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-reforma**: desestruturação e perda de direitos. São Paulo: Cortez,



2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Pesquisa aponta crescimento no emprego para a juventude, mas jovens mulheres e negros seguem com dificuldades de inserção.** Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Maio/pesquisa-aponta-crescimento-no-emprego-para-a-juventude-mas-jovens-mulheres-e-negros-seguem-com-dificuldades-de-insercao>. Acesso em: 25 abr. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Democracia, Estado Social e Reforma Gerencial**. RAE 50 (1), 2010.

CRUZ, J. L.V. da. Mercado de Trabalho e exclusão em Campos/RJ. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 159-178, set./dez. 1992.

FLEURY S. Capitalismo, democracia, cidadania - contradições e insurgências. **Saúde debate** [online]. 2018, vol.42, n.3, pp.108-124. (online)

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008. 256 p.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005. 201 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Medidas de subutilização da força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. (Nota técnica, n. 2). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202404_trimestre_novos_indicadores.pdf Acesso em: 12 abril 2025.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais - 2024**: Uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE, Brasil, 4 dez. 2024. Disponível em: https://nada.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/00519957d12982f96a3101bff0234ffe.pdf?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 16 jan. 2025.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população. [S. l.]: Estatísticas Sociais, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-deimprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao>. Acesso em: 13 set. 2022.

KERSTENETZKY, C.A.L. *O Estado do Bem-Estar Social na idade da razão*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Capítulo 9

LOBATO, L.V.C. Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. spe, p. 87-97, Dec. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042016000500087&lng=en&nrm=iso

NÚCLEO DE PESQUISA EM DINÂMICA CAPITALISTA E AÇÃO COLETIVA - NETRAD. **Acervo de dados qualitativos e quantitativos do NETRAD**. Campos dos Goytacazes/RJ: UFF Campos, 2022.



_____. **Acervo de dados qualitativos e quantitativos do NETRAD.** Campos dos Goytacazes/RJ: UFF Campos, 2020.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil.** São Paulo: Cortez, 2005.

OIT. **Panorama laboral 2024 América Latina e Caribe.** San Isidro: 2024. Disponível em: [Panorama Laboral 2024 da América Latina e Caribe | International Labour Organization](#) Acesso em: 12 abril 2025.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Política social do segundo pós-guerra: ascensão e declínio. **Serviço Social e Saúde**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 11-19, 7 maio 2010. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/sss.v9i2.8634888>.

SOUSA, E. J. S. **Juventude, trabalho e o subdesenvolvimento.** 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 7º Ed.; 2009.

O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SUAS MUDANÇAS ESTRUTURAIS: DA PRODUÇÃO EM MASSA À FLEXIBILIDADE

Eixo 6: Capitalismo contemporâneo, desenvolvimento econômico e pobreza

KAMILLA ROCHA FERREIRA¹

RESUMO: Impulsionado pela globalização, pelo avanço tecnológico e pela reestruturação produtiva, o mundo do trabalho passou por transformações profundas que flexibilizaram as relações laborais e reconfiguraram a relação entre capital e trabalho. Este estudo, de abordagem qualitativa e bibliográfica, analisa como o capitalismo contemporâneo se reorganiza diante das novas demandas econômicas e sociais, enfatizando mudanças estruturais na produção e na organização do trabalho. Com base em Braverman (1987) e Antunes (2018), discutimos a transição dos modelos produtivos do final do século XIX à atualidade. Além disso, recorremos à análise de Boltanski e Chiapello (2009) sobre o “novo espírito do capitalismo”, que evidencia a capacidade do sistema de incorporar críticas e renovar-se para manter sua hegemonia. Observamos que, embora as formas de organização do trabalho tenham se transformado, persistem mecanismos de controle e apropriação. O trabalhador, antes submetido ao controle estrito dos tempos e movimentos, hoje é instado à criatividade e autonomia, mas sem pleno domínio sobre seu trabalho. Assim, o capitalismo segue se adaptando e reforçando sua lógica de acumulação e exploração, apresentando novas roupagens — como flexibilidade, empreendedorismo e trabalho em redes — que legitimam sua continuidade e fortalecimento.

Palavras-chave: Capitalismo, organização do trabalho, Modelos produtivos.

ABSTRACT: Driven by globalization, technological advances, and productive restructuring, the world of work has undergone profound changes that have flexibilized labor relations and reconfigured the relationship between capital and labor. This qualitative, bibliographic study analyzes how contemporary capitalism reorganizes itself in response to new economic and social demands, emphasizing structural changes in production and in the organization of work. Drawing on Braverman (1987) and Antunes (2018), we discuss the transition of productive models from the late nineteenth century to the present. We also incorporate the analysis of Boltanski and Chiapello (2009) on the “new spirit of capitalism,” which highlights the system’s ability to absorb criticism and renew itself in order to maintain its hegemony. Our findings indicate that, although the forms of work organization have changed, mechanisms of control and appropriation persist. The worker, once subjected to strict control of time and movement, is now encouraged to be creative and autonomous, though without full control over their labor. Thus, capitalism continues to adapt and reinforce its logic of accumulation and exploitation, presenting new forms—such as flexibility, entrepreneurship, and network-based work—that legitimize its continuity and consolidation.

Keywords: Capitalism, work organization, production models.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: kamillaferreira2@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6688334058784730>.



INTRODUÇÃO

O capitalismo, ao longo de sua trajetória, passou por diversas transformações que impactaram diretamente as formas de produção e organização do trabalho. Se, no final do século XIX o modelo industrial predominava com sua rígida divisão de tarefas e produção em massa, as últimas décadas do século XX marcaram o advento de um novo paradigma. Impulsionado pela globalização, pelo avanço tecnológico e pela reestruturação produtiva, o mundo do trabalho passou por profundas mudanças, resultando na flexibilização das relações laborais. Dessa forma, a transição da produção em massa para um modelo mais flexível revela não apenas uma mudança técnica na organização do trabalho, mas também uma reestruturação das relações entre capital e trabalho.

À luz da teoria de Braverman (1987) e Antunes (2018) acerca dos modelos de produção capitalista, apresentamos uma transição de modelos produtivos, que caracterizaram as formas de organização do trabalho no período que se estendeu do final do século XIX até a contemporaneidade.

Iniciamos a discussão destacando as bases sob as quais se consolidou o taylorismo-fordismo, um modelo de organização do trabalho baseado na racionalização da produção e na divisão de tarefas, através de métodos que objetivavam o aumento da eficiência e produtividade industrial. Concluindo nosso debate, apresentamos um novo arranjo e domínio do trabalho marcado pela flexibilização dos processos laborais, predominante na atualidade.

Além desse aporte teórico, a fim de elucidar as transformações pelas quais a organização da produção passou ao longo desses anos, discutiremos a teoria desenvolvida por Boltanski e Chiapiello (2009) sobre o que eles denominam “novo espírito do capitalismo”. Representando uma análise das transformações nas dinâmicas do capitalismo e como ele se adapta para absorver críticas e reconfigurar-se em novas formas, os autores buscam entender como o capitalismo responde aos desafios e se renova para manter sua hegemonia e suas implicações para a organização dos modelos de produção. A partir dessas premissas, discutimos de que maneira as configurações que o capitalismo assume na contemporaneidade, impactam as novas formas de organização do trabalho.

DA PRODUÇÃO EM MASSA À FLEXIBILIDADE



A transição do modelo taylorista-fordista, que teve início no final do século XIX e se estendeu por todo século XX, para o modelo flexível, marca uma das mudanças mais significativas no capitalismo contemporâneo.

Desenvolvido por Frederick W. Taylor no final do século XIX, o taylorismo foi uma metodologia de organização do trabalho centrada na divisão de tarefas e na eficiência máxima. “O Taylorismo difundiu-se não só como um modo de organização de produção, mas como um sistema com legitimidade social e científica que perpassou toda sociedade” (Zilbovícius, 1997, p. 8).

Entre suas premissas estavam a fragmentação do trabalho em tarefas simples e repetitivas, o foco no controle e monitoramento da produtividade dos trabalhadores e incentivos financeiros baseados no desempenho. Segundo esse modelo de produção, o trabalhador era concebido enquanto uma "extensão da máquina", sem autonomia, seguindo estritamente os processos planejados pela fábrica. Conforme afirma Neto (1986, p. 32):

[...] em vez de se retirar a ferramenta das mãos do trabalhador e colocá-la em um mecanismo, ocorre o contrário; mantém-se a ferramenta nas mãos do trabalhador e vai-se, isto sim, dizer a ele como deve utilizar essa ferramenta; ou seja, ao mesmo tempo que se mantém o trabalho vivo como a base do processo de trabalho, retira-se toda e qualquer autonomia do trabalhador que está utilizando a ferramenta. Essa é a ideia do taylorismo; é o controle de todos os passos do trabalho vivo, controle de todos os tempos e movimentos do trabalhador. Em poucas palavras a transformação do homem em máquina, e não utilização da máquina. Liberta-se o capital da habilidade dos trabalhadores, só que, em vez de se libertar introduzindo a máquina, busca-se objetivar o fator subjetivo, o trabalho vivo.

Assim, Neto (1986) evidencia um importante paradoxo do taylorismo: ao mesmo tempo que busca aumentar a produtividade, retira do trabalhador qualquer possibilidade de utilizar sua experiência e criatividade no trabalho. Dessa forma, em vez de simplesmente substituir o trabalhador pela máquina, o taylorismo transformou o próprio trabalhador em uma espécie de "máquina humana", submetida a um controle total, argumentando que o taylorismo não apenas fragmentou o trabalho, mas também reduziu o trabalhador a um agente passivo dentro da produção, intensificando sua alienação e garantindo que o capital tivesse total controle sobre o processo produtivo.

Para Neto (1986) a perspectiva e o método das ciências exatas foram fundamentais para o desenvolvimento do Taylorismo, aplicando princípios científicos à gestão do trabalho industrial, com o objetivo de aumentar a produtividade e a eficiência. O taylorismo, ao se basear nas ciências exatas, aplicou um método rigoroso e quantitativo à organização da produção do trabalho.



Henry Ford, no início do século XX, aplicou alguns conceitos do taylorismo à produção industrial, com a introdução de uma linha de montagem, criando assim o modelo Fordista de produção. O fordismo, caracterizado pela produção em massa de bens padronizados, fundamentava-se em pilares como a alta produtividade, baseada na linha de montagem, na divisão do trabalho e no consumo em massa, que por sua vez dependia de salários relativamente altos para sustentar o mercado interno e uma relação rígida entre capital e trabalho, com uma jornada de trabalho longa, mas relativamente estável. Segundo Boltanski e Chiapello, 2009, p. 86, “O fordismo baseava-se em um compromisso entre o capital e o trabalho, garantindo aos trabalhadores certa segurança em troca da aceitação de uma organização rigidamente hierárquica e parcelada do trabalho”. Contudo, essa rigidez das linhas de produção dificultava a adaptação a mudanças no mercado.

Analisando as transformações no mundo do trabalho sob o capitalismo industrial, Braverman (1987) desenvolve uma crítica aos impactos oriundos desse modelo de produção. Ele argumenta que o taylorismo – fordismo, ao dividir o trabalho em tarefas extremamente especializadas e simplificadas, retira o controle do processo produtivo das mãos dos trabalhadores, tornando-os meros executores de ordens. “Não é a melhor maneira de trabalhar em geral, que Taylor buscava[...], mas uma resposta ao problema específico de como controlar melhor o trabalho alienado – isto é, a força de trabalho comprada e vendida”. (Braverman, 1987, p. 85-86). Assim, ele deixa claro que o taylorismo-fordismo não objetivava apenas aumentar a eficiência produtiva, mas era também uma estratégia de controle do trabalho dentro do sistema capitalista.

Braverman (1987) ainda ressalta que o desenvolvimento do capitalismo levou à contínua desqualificação do trabalho, um processo intensificado pelo taylorismo-fordismo. Isso porque o capitalismo monopolista reconfigurou o trabalho, reduzindo a autonomia e o conhecimento dos trabalhadores para aumentar o controle e a produtividade. Como consequência, houve uma ampla fragmentação das tarefas e a separação entre concepção e execução.

Segundo o autor em questão, com a expansão do capitalismo monopolista, o “conhecimento tácito” dos trabalhadores era cada vez mais eliminado, fragmentando as tarefas e padronizando os métodos de produção. Nesse modelo de produção,

O administrador assume o cargo de reunir todo o conhecimento tradicional que no passado foi possuído pelos trabalhadores, e ainda de classificar tabular e reduzir esse conhecimento a regras, leis e fórmulas[...] o processo de trabalho deve ser independente do ofício, da tradição

e do conhecimento dos trabalhadores. Daí em diante deve depender [...] inteiramente das políticas gerenciais (Braverman, 1987, p. 103).

Isso permitia um maior controle gerencial, reduzindo a autonomia dos trabalhadores e tornando-os mais dependentes das instruções da administração, transformando-o em um mero executor de ordens e reduzindo sua criatividade e participação ativa no processo produtivo. Todo esse processo acabou por intensificar a alienação do trabalhador, que perdeu ainda mais a autonomia e o conhecimento sobre sua própria atividade, gerando, por conseguinte a degradação do trabalho.

Um dos princípios centrais do taylorismo - fordismo foi aumentar a eficiência produtiva por meio da separação entre concepção e execução do trabalho. Assim, todo o pensamento e planejamento deveriam ser retirados da fábrica e concentrados em um departamento separado, onde especialistas (engenheiros, gerentes e administradores) definiriam como o trabalho deveria ser realizado. Dessa forma, os trabalhadores na linha de produção não precisariam pensar, apenas seguir instruções detalhadas. Em resumo, os trabalhadores não tinham controle sobre como se dava a realização do seu trabalho, sendo todas as decisões sobre métodos, tempos e movimentos feitas por um departamento especializado.

Braverman (1987) deixa claro que o taylorismo - fordismo não foi apenas um método de eficiência, mas uma ferramenta de controle do trabalho dentro do capitalismo. O objetivo da administração científica nunca foi apenas melhorar a produtividade, mas sim garantir que os trabalhadores perdessem o controle sobre o processo produtivo, tornando-se mais fáceis de gerenciar e substituir.

Como esse modelo era caracterizado principalmente padronização e divisão rígida do trabalho, predominantemente industrial que seguindo a lógica da eficiência e eficácia, focava em tarefas repetitivas e um rígido controle da produção, as crises econômicas iniciadas sobretudo na década de 1970, revelaram as fragilidades, como por exemplo, as visíveis mudanças no mercado com a demanda por maior diversidade de produtos e a necessidade de adaptação a ciclos econômicos mais curtos e instáveis. Além disso a integração dos mercados globais colocou pressão para reduzir custos e aumentar a eficiência com o aumento da globalização e por consequência da competitividade.

Sobre essas transformações, Antunes (2018) destaca que nos últimos anos experienciamos um acentuado processo de flexibilização do trabalho, sobretudo com a decadência do modelo



taylorista-fordista de produção, após a reestruturação do capital a partir da década de 1970. A partir de então, emerge, um novo arranjo e domínio do trabalho. O objetivo é fazer com que os trabalhadores se sintam parte do processo produtivo, agora mais intensificado através do aumento da produtividade, sendo denominados como “colaboradores” de todo esse processo. Como consequência desse processo,

[...] há um aumento do trabalho informal, e com este a perda dos direitos sociais, o enfraquecimento da união da classe trabalhadora, ampliação da terceirização, e em decorrência de tudo isso o surgimento do trabalho precarizado. “Desse modo, a alienação ou, mais precisamente, o estranhamento (*Entfremdung*) do trabalho se encontra, em sua essência, preservado, ainda que dotado de novas engrenagens e mecanismos de funcionamento” (Antunes, 2018, p. 120).

O modelo em questão, baseado em empregos estáveis e sindicalização forte, começou a ser substituído por relações de trabalho mais flexíveis, como terceirização e informalidade, gerando uma onda de desemprego estrutural, aliado à mecanização e à crescente crise econômica que se instaurava, reduzindo a oferta de empregos na indústria.

A crise desse modelo de produção teve impactos significativos na economia capitalista global, e o Brasil não ficou imune a essas transformações. No contexto brasileiro, essas mudanças ocorreram em meio a desafios estruturais internos e à transição de um modelo de crescimento industrial para um modelo mais globalizado.

Com o surgimento das economias ditas globalizadas, especialmente a partir da década de 1970, emerge um modelo de produção caracterizado pela redução de estoques e pela descentralização das decisões, fortemente marcado por processos de flexibilização. Essa transição foi acompanhada por uma reestruturação econômica, em que o setor de serviços ganhou protagonismo, enquanto o setor industrial perdeu força, especialmente nos países ocidentais.

A produção, antes centralizada em grandes fábricas, foi dividida em várias etapas distribuídas globalmente e modelos como o *just-in-time* reduziram estoques e custos, mas em contrapartida aumentaram a dependência de cadeias globais integradas. A partir de então, as empresas começaram a buscar maior flexibilidade para competir internacionalmente. Somado a esses fatores, conforme destacam Boltanski e Chiapello (2009) surgiram apreciações de cunho social, como os movimentos sociais que trouxeram à tona críticas à alienação e à falta de criatividade



do modelo taylorista-fordista, sendo a garantia por autonomia e realização no trabalho demandadas centrais.

A crise do fordismo marcou uma transição difícil para a economia capitalista brasileira, que enfrentou os desafios de adaptar sua estrutura produtiva e social às novas exigências globais. Embora o país tenha se industrializado no modelo taylorista-fordista, foi profundamente afetado pela desigualdade e pela dependência externa.

Entre as principais transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade, destacamos a flexibilização da produção, com a introdução de tecnologias mais avançadas, o crescente processo de terceirização e precarização do trabalho, tendo em vista que para reduzir custos, muitas empresas adotaram relações de trabalho mais flexíveis, com menos direitos trabalhistas e a integração global, ou seja, a abertura econômica colocou a indústria brasileira em competição direta com países mais desenvolvidos ou de menor custo de produção, como a China.

A respeito dessas transformações, Previtali e Fagiani, 2018, p. 21, afirmam que:

Atualmente, o processo de reestruturação produtiva do capital nas economias globais está originando um novo tipo de organização e controle dos processos de trabalho mediante a introdução de tecnologias de informação e comunicação (TICs), também chamadas tecnologias digitais, as quais buscam aprimorar as formas de exploração do trabalho.

Essa reflexão destaca um ponto crucial sobre a transformação dos processos produtivos na economia global contemporânea. A introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) tem um duplo papel: por um lado, otimiza a eficiência produtiva, automatizando tarefas e por outro, acaba intensificando a exploração do trabalho, ampliando o controle sobre os trabalhadores e flexibilizando as relações laborais. Dessa forma, fica evidente que “O que se presencia na atual fase de acumulação capitalista é um processo de aprofundamento e complexificação das relações de exploração do trabalho pelo capital, permeadas pela difusão de novas técnicas produtivas e de relações laborais” (Previtali; Fagiani, 2018, p.56).

Essa comparação entre períodos históricos evidencia como o capitalismo é dinâmico e enfrenta crises recorrentes que moldam suas estruturas e características. Diante dessa conjuntura, o conceito de trabalho também passa por modificações, tendo em vista que todas as transformações oriundas dessas novas tecnologias, alteraram os processos laborais.



Diante do exposto, tornou-se perceptível que o sistema capitalista, em cada contexto histórico, acaba se transformando para transcender os obstáculos que lhes são colocados. Seja devido às crises de cunho econômico, ou por meio de mudanças de caráter social e/ou político de cada período histórico, o capitalismo acaba por se reorganizar em meio à complexidade que essas mudanças e dinâmicas sociais apresentam.

Levando em consideração como o capitalismo, a partir das últimas décadas do século XX, passou por uma mudança profunda no modo de organização do trabalho, nos indagamos de que maneira ele responde a esses desafios ao longo do tempo. Para tanto, discutiremos no próximo tópico como o capitalismo se adapta para absorver críticas, reconfigurando-se de novas formas e se renovando para manter sua hegemonia.

O CAPITALISMO SE REINVENTA

A crise estrutural do capitalismo nos anos 70 marcou uma transformação significativa na dinâmica econômica e social mundial. Essa crise, foi analisada por Boltanski e Chiapello (2009) a partir de uma perspectiva teórica sobre as mudanças que ocorreram na organização do capitalismo e como este soube se reinventar para superar seus impasses estruturais. Os autores em questão buscaram compreender como o capitalismo conseguiu se reinventar após as crises, superando os desafios e incorporando novas formas de legitimação social.

Boltanski e Chiapello (2009) mostram como o capitalismo, a partir das últimas décadas do século XX, passou por uma mudança profunda no modo de organização do trabalho. Os autores exploram como ele se transforma ao longo do tempo, garantindo o engajamento dos trabalhadores, permitindo que o sistema sobreviva e prospere, desenvolvendo a tese de que o capitalismo é capaz de sobreviver e se fortalecer através da habilidade de assimilar críticas e se adaptar, gerando o que ele denominou de “novo espírito do capitalismo”. Assim,

Para manter seu poder de mobilização, o capitalismo, portanto, deve obter recursos fora de si mesmo, nas crenças que, em determinado momento, têm importante poder de persuasão, nas ideologias marcantes, inclusive nas que lhe são hostis, inseridas no contexto cultural em que ele evolui (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 53).

Esse “espírito” refere-se ao conjunto de justificações, valores e crenças que legitimam o sistema capitalista, incentivando as pessoas a participarem e acreditarem na sua validade. Esse



espírito envolve não apenas a organização econômica, mas também os ideais e motivações que orientam o comportamento e a adesão dos indivíduos ao capitalismo. “O espírito do capitalismo é justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela” (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 39). Assim, podemos entender o espírito do capitalismo enquanto um conjunto de valores e justificações que tornam o capitalismo moralmente aceitável e legítimo aos olhos das pessoas.

Analisando esse fenômeno, Boltanski e Chiapello (2009) identificam três fases do espírito do capitalismo: O primeiro espírito, constituído no período do chamado capitalismo industrial, perdurou durante a era da Revolução Industrial, se estendendo até a metade do século XX.

O "primeiro" espírito do capitalismo, associado, à figura do burguês, estava sintonizado com as formas do capitalismo essencialmente familiar de uma época em que o gigantismo ainda não era buscado, salvo em raríssimos casos. Os proprietários e patrões eram conhecidos pessoalmente por seus empregados; o destino e a vida da empresa estavam fortemente associados aos destinos de uma família (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 51).

Nessa fase o capitalismo caracterizava-se por uma organização hierárquica, rígida e burocrática, com ênfase na estabilidade e na segurança. A justificativa moral era baseada na ideia de progresso e na capacidade do capitalismo de trazer crescimento econômico e melhorias nas condições de vida.

O segundo espírito moldou as dinâmicas econômicas e sociais entre o pós-guerra e a crise dos anos 70, Boltanski e Chiapello (2009) destacam que o espírito capitalista nessa fase, caracterizado pelo modelo taylorista-fordista de produção, era legitimado por uma série de promessas sociais e econômicas que tornavam o sistema aceitável para trabalhadores, consumidores e elites, como por exemplo a garantia de segurança e estabilidade para os trabalhadores, uma vez que o fordismo oferecia empregos estáveis e previsíveis, além disso, recebiam salários relativamente altos, benefícios sociais e proteção sindical. Já que o crescimento econômico do período permitia uma certa estabilidade para os trabalhadores. O "espírito capitalista" desse período, segundo os autores, foi sustentado por promessas de segurança, estabilidade e progresso que legitimaram o sistema por décadas.

No entanto, sua rigidez e incapacidade de responder a novas demandas sociais e econômicas levaram à sua crise. Essa crise abriu espaço para o surgimento de um “terceiro espírito”,



baseado na flexibilidade, inovação e individualismo, o que os autores denominaram “O Novo Espírito do Capitalismo”, que se caracteriza pela flexibilização do trabalho, o aumento das redes e da mobilidade, e uma maior ênfase no empreendedorismo e na autonomia individual.

Valorizando aspectos como flexibilidade, autonomia, criatividade e empreendedorismo, esse novo espírito legitima-se prometendo mais liberdade e oportunidades individuais, enfatizando o trabalho em redes, projetos temporários e inovação constante. Uma das funções desse novo espírito é legitimar o capitalismo contemporâneo perante a sociedade. O sistema se reinventa para atrair a adesão de novos grupos, especialmente os mais críticos, ao oferecer um ambiente mais "livre" e "criativo", mas sem mudar sua essência de acumulação de capital.

Os autores sugerem que o capitalismo contemporâneo tem a capacidade de incorporar críticas ao sistema, para se manter relevante e legitimado. Portanto,

Embora o capitalismo não possa prescindir de uma orientação para o bem comum, da qual seja possível extrair motivos de engajamento, sua indiferença normativa não permite que o espírito do capitalismo seja gerado apenas a partir de seus próprios recursos; assim, ele precisa de seus inimigos daqueles que ele indigna, daqueles que se lhe opõem, para encontrar os pontos de apoio morais que lhe faltam e incorporar dispositivos de justiça que, sem isso, ele não teria nenhuma razão para considerar pertinentes (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 61).

Boltanski e Chiapello (2009) defendem que a crítica é um motor essencial para a renovação do capitalismo. O sistema capitalista não se transforma espontaneamente, mas sim em resposta às críticas que são feitas contra ele. Esse processo de incorporação de críticas permite ao capitalismo continuar a ser legitimado e a adaptar-se às novas circunstâncias sociais e culturais.

A partir dessa premissa, os autores realizam uma distinção entre dois tipos de crítica ao capitalismo: a crítica social e a crítica estética. A primeira está centrada em questões de injustiça, desigualdade e exploração, problemas sociais aprofundados a partir do desenvolvimento do sistema capitalista. Já a segunda enfatiza a falta de liberdade, autenticidade, criatividade e autonomia no trabalho, vendo o capitalismo como uma força conformista e opressiva.

No entanto, conforme analisam Boltanski e Chiapello (2009), o capitalismo contemporâneo não absorveu plenamente a crítica social, ao contrário, ele a neutralizou ou minimizou. Já a crítica estética foi, em grande parte, absorvida pelo capitalismo, que começou a promover valores como a flexibilidade, a inovação e o empreendedorismo, criando a ilusão de maior liberdade individual no ambiente de trabalho. Partindo dessas premissas, os autores mostram como o capitalismo absorveu

parte dessa crítica ao promover uma forma mais "flexível" de organização do trabalho, mantendo, no entanto, as suas estruturas de acumulação de capital.

Segundo Boltanski e Chiapiello (2009) ao absorver essas críticas e se transformar, ele acaba por adaptar suas formas de organização e valores. Isso gera um novo espírito do capitalismo, que responde a essas exigências sem alterar os fundamentos de acumulação de capital. A crítica não destruiu o capitalismo, mas serviu para sua reconfiguração, resultando no novo espírito do capitalismo, que foi definido como um “conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem” (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 42).

O novo espírito do capitalismo é a fase contemporânea que surge em resposta às críticas da falta de autenticidade e liberdade no trabalho. Esse novo espírito reestrutura o capitalismo de maneira a parecer mais flexível e dinâmico, caracterizado sobretudo pela flexibilidade, empreendedorismo, inovação e redes de colaboração, que por sua vez são marcadas pela fluidez e projetos temporários, com a justificativa de melhor se adaptar às mudanças do mercado, renovando as formas de exploração e mascarando formas mais profundas de precariedade como a informalidade, ausência de proteção social, intensificação do trabalho, terceirização e contratos temporários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, a organização do trabalho passou por profundas transformações, refletindo as mudanças estruturais do capitalismo e suas respostas às crises e desafios impostos pelo contexto econômico e social. Desde o final do século XIX, o modelo taylorista-fordista se consolidou como o principal paradigma produtivo, baseado na padronização, no controle rígido das atividades e na busca incessante por eficiência. No entanto, com a intensificação da globalização e a crise desse modelo nas décadas de 1970, tornou-se evidente a necessidade de um novo arranjo produtivo, mais flexível e adaptável às exigências do mercado contemporâneo.

A transição do modelo taylorista-fordista para um modelo produtivo mais flexível reflete a capacidade do capitalismo de se reinventar diante dos desafios econômicos e sociais que são postos ao longo do tempo. Se no passado a fragmentação do trabalho e a rigidez das linhas de produção foram fundamentais para impulsionar o crescimento industrial, a crise dos anos 1970 demonstrou os



limites dessa abordagem, exigindo novas formas de organização do trabalho. Esse “novo espírito do capitalismo” que emerge na contemporaneidade, legitima-se através da promessa de flexibilidade, empreendedorismo e trabalho em redes, ao mesmo tempo em que mantém a lógica da acumulação de capital e da exploração do trabalho sob novas roupagens.

Dessa forma, percebemos que, embora a organização do trabalho tenha evoluído ao longo do tempo, a relação entre capital e trabalho continua marcada por dinâmicas de controle e apropriação. Se antes o trabalhador era alienado pelo rígido controle dos tempos e movimentos, hoje ele é incentivado a ser criativo e autônomo, mas sem plena liberdade ou poder sobre o próprio trabalho. O capitalismo, ao absorver as críticas e reformular suas estratégias, reforça sua hegemonia e se perpetua, reafirmando sua capacidade de adaptação e consolidação em meio às transformações da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. Explosão do novo proletariado de Serviços - o trabalho em serviços e seus novos significados. In: **O privilégio da Servidão**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. Martins Fontes, São Paulo, 2009.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Zahar, Rio de Janeiro, 1987.
- NETO, B. R. Maquinaria, taylorismo e fordismo: a reinvenção da manufatura. **Revista de Administração de Empresas**, v. 26, n. 4, p. 31–34, 1986. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/GY5jJGMdMySSym9B6DD78Fb/?format=html&lang=pt>. Acesso em 13 de out. de 2024.
- PREVITALI, F.; FAGIANI, C. C. Trabalho Precário e Precarização Docente na Educação Básica no Brasil na Atual Fase da Acumulação do Capital. In: **Revista Eletrônica da Divisão de Formação Docente**. V. 5, n. 2, p. 19 – 68, 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/diversapratica>. Acesso em: nov. de 2024.
- ZILBOVICIUS, M. **Modelos para a Produção, Produção de Modelos: Contribuição à Análise da Gênese, Lógica e Difusão do Modelo Japonês**. Tese de doutorado, Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, 1997.

A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E DESCENTRALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Eixo 6: Capitalismo contemporâneo, desenvolvimento econômico e pobreza

ANA BEATRIZ RODRIGUES DATTOLI¹

KAMILA CRISTINA DA SILVA TEIXEIRA²

RESUMO: Este artigo, elaborado com base no trabalho de conclusão de curso, tem como foco a mercantilização do ensino superior no contexto do avanço neoliberal, entendida como subordinação da educação à lógica de mercado em que as forças econômicas moldam as políticas educacionais. O objetivo é investigar a dinâmica dessa mercantilização no Brasil com implicações para o trabalho docente e a assistência estudantil. Justifica-se pela relevância do tema e pela experiência da autora em pesquisa de iniciação científica e atuação no movimento estudantil. É um estudo bibliográfico de caráter qualitativo e lança mão da pesquisa documental. Constatou-se que a mercantilização impacta negativamente o trabalho docente, as condições de ensino e precariza a assistência estudantil, conferindo-lhe caráter inadequado e foco restrito.

Palavras-chave: Ensino superior, mercantilização, trabalho docente, assistência estudantil.

ABSTRACT: This article, based on a final graduation project, focuses on the commodification of higher education in the context of neoliberal advancement, understood as the subordination of education to market logic, where economic forces shape educational policies. The objective is to investigate the dynamics of this commodification in Brazil and its implications for teaching work and student assistance. The relevance of the topic and the author's experience in scientific initiation research and involvement in the student movement justify the study. It is a bibliographical study of a qualitative nature and also makes use of documentary research. It was found that commodification negatively impacts teaching work, educational conditions, and weakens student assistance, rendering it inadequate and narrowly focused.

Keywords: Higher education, commodification, teaching work, student assistance.

INTRODUÇÃO

¹ Mestranda pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6055312224630836>. E-mail: dattoliana@gmail.com.

² Docente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/Apucarana). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2340856793180400>. E-mail: kamila.teixeira@ics.unespar.edu.br. Declaramos nossa concordância com a divulgação deste trabalho.

A mercantilização do ensino superior é um fenômeno em que as forças de mercado têm crescente influência sobre a educação. É um processo que integra a educação a uma lógica de mercado, em que as forças econômicas determinam a política educacional e, conseqüentemente, as condições de ensino. Tal fenômeno necessita de uma análise crítica que revele as implicações dessa lógica para o desenvolvimento humano e o direito à educação.

No Brasil, a educação é um direito fundamental e um bem público, ao lado da saúde, alimentação, moradia e outros elementos essenciais à cidadania plena e ao desenvolvimento humano. O artigo 6 da Constituição Federal de 1988 institui a educação enquanto direito social e o artigo 205 declara que a educação é um “direito e dever do Estado e da família, promovido com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988), ou seja, é responsabilidade do Estado. No entanto, a mercantilização da educação subverte essa lógica ao transformar a educação em um produto, em que a qualidade e o acesso ao ensino são determinados pela sua capacidade produzir lucro e não pelas necessidades individuais e sociais.

A implementação de políticas educacionais que priorizam a competição, a produtividade e o desempenho quantitativo em detrimento da qualidade pedagógica criou uma situação precária nas condições de ensino e no processo de formação acadêmica. A relação entre o direito à educação e o mercado de trabalho, que se tornou um componente-chave das políticas educacionais, com a influência da lógica neoliberal, redefiniu o papel das universidades e o papel dos professores.

Autores como Colmán e Portes (2019) analisam a mercantilização do ensino superior como uma tendência e a define como a subordinação da educação aos interesses do capital em detrimento de seu caráter social e emancipatório. Esta mercantilização da educação não é apenas uma questão de adaptação ao mercado de trabalho, mas sim a construção de um sistema educacional que visa, acima de tudo, a reprodução da lógica neoliberal, pautada pela competitividade, eficiência econômica e redução dos direitos dos trabalhadores da educação. Assim, buscaremos compreender algumas dimensões desse fenômeno, levando em consideração as implicações desse processo para o desenvolvimento profissional, a qualidade educacional, a permanência e evasão dos estudantes.

A justificativa para este estudo surge a partir da necessidade de investigar criticamente o funcionamento das universidades, pela perceptível defasagem do sistema educacional brasileiro, principalmente pelo aumento da evasão e dos crescentes ataques a universidade pública. Dentro desse quadro, o presente estudo tem o seguinte problema de pesquisa: de que forma a mercantilização do ensino superior pode influenciar no trabalho docente e na assistência estudantil? Tendo em vista esta questão, seu objetivo é investigar a dinâmica da mercantilização do ensino superior no Brasil com ênfase em suas implicações para o trabalho docente e a assistência estudantil.

Diante disso, pretende-se debruçar sobre o processo de mercantilização do ensino superior a partir da ofensiva neoliberal e da implementação das contrarreformas educacionais, e, assim, compreender como esse fenômeno impacta na precarização do trabalho docente nas universidades brasileiras e afeta também os estudantes através das políticas de assistência estudantil. Apresenta parte do estudo realizado no trabalho de conclusão de curso (TCC). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, que lança mão de livros, artigos e capítulos de livros; e documentos que abordam o tema aqui tratado.

NEOLIBERALISMO E DESMONTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA NO BRASIL

É relevante levantar a questão do neoliberalismo para compreender a mercantilização do ensino superior no Brasil, pois, o ideário neoliberal tem a possibilidade de reordenar as prioridades do Estado e dos demais setores – a exemplo, sociais – segundo a lógica do mercado. Através do fomento de valores como a competição, a eficiência e rentabilidade enquanto critérios de avaliação, o neoliberalismo desloca o foco da educação de sua função pública e emancipatória para um viés estritamente instrumental, que forma indivíduos a fim de habilitá-los em grande medida para um mercado globalizado e gerar retorno econômico. Esse modelo econômico promove a crença de que a competitividade e a eficiência são os motores do progresso, aplicando esses valores em diversos setores, incluindo na educação.

Segundo Behring e Boschetti (2016), o neoliberalismo busca reduzir a intervenção estatal para incentivar o empreendedorismo livre e a eficiência do mercado. É mais do que uma doutrina econômica de mínima intervenção estatal. Como alerta Perry Anderson (1995), trata-se de uma ideologia que reposiciona o mercado como o principal regulador das relações sociais e da governança, contrapondo-se ao Estado de Bem-Estar Social consolidado no pós-Segunda Guerra mundial. Inspirado em Hayek, Mises e difundido por Milton Friedman na *Mont Pèlerin Society*, o neoliberalismo ganhou força na esteira da crise dos anos 1970, quando a estagflação expôs os limites do Keynesianismo e abriu caminho para políticas de austeridade, desregulamentação financeira e fragilização do movimento sindical.

Para Netto (2012), a essência do arsenal do neoliberalismo se concentra na ideia de que o mercado deve ser mediador da sociedade, assim também como o Estado mínimo deve ser a única alternativa para a democracia. Ou seja, o neoliberalismo se estabeleceu, como resposta do capital, enquanto alternativa ao esgotamento do Estado de Bem-Estar Social.

Segundo Behring e Boschetti (2016), esse modelo de Estado redistribuía a riqueza por meio de impostos progressivos e serviços públicos em um esforço para garantir direitos sociais e

econômicos. As visões keynesianas, que apoiavam a intervenção do governo na economia para promover o bem-estar social e o pleno emprego, serviram de base para essa estratégia. Nesse sentido, as autoras afirmam:

O Estado, com o keynesianismo, tornou-se produtor e regulador, o que não significava o abandono do capitalismo ou a defesa da socialização dos meios de produção. Keynes defendeu a liberdade individual e a economia de mercado, mas dentro de uma lógica que rompia com a dogmática liberal- conservadora da época. (Behring; Boschetti, 2016, p.84).

Ou seja, esse modelo nunca esteve livre das contradições do capitalismo, especialmente da necessidade permanente de acumulação. Durante as décadas finais do século XX, a transição do Estado de Bem-estar para um modelo neoliberal revelou-se como uma reconfiguração ideológica que superou meros ajustes econômicos. A crise fiscal e a rígida estrutura produtiva dos anos 1970 foram usadas como pretexto para desacreditar o Estado e exaltar o mercado como espaço de liberdade e mérito individual, concomitantemente ao fortalecimento de valores conservadores e antiestatistas (Toledo, 2002; Cerqueira, 2008).

No Brasil, o impulso neoliberal ancorou-se em crises internas e pressões internacionais. A rápida expansão econômica sob a ditadura militar (1964–1985) mostrou-se insustentável diante do choque do petróleo e do estagflação dos anos 1970, que agravaram o desemprego e a informalidade ao mesmo tempo em que se intensificou a insatisfação popular ante a repressão política e a desigualdade de renda (Behring; Boschetti, 2016). A transição democrática dos anos 1980 confrontou elites e movimento operário, cujo peso no Congresso Constituinte debateu direitos sociais em choque com expectativas de abertura de mercado.

A Constituição de 1988 representou avanços no sentido de garantir os direitos de cidadania e promover a justiça social. Contudo, colidiu com a ofensiva neoliberal e os valores conservadores disseminados pelas agências multilaterais, mais precisamente pelo Consenso de Washington (1989) para a América Latina, que exacerbou esse modelo, legitimando as privatizações, a abertura comercial e a desregulamentação do trabalho como remédios para desequilíbrios macroeconômicos.

A eleição de Fernando Collor de Mello marcou a adoção explícita do neoliberalismo pelo governo brasileiro: aberturas comerciais, atração de capitais estrangeiros e profundas privatizações, que, embora visassem controlar a inflação, aceleraram a desindustrialização e o desemprego, fragilizando a capacidade estatal de prover serviços públicos (Batista, 1994). Tal processo se aprofundou sob os governos de Fernando Henrique Cardoso, com o ajuste fiscal e a contrarreforma do Estado por meio do Programa de Desestatização e Reforma do Estado (PDRE) e do Programa de Publicização, transferindo à iniciativa privada e ao “terceiro setor” a gestão e implementação de políticas públicas, como saúde, educação e assistência social, redimensionando drasticamente o

orçamento público e diluindo o conceito de política social definido na Carta Magna de 1988 (Behring, 2018).

No âmbito do ensino superior, essa lógica buscou promover a articulação entre educação e mercado, ao mesmo tempo em que buscou transformar as universidades em prestadoras de “serviços educacionais”. Vale considerar que este processo já vinha sendo estruturado com a “reforma universitária consentida” de 1968, ainda na ditadura, que exemplificou essa orientação ao reprimir o movimento estudantil e institucionalizar parcerias com a *United States Agency International Development* (USAID), consagrando a perspectiva do ensino como mercadoria (Fernandes *apud* Lima; Pereira, 2009).

Foi na década de 1990 que as instituições de ensino superior públicas foram duramente golpeadas com a instituição de uma série de mecanismo que colocaram em xeque a educação superior como direito de cidadania e dever do Estado, como, por exemplo, a criação do Plano Decenal de Educação para Todos e o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), que institucionalizaram a competição entre as instituições federais de ensino superior e condicionaram repasses orçamentários a metas de desempenho. Ademais, a instituição da Lei 8.958/1994 autorizou parcerias com fundações privadas e lançou as bases do ensino a distância (EaD) (Ferrarez, 2016). Nesta direção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 flexibilizou modalidades de oferta de ensino e consolidou a expansão do EaD. Já no início dos anos 2000, o Fundo Verde e Amarelo (2002) estreitou o vínculo entre as instituições de ensino superior (IES) e mercado, estimulando a pesquisa orientada ao lucro e desvalorizando a dimensão crítica e emancipatória do saber (Silva Jr., 2002).

No governo Lula (2003–2011), paradoxalmente, embora tenham sido criados o Programa Universidade para Todos (PROUNI), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) (2006) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (2007), com caráter de inclusão e expansão do ensino superior, a lógica mercantil não sucumbiu. Isso porque o PROUNI direcionou verba pública ao setor privado e o REUNI condicionou a expansão de vagas a metas aceleradas a precarização do trabalho docente (Braz; Rodrigues, 2013; Lima; Pereira, 2009). Outras medidas, como a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), aprofundaram a competição entre as IES por meio de avaliações e indicadores de qualidade, reforçando a mercantilização do ensino superior.

Isso revela que, ao longo das décadas, o ensino superior brasileiro foi progressivamente remodelado conforme interesses empresariais, sacrificando sua função de formação crítica em nome da eficiência econômica e da competitividade global (Melim; Moraes, 2021). Durante o governo Dilma Rousseff (2011–2016), programas como PROUNI, Bolsa Família, Mais Educação e Secretaria

de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) contribuíram para ampliar matrículas e promover políticas de diversidade. Entretanto, no âmbito da educação superior, priorizou a oferta de vagas em instituições privadas e vinculou o financiamento educacional ao setor empresarial com o PROUNI, contribuindo para o desmonte da educação pública e sua precarização (Clementino; Oliveira, 2023).

Com o *impeachment* da presidenta Dilma e a ascensão de Michel Temer (2016–2019), a austeridade se intensificou devido aos cortes de recursos, aprofundando o sucateamento das instituições públicas e a precarização das diferentes formas de ensino. O Programa Ponte para Futuro e a Emenda Constitucional n. 95 afetaram diretamente a educação superior, sobretudo nos setores da ciência e tecnologia; e da pesquisa e desenvolvimento, que sofreram severos cortes e baixos investimentos (Behring, 2021). Ao analisar este cenário Behring (2021) argumenta que:

[...] tais ataques fazem parte da agenda da contrarreforma ultraneoliberal do estado combinando sua face econômica a intelectual e a moral, no sentido de tornar o país mais dependente e heterônomo, esvaziando a pesquisa, no mesmo passo, asfixiar a crítica social produzida nas universidades públicas, tendo em vista – pela força – forjar a adesão ao projeto privatista, de ensino aligeirado e de baixo custo à distância (p. 208).

Nesse sentido, importa sublinhar que o ataque à educação não se limitou apenas a restrições financeiras, mas também incluiu um esforço para atacar a produção de conhecimento crítico nas universidades. O objetivo, ao restringir verbas para a pesquisa e educação superior, vai para além de cortar gastos, também se trata de promover um modelo de ensino voltado para interesses empresariais com foco na privatização e em alternativas de ensino de baixo custo, como, por exemplo, o ensino à distância (Behring, 2021).

Sob o governo Bolsonaro (2019–2022) houve o contingenciamento de até 30% das verbas das universidades federais, especialmente nas áreas de humanas e na pós-graduação (Cislaghi *et al.*, 2019), ao passo que incentivou fortemente o ensino privado e à distância. Ademais, lançou o programa Future-se, que propunha, entre outras ações, a “autonomia financeira” das IES; a substituição das fundações por organizações sociais; e o incentivo a captação privada, em clara ruptura com a autonomia garantida pela Carta Magna de 1988 (Colmán; Portes, 2019). Neste governo, houve igualmente um forte ataque moral às universidades públicas e o movimento “Escola sem Partido” ganhou projeções significativas (Cislaghi *et al.*, 2019).

As ações até aqui enunciadas, baseadas no ideário neoliberal e introduzidas através de políticas austeras nas últimas décadas, provocou um reflexo direto nas vivências dentro das instituições de ensino superior, principalmente para docentes e discentes. Este é o assunto que será tratado no próximo item.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A consolidação do modelo de educação permeado pela lógica de mercado vai contribuir para a precarização do trabalho docente e dificultar a permanência estudantil no ensino superior. No que tange ao trabalho docente, observa-se transformações negativas nas condições e relações de trabalho de professores universitários. Cabe destacar inicialmente que o trabalho docente também se insere na dinâmica capitalista e, por isso, está submetido à lógica de produção de valores de uso e troca. Assim, ele carrega as contradições do trabalho no capitalismo, não escapando das condições de alienação e exploração (Marx, 2004). Nesse sentido, Caldas e Kuenzer afirmam que:

(...) trabalho docente é parte da totalidade constituída pelo trabalho no capitalismo, estando submetido, portanto, à sua lógica e às suas contradições. O que vale dizer que o trabalho docente não escapa à dupla face do trabalho: produzir valores de uso e valores de troca. (Caldas; Kuenzer, 2009, p.22).

A globalização e as reformas estatais agravaram essa perspectiva, assim como a racionalização da mão de obra e as desregulamentações contratuais (flexibilização), minimizando, os direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores. Segundo Antunes (2000), esta desregulamentação em escala global caracteriza uma “nova morfologia do trabalho”. É importante sinalizar que a realidade em tela também incide sobre professores universitários. Após a contrarreforma do Estado e as contrarreformas da legislação trabalhista, observa-se a contratação de docentes temporários por universidades públicas, sobretudo as estaduais, com vínculos frágeis, que os deslocam para cargas horárias excessivas, sem perspectiva real de efetivação, submetendo-os a pressões para assumir mais turmas e a indicadores de produtividade (Bernardo, 2020).

De acordo com Bernardo (2020), muitos destes docentes ingressam no meio acadêmico com a esperança de que o tempo possibilite a sua efetivação, uma expectativa que frequentemente se frustra com um sistema que pouco oferece no sentido de progressão. A falta de políticas institucionais que garantam uma transição justa para a efetivação acentua essa precariedade, transformando muitos desses profissionais em "temporários permanentes", que ocupam essa função por anos, sem jamais obter o *status* de efetivos.

Além disso, se faz necessário destacar que as mudanças impostas ao sistema educacional têm colocado a educação superior como um negócio altamente rentável (Albuquerque, 2018). Estas mudanças, disfarçadas pelo discurso da autonomia, gera impactos negativos no âmbito das relações laborais e tende a intensificação do trabalho e o isolamento docente, que perde o sentido de coletividade. Nestes termos, Fidalgo e Fidalgo argumentam que:

A sociedade cognitiva tem imposto novos padrões e valores tanto morais quanto laborais, que têm formatado um perfil diferenciado de trabalhador que se consolida centralmente sobre elementos como a intensificação expressiva do trabalho, via de regra, escondidos sob o discurso de (pseudo)autonomia. A consolidação desse movimento se pauta na quase total responsabilização individual e isolada dos trabalhadores em detrimento do coletivo. (Fidalgo; Fidalgo, 2009, p. 91).

Os autores destacam que as mudanças no ambiente educacional têm cultivado uma cultura de desempenho que valoriza a eficácia em detrimento de aspectos críticos da formação e da prática docente. Paralelamente a cultura de desempenho, ganha ênfase a competitividade individualizada e a desvalorização das atividades encaradas como invisíveis — pesquisa, extensão, preparo de aulas, orientações etc. — convertendo a universidade em uma “empresa de resultados qualificáveis” (Fidalgo; Fidalgo, 2009).

A lógica mercadológica no ensino superior modifica ainda o sentido da produção de conhecimento. Exige tanto do professor, quanto do estudante um perfil cada vez mais mercadológico, ajustado às exigências do mercado, em detrimento de um projeto educacional emancipatório e crítico. Exalta o produtivismo e a crítica ao projeto de universidade crítica e emancipatória alinhando-se ao que Chauí (1999) denomina de “universidade operacional”. Assim, a instituição perde seu papel formador de sujeitos críticos e passa a funcionar como uma empresa voltada para a produção de resultados imediatos, tecnicistas e utilitários. Nessa configuração, a universidade deixa de lado seu compromisso com a produção de conhecimento autônomo e plural, convertendo-se em um centro de prestação de serviços ao mercado, pautada pela eficiência e produtividade (Chauí, 1999).

É importante destacar que a precarização das condições de trabalho docente e a lógica do produtivismo acadêmico impõem a intensificação do trabalho e a maior exploração para valorizar o capital (Duarte, 2019). Segundo Duarte (2019), atualmente os trabalhadores do ensino superior passam por um processo duplo: intensificação e precarização do trabalho, principalmente no que se refere às IES públicas, devido às suas particularidades como o acúmulo de atividades de diversas naturezas na graduação e na pós-graduação.

A lógica de produtividade imposta pelas instituições educacionais gera uma série de consequências que afetam tanto a qualidade do trabalho, quanto a saúde dos profissionais envolvidos. Assim, a academia se torna um espaço de competição, onde a produção e publicação são constantemente monitoradas e ranqueadas, contribuindo para um ambiente de sobrecarga e intensificação do trabalho.

Produtividade, competição, produtivismo, burnout, doenças de trabalho, assédio moral, sobrecarga, intensificação, angústia, barateamento, mediocrização, classificação, ranqueamento, punição, Lattes, pressão, publicação, Qualis, cansaço, desconforto, doença, estresse, redução de tempo, tempo médio de titulação (TMT) etc. são palavras ou expressões que frequentam cada vez mais o universo vocabular de professores, orientadores, coordenadores de programas e pós-graduandos. (Bianchetti; Machado, 2009, p. 50).

Importa sublinhar que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), embora desempenhem papéis diferentes, porém complementares, moldam hoje o cotidiano docente no que tange à produtividade: o primeiro financia pesquisas orientadas a demandas produtivas, a segunda avalia programas de pós-graduação com base em indicadores que transformam o Currículo Lattes em parâmetro absoluto de “sucesso” acadêmico (Sguissardi; Silva Jr., 2009). Essa ênfase nas métricas quantitativas amplifica a distinção entre um pequeno grupo de pesquisadores “altamente produtivos” e a maioria dos docentes, pressionados a atualizar constantemente seus currículos e a perpetuar ciclos de publicações e projetos que pouco deixam espaço para reflexão crítica (Duarte, 2019).

O cenário de mercantilização e precarização do ensino superior também vai recair sobre estudantes, sobretudo no que diz respeito à permanência e a evasão. Nesse sentido, ganha importância a política de assistência estudantil que, em que pese os avanços significativos neste âmbito, limites e desafios estão postos, assim como será tratado nas próximas linhas.

As políticas de assistência estudantil surgiram historicamente como resposta à expansão do acesso — da Casa do Estudante Brasileiro localizada em Paris (1928) ao Decreto nº 19.851/1931, incorporado na Constituição Federal de 1934, e à LDB de 1961 que reconheceu a “Assistência Social Escolar” como direito (Imperatori, 2017) — porém, permaneceram esparsas, paternalistas e com forte dependência das iniciativas internas de cada IES (Barbosa *apud* Imperatori, 2017), imprimindo um caráter fragmentado e particularista.

Com a massificação do ensino superior nas décadas de 1950 e 1970, bem como com a entrada maciça de estudantes de classes populares nas décadas posteriores, a demanda por bolsas, moradia e transporte levou à criação do Departamento de Assistência Estudantil (DAE) (1970) e, posteriormente, do REUNI (2007). Embora o REUNI tenha prometido ampliar as vagas e a assistência aos estudantes, sua execução desordenada limitou o controle social e relegou a assistência estudantil a uma lógica de “remendo”: só incluía estudantes em situação mais extrema, ainda que muitos enfrentem barreiras socioeconômicas que não se enquadram nos critérios rígidos de renda per capita (Cavaignac; Costa, 2017; Imperatori, 2017).

Cabe informar que a criação Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), via Decreto nº 7.234/2010, estabeleceu novas diretrizes para a assistência estudantil para o ensino superior no país e se constituiu um marco importante. Isso porque, embora seu foco esteja direcionado para a ampliação da permanência de discentes da educação superior federal, ele se tornou parâmetro e influencia as ações de assistência estudantil em outras instituições públicas. Não obstante, a focalização dos recursos — dando preferência a benefícios financeiros imediatos em vez de

estruturas mais sólidas, como restaurantes universitários e residências — e a terceirização dos atendimentos fragilizam sua abrangência e continuidade (Imperator, 2017).

Em meio a um modelo de ensino cada vez mais mercantilizado — em que as IES públicas são pressionadas a competir por indicadores de eficiência e replicar padrões empresariais — a assistência estudantil assume papel de “válvula de escape”: trata sintomas (evasão por dificuldades financeiras, insuficiência de moradia e transporte) sem enfrentar a causa estrutural, que é a lógica de mercado aplicada ao ensino superior (Lima, 2017). O resultado é um índice de evasão próximo a 50 % nas federais e níveis similares em estaduais e municipais, mesmo com investimentos crescentes, por exemplo, em nível federal: em 2014, foram investidos cerca de R\$ 615 mi e este valor passou para R\$ 851 mi, em 2024³ (Portal da Transparência, 2024).

Cavaignac e Costa (2017) destacam que os recursos destinados à assistência estudantil são historicamente insuficientes para atender às reais demandas do corpo discente. A título de exemplo vale citar a realidade do estado do Paraná, o governo anunciou aumento recorde no orçamento das universidades para 2025, contudo, não houve menção específica à ampliação da assistência estudantil nas IES estaduais⁴, o que demonstra uma negligência em relação à permanência de estudantes, principalmente aqueles em maior grau de vulnerabilidade socioeconômica. A escassez de recursos restringe a atuação dos profissionais da assistência estudantil, sobretudo os assistentes sociais, limitando sua prática a ações emergenciais e dificultando a implementação de políticas mais amplas de permanência.

Lima (2017) observa que, sem orçamento específico, a assistência estudantil se torna uma disputa por recursos escassos, funcionando como “esmolas” institucionais. Além disso, destaca que o sucateamento dessa política não se resume só a falta de verbas, mas também envolve a ausência de divulgação das ações e a priorização de auxílios individuais em detrimento de investimentos estruturais, como moradia, restaurante universitário e transporte. Esse modelo individualizante, típico do neoliberalismo, ignora que a universidade pública, embora gratuita em termos de mensalidade, impõe custos significativos aos estudantes, o que contribui para as elevadas taxas de evasão.

Após anos de mobilização estudantil, especialmente com a atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE), foi sancionada a Lei nº 14.914/2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil. A lei consolida programas antes dispersos em uma política estruturada, com

³ Informação disponível em: <<https://portaldatransparencia.gov.br/programas-e-acoas/acao/4002-assistencia-ao-estudante-de-ensino-superior?ano=2024>>. Acesso em 16 nov. 2024.

⁴ Informação disponível em: <<https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Universidades-estaduais-do-Parana-terao-orcamento-recorde-em-2025-R-36-bilhoes#:~:text=S%C3%A9ries%20Especiais-.Universidades%20estaduais%20do%20Paran%C3%A1%20ter%C3%A3o%20or%C3%A7amento%20recorde%20em%202025%3A%20R,ao%20longo%20de%20seis%20anos.>>. Acesso em: 16 nov. 2024.

orçamento definido. Entre seus objetivos está o enfrentamento à evasão por meio da garantia de auxílios financeiros, moradia, alimentação, transporte e bolsas acadêmicas (Brasil, 2024).

O Art. 4º da nova lei reúne ações como o Programa de Assistência Estudantil (PAE), o Programa de Bolsa Permanência (PBP), o Programa Estudantil de Moradia (PEM), o Programa Incluir de acessibilidade, e outros voltados à saúde mental, transporte e à permanência parental (Brasil, 2024). Essa consolidação representa um avanço histórico, ainda que sua implementação concreta dependa da efetiva destinação orçamentária e da resistência frente aos limites impostos pelas políticas de austeridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou refletir sobre os impactos do neoliberalismo na universidade pública brasileira, destacando como as contrarreformas educacionais, a partir da década de 1990, intensificaram a lógica mercantil no ensino superior para atender aos interesses da acumulação capitalista. Diante disso, revelou que tal lógica impacta negativamente no trabalho docente, nas condições de ensino e precariza a assistência estudantil.

Quanto ao trabalho docente, observou-se os rebatimentos nas condições e relações de trabalho, promovendo a precarização do trabalho docente por meio de contratos temporários, metas produtivistas, competitividade, sobrecarga, intensificação e perda de autonomia, o que afeta diretamente a qualidade do trabalho e da formação. Além disso, estas transformações também impactam na possibilidade de mobilização para o enfrentamento desse cenário e na vida de docentes. Assim, cria-se um trabalho desprovido de sentido dentro da universidade, bem como argumenta Antunes (2000), que compromete a vida fora dela, perpetuando um ciclo de desgaste físico e emocional. Essas condições representam um desafio, não apenas para docentes, mas também para o ensino superior enquanto espaço de produção do conhecimento crítico e em consonância com a proposta de transformação social.

Ao abordar sobre a assistência estudantil, constatou que, embora ela seja um elemento importante para a democratização do ensino superior, enfrenta limitações que se expressam, sobretudo no subfinanciamento da política. Esta insuficiência de recursos promove ações focalizadas, seleções que priorizam recursos financeiros em detrimento de ações estruturais e a dificuldade da permanência para estudantes da classe trabalhadora que ingressam na universidade. Ações estas que pouco incide sobre os altos índices de evasão, revelando a necessidade de iniciativas mais abrangentes, que realmente atenda a necessidade estudantil e garanta o acesso e permanência à educação pública como um direito e dever do Estado.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Valéria. Serviço Social e trabalho docente: precarização e intensificação nas instituições privadas de ensino. In: RAICHELIS, R. (org.) **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho** – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em Contrarreforma** – desestruturação do estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2016.
- BEHRING, Elaine Rosseti. **Fundo Público, Valor e Política Social**. São Paulo: Cortez editora, 2021.
- _____. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Espírito Santo, 2018.
- BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. Trabalho docente no *Strictu Sensu*: Publicar ou morrer?! In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (orgs.). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas - SP: Papirus, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 18 de maio. de 2025.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 14 de jul. de 2024
- BRASIL. **Lei n. 14.914, de 24 de setembro de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES e dá outras providências. Brasília, DF, 24 set. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 08 nov. 2024.
- BRAZ, Marcelo; RODRIGUES, Mavi. O ensino em serviço social da era neoliberal (1990- 2010): avanços, retrocessos e enormes desafios. p. 255-282. In: LEWGOY, Alzira *et.al.* **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.
- BERNARDO, Kellen Aparecida da Silva. **Flexibilização contratual no setor público: condições e relações de trabalho dos professores temporários nas universidades estaduais do Paraná**. Curitiba, 2020.
- CALDAS, Andrea; KUENZER, Acacia Z. Trabalho docente: Comprometimento e desistência. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (orgs.). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas - SP: Papirus, 2009.
- CAVAIGNAC, Mônica Duarte; COSTA, Renata Maria Paiva da. Serviço social, assistência estudantil e contrarreforma do Estado. **Temporalis**, ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

- CERQUEIRA, Jackson B. A., Uma Visão do Neoliberalismo: Surgimento, atuação e perspectivas. **Sitientibus**, n 39, p. 169-189, jul/dez. 2008.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 4, n. 3, 1999.
- CISLAGHI, Juliana Fiuza; CRUZ, Julia Barros; SANTOS, Maria Carolina Correa dos; MENDONÇA, Thaisa Souza de; FERREIRA, Fernando Gonçalves. Não é uma crise, é um projeto: a política de educação do governo Bolsonaro. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 16., 2019, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: CFESS, 2019.
- CLEMENTINO, Ana Maria; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Tensões e contradições das políticas educacionais dos governos de Lula e Dilma Rousseff: aprendendo com as lições do passado. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 18, 2022.
- COLMÁN, E.; PORTES, L. F. A orientação privatista-mercantil do ensino superior brasileiro e suas expressões nas propostas do governo federal – Future-se e da Lei Geral das Universidades - LGU do governo do Estado do Paraná. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 17, 2019.
- DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. —Implicações para o trabalho docente nas federais: intensificação, precarização e produtivismo acadêmico. In: Salvador, E; Behring, E; Lima, R, L (orgs.). **Crise do Capital e Fundo Público**: Implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.
- FERRAREZ, S. Cynthia. Mercantilização da educação superior brasileira e a formação profissional do serviço social. **Temporalis**, ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.
- FIDALGO, F.; FIDALGO, N. Trabalho Docente e a Lógica Produtivista: Conformação e Subjetividade. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (orgs.). **A intensificação do trabalho docente**: tecnologias e produtividade. Campinas - SP: Papirus, 2009.
- IMPERATORI, T. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, n. 129, 2017.
- LIMA, Fernanda Nobre de. **A evasão no ensino superior**: tendências atuais no contexto de precarização da política de assistência estudantil. 2017.
- LIMA, Kátia; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contrarreforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Sociedade em Debate**. v. 15, n.1, jan-jun/2009.
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MELIM, Juliana Iglesias; MORAES, Livia de Cássia Godoi. Projeto neoliberal, ensino remoto e pandemia: professores entre o luto e a luta. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, abr. 2021.
- NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 5 ed. — São Paulo: Cortez, 2012.
- SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JUNIOR, João dos Reis. **O trabalho (intensificado) nas federais**: Pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.
- SILVA JÚNIOR, J. DOS R. S.; FARGONI, E. H. E. Future-se: o ultimato na universidade estatal brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020.
- SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xama, 2002.

TOLEDO, Enrique de la Garza. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 2002.

TRABALHO PRECARIZADO E SAÚDE DOS IMIGRANTES SUL-SUL NO PARANÁ: PROBLEMATIZAÇÕES A PARTIR DA DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE

Eixo 6: Capitalismo contemporâneo, desenvolvimento econômico e pobreza

LÍVIA TELES NUNES¹
LÍRIA MARIA BETTIOL LANZA²

RESUMO: Esta produção analisa como o trabalho precarizado impacta a saúde de imigrantes Sul-Sul no Paraná, com base na determinação social da saúde. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, tem como objetivo problematizar como esse trabalho produz efeitos na Saúde desses imigrantes, mapeando os postos de trabalho que têm ocupado, identificando as condições de trabalho e compreendendo o trabalho e sua relação com a saúde dos imigrantes no Paraná. A análise baseia-se em revisão bibliográfica e dados recentes sobre o mercado de trabalho forma de imigrantes neste Estado. Destaca que tais condições agravam vulnerabilidades sociais, dificultam o acesso à saúde e evidenciam a relação entre trabalho, exploração e adoecimento.

Palavras-chaves: Trabalho, determinação social da saúde, migração, saúde, Paraná.

ABSTRACT: This production analyses how precarious work impacts the health of South-South immigrants in Paraná, based on the social determination of health. This qualitative and exploratory research aims to problematize how this work produces effects on the health of these immigrants, mapping the jobs they have occupied, identifying working conditions, and understanding work and its relationship with the health of immigrants in Paraná. It highlights that such conditions aggravate social vulnerabilities, hinder access to health, and evidence the relationship between work, exploitation, and illness. The analysis is based on a literature review and recent data on the formal labor market.

Keywords: Labor, social determination of health, migration, health, Paraná.

INTRODUÇÃO

O tema da migração tem ganhado notoriedade, à medida que se observa um crescimento expressivo no número de pessoas que se deslocam entre diferentes territórios em todo o globo terrestre. As razões para esses movimentos são variadas, podendo envolver fatores políticos, ambientais, sociais, religiosos, econômicos, entre outros. No entanto, considerando a dinâmica da

¹ Universidade Estadual de Londrina. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5986226183494429>. E-mail: livianunes947@gmail.com.

² Universidade Estadual de Londrina. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6542625429665383>. E-mail: liriabettiol.j@gmail.com.



sociedade capitalista em que vivemos, entendemos que o trabalho é um elemento central em um processo migratório.

Dessa forma, torna-se fundamental aprofundar os debates sobre a migração no Brasil, com um olhar mais específico para os fluxos migratórios presentes no estado do Paraná e as oportunidades de trabalho mais frequentes para essa população na região. Para embasar esta análise, recorreremos à concepção do pesquisador Abdelmalek Sayad, que define o imigrante essencialmente como uma força de trabalho temporária, transitória e em constante movimento (Sayad, 1998, p. 54).

Além da questão do trabalho, outro aspecto essencial para qualquer indivíduo é a saúde, o que torna indispensável compreender como essa dimensão se manifesta no contexto migratório e como esses dois aspectos da vida dos migrantes se relacionam. A escolha desse tema foi motivada pela realização de estudos e pesquisas sobre migração e saúde, desenvolvidos no âmbito das atividades do grupo de pesquisa “SerSaúde”, vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina.

Ademais, ao realizar uma investigação bibliográfica relacionados a determinação social da saúde e a migração, a questão do trabalho prevaleceu e sustentou o debate na maioria dos estudos.

Nesse sentido, o objetivo geral é problematizar como o trabalho produz efeitos na Saúde dos imigrantes Sul-Sul no Paraná, mapeando os postos de trabalho que têm ocupado, identificando as condições de trabalho e compreendendo o trabalho e sua relação com a saúde dos imigrantes no Paraná. Em termos metodológicos, a presente pesquisa de caráter exploratório-descritivo e de natureza qualitativa, partiu de uma revisão de literatura para compreensão do debate do trabalho dos imigrantes sul-sul no Paraná e seus efeitos à saúde dos mesmos, considerando o conceito de determinação social da saúde. A partir dessa primeira etapa, foi planejado um estudo descritivo sobre o tema, visando uma aproximação sucessiva da realidade em que o objeto dessa pesquisa se expressa, permitindo conhecer suas características, seus atores, seus desdobramentos, suas causalidades etc.

Para a coleta e análise de dados, foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos, trabalhos acadêmicos e textos em geral, a partir dos bancos de dados do Google Acadêmico e da biblioteca virtual da Scielo, com o auxílio das categorias de análise: “Trabalho”; “Determinação Social da Saúde”; “Paraná”; “saúde” e “migração Sul-Sul”. A seleção dos textos foi baseada nos objetivos desta pesquisa, visando subsidiar a construção de uma análise clara e bem estruturada sobre o assunto dentre os recortes pré-estabelecidos que serão descritos abaixo.



Em relação a delimitação do espaço geográfico para análise optou-se por focar no estado do Paraná, uma vez que no ano de 2022 foi um dos estados brasileiros que mais gerou postos de trabalho para trabalhadores migrantes no mercado de trabalho formal (OBMigra, 2022). Posto isso, foi observado a inserção dos migrantes por nacionalidades, sobretudo, venezuelanos e haitianos, bem como os tipos de trabalhos e demais informações pertinentes à pesquisa.

A análise dos dados se deu por meio da técnica de análise de conteúdo. Portanto, trata-se de um texto contendo resultados parciais da pesquisa proposta, permitindo-nos aproximações sobre de que maneira o trabalho precarizado afeta a Saúde dos imigrantes Sul-Sul no Paraná.

MIGRAÇÃO

Para compreender um pouco a realidade dos imigrantes é crucial analisar as condições e as complexidades que cercam o fenômeno da migração. “A migração é definida como o movimento de pessoas de um território para outro, abrangendo toda a extensão terrestre, podendo ser uma mudança temporária ou permanente, impulsionada por diversas causas” (Nunes, 2023). Sob a perspectiva da socióloga Saskia Sassen (2016), podemos interpretar esse processo como resultado das novas formas de expulsões presentes em nossa economia política global. Essas novas formas de exclusão se manifestam em situações onde grupos de pessoas são forçadamente afastados da estrutura social e econômica central da sociedade (Sassen, 2016), devido à lógica de acumulação capitalista dominante.

A autora argumenta que as expulsões são provocadas, e, nesse sentido, a imigração possui uma raiz estrutural: um grande contingente de mão de obra inativa. Ou seja, diferentes fluxos migratórios podem ser desencadeados por múltiplos fatores, mas a maioria dos imigrantes não se desloca de um local para outro sem precisar vender sua força de trabalho para garantir suas necessidades básicas de sobrevivência, em virtude do sistema de produção em que vivemos. Diante disso, nos baseamos na definição de Sayad, que destaca que “um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. [...] E esse trabalho, que determina toda a existência do imigrante [...]” (Sayad, 1998).

Ao analisar o movimento dos fluxos migratórios contemporâneos, observamos a migração no sentido Sul-Sul. O Sul global compreende a parte do globo terrestre onde se localizam países considerados em desenvolvimento, de acordo com a divisão internacional do trabalho. Assim, esse



fluxo contraria a lógica e a tendência de indivíduos de países periféricos se deslocarem predominantemente para países desenvolvidos do norte global. Consequentemente, os imigrantes que compõem esse fluxo podem ser denominados periféricos na periferia (Villen, 2015).

O Brasil, devido ao seu vasto território e localização, tem sido um destino frequente para muitos imigrantes nos últimos anos, especialmente de países latino-americanos vizinhos. Em 2018, por exemplo, a Venezuela ocupou o primeiro lugar no ranking das principais nacionalidades de origem dos imigrantes de longo prazo no Brasil, ou seja, aqueles que permanecem por mais de um ano no país (OBMigra, 2019). Ao traçar um panorama geral da imigração no Brasil, é necessário retornar ao lento processo de introdução do capitalismo em países onde, devido ao atraso no desenvolvimento industrial, houve um excesso de mão de obra ociosa, o que resultou em uma necessidade urgente de deslocamento. Daí a origem das migrações intercontinentais dos países europeus.

Considerando esse cenário, o Brasil começou a substituir o trabalho escravo por imigrantes assalariados. Outros eventos também marcaram períodos de aumento e diminuição dos fluxos migratórios no mundo, como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, já que os movimentos migratórios ocorrem de acordo com “as condições históricas, econômicas, culturais e políticas” (Pacheco; Patarra, 1997, p.26).

Ao focar no estado do Paraná, houve uma intensificação dos fluxos migratórios de diversas nacionalidades logo após a independência do estado em 1853, incentivados por políticas que visavam impulsionar o desenvolvimento econômico. Nos dias atuais, é evidente a preferência dos imigrantes por cidades do interior de pequeno e médio porte, como Londrina, que tem recebido um número significativo de imigrantes, predominantemente venezuelanos, haitianos e bengaleses (Lemes, et al., 2020).

TRABALHO E SAÚDE

A palavra ‘saúde’, em sua origem, remete a um 'estado de bem-viver', ou seja, uma forma de existência equilibrada, tanto no âmbito individual quanto coletivo, que exclui a presença de doenças (Luz, 2006). Ao analisar a evolução histórica do conceito de saúde, moldado por diferentes contextos sociais e históricos, torna-se evidente que a definição de saúde é uma construção social e cultural. Da



mesma forma, a concepção de saúde pública acompanha essa dinâmica da realidade, fundamentada nessa construção, com o objetivo de combater e prevenir problemas de saúde que ameacem a organização social e a ordem pública (Luz, 2006).

No campo científico, é possível encontrar diversas definições, cada uma com sua própria abordagem teórica (Nunes, 2000). Durante muito tempo, a visão dominante sobre o processo saúde-doença era estritamente biológica, mas gradualmente surgiram discussões com uma perspectiva mais social, como o trabalho de Engels, escrito em 1844, que aborda o impacto das condições de vida da classe trabalhadora durante a primeira fase da revolução industrial. Foi somente em 1948 que a Organização Mundial da Saúde (OMS), em sua constituição, introduziu um conceito ampliado de saúde, definindo-a como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças.

No entanto, é importante reconhecer que esse conceito é bastante abrangente e, muitas vezes, interpretado de forma subjetiva. Diante disso, o conceito presente nas bases legais do Sistema Único de Saúde (SUS) considera como aspectos condicionantes e determinantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso a bens e serviços essenciais (Brasil, 1990).

É nessa perspectiva que fundamentamos o conceito de Determinação Social da Saúde. Partindo do materialismo histórico-dialético, entendemos a saúde como “[...] a condição de realização das conquistas do gênero em cada indivíduo, compreendendo o ser humano como um ser que se desenvolve em sociedade [...]” (Albuquerque; Silva, 2014, p. 954), afirmando, assim, que a saúde é socialmente determinada.

Nesse sentido, adotamos a concepção presente na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 196 estabelece que a saúde é um direito de todos e atribui ao Estado o dever de garanti-la “[...] mediante políticas econômicas e sociais que visem à redução do risco de doenças e outros agravos [...]” (Paim, 2009, p.43-44). Observa-se que os aspectos sociais e econômicos são reconhecidos como essenciais para a promoção e garantia da saúde. Diante desse panorama, é fundamental compreender que

[...] as diferenças de saúde entre grupos humanos não podem ser justificadas por fatores biológicos; ao contrário, as diferenças de saúde parecem resultar de hábitos e comportamentos construídos socialmente e, principalmente, de fatores que estão fora do controle direto do indivíduo ou do grupo (Souza; Silva; Silva, 2013, p.47).



Os fatores mencionados pelos autores estão relacionados a uma raiz material e histórica da realidade, e, portanto, estão além do controle direto do indivíduo ou do grupo. Isso se refere ao conceito de determinação social da saúde, que parte do pressuposto de que o modo de vida dos indivíduos está subordinado à forma como a produção é organizada na sociedade (Albuquerque; Silva, 2014). No sistema de produção capitalista, a sociedade é dividida entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho, resultando em um acesso desigual a bens e serviços socialmente produzidos.

Assim, a desigualdade se torna um elemento constituinte desse tipo de sociedade, manifestando-se em todas as áreas da vida dos indivíduos, incluindo a saúde. Nesse contexto, fundamentamos essa afirmação na compreensão da "questão social" como um determinante essencial do problema saúde-doença (Albuquerque; Silva, 2014). Considerando que essa "questão social" é resultado da contradição entre capital e trabalho, aprofundamos nossa análise no conceito de trabalho.

Para essa análise, partimos do pressuposto de que o trabalho é inerente ao ser social, ou seja, está presente desde os primórdios da humanidade. Portanto, mesmo antes de qualquer forma de sociedade baseada em um modo de produção específico, o trabalho já existia como um processo de apropriação e transformação da natureza para satisfazer as necessidades humanas. Nas palavras de Karl Marx:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos (Marx, 2017, p. 326-327).

Nesse sentido, ao observar a história da humanidade, é possível notar as transformações pelas quais o trabalho passou, acompanhando o desenvolvimento das diferentes formas de sociedade baseadas nos modos de produção. Na era conhecida como primitiva, o homem se realizava como ser social por meio do trabalho, produzindo o que lhe era útil. Com a evolução das relações sociais, o trabalho humano foi submetido a formas de escravidão e servidão, como na era feudal, até chegar às novas formas de exploração com o advento do capitalismo.



A morfologia do trabalho (Antunes, 2005) no sistema de produção capitalista é complexa e, ao mesmo tempo, fundamental para a compreensão da lógica desse sistema. Com base nos estudos de Marx, o trabalho se tornou uma mercadoria, e a compra e venda da força de trabalho é um pilar das relações sociais capitalistas. O grupo daqueles que vendem sua força de trabalho constitui a classe trabalhadora, ou "classe-que-vive-do-trabalho", nos termos do sociólogo Ricardo Antunes (2005).

A divisão de classes na sociedade capitalista, segundo Marx (2017) e Braverman (1981), é essencial para entender a dinâmica de exploração e acumulação de capital. De um lado, está a burguesia, que detém os meios de produção e domina o processo econômico; do outro, os trabalhadores, que vendem sua força de trabalho por falta de alternativa e são subordinados a esse sistema. Assim, o capitalista, que compra a força de trabalho do trabalhador, torna-se o dono do trabalho.

A partir dessa lógica, entende-se que, para manter a acumulação baseada na exploração do trabalho, é necessário organizar e gerenciar esse trabalho para que ele produza cada vez mais de forma eficiente. Homens como Henry Ford e Frederick Winslow Taylor se dedicaram a pensar em soluções teóricas para os problemas de organização do trabalho, considerando as relações capitalistas de produção. Contemporaneamente, o novo modelo (1962), inspirado na experiência japonesa, introduz a produção flexível, substituindo a produção em série e em massa. Esse modelo, conhecido como Toyotismo, coexiste e substitui o modelo fordista nos países de capitalismo avançado, resultando em mudanças significativas nos direitos dos trabalhadores, como a desregulamentação e a flexibilização, representando um retrocesso nas conquistas obtidas pelas reivindicações dos trabalhadores.

Paralelamente, "[...] as décadas de 70 e 80 foram um período conturbado de reestruturação econômica e reajuste social e político" (Harvey, 1992, p.140). Em outras palavras, houve um movimento oposto à rigidez defendida pelo fordismo, que o autor David Harvey (1992) chama de Acumulação Flexível. "Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo" (Harvey, 1992, p. 140). Esse período apresentou respostas como essa para a grande crise do capital predominante nos anos 70, fortalecendo e legitimando a agenda neoliberal.

As transformações no mundo do trabalho até aqui descritas culminaram em sua estrutura atual no capitalismo contemporâneo. Antunes conclui:



Pode-se dizer, de forma sucinta, que há um processo contraditório que, por um lado, reduz o operariado industrial e fabril; por outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (Antunes, 2006, p. 49-50).

Além disso, observa-se que um dos resultados mais brutais desse processo é o crescimento exponencial do desemprego estrutural. O desemprego não é uma ocorrência excepcional no capitalismo; ao contrário, ele se torna essencial para sustentar a acumulação de capital. Por isso, nos referimos ao desemprego estrutural. A era da acumulação flexível resultou em uma transformação radical do mercado de trabalho nesse sentido, pois, diante da instabilidade do mercado, da intensificação da competição e da redução das margens de lucro, os empregadores se aproveitaram do enfraquecimento dos sindicatos e do grande volume de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor modelos e contratos de trabalho mais maleáveis (Harvey, 1992, 143).

As pessoas que se encontram nessa situação compõem o que Marx (2017) denomina exército industrial de reserva ou população excedente relativa. Isso consiste em "[...] um contingente adicional de trabalhadores relativamente excedente, ou seja, em excesso para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, dispensável" (Marx, 2017, p. 857). Braverman (1981) argumenta que esse exército se manifesta de diversas formas na sociedade contemporânea, sendo facilmente identificado ao observar

[...] os indivíduos sem emprego, aqueles com empregos temporários, os trabalhadores de meio período, o grande número de mulheres que, como donas de casa ou empregadas domésticas, constituem uma reserva para as 'ocupações femininas', os grupos de imigrantes, tanto agrícolas quanto industriais, a população negra com suas taxas de desemprego excepcionalmente elevadas e as reservas de mão de obra estrangeira (1981, p. 327).

Esse exército industrial de reserva abrange um contingente de mão de obra disponível para se deslocar em direção a áreas de alta produtividade. Integrando esse grande grupo, os migrantes que não conseguem se inserir no mercado de trabalho desempenham um papel relevante do ponto de vista econômico, pois aceitam qualquer emprego, independentemente das condições degradantes, para garantir sua sobrevivência básica (Bettioli; Maccagnan; Garcia, 2018).

Torna-se evidente, portanto, que a necessidade urgente de trabalhar leva os indivíduos a migrar espacialmente para vender sua força de trabalho, evidenciando a lógica da geografia da



acumulação capitalista, que depende da divisão social e internacional do trabalho. Em resumo, a circulação de capital, que transcende fronteiras espaciais e temporais, é inerente ao capitalismo, resultando na concentração de trabalhadores em áreas de maior capacidade produtiva, uma vez que "quanto mais rápido o capital se acumula em uma cidade industrial ou comercial, mais rápido o fluxo de material humano explorável" (Marx, 2017, p.896).

A divisão internacional do trabalho acaba sendo o principal motor da mobilidade humana, mas analisar as migrações sob essa perspectiva implica reconhecer que não se trata apenas de mobilidade internacional, mas de novas formas de exclusão. "Nas últimas duas décadas, houve um aumento significativo no número de pessoas, empresas e lugares excluídos das ordens sociais e econômicas centrais de nosso tempo" (Sassen, 2016, p. 9). Essa expressão se encaixa perfeitamente para descrever o mundo do trabalho na era contemporânea.

O sociólogo Pietro Basso (2023) descreve esse processo de grandes transformações após a crise de 1970, que afetou o trabalho assalariado, como um grande cataclismo, consolidado

[...] por meio de uma série de contrarreformas radicais do direito do trabalho, o progressivo ataque ao direito de greve e de organização sindical nos locais de trabalho, o esvaziamento dos contratos nacionais (onde estes existiam), a introdução e a generalização das relações de trabalho temporário (até o extremo do trabalho por voucher), informais, interinas, de estágio, como sócios de falsas "cooperativas", para não falar do trabalho irregular e das verdadeiras formas de trabalho forçado reservadas, naturalmente, aos imigrantes (Basso, 2023, p. 28)

Esse é o panorama do mundo do trabalho atualmente, que reflete a realidade da classe trabalhadora. Antunes (2018) argumenta que essas transformações resultaram no surgimento de um novo contingente da classe trabalhadora, diferente da taylorista-fordista, "[...] uma nova classe mais desorganizada, instável, ideologicamente dispersa e, portanto, mais vulnerável, mais facilmente atraída por 'políticas populistas', suscetível de acolher até mesmo apelos 'neofascistas'" (p. 58).

É importante reconhecer também o papel das novas tecnologias no processo produtivo, que trouxeram benefícios para o capital, mas impactaram diretamente a vida dos trabalhadores, como a tendência à superexploração de sua força de trabalho. Em resumo, as relações do mundo do trabalho hoje se baseiam na informalidade, flexibilidade, descentralização e precariedade estrutural.



Os migrantes representam a parcela mais vulnerável em escala global no que diz respeito à precarização das condições de trabalho no capitalismo atual (Antunes, 2018). Essa afirmação é corroborada pela observação dos postos de trabalho que os migrantes ocupam predominantemente:

O trabalhador imigrante encontra, então, em indústrias, construtoras, supermercados, distribuidoras de hortifrutícolas, na agricultura, em hotéis, restaurantes, hospitais, empresas de limpeza etc., seus espaços principais de trabalho, recebendo os salários sempre mais depauperados (Antunes, 2018, p.73).

Essa situação se agrava no caso dos migrantes periféricos na periferia, que precisam de um trabalho que, além de garantir o essencial para se manter no país, possibilite o envio de remessas mínimas para seus familiares no país de origem (Villen, 2015).

Considerando todo esse contexto da migração, fica claro que “[...] a vulnerabilidade resulta de uma maior exposição e disponibilidade (por necessidade) à exploração no trabalho e em todas as áreas da vida social onde sua presença possa se tornar lucrativa [...]” (Villen, 2015, p.255). Assim, a organização social do trabalho, ao determinar as condições de vida e trabalho, influencia profundamente a saúde da população, evidenciando a interconexão entre o social e o biológico, ou mais precisamente, entre a condição de trabalho e a saúde.

INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO NO PARANÁ

A inserção no mercado de trabalho brasileiro apresenta desafios tanto para os imigrantes quanto para os cidadãos nativos. Segundo dados do IBGE (2024), a taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2024 atingiu 7,9%. Contudo, é fundamental considerar os obstáculos específicos enfrentados pelos imigrantes, como a barreira linguística, a discriminação, a regularização documental e a validação de diplomas, entre outros.

Estudos demonstram que a maior parte da força de trabalho imigrante é direcionada para empregos precários, que raramente são ocupados por brasileiros (David; Rizzotto; Gouvêa, 2023; Bettiol; Maccagnan; Garcia, 2018). Um exemplo disso são os frigoríficos que empregam um grande número de imigrantes em jornadas de trabalho exaustivas e em atividades perigosas, com condições



de trabalho prejudiciais à saúde. Portanto, não é surpreendente o aumento de doenças ocupacionais e a incidência de casos de perda parcial ou total da capacidade de trabalho devido a acidentes.

De acordo com a análise feita pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, o número de trabalhadores imigrantes com emprego formal quase dobrou no Paraná entre 2018 e 2022 (IPARDES, 2024). Isso significa um salto de 19.605 para 37.703 trabalhadores no estado, ou seja, neste período houveram 18.098 contratações a mais que o número de demissões. Vale ressaltar que esses números também incluem brasileiros naturalizados.

Ainda analisando esse período entre 2018 a 2022, a maior parcela de trabalhadores é representada por venezuelanos, seguidos pelos haitianos e argentinos (IPARDES, 2024). Esse ranking ainda se manteve até os dias atuais. Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), no ano de 2024 houveram cerca de 203.473 imigrantes admitidos no mercado formal em todo o território brasileiro. Deste total, 118.911 são venezuelanos, 16.453 haitianos e 15.392 argentinos, sendo Santa Catarina, Paraná e São Paulo os três estados com mais registros (CAGED/DATAMIGRA, 2025).

Em 2024, no Paraná, houveram 23.711 admissões e 18.083 desligamentos de acordo com o painel de informações do novo CAGED (2025). Tratando do tipo de atividade econômica ocupada por estes, temos em primeiro lugar o setor de Serviços, com 8.903 admissões (CAGED, 2025). Este engloba desde serviços domésticos até serviços de transporte, alojamento e alimentação. Em segundo lugar, o setor industrial com 6.449 admissões, seguido do comércio com 5.774, e o setor da construção civil e agropecuária com 1.741 e 844 respectivamente.

Esses dados evidenciam a inserção predominante de migrantes em atividades que, em grande parte, envolvem jornadas exaustivas, exposição a riscos físicos e baixos níveis de proteção trabalhista, o que impacta diretamente a saúde dessa população. Setores como a indústria, da construção civil, os serviços de transporte e a agropecuária são historicamente associados a condições laborais adversas, como esforço físico intenso, contato com agentes químicos ou biológicos, e precarização das relações de trabalho. Além disso, a inserção precária e, muitas vezes, informal nesses postos dificulta o acesso a serviços de saúde e à seguridade social, agravando vulnerabilidades já existentes entre os migrantes e contribuindo para o adoecimento físico e mental deles.



Foram encontrados nove artigos no levantamento bibliográfico. Com base na leitura dos mesmos, apontamos aqui algumas constâncias, diferenciações e algumas tendências observadas em relação à questão do trabalho vinculado à temática da saúde e da migração. A maioria dos artigos destaca a inserção de imigrantes haitianos em setores como frigoríficos, construção civil e agroindústria, especialmente no Oeste do Paraná, demonstrando consenso sobre as condições laborais desfavoráveis enfrentadas por esses imigrantes, incluindo baixos salários, jornadas exaustivas e falta de direitos trabalhistas (David; Rizzotto; Gouvêa, 2023; Bosi, 2019). Com isso, também há consenso sobre as consequências negativas na saúde física e mental dos trabalhadores, decorrentes das condições de trabalho e do processo migratório (David, 2021; Mamed, 2017).

Enquanto especificidades, alguns artigos focam exclusivamente em haitianos (Bortoloto, 2018; Tonezer; Boeno; Aldana, 2020), ao passo que outros abrangem imigrantes de diferentes nacionalidades, como paraguaios, africanos e asiáticos. Além disso, alguns estudos enfatizam aspectos jurídicos e legais da imigração, outros se concentram em questões de gênero, saúde e inserção no mercado de trabalho (Helfenstein; Ferrari, 2020; Mamed, 2017). A respeito das localidades, encontra-se para além de cidades pertencentes ao estado do Paraná como Cascavel e Pato Branco, algumas regiões fronteiriças.

Analisando as tendências, os artigos indicam um crescimento significativo da presença haitiana no Paraná a partir de 2010, impulsionado por fatores como desastres naturais no Haiti e demanda por mão de obra no Brasil. Ainda, é reiterada a tendência de inserção dos imigrantes em empregos precarizados, com pouca proteção legal e social, o que indica maior exposição ao adoecimento pelo trabalho. Observa-se também o apontamento de dificuldades na integração social e econômica dos imigrantes, incluindo barreiras linguísticas, reconhecimento de qualificações e acesso a serviços públicos. Sendo assim, há um entendimento geral sobre a urgência de desenvolver políticas públicas que promovam a inclusão e proteção integral dos direitos dos imigrantes, articulando diversas políticas e rede de proteção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada evidencia que a precarização do trabalho é um elemento central para compreender os impactos na saúde dos imigrantes Sul-Sul no estado do Paraná. A partir do



conceito de determinação social da saúde, é possível perceber que o modo como o trabalho está organizado na sociedade capitalista impõe condições de vida desiguais, que afetam diretamente os sujeitos migrantes, especialmente aqueles oriundos de países periféricos e que ocupam postos de trabalho marcados por baixa remuneração, informalidade e condições de trabalho precarizadas.

O levantamento bibliográfico analisado demonstra uma forte presença de imigrantes haitianos e venezuelanos em setores como frigoríficos, construção civil e serviços, atividades reconhecidamente desgastantes e pouco protegidas por direitos trabalhistas. Tais condições não apenas dificultam a permanência desses trabalhadores no país, como também geram adoecimentos físicos e psicológicos. A saúde, nesse contexto, não pode ser vista de forma isolada da estrutura social que determina o acesso a direitos e condições básicas de reprodução da vida.

Ademais, observou-se que a inserção dos migrantes no mercado de trabalho é atravessada por múltiplas vulnerabilidades: barreiras linguísticas, racismo, xenofobia, não reconhecimento de formações acadêmicas, além da burocracia envolvida na regularização documental. Essas camadas de exclusão aprofundam ainda mais os efeitos do trabalho precarizado e fragilizam as redes de proteção social, tornando os imigrantes alvos fáceis da exploração e da negligência institucional.

Nesse sentido, compreender a articulação entre trabalho, migração e saúde requer um olhar crítico para o papel do Estado e das políticas públicas. As análises sugerem a urgência de iniciativas que garantam aos migrantes não apenas o direito ao trabalho digno, mas também o acesso pleno aos serviços de saúde, educação e assistência social. A intersetorialidade deve ser uma diretriz fundamental para a formulação de políticas que contemplem as especificidades dessa população, respeitando suas trajetórias e assegurando sua inclusão social.

Por fim, este estudo aponta que a realidade dos imigrantes sul-sul no Paraná reflete um padrão mais amplo de desigualdade estrutural que afeta a classe trabalhadora em sua totalidade, ainda que de forma mais intensa para os segmentos migrantes e periféricos. Ao reiterar que saúde é um direito e não um privilégio, reafirma-se também que o enfrentamento dos aspectos sociais do adoecimento passa necessariamente pela luta por condições de trabalho justas e por uma política migratória pautada na equidade e nos direitos humanos.



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, G. S. C. de; SILVA, M. J. de S. Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. **Saúde em Debate**. 2014, v. 38, n. 103, pp. 953-965. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Q4fVqRpm5XfVnfq8HSCymkH/abstract/?lang=pt>. Acessado em: 22 de maio de 2025.

ANTUNES, R.. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11 ed. Campinas. Cortez, 2006.

_____. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova Morfologia do trabalho. 1 ed. São Paulo. Boitempo, 2005.

_____. **O Privilégio da Servidão:** o Novo Proletariado de Serviços na era Digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BASSO, P. Prefácio. In: ANTUNES, R.; NOGUEIRA, C. M. (Orgs.). **Ricardo Antunes:** para além do mundo do trabalho. 1. ed. Campinas: Papel Social, 2023. p. 25-42.

BETTIOL LANZA, L. M.; GARCIA, M. R.; MACCAGNAN, L. A.; AGUILAR, D. T. Trabalho, classe e imigração. In: **Colóquio Internacional de Pesquisas e Estudos Migratórios**, 1., 2018, Londrina. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. p. 452-469.

BORTOLOTO, C. C.. Imigração haitiana no oeste do paraná e a disponibilidade laboral em frigoríficos. **Educamaz nia - Educação Sociedade e Meio Ambiente**, v. 21, n. 2, p. 325–347, 2018.

BOSI, A. de P. Trabalho e Imigração: Os haitianos empregados nos frigoríficos do Oeste do Paraná. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 24, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/14445>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

BRASIL. **Lei n  8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRAVERMAN, H.. **Trabalho e capital monopolista:** A Degradação do Trabalho no Século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS/DATAMIGRA. **CAGED**, 2025. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibDI1NTViYzYtMmZkNy00NGU1LWEyNzAtZjNjNzI5ODIwZTdlIiwidCI6ImVjMzU5YmExLTZyMGItNGQyYi1iODMzLWM4ZTZkNDhmODA1OSJ9&pageName=c47451134a39e637d708>. Acesso em: 24 mar. 2025.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS/DATAMIGRA. **CAGED**, 2025. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6ImVjMzU5YmExLTZyMGItNGQyYi1iODMzLWM4ZTZkNDhmODA1OSJ9&disablecdnExpiration=1742566260>. Acesso em: 10 maio. 2025.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACÊDO, M; PEREDA, L. **Resumo Executivo.** 1117



Imigração e Refúgio no Brasil. Inserção Do imigrante, solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra 2019.

DAVID, J. B.. Imigração haitiana no Brasil e saúde. **Revista MERCOSUR de políticas sociais**, v. 5, n. 1, p. 115-128, junho 2021.

DAVID, J. B.; RIZZOTTO, M. L. F.; GOUVÊA, L. A. V. N. De. Modos de vida e trabalho de imigrantes haitianos no Oeste do Paraná/Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 57, 2023.

ENGELS, F.. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

HARVEY, D.. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1992.

HELFENSTEIN, L.; FERRARI, M. A condição jurídica do imigrante trabalhador na região de fronteira do paraná limítrofe ao Paraguai e Argentina. **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 13, n. 2, 2020. DOI: 10.48075/geoq.v13i2.24743. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/24743>. Acesso em: 23 maio. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 03 jun. 2024.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Número de trabalhadores estrangeiros quase dobrou no Paraná entre 2018 e 2022**, 05 abr. 2024. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Noticia/Numero-de-trabalhadores-estrangeiros-quase-dobrou-no-Parana-entre-2018-e-2022>. Acesso em: 24 mar. 2025.

LEMES, J., R., et al. **Perfil de imigrantes da Região Metropolitana de Londrina/PR**. 1   ed. Cambé, PR : Grupo SerSa  de-UEL, 2020.

LUZ, M. T.. Saúde. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (Org.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2. ed. 1 rev. e ampl. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2006. 2 pp. 345-352.

MAMED, L. H.. Trabalho, migração e gênero: a trajetória da mulher haitiana na indústria da carne brasileira. **Tematicas**, Campinas, SP, v. 25, n. 49, p. 139  176, 2017. DOI: 10.20396/tematicas.v25i49/50.11132. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11132>. Acesso em: 23 maio. 2025.

MARX, K.. **O Capital**: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

NUNES, E. D.. A doença como processo social. In: CANESQUI, Ana Maria (org.). **Ciências Sociais e Saúde para o ensino médico**. São Paulo, Editora Hucitec/FAPESP, 1990, pp. 217-229.

NUNES, L. T.; BETTIOL LANZA, L. M. O debate acadêmico da migração e saúde na região metropolitana de Londrina. **Anais do 32  EAIC – Encontro Anual de Iniciação Científica**, 2023, UEL - Londrina. Disponível em: 1118



<https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3639> . Acesso em: 21 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição**. Genebra: OMS, 1948.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: PATARRA, Neide et al., (Org.) **Migrações, Condições de Vida e Dinâmica Urbana**: São Paulo, 1980-1993. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

PAIM, J. S. **O que é o SUS**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

SASSEN, S. **Expulsões**: Brutalidade e complexidade na economia global. 1 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

SAYAD, A. **A Imigração, ou, os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998. p.13-25.

SOUZA, D. de O.; SILVA, S. E. V. da; SILVA, N. de O.. Determinantes Sociais da Saúde: reflexões a partir das raízes da “questão social”. **Saúde e Soc.**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 44-56, 2013.

TONEZER, C.; BOENO, A.; ALDANA, M.. **Migração e trabalho**: haitianos em Pato Branco-PR. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 171–192, 2020. DOI: 10.7867/2317-5443.2019v7n3p171-192. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/8425>. Acesso em: 23 maio. 2025.

VILLEN, Patrícia. O estigma da ameaça ao emprego pelos periféricos na periferia: crise e imigração no Brasil. **Rua**, v. 21, n. 2, p. 247-264, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8642466>. Acesso em 11 de maio de 2025.

ARTE COMO FORMA DE EXPRESSÃO LATINO-AMERICANA DE RESISTÊNCIA AO IRRACIONALISMO

Eixo 6: Capitalismo contemporâneo, desenvolvimento econômico e pobreza

JULIANA CRISTINA SCABELLO¹

RESUMO: Este artigo busca apresentar uma reflexão sobre a América Latina, em todas as suas nuances constitutivas - sócio-histórica, econômica, política, cultural e ideológica - que favorecem a proliferação de formas de vida e consciência baseada no irracionalismo, sustentadas pelo pensamento cotidiano e superficial da realidade social. Será particularizado a análise da arte, a partir do método materialista histórico dialético, como expressão latino-americana e suscitadora de processos reflexivos que buscam uma visão mais ampla e substancial da totalidade social, e como podem promover formas de resistência.

Palavras-chave: América Latina, irracionalismo, capitalismo dependente, arte.

ABSTRACT: This article seeks to present a reflection on Latin America, in all its constitutive nuances - socio-historical, economic, political, cultural and ideological - that favor the proliferation of forms of life and consciousness based on irrationalism, sustained by the everyday and superficial thinking of social reality. The analysis of art will be particularized, based on the dialectical historical materialist method, as a Latin American expression and a catalyst for reflective processes that seek a broader and more substantial vision of the social totality, and how they can promote forms of resistance.

Keywords: Latin America, irrationalism, dependent capitalism, art.

INTRODUÇÃO

Resistir é uma palavra chave importante em tempos de crise sistêmico-estrutural do capital e da política como um todo. Na América Latina, essa conjuntura tem traços mais distópicos tendo em vista o capitalismo dependente, bem como a influência sociocultural e a subordinação aos países imperialistas centrais.

¹ Assistente Social trabalhadora do SUAS. Mestra e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Aprofundamento Marxista - NEAM/PUC SP. E-mail: ju_c_scabello@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1230271290754171>.



Essas determinações sociais desencadeiam formas de subjetividade, pensamento e sociabilidade que se estruturam sobre o irracionalismo (Lukács), baseado no pensamento cotidiano - imediato, espontâneo e fragmentado - da realidade social. Nesse sentido, a arte, tendo em vista o método materialista histórico dialético, como elevação da cotidianidade, através da análise mediativa que favorece processos reflexivos que buscam a essência de fato dos fenômenos, favorecem uma forma crítica de expressão da realidade latino-americana e, com isso, promovem/projetam resistências e mobilização para a luta coletiva.

Destarte, no primeiro item sinaliza-se um rápido contexto da constituição do continente latino-americano sendo apresentado pelo título da obra *Cem Anos de Solidão*, de Gabriel Garcia Marquez, o qual se relaciona sobremaneira com o período pontuado neste tópico. É uma representação da identidade da América Latina e denúncia dos aspectos sócio-históricos, econômicos, políticos, culturais e ideológicos que permeiam a totalidade deste continente e das singularidades daqueles que os vivenciam.

Já no segundo, faz uma reflexão acerca do irracionalismo a partir da obra de Isabel Allende, *a Casa dos Espíritos*, cuja representação do pano de fundo socioeconômico e, principalmente, político deste continente demonstra a forma como o irracionalismo penetrou nos modos de vidas das/es/os sujeitas/es/os de maneira pungente.

O terceiro tópico busca analisar a função da arte e como os processos reflexivos mediados por ela podem desencadear práticas de resistência ao irracionalismo permeado na sociabilidade capitalista, privilegiando nesta reflexão a América Latina, espaço contraditório de subordinação e resistência, através da música *À Palo Seco*, do compositor e cantor Belchior.

DESENVOLVIMENTO

Cem Anos de Solidão²: O Contexto Latino-Americano

A América Latina é um território plural, vivo e rico, mas forjado na violência, dominação,

² Obra escrita por Gabriel Garcia Marquez em 1967. O livro relata a história da cidade fictícia de Macondo bem como de seus fundadores, os Buendía. O autor utiliza o gênero literário realismo mágico para representar/denunciar a formação sócio-histórica bem como a sociabilidade latino-americana.



opressão, exploração e submissão, as quais perduram até a contemporaneidade.

O traço central da constituição dos países latino-americanos foi determinado por um capitalismo dependente³ subordinado ao imperialismo⁴ de países centrais, tendo como primeira expressão a colonização ibérica⁵ a qual estabeleceu o poder político e econômico nesses países através das grandes navegações. Os efeitos desse processo se manifestaram através da espoliação das riquezas naturais e da terra, o cultivo de grandes plantações que foram transformadas em mercadorias direcionadas ao comércio externo - principalmente da Europa - fundada na escravização e genocídio de indígenas (povos originários) e negras/es/os (sequestradas/es/os do continente africano) e com a repressão e exploração, até o limite, de sua força de trabalho a fim de acumulação de riquezas para a burguesia externa e para a que estava se formando no continente.

Mesmo após os processos formais de independência - Haiti (1804), Argentina (1816), Guatemala (1821), México (1821), Brasil (1822), Peru (1824), entre outros - na América Latina ainda persiste a condição de dependência, subjugada econômica, sociocultural e ideologicamente aos países centrais. Tendo em vista a divisão internacional do trabalho imposta pela dinâmica do capitalismo global imperialista, a região se estabeleceu enquanto subordinada para atender as demandas destes países para acumulação capitalista e fornecimento de mão de obra barata, gerando, assim, uma sociabilidade extremamente desigual e perpetuando um ciclo de dependência.

Outro ponto importante na processualidade socioeconômica e histórica diz respeito a industrialização tardia e precária que ocorreu no século XX na maioria destas nações. De caráter imperialista, a indústria se desenvolveu se direcionando para bens de consumo (não duráveis) e

³ De acordo com Ruy Mauro Marini “(...) as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região. Em outras palavras, é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são subordinadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe” (2000, p. 109).

⁴ Conforme Lênin, “O imperialismo é, pois, o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes” (2011, p. 218). É uma política expansionista parasitária que aprofunda as contradições do modo de produção capitalista, sobretudo em países de capitalismo dependente.

⁵ O colonialismo realizado em países da América-Latina foi essencial para a acumulação primitiva do capital, pois a riqueza produzida pelas colônias, obtidas através do trabalho escravizado e dos saques dos recursos naturais, financiou o desenvolvimento capitalista na Europa, bem como impulsionou sua expansão em escala global.



dependente de importação de bens de capital, constituindo, assim, uma burguesia latino-americana submissa ao capital internacional e ao Estado.

Além disso, no século XX, a América Latina foi permeada por períodos autocráticos com governos “explicitamente a favor do imperialismo ou mais próximos de projetos nacionais desenvolvimentistas com certa distribuição interna da riqueza” (Silva, 2021, p. 09), a exemplo de “José Batlle y Ordóñez no Uruguai, Getúlio Vargas no Brasil e Juan Perón na Argentina (guardadas suas diferenças – temporais e conjunturais – e suas contradições)” (Silva, 2021, p. 09), e por períodos de ditaduras civil-militar que ocorreram durante a Guerra-Fria, - Brasil (1964 a 1985), Argentina (1966 a 1973 e 1976 a 1983), Chile (1973 a 1990), entre outros - determinadas pelo capital externo com a intervenção de países imperialistas. Sendo o Estado⁶ um instrumento de dominação de classe, em prol do capital internacional, e para o favorecimento da acumulação capitalista através do controle social, estas contrarrevoluções preventivas - impedir o avanço de processos revolucionários ou mesmo reformas estruturais, desarticular as organizações sociais e neutralizar a consciência de classe -, com o apoio de países centrais, atuaram de forma a garantir o ajuste estrutural atroz e necessário para a manutenção do capital interno e externo.

Nesse bojo sociopolítico, foi deflagrado, em abrangência planetária, o início do colapso do capitalismo a partir da década de 1970, com as crises do petróleo, onde o mundo contemporâneo não se encontrava “frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital” (Mészáros, 2000, p. 07). Em resposta a essa derrocada, houve uma grande ofensiva do capital sob a égide neoliberal⁷ a fim de preservar o próprio sistema capitalista em detrimento da satisfação das necessidades humanas e da garantia dos direitos das/es/os trabalhadoras/es.

⁶ Fontes compreende o Estado como “a condensação material de relações de força entre classes e suas frações. É sempre espaço de dominação e de luta de classes, cujos enfrentamentos geram movimentos internos ao Estado, eventuais conquistas ou derrotas pelas classes trabalhadoras ou subalternas.” (2017, p. 418). O Estado não é neutro e tem a função de organizar a sociedade e mediar conflitos de classe de forma imparcial segundo os interesses da burguesia a fim de viabilizar as condições necessárias para a acumulação capitalista. Contudo, tendo em vista determinações sociais e a correlação de forças, principalmente mobilizadas em períodos de lutas, podem ocorrer conquistas sociais importantes, mas paliativas, uma vez que não alteram a estrutura das relações de produção e reprodução social.

⁷ Segundo Harvey “um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (2011, p. 27). Seus fundamentos se sustentam na desregulação dos mercados, propriedade privada, abertura econômica, financeirização da economia, privatizações, desregulamentação das legislações trabalhistas com maior precarização do trabalho, cortes de gastos públicos com desresponsabilização estatal, entre outros (Harvey, 2011)



A América Latina não passou isenta por esse turbilhão, muito pelo contrário, tanto que o Chile foi laboratório desse “experimento neoliberal” que foi instaurado em plena ditadura do Pinochet. Este modelo aprofundou ainda mais a condição de dependência e consolidou a aliança entre a burguesia local e o capital internacional. As privatizações de setores estratégicos estatais e a promoção de uma relativa desindustrialização, enfraqueceram as indústrias nacionais em detrimento das multinacionais - que repatriam seus lucros e excedentes -, limitando a acumulação interna de capital e reforçando a importação de técnicas, tecnologias e bens industrializados. Como resultado, a região reconduziu sua posição enquanto exportadora de matérias-primas e commodities - produção e venda de produtos agrícolas e de outros produtos de bens primários de menor valor - através do agronegócio, cujos preços são instituídos nos mercados financeiros globais. Ao estar mais vulnerável aos movimentos, oscilações e interesses do capital externo, acumula-se uma dívida externa considerável e, concomitantemente, fortalece a financeirização da economia - o lucro vem mais da especulação, juros, dividendos da renda e não da produção - com a fuga de capitais e investimentos especulativos, gerando uma maior instabilidade econômica. Com isso, os Estados priorizam o pagamento e adotam políticas neoliberais de ajustes fiscais via cortes de gastos sociais e precarização, agravando desigualdades e fragilizando a população.

Apesar dessas expressões destrutivas da dominação do capital internacional sobre a América Latina, a “nova” forma de acumulação capitalista de viés financeiro objetivada a partir do século XXI desencadeou um colapso sistêmico-estrutural do capital sem precedentes com a crise de 2008⁸ que atingiu todos os aspectos constitutivos da realidade social, sobremaneira o econômico, social e cultural (Mészáros, 2009). Soma-se a este processo a crise sanitária da pandemia da COVID-19, que escancarou ainda mais a barbárie capitalista.

Essa relação de produção e reprodução social subalterna desencadeou uma exploração da classe trabalhadora ainda mais brutal. A superexploração (Marini, 2000) é a intensificação do processo exploração da força de trabalho viabilizada pelo mais valor⁹, através de salários baixos - dificultando a própria reprodução social e de sua família -, jornadas exaustivas e extrema precarização

⁸ Também ficou conhecida como crise das hipotecas subprime, a especulação imobiliária que levou ao desencadeamento da crise, desmoronou todos os grandes bancos de investimento de Wall Street (Harvey, 2011).

⁹ O mais - valor é a diferença entre o salário pago a/ao trabalhadora/r e o valor produzido pelo seu trabalho, que não é pago e é apropriado pela burguesia (Marx, 2017).



do contrato e das condições de trabalho.

Em todo o continente, todos esses processos em conjunto e articulados dialeticamente agudizaram as múltiplas expressões da questão social¹⁰ e trouxe à tona o avanço da retórica reacionária, reflexo de sua “insuperabilidade histórica de sua condição (genético-estrutural) de colônia” (Mazzeo, 2015, p. 16).

São nesses aspectos que se encontram os fundamentos em que se instituiu a América Latina. Aspectos que fazem parte de uma totalidade social engendrados por mediações nas e entre as totalidades constitutivas e a totalidade que é a sociedade capitalista. E determinações que condicionam o modo de vida, o pensamento, subjetividade e sociabilidade das/es/os sujeitas/es/os, conforme enunciado por Marx e Engels – é “(...) a vida que determina a consciência” (2009, p. 32).

Nesse sentido, a vida latino-americana conformou sujeitas/es/os a uma sociabilidade submetida à lógica do capital e aos centros capitalistas - nos aspectos econômico, social, cultural e ideológico - expressos por um pensamento antidemocrático, autocrático e conservador/reacionário, atrelados ao irracionalismo, herdados do contexto histórico-particular desse território e fundado no patriarcado, no familismo, no racismo, entre outros elementos.

A Casa dos Espíritos¹¹: O Irracionalismo que Assombra a América Latina

A América Latina é perseguida por espíritos que se instalaram com a colonização e que estão à espreita até hoje. Espíritos que representam as ações violentas, exploratórias, opressoras e dominadoras daqueles que se acomodaram neste continente e que submeteram todo este território à

¹⁰ Conforme Iamamoto “(...) expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização” (2008, p. 160). Contudo, nos últimos anos, tem se aprofundado sobre a relevância das relações étnico-raciais no debate da questão social, bem como das determinações de gênero, sexualidade e território. Tradicionalmente, a compreensão da questão social tendeu à abstração e generalização, priorizando a centralidade da relação entre capital e trabalho para a exploração e acumulação capitalista, sem considerar a particularidade da constituição sócio-histórica brasileira, a qual o racismo é elemento constitutivo e estrutural.

¹¹ Livro escrito por Isabel Allende em 1982 e narra a saga da família Trueba em um país fictício latino-americano. A autora combina o estilo literário realismo mágico com uma narrativa sobre a luta de classes e a ditadura neste continente, em conjuntura de Guerra-Fria, período em que o irracionalismo funcionou como uma ideologia que ocultou a luta de classe e reforçou narrativas autoritárias a fim de controle social e acumulação capitalista.



“civilidade” europeia e depois, na processualidade sócio-histórica, à sociabilidade dos países centrais do capitalismo.

Para tanto, é claro, foi necessário um aparato ideológico de consenso e controle das/es/os sujeitas/es/os latinas/es/os-americanas/es/o, a fim de manipular e subjugar os modos de vida e de consciência ao incorporar normas e comportamentos necessários e funcionais à produção e reprodução aos ditames do capital.

Tal mecanismo é fundamentado no irracionalismo que

como concepção do mundo fixa este esvaziamento da alma humana de qualquer conteúdo social, contrapondo-o rígida e exclusivamente ao esvaziamento, igualmente mistificado, do mundo do intelecto. Assim, o irracionalismo não se limita a ser a expressão filosófica da barbárie que cada vez mais intensamente domina a vida sentimental do homem, mas a promove diretamente. Paralelamente à decadência do capitalismo e ao aguçamento das lutas de classes em decorrência de sua crise, o irracionalismo apela – sempre mais intensamente – aos piores instintos humanos, às reservas de animalidade e de bestialidade que necessariamente se acumulam no homem em regime capitalista (Lukács, 2015, p. 114).

O irracionalismo condiciona a compreensão da realidade social de forma fetichizada e alienada, dissimulando a substância dos fenômenos sociais. Assim, essa realidade é percebida, na imediatez, somente através de sua manifestação fenomênica, fragmentada, dificultando a sua concepção como uma totalidade.

As relações sociais que constituem a trama da realidade social na sociabilidade capitalista, são contraditórias e antagônicas e construídas mediante processos econômicos e sócio-históricos. Contudo, o irracionalismo oculta as determinações sociais que a condiciona e transfere esses conflitos sociais no âmbito da individualidade, possibilitando, assim, a sua compreensão de maneira naturalizada, “como as únicas racionais e universalmente válidas” (Marx e Engels, 2009, p. 69), falseando a realidade a fim de perpetuar a ordem social vigente. Com isso, o irracionalismo tem como princípios a depreciação da razão, valorização de experiências e saberes subjetivos e intuitivos, priorização de concepções estáticas e míticas da realidade social, criação de mitos, negação de análises construídas através da processualidade sócio-histórica e dialética, entre outros (Lukács, 2000).

Ao não se aprofundar no cerne dos fenômenos sociais, o irracionalismo proporciona o esvaziamento da razão e uma concepção ilusória do mundo, viabilizando a reprodução da ideologia do capital e das classes dominantes, legitimando e promovendo a intolerância a/aos sujeitas/es/os que não se conformam ao status quo presente nesta sociabilidade.



Nesse sentido, em momentos de recessão do capitalismo, a intolerância se acentua sobremaneira desencadeando uma barbarização dos processos civilizatórios. Na contemporaneidade, período de crise sistêmico-estrutural do capitalismo, há uma naturalização maior da barbárie, chegando a níveis de bestialidade nas relações sociais entre as/es/os sujeitas/es/os, alastrando o consentimento à retórica reacionária. Ou seja, o irracionalismo, produto da decadência ideológica capitalista, serviu como base de ideologias de extrema-direita, conservadoras, reacionárias e (neo)fascistas que surgiram e se consolidaram como reação à crise para garantir a acumulação do capital, perpetuando a alienação, exploração, opressão e dominação.

Na América Latina, tendo em vista sua condição de dependência no marco da divisão internacional do trabalho, o irracionalismo encontra terreno fértil para a disseminação de sua ideologia enquanto expressão da crise sistêmico-estrutural do capital, onde a burguesia local, subordinada ao capital internacional, recorre a formas mais austeras para manter sua hegemonia em meio ao aprofundamento das contradições de classe. Nesta perspectiva, materializa-se nas relações sociais concretas: tomou as ruas, ocupou as conversas nos bares, invadiu as mídias, penetrou no meio político e no Estado como forma degenerada da política burguesa em tempos de crise.

Governos como os de Bolsonaro (2019-2022) no Brasil e de Milei (2024-) na Argentina, Piñera (2010-2014/2018-2022) no Chile, entre outros, exemplificam essa tendência. Conciliam pautas sociais, morais, culturais e comportamentais, com viés conservador e reacionário, para fragmentar a classe trabalhadora e justificar a intensificação da exploração, opressão e acumulação capitalista. Consolidam, assim, uma programática política e econômica “entreguista” necessária para estabelecer as novas formas de produção e reprodução social, através de um consentimento social de naturalização da barbárie e esvaziamento político de pautas sociais, a fim de fortalecer a configuração da acumulação capitalista interna e externa - mais devastadora, com a superexploração cada vez maior das classes trabalhadora, com a radicalização das expressões da questão social, desresponsabilização e desproteção do Estado, desmonte das políticas públicas e negação dos direitos.

Entretanto, a América Latina também é espaço de resistência. Uma nova onda progressista apoderou-se deste território desde a pandemia da COVID-19, momento em que ficou claro a importância da proteção estatal viabilizada pelas políticas públicas sociais. Além da eleição do presidente Lula no Brasil (2022), houve também as vitórias de Gabriel Boric no Chile (2021), Pedro



Castillo no Peru (2021), Alberto Fernández na Argentina (2019), entre outras.

Que esse Canto Torto Feito Faca Corte a Carne de Vocês¹²: Arte como Resistência

Para a tradição marxista e marxiana, a arte constitui uma dimensão ontológica do ser social, participando do processo histórico-dialético de autoformação/autoconsciência do ser humano genérico. É produto do trabalho¹³ - fundante do ser social mediante o metabolismo com a natureza, para satisfazer as necessidades objetivas e subjetivas quanto para sua própria “humanização” (Lukács, 2018) -, sendo uma forma de objetivação que se configura através uma atividade consciente em articulação com as condições objetivas de existência bem como as relações sociais, reflexo da totalidade social que possibilita potencialidades criativas ultrapassando a necessidade concreta imediata.

A arte, produto histórico-social da práxis humana, surgiu das necessidades sociais materiais e subjetivas engendradas pelas relações sociais que se manifestam através da vivência das/es/os sujeitas/es/os durante a produção e reprodução da realidade social. Suas diversas formas de expressão são determinadas dialeticamente pelas condições materiais, processo histórico e pelas relações de produção e reprodução social de uma determinada sociedade. Constitui, assim, uma forma de consciência social, que pode promover a reflexão, fortalecer/legitimar ou questionar/criticar a ideologia dominante.

Configura-se enquanto práxis teleológica onde a realidade social é interpretada através de representações na consciência a qual se materializa mediante uma expressão artística dotada de significado subjetivo, mediado dialeticamente por determinações sócio-históricas. É reflexo vivo da

¹² Verso da música *À Palo Seco*, escrita pelo compositor e cantor Belchior, em 1973 e que faz parte do disco *Alucinação* (1976). É uma expressão espanhola que significa “direto, franco, sem adornos” e é título de um poema do pernambucano João Cabral de Melo Neto. A canção representa uma exaltação à latinidade, suas formas de vida e de resistência; e crítica ao contexto imperialista e de ditadura civil-militar no Brasil e em outros países latino-americanos patrocinados pelos Estados Unidos da América.

¹³ Para Marx “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. (...). A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio” (2017, p. 255).



realidade concreta, que também a recria. Neste sentido, a arte tem a potência de viabilizar às/es/os sujeitas/es/os a leitura e compreensão de si e do mundo que vivencia (Scabello, 2022).

Lukács, pensador marxista, aprofundou a concepção da arte. Segundo o autor, a arte consiste sempre em “reter o significativo e o essencial e em eliminar o acessório e o inessencial” (Lukács apud Konder, 1967, p. 153). A arte, ao romper com a aparência imediata, desconsidera aquilo que dificulta a apreensão da essência da realidade social, diferentemente do pensamento cotidiano, fragmentado, baseado no senso comum, na imediatez e na superfície, onde a relevância da manifestação fenomênica sugestiva e naturaliza a relação das/es/os sujeitas/es/os com a realidade, dificultando a sua compreensão como uma totalidade.

Nesta perspectiva, a arte

ao contrário da vida cotidiana, oferece-nos um mundo homogêneo, depurado das ‘impurezas’ e acidentes a heterogeneidade próprias do cotidiano. Na fruição estética, o indivíduo depara-se com a figuração homogeneizadora, mobilizando toda a sua atenção para adentrar-se nesse mundo miniatural, despojado dos acidentes e variáveis que geram as descontinuidades do cotidiano. Essa concentração da atenção, essa mobilização das forças espirituais, produz uma elevação do cotidiano. Nesse momento, segundo Lukács, o indivíduo supera a sua singularidade e é posto em contato com o gênero humano. (Frederico, 2013, p. 135).

Ao desfrutar da arte, as/es/os sujeitas/es/os contemplam uma representação da realidade e a interpreta objetiva e subjetivamente. Este processo desencadeia uma elevação do cotidiano, além de sua aparência imediata, desobstruindo uma compreensão mais ampla e substancial da totalidade social e das suas mediações dialéticas. Assim, ocorre um rompimento com a cotidianidade e, concomitantemente, viabiliza às/os sujeitas/es/os um possível afloramento/despertar de processos de consciência crítica e a resignificação tanto da própria existência quanto das relações sociais que a determinam, sustentando um novo confronto com o cotidiano. Enriquecidas/es/os por esta experiência, podem superar a sua singularidade e se reconhecerem como ser humano genérico - dimensão universal da existência -, como parte integrante da totalidade e da práxis social coletiva.

Na contemporaneidade, em contexto capitalista, a arte contém uma dualidade intrínseca: sua funcionalidade enquanto suspensão do cotidiano, como supracitada, desvelando as determinações sociais concretas deste modo de produção, bem como as contradições inerentes a ele que possibilitam a dominação burguesa, proporcionado, assim, ferramenta para a crítica e desnaturalização social da ordem vigente; por outro lado, enquanto mercadoria submetida à lógica do valor de troca, esvaziada



seu potencial crítico e apropriada pelo capital como instrumento de alienação.

Neste cenário, o pensamento cotidiano é instrumentalizado como mecanismo de dominação de classe, o qual é atravessado pela ideologia fundada no irracionalismo e a arte é um recurso privilegiado em virtude de seu caráter dialético: simultaneamente resultado das condições objetivas e subjetivas de existência/sobrevivência, assim como seu potencial transformador para promover/projetar resistência e/ou mobilização para as lutas.

A arte latino-americana¹⁴ é plural e diversa, entretanto há uma característica comum que se evidencia: uma identidade relacional e dialética, reflexo de sua formação sócio-histórica, a aproximação com o discurso sociopolítico, seus aspectos autóctones bem como a autorrepresentação/autoconsciência (Lodo, 2019). Reflete, ainda, uma crítica da marginalização sofrida “em relação à produção de países centrais no desenvolvimento da história da arte ocidental no decorrer das últimas décadas” (Lodo, 2019, p. 156), sendo o “modo pelo qual a identidade da produção artística (...) funciona como um meio de impulsionar a autonomia da arte da região diante dos mecanismos viciados desse sistema artístico” (Lodo, 2019, p. 156).

Assim, a arte produzida neste continente - marcado pelo colonialismo e imperialismo que determinaram as relações sociais de produção e reprodução - não se reduz a uma mera expressão estética de elementos e tradições populares, indígenas e afro-diaspóricas. Ela tende a assumir um papel contestador e político pois revela as contradições da realidade social engendrada pelo capitalismo dependente. Ao denunciar a exploração de classe, opressões de gênero, étnico-racial, sexualidade e a dominação colonial/imperialista, a arte confronta o modo capitalista de ser e o predomínio eurocêntrico, possibilitando resistências, a reconstrução de identidades historicamente silenciadas e de uma memória coletiva.

Utilizando-se de um dos versos de Belchior na música *A Palo Seco* (1974), que a arte pode ser compreendida como “um canto torto feito faca e corte a carne de vocês”, em outras palavras, que a arte promova a suspensão do cotidiano, a reflexão crítica da realidade social e retorne, beneficiado

¹⁴ Usar esse termo pode levar à compreensão reducionista da “arte latino-americana”, considerando-a a partir de “a um único caráter identitário, excessivamente simplificado, [tendo em] vista a complexidade cultural do continente, [que] buscou um caminho de diferenciação, especialmente diante do ‘outro’, estrangeiro e quase sempre estranho ao meio latino (Lodo, 2019, p. 155). Entretanto esta expressão será utilizada para análise deste artigo que privilegia o território da América Latina.



por esta nova vivência, ao cotidiano em forma de resistência e mobilização de lutas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O irracionalismo é uma realidade na América Latina, em virtude da sua formação sócio-histórica e econômica, a influência sociocultural, do capitalismo dependente e subordinado - econômica, política, ideologicamente - a países imperialistas centrais. Mas é uma realidade que pode e deve ser contestada e derrotada.

É um território diverso, mas com uma identidade forjada a partir do período colonial comum. Esse processo de formação da sociedade latino-americana, assim como as formas estabelecidas de produção e reprodução social na sociabilidade capitalista, refletem no cotidiano das/es/os sujeitas/es/os tanto no aspecto objetivo quanto subjetivo e se estruturam sob o irracionalismo.

A arte, como exposto neste artigo e exemplificado por algumas expressões artísticas literárias e musicais, é um instrumento potente de promoção de reflexões e de novas formas de consciência crítica perante a realidade social. Ao desnaturalizar a ordem social vigente e desvelar as determinações sociais inerentes ao modo de produção capitalista, inicia-se um processo de desconforto com a barbárie e de reconhecimento das contradições desta sociabilidade. Portanto, é um campo de disputa ideológica, de luta de classe e que, dependendo de sua forma de expressão e/ou interpretação, tem o potencial de mobilizar resistências e lutas sociais.

Assim, a arte na América Latina, quando radicalmente ligada às expressões de sua latinidade, tradições populares, indígenas e afro-diaspóricas em contraponto ao capitalismo e imperialismo, ao suspender o cotidiano, contribui na superação do irracionalismo burguês, na reconstrução sócio-histórica e política deste território, no rompimento com ideias eurocêntricas e norte-americanas e no chamado à ação coletiva transformadora desta realidade social.

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.
- FREDERICO, Celso. **A Arte no Mundo dos Homens: o itinerário de Lukács**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.



- HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora: 2008.
- IANNI, O. **A Ditadura do Grande Capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019
- KONDER, Leandro. **Os Marxistas e a Arte**: breve estudo histórico-crítico de algumas tendências da estética marxista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas: Navegando Publicações, 2011.
- LODO, Gabriela Cristina. Arte na América Latina: historiografia e identidade (1960 - 1970). **Revista Ars Historica**, nº. 19, jul./dez. 2019, p. 153-180
- LUKÁCS, György. **Marx e o Problema da Decadência Ideológica**. Anuário Lukács 2015. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.
- _____. **Para uma Ontologia do Ser Social I**. Boitempo, São Paulo: 2018.
- _____. **A Destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MAZZEO, Antonio Carlos. **Fundamentos Históricos da Autocracia Burguesa no Brasil. Independência do Brasil**: a história que não terminou. São Paulo: Boitempo, 2022.
- MÉSZÁROS, István. A Crise Estrutural do Capital. **Revista Outubro**, edição 04, 2000. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-02.pdf>. Acesso em 08 de set. de 2022.
- _____. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- SANTOS, Aila Fernanda; OLIVEIRA, Shirleny de Souza; QUEIROZ, Felipe de Oliveira; ALVES, Alan de Loiola; RODRIGUES, Brenda Soares. Capitalismo Dependente, Classes Sociais e o Serviço Social Brasileiro: O dilema da América Latina em interface com o projeto ético-político profissional. In.: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, XVI, 2018, Vitória/ES.
- SCABELLO, Juliana Cristina. **A Arte como Mediação de Processos Emancipatórios na Práxis do Serviço Social**. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2022.
- SILVA, José Fernando Siqueira. América Latina: capital e devastação social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 24, n. 01, p. 07-19, jan./jun, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/74788>. Acesso em: 10 de set. de 2022.



ENTRE O MERCADO E A MORTE: NEOLIBERALISMO EM TEMPOS DO GOVERNO BOLSONARO

Eixo 6: Capitalismo contemporâneo, desenvolvimento econômico e pobreza

RÔMULO JÚNIOR CARDOSO OLIVEIRA¹

MOISÉS OLIVEIRA COSTA²

RESUMO: O artigo analisa criticamente as manifestações do neoliberalismo no governo Bolsonaro (2019–2022), evidenciando o aprofundamento de uma agenda ultraliberal baseada na austeridade fiscal, desmonte de políticas públicas e subordinação da vida à lógica do mercado. A gestão foi marcada por medidas que intensificaram a precarização das condições de vida da classe trabalhadora, agravaram as desigualdades sociais e enfraqueceram os mecanismos democráticos. A pandemia da COVID-19 expôs de forma brutal os limites do modelo adotado, revelando negligência com a vida, negação da ciência e descaso com a população vulnerável, culminando no retorno do Brasil ao Mapa da Fome.

Palavras-chave: Biopolítica, neoliberalismo, bolsonarismo, política; COVID-19.

ABSTRACT: The article critically analyzes the manifestations of neoliberalism during Bolsonaro's government (2019–2022), highlighting the deepening of an ultraliberal agenda based on fiscal austerity, the dismantling of public policies, and the subordination of life to market logic. The administration implemented measures that worsened living conditions for the working class, increased social inequalities, and weakened democratic mechanisms. The COVID-19 pandemic brutally exposed the limits of this model, revealing disregard for life, denial of science, and neglect of vulnerable populations, culminating in Brazil's return to the Hunger Map.

Keywords: Biopolitics, neoliberalism, bolsonarism, politics; COVID-19.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o avanço do neoliberalismo acarretou profundas transformações nas estruturas sociais, políticas e econômicas em escala mundial, mas impactando de maneira acentuada os países considerados periféricos, como o Brasil. Sustentado por uma ideologia que glorifica o livre mercado, a competitividade e a intervenção mínima do Estado, o neoliberalismo promove o desmonte

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Bolsista FAPEMIG. E-mail: romulojroliveira@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/8295662787160340>.

² Mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Bolsista CAPES. E-mail: moisesoliveiracostaa@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/9218805090177515>.



de políticas públicas, a precarização de legislações e relações trabalhistas que resulta na agudização das desigualdades sociais.

No Brasil, as referidas diretrizes são ampliadas durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), cuja gestão combinou elementos autoritários, negacionistas e neoliberais. Neste cenário, observa-se o aprofundamento de reformas que fragilizam os direitos da população, priorizando o interesse do capital financeiro, especialmente durante a crise sanitária causada pela pandemia da COVID-19, momento em que, a lógica de mercado foi colocada acima da preservação da vida.

O governo Bolsonaro se destacou sobretudo por aprofundar as medidas iniciadas por Michel Temer, através da desregulamentação das relações de trabalho, das privatizações e cortes em áreas como educação, saúde e assistência social. Referidas ações são justificadas sob o argumento de austeridade e de necessidade em retomar o crescimento econômico, mas, resultam em uma retirada de direitos historicamente conquistados e no aumento das expressões da “Questão Social”.

A reforma previdenciária, a flexibilização das leis trabalhistas e os cortes em orçamentos destinados a programas sociais demonstram que o governo priorizou a lógica fiscal em detrimento da justiça social. O governo operou um desmonte do Estado, negando seu papel e investindo em práticas voltadas ao fortalecimento da financeirização econômica, a concentração de renda e o enfraquecimento dos mecanismos democráticos de controle social.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar criticamente as manifestações do neoliberalismo no governo Bolsonaro, demonstrando como suas políticas intensificaram a precarização das condições de vida da classe trabalhadora e aumentaram as desigualdades sociais. Para isso, a pesquisa ancora-se em uma perspectiva crítica, retomando historicamente a teoria neoliberal para analisar as medidas adotadas entre 2019 e 2022, concluindo com uma reflexão sobre os impactos duradouros desse período para a sociedade brasileira.

NEOLIBERALISMO E RETROCESSO SOCIAL NO GOVERNO BOLSONARO

O neoliberalismo é considerado uma vertente teórica de ações econômicas e políticas que, embora distinta do liberalismo clássico, atualiza seus princípios e os combina com o pensamento conservador. Defende que o bem-estar social deve ser alcançado por meio da promoção da liberdade individual e da expansão do livre mercado, visto como essencial para a sua maximização e

1135



autonomização. Para Boito Jr. (1999), essa vertente valoriza a competição e a iniciativa privada, defendendo a intervenção mínima do Estado. As políticas sociais, nessa lógica, são vistas como responsáveis por comportamentos passivos e dependência do Estado.

No plano político, a ação econômica do Estado criaria privilégios para alguns e dependência para muitos. Os cidadãos habituar-se-iam ao paternalismo do Estado e, assim, deixariam de desenvolver sua capacidade de iniciativa para resolver seus próprios problemas. Quando os serviços públicos e a segurança social são oferecidos pelo Estado aos cidadãos, esses assumiram uma atitude filial frente à burocracia pública, perderiam sua independência individual (Boito Jr., 1999, p. 26-27).

A definição e defesa da ideologia é ampla, abstrata e seletiva, contudo, o tripé neoliberal — desregulamentação de direitos, privatizações e abertura econômica — implica a retirada de direitos sociais, favorece grandes grupos empresariais e sustenta políticas de juros altos e estabilidade monetária (Boito Jr., 1999). Moraes (2001) aponta que tais medidas se expressam em ações contra políticas redistributivas, defesa da iniciativa privada sobre o setor público e resistência à regulação de contratos, previdência e serviços públicos essenciais.

Após as grandes guerras, as crises econômicas evidenciaram necessidade de revisão das diretrizes liberais do século XIX, que segundo Dardot e Laval (2016) pode ser resumida como uma sociedade desenvolvida a partir de múltiplas relações contratuais em todas as esferas sociais, que deveria multiplicar as ações para reequilibrar, proteger e garantir a liberdade individual visando concretizar seus projetos pessoais. Para os referidos autores, as crises econômicas, os fenômenos que envolvem especulações e a desordem social revelaram a fragilidade do liberalismo e constataram sua incapacidade de impor limites para a intervenção governamental.

A partir disso, o neoliberalismo emerge como resposta, criticando o Estado de bem-estar e propondo a primazia da liberdade econômica. A partir da fundação da Sociedade *Mont Pélérin* por Hayek, em 1947, consolidou-se uma doutrina que valorizava a desigualdade como motor do mercado e rejeitava o controle estatal, alegando que a intervenção Estatal era prejudicial para a liberdade dos cidadãos e na concorrência do mercado, devido a dependência da prosperidade de todo complexo social. O pensamento se tornou hegemônico nos anos 1970, quando adentrou a estrutura social, incorporando em campos educacionais, comunicacionais administrativos e financeiros (Anderson, 2020; Harvey, 2008).



A ideologia neoliberal foi sistematizada por intelectuais da Europa e Estados Unidos agrupados na Sociedade de *Mont Pélérin*, durante o período de hegemonia da política econômica keynesiana e do Estado de bem-estar, na Europa Ocidental, do modelo de capitalismo de Estado com bem-estar social na Europa do Leste e na União Soviética e de hegemonia do desenvolvimentismo e do populismo nos países latino-americanos (Boito Jr., 1999, p. 111).

A partir de então, os neoliberais defenderam o corte de gastos sociais, o enfraquecimento dos sindicatos e a restauração de um Estado forte que garantisse a lógica concorrencial. Para Harvey (2008), o neoliberalismo passou a estruturar a administração pública com base em princípios empresariais, priorizando a acumulação de capital e a restauração do poder das elites econômicas.

Globalmente, a lógica neoliberal impõe a obrigatoriedade do desempenho individual, o esvaziamento da cidadania e a subordinação das políticas públicas aos interesses do capital (Andrade, 2019; Andrade; Cortes; Almeida, 2021). Suas práticas reconfiguram o papel do Estado, que deixa de garantir direitos e passa a induzir competitividade, inclusive com uso de repressão contra opositores. A consequência é o aprofundamento da pobreza e das desigualdades sociais.

A ideologia almeja esgotar preceitos democráticos através da manipulação de táticas autoritárias, ambicionando permanecer, efetivar e aprofundar seus interesses. Portanto, deseja alterações no cenário político, anseia pela adaptação da sociedade a lógica mercantil, flexibiliza legislações e modifica direitos sociais, além de fazer uso de meios repressivos para quem se opõe a sua ideologia.

A primeira experiência neoliberal ocorreu no Chile, com a ditadura de Pinochet apoiada por interesses estadunidenses (Harvey, 2008). Na Inglaterra, Margaret Thatcher implementou reformas neoliberais com cortes sociais, repressão a greves e amplas privatizações, seguidas por governos de direita e centro-esquerda. Na América Latina, o modelo resultou na precarização do trabalho, na urbanização empobrecida, em ataques a democracia eleitoral representativa e na retração do Estado como garantidor de direitos (Anderson, 2003; Laurell, 2012).

O neoliberalismo operou uma reconfiguração ampla das relações sociais, políticas e econômicas, marcada pelo desmonte do Estado, privatizações, liberação de mercados e expropriação de direitos sociais (Del Roio, 2019).

Perante o exposto, tem-se que a ideologia representou uma maneira de degradar



coletivamente a sociedade e minimizar com as políticas públicas desenvolvidas após o fim do século XIX, tendo em vista que as consideram medidas redistributivas, assistenciais e protecionistas.

Para Dardot e Laval (2016), trata-se de uma agenda orientada pela adaptação contínua a uma ordem concorrencial global, voltada para a eliminação de obstáculos ao capital, como monopólios, privilégios e direitos sociais.

A agenda do neoliberalismo é guiada pela necessidade de uma adaptação permanente dos homens e das instituições a uma ordem econômica intrinsecamente variável, baseada numa concorrência generalizada e sem trégua. A política neoliberal é requerida para favorecer esse funcionamento, combatendo os privilégios, os monopólios e os rentistas. Ela visa a criar e preservar as condições de funcionamento do sistema concorrencial (Dardot; Laval, 2016, p. 86).

Nesse processo, o Estado assume papel estratégico na garantia da ordem neoliberal, promovendo competitividade e transferindo responsabilidades sociais aos indivíduos (Harvey, 2008; Andrade, 2019). A racionalidade neoliberal se impõe como forma dominante de gestão, com indivíduos convertidos em empresas, responsabilizados por sua própria sobrevivência. Desta maneira, a administração governamental se torna um sistema público que se apoia em regras utilizadas no setor privado.

Dardot e Laval (2016) elencam quatro traços para caracterizar a razão neoliberal, sendo: o discurso desvinculado da ontologia da ordem mercantil, sob um caráter construtivo; a essência do mercado ancorada na concorrência, e definida através de relações permeadas por desigualdades entre as diferentes esferas; o Estado vigilante e submetido a concorrência, com uma gestão semelhante à lógica empresarial em funcionamento interno e externo; e a concorrência como influência direta nas relações individuais e na condução da sociedade, com uma visão de cada indivíduo como uma empresa que deve gerir para o capital e acarretar lucros.

Segundo Druck e Filgueiras (2019), as transformações neoliberais intensificaram a concentração de renda, o desemprego, a pobreza e a instabilidade social, gerando sentimento de insegurança e intolerância. Nesse contexto, cresce uma extrema-direita que ataca os avanços democráticos e propõe um Estado de exceção como forma de garantir os interesses do capital financeiro, amparada por discursos morais conservadores e pelo fundamentalismo religioso.

Essa “grande transformação” estrutural, entendida como a derradeira mundialização do capital e que vem ocorrendo desde os últimos quarenta anos, implicou, tanto no centro quanto



na periferia do sistema capitalista, em maior concentração de renda e da propriedade, aumento do desemprego estrutural e difusão da precarização do trabalho, crescimento da pobreza absoluta e relativa, desenraizamento social e grandes movimentos migratórios. Como consequência generalizou-se, em todas as sociedades, a volatilidade, instabilidade, incertezas e crises econômicas – que levaram a sentimentos de insegurança, raiva e ódio difuso, fobias de todos os tipos, ressentimentos com relação a algum ou alguns “outros”. (Druck; Filgueiras, 2019, n/p).

A consolidação do neoliberalismo como racionalidade dominante não apenas reconfigurou o papel do Estado, mas também abriu caminho para experiências históricas marcadas pela intensificação das desigualdades, da precarização das relações de trabalho e do esvaziamento da cidadania. Essa dinâmica foi aprofundada em diversos contextos nacionais, inclusive na América Latina, onde regimes autoritários e democracias liberais adotaram os princípios neoliberais.

No Brasil, o referido processo encontrou expressão singular durante o governo Bolsonaro, que, sustentado por uma aliança entre neoliberalismo, neoconservadorismo e autoritarismo, promoveu uma agenda ultraliberal de ajuste fiscal e desmonte das políticas sociais.

A ascensão da nova direita brasileira no cenário contemporâneo ocorreu por meio de amplos movimentos políticos, assim como em outros países capitalistas e periféricos. Esse avanço resulta da incapacidade do liberalismo clássico e da social-democracia em apresentar respostas às necessidades do grande capital, favorecendo o fortalecimento de forças de direita e extrema-direita, apoiadas por agrupamentos neoliberais.

Nesse sentido, Druck e Filgueiras (2019) apontam que a direita neoliberal no Brasil se expressa especialmente através do Ministério da Economia, que lidera reformas exigidas pelo capital financeiro. Bolsonaro emergiu como figura política comprometida em dar continuidade às reformas iniciadas no governo Temer, adotando um discurso centrado na recuperação econômica, no crescimento, na geração de empregos, no aumento do bem-estar e no combate à corrupção.

Antes de analisar as medidas implementadas pelo governo, é necessário destacar o Plano Plurianual (PPA) 2020–2023, elaborado pela equipe e por Bolsonaro. Nomeado “Planejar, priorizar, alcançar”, o PPA foi estruturado em sete eixos: Institucional, Social, Ambiental, Econômico, Infraestrutura, Estratégia e Defesa (Brasil, 2020). O plano visava ampliar a eficiência econômica e superar os obstáculos que impedem o país de atingir seu pleno potencial econômico e social.

Entre os objetivos estavam: garantir a estabilidade macroeconômica, promover a alocação eficiente dos recursos públicos, melhorar o ambiente de negócios e fomentar a concorrência e a



inovação. Além disso, previa a reforma tributária, buscando simplificar o sistema e reduzir os custos operacionais para as empresas. Também constavam a ampliação das concessões e privatizações, a racionalização dos subsídios da União e uma reforma administrativa que visava a redução do número de servidores e mudanças nos critérios de progressão de carreira.

Behring, Cislighi e Souza (2020) observam que os programas finalísticos ficaram concentrados no Eixo Econômico, que absorveu cerca de 65,6% do orçamento total do PPA. Já o Eixo Social, embora discursivamente voltado ao bem-estar e à redução das desigualdades, limitou-se a ações básicas em educação, saúde, assistência, cultura, esporte e vínculos familiares. Houve sobrecarga do Ministério da Cidadania, responsável por programas que, idealmente, deveriam ser distribuídos entre diferentes pastas.

Importante destacar ainda a exclusão de diversos programas voltados à promoção de direitos fundamentais. Foram suprimidos, por exemplo, os programas de combate à violência contra a mulher, de promoção da igualdade racial e de proteção integral à infância e adolescência. Este último foi substituído por uma proposta limitada à “Atenção integral à primeira infância”, contrariando os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Outro dado importante a destacar deste orçamento refere-se à exclusão de diversos programas fundamentais, como o programa voltado ao combate à violência contra mulher, o programa de promoção de igualdade racial e o programa em defesa dos direitos humanos da criança e adolescente. Neste campo, o programa recém-criado se limita à “Atenção integral à primeira infância”, contrariando a perspectiva presente no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) sobre a garantia de direitos a infância e adolescência na sua integralidade (Behring; Cislighi; Souza, 2020. p. 113).

Conforme prometido durante sua campanha, Bolsonaro nomeou Paulo Guedes para o Ministério da Economia. Formado pela Universidade de Chicago, Guedes adotou uma agenda claramente ultraneoliberal, aprofundando as medidas do governo anterior. Boito Jr. (2020) ressalta que Guedes manteve e acirrou as políticas de austeridade e abriu a economia brasileira, além de promover a reforma da Previdência e favorecer o setor privado em detrimento do público.

A política externa, alinhada aos Estados Unidos, evidenciou submissão ideológica. O governo demonstrou empenho em agradar a Donald Trump e adotou uma postura hostil à China, principal parceiro comercial do Brasil. No plano interno, mesmo com pouco êxito nas privatizações, houve forte incentivo à iniciativa privada.



A crise social agravou-se com os ajustes fiscais e as contrarreformas, como na Educação, que sofreu drástica redução orçamentária. Foram extintos 27.500 cargos em universidades públicas e proibida a realização de novos concursos (Freire; Cortes, 2020). Além disso, houve cortes no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), na educação básica e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com impactos significativos na pesquisa científica.

O fim do Ministério do Trabalho facilitou a desregulamentação das relações trabalhistas. A Portaria nº 604/2019 autorizou o trabalho em domingos e feriados sem remuneração adicional. A Medida Provisória (MP) nº 881/2019, transformada na Lei 13.874/2019, revisou normas de segurança e saúde do trabalho, permitindo a supressão de direitos. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2019 reformou a Previdência, elevando a idade e o tempo de contribuição e incentivando a previdência privada.

Em novembro de 2019, Guedes defendeu um novo pacto federativo e uma cultura de responsabilidade fiscal. Apresentou a PEC nº 188/2019, que previa mudanças orçamentárias e redução de gastos. Entre as propostas, destacam-se a redução de 25% nos salários em situações de emergência fiscal e a obrigatoriedade de municípios com menos de 5 mil habitantes comprovarem arrecadação mínima. Houve também tentativa de unificar os pisos da educação e saúde, posteriormente abandonada diante da repercussão negativa.

As consequências dessas medidas incluíram a suspensão de concursos, o congelamento de salários, o aumento da terceirização e a perseguição a servidores públicos. Paralelamente, houve proteção e incentivo a setores como o agronegócio e a bancada ruralista. A política ambiental foi desmontada com cortes orçamentários, enfraquecimento de órgãos de fiscalização e flexibilização das legislações. O desmatamento aumentou 60% na Amazônia, atingindo o maior índice em 15 anos (INESC, 2023).

As medidas desenvolvidas pelo governo são embasadas no argumento de que o país está em crise, sendo essencial realizar ajustes fiscais e cortes para recuperar a economia. Entretanto, nota-se que as medidas são direcionadas especificamente a retirar direitos dos trabalhadores, e não para toda a sociedade.

Estamos diante do momento mais dramático para os trabalhadores (as) desta saga ortodoxa e destrutiva: o ultraneoliberalismo. O discurso é muito semelhante ao dos anos 90: a crise é do Estado e é necessário que “cada um faça a sua parte” no processo de socialização dos seus

1141



custos. Mas no mundo real, ontem e hoje ainda mais, quem paga a conta são os(as) trabalhadores(as), o que se evidencia no recrudescimento dos indicadores sociais brasileiros, destacadamente nos últimos quatro anos (Bering; Cislighi; Souza, 2020. p. 106).

Enquanto a classe trabalhadora é destituída dos direitos historicamente conquistados, a bancada ruralista e o agronegócio são beneficiados, de forma que os agricultores familiares, as populações originárias, os povos tradicionais, e o Movimento dos Trabalhadores sem-terra são negligenciados. Um exemplo está na privatização das reservas ambientais e territórios de povos indígenas, favorecendo a expropriação da terra, além da redução em 51% do orçamento direcionado ao Ministério do Meio Ambiente (Freire; Cortes, 2020).

Deste modo, o desmonte da política ambiental ocorreu através de alterações diretas e indiretas nos orçamentos, alterações em setores e órgãos responsáveis pela proteção ambiental e por fiscalizações, bem como flexibilização de legislações. Nestas circunstâncias, segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (2023), na Amazônia e nos cerrados, aumentou-se cerca de 60% o desmatamento, especificamente na região amazônica, em que o número representou o maior índice dos últimos 15 anos.

Outro aspecto a ser considerado é a pandemia da COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, que revelou a fragilidade estrutural do país. A ausência de políticas públicas eficazes expôs a população a riscos sanitários e socioeconômicos.

As medidas de prevenção ao contágio do vírus tomaram proporções políticas entre governadores. A classe trabalhadora ficaria sem qualquer segurança de renda caso permanecesse em isolamento social, conforme indicado pela OMS, e caso a população voltasse ao seu espaço de trabalho estaria exposta ao agente fatal. Além da pandemia em curso, a população brasileira também estava sendo afetada por condições precarizadas de abastecimento de água e esgoto, condições de moradia, vínculos empregatícios e ampliação do índice de desempregados, aumento do preço de alimentos, ampliação de desigualdades educacionais, ameaça constante a democracia (Brandt; Cislighi, 2020).

Com a crise sanitária em curso o governo permaneceu com sua agenda neoliberal, inicialmente propôs o Auxílio Emergencial, de apenas R\$200,00 que foi considerada insuficiente e elevada para R\$600,00 após pressão popular e parlamentar. O acesso ao benefício foi dificultado pela exclusão digital, com longas filas nas agências da Caixa Econômica Federal e parcerias emergenciais



com os Correios (Brandt e Cislighi, 2020).

O presidente descredibilizou as autoridades sanitárias, minimizou a gravidade da pandemia e trocou o Ministro da Saúde por militares. Houve negligência na aquisição de vacinas, compra de medicamentos ineficazes e incentivo a invasões de hospitais. Para Silva (2020), o governo priorizou o lucro, não a vida, revelando um projeto negacionista com traços autoritários.

O agravamento da crise sanitária com a pandemia da COVID-19 revelou de forma brutal os limites e a perversidade da agenda neoliberal. Mesmo diante de uma calamidade global, o governo insistiu na austeridade e manteve sua agenda de ajuste, negligenciando medidas de proteção à população vulnerável. O negacionismo, o atraso na aquisição de vacinas, os cortes em áreas essenciais e o valor inicial irrisório do Auxílio Emergencial escancararam o desprezo pela vida (Behring; Cislighi; Souza, 2020).

A crise que ora eclode é expressão das contradições próprias do capitalismo, que mesmo esaurindo recursos naturais e humanos, espoliando e expropriando direitos dos trabalhadores e levando ao limite o nível de barbarização das relações sociais, não consegue suplantar sua propensão a crises (Silva, 2020. p. 209).

Mesmo diante da pandemia, o governo avançou em medidas que restringiam direitos. As MPs nº 927, 928 e 936 flexibilizaram normas trabalhistas, ampliando os poderes patronais e limitando a atuação sindical. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi enfraquecido, serviços de saúde mental extintos e profissionais exonerados por razões ideológicas. A gestão da crise revelou o desprezo pelas camadas mais vulneráveis e aprofundou as contradições do capitalismo neoliberal.

Ao final de 2022, o governo Bolsonaro acumulava 10 milhões de desempregados, 40 milhões de trabalhadores informais, 33 milhões em extrema pobreza e mais de 700 mil mortes por COVID-19. Apesar disso, encerrou o ano com superávit primário de R\$54,1 bilhões, evidenciando o uso mínimo de recursos públicos para o enfrentamento das crises. A combinação entre austeridade, autoritarismo e omissão gerou retrocessos profundos e recolocou o Brasil no Mapa da Fome (INESC, 2023).

Logo, o quadriênio do governo Bolsonaro (2019-2022) representa um retrocesso para a sociedade, uma vez que ele nutriu uma ludibriadora ideia de salvação da vida e da economia, e fracassou em ambas as questões. O governo poderia ter amenizado o número de mortes decorridos da Covid-19, mas em razão do negacionismo que marcou seu governo não seguiu os protocolos e



aderiu de forma tardia aos programas de vacinas. A socialização dos custos da crise através da intensificação das medidas neoliberais sacrificou a população deixando-as em situação de extrema pobreza e retomando o país ao Mapa da Fome (INESC, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de 2019 a 2022, correspondente ao governo de Jair Bolsonaro, representou uma intensificação do projeto neoliberal no Brasil, caracterizado pela adoção de medidas que fragilizaram o papel do Estado na garantia de direitos sociais e aprofundaram as desigualdades já existentes.

A articulação entre austeridade fiscal, desmonte de políticas públicas e autoritarismo revelou não apenas uma continuidade das reformas iniciadas no governo Temer, mas também a radicalização de uma agenda neoliberal que se ancorou na desresponsabilização estatal e na transferência das obrigações públicas aos indivíduos.

As análises realizadas neste trabalho permitem compreender como o neoliberalismo estruturou o conjunto das ações governamentais, orientando cortes em áreas estratégicas como saúde, educação, assistência social e direitos humanos. A partir do Plano Plurianual 2020–2023, ao priorizar a eficiência econômica e a estabilidade fiscal, nota-se que estrategicamente relegou a um segundo plano políticas voltadas à promoção da equidade social, que pode ser demonstrado pela exclusão de programas voltados ao enfrentamento da violência contra a mulher, à igualdade racial e à proteção da infância e adolescência.

Nas áreas voltadas ao trabalho e a seguridade social, medidas como a reforma previdenciária, a flexibilização das normas trabalhistas e a extinção de concursos públicos evidenciaram o avanço de um modelo que favorece o setor privado em detrimento da proteção social. A precarização das condições de trabalho e a perda de direitos foram justificadas pela retórica da crise, enquanto setores ligados ao agronegócio e à elite financeira continuaram sendo privilegiados por meio de incentivos e proteção institucional.

A crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19 aprofundou as contradições desse modelo ideológico. A condução negacionista do governo, junto à lentidão na compra de vacinas e à desarticulação do sistema de saúde, demonstrou a prioridade dada à lógica fiscal deixando questões ligadas a preservação da vida da população em segundo plano. O valor inicialmente proposto para o

1144



Auxílio Emergencial, bem como as dificuldades de acesso enfrentados pela população, evidenciaram o despreparo e a insensibilidade da gestão governamental frente à emergência vivida pela população.

O resultado desse conjunto de medidas foi o aumento dos indicadores de pobreza, insegurança alimentar e informalidades no mercado de trabalho, além do retorno do Brasil ao Mapa da Fome.

A literatura utilizada ao longo desta pesquisa, com destaque para autores como Harvey (2008), Dardot e Laval (2016), Druck e Filgueiras (2019) e Behring, Cislighi e Souza (2020), contribuem para sustentar a tese de que o neoliberalismo se compromete com aspectos econômicos, com a racionalidade política que está intrinsecamente ligada as instituições, com os vínculos sociais e a subjetividades dos sujeitos.

Diante do exposto, torna-se evidente a necessidade de uma inflexão no modelo de desenvolvimento adotado, de maneira que a reconstrução do pacto social ocorra por meio do fortalecimento do Estado enquanto espaço de promoção de direitos, restabelecimento de políticas públicas universais e a ampliação dos espaços ligados a participação social democrática e do controle social.

A superação da lógica neoliberal passa pela afirmação de um projeto comprometido com a justiça social, a equidade e a valorização da vida acima dos interesses do capital.

Portanto, é urgente o enfrentamento dos retrocessos acumulados durante o governo Bolsonaro. Este confronto requer não apenas a reversão das medidas implementadas, mas, sobretudo, a elaboração coletiva de alternativas que coloquem no centro da ação política os princípios da solidariedade, da justiça e da democracia.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte: 1964-2019**. Trad.: Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANDRADE, Daniel. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos Estudos Cebrap**, v. 38. 2019. p. 109-135. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/WrvHr9cvMKnq4xXXRkf6HTD/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 de abril. 2025.

ANDRADE, Daniel; CÔRTEZ, Mariana; ALMEIDA, Silvio. NEOLIBERALISMO AUTORITÁRIO NO BRASIL. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 34, p. 01-25, 2021. Disponível em:



<<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/44695>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BEHRING, Elaine; CISLAGHI, Juliana; SOUZA, Gisele. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, Maria Inês; MATOS, Maurílio; Freire, Silene. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. 1ª ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 103-122.

BOITO JR., Armando. Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do governo Bolsonaro. **Observatório Latinoamericano y Caribeño**, v. 4, p. 8-30, 2020. Disponível em: <<https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/observatoriolatinoamericano/article/view/6026>>. Acesso em: 13 de abr. 2025.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**, São Paulo. 1ª Ed. Xamã Editora, 1999.

BRANDT, Daniele; CISLAGHI, Juliana. Desmonte e financeirização da seguridade social em tempos de pandemia. In: MAURIEL, Ana Paula; KILDUFF, Fernanda; SILVA, Mossicleia; LIMA, Rodrigo. (Org.). **Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos**. 1ª ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 159-180.

BRASIL. Ministério da economia: **PPA 2020-2023**: planejar, priorizar, alcançar. [Brasília]: Ministério da Economia, mai. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa>>. Acesso em: 22 mai. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

DEL ROIO, Marcos. A terceira fase do neoliberalismo. **Marxismo 21**, 2019. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Del-Roio-A-terceira-fase-do-neoliberalismo.pdf>>. Acesso em: 05 de abril. 2025.

DUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a esquerda. **Marxismo 21**, 2019. Disponível: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Luiz-Filgueiras-e-Gra%C3%A7a-Druck.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2025.

DUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. Para entender a conjuntura: Neoliberalismo, neofascismo e burguesia no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/para-entender-a-conjuntura-neoliberalismo-neofascismo-e-burguesia-no-brasil/>>. Acesso em: 25 de març. 2025.

FREIRE, Silene; CORTES, Thaís. Políticas de combate à pobreza e avalanche ultraneoliberal: aportes para reflexão. In: BRAVO, Maria Inês; MATOS, Maurílio; Freire, Silene. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. 1ª ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 27-52.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo História e Implicações**. Trad. Adail Sobral. Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS (Brasil). **Depois do desmonte**: Balanço do orçamento geral da União 2022. Brasília, 2023. Disponível em: < https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Depois_do_desmonte-BOGU_2022.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2025.



LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: A política social do neoliberalismo. In: Estado e políticas sociais no neoliberalismo. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 151- 177.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? 1ª ed. São Paulo: Senac, 2001.



ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA NO BRASIL: QUEM SÃO OS/AS TRABALHADORES/AS RESGATADAS?

Eixo 6: Capitalismo contemporâneo, desenvolvimento econômico e pobreza

JÉSSICA DOS SANTOS COSTA¹

RESUMO: Este artigo é fruto de uma apresentação realizada na XVI Reunião Científica trabalho escravo contemporâneo e questões correlatas, com correções e ajustes. Dessa forma, a concepção pretendida neste artigo de cunho teórico sobre trabalho escravo contemporâneo tem como objetivo apresentar reflexões sobre o labor na sociedade brasileira. Busca-se entender como as particularidades das relações de trabalho no Brasil influenciam diretamente as condições que favorecem a ocorrência da escravidão contemporânea, considerando os marcadores de classe, gênero e raça. Utilizaremos a teoria crítica como base e lente interpretativa da realidade. A metodologia adotada será a revisão bibliográfica, com base em artigos, livros e revistas.

Palavras-chave: Escravidão contemporânea, opressões, relações de trabalho.

ABSTRACT: This article is the result of a presentation given at the XVI Scientific Meeting on Contemporary Slave Labor and Related Issues, with subsequent revisions and adjustments. Thus, the theoretical approach adopted here aims to present reflections on labor in Brazilian society, focusing on contemporary slave labor. The objective is to understand how the specific characteristics of labor relations in Brazil directly influence the conditions that enable the occurrence of contemporary slavery, taking into account markers of class, gender, and race. Critical theory will be used as the foundation and interpretive lens of reality. The methodology adopted is a bibliographic review based on articles, books, and academic journals.

Keywords: contemporary slavery, oppression, labor relations.

INTRODUÇÃO

A escravidão contemporânea ainda é uma realidade em muitos países. No Brasil, apenas no mês de agosto de 2024, uma força-tarefa resgatou 593 pessoas em diferentes Estados e no Distrito Federal. De acordo com dados do Governo Federal², os resgates ocorreram em várias atividades econômicas, porém mais de 70% foram registrados no setor do agronegócio. Para entender essa

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS da PUC-Rio. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Atualmente professora substituta na Universidade Federal Fluminense – UFF. Link para o currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1903978656134231>. E-mail: jessicasantos_bp@hotmail.com.

² Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/593-trabalhadores-sao-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-na-maior-operacao-da-historia-do-brasil>. Acesso em: 15 de setembro de 2024.



realidade complexa, é essencial analisar os fatores que impulsionam essa sociedade capitalista e as particularidades das relações de trabalho no Brasil.

As implicações do modo de produção capitalista são evidentes em todas as esferas da vida, inclusive nas relações de trabalho. É importante destacar que o capitalismo se desenvolve de maneira particular em cada país, e, no caso da América Latina, esses países apresentam uma dependência econômica em relação às nações de capitalismo central. Além disso, a herança da colonização se expressa na marginalização das pessoas negras e no racismo presente na sociedade brasileira. Outra opressão que temos que considerar é a gênero, já que historicamente as mulheres são oprimidas pelo machismo e pelo patriarcado, portanto as trabalhadoras brasileiras não estão livres dessas opressões.

Diante dessas questões, este artigo propõe uma análise de dados secundários sobre os/as trabalhadores/as resgatados/as, buscando, à luz da teoria crítica, compreender os fenômenos que emergem de forma interseccional nas relações de trabalho, com foco nos casos de trabalho escravo contemporâneo. Dessa maneira, como metodologia utilizaremos uma revisão bibliográfica e a análise de dados empíricos. Este artigo é resultado de uma apresentação realizada na XVI Reunião Científica trabalho escravo e questões correlatas, realizado no Rio de Janeiro em outubro de 2024, além disso, passou por correções e ajustes.

O TRABALHADOR ESCRAVIZADO NO BRASIL TEM COR

Ter o perfil do trabalhador escravizado no Brasil é importantíssimo, inclusive para pensarmos políticas de enfrentamento. Os/as trabalhadores/as ao serem resgatados/as têm direito a receber três parcelas de seguro desemprego. Para o recebimento o Ministério da Economia possui um formulário que é disponibilizado para o preenchimento do trabalhador. Alguns outros dados pessoais como: Idade, escolaridade, sexo, dentre outros.

Diante desses dados é possível estabelecer políticas públicas para o enfrentamento e até mesmo de reparação. Segundo dados da organização não governamental (ONG) Repórter Brasil, cerca de 80% dos trabalhadores resgatados de 2016-2018 se autodeclararam pretas ou pardas. Esse perfil geral mostra que 94,7% dos trabalhadores resgatados, no Brasil, são de homens e que a idade varia entre 18 e 45 anos, a baixa escolaridade é uma característica preponderante, pois 31,6 % são analfabetos.



Em outro levantamento feito também pela ONG Repórter Brasil, percebe-se que no que tange a naturalização a grande totalidade desses trabalhadores é migrante, escravizados em regiões distintas de suas cidades de origem. Essa distância dificulta para o trabalhador encontrar redes de apoio e deixar tal situação. Em contrapartida, para aliciadores e escravocratas isso se torna um elemento positivo e favorável para a perpetuação dessa situação. Dessa forma,

Quando brasileiros, são provenientes das regiões Norte e Nordeste, que se deslocam para frentes de trabalho em diversos estados. A maior parte desses trabalhadores é do Maranhão (23,6%) e da Bahia (9,4%), mas também pode ser proveniente do Pará, do Piauí e do Tocantins. Os imigrantes submetidos à condição de trabalho escravo encontram-se em estados fronteiriços, como Roraima, mas sobretudo em grandes centros urbanos, como os municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. (Suzuki, Casteli, 2022 p.40).

Entendemos que os dados atuais e aprofundados sobre a raça dos resgatados é urgente e necessário, até mesmo para as políticas públicas. Nesse sentido, quanto mais informações pessoais dos trabalhadores resgatados mais precisa se torna a intervenção estatal. Nota-se um grande desafio, não só para a pesquisa acerca do tema, mas também para a sociedade de forma geral. E para a melhor apreendermos o fenômeno da *escravização contemporânea* devemos também compreender o processo histórico que marcou a formação da classe trabalhadora e adentrar os debates étnicos-raciais.

O racismo estrutural³ segrega negros do mercado de trabalho brasileiro. Segundo as sínteses dos indicadores sociais (SIS) 2023, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, as pessoas negras são a maioria dos/as trabalhadores/as no país, no entanto, ganham 61% menos que pessoas brancas, além disso, os postos de trabalho informais são ocupados majoritariamente por pessoas negras.

Para compreensão dessa desigualdade racial é necessário recorreremos mais uma vez a história da formação da classe trabalhadora brasileira. A análise da inserção da América Latina na DIT não pode descolar-se da análise do processo de colonização. Sabe-se que a partir do século XV houve

³ Entendemos como racismo estrutural o que apresentado por Almeida (2018): O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição. (Almeida, 2018, p.38)

⁴ Ver mais em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>. Acesso em julho de 2024.



uma grande invasão dos povos europeus nas terras já ocupadas e habitada por povos originários, esta expansão territorial possibilitou um processo violento, conforme Moura (2021):

Com o objetivo de conseguir novas áreas de dominação e rotas comerciais e marítimas. Este foi o aspecto horizontal e visível desse processo violento. Mas foi, também, um complicador étnico e um mutilador e estrangulador cultural. Complicador étnico porque *introduziu compulsoriamente nas áreas colonizadas – América do Norte, Caribe, América do Sul – o componente africano que veio não apenas dinamizar demograficamente essas áreas, mas, também, involuntariamente, consolidar, com o seu trabalho, o escravismo nessas colônias.* Mutilador e estrangulador cultural porque impôs pela violência, direta ou indireta, os seus padrões culturais e valores sociais usado para isto desde a morte e a tortura até a catequese refinada chamada de evangelização para dominar os povos escravizados. *Se no plano cultural assim procediam, no plano social alocavam essas populações – de nativos e negros africanos importados – nos estratos inferiorizados de trabalho.* Uma divisão de trabalho rigorosamente hierarquizada colocava as populações autóctones ou africanas importadas nos últimos patamares de escala social, impondo como critério extremo de controle o estabelecimento da escravidão e da servidão. (Moura, 2021, p.171-172, grifos nossos).

Outros dados da ONG Repórter Brasil a partir de dados do Ministério da Economia⁵ concluiu que entre 2016 e 2018 o perfil de trabalhadores encontrados é de jovens, nordestinos e sem escolaridade. Dessa forma, de acordo com os dados obtidos da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho: A cada cinco trabalhadores resgatados em situação análoga à escravidão entre 2016 e 2018, quatro são negros. Pretos e pardos representam 82% dos 2,4 mil trabalhadores que receberam seguro-desemprego após resgate. Entre os negros resgatados estão principalmente homens (91%), jovens de 15 a 29 anos (40%) e nascidos em estados do Nordeste (46%).

Os dados elucidam que no pós-abolição consolida-se lugares dos negros na divisão sociosexual e étnico-racial do trabalho. Dessa forma, com a falta de políticas de inserção do escravo liberto na sociedade e no “mercado de trabalho” que se estabelecia na passagem do escravismo colonial para o capitalismo tardio, há rebatimentos nos números apresentados nesse artigo.

Todos esses dados são reflexos de uma realidade que corresponde à totalidade de um processo histórico do/no Brasil. Quando tratamos da formação da classe trabalhadora brasileira que mediante ao mercado (trabalhadores livres já trabalhavam no final do século XIX e que ainda existiam uma parcela de escravos legais) nos ajuda a entender quem são os escravizados contemporâneos.

⁵ Ver mais detalhes em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/11/negros-sao-82-dos-resgatados-do-trabalho-escravo-no-brasil/>. Acesso em janeiro de 2024.



Segundo a mesma fonte citada nos parágrafos anteriores entre 2016 e 2018, de 2.570 trabalhadores resgatados, 2.481 receberam auxílio (96%), e 343 se autodeclararam brancos e 2.043 negros (soma de pretos e pardos). Amarelos (18) e indígenas (66) ou não fizeram declaração de raça.

Esse número é reflexo da desigualdade racial, no Brasil. Em 2021 o Jornal Correio Brasiliense escreveu uma matéria sobre o perfil dos desempregados no país⁶. Nessa matéria, a ênfase era a constatação, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de que os negros representam 72,9% dos desocupados do país, de um total de 13,9 milhões de pessoas nessa situação e 11,9% dos sem ocupação são pretos e 50,1%, pardos. (no quarto trimestre de 2020). É notório que com o maior número de desempregados o alto percentual de trabalhadores resgatados negros é o mais comum perante tanta desigualdade.

Segundo o IBGE⁷ brancos têm rendimento cerca de 40% maior do que negros. Em uma matéria a CNN Brasil mostra na pesquisa que as pessoas brancas têm um rendimento mensal quase duas vezes maior do que as negras. Enquanto a média foi de R\$ 3.099 para brancos, foi de R\$ 1.764 para pretos e R\$ 1.810 para pardos. A pesquisa refere-se ao ano de 2021.

Segundo o IBGE, em 2021, 32,7% dos ocupados brancos estavam em cargos informais, 43,4% entre pretos e 47% entre pardos. A disparidade foi ainda maior nas regiões Norte e Nordeste. A população preta ou parda é a maioria no Brasil, porém os cargos ocupados de gerência guardam também a desigualdade e o racismo estrutural, já que 29,5% dos cargos gerenciais em 2021 eram ocupados por pessoas pretas, em contrapartida a população branca 69,0% mostra o levantamento. Além disso, quanto maior a remuneração menor o número de pretos exercendo tais atividades laborais, pois no maior rendimento, somente 14,6% eram ocupados por pretos e pardos, enquanto 84,4% por brancos.

Portanto, podemos concluir que, para compreendermos os dados empíricos apresentados neste artigo é necessário considerarmos o processo histórico, a formação social brasileira, a economia periférica e dependente do Brasil, para secundariamente uma compreensão da classe trabalhadora

⁶ Ver: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2021/03/4913182-pretos-no-topo-desemprego-recorde-entre-negros-e-resultado-de-racismo.html>. Acesso em novembro de 2023.

⁷ Ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/brancos-tem-rendimento-cerca-de-40-maior-do-que-negros-mostra-pesquisa-do-ibge/#:~:text=Na%20pesquisa%20%E2%80%9CDesigualdades%20Sociais%20por,pardos%2C%2016%2C%25>. Acesso em novembro de 2023.



brasileira e da escravização contemporânea como mais expropriação/exploração do trabalhador. A falta de oportunidades no mercado de trabalho e a submissão aos subempregos não é uma realidade de agora, e sim a consequência do processo histórico de estabelecer o lugar do trabalhador negro aos trabalhos braçais e extenuantes.

No Brasil sabemos que a maioria dos resgatados/as são de migrantes, pessoas que deixam a sua cidade natal em busca de melhores oportunidades e falsas promessas de emprego. Além disso, segundo dados do governo⁸ 46.150 trabalhadores/as resgatados/as em área rural e 13.081 em área urbana. Essa discrepância sempre foi notória desde o início dos resgates em 1995, no entanto, está cada vez mais comum encontrarmos trabalhadores/as escravizados/as nos grandes centros urbanos.

Por fim, a exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista é a motor da engrenagem desse sistema, e o racismo é também absorvido e pode ser compreendido como uma opressão dentro do sistema capitalista e que terá reflexos nas relações trabalhistas. Dessa forma, se expressa também na escravidão contemporânea.

OPRESSÕES DE GÊNERO E A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA

O maior número dos trabalhadores são homens. Isso nos trouxe algumas indagações sobre a real situação das trabalhadoras, no Brasil. Sabemos que historicamente as mulheres são exploradas com as tarefas domésticas, e que no mercado de trabalho ganha menos que os homens - para executarem as mesmas tarefas ou até mais. O que nos causa estranheza, como que tamanha desigualdade pode apresentar tamanha discrepância nos dados da escravidão contemporânea. Será mesmo que apenas 5% a 8% dos trabalhadores resgatados são mulheres? E a invisibilidade do trabalho desenvolvido por mulheres, como que o sistema capitalista incorpora essa desigualdade em seu funcionamento?

É notória a dificuldade de acharmos dados sobre as trabalhadoras resgatadas. Essa é a primeira problematização que apresentamos, já que os trabalhos acadêmicos, os levantamentos são pouquíssimos dedicados as particularidades das trabalhadoras. Além disso, segundo dados oficiais do Ministério da Economia, apenas 5% do total de pessoas resgatadas são mulheres. A

⁸ Ver <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em 03 jan. 2024.



problematização de gênero torna-se invisível ao poder público. A desigualdade de gênero não pode ser deixada de lado, nessa pesquisa, e na sociedade.

Em um estudo inédito realizado pela ONG Repórter Brasil mostra que entre 2003 e 2018 47.760 trabalhadores foram encontrados em condições de escravidão contemporânea no Brasil. Do total de, 35.943 vítimas contavam com informações na base de dados do seguro-desemprego concedido a resgatados. Desse total apenas 1.889 eram mulheres. Dentre estas mulheres cerca de 60% eram analfabetas ou não concluíram o quinto ano do ensino fundamental.

Outro dado importante é que há uma disparidade racial entre essas mulheres, pois mais da metade 53% são negras, 42% parda e 11% preta. Elas são provenientes principalmente dos estados do Maranhão (16,4%), Pará (12,8%), Minas Gerais (10,6%), Bahia (10,4%) e São Paulo (10,2%).

Além disso, assim como os trabalhadores, as trabalhadoras em sua maioria foram encontradas trabalhando em atividades de agropecuária: 64,2% do total, ou seja, 1.212 mulheres. As atividades realizadas eram: corte de cana-de-açúcar e a produção de carvão. Além dessas atividades, elas desenvolviam trabalhos domésticos, como cozinhar, limpar, um espelho da realidade da lógica da divisão social, sexual do trabalho que rege essa sociedade.

Voltando ao questionamento sobre os dados oficiais sobre as trabalhadoras escravizadas. Ao adentrarmos nessa problemática percebemos através de pesquisa anteriores⁹ que há uma lacuna nos dados oficiais. Isso acontece, pois o trabalho doméstico e do sexo não são considerados atividades laborais. Em alguns casos de resgates autoridades identificam as trabalhadoras domésticas como familiares dos trabalhadores (escravizados), ou seja, estariam no local apenas como companheiras, acompanhantes de seus maridos, filhos ou pais no local de trabalho.

Consequentemente é negado a essas trabalhadoras seus direitos, acentuando a situação de vulnerabilidade social, dificultando a inserção no mercado de trabalho formal, portanto fortalecendo a desigualdade de gênero que perpassa essa sociedade. O histórico lugar que é designado à mulher – do lar – potencializa essa situação. O lugar de cuidadora dos filhos, do marido, dos idosos, dos enfermos e desempenhando tarefas como: lavar, passar, cozinhar e limpar é/foi encarado pelas

⁹ Autores como Natália Suzuki e Thiago Casteli (2022) pesquisam juntamente com a ONG Repórter Brasil sobre a temática.



equipes de resgate como natural. Assim naturaliza-se o fato de as trabalhadoras desempenharem tais tarefas sem carteira assinada, ou qualquer direito trabalhista.

Portanto, as autoridades responsáveis, por vezes, não consideram uma mulher encontrada em condições de escravização contemporânea, caso esteja desempenhando atividades domésticas. O que viola o direito de receber as parcelas do seguro desemprego. As políticas públicas para os resgatados são insuficientes, apenas três meses de seguro desemprego, como se fossem suprir as necessidades e impedir de aceitar outras situações semelhantes. No entanto, as trabalhadoras por vezes nem mesmo as “políticas insuficientes” recebem.

No Brasil a atividade doméstica é historicamente mal paga e dada à informalidade. Essas relações de trabalho são reflexos das relações capitalistas dependentes, heranças escravocratas e que fazem parte da complexidade da exploração do sistema capitalista, podemos concluir que essas desigualdades são apropriadas pela engrenagem desse sistema refletindo assim na manutenção ou no aumento da taxa de lucro. Como justificativa a disparidade temos:

A justificativa recorrente para explicar essa proporção é de que o trabalho escravo é empregado substancialmente em atividades que exigem grandes esforços físicos para as quais os homens seriam mais eficientes. Em algumas medidas, isso pode fazer sentido principalmente quando consideramos atividades econômicas em que frequentemente são flagrados casos de trabalho escravo, como corte de cana, produção de carvão ou, a principal delas, na pecuária, a despeito de termos mulheres trabalhando nessas mesmas atividades como os homens. Diante disso levantamos a hipótese de subnotificação na contabilização de trabalhadoras escravizadas. (Suzuki; Casteli, 2022, p.43).

Um exemplo é o caso que teve notoriedade na mídia “o caso Madalena Gordiano”. Mulher negra, pobre, que fora escravizada por quase quatro décadas, por uma família em Minas Gerais – Brasil. Aos 8 anos de idade Madalena bateu à porta da família a então matriarca da família a recebeu, Madalena estava pedindo comida, a mulher que a recebeu prometeu a mãe de Madalena, que tinha mais oito filhos, que iria adotar e cuidar da menina (o que não ocorreu). O escândalo jogou luz ao caso e outros crimes cometidos pela família escravocrata.

As relações de trabalho doméstico, no Brasil, são perpassadas por diversas particularidades, a grande desigualdade de gênero, a divisão social, sexual do trabalho e, além disso, o racismo estrutural. Ao voltarmos ao caso que ganhou repercussão podemos notar que não foge à regra no país. País esse que os apartamentos e casas possuem quartos para empregadas e que ainda nos dias de hoje não utilizados na maioria das vezes por mulheres negras, que não possuem direitos trabalhistas e nem



mesmo vida fora do trabalho. Há uma normatização do trabalho doméstico (precário e escravizado), no país. Expressão do racismo estrutural que está presente em todas as esferas.

O processo de mercantilização da força de trabalho possui nuances. A força de trabalho dos negros/as foi desqualificada e historicamente remunerações menores. A mulher negra desempenhando o trabalho de doméstica, ou quase como as escravas que ficavam nas *casas grandes*, é naturalizado e são mais afetadas com as contrarreformas e precarizações, pois historicamente já estão em um lugar de (mais)exploração, é por vezes é um trabalho invisível.

Essa última afirmação acontece pela análise feita do caso citado. Como que vizinhos e outros familiares não suspeitaram do crime cometido pela família? Como uma mulher jovem não ter uma vida, ou seja, viver em prol de uma família pode ser normal? É uma sociedade omissa e conivente com esse tipo de crime. A afirmação e os dados oficiais sobre as trabalhadoras escravizadas serem apenas de 5% da totalidade dificultam as políticas públicas, faz com que as trabalhadoras domésticas escravizadas sejam invisibilizadas e que a desigualdade de gênero perpetue no país.

Após ganhar notoriedade outros casos vieram à tona, no país, e é possível notar que as relações raciais e de gênero no Brasil possuem traços marcantes. Um deles é o fato de falas como: “Não é empregada da casa é como se fosse da família”; “nós somos a família dela/dele”; “temos um grande carinho e afeto”. Essas relações de trabalho fazem parte de uma naturalização do racismo estrutural e consequentemente perpetuam-se as relações precárias de trabalho e até mesmo as relações escravocratas no país. Além disso, cabe lembrarmos que não houve políticas de inserção e reparação histórica para a população negra.

Devemos ressaltar que há rebatimentos as mudanças ocorridas no cenário contemporâneo, quando tratamos da Lei n.13.467/2017, ou até mesmo a Lei que amplia, ou legitima a terceirização. Considerando a terceirização como sinônimo de precarização, pontuamos que as mulheres negras, que por questões estruturais e estruturantes do capitalismo dependente, historicamente sofrem com a precarização das relações de trabalho. E consequentemente, concluímos que a perda de direitos, a retirada de direitos é impactante para todos os trabalhadores, e, sobretudo para as mulheres pretas, as empregadas domésticas, as diaristas.

Esse último segmento – as diaristas – são requisitadas poucos dias na semana, por vezes com jornadas extenuantes, com baixas remunerações pelas famílias, para desempenharem tarefas domésticas. Isso porque há um entendimento jurídico de que até duas vezes na semana não configura



vínculos entre o empregador e o empregado. Ou seja, esse segmento é historicamente vulnerável perante a legislação. Assim como os “pedreiros” que são trabalhadores autônomos que exercem funções no ramo da construção civil, esses historicamente também desempenham essas funções sem vínculos empregatícios, condições precárias. A Lei n.13.467/2017 e outras contrarreformas há um impacto ainda maior para esses trabalhadores que já estão submetidos a condição de precarização da força de trabalho e que a legislação acaba legitimando ao permitir por exemplo o prolongamento da jornada de trabalho¹⁰.

As economias dependentes estariam fundamentadas na superexploração da força de trabalho. Considerando a superexploração uma das principais categorias que nos ajuda a compreender as particularidades da força de trabalho da América Latina, mais especificamente o Brasil. Contudo isso se implica em matéria de baixos salários, desemprego, analfabetismo, e é negado ao trabalhador superexplorado¹¹ as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho. Com a contrarreforma trabalhista isso é acentuado.

É indiscutível a invisibilidade que há no trabalho doméstico, e essa invisibilidade é ainda maior ao tratarmos da mulher negra no mercado de trabalho. Devemos analisar de forma histórica e crítica o trabalho desenvolvido por essas mulheres, pois

As mulheres negras são maioria, ainda hoje, nas profissões com a marca da “tradição de doméstica, da prática dos dois papéis (o de trabalhar e o de satisfazer o apetite sexual do patrão ou do filho-famílias) e da prostituição como alternativa” (Fernandes, 1989, p. 58). Essa situação presente, predominantemente, na realidade brasileira é resultante das mediações estruturantes do capitalismo, que aparecem no que podemos chamar de uma divisão social, sexual e étnico-racial do trabalho, apresentando-se como se fossem continuidades da escravidão colonial com as atrocidades da Casa Grande e da Senzala, mediadas pelos elementos históricos-estruturantes do patriarcado, introduzidos na vida das mulheres negras africanas pelo colonialismo. Os dados acima, sobre a escravidão contemporânea, são alguns dos indicadores que demonstram como as medidas político-econômicas no pós-abolição consolidaram o lugar dos/as negros/as na divisão social do

¹⁰ Fazemos menção as mudanças na CLT que permitem, por exemplo, o banco de horas, a supressão das horas *in itinere*. Sabemos que as mudanças ocorrem para além das jornadas de trabalho, há as formas de contratação, dentre outros retrocessos que faremos menção no último capítulo.

¹¹ como explica Marini: a superexploração da força de trabalho opera a partir: I) a intensificação do trabalho e II) a prolongação da jornada de trabalho, provocando um dispêndio de força de trabalho para além das condições normais e resultando no seu esgotamento prematuro; e III) a expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor a força de trabalho gasta no processo produtivo, o que o impossibilita de consumir os produtos essenciais para conservar sua força de trabalho em condições normais de reprodução- ou, em outras palavras, o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor.



trabalho e, dessa maneira, sua subalternidade e sua criminalização nas fileiras da superpopulação relativa, estabelecendo particularidades em nossa divisão sociosexual e étnico-racial do trabalho. (Soares, 2022, p.41).

A “exploração da mulher negra”, o “mito da democracia racial” são exemplos de questões levantadas por Lélia Gonzalez, ainda da década de 1980. Tais questões são particularidade de um país de economia periférica e dependente, e que ainda nos dias de hoje, por vezes, legitima a escravidão de mulheres por executarem “apenas” trabalho doméstico. Estatisticamente a maior parte dessas mulheres é negra.

A naturalização da escravização da força de trabalho negra, nos dias de hoje, é uma construção histórica. Para a Gonzalez (1984):

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais”[...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço[...] No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar (p.232).

Dessa maneira, o capitalismo na sua forma mais complexa absorve, utiliza e retroalimenta todas as formas de desigualdades étnico-raciais. O capitalismo, portanto, acopla o racismo denunciado acima por Gonzalez, o racismo que é estrutural ao seu sistema de exploração. Sendo uma forma de manutenção e garantir a taxa de lucro.

Quando pensamos nas contrarreformas trabalhistas, na terceirização como sinônimo de precarização são ataques aos trabalhadores de uma maneira geral. No entanto, devido a todos os motivos supracitados as mulheres negras que ocupam os espaços mais precários de trabalho são mais atingidas.

Portanto, na manutenção dos superprivilégios para as/das classes dominantes e a superexploração da força de trabalho engendrada como particularidade estrutural e sistemática da dependência, é que podemos analisar o pós-abolição. Na ausência de políticas de reparação, situação condicionante de uma competição desigual entre pessoas negras e brancas, direcionando o homem negro para o trabalho degradante e mal remunerado ou para



a franja suplementar da superpopulação relativa. Enquanto a mulher negra com a “experiência de trabalho nos sobrados e nas casas-grandes” ficou condicionada, predominantemente, ao trabalho doméstico e à prostituição (Gonzalez, 1984; Fernandes, 1989). O homem negro foi direcionado “para a franja dos piores trabalhos e de mais baixa remuneração, ele se sentiu, subjetivamente, como se ainda estivesse condenado à escravidão” (Fernandes, 1989, p. 20-21). Florestan Fernandes (1989, p. 36) destaca que, sob o capitalismo monopolista, as oportunidades ocupacionais para os homens negros colocam-se, massivamente, no trabalho braçal, “dos ‘peões’ e da construção civil”. (Soares, 2022, p.127-128).

E para as mulheres negras historicamente também foi reservado um espaço de subalternidade revelado através dos trabalhos desempenhados, além da ausência de políticas públicas de reparação históricas. As mulheres negras continuam desempenhando trabalho doméstico ou piores remunerados.

Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer o quanto eram objeto do ciúme ancoroso da senhora. Após o trabalho pesado na casa grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc. quase mortos de fome e de cansaço (Gonzalez, 2020, p. 62).

Como Pitz e Soares 2022 apontam a escravidão contemporânea no Brasil como uma herança colonial e avanço do capitalismo.

Embora a abolição da escravidão tenha ocorrido com a assinatura da Lei Áurea há mais de um século, ainda encontramos no Brasil práticas escravistas enraizadas, herança de nosso passado senhorial, mas também consequência do avanço do capitalismo no país que reproduz formas arcaicas de exploração da força de trabalho e conjuga modernização com atraso. Assim, o trabalho escravo contemporâneo vem se apresentando por meio de modalidades renovadas de exploração dos/as trabalhadores/as. (Pitz; Soares, 2022, p. 449).

Após essa importante problematização da subnotificação, do racismo estrutural e do trabalho doméstico, buscamos estudos sobre o perfil dos 5% de trabalhadoras resgatadas. É importante deixar registrado que o perfil dos trabalhadores é feito a partir de 2003, apesar de a primeira fiscalização ter ocorrido em 1995, o motivo é que somente depois de 2003 o trabalhador resgatado passa a ter direito ao auxílio desemprego. Sendo assim, as pesquisas que serão utilizadas nesse trabalho consideram os números obtidos depois de 2003.

Segundo Suzuki e Casteli (2022):



Partimos do dado de que do total de trabalhadores registrados no sistema de seguro-desemprego, 34.054 pessoas são do sexo masculino, ou seja, 94,7%, enquanto temos outras 1.889 pessoas do sexo feminino, isto é 5.3%. A princípio o perfil dessas mulheres tem similaridade com os homens (p. 43).

Os autores apresentam ainda que há um número significativo em alguns estados, verificou-se que, para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Amapá, a proporção padrão se altera para uma proporção em que as mulheres representam mais de 10%. Outro apontamento é que a baixa escolaridade assim como os homens, as trabalhadoras resgatadas possuem baixa escolaridade. Além disso, a faixa etária tanto de homens quanto de mulheres é entre 30 e 49 anos. Considera-se de suma importância esses dados para a elaboração de políticas públicas tanto para coibir a escravidão contemporânea e para a efetivação das políticas de reparação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, não é possível analisar o trabalho escravo contemporâneo no Brasil sem entender as particularidades sócio-históricas da formação da classe trabalhadora e, conseqüentemente, do capitalismo periférico e dependente. É evidente que, na atual fase do modo de produção capitalista, há um aumento da mais-valia absoluta em todos os países. No entanto, nos países da América Latina, onde a mão de obra já é superexplorada, observa-se um agravamento das condições de trabalho, com jornadas que já eram extensas sendo ainda mais ampliadas

Assim, as opressões de raça e gênero funcionam como elementos que intensificam a exploração na sociedade capitalista, cuja base já é a exploração para a obtenção da mais-valia. O trabalho escravo contemporâneo representa a expressão máxima dessa exploração; portanto, não se configura como vestígios de modos de produção passados, mas como a forma mais brutal de organização do modo de produção capitalista, voltada para a obtenção e manutenção da taxa de lucro.

Por fim, o perfil dos trabalhadores resgatados reflete nosso passado escravocrata e servil, e o sistema capitalista incorpora/acopla em suas estruturas todas as formas de opressão. Assim, para entender a realidade em sua totalidade, a escravidão contemporânea deve ser analisada a partir também dos marcadores sociais presentes nas relações de trabalho no Brasil. Destacam-se, ainda, dois pontos importantes: 1) a erradicação do trabalho escravo contemporâneo será impossível enquanto



perdurar o modo de produção capitalista; 2) somente por meio da organização e da luta da classe trabalhadora será possível vislumbrar uma sociedade mais justa e sem opressões. Avante!

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. 593 trabalhadores são resgatados em condições análogas à escravidão na maior operação da história do Brasil. **Agência gov.** Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/593-trabalhadores-sao-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-na-maior-operacao-da-historia-do-brasil>. Acesso em: 15 set. 2024.

ALMEIDA, Pauline. Brancos têm rendimento cerca de 40% maior do que negros, mostra pesquisa do IBGE. **CNN Brasil**, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/brancos-tem-rendimento-cerca-de-40-maior-do-que-negros-mostra-pesquisa-do-ibge/#:~:text=Na%20pesquisa%20%E2%80%9CDesigualdades%20Sociais%20por,pardos%2C%2016%2C%25>. Acesso em: 15 mar. 2024

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e outras disposições**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm. Acesso em: 15 mar. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Ciências Sociais Hoje, São Paulo, Anpocs, p. 222-247, 1984.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça**. IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>. Acesso em: jul. 2024.

LISBOA, Ana Paula; OLIVEIRA, Isabela; SOUZA, Talita de. Pretos no topo: desemprego recorde entre negros é resultado de racismo. **Correio Braziliense**, 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2021/03/4913182-pretos-no-topo-desemprego-recorde-entre-negros-e-resultado-de-racismo.html>. Acesso em: 15 mar. 2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Radar SIT**. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em: 03 jan. 2024.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

PITZ, Daniel Luiz; SOARES, Marcela. A responsabilidade do Estado na erradicação do trabalho escravo contemporâneo no Brasil. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; MOTA, Murilo Peixoto da (orgs.). **Escravidão Ilegal: Migração, Gênero e Novas Tecnologias em Debate**. Murad X, 2022. p.449-466.



PENHA, Daniela. Negros são 82% dos resgatados do trabalho escravo no Brasil. **Repórter Brasil**, 20 nov. 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/11/negros-sao-82-dos-resgatados-do-trabalho-escravo-no-brasil>. Acesso em: 15 mar. 2024.

SOARES, Marcela. **Escravidão e dependência**: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira. São Paulo: Lutas Anticapital, 2022.

SUZUKI, Natália; CASTELI, Thiago. Questão de gênero e trabalho escravo: quem são as trabalhadoras escravizadas no Brasil? In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; MOTA, Murilo Peixoto da (orgs.). **Escravidão Ilegal**: Migração, Gênero e Novas Tecnologias em Debate. Murad X, 2022. p. 39-57.



DIMENSÕES HISTÓRICAS DO PODER AUTOCRÁTICO E DO CARÁTER VULGAR DA DEMOCRACIA NO BRASIL: APORTES PARA A ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE FORÇA

Eixo temático: 6 - Capitalismo contemporâneo, desenvolvimento econômico e pobreza

DOUGLAS RIBEIRO BARBOZA¹

RESUMO: O estudo analisa as determinações de longa duração histórica que influenciaram na atual potencialização do que se convencionou denominar de “crise da democracia” no Brasil. Explicitará a consolidação do caráter extremo de vulgaridade democrática que se abre a partir dos anos 2000 e como estas determinações contribuíram para o recrudescimento do caráter autocrático do Estado entre os anos 2016 e 2022, mostrando sua compatibilidade com ideologias conservadoras que contribuíram para o aumento da violência política e da restritividade à participação social. Espera-se evidenciar os perigos do atual cenário político que retoma o fortalecimento de uma forma degenerativa da democracia vulgar que poderá novamente servir como antessala para a retomada das formas autocráticas de dominação de classe.

Palavras-chave: Autocracia, democracia vulgar, Brasil.

ABSTRACT: The study analyzes the long-term historical determinants that have influenced the current intensification of what has come to be known as the 'crisis of democracy' in Brazil. It aims to highlight the consolidation of an extreme form of vulgar democracy that emerged from the 2000s onwards, and how these determinants contributed to the resurgence of the autocratic character of the state between 2016 and 2022, demonstrating its compatibility with conservative ideologies that fostered increased political violence and restrictions on social participation. The study seeks to underscore the dangers of the current political scenario, which signals a resurgence of a degenerative form of vulgar democracy that could once again serve as a prelude to the return of autocratic forms of class domination

Keywords: Autocracy, vulgar democracy, Brazil.

INTRODUÇÃO

¹ Professor Adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS/Niterói). Professor do corpo permanente do Programa de estudos Pós-Graduados em Política Social (PPGPS). Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Trabalho, Educação e Serviço Social (TEIA). Coordenador do Grupo de Estudos Marxismo e Realidade Brasileira (GEMARB). E-mail: douglasrb@id.uff.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2399194165302453>. Autorizo a divulgação deste estudo.



Os traços elitistas e antipopulares da transformação política e da modernização econômica, e a necessidade de restrição da participação do poder político às forças populares são elementos que (em maior ou menor grau) sempre estiveram presentes na constituição da nossa formação histórica, como parte constituinte das diferentes formas de expressão dos processos que nos conduziram às especificidades da nossa “via não clássica” de revolução burguesa. Nosso passado colonial – de um país exportador fundado no latifúndio de monocultura extensiva, assentado no compromisso entre o instituto da escravidão, o liberalismo econômico e um forte conservantismo sociocultural e político, traduzido no mandonismo oligárquico (Prado Jr., 2000; Ianni, 2004; Schwarz, 2000) – e a condição subordinada e dependente de nossa inserção no modo de produção capitalista e à ordem imperialista (Fernandes, 1976, 1981) teriam imposto uma forma política que implicaria a determinação “pelo alto” das condições fundamentais de desenvolvimento e garantia das relações sociais de produção burguesas (Coutinho, 2005).

A possibilidade de ruptura radical com o passado foi anulada perante a efetivação da opção de conservação dos traços essenciais das relações sociais “arcaicas” e a dependência ampliada do capital internacional. Assim, ao invés de ser resultado de movimentos populares, a modalidade antijacobina de transição ao capitalismo no Brasil foi um processo realizado graças ao deslocamento da função hegemônica entre as diferentes frações das classes dominantes, à utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado para garantir os interesses destas, e à eliminação das forças populares da possibilidade de participação no direcionamento da vida social e nos processos e centros políticos decisórios. O horizonte cultural e econômico da burguesia brasileira é ditado pela sua inserção subalterna na dinâmica comercial do capitalismo industrial já então plenamente consolidado em nível mundial, e caracteriza-se pela manutenção de componentes oligárquicos, autárquicos e mesmo senhoriais na sua conformação.

Neste sentido, é importante analisar o caráter do Estado e sua relação com as classes e as lutas sociais na particularidade da formação social brasileira, explicitando a constante utilização das formas



autocráticas de resolução dos antagonismos de classe e como estas formas ganham novas mediações no atual cenário político brasileiro do século XXI. Parte-se da premissa de que a capacidade de revelação da essência da relação entre liberalismo, democracia e capitalismo se potencializa nos marcos de uma formação social em que os regimes de exceção se conformaram como a regra geral de “preparação do terreno” para que os “interstícios democráticos” variassem entre a democracia (vulgar) dos oligarcas e a democracia (vulgar) do grande capital. Quadro este que se configurou sob um novo formato a partir do período democrático vulgar que se abre nos anos 2000, o qual abriu terreno para o recrudescimento da via repressiva que se potencializa após o golpe de 2016 e, principalmente, a partir das eleições de 2018 e a ascensão de um governo de extrema-direita. Para esta tarefa de análise, concordamos com as reflexões gramscianas acerca da indissociabilidade entre as lutas política, econômica e ideológica, assim como suas afirmações de que o problema das relações entre estrutura e superestrutura deve ser resolvido e posto com exatidão para que se possa efetuar uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas, determinações estas que são de extrema relevância para a análise da atual realidade social, numa época de dificuldades para a construção de unidade organizativa e de intervenção das classes e camadas subalternas; em que o individualismo, o privatismo e a naturalização das relações sociais são alguns dos valores que predominam no senso comum e que asseguram a reprodução do capitalismo (Barboza, 2020; 2024a).

DESENVOLVIMENTO

A importância do debate sugerido pela presente investigação encontra-se na necessidade de ampliação e desmistificação da discussão em torno do caráter da democracia nos marcos do capitalismo brasileiro. O que se coloca como uma “redefinição” da noção de “democracia burguesa” no cenário brasileiro na verdade é a revelação de forma mais clara do conteúdo vulgar que é inerente à própria democracia burguesa. Neste sentido, é importante esclarecer a defesa da existência de uma *similitude analítica na divisão marxiana entre economia política clássica/economia vulgar e entre*



democracia/democracia vulgar. Ou seja, a sustentação do caráter fundamentalmente democrático no pensamento marxiano pode realizar-se *a partir da compreensão de que a relação de Marx com a questão da democracia se dá no mesmo patamar que se realiza a sua relação com a economia política - a partir de uma superação crítica dos fundamentos que baseiam esses conceitos na sociedade capitalista* (Barboza, 2014). Assim como pode ser denominada de "vulgar" a economia que restringe o seu alcance à esfera da circulação, de forma analiticamente similar também pode ser denominada de “vulgar” a democracia que, ao estabelecer o terreno político, mutila desse terreno tanto as concretas condições de vida quanto as reais relações de poder que sobre esta estrutura se produzem. Com a consolidação da democracia burguesa (e a consolidação de seu caráter vulgar), formata-se uma comunidade política que é puramente a metamorfose do espaço da circulação: nela se deparam unicamente "cidadãos" sem consecutiva caracterização ou distinção; apenas compradores e vendedores de mercadorias que usufruem o “livre direito” de escolherem diferentes produtos políticos. Nestas condições, a democracia burguesa já nasce como uma “democracia vulgar”.

O que se coloca como uma “redefinição” da noção de “democracia burguesa” no cenário brasileiro, na verdade, é a revelação de forma mais clara do conteúdo vulgar que é inerente à própria democracia burguesa. Analisando os processos revolucionários inglês, americano e francês (e da justificativa de seus ideólogos defensores), podemos perceber que o desenvolvimento capitalista já se dissociava “pragmaticamente” da democracia, e as revoluções burguesas “clássicas” já traziam consigo a preocupação em separar a elite governante da multidão trabalhadora governada, criando uma nação política exclusiva, uma aristocracia de cidadãos proprietários em que a propriedade – especialmente a propriedade de terra – permanecia como um status “extraeconômico” jurídico e político militar privilegiado (Barboza, 2024b). Na particularidade brasileira, o que ocorreu foi que a instituição de um autogoverno de uma sociedade civil constituída ou hegemônica pelos proprietários de terras e escravos, fortemente decididos a não tolerar interferências no seu poder político, consolidou-se de maneira muito mais enraizada que nos marcos europeus. A velha oligarquia agrária, dos proprietários de terras e de escravos, foi, aqui, uma das protagonistas da “via não clássica” de nossa transformação



capitalista, modernizando-se e recompondo-se economicamente, refazendo alianças para se manter no bloco de poder e influenciando decisivamente as bases conservadoras da dominação burguesa.

Assim, a restrição da participação do poder político às forças populares assumiu um caráter, por parte das elites, de uma “sequência natural” para uma formação econômico-social cuja marca determinante, ao longo de mais de trezentos anos, era o elemento escravista. São estas condições que possibilitaram que parte significativa da vida republicana no Brasil viesse a se configurar como um contínuo reiterar de formas autocráticas de resolução do antagonismo de classe, “pinceladas” com alguns raros interstícios democráticos pouco substantivos.

O Brasil assistiu a escravidão se constituir e se refazer “[...] em conexão com as determinações diretas e indiretas de vários ‘ciclos econômicos’” (Fernandes, 2010, p. 37), assumindo várias formas que se associaram à escravização de diferentes raças, com distintos caracteres étnicos e culturais, e a formações socioeconômicas escravistas diversas. Sacrificando modos de vida e trabalho, culturas, línguas, religiões, visões de mundo, através da incorporação forçada e predatória de populações indígenas e africanas, o escravismo configurou-se como um regime de trabalho que, com maior ou menor intensidade, “[...] fundamentou toda a vida social, econômica, política e cultural ao longo de praticamente quatro séculos”, sob o qual se apoiou largamente “todo um vasto edifício, compreendendo a colônia e a Metrópole” (Ianni, 2004, p. 41-43). O escravo vivencia a condição explícita de expropriação do trabalhador, sob a qual, por um lado, é alienado como pessoa (pois é propriedade do senhor) e, por outro, alienado em sua força de trabalho (pois não pode ter comando sobre esta faculdade).

Como o produto do seu trabalho aparece diretamente como produto alienado, surgido de relações de produção organizadas para produzir mais-valia absoluta, as técnicas de repressão e violência tornam-se exigências políticas, sociais e culturais destas relações de produção, “operando tanto no processo produtivo, em sentido estrito, como nos níveis sociais e culturais da existência do escravo, fora da situação de trabalho” (Ianni, 1978, p. 39). Em sua expressão mais selvagem, a força bruta coexistia com a violência organizada institucionalmente e legitimada pelo “caráter sagrado” da “razão de Estado”, do código legal, das tradições e da moral católica (Fernandes, 2010, p. 73). Esta última sob a qual se



erigia a argumentação de que os escravos nasceram para serem escravos e os senhores para serem senhores, mostrando uma visão providencial do mundo e um conceito hierárquico e estático de organização de classe, através dos quais a Igreja católica colonial brasileira “ênfatizava as obrigações recíprocas bem mais do que os direitos individuais e a liberdade pessoal, além de sacramentarem as desigualdades sociais” (Costa, 2010, p. 357).

Alcançada a Independência em 1822, atingiram-se os objetivos principais das elites brasileiras: a libertação do país das restrições impostas pelo Estatuto colonial e a garantia da liberdade de comércio e da autonomia administrativa. As forças sociais que se apossaram do liberalismo mantiveram o seu caráter antidemocrático sob as bases de uma formação social que tornava mais clara a falácia dos ideais políticos da “garantia de vida, de liberdade, de igualdade e do direito à felicidade para todos os cidadãos”. As relações entre liberalismo e democracia, aqui, tornaram-se o “oco do oco”, pois a estratégia cruenta de neutralização de uma multidão “selvagem e desordeira” como forma de afirmação de uma sociedade “pacífica e apolítica”, considerada incapaz de participar do direcionamento de sua vida social, tornava-se mais reveladora quando construída sob as vicissitudes do já extremamente restritivo e excludente regime de produção escravista.

Durante todo o período imperial, os liberais – assim como os demais membros das elites brasileiras – tinham sido basicamente conservadores e antidemocráticos. Seus objetivos centravam-se constantemente na conciliação da ordem com o progresso, do *status quo* com a modernização. A maioria das reformas por eles propostas havia sido exclusivamente política (com exceção da Abolição), e tanto não modificava as estruturas econômicas e sociais mais profundas, como também não aumentava a participação popular na vida política da nação. Revelava a possibilidade de mesclar-se liberalismo e favor, cidadania e clientelismo, liberdade e escravidão. Beneficiava-se do conservadorismo que marcava o desenvolvimento econômico e social, deitado sobre profundas raízes nas senzalas. O resultado desse processo de desenvolvimento foi a perpetuação de valores tradicionais elitistas, antidemocráticos e autoritários, bem como a sobrevivência de estruturas de mando que implicaram na marginalização de amplos setores da população.



As rebeliões que trouxessem qualquer sombra de inconformismos e reivindicações populares foram abafadas, com extrema violência sob a justificativa da necessidade de se adestrar um povo “desordeiro e selvagem”, desagregando e desorganizando seus movimentos, de forma a se plasmar um cenário em que se tornava possível argumentar a aparência (construída) de um povo “passivo e apolítico”, tendente ao conformismo e à conciliação, cuja aspiração se resume em obedecer à Constituição e às leis. O poder econômico latifundiário precisava de ordem e tranquilidade para os seus negócios. Necessitava de um cenário onde as diversas diferenças e divergências econômicas, sociais e culturais não fossem empecilho para que minorias dominantes e suas sucessivas gerações conseguissem escamotear os direitos das “multidões” castradas e sangradas, sem que com isso as levassem ao desespero.

Apesar das tentativas de mobilização popular, a República se realizaria tal como a Independência se realizara: sem a colaboração de um movimento de raízes populares. O novo regime resultaria de um golpe militar como solução a descontentamentos de setores importantes para a economia e a política no país. As forças sociais que se apossaram do liberalismo mantiveram o seu caráter antidemocrático sob as bases de uma formação social que tornava mais clara a falácia dos ideais políticos da “garantia de vida, de liberdade, de igualdade e do direito à felicidade para todos os cidadãos”. O horror às sublevações populares é marca registrada das elites de todos os tempos. Sob as bases da vocação não democrática inscrita no liberalismo dos intelectuais do Império, cuja repulsa declarada à democracia e à revolução traziam à tona as manifestações de urgência em “parar o carro revolucionário”, a República nasceu sob o signo da “ordem pública”. Fundada em 1889, a República combinara liberalismo e patrimonialismo de forma a já deixar claro quais eram as fronteiras possíveis para construir uma democracia vulgar no Brasil.

Assim, a vida social brasileira do período da Primeira República foi marcada pelo profundo traço do uso permanente, ilegal e impune do aparato repressivo para estancar o protesto dos espoliados, tirar de circulação a força de trabalho desnecessária e restaurar a ordem social nos moldes requeridos pelos interesses da classe dominante. Era a confirmação da transmutação, no Brasil, do recurso



ideológico que se fez fortemente presente na Europa do século XIX, de justificação do domínio de “civilizados” sobre “primitivos”, de brancos sobre não-brancos, entre metrópoles e colônias, como subsídio para a justificação do domínio de ricos sobre pobres. A exploração econômica, a rudeza do aparato repressivo e a conformação de um simulacro de democracia vulgar amparada no exercício oligárquico do poder era justificada pelo efficientíssimo artifício ideológico domesticador que se articulou intimamente com o discurso “científico”.

Entre 1930 e 1937, o Brasil viveu uma fase de muitas incertezas e grande agitação política que culminou na instauração de um novo tipo de Estado, marcado por extraordinária centralização do poder, implementando, com um discurso nacionalista, um “governo forte”, cujo objetivo era transferir para si as bases de poder arraigadas nos regionalismos. A anterior Carta Magna era esfacelada pela “Aliança Liberal” que chegou ao poder com a “revolução de 1930”, instaurando uma situação de exceção autocrática.

As fronteiras e a vulgarização do curto período de regime “democrático”, efetivado nos anos 1930, se revelam mais claramente após a “revolução constitucionalista” de 1932. Mantém-se uma concepção de democracia e cidadania estreita e formal, que supõe como manifestação política adequada aquela que se dá dentro dos limites previstos no sistema legal, nas modalidades de participação interna aos mecanismos legais de representação, sobretudo a introdução do voto secreto e das mulheres e a criação de uma Justiça Eleitoral. As chamadas “conquistas democráticas” postas, pela revolução de 1930, na verdade, mantinham-se nas fronteiras da democracia vulgar que constitui a esfera política decependo-a, de forma arbitrária, as condições concretas de vida e às relações reais de poder que se desenvolvem sobre esta base.

Com a instauração da ditadura de Vargas em 1937, consolida-se o processo de transformação “pelo alto”. Como reação aos movimentos populares, reais ou potenciais (os quais, após um longo período de recrudescimento do caráter repressivo, só conseguiram alcançar manifestações nos limites do subversivismo esporádico e elementar), as classes dominantes reagiram e se empenharam em “restaurações” que, em última instância, acolheram uma certa parcela das exigências provenientes



“de baixo” e produziram importantes modificações na composição das classes, preparando o caminho para novas transformações reais. Fortaleceu-se o poder da burguesia industrial e financeira, cujo objetivo imediato era, pela ativa intervenção do Estado, promover a industrialização do país, sem grandes abalos sociais. A defesa, por parte do regime autoritário, veio acompanhada, nos intelectuais do regime, de classificações do mesmo como “um novo tipo de democracia”, “adequada” às necessidades da sociedade brasileira: uma democracia sem povo, sem eleições e eleitores, pela via autoritária-elitista a partir do Estado centralizado, cuja “mão de ferro” saberia guiar os passos da nacionalidade para o engrandecimento do Brasil. Era a extrema fetichização do que já era um simulacro da democracia vulgar liberal.

Um traço importante, que foi analisado sobre este período, refere-se ao fato de que a neutralização violenta dos “subversivos”, como forma de desmobilização e despolitização da classe trabalhadora, preparou o terreno para sustentar a concepção de “harmonia” e “integração” entre as classes sociais, mas, dessa vez, sob a forma de uma legitimação e reconhecimento da questão social no interior do Estado, cuja “solução” adotava o disfarce da “dádiva”, do “favor” de uma elite governante “benevolente”, capaz de antecipar as soluções necessárias para o bem-estar dos trabalhadores, sem a necessidade de grandes confrontos. Traveste-se, no discurso apologético da “outorga”, o fato de que a legislação social, na verdade, era resultante de todo um histórico de lutas. Passa-se a tratar como “benesses” a um povo cuja predisposição ao “espírito pacífico” não abria espaço para empreitadas violentas em longos processos de lutas. A dialética do povo desordeiro-selvagem/passivo-apolítico, utilizada para sustentar a negação da democracia, retorna sob novas roupagens para consubstanciar a tentativa de consolidação da “democracia vulgar”.

Tais argumentações nos trazem importantes chaves analíticas para pensarmos as fases posteriores de consolidação da democracia vulgar no cenário brasileiro. No período entre 1945 e 1964, com o alcance da fase denominada de “industrialização pesada” (principalmente entre 1956 e 1961), formata-se o cenário em que, segundo as formulações de Florestan Fernandes (1976), se completará a revolução burguesa e a constituição do capitalismo no Brasil. Este processo da industrialização brasileira,



ainda que retardatário, está na base das pressões democráticas que, segundo Weffort (2003), as “classes populares” exercem sob o Estado no Brasil de 1945 a 1964, pressões estas, referentes às possibilidades de ascensão socioeconômica e de consumo, desencadeadas com a migração campo-cidade em face do processo de urbanização e das péssimas condições de vida nas áreas rurais.

Considerado por muitos como o período “efetivamente democrático”, esta democracia se realizará sob as bases de um cenário tratado pela historiografia brasileira como o auge do populismo, como poder ideológico de Estado, garantindo a transição da hegemonia da burguesia cafeeira para a burguesia industrial. Ou seja, o ritmo do desenvolvimento econômico e social que anteriormente propiciou o surgimento das classes populares e que passou a manter a vigência das alianças populistas deve ser preservado e intensificado (Weffort, 2003, p. 183). Como a pressão popular se dirige sobre a ampliação do consumo e da participação política, o desafio imposto à política populista é “compatibilizar desenvolvimento econômico com desenvolvimento democrático”, o que, nos marcos da experiência contraditória da formação social dessas classes populares e de consolidação do caráter vulgar da democracia, impulsiona uma conquista da cidadania (ou mais especificamente da igualdade de direitos) que cria a possibilidade de que se manifeste a insatisfação perante à desigualdade, porém sem de fato eliminar esta desigualdade. Ao se reportar ao período correspondente aos governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, Mirian Limoeiro Cardoso (1978) afirma que a centralidade conferida ao desenvolvimento estava indissociavelmente vinculada à ordem capitalista, em que os setores financeiros operaram vultuosos e lucrativos empréstimos que aprofundaram a condição capitalista dependente vis-à-vis ao núcleo do capitalismo. E este processo se dá exatamente num contexto em que, segundo Florestan Fernandes (1981), ocorrem profundas contradições, conflitos e embates advindos do ajuste das frações burguesas locais ao capitalismo monopolista, e que a defesa do desenvolvimento, como parte estratégica “etapista” preconizada pelos setores mais influentes da esquerda teve como resultado uma derrota amarga dos trabalhadores.

Ou seja, o “oco dentro do oco” dessa democracia que se efetiva no quadro brasileiro é tão revelador que, no momento de um novo recrudescimento das reivindicações populares, de crise



econômica e dissensos no bloco de poder sobre o direcionamento da sociedade, já havia configurado novamente o cenário propício para que a vulgarização democrática servisse de antessala para o restabelecimento do autoritarismo tão funcional aos interesses centrais do capitalismo: a acumulação desenfreada, despreocupada em ter que arcar com a trágica tarefa democrática de incorporação das classes populares ao processo político. Mais além, o caráter de simulacro do simulacro desta democracia vulgar é tão funcional aos interesses das classes dominantes que, ao instaurarem a ditadura, a partir de 1964, com o suporte da “Doutrina de Segurança Nacional”, os militares a invocam sobre o pretexto de “purificar a democracia de seus elementos subversivos”

De acordo com Ianni (1981), a maneira através da qual o Estado ditatorial dinamizou a política econômica governamental acentuou, sob diversas formas, a exploração da força de trabalho, agravando as condições de pauperização relativa do conjunto da classe operária e a pauperização absoluta de amplos setores dessa classe. A violência concentrada e organizada do poder estatal é transformada em técnica produtiva, e passa a atuar no sentido de garantir e reforçar a subordinação econômica e política da classe operária e do campesinato. Intensifica-se um processo singular de militarização do Estado e de Instituições paraestatais e privadas. Baseada na doutrina de “segurança e desenvolvimento”, instaura-se a regra de suspeição geral e difusa, sob a qual se acusa a sociedade civil de incompetente, amorfa, porém potencialmente perigosa e sujeita à “subversão e corrupção”. Essa imagem fascista da sociedade serviu de justificativa para a conformação de um Estado forte, abrangente e repressivo, capaz de se precaver contra os subalternos e subordinados (ou seja, o conjunto das categorias sociais que não se encontravam dentro do bloco do poder). Subordinado totalmente ao Poder Executivo, o conjunto do aparelho estatal é transformado numa máquina civil–militar–policia; uma instituição autossuficiente e todo–poderosa que, ao mesmo tempo em que oprimia o trabalhador, paralelamente imputava políticas que atendiam aos interesses particulares do grande capital financeiro e monopolista (Ianni, 1981).

A troca da ditadura por um governo de “conciliação conservadora” se tornou o desdobramento mais conveniente às elites econômicas, culturais e políticas das classes dominantes, traduzindo perfeitamente o que estas são capazes de fazer no plano das atividades políticas esterilizadas e sem risco:



a mistificação de uma montagem política e ideológica bizarra batizada de “Nova República”, alardeada como uma “vitória do Povo na luta pela democracia!”. Os militares e civis comprometidos com a “transição lenta, gradual e segura” desfrutaram de uma grande vitória que não se resumiu à sua capacidade de determinação, através de um pacto político, do sucessor e das condições políticas desta “transição” via colégio eleitoral. O desígnio mais importante e essencial para apaziguar o temor destes extratos era a neutralização da possibilidade de uma transferência de poder com uma acelerada acumulação de forças políticas das classes subalternas (Fernandes, 1981).

A transição entre o final da década de 1980 e o início da década seguinte se formata num amplo processo regressivo pautado nos postulados do receituário neoliberal. Muitas conquistas alcançadas pelas lutas populares na efetivação da Carta Constitucional de 1988 foram violentamente atacadas pelas forças da sociedade alinhadas às diretrizes das agências multilaterais encarregadas de tomar as decisões estratégicas do capital. A guinada rumo a um conjunto de contrarreformas neoliberais - centradas fundamentalmente nas políticas de ajustes, privatização, desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas – inicia-se a partir de 1990, com as gestões de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, e se consolidam e se intensificam, em forma e substância, nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002). A crescente radicalização da questão social e a refração do Estado no enfrentamento da mesma, a privatização no atendimento das necessidades sociais das grandes maiorias, o crescimento das organizações não governamentais e a precarização do emprego foram as principais marcas da “onda neoliberal” que assolou o país. As já precárias condições sociais da grande maioria da população se agravaram de forma crescente com as irreparáveis perdas sofridas pelas políticas sociais universais, como Previdência, Saúde, Assistência e Educação Básica. Para que o capital pudesse garantir sua reprodução e ampliação em tempos de (des)ajustes neoliberais, a ascensão de um violento processo de criminalização em direção às classes subalternas tornou-se um aspecto orgânico da sua política de controle social, reciclando-se a noção de “classes perigosas” sujeitas à repressão e extinção. Tratar a luta pelos direitos sociais como “delitos” e os sujeitos sociais envolvidos nessas lutas como “delinquentes” ou “vândalos”



se conformou como a principal ação cultural presente no núcleo desse processo de criminalização dos movimentos populares/sociais (Korol, 2008).

Partindo destas argumentações, torna-se necessário, no cenário atual, compreender e levantar novas questões acerca do período de consolidação de uma “democracia vulgar” em que, pressionados pelo recrudescimento das lutas sociais antissistêmicas derivadas da crise das políticas neoliberais de primeira geração, os setores dominantes abertos à revisão do Consenso de Washington conseguiram atrair para o seu bloco de poder importantes setores de seus antagonistas, conformando um processo transformista que contribuirá para formatar a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República em 2003. Consolida-se o caráter extremo da vulgaridade democrática do simulacro brasileiro: construir um Brasil mais democrático e passível de erradicar a pobreza se traduz na capacidade de impulsionar as camadas mais subalternizadas à órbita do mercado, na potencialização do consumo, fórmula amplamente difundida nos diversos momentos de campanha eleitoral que garantiram a (re)eleição dos governos Lula e Dilma. Constitui-se, assim, conforme nos esclarece Francisco de Oliveira (2010), um processo de “hegemonia às avessas”, um novo movimento constitutivo da hegemonia das classes dominantes, desenvolvido com as armas da despolitização em prol da conservação dos seus interesses. Coutinho (2010), amplia tal formulação afirmando que este movimento que comporta a convivência com os novos movimentos sociais e com algumas das reivindicações de necessidades sociais (como o acesso à renda e ao consumo) formatar na atualidade uma outra pedagogia: a da *socialização da sociedade brasileira* em que as demandas dos “de baixo” são atendidas no âmbito da “pequena política”, como meio de sitiar a “grande política”.

O período de 2013 a 2016 foi extremamente turbulento: grandes manifestações de rua explodiram trazendo uma diversidade de temas e problemas que complexificaram as determinações do processo político que se formatou a partir deste cenário. A pauta colocada pelas elites e seus aparelhos privados de hegemonia, classificando a radicalização das manifestações como uma exacerbação de “selvageria”, “banditismo” e “vandalismo”, fundamentou a via repressiva de contenção das reivindicações populares como forma de manutenção do *status quo* e garantia de funcionamento do



simulacro de “democracia vulgar”. Se, por um lado, a repressão aos jovens e a prepotência dos governantes funcionaram como um catalisador das contradições que germinavam sob a aparência de uma harmonia baseada na “colaboração de classes”; por outro, a explosão destas contradições se expressou numa multifacetada manifestação de elementos de bom senso contra a ordem ao lado de reapresentações de conteúdos conservadores e mesmo preocupantes do senso comum – como o nacionalismo exacerbado, o antipartidarismo, a retomada da extrema direita.

Após o golpe institucional-jurídico-parlamentar-midiático que destituiu a presidenta em 2016, abre-se um curto, porém intenso, período de restauração do neoliberalismo ortodoxo com Michel Temer (PMDB). A despeito do seu alto índice de impopularidade registrado nas enquetes (a mais alta rejeição desde a instauração da “Nova República”), Temer conseguiu aprovar uma série de medidas de caráter antipopular, ancorado no expressivo apoio político que obteve a partir da construção de uma forte base parlamentar. Mediante o crescimento das reivindicações populares capitaneadas pela resistência dos movimentos sociais e partidos de esquerda à aplicação radical da plataforma neoliberal, Michel Temer reage elevando o patamar autocrático da política de manutenção da “Lei e da Ordem”, reprimindo violentamente as manifestações e mobilizando os militares para o controle do conflito político e para a garantia da segurança pública.

Com a incapacidade de recuperar a economia e o crescimento através da execução das (contra)reformas institucionais, os níveis trágicos que afetavam os indicadores sociais fermentaram uma forte crise econômica, política e institucional que gerou um cenário de altos níveis de desemprego e insegurança. Junta-se a esse cenário a instabilidade política impulsionada pelo avanço das investigações da Lava Jato na sua agenda moralista de combate à corrupção, cujo objetivo inicial de atingir principalmente a esquerda que estava no poder até 2016 acabou sendo extrapolado, gerando reflexos de desmoralização política e crise de representatividade em outros partidos tradicionais com significativa participação na vida política nacional, como o PMDB (agora MDB), o PSDB e o DEM (antigo PFL).

A consequência mais deletéria dessa crise foi a emergência e o reforço dos traços mais regressistas da nossa herança histórica, sob novas roupagens. Num terreno onde o processo político foi pautado pela



necessidade de reestabelecimento das taxas de lucratividade através da combinação entre ortodoxia liberal e reforço das intervenções antidemocráticas e antipopulares, ganha força a crítica “antissistêmica” a partir do viés antipolítico, anticomunista e conservador-cristão. O terreno estava adubado para a ascensão de uma candidatura de extrema-direita. Assentada no mantra do combate à corrupção e à ineficiência do Estado combinado com a defesa da ditadura militar e o ataque odioso ao PT e todos os setores da esquerda; impulsionando, sob a vestimenta do fundamentalismo religioso cristão, uma pauta sócio-cultural-educacional moralista, com a disseminação de práticas punitivistas, de ataques aos direitos humanos, de discursos racistas, machistas, misóginos e lgbtfóbicos; e se valendo de uma forte manipulação da informação e de um culto ao negacionismo histórico e ao desprezo a qualquer pensamento científico e progressista, a extrema-direita tomou o Planalto para aplicar o programa ultraliberal com Bolsonaro e Paulo Guedes, e elevar a um novo patamar a escalada autocrática aprofundada após o golpe de 2016 e o processo de criminalização dos movimentos sociais e populares. Em outras palavras, esse processo que se fermentou de forma significativa ao longo do período do governo Temer até se materializar na expressão da vitória política de Jair Bolsonaro, no final do ano de 2018, reacendeu os traços mais reacionários historicamente presentes nas elites, com o agravante da extrema capacidade de enraizamento desses traços em camadas significativas das classes trabalhadoras.

A ascensão do Governo Bolsonaro (instância mais institucional de representação) e do fenômeno do Bolsonarismo (que é a célula mais pulsante que busca sempre uma ativação da radicalização, onde convergem diferentes agrupamentos e tendências que expressam as ideias de uma extrema direita que transcende ao governo em si) não pode ser explicada de forma reducionista como uma mera adaptação e reprodução de uma agenda política global. Precisa ser analisada em sua interação internacional/global, mas também a partir da sua composição local/nacional, isto é, a composição social e a formação do caldo político e cultural que tornou essa experiência possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Desta forma, podemos dizer que a potencialização desses fenômenos está vinculada ao conjunto de práticas e representações de longa duração que se constituem como determinações fundamentais da formação histórica brasileira em suas distintas regiões, e que concorreram, de formas variadas, para a formação do quadro histórico que favoreceu o desenvolvimento do atual processo de fascistização da sociedade brasileira. Esta vinculação não se constitui como um mero produto ou subproduto das nossas arcaicas estruturas de poder, mas através de um processo de modernização que as relacionam com os interesses do grande capital e seus representantes no atual estágio de acumulação capitalista. Este conjunto de práticas e representações de longa duração pode ser caracterizado pelo longo, recente e brutal passado escravista; pelos processos de transições políticas “pelo alto” (como os casos de 1888/89, 1930, 1937, 1964 e 1985); pela tradição do pensamento autoritário e autocrático, sob o qual se construiu formas, organizações e uma mentalidade política que alimentou a ideia da formação de uma identidade nacional fundamentalmente anticomunista e bastante elitista que nunca poupou esforços em atacar de forma cruenta os movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora (Fernandes, 1976; Ianni, 2004); além do caráter extremamente instável da nossa “democracia vulgar”, cuja mais recente expressão de um governo democrático-popular fermentou um cenário de desorganização e desmobilização política pautados na construção de um consentimento ativo e passivo de grande parte da classe trabalhadora.

Seguindo a linha evidenciada por Boito Jr (2019), concordamos com a hipótese de que, durante os anos de governo Bolsonaro, se fez presente uma ideologia neofascista, um movimento neofascista e um governo no qual os neofascistas disputaram a hegemonia com um grupo militar preso a um autoritarismo mais propenso a outro tipo de ditadura; todavia, não foi alcançada a efetivação de um regime político fascista, pois o que se configurou no país foi “uma democracia burguesa deteriorada e em crise” (Boito Jr, 2019, n/p). Mas acreditamos que este projeto momentaneamente inconcluso da extrema direita não necessariamente significa o encerramento do processo de fascistização que se potencializou na sociedade brasileira ao longo dos últimos anos, mesmo com a retomada vitoriosa de uma perspectiva política tida como progressista no cenário eleitoral.



Neste sentido, torna-se crucial apontarmos nossas pesquisas para a análise de qual foi o patamar alcançado pela intensificação do processo de destruição dos direitos da classe trabalhadora no Brasil após a combinação entre estratégias ultraliberais e ideologia fascista, e quais as consequências desse processo no nível da organização (ou desorganização) social e política, principalmente no tocante ao recrudescimento da polarização na sociedade entre projetos democráticos progressistas e projetos ultraneoliberais/fascistas. Esta análise trará elementos fundamentais para avaliarmos quais os perigos (e possibilidades) desse atual estágio de retomada do simulacro de democracia que se abre em 2023. A depender de quais setores serão fortalecidos no âmbito da atual correlação de forças, e da lentidão (ou ausência) na radicalização dos elementos democráticos por parte do atual governo, este período de “democracia vulgar” que se reabre pode vir a se conformar como uma antessala para um posterior cenário autocrático de organização política que potencializará as perspectivas fascistas que se mantém em fermentação, atendendo assim, de forma mais brutal, às necessidades de acumulação do capital.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, D. R. **A construção da democracia (vulgar) no processo da revolução burguesa no Brasil**. 2014. 566 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BARBOZA, D. R. Classes subalternas e construção da hegemonia: a importância da indistinção entre conteúdo econômico-social e forma ético-política. In: BARBOZA, D. R.; BOTELHO, J. **Lutas sociais e a ofensiva do capital no Brasil contemporâneo: desafios e estratégias de organização da classe trabalhadora**, ed.1. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 91 - 122.

BARBOZA, D. R. **Gramsci e a democracia radical: elementos para a construção da sociedade (auto)regulada**, ed.1. Uberlândia: Navegando Publicações, 2024a.

BARBOZA, D. R. **Democracia e teoria política: do poder do demos grego à revolução proletária**, ed.1. Uberlândia: Navegando Publicações, 2024b.

BOITO JR, A. A questão do fascismo no governo Bolsonaro. In: **Jornal Brasil de Fato**, São Paulo, 10 de janeiro de 2019.

CARDOSO, M. L. **Ideologia do desenvolvimento, Brasil: JK-JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.



- COSTA, E. V. da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 2010.
- COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**, RJ: DP&A, 2005.
- COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. BRAGA, R.; OLIVEIRA, F. de; RIZEK, C. (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 29-43.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahareditores, 1981.
- FERNANDES, F. **Circuito Fechado**. Quatro ensaios sobre “poder institucional”. São Paulo: Globo, 2010.
- IANNI, O. **Escravidão e racismo**. São Pulo: Hucitec, 1978.
- IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.
- IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. São Paulo: Edusc, 2004.
- KOROL, C. Criminalização dos Movimentos Sociais na América Latina. **Revista da Associação dos Docentes da UFF – Classe**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 10–13, out/nov/dez. 2008
- OLIVEIRA, F. de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 21-27.
- PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- SCHWARZ, R. **Ao vencedor, as batatas**. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Editora 34, 2000.
- WEFFORT, F. **O populismo na vida política brasileira**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.



O PENSAMENTO BURGUEÊS DA DECADÊNCIA EXPRESSO NA ESSÊNCIA DA REALIDADE SOCIAL: OS EMBATES DO IRRACIONALISMO NA LUTA DE CLASSES EM RELAÇÕES SOCIAIS HISTORICAMENTE DADAS PELO SUBDESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL

Eixo 6: Capitalismo contemporâneo, desenvolvimento econômico e pobreza

MARIA FERNANDA ALVES LAMEIRA¹

RESUMO: O artigo analisa como o pensamento burguês da decadência, permeado pelo irracionalismo, manifesta-se na realidade social brasileira, marcada historicamente pelo subdesenvolvimento estrutural. Investiga-se como essa racionalidade decadente interfere na consciência social, nas práticas políticas e nas formas de dominação. Buscando demonstrar como o irracionalismo reforça os mecanismos de alienação e bloqueia projetos de emancipação, contribuindo para a manutenção da lógica da dependência; vislumbra-se a recuperação da razão crítica como horizonte necessário à transformação social.

Palavras-chave: Irracionalismo, pensamento burguês, luta de classes, subdesenvolvimento estrutural, ideologia.

ABSTRACT: The article analyzes how bourgeois thought of decadence, permeated by irrationalism, manifests in Brazilian social reality, historically shaped by structural underdevelopment. It investigates how this decadent rationality affects social consciousness, political practices, and forms of domination. It argues that irrationalism reinforces alienation and blocks emancipatory projects, sustaining a logic of dependency; the recovery of critical reason is envisioned as a necessary horizon for social transformation.

Keywords: Irrationalism, bourgeois thought, class struggle, structural underdevelopment, ideology.

INTRODUÇÃO

A análise parte de um cenário sócio-histórico em que a burguesia, além de protagonizar a organização material da sociedade, também exerce hegemonia sobre a produção e a circulação das ideias. Na condição de classe dominante, sua visão de mundo tende a se universalizar como se fosse expressão dos interesses comuns, ocultando seu caráter de classe. Nesse sentido, como afirmaram

¹ Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. E-mail: mariafernanda.lameira@estudante.ufjf.br. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7391016170606483>.



Marx e Engels (1986, p. 28), “as ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante”, ou seja, evidencia-se a íntima relação entre a estrutura econômica e a forma como a realidade é interpretada e naturalizada no plano ideológico.

Dessa maneira, a dominância de determinada forma de consciência não pode ser compreendida de modo dissociado da base material que a sustenta. A produção da vida social está diretamente vinculada às formas históricas e econômicas que organizam o trabalho e determinam os vínculos sociais. Ou, em outras palavras, as relações sociais não existem à parte da organização do processo produtivo; ao contrário, são constituídas por ele (Iamamoto, 2001). Isso implica reconhecer que as condições materiais de existência e as formas sociais que as expressam compõem um mesmo processo. O capital, nesse sentido, não apenas organiza a produção como também conforma uma estrutura social que lhe é funcional, reproduzindo-se por meio de mecanismos que articulam dominação econômica e ideológica.

No interior dessa lógica, a alienação aparece como um traço constitutivo da forma social vigente. Costa (1999), ao interpretar Marx, aponta que o processo de produção humana se desenvolve a partir da exteriorização das forças essenciais do sujeito no objeto que ele produz — é nessa objetivação que se realiza a atividade humana como prática consciente e transformadora. Contudo, sob o domínio da propriedade privada, essa exteriorização converte-se em negação: o produto do trabalho se separa do produtor, adquire existência autônoma e passa a confrontá-lo como algo estranho. Como destaca Marx (1844, trad. Costa, 1999, p. 25), esse objeto “[...] assume uma existência externa [...]”, submetendo o trabalhador a uma forma de dominação que é histórica, social e específica ao capitalismo.

A atividade humana, transformada em mercadoria, deixa de expressar a subjetividade do trabalhador e passa a obedecer à lógica do valor de troca. A cisão entre os sujeitos e sua práxis, entre os homens e suas potencialidades humanas, revela o caráter alienante do trabalho sob o capital. Quanto mais se autonomiza esse processo, mais a realidade social se torna opaca: as relações sociais passam a se apresentar como relações entre coisas, naturalizando categorias que são, em sua essência, históricas — momento em que os produtos da atividade humana ganham aparência de objetividade independente, confrontando os indivíduos “na forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”. (Lukács, 2003)



A totalidade social engendrada por esse processo só pode ser apreendida se forem reconhecidas suas mediações internas e contradições estruturantes. O capital não aliena apenas por meio da exploração econômica, mas também ao obscurecer, ideologicamente, as relações sociais que o sustentam. A hegemonia burguesa, portanto, se exerce tanto na organização da vida material quanto na conformação das ideias, convertendo interesses particulares em aparência de universalidade e bloqueando a possibilidade de transformação social consciente.

A construção de uma consciência coletiva que confronte a ordem social vigente encontra obstáculos profundos na forma como a ideologia dominante modela a subjetividade. As relações sociais, forjadas sob a lógica do capital, tornam-se naturalizadas, enquanto a exploração é dissimulada por mecanismos simbólicos que moldam percepções e comportamentos. A classe trabalhadora, submetida cotidianamente à violência material e simbólica, encontra dificuldades em elaborar um projeto político próprio, que seja verdadeiramente emancipador. A luta de classes, embora enraizada na disputa concreta por condições materiais de vida, esbarra nos limites impostos pela dominação ideológica e pelo controle social, no que encontra os instrumentos de dissolução do protagonismo da classe trabalhadora e conformação à ordem vigente.

No Brasil, a dinâmica do capital articula-se ainda a traços históricos e estruturais do subdesenvolvimento, produzindo uma sociabilidade marcada pela desigualdade extrema e pela superexploração do trabalho. A inserção dependente na economia mundial molda um padrão de desenvolvimento que combina elementos do capitalismo com resquícios de formas sociais anteriores, intensificando as contradições e consolidando uma ordem profundamente excludente. Nesse processo, heranças históricas como a concentração fundiária, o racismo estrutural e o patriarcado não são superadas com a modernização, mas integradas de maneira funcional à lógica da acumulação. Sendo assim, na arena política está um Estado operador da dominação de classe, subordinado aos imperativos do capital internacional e operando de forma a garantir as condições internas para a sua reprodução ampliada.

O IRRACIONALISMO COMO EXPRESSÃO DO PENSAMENTO BURGUÊS DA DECADÊNCIA



A fase inicial da Modernidade foi marcada por intensas transformações sociais, impulsionadas pelas mudanças internas no sistema feudal e pela ascensão de novos agentes econômicos. O crescimento do capital mercantil e o avanço da produção manufatureira deram origem a novas formas de organização social, ao mesmo tempo em que impulsionaram uma renovada perspectiva sobre o mundo e a atividade humana. A valorização do trabalho e da riqueza material passou a ocupar o centro das preocupações das classes em ascensão, delineando os contornos de uma racionalidade que buscava compreender e transformar a realidade por meio da ação consciente e planejada. Esse ambiente histórico abriu caminho para a construção de uma visão de mundo orientada pelo uso da razão e pela crença no progresso, refletindo o papel ativo da burguesia como agente das mudanças em curso.

Durante o Renascimento e ao longo dos séculos seguintes até a primeira metade do século XIX, a burguesia desempenhou um papel de vanguarda histórica. Segundo Coutinho (1972), essa classe representava o progresso social e seus pensadores viam a realidade como uma totalidade inteligível, passível de ser compreendida e transformada pela razão. Havia, nesse contexto, uma convergência em torno de três eixos centrais: o humanismo — a ideia de que o ser humano é fruto de sua própria ação histórica; o historicismo concreto — que reconhece o caráter historicamente determinado da realidade e aposta no aperfeiçoamento da espécie humana; e a razão dialética — entendida tanto como racionalidade objetiva presente no real quanto como forma subjetiva capaz de apreendê-la (Coutinho, 1972, p. 14).

A filosofia burguesa desse período expressava, ainda que com variações internas, os fundamentos de um projeto emancipador em disputa com a velha ordem feudal. Como observa Lukács (1979, p. 31), o pensamento filosófico então dominante traduziu os princípios e valores de um movimento revolucionário que reformou profundamente a sociedade europeia. Era, portanto, uma racionalidade orientada pela transformação, que ainda acreditava na capacidade do homem em conhecer e intervir na realidade de forma consciente.

Contudo, o que emergiu no cenário europeu inicialmente com um discurso e uma prática pautados no progresso, no desenvolvimento das forças produtivas e na racionalidade científica, experimenta, a partir do século XIX, uma inflexão. O projeto burguês, que se afirmara como portador de um humanismo progressista e de uma racionalidade capaz de superar os limites do mundo feudal, entra em crise estrutural diante do protagonismo político do proletariado, sobretudo, o que marca sua



passagem como classe em-si para classe para-si. É nesse contexto que se processa o deslocamento de uma racionalidade ilustrada, comprometida com a ideia de progresso universal, para uma racionalidade marcada pelo irracionalismo, pelo imediatismo e pela fragmentação ideológica.

Esta mudança do proletariado se deve a uma série de condições objetivas e subjetivas marcadas pelo contexto econômico, social e político do século XIX. Tal tomada política teve emergência num mundo, que organizado a partir da troca, se universaliza nas fórmulas de dinheiro e mercadoria, no qual as coisas se autonomizam e passam a se interpor nas relações humanas, obscurecendo a essência dos vínculos entre os homens. Esse processo de reificação instaura uma forma específica de sociabilidade, que, longe de potencializar a constituição plena do ser, promove sua negação e favorece a barbárie.²

Diante deste quadro, a classe trabalhadora passa a experimentar as contradições do mundo das necessidades e da liberdade. Enredada cotidianamente pela necessidade, mas também impulsionada a formular perguntas e buscar respostas que transcendam essa esfera, a classe operária se vê compelida a questionar a ordem vigente. No entanto, o que se observa, em suma, é que enquanto a classe trabalhadora se desfaz física e espiritualmente sob o peso da exploração e da alienação do trabalho, a burguesia amplia seu domínio, apropriando-se do comando e do valor produzido socialmente.

A inflexão do projeto burguês se intensifica no momento em que a classe dominante precisa reconhecer dois fenômenos históricos inegáveis: o pauperismo generalizado, que toma conta das cidades industriais europeias — especialmente Londres, capital da Inglaterra —, e o protagonismo emergente da classe trabalhadora. Como bem expressa Coutinho (1972, p. 8), é neste momento, por volta de 1830, que “o proletariado surge na história como classe autônoma, em-si e para-si, capaz de resolver em sentido progressista as novas contradições geradas pelo próprio capitalismo triunfante”. A burguesia, até então detentora do monopólio do discurso progressista, se vê confrontada com o fato de que seu projeto não representa mais um ideal universal, mas sim uma proposta particular, fundada na exploração, na desigualdade e na negação do desenvolvimento humano pleno.

² Como a história não possui uma direção teleológica inevitável, permanece sempre aberta à ação humana e à possibilidade de transformação (Lukács, 1979).



Este choque escancara a contradição estrutural do capitalismo: a oposição irreconciliável entre o capital e o trabalho. De um lado, o projeto burguês, que após romper com o mundo feudal se colocava como portador do progresso; de outro, a emergência do proletariado enquanto classe revolucionária, portadora de um projeto emancipatório.³ A partir deste ponto, encerra-se o período de conciliação de interesses entre as classes sociais, e todas as premissas progressistas que sustentavam a burguesia são abandonadas em favor de uma postura conservadora e defensiva.

Nesse processo de inflexão, a ciência moderna perde seu caráter emancipador, baseado na busca rigorosa da verdade. A burguesia rompe com os fundamentos críticos da filosofia iluminista, das obras centrais de Hegel e da economia política clássica, substituindo-os por práticas manipulatórias e discursos pseudocientíficos que buscam mascarar as contradições sociais e legitimar a ordem vigente. Como observa Coutinho (1972, p. 22), “a filosofia da decadência torna-se cada vez mais um pensamento imediatista, centrado nas aparências fetichizadas da realidade”. Assim, ao invés de manter o rigor teórico-metodológico e histórico que caracterizava sua fase ascendente, a burguesia passa a articular uma economia apologética e um idealismo filosófico que naturalizam a desigualdade e o status quo.

A pseudocientificidade passa a desempenhar um papel central: a manipulação da realidade e a negação das condições concretas de existência da classe trabalhadora são elevadas a princípio metodológico. A crítica, que antes estruturava a ciência e a filosofia como instrumentos de desvelamento das determinações profundas da realidade, cede espaço ao imediatismo e ao espontaneísmo, transformando o conhecimento em mera ideologia justificadora dos interesses burgueses.

Em meio a este quadro, a classe trabalhadora, “como uma toupeira em pleno inverno” (Guerra e Batista, 2021), começa a descortinar sua missão histórica. Apesar de ainda carecer de fundamentos teóricos e políticos sólidos, trava importantes lutas locais e regionais, que expressam o desenvolvimento de sua consciência e a construção progressiva de seu projeto de classe. Este projeto societário, ao contrário do projeto burguês em processo de decomposição, contém um ingrediente revolucionário e emancipatório.

³ Afinal, como afirma Lukács, “não há nenhuma tomada de posição filosófica ‘inocente’” (Lukács, 2020, p. 34).



É especialmente a partir das Jornadas Revolucionárias de 1848 que o caráter revolucionário do proletariado se afirma historicamente, colocando à prova seu modo de ser e de pensar enquanto classe progressista, portadora de uma proposta de superação da ordem capitalista.⁴ A burguesia, por sua vez, deixa definitivamente de representar o progresso social e assume de forma cada vez mais aberta práticas conservadoras e repressivas. Ao aliar-se a frações aristocráticas, ligadas ainda à propriedade fundiária, a burguesia evidencia sua essência enquanto classe dominante, disposta a utilizar todos os meios — inclusive a violência aberta — para garantir a manutenção de seus privilégios e a reprodução das relações de exploração. Como sintetiza Netto (1998, p. XIX), “é nas jornadas de 1848 que se patenteia o radical antagonismo entre ambos: quando se põe a exigência da república social, explicita-se o limite do mundo burguês”.

Esse processo simboliza a desintegração da concepção filosófica clássica da burguesia e inaugura uma nova etapa histórica, na qual essa classe dominante abandona sua antiga postura ofensiva, voltada para a superação do feudalismo, e passa a atuar defensivamente diante da ascensão do proletariado. As revoluções que ocorreram ao longo do século XIX, especialmente as de 1830 e 1848, evidenciam que a burguesia deixou de ser a força motriz do progresso social, posicionando-se, a partir de então, na contenção das lutas revolucionárias da classe trabalhadora emergente (Lukács, 1979).

Assim, a burguesia passa a lançar mão não apenas da retórica apologética e dos protocolos que falsificam os conteúdos científicos, mas também do uso sistemático dos aparelhos repressivos do Estado. As contradições econômicas, políticas e sociais, oriundas da relação antagônica entre capital e trabalho, são mascaradas e negadas pelos representantes do projeto burguês, que passam a manipular a realidade e a impedir, por todos os meios, o acesso aos conhecimentos necessários para a transformação social.

Esse deslocamento ideológico provoca uma ruptura profunda entre a capacidade criadora humana e as formas concretas de organização da vida social, resultando na erosão das bases que sustentavam o projeto progressista da burguesia. Valores como o humanismo, a visão histórica do desenvolvimento social e a razão dialética, que antes orientavam a construção científica e filosófica,

⁴ Como afirmam Marx e Engels (1998, p. 17), “dentre todas as classes que hoje se opõem à burguesia, somente o proletariado é uma classe realmente revolucionária”.



passam a ser progressivamente rejeitados. Em seu lugar, predominam atitudes imediatistas e práticas espontaneístas, que esvaziam a historicidade das relações humanas, transformando-as em meros fenômenos naturalizados e submetidos à lógica fetichizada das coisas.

Dessa maneira, a sociabilidade, em todos os modos de ser, se conforma a naturalização das desigualdades e a generalização da ideologia fetichizada, esvaziada de sentido a crítico.

A REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA E O SUBDESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL: BLOQUEIOS À CONSCIÊNCIA SOCIAL E À EMANCIPAÇÃO

A formação social brasileira se caracteriza por uma inserção subordinada na totalidade do capital social global, processo que articula o desenvolvimento do país com as determinações estruturais do capitalismo mundial. A partir da crítica da economia política, é possível compreender que as condições materiais e as formas sociais de organização da vida no Brasil não se apresentam como desvios anômalos, mas como expressão concreta das leis gerais do capital, que, sob condições específicas, aprofundam desigualdades e intensificam a superexploração da força de trabalho.

De acordo com Mészáros (2011), a dinâmica global do capital só pode ser compreendida a partir do conceito de capital social total, que revela os fundamentos do antagonismo entre o capital e a totalidade do trabalho. No contexto periférico brasileiro, essa contradição se manifesta de forma específica, marcada por uma histórica desigualdade na taxa de exploração da força de trabalho e por um desenvolvimento estruturalmente subordinado aos interesses do capital monopolista internacional. Sempre que o capital nacional enfrenta dificuldades em seu posicionamento dentro da hierarquia global, reage por meio da intensificação da exploração da força de trabalho, buscando compensar disfunções sistêmicas e manter a valorização do capital, mesmo à custa da degradação das condições de vida da maioria trabalhadora.

A superexploração da força de trabalho se converte, nesse cenário, no núcleo estruturante das economias dependentes, constituindo-se como mecanismo compensatório às perdas impostas pela troca desigual no sistema internacional. Marini (2017) destaca que essa forma específica e mais aguda de exploração ocorre quando o salário pago não corresponde ao valor da força de trabalho consumida, resultando na violação sistemática das condições necessárias à reprodução social do trabalhador. No



Brasil, esse fenômeno encontra uma base funcional que remonta ao regime escravocrata, cujas marcas históricas moldaram profundamente a formação social e econômica do país.

Ainda que a escravidão tenha sido formalmente abolida, seus traços foram incorporados de modo estrutural à forma contemporânea de exploração capitalista, evidenciando uma transição que não rompeu com as antigas estruturas de dominação, mas as adaptou às novas exigências do capital. Como apontado por Carcanholo (2008), o desenvolvimento capitalista brasileiro não depende do aumento da produtividade, mas sim da degradação das condições de vida dos trabalhadores, processo que aprofunda a dependência e intensifica a extração de valor pela via da superexploração.

Essa especificidade da economia dependente brasileira é inseparável das articulações internas de classe e de sua vinculação orgânica aos interesses do capital internacional. A adesão das frações dominantes nacionais aos projetos dos centros hegemônicos — especialmente por meio das políticas neoliberais impulsionadas pelo Consenso de Washington — aprofunda os vínculos de dependência, naturalizando e reproduzindo os mecanismos estruturais de expropriação sob a aparência de modernização. A chamada “modernização conservadora”, conforme indicado por Coutinho (1990), revela que a constituição do capitalismo no Brasil ocorreu não por ruptura com a grande propriedade fundiária, mas por sua adaptação progressiva ao regime de trabalho livre, mantendo traços servis em sua estrutura.

O resultado desse processo é a conformação de um capitalismo “completo”, embora subordinado e dependente, que impõe uma lógica de acumulação predatória, marcada pela precarização das relações de trabalho e pela intensificação da extração de mais-valor. Esse modelo de desenvolvimento não apenas reforça as desigualdades internas, mas também sustenta uma ordem social profundamente excludente, articulada à inserção subordinada do Brasil no circuito do capitalismo global.

Além dos aspectos econômicos, essa estrutura de dependência é reproduzida ideologicamente através de mecanismos que atuam como bloqueios à constituição de uma consciência social crítica e emancipadora. A alienação do trabalho, fundamento da forma social capitalista, transforma o trabalhador em mero apêndice da maquinaria do capital, submetendo a atividade vital humana à lógica exterior do valor de troca. Como enfatiza Lukács (2003), esse processo de alienação conduz à reificação das relações sociais, que passam a assumir a aparência de naturalidade, obscurecendo suas origens histórico-sociais.



A financeirização do capital intensifica essa dinâmica, convertendo-se na força estruturante da nova morfologia do capitalismo, especialmente nos países periféricos, como o Brasil. A financeirização transforma direitos em mercadorias, subordina políticas públicas aos interesses do mercado e organiza os territórios segundo as necessidades do capital especulativo, promovendo a expropriação direta de populações camponesas, indígenas e ribeirinhas, e intensificando a precarização do trabalho nas cidades. Oliveira e Santos (2023) apontam que essa lógica de reificação impede a constituição imediata de uma consciência coletiva, ao deslocar sobre os indivíduos os riscos anteriormente pertencentes ao capital, configurando o trabalhador como “empresário de si mesmo”.

Nesse contexto, a racionalidade dominante assume contornos irracionais, apresentando-se como naturalização das relações sociais capitalistas, esvaziando a crítica e bloqueando a capacidade de transformação social. O irracionalismo, conforme analisado por Lukács (2020), emerge historicamente como uma resposta reacionária à ascensão da concepção proletária de mundo, negando a possibilidade de uma consciência emancipadora e alimentando uma visão fragmentada e imediatista da realidade social.

No Brasil, essa racionalidade irracionalista encontra expressão concreta na despolitização da pobreza, na individualização das soluções sociais e na substituição da universalidade dos direitos por práticas assistenciais fragmentadas. Conforme Iamamoto (2008), a reconversão dos direitos sociais em políticas focalizadas e compensatórias revela não apenas um rebaixamento material das conquistas históricas da classe trabalhadora, mas também uma transformação ideológica profunda, que reforça a hegemonia de valores individualistas e meritocráticos.

Esse movimento se articula à atuação do Estado, que, sob a égide do neoliberalismo, se converte em gestor da crise, promovendo ajustes fiscais, privatizações e políticas de austeridade que aprofundam as desigualdades e restringem o acesso aos direitos sociais. Conforme destaca Netto (2006), o Estado contemporâneo assume funções diretamente econômicas para assegurar a reprodução ampliada do capital, ao mesmo tempo em que se deslegitima perante as massas trabalhadoras, cuja sobrevivência é cada vez mais precarizada.

Nesse cenário, a luta de classes no Brasil enfrenta limites significativos, tanto do ponto de vista material quanto ideológico. A reificação das relações sociais transforma a vida social em um sistema fechado de trocas, racionalmente estruturado, que exige dos indivíduos uma postura contemplativa, anulando sua capacidade de intervenção consciente na reprodução da existência



(Lukács, 2003). Essa forma social específica do capitalismo, especialmente sob sua fase financeira e globalizada, radicaliza a atomização do sujeito e universaliza a forma-mercadoria, fragmentando tanto o objeto quanto o sujeito do processo produtivo.

Entretanto, essa aparência de isolamento e imobilismo esconde a legalidade objetiva do processo histórico: a totalidade social, ainda que fetichizada, segue operando segundo determinações que podem ser conhecidas e transformadas. É nesse terreno contraditório que se funda a possibilidade da consciência de classe, que emerge da própria experiência reificada e abre caminho à mediação entre o ser social alienado e sua potencialidade emancipadora.

O desafio colocado para a classe trabalhadora brasileira reside, contudo, na superação dos bloqueios ideológicos e na reconstrução de formas organizativas capazes de articular a crítica radical à ordem vigente com a ação política transformadora. Como aponta Mészáros (2011), a intensificação da socialização do trabalho e a crescente interdependência das cadeias produtivas globais criam vulnerabilidades estruturais no sistema capitalista e apesar das dificuldades impostas pela fragmentação ideológica e pela precarização das condições materiais, a luta de classes permanece ainda latente

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental destacar que a percepção empírica dos fenômenos sociais, por si só, não se traduz automaticamente em consciência política. Tem-se o entendimento de que “o projeto de sociabilidade burguesa *carrega*⁵ em sua própria forma de ser e de existir o germe da contradição, ou seja, a formação da classe trabalhadora em si.” (Guerra e Oliveira, 2021).

Quando a exploração do capital sobre o trabalho atinge níveis insustentáveis, abre-se a possibilidade concreta de que a classe trabalhadora, mediante processos organizativos, se reconheça como sujeito coletivo. Esse reconhecimento é decisivo: transforma a massa pauperizada de um contingente passivo e disperso em uma força social potencialmente capaz de ameaçar a estabilidade econômica, política e moral da ordem burguesa. A tomada de consciência sobre o caráter histórico da exploração rompe com a ideia de que a pobreza é um fenômeno natural ou inevitável, revelando-a

⁵ Grifos para alteração da citação. Em forma original consta “carregava”.



como resultado de um tipo específico de desenvolvimento social que só se realiza por meio da exploração do trabalho pelo capital. É, portanto, essa compreensão das determinações estruturais, e não meramente a vivência empírica da pobreza, que pode impulsionar o protagonismo do proletariado na luta de classes e fomentar a ação política orientada para a superação da ordem capitalista

Nesse contexto, é fundamental destacar que a expressão “questão social” surge precisamente como resultado da consciência política que o proletariado adquire acerca de uma nova forma de pobreza, caracterizada por determinações inéditas quanto à sua origem e à sua extensão, visto que se torna um fenômeno generalizado. Assim, o conceito de “questão social” articula-se diretamente com a constituição da classe operária enquanto classe para-si, e com a ameaça que esta representa, seja de maneira implícita ou explícita, à ordem burguesa. Trata-se de um processo de pauperização marcado por complexidades diversas, em que se entrelaçam elementos étnico-raciais, de gênero, nacionalidade, regionalidade e geração, produzindo novas refrações ou reforçando antigas expressões das desigualdades.

Desse modo, o fenômeno denominado atualmente — sobretudo no campo do Serviço Social — de “questão social” é múltiplo, atravessado por dimensões diversas e facetas que são manifestações fenomênicas de processos sociais mais profundos. Esses processos são recobertos por uma aparência mística, ocultando o fato essencial de que a exploração do trabalho pelo capital, decorrente da apropriação privada da riqueza social produzida coletivamente, expressa de forma completa a contradição dialética fundamental: o mesmo processo que cria riqueza engendra, simultaneamente, sua antítese, que fundamenta a própria luta de classes.

No campo das ciências sociais, a divisão do conhecimento em especialidades produziu um efeito de cancelamento das análises críticas que relacionam diretamente o desenvolvimento capitalista com o fenômeno da pauperização absoluta e com a formação da classe trabalhadora como sujeito político consciente. Dessa forma, a especialização disciplinar fragmenta o objeto, isolando os fenômenos sociais e deixando de lado análises fundamentais sobre a mais-valia, a luta de classes e a possibilidade histórica da revolução. Paralelamente, a retórica apologética promovida pelos representantes intelectuais da burguesia coloca a “questão social” no centro das análises, mas esvazia seu conteúdo crítico.

Ainda assim, é imprescindível afirmar que essa expressão, da maneira como é usualmente empregada, possui um caráter limitado, uma vez que não explicita as relações sociais que a



engendram, tampouco revela sua origem no processo de exploração capitalista. Portanto, enquanto conceito, carece de poder explicativo suficiente. Contudo, ela funciona como um sinal de alerta: indica que há uma dinâmica subjacente à ordem burguesa que precisa ser desvendada, combatida e superada. Assim, uma exigência fundamental que se impõe ao Serviço Social — e às ciências sociais de modo mais amplo — é a de, com base nos fundamentos do pensamento marxista, contribuir para o desvelamento dos processos históricos ocultos sob o rótulo de “questão social” e evidenciar o caráter mistificador que essa expressão adquire quando apropriada pelo pensamento conservador.

A transformação dos direitos sociais em políticas públicas focalizadas, assistenciais e caritativas, como observa Iamamoto (2008), revela não apenas uma perda concreta das conquistas históricas obtidas pela classe trabalhadora, mas também uma profunda mudança ideológica que se conecta diretamente à lógica do irracionalismo contemporâneo. Ao se subordinar às exigências do capital financeiro e monopolista, o Estado passa a administrar a pobreza sob uma perspectiva despolitizada, promovendo a individualização das soluções sociais e afastando-se de qualquer horizonte de emancipação coletiva.

Esse fenômeno pode ser interpretado à luz da crítica lukacsiana ao irracionalismo, compreendido como uma reação conservadora diante do avanço da luta de classes e da emergência da concepção proletária de mundo, ou seja, do materialismo histórico e dialético. Assim, a negação da universalidade dos direitos e sua substituição por práticas assistenciais fragmentadas refletem, na prática, a derrota ideológica da classe trabalhadora. A consciência de classe vai sendo dissolvida, progressivamente, mediante a incorporação de valores típicos do irracionalismo burguês — tais como o individualismo competitivo e a crença na autonomia absoluta do sujeito consumidor — que, como destaca Lukács (2020), são formas de resposta ideológica à ameaça concreta de emancipação humana.

Atualmente, a hegemonia desse paradigma ideológico — sustentada por discursos que enaltecem o empreendedorismo, a meritocracia e a suposta liberdade do consumidor — contribui para sedimentar um senso comum regressivo, que naturaliza as desigualdades e obscurece os antagonismos de classe. Trata-se, assim, de uma nova modalidade de contrarrevolução cultural, que, apoiando-se na ideologia do capital, atua de maneira eficaz para enfraquecer a consciência de classe e impedir que os trabalhadores se reconheçam como sujeitos históricos dotados de potencial transformador.

REFERÊNCIAS



ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho no Brasil: informalidade, terceirização, precarização. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 16, n. 2, p. 249–271, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/9035/6890>. Acesso em: 17 maio 2025.

COSTA, Mônica Hallak Martins da. **As categorias Lebensäusserung, Entäusserung, Entfremdung e Veräusserung nos Manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx de 1844**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaio sobre ideias e formas. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

GUERRA, Y., e BATISTA, A. (2021). A expressão "questão social" em questão: um debate necessário ao serviço social. **Temporalis**, 21(42), 173–187. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p173-187>

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.

IASI, Mauro Luis. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 1–20, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/bwh6wBvg87WnLx35Z8wPVvr/>. Acesso em: 16 maio 2025.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. **Existencialismo ou Marxismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.Ltda., 1979

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v9i3.24648>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Trad. Mônica Hallak Martins da Costa. Anexo à dissertação de mestrado: "A Diferença entre as categorias Lebensäusserung, Entäusserung, Entfremdung e Veräusserung nos Manuscritos Econômico-filosóficos de Karl Marx de 1844" - FAFICH, 1999.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política; livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2006.



OLIVEIRA, André; SILVA, Thiago. A questão nacional ante o elã pós-moderno: capitalismo dependente, superexploração da força de trabalho e luta de classes no Brasil. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 26, n. 1, p. 1–20, 2025. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/9035/6890>. Acesso em: 16 maio 2025.

OSORIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In: IPEA. **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Organização: Niemeyer Almeida Filho. Brasília: IPEA, 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, Flávio José Souza. A formação social, histórica, política e cultural do Brasil a partir da teoria marxista da dependência: a particularidade da questão social brasileira. **Revista Saberes**, Caicó, v. 25, n. 1, jan. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/40011>. Acesso em: 16 maio 2025.

SILVA, João. O homem para todas as estações: irracionalismo e neokantismo na sociologia de Max Weber. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 1–20, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/42805/27597>. Acesso em: 16 maio 2025.



NECROPOLÍTICA DO TRABALHO: SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR QUE DEVE MORRER E DO CHEFE QUE DEVE VIVER NO CAPITALISMO RACIAL

Eixo 6: Capitalismo contemporâneo, desenvolvimento econômico e pobreza

ARMANDO LUÍS DE OLIVEIRA¹

RESUMO: Este artigo analisa as engrenagens do capitalismo racial, a necropolítica do trabalho tece sua trama mais perversa: transformar vidas em combustível e saúde mental em luxo de poucos. Desvela como o racismo estrutura não apenas corpos cansados, mas mentes sitiadas onde a exaustão dos trabalhadores racializados é meticulosamente planejada, enquanto a elite corporativa cultiva sua imunidade psicopolítica. Como os fios que ligam a colonialidade do poder às novas formas de gestão algorítmica da morte. Não se trata apenas de desigualdade, mas de um projeto civilizatório que naturaliza o sofrimento como preço da produtividade. Nas fronteiras entre a psique e a política, ergue-se um apartheid terapêutico que separa os que merecem cuidados daqueles destinados ao desgaste programado.

Palavras-chave: Necropolítica laboral, trabalho, saúde mental, racismo, capitalismo racial.

ABSTRACT: This article is a qualitative theoretical and bibliographical study on mental health and racism and how this appears as a spectacle of police violence and criminalization of the black population based on a structurally consolidated historical condition. The criminalization of the black body in Brazil is a historical and systemic phenomenon that reflects on mental health, exclusion and racial inequality, manifesting itself in discriminatory practices in the security forces, the justice system and various social spheres. This process not only compromises the freedom and security of the black population, but also profoundly affects their mental health, generating psychological disorders such as “self-hate” and the internalization of racism. Racial marginalization is reflected in the over-representation of black people in the prison system and the difficulties they face in accessing education, health and the job market.

¹ Psicólogo, Psicanalista e Sociólogo. Bolsista FAPERJ Nota 10. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/RJ, Brasil. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal Fluminense - UFF/RJ, Niterói, Brasil. Pós-graduado em Terapia Cognitiva Comportamental, Pós-graduado em Saúde Mental e Pós-graduado em Psicopedagogia. Formado em Superior em Gestão de Recursos Humanos e Pós-graduado em Gestão de Pessoas. Formado em Superior em Logística e Pós-graduado em Logística e Supply Chain. Integrante do Laboratório de Estudos em Políticas Públicas, Trabalho e Sociabilidade da Escola de Serviço Social da UFRJ (LEPPTraS/ESS/UFRJ/CNPq). Declaro expressamente minha concordância com a divulgação pública deste trabalho. E-mail: armandoluis@id.uff.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-4856-9005>.



Keywords: Necropolitics of labor, work, mental health, racismo, racial capitalism.

INTRODUÇÃO

“A escravatura humana atingiu o seu ponto culminante na nossa época sob a forma do trabalho livremente assalariado” (George Bernard Shaw)

Ora, a necropolítica do trabalho no capitalismo racial brasileiro configura-se como um sistema de gestão diferencial da vida e da morte, onde a saúde mental precarizada de trabalhadores negros, indígenas e periféricos não é um efeito colateral, mas um projeto político estruturado (MBEMBE, 2021; Almeida, 2020). Enquanto corpos racializados são submetidos a jornadas exaustivas, ambientes hostis e a constante ameaça do desemprego, fatores que corroem sua saúde psicológica, executivos brancos usufruem de uma “imunidade psicopolítica” que lhes garante acesso a terapias corporativas, licenças médicas sem constrangimentos e jornadas humanizadas (Alves, 2023; OIT, 2023). Essa assimetria não é acidental: ela reflete a herança escravocrata que naturaliza a “resistência” do corpo negro, justificando sua superexploração no capitalismo contemporâneo (Gonzalez, 1988; Kilomba, 2019).

Dados do Ministério da Saúde (2022) revelam que transtornos mentais relacionados ao trabalho aumentaram 178% entre 2010 e 2022, com índices ainda mais alarmantes entre trabalhadores informais e plataformizados, onde 89% dos afetados são negros (PNAD, 2022). A construção civil exemplifica essa lógica: 63% dos trabalhadores são homens negros, com índices de suicídio três vezes maiores que a média nacional (IBGE, 2022; Santos, 2022). Já no trabalho doméstico, 92% exercido por mulheres negras, 82% desenvolvem ansiedade ou depressão grave, evidenciando como gênero e raça se entrelaçam na precarização (Hirata; Kergoat, 2007). Nesse contexto, o trabalho deixa de ser um meio de subsistência e transforma-se em uma “tecnologia de morte lenta” (Alves, 2023), questionando: até que ponto a saúde mental no capitalismo racial é um direito negado para garantir a produtividade de poucos? A resposta está na própria arquitetura do sistema, que trata o esgotamento como combustível e a morte como custo operacional (MBEMBE, 2021).



DESENVOLVIMENTO

O capitalismo racial, enquanto sistema de produção e exploração, não opera apenas pela extração de mais-valia econômica, mas também pela gestão calculista da vida e da morte. Nesse contexto, a saúde mental dos trabalhadores precarizados, majoritariamente negros, indígenas, imigrantes e favelados – não é um acidente, mas um projeto político. A economia do esgotamento não é uma metáfora, mas uma engrenagem concreta que move a produção contemporânea: ela não funciona com energia vital, mas com o esgotamento programado de corpos racializados, femininos e periféricos. Produzir, nesse sistema, significa esvaziar vidas até seu limite último (MBEMBE, 2021; Almeida, 2020). Essa dinâmica revela uma necropolítica do trabalho, onde a linha entre exploração e extermínio é tênue, e onde a saúde mental deteriorada não é um erro, mas um resultado esperado.

A análise do adoecimento mental no trabalho revela padrões claros de discriminação racial. Enquanto trabalhadores brancos da classe média enfrentam pressões laborais significativas, seus corpos e mentes gozam de um grau de proteção social inexistente para trabalhadores negros, indígenas e periféricos. Ora, o mito da “resistência natural” do corpo negro, herança direta do período escravocrata, continua a justificar práticas laborais desumanizantes no capitalismo contemporâneo (Gonzalez, 1988). Ademais, Kilomba (2019) demonstra como a humilhação racial no ambiente de trabalho opera como um fator adicional de desgaste psíquico. O trabalhador racializado não apenas enfrenta a exploração econômica, mas também o constante questionamento de sua competência, a suspeição sobre sua honestidade e o esgotamento emocional de ter que provar diariamente seu direito de ocupar determinado espaço. Este fenômeno, conhecido como “taxação emocional racial”, consome reservas psicológicas que poderiam ser direcionadas para o autocuidado ou para a organização coletiva.

Insta realçar que para o trabalhador da base, a experiência laboral não se resume à troca de força de trabalho por salário. Ela é atravessada por um processo de desumanização estrutural, onde o racismo institucional, a humilhação cotidiana e a vigilância panóptica moldam uma existência marcada pelo sofrimento psíquico sistemático. Nesse modelo, o trabalho não extrai somente o tempo ou força muscular,



ele extrai saúde, dignidade, subjetividade e até mesmo a capacidade de dar sentido à própria existência (Dejours, 1992; Kilomba, 2019). O resultado é uma condição de adoecimento crônico, onde diagnósticos como burnout, ansiedade generalizada, depressão e síndrome do pânico não são anomalias, mas sintomas de um sistema que opera na lógica da exaustão programada.

É indubitável, a racialização desse sofrimento é evidente. Enquanto trabalhadores brancos de classes mais altas podem ter acesso a redes de apoio psicológico, licenças médicas e ambientes laborais menos hostis, os corpos negros, indígenas e periféricos são historicamente vistos como “naturalmente resistentes” um mito colonial que justifica sua superexploração (Gonzalez, 1988; Fanon, 1961). Não há erro no adoecimento do trabalhador precarizado. Seu sofrimento é a mensagem clara do sistema: sua vida tem valor apenas enquanto for produtiva, e seu esgotamento é uma etapa prevista no ciclo de descarte (Davis, 2016; Berlinguer, 1983). O suicídio, nesse contexto, não é um ato isolado, mas a expressão máxima de um silenciamento psíquico que começa no assédio moral, passa pela negação de direitos e culmina na aniquilação da própria vontade de viver (Selau; Codo, 2021).

Ora, a desviverização, conceito que descreve a redução de certas existências a meros corpos utilitários (MBEMBE, 2021) é fundamental para entender como o capitalismo racial opera. Trabalhadores negros, indígenas e periféricos não são apenas explorados; são gradualmente despojados de sua humanidade, tratados como recursos descartáveis em uma cadeia produtiva que não hesita em substituí-los quando já não servem mais. Essa lógica é especialmente perversa em empregos informais, terceirizados ou em plataformas digitais, onde a ausência de vínculos trabalhistas aprofunda a precarização e acelera o processo de esgotamento (Antunes, 2019).

A saúde mental, nesse cenário, não é um direito, mas um luxo inacessível. Enquanto executivos brancos têm acesso a terapias corporativas, programas de bem-estar e horários flexíveis, o trabalhador racializado enfrenta jornadas extenuantes, ambientes hostis e a constante ameaça do desemprego, fatores que corroem qualquer possibilidade de equilíbrio psicológico (Safatle, 2020). Ora, a diferença não é acidental: ela reflete uma necropolítica que decide quem merece viver com dignidade e quem pode ser deixado à própria sorte, numa espécie de darwinismo social racializado (Foucault, 1976; Quijano, 2005).



Se o capitalismo racial transforma o trabalho em um mecanismo de morte lenta, a resistência a esse sistema exige mais do que reformas pontuais, exige a desconstrução da própria lógica que naturaliza o sofrimento de uns em benefício de outros. Coletivos de trabalhadores, sindicatos combativos e movimentos antirracistas têm apontado caminhos possíveis, desde a luta por condições dignas de trabalho até a criação de redes de apoio psicológico comunitário (Davis, 2016; Almeida, 2020). O desafio, no entanto, não é apenas melhorar o sistema, mas questionar sua essência: enquanto o trabalho for organizado como um campo de extração de vidas, a saúde mental continuará sendo um privilégio de poucos e uma dívida impagável para muitos.

A conceituação fanoniana da “zona de não-ser” (Fanon, 1952) emerge como categoria analítica fundamental para compreender a posição ontológica do trabalhador racializado no capitalismo contemporâneo. Neste contexto sociolaboral, a zona de não-ser se materializa como espaço liminar no qual os corpos negros, indígenas e periféricos são simultaneamente indispensáveis à acumulação capitalista e sistematicamente descartáveis enquanto sujeitos de direitos. A essa condição paradoxal constitui herança direta do regime escravocrata, que transformava pessoas em “instrumentos falantes”, categoria que persiste, sob novas roupagens, no mercado de trabalho atual (MBEMBE, 2021).

É de interesse nada pequeno salientar que a pesquisa de Almeida (2020) revela como essa zona de não-ser laboral se expressa em dados concretos: enquanto trabalhadores brancos ocupam 72% dos cargos gerenciais no Brasil (IBGE, 2022), os negros concentram-se em ocupações marcadas pelo que passamos a denominar “triade da precarização”, informalidade (62%), periculosidade (58%) e hipereexploração (jornadas médias 34% mais longas que a média nacional). O estudo longitudinal de Oliveira (2023) acompanhando 500 trabalhadores ao longo de dez anos demonstra que essa condição produz o que conceitualizamos como “síndrome da desistência laboral”, um estado psicológico permanente onde o trabalhador internaliza sua condição de descartabilidade.

Aliás, a análise dos dados do Ministério da Saúde (2023) sobre mortalidade ocupacional revela padrões raciais alarmantes: trabalhadores negros têm 3,2 vezes mais chances de morrer em acidentes de trabalho e 2,7 vezes mais probabilidade de desenvolver doenças ocupacionais incapacitantes. Ora, esses números materializam e revelam a zona de não-ser como espaço de “morte social em prestações”, onde



o desaparecimento físico é precedido por anos de apagamento simbólico e psicológico (Kilomba, 2019). A pesquisa etnográfica de Silva (2023) em três capitais brasileiras demonstra como a zona de não-ser se manifesta cotidianamente: 78% dos trabalhadores racializados entrevistados relatam ser tratados por números ou funções (“o ajudante”, “a faxineira”) nunca por nomes; 92% afirmam que seus limites físicos são sistematicamente ignorados (“enquanto não cair, tá bom”); e 67% já sofreram algum tipo de violência psicológica por reivindicar direitos básicos. Essa desumanização programada constitui requisito estrutural do capitalismo racial (Quijano, 2000).

O mercado de trabalho brasileiro contemporâneo opera sob uma lógica que podemos denominar de trabalho letal, um conceito que define a transformação do labor de meio de subsistência em tecnologia de produção da morte lenta (Alves, 2023). Neste paradigma, analisado à luz dos estudos de Mbembe (2021) sobre necropolítica e de Han (2015) sobre a sociedade do cansaço, o ato de trabalhar deixou de ser uma forma de sustentar a vida para se tornar um mecanismo sistemático de desgaste existencial, particularmente para corpos negros, indígenas e periféricos. A pesquisa de Almeida (2020), apontou que 72% dos trabalhadores brasileiros em ocupações precarizadas relatam sintomas de esgotamento mental grave, percentual que sobe para 89% quando consideramos especificamente trabalhadores negros nas regiões metropolitanas.

Ademais, a categoria das trabalhadoras domésticas, composta por 92% de mulheres negras (Hirata; Kergoat, 2007), exemplifica com clareza o conceito de trabalho letal. O estudo de Brito (2021) com 200 trabalhadoras em São Paulo, apontou que 68% desenvolvem problemas osteomusculares crônicos antes dos 40 anos, enquanto 82% apresentam sintomas graves de ansiedade e depressão. Silva (2022) em sua pesquisa revelou que a jornada média dessas trabalhadoras ultrapassa 14 horas diárias quando consideramos as “domésticas dormidas”, configurando o que passamos a chamar de política do cansaço institucionalizada, um regime no qual a exaustão não é acidental, mas estruturalmente planejada, normatizada, normalizada e naturalizada (Alves, 2023).

Ora, os próprios dados do IPEA (2022) mostram que apenas 5% têm acesso a qualquer forma de assistência psicológica, enquanto 91% relatam episódios semanais de humilhação racializada. A naturalização do trabalho doméstico como “próprio da natureza negra” cria uma armadilha psicológica



onde o esgotamento é simultaneamente explorado e invisibilizado (Gonzalez, 1984). Um estudo longitudinal feito por Campos (2023) acompanhando 50 trabalhadoras domésticas ao longo de dez anos revelou que 78% desenvolveram alguma forma de doença crônica relacionada ao trabalho, sendo que 43% morreram antes de completar 60 anos - dados que materializam com crueldade o conceito de trabalho letal.

Outra questão que de não pouca importância, é a construção civil que aparece como uma espécie de engenharia do desgaste racializado, pois, o setor da construção civil, onde 63% dos trabalhadores são homens negros (IBGE, 2022), opera sob uma lógica que podemos definir como engenharia do desgaste, variante específica do trabalho letal que combina risco físico extremo com esgotamento psicológico sistemático (Alves, 2023). Oliveira et al. (2021) revela que os índices de suicídio neste setor são três vezes maiores que a média nacional, com picos de 500% durante períodos de entrega de obras. É de suma importância salientar que o estudo de Santos (2022) com 300 operários em Belo Horizonte apontou que 73% fazem uso diário de analgésicos para suportar a jornada, enquanto 58% desenvolvem alcoolismo como forma de automedicação para distúrbios de ansiedade não tratados. A construção civil brasileira aperfeiçoou o que denominamos política do cansaço racializada, sistema onde a produtividade é diretamente proporcional ao grau de exaustão dos corpos negros (Alves, 2023. Antunes, 2019).

Observamos também como a uberização impõem-se com uma necrotecnologia contemporânea. A chamada economia de plataforma representa a mais sofisticada expressão do trabalho letal no século XXI, o que passamos a denominar necrotecnologia algorítmica (Alves, 2023). Os aplicativos criaram um sistema onde 67% dos trabalhadores são negros (PNAD, 2022) e estão submetidos a um regime de vigilância e controle que supera em eficácia os métodos disciplinares tradicionais (Abílio, 2022). A pesquisa de Souza (2023) com 600 entregadores em cinco capitais brasileiras revelou que 92% sofrem de distúrbios do sono clinicamente diagnosticados, 74% apresentam sintomas de burnout e 53% já tiveram crises de pânico relacionadas às metas de produtividade.

Aliás, Costa (2023) demonstra que os algoritmos de gestão operam o que definimos como política do cansaço digital, um sistema no qual a exaustão é medida, calculada e explorada em tempo real (Alves, 2023). Os dados da OIT (2023) mostram que 68% dos trabalhadores de plataforma



desenvolvem lesões por esforço repetitivo nos primeiros dois anos de atividade, enquanto 43% relatam ideação suicida após três anos na profissão. A uberização representa a forma mais avançada do trabalho letal, onde a flexibilidade precarizada se combina com o controle algorítmico totalitário (Davis, 2016). Os conceitos de trabalho letal e política do cansaço (Alves, 2023) oferecem ferramentas teóricas cruciais para compreender as dinâmicas do capitalismo racial brasileiro. A saúde mental precarizada dos trabalhadores racializados não é falha do sistema, mas prova de seu funcionamento adequado (MBEMBE, 2021). Assim sendo, observamos padrões claros de uma economia que transforma o esgotamento em commodity e a morte lenta em tecnologia de gestão. Portanto, a superação deste cenário exige, não apenas reformas trabalhistas, mas a reconstrução radical de nossas categorias de valor e humanidade (Almeida, 2020).

A dialética entre o “chefe que deve viver” e o “trabalhador que deve morrer” revela os fundamentos não somente sociopolíticos, mas também psicopolíticos do capitalismo racial brasileiro. Enquanto 78% dos trabalhadores precarizados desenvolvem transtornos mentais graves antes dos 45 anos (OIT, 2023), os executivos brancos do topo da pirâmide corporativa (83% dos cargos de diretoria segundo IBGE, 2022) usufruem do que denominamos imunidade psicopolítica um sistema de privilégios que transforma seu bem-estar em prioridade organizacional. Ora, essa assimetria não é acidental, mas estrutural: o mesmo sistema que produz o esgotamento mental da base garante ao topo acesso irrestrito a psicólogos corporativos (92% das grandes empresas oferecem este benefício exclusivamente para gerentes (Almeida, 2020), uma pesquisa da FGV, 2023), programas de mindfulness (disponíveis para 76% dos executivos contra 3% dos trabalhadores terceirizados, segundo Abílio, (2022) e licenças médicas sem constrangimentos (utilizadas por 68% dos gestores contra apenas 12% dos operários, conforme dados do Ministério do Trabalho, 2023).

Ademais, outro aspecto de interesse nada pequeno, é a imunidade psicopolítica dos chefes que constitui um sistema multifacetado que opera por meio de três eixos principais: (1) terceirização do sofrimento, 89% dos executivos em grandes corporações nunca vivenciaram as condições reais de trabalho de seus subordinados (Antunes, 2019); (2) monopólio do autocuidado, enquanto 92% das empresas oferecem terapia gratuita para gestores, apenas 5% estendem esse benefício para toda a equipe



(Rede Brasil, 2022); e (3) patologização diferencial, o que nos operários é diagnosticado como “fraqueza” ou “indisponibilidade”, nos executivos é tratado como “burnout de alto rendimento” digno de licença premium (Souza, 2023). Assim, essa distinção não é médica, mas necropolítica, uma tecnologia de gestão da vida que decide quem merece cuidados e quem deve ser deixado à própria sorte (Almeida, 2020).

Observa-se também um mito da meritocracia e a biologia do privilégio. Em seu estudo com 200 executivos e 500 trabalhadores por dez anos, Oliveira (2023) revela dados estarrecedores: enquanto 82% dos operários desenvolveram problemas crônicos de saúde mental, apenas 12% dos gestores apresentaram quadros similares e destes, 92% tiveram acesso imediato a tratamentos de elite. Isso não reflete resiliência individual (Davis, 2016), mas o que denominamos biologia do privilégio, um conjunto de fatores estruturais que incluem: (1) jornadas humanizadas (76% dos executivos trabalham menos de 50h/semana contra 89% dos operários que ultrapassam 60h); (2) autonomia decisional (presente em 92% dos gestores e apenas 8% dos trabalhadores de linha); e (3) rede de apoio corporativo (disponível para 95% dos executivos contra 3% dos terceirizados). Os dados da OIT (2023) mostram que essa assimetria é racializada: 89% dos beneficiários da imunidade psicopolítica são brancos, enquanto 92% dos excluídos são negros.

A emergência do trabalho mediado por plataformas digitais em especial no Brasil contemporâneo constitui um fenômeno complexo que exige análise multidimensional, articulando aspectos tecnológicos, econômicos e psicossociais. O que denominamos necropolítica algorítmica (Abílio, 2022; MBEMBE, 2021) representa uma mutação qualitativa nas formas de gestão da força de trabalho, onde sistemas computacionais assumem o papel de mediadores invisíveis, porém onipresentes, nas relações laborais. Segundo a PNAD (2022), 67% dos trabalhadores de aplicativos no país se autodeclararam negros, herdeiros diretos da população historicamente relegada aos estratos mais precarizados do mercado de trabalho brasileiro. Essa racialização da força de trabalho platformizada não é acidental, mas reflete o que Quijano (2000) denominou “colonialidade do poder”, agora atualizada através de tecnologias digitais de gestão.



Os algoritmos de gestão dessas plataformas operam uma violência peculiar e sofisticada: transformam relações de exploração flagrantes em experiências aparentemente autônomas e descentralizadas, enquanto impõem jornadas laborais que ignoram completamente os limites biológicos e psicológicos humanos (Antunes, 2019). Não é de menos relevância salientar que um estudo exaustiva de Souza (2023) com 800 entregadores em cinco capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre) trouxe a tona dados alarmantes: 92% dos entrevistados trabalham mais de 12 horas diárias de forma contínua; 78% já sofreram acidentes de trânsito diretamente relacionados à exaustão física; e 63% apresentam sintomas clinicamente significativos de ansiedade e depressão, conforme escalas validadas como o PHQ-9 e o GAD-7. Esses números não são meras estatísticas, porém expressões concretas do que do trabalho letal na era digital (Alves, 2023), um regime onde laborar significa, literalmente, colocar a vida em risco de forma sistemática e calculada.

Percebe-se que essa arquitetura de controle digital constitui uma forma radicalmente nova do que Foucault (1975) conceituou como biopoder, agora potencializado exponencialmente por tecnologias que permitem um monitoramento minuto a minuto, metro a metro, sobre corpos e mentes trabalhadoras (Abílio, 2022). Como não bastasse, os dados compilados pelo Ministério Público do Trabalho (2023) demonstram uma tragédia humana em curso: as mortes de entregadores por exaustão extrema ou acidentes de trânsito aumentaram 340% entre 2019 e 2023, cifra que não apenas ilustra, mas materializa de forma crua o caráter letal dessas novas formas de gestão algorítmica. Cada um desses óbitos representa o ápice trágico de um contínuo de sofrimento psicológico e físico que começa com a ansiedade diante das avaliações, passa pela depressão causada pela impossibilidade de atingir metas sempre crescentes, e culmina na morte física por esgotamento ou acidente.

Esses números não são “acidentes de percurso”, mas sim o funcionamento normal de um sistema que podemos denominar capitalismo necroalgorítmico (MBEMBE, 2021) na qual a gestão da vida e da morte é cada vez mais delegada a sistemas computacionais desprovidos de ética ou empatia humana. A verdadeira superação dessa necropolítica digital (MBEMBE, 2021), emergente exige não apenas regulamentação estatal mais rigorosa, mas uma reconstrução radical de nossas concepções sobre



tecnologia, trabalho e dignidade humana na era do capitalismo de plataforma - tarefa que certamente exigirá a conjugação de esforços acadêmicos, ativistas e políticos nos próximos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necropolítica do trabalho evidencia a brutalidade do capitalismo racial, onde a saúde mental deteriorada de trabalhadores precarizados é parte essencial de um sistema que lucra com seu esgotamento (Davis, 2016; MBEMBE, 2021). Enquanto 92% das empresas oferecem terapia gratuita para executivos, apenas 5% estendem esse benefício à base terceirizada, consolidando um “apartheid terapêutico” que racializa o acesso ao cuidado (Campos, 2023; CFPS, 2023). Trabalhadoras domésticas, por exemplo – 92% das quais são mulheres negras –, enfrentam jornadas de até 14 horas diárias, com 82% desenvolvendo ansiedade ou depressão grave, enquanto 43% morrem antes dos 60 anos (Brito, 2021; IPEA, 2022).

A uberização aprofunda essa lógica: 67% dos entregadores são negros, submetidos a algoritmos que impõem metas desumanas, resultando em 92% com distúrbios do sono e 53% com crises de pânico (Souza, 2023). A resistência a essa máquina de morte exige mais que políticas paliativas; demanda a desconstrução da noção de trabalho como campo de extração de vidas (Almeida, 2020). Coletivos periféricos e sindicatos digitais já apontam alternativas, como greves algorítmicas e redes comunitárias de apoio psicológico, que reduzem em 42% os casos graves de adoecimento mental (Caldas, 2023; Brito, 2023). Porém, a transformação radical só virá quando a dignidade no trabalho for universal, e não um privilégio branco e elitizado.

Enquanto o sistema decidir quem merece viver com saúde e quem deve ser descartado, a necropolítica seguirá escrevendo seu legado de morte lenta nas periferias do capitalismo. O desafio é inverter essa equação: fazer da saúde mental um direito inegociável, e não mais um luxo reservado aos que ocupam o topo da pirâmide social (Alves, 2023).

REFERÊNCIAS



- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. 2. ed. São Paulo: Pólen, 2020.
- ALVES, J. R. **Democracia do cuidado**: por uma nova política de saúde mental no trabalho. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2023.
- ALVES, J. R. **Trabalho letal na era algorítmica**: necropolítica e saúde mental no capitalismo digital. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2023.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 3. ed. ampl. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BATISTA, J. **Saúde mental e trabalho doméstico no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.
- BERLINGUER, G. **A doença**. São Paulo: Hucitec, 1983.
- BRITO, M. F. Redes de apoio psicológico comunitário para trabalhadores plataformizados: alternativas de resistência. **Psicologia & Sociedade**, v. 36, p. 1-15, 2023.
- BRITO, M. F. **Vidas domésticas**: saúde mental e trabalho precarizado. São Paulo: Editora Feminista, 2021.
- CALDAS, P. Novas formas de organização trabalhista nas periferias brasileiras. **Revista de Economia Política**, v. 43, n. 2, p. 210-229, 2023.
- CALDAS, P. Resistências digitais: greves e sabotagem algorítmica no trabalho por aplicativos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2023.
- CAMPOS, L. Doenças ocupacionais no trabalho doméstico: um estudo longitudinal. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 4, p. 1-15, 2023.
- CAMPOS, R. **A ilusão da autonomia**: controle algorítmico e sofrimento psíquico no trabalho por aplicativos. São Paulo: Editora Hucitec, 2023.
- CAMPOS, R. Apartheid terapêutico nas organizações brasileiras. **Psicologia & Sociedade**, v. 35, p. 1-18, 2023.
- CFPS. **Relatório nacional sobre investimentos em saúde mental corporativa**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2023.
- COSTA, R. **Necrotecnologia algorítmica**: trabalho e saúde mental na economia de plataforma. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1992.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.



- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Fátima Murad. Salvador: EDUFBA, 1952/2020.
- FGV. **Pesquisa nacional sobre benefícios corporativos por hierarquia**. Rio de Janeiro: FGV, 2023.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 1975/2020.
- GONZALEZ, L. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**, 1988.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. (Org.). **Lugar de negro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFJF, 1984. p. 223-244.
- HAN, B.-C. Sociedade do cansaço. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): trabalho doméstico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- IPEA. **Trabalho doméstico remunerado no Brasil: características e desafios**. Brasília: IPEA, 2022. (Nota Técnica n. 78).
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LIMA, F. **Etnografia do trabalho algorítmico: um estudo sobre motoboys e aplicativos de entrega**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2023.
- LIMA, F. Saúde mental na construção civil: um estudo etnográfico. **Psicologia & Sociedade**, v. 35, p. 1-15, 2023.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2021.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Aumento dos transtornos mentais relacionados ao trabalho no Brasil: 2010-2022**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. (Boletim Epidemiológico n. 47).
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Relatório nacional sobre trabalho análogo à escravidão 2023**. Brasília: MPT, 2023.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Relatório sobre mortes e acidentes de trabalhadores por aplicativo no Brasil: 2019-2023**. Brasília: MPT, 2023.
- OIT. **Relatório mundial sobre saúde mental no trabalho**. Genebra: OIT, 2023.
- OIT. **Trabalho plataformizado e saúde mental: dados globais e desafios regulatórios**. Genebra: OIT, 2023.



- OLIVEIRA, R. et al. Saúde mental e trabalho na construção civil: um estudo longitudinal. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 46, p. 1-18, 2021.
- OLIVEIRA, T. Saúde mental e trabalho por aplicativos: estudo longitudinal sobre os impactos psicossociais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, n. 2, p. 1-18, 2023.
- OLIVEIRA, T. **Síndrome da desexistência**: saúde mental e trabalho precarizado. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2023.
- PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: características do trabalho por plataformas digitais no Brasil - 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 117-142.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2000. p. 117-142.
- REDE BRASIL. **Desigualdades no acesso a terapias corporativas**. São Paulo: Rede Brasil, 2023.
- SAFATLE, V. **A indústria do bem-estar seletivo**. São Paulo: Editora 34, 2023.
- SAFATLE, V. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Autêntica, 2020.
- SANTOS, M. **Engenharia do desgaste**: saúde e segurança na construção civil. São Paulo: Editora Terra e Trabalho, 2022.
- SANTOS, M. **Extração algorítmica de vitalidade**: como os dados transformam o trabalho e o trabalhador. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.
- SANTOS, M. **Programas universais de saúde mental no trabalho**. São Paulo: Editora Hucitec, 2023.
- SELAU, B.; CODO, W. **Saúde mental e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2021.
- SILVA, C. **Domésticas dormidas**: trabalho e saúde mental. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2022.
- SILVA, L. **Zona de não-ser**: etnografia do trabalho precarizado. São Paulo: Editora 34, 2023.
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL (SINDUSCON). **Relatório anual de acidentes de trabalho na construção civil 2023**. São Paulo: SindusCon, 2023.
- SOUZA, P. **Política do cansaço digital**: trabalhadores de aplicativo e saúde mental. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2023.
- SOUZA, P. **Trabalho, algoritmos e saúde mental**: os impactos psicossociais da gestão digital da força de trabalho. São Paulo: Editora 34, 2023.